

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1897

	Pags.
N. 2423 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1897 — Concede á sociedade anonyma <i>Banque Française du Brésil</i> , com séde em Pariz, autorisação para estabelecer uma caixa filial ou succursal nesta Capital e agencias nas cidades de Santos e S. Paulo.....	1
N. 2424 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1897 — Providencia para a execução do n. 7, art. 6º da lei n. 429, de 10 de de- zembro de 1896.....	2
N. 2425 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1897 — Supprime a fis- calisação dos engenhos centraes.....	2
N. 2426 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1896 — Supprime a Agencia Central de Immigração.....	3
N. 2427 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1897 — Transfere para a Directoria Geral da Industria os serviços actualmente a cargo da Agencia Central de Immigração.....	3
N. 2428 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1897 — Approva os estudos definitivos do trecho comprehendido entre Morada Nova e S. Sebastião, na extensão total de 341.963 kilo- metros, da Estrada de Ferro de Araxá a Peçanha.....	4
N. 2429 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1897 — Concede autorisação á <i>The Sant'Anna Gold Mining Company, limited</i> , succes- sora da <i>The D. Pedro Gold Mining Company, limited</i> , para funcionar na Republica.....	5
N. 2430 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1897 — Approva os estudos definitivos do trecho comprehendido entre Confusão e Morada Nova, na extensão total de 188 ⁸ .522, da Es- trada de Ferro de Araxá ao Peçanha.....	5

	Pags.
N. 2431 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1897 — Crea uma Delegacia Especial do Ministerio da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul.....	53
N. 2432 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1897 — Declara extinta a Colonia Correccional dos Dous Rios e dá outras providencias.....	57
N. 2433 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de janeiro de 1897 — Approva o novo projecto da estação de passageiros em S. Paulo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy.....	57
N. 2434 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de janeiro de 1897 — Approva o projecto e orçamento para construção de uma estação em Guayavira, do prolongamento da Estrada de Ferro do Paraná.....	58
N. 2435 — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1897 — Transfere o Hospital de S. Sebastião para a administração municipal.....	58
N. 2436 — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1897 — Declara transferido o Hospital de Santa Isabel para a jurisdição da Inspectoria Geral de Saude dos Portos....	59
N. 2437 — MARINHA — Decreto de 14 de janeiro de 1897 — Firma o direito dos officiaes da Armada, no exercicio do magisterio no Collegio Militar, ao abono de quantitativo para criado.....	59
N. 2438 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1897 — Autorisa a mudança de localidade das novas officinas e dependencias da linha ferrea de Santos a Jundiáhy.....	60
N. 2439 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1897 — Transfere para o Districto Federal as estradas Nova e Velha da Tijuca, da Gavea, do Jardim Botânico, de Santa Cruz e Pavana.....	60
N. 2440 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1897 — Approva o projecto e orçamento para augmento do edificio da actual serraria em Cruzeiro, da Estrada de Ferro Minas e Rio...	61
N. 2441 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de janeiro de 1897 — Concede autorisação a R. J. Kinsman Benjamin, incorporador da sociedade anonyma denominada Sociedade Cooperativa Nacional, para reformar os respectivos estatutos.....	61
N. 2442 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores novo credito supplementar á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1896, na importancia de 120:000\$000.....	63
N. 2443 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de janeiro de 1897 — Extingue o logar de official-maior da Secretaria de Policia da Capital Federal....	67

	Pags.
N. 2444 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1897 — Reorganisa a Guarda Nacional do Estado do Espirito Santo.....	68
N. 2445 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1897 — Altera o art. 9º das instruções regulamentares approvadas pelo decreto n. 8069, de 3 de maio de 1881, em vigor na Estrada de Ferro Limoeiro.....	69
N. 2446 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de janeiro de 1897 — Approva o orçamento e desenho dos trilhos, dormentes de ace e accessorios a empregar na via permanente da Estrada de Ferro Minas e Rio.....	70
N. 2447 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de janeiro de 1897 — Extingue quatro logares de amanuense da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores.....	70
N. 2448 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1897 — Consolida as disposições relativas ao montepio dos funcionarios dos ex-Ministerios da Justiça, Interior e da Instrução Publica, Correios e Telegraphos.....	71
N. 2449 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1897 — Unifica os serviços de hygiene da União.....	76
N. 2450 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1897 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Rio Grande do Norte...	79
N. 2451 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de fevereiro de 1897 — Approva os projectos e orçamentos para reconstrução da ponte no kilometro 62+200 da Estrada de Ferro de Quarabim a Itaqui.....	79
N. 2452 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1897 — Publica a adhesão do Governo Peruano ao accordo relativo ao serviço de vales postaes, concluido em Vienna a 4 de julho de 1891.....	80
N. 2453 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de fevereiro de 1897 — Approva as despesas realizadas pela <i>S. Paulo Railway Company, limited</i> , com a Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, de 17 de julho a 31 de dezembro de 1895 e no 1º semestre de 1896, na importancia de £ 191.333—2—4...	81
N. 2454 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de fevereiro de 1897 — Publica a adhesão do Governo Peruano á convenção relativa á permutação de encomendas postaes, concluida em Vienna a 4 de julho de 1891.....	81
N. 2455 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de fevereiro de 1897 — Approva os projectos e orçamentos para a construcção de uma estação	

	Pags.
e de uma quarta linha em Roça Nova, da <i>Compagnie Generale de Chemins de fer Brésiliens</i>	82
N. 2456 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de fevereiro de 1897 — Approva as plantas e orçamentos das obras do prolongamento do caes de Santos, de Paqueta a Outeirinhos.....	83
N. 2457 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de fevereiro de 1897 — Organisa a Assistencia Judiciaria no Districto Federal.....	84
N. 2458 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de fevereiro de 1897 — Approva o regulamento da Directoria Geral de Saude Publica e a tabella de vencimentos do respectivo pessoal.....	90
N. 2459 — FAZENDA — Decreto de 12 de fevereiro de 1897 — Faz diversas alterações no decreto n. 2431, de 8 de janeiro de 1897, que creou a Delegacia Especial do Ministerio da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul.....	134
N. 2461 (*) — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de fevereiro de 1897 — Approva o orçamento das pontes provisórias construídas ao longo do littoral do porto de Santos e o das obras accrescidas na casa de machinas do caes do mesmo porto.....	136
N. 2462 — FAZENDA — Decreto de 15 de fevereiro de 1897 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14.630:105\$ para indemnisação aos Bancos Regionaes.....	136
N. 2463 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de fevereiro de 1897 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 66:081\$592, ao cambio de 27, para satisfazer saques indevidamente effectuados pelo ex-1º secretario da Legação em Buenos-Aires, João Marques de Carvalho, sobre o Banco Italiano do Uruguay.....	137
N. 2464 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1897 — Consolida e completa as disposições regulamentares do decreto n. 1030 na parte relativa ao pessoal da Justiça local.....	143
N. 2465 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 22:710\$ para despesas com os serviços do Hospital de S. Sebastião nos mezes de janeiro ultimo e fevereiro corrente.....	172
N. 2466 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 51:299\$600 para occorrer ás despesas com o custeio do Presidio de Fernando de Noronha no primeiro trimestre do corrente anno.....	174

(*) O decreto n. 2460 será publicado em collecção si o interessado pagar o imposto a que está sujeito.

	Paga.
N. 2467 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1897 — Dá novo regulamento para a Assistencia Medico-legal a Alienados.....	175
N. 2468 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de fevereiro de 1897 — Altera o plano de uniformes da Guarda Nacional da União.....	203
N. 2469 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1897 — Manda executar em todas as Alfandegas e Mesas de Rendas habilitadas da Republica a nova tarifa e suas disposições preliminares.....	223
N. 2470 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de março de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de trinta contos de réis (30:000\$), para occorrer uma parte das despezas com a organização dos serviços mencionados nos ns. 1 e 2 do art. 87 da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894.....	224
N. 2471 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de março de 1897 — Approva, com alteração, os estatutos da Empreza Industrial de Petroleo e autorisa a mesma a funcionar.....	224
N. 2472 — FAZENDA — Decreto de 8 de março de 1897 — Approva com alterações os estatutos da Sociedade de seguros mutuos denominada «Proletaria».....	225
N. 2473 — MARINHA — Decreto de 12 de março de 1897 — Declara que gosarão das vantagens do art. 3º da lei de 6 de novembro de 1827 as viúvas, filhas menores, filhas solteiras e mães dos officiaes fallecidos e que fallecerem em consequencia das operações militares no Estado da Bahia.....	226
N. 2474 — GUERRA — Decreto de 13 de março de 1897 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario da quantia de 2.000:000\$ (dous mil contos de réis).....	227
N. 2475 — FAZENDA — Decreto de 13 de março de 1897 — Approva o regulamento dos corretores de fundos publicos da Praça da Capital Federal.....	227
N. 2476 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de março de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:998\$927 para despezas com o custeio do Pedagogium nos mezes de janeiro e fevereiro ultimos.....	247
N. 2477 — FAZENDA — Decreto de 15 de março de 1897 — Approva, com alterações, os estatutos da Sociedade de seguros mutuos «Operaria».....	248
N. 2478 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de março de 1897 — Proroga os prazos fixados para conclusão das obras da Estrada de Ferro da Tijuca.....	255
N. 2479 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de março de 1897 — Concede autorisação a R. J. Kinsman Benjamin, incorporador da sociedade anonyma denominada — Sociedade Cooperativa Nacional, para reformar os respectivos estatutos.....	256

	Pags.
N. 2480 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de março de 1897 — Especifica erro de impressão do regulamento do Corpo de Bombeiros no folheto que contém o respectivo decreto	256
N. 2481 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de março de 1897 — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Nilhéoy, no Estado do Rio de Janeiro.	258
N. 2482 — FAZENDA — Decreto de 20 de março de 1897 — Altera em alguns pontos dispositões do decreto n. 590, de 17 de outubro de 1891.	259
N. 2483 — FAZENDA — Decreto de 22 de março de 1897 — Approva com alterações os estatutos da Companhia de seguros de vida — Auxiliadora.	259
N. 2484 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de março de 1897 — Reorganiza a Guarda Nacional da Capital do Estado de S. Paulo.	266
N. 2485 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de março de 1897 — Cria e organiza um batalhão de infantaria de Guarda Nacional do serviço activo na comarca de Lorena, no Estado de S. Paulo.	267
N. 2486 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de março de 1897 — Autorisa a <i>Brazil Great Southern Railway Company, Limited</i> a construir sobre o rio Quarahim a ponte internacional, destinada a ligar os dois paizes Brazil e Bepdo Oriental.	268
N. 2487 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de março de 1897 — Concede autorização a <i>Société Anonyme des Mines d'Or de Ouro Falso</i> para funcionar na Republica.	269
N. 2488 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de março de 1897 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Protectora da Industria Pastoral do Pará.	295
N. 2489 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de março de 1897 — Manda executar o Tratado de Amizade, Commercio e Navegação celebrado entre o Brazil e o Japo em 5 de novembro de 1855.	303
N. 2490 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de abril de 1897 — Approva o orçamento de guindastes, material rodante e outros para o trafego do porto de Santos e a planta geral do cais, apresentados pela Companhia Docas de Santos.	311
N. 2491 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de abril de 1897 — Concede autorização á <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited</i> , para continuar a funcionar na Republica.	311
N. 2492 — FAZENDA — Decreto de 12 de abril de 1897 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 216:306:300 para occorrer á restituição do imposto de mais cobrado sobre dividendos.	314

	Pags.
N. 2493 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de abril de 1897 — Publica a adesão do protectorado britânico de Sarawak á Convenção Postal Universal.....	315
N. 2494 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de abril de 1897 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 200:000\$, ao cambio de 27, para ser applicado ás despesas com a criação da Legação e dos Consulado, no Imperio do Japão.....	316
N. 2495 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1897 — Crea com o pessoal que for necessario uma Legação no Imperio do Japão e um Consulado Geral de 1ª classe com sede em Yokohama.....	317
N. 2496 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de abril de 1897 — Autorisa a construção de duas estações nos lugares denominados « Moêca » e « Lapa », da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby...	317
N. 2497 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de abril de 1897 — Modifica os arts. 34, 42, 76 e 90 do regulamento e tarifas de passageiros e mercadorias, que acompanham o decreto n. 8069, de 3 de maio de 1881, em vigor na Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro.....	318
N. 2499 (*) — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1897 — Publica a decisão tomada pelos Governos da Austria e da Hungria, de accederem á União para a protecção da Propriedade Industrial.....	319
N. 2500 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de abril de 1897 — Approva as plantas e orçamentos para construção de um armazem provisório e os necessarios desvios no Alto da Serra, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.....	320
N. 2501 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de abril de 1897 — Eleva a 40\$ por dia a taxa do aluguel dos guindastes a vapor da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco.....	321
N. 2502 — FAZENDA — Decreto de 24 de abril de 1897 — Dá regulamento ao § 6º do art. 1º do decreto n. 1716, de 13 de outubro de 1869.....	325
N. 2503 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de abril de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Vianna, no Estado do Espirito Santo.....	335
N. 2504 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de abril de 1897 — Reorganisa a Guarda Nacional da Capital do Estado do Amazonas.....	335
N. 2505 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de maio de 1897 — Approva o regulamento para as estradas de ferro Central de Pernambuco, Sul de Pernambuco e Baturité.....	336

(*) O decreto n. 2498 será publicado em collecção, si o interessado pagar o imposto a que está sujeito.

	Pags.
N. 2506 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de maio de 1897 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 3.757:400\$ para occorrer ao pagamento de indemnisação por lucros cessantes nos contractos rescindidos, do debito do Governo para com os empreiteiros e da liquidação de todos os serviços relativos a obras suspensas.....	355
N. 2507 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1897 — Publica a entrada da Colonia Inglesa do Ceylão na Convenção Telegraphica Internacional.....	358
N. 2508 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de maio de 1897 — Concede autorisação á <i>The Faria Gold Mining Company of Brasil, limited</i> , para funcionar na Republica.....	359
N. 2509 — FAZENDA — Decreto de 8 de maio de 1897 — Approva com alterações os novos estatutos do Banco da Republica do Brazil.....	389
N. 2510 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1897 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito extraordinario de 51:299\$600, para occorrer ás despezas com o custeio do presidio de Fernando de Noronha no segundo trimestre do corrente anno.....	401
N. 2511 — FAZENDA — Decreto de 15 de maio de 1897 — Concede autorisação ao <i>London and Brazilian Bank, limited</i> , para funcionar na Republica por mais 20 annos	402
N. 2512 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1897 — Approva as modificações propostas ao art. 66 das instrucções regulamentares em vigor na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay.....	402
N. 2513 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1897 — Substitue a segunda parte do § 2º do art. 5º das condições regulamentares da Estrada de Ferro Minas e Rio, approvadas pelo decreto n. 9189 de 19 de abril de 1884.....	404
N. 2514 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1897 — Autorisa a celebração do contracto com a Companhia de Navegação a vapor no rio Parnahyba para o serviço de transporte de navegação.....	404
N. 2515 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1897 — Altera as bases das tarifas da Estrada de Ferro D. Theresia Christina, approvadas pelo decreto n. 9224 A, de 31 de maio de 1884.....	410
N. 2516 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1897 — Concede autorisação á <i>The Brazilian Gold Exploring Syndicate, limited</i> , para funcionar na Republica.....	416

	Pags.
N. 2518 (*) — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 17 de maio de 1897 — Approva o projecto de augmento dos armazens de Limoeiro e Nazareth, da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro, e dá outras providencias.....	417
N. 2519 — FAZENDA — Decreto de 22 de maio de 1897 — Dá regulamento para execução do art. 5º da lei n. 177 A, de 15 de setembro de 1893.....	418
N. 2520 — GUERRA — Decreto de 24 de maio de 1897—Abre ao Ministerio da Guerra um credito de 88:215 8806 para saldar as despesas feitas com a construcção de quatro paioes de polvora na ilha do Boqueirão e mais obras accessorias.....	420
N. 2521 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de maio de 1897 — Reorganisa a Guarda Nacional da Capital do Estado do Piahy.....	421
N. 2522 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de maio de 1897 — Marca o vestuario que, no exercicio de suas funções e solemnidades publicas, devem usar os juizes federaes e os procuradores da Republica...	422
N. 2523 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de maio de 1897 — Extingue mais dous logares de amanuense da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores.....	422
N. 2524 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 28 de maio de 1897 — Approva com modificações a revisão dos estudos da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, no trecho entre as estações de Mimoso e Muquy.....	423
N. 2525 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de maio de 1897 — Crea um Consulado na Republica da Bolivia	423
N. 2526 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1897 — Approva os estudos definitivos de tres trechos de linha do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana.....	424
N. 2527 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1897. Approva os projectos e orçamentos para a construcção de diversas obras na Estrada de Ferro Central da Bahia.....	424
N. 2528 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 7 de junho de 1897 — Substitue a condição 1ª do art. 90 do decreto n. 2497, de 14 de abril ultimo, que modificou diversos artigos do regulamento e tarifas da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro.....	425
N. 2529 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de junho de 1897 — Approva as modificações que, segundo a revisão feita na Conferencia de Budapest, devem soffrer as tarifas e o regulamento da Convenção Telegraphica Internacional.....	425

(*) O decreto n. 2517 não foi publicado.

	Pags.
N. 2530 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de junho de 1897 — Publica a adesão da « Companhia Allemã de Telegraphos Marítimos » à Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo de 10/22 de julho de 1875, quanto ao cabo submarino entre Borkum e Vigo.....	426
N. 2531 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de junho de 1897 — Faz extensivas à Estrada de Ferro de Sobral as disposições do decreto n. 2505 de 1 de maio de 1897.....	427
N. 2532 — MARINHA — Decreto de 23 de junho de 1897 — Manda confirmar por carta patente as honras dos postos que competem aos funcionarios civis do Ministerio da Marinha, quando forem vitalícios, em virtude dos respectivos regulamentos.....	427
N. 2533 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de junho de 1897 — Reorganisa a Guarda Nacional do Estado do Rio de Janeiro.....	428
N. 2534 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de junho de 1897 — Approva a planta e organimento do desvio no kilometro 94, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy, e estabelece o respectivo frete.....	429
N. 2535 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de junho de 1897 — Concede authorisação à <i>The S. Paulo Coffee Estates Company, Limited</i> , para funcionar na Republica.....	429
N. 2536 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de junho de 1897 — Concede authorisação à <i>The S. Bento Gold Estates, limited</i> , para funcionar na Republica.....	463
N. 2537 — MARINHA — Decreto de 1 de julho de 1897 — Manda vigorar em sua plenitude o regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, promulgado pelo decreto n. 4195 A, de 30 de dezembro de 1892, ficando revogado o decreto n. 4674 de 11 de fevereiro de 1894.....	497
N. 2538 — FAZENDA — Decreto de 5 de julho de 1897 — Approva o regulamento para cobrança do imposto de um conto de reis (1:000\$), a que estão sujeitas as sociedades sportivas.....	497
N. 2539 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1897 — Autorisa a transferencia da Estrada de Ferro de Victoria a Peganha ao Banco Constructor do Brazil.....	499
N. 2540 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1897 — Concede authorisação à Sociedade Hygienica de Distillação para funcionar.....	500
N. 2541 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca do Soccorro, no Estado de S. Paulo.....	500

	Pags.
N. 2542 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca da Gramma da França, no Estado de S. Paulo.....	509
N. 2543 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1897 — Crea duas brigadas, cada uma de infantaria e outra de cavallaria da Guarda Nacional, na comarca da França, no Estado de S. Paulo.....	509
N. 2544 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca de Santa Rita do Paranaíba, no Estado de S. Paulo.....	510
N. 2545 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca do Petrópolis de Sapucahy, no Estado de S. Paulo.....	510
N. 2546 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1897 — Applica as successões dos subditos belgas as disposições do decreto n. 855 de 8 de novembro de 1851 a que se refere o seu art. 2.º.....	511
N. 2547 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de julho de 1897 — Rescindido o contrato firmado em 17 de julho de 1894 para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Paraty a Igumby, mediante restituição da quantia deposita na construcção.....	511
N. 2548 — FAZENDA — Decreto de 17 de julho de 1897 — Approva o regulamento para a execução do art. 29 da lei n. 128 de 10 de dezembro de 1895.....	512
N. 2549 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1897 — Reorganiza a Guarda Nacional do Estado do Paraná.....	514
N. 2550 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1897 — Cria uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Castello, no Estado do Paraná.....	515
N. 2551 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1897 — Cria uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Piraquara, no Estado do Paraná.....	516
N. 2552 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de julho de 1897 — Concede a authorisação á <i>The Guardian Fire and Life Assurance Company, limited</i> , para continuar a funcionar na Republica.....	516
N. 2553 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de julho de 1897 — Approva definitivamente as bases de tarifas da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.....	551
N. 2554 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de julho de 1897 — Concede authorisação a Joaquim Bernardino Pinto Machado e outros para organisarem uma sociedade anonyma sob a denomina-	

	Pags.
nação « Companhia de Seguros Providencia Mercantil ».....	554
N. 2556 (*) — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de julho de 1897 — Autorisa a mudança do edificio das officinas a construir em Cruz Alta para o ponto terminal da linha ferrea de Santa Maria ao Uruguay.....	567
N. 2557 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de julho de 1897 — Declara extinto o Conservatorio Dramatico.....	568
N. 2558 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de julho de 1897 — Regula a inspecção dos theatros e outras casas de espectaculos da Capital Federal.....	569
N. 2559 — FAZENDA — Decreto de 22 de julho de 1897 — Approva o regulamento para a cobrança do imposto sobre dividendos dos bancos, companhias e sociedades anonymas.....	574
N. 2560 — NEGOCIOS EXTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1897 — Publica a adhesão da Corêa á Convenção Postal Universal (Convenção principal, com exclusão dos demais actos concluidos no Congresso de Vienna).....	576
N. 2561 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de julho de 1897 — Proroga por tres annos os prazos fixados nas clausulas que acompanham o decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, para construcção da Estrada de Ferro de Alcobaça á Praia da Rainha e navegação dos rios Tocantins e Araguaia.....	578
N. 2562 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de julho de 1897 — Approva a mudança do dique de que tratam os decretos ns. 10.277 e 1150, de 30 de julho de 1889 e 7 de dezembro de 1890, e a planta do respectivo local, e autorisa a construcção de uma carreira no porto de Santos.....	578
N. 2563 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Alto Longá, no Estado do Piahy.....	579
N. 2564 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Amarante, no Estado do Piahy.....	580
N. 2565 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Valença, no Estado do Piahy.....	580
N. 2566 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infan-	

(*) O decreto n. 2555 não foi publicado.

	Pags.
taria de Guardas Nacionaes na comarca de Pirypiri, no Estado do Piahy.....	581
N. 2567 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1897 — Dá nova organização á Guarda Nacional da Capital do Estado da Parahyba...	581
N. 2568 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Bebedouro, no Estado de S. Paulo.....	582
N. 2569 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1897 — Reorganisa a Guarda Nacio- nal do Estado do Pará.....	582
N. 2570 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de agosto de 1897 — Approva algumas mo- dificações nas condições regulamentares, tarifas e in- struções para o serviço da ponte maritima em Ja- raguá, em vigor na Estrada de Ferro Central de Ala- goas.....	583
N. 2571 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de agosto de 1897 — Approva os estudos para construção, por conta do custeio, do prolonga- mento da Estrada de Ferro denominada D. Thereza Christina, na estação da Laguna até a cidade do mesmo nome.....	585
N. 2572 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de agosto de 1897 — Autorisa a mudança da estação principal da Estrada de Ferro de Itararé ao Uruguay, do local primitivamente indicado, para a cidade de Ponta Grossa.....	585
N. 2573 — FAZENDA — Decreto de 3 de agosto de 1897 — Dá novo regulamento para a cobrança do imposto do sello do papel.....	586
N. 2574 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1897 — Reorganisa a Guarda Nacional da Capital do Estado do Ceará.....	623
N. 2575 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1897 — Providencia sobre a revisão do contracto celebrado com a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, para construção de habitações destinadas a operarios e classes pobres.....	623
N. 2576 — FAZENDA — Decreto de 7 de agosto de 1897 — Reduz o numero e classe dos empregados da Alfandega de S. Paulo, Estado do mesmo nome.....	629
N. 2577 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1897 — Fixa a comissão que devem perceber os syndicos da liquidação forçada das socie- dades anonymas, com sêde na Capital Federal.....	630
N. 2578 — GUERRA — Decreto de 13 de agosto de 1897 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 2.000:000\$ para occorrer ás despesas extraordinarias com as operações militares no interior do Estado da Bahia..	632

	Pags.
N. 2579 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1897 — Consolida e completa as disposições regulamentares do decreto n. 1030 na parte relativa á competência da justiça local.....	659.
N. 2580 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1897 — Publica a adhesão definitiva do Governo do Perú á Convenção sobre prisação de encomendas postaes e a authorisação para cobrança de uma sobre-taxa de 75 centimos.....	707
N. 2582 (*) — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1897 — Approva o projecto e cimento de um deposito adicional para materias em Itapitocay, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy..	708
N. 2583 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1897 — Approva o projecto e orçamento de um fosso sobre o aterro em Itaculy, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy.....	709
N. 2584 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1897 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 21:500\$ para pagamento, no vigente exercicio, dos vencimentos dos empregados da extinta Agência Official de Colonisação addidos á Secretaria do Estado do mesmo Ministerio.....	709
N. 2585 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Simão, no Estado de S. Paulo.....	710
N. 2586 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Nupunga, no Estado de S. Paulo.....	710
N. 2587 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1897 — Concede ao Lyceo Alagoano as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.....	711
N. 2588 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de agosto de 1897 — Extingue o logar de vice-director do Observatorio do Rio de Janeiro.....	711
N. 2589 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de agosto de 1897 — Concede authorisação á Companhia da Boa-Vista para funcionar na república.	712
N. 2590 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1897 — Organisa mais quatro brigadas de infantaria de Guardas Nacionais no Estado do Pará.	738
N. 2591 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Vizeu, no Estado do Pará.....	739
N. 2592 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria	

(*) O decreto n. 2581 não foi publicado.

	Paga.
de Guardas Nacionais na comarca da Aparecida, no Estado do Piahy.....	739
N. 2593 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca da Colonia, no Estado do Piahy.....	740
N. 2594 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Santa Philomena, no Estado do Piahy.....	740
N. 2595 — FAZENDA — Decreto de 30 de agosto de 1897 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14:125\$100, supplementar á verba — Exercicios findos — do orçamento em vigor, para pagamento aos empregados das obras do porto do Recife.....	741
N. 2596 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 30 de agosto de 1897 — Abre o credito especial de 141:095\$500, para pagamento dos vencimentos dos officiaes que reverteram ao serviço do Exército e da Armada.....	741
N. 2597 — FAZENDA — Decreto de 31 de agosto de 1897 — Approva os estatutos da Sociedade de seguros mutuos sobre a vida « Garantia da Amazonia », e autorisa a mesma a funcionar na Republica.....	742
N. 2598 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de agosto de 1897 — Extingue a hospedaria de immigrants estabelecida na estação de Pinheiros....	752
N. 2599 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1897 — Reorganisa a Guarda Nacional do Estado de Sergipe.....	752
N. 2600 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Baião, no Estado do Pará.....	753
N. 2601 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1897 — Approva definitivamente as bases de tarifas do ramal do Timbó, da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.....	753
N. 2602 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Igarapé-Miry, no Estado do Pará.....	755
N. 2603 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Reorganisa a Guarda Nacional do Estado de Minas Geraes e crea um commando superior na nova Capital.....	755
N. 2604 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes.....	756
N. 2605 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infan-	

	Pags.
taria de Guardas Nacionaes na comarca de Minas Novas, no Estado de Minas Geraes.....	756
N. 2606 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Carmo da Bagagem, no Estado de Minas Geraes.....	757
N. 2607 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.....	757
N. 2608 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itapecerica, no Estado de Minas Geraes.....	758
N. 2609 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Dôres do Indiyá, no Estado de Minas Geraes.....	758
N. 2610 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Bananal, no Estado de S. Paulo.....	759
N. 2611 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1897 — Organisa mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na Capital do Estado do Pará.....	759
N. 2612 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1897 — Organisa mais quatro brigadas de infantaria de Guardas Nacionaes no Estado do Pará.....	760
N. 2613 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Januaria, no Estado de Minas Geraes.....	761
N. 2614 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes.....	761
N. 2615 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1897 — Reorganisa a Guarda Nacional do Estado do Rio Grande do Norte.....	762
N. 2616 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes.....	763
N. 2617 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1897 — Organisa mais sete brigadas de Guardas Nacionaes no Estado do Paraná.....	763
N. 2618 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1897 — Abre o credito de 2:090\$324 para pagar ao Dr. Tiburcio Valeriano Peceguciro do	

Pags.

Amaral os vencimentos que deixou de perceber desde 28 de outubro de 1892 até 26 de maio de 1893.....	761
N. 2619 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1897 — Concede ao Lyceo Piauihyense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.....	761
N. 2620 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Reorganisa a Guarda Nacional do Estado de Pernambuco.....	765
N. 2621 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de cavalaria de Guardas Nacionais no municipio de Timbaúba, no Estado de Pernambuco.....	766
N. 2622 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Olinda, no Estado de Pernambuco.....	767
N. 2623 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Iguarassú, no Estado de Pernambuco.....	767
N. 2624 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Goyana, no Estado de Pernambuco.....	768
N. 2625 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Agua Preta, no Estado de Pernambuco.....	768
N. 2626 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na Capital do Estado do Piahy.....	769
N. 2627 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Geromenha, no Estado do Piahy.....	769
N. 2628 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio aos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio aos deputados.....	770
N. 2629 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	770
N. 2630 — FAZENDA — Decreto de 5 de outubro de 1897 — Sujeita á jurisdicção da Alfandega de Penedo, no Estado das Alagoas, a Mesa de Rendas de Villa Nova, no Estado de Sergipe.....	771

	Pags.
N. 2631 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1897 — Altera as bases das tarifas de passageiros na linha principal da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.....	771
N. 2632 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1897 — Concede autorização á <i>The Espirito Santo & Caravellas Railway Company, limited</i> para funcionar na Republica.....	772
N. 2633 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1897 — Proroga por mais quatro mezes, a contar de 5 de agosto do corrente anno, o prazo fixado no termo de 13 de outubro do anno passado, para apresentação dos estudos definitivos e complementares do prolongamento da linha de Resaca a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana.....	795
N. 2634 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes.....	796
N. 2635 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Cachoeira, no Estado do Pará.....	796
N. 2636 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1897 — Crea diversas brigadas de infantaria de Guardas Nacionaes no Estado do Pará.....	797
N. 2637 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado do Pará.....	797
N. 2638 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1897 — Marca prazo aos empregados diplomaticos e consulares em disponibilidade para chegarem á Capital da Republica.....	798
N. 2639 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Bocayuva, no Estado de Minas Geraes.....	799
N. 2640 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes.....	799
N. 2641 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Branco, no Estado de Minas Geraes.....	800
N. 2642 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Theophilo Otttoni, no Estado de Minas Geraes.....	800
N. 2643 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infan-	

	Pags.
taria de Guardas Nacionaes na comarca de Montes Claros, no Estado de Minas Geraes.....	801
N. 2644 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Boa Vista do Tremedal, no Estado de Minas Geraes.....	801
N. 2645 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1897 — Altera provisoriamente os preços das tarifas de passageiros e do transporte de materiaes de construção, canna e lenha, da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras.....	802
N. 2646 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1897 — Approva os orçamentos de diversas obras complementares, no valor de 1.461:761\$785, apresentados pela Companhia Docas de Santos.....	803
N. 2647 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.....	804
N. 2648 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de outubro de 1897 — Approva os estudos definitivos dos trechos de Santos a Quilombo e do Alto da Serra a Quilombo, complementares da linha do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana....	804
N. 2649 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Cataguazes, no Estado de Minas Geraes.....	805
N. 2650 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes.....	805
N. 2651 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Cabo Verde, no Estado de Minas Geraes.....	806
N. 2652 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1897 — Organisa no Estado do Rio de Janeiro mais 41 brigadas, sendo 31 de infantaria e 10 de cavallaria.....	806
N. 2653 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1897 — Crea um Consulado em Port au Prince, Haiti.....	808
N. 2654 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1897 — Reorganisa a Guarda Nacional da Capital do Estado de Santa Catharina.....	809
N. 2655 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 99:993\$962, para occorrer ao pagamento de despesas de que tratam os ns. 3 e IV § 1º do art. 2º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.....	809

N. 2656 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 76:200\$, sendo: 33:70\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	810
N. 2657 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados.....	811
N. 2658 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de novembro de 1897 — Autorisa o alargamento para 1 ^m ,41 da actual bitola de 0 ^m ,60 da Estrada de Ferro da Tijuca.....	811
N. 2659 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de novembro de 1897 — Publica a adhesão do territorio allemão da Africa do sudoeste ao accordo relativo ao serviço de vales postaes, concluido em Vienna a 4 de julho de 1891.....	812
N. 2660 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de novembro de 1897 — Manda abrir uma concorrência para o arrendamento das Estradas de Ferro de Baturité, Sul de Pernambuco, Central de Pernambuco, Paulo Afonso e S. Francisco.....	812
N. 2661 — MARINHA — Decreto de 1 de novembro de 1897 — Manda adoptar o Código de signaes commum a todos os portos e barras da Republica.....	813
N. 2662 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Pardo, no Estado do Espirito Santo.....	820
N. 2663 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Calçado, no Estado do Espirito Santo.....	830
N. 2664 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Alegre, no Estado do Espirito Santo.....	830
N. 2665 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Santo Antonio do Rio Novo, no Estado do Espirito Santo....	831
N. 2666 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Prados, no Estado de Minas Geraes.....	831
N. 2667 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Serro, no Estado de Minas Geraes.....	832

	Pags.
N. 2668 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca da Laguna, no Estado de Santa Catharina.....	832
N. 2669 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itaituba, no Estado do Pará.....	833
N. 2670 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Fixa provisoriamente em 3.000:000\$ o capital empregado no trecho em trafego de Cruz Alta ao kilometro 100 da linha ferrea de Cruz Alta ao Uruguay e ramal de Ijuhy.....	833
N. 2671 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1897 — Approva a applicação das bases de tarifas differenciaes na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay.....	834
N. 2672 — GOVERNO — Decreto de 5 de novembro de 1897 — Determina que os funeraes do marechal Carlos Machado Bittencourt sejam feitos á custa da Republica....	836
N. 2673 — MARINHA — Decreto de 16 de novembro de 1897 — Manda reverter para o quadro activo da Armada os officinaes das differentes classes, amnistiados pelo decreto n. 10 de 21 de outubro de 1895.....	836
N. 2674 — GUERRA — Decreto de 16 de novembro de 1897 — Manda reverter ao serviço activo do Exército os officinaes amnistiados pelo decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895.....	839
N. 2675 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de novembro de 1897 — Approva as bases das tarifas e as taxas accessorias da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	841
N. 2676 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 132:800\$998 sob a rubrica — Exercicios findos — destinado ao pagamento do nickel e cobre importados no exercicio de 1896	848
N. 2677 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 380:000\$000, para pagamento dos ordenados, vencidos e por vencer, até 31 de dezembro de 1897, dos magistrados aposentados e readmittidos á disponibilidade, por decisão judiciaria	848
N. 2678 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 13:570\$400, para pagamento das despesas realizadas com os funeraes do marechal Carlos Machado de Bittencourt.	849
N. 2679 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1897 — Publica a adhesão do Estado livre de Orange á Convenção Postal Universal (convenção principal).....	849

	Pags.
N. 2680 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1897 — Concede autorização á Associação de Auxílios Mutuos entre os Funcionarios do Estado do Rio de Janeiro, denominada — Mutualidade — para funcionar.....	850
N. 2681 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1897 — Concede autorização á <i>The Sears Pará Rubber Company</i> , para funcionar na Republica.....	853
N. 2682 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1897 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, para varias obras de melhoramento na cidade e no porto do Rio de Janeiro.....	877
N. 2683 — FAZENDA — Decreto de 23 de novembro de 1897 — Abre o credito supplementar de 3:343.572 á verba — Exercicios findos — do orçamento de 1897, para pagamento de vencimentos ao carteiro de 1. ^a classe da Repartição Geral dos Correios, Philomeno Jocelin Ribeiro.....	877
N. 2684 — FAZENDA — Decreto de 23 de novembro de 1897 — Abre o credito supplementar de 3:000\$ á verba — Exercicios findos — do orçamento de 1897, para pagamento de vencimentos ao 3. ^o official da Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro, José Francisco Rodrigues.....	878
N. 2685 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado, e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	879
N. 2686 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores, e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados.....	879
N. 2687 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1897 — Crea duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de cavallaria, de Guardas Nacionais na comarca de S. Bento do Sapucahy, no Estado de S. Paulo.....	880
N. 2688 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1897 — Crea duas brigadas de Guardas Nacionais na comarca da Capella, no Estado de Sergipe.....	880
N. 2689 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.....	881

	Pags.
N. 2690 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Pedro de Piracicaba, no Estado de S. Paulo.....	881
N. 2691 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. José, no Estado de Santa Catharina....	882
N. 2692 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Guarabira, no Estado da Parahyba.....	882
N. 2693 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1897 — Dá instrucções para a eleição de Presidente e Vice-Presidente da Republica.....	883
N. 2694 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1897 — Concede ao <i>Brasilianische Bank für Deutschland</i> autorização para estabelecer uma caixa filial na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.....	896
N. 2695 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1897 — Autorisa o Ministerio da Fazenda a contrahir um emprestimo na importancia de 60.000:000\$, emittindo apolices do valor nominal de 1:000\$ e juros de 6% ao anno.....	896
N. 2696 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores os creditos de 9:750\$, suplementar á verba 9, « Ajudas de custo », e de 5:480\$ á verba 29, « Despezas imprescindiveis com os exames geraes de preparatorios ».....	897
N. 2697 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Reorganisa a Guarda Nacional do Estado de Matto Grosso.....	898
N. 2698 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes.....	899
N. 2699 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Montes Claros, no Estado de Minas Geraes.....	899
N. 2700 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.....	900
N. 2701 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Lavras, no Estado de Minas Geraes.....	900
N. 2702 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de in-	

	Pags.
fantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Miguel de Guanhães, no Estado de Minas Geraes.....	901
N. 2703 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Ferreiros, no Estado de Minas Geraes.....	901
N. 2704 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itabira, no Estado de Minas Geraes.....	902
N. 2705 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Conceição do Serro, no Estado de Minas Geraes.....	902
N. 2706 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Bagagem, no Estado de Minas Geraes.....	903
N. 2707 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Pedro de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes.....	903
N. 2708 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes.....	904
N. 2709 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Frutal, no Estado de Minas Geraes.....	904
N. 2710 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes.....	905
N. 2711 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado de Minas Geraes.....	905
N. 2712 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Sebastião do Paraizo, no Estado de Minas Geraes.....	906
N. 2713 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Santa Rita de Cassia, no Estado de Minas Geraes.....	906
N. 2714 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Jacuhy, no Estado de Minas Geraes.....	907

Pags.

N. 2715 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Passos, no Estado de Minas Geraes.....	907
N. 2716 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes.....	908
N. 2717 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Caldas, no Estado de Minas Geraes.....	908
N. 2718 — MARINHA — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 200:000\$, supplementar á verba — Hospitales, n. 16 do art. 4º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.....	909
N. 2719 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 30:000\$, ao cambio de 27, á rubrica 4ª do art. 3º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.....	909
N. 2720 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1897 — Publica a adhesão definitiva do Governo Chinez á União Postal Universal e o theor das regras adoptadas para o serviço da correspondencia proveniente dos paizes da União.....	910
N. 2721 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 94:000\$, supplementar á verba — Diligencias policiaes, n. 14 do art. 2º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.....	910
N. 2722 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 255:757\$119, supplementar a diversas verbas do art. 2º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.....	911
N. 2723 — GUERRA — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 259:982\$930, para occorrer ás obras necessarias na Fabrica de Polvora da Estrella.....	912
N. 2724 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Concede autorização á <i>Manchester Fire Assurance Company</i> para estabelecer novas agencias nos diversos Estados da Republica.....	912
N. 2725 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1897 — Transfere do Ministerio da Fazenda para o da Industria, Viação e Obras Publicas os serviços de construção e reparos dos proprios nacionaes de que trata o n. 26 do art. 7º da lei n. 429 de 10 de dezembro de 1896.....	913
N. 2726 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de in-	

	Pags
fantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Porto de Móz, no Estado do Pará.....	913
N. 2727 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Joinville, no Estado de Santa Catharina.....	914
N. 2728 — FAZENDA — Decreto de 8 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 450:000\$, supplementar á verba — Reposições e restituições.....	914
N. 2729 — MARINHA — Decreto de 9 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 1.447:715\$468, supplementar a varias verbas do art. 4º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.....	915
N. 2730 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 123:750\$, sendo 28:350\$ á verba — Subsídio aos senadores, e 95:400\$ á verba — Subsídio aos deputados.....	915
N. 2731 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas credits extraordinarios, especiaes e supplementares, na importancia total de 27.346:149\$845, para occorrer ao pagamento de despezas pertencentes ao mesmo Ministerio.....	916
N. 2732 — GUERRA — Decreto de 10 de dezembro de 1897 — Manda reverter ao serviço activo do Exército o capitão de artilharia Manoel Francisco Moreira Sobrinho.....	918
N. 2733 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:709\$677, para pagar ao ex-escriptuario do Pedagogium os vencimentos que lhe competirem, e á viuva do ex-director do mesmo estabelecimento os que este deixou de receber.....	919
N. 2734 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 26:239\$982, sendo 10:273\$322 á verba — Secretaria do Senado — e 15:966\$660 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	919
N. 2735 — GUERRA — Decreto de 11 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1:388\$498, supplementar a diversas verbas do art. 5º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.....	920
N. 2736 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1897 — Manda trancar as contas do ex-almoxarife do Arsenal de Guerra do Estado de Matto Grosso, Theophilo Antunes de Miranda.....	922
N. 2737 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1897 — Proroga até 31 de janeiro proximo futuro o estado de sitio declarado pelo decreto legislativo n. 456, de 12 do mez passado.....	922

	Pags.
N. 2738 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1897 — Releva ao major Antonio Caetano Rodrigues Horta, collector de rendas do municipio de Juiz de Fora, o pagamento da quantia de 6:531\$900.....	923
N. 2739 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 546:970\$821 para attender á restituição de armazenagens cobradas nas Alfandegas do Rio Grande do Sul.....	923
N. 2740 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1897 — Fixa definitivamente em 165:495\$912 o capital empregado na construção da estrada de ferro em trafego de Caxias a Cajazeiras.....	924
N. 2741 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1897 — Supprime a ultima parte da clausula 2ª das que baixaram com o decreto n. 2192, de 16 de dezembro de 1895.....	924
N. 2742 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para execução do decreto legislativo n. 452, de 3 de novembro de 1897.....	925
N. 2743 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1897 — Manda executar em todas as Alfandegas e Mesas de Rendas habilitadas da Republica a nova Tarifa e suas disposições preliminares.....	928
N. 2744 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para execução do art. 17 da lei n. 423, de 10 de dezembro de 1896.....	928
N. 2745 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1897 — Extingue logares na Repartição Geral dos Telegraphos.....	931
N. 2747 (*) — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1897 — Approva o regulamento concernente ao registro internacional das marcas de fabrica e de commercio.....	932
N. 2748 — MARINHA — Decreto de 20 de dezembro de 1897 — Manda reverter para o quadro activo da Armada officiaes amnistiados pelo decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895.....	935
N. 2749 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1897 — Estabelece pena para os passageiros que viajarem sem bilhete na Estrada de Ferro Conde d'Eu.....	935
N. 2750 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1897 — Approva a planta e orçamento para a construção de uma casa destinada ao mestre de linha da 6ª secção no kilometro 30 do ramal do Rio Negro, da Estrada de Ferro do Paraná.....	936
N. 2751 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de ca-	

(*) O decreto n. 2746 não foi publicado.

	Pags.
vallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.....	936
N. 2752 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na Capital do Estado do Espirito Santo.....	937
N. 2753 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Linhares, no Estado do Espirito Santo.....	938
N. 2754 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Joaquim, no Estado de Santa Catharina.....	938
N. 2755 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Lages, no Estado de Santa Catharina.....	939
N. 2756 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Carmo do Rio Claro, no Estado de Minas Geraes.....	939
N. 2757 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para execução do art. 1º n. 40 e art. 4º da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1857.....	940
N. 2758 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Piumhy, no Estado de Minas Geraes.....	941
N. 2759 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.....	942
N. 2760 — MARINHA — Decreto de 24 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 300:000\$ para despezas da verba — Combustivel — do exercicio de 1897.....	942
N. 2761 — MARINHA — Decreto de 24 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 250:000\$ para despezas da verba — Eventuaes — do exercicio de 1897.....	943
N. 2762 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1897 — Suspende por dous dias, em relação á comarca de Nitheroy, do Estado do Rio de Janeiro, o estado de sitio declarado pelo decreto n. 2737.....	944
N. 2763 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1897 — Extingue logares na Directoria Geral de Estatistica.....	944
N. 2764 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio	

Pags.

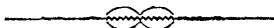
da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 6:000\$ para completar o pagamento dos vencimentos de 10 bilheteiros da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	945
N. 2765 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1897 — Altera algumas disposições da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas.....	946
N. 2766 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1897 — Approva o Regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.....	947
N. 2767 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1897 — Approva o orçamento das obras de installação de condensadores nas machinas fixas dos 2º e 3º planos inclinados da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.....	967
N. 2768 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1897 — Altera o pessoal e dá nova distribuição aos serviços a cargo da Directoria Geral de Estatistica.....	967
N. 2769 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para a cobrança do sello das apolices de companhias de seguros que não tem séde no paiz.....	969
N. 2770 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1897 — Substitue as tabellas A e B a que se refere o regulamento que baixou com o decreto n. 1207, de 3 de fevereiro de 1893.....	970
N. 2771 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Bento, no Estado de Santa Catharina.....	973
N. 2772 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Brusque, no Estado de Santa Catharina.....	974
N. 2773 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo do sal.....	974
N. 2774 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo dos phosphoros.....	980
N. 2775 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para a cobrança do imposto sobre vencimentos e subsidios.....	989
N. 2776 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1897 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 72:000\$ para aquisição de duas lanchas para o serviço da Alfandega desta Capital.....	992
N. 2777 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo do fumo.....	992

	Pags.
N. 2778 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1897 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de bebidas.....	1015
N. 2779 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1897 — Augmenta as contribuições dos pensionistas do Hospicio Nacional de Alienados.....	1031
N. 2780 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1897 — Fixa o pessoal da Contadoria Geral da Guerra, de accordo com a lei n. 490, de 16 do corrente mez.....	1031
N. 2781 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1897 — Supprime a Alfandega de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.....	1032
N. 2782 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Affuá, no Estado do Pará.....	1033
N. 2783 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1897 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Alemquer, no Es- tado do Pará.....	1033

ADDITAMENTO

N. 2581 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1897 — Approva os estudos da variante entre o kilometro 333+380 e 366+420 da linha de Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana.....	1037
---	------

ACTOS DO PODER EXECUTIVO



1897

DECRETO N. 2423 — DE 2 DE JANEIRO DE 1897

Concede á sociedade anonyma *Banque Française du Brésil*, com sêde em Pariz, autorisação para estabelecer uma caixa filial ou succursal nesta Capital e agencias nas cidades de Santos e S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu L. Housset, como director-geral da sociedade anonyma *Banque Française du Brésil*, com sêde em Pariz, resolve conceder á mesma sociedade autorisação para estabelecer uma caixa filial ou succursal nesta Capital e agencias nas cidades de Santos e S. Paulo, mediante as clausulas seguintes:

1.^a O prazo da duração da presente concessão será de vinte annos.

2.^a A referida sociedade sujeitará a administração de sua caixa filial ou succursal e agencias ás leis e regulamentos, que regem actualmente no Brazil ou regerem de futuro os outros estabelecimentos dessa natureza, fundados por sociedades anonymas.

3.^a A sociedade ficará sujeita ás leis e tribunaes do Brazil quanto ás questões que sobrevierem entre quaesquer interessados domiciliados no Brazil e a sociedade, e á fiscalisação do Governo.

Poder Executivo 1897

4.^a Não serão observadas no Brazil as alterações dos estatutos enquanto o Governo não approval-as.

Art. 2.^o Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de janeiro de 1897, 9^o da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2424 — DE 2 DE JANEIRO DE 1897

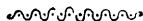
Providencia para a execução do n. 7, art. 6.^o da lei n. 429 de 10 de dezembro de 1896.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução do n. 7, art. 6.^o, da lei n. 429 de 10 de dezembro de 1896, declara extinta a Inspectoria Geral de Estradas de Ferro, e revogado o decreto n. 1164 de 9 de dezembro de 1892, que deu regulamento á dita Inspectoria.

Capital Federal, 2 de janeiro de 1897, 9^o da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2425 — DE 2 DE JANEIRO DE 1897

Supprime a fiscalisação dos engenhos centraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao disposto na Lei de orçamento vigente, decreta:

Artigo unico. Fica supprimida, observando-se as disposições dos §§ 5.^o e 19.^o do art. 6.^o da citada lei, a Fiscalisação dos Engenhos Centraes, cujo serviço passará a ser desempenhado pelos

fiscâes das estradas de ferro, sem augmento de vencimentos, e conforme as instrucções que nesta data são expedidas pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 2 de janeiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2426 — DE 2 DE JANEIRO DE 1896

Supprime a Agencia Central de Immigração.

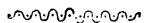
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao disposto na Lei de orçamento vigente, decreta :

Artigo unico. Fica supprimida a Agencia Central de Immigração ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de janeiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2427 — DE 2 DE JANEIRO DE 1897

Transfere para a Directoria Geral da Industria os serviços actualmente a cargo da Agencia Central de Immigração.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao disposto na Lei de orçamento para o exercicio de 1897, decreta:

Art. 1.º Os serviços actualmente a cargo da Agencia Central de Immigração passam a ser exercidos pela 2ª secção da Directoria Geral da Industria.

Art. 2.º Ao director geral da industria incumbê:

§ 1.º Dirigir e inspecionar todos os trabalhos referentes à immigração espontanea.

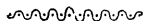
§ 2.º Nomear o pessoal da hospedaria de immigrants a cargo do Governo Federal, excepto os respectivos administradores ; exercendo neste serviço todas as attribuições conferidas ao inspector geral das terras e colonisação pelo decreto n. 603 de 26 de julho de 1890.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de janeiro de 1897, 9.ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2428 — DE 8 DE JANEIRO DE 1897

Approva os estudos definitivos do trecho comprehendido entre Morada Nova e S. Sebastião, na extensão total de 341.963 kilometros, da Estrada de Ferro de Araxá a Peçanha.

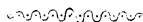
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro do Peçanha ao Araxá, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os estudos definitivos que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Vição da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas, do trecho comprehendido entre Morada Nova e S. Sebastião, na extensão total de 341.963 hilometros da Estrada de Ferro do Araxá ao Peçanha, devendo vigorar a tabella de preços já approvada anteriormente para os outros trechos, e para material os preços das respectivas facturas originaes.

Capital Federal, 8 de janeiro de 1897, 9.ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2429 — DE 8 DE JANEIRO DE 1897

Concede authorisação á *The Sant'Anna Gold Mining Company, limited*, successora da *The D. Pedro Gold Mining Company, limited*, para funcionar na Republica.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a *The Sant'Anna Gold Mining Company, limited*, successora da *The D. Pedro Gold Mining Company, limited*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida authorisação á *The Sant'Anna Gold Mining Company, limited*, successora da *The D. Pedro Gold Mining Company, limited*, para funcionar na Republica com os estatutos e contracto que apresentou sob as clausulas a que se referem os decretos ns. 919, de 2 de julho de 1892 e 1146, de 22 de novembro do mesmo anno; ficando, outrosim, a companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 8 de janeiro de 1897, 9ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

Joaquim D. Murtinho.

Eu, abaixo assignado, Johannes Jochim Christian Voigt, traductor publico juramentado e interprete commercial matriculado no Meritissimo Tribunal Commercial desta praça para as linguas allemã, franceza, ingleza, sueca, dinamarqueza, hollandeza e hespanhola, escriptorio na rua Primeiro de Março n. 41, 1º andar:

Certifico pela presente em como me foi apresentado um documento escripto na lingua ingleza, afim de traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente vertido diz o seguinte:

TRADUCÇÃO

CERTIFICADO DE INCORPORAÇÃO DA — «THE SANT'ANNA GOLD MINING COMPANY, LIMITED» — LONDRES

Em papel sellado de cinco schillings, tendo na parte superior as armas da Inglaterra e o carimbo da repartição dos registros de companhias, em 10 de julho de 1896.

Certificado de incorporação de uma companhia.

Certifico pelo presente que a *Sant'Anna Gold Mining Company, limited*, foi incorporada de accordo com as leis de 1862 a 1890, referentes a companhias, como uma sociedade anonyma de responsabilidade limitada, no dia 8 de abril de 1896.

Dado sob minha assignatura, em Londres, neste dia 10 de julho de 1896.— *Ernest Cleave*, ajudante do registrador de companhias anonymas.

Leis de Companhias de 1862, secção 174.

Em papel marcado.— *John Venn & Sons*, notario publico e traductor — Telephone n. 1.264 — 3 Pop's Head Alley Londres.

Eu abaixo assignado, William Eustace Venn, desta cidade de Londres, tabellião publico, por alvará régio, devidamente constituido, juramentado e em exercicio, pelo presente certifico que a traducção que precede é versão fiel e conforme do certificado de incorporação da companhia donominada *The Sant'Anna Gold Mining Company, limited*, que vae aqui annexo, sob meu sello official, e que o dito certificado, achando-se revestido da assignatura, que reconheço ser verdadeira, do Sr. Ernesto Cleave, ajudante de registrador de sociedades anonymas na Inglaterra, é digno de toda a fé e credito, assim como o é a referida traducção, tanto nos tribunaes de justiça como fóra delles. Em testemunho do que, para constar onde convier e para todos os effeitos legaes, passo o presente, que assigno e sello com o meu dito sello official, em Londres, aos 21 dias do mez de julho de 1896.— *W. E. Venn*, tabellião publico.

Estava uma estampilha de um shilling, devidamente inutilisada e o sello official do referido notario publico em Londres,

Reconheço verdadeira a assignatura junta do Sr. William Eustace Venn, tabellião publico nesta cidade, que legalisa o documento junto n. 1, rubricado por mim.

E para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente, que assignei e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em Londres, aos 21 de julho de 1896.— *Luiz Augusto da Costa*, vice-consul — 22 de julho de 1896.

Sobre duas estampilhas consulares, no valor total de 3\$000.

N. 329 — Recebi 6^s/9^l. — *Costa*. Ao lado estava o sello do Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Londres.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, consul do Brazil em Londres.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1896.— Pelo director geral — *L. P. da Silva Rosa*. Sobre quatro estampilhas no valor collectivo de 520 réis. Ao lado estava o sello da Secretaria das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Estava sellado com quatro estampilhas do Thesouro Nacional, no valor total de 1\$320, devidamente inutilisadas com o carimbo da Recebedoria da Capital Federal, em 23 de setembro de 1896.

Nada mais continha o referido documento que fielmente verti do proprio original ao qual me reporto.

Em fé do que passei a presente que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 24 de outubro de 1896.— *Johannes Jochim Christian Voigt*, traductor publico juramentado.

Recebi. Emolumentos.....	15\$000
Estampilhas	1\$100
Rs.....	16\$100

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1896.— *Joh. Joch. Chr. Voigt*.

Eu, abaixo assignado, *Johannes Jochim Christian Voigt*, traductor publico juramentado e interprete commercial matriculado no Meritissimo Tribunal Commercial desta praça, para as linguas allemã, franceza, ingleza, sueca, dinamarqueza, hollandeza e hespanhola. Escriptorio na rua Primeiro de Março n. 41, 1º andar.

Certifico pela presente em como me foi apresentado um documento escripto na lingua ingleza, afim de o traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e, litteralmente vertido, diz o seguinte :

TRADUÇÃO

ESCRITURA DE SOCIEDADE E ESTATUTOS DA « THE SANT'ANNA GOLD MINING COMPANY, LIMITED »

The Sant'Anna Gold Mining Company, limited. Escriptura de sociedade e estatutos, datados no dia 8 de abril de 1896. *Bircham & Comp.*, solicitadores, 50 Old Broad Street, Londres, E. C.

Escriptura de sociedade e estatutos da *The Sant'Anna Gold Mining Company, limited*, incorporada no dia 8 de abril de 1896. *Bircham & Comp.*, 50 Old Broad Street, Londres, E. C. Impresso por *Mead Burt & Comp.*, 50 Old Broad Street, Londres, 1896.

INDICE

	Paginas
Escriptura da sociedade.....	1
Estatutos	9
Interpretação	9
Constituição.....	11
Negocio.....	11
Certificados.....	12
Chamadas.....	13

	Páginas
Confiscações e direito de retenções.....	15
Preceitos geraes relativos á transferencia e transmissão de acções.....	17
Conversão de acções em stock.....	19
Augmento e redução de capital.....	20
Obrigações e obrigações hypothecarias.....	22
Assembléas geraes.....	23
Modo de proceder nas assembléas geraes.....	24
Votos de accionistas.....	27
Directores.....	29
Rotação dos directores.....	31
Directores gerentes.....	32
Modo de proceder dos directores.....	33
Actas.....	35
Poderes dos directores.....	36
Contabilidade.....	41
Verificação de contas.....	42
Avisos.....	43
Liquidação.....	45
Indemnização.....	46
Alteração do regulamento.....	47

— 47,497 — C. N. L. 46.492/2 —

Estava o carimbo da repartição para o registro de companhias, e quatro estampilhas inglezas, devidamente inutilizadas.

Registrados 14.899 — 8 de abril de 1896.

Companhia de responsabilidade limitada, em acções.

ESCRITURA DE SOCIEDADE DA « SANT'ANNA GOLD MINING COMPANY, LIMITED »

1.º O nome da compaahia é *The Sant'Anna Gold Mining Company, limited*.

2.º O escriptorio registrado da companhia será na Inglaterra.

3.º Os fins com que a companhia se estabelece são os seguintes :

a) Comprar, tomar a seu cargo, ou adquirir de outro modo os bens e os direitos mineiros e outros da *The Don Pedro Gold Mining Company, limited*, actualmente em liquidação.

b) Comprar, tomar de arrendamento ou de outro modo adquirir e explorar minas, arrecifes, mineraes e direitos mineiros na Republica do Brazil, e adquirir por compra ou por outra maneira quaesquer valores ou productos mineraes para trabalhar e tornar os mesmos vendaveis e vender e dispor dos mesmos e fazer pesquisas por ouro e outros mineraes na dita Republica do Brazil.

c) Explorar e fazer contractos para a exploração por outras pessoas ou companhias das minas, arrecifes, direitos mineiros e outros bens a adquirir pela companhia da *Dom Pedro Gold Mining Company, limited*, em liquidação, e de quaesquer outras minas, arrecifes, direitos mineiros e bens que de tempos a tempos sejam comprados, tomados de arrendamento ou de outro modo adquiridos pela companhia ou de qualquer ou quaesquer outras partes d'elle e esmigalhar, lavar, fundir e amalgamar o minerio e tornar vendavel o producto d'elle, quer seja realmente tirado das minas e obtido pela companhia quer não, e desenvolver os recursos das ditas minas e dos ditos bens, e esmigalhar, lavar, fundir, reduzir, amalgamar e tornar vendavel o producto de quaesquer minas, quer pertencentes á companhia, quer não.

d) Entrar em, e levar a effeito com as modificações (si houver alguma) que forem ajustadas, um contracto entre a *Dom Pedro Gold Mining Company, limited* (de ora em diante aqui chamada a Primeira Companhia D. Pedro) e Sir Frederico Dixon Haatland, baronete, membro do parlamento; Albert James Atkey, capitalista; Henri Tolputt, capitalista; liquidadores da Primeira Companhia D. Pedro, de uma parte, e a *Dom Pedro Gold Mining Company, limited*, a que no correr desta se referirá sob a denominação de Segunda Companhia D. Pedro, e os ditos Sir Frederick Dixon Dixon Haatland, Albert James Atkey e Henry Tolputt, liquidadores da Segunda Companhia D. Pedro, da segunda parte e esta companhia (de ora avante chamada a Nova Companhia), da terceira parte, o qual foi preparado e que para o fim de identificação foi rubricado por um dos subscriptores da presente, para adquirir os bens pertencentes á, e o negocio conduzido pela Segunda Companhia D. Pedro.

e) Vender, dar de arrendamento, ou de outra fôrma dispor das minas, arrecifes, direitos mineiros, fazendas e bens da companhia ou qualquer parte dellas ou delles, e fazer contractos para o desenvolvimento e exploração de qualquer parte ou quaesquer partes dellas ou delles, por diversas companhias, sociedades ou pessoas.

f) Comprar, tomar de arrendamento ou de outro modo adquirir, quaesquer terras ou herdades, ou quaesquer direitos ou interesses nellas, e qualquer material, machinismo ou gado, ou outros bens de raiz ou moveis necessarios ou convenientes para os fins da companhia, e adquirir por applicação original ou compra, ou de qualquer outra maneira, quaesquer direitos de patente, ou outros privilegios applicaveis a ellas ou elles, e construir, conservar, ou reunir-se a qualquer outra, ou a quaesquer outras pessoas, ou pessoa, companhia ou companhias, para comprar, construir e conservar caminhos, estradas de ferro, linhas de bonds, edificios, machinas, fabricas, açudes, aqueductos, reservatorios e canaes e quaesquer outras obras conducentes aos fins da companhia.

g) Promover ou contribuir para quaesquer obras ou emprezas publicas, offerecendo facilidade para quaesquer dos fins da companhia.

h) Formar, promover, estabelecer e introduzir ou reunir-se e assistir em formar, promover, estabelecer e introduzir qualquer outra companhia ou quaesquer outras companhias, cuja responsabilidade seja limitada, e que tenha ou tenham fins semelhantes ou parcialmente semelhantes aos desta companhia, e fazer, vender ou dispor de a tal ou qualquer companhia, ou a taes ou quaesquer companhias, ou a qualquer pessoa ou a quaesquer pessoas, todos ou qualquer parte dos bens desta companhia, e acceitar em pagamento ou parte do pagamento dos mesmos, dinheiro ou acções, obrigações hypothecarias, ou outras obrigações de qualquer tal companhia ou de quaesquer taes companhias.

i) A adquirir a clientella e o activo ou qualquer parte ou quaesquer partes delles e assumir as responsabilidades ou qualquer parte ou quaesquer partes das responsabilidades de qualquer companhia ou sociedade, cuja responsabilidade seja limitada, e que tenha fins semelhantes a qualquer dos fins da companhia, quer absolutamente, quer a titulo de amalgamação no todo ou em parte ou de outro modo.

j) Entrar em sociedade ou em qualquer convenio, para partilhar dos lucros, união de interesses ou cooperação com qualquer pessoa ou companhia que conduza ou esteja para conduzir qualquer negocio que esta companhia seja autorisada a conduzir, ou qualquer negocio ou transacção capaz de ser conduzido de modo a directa ou indirectamente beneficiar esta companhia, e tomar ou de outro modo adquirir e possuir acções ou fundos de qualquer tal companhia.

k) Fazer adeantamentos a freguezes da, e a pessoas que tiverem negocios com a companhia.

l) Obter dinheiro da maneira que a companhia julgar conveniente, e em particular emittir obrigações hypothecarias (perpetuas ou de outro modo) com ou sem onus sobre todos ou quaesquer dos bens da companhia (tanto actuaes, como futuros), incluindo o seu capital por chamar.

m) Augmentar o capital da companhia de tempos como a companhia julgar conveniente, mediante a emissão de novas acções ou certificados de acções com ou sem direito preferencial a dividendos sobre as acções originaes.

n) Fazer todas as cousas que são incidentaes ou conducentes ao logro dos supracitados fins, ou de qualquer delles, ou de qualquer modo necessarios ou convenientes para os fins desta companhia.

4.º A responsabilidade dos accionistas é limitada.

5.º O capital da companhia é £ 150.000, dividido em 150.000 acções de £ 1, cada uma.

Nós, as diversas pessoas cujos nomes, moradas e occupações vão subscriptos, pretendemos formar-nos em uma companhia em consequencia desta escriptura de sociedade, e respectivamente concordamos em tomar o numero de acções do capital da companhia, posto ao lado dos nossos respectivos nomes.

Nomes, moradas e occupações dos subscriptores	N. de acções tomadas por cada um
Henry Tolputt, 32 Great St. Helen's Londres E. C. — Negociante.....	Uma
Walter Jacob, 19 Glazeburg Road, West Kensington, W. — Capitalista.....	Uma
Albert James Atkey, 90 Cannon St. Londres — Enge- nheiro	Uma
Reginald Norton Dawson, 24. Devonshire Chambers Bishopsgate St. Wt. E. C. — Secretario de compa- nhas publicas.....	Uma
W. E. Venn, Thornton House, Bickley — Capitalista..	Uma
Alfred J. Kent, 8 Cross Road, South Wimbledon — Contador.....	Uma
Samuel Lawnter, 112 Fern Park Road, Strond Green, Middlesex — Capitalista.....	Uma

Datada neste dia 30 de março de 1896. — Testemunhas das assignaturas supra. — *Glasse*, 24 — 6, Devonshire Chambers Bishopsgate Street Without, Londres E. C. — Empregado.

Cópia fiel — Ernest Cleave, ajudante do registrador de Companhias Anonymas — Ao lado estava o sello da Repartição, para registro de Companhias Anonymas em Londres. — E. D. L. D. W. D. S.

(Carimbo da Repartição para o registro da companhia) — Registradas 14.900 — 8 de abril de 1896.

Estavam tres estampilhas, devidamente inutilizadas.

Estatutos da « Sant'Anna Gold Mining Company Limited »

INTERPRETAÇÃO

1. Na interpretação destes estatutos, as seguintes palavras e expressões tem as seguintes significações, a menos que sejam excluidas pelo assumpto ou contexto :

A) « A Companhia » significa a « The Sant' Anna Gold Mining Company, limited ».

B) « Os presentes » significa e incluye a escriptura de sociedade da companhia e estes estatutos e os regulamentos da companhia em vigor de tempos a tempos.

C) « Capital » significa o capital da companhia a todo tempo ; « acções » significa as acções da companhia a todo tempo.

D) « Directores » significa os directores da companhia a todo tempo, ou, como seja o caso, os directores reunidos em conselho de administração.

E) « Assembléa ordinaria » e « Assembléa extraordinaria » significam respectivamente uma assembléa geral ordinaria da companhia, ou, como seja o caso, uma assembléa geral extraordinaria da companhia, devidamente convocadas e constituídas, e qualquer adiada reunião dellas.

F) « Assembléa geral » significa uma assembléa ordinaria ou uma assembléa extraordinaria.

G) « Conselho de administração » significa uma reunião dos directores, devidamente convocada e constituída, ou, como seja o caso, os directores reunidos em conselho de administração.

H) « Resolução especial » significa uma resolução especial como foi definida pela secção 51 da lei de 1826, referente a companhias.

I) « Resolução extraordinaria » significa uma resolução da companhia, passada de tal maneira que, sendo confirmada por uma assembléa reunida no devido tempo, viria a ser uma resolução especial.

J) As palavras que sómente exprimem o numero singular, incluem o numero plural ; e as palavras que sómente exprimem o numero plural, incluem o numero singular ; as palavras que exprimem o genero masculino sómente, incluem o genero feminino.

CONSTITUIÇÃO

2. Os artigos da tabella A da lei de companhias, de 1862, não deverão ter applicação à companhia, mas em vez delles, os seguintes deverão ser os regulamentos da companhia.

NEGOCIO

3. O negocio da companhia deverá comprehender todos ou quaesquer dos objectos mencionados ou incluídos na escriptura de sociedade e todos os assumptos accidentaes, e poderá ser começado logo que o conselho de administração julgar conveniente, e não obstante que uma parte do capital sómente tenha sido subscrita.

COMPRA DE ACÇÕES

4. Nenhuma parte dos dos fundos da companhia deverá ser empregada pelos directores ou pela companhia na compra de, ou em empréstimos sobre o penhor, das acções da companhia.

AVERBAMENTO DE ACÇÕES

5. As acções deverão estar sob o governo dos directores, os quaes poderão, com sujeição ás previsões destes estatutos, averbar ou de outro modo dispor das mesmas ás ou nas pessoas, nos termos e condições e na occasião ou nas occasiões que os directores julgarem convenientes.

PODER PARA ASSIGNAR DOCUMENTOS

6. Nenhuma pessoa, excepto os directores e os gerentes e outras pessoas expressamente autorizadas pelo conselho de administração para isso, e obrando dentro dos limites da autorização conferida nellas pelo conselho de administração, deverá ter autorização alguma para fazer, acceitar ou endossar qualquer nota promissoria, ou letra de cambio, ou outro instrumento negociavel, em representação da companhia, ou para entrar em qualquer contracto de maneira a impor por elle qualquer responsabilidade á companhia, ou de outro modo empenhar o credito da companhia.

FIDEI-COMMISSARIOS

7. Os directores poderão transferir a, ou investir em um fidei-commissario ou em tidei-commissarios, quer sejam pessoas, quer corporações, a totalidade ou qualquer parte da empresa ou dos bens da companhia, como penhor para qualquer emprestimo da companhia ou differentemente.

AS PRESTAÇÕES SOBRE ACÇÕES DEVERÃO SER DEVIDAMENTE PAGAS

8. Si pelas condições de averbamento de qualquer acção a totalidade ou parte da importancia dellas for pagavel por meio de prestações, cada tal prestação deverá, quando vencida, ser paga á companhia pelo possuidor da acção.

RESPONSABILIDADES DOS POSSUIDORES COLLECTIVOS DE ACÇÕES

Os possuidores collectivos de uma acção deverão ser individualmente, assim como collectivamente, responsaveis pelo pagamento de todas as prestações e chamadas devidas com respeito á tal acção.

NÃO SE RECONHECE FIDEI-COMMISSOS

9. A companhia deverá ter o direito de tratar o possuidor registrado de cada acção, como dono absoluto della, e em confor-

midade não deverá ser obrigada a reconhecer pretensão alguma de equidade ou outra â. ou interesse na, tal acção da parte de qualquer pessoa, salvo como aqui está provido.

CONTRACTO DE TRANSFERENCIA

10. Os directores deverão, e aqui se lhe exige, immediatamente depois da incorporação da companhia, celebrar o contracto a que se faz referencia na secção 3 D) da escriptura da sociedade, e os directores deverão fazer todas as cousas necessárias ou expedientes para levarem a effeito o contracto com plenos poderes, não obstante, para os directores consentirem em qualquer modificação ou alteração do tal rascunho de contracto.

CERTIFICADOS

CERTIFICADOS

11. Os certificados de títulos de acções deverão ser emitidos sellados com o sello da companhia, e assignados por dous dos directores e referendados pelo secretario ou por qualquer outra pessoa nomeada pelos directores.

QUEM TEM DIREITO

12. Todo accionista deverá ter direito a um certificado de acções registradas em seu nome, ou a varios certificados, sendo cada um para uma porção de taes acções.

Todo o certificado registrado no nome de duas ou mais pessoas deverá ser entregue à pessoa nomeada em primeiro logar no registro.

Todo o certificado de acções deverá especificar o numero de acções com respeito às quaes elle for emitido, e quantia paga sobre ellas.

EMIÇÃO DE NOVO CERTIFICADO EM LOGAR DE UM DESFIGURADO, PERDIDO OU DESTRUÍDO

13. Si qualquer certificado for damnificado pelo uso ou desfigurado, então ao ser elle apresentado aos directores, elles poderão ordenar que o mesmo seja cancellado e emittir um novo certificado em logar d'elle, e si qualquer certificado for perdido ou destruído, então ao dar-se prova disso que satisfaça aos directores, e ao dar-se a indemnisação que os directores julgarem adequada, um novo certificado deverá ser dado em logar d'elle, a pessoa que tiver direito a tal certificado perdido ou destruído

CUSTO

14. A somma de um shilling deverá ser paga á companhia por cada tal novo certificado emittido depois da emissão original do capital por elle representado.

CHAMADAS

CHAMADAS

15. Os directores poderão de tempos a tempos fazer aos accionistas as chamadas que elles julgarem convenientes com respeito a todas as sommas de dinheiro não pagas sobre as acções respectivamente possuidas por elles, e que não sejam feitas pagaveis em épocas fixas pelas condições de averbamento, e cada accionista deverá chamar, aliás, deverá pagar a importancia de toda a chamada assim a elle feita, ás pessoas e nas épocas e logares nomeados pelos directores.

Uma chamada poderá ser feita pagavel em prestações.

Uma chamada deverá ser considerada como feita na occasião em que a resolução dos directores que autorizem tal chamada for passada.

RESTRICÇÕES SOBRE O PODER DE FAZER CHAMADA

16. Nenhuma chamada poderá exceder uma quinta parte da importancia nominal da acção, ou ser feita pagavel dentro de dous mezes, depois da ultima chamada precedente ter sido pagavel.

AVISO DE CHAMADA

17. Pelo menos um mez de aviso de qualquer chamada deverá ser dado, declarando a data e o logar do pagamento e a pessoa a quem tal chamada deverá ser paga.

QUANDO SERÃO PAGAVEIS JUROS SOBRE CHAMADAS
OU PRESTAÇÕES

18. Si a somma pagavel com respeito a qualquer chamada ou prestação não for paga no, ou antes do dia indicado para o pagamento della, o possuidor que na occasião o for da acção com respeito á qual a chamada tiver sido feita ou a prestação for devida, deverá pagar juros pela mesina á razão de 11 % ao anno, desde o dia indicado para o pagamento della até a data do pagamento real.

Os directores deverão ter em qualquer caso a faculdade de, si elles julgarem proprio, prescindirem dos juros completamente.

PAGAMENTO DA CHAMADA ADEANTADO

19. Os directores poderão, si elles julgarem conveniente, receber de qualquer accionista que desejar pagar, todo ou qualquer parte do dinheiro devido sobre as acções por elle possuidas, além das sommas na realidade chamadas, e sobre as sommas de dinheiro assim pagas em adeantado, ou sobre tanto dellas, como exceder, de tempos a tempos, a importancia das chamadas então feitas ou sobre as acções com respeito as quaes tal adeantamento tiver sido feito, a companhia poderá pagar juros á razão de que os accionistas que pagaram tal somma em adeantado e os directores concordarem.

CONFISCAÇÃO E DIREITO DE RETENÇÃO

SI UMA CHAMADA OU PRESTAÇÃO NÃO FOR PAGA PODERÁ SE DAR
AVISO

20. Si qualquer accionista deixar de pagar qualquer chamada ou prestação no, ou antes do dia indicado para o pagamento da mesma, os directores poderão em qualquer data depois disto, durante o tempo que a chamada ou prestação estiver por pagar, dar aviso a tal accionista, exigindo que elle pague a mesma juntamente com quaesquer juros que se tenham vencido, e todas as despesas que tenham sido incorridas pela companhia por causa de tal falta de pagamento.

FORMA DO AVISO

21. O aviso deverá mencionar um dia (não sendo menos de 14 dias a contar da data do aviso) e um lugar ou lugares no qual ou nos quaes tal chamada ou prestações e taes juros e despesas, como acima dito, tenham de ser pagos. O aviso deverá também declarar, que na falta de pagamento na, ou antes da data e no lugar indicados, as acções com respeito ás quaes a chamada foi feita, ou prestação for pagavel, serão sujeitas a serem confiscadas.

NÃO SATISFEITO O AVISO, AS ACÇÕES PODERÃO SER CONFISCADAS

22. Si não se satisfizer as exigencias de qualquer tal aviso como acima dito, quaesquer acções com respeito ás quaes tal aviso tiver sido dado, poderão a qualquer tempo depois disso, antes

do pagamento de todas as chamadas ou prestações, juros e despesas devidas com respeito a ellas, ser confiscadas por uma resolução dos directores para esse effeito. Tal confiscação deverá incluir todos os dividendos declarados com respeito ás acções confiscadas que realmente não tiverem sido pagas antes da confiscação.

AVISO DEPOIS DA CONFISCAÇÃO

23. Quando qualquer acção tiver sido assim confiscada, o aviso da resolução deverá ser dado ao accionista em cujo nome ella estava anteriormente á confiscação, e um lançamento da confiscação, com a data della, deverá immediatamente ser feito no registro.

A ACÇÃO CONFISCADA VIRÁ A SER PROPRIEDADE DA COMPANHIA

24. Qualquer acção assim confiscada deverá ser considerada como propriedade da companhia e os directores poderão cancelar, vender, tornar a verbar, e de outro modo dispor da mesma de tal maneira como elles julgarem conveniente.

PODER ANNULLAR A CONFISCAÇÃO

25. Os directores poderão a qualquer tempo, antes de qualquer acção assim confiscada ter sido vendida, averbada de novo, ou de outro modo disposta, annullar a confiscação della em taes condições como elles julgarem conveniente.

OS ATRAZADOS DEVERÃO SER PAGOS NÃO OBSTANTE A CONFISCAÇÃO

26. Qualquer accionista cujas acções tiverem sido confiscadas deverá, não obstante ser sujeito a pagar; e deverá immediatamente pagar á companhia todas as chamadas, prestações, juros e despesas, devidas sobre, ou com respeito a taes acções na occasião da confiscação, justamente com os respectivos juros desde a data da confiscação até ao pagamento, á razão de dez por cento ao anno, ou a tal taxa inferior, como os directores decidirem, e os directores poderão forçar o pagamento dellas e delles si o julgarem conveniente,

DIREITO DE RETENÇÃO DA COMPANHIA SOBRE AS ACÇÕES

27. A companhia deverá ter um primeiro e superior direito de retenção sobre todas as acções (excepto acções inteiramente deliberadas) registradas no nome de cada accionista quer indivi-

dual, quer collectivamente com outras, pelas dividas, responsabilidades e compromissos delle, individual ou collectivamente com outras pessoas, ou para com a companhia, quer tenha ou não realmente chegado a época para o pagamento, desempenho ou cumprimento respectivo, e tal direito de retenção deverá estender-se a todos os dividendos de tempos a tempos declarados com respeito a taes acções.

RELATIVAMENTE A PÔR EM VIGOR O DIREITO DE RETENÇÃO

28. Com o fim de pôr em vigor tal direito de retenção, os directores poderão vender as acções sujeitas a elle da maneira que julgarem conveniente, mas não se devem fazer venda alguma até que tal época, como acima dito, e até que aviso por escripto da intenção de vender tenha sido dado a tal accionista, seus testamenteiros ou administradores, e falta que tenha sido commettida por elle ou por elles no pagamento, cumprimento ou desempenho de taes dividas, responsabilidades ou compromissos, durante sete dias depois de tal aviso.

APPLICAÇÃO DO PRODUCTO DA VENDA

29. O producto liquido de qualquer tal venda deverá ser applicado em ou para ajuda de satisfazer as dividas, responsabilidades e compromissos, e o resto (si houver algum) deverá ser pago a tal accionista, seus testamenteiros, administradores ou representantes.

VALIDADE DAS VENDAS

30. Ao fazer-se qualquer venda depois de confiscação, ou para pôr em vigor um direito de retenção, no referido exercicio dos poderes aqui dados anteriormente, os directores poderão fazer com que o nome do comprador seja entrado no registro com relação às acções vendidas, e o comprador não deverá ser obrigado a olhar pela regularidade do procedimento, nem pela applicação do dinheiro da compra, e, depois do seu nome ter sido entrado no registro, a validade da venda não deverá ser refutada por pessoa alguma, e o remedio de qualquer pessoa, lesada pela venda, deverá ser sómente em prejuizos e contra a companhia exclusivamente.

PROVISÕES GERAES RELATIVAMENTE À TRANSFERENCIA E TRANSMISSÃO DE ACÇÕES

31. O instrumento de transferencia de qualquer acção deverá ser assignado, tanto pelo transferente como pela pessoa que acceita a transferencia, e o transferente deverá ser considerado

como continuando a ser o possuidor de tal acção, até que o nome da pessoa que acceitar a transferencia seja entrado para o registo com respeito à mesma transferencia.

FÓRMA DO INSTRUMENTO DE TRANSFERENCIA

32. O instrumento de transferencia de qualquer acção deverá ser por escripto na fôrma ordinaria usual, ou na seguinte fôrma, ou tão approximadamente a ellas como as circumstancias admittirem :

« Eu.....residente em.....em consideração da somma de £.....a mim paga por.....residente em.... d'ora avante aqui chamado o « dito cessionario », pelo presente transfiro ao dito cessionario... acções numeradas... da empresa denominada *The Sant'Anna Gold Mining Company, limited*, para serem possuidas pelo dito cessionario, seus testamenteiros, administradores e representantes, com sujeição às varias condições sob que eu as possui, immediatamente antes do outorgamento do presente, e eu o dito cessionario, pelo presente concordo em tomar as ditas acções, com sujeição às supracitadas condições.

Em testemunho do que assigno o presente no dia...de...de 18...

EM QUE CASOS PODERÃO OS DIRECTORES RECUSAR-SE A REGISTRAR A TRANSFERENCIA

33. Os directores poderão recusar-se a registrar a transferencia qualquer de acções não inteiramente liberaes, a um cessionario que não tenha a approvação delles. As acções de diferentes classes não deverão ser comprehendidas no mesmo instrumento de transferencia.

DEVER-SE-HA ENTREGAR NO ESCRIPTORIO O INSTRUMENTO DE TRANSFERENCIA E DEVER-SE-HA DAR PROVA DO TITULO

34. Todo instrumento de transferencia deverá ser entregue no escriptorio, para ser registrado, acompanhado do certificado das acções que tiverem de ser transferidas, e de taes outras provas como a companhia exigir para provar o titulo do transferente ou o seu direito para transferir acções.

QUANDO SE DEVERÃO DEVOLVER OS INSTRUMENTOS DE TRANSFERENCIA

35. Todos os instrumentos de transferencias que forem registrados deverão ser retidos pela companhia.

SOMMA A PAGAR POR CADA TRANSFERENCIA

36. Uma somma que não exceda dous shillings seis pence, poderá ser cobrada por cada transferencia e devera, si for requisitado pelos directores, ser paga antes do registro della.

QUANDO SE PODERÃO FECHAR OS LIVROS DE TRANSFERENCIAS

37. Os livros de transferencias e o registro dos accionistas podem estar fechados durante o tempo que os directores julgarem conveniente, não excedendo, na totalidade, 30 dias em cada anno.

TRANSMISSÃO DE ACÇÕES REGISTRADAS

38. Os testamenteiros ou administradores de um accionista fallecido (que não seja um de varios possuidores collectivos) deverão ser as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo qualquer titulo ás acções registradas no nome de tal accionista e, no caso de fallecimento de qualquer um ou mais dos possuidores collectivos de quaesquer acções registradas, os sobreviventes deverão ser as unicas pessoas reconhecidas pela companhia, como tendo qualquer titulo a, ou interesses em taes acções.

RELATIVAMENTE Á TRANSFERENCIA DE ACÇÕES DE MENORES,
LUNATICOS, ETC.

39. Qualquer pessoa que vier a ter direito a acções, em consequencia do fallecimento ou da fallencia de qualquer accionista, ao apresentar taes provas que mantenham o seu character com respeito ao qual elle se propuzer a obrar de accordo com esta clausula, ou o seu direito, como os directores julgarem sufficiente, poderá, com o consentimento dos directores (o qual elles não serão obrigados a dar), ser elle proprio registrado como um accionista com relação a taes acções, ou poderá, quer transferir taes acções para elle mesmo, quer para qualquer outra pessoa:

Referencia a este artigo será d'ora avante aqui feita sob a denominação á clausula relativa á transmissão.

CONVERSÃO DAS ACÇÕES EM STOCK

40. Os directores poderão, com a sancção de uma assembléa geral, converter quaesquer acções liberaes em *stock*.

TRANSFERENCIAS DE STOCK E DIREITOS DE POSSUIDORES

Quando quaesquer acções tiverem sido convertidas em *stock*, os varios possuidores de taes *stock* poderão desde logo transferir os seus respectivos direitos nelle, ou qualquer parte de taes inter-

esses, da mesma maneira e com sujeição aos mesmos regulamentos, como e com sujeição ás quaes acções do capital da companhia poderiam ser transferidas, ou fôr approximadamente a isto como as circumstancias admittirem, mas de modo que não se trate de frações de £ 1.

O *stock* deverá conterir aos possuidores delle respectivamente os mesmos privilegios e vantagens, relativamente a participação nos lucros e votação em assembleas da companhia e para outros fins, como teriam conferido acções de igual importancia no capital da companhia, mas de modo que nenhum de taes privilegios ou vantagens, excepto a participação nos lucros da companhia, seja conferido por qualquer tal parte multipla de *stock* consolidado, como o não teria si existisse em acções conferido taes privilegios ou vantagens.

E, salvo como acima dito, todas as provisões aqui contidas deverão, tanto como as circumstancias permittirem, ter applicação ao *stock* assim como ás acções, e em taes provisões as palavras « acções » e « accionistas » deverão incluir *stock* e « possuidor de *stock* ». Nenhuma tal conversão deverá ter effeito sobre, ou prejudicar qualquer preferencia em outro especial privilegio; e differentes classes de *stock* deverão ter nomes distinctos.

AUGMENTO E REDUCCÃO DE CAPITAL

FACULDADE DE AUGMENTAR O CAPITAL

41. A companhia, em assemblea geral, poderá de tempos a tempos augmentar o capital, mediante a creação de novas acções, de tal importancia, como seja considerado expediente. As novas acções deverão ser emittidas nos termos e condições e com os privilegios e direitos a ellas annexos, que a assemblea geral que resolver a creação dellas ordenar e si nenhuma ordem for dada, como os directores determinarem; e particularmente taes acções poderão ser emittidas com um preferencial ou qualificado direito a dividendos, e na distribuição do activo da companhia, e com um especial ou sem nenhum direito de votar, mas de modo que os preferenciaes, direitos e privilegios attribuidos a preferenciaes « acções » ou *stock* no capital original não deva ser modificado ou adiado nem o numero ou a importancia de taes acções ou *stock* augmentado, salvo como previsto pelo seguinte proximo artigo destes estatutos.

FACULDADE DE MODIFICAR DIREITOS

42. Todos, ou qualquer dos direitos ou privilegios relacionados com qualquer classe de acções preferenciaes ou *stock*, poderão ser modificados, ou o numero ou importancia de taes acções ou *stock* podera ser augmentado por accordo entre a companhia e

qualquer pessoa que se proponha a contractar a favor daquella classe, comtanto que tal accordo seja confirmado por uma resolução extraordinaria passada numa separada assembléa geral dos possuidores de acções ou *stock* daquella classe, e todas as provisões adeante aqui contidas com relação á assembléa geral deverão, depois de feitas as precisas alterações, ter applicação a cada tal assembléa, mas de modo que o *quorum* respectivo deverá ser accionistas que possuam, ou que representem por procuração dous terços da importancia nominal das acções emitidas ou *stock* da classe.

QUANDO DEVEM SER OFFERECIDAS AOS ACCIONISTAS EXISTENTES

43. A não ser de outro modo determinado por uma assembléa geral, as novas acções deverão ser offerecidas em primeiro logar a todos os possuidores de acções ordinarias de então, na proporção da importancia do capital por elles possuido de acções ordinarias de então.

ATÉ QUE PONTO PODERÃO ACÇÕES NOVAS FIGURAR COM AS ACÇÕES DO CAPITAL ORIGINAL

44. Excepto tanto quanto for previsto pelas condições da emissão, ou por estes estatutos, qualquer capital obtido pela criação de novas acções deverá ser considerado parte das acções ordinarias do capital original, e deverá estar sujeito ás previsões aqui contidas com referencia ao pagamento de chamadas e prestações, transferencia e transmissão, confiscação, direito de retenção, renuncia e outros casos.

REDUÇÃO DE CAPITAL, ETC.

45. A companhia poderá de tempos a tempos, mediante resolução especial, reduzir o seu capital, pagando capital, ou cancelando capital que tiver sido perdido ou não for representado por activo disponivel, ou reduzindo o debito sobre as acções ou de outro modo, como parecer expediente; e poder-se-ha pagar capital na base de que elle poderá ser chamado novamente ou de outra fôrma, e a companhia poderá tambem subdividir ou consolidar as suas acções ou quaesquer dellas.

SUBDIVISÃO EM PREFERENCIA E ORDINARIAS

46. A resolução especial pela qual qualquer acção for subdividida poderá determinar que, entre os possuidores das acções que resultarem de tal subdivisão, uma de taes acções tenha qualquer

preferencia sobre a outra ou as outras e que os lucros applicaveis ao pagamento dos respectivos dividendos sejam de accordo apropriado.

OBRIGAÇÕES E OBRIGAÇÕES HYPOTHECARIAS

47. Os directores poderão de tempos a tempos, à sua discreção, obter qualquer somma ou quaesquer sommas de dinheiro por meio da emissão de obrigações ou obrigações hypothecarias da companhia, ou de ambas, mas de modo que a importancia representada por obrigações e obrigações hypothecarias não deva, sem approvação de uma assembléa geral dada por uma resolução extraordinaria, exceder a qualquer tempo uma quarta parte da importancia do capital da companhia na occasião.

CONDIÇÃO EM QUE SE PODERÁ TOMAR DINHEIRO EMPRESTADO

48. Taes obrigações ou obrigações hypothecarias poderão ser terminaveis ou perpetuas e poderão ser gravadas ou garantidas a titulo de hypotheca ou penhor fluctuante ou de outro modo sobre a empresa, bens e direitos da companhia (tanto presentes como futuros), incluindo o seu capital por chamar, ou qualquer parte delle respectivamente, e quer mediante hypotheca, escriptura de fidei-commisso, quer de outro modo os fidei-commissarios poderão ser remunerados pelos seus serviços como for combinado.

PODER-SE-HA TRANSFERIR VALORES LIVRES DE EQUIDADE

49. Todo o certificado de obrigações e de obrigações hypothecarias ou outro valor creado pela companhia, poderá ser constituido de modo que o mesmo seja transferivel livre de quaesquer equidades, entre a companhia e a pessoa a quem elle for emitto.

Quaesquer obrigações hypothecarias, *bonds*, ou todos outros valores, poderão ser emittoes com desconto, premio, ou de outro modo, e com quaesquer privilegios ou condições especiaes relativamente à redempção, renuncia, sorteios, averbamento de acções ou differentemente.

DEVER-SE-HA GUARDAR UM REGISTRO DE HYPOTHECAS

50. Os directores deverão, depois da companhia ser registrada, fazer com que um devido registro seja guardado de accordo com a secção 43 da lei de 1862 referente a companhias, de todas as hypothecas e onus que especialmente digam respeito aos bens da companhia.

ASSEMBLÉAS GERAES

QUANDO SE DEVERÁ REUNIR A PRIMEIRA ASSEMBLÉA GERAL

51. A primeira assembléa geral deverá reunir-se em tal data (não sendo mais que quatro mezes depois da companhia ser registrada) e em tal lugar, como os directores determinarem.

QUANDO SE DEVERÃO REUNIR ASSEMBLÉAS GERAES SUBSEQUENTES

52. Assembléas geraes subsequentes deverão ser reunidas uma vez, ou mais a miudo cada anno, em tal lugar e hora, e em tal dia ou em taes dias, como for determinado pelos directores.

DISTINÇÃO ENTRE ASSEMBLÉAS ORDINARIAS E EXTRAORDINARIAS

53. As assembléas geraes acima mencionadas deverão ser chamadas assembléas geraes ordinarias, e todas as outras assembléas da companhia deverão ser chamadas assembléas geraes extraordinarias.

QUANDO DEVERÃO SER CONVOCADAS AS ASSEMBLÉAS EXTRA-ORDINARIAS

54. Os directores poderão sempre que julgarem conveniente e deverão, a pedido feito por escripto por accionistas que possuirem em aggregado uma decima parte do capital emitido, convocar uma assembléa extraordinaria.

FÓRMA DO REQUERIMENTO PARA ASSEMBLÉA

55. Qualquer tal requerimento deverá especificar o objecto da assembléa requerida, deverá ser assignado pelos accionistas que o fizerem e deverá ser depositado no escriptorio.

Poderá elle constar de varios documentos de fôrma igual, cada um assignado por um ou mais dos requerentes.

A assembléa deverá ser convocada para os fins declarados nos requerimentos, e si for convocada de outro modo que não seja pelos directores, para estes fins sómente.

QUANDO PODERÃO OS REQUERENTES CONVOCAR ASSEMBLÉAS

56. No caso que os directores durante 14 dias depois de tal deposito deixarem de convocar uma assembléa extraordinaria para ser reunida dentro de 21 dias depois de tal deposito, os

requerentes ou quaesquer outros accionistas que possuirem igual proporção do capital, poderão elles proprios convocar uma assembléa para ser reunida dentro de seis semanas depois de tal deposito.

No caso que em qualquer assembléa convocada por accionistas ou pelos directores em consequencia de qualquer requerimento, qualquer resolução que precisar ser confirmada por uma assembléa subsequente for passada, e os directores dentro de quatro dias depois de tal resolução ser passada não convocarem devidamente uma assembléa, de accordo com os regulamentos para confirmar a mesma resolução, de modo a constituir-a uma resolução especial, tal assembléa poderá sem nenhum outro requerimento, ser desde logo convocada pelos requerentes ou quaesquer outros accionistas com direito a fazerem tal requerimento.

AVISO DA ASSEMBLÉA

57. Aviso de, pelo menos, sete dias completos, declarando o lugar, o dia e a hora da assembléa, e no caso de negocio especial a natureza geral de tal negocio deve ser dada por notificação mandada pelo Correio ou de outro modo. Com o consentimento por escripto de todos os accionistas, uma assembléa poderá ser convocada ao dar-se aviso mais curto e de qualquer maneira que elles julgarem conveniente.

AVISO QUANDO HOUVER ADIAMENTO

58. Todas as vezes que houver adiamento de qualquer assembléa durante 21 dias ou mais, pelo menos, cinco dias de aviso do lugar e da hora de tal assembléa adiada, deverá ser dado de igual maneira.

RELATIVAMENTE À OMISSÃO EM DAR AVISO

59. A omissão accidental em dar tal aviso a qualquer dos accionistas não deverá invalidar qualquer resolução passada em qualquer tal assembléa.

MODO DE PROCEDEREM ASSEMBLÉAS GERAES

EXPEDIENTE EM ASSEMBLÉA ORDINARIA

60. O expediente de uma assembléa ordinaria deverá ser: receber e considerar a exposição da receita e das despezas e o balanço, os relatorios dos directores e dos verificadores de contas, eleger directores e outros officiaes no lugar daquelles que ti-

verem de se retirar, por votação, declarar dividendos e tratar de quaesquer outros negocios que segundo estes estatutos devem ser tratados em uma assembléa ordinaria.

EXPEDIENTE ESPECIAL

Todos os outros negocios tratados em uma assembléa ordinaria e todos os negocios tratados em uma assembléa extraordinaria deverão ser considerados especiaes.

QUORUM

61. Tres accionistas presentes em pessoa deverão ser um *quorum* para uma assembléa geral, para a escolha de um presidente e o adiamento de uma assembléa.

Para todos os outros fins o *quorum* de uma assembléa geral deverá ser accionistas presentes em pessoa, em numero não inferior a cinco.

Não se deverá tratar de negocio algum em nenhuma assembléa geral, a menos que o *quorum* preciso esteja presente ao começar o expediente.

PRESIDENTE DE UMA ASSEMBLÉA GERAL

62. O presidente dos directores deverá ter direito a tomar a presidencia em toda a assembléa geral, ou si não houver presidente ou si em qualquer assembléa elle não estiver presente dentro de 15 minutos depois da hora indicada para a reunião de tal assembléa, os accionistas presentes deverão escolher outro director para presidente e si nenhum director estiver presente ou si todos os directores presentes recusarem a presidencia, entre os accionistas deverão escolher um do seu numero para ser presidente.

QUANDO DEVERÁ A ASSEMBLÉA SER DISSOLVIDA SI UM QUORUM NÃO ESTIVER PRESENTE, E QUANDO DEVERÁ SER ELLA ADIADA

63. Si dentro de meia hora a contar da hora indicada para a reunião, um *quorum* não estiver presente, a assembléa, si for convocada a tal requerimento, como acima dito, deverá ser dissolvida, mas em qualquer outro caso ella deverá ficar adiada para o mesmo dia na proxima semana, na mesma hora e lugar, e si em tal assembléa adiada não estiver presente um *quorum*, os accionistas que estiverem presentes deverão ser um *quorum*, e poderão tratar do negocio para o qual a dita assembléa tiver sido convocada.

MODO DE DECIDIR QUESTÕES EM ASSEMBLÉAS

64. Toda a questão submettida a uma assembléa deverá ser decidida em primeiro logar por levantamento de mãos, e no caso de igualdade de votos o presidente deverá, tanto no levantamento de mãos como em escrutinio, ter um voto preponderante em addição ao voto ou aos votos a que elle tiver direito na qualidade de accionista.

O QUE DEVERÁ SER EVIDENCIA DE UMA RESOLUÇÃO TER PASSADO QUANDO NÃO FOR PEDIDO ESCRUTINIO

65. Em qualquer assembléa geral, a menos que um escrutinio seja pedido por, ao menos, tres accionistas com o direito a votar, uma declaração feita pelo presidente, de que uma resolução foi passada ou passada por uma certa maioria, ou perdida, ou não passado por certa maioria, e um lançamento para esse effeito no livro do expediente da companhia, deverão ser evidencia conclusiva do facto sem prova do numero ou proporção dos votos apurados em favor de ou contra tal resolução.

ESCRUTINIO

66. Si um escrutinio for pedido como acima dito, deverá elle ser feito de tal modo e em tal occasião que, ou logar como o presidente da assembléa ordenar, e quer immediatamente, quer depois de um intervallo ou adiamento, ou de outro modo, e o resultado do escrutinio ou a decisão do arbitro, como for o caso, deverá ser considerada como a decisão da assembléa em que a mesma tiver sido submettida.

FACULDADE DE ADIAR UMA ASSEMBLÉA GERAL

67. O presidente de uma assembléa geral poderá, com o consentimento da assembléa, adiar a mesma de occasião para occasião e de logar para logar, mas nenhum negocio deverá ser tratado em qualquer assembléa adiada que não seja o negocio deixado por concluir na assembléa em que o adiamento teve logar.

PODER-SE-HA CONTINUAR COM O EXPEDIENTE NÃO OBSTANTE SER PEDIDO UM ESCRUTINIO

68. O pedido de um escrutinio não deverá obstar a continuação de uma assembléa para a transacção de qualquer negocio que não seja a questão sobre que um escrutinio tiver sido pedido.

QUANDO SE DEVERÁ FAZER UM ESCRUTINIO IMMEDIATAMENTE

69. Qualquer escrutinio devidamente pedido com relação à eleição de um presidente ou qualquer questão de adeantamento, deverá ter lugar na assembléa sem adiamento.

VOTOS DE ACCIONISTAS

70. Cada accionista deverá ter um voto por cada acção registrada no seu nome, contanto que nenhum accionista deva ter direito a votar, a não ser que todo o dinheiro na ocasião devido com respeito a quaesquer das suas acções tenha sido pago, nem deverá accionista algum ter direito a votar até que tenha sido o possuidor registrado das acções sobre que elle funde a sua pretensão a votar durante um periodo de tres mezes.

VOTAÇÃO POR CURADOR

71. Si qualquer accionista for lunatico, idiota, ou enfermo do juízo, poderá elle votar pelo seu curador *bonis*, ou representante ou curador legal e tal pessoa por ultimo mencionada poderá dar os seus votos, quer pessoalmente quer por procurador.

POSSUIDORES COLLECTIVOS

72. Si houver possuidores collectivos registrados de quaesquer acções, ou accionista cujo nome figurar primeiro no registro e nenhum outro ou outros dos possuidores collectivos, deverá ou deverão ter direito a assistir a, e votar em assembléa geral.

PROCURADORES SERÃO PERMITTIDOS

73. Poderão ser dados votos, quer pessoalmente quer mediante procurador. O instrumento que nomear um procurador deverá ser por escripto e assignado pelo constituinte, ou si tal constituinte for uma corporação, sellado com o sello social. Nenhuma pessoa deverá ser nomeada procurador que não seja um accionista da companhia e qualificada a votar, excepto no caso em que o constituinte por uma procuração, em que um director de tal corporação poderá ser nomeado procurador della.

AS PROCURAÇÕES DEVERÃO SER DEPOSITADAS NO ESCRIPTORIO

74. O instrumento que nomear um procurador deverá ser depositado no escriptorio registrado da companhia, não menos do que 48 horas antes da hora para se reunir a assembléa em que a

pessoa nomeada em tal instrumento se propuzer a votar, ~~nas~~ nenhum instrumento que nomear um procurador deverá ser válido, depois do lapso de 12 mezes a contar da data do seu outorgamento.

QUANDO O VOTO DADO PELO PROCURADOR SERÁ VÁLIDO, NÃO
OBSTANTE A AUTORIDADE TER SIDO REVOGADA

75. Um voto dado de accordo com os termos de um instrumento de procuração deverá ser válido, não obstante a prévia morte do constituinte, ou revogação da procuração, ou transferencia da acção com respeito á qual o voto for dado, comtanto que nenhuma intimação por escripto da morte, revogação ou transferencia, tenha sido recebida no escriptorio registrado da companhia antes da assembléa.

FÓRMA DA PROCURAÇÃO

76. Todo instrumento de procuração, seja para uma assembléa declarada, seja de outra maneira, poderá ser na fôrma ou no sentido seguinte :

« The Sant'Anna Gold Mining Company, limited. »

Eu, abaixo assignado... sendo um accionista da « The Santa Anna Gold Mining Company, limited », pela presente nomeio... de... ou na falta delle... como meu procurador, para votar por mim e em meu nome na assembléa (ordinaria ou extraordinaria) da companhia, que se deverá reunir no dia... de... e em qualquer adiamento della.

Em testemunho do que assigno a presente neste dia... de... »

NENHUM ACCIONISTA DEVERÁ TER DIREITO A VOTAR, ETC.,
ENQUANTO DEVER QUALQUER CHAMADA Á COMPANHIA

77. Nenhum accionista deverá ter direito a votar sobre, ou a assistir a qualquer questão, quer pessoalmente, quer por procurador de outro accionista, em qualquer assembléa geral, ou quando houver escrutinio, nem deverá ser contado em um *quorum* emquanto qualquer chamada ou outra somma for devida e pagavel á companhia com respeito a quaesquer acções de tal accionista.

DIRECTORES

NUMERO DE DIRECTORES

78. O numero de directores não deverá ser inferior a dous nem superior a cinco, mas o director ou os directores que o forem na occasião poderão funcionar não obstante qualquer vaga.

Os primeiros directores deverão ser, até a assembléa ordinaria a reunir-se no anno de 1897, os Illms. Srs. Albert James e Atkey, Walter Jacob, Henry Tolpitt e W. E. Venn.

FACULDADE DE NOMEAR DIRECTORES ADDICIONAES

79. Os directores deverão ter a faculdade de nomear quaesquer outras pessoas para serem directores, mas de modo que o numero total dos directores não deva, sem a sanctão de uma assembléa geral, exceder o maximo numero acima dado.

QUALIFICAÇÃO DOS DIRECTORES

80. A qualificação de cada director até que seja alterada por uma resolução da companhia em assembléa geral, deverá ser a posse, em seu proprio nome, de acções da companhia do valor nominal de £ 250.

REMUNERAÇÃO DOS DIRECTORES

81. Os directores deverão ter a titulo de remuneração o em addição em qualquer remuneração de um director gerente, uma somma annual de £ 500, ou tal somma addicional como a companhia determinar em assembléa geral, e (sujeito a quaesquer instrucções especiaes da companhia em assembléa geral) as ditas sommas annuaes e outras deverão ser divididas entre os directores de tal maneira como elles determinarem.

QUANDO DEVERÁ SER VAGO O POSTO DE DIRECTOR

82. O posto de director deverá ser vago :

Si elle fizer bancarota, suspender pagamentos, ou fizer concordatas com os seus credores ;

Si elle for julgado um lunatico ou se tornar enfermo do juizo ;

Si elle cessar de possuir a importancia de acções exigidas para o qualificar para o posto ;

Si elle se ausentar das reuniões dos directores durante o prazo de seis mezes solares, sem especial licença de ausencia dada pelos directores ;

Si mediante aviso por escripto elle resignar o seu posto.

OS DIRECTORES PODERÃO CONTRACTAR COM A COMPANHIA

83. Nenhum director deverá ser desqualificado pelo seu posto para contractar com a companhia, quer na qualidade de vendedor, quer na de comprador ou differentemente, nem deverá

qualquer tal contracto ou arranjo ou qualquer contracto ou arranjo celebrado por, ou em nome da companhia com qualquer companhia ou sociedade, de, ou em qualquer director for um membro ou de outro modo interessado, ser annullado, nem deverá qualquer director que assim contractar ou que for tal membro ou assim interessado, ser sujeito a dar contas á companhia de qualquer lucro realizado por qualquer tal contracto ou arranjo por motivo somente de tal director occupar aquelle posto, ou das relações fiduciárias para isso estabelecidas, mas declara-se expressamente que nenhum director assim interessado deverá votar com respeito a qualquer ou tal contracto ou arranjo em que elle for assim interessado e a natureza do seu interesse deverá ser divulgada na reunião dos directores em que o contracto ou arranjo for decidido, si o seu interesse existir então, ou em qualquer outro caso na primeira reunião dos directores depois da aquisição do seu interesse.

ROTAÇÃO DOS DIRECTORES

ROTAÇÃO E RETIRADA DE DIRECTORES

84. Na assembléa geral ordinaria a reunir-se no anno de 1897, e em cada assembléa geral ordinaria que se lhe succeder, um dos directores deverá retirar-se do posto. O director a retirar-se deverá conservar o posto até a dissolução ou adiamento da assembléa em que o seu successor for eleito.

QUAES OS DIRECTORES QUE DEVEM RETIRAR-SE

85. O director a retirar-se na assembléa geral ordinaria a reunir-se no anno de 1897, deverá, a menos que os directores combinem entre si, ser determinado por sorte, e em cada anno subsequente o director a retirar-se deverá ser aquelle dos directores que tiver estado ha mais tempo em serviço.

Relativamente a dous ou mais que tiverem estado em serviço em igual espaço de tempo, o director a retirar-se deverá, na falta de accordo entre elles, ser determinado por sorte. O espaço de tempo que um director tiver estado em serviço deverá ser contado desde a sua ultima eleição ou nomeação quando elle tiver previamente vagado o posto. Um director que tiver de se retirar deverá ser elegivel para reeleição.

ASSEMBLÉA PARA PREENCHER VAGAS

86. A companhia em qualquer assembléa geral em que qualquer director se retirar da maneira acima dita poderá preencher o posto vago.

OS DIRECTORES QUE SE RETIRAREM PERMANECERÃO NOS SEUS POSTOS
ATÉ QUE SEJAM NOMEADOS OS SUCCESSORES

87. Si em qualquer assembléa geral em que deva ter lugar uma eleição de um director, a vaga não for preenchida ou uma resolução for passada de que a vaga não deva ser preenchida naquella assembléa, o director a retirar-se, si estiver de accordo, deverá continuar no posto até a assembléa ordinaria do proximo anno.

FACULDADE PARA UMA ASSEMBLÉA GERAL AUMENTAR OU REDUZIR O NUMERO DE DIRECTORES

88. A companhia em assembléa geral poderá de tempos a tempos, dando aviso, augmentar ou reduzir o numero de directores e poderá alterar a qualificação delles, e pôde tambem determinar em que ordem tal numero augmentarlo ou reduzido deverá deixar o posto.

FACULDADE DE DEMITTIR UM DIRECTOR POR ESPECIAL RESOLUÇÃO

89. A companhia poderá por uma resolução extraordinaria emitir qualquer director antes de expirar o seu tempo de serviço, e nomear no seu lugar outra pessoa qualificada. A pessoa assim nomeada deverá occupar o posto durante sómente o tempo que o director em cujo lugar ella for nomeada o teria occupado si elle não tivesse sido demittido.

DIRECTORES PODERÃO PREENCHER QUAESQUER VAGAS CASUAES

90. Qualquer vaga casual que occorrer entre os directores poderá ser preenchida pelos directores, mas qualquer pessoa assim escolhida deverá reter o seu lugar por tanto tempo como o director que motivar a vaga o teria sido si ella não occorresse.

QUANDO DEVERÁ O CANDIDATO PARA O POSTO DE DIRECTOR DAR AVISO

91. Nenhuma pessoa que não seja um director a retirar-se deverá, a menos que seja recommendada pelos directores para eleição, ser elegivel para o posto de director em qualquer assembléa geral, a não ser que elles ou algum outro accionista que tencione propol-o tenha, pelo menos sete dias completos antes da assembléa, deixado no escriptorio da companhia um aviso, por escripto, assignado por elle, declarando a sua candidatura para o posto ou a intenção de tal accionista para o propor.

FACULDADE DE NOMEAR DIRECTOR-GERENTE

92. Os directores poderão, de tempos a tempos, nomear um ou mais do seu corpo para ser ou serem director-gerente ou directores-gerentes, quer por um prazo fixo, quer sem limite algum relativamente ao espaço de tempo durante o qual elle terá ou elles terão de occupar tal posto, e poderão de tempos a tempos remover ou demittir do cargo o mesmo ou mesmos e nomear outro ou outros para o logar d'elle ou para os logares delles.

A QUE PROVISÕES DEVERÁ ELLE ESTAR SUJEITO

93. Um director-gerente não deverá, enquanto continuar a occupar o posto, ser sujeito a retirar-se por meio da rotação, e não deverá elle ser tomado em conta ou determinar-se a rotação para a retirada de directores, mas elle deverá, sujeito ás provisões de qualquer contracto entre elle e a companhia, estar sujeito ás mesmas provisões com resignação e remoção relativas como os outros directores da companhia, e si elle cessar de occupar o posto de director por qualquer causa, elle deverá *ipso facto* e immediatamente cessar de ser um director-gerente.

REMUNERAÇÃO DE DIRECTOR-GERENTE

94. A remuneração de um director-gerente ou secretario deverá de tempos a tempos ser fixada pelos directores ou pela companhia em assemblea geral, e poderá ser a titulo de salario ou commissão, ou participação nos lucros ou por qualquer ou todos daquelles modos, e quer em addição á sua remuneração ou como director, quer em vez della.

PODERES E OBRIGAÇÕES DO DIRECTOR-GERENTE

95. Os directores poderão de tempos conferir a, e confiar em um director-gerente que o for na occasião taes dos poderes exerciveis pelos directores, segundós estes estatutos, como elles julgarem conveniente e poderão conferir taes poderes por tal tempo e para serem exercidos para taes objectos e fins e em taes termos e condições e com taes restricções como elles julgarem expediente, e elles poderão conferir taes poderes quer collateralmente com, quer a exclusão e substituição de todos os poderes ou quaesquer delles dos directores naquelle respeito, e poderão de tempos a tempos revogar, retirar, alterar ou variar todos ou quaesquer de taes poderes.

MODO DE PROCEDER DOS DIRECTORES

REUNIÃO DOS DIRECTORES, QUORUM

96. Os directores poderão reunir-se para o despacho de expediente, adiar e de outro modo regular as suas reuniões como elles julgarem conveniente, e poderão determinar o *quorum* necessário para a transacção de negocios, e até que seja de outro modo determinado pelo conselho de administração, tres directores deverão formar um *quorum*. Um director poderá a qualquer tempo, e o secretario quando um director lhe pedir, deverá convocar uma reunião dos directores.

Questões que se levantarem em qualquer reunião deverão ser decididas por uma maioria de votos, e, no caso de igualdade de votos, o presidente deverá ter um segundo ou preponderante voto. Um director que estiver no estrangeiro não deverá ter direito a aviso de qualquer reunião dos directores.

PRESIDENTE

97. Os directores poderão eleger um presidente e um vice-presidente das suas reuniões e determinar o prazo durante o qual taes officios terão de respectivamente occupar o posto, mas, si t'es officios não forem eleitos, ou si em qualquer reunião nenhum d'elles estiver presente na hora indicada para a mesma se reunir, os directores presentes deverão escolher um do seu numero para ser presidente de tal reunião.

PODERES DA REUNIÃO

98. Uma reunião dos directores que o forem na occasião, na qual estiver presente um *quorum*, deverá ser competente para exercer todos ou quaesquer das autoridades, poderes ou discreções, por ou segundo os regulamentos da companhia, que o forem na occasião, conferidas nos, ou exerciveis pelos directores em geral.

FACULDADE DE NOMEAR COMMISSÕES E DE DELEGAR

99. Os directores poderão delegar qualquer dos seus poderes em commissões que constem de tal membro ou de taes membros da sua corpo ação como elles julgarem conveniente. Qualquer commissão assim formada deverá no exercicio dos poderes assim delegados conformar-se com quaesques regulamentos que de tempos a tempos lhe sejam impostos pelos directores.

MODO DE PROCEDER DA COMISSÃO

100. As reuniões e o modo de proceder das taes commissões que constem de dous ou mais membros, deverão ser governados pelas provisões aqui contidas para regular as reuniões e o modo de proceder dos directores tanto quanto os mesmos forem applicaveis a isso e não forem substituídos por quaesquer regulamentos feitos pelos directores de accordo com a ultima clausula precedente.

QUANDO OS ACTOS DOS DIRECTORES E DAS COMISSÕES DEVERÃO SER VALIDOS, NÃO OBSTANTE NOMEAÇÃO DEFEITUOSA

101. Todos os actos feitos em qualquer reunião dos directores ou de uma commissão de directores, ou por qualquer de soa que funcionar como um director, deverão, não obstante se descubra depois que houve ali um defeito na nomeação de tres directores ou pessoas que funcionarem como acima dito, ou que elles ou quaesquer delles estavam desqualificados, ser tão válido como si toda tal pessoa tivesse sido devidamente nomeada e fosse qualificada para ser um director.

REMUNERAÇÃO POR SERVIÇOS EXTRAORDINARIOS

102. Si qualquer dos directores, estando de accordo, for requisitado a desempenhar serviços extraordinarios ou a fazer quaesquer esforços especiaes em ir ao, ou residir no estrangeiro para qualquer dos fins da companhia, a companhia deverá remunerar o director que assim fizer ou os directores que assim fizerem, quer mediante uma somma fixa, quer mediante uma porcentagem, ou de outro modo como for determinado, e ta remuneração poderá ser quer em addição á, quer em substituição da parte delle ou delles na remuneração acima provida.

ACTAS

DEVER-SE-HA LAVRAR ACTAS

103. Os directores deverão fazer com que as actas sejam devidamente lavradas nos livros providos para o fim:

De todas as nomeações de officiaes;

De todos os nomes dos directores presentes em qualquer reunião dos directores e de qualquer commissão de directores;

De todas as ordens feitas pelos directores e commissões de directores;

De todas as resoluções e de todo o expediente de assembléas geraes, e de reuniões de directores e de commissões.

E quaesquer taes actas de qualquer reunião dos directores ou de qualquer commissão ou da companhia, si forem assignadas pelo presidente de tal reunião ou pelo presidente da proxima reunião que se lhe succeder, deverão poder receber-se como evidencia de primeira vista dos assumptos declarados em taes actas.

PODERES DOS DIRECTORES

PODERES GERAES DA COMPANHIA CONFERIDOS AOS DIRECTORES

104. A gerencia dos negocios da companhia deverá ser conferida aos directores e os directores, em addição aos poderes e autoridades por estes estatutos especialmente a elles conferidos, poderão exercer todos os poderes e fazer todos os actos e cousas que poderiam ser exercidos ou feitos pela companhia, e não são por estes estatutos ou por lei ordenados ou exigidos a serem exercidos pela companhia em assembléa geral, mas com sujeição, não obstante as provisões destes estatutos, e a quaesquer regulamentos de tempos a tempos feitos pela companhia em assembléa geral (depois da companhia ser registrada), as provisões das leis referentes a companhias, contanto que nenhum tal regulamento deva invalidar qualquer acto anterior dos directores que teria sido válido si tal regulamento não tivesse sido feito.

PODERES ESPECIFICOS DADOS AOS DIRECTORES

105. Sem prejuizo dos poderes geraes conferidos pela ultima chamada precedente, e dos outros poderes conferidos por estes estatutos, declara-se aqui expressamente que os directores deverão ter os seguintes poderes, quer dizer poder :

PARA PAGAR DESPEZAS PRELIMINARES

(A) Para pagar as custas, gastos e despezas preliminares e incidentaes á formação de estabelecimento e registro da companhia, e á emissão do seu capital e obrigações hypothecarias.

PARA ADQUIRIR BENS

(B) Para comprar, ou de outro modo, adquirir para a companhia quaesquer bens, direitos ou privilegios que a companhia seja autorisada a adquirir, a tal preço e geralmente sob taes termos e condições como elles julgarem conveniente.

PARA PAGAR BENS COM OBRIGAÇÕES

(C) A' sua discreção para pagar por quaesquer direitos adquiridos por, ou serviços prestados á companhia, quer total quer parcialmente com dinheiro ou com acções *bonds*, obrigações ou outros valores da companhia, e quaesquer taes acções poderão ser emitidas quer como inteiramente liberaes, quer como tal quantia creditada, como paga sobre ellas como se combinar, e quaesquer taes *bonds*, obrigações ou outros valores poderão ser, quer especificamente gravados sobre a totalidade, quer sobre qualquer parte dos bens da companhia, e seu capital por chamar, quer não gravados assim.

PARA GARANTIR CONTRACTOS MEDIANTE HYPOTHECAS

(D) Para garantir o cumprimento de quaesquer contractos ou compromissos celebrados pela companhia, por meio de hypoteca ou onus de todos ou qualquer dos bens da companhia, e do seu capital por pagar que o for na occasião, ou de tal outra maneira como elles julgarem proprio.

PARA NOMEAR OFFICIAES, ETC.

(E) Para nomear, e á sua discreção, remover ou suspender taes gerentes, secretarios, officiaes, empregados, agentes e serventes, para serviços permanente, temporarios ou especiaes como elles de tempos a tempos julgarem convenientes, e para determinar as obrigações delles e fixar os seus salarios e emolumentos, e para exigir garantia em taes casos e até tal quantia como elles julgarem proprio, e para lhes conferir taes poderes, autoridades e discreções, como aos directores parecer conveniente.

PARA NOMEAR FIDEI-COMMISSARIOS

(F) Para nomear qualquer pessoa ou quaesquer pessoas para acceitar e reter ou acceitarem ou reterem em fidei-commisso para a companhia quaesquer bens que pertencerem á companhia, ou em que ella for interessada ou para quaesquer outros fins, e para outorgar e fazer todas taes escripturas e cousas como sejam necessarias com relação a qualquer tal fidei-commisso.

PARA INSTAURAR E DEFENDER ACÇÕES, ETC.

(G) Para instaurar, conduzir, defender, transigir ou abandonar quaesquer processos legaes por, ou contra a companhia, ou seus officiaes, de outro modo concernentes aos negocios da

companhia e tambem para fazer concordatas e conceder tempo para o pagamento ou satisfação de quaesquer dividas vencidas e de quaesquer reclamações por, ou contra a companhia.

PARA DAR RECIBOS

(H) Para passar e dar recibos, desobrigas e outras quitações por dinheiros pagaveis á companhia e pelas reclamações e exigencias da companhia.

SELLO

(I) Para estampar o sello da companhia em qualquer escriptura, documento, ou instrumento; mas o sello não deverá ser assim estampado, excepto na presença de dous directores e do secretario, ou de tal outra pessoa como os directores nomearem para aquelle fim, e os ditos directores e secretarios, ou tal outra pessoa como acima dito, deverão assignar tolo o instrumento em que o sello for assim estampado na sua presença.

PARA DAR PENHOR A TITULO DE INDEMNIDADE

(J) Para outorgar no nome e em representação da companhia a favor de qualquer director, ou de outra pessoa que incorrer ou estiver prestes a incorrer em qualquer responsabilidade pessoal para beneficio da companhia, toes hypotecas dos bens da companhia (presentes e futuros) como elles julgar-m conveniente, e qualquer tal hypotheca poderá conter a facultade de venda, e taes outros poderes, convenios e provisões como se combinar.

PARA DAR PORCENTAGEM

(K) Para pagar a qualquer official ou outra pessoa empregada pela companhia ou comissão sobre os lucros de qualquer especial negocio ou transacção, ou uma parte nos lucros goraeos da companhia, e tal comissão ou parte nos lucros deverá ser tratada como parte das despesas de exploração da companhia.

SECRETARIO INTERINO

(L) Para de tempos a tempos nomear um substituto temporario para o secretario e qualquer pessoa assim nomeada deverá, para os fins destes estatutos, ser considerado o secretario durante o tempo da sua nomeação.

PARA ESTABELECEER FUNDO DE RESERVA

(M) Para, antes de recommendar qualquer dividendo, pôr de lado, tirada dos lucros da companhia, tal somma como elles julgarem proprio como um fundo de reserva para fazer face a contingencias ou para igualar dividendos, ou para concertar, melhorar e manter quaesquer dos bens da companhia e para taes outros fins como os directores na sua absoluta discreção julgarem conducentes aos interesses da companhia, e com sujeição ao art. 4º destes estatutos, para empregar as varias sommas assim postas de lado em taes empregos como elles julgarem conveniente, excepto em acções da companhia, e para de tempos a tempos tratar de, e variar taes empregos e dispor da totalidade ou de qualquer parte delles em beneficio da companhia e para dividir o fundo de reserva em taes fundos de reserva como elles julgarem conveniente, com pleno poder para empregar o fundo de reserva ou qualquer parte delle no negocio da companhia, e sem serem obrigados a guardar a mesma separada do outro activo.

DECLARAÇÃO DE DIVIDENDOS

106. A companhia em assembléa geral poderá declarar um dividendo ou bonificação para ser pago aos accionistas de accordo com os seus direitos ou interesses nos lucros.

RESTRICÇÃO SOBRE A IMPORTANCIA DE DIVIDENDOS

107. Nenhum maior dividendo ou bonificação deverá ser do que o que for recommendado pelos directores, mas a companhia em assembléa geral poderá declarar um dividendo menor.

O DIVIDENDO DEVERÁ SER PAGO TIRADO DOS LUCROS SOMENTE

Nenhum dividendo ou bonificação deverá ser pago si não tirados dos lucros ou fundo de reserva da companhia.

O QUE SERÁ CONSIDERADO LUCROS LIQUIDOS

108. A declaração dos directores, relativamente á importancia dos lucros liquidos da companhia, deverá ser conclusiva.

DIVIDENDOS INTERINOS

109. Os directores poderão de tempos a tempos pagar aos accionistas dividendos sobre acções preferenciaes semestralmente e sobre acções ordinarias por conta do proximo dividendo a chegar taes dividendos interinos como em seu juizo a posição da companhia justificar.

DIVIDAS PODERÃO SER DEDUZIDAS

110. Os directores poderão reter qualquer dividendo ou bonificação sobre que a companhia tiver direito de retenção, e poderá applical-o em, ou para ajudar na satisfação das dividas, responsabilidades ou compromissos com respeito ao, ou ás quaes o direito de retenção existir.

PODER DE RETER DIVIDENDOS OU ACÇÕES DE MENOR, LUNATICO, ETC.

111. Os directores poderão reter os dividendos ou bonificações pagaveis sobre acções ou *stock* com respeito ás, ou a qualquer pessoa, segundo a clausula de transmissão, tiver direito a tornar-se accionista, ou que quaquer pessoa, de accordo com aquelle artigo tiver direito a transferir, até que tal pessoa venha a ser um accionista, com relação a taes acções, ou transfira as mesmas devidamente.

PAGAMENTO

112. Qualquer dividendo poderá ser pago por meio de cheque remettido sobre o risco da pessoa a quem deva ser pago, pelo Correio, para o endereço registrado, da pessoa que tiver a elle direitos, ou, no caso de possuidores collectivos registrados, para o endereço daquella cujo nome figurar primeiro no registro, com respeito a taes acções.

Todo o cheque assim mandado deverá, a não ser que a pessoa com direito a elle instrua differentemente, ser feito pagavel á ordem da pessoa a quem elle for mandado. Nenhum dividendo ou bonificação deverá vencer juros contra a companhia.

CONTABILIDADE

CONTAS QUE SE DEVEM GUARDAR

113. Os directores deverão fazer com que contas fleis sejam guardadas das sommas de dinheiro recebidas e expedidas pela companhia, e os assumptos, com relação aos quaes tal recebi-

mento e tal gasto tiver logar, e dos haveres, creditos e responsabilidades da companhia. Os livros de contas deverão ser guardados no escriptorio registrado da companhia, ou em tal outro ou em taes outros logar ou logares, como os directores julgarem conveniente.

INSPECÇÃO PELOS ACCIONISTAS

114. Os directores deverão, de tempos a tempos, determinar si, e até que ponto, e em quaes logares e occasiões, e sobre que condições ou regulamentos as contas e os livros da companhia, ou quaesquer dellas ou delles deverão estar abertos para inspecção dos accionistas, e nenhum accionista deverá ter direito algum de inspecionar qualquer conta, livro ou documento da companhia, excepto quando for conferido por lei ou autorizado pelos directores ou por uma resolução da companhia em assembléa geral.

EXPOSIÇÃO DE CONTAS E BALANÇO ANNUAL

115. Na assembléa ordinaria de cada anno os directores deverão submeter á companhia uma nota da receita e gastos e um balanço que contenha um summario dos bens e responsabilidades da companhia, feito até uma data não superior a seis mezes antes da assembléa, desde a occasião em que a ultima exposição e balanços precedentes tiverem sido feitos, ou no caso da primeira exposição e balanço, desde a incorporação da companhia.

RELATORIO ANNUAL DOS DIRECTORES

116. Toda tal exposição deverá ser acompanhada por um relatorio dos directores relativamente ao estado e condições da companhia, e com a relação a quantia a qual elles recomendarão para ser paga dos lucros a titulo de dividendo ou bonificação aos accionistas, e a quantia (si houver alguma) que elles propuzerem passar para o fundo de reserva, de accordo com as prescripções naquelle respeito, aqui anteriormente contidas, e a exposição de contas, relatorio e balanço, deverão ser assignados por um director e referendados pelo secretario.

DEVER-SE-HA MANDAR CÓPIA AOS ACCIONISTAS

117. Uma cópia de taes balanço e relatorio, sete dias previamente á assembléa, deverá ser entregue aos possuidores registrados de acções ordinarias, da maneira como se instrue aqui adiante que os avisos sejam notificados.

VERIFICAÇÃO DE CONTAS

AS CONTAS DEVERÃO SER VERIFICADAS ANNUALMENTE

118. Uma vez pelo menos, em cada anno, as contas da companhia deverão ser examinadas e a exactidão da exposição das contas e do balanço averiguada por um ou mais verificador ou verificadores de contas. Os verificadores de contas deverão ser nomeados pela companhia na assembléa ordinaria de cada anno, mas os primeiros verificadores de contas da companhia deverão ser nomeados pelos directores.

A reunião dos verificadores de contas deverá ser fixa, pela companhia, em assembléa ordinaria. Qualquer verificador de contas que tiver de se retirar do posto, deverá ser elegivel para reeleição. Si sómente um verificador de contas for nomeado, todas as provisões aqui contidas relativamente a verificadores de contas, deverão applicar-se a elle.

Os verificadores de contas poderão ser accionistas da companhia, mas nenhuma pessoa deverá ser elegivel como verificador de contas que for interessada de outro modo que não seja como accionista da companhia, em qualquer transacção della, e nenhum director ou outro official deverá ser elegivel durante o tempo que continuar em serviço.

VAGA CASUAL

119. Si qualquer vaga casual occorrer no posto de verificador de contas, os directores deverão convocar uma assembléa geral extraordinaria para preencher a mesma.

OS VERIFICADORES DE CONTAS DEVERÃO INFORMAR SOBRE A EXPOSIÇÃO DE CONTAS E BALANÇO

120. Aos verificadores de contas deverão ser fornecidas cópias da exposição de contas e do balanço que se tencionar submeter á companhia em assembléa geral, pelo menos, 14 dias antes da assembléa a que os mesmos tiverem de ser submettidos e deverá ser a sua obrigação examinar as mesmas com as contas e peças justificativas com ellas relacionadas, e informar a companhia sobre ellas em assembléa geral.

INSPECÇÃO DOS LIVROS PELOS VERIFICADORES DE CONTAS

121. Os verificadores de contas deverão em todas as occasiões razoaveis ter accesso aos livros e contas da companhia, e elles poderão com relação a ellas examinar os directores ou outros officiaes da companhia.

QUANDO SE DEVERÁ CONSIDERAR FINALMENTE AJUSTADAS AS
CONTAS

122. Toda a conta dos directores quando for verificada e approvada por uma assembléa geral, deverá ser conclusiva, excepto com respeito a qualquer erro descoberto nellas dentro dos proximos tres mezes depois da approvação della.

Todas as vezes que tal erro for descoberto dentro daquelle periodo a conta deverá desde logo ser corrigida e desde então deverá ser conclusiva.

AVISOS

MODO DE NOTIFICAR OS AVISOS AOS ACCIONISTAS

123. Um aviso poderá ser notificado pela companhia a qualquer accionista quer pessoalmente, quer mandando-o pelo Correio em uma carta franqueada, dirigida a tal accionista no seu logar ou endereço registrado.

ACCIONISTAS RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

124. Cada possuidor de acções cujo logar de endereço registrado não seja no Reino Unido, deverá de tempos a tempos notificar por escripto á companhia um endereço no Reino Unido, o qual deverá ser considerado como o seu logar de endereço registrado relativamente ao sentido da ultima clausula precedente.

AVISOS QUANDO NÃO HOUVER ENDEREÇO

125. Com relação aos accionistas que não tiverem endereço registrado no Reino Unido, um aviso affixado no escriptorio deverá ser considerado como bem notificado a elles, na occasião em que elle for affixado.

AVISO A POSSUIDORES COLLECTIVOS

126. Todos os avisos com referencia a quaesquer acções registradas, a que pessoas tenham direito collectivamente, deverão ser dados a qualquer de taes pessoas que estiver mencionada em primeiro logar no registro; e aviso assim dado deverá ser sufficiente aviso para todos os possuidores de taes acções.

QUANDO SE DEVERÁ CONSIDERAR TER SIDO DADO AVISO PELO
CORREIO

127. Qualquer aviso mandado pelo Correio deverá ser considerado como notificado no dia em que cinta ou envelope que contiver o mesmo, for lançado no Correio, e ao provar-se tal notificação, será sufficiente prova que a carta ou cinta contendo o aviso, foi devidamente lançada no Correio.

CESSIONARIOS, ETC., OBRIGADOS POR PRÉVIOS AVISOS

128. Toda a pessoa que por operação da lei, transferencia, ou outros meios sejam quaes forem, vier a ter direito a qualquer acção, deverá ser obrigada por todo o aviso com referencia a tal acção que, préviamente ao seu nome e endereço tem sido lançado no registro tiver sido devidamente dado á pessoa de que elle obteve o seu titulo a tal acção.

AVISO VÁLIDO SI BEM QUE O ACCIONISTA TENHA FALLECIDO

129. Qualquer aviso ou documento entregue ou mandado pelo Correio, á, ou deixado no endereço registrado de qualquer accionista, em consequencia destes estatutos, deverá, não obstante tal accionista estar então morto, e quer a companhia tenha, quer não, aviso da morte d'elle, ser considerado como tendo sido devidamente notificado com referencia a quaesquer acções registradas, quer sejam possuidas por elle só, quer sejam possuidas por elle juntamente com outras pessoas, por tal accionista, até que alguma outra pessoa seja registrada em vez d'elle como o possuidor ou possuidor colectivo dellas; e tal notificação deverá, para todos os fins destes estatutos ser considerada notificação sufficiente de tal aviso ou documento dado aos seus herdeiros, testamenteiros, ou administradores, e a todas as pessoas (si as houver) collectivamente interessadas com elles com ella em quaesquer taes acções.

LIQUIDAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO DO ACTIVO

130. Si a companhia for liquidada o activo excedente deverá ser applicado primeiramente em saldar o capital pago sobre as ditas acções preferenciaes, e quaesquer dividendos atrasados (até ao principio da liquidação) e o resto deverá ser dividido sobre ellas entre os outros accionistas de accordo com os seus direitos e interesses.

DISTRIBUIÇÃO DO ACTIVO EM DINHEIRO

131. Si a companhia for liquidada, os liquidatarios (quer voluntarios quer officiaes) poderão com a sanção de uma resolução extraordinaria dividir entre os contribuintes, em dinheiro, qualquer parte do activo da companhia, e poderão com a sanção conferir qualquer parte do activo da companhia a fideicommissarios sob taes fideicommissos, para beneficio dos contribuintes como os liquidatarios, com igual sanção, julgarem conveniente.

VENDA DE ACCORDO COM A SECÇÃO 61 DAS LEIS DE 1862,
REFERENTES A COMPANHIAS

132. Si a qualquer tempo os liquidantes da companhia fizerem qualquer venda ou entrarem em qualquer arranjo de accordo com a secção 61 das leis de 1862 referentes a companhias, um accionista dissidente, no sentido daquella secção, não deverá ter os direitos a elle dados por ella, mas em vez disso elle poderá, mediante aviso por escripto, dirigido aos liquidatarios e deixado no escriptorio, não mais tarde do que 14 dias depois da data da assembléa em que a resolução especial, autorizando tal venda ou arranjo, tiver sido passada, exigir delles que vendam as acções, *stock*, ou outros, bens, opção, ou privilegios a que, de accordo com o arranjo ella teria vindo de outro modo a ter direito, e que paguem a elle o producto liquido e tal venda e pagamento deverão ser de accordo feitos.

Tal venda por ultimo mencionada, poderá ser feita de tal maneira como os liquidatarios julgarem conveniente.

PROVISÕES ESPECIAES

133. Qualquer tal venda ou arranjo, ou a resolução especial que a, ou o confirmar poderá prover para a distribuição ou apropriação das acções, *stock*, dinheiro, outros beneficios a receber em compensação, de outro modo que não seja de accordo com os direitos legais dos contribuintes da companhia e particularmente qualquer classe poderá ser dado direitos, preferencias ou especiaes ou poderá ella ser excluida completamente ou em parte; mas no caso de qualquer tal provisão ser feita, a ultima clausula precedente não deverá ter applicação com o fim de que um accionista dissidente possa ter os direitos conferidos nelles pela secção 161 da lei de 1862, referente á companhia.

INDEMNIDADE

INDEMNIDADE

134. Todo o director gerente, secretario, e outro official ou servente da companhia deverá, indemnificado pela companhia contra, e deverá ser obrigação dos directores, tirando o dinheiro

dos fundos da companhia, pagar todas as custas, perdas e despesas que qualquer tal official ou servente incorrente ou vier a ser sujeito a, por causa de qualquer contracto e lebrado, ou acto ou acção feita por elle na qualidade de tal official ou servente, ou de qualquer maneira no desempenho dos seus deveres, e a quantia para que tal indemnidade é provida, deverá immediatamente ter effeito sobre os bens da companhia, como um direito real, e deverá ter prioridade entre os accionistas sobre todas as outras reclamações.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL DOS DIRECTORES

135. Nenhum director ou outro official da companhia deverá ser responsavel pelos actos, recebimentos, negligencias ou faltas de qualquer outro director ou official, ou por tomar parte em qualquer recebimento ou outro acto para uniformidade ou por qualquer prejuizo ou despesa que aconteça á companhia por causa da insufficiencia ou deficiencia de titulo a quaesquer bens adquiridos por ordem dos directores, para ou em nome da companhia, ou pela insufficiencia ou deficiencia de qualquer penhor em ou sobre quaesquer sommas de dinheiro da companhia sejam empregadas, ou por qualquer perda ou prejuizo que origine da bancarota, insolvencia, ou qualquer acto erroneo de qualquer pessoa com quem quaesquer dinheiros, valores, ou effeitos tenham sido depositados, ou por qualquer outra perda, prejuizo ou infortunio seja qual for, que aconteça na execução dos deveres dos seus respectivos cargos, ou com relação a isso, a não ser que os ditos acontecimentos succedam por acto ou falta proposital delle ou delles.

ALTERAÇÃO DE REGULAMENTOS

ALTERAÇÃO DE REGULAMENTOS

136. A companhia poderá de tempos a tempos, e em qualquer occasião, mediante resolução especial, alterar todos ou quaesquer dos regulamentos da companhia que o forem na occasião, e fazer novos regulamentos em conclusão de, ou em addição a todos ou quaesquer dos regulamentos que o forem na occasião, da companhia, e os regulamentos assim feitos ou na occasião em vigor deverão considerar-se como regulamentos da companhia com o mesmo valor como si elles tivessem originalmente sido contidos nestes estatutos e deverão de igual maneira estar sujeitos a ser alterados ou modificados por qualquer resolução especial subsequente.

NOMES, MORADAS E OCCUPAÇÕES DOS SUBSCRIPTORES

Henry Tolpitt, 32 Great St., Helen's Londres, negociante.

Walter Jacob, 19 Glazburg Road, West Kensington W., capitalista.

Albert James Atkey, 90 Cannon St. Londres E. C., engenheiro.

Reginald Norton Dawson, 24 Devonshire Chambers Bishopsgate St. Wt., E. C., secretario de Companhias Publicas.

W. E. Venn, Thornton House, Bickley, capitalista.

Alfred J Kent, 8, Cross Road, South Wimbledon, contador.

Samuel Lawnter, 112 Ferme Park Road, Strand Green, Middlesex, capitalista.

Datados no dia 30 de março de 1896.

Testemunha da assignatura supra: *F. Glasse*, 24 — 6, Devonshire Chambers, Bishopsgate St. Without, Londres, E. C., empregado.

Cópia fiel.

Ernest Cleave, ajudante do registrador de sociedades anônymas.

Ao lado estava o sello de um shilling.

Eu, abaixo assignado, William Eustace Venn, desta cidade de Londres, tabellião publico por alvará régio devidamente constituido, juramentado e em exercicio, certifico pela presente que a traducção na lingua portugueza que aqui vai annexa sob o meu sello official é versão fiel e conforme da cópia official impressa da escriptura de sociedade e Estatutos da sociedade anonyma intitulada *The Sant'Anna Gold Mining Company, Limited*, que tambem aqui vai annexo, na lingua ingleza igualmente sob meu dito sello official. Certifico outrossim que a dita cópia, achando-se revestida nas paginas oito e quarenta e oito da assignatura que dou fê ser authentica do Sr. Ernest Cleave, ajudante do registrador de sociedades anônymas na Inglaterra, é digna, assim como tambem o é a dita traducção, de toda a fé e credito tanto nos tribunaes de justiça como fóra delles.

Em testemunho do que, para fazer constar onde convier e para todos os effeitos legais, passo a presente que firmo e sello com o meu dito sello official em Londres aos vinte e um dias de julho de mil oitocentos e noventa e seis.

Veritas.

(Assignado) W. E. Venn, tabellião publico.

Ao lado estava o sello official do mesmo tabellião publico, sobre uma estampilha de um shilling.

Reconheço verdadeira a assignatura junta de William Eustace Venn, tabellião publico desta cidade e para constar onde convier a pedido do mesmo, passei a presente que assigno e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos 22 de julho de 1896, e que liguei com os documentos ns. 1 e 2, rubricados e enumerados por mim.

N. 330 — Recebi 6/9 d. (Assignado) — *Luiz Augusto da Costa*, vice-consul, 22 de julho de 1896 — sobre duas estampilhas do imposto consular no valor colectivo de 3\$. Ao lado estava o sello do Consulado brasileiro em Londres.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul em Londres.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1896. — Pelo director geral—(Assignado)— *L. P. da Silva Rosa*, sobre quatro estampilhas do Thesouro Nacional no valor colectivo de \$550. Ao lado estava o sello da Secretaria das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brazil, Rio de Janeiro.

Estava sellado com tres estampilhas do Thesouro Nacional no valor colectivo de 33\$, devidamente inutilisadas, com o carimbo da Recebedoria da Capital Federal em 23 de outubro de 1896.

Nada mais continha o referido documento, que fielmente verti do proprio original ao qual me reporto. Em fé do que, passei o presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 11 dias de novembro de 1896.— *Johannes Jochim Christian Voigt*, traductor publico juramentado.

TRADUÇÃO

DOCUMENTO EXIBIDO

Contracto feito no dia 10 de abril de 1896 entre a *The Dom Pedro Gold Mining Company, limited* (chamada em seguida: — A primeira Companhia Dom Pedro) e Sir Frederick Dixon Dixon Hartland, Baronete, membro do parlamento, o Exm. Sr. Albert James Atkey e o Exm. Sr. Henry Tolputt, todos de Devonshire Chambers, Bishopsgate Street, da cidade de Londres, liquidatarios da primeira Companhia Dom Pedro e aos quaes se faz aqui referencia sob a denominação de « Os primeiros liquidatarios » da primeira parte; a *The Dom Pedro Gold Mining Company, limited* (chamada em seguida: — A segunda Companhia Dom Pedro) e os ditos Sir Frederick Dixon Dixon Hartland, Albert James Atkey e Henry Tolputt, liquidatarios da segunda Companhia Dom Pedro, da segunda parte; e a *The Sant'Anna Gold Mining Company, limited* (chamada em seguida: — A nova companhia) da terceira parte. Attendendo a que a primeira Companhia Dom Pedro foi incorporada no anno de 1883 de accordo com as leis de 1862 a 1883 referentes a companhias com um capital nominal de £ 125.000 dividido em 125.000 acções de £ 1 cada uma, o qual foi subseqüentemente augmentado, de modo que o capital nominal autorizado consistia, em 30 de abril de 1894, quando foi passada uma resolução para liquidação voluntaria e reconstrução da primeira Companhia Dom Pedro, em £ 150.000 divididas em 150.000 acções de £ 1 cada uma. E attendendo a que pela dita resolução os ditos liquidantes da pri-

meira Companhia D. Pedro foram nomeados para levar a cabo tal liquidação e foram autorizados de accordo com a secção 161 da lei de 1862 referente a companhias a celebrar um contracto com a companhia então prestes a ser incorporada (a qual era a segunda Companhia D. Pedro) nos termos do rascunho do contracto a que se fez referencia na dita resolução e devidamente approved, o qual contracto foi em 15 de julho de 1894 devidamente outorgado. E attendendo a que, de accordo com a dita resolução, a segunda Companhia D. Pedro foi incorporada no dia 27 de junho de 1894, com um capital nominal de £ 150.000, dividido em 150.000 acções de £ 1 cada uma. E attendendo a que 124.368 acções da segunda companhia D. Pedro tem sido emittidas e permanecem agora para recolher e estão completamente liberadas ou creditadas como completamente liberadas nos livros da segunda Companhia D. Pedro. E attendendo a que a segunda companhia D. Pedro foi formada com o fim de tomar conta de e explorar as minas e propriedades mineiras no Brazil antigamente pertencentes à e exploradas pela primeira Companhia D. Pedro no Brazil e em outra parte, e a segunda Companhia D. Pedro é actualmente a dona de taes minas, propriedades e outros haveres, com sujeição apenas a uma escriptura de fideicommisso e obrigações a que se faz referencia no segundo periodo. E attendendo a que ainda estão para recolher £ 600 de obrigação da primeira Companhia D. Pedro, que não foram remidas e que estão garantidas pelas escripturas de fideicommisso datadas respectivamente em 2 de março de 1887 e em 5 de dezembro de 1890, pelas quaes certos bens da primeira Companhia D. Pedro foram garantidos a fideicommissarios, para beneficio dos possuidores de taes obrigações da maneira mencionada em tal escriptura. E attendendo a que a Segunda Companhia D. Pedro creou e emittiu £ 3.725 de obrigações que ainda estão para recolher. E attendendo a que por uma resolução especial da Segunda Companhia Dom Pedro passada e confirmada em assembléas geraes extraordinarias della reunidas respectivamente no dia 12 de março de 1896 e no dia 30 de março de 1896, foi resolvido :

1.º Que era conveniente reconstruir a Segunda Companhia D. Pedro e, portanto, que a Segunda Companhia D. Pedro fosse liquidada voluntariamente e que os ditos Sir Frederick Dixon Dixon-Hartland, Albert James Atkey e Henri Tolpitt fossem, e elles por ella foram nomeados liquidatarios para os fins de tal liquidação.

2.º Que os liquidatarios fossem, e elles por ella foram autorizados a consentir na regístação de uma nova companhia que deveria ser chamada *The São Anna Gold Mining Company, Limited*, com uma escriptura social e estatutos nella mencionados.

3.º Que o rascunho de contracto a que se fez referencia na resolução (o qual é o rascunho deste instrumento) fosse e o mesmo foi por ella approved, e que os liquidatarios da Segunda Com-

panhia D. Pedro fossem, e elles foram por ella autorisa^{dos}, de accordo com a secção 161 da lei de 1862, referente a companhias, a celebrar um contracto com tal nova companhia (quando incorporada), nos termos do dito rascunho, e a levar o mesmo effeito. E attendendo a que, de accordo com a dita resolução, a nova companhia foi então incorporada segundo as leis de 1862 a 1893 referentes a companhias, com um capital nominal de £ 150.000 dividido em 150.000 acções de £ 1 cada uma.

E attendendo a que pelos estatutos da nova companhia está provido que a mesma companhia deverá immediatamente celebrar o contracto a que nelles se faz referencia, o qual é este instrumento. Ora bem, pelo presente se convem como segue :

1.º Sujeita ás provisões deste contracto, a Segunda Companhia D. Pedro, e os seus liquidatarios deverão transferir á e a nova companhia deverá tomar conta de, a contar do dia 31 de março de 1896, todas e cada uma das minas, propriedades mineiras, terras, edificios, direitos, bens e haveres da Segunda Companhia D. Pedro, situados ou que estiverem no Brazil, e todos os haveres da Segunda Companhia D. Pedro situadas ou que estiverem em Inglaterra ou em outra parte que não seja no Brazil, e toda outra empresa da Segunda Companhia D. Pedro, juntamente com o beneficio de todos os contractos e compromissos a que a Segunda Companhia D. Pedro tem direito, e todo material, machinas, gado, edificios e outros bens que forem considerados ser dos seus respectivos valores que figurarem nos livros da companhia naquella data, com sujeição, não obstante, relativamente a taes dos ditos assumptos que estão respectivamente sujeitos ás ditas escripturas de fideicommisso e ás ditas obrigações da Primeira Companhia D. Pedro e aos ditos *debentures bonds* da Segunda Companhia D. Pedro e a todos os outros impedimentos que affectem os mesmos assumptos;

2.º Como parte do preço de tal traspasso, a nova companhia deverá pagar, satisfazer e desempenhar todas as dividas e responsabilidades da Segunda Companhia D. Pedro, sejam ellas quaes forem (incluindo as £ 600 de obrigações para recolher da Primeira Companhia D. Pedro) e deverá adoptar, executar e cumprir todos os contractos e compromissos que lhe imponham agora obrigações, e deverá a todo tempo conservar a Segunda Companhia D. Pedro, seus liquidatarios e contribuintes indemnificados contra taes dividendos, responsabilidades, contractos, dividas e compromissos, e contra todos os pleitos, processos, custas, prejuizos e reclamações com relação a ellas ou elles.

3.º Como outra parte do preço do dito traspasso, a nova companhia deverá pagar e deverá a todo tempo de ora avante conservar a Primeira Companhia D. Pedro e os seus liquidatarios e contribuintes, e a Segunda Companhia D. Pedro e os seus liquidatarios e contribuintes, indemnificados contra todas as custas e despesas da e incidentaes á liquidação da Primeira Companhia D. Pedro e da Segunda Companhia D. Pedro e de levar a effeito o traspasso á nova companhia.

4.º Como resto do preço do dito traspasso, cada accionista da Segunda Companhia D. Pedro deverá com relação a cada acção inteiramente liberada della possuida por elle, ter direito, mediante aviso por escripto dado á nova companhia dentro de um mez solar a contar da data do presente a desejar que a nova companhia averbe a elle ou á pessoa ou pessoas por elle nomeadas, uma acção de £ 1 da nova companhia creditada com 15 schillings como pagos sobre ella, e todo o accionista que não der tal aviso dentro do prazo acima transcripto, não deverá (com sujeição aos e sem prejuizo dos direitos a elle dados pela secção 161 da lei de 1862, referente á companhia) ter direito a fazer reclamação alguma quer contra a Segunda Companhia Dom Pedro quer contra a nova companhia, quer ainda contra os haveres de qualquer de taes companhias. Os liquidatarios da Segunda Companhia D. Pedro deverão immediatamente dar a cada accionista da Segunda Companhia D. Pedro aviso das provisões desta clausula por meio de carta-circular enviada pelo Correio e dirigida a tal accionista para o seu endereço registrado no registro de accionistas da Segunda Companhia D. Pedro.

5.º Todas as acções da nova companhia não tomadas por accionistas da Segunda Companhia D. Pedro como acima dito, para as quaes os liquidatarios da Segunda Companhia D. Pedro fizerem applicação ou causarem que a applicação seja feita dentro de dous mezes solares a contar da data do presente, poderão ser dadas pelos liquidatarios pelo preço e da maneira que elles julgarem conveniente.

6.º Antes da emissão de quaesquer acções de accordo com este contracto como inteiramente deliberadas, a nova companhia deverá depositar nas mãos do registrador de companhias anonyms um contracto supplementar que mostre os numeros distinctivos de taes acções e de accordo tal contracto deverá tantas vezes como a occasião exigir ser feito quer entre as ditas partes do presente, quer entre a nova companhia e taes outras partes como se considerem conveniente.

7.º Si os liquidatarios da Segunda Companhia D. Pedro, para levarem a effeito o dito traspasso, tiverem occasião de comprar o interesse de qualquer accionista da Segunda Companhia Dom Pedro, então e em cada tal caso a nova companhia deverá ser exonerada da obrigação a ella imposta pela clausula quatro do presente no que disser respeito a tal accionista, mas deverá pagar aos liquidatarios para effectuarem tal compra tal somma como por meio de arbitramento entre a Segunda Companhia Dom Pedro e tal accionista, ou por meio de convenio feito com a sancção da nova companhia entre elle e os liquidatarios, for determinada ser o preço pagavel com relação a taes compras.

8.º A nova companhia deverá accceitar, sem objecção nem investigação, o titulo que a Segunda Companhia D. Pedro tem ao que pelo presente se concorda em traspassar.

9.º A Segunda Companhia D. Pedro e os seus liquidatarios deverão, tão cedo como seja conveniente (mas sem prejuizo da condição em seguida aqui contida), executar e fazer a custa da

nova companhia, ou procurar que sejam executadas e feitas a semelhança custa todas as garantias e cousas que forem razoavelmente precisas pela nova companhia para investir nella o que acima dito foi concordado traspassar ou qualquer parte disso, e para lho dar o pleno beneficio deste contracto. Comtanto que sempre a Segunda Companhia D. Pedro e os seus liquidatarios devam ter direito de retenção sobre a totalidade das cousas que pelo presente instrumento se concorda traspassar por todas as sommas de dinheiro (caso as haja) pagaveis pela nova companhia de accordo com as provisões deste contracto. E até que todas taes sommas de dinheiro tenham sido pagas os liquidatarios deverão ter a liberdade de reter a posse da totalidade ou de qualquer parte das ditas cousas e de á sua discreção obter sobre as mesmas e pagar tirando dellas taes sommas de dinheiro ou qualquer parte dellas.

10. Não obstante qualquer coisa aqui contida, si, para levar a effeito a dita venda for necessario aos liquidatarios da Segunda Companhia D. Pedro comprar os interesses dos accionistas da Segunda Companhia D. Pedro, que possuirem em aggregado mais de 20.000 acções da Segunda Companhia D. Pedro, a nova companhia deverá ter a liberdade de, mediante aviso por escripto dirigido aos liquidatarios da Segunda Companhia D. Pedro e deixado no escriptorio registrado de tal companhia, rescindir este contracto, e dada tal rescisão nenhuma das partes contrahentes do presente contracto deverá ter qualquer reclamação contra qualquer outra por prejuizos, gastos ou outra coisa seja qual for.

11. As partes contrahentes da primeira e da segunda parte farão, á custa em todas as cousas da nova companhia, a pedido da nova companhia todos os actos e escripturas que a nova companhia razoavelmente requisitar para dar effeito a este contracto.

Em testemunho do que, os liquidatarios da Primeira Companhia D. Pedro e da Segunda Companhia D. Pedro fizeram com que os sellos sociaes daquellas companhias fossem estampados, e a nova companhia fez com que o seu sello social fosse estampado no dia e no anno primeiramente acima escriptos.

O sello social da Primeira Companhia D. Pedro foi aqui estampado na presença de *R. Norton Dawson*, como liquidatario — 24 Devonshire Chambers Bishopsgate St. Wt, Londres, E. C., capitalista. — *H. Tolputt*. — *A. J. Athey*. — *F. D. Dixon Hartland*.

O sello social da Segunda Companhia D. Pedro foi aqui estampado na presença de *R. Norton Dawson*, como liquidatario, 24 Devonshire Chambers. — Bishopsgate St. Wt, Londres, E. C., capitalista. — *H. Tolputt*. — *A. J. Athey*. — *F. D. Dixon Hartland*.

O sello social da nova companhia foi aqui estampado na presença de *Walter Jacob* e *H. Tolputt*, como directores. — *R. Norton Dawson*, secretario.

~~~~~

## DECRETO N. 2430 — DE 8 DE JANEIRO DE 1897

Approva os estudos definitivos do trecho comprehendido entre Confusão e Morada Nova, na extensão total de 188<sup>k</sup>,522, da Estrada de Ferro de Araxá ao Pegaonha.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro de Araxá ao Pegaonha, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os estudos definitivos que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, do trecho comprehendido entre Confusão e Morada Nova, na extensão total de 188<sup>k</sup>,522, da Estrada de Ferro de Araxá ao Pegaonha, devendo vigorar a tabella de preços já approvada anteriormente para outros trechos, e para o material os preços das respectivas facturas originaes.

Capital Federal, 8 de janeiro de 1897, 5<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho,*



## DECRETO N. 2431 — DE 8 DE JANEIRO DE 1897

Crea uma Delegacia Especial do Ministerio da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em cumprimento do art. 7<sup>o</sup> n. 11 da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, e mais disposições em vigor, no intuito da exacta arrecadação dos impostos aduaneiros e da fiel observancia das leis fiscaes no Estado do Rio Grande do Sul, decreta :

Art. 1.<sup>o</sup> Fica creada uma Delegacia Especial do Ministerio da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul, com jurisdicção em toda a fronteira do Brazil com as Republicas Oriental do Uruguay e Argentina, e nos valles dos rios Santa Maria, Ibicuihy e Uruguay e territorios comprehendidos, cuja funcção será impedir a entrada, pelas referidas fronteiras, de mercadorias ou objectos sujeitos a impostos aduaneiros, sem estarem regularmente despachados pelas Alfandegas de Uruguayana, Sant'Anna

do Livramento e Mesas de Rendas de Quarahy, Itaqui, S. Borja, Jaguarão, Santa Victoria do Palmar ou por outras repartições competentes.

Art. 2.º Compor-se-ha esta Delegacia de um delegado, de um amanuense, de oito fiscaes, de 10 sargentos e 225 guardas.

O amanuense fará a escripturação da Delegacia.

Art. 3.º Compete ao delegado :

§ 1.º Superintender e inspecionar todo o serviço aduaneiro e fiscal confiados ás Alfandegas de Uruguayana e Sant'Anna do Livramento e ás Mesas de Rendas de Quarahy, Itaqui, S. Borja, Jaguarão e Santa Victoria do Palmar, promovendo o inteiro cumprimento das leis, regulamentos, instrucções e ordens, fiscalizando a arrecadação das rendas publicas, prevenindo e reprimindo o contrabando, qualquer fraude, abuso, excesso, negligencia, desidia no serviço aduaneiro, ou qualquer violação e infracção dos deveres.

§ 2.º Exercer directamente em todo o territorio de sua jurisdição, fóra das Alfandegas e Mesas de Rendas e outras repartições, todas as attribuições e faculdades que competem aos inspectores de Alfandegas.

§ 3.º Manter inteira vigilancia e efficaz policiamento em todo o territorio de sua jurisdição, no sentido de impellir completamente a entrada de quaesquer generos, mercadorias ou objectos sujeitos a impostos aduaneiros, ou a despacho, que não se mostrarem legalmente desembaraçados, pela apresentação das guias e papeis comprobatorios do regular franqueamento, dando protecção e auxilio ao commercio legitimo e aos que transitarem com a guia das repartições fiscaes.

§ 4.º Executar todos os actos, expedientes, medidas e providencias adequadas à prevenção do contrabando, fraudes, desvios, ou violações e infracções de leis, regulamentos, instrucções e ordens em materia fiscal, assim como buscas, apprehensões de quaesquer objectos, multas, prisões nos casos legais e processos administrativos; devendo communicar ás autoridades competentes os crimes e delictos occurrentes.

§ 5.º Dirigir o corpo de guardas, que lhe fica inteiramente subordinado, no intuito do melhor policiamento, prevenção e repressão das contravenções e do contrabando.

§ 6.º Organisar e dirigir a correspondencia e a escripturação da Delegacia, utilizando o amanuense; propor a substituição do pessoal da arrecadação, e outras medidas convenientes.

§ 7.º Collocar postos de vigilancia e de observação, determinando-lhes a zona, utilizando os fiscaes, que empregará convenientemente, devendo neste intuito ter em attenção a topographia, as estradas, os rios e os seus passos, de modo a impedir o transito de objectos não despachados legalmente; designando as estradas e os passos que devam ser seguidos de accordo com os postos estabelecidos.

§ 8.º Percorrer o territorio sob sua jurisdição, inspecionando e dirigindo o serviço por si e pelos seus auxiliares; podendo

escolher para sêde da Delegacia o ponto mais conveniente à fiscalisação e mudal-o quando julgar necessario, submettendo a medidas especiaes de rigorosa fiscalisação as mercadorias que se desviarem dos postos de vigilancia.

§ 9.º Enviar, mensalmente, ao Ministro da Fazenda um relatório circumstanciado a respeito de todo o serviço a seu cargo, expondo o resultado das medidas prescriptas e executadas e indicando as providencias que entender convenientes e as modificações e reformas que a experiencia aconselhar; podendo, além disto, e sempre, enviar todas as communicações e informações convenientes ao serviço, fornecer aos fiscaes, para sua escripturação, livros por elle abertos, numerados e rubricados.

§ 10. Entender-se directamente com os consules e agentes diplomaticos do Brazil nas republicas vizinhas a respeito do serviço.

§ 11. Propor ao Ministro da Fazenda as pessoas que devam ser nomeadas para os logares de fiscaes e amanuenses, preferindo os empregados de repartições extintas de fazenda, o commandante e officiaes do corpo de guardas, engajar os guardas e nomear os sargentos.

§ 12. Appreghender como contrabando as mercadorias e objectos que se desviarem das estradas e passos determinados para a fiscalisação e em que se collocarem os postos de vigilancia.

Art. 4.º Compete aos fiscaes :

§ 1.º Occupar os postos de vigilancia que lhes forem designados e, dentro de sua zona, exercer severa fiscalisação para verificarem si as mercadorias e objectos introduzidos ou em transitio, sujeitos a despacho aduaneyro, acham-se legalmente franqueados, examinando as guias e papeis, contando e confrontando os volumes e o seu conteúdo, tomando nota da marca, procedencia e destino, remetente e destinatario, e organisando diariamente a escripturação em livros que lhes serão fornecidos. Cumprirão, igualmente, todas as instrucções do delegado, ao qual são subordinados.

§ 2.º Os fiscaes terão em cada posto, á sua disposição, um sargento e tantos guardas quantos forem necessarios ao serviço.

Art. 5.º Compete ao corpo de guardas todo o serviço de vigilancia, rondas diurnas e nocturnas, sentinellas, apprehensões, buscas, prisões, nos casos determinados pelo delegado, directamente ou por intermedio dos fiscaes e todos os mais serviços o diligencias ordenados pelo delegado.

Art. 6.º Compete ao commandante :

§ 1.º Cumprir e fazer cumprir todas as instrucções, ordens o recommendações do delegado.

§ 2.º Manter severa disciplina no corpo de guardas, conservando em ordem e obediencia o pessoal e em bom estado o material, fazendo tratar a cavallhada e arreios, cuidando por si e pelos officiaes e inferiores no exacto fornecimento da forragem diaria dos animaes, armamento, equipamento e alimentação dos guardas.

Art. 7.º Aos officiaes e inferiores compete cumprir todas as ordens, instrucções e recommendações do delegado e do commandante, e, nos postos em que servirem, tambem as dos fiscaes.

Art. 8.º A Delegacia especial, aos fiscaes, ao corpo dos guardas, commandante, officiaes, inferiores e guardas, cabem as disposições do capitulo 2º, titulo 1º, arts. 16 a 30 da *Consolidação das Leis das Alfandegas*, tanto quanto for applicavel, attenta a natureza e differença da situação e dos serviços, excepto o que prescreve o n. 2 do art. 24.

Art. 9.º O serviço das Alfandegas, Mesas de rendas e mais repartições fiscaes no Rio Grande do Sul é mantido, apenas ficando sob a superintendencia da Delegacia especial, no territorio da jurisdicção desta.

Art. 10. O numero, classe e gratificação dos empregados da Delegacia especial do Ministerio da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul será o fixado e constante da tabella que a este acompanha.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de janeiro de 1897, 9.ª da Republica.

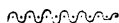
MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*

**Tabella das gratificações dos empregados da Delegacia especial do Ministerio da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul**

| Ns. | EMPREGOS                                                               | GRA-TIFICAÇÃO ANNUAL |
|-----|------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 1   | Delegado .....                                                         | 12:000\$000          |
| 1   | Amanuense .....                                                        | 3:600\$000           |
| 8   | Fiscaes, a 1:800\$ annuaes cada um .....                               | 38:400\$000          |
| 1   | Commandante (capitão) .....                                            | 4:800\$000           |
| 1   | Tenente .....                                                          | 4:000\$000           |
| 3   | Alföres, a 3:600\$ annuaes cada um .....                               | 10:800\$000          |
| 10  | Sargentos, a 2:400\$ annuaes cada um .....                             | 24:000\$000          |
| 225 | Guardas a cavallo, a 1:140\$ annuaes cada um, inclusive forragem ..... | 324:000\$000         |
|     |                                                                        | 421:600\$000         |
|     | Livros, expeliente e ranchos nos passos .....                          | 6:000\$000           |
|     |                                                                        | 427:600\$000         |

Capital Federal, 8 de janeiro de 1897. — *Bernardino de Campos.*



## DECRETO N. 2432 — DE 12 DE JANEIRO DE 1897

Declara extinta a Colonia Correccional dos Dous Rios e dá outras providencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º Em conformidade do § 5º do art. 2º da lei n. 429 de 10 do mez proximo findo, é declarada extinta a Colonia Correccional dos Dous Rios, que fôra creada pela lei n. 145 de 11 de julho de 1893, e regulamentada pelo decreto n. 1794 de 11 de setembro de 1894.

Art. 2.º Serão levadas á conta da consignação do n. 16 do art. 2º da primeira das leis citadas as despesas com o destino dos detidos alli existentes e outras imprescindiveis.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*



## DECRETO N. 2433 — DE 12 DE JANEIRO DE 1897

Approva o novo projecto da estação de passageiros em S. Paulo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Fica approvedo o novo projecto que com este baixa rubricado pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, da estação de passageiros na cidade de S. Paulo, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, affirm de que a fachada principal fique collocada em frente do jardim publico, em vez do que se acha indicado no projecto anterior.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*



## DECRETO N. 2434 — DE 12 DE JANEIRO DE 1897

Approva o projecto e orçamento para construção de uma estação em Guayavira, do prolongamento da Estrada de Ferro do Paraná.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a *Compagnie Générale des Chemins de Fer Brésiliens*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para construção de uma estação em Guayavira, do prolongamento da Estrada de Ferro do Paraná.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1897, 9<sup>a</sup> da republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*



## DECRETO N. 2435 — DE 14 DE JANEIRO DE 1897

Transfere o Hospital de S. Sebastião para a administração municipal.

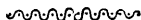
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da autorização concedida pelo art. 2º, § 1º, n. 2, da lei n. 429 de 10 de dezembro de 1896, e à vista da declaração exarada no officio que em data de 2 do corrente mez o Prefeito do Districto Federal dirigiu ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, resolve transferir o Hospital de S. Sebastião para a administração municipal, montado e installado como se acha, passando para o dominio do mesmo districto não só o edificio do dito estabelecimento, mas tambem todo o material ali existente.

Capital Federal, 14 de janeiro de 1897, 9<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*



## DECRETO N. 2436 — DE 14 DE JANEIRO DE 1897

Declara transferido o Hospital de Santa Isabel para a jurisdição da Inspectoria Geral de Saude dos Portos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Resolve, á vista do disposto no art. 2º, n. 21, da lei n. 429 de 10 de dezembro de 1896, declarar transferido o Hospital de Santa Isabel para a jurisdição da Inspectoria Geral de Saude dos Portos, a fim de ser utilizado, na conformidade do art. 78 do regulamento annexo ao decreto n. 1558 de 7 de outubro de 1893, na prestação de soccorros medicos aos homens de mar.

Capital Federal, 14 de janeiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*



## DECRETO N. 2437 — DE 14 DE JANEIRO DE 1897

Firma o direito dos officiaes da Armada, no exercicio do magisterio no Collegio Militar, ao abono de quantitativo para criado.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que, pelo art. 85 da Constituição da Republica, os officiaes da Armada e classes annexas devem ter as mesmas vantagens que os do Exercito nos cargos de categoria correspondente :

e attendendo a que os officiaes do Exercito, quando no exercicio do magisterio no Collegio Militar, percebem o quantitativo para criado :

Resolve que os officiaes da Armada, no exercicio do magisterio no referido collegio, devem perceber aquelle quantitativo, ficando, nesse sentido, alterada a 24ª observação das tabellas que acompanharam o decreto n. 389, de 13 de junho de 1891.

Capital Federal, 14 de janeiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Manoel José Alves Barbosa.*



## DECRETO N. 2438 — DE 15 DE JANEIRO DE 1897

Autorisa a mudança de localidade das novas officinas e dependencias da linha ferrea de Santos a Jundiahy.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Fica autorisada a construcção das novas officinas e dependencias da linha de Santos a Jundiahy, no lugar denominado Lapa, immedições do kilometro 86 (estação de Agua Branca), e não nas proximidades do kilometro 74 (Mooca), conforme se achava projectado e approved pelo decreto n. 2338, de 3 de setembro de 1896, tudo de accordo com a planta que com este baixa, rubricada pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 15 de janeiro de 1897, 9<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*



## DECRETO N. 2439 — DE 15 DE JANEIRO DE 1897

Transfere para o Districto Federal as estradas Nova e Velha da Tijuca, da Gavea, do Jardim Botânico, de Santa Cruz e Pavuna.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

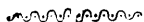
Attendendo ao disposto na lei do orçamento para o exercicio vigente decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> Ficam transferidas para o Districto Federal as estradas seguintes: Nova e Velha da Tijuca, da Gavea, do Jardim Botânico, de Santa Cruz e da Pavuna.

Capital Federal, 15 de janeiro de 1897, 9<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*



## DECRETO N. 2440 — DE 15 DE JANEIRO DE 1897

Approva o projecto e orçamento para augmento do edificio da actual serraria em Cruzeiro, da Estrada de Ferro Minas e Rio.

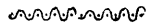
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Minas e Rio, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria da Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para augmento do edificio da actual serraria em Cruzeiro, da Estrada de Ferro Minas e Rio, por conta do custeio durante o exercicio de 1897, devendo a despesa com aquisição de machinas ser a das respectivas facturas originaes.

Capital Federal, 15 de janeiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*



## DECRETO N. 2441 — DE 15 DE JANEIRO DE 1897

Concede autorisação a R. J. Kinsman Benjamin, incorporador da sociedade anonyma denominada Sociedade Cooperativa Nacional, para reformar os respectivos estatutos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu Roberto J. Kinsman Benjamin, incorporador da sociedade anonyma denominada Sociedade Cooperativa Nacional, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorisação a Roberto J. Kinsman Benjamin, incorporador da sociedade anonyma denominada Sociedade Cooperativa Nacional, para reformar os respectivos estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham, mediante as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 15 de janeiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*

### **Modificações nos estatutos da Sociedade Cooperativa Nacional**

Art. 2.º Em vez de «as classes média e operaria », lê-se « a todas as classes sociaes ».

N. 7. AJuntar « e tudo mais que for necessario à vida ».

N. 8. Edificação de casas hygienicas e baratas para as classes menos favorecidas.

Art. 8.º Depois da palavra « Brazil » ajuntar-se « podendo a directoria abrir succursaes e agencias nos ditos Estados, onde os interesses dos associados assim reclamarem ».

Art. 45, § I. A sociedade terá na Capital Federal, como tambem em cada cidade nos Estados onde tiver succursal ou agencia, um conselho composto de pessoas da maior respeitabilidade do logar, escolhidas pela directoria, que servirão para dar parecer sobre qualquer questão de importancia quando para isso forem consultadas pela directoria.

§ II. O conselho da Capital Federal chamado « Grande Conselho » será composto de 12 membros, o de cada succursal ou agencia chamado « Conselho local », de cinco e tres membros respectivamente.

§ III. No caso de morte, ausencia, ou impedimento de qualquer membro do conselho, os outros membros, de accordo com a directoria, poderão preencher a falta chamando para este fim uma pessoa da sua confiança para occupar o logar neste intervallo.

§ IV. Annualmente, em data fixada pela directoria, haverá uma reunião em cada succursal de cada Estado, na qual cada agencia será representada por um membro do seu conselho local para tratar dos interesses geraes das populações das diversas cidades do mesmo Estado onde a sociedade tiver os seus negocios. Estas reuniões serão presididas pelo presidente do conselho local da succursal ou, em falta d'elle, por um dos outros membros do dito conselho escolhido pela assembléa.

§ V. Depois da realização das reuniões das succursaes, cada succursal mandará para a Capital Federal, em data marcada pela directoria, um delegado, afim de, reunidos com os membros do grande conselho, directoria e conselho fiscal, apresentar e discutir os diversos projectos tendentes ao melhoramento das condições dos associados pertencentes à Federação Cooperativa.

Este congresso será presidido pelo presidente da sociedade ou, em falta d'elle, por um dos membros da directoria. No caso de empate nas votações, o presidente ou o seu substituto em qualquer uma das reuniões acima referidas terá o direito de um segundo voto.

Art. 52. A primeira directoria da sociedade e o primeiro conselho fiscal e supplentes com todos os direitos e obrigações aqui consignados serão assim compostos:

Presidente, R. J. Kinsman Benjamin.

Director secretario, Arthur Indio do Brazil.

Director gerente, Antonio Victorino Bravo.

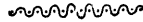
## FISCAES

Francisco José Corrêa Quintella.  
Emanuele Cresta.  
Pedro José Bernardes.

## SUPLENTEs

Arsenio C. Niemeyer.  
Domingos L. Lacombe.  
Antonio José Martins Tinoco.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1896. — O fundador e organisador, *R. J. Kinsman Benjamin*.



Sr. Vice-Presidente da Republica — Em 16 de abril do anno passado, teve meu antecessor occasião de demonstrar a necessidade de ser dotada a verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1896, com o credito suplementar de 500:000\$, accrescidos aos 100:000\$, consignados no orçamento, o qual foi aberto pelo decreto n. 2259 daquelle data, atim de habilitar este Ministerio a occorrer ás despesas com os diversos serviços sanitarios que não podiam soffrer solução de continuidade.

Tendo sido despendido todo o alludido credito suplementar, segundo a discriminação junta, e subsistindo os motivos da providencia financeira então adoptada, que se justificam na demonstração annexa quanto ás despesas que restam por effectuar no referido exercicio, venho solicitar que, em conformidade do disposto no art. 8º, § 1º, da lei n. 360 de 30 de dezembro de 1895, autoriseis a abertura de novo credito suplementar na importancia de cento e vinte contos de réis (120:000\$000).

Capital Federal, 21 de janeiro de 1897. — *Amaro Cavalcanti*.

## DECRETO N. 2442 — DE 21 DE JANEIRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores novo credito suplementar á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1896, na importancia de 120:000\$000.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores sobre a necessidade de habilitar o respectivo

Ministerio com os meios precisos a occorrer ás despesas com diversos serviços sanitarios, visto achar-se esgotado o credito supplementar á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1896, de que trata o decreto n. 2259 de 16 de abril do anno passado, e tendo sido ouvido previamente o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409 de 23 de dezembro findo, resolve, usando da faculdade conferida pelo art. 8º, § 1º, da lei n. 360 de 30 de dezembro do 1895, abrir a referida verba, por conta do mesmo exercicio, novo credito supplementar, na importancia de cento e vinte contos de réis (120:000\$), que se torna necessario para pagamento das despesas constantes da demonstração junta.

Capital Federal, 21 de janeiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Amaro Cavalcanti.*

Demonstração da despesa feita pelo credito supplementar á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1896, a que se refere o decreto n. 2259 de 16 de abril ultimo.

Folhas do pessoal:

|                                                                                                                           |             |             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| Do vapor <i>Paula Candido</i> , empregado na condução de doentes para o Hospital de S. Sebastião; de abril a outubro..... | 12:444\$000 |             |
| Da lancha <i>Bonifacio de Abreu</i> , empregada no serviço do Hospital de Santa Isabel; de abril a outubro.....           | 2:230\$445  |             |
| Do Hospital de S. Sebastião; de abril a outubro.....                                                                      | 15:244\$380 |             |
| Do Hospital de Santa Isabel; de março a outubro.....                                                                      | 13:613\$939 |             |
| Do Lazareto da Ilha Grande; de março a agosto.....                                                                        | 24:396\$369 |             |
| Do fogueiro e do marinheiro ao serviço do rebocador <i>Republica</i> ; de 27 de março a 30 de junho....                   | 576\$000    | 68:535\$233 |

Fornecimentos :

|                                                                                         |             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| De lubrificantes, carvão, etc. ao vapor <i>Paula Candido</i> ; de janeiro a agosto..... | 23:062\$080 |
| De generos alimenticios e outros ao Hospital de S. Sebastião; de                        |             |

|                                                                                                                                                                                    |              |              |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| fevereiro a agosto, inclusive o consumo de gaz nos 1º e 2º trimestres do corrente anno.....                                                                                        | 112:227\$218 |              |
| De generos alimenticios e outros ao Hospital de Santa Isabel; de janeiro a setembro.....                                                                                           | 45:420\$485  |              |
| De 150 pipas d'agua para o Hospital de Santa Barbara; em fevereiro.....                                                                                                            | 225\$000     |              |
| De carvão e lubrificantes ás lanchas empregadas no serviço dos hospitais de isolamento; de março a junho.....                                                                      | 4:972\$060   |              |
| De generos alimenticios e outros ao Hospital de Santa Barbara feitos pela Santa Casa da Misericordia; em janeiro e fevereiro..                                                     | 10:022\$436  |              |
| De carvão, lubrificantes, lenha, medicamentos, etc., ao Lazareto da Ilha Grande, e ao vapor <i>Fernando Lobo</i> ; de janeiro a agosto.....                                        | 43:880\$740  |              |
| De materiaes para os reparos e as pinturas feitos nas dependencias do Lazareto da Ilha Grande, as quaes foram occupadas pelos enfermos do cruzador italiano <i>Lombardia</i> ..... | 29:382\$380  |              |
| De diversos fornecimentos ao dito cruzador.....                                                                                                                                    | 1:333\$750   | 30:716\$130  |
| De uma estufa de desinsecção, respectiva caldeira e mais accessorios para a Inspectoria de Saude do porto da cidade do Rio Grande do Sul, frs. 8.200 ao cambio de 1\$078.....      | 8:839\$600   |              |
| De materiaes e mão de obra no desinfectorio da Alfandega e relativo ao serviço sanitario do Lazareto da Ilha Grande.....                                                           | 3:868\$400   | 283:234\$140 |
| Quinta e ultima prestação da construcção do rebocador <i>Republica</i> , empregado no serviço do Lazareto da Ilha Grande.....                                                      |              | 36:000\$000  |
| Acquisição de duas catraias denominadas <i>Proserpidade e Boa Esperança</i> , ao serviço do Lazareto da Ilha Grande.....                                                           |              | 35:000\$000  |
| Despezas feitas com a escriptura de compra das duas alludidas catraias.....                                                                                                        |              | 83\$960      |
| Poder Executivo 1897                                                                                                                                                               |              | 5            |

Despezas relativas à melhoria do rancho da comissão sanitaria do Ministerio da Marinha que esteve no Lazareto da Ilha Grande prestando soccorros aos enfermos do cruzador italiano *Lombardia*..... 215\$000

Quantia mandada abonar ao agente de compras do Hospital de Santa Isabel, para as despezas com o seu transporte na cobrança dos enfermos alli tratados em 1.<sup>a</sup> classe até 31 de dezembro de 1896..... 125\$000

Quantia mandada pôr na Alfandega do Paraná à disposição do inspector de saude do porto, Dr. Randolpho Pereira Serzedello, para occorrer ás despezas com o serviço quarentenario alli estabelecido o aquisição de uma embarcação... 15:000\$000

Alguns de embarcações:

|                                                                                                                                  |             |             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| De duas catraias ao serviço do Lazareto da Ilha Grande; de fevereiro a agosto.....                                               | 13:600\$000 |             |
| De sete dias da lancha <i>Sadi Carnot</i> que substituiu a <i>Bonifacio de Abreu</i> no serviço do Hospital de Santa Isabel..... | 1:050\$000  |             |
| De diversas embarcações para o serviço do Lazareto.....                                                                          | 374\$000    | 15:024\$000 |

Concerto de embarcações:

|                                                                                                                                           |             |             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| Pelos executados na lancha <i>Lazareto</i> ao serviço da Inspectoria Geral.....                                                           | 8:010\$000  |             |
| Idem, idem, no vapor <i>Fernando Lobo</i> ao serviço do Lazareto da Ilha Grande.....                                                      | 1:590\$000  |             |
| Idem, idem, nas duas enfermarias fluctuantes denominadas Drs. <i>Felisberto</i> e <i>Pinto Netto</i> , pertencentes à Inspectoria Geral.. | 15:000\$000 | 24:600\$000 |

Creditos aos Estados:

|                        |             |             |
|------------------------|-------------|-------------|
| Pará.....              | 6:000\$000  |             |
| Bahia.....             | 6:964\$000  |             |
| Rio Grande do Sul..... | 10:748\$709 | 23:712\$709 |

Despezas por pagar e calculadas approximadamente até o fim do actual exercicio:

Folhas do pessoal:

|                                                                                                                            |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Do vapor <i>Paula Candido</i> , empregado na condução de doentes para o Hospital de S. Sebastião; de novembro o dezembro.. | 3:721\$000 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

|                                                             |            |             |
|-------------------------------------------------------------|------------|-------------|
| Do Hospital de S. Sebastião; de<br>novembro e dezembro..... | 1:254\$000 |             |
| Do Hospital de Santa Isabel; em<br>novembro e dezembro..... | 3:600\$900 |             |
| Do Lazareto da Ilha Grande; de<br>setembro a dezembro.....  | 8:795\$177 | 17:370\$177 |

Quantias necessarias para os diversos fornecimentos de gene-  
ros alimenticios, carvão, lubrificantes, combustivel, drogas, me-  
dicamentos e outros:

|                                  |             |             |
|----------------------------------|-------------|-------------|
| Lazareto da Ilha Grande.....     | 37:863\$460 |             |
| Hospital de Santa Isabel.....    | 26:512\$420 |             |
| Hospital de S. Sebastião.....    | 14:962\$350 |             |
| Vapor <i>Paula Candido</i> ..... | 8:086\$450  | 87:424\$680 |

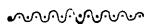
|                                                                                            |            |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| Reparos com a estufa menor, seu<br>transporte e installação no Hos-<br>picio Nacional..... | 4:000\$000 |            |
| Transporte e accommodação da es-<br>tufa maior na Ilha de Santa<br>Barbara.....            | 621\$000   | 4:621\$000 |

|                                                                                                                                                                                                                                        |  |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|------------|
| Quantias necessarias para o aluguel de duas<br>catraias, ao serviço do Lazareto da Ilha Gran-<br>de, relativo ao periodo de 1 de setembro a 20<br>de outubro, na importancia de 4:000\$ e outras<br>despezas que possam apparecer..... |  | 9:054\$000 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|------------|

|                                                                                 |              |  |
|---------------------------------------------------------------------------------|--------------|--|
| Total.....                                                                      | 620:000\$000 |  |
| Credito supplementar aberto pelo decreto n. 2259<br>de 16 de abril de 1896..... | 500:000\$000 |  |

|                      |              |  |
|----------------------|--------------|--|
| Credito preciso..... | 120:000\$000 |  |
|----------------------|--------------|--|

2ª Secção da Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria  
da Justiça e Negocios Interiores, 29 de dezembro de 1896. —  
*Flores Junior*. — Visto — *Sarmiento Junior*, director interino. —  
Visto — *José Carlos de Souza Bordini*, director geral.



### DECRETO N. 2413 — DE 25 DE JANEIRO DE 1897

Extingue o logar de official-maior da Secretaria de Policia da  
Capital Federal.

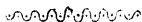
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,  
usando da autorisação que lhe confere o art. 4º, n. 1, da lei  
n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, revigorada pelo art. 43 da

lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, resolve declarar extinto o logar de official-maior da Secretaria da Repartição de Policia desta capital.

Capital Federal, 25 de janeiro de 1897, 9ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Amaro Cavalcanti.*



DECRETO N. 2444 — DE 27 DE JANEIRO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional do Estado do Espirito Santo

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º E' creado no Estado do Espirito Santo um commando superior de Guardas Nacionaes que se comporá de doze brigadas de infantaria com os batalhões do serviço activo e os da reserva abaixo mencionados.

Art. 2.º As referidas brigadas serão organisadas :

A 1ª na capital do Estado, onde será a séde do commando superior, com o 1º, 2º e 3º do serviço activo e do 1º da reserva;

A 2ª na comarca da Cachoeira de Santa Leopoldina, com o 4º, 5º e 6º do serviço activo e do 2º da reserva;

A 3ª nas comarcas de Iiritiba e Vianna, com o 7º, 8º e 9º do serviço activo e do 3º da reserva;

A 4ª na comarca de Benevente, com o 10º, 11º e 12º do serviço activo e do 4º da reserva;

A 5ª na comarca de Itapemirim, com o 13º, 14º e 15º do serviço activo e do 5º da reserva;

A 6ª nas comarcas do Cachoeiro de Itapemirim e Rio Pardo, com o 16º, 17º e 18º do serviço activo e do 6º da reserva;

A 7ª na comarca de Itabapoana com o 19º, 20º e 21º do serviço activo e do 7º da reserva;

A 8ª na comarca de Nossa Senhora da Conceição da Serra, com o 22º, 23º e 24º do serviço activo e do 8º da reserva;

A 9ª na comarca de Santa Cruz, com o 25º, 26º e 27º do serviço activo e do 9º da reserva;

A 10ª na comarca de S. Matheus, com o 28º, 29º e 30º do serviço activo e do 10º da reserva;

A 11ª na comarca de Santa Thereza, com o 31º, 32º e 33º do serviço activo e do 11º da reserva;

A 12ª na comarca do Guandú, com o 34º, 35º e 36º do serviço activo e do 12º da reserva;

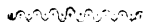
Art. 3.º Os referidos batalhões terão quatro companhias cada um e as suas paradas serão determinadas pelo respectivo comandante superior.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de janeiro de 1897, 9.º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA,

*Amara Capalcenti.*



DECRETO N. 2445 — DE 29 DE JANEIRO DE 1897

Altera o art. 9.º das instrucções regulamentares approvadas pelo decreto n. 8069 de 3 de maio de 1881, em vigor na Estrada de Ferro Limoeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Great Western of Brasil Railway Company, limited*, resolve que o art. 9.º das instrucções regulamentares approvadas pelo decreto n. 8069 de 3 de maio de 1881, em vigor na Estrada de Ferro Limoeiro, fique assim alterado:

Art. 9.º O viajante encontrado no trem sem bilhete pagará o preço da viagem e mais 20 % contados da estação inicial da partida do trem, si não provar que entrou em outra; ou contados desta si o provar.

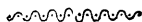
O viajante encontrado no trem com bilhete não carimbado ou perempto, além de pagar o preço da viagem, como acima, fica sujeito á multa de dez mil réis (10\$000).

Considera-se perempto o bilhete que indicar dia ou trem diverso do da arrecadação e o de ida e volta que tiver excedido o prazo.

Capital Federal, 29 de janeiro de 1897, 9.º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA,

*Joaquim D. Martinho.*



## DECRETO N. 2446 — DE 29 DE JANEIRO DE 1897

Approva o orçamento e desenho dos trilhos, dormentes de aço e accessorios a empregar na via permanente da Estrada de Ferro Minas e Rio.

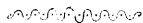
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Minas and Rio Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvedos o orçamento e desenhos dos trilhos, dormentes de aço e accessorios que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para melhor consolidação da via permanente na curva do kilometro 12, da Estrada de Ferro Minas e Rio.

Capital Federal, 29 de janeiro de 1897, 9<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Martinho.*



## DECRETO N. 2447 — DE 29 DE JANEIRO DE 1897

Extingue quatro logares de amanuense da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe confere o art. 4<sup>o</sup>, n. 1, da lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, revigorada pelo art. 43 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, resolve declarar extintos os quatro logares de amanuense da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores que se acham vagos.

Capital Federal, 29 de janeiro de 1897, 9<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Amaro Cavalcanti.*



## DECRETO N. 2148 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1897

Consolida as disposições relativas ao montepio dos funcionarios dos ex-Ministerios da Justiça, Interior e da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, em virtude do preceito do art. 1.º da lei n. 23 de 30 de outubro de 1891, regulamentado pelo decreto n. 1160 de 6 de dezembro do anno seguinte, foram fundidos em uma só repartição os Ministerios da Justiça, do Interior e da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, sendo na ultima das mencionadas datas organizada a respectiva Secretaria do Estado;

Considerando que, pelo decreto n. 1598 de 18 de novembro de 1893, foi dada organização diversa da que tinha, a contabilidade da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores:

Resolve consolidar pela fôrma abaixo enumerada as disposições contidas nos decretos ns. 956, 1036, 1077 e 1420 C, de 6, 14 e 27 de novembro de 1890 e 21 de fevereiro de 1891, as quaes tornaram extensivo aos funcionarios daquelles Ministerios o montepio obrigatorio, creado pelo decreto da Fazenda n. 942 A, de 31 de outubro de 1890:

Art. 1.º E' applicavel aos funcionarios activos, aposentados, jubilados ou reformados do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o montepio obrigatorio, creado por decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, que será executado, de accordo com o presente, na parte que competir ao referido Ministerio.

Art. 2.º Considera-se funcionario do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para o effeito do artigo antecedente todo o empregado de nomeação effectiva do mesmo Ministerio que não seja de mera commissão e perceba

vencimentos fixados na tabella explicativa do orçamento.

Art. 3.º São considerados contribuintes do montepio por parte do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores:

I. Os empregados das seguintes repartições da Capital Federal:

- a) Secretaria da Justiça e Negocios Interiores;
  - b) Secretaria do Supremo Tribunal Federal;
  - c) Secretaria da Côrte de Appellação;
  - d) Secretaria do Tribunal Civil e Criminal;
  - e) Secretaria da Junta Commercial;
  - f) Secretaria da Policia e repartições annexas, inclusive
- a Casa de Detenção;
- g) Casa de Correção.

II. Os magistrados federaes o da Justiça do Districto Federal.

III. Os magistrados em disponibilidade.

IV. Os funcionarios:

- a) Da Directoria Geral de Saude Publica;
- b) Da Assistencia Medico-Legal do Alienados;
- c) Do Archivo Publico Nacional;
- d) Da Bibliotheca Nacional;
- e) Do Museo Nacional;
- f) Das Faculdades de Direito de S. Paulo e do Recife;
- g) Das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia;
- h) Da Escola Polytechnica;
- i) Da Escola de Minas de Ouro Preto;
- j) Da Escola Nacional de Bellas Artes;
- k) Do Internato e Externato do Gymnasio Nacional;
- l) Dos Institutos Nacionaes de Musica, Benjamin Constant e dos Surdos-Mudos.

V. Os serventuarios de justiça que percebem vencimentos pelo Thesouro Federal.

VI. Os officiaes da brigada policial e do corpo de bombeiros desde o posto de alferes.

VII. O engenheiro encarregado das obras do Ministerio e seus ajudantes.

Art. 4.º Continuam como contribuintes por parte do mesmo Ministerio os empregados que pertenciam às seguintes repartições, hoje a cargo da Intendencia Municipal :

- I. Asylo de Mendicidade.
- II. Asylo de Meninos Desvalides (Instituto Profissional).
- III. Casa de S. José.
- IV. Inspectoria Geral de Hygiene.
- V. Inspectoria Geral de Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal.
- VI. Escola Normal.
- VII. Pedagogium.
- VIII. Hospital de S. Sebastião.

Art. 5.º Ficam excluidos o não podem fazer parte do presente montepio:

- I. Os magistrados, juizes municipaes ou substitutos e promotores publicos dos Estados.
- II. Os empregados das Secretarias de Policia, das Juntas Commerciaes e das Relações dos differentes Estados.
- III. Os das Inspectorias de Hygiene dos Estados.
- IV. Os serventes, operarios e quaesquer jornaleiros dependentes do mesmo Ministerio.

Art. 6.º O desconto para a joia pelo modo permittido no § 1º do art. 14 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, será feito em virtude de officio do director geral da contabilidade do referido Ministerio, expedido à requisição do contribuinte.

Art. 7.º As quantias deduzidas para o montepio dos funcionarios do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores serão escripturadas no Thesouro Federal sob o mesmo titulo estabelecido pelo art. 13 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, e constituirão, com os fundos de que trata o art. 2º do citado decreto, uma só verba.

Art. 8.º O expediente do montepio de que trata este decreto ficará a cargo da 1ª secção da Directoria da Contabilidade da respectiva Secretaria, superintendendo-o o director geral da mesma Directoria.

Paragrapho unico. Das decisões proferidas pelo director geral da contabilidade haverá recurso :

I. Para o Ministro da Justiça e Negocios interiores, dos despachos sobre admissão ou recusa de contribuintes.

II. Para o Ministro da Fazenda, a quem compete a suprema fiscalisação da instituição de quaesquer outras decisões.

Art. 9.º Cabem ao director geral da contabilidade do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores todas as attribuições conferidas ao director geral da contabilidade do Thesouro Federal pelos arts. 8º, §§ 1º, 3º, 4º, 5º e 17 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890.

Art. 10. As declarações que cada empregado deve fazer no decurso do primeiro mez de contribuição (art. 27 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890), serão entregues na Directoria Geral da Contabilidade do referido Ministerio, observadas todas as formalidades estabelecidas no citado artigo.

Art. 11. Os titulos de pensionistas serão assignados pelo director geral da contabilidade da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de fevereiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Antonio Cavalcanti.*



Sr. Vice-Presidente da Republica — A lei da despeza para o exercicio de 1897 autorisa o Poder Executivo a reformar o Instituto Sanitario Federal, unificando os serviços de hygiene terrestre e maritima a cargo da União, sem augmento da despeza votada para os mesmos serviços.

A reforma unificativa evidentemente supõe a fusão das duas repartições existentes (o Instituto Sanitario e a Inspectoria Geral de Saude dos Portos) em uma repartição unica, a qual, para seguir a regra já estabelecida na administração publica, deverá ser determinada Directoria de Saude, *ad instar* da Directoria dos Correios, Directoria dos Telegraphos, etc.

Demais, o termo — Directoria — traduz a idéa de uma repartição executiva, idéa muito mais consentanea com a funcção commettida á repartição nova do que a correspondente aos termos de Instituto ou Inspectoria.

Unificado o serviço, importa respeitar o preceito constitucional que obsta a intervenção das autoridades federaes em negocios da exclusiva attribuição dos Governos locais, e, neste ponto de vista, o serviço sanitario dos portos deverá ser o unico regulamentado pelo Governo Federal. Entretanto, a propria Constituição, no seu art. 5º, prevê a occorrença de calamidades publicas, entre as quaes as grandes epidemias, e indica a obrigação de prestar a União soccorros ás populações necessitadas.

E' intuitivo que dessa obrigação, eventualmente verificada em casos concretos, decorre a conveniencia de achar-se o Governo Federal apparelhado de recursos, pessoas e materiaes, para satisfazer as exigencias da hygiene defensiva e, conseguintemente, de cuidar, pela instituição de um serviço geral, do estudo do desenvolvimento das molestias epidemicas no territorio da Republica, meios de prevenil-as e de combatel-as.

Esse estudo, bem como o da demographia sanitaria geral (indispensavel para a determinação dos coeficientes de morbilidade e mortalidade), implica a constancia de trabalhos que só poderão ser executados por uma repartição federal.

Tambem cumpre observar que a organização dos serviços de hygiene estadoaes se acha em sua phase embryonaria, com raras excepções, e muitas vezes não poderá razoavelmente a União desprender-se do dever incidente de correr em auxilio de localidades flagelladas por affecções epidemicas.

A estas considerações additaremos a que se refere á alta vantagem de se organisarem os serviços technicos do preparo dos seros anti-toxicos e curativos, trabalho que exige competencia scientifica e não pôde continuar á mercê da especulação industrialista ; tanto mais quanto as vistas da therapeutica de grande numero de molestias infecciosas se voltam com enthusiasmo e justificavel curiosidade para os effeitos interessantissimos da inoculação de taes sóros.

Tambem no tocante á fiscalização do exercicio da medicina e da pharmacia, a acção de uma autoridade federal será necessaria, enquanto não for reformado oCodigo Penal no particular indicado, e, por quem de direito, não for decretada a liberdade ampla do exercicio profissional.

No que respeita a serviço sanitario dos portos, o projecto attende a um tempo á necessidade, já reconhecida pelo Governo, de distribuir a administração quarentenaria por districtos differentes, facilitando a execução dos regulamentos e favorecendo os interesses commerciaes das embarcações que tem de aportar aos varios ancoradouros do nosso extenso littoral, como ainda se acha de perfeito accordo com a orientação nova que as repartições de sanidade maritima, após os congressos de Pariz, Veneza e Dresden, se empenham por observar.

Com effeito, é mister que, em um porto quarentenario, a autoridade local possa dispor de certa amplitude de acção, reclamada, sobretudo, pelas vicissitudes de uma crise epidemica, na qual a promptidão das decisões constitue, ordinariamente, a providencia primordial e, ás vezes, a mais util para a saude publica.

Vossa attenção é sollicitada para o artigo referente ás estações sanitarias, creadas e mantidas pelos Estados que as quizerem ter.

Além de satisfazer-se, com esta medida, os desejos de muitos que ambicionam possuir nos portos do seu Estado uma organisação sanitaria de certa ordem, as estações referidas, nas condições do projecto, serão auxiliares poderosos dos lazaretos federaes.

Pelo calculo da despesa a effectuar-se com o pessoal da Directoria, haverá saldo das verbas orçamentarias votadas: embora se affigure justo que, em sua proxima reunião, o Congresso Nacional reveja a tabella dos vencimentos dos empregados das Inspectorias de saude dos portos nos Estados, na qual a equidade parece estar preterida.

O projecto apresentado acha-se de accordo com as linhas geraes do do Sr. Dr. Cesario Motta e com as alterações propostas, e pelo mesmo doutor accetis, pela commissão de saude publica da Camara dos Deputados.

Por occasião do estudo que esse projecto e as citadas alterações motivaram no seio da commissão, ficou vencedora a doutrina das quarentenas em um littoral como o do Brazil, emquanto a sciencia sanitaria muito haja conseguido no sentido de attenuar o seu primitivo rigor.

O regulamento consignará esses promenores.

Capital Federal, 1 de fevereiro de 1897. — *Amaro Cavalcanti*.

## DECRETO N. 2449 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1897

Unifica os serviços de hygiene da União

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação constante do art. 2º, § 1º, n. 4 da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, decreta:

Art. 1.º Os serviços de hygiene a cargo da União, actualmente incumbidos ao Instituto Sanitario Federal e à Inspectoria Geral de Saude dos Portos, passarão a ser dirigidos e executados por uma repartição unica, denominada Directoria Geral de Saude Publica, com sede na Capital Federal e dependente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 2.º A Directoria Geral de Saude Publica compete:

1º, estudar a natureza, etiologia, tratamento e prophylaxia das molestias transmissiveis, que apparecerem ou se desenvolverem em qualquer localidade da Republica, onde não haja

recursos materiaes ou serviço organizado para as pesquisas de character technico ou scientifico, que se tornarem necessarios :

2º, propôr ao Governo o plano de soccorros sanitarios que devam ser prestados a qualquer Estado, mediante solicitação dos respectivos Governos e verificado o caso de calamidade publica ;

3º, preparar culturas attenuadas e séros antitoxicos e curativos, a fim de serem fornecidos ás autoridades que os reclamarem ;

4º, fiscalisar o exercicio da medicina e da pharmacia ;

5º, organizar as estatisticas demographo-sanitarias ;

6º, dirigir o serviço sanitario dos portos ;

7º, confeccionar o Código Pharmaceutico Brasileiro ;

8º, responder ás consultas do Governo e prestar as informações que forem exigidas.

Paragrapho unico. A' mesma Directoria ficarão commettidos os trabalhos a cargo da Secretaria de Estado e indicados nos ns. I a IV do § 2º, art. 3º, do decreto n. 1160, de 6 de dezembro de 1892.

Art. 3.º A' Directoria Geral de Saude Publica ficará annexo um laboratorio de bacteriologia.

Art. 4.º O pessoal da Directoria Geral de Saude Publica será o seguinte :

Um director geral, medico.

Um secretario.

Cinco ajudantes do director geral, medicos.

Quatro medicos auxiliares.

Um chefe do laboratorio de bacteriologia.

Um demographista, medico.

Um ajudante de demographista, medico.

Um cartographo.

Um conservador do laboratorio.

Um official da secretaria.

Seis amanuenses.

Um interprete.

Um porteiro.

Quatro continuos.

Nos Estados o pessoal da Directoria Geral será o que compõe as Inspectorias de saude dos portos respectivos, e o dos estabelecimentos sanitarios federaes.

Art. 5.º Para a execução do serviço sanitario dos portos será o littoral da Republica dividido em tres districtos sanitarios, cada um com lazareto especial e administrados por directores de districtos.

Esses districtos sanitarios terão por séde : o primeiro, o porto do Rio de Janeiro, com o lazareto da ilha Grande ; o segundo, o porto do Recife, com o lazareto de Tamandaré ; o terceiro, o porto de Belém, com o lazareto do Pará,

Os directores sanitarios do 2º e 3º districtos serão subordinados ao director geral, que administrará por si o serviço no 1º districto.

Art. 6.º E' lícito aos Estados crear em seus portos estações sanitarias destinadas ao expurgo das embarcações que, por viagem directa, ou por arribada forçada, tenham de entrar o fazer operações de carga ou descarga; ficando taes estações submettidas, no tocante à administração quarentenaria regulamentar, à superintendencia da autoridade federal do porto.

Mediante autorisação do Governo, sob proposta do Governo do Estado e ouvida a Directoria Geral de Saude Publica, poder-se-ha elevar as estações sanitarias à categoria de lazaretos, sem maior onus para o Thesouro Federal, salvo o caso de deliberação do Poder Legislativo. Nesta ultima hypothese, decidida pelo Congresso a alludida transformação, passará o porto em que a estação estiver installada a ser sede de um novo districto.

Art. 7.º As quarentenas de rigor só poderão ser purgadas em lazaretos federaes, exceptuado sómente o caso de invasão do territorio nacional por epidemias de origem exotica e attenta a conveniencia, reconhecida pelo Governo Federal, da preservação reciproca dos Estados.

Art. 8.º A Directoria Geral de Saude Publica em caso algum poderá intervir administrativamente em serviço de hygiene municipal, a não ser nas condições especiaes assignaladas no art. 2º n. 2, mas poderá, quando entender conveniente, suggerir providencias, aconselhar processos, indicar melhoramentos e responder ás consultas.

Art. 9.º Os directores sanitarios de districtos e os inspectores de saude dos portos deverão, na fórma das instrucções que lhes forem expedidas pelo director geral, colligir todos os elementos possiveis para a organização das estatísticas demographo-sanitarias e envia-los à Directoria Geral.

Art. 10. O director geral de saude publica projectará o regulamento de saude publica e submittel-o-ha à approvação do Governo. Enquanto, porém, não for posto em execução o alludido regulamento, os serviços de hygiene a cargo da União serão regulados pelas disposições em vigor, com as modificações do presente decreto.

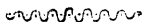
Art. 11. A tabella dos vencimentos do pessoal da Directoria Geral de Saude Publica será organizada pelo Governo, dentro dos limites das actuaes tabellas, por occasião de ser approvado o referido regulamento.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de fevereiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Amaro Cavalcanti.*



## DECRETO N. 2450 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1897

Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Rio Grande do Norte.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º Ficam creados no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 3.º, § 1.º, da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, os tres logares de supplentes do substituto do juiz seccional em cada uma das nove circumscripções federaes em que se dividirá a respectiva secção, das quaes comprehenderá: a 1.ª, os municipios de Macahyba, S. Gonçalo, Santa Cruz, S. José, Papary e Arez; a 2.ª, os de Ceará-mirim e Touros; a 3.ª, os de Canguaretama, Coitizeiras, Nova Cruz, Santo Antonio e Goyanninha; a 4.ª, os de Macão, Angicos e Jardim de Angicos; a 5.ª, os de Assu, Sant'Anna de Mattos e Triumpho; a 6.ª, os de Mossoró e Areia Branca; a 7.ª, os de Martins, Patú, Porto-Alegre, Pão dos Ferros, S. Miguel, Luiz Gomes, Apody e Caranbas; a 8.ª, os de Caicó, Serra Negra e Jardim; e a 9.ª, os de Acary, Curraes Novos e Flores, cujos limites serão os dos municipios que as compoem.

Art. 2.º Em cada uma destas circumscripções, conforme os arts. 4.º e 5.º da citada lei, terá o procurador da Republica um ajudante e haverá um logar de solicitador.

Capital Federal, 1 de fevereiro de 1897, 9.º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Amaro Cavalcanti.*



## DECRETO N. 2451 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1897

Approva os projectos e orçamentos para reconstrucção da ponte no kilometro 62+200 da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Brasil Great Southern Railway Company, Limited*, decreta:

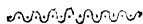
Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos, que com este baixam rubricados pelo director geral de viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e

Obras Publicas, para reconstrucção da ponte no kilometro 62+200, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui.

Capital Federal, 1 de fevereiro de 1897, 9ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Martinho.*



DECRETO N. 2452 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1897

Publica a adhesão do Governo Peruano ao accordo relativo ao serviço de vales postaes, concluido em Vienna a 4 de julho de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão do Governo Peruano ao accordo relativo ao serviço de vales postaes, concluido em Vienna a 4 de julho de 1891, segundo a communicacão do Conselho Federal Suiso, de 5 de janeiro deste anno, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 1 de fevereiro de 1897, 9ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Dionisio E. de Castro Cerqueira.*

TRADUCÇÃO — Berna, 5 de janeiro de 1897.

Sr. Ministro — Temos a honra de informar a V. Ex. que, por nota datada de 16 de dezembro proximo passado, a Legação do Perú communicou ao Governo da Confederação Suissa a adhesão do seu Governo, a começar de 1 de fevereiro de 1897, ao accordo relativo ao serviço de vales postaes, concluido em Vienna a 4 de julho de 1891.

Apressamo-nos a notificar a V. Ex. essa adhesão, de conformidade com o art. 10 daquelle mesmo ajuste, e aproveitamos a occasião para vos renovar, Sr. Ministro, as seguranças de nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suiso:

O Presidente da Confederação, *Deucher*. — O Chanceller da Confederação, *Ringier*.

A S. Ex. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Estados Unidos do Brazil — Rio de Janeiro.



## DECRETO N. 2453 — DE 3 DE FEVEREIRO DE 1897

Approva as despezas realizadas pela *S. Paulo Railway Company, limited*, com a Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, de 17 de julho a 31 de dezembro de 1895 e no 1º semestre de 1896, na importancia de £ 101,333 — 2 — 4.

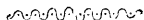
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvadas as despezas autorizadas e realizadas pela mesma companhia com melhoramentos da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, de 17 de julho a 31 de dezembro de 1895 e no 1º semestre de 1896, na importancia total de £ 101,333 — 2 — 4, para ser levada a conta do capital de construcção, nos termos da clausula 2ª *in fine* e § 2º da 7ª das que acompanham o decreto n. 1999, de 2 de abril de 1895.

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1897, 9ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*



## DECRETO N. 2454 — DE 3 DE FEVEREIRO DE 1897

Publica a adhesão do Governo Peruano á convenção relativa á permutação de encomendas postaes, concluida em Vienna a 4 de julho de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão do Governo Peruano á convenção relativa á permutação de encomendas postaes, concluida em Vienna a 4 de julho de 1891, segundo a communicação do Governo Federal Suiso, de 5 de janeiro deste anno, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1897, 9ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Dionysio E. de Castro Cerqueira.*

TRADUÇÃO — Berna, 5 de janeiro de 1897.

Sr. Ministro — Temos a honra de informar a V. Ex. que, por nota datada de 16 de dezembro proximo passado, a Legação do Perú nos communicou a adhesão do seu Governo, a começar de 1 de fevereiro de 1897, à convenção relativa à *permutação de encomendas postaes*, concluída em Vienna a 4 de julho de 1891.

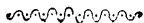
Tendo o Governo Peruano ao mesmo tempo pedido autorisação para fazer uso da faculdade de cobrar uma sobretaxa de 75 centimos pelas encomendas postaes provenientes ou destinadas às suas repartições, chamamos a sua attenção para o facto de que, nessas condições, o seu pedido de adhesão não pôde ser já admittido para o 1º de fevereiro proximo, mas que, nos termos do § 2º do art. 18 da convenção relativa à permutação das encomendas postaes, esse pedido deve ser por nós submittido a todos os paizes contractantes e só poderá ser considerado como ajustado si, dentro do prazo de seis mezes, nenhuma objecção for apresentada.

Notificamos, por consequencia, a V. Ex. o pedido do Governo do Perú e aproveitamos a occasião para vos renovar, Sr. Ministro, as seguranças de nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suíço:

O Presidente da Confederação, *Deucher*. — O Chanceller da Confederação, *Ringier*.

A. S. Ex. Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Estados Unidos do Brazil — Rio de Janeiro.



#### DECRETO N. 2455 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1897

Approva os projectos e orçamentos para a construcção de uma estação e de uma quarta linha em Roça Nova, da *Compagnie Generale de Chemins de fer Brésiliens*.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Generale de Chemins de fer Brésiliens* decreta:

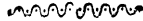
Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para a construcção de uma estação e de uma quarta linha em Roça Nova, devendo despendor com as

referidas obras a quantia de 13:784\$166, que será incluída nas contas de custeio da linha de Paranaguá a Curitiba.

Capital Federal, 5 de fevereiro de 1897, 9ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*



DECRETO N. 2456 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1897

Approva as plantas e orçamentos das obras do prolongamento do caes de Santos, de Paqueta a Outeirinhos.

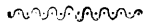
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Ficam approvadas as plantas e orçamentos apresentados pela Companhia Docas de Santos, das obras de que é cessionaria, do prolongamento do caes de Santos, desde Paqueta até Outeirinhos, de conformidade com o disposto na clausula 4ª do decreto n. 942 de 15 de julho de 1892, os quaes com este baixam rubricados pelo director da Directoria Geral das Obras Publicas, da Secretaria do Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

Capital Federal, 5 de fevereiro de 1897, 9ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*



Sr. Vice-Presidente da Republica — Com sabia intuição, o Governo Provisorio, no decreto n. 1030, de 14 de novembro de 1890, que regulou a justiça no Districto Federal, dispoz, em o art. 176: «ficar o Ministerio ora a meu cargo autorizado a organizar uma commissão de patrocínio gratuito dos pobres no crime e no civil, ouvindo o Instituto da Ordem dos Advogados e dando-lhe os regimentos necessarios.»

O simples enunciado contido naquella disposição synthetisa e dispensa qualquer desenvolvimento do assumpto, digno da maior attenção do Poder Publico, uma vez que seu nobre escopo foi, e é, a realização dos meios praticos assecuratorios do resta-

belecimento do direito offendido ou sua simples affirmação e integração em favor dos desprotegidos da fortuna, a quem, portanto, faltassem recursos pecuniarios para fazel-o valer ou para conseguir o reparo de iniquidades soffridas.

Na phase evolutiva das reformas judicarias, então iniciada, não era licito corporificar, por assim dizer, o salutar preceito a que acima me referi. Tendo, porém, amadurecido os fructos das reformas inauguradas com o novo regimen institucional, julgou um dos meus antecessores azado o momento para traduzil-o em facto; e, neste proposito, incumbiu, em juhuo do anno passado, a uma alta corporação scientifica, segundo prescrevia a lei, a tarefa de formular o projecto regulamentar do texto legislativo.

Elaborado e apresentado pela respectiva commissão esse trabalho, precedido da exposição annexa, o qual nas idéas capitães se conformava ao meu parecer, no tocante á assistência judicaria, que em outros paizes resultados tão proficuos está produzindo, dei-me pressa em examinal-o, e nelle fiz algumas alterações, com o intuito principal não só de adaptal-o á interferencia directa, porém não total, que o Poder Publico deve ter em objecto de tanta magnitude, relacionado intimamente, por um lado com os juizes e tribunaes locais, e por outro com o nosso systema fiscal, sem o que não poderia subsistir regularmente a instituição respectiva, mas também de eximir o Governo de responsabilidade financeira, sobre a qual não deliberara ainda o Congresso Nacional.

Assim, procurando attender aos multiplos interesses da instituição projectada, e convencido de sua grande utilidade, ao menos como um ensaio sujeito á sanção da experiencia e á revisão do Poder competente, cabe-me a honra de submitter a vosso esclarecido juizo o decreto junto a esta breve exposição.

Capital Federal, 8 de fevereiro de 1897.— *Amaro Cavalcanti*.

## DECRETO N. 2457 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1897

Organisa a Assistência Judicaria no Districto Federal

O Vice-Presidente da Republica dos Estados-Unidos do Brazil, tendo em attenção o disposto no art. 176 do decreto n. 1030, de 14 de novembro de 1890, decreta:

Art. 1.º E' instituida no Districto Federal a Assistencia Judicaria, para o patrocínio gratuito dos pobres que forem litigantes no civil ou no crime, como autores ou réas, ou em qualquer outra qualidade.

Art. 2.º Considera-se pobre, para os fins desta instituição, toda pessoa que, tendo direitos a fazer valer em Juizo, estiver

impossibilitada de pagar ou adiantar as custas e despesas do processo sem privar-se de recursos pecuniarios indispensaveis para as necessidades ordinarias da propria manutenção ou da familia.

Art. 3.º Não poderão gosar do beneficio da Assistencia Judiciaria as corporações e associações de qualquer especie, nem tampouco o estrangeiro no civil, salvo quando houver reciprocidade de beneficio no paiz a que pertencer.

Art. 4.º A Assistencia Judiciaria aos pobres consistirá na prestação de todos os serviços necessarios para a defesa de seus direitos em Juizo, independentemente de sellos, taxa judiciaria, custas e despesas de qualquer natureza, inclusive a caução *judicatum solvi* (decreto n. 554, de 10 de julho de 1850).

Art. 5.º A Assistencia Judiciaria será exercida por uma comissão central e varias comissões seccionaes.

Art. 6.º Nos casos criminaes a assistencia das comissões só poderá ser prestada aos réos, cubendo ao Ministerio Publico a dos autores.

Paragrapho unico. Esta disposição não infirma a do art. 175 do decreto n. 1030, que obriga os curadores geraes a encarregarem-se da defesa dos presos pobres, á requisição do presidente do Jury ou da Camara Criminal.

Art. 7.º Cada uma das comissões de que trata o artigo antecedente se comporá de tres membros, dos quaes um servirá de presidente.

§ 1.º Pelo Ministro da Justiça será livremente nomeado o presidente da comissão central; os outros dous membros dessa comissão serão eleitos pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.

§ 2.º Os membros das comissões seccionaes, inclusive o presidente, serão escolhidos pela comissão central.

§ 3.º As comissões serão renovadas annualmente, providenciando a comissão central sobre o preenchimento immediato das vagas, faltas, ou impedimentos que occorrerem.

Art. 8.º A comissão central compete:

- a) organizar e dirigir os trabalhos do patrocínio gratuito;
- b) nomear os membros de cada comissão seccional e fiscalis-las;
- c) decidir, em unica instancia, as reclamações contra as faltas dos commissarios seccionaes;
- d) visitar as prisões, os asylos de orphãos, alienados e mendigos, promovendo a liberdade dos que estiverem soffrendo constrangimento illegal e requerendo tudo que for a bem da justiça;
- e) organizar um mappa estatistico para ser apresentado ao Ministro da Justiça, ao qual representará sobre as reformas e medidas que entender uteis.

Art. 9.º O administrador da Casa de Detenção é obrigado a enviar, semanalmente, á comissão central uma relação fiel dos

presos sem patrono, e que, no curso da mesma semana, tiverem tido entrada no estabelecimento.

Art. 10. A comissão central será responsavel perante o Ministro da Justiça, a quem prestará contas de todos os seus actos.

Art. 11. A's comissões seccionaes competo a prestação de serviços junto ao Tribunal ou juiz para que forem designadas. Organisarão, mensalmente, um mappa estatistico dos seus trabalhos, o qual remetterão à comissão central.

Art. 12. Haverá uma comissão junto a cada uma das Camaras da Côrte de Appellação e do Tribunal Civil e Criminal, uma junto ao Tribunal do Jury e outra junto a cada grupo de tres Pretorias.

Art. 13. As comissões se reunirão para resolver sobre as solicitações de assistencia, lavrando uma acta das suas deliberações, em livro authenticado pelo presidente da comissão central. As actas serão lavradas pelo commissario mais moço.

Art. 14. Constituidas as comissões, será enviada ao presidente de cada Camara ou Tribunal, ou ao juiz singular, uma lista dos membros da que houver de funcionar junto a elle, bem como a indicação da residencia o do escriptorio de cada um destes.

Paragrapho unico. Sempre que um juiz, uma Camara, ou um Tribunal, necessitar dos serviços da comissão, avisal-a-ha por officio, com a devida antecedencia.

Art. 15. A pessoa que pretender a assistencia judiciaria dirigirá ao juiz perante quem o litigio estiver ou houver de ser proposto uma petição, em papel não sellado, assignada por ella propria, ou a seu rogo (si não souber ou não puder escrever), com a declaração do motivo de não assignar. Indicará seu nome, idade, naturalidade, nacionalidade, profissão, domicilio, estado, e, finalmente, o objecto da acção, intentada ou a intentar, e juntará provas de sua pobreza, afirmando solemnemente suas declarações.

Paragrapho unico. Si residir ou estiver temporariamente fóra do Brazil, apresentará certificado de pobreza pela competente autoridade local, devidamente legalisado pelo agente diplomatico ou consular brasileiro.

Art. 16. Recebendo a petição, o juiz a despachará em mão do proprio peticionario, mandando ouvir a comissão de assistencia.

Esta verificará a procedencia ou improcedencia do pedido, dando o seu parecer com a maxima brevidade e entregando os papeis em mão do peticionario, que os submeterá a despacho definitivo do juiz.

Art. 17. O parecer da comissão se occupará, explicita e distinctamente, da pobreza do supplicante e da apparente justiça da causa. A concessão do patrocínio gratuito só terá logar no caso de conclusão favoravel sobre ambos os pontos, mas o despacho de admissão pelo juiz nenhum valor terá para o julgamento final da acção quanto ao segundo ponto.

Art. 18. Não caberá recurso do despacho preliminar do juiz que conceder ou negar a assistência; mas o peticionario, intentando ou proseguindo na acção sem assistência, poderá, nas allegações finais, renovar o pedido, sobre o qual novamente decidirá o juiz, a Camara ou o Tribunal, na sentença, e contra esta decisão poderá o supplicante, em grão de recurso, incidentemente, allegar o que for a bem de seu direito.

Art. 19. Si for urgente a propositura do feito em Juizo, independente da audiencia da commissão, o juiz declarará de plano a pobreza, sendo o supplicante admittido no patrocínio gratuito *si et in quantum*, e, sem embaraço da marcha do processo, mandará ouvir, em separado, a commissão de assistência competente, decidindo então definitivamente.

Art. 20. Reconhecida a pobreza, será a respectiva diligencia junta aos autos da acção, e ao beneficiado será entregue um alvará do juiz, declarando-o admittido á assistência judiciaria.

Art. 21. Concedida a assistência, o presidente da commissão competente designará o commissario que deva servir, podendo elle proprio incumbir-se do patrocínio.

Art. 22. Ao adversario do supplicante de assistência é licito impugnar com provas a pobreza deste, sem prejuizo do processo principal.

§ 1.º Si comparecer para esse fim perante a commissão, esta empregará, antes de tudo seus bons officios para evitar a demanda, por meio de acordo amigavel, sem que fique consignada a intervenção da mesma, caso este não se realize.

§ 2.º Si, porém, as partes accordarem-se, a commissão poderá occupar-se da redacção do acto do accordo, ou convidal-as a comparecer para esse fim perante o official judicial respectivo.

Art. 23. Si o adversario do supplicante de assistência allegar e justificar pobreza, nas condições e pela forma aqui estabelecidas, ser-lhe-ha igualmente dada assistência.

Art. 24. Aquelle que houver sido admittido á assistência perante uma jurisdicção reconhecida competente, continuará a gosar della no Juizo do recurso interposto contra elle ou incidentemente por elle; e, si o recurso tiver provimento de modo a motivar nova acção, o assistido continuará igualmente a gosar do beneficio da assistência.

Art. 25. Quando for o assistido quem interpuzer o recurso como parte principal, não poderá gosar de tal beneficio sinão mediante admissão por nova decisão da commissão respectiva junto ao juiz ou Tribunal de recurso.

Art. 26. Si a jurisdicção perante a qual a assistência judiciaria foi admittida declarar-se incompetente, e, si, em consequencia desta decisão, o processo for levado perante outra jurisdicção da mesma natureza e da mesma ordem, o beneficio da assistência subsistirá nesta nova jurisdicção. Assim não succederá, porém, si, em virtude da declaração de incompetencia, o processo for devolvido a uma jurisdicção de outra natureza ou de outra ordem.

**Art. 27.** No Juízo criminal proceder-se-ha do seguinte modo:

I. Si o réo pedir o patrocínio gratuito no summario, este não terá andamento sem que se resolva a respeito e se lhe dê assistência de defensor, si for caso disso, sob pena de nullidade. A demora, porém, a que der lugar a nomeação do patrono, não será tomada em consideração, nem para contar prescrição, nem para fundamentar *habeas-corpus*.

II. Si o pedido for feito por occasião do conhecimento do libello, decidir-se-ha si é ou não caso de assistência, interrompendo-se o prazo da contestação. Si o for, no acto do julgamento ser-lhe-ha dado immediatamente defensor, ou suspender-se-ha o julgamento até que se possa dar-lhe-o, devendo ser o julgamento adiado até tres dias, si assim requerer o defensor nomeado: tudo na fórma e sob a pena do numero antecedente.

III. Quer no summario, quer no pleuario, si o pedido for feito apenas para algum recurso, proceder-se-ha de accordo com os arts. 16 a 23.

IV. Sempre que o juiz ou o presidente do Tribunal ou da Camara, depois de feita a defesa oral do réo, entender que este ficou indefeso, poderá no mesmo acto declarar-o e nomear-lhe outro defensor, si houver idoneo presente em Juizo.

**Art. 28.** O commissario de assistência que, sem justa causa, recusar os seus serviços profissionais, será multado pelo juiz do feito na quantia de 20\$ a 100\$ e suspenso do exercicio da profissão por oito a trinta dias. Da comminação destas penas haverá recurso para o Conselho Superior da Córte de Appellação.

**Art. 29.** O offendido, ou seu representante legal, que pretender assistência, dirigir-se-ha ao respectivo funcionario do Ministerio Publico, nos termos do art. 16 deste decreto, solicitando-lhe sua representação. Quando for o representante legal do offendido quem requerel-a, deverá provar esta qualidade (art. 407 § 1º do Codice Penal e art. 166 § 2º do decreto n. 1030, de 14 de novembro de 1890).

**Art. 30.** Reconhecida a admissibilidade da pessoa offendida á assistência, o respectivo funcionario do Ministerio Publico dará a queixa perante o juiz competente, o qual declarará por despacho a procedencia ou improcedencia da allegação de pobreza della ou do seu representante legal, no caso de dependencia patrimonial, mandando, no caso de procedencia, tomar-se por termo de compromisso nos autos as declarações do requerimento de assistência.

**Art. 31.** Quando se tratar de requisição de prisão preventiva antes de apresentada a queixa, o juiz formador da culpa decidirá preliminarmente sobre a admissibilidade da pessoa offendida á assistência.

**Art. 32.** Nos casos do art. 275 do Codice Penal o direito de assistência prescreverá em seis mezes, contados da data do crime.

**Art. 33.** A assistência judiciaria importa a isenção dos direitos fiscaes, taxa judiciaria, custas, e toda a sorte de despesas, não

só no processo incidente da admissão, como no principal ; mas não isenta da prestação de fiança no civil ou no crime, sob a fôrma e nos termos de direito, salvo a caução *judicatum solvi* (decreto n. 564, de 10 de julho de 1859).

Art. 34. Os tabelhões, escrivães e todos os outros empregados publicos darão gratuitamente ao assistido os títulos, documentos, actos, etc. de que elle precisar, mediante ordem escripta do juiz competente.

Art. 35. Em caso de condemnação nas custas, proferida contra adversario do assistido, o calculo comprehenderá sellos, taxa judiciaria, custos e despezas de toda a natureza, a que o assistido teria sido obrigado si não tivesse tido assistencia judiciaria.

Art. 36. Em caso de condemnação nas custas, proferida contra o assistido, haverá direito de cobrança sómente contra este, a todo tempo que lhe advenham recursos pecuniarios, desde que a obrigação de pagar não esteja prescripta.

Art. 37. Si a demanda terminar por accordo, o assistido terá de pagar as despezas a que houver dado logar.

Art. 38. O advogado do assistido terá direito, em conformidade do regimento de custas, a cobrar honorarios do adversario, quando este for condemnado a pagamento das custas em processo civil, e, tratando-se de processo criminal, terá o mesmo direito nos casos em que o offêndido for autor ou assistente auxiliar da justiça. Não terá, porém, direito a honorarios do assistido, quer este ganhe, quer perca, quer faça accordo.

Art. 39. O processo para a cobrança das custas será o executivo.

Art. 40. O beneficio da assistencia judiciaria pôde ser retirado em qualquer estado da causa, perante todas as jurisdicções, nos dous casos seguintes :

1º, si sobrevierem ao assistido recursos considerados sufficientes :

2º, si houver sido obtida a assistencia por meio de fraude ou dolo, isto é, si foi induzida em erro a commissão do patrocínio gratuito ou o Juizo, scientemente e de má fé, por uma exposição mentiroza ou da situação pecuniaria do assistido ou dos factos da causa.

Art. 41. A retirada da assistencia pôde ser pedida ou pelo Ministerio Publico ou pela parte adversa, tanto em primeira instancia como em segunda, e tambem pôde ser determinada *ex-officio* ou mediante representação da respectiva commissão. Todavia, em qualquer caso deverá ser motivada ; e o assistido previamente ouvido, ou intimado a defender-se.

Art. 42. O processo para a retirada será summario e não embarçará a marcha da causa, correndo em separado desta.

Art. 43. A retirada da assistencia terá por effeito tornar immediatamente cobraveis os sellos, a taxa judiciaria, as custas e despezas de toda natureza, de que o assistido houver sido dispensado.

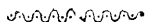
Art. 44. Si a retirada da assistencia tiver por causa uma declaração fraudulenta ou dolosa do assistido relativamente á sua pobreza, este será condemnado, além do pagamento de todas as despesas, ás penas criminaes em que incorrer.

Art. 45. Este regulamento entrara em pleno vigor desde já, salvo na parte que depende de approvação legislativa, quanto ás isenções de direitos fiscaes.

Capital Federal, 8 de fevereiro de 1897, 9.<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Amaro Cavalcanti.*



### DECRETO N. 2458 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1897

Approva o regulamento da Directoria Geral de Saude Publica e a tabella de vencimentos do respectivo pessoal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em conformidade dos arts. 10 e 11 do decreto n. 2449, de 1 do corrente mez, resolve approvar não só o regulamento da Directoria Geral de Saude Publica, mas tambem a tabella dos vencimentos do respectivo pessoal, annexos ao presente decreto e que vão assignados pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 10 de fevereiro de 1897, 9.<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Amaro Cavalcanti.*

## Regulamento a que se refere o decreto n. 2458 desta data

### TITULO I

#### DOS SERVIÇOS SANITARIOS A CARGO DA UNIÃO

Art. 1.<sup>o</sup> Os serviços sanitarios a cargo da União comprehendem :

a) o estudo da natureza, etiologia, tratamento e prophylaxia das molestias transmissiveis, que apparecerem ou se desen-

volverem em qualquer localidade da Republica, onde não haja recursos materiaes ou serviço organizado para as pesquisas de caracter tecnico ou scientifico, que se tornarem necessarias ;

b) a prestação de soccorros medicos e de hygiene ás populações dos Estados, á requisição dos respectivos governos, verificado o caso de calamidade publica ;

c) o serviço sanitario dos portos maritimos e fluviaes.

Como complementares destes, tambem a União se incumbem accessoriamente dos seguintes serviços :

1º, da preparação de culturas attenuadas e sóros antitoxicos e curativos, afim de serem fornecidos ás autoridades que os reclamarem ;

2º, da fiscalisação do exercicio da medicina e da pharmacia, em todos os seus ramos, no que for inherente á capacidade legal e não estiver providenciado por lei dos Estados e dos municipios ;

3º, da organisação das estatisticas demographo-sanitarias, nas quaes se incluam todas as noções que puderem ser colligidas, em relação ás causas de molestia e de morte, estudadas em concreto, tanto na Capital Federal, como nos Estados ;

4º, da confecção do Código Pharmaceutico Brasileiro.

Art. 2.º A direcção e a execução dos serviços referidos competem á Directoria Geral de Saude Publica ; e por intermedio della exercerá o Governo Federal a sua autoridade superior nas deliberações, ordens e providencias, regulamentares e extraordinarias, que affectem ou possam affectar a saude publica.

## TITULO II

### DA DIRECTORIA GERAL DE SAUDE PUBLICA

Art. 3.º A Directoria Geral de Saude Publica, com séde na Capital Federal e dependente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, terá o pessoal seguinte :

A. Na Capital Federal :

1 Director geral, medico ;

1 Secretario ;

5 Ajudantes do director geral, medicos ;

4 Medicos auxiliares da Directoria Geral ;

1 Chefe do laboratorio de bacteriologia ;

2 Auxiliares technicos do laboratorio ;

1 Medico demographista ;

1 Ajudante do demographista, medico ;

1 Cartographo ;

- 1 Conservador-archivista do laboratorio ;
- 1 Official da secretaria ;
- 6 Amanuenses ;
- 1 Interprete ;
- 1 Porteiro ;
- 4 Continuos.

*B. Nos Estados :*

2 Directores sanitarios de districto, sendo um no porto do Recife e um no de Belém, medicos ;

15 Inspectores de saude, medicos, nos portos dos Estados de : Amazonas, Maranhão, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagôas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Matto Grosso ;

5 Ajudantes dos inspectores, medicos, sendo um no porto de Pernambuco, sede do 2.<sup>o</sup> districto ; um no de Belém, sede do 3.<sup>o</sup> ; um no da Bahia ; um no de S. Paulo e um no do Rio Grande do Sul ;

5 Auxiliares das Inspectorias, nos mesmos portos em que ha ajudantes ;

10 Secretarios das Inspectorias, nos portos de : Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagôas, Bahia, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul ;

44 Guardas de saude, sendo quatro para cada um dos Estados de : Pará, Pernambuco, Bahia, S. Paulo e Rio Grande do Sul ; e dous para cada um dos outros Estados em que existem Inspectorias de saude.

Paragrapho unico. Além deste pessoal, a Directoria Geral de Saude Publica terá mais o que for necessario para os lazaretos e hospitais maritimos e de isolamento.

Art. 4.<sup>o</sup> Serão nomeados por decreto : o director geral de Saude Publica, seus ajudantes, os medicos auxiliares, o secretario e o official da secretaria da Directoria Geral, os directores de districto e os inspectores de saude dos portos ; por portaria, o chefe do laboratorio de bacteriologia, o medico demographista, os ajudantes dos inspectores de saude, os amanuenses da Directoria Geral, os auxiliares e secretarios das Inspectorias ; sendo por livre escolha do Governo o director geral ; sobre proposta deste, os funcionarios da Directoria Geral, na sede da repartição, os directores de districto e os inspectores de saude dos portos ; e sobre proposta dos mesmos inspectores, os seus ajudantes, auxiliares e secretarios.

Pelo director geral serão nomeados : os auxiliares technicos do laboratorio de bacteriologia, sobre proposta do chefe do mesmo laboratorio ; o ajudante do medico demographista, sobre proposta deste ; o cartographo, o conservador do laboratorio, o interprete, o porteiro e os continuos.

Pelos inspectores de saude, os guardas de saude.

§ 1.<sup>o</sup> O pessoal dos lazaretos será nomeado : por portaria e sobre proposta do director de districto —o administrador, o almo-

xarife, o escripturario, o fiel do almoxarife e os medicos ; e pelo mesmo director os demais empregalos.

§ 2.º Para o serviço dos hospitaes maritimos e de isolamento observar-se-ha, em relação á natureza dos titulos de nomeação dos empregados, o disposto no paragrapho precedente ; ficando entendido que, em casos urgentes, tanto para estes hospitaes como para os lazaretos, o director geral e os directores de districto poderão nomear empregados interinos afim de substituirem os effectivos ausentes, licenciados ou exonerados, qualquer que seja a sua categoria, communicando o facto ao Governo e submettendo-o á sua approvação.

§ 3.º Os serventes serão admittidos pelos directores ou administradores dos estabelecimentos em que houverem de trabalhar.

Art. 5.º Serão substituidos em seus impedimentos temporarios: o director geral por um dos seus ajudantes, designado pelo Ministro ; os directores de districto e os inspectores de saude pelos respectivos ajudantes, e na falta deste, por um medico designado pelo Ministro, ou em caso de urgencia pelo governador ou presidente do Estado, com aviso telegraphico ao director geral ; o secretario da Directoria Geral, pelo official da secretaria, ou por um funcionario, em commissão, da Secretaria de Estado, conforme convier ao serviço da repartição ; o official, por um dos amanuenses.

Os demais empregados da Directoria serão substituidos temporariamente por quem o director geral indicar.

Art. 6.º Nenhum empregado da Directoria Geral de Saude Publica poderá corresponder-se com o Governo sinão por intermedio do seu superior hierarchico ; e são considerados superiores hierarchicos : o director geral, em relação a todos os outros funcionarios da repartição ; os directores de districto, em relação aos inspectores de saude dos portos do mesmo districto ; os inspectores de saude em relação aos empregados das Inspectorias ; os directores, administradores e chefes dos lazaretos, hospitaes e laboratorios, em relação aos funcionarios desses estabelecimentos.

Paragrapho unico. Todos os funcionarios, por cujas mãos passarem officios, representações ou requerimentos com destino á autoridade superior, deverão transmittil-os com a possivel urgencia, devidamente informados. O informante poderá, sempre que julgar conveniente, suggerir alvitres ou providencias ; e, tratando-se de casos sanitarios em que a acção administrativa do Governo ou do director geral possa tornar-se tardia, os directores de districto tem competencia para decidir, submettendo a sua resolução immediatamente á approvação do seu superior hierarchico e cumprindo o que lhe for determinado. Dos casos sanitarios figurados exceptuam-se todas e quiesquer medidas referentes á pratica de quarentenas de rigor, fóra das hypotheses previstas neste regulamento.

## TITULO III

DAS ATTRIBUIÇÕES E DEVERES DOS FUNCIONARIOS DA DIRECTORIA  
GERAL DE SAUDE PUBLICA

Art. 7.º Ao director geral de Saude Publica compete :

I. Responder ás consultas do Governo e prestar as informações que lhe forem exigidas pela Presidencia da Republica e pela Secretaria de Estado dos Negocios Interiores .

II. Representar a Directoria Geral em as suas relações, regulamentares ou occasionaes, com as autoridades federaes, estaduais e municipaes.

III. Dirigir, de accordo com o presente regulamento, todo o serviço sanitario a cargo da União, solicitando do Governo as providencias que forem precisas para o bom desempenho das suas funcções.

IV. Corresponder-se directamente com o Ministro dos Negocios Interiores e em nome deste, mediante prévia authorisação, com as demais autoridades da Republica.

V. Nomear, suspender e demittir os funcionarios da repartição cuja escolha de si depender ; suspender até 15 dias os de nomeação superior, justificando o acto perante o Governo ; propor a exoneração delles e o nome dos que devam substituil-os.

VI. Rubricar as folhas de pagamento e as contas de despezas autorisadas ; mandar fazer a respectiva contabilidade e remetter mensalmente balancetes á Secretaria de Estado, nos quaes se consignem as quotas gastas das consignações orçamentarias e os saldos de verba.

VII. Presidir os trabalhos de concorrência para fornecimentos, indicar ao Governo as propostas preferiveis e rubricar os pedidos.

VIII. Despachar o expediente da repartição a seu cargo, assignar as cartas de saude, conceder as licenças necessarias para o exercicio da medicina e da pharmacia e impor as multas regulamentares.

IX. Fiscalisar as construcções que se fizerem nos portos e puderem modificar ou alterar as condições sanitarias destes ; representar contra as que lhe parecerem nocivas, intimando aos constructores o seu interdicto sanitario, que até ulterior deliberação terá effeito suspensivo das obras.

X. Propor a concessão ou a retirada dos privilegios de paquetes ; permittir ou prohibir, por acto official, a atracação de embarcações a docas, trapiches e pontes ; suspender temporariamente o commercio dos quitandeiros maritimos, e tomar quaesquer providencias que entender convenientes para conservar, melhorar ou restabelecer as boas condições sanitarias dos portos.

XI. Propor ao Governo a decretação de quarentenas e a qualificação sanitaria dos portos nacionaes ou estrangeiros ; orde-

nar e fiscalisar os serviços de expurgo dos navios e todas as operações de hygiene, defensiva e de aggressão, que houverem de ser praticadas nos Estados, nos termos do art. 1.<sup>o</sup> letra b.

XII. Marcar, de accordo com a Capitania do Porto, os ancoradouros sanitarios e exercer a policia sanitaria dos mesmos.

XIII. Fiscalisar o serviço das visitas sanitarias, distribuindo-o pelos ajudantes, conforme mais convier.

XIV. Commetter funcções transitorias ou effectivas aos medicos auxiliares da Directoria Geral e aos empregados addidos.

XV. Superintender no serviço dos hospitaes maritimos e lazaretos e expedir instrucções aos empregados dos districtos sanitarios.

XVI. Organisar e regulamentar os serviços do laboratorio de bacteriologia e do gabinete demographo-sanitario.

XVII. Propor ao Governo a instituição das commissões de estudo scientifico e de soccorros, dar-lhes instrucções e fiscalisar o respectivo serviço.

XVIII. Apresentar no principio de cada anno, ao Ministerio dos Negocios Interiores, um relatorio dos trabalhos da repartição a seu cargo.

Art. 8.<sup>o</sup> Ao secretario da Directoria Geral incumbe :

I. Dirigir os trabalhos da Secretaria, entre os quaes ficam comprehendidos os constantes dos ns. I, II, III e IV do § 2.<sup>o</sup>, art. 3.<sup>o</sup> do decreto n. 1160, de 6 de dezembro de 1892, para o que lhe ficam subordinados todos os funcionarios da mesma.

II. Lavar os termos de posse dos empregados e subscrevel-os.

III. Providenciar a respeito dos fornecimentos que devam ser feitos á repartição.

IV. Organisar annualmente o orçamento das despesas, e mensalmente os balancetes de que trata o art. 7.<sup>o</sup> n. VI.

Paragrapho unico. São considerados dependentes da Secretaria os trabalhos demographo-sanitarios e os concernentes ao laboratorio de bacteriologia.

Art. 9.<sup>o</sup> Aos ajudantes do director geral compete :

I. Visitar diariamente as embarcações que entrarem.

II. Visitar com a maior promptidão as embarcações surtas no porto, que fizerem signal de doente a bordo, e dar aos enfermos o conveniente destino.

III. Presidir á desinfecção das embarcações entradas, bem assim das que estiverem ancoradas no porto, quando for preciso.

IV. Assignar as intimações de multa.

V. Observar fielmente as ordens que receberem do director geral, a quem communicarão todas as occurrencias notaveis que se derem no serviço das visitas.

Art. 10. Aos directores sanitarios de districto cumpre :

I. Exercer na sede do districto as funcções de inspector de saude.

II. Dirigir o serviço do lazareto e dos hospitaes maritimos.

III. Corresponder-se com os inspectores de saude dos portos do seu districto, transmittindo-lhes as ordens e instrucções recebidas do director geral e resolvendo as questões occurrentes que de sua autoridade puderem obter solução.

IV. Comunicar ao director geral todos os factos importantes que succederem no districto, informando os papeis que por seu intermedio tiverem de chegar ao mesmo director geral.

V. Superintender em todo o serviço quarentenario de que se acharem incumbidos, estendendo a sua jurisdicção aos demais portos do districto e ás estações sanitarias.

VI. Cumprir as instrucções que receberem do director geral.

Paragrapho unico. Nos casos sanitarios a que se refere a segunda parte do paragrapho unico do art. 6º, os directores de districto terão autoridade para decidir, observando o que dispõe o mesmo paragrapho no tocante ás communicacões ulteriores.

Art. 11. Aos inspectores de saude incumbe, além do serviço determinado pelo art. 9º, para os ajudantes do director geral:

I. Corresponder-se com o director do districto, sciificando-lhe do que de mais importante occorrer no serviço a seu cargo.

II. Fiscalisar o procedimento dos empregados da Inspectoria.

III. Rubricar as contas das despezas, as folhas de vencimentos dos empregados e os pedidos para fornecimentos.

IV. Assignar as cartas de saude.

V. Interpor seu parecer sobre as construcções que se projectarem nos portos, tendo em attenção a influencia que possam ellas exercer sobre a saude publico.

VI. Marcar os ancoradouros sanitarios, de accordo com a Capitania do Porto e sobre elles, bem como sobre os navios surtos no porto, exercer constante fiscalisação sanitaria.

VII. Propor ao director do districto, e em casos de urgencia executar-as sob sua responsabilidade, as providencias que lhes parecerem convenientes para conservar, melhorar ou restabelecer as boas condições sanitarias do porto.

VIII. Conceder ou negar licença, em occasião de epidemia ou na imminencia della, para a atracação de navios a docas, pontes e trapiches, de accordo com a autoridade aduaneira, e com recurso para o Governo em caso de divergencia.

IX. Cumprir as instrucções e ordens que receberem do director geral.

X. Apresentar ao director do districto, no principio de cada anno, um relatório dos serviços da Inspectoria de saude.

Paragrapho unico. Os inspectores de saude deverão colligir e remetter ao director de districto, o este ao director geral, mensalmente, todos os dados possiveis sobre a demographia sanitaria do porto, da cidade, e das principaes localidades do Estado.

Art. 12. Os ajudantes, auxiliares e secretarios dos inspectores de saude cumprirão as ordens que receberem, e terão ao seu cargo os serviços de que os mesmos inspectores os incumbirem.

Art. 13. Os médicos auxiliares da Directoria Geral e os funcionarios addidos serão empregados nas commissões que o director geral designar.

Art. 14. Ao chefe do laboratorio de bacteriologia compete:

I. Proceder ás pesquisas que lhe forem indicadas pelo director geral, prestando as informações exigidas e cumprindo as ordens que receber.

II. Preparar sôros antitoxicos e curativos, cuidar da sua conservação e da sua remessa.

III. Formular instrucções relativas ao emprego dos mesmos sôros, afim de serem enviados ás autoridades que os reclamarem.

IV. Promover o desenvolvimento scientifico das investigações referentes á bacteriologia atmospherica e tellurica, tanto na Capital Federal como nos Estados, colligindo todas as informações que puder obter e levando-as ao conhecimento do director geral.

V. Apresentar mensalmente ao director geral uma exposição dos trabalhos effectuados e dos que se acharem em andamento.

VI. Distribuir o serviço pelos auxiliares technicos e determinar os encargos do conservador.

§ 1.º Quando o Governo Federal entender conveniente, a direcção do laboratorio de bacteriologia será confiada temporariamente a um profissional estrangeiro ou brasileiro, sob cujas ordens continuará a servir o chefe do laboratorio.

§ 2.º O chefe do laboratorio e os auxiliares technicos poderão ser incumbidos de commissões scientificas nos Estados, quer por indicação immediata do director geral, quer em virtude de requisição das autoridades locais, e annuencia do Governo Federal.

Neste ultimo caso, todas as despesas decorrentes da commissão devem ser custeadas pela autoridade local.

Art. 15. O medico demographista terá a seu cargo:

I. A estatística dos nascimentos occorridos no Districto Federal e nos Estados e o estudo demographico completo da natalidade, considerada nos pontos de vista: 1º, da população total e especialmente da população feminina apta para a maternidade; 2º, da cor dos novi-natos; 3º, do sexo; 4º, do estado civil dos progenitores; 5º, da nacionalidade dos progenitores; 6º, da pluri-paridade ou fecundidade dos casamentos; 7º, dos mezes e estações; 8º, do logar em que occorreram.

II. A estatística dos casamentos realizados no mesmo districto e nos Estados e o estudo demographico da nupcialidade, considerada sob os aspectos: 1º, da população total e especialmente da população apta para contrahir casamento; 2º, das cores dos conjugues; 3º, das idades; 4º, do estado civil anterior; 5º, das nacionalidades; 6º, das profissões; 7º, dos mezes e estações; 8º, do logar em que o facto demographico se realizou.

III. A estatística dos obitos occorridos no districto e nos Estados e o estudo demographico da mortalidade, considerada sob as relações: 1.º, da população total; 2.º, do sexo dos mortos; 3.º, das idades; 4.º, das cores; 5.º, do estado civil; 6.º, das nacionalidades; 7.º, das profissões; 8.º, da mortalidade; 9.º, das mezes e estações; 10.º, do logar do obito; 11.º, das causas de morte.

IV. A estatística dos doentes tratados nos hospitaes publicos e particulares, civis e militares, e o estudo demographico da morbilidade hospitalar, considerada em attenção as idades dos enfermos, ao estado civil e nacionalidade, e ás molestias.

§ 1.º Será organizado, para publicar-se quinzenalmente, um boletim resumido da mortalidade da quinzena no Districto Federal, com designação das idades, estado civil e nacionalidade dos fallecidos, logar do obito, enumeração das causas de morte, por ordem de frequencia, e indicação do movimento meteorologico daquelle periodo.

§ 2.º Para o mesmo fim será feita trimestralmente uma estatística especifica dos nascimentos, casamentos e obitos.

O respectivo boletim indicará tambem o movimento meteorologico do trimestre, e será acompanhado de cartas epidemiologicas da mortalidade das molestias transmissiveis.

§ 3.º São dirigidos pelo demographista, nos respectivos trabalhos, o seu ajudante, o cartographo e os dous auxiliares especificaes desse serviço.

§ 4.º Além das attribuições geraes do medico demographista, cabe-lhe especialmente:

1.º Organisar e dirigir o serviço demographo-sanitario, solicitando do director geral todas as informações que julgar imprescindiveis;

2.º Requisitar do secretario todos os papeis e objectos de expediente, bem como os impressos que se tornarem precisos ao serviço;

3.º Registrar diariamente as notas que lhe forem fornecidas sobre mortalidade pela empresa funeraria e Pretorias, e sobre morbilidade pelos hospitaes civis e militares;

4.º Dar conhecimento immediato ao director geral, dos factos importantes que colligir dessas notas, e que comportarem o emprego de medidas de hygiene defensiva;

5.º Prestar ao director geral, com a maxima brevidade, todas as informações que por este lhe forem exigidas acerca do serviço a seu cargo.

§ 5.º O medico demographista, de accordo com subsidios prestados pelas repartições de estatística, cuidará de organisar um annuario, tão completo quanto possivel, da demographia dinamica no Districto Federal e nos Estados, especialmente em suas relações com a hygiene.

## TITULO IV

## DOS SOCCORROS MEDICOS E DE HYGIENE ÁS POPULAÇÕES DOS ESTADOS

Art. 16. Os soccorros medicos e de hygiene prestados pela Directoria Geral de Saude Publica aos Estados, terão sempre caracter excepcional e serão motivados unicamente pelo caso de calamidade publica.

§ 1.º Para a prestação destes soccorros, a Directoria Geral proporá ao Governo o plano que deva ser adoptado e o executará.

§ 2.º Quando incumbida desta função, cabe á Directoria Geral de Saude Publica a superintendencia em todos os actos e providencias de administração sanitaria local, ficando os empregados desta subordinados á autoridade federal emquanto durar a acção interventoria dos Poderes da União, requisitada pelos Governos dos Estados.

§ 3.º Todas as despesas de caracter local, exigidas pela intervenção, e que se referirem a obras, estabelecimentos e beneficios materiaes permanentes, correrão por conta dos cofres municipaes ou dos que os deverem supprir; competindo á União custear exclusivamente as que forem decorrentes dos estudos scientificos, da assistencia medica e das medidas accidentaes de hygiene reclamadas pela calamidade.

Art. 17. Investida a Directoria Geral de Saude Publica na superintendencia dos serviços de administração sanitaria local, cessa a competencia do Governo Estadual para decidir nos actos referentes ao objecto da intervenção, salva a hypothese de solicitação da autoridade federal, embora subsista, como é de lei, o direito do mesmo Governo Estadual requisitor do Ministro do Interior as providencias necessarias para dirimir as contendas que forem suscitadas por divergencias ou por abusos.

Art. 18. Sempre que ao conhecimento da Directoria Geral de Saude Publica chegar a noticia da erupção de qualquer molestia transmissivel, em localidade da Republica onde não haja serviço sanitario organizado ou sufficientemente disposto, poderá o director geral, *ex-officio*, communicar ao governador ou presidente do Estado a que a localidade pertencer, a sua opinião sobre os meios a empregar-se para combater a molestia e obstar a sua propagação; ficando entendido que essa communicação será simplesmente insinuatoria.

Art. 19. Competindo aos poderes municipaes a organização dos serviços de hygiene administrativa local, não procederá perante o Governo da União o allegado da escassez de recursos, que não for devidamente justificado em ordem a motivar a intervenção do art. 5º da Constituição Federal.

Paragrapho unico. Quando a intervenção alludida for solicitada para combater molestias evitaveis, que, por erro vencivel ou incuria administrativa, tenham tomado desenvolvimento

exaggerado, o Governo Federal poderá prestar os soccorros precisos, sob condição de ser opportunamente indemnizado pelos cofres estaduais das despesas que houver de fazer.

Art. 20. Em condições normaes, a Directoria Geral não deverá absolutamente immiscuir-se em negocios de administração sanitaria municipal; mas poderá, quando entender conveniente, suggerir providencias, aconselhar processos, indicar melhoramentos e responder a consultas.

## TITULO V

### DO SERVIÇO SANITARIO DOS PORTOS

Art. 21. Para execução do serviço sanitario dos portos será o littoral da Republica dividido nos tres seguintes districtos sanitarios:

*1º districto*, com séde na Capital Federal e administrado pelo director geral immediatamente. Será constituido pelas Inspectorias de saude dos portos do Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Matto Grosso, tendo como lazareto commum o da ilha Grande.

*2º districto*, com séde no porto do Recife e administrado pelo inspector de saude desse porto, com o titulo e as funcções de director do 2º districto sanitario. Será constituido pelas Inspectorias de saude dos portos da Parahyba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia, tendo como lazareto commum o de Tamandaré.

*3º districto*, com séde no porto de Belém e administrado pelo inspector de saude desse porto, com o titulo e as funcções de director do 3º districto sanitario. Será constituido pelas Inspectorias de saude dos portos do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Piahy e Rio Grande do Norte, tendo como lazareto commum o do Pará.

Paragrapho unico. Comquanto communs ás Inspectorias de saude dos portos do districto, os lazaretos ficam subordinados a jurisdicção e autoridade dos directores do me-mo districto; podendo, entretanto, os Governos dos Estados comprehendidos na circumscripção sanitaria, destacar, quando lhes aprouver e por conta sua, para o lazareto respectivo, um delegado especial incumbido de acompanhar o serviço quarentenario e prestar as informações que convierem.

A missão desse delegado isenta-o da obrigação de prestar serviços; mas não inhihi o director do lazareto de acceital-os, quando offeresidos.

Art. 22. Além dos lazaretos districtaes, haverá, nos differentes portos da Republica, as estações sanitarias que aos Governos dos Estados convenham. Essas estações serão creadas e mantidas pelos cofres estaduais, e destinadas ao expurgo das

embarcações que, por viagem directa ou arribada forçada, tenham de entrar e fazer operações de carga ou descarga, ficando taes estações, no tocante á administração quarentenaria regulamentar, subordinadas á superintendencia da autoridade federal do porto.

Paraphrasso unico. As operações de expurgo para as quaes a capacidade das estações sanitarias é reconhecida serão as que se realizam no processo da quarentena de observação assignalado no art. 30 § 3º deste regulamento, sendo-lhes vedada a pratica de quarentenas de rigor, salvo o caso de invasão do territorio nacional por epidemias de origem exotica e attenta a conveniencia, reconhecida pelo Governo Federal, da preservação reciproca dos Estados.

Art. 23. Sobre proposta do respectivo Governo Estadual e ouvido o director geral de Saude Publica, poderá o Governo Federal elevar qualquer estação sanitaria á categoria de lazareto, sem onus maior para o Thesouro Nacional. A decisão do Governo será submettida á approvação do Poder Legislativo, ao qual caberá resolver sobre a adjudicação definitiva do novo lazareto ao serviço sanitario federal, votando a dotação necessaria. Nesta ultima hypothese, o porto servido pelo novo lazareto passará a ser a sede de um districto sanitario, procedendo-se á revisão das distribuições constantes do art. 21.

Art. 24. Em épocas de crise quarentenaria os lazaretos districtaes auxiliar-se-hão mutuamente, podendo o director geral de Saude Publica, de accordo com as companhias de navegação, alterar a derrota das embarcações que se destinarem a portos nacionaes para instituir escalas provisórias.

Art. 25. O serviço sanitario dos portos abrange:

- a) a prophylaxia maritima internacional ;
- b) a policia sanitaria dos navios e dos ancoradouros ;
- c) a assistencia medica aos homens de mar.

## CAPITULO I

### PROPHYLAXIA MARITIMA INTERNACIONAL

Art. 26. A prophylaxia maritima internacional estabelecida no presente regulamento consiste no emprego dos meios adequados a preservar os portos da Republica da contaminação por germens morbidos trazidos pelas embarcações que a elles chegarem.

Esses meios são:

- 1º, a carta de saude ;
- 2º, a inspecção e a visita sanitarias;
- 3º, as quarentenas.

Art. 27. São obrigados a apresentar carta de saúde, por occasião da entrada em porto brasileiro:

- 1º, os navios procedentes de qualquer porto estrangeiro ;
- 2º, os que vierem de porto brasileiro onde houver Inspectoria de saúde.

Ficam dispensados da exhibição de carta de saúde :

- 1º, os navios que viajarem regularmente entre portos do mesmo Estado ;
- 2º, os vasos de guerra estrangeiros, estacionados em portos brasileiros, que fizerem excursões a localidades da Republica ;
- 3º, os cruzeiros ;
- 4º, as lanchas de pesca ;
- 5º, os navios que entrarem por arribada forçada.

§ 1.º Todo navio, procedente do estrangeiro, que entrar em porto nacional, deverá trazer carta de saúde, expedida pela autoridade sanitaria do porto de procedencia e visada pelo consul brasileiro no mesmo porto e nos de escala. Na falta do consul brasileiro em qualquer dos portos referidos, a carta de saúde deverá ser visada pelo consul de uma nação amiga.

A carta de saúde será uma e unica, e ficará pertencendo á autoridade sanitaria do porto de destino da embarcação. Nos portos brasileiros em que o navio tocar, o *visto* da carta de saúde será lançado pelo inspector de saúde.

§ 2.º Si no porto de procedencia, ou nos portos de escala estrangeiros, não houver repartição de saúde, os consules brasileiros deverão fornecer á embarcação, que a pedir, uma declaração manuscrita do estado sanitario deste porto ou portos, e essa declaração produzirá nos da Republica os effeitos de carta de saúde competentemente visada. Na falta do consul brasileiro em qualquer dos portos indicados, será válida para as autoridades brasileiras a comunicação manuscrita do consul estrangeiro, conforme o § 1º deste artigo. Si, ainda, não houver nos referidos portos autoridade consular de qualquer paiz, deverão os commandantes de navio prover-se dos documentos que lhes puderem garantir a certeza do estado sanitario do porto ou portos, submettel-os, no porto de escala mais proximo, ao exame do consul brasileiro ou outro, o qual fornecerá ao mesmo commandante a comunicação manuscrita de que trata a 1ª parte deste paragrapho.

§ 3.º Os navios que viajarem dos portos de um para os do outro Estado, deverão pedir carta de saúde no porto de procedencia e fazel-a visar pelos inspectores de saúde nos portos de escala.

§ 4.º As cartas de saúde, expedidas pelas autoridades da Republica ou por ellas recebidas, serão classificadas em *limpas* e *sujas*; e comprehendendo-se na 1ª classe as que consignem ausencia completa de molestia pestilencial no porto de procedencia e nos de escala, e sendo consideradas *sujas* aquellas que registrem casos de molestia pestilencial na localidade de onde o navio tiver partido ou onde houver tocado.

Na carta de saúde deve a autoridade declarar si no lugar em que é expedido o mesmo documento reina qualquer molestia contagiosa que possa comprometter a saúde publica.

§ 5.º Só será válida a carta de saúde que tiver sido passada dentro de 24 horas antes da partida do navio.

§ 6.º O *visto* consular, a que se refere o art. 27, será escripto no *verso* da carta e authenticado com o sello do Consulado. Quando, pelas informações obtidas e conhecimento exacto dos factos, nenhuma objecção tiver o consul que fazer aos dizeres da carta de saúde, o *visto* será *simplex*; no caso contrario, o mesmo consul annotará em seguida ao *visto* o que lhe parecer conveniente para rectificação dos dizeres da carta de saúde.

§ 7.º Quando, por effeito do *visto* rectificado de uma carta de saúde, for applicado a qualquer navio algum tratamento sanitario especial, a autoridade sanitaria do porto que tal tratamento houver imposto, entregará ao commandante do navio um *bilhete sanitario*, no qual se indicará o tratamento e seu motivo.

§ 8.º Os navios de guerra das nações amigas terão carta de saúde gratuita.

§ 9.º Ficam adoptados os modelos appensos a este regulamento para as cartas de saúde e bilhetes sanitarios expedidos pelas autoridades do Brazil.

Art. 28. A inspecção sanitaria das embarcações, como expediente de prophylaxia internacional, consistirá na fiscalisação das occorrencias de bordo, durante a viagem. Esta fiscalisação será exercida por delegados especiaes da Directoria Geral de Saude Publica, com o titulo de inspectores sanitarios de navio, nomeados por proposta do director geral para as commissões de embarque.

§ 1.º Quando o interesse da saúde publica o reclamar, a Directoria Geral solicitará do Governo a instituição do corpo de inspectores sanitarios de navio, os quaes serão incumbidos de dirigir-se aos portos onde grassar qualquer molestia pestilencial exotica, afim de embarcarem nos navios que se destinarem a portos brasileiros.

§ 2.º Aos inspectores sanitarios de navio cumprirá :

1º, embarcar no navio que o Ministro ou consul brasileiro no porto infeccionado designar, afim de cumprirem e fazer cumprir a bordo os preceitos deste regulamento, assim como as instrucções que tiverem recebido do seu chefe ;

2º, annotar, tres vezes por dia, com designação de data e hora, em um registro ou diario de viagem, todas as circumstancias que observarem, relativas à saúde dos passageiros e tripulantes, bem como todas as causas suppostas capazes de alteral-a, quer procedam do navio, quer sejam de origem diversa. Tambem annotarão no mesmo registro ou diario todas as providencias e medidas que houverem aconselhado no exercicio de suas funções.

3º, examinar, á sahida do navio, tanto no porto de procedencia como nos de escala, o deposito de desinfectantes e

utensis de desinfecção, bem como a pharmacia, comparando as existencias com as notas dos livros respectivos, e fazer constar ao commandante do navio, em tempo opportuno, qualquer falta que haja, afim de ser corrigida :

4º, examinar, no momento do embarque, os passageiros de proa, e recusar viagem aos que parecerem estar affectados de qualquer molestia contagiosa, e ainda os convalescentes destas molestias, salvo o caso de provar-se que a convalescença data de mais de vinte dias antes do da partida ;

5º, obstar o embarque de roupas sujas de qualquer origem, bem como de objectos em máo estado de conservação, advertindo disso o commandante ;

6º, verificar, nos portos de procedencia, o estado de asseio do navio, em todos os seus compartimentos, antes de começar o carregamento e embarque dos passageiros ; devendo fazer ao commandante as reflexões que lhe parem convenientes para estabelecer no navio as melhores condições possíveis de hygiene. Estas reflexões, bem como as medidas adoptadas e a cooperação que o commandante lhe prestar, serão consignadas no registro ou livro de viagem ;

7º, prestar serviços profissionais aos passageiros e tripulantes, sempre que forem solicitados, cumpriundo-lhe, em todo caso, informár-se e exigir a communicação de qualquer caso de molestia que a bordo occorrer, por mais insignificante que pareça, afim de observá-la ; tendo o cuidado de anotar as datas precisas de invasão e terminação, favoravel ou fatal, assim como todos os detalhes conducentes ao conhecimento exacto da natureza da molestia ;

8º, consignar a data exacta da chegada e sahida do navio a qualquer porto de escala ou de arribada, e tambem as informações que puderem obter sobre a saúde publica desse porto ;

9º, visitar varias vezes por dia a enfermaria, afim de certificar-se do estado dos doentes ;

10, visitar os passageiros que se conservarem em seus beliches, camarotes ou macas, devendo empenhar-se em aconselhar aos de proa os cuidados pessoais e outros que forem necessarios á conservação da saúde de bordo ;

11, aconselhar o isolamento de qualquer doente que appareça de molestia pestilencial exotica ou contagiosa, confirmada ou suspeita, prevenindo disso o commandante, a quem indicarão as precauções seguintes :

a) fará isolar o enfermo em logar sufficientemente arejado do navio, logar já de antemão destinado a esse fim ;

b) vigiará que todas as dejeções sejam desinfectadas e lançadas ao mar ;

c) submeterá a rigorosa desinfecção, ou destruirá pelo fogo, si a desinfecção não for possível ou parecer insufficiente, as roupas de corpo e cama, colchões, travesseiros, etc., que tiverem sido usados pelo doente, durante a molestia ou no fim desta ;

d) fará desinfectar igualmente os logares suspeitos do navio e mui especialmente as enfermarias e beliches ou alojamentos em que tenham estado os doentes ;

12. inscrever em seu registro ou diário todas as medidas precedentes, e bem assim precisar as doses e modo de emprego das substancias desinfectantes, com especificação da data e hora de cada operação.

§ 3.º O inspector sanitario de navio será o informante da autoridade brasileira no porto de chegada da embarcação.

Art. 29. A visita sanitaria das embarcações que chegarem a portos brasileiros será denominada *visita externa* e consistirá :

- a) no *interrogatorio* ;
- b) no *exame ordinario*.

§ 1.º A visita externa será feita pelos ajudantes, no porto do Rio de Janeiro, e pelos directores de districto e inspectores de saude, nos demais portos.

Nos portos em que não houver autoridade sanitaria, a visita externa será feita pela policia ; salvo o caso de tratar-se de embarcação procedente de porto infeccionado ou suspeito, em que a autoridade policial intimará o navio a dirigir-se ao porto mais proximo em que haja autoridade sanitaria.

§ 2.º A visita externa começará ao nascer do sol e terminará ao occaso, com interrupção de uma hora apenas ; e a ella são obrigados todos os navios entrados, com excepção dos que viajarem entre portos do mesmo Estado, os cruzeiros e as lanchas de pesca.

§ 3.º Nos portos de lazareto a visita externa incumbirá aos medicos do estabelecimento, quer o navio chegue aos ditos portos por viagem directa, quer tenha sido intimado pela autoridade da sede da repartição a retirar-se para a estação quarentenaria.

Em épocas epidemicas, os medicos das estações sanitarias poderão auxiliar a autoridade federal no serviço da visita externa.

§ 4.º Nenhuma autoridade aduaneira ou policia poderá exercer jurisdicção sobre navio que não tenha sido visitado pela autoridade sanitaria ; e, quando os empregados da Alfandega ou da Policia se dirigirem a qualquer navio conjunctamente com o da visita de saude, o funcionario incumbido desta terá sempre precedencia sobre os outros, que não poderão communicar com a embarcação sem sua licença.

§ 5.º A bandeira amarella içada no mastro da prôa de um navio significa que está elle interdito pela repartição de saude, que será a unica competente para levantar a interdicção ; e tanto a Capitania do Porto como a Alfandega e a Policia são obrigadas a respeitar e fazer respeitar essa interdicção.

§ 6.º Logo que qualquer navio fundear no ancoradouro de visita, para elle se dirigirá a autoridade sanitaria, e, chegando á *falla*, fará o *interrogatorio*.

Consiste este em exigir a mesma autoridade, do inspector sanitario, do commandante, immediato ou medico de bordo, si o houver, respostas claras e precisas ás seguintes perguntas :

- I. Qual o nome do navio ?
- II. De onde vem e quantos dias traz de viagem ?
- III. Qual o nome e a qualidade do informante ?
- IV. Quaes os portos em que tocou ?
- V. Communicou em viagem com algum navio ? Qual e de que procedencia ? Qual o estado sanitario de bordo desse navio ?
- VI. Tem carta de saude ? Limpa ou suja ?
- VII. Teve ou tem doentes a bordo ? Quantos ? De que molestias ? Quantos se curaram ? Quantos falleceram ? Quantos se acham em tratamento ?
- VIII. Em que dia, depois da partida, appareceu o primeiro caso de molestia, e qual foi ella ?
- IX. Foi submettido a algum tratamento sanitario em qualquer porto de escala ? Qual o porto e qual o tratamento ?
- X. Que documento traz que comprove a realidade desse tratamento ?
- XI. Quando teve logar a bordo o ultimo obito ?
- XII. Tem estufa de desinfeccão o foram praticadas desinfeccões ?
- XIII. Possui todos os livros e papeis indicados no regulamento sanitario deste porto ?
- XIV. O que vem aqui fazer ?

As respostas dadas ás questões acima serão registradas no livro de visitas que a autoridade sanitaria devesa levar consigo ; e, si forem satisfactorias e nenhum motivo houver para duvidar da veracidade dellas, a autoridade entrará no navio, procederá em acto continuo á leitura das mesmas respostas, assignará e fará assignar tambem pelo commandante e pelo informante a folha respectiva do livro e procederá então ao *exame ordinario*.

§ 7.º Para effectuar o *exame ordinario*, a autoridade pedirá em primeiro logar a carta de saude e a guardará consigo ; passará depois a analysar a escripturação de bordo, principalmente o livro da enfermaria e o do receitaario medico e apporá o seu *visto* na pagina em que a escripturação terminar.

Em seguida examinará os diversos compartimentos do navio, sobretudo a enfermaria e os alojamentos da mariuhagem e dos passageiros ; e, si verificar que as informações foram exactas e nada faz suppor que o navio se ache contaminado, visará a carta de saude, que entregará ao commandante, e concederá livre pratica á embarcação, depois de haver dado tambem ao commandante um *certificado* de visita, sem o qual não se lhe passará carta de saude para sahir.

§ 8.º Si o estado sanitario de bordo for bom, mas achar-se o navio em más condições de asseio e hygiene geral, a autoridade sanitaria ordenará as beneficiações que se tornarem precisas, marcando prazo para sua execução.

Expirado este, a embarcação poderá effectuar seu expediente, caso tenha cumprido as ordens recebidas. Si a demora do navio no porto de chegada tiver de ser curta, e for impossivel, por estreiteza de tempo, praticarem-se as beneficiações indicadas, a autoridade sanitaria designará as mais urgentes, ficando entendido que, sem terem sido ellas realizadas, nenhuma operação de descarga e carregamento será permittida.

Estas medidas de asseio e de hygiene não impedem o desembarque dos passageiros, nem obstem a communicação do pessoal de bordo com a terra.

Da ordem da autoridade sanitaria deverá ser avisada por escripto a repartição aduaneira.

§ 9.º Si as informações não forem satisfactorias, ou si o navio proceder de porto infeccionado ou suspeito, a autoridade sanitaria não entrará a bordo, e o intimará a seguir para a estação quarentenaria proxima.

§ 10. Si as informações forem satisfactorias, mas verificar-se, por occasião do exame ordinario, que não foram ellas exactas, ou que houve má fé por parte do informante em materia attinente á saúde de bordo, a autoridade sanitaria retirar-se-ha sem proseguir no exame, intimando o navio a submeter-se ao *exame rigoroso* na estação quarentenaria.

Neste caso, a autoridade sanitaria que tiver procedido ao exame ordinario, bem assim as pessoas que houverem communicado com o navio, ficarão detidas a bordo da embarcação que as conduziu, ou em outra destinada a esse fim, até que do resultado do exame rigoroso se deprehenda qual o tratamento que lhe deva ser applicado. A embarcação que conduzir a mesma autoridade, de volta do navio, içará a bandeira amarella no mastro da proa e declarar-se-ha em quarentena, até que o chefe do serviço determine o que for mister.

§ 11. Si a inexactidão das informações consistir apenas em pontos secundarios, e que não se reflam á saúde de bordo, a autoridade sanitaria proseguirá no exame ordinario e visará a carta de saúde, que será entregue ao commandante, ao qual imporá a multa deste regulamento.

§ 12. Na hypothese do § 10 a carta de saúde, sequestrada pela autoridade sanitaria, será remettida ao medico do lazareto, que a restituirá ao commandante, depois de terminado o exame rigoroso, ou de finda a quarentena, si for caso disso. O mesmo medico visará a dita carta e inscreverá no *bilhete de livre pratica* a nota do tratamento que o navio houver soffrido. Esse *bilhete* ficará pertencendo ao commandante.

§ 13. Si o porto em que taes operações e exames se praticarem for o terminal da viagem, a carta de saúde que o navio houver trazido pertencerá á Inspectoria de saúde.

Art. 30. As quarentenas praticadas nos lazaretos federaes, ou nas estações sanitarias nos termos do art. 22 paragrapho unico, consistem:

1º, na detenção do navio, durante o tempo preciso para o *exame rigoroso*;

2º, na detenção do navio, durante o tempo necessario para a completa averiguação da indemnidade pestilencial dos tripulantes e passageiros, bem como para a desinfecção do navio e dos objectos susceptiveis.

A quarentena destinada ao *exame rigoroso* denomina-se *quarentena de observação*; a outra é qualificada de *quarentena de rigor*.

A quarentena de rigor comprehende duas variedades:

a) a *quarentena cheia*, ou de prazo fixo, destinada á detenção dos passageiros e tripulantes em lazaretos ou a bordo, durante tantos dias quantos os da incubação maxima da molestia pestilencial, que se procura evitar;

b) a *quarentena complementar*, em que a detenção dos mesmos passageiros e tripulantes durará sòmente o numero de dias precisos para integrar o referido prazo de incubação.

§ 1.º Para o effeito da imposição de quarentenas, ficam estabelecidas as seguintes definições e convenções:

*Molestias pestilenciaes exóticas* — o cholera-morbus, a febre amarella e a peste oriental.

*Porto infeccionado* — aquelle em que reinar uma molestia pestilencial exotica.

*Porto suspeito* — 1º, aquelle em que se manifestarem casos isolados de molestia pestilencial exotica; 2º, o que não se premunir sufficientemente contra outros portos infeccionados; 3º, o que mantiver communicações frequentes e facéis com localidades infeccionadas.

*Navio infeccionado* — aquelle em que houver occorrido qualquer caso de molestia pestilencial.

*Navio suspeito* — 1º, o que proceder de porto infeccionado ou suspeito, nelle houver tocado, ou tiver communicado com embarcação infeccionada ou suspeita; 2º, o que tiver tido obito por molestia não especificada, ou repetidos casos de uma molestia allegada; 3º, o que não trouxer carta de saude, nos termos deste regulamento.

*Objectos susceptiveis* — de reter e transmittir contagios:

1º, encomendas postaes, contidas em involucros que occultem a especie remettida;

2º, couros e pelles frescas;

3º, mobílias e guarnições usadas, de sala e quarto;

4º, roupas de uso e seus accessorios;

5º, despojos e fragmentos frescos de animaes;

6º, fructas, legumes verdes e hortaliças e os lacticinios frescos;

7º, retalhos de fazenda e trapos.

Quando reinar qualquer molestia pestilencial em certa localidade, a Directoria Geral declarará quaes os objectos susceptiveis que ficam expostos ao refugio.

§ 2.º A qualificação de *infeccionado* ou *suspeito* applicada a quaesquer portos será feita pelo Governo Federal, sobre proposta do director geral de Saude Publica, e officilmente publicada.

Para o effeito das medidas quarentenarias, a declaração de *suspeito* ou *infectonado* retroage da data da publicação official para as embarcações sahidas do porto qualificado, aos periodos de 10 dias em relação à febre amarella, 8 dias em relação ao cholera e 20 dias em relação à peste oriental.

§ 3.º A quarentena de observação, a que ficam sujeitos os navios indicados nos §§ 9º e 10º, em sua fôrma pratica, consistirá no *exame rigoroso* que será effectuado, em uma estação quarentenaria, pelo medico director do lazareto pela fôrma seguinte: exame de todos os livros de bordo; balanço das drogas existentes na pharmacia, com as annotações do respectivo livro do fornecimento e com as do livro da enfermaria, afim de conhecer quaes as que foram usadas em maior quantidade e com maior frequencia para o tratamento das varias molestias occorridas a bordo, durante a viagem, chamada dos tripulantes e dos passageiros pelas respectivas listas e averiguação dos motivos de ausencia dos que faltarem; interrogatorios para esclarecimento da verdade; depoimentos escriptos, que julgar precisos, para a resalva de sua responsabilidade em relação ao tratamento sanitario que houver de ser imposto ao navio; verificação do estado hygienico do navio e emprego de todos quantos recursos de indagação a eventualidade lhe suggerir.

Si, completo o *exame*, o medico do lazareto não quizer, por motivo de duvida fundada, applicar ao navio *suspeito* os tratamentos indicados neste regulamento, poderá deter a embarcação durante o tempo preciso para consultar o chefe do serviço sanitario maritimo. A consulta será feita pelo meio mais expedito e rapido, e observar-se-ha o que o mesmo chefe indicar.

§ 4.º Terminado o *exame rigoroso* e verificada a perfeita sanidade de bordo, terá o navio *livre pratica*, si o tempo de viagem for superior aos prazos de incubação maxima da molestia pestilencial, isto é: 8, 10 e 20 dias respectivamente para o cholera-morbus, a febre amarella e a peste oriental. Si o tempo de viagem, porém, for inferior a es-es prazos, será o navio submettido à *quarentena complementar*, após a qual, subsistente a perfeita sanidade referida, ser-lhe-ha concedida livre pratica.

§ 5.º Si o resultado do *exame rigoroso* não for satisfactorio, será o navio submettido à quarentena de rigor.

§ 6.º Si ao navio passivel da *quarentena complementar* não convier purgal-a no porto do lazareto, e preferir seguir viagem, poderá desembarcar no mesmo lazareto os passageiros e mercadorias que houver trazido para o Brazil, e retirar-se. Neste caso, ser-lhe-ha prohibida a entrada em qualquer porto nacional, antes de completo o tempo da quarentena complementar e de submettido, novamente, a *exame rigoroso* no segundo porto de lazareto a que chegar.

A autoridade sanitaria do primeiro lazareto entregará ao commandante um — *bilhete sanitario*, no qual se consigne a recusa da embarcação à quarentena complementar, e immediatamente communicará a occurrencia ao director geral, para que se transmitta aviso telegraphico do facto aos outros directores de districto.

§ 7.º Do disposto no paragrapho precedente relativamente á prohibição de entrada, ficarão exceptuados os paquetes privilegiados, os quaes, após o desembarque de passageiros e mercadorias no lazareto, poderão entrar em qualquer porto e ahi receber passageiros e cargas, sob a condição de completa incommunicabilidade com a terra. Nesta hypothese, as embarcações que conduzirem esses passageiros e cargas ficarão sujeitas á quarentena.

§ 8.º Si entre as mercadorias descarregadas pelo navio passivel da quarentena complementar houver objectos susceptiveis ; e ainda, si estes se acharem em condições de não ter podido contaminar os passageiros durante a viagem, a autoridade sanitaria providenciará em ordem a obstar que taes objectos sejam descarregados antes do desembarque dos mesmos passageiros e da sua installação no lazareto, de modo a impedir que a quarentena das pessoas seja aggravada.

§ 9.º A quarentena de rigor será applicada:

1º, aos navios infeccionados ;

2º, áquelles a cujo bordo tiverem occorrido casos de molestia não especificada.

§ 10. As quarentenas de rigor serão de prazo fixo ; trarão como consequencia o desembarque dos passageiros e das cargas nos lazaretos, sua purificação e ulterior livre pratica, quando estiver extinto o receio de contaminação da saude publica.

§ 11. Quando não houver nos lazaretos logar disponivel para novos quarentenados, a quarentena de rigor poderá ser purgada a bordo, convertendo-se o navio, neste caso, em lazareto supplementar.

Si, por trazer o navio grande quantidade de passageiros e de cargas, tornar-se impossivel a pratica de desinfecções regulares, far-se-ha a baldeação de passageiros e cargas, ou sómente de uns ou outras para outro navio. Semelhante baldeação não trará onus algum especial para a administração sanitario, devendo todas as despesas correr por conta da embarcação quarentenada.

§ 12. O prazo fixo da quarentena de rigor será o do periodo maximo de incubação da molestia pestilencial, que se queira evitar, isto é, de 10 dias para a febre amarella, de 8 para o cholera-morbus e de 20 para a peste oriental.

Esse prazo fixo poderá ser contado de dous modos:

a) tendo começo na data do ultimo caso occorrido durante a viagem ;

b) tendo começo na data do desembarque dos passageiros no lazareto.

§ 13. A duração da quarentena de rigor começará a ser contada da data do ultimo caso occorrido em viagem, quando se realizarem as condições seguintes:

I. Gosar o navio dos privilegios de paquete.

II. Comprovar á autoridade sanitaria local a veracidade das informações que lhe tiverem sido prestadas.

§ 14. Si, nas condições indicadas no paragrapho precedente, o prazo decorrido desde o ultimo caso ate o dia da chegada do navio for igual ou maior do que o maximo da incubação da molestia pestilencial, os passageiros terão livre pratica; e, caso não traga a embarcação objectos suspeitos, tambem ella terá livre pratica.

Si o navio, porém, trouxer objectos suspeitos em condições de não terem podido contaminar os passageiros e tripulantes; si ainda esses objectos não tiverem sido desinfectados, ou mesmo si a desinfeção for julgada insufficiente, a livre pratica da embarcação só terá lugar depois de desinfectados os objectos referidos.

No caso de não se verificarem as disposições deste paragrapho, no tocante ás exigências que o navio deverá satisfazer para que o computo da duração da quarentena seja feito a contar do ultimo caso occorrido em viagem, a quarentena de rigor será contada nos termos indicados na lettra *b* do § 12.

§ 15. Si o prazo decorrido depois do ultimo caso de molestia pestilencial for menor do que o maximo da incubação, e si, além disso, achar-se o navio nas condições figuradas no § 14, os passageiros purgarão uma quarentena *complementar* de tantos dias quantos faltarem para completar o referido prazo maximo de incubação.

A dita quarentena complementar será praticada no lazareto, salva a hypothese de não haver neste logares disponiveis, o que permittirá effectuar-se a quarentena a bordo.

§ 16. Si o navio, na occasião da chegada, tiver doentes de molestia pestilencial, serão elles recolhidos ao hospital fluctuante e os demais passageiros submettidos a quarentena de rigor.

A quarentena, neste caso, começará da data da entrada dos passageiros no lazareto.

§ 17. Ao estabelecido no paragrapho antecedente ficará tambem sujeito o navio que, tendo tido casos de molestia pestilencial, embora não os apresente por occasião da chegada, não houver satisfeito as exigências do § 14.

§ 18. O navio *suspeito*, que tiver feito viagem do porto infectado, ou suspeito, ao porto de chegada, em um periodo de tempo inferior ao maximo da incubação da molestia pestilencial que se procura evitar, ficará igualmente sujeito a quarentena *complementar*, nos termos do § 4°.

§ 19. O navio suspeito que effectuar a viagem em um periodo de tempo superior ao maximo da incubação, já fixado, será submettido a quarentena de observação, durante a qual se procederá como dispõe o § 3°. Si o mesmo navio trouxer objectos suspeitos, que não tenham contaminado os passageiros e tripulantes, e ainda não desinfectados, será submettido a quarentena de rigor para effectuar-se ou completar-se a desinfeção, a qual só começará depois de retirados de bordo os passageiros, os quaes serão postos em livre pratica.

Em caso de possível contaminação, seguir-se-ha o disposto na ultima parte do § 14.

§ 20. Quando um navio, em condições de quarentena de rigor, trazer passageiros e cargas com destino a portos differentes, desembarcará no lazareto do porto a que chegar os passageiros e cargas com destino a esse porto somente, podendo seguir viagem logo depois.

Si no lazareto não houver logares disponiveis, observar-se-ha o disposto no § 11.

Nessas condições o *bilhete sanitario*, que o navio receber na estação quarentenaria, consignará que não foi elle submettido a expurgo sanitario.

§ 21. Ao navio que, trazendo passageiros e cargas para o Brazil, não quizer submeter-se a quarentenas e outros processos sanitarios indicados no presente regulamento, bem assim aquelles que, por occasião da chegada, ministrarem informações falsas á autoridade sanitaria, ou não pagarem a multa em que incorrerem, será negada a entrada nos portos da Republica, enquanto tiverem o mesmo commandante, para o qual a pena será perpetua.

§ 22. Si, enquanto estiver o navio em quarentena de observação, manifestar-se a bordo algum caso de molestia pestilencial, será elle submettido á quarentena de rigor.

§ 23. As pessoas accommettidas de molestia pestilencial, a bordo dos navios submettidos a tratamento sanitario, ou já desembarcadas nos lazaretos, serão transferidas para um hospital fluctuante; as accommettidas de molestia contagiosa serão tratadas em um local isolado, e as affectadas de molestias communs, em uma enfermaria annexa ao lazareto, onde ficarão, depois de curadas, sujeitas á quarentena em que se tiverem complicado, dado o caso de não ter sido possível removel-as para um hospital de terra, quando terminou a quarentena do grupo a que pertenciam.

§ 24. Os fornecimentos de viveres, agua potavel e carvão aos navios em quarentena serão feitos com a possível presteza e sem embaraços administrativos; observadas, entretanto, todas as precauções tendentes a assegurar a incomunição.

§ 25. Logo que chegar a qualquer porto de lazareto um navio suspeito ou infeccionado, a autoridade sanitaria do porto avisará ao director geral, e este mandará affixar no Correio e na Praça do Commercio o boletim respectivo, no qual se indicará o tratamento a que o navio estiver submettido.

§ 26. As malas postaes, jornaes, livros e impressos remettidos pelas repartições do Correio terão prompta e livre expedição logo após a chegada do navio a qualquer porto.

Art. 31. As disposições do artigo anterior, relativas aos navios que gosarem de privilegios de paquetes, applicam-se aquelles que se obrigarem:

1º, a observar as determinações do presente regulamento;

2º, a dar passagem gratuita de 1ª classe, ida e volta, ao inspector sanitario de navio, que houver de desempenhar commissão de embarque;

3º, a ter medico a bordo e ser providos :

de estufa de desinfecção pelo vapor de agua super-aquecido e sob pressão ;

de deposito do desinfectantes e utensis de desinfecção ;

de livro de fornecimento de pharinacia, no qual se assentarão a quantidade e especie de drogas ou remedios existentes a bordo no momento da partida do porto da procedencia, bem assim os fornecimentos supplementares recebidos nos portos de escala ;

de livro de registro das receitas medicas ;

de livro da enfermaria, em que se annotarão, com a maior minuciosidade, todos os casos de molestia occorridos a bordo e os respectivos tratamentos ;

de lista dos passageiros, com indicação do nome, idade, sexo, naturalidade, profissão e procedencia dos mesmos ;

de rol da equipagem ;

de manifesto da carga ;

4º, a não servirem de transporte de immigrants em numero superior a 100 passageiros de prôa.

Os livros, a que se refere o paragrapho antecedente, serão abertos, rubricados e sellados em suas folhas, pelo consul brasileiro no porto da procedencia, e as folhas referentes a cada viagem, cancelladas, pela autoridade sanitaria do porto de chegada.

A authentication dos livros pelo consul será gratuita.

Art. 32. Haverá no Brazil duas especies de lazaretos : os *fixos*, situados de preferencia em ilhas proximas á costa do territorio nacional, e os *fluctuantes*, creados em épocas epidemicas, e em numero sufficiente para attender ás necessidades do serviço quarentenario.

Nos lazaretos fixos só se admittirão os passageiros que, devendo purgar quarentena de rigor, não apresentarem symptoma algum de molestia pestilencial ou contagiosa ; e

Nos lazaretos fluctuantes os que houverem tido contacto recente com pessoas accommettidas de molestia pestilencial.

Entende-se por *contacto recente* aquelle que se tiver dado dentro de 10 dias para a febre amarella, 8 para o cholera-morbus e 20 para a peste oriental.

§ 1.º Nos lazaretos fixos haverá hospitaes annexos para o tratamento de molestias communs, e de isolamento para o tratamento de molestias contagiosas.

§ 2.º Em todas as estações quarentenarias haverá um ou mais hospitaes fluctuantes, denominados *hospitaes de quarentena*, onde serão recebidos os atacados de molestia pestilencial, provenientes dos lazaretos, quer fixos, quer fluctuantes, dos navios que estiverem infeccionados, e de qualquer outra procedencia.

§ 3.º Nos lazaretos fixos e fluctuantes se observará rigorosamente o principio geral de isolamento, o qual se applicará aos diversos grupos de passageiros chegados ao estabelecimento na mesma data ou em data diversa.

O isolamento de cada grupo comprehenderá tambem o do respectivo pessoal do serviço.

§ 4.º Tanto os lazaretos, como os hospitaes, serão providos de estufas para desinfecção pelo vapor de agua super-aquecido e sob pressão.

§ 5.º As bagagens, roupas e demais objectos, que os quarentenarios das differentes classes trouxerem, serão previamente desinfectados por occasião da entrada delles nos estabelecimentos em que devem soffrer o expurgo sanitario ; sendo repetidas essas operações, cada vez que occorrer entre os quarentenarios de um gruto algum caso de molestia pestilencial.

Neste caso, a quarentena para o grupo será ampliada, a contar da data do ultimo caso, e da desinfecção a que elle der lugar.

§ 6.º Os convalescentes de molestias pestilenciaes farão, antes de serem postos em livre pratica, uma quarentena de duração igual á do periodo de incubação maxima da molestia de que houverem sido accommettidos ; quarentena essa que deverá ser purgada no lazareto fluctuante.

§ 7.º O desembarque de bagagens, roupas e mais objectos pertencentes aos passageiros, que houverem purgado quarentena nos lazaretos fluctuantes, não poderá ser realizado, em caso algum, sem desinfecção no momento do desembarque.

§ 8.º O serviço nos lazaretos da Republica dividir-se-ha em serviço administrativo e serviço medico.

1.º O serviço administrativo comprehende :

a conservação do edificio e suas dependencias ;  
o supprimento de viveres, agua e luz, roupas de cama, mesa e banho aos quarentenados ;

a distribuição destes pelas secções separadas do edificio, de modo que nenhuma comunicação possa haver entre os quarentenados, de época distincta, de procedencia differente e de navios diversos ;

a policia externa e interna das quarentenas, de modo a evitar desordens, tumultos e conflictos, empregando-se os meios precisos para reprimil-os, caso se manifestem ;

o serviço de remoção de doentes para o hospital de quarentena e enfermarias ;

a escripturação do lazareto ;

o serviço funerario ;

a arrecadação, authenticação e guarda dos espolios ;

a cobrança das taxas de desinfecção e das taxas de quarentena ;

a fiscalisação dos navios ancorados.

2.º O serviço medico comprehende :

a visita medica aos quarentenados ;

o tratamento dos enfermos ;

a fixação do prazo das quarentenas e sua prorrogação ;

o serviço das desinfecções ;

a vistoria e apostillamento das cartas de saude ; a concessão dos bilhetes de livre pratica ;

a concessão de livre pratica ás pessoas, cargas e navios que tenham soffrido o expurgo sanitario.

§ 9.º Para o serviço administrativo o pessoal fixo será : um director-medico, um administrador, um escriptuario, um almoxarife, um encarregado das desinfecções, um porteiro e os guardas e serventes que forem necessarios.

Para o serviço medico, haverá o numero de medicos, pharmaceuticos e enfermeiros que as circumstancias exigirem, quando estiverem funcionando os lazaretos.

§ 10. Com excepção do pessoal do serviço administrativo, todo o pessoal dos lazaretos será de commissão e admittido ou dispensado conforme as necessidades do serviço.

§ 11. Os quarentenados recolhidos aos lazaretos serão distribuidos em tres classes, discriminadas por numeros de ordem, e cada classe terá alojamentos e tratamentos differentes.

A distribuição será feita de modo que os quarentenados venham a occupar pavilhões ou secções de pavilhões distinctos, onde estejam completamente separados os de proveniencia, datas e navios diversos.

§ 12. Aos quarentenados cumpre observar as disposições deste regulamento e as recommendações que receberem da administração dos lazaretos ; e assiste-lhes o direito de reclamar da mesma administração o que julgarem necessario não só á sua commodidade, como aos seus interesses sanitarios.

§ 13. Conceder-se-ha aos quarentenados :

1º, conservar em seu poder os objectos de valor, que trouxerem, assim como as suas bagagens, depois de desinfectadas ;

2º, exigir, sempre que for conveniente, a presença do facultativo clinico, e tambem os remedios de que carecerem ;

3º, receber, para sua companhia, pessoas de sua familia ou amizade, contanto que se submettam ellas a quarentena igual a do detido, paguem a mesma taxa, e os commodos disponiveis dos lazaretos o permittam ;

4º, chamar, em caso de molestia, medico de sua confiança, e com elle se tratarem, ficando o dito medico tambem em quarentena.

§ 14. Os quarentenados ficam obrigados ao pagamento das taxas consignadas na tabella annexa a este regulamento, estando incluída nellas a importancia dos socorros medicos e pharmaceuticos que lhes forem prestados.

§ 15. Serão destacados para os lazaretos, sempre que for preciso, empregados das Alfandegas e do Correio Geral incumbidos de effectuar os serviços que competem ás respectivas repartições.

§ 16. A administração dos lazaretos terá á sua disposição a força militar que for necessaria para a manutenção da ordem e para a policia das quarentenas,

## CAPITULO II

## POLICIA SANITARIA DOS NAVIOS E DOS ANCORADOUROS

Art. 33. A policia sanitaria dos navios e dos ancoradouros tem por fim :

1º, averiguar do estado de saude das tripulações dos navios fundeados ; das condições hygienicas das embarcações e da hygiene dos ancoradouros e pontos de atracação ;

2º, empregar todos os meios para conservar, melhorar e restabelecer tanto as boas condições sanitarias dos navios, como as da equipagem ;

3º, fiscalisar a execução das medidas de saneamento indicadas pelas autoridades sanitarias.

A policia sanitaria dos navios é exercida pelos ajudantes do director geral, no porto do Rio de Janeiro, e pelos directores de districto, inspectores de saude e seus ajudantes ou auxiliares, nos demais portos.

Uma vez por dia, em épocas normaes, e tantas quantas se tornarem precisas, em épocas epidemicas, o encarregado da policia sanitaria percorrerá os ancoradouros, effectuando a *visita interna*, que regularmente começará às 9 horas da manhã.

§ 1.º Para a execução das visitas, tanto externa como interna, haverá em cada porto tres ancoradouros distinctos:

- o ancoradouro de visita ;
- o ancoradouro de vigia ;
- o ancoradouro de quarentena.

a) O ancoradouro de *visita* é aquelle em que os navios devem fundear para esperar a visita sanitaria exterior, bem como o que houverem escolhido para fundear definitivamente e fazer as operações mercantis, e no qual a visita interna se effectuará.

b) O ancoradouro de *vigia* é destinado ao isolamento dos navios que, não sendo passíveis de quarentena, devam, entretanto, ser removidos para logar afastado dos outros navios.

c) O ancoradouro de *quarentena* é aquelle em que a embarcação deve fundear para soffrer benedictões quarentenarias.

§ 2.º Os ajudantes em serviço na visita interna percorrerão quotidianamente os ancoradouros e visitarão os navios fundeados, começando pelos que tiverem içado o signal de doente a bordo.

Nas visitas examinarão a aguada, os alimentos e quanto tenha relação com a hygiene do navio e das pessoas que nelle existirem ; e de tudo que exigir providencias, que não estiverem previstas neste regulamento, darão conhecimento immediato aos inspectores, que determinarão o que for conveniente.

§ 3.º Quando reinar qualquer epidemia no porto, o ajudante da visita interna entrará nos navios chegados na vespera e verificará si foram cumpridas as instrucções dadas pelo ajudante da visita externa ao respectivo capitão, por occasião da chegada ; e,

no caso negativo, determinará que taes instrucções sejam observadas, sob pena de multa, dentro de prazo razoavel, que marcará.

§ 4.º Em épocas epidemicas, quando o numero de doentes for muito consideravel, deverá, sob indicação dos inspectores, pernoitar em logar adequado o ajudante de serviço na visita interna, prompto para acudir a qualquer chamado de bordo de alguma embarcação, que pedir soccorro, ou para receber doentes, que forem enviados dos navios.

§ 5.º Si em algum navio ancorado se manifestar um caso de molestia, seja ella qual for, deverá o commandante içar o signal de doente a bordo.

Este signal consistirá na bandeira da nacionalidade do navio no mastro de proa.

§ 6.º Nenhum commandante poderá enviar para terra, nem conservar a bordo, doente algum que appareça em seu navio, sem prévia licença da autoridade sanitaria, mediante exame no mesmo doente.

Ficam exceptuados os casos de accidentes traumaticos.

§ 7.º Nenhum medico poderá ir a bordo de navio fundeado, para examinar e tratar qualquer doente, sem licença prévia da autoridade sanitaria, a qual deverá ser informada da natureza da molestia.

§ 8.º Si a bordo de qualquer navio ancorado houver doente de molestia commum, o ajudante da visita interna o communicará por escripto ao commandante do navio, e esta communicação autorisará o dito commandante a mandar tratar o doente a bordo ou em terra, conforme lhe aprouver.

No caso de ser o doente removido para algum hospital de terra, deverá o commandante pedir ao referido ajudante a *guia* de remessa, na qual a autoridade sanitaria mencionará o que for conveniente para verificar-se a identidade do enfermo e a natureza da molestia.

Sem essa *guia* nenhum doente vindo dos navios surtos no porto poderá ter entrada em qualquer hospital.

§ 9.º Si qualquer medico, que estiver tratando a bordo algum doente, reconhecer a conveniencia de ser o mesmo doente transferido para um hospital de terra, deverá entregar ao commandante do navio uma *guia*, datada e assignada, na qual consignará, além do que exige a ultima parte do artigo precedente, o motivo pelo qual não convem que o doente continue a ser tratado a bordo.

Essa *guia* substituirá a do ajudante, para os effeitos do paragrapho antecedente.

§ 10. Para fiscalisar o rigoroso cumprimento dos artigos precedentes, o ajudante da visita interna terá o direito de examinar o doente recolhido a qualquer estabelecimento hospitalar.

Caso o doente remettido pelo medico de que trata o § 9º esteja affectado de molestia pestilencial, que não haja sido diagnosticada por occasião do exame referido no § 7º, deverá o administrador do hospital em que haja elle sido recolhido, communicar-o sem demora á autoridade sanitaria, para que esta

effectue a immediata remoção do mesmo doente, para estabelecimento apropriado.

§ 11. Reconhecido que o medico que expediu guia de remessa do doente para um hospital qualquer occultou a natureza pestilencial da molestia sob diagnostico falso, ou verificado ainda que, tendo reconhecido essa natureza, continuou a tratar o doente a bordo, incorrerá o dito medico na multa correspondente indicada no art. 160.

§ 12. O medico que verificar em doente, que esteja tratando a bordo, a manifestação de symptomas de molestia pestilencial, deverá não só determinar que o commandante leve no mastro da prôa o signal do § 5º, como levar o facto, por escripto, ao conhecimento da autoridade sanitaria.

Fica entendido que o mesmo medico deverá, desde então, abster-se de dirigir o tratamento do enfermo.

A infracção do disposto neste artigo será punida com a multa do art. 69, applicada ao medico.

§ 13. Si o enfermo existente a bordo estiver affectado de molestia contagiosa, o ajudante da visita interna regular-se-ha pelo que lhe indicarem as seguintes hypotheses:

- A) a molestia contagiosa não é pestilencial exotica ;
- B) a molestia contagiosa é pestilencial exotica.

Em ambos os casos occorrem outras hypotheses:

- 1ª, a molestia reina no porto e na cidade ;
- 2ª, reina só no porto ou só na cidade ;
- 3ª, não reina no porto, nem na cidade.

a) si a molestia contagiosa não for pestilencial exotica e reinar no porto e na cidade, o ajudante procederá de accordo com as instruções que houver recebido do chefe de serviço, fazendo remover o doente para a enfermaria que estiver designada para tal fim, e aconselhará as medidas de hygiene e de desinfeccção de bordo, que forem precisas.

Si o navio estiver proximo de outros que não se acharem contaminados, o ajudante mandará removê-lo para o ancoradouro de vigia, onde será visitado quotidianamente ;

b) si a molestia contagiosa não pestilencial exotica, reinar só no porto ou só na cidade, proceder-se-ha conforme os paragraphos antecedentes, cuidando o ajudante de impedir as communicações entre o navio e outros sãos, ou entre elle e a cidade. Essa interdicção poderá ser rigorosa, de modo a transferir-se o navio para o ancoradouro de *quarentena*, onde ficará detido durante o tempo preciso para seu completo saneamento ;

c) si a molestia não reinar nem no porto, nem na cidade, o navio será immediatamente transferido para o ancoradouro de *quarentena*, isolado e convertido em lazareto. Só depois de saneado se lhe permitirá voltar ao ancoradouro geral ;

d) si a molestia contagiosa, que apparecer a bordo de qualquer navio surto no porto, for pestilencial exotica, e si se realizarem as duas primeiras hypotheses, o ajudante procederá segundo as ordens que houver recebido ; e, no caso da terceira hypothese,

mandará o navio immediatamente para a estação quarentenaria proxima, onde serão observadas, em relação a tal navio, as disposições referentes às quarentenas de rigor.

### CAPITULO III

#### DOS SOCCORROS MEDICOS AOS HOMENS DE MAR

Art. 34. Nos portos em que funcione Inspectoria de saude, haverá hospitaes maritimos destinados ao tratamento dos doentes que apparecerem a bordo dos navios, em quadras epidemicas.

Esses hospitaes terão regulamento especial, expedido pelo director geral de Saude Publica.

### TITULO VI

#### DA FISCALISAÇÃO DO EXERCICIO DA MEDICINA E DA PHARMACIA

Art. 35. Só é permittido o exercicio da arte de curar, em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas formas :

I. A's pessoas que se mostrarem habilitadas por titulo conferido pelas Faculdades de Medicina da Republica dos Estados Unidos do Brazil;

II. A's que, sendo graduadas por escola ou universidade estrangeira, officialmente reconhecida, se habilitarem perante as ditas Faculdades, na fôrma dos respectivos estatutos;

III. A's que, tendo sido ou sendo professores de universidade ou escola estrangeira, officialmente reconhecida, requererem à Directoria Geral de Saude Publica licença para o exercicio da profissão, a qual lhes poderá ser concedida si apresentarem documentos comprobatorios da qualidade alludida, devidamente certificados pelo agente diplomatico da Republica ou, na falta deste, pelo consul brasileiro;

IV. A's que, sendo graduadas por escola ou universidade estrangeira, officialmente reconhecida, provarem que são autores de obras importantes de medicina, cirurgia ou pharmacologia, e requererem a necessaria licença à Directoria Geral, que a poderá conceder, ouvida a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Paragrapho unico. As disposições deste artigo serão applicadas as pessoas que se propuzerem a exercer as profissões de pharmaceutico, de dentista e de parteira.

Art. 36. Os medicos, pharmaceuticos, parteiras e dentistas da Capital Federal deverão matricular-se na Directoria Geral de Saude Publica apresentando os respectivos titulos ou licenças, afim de serem registrados. O registro se fará em livro especial, e consistirá na transcripção do titulo ou licença com as respectivas apostillas. Feito o registro, o secretario lançará, no

verso do titulo ou licença, a indicação da folha do livro em que a transcrição tiver sido effectuada, datará, assignará, e submeterá ao visto do director.

Paragrapho unico. A Secretaria organizará e publicará uma relação dos profissionaes matriculados, a qual será annualmente revista e publicada, com as alterações que se tiverem dado.

Art. 37. As parteiras, no exercicio de sua profissão, limitar-se-hão a prestar os cuidados indispensaveis ás parturientes e aos recém-nascidos, nos partos naturaes. Em caso de dystocia de-verão, sem demora, reclamar a presença do medico e, até que este se apresente, empregarão tão sómente os meios conhecidos para prevenir qualquer accidente que possa comprometter a vida da parturiente ou a do feto.

E' lhes prohibido o tratamento medico ou cirurgico das moléstias das mulheres e das crianças, não podendo tambem formular receitas, salvo de medicamentos destinados a evitar ou combater accidentes graves que compromettam a vida da parturiente ou a do feto ou recém-nascido. Taes receitas deverão conter a declaração de — *Urgente*.

Art. 38. Aos dentistas é prohibido: praticar operação que exija conhecimentos de materia cirurgica extra-profissional; applicar qualquer preparação para produzir a anesthesia geral; prescrever remedios internos; vender medicamentos que não sejam dentifricios analysados e approvados pela Directoria Geral.

Art. 39. O exercicio simultaneo da medicina e da pharmacia é expressamente prohibido, ainda que o medico possua o titulo de pharmaceutico. Nenhum medico poderá preparar ou fornecer medicamentos, nem ter sociedade ou fazer contracto com pharmaceutico ou droguista, para exploração da industria da pharmacia, sob qualquer forma.

Paragrapho unico. Não se comprehendem nesta prohibição as sociedades anonymsas.

Art. 40. Nos Estados em que não houver lei ou regulamento especial sobre o assumpto, a fiscalisação do exercicio da medicina e da pharmacia será exercida pela autoridade sanitaria federal, a quem incumbirá a mesma função que os artigos deste titulo commettam a Directoria Geral. A referida autoridade imporá as multas comminadas neste regulamento e promoverá a sua arrecadação, de accordo com a Repartição da Fazenda Federal.

Art. 41. Nenhuma pharmacia será aberta ao publico na Capital Federal, sem prévia licença da Directoria Geral de Saude Publica.

Esta licença só será concedida a pharmaceutico formado, com o respectivo titulo registrado, nos termos do art. 36.

Nos Estados que não possuir em legislação ou regulamentos especiaes, as licenças para a abertura de pharmacias ficam igualmente dependentes da Directoria Geral de Saude Publica, representada pelas Inspectorias de saude.

Art. 42. Para que a licença seja concedida, é mister que a pharmacia esteja convenientemente provida de drogas e vasi-

lhame, utensis e livros, de accordo com as tabellas que a Directoria organisará e mandará publicar. A verificação da exigencia acima será commettida a tres medicos ou pharmaceuticos, designados pelo director geral, os quaes lhe communicarão por escripto o que houverem verificado; e, attenta a informação prestada, será concedida ou não a licença solicitada.

Nos Estados essa verificação será feita por pharmaceuticos formados ou por doutores em medicina, designados pelo inspector de saude.

Art. 43. Os pharmaceuticos terão um livro destinado a registrar as receitas aviadas, e as transcreverão textualmente nos rotulos que devem acompanhar os medicamentos fornecidos. As vasilhas ou envoltorios que contiverem os medicamentos, serão lacrados e marcados com o nome e logar de residencia do pharmaceutico, e nos rotulos indicar-se-ha com toda a clareza o nome do medico, o modo de administrar os remedios e o seu uso interno ou externo, havendo rotulo especial para os de uso externo.

§ 1.º Os livros de registro ficarão sujeitos ao exame da autoridade sanitaria, quando for conveniente e o director geral o ordenar. Esse exame poderá ser feito pelos medicos auxiliares da Directoria Geral, ou mediante accordo com a autoridade sanitaria municipal, pelos commissarios de hygiene.

§ 2.º Si a autoridade examinadora dos livros notar, entre os nomes dos medicos cujas receitas tenham sido aviadas, algum que não haja registrado o seu titulo na Directoria Geral, imporá tanto ao pharmaceutico como ao medico a multa de 100\$. As reincidencias serão punidas com multas no dobro.

Em multas iguaes incorrerão tanto o pharmaceutico como a parteira, no caso de aviamento de receitas desta, fóra das condições indicadas na 2ª parte do art. 37.

Art. 44. A Directoria organisará mensalmente a lista dos medicos, parteiras e dentistas cujos titulos tenham sido registrados durante o mez e a mandará publicar no *Diario Official*, para conhecimento dos interessados.

Art. 45. Dentro de dous mezes, contados da data do presente regulamento, a Directoria Geral organisará a tabella dos remedios officinaes de que toda pharmacia deve achar-se provida e a fará publicar no *Diario Official*. Os exames a que se refere o art. 42 versarão tambem sobre a existencia de taes remedios.

Para a preparação destes, seguir-se-ha a pharmacopéa franceza, até que esteja confeccionado o Codigo Pharmaceutico Brasileiro.

Art. 46. Depois de publicada, com autorisação do Governo, a pharmacopéa brasileira, os pharmaceuticos terão os remedios preparados segundo as fórmulas della, o que não os inhibirá de tel-os segundo as fórmulas de outras para satisfazer as prescripções dos facultativos, os quaes podem receitar como entenderem.

Art. 47. É absolutamente prohibida a venda de remedios secretos, sendo considerados taes os preparados officinaes de fórmula não consignada nas pharmacopéas e os não approvados pela Directoria Geral.

Art. 48. Todo pharmaceutico que quizer vender preparados officinaes de invenção alheia, sob denominação especial, deverá nos respectivos rotulos indicar a pharmacopéa em que a fórmula dos preparados se achar inscripta, depois de obtida a necessaria authorisação da Directoria Geral, que determinará as demais declarações que devam e possam ser impressas nos rotulos e prospectos; sendo considerados remedios secretos, e sujeitos os pharmaceuticos que os venderem ás penas deste regulamento, aquelles em cujos rotulos não estiver expressa a authorisação referida.

Art. 49. O inventor de qualquer remedio, que quizer expol-o á venda, deverá para esse fim requerer licença á Directoria Geral apresentando um relatorio, no qual declare a composição do remedio e as molestias em que a sua administração será proveitosa. Esse relatorio poderá ser incluído em involuero lacrado, o qual será aberto pelo director geral, que delle dará conhecimento ao medico incumbido de formular parecer a respeito; depois do que será novamente lacrado e depositado no archivo da repartição.

Juntamente com o relatorio, o inventor apresentará uma certa quantidade de remedio, que deverá ser remettida ao Laboratorio Nacional de Analyses, attim de emittir seu parecer sobre elle, podendo o director, si assim entender conveniente, depois de conhecida a composição chimica do medicamento, ordenar experiencias therapeuticas, que serão praticadas em estabelecimento publico hospitalar ou de ensino.

§ 1.º Obtida a licença, o inventor poderá expor á venda o remedio, com declaração de ter sido licenciado pela Directoria Geral; sendo-lhe, entretanto, absolutamente prohibido annunciar em jornaes, cartazes ou prospectos, qualidades therapeuticas do medicamento que não forem as verificadas ou admittidas pela mesma Directoria.

§ 2.º Da composição da fórmula o director dará reservadamente conhecimento ao chefe do laboratorio respectivo, quando tiver de ser analysada.

§ 3.º São considerados remedios novos:

I. Os preparados pharmaceuticos em cuja composição entrar alguma substancia de emprego não conhecido na medicina;

II. Aquelles em que se tiver feito uma associação nova, embora os componentes sejam de acção já conhecida.

Art. 50. Os introductores de melhoramentos em fórmulas já conhecidas não poderão expor á venda o remedio, assim melhorado, sem licença da Directoria Geral, á qual incumbe verificar si o melhoramento allegado é real; devendo entender-se por—melhoramento—qualquer modificação que torne a fórmula conhecida mais util, de uso mais facil ou de custo menor.

Concedida a licença para medicamento novo, só poderá este ser exposto á venda por pharmaceutico formado.

Art. 51. Nenhum pharmaceutico poderá dirigir mais de uma pharmacia, exercer outra profissão ou emprego que o afaste de

seu estabelecimento, nem fazer em sua pharmacia outro commercio que não seja o de drogas e medicamentos ; em seus impedimentos temporarios, poderá deixar encarregado da administração da pharmacia um pratico de sua inteira confiança, ficando responsavel pelo procelimento do mesmo pratico perante as autoridades sanitarias.

Entender-se-ha por— impedimento temporario — aquelle que não trazer ausencia do pharmaceutico por mais de oito dias ; cumprindo-lhe, si a ausencia se prolongar, deixar encarregado da pharmacia um pharmaceutico legalmente habilitado.

Art. 52. Só a pharmaceuticos formados será dada a licença para abrir pharmacia dosimetrica, que não poderá installar-se sem exame especial da autoridade sanitaria, com o fim de verificar si ella está ou não sufficientemente provida de medicamentos.

Art. 53. As pharmacias homeopathicas terão por objecto unico e exclusivo aviar as receitas dos medicos homeopathas, sendo-lhes absolutamente prohibida a venda de quaesquer medicamentos além dos preparados pelo systema hahnemanniano ; e ficarão submettidas á autoridade e vigilancia das autoridades sanitarias, que verificarão frequentemente si o presente artigo é observado, e applicarão, no caso contrario, as penas deste regulamento.

Art. 54. Os estabelecimentos publicos, hospitaes, casas de saúde, hospicios, corporações religiosas, associações de soccorros industriaes, que tiverem pessoal numeroso, poderão possuir pharmacia destinada a seu uso particular, contanto que seja administrada por pharmaceutico legalmente habilitado, ao qual compete a direcção effectiva da mesma.

As pharmacias de taes estabelecimentos não poderão vender ao publico medicamentos de qualquer especie que seja.

Art. 55. Nenhum laboratorio ou fabrica de productos chimicos ou pharmaceuticos poderá funcionar nesta Capital sem licença da Directoria Geral, devendo por parte desta ser submettidos á mesma vigilancia que as pharmacias e drogarias.

Art. 56. Nenhuma drogaria se poderá estabelecer na Capital Federal sem prévia licença da Directoria Geral. A licença será requerida pelo dono da drogaria, que apresentará os documentos necessarios para prova de sua idoneidade pessoal.

§ 1.º As drogarias terão por fim o commercio de drogas, preparados officinaes devidamente autorisados, utensis de pharmacia eapparelhos de chimica, sendo-lhes absolutamente interdito todo e qualquer acto que seja privativo da profissão de pharmaceutico, taes como :

I. Aviar receitas medicas, quer de fórmulas magistraes, quer de preparados officinaes ;

II. Vender ao publico qualquer substancia toxica, ainda em pesos medicinaes ;

III. Vender a particulares, em qualquer dóse, substancias medicamentosas.

§ 2.º Os droguistas só podem vender substancias chimicas a pharmaceuticos e industriaes, exceptuadas as de uso ordinario e inoffensivo, e que serão indicadas em tabella especial, as quaes poderão ser vendidas ao publico.

§ 3.º Deverão os droguistas registrar em livro especial, que será rubricado na secretaria da Directoria Geral, as substancias que venderem para fins industriaes, mencionando o nome, residencia e industria do comprador, data da venda e quantidade da substancia vendida. Só serão válidos em juizo os livros que tiverem a dita rubrica.

§ 4.º Nenhum droguista poderá annunciar nem vender preparados officinaes que não tenham sido approvados pela Directoria Geral.

§ 5.º Os preparados officinaes importados do estrangeiro não poderão ser vendidos sem licença da Directoria Geral e cumpre aos droguistas solicitar a mesma licença, fornecendo a quantidade dos ditos preparados que for necessaria para a analyse e a respectiva fórmula devidamente authenticada pelo fabricante.

§ 6.º As especialidades pharmaceuticas importadas que não estiverem devidamente licenciadas, não poderão sair da Alfandega, competindo aos consignatarios requerer a respectiva licença ou re-exportal-as dentro do prazo de tres mezes, findo o qual serão inutilisadas, sem direito a reclamação alguma.

Art. 57. A's lojas de instrumentos de cirurgia é absolutamente interdito o commercio de drogas e medicamentos.

Art. 58. Para a execução das varias disposições constantes dos artigos precedentes, o director geral de Saude Publica solicitará do director geral de Hygiene e Assistencia Publica do Districto Federal o concurso e auxilio dos commissarios de hygiene, até que por lei seja definitivamente commettida a Municipalidade a inspecção das pharmacias, drogarias, fabricas de productos chimicos e outros estabelecimentos industriaes congeneres.

Art. 59. O Ministro da justiça e Negocios Interiores requisitará do da Fazenda a expedição de ordens para que no Laboratorio Nacional de Analyses se proceda aos exames e investigações exigidos pela Directoria Geral de Saude Publica, revertendo para o mesmo laboratorio a importancia das taxas que forem arbitradas.

## TITULO VII

### DAS MULTAS E DOS RECURSOS

Art. 60. Os actos definidos nos paragraphos seguintes serão punidos com as multas nelles estabelecidas, cobradas como em seguida se determina.

a) Em relação ao serviço sanitario dos portos:

1º, faltar á verdade o commandante do navio nas informações que por occasião da chegada prestar, relativamente ás occurrencias de bordo—multa de 200\$000 ;

2º, sonegar doentes a bordo, de qualquer molestia que seja ; remetter-os para hospitaes de terra sem prévia licença da autoridade sanitaria ; chamar medico a bordo sem a mesma licença—multa de 200\$ ; e, si a molestia for pestilencial—multa de 500\$ por doente ;

3º, não cumprir as medidas de desinfecção e de saneamento ordenadas pela autoridade sanitaria, dentro do prazo marcado, ou deixar de effectuar a mudança de ancoradouro determinada—multa de 100\$, e o dobro nas reincidencias ;

4º, permittir que entrem ou saiam do navio que estiver interdito pessoas extranhas ao serviço sanitario—multa de 200\$, repetida cada vez que se der o facto ;

5º, mudar de ancoradouro, sem prévia licença da autoridade sanitaria, o navio que estiver interdito—multa de 200\$000 ;

6º, effectuar no navio que estiver interdito, sem prévia licença da autoridade sanitaria, qualquer trabalho de descarga ou de carregamento—multa de 200\$000 ;

7º, não trazer o navio carta de saúde do porto de procedencia ou dos portos de escala, nos termos do art. 27 § 1.—multa de 200\$000 ;

8º, receber, o administrador de qualquer hospital, doente proveniente de bordo de qualquer navio, sem que tenham sido cumpridas as disposições do art. 33 § 8.—multa de 200\$000 ;

9º, infringir, qualquer medico, o disposto no art. 33 §§ 11 e 12—multa de 200\$000 ;

10, infringir, qualquer navio, as condições de alguma licença concedida pela autoridade sanitaria—multa de 200\$000 ;

11, as infracções do presente regulamento, a que não estiver comminada multa especial, serão punidas com a multa de 20\$ a 50\$ e o dobro nas reincidencias ;

12, as multas applicadas a navios que estiverem fundeados em qualquer porto nacional serão cobradas pela Alfandega ou estação de arrecadação respectiva, á qual o director geral, o director de districto ou o inspector de saúde fará a comunicação competente ; não podendo, taes repartições, consentir em acto algum de sua jurisdicção, antes de paga a mesma multa ;

13, as multas que forem comminadas a embarcações, que estiverem nos ancoradouros dos lazaretos, serão cobradas pelo modo estabelecido no artigo precedente, si o navio tiver de carregar ou descarregar, depois da quarentena, no porto a que pertencer o lazareto ; no caso contrario, serão cobradas pelo administrador desse estabelecimento ;

14, imposta a multa, na ultima hypothese do artigo antecedente, será susgado todo o serviço de embarque ou desembarque de mercadorias, até que seja ella paga ; si o mesmo serviço já estiver terminado, o medico do lazareto não apostillará a carta

de saúde, nem dará o bilhete de livre pratica ao navio, emquanto não for paga a mesma multa.

b) Quanto ao exercício da medicina e da pharmacia:

1.º Os profissionais que não registrarem o respectivo titulo na secretaria do Instituto, incorrerão na multa de 100\$ e do dobro na reincidencia.

2.º A pessoa que exercer a profissão medica em qualquer dos seus ramos, a pharmaceutica, ou a arte dentaria, sem titulo legal, incorrerá nas penas comminadas em tal hypothese no art. 156 doCodigo Penal.

3.º As parteiras e os dentistas que infringirem o disposto nos arts. 37 e 38 pagarão iguaes multas, podendo, além disto, a Directoria Geral, conforme a gravidade do caso, suspendel-os do exercicio da profissão por um a tres mezes.

4.º O pharmaceutico que, sem licença da Directoria Geral, abrir pharmacia e exercer a profissão, incorrerá na multa de 200\$, e ser-lhe-ha fechada a pharmacia até que obtenha aquella licença.

5.º O pharmaceutico que alterar as fórmulas ou substituir os medicamentos prescriptos nas receitas, será multado em 100\$ e no dobro na reincidencia; podendo a autoridade sanitaria, no caso de nova reincidencia, mandar fechar a pharmacia, além das penas em que incorrer o pharmaceutico segundo a legislação criminal.

6.º O pharmaceutico que der seu nome a pharmacia de propriedade alheia e não a dirigir pessoalmente, incorrerá na multa de 200\$, e será suspenso do exercicio da profissão por tres mezes.

7.º O pharmaceutico que não possuir em sua pharmacia os livros necessarios, ou aquelle que não tiver convenientemente regularizada a respectiva escripturação, será multado em 100\$ e no dobro nas reincidencias.

Os livros serão rubricados em todas as folhas pelo secretario ou por um de seus auxiliares. Neste ultimo caso elle redigirá o termo de abertura, declarando autorisar o referido auxiliar a rubricar o livro.

8.º O pharmaceutico que aviar receitas de medicos não licenciados, ou do parteira ou dentista, excepto nas condições do art. 37, ultima parte, deste regulamento, e aquelle que vender, sem a necessaria receita, medicamentos não indicados na respectiva tabella, será multado em 100\$, e no dobro nas reincidencias.

9.º O pharmaceutico que em sua pharmacia der consultas, fizer curativos ou applicarapparelhos, a não ser em casos de desastres, accidentes de rua ou outros semelhantes, será multado em 100\$ e no dobro nas reincidencias, além das penas doCodigo Penal, applicaveis ao exercicio illegal da medicina.

10. O pharmaceutico que vender ou preparar remedios secretos será multado em 100\$ e no dobro nas reincidencias.

Estas penas serão também applicadas ás pessoas extranhas á profissão pharmaceutica ou de droguista e que commetterem a mesma infracção.

11. O pharmaceutico que vender remedios alterados ou falsificados ou fizer preparações de modo differente do prescripto no *codex* francez, ou na pharmacopéa brasileira, quando for publicado, ou ainda o que, na composição dos preparados officinaes substituir uma droga por outra, será multado em 100\$ e no dobro nas reincidencias.

12. As infracções dos arts. 56 e 57 serão punidas com a multa de 100\$ e do dobro nas reincidencias.

13. A imposição de multas de que trata o art. 60, letra B, uma vez feita pelos commissarios de hygiene, será communicada á Directoria Geral, para os fins convenientes.

Art. 61. Haverá recurso :

1º, dos actos dos ajudantes dos inspectores de saude para os mesmos inspectores, destes para o director de districto, do director de districto para o director geral e deste para o Ministro do Interior ;

2º, dos actos dos commissarios de hygiene, no tocante ás funcções resultantes do accordo do art. 58, para o director geral de Saude Publica.

Art. 62. Os recursos serão interpostos, devidamente fundamentados e documentados, dentro de cinco dias, contados da data da intimação da pena.

§ 1.º Os recursos serão apresentados directamente á autoridade competente, para o julgamento, si esta residir no mesmo logar ; ou á autoridade recorrida, no caso contrario.

§ 2.º Os recursos serão decididos com prévia informação da autoridade recorrida, que a prestará no prazo de oito dias.

§ 3.º Si a autoridade competente para o julgamento residir em logar diverso, a autoridade recorrida remetter-lhe-ha os papeis do recurso, devidamente informados, pela primeira mala postal que houver depois de findo o prazo marcado no parographo antecedente.

A remessa dos papeis será feita sob registro.

§ 4.º Os recursos, salvo os casos de imposição de multa ou outra pena e os mais expressamente exceptuados, não terão effeito suspensivo.

## TITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 63. Nos casos omissos no presente regulamento, o director geral de Saude Publica procederá de conformidade com as ordens que receber do Ministro do Interior ; e, em circumstancias urgentes, como o exigir o interesse da saude publica, communi-

cando immediatamente o occorrido ao mesmo Ministro e observando o que lhe for determinado.

Art. 64. O Governo Federal reserva o direito de, em condições excepcionaes, adoptar providencias que não se contenham no presente regulamento e se destinem a resguardar a saude publica de uma calamidade imminente, ou restabelecer a boa ordem no serviço sanitario.

Art. 65. Os portos maritimos e fluviaes da Republica, cujo desenvolvimento commercial exigir a nomeação de autoridade sanitaria, serão servidos por delegados de saude, com attribuições e deveres semelhantes aos dos ajudantes dos inspectores estaduais.

Os delegados de saude serão nomeados por portaria do Ministro sobre representação do director geral, demonstrando a necessidade da nomeação. O Ministro approvará a commissão e fixará o honorario, de accordo com o respectivo credito da lei do orçamento.

Paragrapho unico. Os serviços prestados pelos delegados de saude dar-lhes-hão preferencia sobre outros medicos para o provimento dos cargos sanitarios.

Art. 66. Sempre que a Alfandega tiver motivo para suppor que um navio ancorado, em descarga, está em condições suspeitas, dará parte disto á autoridade sanitaria.

Art. 67. O director geral de Saude Publica formulará instrucções para serem observadas a bordo das embarcações surtas nos portos; essas instrucções, impressas em francez, inglez, allemão, italiano e hespanhol, serão distribuidas pelos capitães, no acto da entrada.

Os artigos do presente regulamento, cujo conhecimento mais directamente interessar aos commandantes de navios, serão igualmente impressos e distribuidos quer entre os commandantes referidos, quer entre os consules, tanto estrangeiros residentes na Republica como os do Brazil em portos estrangeiros.

Art. 68. Tudo quanto disser respeito a faltas de comparecimento dos empregados, e cuja justificação compete ao director geral, bem assim a licenças e penas disciplinares, regular-se-ha pelo disposto sobre a materia, no regulamento da Secretaria de Estado.

Art. 69. O director geral proporá ao Governo as reformas ou modificações dos artigos deste regulamento que a experiencia ou as occurrencias forem demonstrando necessarios para a melhor observancia do decreto n. 2449, de 1 de fevereiro de 1897. O Governo approvará, por decreto, as modificações que julgar conveniente, as quaes ficarão incorporadas no regulamento.

Art. 70. As cartas de saude, bilhetes sanitarios e bilhetes de livre pratica serão conformes aos modelos juntos.

Art. 71. As taxas de quarentena e de infecção serão as indicadas na tabella respectiva, annexa a este regulamento.

Art. 72. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de fevereiro de 1897.— *Amaro Cavalcanti*.

Tabella dos vencimentos dos empregados da Directoria Geral de Saude Publica  
a que se refere o decreto n. 2449 de 10 de fevereiro de 1897.

|                                        |             |
|----------------------------------------|-------------|
| Director geral.....                    | 18:000\$000 |
| Secretario.....                        | 8:400\$000  |
| Ajudante do director geral.....        | 8:400\$000  |
| Medico auxiliar.....                   | 6:000\$000  |
| Official da Secretaria.....            | 7:200\$000  |
| Amanuense.....                         | 3:600\$000  |
| Interprete.....                        | 3:000\$000  |
| Porteiro.....                          | 3:000\$000  |
| Continuo.....                          | 2:000\$000  |
| Chefe do laboratorio de bacteriologia. | 7:200\$000  |
| Auxiliar tecnico.....                  | 4:000\$000  |
| Conservador-archivista.....            | 3:600\$000  |
| Medico demographista.....              | 6:000\$000  |
| Ajudante do demographista.....         | 4:800\$000  |
| Cartographo.....                       | 4:000\$000  |

Os vencimentos serão calculados em dois terços para ordenado  
e um terço para gratificação.

Capital Federal, 10 de fevereiro de 1897.— *Amaro Cavalcanti*.

## Modelo de bilhetes sanitarios



República dos Estados

Unidos do Brazil

*Inspectoria de saúde do porto*

## BILHETE SANITARIO

Segue com destino a.....  
o navio..... de bandeira.....  
commandante.....  
toneladas.....  
com..... passageiros, sendo:  
..... de 1ª classe, ..... de 2ª, .....  
de 3ª, ..... ; tripulantes.....  
carga.....  
que, em virtude do artigo... do regulamento de 10 de fevereiro  
de 1897,..... foi submettido.....  
.....  
.....  
.....  
Porto .....

.....  
.....

### Modelo dos bilhetes de livre pratica



*Lazareto*

## BILHETE DE LIVRE PRATICA

Segue com destino a.....  
o navio.....de bandeira.....  
commandante.....  
toneladas.....  
com.....passageiros, sendo..... de 1ª classe,  
.....de 2ª,.....de 3ª,.....  
.....tripulantes e carga.....  
.....

E, por estar em condições de ler entrada em qualquer porto da Republica, passei o presente *bilhete de livre pratica*.

Jazareto..... em..... de..... de 189...

O DIRECTOR DO SERVIÇO SANITARIO,

.....

*Tabella das taxas a que se refere o regulamento anexo ao decreto n. 2119 desta data*

|                                                             |         |
|-------------------------------------------------------------|---------|
| Carta de saude para navio estrangeiro (em estampilhas)..... | 20\$000 |
| Carta de saude para navio nacional (em estampilhas)         | 10\$000 |
| Cada passageiro de 1ª classe pagará a diaria de.....        | 10\$000 |
| Idem idem de 2ª classe, idem idem.....                      | 6\$000  |
| Idem idem de 3ª classe, idem idem.....                      | 2\$000  |

As crianças menores de um anno não pagarão taxa alguma.

As maiores de um anno e menores de quatro pagarão o terço das taxas acima.

As maiores de quatro annos e menores de 12 pagarão a metade das taxas acima.

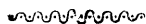
As maiores de 12 annos pagarão as taxas por inteiro.

As cargas sujeitas a desinfecção serão applicaveis ás taxas seguintes :

|                                                                                                |        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Por desinfecção de pelles, couros e tecidos, animacs em bruto, por 100 kilos ou fracção.....   | 4\$000 |
| Por outros objectos susceptíveis não especificados, por 100 kilos ou fracção.....              | 3\$000 |
| Por tecidos de lã, algodão o canhamo, pelles e cabellos em obra, por 100 kilos ou fracção..... | 2\$000 |
| Pela desinfecção das bagagens de passageiros de 1ª classe, por 100 kilos ou fracção.....       | 4\$000 |
| Idem, idem de 2ª classe, idem, idem.....                                                       | 2\$000 |
| Idem, idem de 3ª classe, idem, idem.....                                                       | 1\$000 |

O consignatario, dono ou capitão do navio que for desinfectado deverá pagar não só a importancia dos desinfectantes gastos, mas tambem as diarias dos desinfectadores.

Capital Federal, 10 de fevreiro de 1897.—*Amaro Cavalcanti.*



## DECRETO N. 2450 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1897

Faz diversas alterações no decreto n. 2431, de 8 de janeiro de 1897, que criou a Delegacia Especial do Ministerio da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista a necessidade de modificar o decreto regulamentar n. 2431, de 8 de janeiro de 1897, que organisa a fiscalização aduaneira na fronteira do Rio Grande do Sul, decreta :

Art. 1.º Ficam extinctos os logares de amanuense e fiscaes instituidos pelo art. 2º do citado decreto, e creados os cargos de ajudante e de secretario do delegado especial.

Art. 2.º O § 6º do art. 3º fica substituido pelo seguinte : Organisar e dirigir a correspondencia e a escripturação da Delegacia, utilizando o secretario ; suspender, remover, punir regulamentarmente, demittir e nomear provisoriamente quaesquer empregados das estações fiscaes comprehendidas dentro do territorio de sua jurisdicção, submettendo tues actos á approvação do Ministro da Fazenda.

Art. 3.º O § 7º do art. 3º fica substituido pelo seguinte: Collocar postos de vigilancia e de observação, determinando-lhes a zona, devendo neste intuito ter em attenção a topographia, as estradas, os rios e os seus passos, de modo a impedir o transito de objectos não despachados legalmente ; designando as estradas e os passos que devam ser seguidos, de accordo com os postos estabelecidos.

Art. 4.º O § 9º do art. 3º fica substituido pelo seguinte: Enviar trimestralmente ao Ministro da Fazenda um relatorio circumstanciado a respeito de todo o serviço a seu cargo, expondo o resultado das medidas prescriptas e executadas e indicando as providencias que entender convenientes e as modificações e reformas que a experiencia aconselhar, podendo, além disto, e sempre, enviar todas as communicações e informações convenientes ao serviço.

Art. 5.º O § 11 do art. 3º fica substituido pelo seguinte : Nomear e demittir o commandante, officiaes e guardas, submettendo nomeações e demissões á approvação do Ministro da Fazenda.

Art. 6.º O art. 4º fica substituido pelo seguinte : O delegado dará instruções directas ou indirectamente aos sargentos destacados nos postos fiscaes.

Art. 7.º O art. 5º fica substituido pelo seguinte: Compete ao corpo de guardas todo o serviço de vigilancia, rondas diurnas e nocturnas, sentinellas, apprehensões, buscas, prisões, nos casos determinados pelo delegado e todos os mais serviços que por este lhe forem ordenados.

Art. 8.º O art. 7º fica substituido pelo seguinte: Aos officiaes e inferiores compete cumprir todas as ordens, instruções e recommendações do delegado e do commandante.

Art. 9.º O art. 8.º fica substituído pelo seguinte: A' Delegacia Especial, ao corpo de guardas, commandante, officiaes, inferiores e guardas, cabem as disposições do capitulo 2º, titulo 1º, arts. 16 a 30 da *Consolidação das Leis das Alfandegas*, tanto quanto for applicavel, attenta a natureza e differença da situação e dos serviços, excepto o que prescreve o n.º 2 do art. 24.

Art. 10. O numero, classe e gratificação dos empregados da Delegacia Especial do Ministerio da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul será o fixado e constante da tabella que a este acompanha.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de fevereiro de 1897, 9ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*

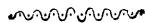
Tabella das gratificações dos empregados da Delegacia Especial do Ministerio da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul

| N.  | Empregos                                                                 | Gratificação annual |
|-----|--------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| 1   | delegado.....                                                            | 12.000\$000         |
| 1   | ajudante.....                                                            | 4.800\$000          |
| 1   | secretario.....                                                          | 4.800\$000          |
| 1   | commandante (capitão).....                                               | 4.800\$000          |
| 1   | tenente.....                                                             | 4.000\$000          |
| 3   | alferes, a 3:600\$ annuaes cada um.....                                  | 10.800\$000         |
| 10  | sargentos, a 2:880\$ annuaes cada um.....                                | 28.800\$000         |
| 225 | guardas a cavallo, a 1:560\$ annuaes cada um,<br>inclusive forragem..... | 351.000\$000        |
| 243 |                                                                          | 421.000\$000        |
|     | Livros, expediente e ranchos nos passos.....                             | 6.000\$000          |
|     |                                                                          | 427.000\$000        |

*Observação*

O delegado, o ajudante e o secretario terão direito a passagens nas vias ferreas e linhas de navegação.

Capital Federal, 12 de fevereiro de 1897. — *Bernardino de Campos.*



## DECRETO N. 2461 (\*) — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1897

Approva o orçamento das pontes provisórias construídas ao longo do littoral do porto de Santos e o das obras accrescidas na casa de machinas do caes do mesmo porto.

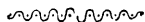
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam approvados os orçamentos das cinco pontes provisórias, construídas em virtude da authorisação constante do decreto n. 943 de 15 de julho de 1892, no littoral do porto de Santos, entre a Capitania e o Paqueta, na importancia de 41:338\$212 e o das obras accrescidas na casa de machinas para os guindastes hydraulicos, na importancia de 34:409\$529, orçamentos apresentados pela Companhia Docas de Santos, cessionaria das obras de melhoramento do referido porto.

Capital Federal, 12 de fevereiro de 1897, 9ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Joaquim D. Murtinho.*



## DECRETO N. 2462 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14.630:105\$ para indemnisação aos Bancos Regionaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 183 C, de 23 de setembro de 1893, e lei n. 427, de 9 de dezembro de 1896, e usando da authorisação contida no art. 2º, n. 4, da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1893, decreta :

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito de quatorze mil seiscientos e trinta contos cento e cinco mil réis (14.630:105\$) para pagamento da indemnisação devida aos bancos emissores União de S. Paulo, Emissor da Bahia e

---

(\*) O decreto n. 2460 será publicado em collecção si o interessado pagar o imposto a que está sujeito.

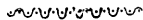
Emissor do Norte, sendo ao primeiro 6.939:021\$500, ao segundo 6.927:083\$500 e ao terceiro 764:000\$000.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de fevereiro de 1897, 9.º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Bernardino de Campos.*



DECRETO N. 2153 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1897

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 66:081\$592, ao cambio de 27, para satisfazer saques indevidamente effectuados pelo ex-1.º secretario da Legação em Buenos-Aires, João Marques de Carvalho, sobre o Banco Italiano do Uruguay.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo a que o ex-1.º secretario da Legação em Buenos-Aires, João Marques de Carvalho, se prevaleceu de ter alli servido algum tempo de encarregado de negocios e, abusando do credito concedido pelo Banco Italiano do Uruguay à referida Legação, fez indevidamente saques sobre elle de diversas quantias que até 31 de dezembro do anno proximo passado importaram com os juros em 66:081\$592, ao cambio de 27 ;

Considerando que o Governo da Republica é moralmente obrigado a pagar a supradita somma, mandando proceder immediatamente contra aquelle ex-funcionario como for de direito ; e

Tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, como dispõe o art. 2.º § 2.º n. 2, letra C, do decreto n. 392 de 8 de outubro de 1896 :

Decreta :

Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores, de conformidade com o § 3.º do art. 4.º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850 e o § 2.º do art. 25 da lei n. 2792 de 20 de outubro de 1877, um credito extraordinario de 66:081\$592, ao cambio de 27, afim de satisfazer a importancia de saques indevidamente effectuados pelo ex-1.º secretario da Legação em Buenos-Aires,

João Marques de Carvalho, sobre o Banco Italiano do Uruguay e os respectivos juros até 31 de dezembro de 1896.

Capital Federal, 15 de fevereiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Dionisio E. de Castro Cerqueira.*



Sr. Vice-Presidente da Republica — O decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890, organisando a justiça local deste Districto, substituiu, quanto ao julgamento final das causas excedentes de 5:000\$, o juiz singular pelo colectivo.

Não obstante a superioridade da justiça collectiva, reconhecida pela experiencia de diversos Estados europeos e estabelecida com grande exito no proprio Egypto, a verdade é que se tem levantado queixas contra o decreto n. 1030.

Posso, porém, affirmar-vos que as queixas são antes contra o modo por que se ha executado o decreto n. 1030, do que contra a organização judiciaria por elle instituida, a qual, com as modificações já aconselhadas pela experiencia, será, sem duvida, capaz de produzir os melhores resultados.

\* \* \*

O processo instituido para o juiz singular não podia ser adaptado ao juiz colectivo, sem certas alterações inherentes á nova organização.

Assim o previra o autor do decreto n. 1030, quando dispoz no art. 226 que « o Poder Executivo ficava autorizado a expedir os regulamentos necessarios á boa execução do mesmo decreto ».

Fôra, semelhantemente, o que fizera, em 1850, o legislador commercial, autorizando o Poder Executivo a expedir os regulamentos para a boa execução do Codigo (art. 27 do titulo unico do Codigo Commercial).

Em virtude dessa autorisação, o Poder Executivo expediu o regulamento n. 737 de 25 de novembro de 1850 « determinando a ordem do Juizo no processo commercial » e no qual se fizeram alterações sensiveis no processo então em vigor, como — por exemplo — convertendo em agravo casos que o eram de appealação.

Entretanto, esse regulamento foi muito bem acceito no fôro, que constantemente reclamava a sua applicação ao processo civil, o que, finalmente, veio a ser attendido pelo decreto n. 763 de 19 de setembro de 1890.

Tambem a Inglaterra, quando reorganizou o seu systema judiciario (*The supreme court of judicature act, 1875*) deu á Rainha a attribuição de « expedir os regulamentos complementares para a adaptação do processo á nova organização » (art. 24); e foi principalmente a sua regulamentação o que melhor contribuiu para o completo exito da reforma.

Restringindo-me ao nosso caso, é certo que o Poder Executivo já expediu o decreto n. 1334 de 28 de março de 1893 « regulando a parte civil do decreto n. 1030 »; mas, o decreto n. 1334 em nada desenvolveu as disposições do decreto n. 1030 e nem fez desaparecer as duvidas suscitadas em sua execução.

No decreto que submetto á vossa assignatura se providencia sobre o « pessoal da justiça » e nelle se acham igualmente incluídas as disposições legislativas que teem sido promulgadas depois do decreto n. 1030, taes como as constantes dos decretos:

— n. 77 de 16 de agosto de 1892 « dando direito aos secretarios da Córte de Appellação e do Tribunal Civil e Criminal a perceberem custas quando trabalharem como escrivães »;

— n. 225 de 30 de novembro de 1894 « annexando diversas Pretorias e dando outras providencias »;

— n. 280 de 29 de julho de 1895 « declarando temporarias as funções do ministerio publico »;

— n. 360 de 30 de dezembro de 1895 (art. 2º n. 11) « fixando a quantia de 3:600\$, como vencimentos annuaes para cada um dos escrivães da Córte de Appellação »;

— n. 363 de 6 de janeiro de 1896 « augmentando os vencimentos dos juizes da Córte de Appellação »;

— n. 372 de 16 de julho de 1896 « regulando a aposentadoria dos juizes da Córte de Appellação ».

\* \* \*

Isto posto, sobreleva pedir, agora, a vossa sabia attenção para certos actos e factos que o presente decreto se propõe regular da maneira mais conveniente, em vista dos ensinamentos e resultados recolhidos da propria pratica judiciaria.

I. A dispersão das sedes das Pretorias tem occasionado constantes queixas dos que teem interesses no foro.

O decreto permite que duas até tres das Pretorias urbanas possam ser reunidas em um só edificio, sem prejuizo da jurisdicção dos juizes em suas Pretorias (art. 3º § 2º).

Esta providencia em nada contraria o decreto n. 1030 e tem sido igualmente praticada na Allemanha, onde a organização judiciaria é quasi identica á nossa.

A grande extensão territorial de algumas das Pretorias suburbanas não aconselha a reunião de seus juizes em um só edificio; e, por isso, foram ellas excluídas da providencia estabelecida com relação ás urbanas.

II. O decreto n. 1030 determinou que «os juizes da Côrte de Appellação saíssem do Tribunal Civil e Criminal» (art. 22) e que «o Tribunal Civil e Criminal se compunha de 12 juizes» (arts. 10 e 82) determinando mais que a nomeação destes 12 juizes fosse feita para a Côrte de Appellação «até dous terços por antiguidade e um terço por merecimento» (art. 22).

A simples leitura do art. 22 citado deixa claro que o pensamento do legislador foi não só que se fizesse a nomeação por series de dous juizes por antiguidade e de um por merecimento, como tambem que a antiguidade precedesse ao merecimento: é o que resulta da expressão «até», alli empregada.

Entretanto, foram feitas tres nomeações por merecimento, tendo sido precedidas apenas de tres por antiguidade, o que motivou reclamação dos juizes do Tribunal Civil e Criminal.

O presente decreto regula o caso de modo preciso e claro (art. 8º § 5º); mantendo em sua integridade o pensamento do decreto n. 1030 e fazendo desaparecer os inconvenientes das interpretações de occasião.

O modo de contar a antiguidade (art. 8º § 6º) foi regulado de accordo com o decreto n. 1030, já explicado pelos avisos deste Ministerio, expedidos em 30 de janeiro de 1892 e em 15 de setembro de 1894; e desenvolvido com as prescripções dos assentos da Casa da Supplicação, sempre observadas pelo extinto Supremo Tribunal de Justiça e acceitas pelo legislador que completou a organização da justiça federal (lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, art. 7º alin. 1º).

III. O decreto n. 1030 estabeleceu a época normal em que se devia proceder á eleição dos presidentes e vice-presidentes da Côrte de Appellação e do Tribunal Civil e Criminal (arts. 84 e 134); mas, não tornou expresso que se procedesse a nova eleição, no caso de vaga.

A' primeira vista, pode parecer dispensavel qualquer disposição a respeito, por se dever consideral-a como implicitamente existente.

Com effeito, desde que «os juizes são certos e permanentes em suas Camaras» (arts. 106 e 145) e que, apenas nomeado, o juiz deve ter a designação da Camara em que vae permanecer, não se póde comprehender uma interinidade que se tenha de prolongar por quasi um anno, ás vezes; o que succederia, si não se procedesse á eleição—para se determinar a collocação do juiz no logar respectivo.

Apezar disso, não ha muito, por occasião da nomeação do presidente do Tribunal Civil e Criminal para a Côrte de Appellação, o 1º vice-presidente do Tribunal negou-se a convocal-o para a eleição, pretextando a omissão da lei a este respeito, quando as disposições do proprio regimento preveniam o caso.

Foi attendendo a isso que o presente decreto estabeleceu as disposições constantes do art. 9º e §§.

IV. O decreto n. 1030 creou «tres promotores junto ao Jury o á Camara Criminal» (art. 165).

Sendo dous os cartorios do Jury e havendo uma só Camara

Criminal, parecia logico o funcionamento exclusivo de dous promotores perante o Jury e de um perante a Camara Criminal.

Entretanto, assim não tem acontecido: os tres promotores se revezam, mensalmente, tanto no Jury como na Camara Criminal.

Não é preciso encarecer os inconvenientes de tal pratica: basta lembrar que um dos promotores faz o libello, que outro tem de sustentar, e que, servindo elles indistinctamente em ambos os cartorios do Jury, torna-se-lhes impossivel acompanhar os processos cujos réos tem de accusar.

Além disso, o promotor que serve perante a Camara Criminal não assiste á formação da culpa dos réos que denuncia, porquanto tem de ser revesado por outro, pelo facto de haver terminado o seu mez.

Este decreto providencia sobre o caso, com grande vantagem para a causa da justiça, determinando que sirvam exclusivamente o 1º promotor perante o 1º cartorio do jury, o 2º perante o 2º cartorio e o 3º perante a Camara Criminal (art. 11 § 1º ns. V o VI).

V. O decreto n. 1030 creou «tres escrivães em cada uma das Camaras do Tribunal Civil e Criminal» (art. 12); mantendo, porém, os serventuários então existentes, em numero excedente (art. 212).

Os escrivães das Camaras Commercial e Criminal já se acham reduzidos ao numero legal e, portanto, é occasião de regular-se o modo de funcionamento de taes serventuários.

O art. 15 § 1º n. II alin. deste decreto preceitua que «cada escrivão funcione exclusivamente perante determinado juiz».

E' uma providencia ha muito reclamada pelos juizes e de grande vantagem, principalmente para a Camara Criminal, onde a natureza do serviço exige soluções immediatas; o que nem sempre pôde ter logar actualmente, porque, ante a boa vontade do juiz, surge, ás vezes, a circumstancia de achar-se o escrivão do processo com os dias já tomados por serviços designados por outro juiz, perante quem tambem funciona.

E' verdade que o decreto n. 1030 dispõe que «os escrivães funcionam por distribuição do presidente da respectiva Camara» (art. 187) depois da vaga do distribuidor (art. 215); mas, isso em nada importa para o caso.

A distribuição continuará a ser feita—pelo distribuidor, depois pelo presidente da Camara—sómente para sciencia do cartorio em que corre o processo, como ainda hoje se pratica com as escripturas publicas lavradas pelos tabelliães.

VI. A substituição dos juizes do Tribunal Civil e Criminal e do dos Feitos da Fazenda Municipal é assumpto de maxima importancia e se acha regulada neste decreto (arts. 26 e 27) de accordo com as reclamações do foro.

O decreto n. 1030 estabeleceu a substituição reciproca entre os juizes do Tribunal e o dos Feitos da Fazenda e, na impossibilidade destes, pelos pretores; mas, o extraordinario acrescimo do

serviço do Tribunal Civil e Criminal e do Juízo dos Feitos da Fazenda, conforme vereis da estatística judiciária dos tres ultimos annos, mostram que a impossibilidade da substituição reciproca tornou-se a regra. E', por conseguinte, fatal a substituição pelos pretores e a destes pelos sub-pretores.

O decreto n. 1334 tinha previsto a substituição pelos pretores « sómente para o preparo » (art. 58) ; o que tem occasionado grandes embaraços no andamento das causas e prejudicado extraordinariamente o interesse das partes que litigam, tanto no Tribunal, como nas Pretorias.

VII. O presente decreto regula o caso das incompatibilidades, tornando expresso que a incompatibilidade só existe « no exercicio simultaneo das funções publicas » (art. 22) ; interpretação que está de accordo com actos anteriores do Governo.

Com effeito, tanto o Governo assim o tem entendido que, nomeando o actual chefe de policia, não considerou vago o logar de juiz dos Feitos da Fazenda Municipal e, nomeando o actual consul do Porto, não considerou extinto o logar de partidor, como lhe cumpria, si assim o não entendesse (decreto n. 1030, art. 216).

VIII. O decreto n. 1030 creou um exame para a preferencia, nas nomeações de pretor, curador, promotor publico e adjunto (art. 36) e, tambem, um outro de habilitação para os cargos de juiz do Tribunal Civil e Criminal, juiz dos Feitos da Fazenda Municipal, e sub-procurador (art. 37).

Embora a approvação obtida com distincção possa trazer a reconducção do pretor « com o titulo de vitaliciedade » (art. 37 alin.), o certo é que ainda nenhum exame foi prestado, até ao presente.

E' isso devido á falta de instrucções quanto ao modo do exame ; providencia que tambem se acha consignada neste decreto (arts. 41 a 46), de accordo com os principios estabelecidos no decreto n. 1030.

Para concluir : simples razão de ordem e methodo aconselhava, si não impunha, que a materia do presente decreto — « organização do pessoal judiciario » — fôsse a primeira a ser regulada, conforme ao disposto no decreto n. 1030 ; entretanto, si este merecer a vossa approvação, espero dentro em breve submeter á vossa assignatura dous outros decretos, os quaes, providenciando sobre a competencia e o modo do funcionamento dos juizes e das Camaras, virão completar a regulamentação da lei sobre a justiça local do Districto Federal.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1897. — *Amara Cavalcanti*,

## DECRETO N. 2464 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1897

Consolida e completa as disposições regulamentares do decreto n. 4030 na parte relativa ao pessoal da Justiça local.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe confere o art. 48 n. 1º da Constituição Federal,

Decreta :

## CAPITULO I

## DOS JUIZES

Art. 1.º A Justiça local do Districto Federal é exercida pelas seguintes autoridades:

- 15 pretores ;
- 15 Juntas Correccionaes ;
- 1 juiz dos Feitos da Fazenda Municipal ;
- 1 Tribunal Civil e Criminal ;
- 1 Tribunal do Jury ; e
- 1 Côrte de Appellação.

Paragrapho unico. Cada pretor tem tres supplentes, um dos quaes terá o titulo de sub-pretor.

Art. 2.º Exercem jurisdição:

- I os pretores, em suas Pretorias ;
- II as Juntas Correccionaes, nas respectivas Pretorias ;
- III o juiz dos Feitos da Fazenda Municipal, em todo o Districto ;
- IV o Tribunal Civil e Criminal, em todo o Districto ;
- V o Tribunal de Jury, em todo o Districto ; e
- VI a Côrte de Appellação, em todo o Districto.

Art. 3.º As Juntas Correccionaes se compoem do pretor respectivo, como presidente, e de dous vogaes.

§ 1.º As Pretorias são constituídas:

- a 1ª, pelas freguezias da Candelaria e Paquetá ;
- a 2ª, pelas freguezias de Santa Rita e ilha do Governador ;
- a 3ª, pela freguezia do Sacramento ;
- a 4ª, pela freguezia de S. José ;
- a 5ª, pela freguezia de Santo Antonio ;
- a 6ª, pela freguezia da Gloria ;
- a 7ª, pelas freguezias da Lagôa e da Gavea ;
- a 8ª, pela freguezia de Sant'Anna ;
- a 9ª, pela freguezia do Espirito-Santo ;
- a 10ª, pela freguezia de S. Christovão ;
- a 11ª, pela freguezia do Engenho-Velho ;
- a 12ª, pela freguezia do Engenho-Novo ;
- a 13ª, pela freguezia de Inhaúma ;
- a 14ª, pelas freguezias de Irajá e Jacarêpaguá ;
- a 15ª, pelas freguezias de Campo-Grande, Guaratiba e Santa Cruz.

§ 2.º O Presidente da Republica pôde determinar que os juizes e as Juntas Correccionaes de duas ou tres Pretorias urbanas se reunam em um só edificio, para os despachos e julgamentos ; sem, entretanto, ficarem prejudicadas as jurisdicções dos mesmos juizes e Juntas Correccionaes, nas respectivas Pretorias.

Art. 4.º O Tribunal Civil e Criminal compõe-se de 12 juizes, um dos quaes exerce o cargo de presidente e dous outros os de vice-presidentes ; formando os tres um conselho.

Paragrapho unico. Divide-se em tres Camaras— Civil, Criminal e Commercial ; sendo cada uma composta de um presidente, que será o presidente ou um dos vice-presidentes do Tribunal, e de tres juizes.

Art. 5.º O Tribunal do Jury compõe-se de um dos juizes do Tribunal Civil e Criminal, como seu presidente, e de 12 juizes de facto.

Art. 6.º A Côrte de Appellação compõe-se de 12 juizes, um dos quaes exerce o cargo de presidente e outro o de vice-presidente ; formando os dous, com o juiz mais antigo da Côrte, um conselho supremo.

Paragrapho unico. Divide-se em duas Camaras— Civil e Criminal; sendo cada uma composta de um presidente, que será o presidente ou o vice-presidente da Côrte, e de cinco juizes.

Art. 7.º Os juizes do Tribunal Civil e Criminal e da Côrte de Appellação são certos e permanentes em suas Camaras.

Paragrapho unico. Os mesmos juizes poderão, porém, ser transferidos, em cada anno, de uma para outra Camara do mesmo Tribunal, por decreto do Presidente da Republica, precedendo proposta dos conselhos respectivos, informada pelo procurador geral.

Art. 8.º São nomeados :

§ 1.º Os pretores, pelo Presidente da Republica, dentre os cidadãos brasileiros que reunirem as seguintes condições :

a) o grão de doutor ou bacharel em sciencias juridicas e sociaes por alguma das Faculdades da Republica ;

b) o exercicio durante dous annos, pelo menos, em cargos de judicatura, do ministerio publico, ou na advocacia.

§ 2.º Os supplentes de pretor, pelo Ministro da Justiça, sobre proposta do presidente do Conselho Municipal, dentre os cidadãos brasileiros que tiverem a respectiva capacidade.

§ 3.º Os sub-pretors, pelo Ministro da Justiça, sobre proposta do presidente do Conselho Municipal, dentre os cidadãos brasileiros que tiverem o grão de doutor ou bacharel em sciencias juridicas e sociaes por alguma das Faculdades da Republica.

§ 4.º O juiz dos Feitos da Fazenda Municipal e os juizes do Tribunal Civil e Criminal, pelo Presidente da Republica, dentre os cidadãos brasileiros que reunirem as seguintes condições :

a) o grão de doutor ou bacharel em sciencias juridicas e sociaes por alguma das Faculdades da Republica ;

b) o exercicio durante seis annos, pelo menos, em cargos de judicatura, do ministerio publico, ou na advocacia.

§ 5.º Os juizes da Côrte de Appellação, pelo Presidente da Republica, dentre os 12 juizes do Tribunal Civil e Criminal, na proporção de dous terços por antiguidade e de um terço por merecimento, de modo que :

- a) a nomeação de 1 juiz por merecimento seja precedida da de 2 por antiguidade ;
  - b) a de 2 por merecimento da de 4 por antiguidade ;
  - c) a de 3 por merecimento da de 6 por antiguidade ;
  - d) a de 4 por merecimento da de 8 por antiguidade ;
- e assim por diante.

§ 6.º A antiguidade conta-se da posse no Tribunal ; salvo quanto aos juizes nomeados para a instalação do mesmo Tribunal, a respeito dos quaes prevalecerá a que já tinham na magistratura.

Quando a posse tiver logar na mesma data, attende-se-ha :

- a) á data da nomeação ;
- b) ao tempo anterior de judicatura ou de ministerio publico ;
- c) á idade.

Art. 9.º O presidente e o vice-presidente da Côrte de Appellação, o presidente e os vice-presidentes do Tribunal Civil e Criminal, são eleitos, annualmente, pelos respectivos juizes, dentre si, em escrutinio secreto ; podendo ser reeleitos.

§ 1.º A eleição se realizará entre os dias 15 e 20 de dezembro, para vigorar no anno seguinte.

§ 2.º Para a eleição é necessaria a presença de oito juizes, pelo menos. Si nenhum reunir maioria absoluta de votos, correrá o escrutinio novamente ; reputando-se eleito o mais votado, e, no caso de empate, o mais antigo.

§ 3.º Os presidentes, logo que eleitos, farão perante o Ministro da Justiça « a promessa de bem servir » ; e depois deferirão identica promessa aos respectivos vice-presidentes.

§ 4.º Dado o caso de não reeleição, os presidentes e vice-presidentes irão occupar nas Camaras os logares deixados pelos respectivos juizes eleitos.

§ 5.º Vagando qualquer destes cargos antes do mez de dezembro, se procederá a nova eleição para o resto do anno.

§ 6.º Si a vaga se der em dezembro, o cargo será preenchido como no caso de substituição.

## CAPITULO II

### DO MINISTERIO PUBLICO

Art. 10. Perante cada Juizo ou Tribunal funcçãoará um representante do ministerio publico ; havendo, porém, reciproca independencia entre os funcçionarios da ordem judiciaria e os do ministerio publico.

Art. 11. O ministerio publico compõe-se de :

- 1 procurador geral ;
- 1 sub-procurador ;
- 4 curadores : 1 de orphãos, 1 de ausentes, 1 de residuos e 1 de massas fallidas ;
- 3 promotores publicos ; e
- 7 adjuntos de promotor.

§ 1.º Funcionam :

- I o procurador geral, perante a Côrte de Appellação ;
- II o sub-procurador, perante o conselho do Tribunal Civil e Criminal ;

III cada um dos curadores — de orphãos, de ausentes e de residuos, perante a Camara Civil do Tribunal Civil e Criminal e as Pretorias ;

IV o curador das massas fallidas, perante as Camaras Criminal e Commercial do Tribunal Civil e Criminal e as Pretorias ;

V o 1º e o 2º promotor publico, perante o Tribunal do Jury, exclusivamente :

- a) o 1º, nos processos do 1º cartorio ;
- b) o 2º, nos processos do 2º cartorio ;

VI o 3º promotor publico, perante as Camaras Civil e Criminal do Tribunal Civil e Criminal ; e

### VII os adjuntos do promotor :

- a) o 1º, perante a 1ª e a 2ª Pretorias ;
- b) o 2º, perante a 3ª, a 4ª e a 5ª Pretorias ;
- c) o 3º, perante a 6ª e a 7ª Pretorias ;
- d) o 4º, perante a 8ª Pretoria ;
- e) o 5º, perante a 9ª, a 10ª e a 11ª Pretorias ;
- f) o 6º, perante a 12ª, a 13ª e a 14ª Pretorias ; e
- g) o 7º, perante a 15ª Pretoria.

### § 2.º São nomeados :

I o procurador geral e o sub-procurador, pelo Presidente da Republica, dentre os cidadãos brasileiros que reunirem as seguintes condições :

- a) o grão de doutor ou bacharel em sciencias juridicas e sociaes por alguma das Faculdades da Republica ;
- b) o exercicio durante seis annos, pelo menos, em cargos de judicatura, do ministerio publico, ou na advocacia ;

II os curadores e os promotores publicos, pelo Presidente da Republica, sobre proposta do procurador geral, dentre os cidadãos brasileiros que reunirem as seguintes condições :

- a) o grão de doutor ou bacharel em sciencias juridicas e sociaes por alguma das Faculdades da Republica ;
- b) o exercicio durante dous annos, pelo menos, em cargos de judicatura, do ministerio publico ou na advocacia ; e

III os adjuntos de promotor, pelo procurador geral, com approvação do Ministro da Justiça, dentre os cidadãos brasileiros que tiverem o grão de doutor ou bacharel em sciencias juridicas e sociaes por alguma das Faculdades da Republica.

§ 3.º Os promotores publicos e os seus adjuntos serão revesados, em cada anno: os primeiros entre o Tribunal do Jury e a Camara Criminal do Tribunal Civil e Criminal; os segundos entre si, pelo procurador geral, por proposta do sub-procurador.

## CAPITULO III

## DISPOSIÇÕES COMMUNS AOS JUIZES E AO MINISTERIO PUBLICO

Art. 12. Teem preferencia para a nomeação :

I de pretor:

- a) os juizes de direito da antiga magistratura ;
- b) os sub-pretorees ;
- c) os adjuntos de promotor ;
- d) os que tiverem titulo de exame ;

II de curadores e de promotor publico :

- a) os adjuntos de promotor ;
- b) os sub-pretorees ;
- c) os que tiverem titulo de exame ;

III de juiz dos Feitos da Fazenda Municipal :

- a) os pretorees ;
- b) o ministerio publico ;
- c) os advogados, especialmente os que tiverem o titulo de habilitação e dous annos de serviços profissionaes aos pobres ;

IV de procurador geral e sub-procurador :

- a) os curadores e promotores publicos ;
- b) os pretorees ;
- c) os advogados, especialmente os que tiverem o titulo de habilitação e dous annos de serviços profissionaes aos pobres ;

V de juiz do Tribunal Civil e Criminal :

- a) até metade dos membros do Tribunal, os pretorees, especialmente os vitalicios ;
- b) até um terço, o ministerio publico ;
- c) até um sexto, os advogados, especialmente os que tiverem o titulo de habilitação e dous annos de serviços profissionaes aos pobres.

Entre os que teem preferencia para a nomeação do juiz do Tribunal Civil e Criminal, se attenderá ainda :

1º ao titulo de habilitação ;

2º á antiguidade em cargos de pretor ou do ministerio publico, contada da installação dos novos Juizes e Tribunaes.

Paragrapho unico. Os requerimentos para as nomeações de pretor, juiz dos Feitos da Fazenda Municipal, juiz do Tribunal Civil e Criminal e de sub-procurador, devem ser informados conforme os serviços que allegarem:

- a) de judicatura, pela Córte de Appellação ;
- b) de ministerio publico, pelo procurador geral ;
- c) de advocacia, pelo Instituto da Ordem dos Advogados e pelos juizes e Tribunaes.

## CAPITULO IV

### DOS OUTROS FUNCIONARIOS DA JUSTIÇA LOCAL

#### SECÇÃO I

##### DAS SECRETARIAS DA CÔRTE DE APPELLAÇÃO E DO TRIBUNAL CIVIL E CRIMINAL

Art. 13. A Secretaria da Córte de Appellação compõe-se de :

- 1 secretario ;
- 2 amanuenses ;
- 1 porteiro ; e
- 2 continuos.

Paragrapho unico. São nomeados :

I o secretario, pelo Presidente da Republica, sobre proposta do presidente da Córte, dentre os cidadãos brasileiros que tiverem o grão de doutor ou bacharel em sciencias juridicas e sociaes por alguma das Faculdades da Republica ;

II os outros funcionarios, pelo presidente da Córte, dentre os cidadãos brasileiros que tiverem a respectiva capacidade.

Art. 14. A Secretaria do Tribunal Civil e Criminal compõe-se de :

- 1 secretario ;
- 2 amanuenses ;
- 1 porteiro ; e
- 2 continuos.

Paragrapho unico. São nomeados:

I o secretario, pelo Presidente da Republica, sobre proposta do presidente do Tribunal, dentre os cidadãos brasileiros que tiverem o grão de doutor ou bacharel em sciencias jurídicas e sociaes por alguma das Faculdades da Republica ;

II os outros funcionarios, pelo presidente do Tribunal, dentre os cidadãos brasileiros que tiverem a respectiva capacidade.

## SECÇÃO II

### DOS ESCRIVÃES E MAIS OFFICIAES DO JUIZO

Art. 15. Teem:

- I a Côrte de Appellação, dous escrivães ;
- II o Tribunal Civil e Criminal, nove escrivães ;
- III o Tribunal do Jury, dous escrivães ;
- IV o Juizo dos Feitos da Fazenda Municipal, um escrivão ;
- V cada Pretoria, um escrivão.

§ 1.º Funccionam:

I cada um dos escrivães da Côrte de Appellação, privativamente, perante uma das Camaras da mesma Côrte ;

II tres escrivães do Tribunal Civil e Criminal, privativamente, perante cada uma das Camaras do mesmo Tribunal.

Estes escrivães servirão sob as designações de 1.º, 2º e 3º e cada um exclusivamente perante um dos juizes da respectiva Camara; sendo, entretanto, os feitos levados à distribuição, para a devida annotação ;

### III os escrivães do Jury :

a) o 1º, nos feitos que lhe forem distribuidos e perante as sessões do Jury, realizadas nos mezes de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro ;

b) o 2º, nos feitos que lhe forem distribuidos e perante as sessões do Jury, nos mezes de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro ;

IV o escrivão dos Feitos da Fazenda Municipal, perante o respectivo juiz ;

V os escrivães das Pretorias, perante os respectivos juizes e as Juntas Correccionaes ; exercendo tambem as funcções de officiaes privativos de casamentos e do registro civil.

§ 2.º Nas fianças e *habeas-corpus* requeridos aos juizes do Tribunal, funcionará o escrivão que serve perante o juiz respectivo, qualquer que seja a Camara.

§ 3.º Em casos urgentes e sempre que o serviço publico o exigir, principalmente em materia criminal, pódo o juiz, *ex-officio* ou a requerimento do ministerio publico, ordenar a qualquer escrivão actos de seu officio, ainda mesmo fóra da circumscripção da Pretoria ou da sêde do Tribunal a que elle pertença.

§ 4.º Os escrivães podem ter escreventes juramentados, que serão nomeados pelo presidente da Côte de Appellação, por proposta do respectivo escrivão e precedendo informação dos juizes perante os quaes teem de servir.

§ 5.º Todos os escrivães são nomeados pelo presidente da Côte de Appellação, dentre os cidadãos brasileiros que se tiverem habilitado :

I os da Côte de Appellação, sobre proposta dos juizes da Camara perante os quaes funcionam ;

II os das Camaras do Tribunal Civil e Criminal, sobre proposta dos juizes perante os quaes funcionam ;

III os do Jury, sobre proposta dos juizes do Tribunal Civil e Criminal ;

IV o dos Feitos da Fazenda Municipal, sobre proposta do respectivo juiz ;

V os das Pretorias, sobre proposta dos respectivos juizes.

Art. 16. O porteiro dos auditorios do Tribunal Civil e Criminal funciona perante os juizes das Camaras do mesmo Tribunal e o do Jury perante este Tribunal; sendo ambos nomeados, pelo presidente do Tribunal Civil e Criminal, dentre os cidadãos brasileiros que tiverem a respectiva capacidade.

Paragrapho unico. Os porteiros que funccionam perante o Juizo dos Feitos da Fazenda Municipal e as Pretorias são nomeados pelos respectivos juizes, dentre os officiaes de justiça.

Art. 17. Os officiaes de justiça são nomeados, dentre os cidadãos brasileiros:

I pelo presidente da Còrte de Appellação, os que funccionam perante a mesma Còrte;

II pelo presidente do Tribunal Civil e Criminal, os que funccionam perante o mesmo Tribunal e o Jury;

III pelo juiz dos Feitos da Fazenda Municipal, os que funccionam perante o mesmo Juizo; e

IV pelos pretores, os que funccionam perante as respectivas Pretorias.

Paragrapho unico. Haverá nos Juizos e Tribunaes os officiaes de justiça necessarios ao serviço; percebendo, porém, vencimentos pelo Thesouro Federal somente dous dos que funccionam perante a Còrte de Appellação.

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES COMMUNS AOS JUIZES E MAIS FUNCIONARIOS

#### SECÇÃO I

##### DA POSSE E DO EXERCICIO

Art. 18. Todos os funcionarios devem tirar o titulo e tomar posse dentro de 30 dias, contados da publicação do acto que os nomeou — no *Diario Official*.

§ 1.º Antes de expirado o prazo a que se refere este artigo, poderá o funcionario justificar impedimento legitimo e ser-lhe concedida a prorrogação do prazo, até metade do tempo.

§ 2.º O funcionario que não tirar o titulo ou não tomar posse no prazo legal, será considerado renunciante ao logar, salvo si houver opportunamente requerido a prorrogação do mesmo prazo.

§ 3.º Verificado pela autoridade que fez a nomeação o lapso do tempo, será por ella declarada sem effeito essa nomeação.

Art. 19. Precede à posse a publica e solemne promessa de bem e fielmente cumprir o dever, sendo que o acto da posse sómente se considera completo depois do exercicio.

Art. 20. A posse é dada :

I pelo Ministro da Justiça aos presidentes da Còrte de Appellação e do Tribunal Civil e Criminal (art. 9º § 3º) ;

II pelo presidente da Còrte de Appellação :

a) ao vice-presidente, juizes e mais funcionarios da Còrte ;

b) ao juiz dos Feitos da Fazenda Municipal ;

III pelo presidente do Tribunal Civil e Criminal :

a) aos vice-presidentes, juizes e mais funcionarios do Tribunal Civil e Criminal ;

b) aos pretores, sub-pretores e supplentes de pretor ;

c) aos escrivães e porteiro do Tribunal do Jury ;

IV pelo juiz dos Feitos da Fazenda Municipal, ao escrivão respectivo e mais funcionarios do mesmo Juizo ;

V pelos pretores, aos escrivães respectivos e mais funcionarios dos mesmos Juizos ;

VI pelo procurador geral, a todos os funcionarios do ministerio publico.

Art. 21. Todos os juizes e mais funcionarios da Justiça local devem residir dentro dos limites do Districto Federal, do qual não poderão ausentar-se sem licença.

## SECÇÃO II

## DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 22. O exercicio das funcções judiciaes e do ministerio publico é incompativel com o exercicio simultaneo de outras quaesquer funcções publicas.

§ 1.º Esta disposição não se applica aos jurados, vogaes e deputados commerciaes, que forem chamados a servir no Tribunal Civil e Criminal e nas Juntas Correcçionaes.

§ 2.º Os cargos de judicatura e do ministerio publico são incompativeis entre si.

§ 3.º Os juizes e escrivães são isentos de todo o serviço publico que não possa ser desempenhado sem interrupção de suas funcções.

Art. 23. Não poderão servir conjunctamente no mesmo Tribunal, Juizo ou Junta Correcçional, magistrados, vogaes, jurados ou funcionarios que forem entre si ascendentes ou descendentes em qualquer grão, ou collateraes dentro do segundo grão, conforme o direito civil.

Paragrapho unico. Tambem não poderão servir no mesmo Tribunal, Juizo ou Junta Correcçional, advogados que forem ascendentes ou descendentes dos juizes que nelles funcçionam.

## SECÇÃO III

## DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS FUNCIONARIOS

Art. 24. Os funcionarios da Justiça local são vitalicios ou temporarios.

§ 1.º São vitalicios :

I os juizes da Córte de Appellação, os juizes do Tribunal Civil e Criminal e o juiz dos Feitos da Fazenda Municipal ;

II os pretores :

a) nomeados dentre os juizes de direito da antiga magistratura ;

b) reconduzidos com o titulo de vitaliciedade ;

III os funcionarios que foram nomeados ou aprovoados com o titulo de vitaliciedade.

§ 2.º São temporarios:

Todos os demais funcionarios; respeitado, porém, quanto aos pretores, o quadriennio da sua nomeação.

§ 3.º Os juizes poderão, entretanto, ser declarados avulsos, pelo Presidente da Republica, precedendo consulta do conselho supremo da Côrte de Appellação, si commetterem algum crime, praticarem actos indecorosos ou tiverem costumes desregrados.

§ 4.º Os funcionarios temporarios teem direito a ser conservados emquanto bom servirem.

#### SECÇÃO IV

##### DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 25. São substituidos:

I o presidente da Côrte de Appellação:

a) pelo vice-presidente, quanto á presidencia da Côrte;

b) pelo juiz mais antigo de sua Camara, quanto á presidencia desta;

II o vice-presidente da Côrte de Appellação, pelo juiz mais antigo de sua Camara;

III cada juiz da Côrte de Appellação, pelo juiz mais antigo da outra Camara ou pelos immediatos e, na falta, pelos juizes do Tribunal Civil e Criminal, na ordem da antiguidade.

Art. 26. São substituidos:

I o presidente do Tribunal Civil e Criminal:

a) pelo vice-presidente mais antigo, quanto á presidencia do Tribunal;

b) pelo juiz mais antigo de sua Camara, quanto á presidencia desta;

II cada um dos vice-presidentes do Tribunal Civil e Criminal, pelo juiz mais antigo de sua Camara.

Paragrapho unico. O juiz que substituir o presidente de uma Camara ou que for eleito para a presidencia da Camara em que já estava servindo como juiz, continuará a funcionar nos feitos em que tiver lançado o *visto*, como revisor ou como relator.

Esta disposição é applicavel à Côrte de Appellação.

Art. 27. A substituição de cada juiz do Tribunal Civil e Criminal cabe:

a) ao presidente da Camara, nos julgamentos perante a mesma Camara, quando o juiz não tiver comparecido à sessão ;

b) na instrucção e julgamento dos feitos, ao juiz mais antigo de outra Camara que for designado pelo presidente do Tribunal e, na falta, pelo immediato, si o juiz for suspeito, impedido, ou faltar por tempo não excedente de oito dias ;

c) na instrucção e julgamento dos feitos, ao pretor, convocado pelo presidente do Tribunal, si o juiz estiver licenciado, em exercicio de outra função publica, faltar por mais de oito dias ou se achar vago o logar.

§ 1.º A substituição do juiz dos Feitos da Fazenda Municipal cabe a um dos juizes das Camaras do Tribunal Civil e Criminal ou a um pretor, conforme designação do presidente do Tribunal Civil e Criminal.

§ 2.º A substituição do presidente do Jury cabe ao substituto do juiz que o estiver presidindo ; salvo impedimento occasional, em que a substituição cabe ao juiz dos Feitos da Fazenda Municipal.

Art. 28. A substituição do pretor cabe:

a) na instrucção e julgamento dos feitos, ao sub-pretor ;

b) na instrucção dos feitos, aos supplentes, funcionando no julgamento respectivo o pretor mais proximo.

§ 1.º Na falta de supplentes, servirão os das Pretorias mais proximas.

§ 2.º Sempre que for possivel proferir decisão terminativa, o supplente remetterá o feito ao pretor a quem competir o julgamento.

Art. 29. São substituídos:

- I o procurador-geral, pelo sub-procurador;
- II o sub-procurador, por um dos curadores ou promotores públicos designado pelo procurador geral;
- III os curadores, reciprocamente ou pelos adjuntos de promotor, conforme designação do sub-procurador;
- IV os promotores públicos, reciprocamente ou pelos seus adjuntos, conforme designação do sub-procurador;
- V os adjuntos de promotor reciprocamente, por designação do sub-procurador.

Paragrapho unico. A substituição reciproca entre os funcionarios referidos neste artigo terá logar sem que os funcionarios deixem o exercicio de suas funções.

Art. 30. São substituídos :

- I os secretarios da Côrte de Appellação e do Tribunal Civil e Criminal, pelo amanuense designado pelos respectivos presidentes;
- II os outros empregados da secretaria, pelos cidadãos brasileiros que tiverem a respectiva capacidade e forem nomeados pelos respectivos presidentes.

Art. 31. São substituídos:

- I os escrivães da Côrte de Appellação :
  - a) entre si ;
  - b) pelos escrivães das Camaras do Tribunal Civil e Criminal, conforme designação do presidente da Côrte de Appellação ;
- II os escrivães do Tribunal Civil e Criminal, conforme designação do presidente do Tribunal:
  - a) os da Camara Civil:
    - 1º entre si ;
    - 2º pelos escrivães da Camara Commercial ;
  - b) os da Camara Commercial:
    - 1º entre si ;
    - 2º pelos escrivães da Camara Civil ;
  - c) os da Camara Criminal:
    - 1º entre si ;
    - 2º pelos escrivães do Jury ;

III os escrivães do Jury, pelos escrivães da Camara Criminal do Tribunal Civil e Criminal.

IV o escrivão dos Feitos da Fazenda Municipal:

1º pelo escrivão da Camara Civil do Tribunal Civil e Criminal designado pelo presidente;

2º pelos escrivães das Pretorias;

V os escrivães das Pretorias, entre si, conforme a proximidade das Pretorias.

Paragrapho unico. Poderão todos os escrivães ser substituidos pelos seus escreventes juramentados:

a) nos impedimentos occasionaes, por designação do juiz perante quem servem;

b) em todos os outros casos, por designação do presidente da Côrte de Appellação, quando por este for reconhecido ser inconveniente ao serviço publico a substituição entre os escrivães.

Art. 32. Os porteiros são substituidos:

I o do Jury e o dos auditorios do Tribunal Civil e Criminal:

a) pelo official de justiça designado pelo juiz perante quem devia servir o funcionario, quando o impedimento for occassional;

b) pelo official de justiça designado pelo presidente do Tribunal Civil e Criminal, nos outros casos;

II o do Juizo dos Feitos da Fazenda Municipal e o das Pretorias, pelo official de justiça designado pelos respectivos juizes perante os quaes servem.

## SECÇÃO V

### DAS LICENÇAS

Art. 33. As licenças aos juizes e mais funcionarios da justiça local são concedidas, em cada anno:

§ 1.º Com ordenado:

I até um mez:

a) pelo presidente da Côrte de Appellação a todos os juizes do Districto;

b) pelo procurador geral, a todos os funcionarios do ministerio publico.

II até tres mezes, pelo Ministro da Justiça, a todos os juizes e funcionarios do Districto ;

III até seis mezes, pelo Presidente da Republica, a todos os juizes e funcionarios do Districto.

§ 2.º As licenças serão concedidas, com o ordenado integral quando o funcionario provar enfermidade e com metade do ordenado em qualquer outro caso.

§ 3.º Attingido o maximo de seis mezes, não será concedida nova licença, com ordenado, sem que o funcionario tenha tempo igual de effectivo exercicio do seu cargo.

§ 4.º Poderá, entretanto, ser concedida nova licença sem ordenado algum; mas, neste caso, só o Presidente da Republica é competente para fazel-o.

## SECÇÃO VI

### DOS VENCIMENTOS

Art. 34. Os juizes e funcionarios da Justiça local perceberão os vencimentos da tabella annexa, sem outra qualquer retribuição.

Paragrapho unico. Desta regra são sómente exceptuados:

I os secretarios da Côrte de Appellação e do Tribunal Civil e Criminal, quando servirem como escrivães ;

II os escrivães da Côrte de Appellação ;

III os escrivães do Jury ;

IV os officiaes de justiça da Côrte de Appellação, quanto às custas a que tiverem direito pelas diligencias.

Art. 35. Estes vencimentos serão divididos em ordenado e gratificação, conforme a tabella annexa.

§ 1.º Aos juizes e mais funcionarios só se contarão os seus vencimentos depois da posse e exercicio.

§ 2.º A gratificação depende do effectivo exercicio, fóra do qual não poderá ser percebida, qualquer que seja o impedimento.

§ 3.º O juiz ou funcionario substituinte perceberá a gratificação do substituído.

Art. 36. Os vencimentos serão pagos pelo Thesouro Federal, pela fôrma seguinte:

- a) os dos juizes e funcionarios da Côrte de Appellação, em vista da folha remettida pelo respectivo presidente ;
- b) os dos juizes e funcionarios do Tribunal Civil e Criminal, os do juiz dos Feitos da Fazenda Municipal, os dos pretores, sub-pretores e supplentes de pretor e os dos escriptvães e porteiro do Jury, em vista das folhas respectivas, remettidas pelo presidente do Tribunal Civil e Criminal ;
- c) os dos funcionarios do ministerio publico, em vista da folha remettida pelo procurador geral.

Paragrapho unico. Perde todos os vencimentos o juiz ou o funcionario que deixa o exercicio de seu cargo, sem licença ou a excede por mais de 8 dias, salvo força maior, reconhecida pelo superior.

Art. 37. Os funcionarios não incluídos na tabella annexa perceberão as custas taxadas no decreto n. 2162 de 9 de novembro de 1895 ; e, no caso de substituição dos incluídos, a gratificação estabelecida no art. 35 § 3º.

Art. 38. Além dos seus vencimentos, os juizes e o ministerio publico perceberão, a titulo de primeiro estabelecimento, logo que nomeados :

I os juizes da Côrte de Appellação e o procurador geral — 1:000\$000 ;

II os juizes do Tribunal Civil e Criminal e dos Feitos da Fazenda Municipal, e o sub-procurador — 800\$000 ;

III os pretores, os curadores e os promotores publicos — 500\$000 ;

IV os adjuntos dos promotores publicos — 200\$000.

## SECÇÃO VII

### DAS APOSENTADORIAS

Art. 39. A aposentadoria dos juizes e funcionarios incluídos na tabella annexa será concedida sómente em caso de invalidez.

I a dos juizes da Côrte de Appellação:

a) com todos os vencimentos, si contarem 20 annos completos de exercicio ;

b) com os vencimentos proporcionaes, após dez annos de exercicio ;

II a dos outros juizes e funcçionarios :

a) com todos os vencimentos, si contarem 35 annos completos de exercicio ;

b) com todo o ordenado, si contarem 25 annos completos de exercicio ;

c) com o ordenado proporcional, si contarem mais de 10 annos de exercicio .

Paragrapho unico. A aposentadoria será concedida a requerimento do juiz ou funcçionario ; ou decretada pelo Presidente da Republica, quando, por exame de sanidade, mandado proceder, *ex-officio* ou a requerimento do ministerio publico, pelo conselho supremo da Côrte de Appellação, for por este reconhecida enfermidade ou idade avançada que sejam inhabilitação para o exercicio do cargo.

## SECÇÃO VIII

### DO VESTUARIO DOS JUIZES E DOS OUTROS FUNCIONARIOS

Art. 40. Os juizes e funcçionarios do ministerio publico usarão nas audiencias e nas sessões das Camaras, das Juntas Correccionaes e no Jury :

I os juizes da Côrte de Appellação, do vestuario marcado para os desembargadores no decreto n. 1326 de 10 de fevereçoiro de 1854 ;

II os juizes do Tribunal Civil e Criminal e o juiz dos Feitos da Fazenda Municipal, do vestuario marcado para os juizes de direito no decreto n. 1326 citado ;

III os pretores, do vestuario marcado no decreto n. 1431 de 15 de junho de 1893 ;

IV o procurador geral, do vestuario marcado para os desembargadores no decreto n. 1326 citado, com gravata igual á dos promotores publicos e curadores ;

V o sub-procurador, do vestuario marcado para os juizes de direito no decreto n. 1326 citado, sem a facha e com gravata igual á dos promotores publicos e curadores ;

VI os promotores publicos e os curadores, do vestuario marcado para os promotores publicos no decreto n. 1326 citado ;

VII os adjuntos dos promotores usarão dos vestuarios dos promotores, quando substituirem estes funcionarios e os curadores ; os sub-pretos, dos vestuarios marcados para os pretos, quando substituirem estes.

Paragrapho unico. Os secretarios da Côrte de Appellação e do Tribunal Civil e Criminal usarão da capa de que usavam os secretarios das antigas Relações.

## CAPITULO VI

### DOS EXAMES E TITULOS DE HABILITAÇÃO

Art. 41. Para preferencia na nomeação de pretor, curador, promotor publico ou adjunto dos promotores, é instituido um exame, que se effectuará perante o conselho supremo da Côrte de Appellação.

Paragrapho unico. O exame é requerido ao presidente da Côrte, instruido o requerimento:

a) com a carta de doutor ou de bacharel em sciencias juridicas e sociaes por alguma das Faculdades da Republica, si a carta ainda não estiver registrada na secretaria da mesma Côrte ;

b) com attestados que abonem a capacidade moral do candidato (art. 12 § unico) ;

c) com a certidão de exercicio de funcções publicas que tenha desempenhado ;

d) com memorias ou dissertações juridicas que tenha escripto.

Art. 42. Apresentado o requerimento, o presidente da Côrte de Appellação designará o dia para o exame, procedendo de modo que, com antecedencia de dez dias, sejam sor-

teados em sessão solenne do conselho supremo, os dous examinadores, dentre os doze advogados que o mesmo conselho nomeia, annualmente, para esse fim ; sorteio para que devem ser notificados o procurador geral e o candidato.

§ 1.º No caso de impedimento dos sorteados, proceder-se-ha pela mesma forma ao sorteio de outros, devendo ser transferido o dia do exame, si assim for preciso.

§ 2.º O presidente da Côrte transmittirá aos examinadores as memorias ou dissertações com que o candidato tenha instruido o seu requerimento.

Art. 43. No dia designado, em sessão publica do conselho supremo, presente o procurador geral, effectuar-se-ha o exame, que versará sobre pontos de doutrina e de pratica, à escolha dos examinadores e do procurador geral, havendo uma prova escripta e outra oral.

Paragrapho unico. A prova escripta será prestada em duas horas no *maximum*; a oral não excederá de meia hora para cada examinador.

Art. 44. Findo o exame e tendo os examinadores desenvolvido o seu parecer, por escripto, sobre o merecimento das duas provas e officiado o procurador geral, o conselho supremo deliberará e votará em escrutinio secreto, tendo em attenção não só aquelles pareceres e officio, como tambem os documentos da capacidade moral do candidato.

§ 1.º Resultando da votação a approvação com distincção, plena, ou simples, se passará o titulo do exame que, assignado pelo presidente, será entregue ao candidato.

§ 2.º Reprovado o candidato, sómente depois de seis mezes poderá ser submettido a novo exame.

§ 3.º Do exame lavrar-se-ha o competente auto, assignado por todos, o qual será archivado com os documentos que instruíram a petição ; podendo ser estes, em geral, restituídos, ficando traslado e o registro da carta.

Art. 45. Para a preferencia na nomeação de juiz do Tribunal Civil e Criminal, de juiz dos Feitos da Fazenda Municipal e de sub-procurador, é instituido um exame de habilitação.

§ 1.º Este exame é requerido nos termos do paragrapho unico do art. 41 e o processo do exame é o mesmo estabelecido nos arts. 42 a 44.

§ 2.º A aprovação obtida pelo pretor com o grão de distincção serve de base à reconducção com o título de vitaliciedade, uma vez comprovado o bom procedimento do candidato.

Art. 46. Os pretendentes aos officios de justiça se habilitam perante o conselho do Tribunal Civil e Criminal.

§ 1.º O exame é requerido ao presidente do Tribunal, instruido o requerimento :

- a) com prova de ser maior de 21 annos ;
- b) com certidão de ter sido aprovado em exame de lingua portugueza e arithmetica até proporções ;
- c) com folha corrida e attestado de sua capacidade moral.

§ 2.º Os que tiverem o grão de doutor ou de bacharel em sciencias juridicas e sociaes se habilitarão mediante a apresentação da respectiva carta e com a folha corrida.

§ 3.º Apresentado o requerimento, o presidente do Tribunal designará o dia para o exame, procedendo com antecedencia, em sessão pública do conselho, à nomeação dos dous examinadores.

§ 4.º O exame se effectuará em presença do sub-procurador e versará sobre os assumptos pertinentes a cada um dos officios pretendidos, comprehendidos os que possam resultar das substituições dos serventuarios.

§ 5.º Quanto à habilitação, se observará o que dispõe o art. 44 §§ 1º, 2º e 3º.

## CAPITULO VII

### DA QUALIFICAÇÃO DOS JUIZES DE FACTO E VOGAES

Art. 47. A qualificação de juizes de facto e vogaes effectuada em execução do decreto n. 1030, é permanente; mas, em cada anno, se procederá à sua revisão, para o fim :

- a) de serem incluídos os cidadãos que tiverem adquirido a capacidade exigida ;

b) de serem excluidos os fallecidos, os mudados do Districto federal e os que tiverem mostrado não poder ser qualificados ;

c) de serem feitas as annotações quanto à residencia dos qualificados que se tiverem mudado de uma para outra Pretoria.

Paragrapho unico. A revisão dos juizes de facto e vogaes será feita conjunctamente.

Art. 48. Em outubro de cada anno se reunirá, em cada Pretoria, uma Junta, composta do pretor respectivo, como presidente, do delegado de policia da circumscripção (e, no caso de mais de um, do designado pelo chefe de policia) e do adjunto do promotor ; e procederá ao alistamento para a revisão, em vista da relação dos eleitores residentes na Pretoria e dos mappas remettidos pelos inspectores sectionaes.

Art. 49. As funcções de juiz de facto e de vogaes são honorificas, devendo ser qualificados os cidadãos de 21 a 65 annos de idade, que souberem ler e escrever e tiverem obtido as qualidades de eleitor.

§ 1.º Não podem ser qualificados :

1º os que tiverem soffrido alguma condemnação passada em julgado por crime de homicidio voluntario, furto, roubo, bancarota, estellionato, falsidade ou moeda falsa, ainda que já tenham cumprido a pena ou della tenham obtido perdão ;

2º os pronunciados por sentença com transito em julgado e os que tiverem assignado termos de bem-viver ou de segurança, emquanto subsistirem os seus effeitos ;

3º os judicialmente interdictos da administração de seus bens ;

4º os incapazes por enfermidade da mente ou do corpo ;

5º os que não tiverem meios de decente subsistencia ou receberem soccorros de instituição de beneficencia publica ou particular ;

6º as praças de pret ;

7º os criados de servir.

§ 2.º São dispensados, durante as respectivas funcções :

1º o Presidente da Republica ;

- 2º os Ministros de Estado ;
- 3º os membros do Poder Legislativo ;
- 4º os juizes ;
- 5º os representantes do ministerio publico ;
- 6º os empregados da policia e seguranca publica ;
- 7º os professores publicos primarios ;
- 8º os escrivães e officiaes de justiça.

§ 3.º Podem obter dispensa:

1º os que, no anno anterior, tiverem effectivamente servido durante uma reunião mensal do Jury ou quatro sessões da Junta Correccional ;

2º os medicos em exercicio da profissão, até tres em cada Pretoria, preferindo os de mais antiga residencia ;

3º o pharmaceutico que não tiver ajudante ;

4º os professores particulares de ensino primario ;

5º os maiores de 60 annos.

Art. 50. Logo que concluido o trabalho, o pretor fará affixar o alistamento no Pretorio e publical-o-ha no *Diario Official*.

§ 1.º No alistamento se observará a ordem alphabetica e a divisão em duas partes: na primeira os incluídos e na segunda os excluídos, com a justificação disso na columna das observações.

§ 2.º O nome de cada alistado será acompanhado de declarações sobre a profissão e residencia.

§ 3.º Os prejudicados com a inclusão ou a exclusão poderão reclamar perante o pretor, dentro de oito dias contados da publicação do alistamento.

§ 4.º Cinco dias depois de decorrido o prazo acima, o pretor remetterá ao presidente do Tribunal Civil e Criminal uma cópia do alistamento, acompanhada dos documentos, informações e pareceres que houver.

Art. 51. Logo que recebido o alistamento, o presidente do Tribunal distribuirá as reclamações pelos juizes da Camara Criminal e, com o parecer destes, as decidirá, dentro de 10 dias ; publicando as suas decisões no *Diario Official*.

Paragrapho unico. Dentro de cinco dias contados da publicação dessas decisões no *Diario Official*, os interes-

sados ou o ministerio publico poderão recorrer para a Côrte de Appellação.

Art. 52. O presidente da Côrte distribuirá immediatamente os recursos entre os membros da mesma Côrte, para sobre elles darem parecer, até a 1.<sup>a</sup> sessão seguinte do conselho supremo.

Paragrapho unico. Apresentados em sessão os recursos com os pareceres, o conselho supremo os julgará definitivamente.

Art. 53. Devolvidos os recursos com as decisões, ou findo o prazo sem que tenham apparecido recursos, o presidente do Tribunal Civil e Criminal mandará transcrever por um dos escrivães do Jury, em livro especial por elle numerado e rubricado, o alistamento de cada uma das Pretorias, na ordem da numeração destas, com as alterações occorridas em virtude das reclamações e recursos.

§ 1.<sup>o</sup> Em seguida, o mesmo presidente mandará escrever os nomes dos qualificados de cada Pretoria em pequenas cédulas de igual tamanho, que serão dobradas, emnaçadas e guardadas em involucros, com a designação da Pretoria e o numero dos qualificados.

§ 2.<sup>o</sup> Depois, o mesmo presidente convocará o sub-procurador e o presidente do Conselho Municipal e procederá com elles ao confronto dos alistamentos especiaes com o geral e o deste com as cédulas, e, verificada a exactidão ou feitas as rectificações, rubricarão os especiaes com as alterações occorridas e subscreverão o geral no livro respectivo.

Art. 54. Na reunião a que se refere o § 2.<sup>o</sup> do artigo antecedente, o presidente do Tribunal, o sub-procurador e o presidente do Conselho Municipal sortearão, dentre os qualificados em cada Pretoria, 24 vogaes e 12 supplentes —para a Junta Correccional da respectiva circumscripção; e determinarão, proporcionalmente ao numero dos qualificados, quantos de cada Pretoria devem ser sorteados para as sessões do Jury, de modo a ser o serviço equitativamente distribuido.

§ 1.<sup>o</sup> No respectivo termo do livro do sorteio dos vogaes, estes e os supplentes serão inscriptos na ordem designada pela sorte; e no livro do sorteio dos juizes de facto se lavrará termo que declare quantos destes devem ser sorteados em

cada Pretoria, para se completar o numero dos 48 nas reuniões do Jury.

§ 2.º Findos estes trabalhos, as cedulas serão de novo arrumadas como estavam, separando-se previamente as dos sorteados em involucro lacrado, e recolhidas todas em urna de tres chaves, das quaes uma será guardada pelo presidente do Tribunal, outra pelo sub-procurador, e outra pelo presidente do Conselho Municipal.

Art. 55. A lista geral dos qualificados juizes de facto, vogaes e supplentes, será publicada no *Diário Official*, remettendo-se uma cópia authentica a cada pretor.

Paragrapho unico. Os livros e a urna serão guardados na secretaria do Tribunal Civil e Criminal, onde serão archivados os alistamentos parciaes.

Art. 56. Todos esses trabalhos devem estar findos antes de terminar o anno, servindo nelles o escrivão do Jury designado pelo presidente do Tribunal.

Paragrapho unico. Tornar-se-ha effectiva a responsabilidade dos funcionarios que derem causa à omissão da revisão e á do sorteio.

Art. 57. Si, por qualquer motivo, se deixar de proceder á revisão na época estabelecida, vigorará a do anno anterior; convocando, porém, o presidente do Tribunal ao sub-procurador e ao presidente do Conselho Municipal, para effectuar-se o sorteio do art. 54.

Art. 58. Revogam-se as disposições em contrario.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 1.º São mantidos:

I o distribuidor geral, que continuará a funcionar na distribuição dos tabellães e escrivães do Tribunal;

II o contador, que continuará a funcionar nos feitos orphanologicos, de ausentes e residuos, perante a Camara Civil do Tribunal Civil e Criminal, e perante a Côte de Appellação e as Pretorias;

III os dous partidores, que continuarão a servir perante a Camara Civil do Tribunal Civil e Criminal;

IV os quatro escrivães da Camara Civil, os quaes servirão por distribuição entre os respectivos juizes, até que o numero fique reduzido a tres, para proceder-se em conformidade do art. 4.º deste capitulo.

Paragrapho unico. Vagando os logares de distribuidor geral, contador e partidores, o presidente do Tribunal Civil e Criminal os declarará extinctos.

Art. 2.º Cada uma das Camaras do Tribunal Civil e Criminal e cada uma das Pretorias terá um archivo, ao qual serão recolhidos os autos das extinctas varas e pertencentes aos cartorios dos escrivães que não foram aproveitados na nova organização.

Paragrapho unico. Este archivo ficará sob a guarda :

a) nas Camaras do Tribunal Civil e Criminal, do escrivão da respectiva Camara designado pelo presidente do Tribunal Civil e Criminal ;

b) nas Pretorias, do escrivão respectivo ; e do que já servia, naquellas em que houve annexação.

Art. 3.º Os escrivães das Pretorias extinctas continuarão a exercer na circumscripção respectiva as funcções de official privativo do registro civil para os effeitos da lei n. 181 de 24 de janeiro de 1890 ; funcionando nos demais serviços da nova Pretoria, cumulativamente, por distribuição do pretor.

Paragrapho unico. Para preenchimento das vagas que occorrerem, serão preferidos os escrivães das Pretorias extinctas, mediante proposta do respectivo pretor.

Art. 4.º Logo que for publicado este decreto, o presidente do Tribunal Civil e Criminal fará a designação dos escrivães das Camaras Criminal e Commercial do mesmo Tribunal, na conformidade do art. 15 § 1º n. II deste decreto ; assim procedendo quanto aos escrivães da Camara Civil, desde que reduzidos a tres.

Paragrapho unico. Os feitos pendentes continuarão com os escrivães em que se acham ; funcionando, porém, nelles o juiz com quem já estavam.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Amaro Cavalcanti.*

Tabella dos vencimentos dos juizes e mais funcionarios da Justiça local do Districto Federal, a que se refere o decreto n. 2464 desta data

|                                       | FUNCIONARIOS                                | VENCIMENTOS |              |              | TOTAL        |
|---------------------------------------|---------------------------------------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
|                                       |                                             | Ordenado    | Gratificação | Somma        |              |
| Côrte de Appellação                   | 1 presidente.....                           | 12:000\$000 | 7:200\$000   | 19:200\$000  | 217:150\$000 |
|                                       | 1 vice-presidente.....                      | 12:000\$000 | 6:500\$000   | 18:500\$000  |              |
|                                       | 10 juizes, a.....                           | 12:000\$000 | 6:000\$000   | 180:000\$000 |              |
|                                       | Ao juiz que servir no conselho.....         |             | 600\$000     | 600\$000     |              |
|                                       | 1 secretario.....                           | 5:200\$000  | 2:600\$000   | 7:800\$000   |              |
|                                       | 2 amanuenses, a.....                        | 2:080\$000  | 1:040\$000   | 6:240\$000   |              |
|                                       | 1 porteiro.....                             | 1:560\$000  | 780\$000     | 2:340\$000   |              |
|                                       | 2 continuos, a.....                         | 1:040\$000  | 520\$000     | 3:120\$000   |              |
|                                       | 2 escrivaes, a.....                         | 2:40\$000   | 1:200\$000   | 7:200\$000   |              |
|                                       | 2 officiaes de justiça, a.....              | 66\$537     | 333\$333     | 2:000\$000   |              |
| Tribunal Civil e Criminal.            | 1 presidente.....                           | 9:100\$000  | 6:500\$000   | 15:600\$000  | 170:670\$000 |
|                                       | 2 vice-presidentes, a.....                  | 9:10\$000   | 5:200\$000   | 28:600\$000  |              |
|                                       | 9 juizes, a.....                            | 9:100\$000  | 3:900\$000   | 117:000\$000 |              |
|                                       | 1 secretario.....                           | 4:160\$000  | 2:080\$000   | 6:240\$000   |              |
|                                       | 2 amanuenses, a.....                        | 1:560\$000  | 780\$000     | 4:680\$000   |              |
|                                       | 1 porteiro.....                             | 1:200\$000  | 600\$000     | 1:900\$000   |              |
| Juizo dos Feitos da Fazenda Municipal | 2 continuos, a.....                         | 856\$657    | 433\$333     | 2:600\$000   | 13:000\$000  |
|                                       | 1 juiz dos Feitos da Fazenda Municipal..... | 9:100\$000  | 3:00\$000    | 13:000\$000  |              |
| Jury.....                             | 2 escrivaes, a.....                         | 3:120\$000  | 1:560\$000   | 9:360\$000   | 10:920\$000  |
|                                       | 1 porteiro.....                             | 1:040\$000  | 520\$000     | 1:560\$000   |              |
| Pretorias.....                        | 15 pretores, a.....                         | 4:800\$000  | 2:400\$000   | 108:000\$000 | 108:000\$000 |
| Ministerio publico.                   | 1 procurador geral.....                     | 12:000\$000 | 6:000\$000   | 18:000\$000  | 88:120\$000  |
|                                       | 1 sub-procurador.....                       | 9:100\$000  | 3:900\$000   | 13:000\$000  |              |
|                                       | 1 curador das massas fallidas.....          | 4:480\$000  | 2:240\$000   | 6:720\$000   |              |
|                                       | 1 curador de residuos.....                  | 4:480\$000  | 2:240\$000   | 6:720\$000   |              |
|                                       | 3 promotores publicos, a.....               | 4:480\$000  | 2:240\$000   | 20:160\$000  |              |
|                                       | 7 adjuntos de promotores, a.....            | 2:240\$000  | 1:120\$000   | 23:520\$000  |              |
|                                       | Somma geral.....                            |             |              |              | 643:860\$000 |

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1897.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

Amaro Cavalcanti.

## DECRETO N. 2465 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extra ordinario de 22:710\$000 para despesas com os serviços do Hospital de S. Sebastião nos mezes de janeiro ultimo e fevereiro corrente.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a transferencia do Hospital de S. Sebastião para a administração municipal, determinada pelo decreto n. 2435 de 14 de janeiro findo, o qual foi expedido em virtude da autorisação concedida no art. 2º, § 1º, da lei n. 429 de 10 de dezembro do anno passado, ainda não se tornou effectiva, visto depender de diligencia preliminar accordada com o Prefeito do Districto Federal e que se acha em via de execução, e tendo ouvido previamente ao Tribunal de Contas, resolve, nos termos do n. III do dito paragrapho, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de vinte e dous contos setecentos e dez mil réis (22:710\$000), attm de occorrer ás despesas com os serviços do mesmo hospital nos mezes de janeiro ultimo e fevereiro corrente, na conformidade da tabella annexa ao presente decreto.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1897, 9ª da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Amaro Carolcanti.*

Tabella disscriminativa a que se refere o decreto n. 2465, desta data, da despesa, nos mezes de janeiro ultimo e fevereiro corrente, com o pessoal e material do Hospital de S. Sebastião.

## PESSOAL

|                                                                                     |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1 Director, na razão de 4:800\$ de ordenado e 2:400\$ de gratificação annuaes ..... | 1:200\$000 |
| 1 Almojarife, na de 2:400\$ de ordenado e 1:200\$ de gratificação .....             | 600\$000   |
| 1 Pharmaceutico, idem .....                                                         | 600\$000   |
| 1 Escrivão, na de 2:000\$ de ordenado e 1:000\$ de gratificação..                   | 500\$000   |
| 1 Agente de compras, na de 1:600\$ de ordenado e 800\$ de gratificação .....        | 400\$000   |
| 1 Porteiro, na de 1:200\$ de ordenado e 600\$ de gratificação...                    | 300\$000   |

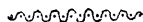
## ADDIDOS

|                                                                                                                |          |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|------------|
| 1 Pharmaceutico do extinto Hospital de Santa Barbara, na de 2:400\$ de ordenado e 1:200\$ de gratificação..... | 600\$000 |            |
| 1 Porteiro, idem, na de 1:200\$ de ordenado e 600\$ de gratificação.....                                       | 300\$000 | 4:500\$000 |

## MATERIAL

|                                                                                                                                               |             |             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| 3 Enfermeiros.....                                                                                                                            | 600\$000    |             |
| 1 Enfermeira.....                                                                                                                             | 200\$000    |             |
| 1 Cozinheiro.....                                                                                                                             | 240\$000    |             |
| 1 Ajudante.....                                                                                                                               | 160\$000    |             |
| 1 Machinista.....                                                                                                                             | 400\$000    |             |
| 2 Foguistas.....                                                                                                                              | 320\$000    |             |
| 1 Jardineiro.....                                                                                                                             | 160\$000    |             |
| 1 Lavadeiro.....                                                                                                                              | 160\$000    |             |
| Serventes.....                                                                                                                                | 1:920\$600  |             |
| Custeio do hospital.....                                                                                                                      | 14:060\$000 |             |
| Para despeza de transporte que faz o agente de compras incumbido da cobrança das contribuições devidas por doentes tratados em 1ª classe..... | 50\$000     | 18:210\$000 |
|                                                                                                                                               |             | 22:710\$000 |

Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, 17 de fevereiro de 1897. — O director geral, *José Carlos de Souza Bordini*.



Sr. Vice-Presidente da Republica — O art. 3º da lei n. 226 de 3 de dezembro de 1894 autorizou o Governo a reconduzir aos Estados a que pertencessem, os presos recolhidos ao Presidio de Fernando de Noronha. Continuando, porém, a permanecer alli não só os sentenciados, como o respectivo pessoal, corre ao Governo o dever de mantel-os, até que se torne effectivo o cumprimento daquella autorisação, renovada no § 1º, n. 3, da lei n. 429 de 10 de dezembro de 1896, sendo para isso indispensavel a abertura de um credito extraordinario de 51:299\$600 para occorrer ás despesas com o custeio do mesmo presidio no primeiro trimestre deste anno. Submetto, pois, á vossa assignatura o decreto junto.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1897. — *Amaro Cavalcanti*.

Demonstração do credito de 51:299\$600 para as despesas com o custeio do Presidio de Fernando de Noronha durante o primeiro trimestre do corrente anno

| NATUREZA DA DESPEZA                            | SOMMA       | TOTAL       |
|------------------------------------------------|-------------|-------------|
| <i>Pessoal</i>                                 |             |             |
| Para pagamento dos vencimentos do pessoal..... |             | 3:299\$600  |
| <i>Material</i>                                |             |             |
| Sustento dos sentenciados.....                 | 45:750\$000 |             |
| Gratificação a sentenciados operarios.....     | 1:000\$000  |             |
| Medicamentos e dietas.....                     | 1:250\$000  | 48:000\$000 |
|                                                |             | 51:299\$600 |

Directoria Geral de Contabilidade, 17 de fevereiro de 1897.  
— O director geral, *José Carlos de Souza Bordini*.

DECRETO N. 2466 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1897

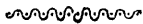
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 51:299\$600 para occorrer ás despesas com o custeio do Presidio de Fernando de Noronha no primeiro trimestre do corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:  
Resolve, tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do regulamento approved por decreto n. 2409 de 23 de dezembro de 1896, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 51:299\$600 para occorrer ás despesas com o custeio do Presidio de Fernando de Noronha durante o primeiro trimestre do corrente anno.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Amaro Cavalcanti*.



## DECRETO N. 2467 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1897

Dá novo regulamento para a Assistencia Medico-legal a Alienados.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação constante do art. 2º, § 2º, n. 1, da lei n. 429 de 10 de dezembro do anno proximo findo, resolve que na Assistencia Medico-legal a Alienados se observe o regulamento que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 19 de fevereiro de 1897, 9º da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Amaro Cavalcanti.*

Regulamento da Assistencia Medico-legal a Alienados, a que se refere o decreto n. 2467 desta data

CAPITULO I

DA ASSISTENCIA MEDICO-LEGAL A ALIENADOS

SECÇÃO I

DOS FINS DA INSTITUIÇÃO, SUA CONSTITUIÇÃO E INSPECÇÃO, SEU PESSOAL

Art. 1.º A Assistencia Medico-legal a Alienados, dependente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, tem por fim socorrer, gratuitamente ou mediante retribuição, os individuos de ambos os sexos, sem distincção de nacionalidade ou procedencia, que carecerem de tratamento por causa de alienação mental.

Art. 2.º Constituem a Assistencia não só o pavilhão dos enfermos em observação e o Hospicio Nacional, com um museu anatomo-pathologico, um gabinete electro-therapico, uma escola profissional de enfermeiros e as officinas que forem estabelecidas tendo-se em vista os recursos organentarios, mas tambem as colonias de alienados e quaesquer asylos de identica natureza que a União crear e mantiver na Capital Federal.

Art. 3.º A superintendencia administrativa e scientifica de todos os estabelecimentos da Assistencia é confiada a um medico, competente em psychiatria, com o titulo de inspector geral.

Art. 4.º A Assistencia terá, além do inspector geral e de um escriptuario e um continuo para o respectivo expediente, o seguinte pessoal nos asylos actuaes :

No Hospicio, um director, que será medico ; um medico em chefe e director do museu anatomo-pathologico, o qual tambem terá a seu cargo uma das secções do estabelecimento ; tres medicos, todos especialistas ; um cirurgião, um ophthalmologista, um chefe do gabinete electro-therapico, quatro internos, um pharmaceutico e um ajudante ; um contador, um almoxarife, um escriptuario, um amanuense, um porteiro, enfermeiros, inspectores, guardas e mais empregados subalternos, em o numero determinado nas tabellas explicativas da lei de orçamento.

Além deste pessoal, terá o Hospicio um medico gynecologista, incumbido não só do tratamento dos casos gynecologicos, mas tambem do estudo particularisado das relações que possam existir entre as molestias do apparelho utero-ovariano e as perturbações mentaes, sob a denominação de director do serviço gynecologico.

Nas colonias, um director, que será medico ; um medico especialista, dous internos, um pharmaceutico, um administrador, dous escriptuarios, e os enfermeiros e mais empregados subalternos que forem indispensaveis, segundo tambem as referidas tabellas.

## SECÇÃO II

### DA NOMEAÇÃO DO PESSOAL, SUA SUBSTITUIÇÃO, VENCIMENTOS E VANTAGENS, PENAS DISCIPLINARES

Art. 5.º Serão nomeados :

Por decreto, o inspector geral da Assistencia ;

Por portaria do Ministro, os directores do hospicio e das colonias, o medico em chefe, os medicos, o cirurgião, o ophthalmologista, o chefe do gabinete electro-therapico, o director do serviço gynecologico, o contador, o almoxarife, o administrador das colonias e os escriptuarios.

Art. 6.º A nomeação precelerá proposta :

Do inspector geral, quanto ao escriptuario da Assistencia, aos directores do hospicio e das colonias, ao medico em chefe, aos medicos, ao director do serviço gynecologico, ao cirurgião, ao ophthalmologista e ao chefe do gabinete electro-therapico ;

Do mesmo inspector, á vista de indicação feita, respectivamente, pelos directores do hospicio e das colonias, quanto ao contador, ao almoxarife, ao administrador e aos escriptuarios.

Art. 7.º A nomeação dos medicos e dos internos dependerá do concurso. Em igualdade de condições, quanto á habilitação scientifica, serão preferidos para os logares de medico os candidatos que tiverem prestado serviços á Assistencia na qualidade de internos. Dentre elles será escolhido o medico em chefe,

Art. 8.º Os internos, os pharmaceuticos, o ajudante, os enfermeiros, os inspectores e os guardas do hospicio e das colonias serão nomeados, respectivamente, pelo medico em chefe e pelo director das mesmas colonias.

Os demais empregados serão nomeados pelos directores de cada um desses estabelecimentos, competindo ao inspector geral a nomeação do amanuense e do continuo.

Art. 9.º Serão substituidos :

§ 1.º O inspector geral da Assistencia, pelo medico em chefe ; o director do hospicio, em seus impedimentos, tambem pelo segundo dos referidos funcionarios, até que o inspector providencie sobre a substituição ; o medico em chefe, pelos medicos do mesmo estabelecimento, segundo a ordem da antiguidade no respectivo serviço ; e o medico de cada uma das secções, pelo de uma das outras designado pelo medico em chefe.

§ 2.º O director das colonias, pelo medico destas.

§ 3.º Sobre a substituição dos demais empregados providenciará a autoridade a quem competir a nomeação effectiva, com prévia autorisação do Ministro quando da substituição que houverem de autorisar funcionarios da Assistencia resultar augmento de despesa.

§ 4.º Nos casos em que for imprescindivel proceder desde logo á substituição a respeito da qual se verifique a alludida hypothese, a mesma substituição será logo determinada e communicada ao Ministro.

Art. 10. Nas substituições dos funcionarios da Assistencia observar-se-ha o seguinte a respeito da remuneração:

1.º Quando o substituto for empregado da Assistencia, perceberá, além de seu vencimento integral, uma gratificação igual á differença entre este e o do logar substituido ;

2.º Quando for pessoa extranha á Assistencia, ser-lhe-ha abonada uma gratificação correspondente ao vencimento integral do logar que exercer, embora não se ache vago ou ao substituido caiba qualquer vencimento ;

3.º Quando um medico substituir a outro, terá direito á gratificação do substituido.

Art. 11. Os vencimentos do pessoal da Assistencia são os constantes da tabella annexa, considerando-se dous terços como ordenado e um terço como gratificação.

§ 1.º Os empregados que ali não figuram considerar-se-hão de diaria, que será paga pelas consignações destinadas ao material na verba respectiva.

§ 2.º Os vencimentos de dous dos internos do Hospicio Nacional continuarão a ser pagos pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Art. 12. As licenças serão reguladas pelo que dispuzer o regulamento da Secretaria de Estado em relação aos respectivos funcionarios.

Art. 13. Residência nas casas de propriedade da Assistência, proximas ao hospício, o medico encarregado do pavilhão, o director do dito hospício e o medico em chefe.

Paragrapho unico. Os funcionarios que residirem nas casas a que se refere este artigo, assim como os empregados internos, os quaes são obrigados a residir no estabelecimento a que pertencerem, terão direito á alimentação, segundo o que for observado a tal respeito nos hospitales militares.

Art. 14. Terão residencia nos proprios edificios dos asylos nas colonias, logo que nelles haja commodos, o director respectivo o o administrador, ambos com direito á alimentação, na conformidade do disposto na ultima parte do paragrapho antecedente.

Art. 15. Aos empregados do serviço externo que, pela natureza das funções do logar, não tenham tempo limitado para cumprimento de seus deveres e não possam, por isso, afastar-se dos estabelecimentos, dar-se-ha accommodação nas dependencias destes.

Art. 16. O empregado que faltar ao serviço da repartição soffrerá perda total ou desconto em seus vencimentos, conforme as seguintes disposições:

§ 1.º O que faltar sem causa justificada perderá todo o vencimento.

§ 2.º Perderá sómente a gratificação aquelle que faltar por motivo justificado.

São motivos justificados: 1º, molestia do empregado; 2º, nôjo; 3º, casamento.

§ 3.º Serão provadas com attestado medico as faltas que excederem a tres em cada mez.

§ 4.º O empregado que comparecer depois do encerrado o ponto não soffrerá desconto si justificar a demora perante o director das colonias, e, no hospício, perante o inspector, o director do mesmo hospício ou o medico em chefe, conforme o pessoal do que fizer parte.

§ 5.º O desconto por faltas interpoladas será relativo aos dias em que se derem; mas, si forem successivas, por espaço de oito ou mais dias, se estenderá aos que, não sendo de serviço, se comprehenderem no periodo das mesmas faltas.

§ 6.º As faltas se contarão a vista do livro do ponto.

Art. 17. Não soffrerá desconto algum o empregado que deixar de comparecer:

1.º Por motivo de serviço da repartição, precedendo ordem do respectivo chefe;

2.º Por serviço obrigatorio e gratuito em virtude de lei.

Art. 18. São sujeitos ás seguintes penas disciplinares os empregados, nos casos de negligencia, desobediencia, inexactidão no cumprimento de deveres, e falta de comparecimento, sem causa justificada, por oito dias consecutivos, ou quinze interpolados, durante um mez:

1.ª Simple advertencia;

2.ª Reprehensão;

3.<sup>a</sup> Suspensão até 15 dias, com perda de todo o vencimento ;

4.<sup>a</sup> Demissão.

Paragrapho unico. Estas penas, com excepção da ultima quando se tratar de funcionario de nomeação do Ministro, serão impostas pelo inspector geral, pelo director do hospicio ou das colonias, ou pelo medico em chefe, observada a regra estabelecida, no art. 16, § 4.<sup>o</sup>, quanto á competencia para o julgamento das faltas.

### SECÇÃO III

#### DOS CONCURSOS

Art. 19. No concurso para provimento dos logares de medico da Assistencia Medico-legal a Alienados, a commissão examinadora será composta do inspector geral da mesma Assistencia, como presidente, de tres lentes cathedromaticos de sciencias medicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, escolhidos mediante sorteio, e de um medico da mencionada Assistencia, designado pelo dito inspector.

Art. 20. As provas do concurso serão : pratica, oral e escripta, e versarão sobre as materias da cadeira de clinica psychiatrica e molestias nervosas das Faculdades de Medicina ; havendo arguição a respeito das duas ultimas provas, feita pelos membros da commissão examinadora.

Art. 21. A inscripção para o concurso, annunciada no *Diario Official* e nos jornaes de maior circulação, durará quatro mezes, e será encerrada no ultimo dia do prazo, ás 2 horas da tarde.

Art. 22. A' inscripção serão admittidos os cidadãos que estiverem no gozo dos direitos civis e politicos e forem graduados por qualquer das Faculdades de Medicina da Republica, ou que, tendo sido por escola estrangeira, se houverem habilitado perante alguma das nacionaes, apresentando uns e outros seus diplomas devidamente legalisados.

Art. 23. No impedimento do candidato, a inscripção poderá ser feita por procurador.

Art. 24. Findo o respectivo prazo, nenhum candidato será admittido a inscrever-se, salvo em nova inscripção, que o director deverá abrir por igual tempo, si ninguem houver se apresentado na primeira.

Art. 25. Organizada a lista dos candidatos inscriptos, o inspector geral constituirá a commissão, de conformidade com o art. 19, e marcará dia para começo dos trabalhos, fazendo-se as necessarias communicações e annuncios.

Art. 26. No primeiro dia de trabalho effectuar-se-ha a prova pratica, depois de formulada nesse dia, em reserva, a lista dos respectivos pontos, em numero de oito, a qual será rubricada por todos os membros da commissão.

Art. 27. Tirado o ponto pelo candidato inscripto em primeiro lugar, realizar-se-ha a prova pratica, que consistirá em preparações histologicas, normaes ou pathologicas, com referencia ás molestias mentaes e nervosas; em analyses clinicas de liquidos organicos que interessem aquellas molestias e em lição clinica sobre o doente que for apresentado ao candidato.

O tempo para essa prova será marcado pela commissão, contanto que cada candidato tenha vinte minutos para o exame do doente e trinta para explicar as preparações e analyses.

Art. 28. Dous dias depois da prova pratica, a commissão formulará uma lista de vinte pontos para a prova oral, que se realizará, publicamente, vinte e quatro horas depois de tirado o ponto, dando-se ao candidato o espago de uma hora para fazel-a, observada sempre a ordem da inscripção.

Emquanto fallar um candidato, os que se lhe seguirem não poderão ouvil-o, conservando-se para isso incommunicaveis.

Art. 29. Dous dias depois da prova oral, effectuar-se-ha a prova escripta, sobre ponto sortendo dentre dez, que serão formulados nesse dia.

Os concurrentes terão o prazo de duas horas para dissertar, e durante esse tempo serão fiscalizados por dous membros da commissão, alternadamente, evitando-se que os concurrentes consultem qualquer livro ou papel, ou tenham communicação com quem quer que seja.

Art. 30. Terminado o prazo de duas horas de que trata o artigo antecedente, serão todas as folhas da prova de cada um dos candidatos rubricadas, no verso, pelos dous examinadores que tiverem assistido ao trabalho da ultima hora e pelos outros concurrentes.

Art. 31. Em seguida cada candidato lerá sua prova, guardada sempre a ordem da inscripção, sendo a leitura fiscalizada pelo candidato subsequente.

Quando, porém, houver um só candidato, caberá a fiscalização a um dos examinadores, designado pelo presidente.

Art. 32. Pinda a leitura, retirar-se-hão os candidatos e proceder-se-ha ao julgamento, por votação nominal, ficando desde logo excluidos os candidatos que não obtiverem maioria de votos favoraveis.

Em seguida far-se-ha, pela forma indicada, a classificação, por ordem de merecimento, dos concurrentes habilitados.

Art. 33. Um dos membros da commissão, que for designado pelo presidente para servir de secretario, redigirá as actas do processo do concurso, em que serão mencionadas todas as circumstancias occorridas.

As actas deverão ser assignadas por todos os membros da commissão.

Art. 34. Si algum concurrente for acommettido de molestia que o inhíba de tirar ponto ou de prestar qualquer das provas, poderá justificar o impedimento perante o presidente do concurso, o qual, si julgar legitimo o mesmo impedimento, expará a acta

até oito dias, no caso de haver mais de um concorrente, podendo fazer-o por mais tempo si o candidato for unico.

No caso de ter sido já tirado o ponto, dar-se-ha outro em occasião opportuna, observando-se novamente o processo respectivo.

Art. 35. Si houver mais de tres candidatos, serão divididos em turmas para as provas pratica e oral, as quaes se realizarão em dias diferentes e com pontos e docentes diversos.

Opportunamente, o inspector geral da Assistencia remetterá ao Ministro cópia das actas do concurso, acompanhada das provas escriptas e da informação que julgar conveniente.

Art. 36. Si, encerrada a inscripção para o concurso, verificar-se que um unico candidato se propõe concorrer, e esse for professor da Faculdade ou escola medica nacional ou estrangeira reconhecida pelo Governo respectivo, ou for profissional de idoneidade scientifica notoria, poderá ser nomeado independentemente de concurso, mediante proposta do inspector geral.

Art. 37. Nos concursos para os logares de internos serão observadas as seguintes disposições :

1.<sup>a</sup> Haverá tres provas : escripta, oral e pratica. Para a prova escripta, que versará sobre assumpto de anatomia e physiologia do systema nervoso, tirado á sorte, será concedido aos candidatos o prazo de tres horas ; as provas oral e pratica, que durarão 15 minutos cada uma, versarão sobre assumpto de pathologia nervosa ou mental.

2.<sup>a</sup> Quando o numero de concorrentes exceder ao de vagas, a primeira prova será considerada eliminativa.

3.<sup>a</sup> O jury, que acompanhará e julgara as provas, será constituido pelo inspector geral, que presidirá o acto, pelo medico em chefe do hospicio, e por um outro medico, sorteado dentre os desse estabelecimento.

## CAPITULO II

### DA INSPECÇÃO GERAL

Art. 38. Compete ao inspector geral :

I. Superintender, no ponto de vista administrativo e scientifico, os serviços da Assistencia, de accordo com o presente regulamento e com as leis que pelo Congresso Nacional forem decretadas com referencia ao assumpto.

II. Apresentar ao Ministro o resultado dos concursos a que se proceder, de accordo com as disposições da secção III do capitulo antecedente, para o provimento dos logares de medico, propondo os que possam ser nomeados á vista da classificação.

III. Propôr ao Ministro a nomeação e a exoneração dos directores do hospicio e das colonias, do medico em chefe, do cirurgião, do ophthalmologista, do director do serviço gynecologico, do chefe do gabinete electro-therapico e dos demais emprega-

gados cuja nomeação caiba ao Ministro, e nomear o amanuense e o continuo.

IV. Conceder licença a esses empregados e aos medicos, ouvido o medico em chefe quanto aos dos servicos a seu cargo, e o director das colonias quanto ao medico desse estabelecimento, por prazo não excedente a 15 dias e na forma das disposições do regulamento da Secretaria de Estado.

V. Submetter ao Ministro, com as informações que entenda dever additar, os orçamentos do hospicio e das colonias, organisados na conformidade dos arts. 44, n. XX, 46, n. XII e 72, n. XVII.

VI. Approvar as instrucções e as tabellas que elaborarem o medico em chefe do hospicio e o director das colonias, de accordo com o medico respectivo, para regularidade dos servicos na parte attinente ao tratamento dos enfermos.

VII. Encarregar-se dos estudos e pesquisas que interessarem á psychiatria e ás molestias nervosas, publicando esses trabalhos, conforme os meios orçamentarios de que dispuzer a Assistencia para occorrer á despesa.

VIII. Ordenar a transferencia dos enfermos destinados ás colonias.

IX. Resolver sobre a permissão para os enfermos do hospicio ausentarem-se temporariamente, no caso de divergirem o medico da secção respectiva e o medico em chefe.

X. Decidir todas as questões que se suscitarem entre o director do hospicio e o medico em chefe, no exercicio de suas attribuições, submetten-do-as ao Ministro quando entenda não poder fazel-o por si.

XI. Promover no hospicio, no dia 11 de agosto de cada anno, sempre que for possível, uma exposição dos trabalhos manufacturados pelos enfermos do estabelecimento.

XII. Assignar toda a correspondencia com quaesquer autoridades, sobre assumpto relativo á Assistencia e que for de sua competencia, fazendo-o por intermedio do Ministerio da Justica e Negocios Interiores quando o expediente houver de ser dirigido aos outros Ministerios.

XIII. Apresentar, no principio de cada anno, ao Ministro um relatório acompanhado dos dos directores do hospicio e das colonias e do medico em chefe sobre as occorrencias havidas nesses estabelecimentos, com as considerações que julgar convenientes, bem assim de uma noticia concernente aos meios therapeuticos empregados no tratamento dos enfermos e das observações scientificas mais interessantes.

Art. 39. O inspector geral podera admittir gratuitamente, nos estabelecimentos da Assistencia, até dous internos praticantes. Estes perderão, porém, o logar si deixarem de inscrever-se ou forem inhabilitados em dous concursos.

Art. 40. Os trabalhos de expediente da Inspectoria Geral da Assistencia, a qual funcionará em um dos predios de propriedade desta, ficarão a cargo de um escriptuario e de um continuo, cuja frequencia será verificada pelo modo prescripto no art. 68, para o que haverá alli livro apropriado.

## CAPITULO III

## DO PAVILHÃO DE OBSERVAÇÃO

Art. 41. O pavilhão de observação destinado a receber os doentes gratuitos, suspeitos de alienação mental, enviados pelas autoridades publicas, é exclusivamente reservado para a clinica psychiatrica e de molestias nervosas, sob a immediata direcção do lente respectivo e de seu substituto.

O serviço economico do pavilhão fica provisoriamente a cargo do director do hospicio e sujeito ás mesmas disposições que regem o deste.

A escripturação, quanto aos enfermos, continuará a ser feita pelos internos.

Art. 42. Enquanto a clinica psychiatrica funcionar no dito pavilhão, o lente respectivo fará parte do pessoal clinico da Assistencia, si não exercer o logar de inspector geral, afim de ter alli exercicio exclusivamente.

No caso de que o substituto do mesmo lente esteja provido em algum dos cargos do hospicio, o lente terá como seu auxiliar, no pavilhão, um dos medicos por elle indicado ao Ministro.

## CAPITULO IV

## DO HOSPICIO NACIONAL

## SECÇÃO I

## DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVO E SANITARIO

Art. 43. A direcção dos serviços administrativo e sanitario do hospicio compete, respectivamente, ao director e ao medico em chefe.

O director terá a seu cargo os serviços administrativos, com excepção daquelles em que houverem de tomar parte os enfermos, e ao medico em chefe caberá a superintendencia destes ultimos trabalhos e do serviço clinico.

Art. 44. Incumbe especificadamente ao director:

I. Propôr ao inspector geral a nomeação e exoneração do contador, almoxarife, amanuense e escriptuario do hospicio.

II. Nomear, contractar ou admitir, conforme couber em cada caso, e dispensar, o porteiro e os empregados subalternos, exceptuados os enfermeiros, inspectores e guardas.

III. Conceder licença por prazo não excedente a 15 dias e na forma das disposições do regulamento da Secretaria de Estado, aos empregados de sua nomeação que tiverem direito a essa concessão.

IV. Despachar os requerimentos que lhe forem dirigidos para admissão provisória de enfermos pensionistas, e para certidões e attestados.

V. Autorisar, à vista dos pareceres de que trata o art. 47 n. VII deste regulamento, a matricula dos enfermos, segundo os preceitos regulamentares.

VI. Fazer mencionar nas papeletas os valores em dinheiro e os objectos que os enfermos tiverem ao entrar para o estabelecimento, entregando-os ao almoxarife para serem guardados em cofre.

VII. Mandar receber os enfermos cuja admissão estiver autorizada ou os que forem remettidos por autoridade competente, fiscalizando o serviço de transporte quando feito nos carros da Assistência.

VIII. Conceder permissão, à vista de parecer do medico da secção, quando com este concorde o medico em chefe, para ausentarem-se os enfermos a quem puder aproveitar a sahida temporaria.

No caso de divergencia decidirá o inspector geral.

IX. Prestar às familias dos enfermos, em geral, as informações por ellas solicitadas, ou que forem de mister, quando se não refiram ao estado de saude; e participar às dos pensionistas o que de mais importante occorrer quanto aos doentes que lhes digam respeito, a vista das indicações que receber do medico em chefe.

X. Providenciar, com promptidão, sobre o enterramento dos enfermos que fallecerem no Hospicio Nacional, de accordo com as ordens vigentes e recommendações das familias dos mesmos enfermos, fazendo a necessaria participação ao official do registro civil.

XI. Mandar extrahir do livro competente as contas, cujo pagamento estiver em atrazo, dos enfermos pensionistas, e, depois de processadas, enviar-as à Secretaria de Estado, com os esclarecimentos precisos para promover-se a cobrança judicial.

XII. Presidir à reunião do conselho economico, de que farão parte o medico em chefe e um funcionario da Directoria do Contabilidade da Secretaria de Estado, designado pelo Ministro, e rubricar com estes as propostas apresentadas em virtude de concorrência publica para os fornecimentos ao hospicio; assim como mandar lavrar contractos com os proponentes preferidos, à vista dos mappas comparativos feitos no dito estabelecimento, segundo as indicações dos membros do mesmo conselho.

XIII. Examinar, com o medico em chefe, os generos de consumo recebidos no estabelecimento, a fim de verificar-se os que devem ser recusados.

XIV. Solicitar a expedição de ordem para ser entregue ao almoxarife a quantia correspondente ao adeantamento que lhe deva ser feito no Theouro Federal a fim de occorrer durante o anno às despezas minutas e de prompto pagamento do hospicio.

XV. Mandar extrahir do livro de folha, numerados e em ordem chronologica, e visar os papeletas de que for necessario a

manutenção dos serviços do estabelecimento e suas dependências.

XVI. Autorisar, dentro das respectivas consignações orçamentarias, as despesas miudas e de prompto pagamento e a compra, segundo os processos estabelecidos, dos objectos que forem necessarios ao hospicio e suas dependências.

XVII. Mandar organizar e assignar as folhas dos vencimentos dos empregados do Hospicio, enviando á Secretaria de Estado as que, por seu intermedio, devam ser encaminhadas ao Thesouro Federal, e segunda via das que forem remettidas directamente ao mesmo Thesouro, visto comprehenderem funcionarios que neste tem assentamentos.

XVIII. Rubricar não só as contas de fornecimento e das despesas miudas e de prompto pagamento, depois de devidamente processadas, mas também as respectivas relações, a fim de serem enviadas ao Thesouro Federal, por intermedio da Secretaria de Estado.

XIX. Prover á conservação do edificio e gerir a arrecadação e as demais dependências do hospicio.

XX. Organisar o orçamento do hospicio, de accordo com o medico em chefe, na parte que lhe compete, e á vista dos organamentos parciaes do chefe do gabinete electro-therapico e do pharmaceutico, remettendo-o opportunamente ao inspector geral.

XXI. Apresentar, no principio de cada anno, ao inspector geral, o relatorio das occurrencias administrativas havidas no estabelecimento, acompanhado das respectivas estatisticas.

XXII. Assignar a correspondencia com quaesquer autoridades sobre assumpto relativo ao hospicio e que for de sua competencia.

XXIII. Organisar as instrucções e as tabellas que forem precisas para regularidade do serviço administrativo, assim como os modelos dos livros necessarios para a escripturação.

Art. 45. O detalhe de designação do pessoal subalterno do hospicio, para serviços externos, é da competencia do director.

Art. 46. Incumbe privativamente ao medico em chefe :

I. Nomear, admittir ou contractar, conforme no caso couber, e dispensar, os internos, o pharmaceutico e seu ajudante, os enfermeiros, os inspectores e os guardas do hospicio.

II. Conceder licença, por prazo não excedente a 15 dias e na forma do regulamento da Secretaria de Estado, áquelles dentro os referidos empregados que tiverem direito a essa concessão.

III. Visitar, pelo menos, duas vezes por dia, todas as secções do estabelecimento, providenciando, quando for de mister, sobre a collocação dos enfermos, e sobre o conveniente tratamento, na ausencia do medico da respectiva secção.

IV. Registrar as observações que tiver colhido relativamente ao estado dos enfermos e que justifiquem a sua intervenção.

V. Mandar recolher á respectiva secção os doentes, cuja admissão tiver sido autorisada, fazendo, auxiliado pelos internos

do serviço, o relatório dos dados anthropometricos concernentes aos enfermos, aos quaes prestará os primeiros soccorros.

VI. Fiscalisar as enfermarias e todas as dependencias do serviço sanitaria.

VII. Fazer parte, com o director do hospicio e o funcionario a quem se refere o art. 44 n. XII, do conselho economico incumbido do exame das propostas para os fornecimentos do mesmo hospicio.

VIII. Examinar, com o director do hospicio, os generos de consumo recebidos no estabelecimento, indicando os que devam ser recusados.

IX. Organisar a tabella das refeições que devam ser diariamente distribuidas aos enfermos, assim como as instrucções que forem precisas para regularidade do serviço a seu cargo.

X. Superintender nos trabalhos das officinas, do gabinete electro-therapico, da escola profissional de enfermeiros, e, em geral, em todos aquelles em que tomem parte os enfermos.

XI. Prestar ás familias dos enfermos as informações por ellas solicitadas, quando se reítram ao estado de saude, e ministrar ao director do hospicio as indicações necessarias afim de que possa participar ás familias dos pensionistas o que de mais importante occorrer quanto aos doentes que lhes digam respeito.

XII. Fornecer ao director do hospicio os dados necessarios para organisação do orçamento na parte relativa ao serviço sanitario e aos que com este tenham connexão.

XIII. Apresentar ao inspector geral, no principio de cada anno, o relatório das occurrencias do serviço sanitario havidas no estabelecimento, fazendo-o acompanhar das considerações e observações scientificas que lhe parecerem pertinentes e interessantes.

XIV. Encerrar diariamente o livro de presença do pessoal do serviço clinico.

Art. 47. Incumbe aos medicos :

I. Visitar diariamente, ás 8 horas da manhã, as subdivisões a seu cargo, e prescrever o tratamento a que devam ser submettidos os enfermos.

II. Lançar, em livros proprios, as notas clinicas que exprimam o estado dos doentes, quer sejam modificações dos symptomas primitivos, quer factos novos, pertencentes a outra phase da molestia.

III. Prescrever diariamente, em livro para esse fim destinado, a dieta dos enfermos acommettidos de molestias communs.

IV. Dar alta aos enfermos curados e aos que tenham de sahir em virtude de requerimento dos interessados, e submeter as papeletas á apreciação do medico em chefe.

V. Passar os attestados requeridos ao director e os de obito dos enfermos que fallecerem nas respectivas subdivisões, e remetel-os ao mesmo director.

VI. Autopsiar os cadáveres que sahirem das subdivisões, salvo tratando-se de contribuintes, e entregar ao medico em chefe as notas relativas ás autopsias, para serem lançadas no respectivo registro.

VII. Apresentar ao medico em chefe, no prazo de 15 dias, que poderá ser por elle prorogado, um parecer fundado nos exames que houverem feito sobre o estado mental dos enfermos em observação.

VIII. Colligir elementos para o relatório do medico em chefe.

IX. Solicitar do medico em chefe o que necessitarem para o bom desempenho dos deveres que lhes cabem.

Art. 48. Incumbe aos internos de clinica :

I. Observar assidua e attentamente os alienados, tomando nota de tudo quanto possa interessar ao tratamento.

II. Assistir a distribuição dos remedios e dos alimentos.

III. Empregar o tratamento hydro-therapico que os facultativos prescreverem.

IV. Applicar, na ausencia do medico em chefe e dos medicos, só quando forem absolutamente indispensaveis e durante o menor prazo possivel, os meios coercitivos de que trata este regulamento.

V. Socorrer promptamente os enfermos que carecerem de cuidados immediatos, recorrendo ao medico em chefe nos casos graves.

VI. Consignar, em livro especial, todas as occurrencias que se derem com referencia ao serviço clinico, comprehendida a applicação dos meios coercitivos.

VII. Registrar as notas relativas ás autopsias.

VIII. Executar as instrucções que receberem dos medicos das secções ou do medico em chefe com referencia ao serviço clinico.

Art. 49. Para os fins da estatistica deverão diariamente os internos em serviço, depois que houverem recebido os relatorios das occurrencias nas secções, fornecer ao director do hospicio nota das roupas e outros objectos que tenham sido inutilizados pelos enfermos.

Art. 50. Um dos internos, designado pelo medico em chefe, fiscalisará o serviço do necroterio e das salas de necropsias, empregando, conforme o trabalho referir-se á divisão dos homens ou á das mulheres, serventes de um ou de outro sexo, dirigidos, no primeiro caso, por um enfermeiro, e no segundo, por uma inspectora.

Art. 51. O interno do serviço não poderá fazer-se substituir por outro, sinão mediante autorisação do medico em chefe ; e sob pretexto algum poderá sahir do estabelecimento durante o tempo de serviço.

Art. 52. Compete ao pharmaceutico :

I. Preparar com o maior esmero os medicamentos, aviando, a qualquer hora do dia ou da noite, as prescripções feitas para os enfermos da Assistencia.

II. Conservar a pharmacia no melhor asseio e ordem com o auxilio dos serventes precisos.

III. Extrahir os pedidos de drogas e mais objectos de que necessitar a pharmacia, e apresental-os ao medico em chefe, que os transmittirá ao director do hospicio.

IV. Examinar as contas dos fornecedores respectivos, confrontando-as com os pedidos, que as deverão acompanhar, e apresental-as ao director do hospicio, com a nota — conforme — datada e assignada.

V. Proceder ao inventario do vasilhame e mais objectos que entrarem para a pharmacia, e registrar-o em livro especial, uma vez por anno.

VI. Fiscalisar o serviço confiado ao official de pharmacia, seu ajudante.

Art. 53. O pharmaceutico não se retirará do estabelecimento sem que esteja terminado o expediente do aviamento do receptuario, e tambem nas occasiões em que esteja ausente o seu ajudante.

Art. 54. Ao ajudante do pharmaceutico cumpre fazer o trabalho que por este for designado.

Art. 55. O primeiro enfermeiro, os segundos enfermeiros, as enfermeiras e inspectoras, e os guardas, são auxiliares do serviço medico, e devem cumprir as ordens do medico em chefe, dos medicos e dos internos.

Art. 56. No gabinete do director do hospicio estará todas as manhãs, das 8 às 9 horas, em que será encerrado pelo medico em chefe, um livro de presença, no qual escreverão seus nomes os funcionarios do serviço clinico.

## SECÇÃO II

### DO MUSEO ANATOMO-PATHOLOGICO

Art. 57. No museo anatomico-pathologico serão observadas as seguintes disposições :

1.<sup>a</sup> O museo estará aberto todos os dias uteis, das 9 horas da manhã às 2 da tarde ;

2.<sup>a</sup> As peças anatomicas destinadas ao museo serão entregues ao respectivo director, que as preparará afim de serem conservadas ;

3.<sup>a</sup> As pesquisas histologicas se farão segundo as instrucções que forem dadas pelo director, o qual escolherá as preparações mais instructivas que convenha conservar ;

4.<sup>a</sup> A cada peça anatomica deverá acompanhar um relatorio do caso morbido e da necropsia, de modo a ser archivado, para illustração e historico da mesma peça ;

5.<sup>a</sup> O director do museo deverá assistir ás necropsias, com o fim de indicar o modo mais conveniente da extracção da peça

anatomica e de sua conservação, antes de passar por ulterior processo ;

6.<sup>a</sup> De todos os trabalhos executados no museo deverá o director fazer, em cada anno, um relatório, que será entregue ao inspector geral da Assistencia, afim de ser publicado ;

7.<sup>a</sup> No museo serão executadas pelos medicos e internos do hospicio, de accordo com as instrucções do medico em chefe, as analyses dos liquidos pathologicos e as investigações microscopicas necessarias para a elucidação dos casos morbidos.

Paragrapho unico. O encarregado do museo terá sob a sua guarda o inventario dosapparelhos e moveis ali existentes e os conservará na maior limpeza e asseio.

Não permittirá que sejam retirados quaesquer dos apparelhos sem o competente recibo.

### SECÇÃO III

#### DO GABINETE ELECTRO-THERAPICO

Art. 58. Ao chefe do gabinete electro-therapico cumpre:

I. Executar as instrucções que lhe forem dadas pelo medico em chefe, o qual se reportará, no que disser respeito aos doentes a cargo dos medicos, ás notas que delles receber.

II. Ter o inventario, sob a guarda do empregado encarregado do gabinete, dos apparelhos e moveis ali existentes, bem como fazel-os conservar na maior limpeza e asseio.

III. Apresentar ao director do hospicio, visados pelo medico em chefe, os pedidos dos objectos que forem necessarios para o gabinete.

IV. Não permittir ao empregado encarregado do gabinete que sejam retirados quaesquer dos apparelhos sem o competente recibo.

### SECÇÃO IV

#### DA ESCOLA PROFISSIONAL DE ENFERMEIROS

Art. 59. Na escola profissional, creada pelo decreto n. 791 de 27 de setembro de 1890, a qual se destina a preparar enfermeiros e enfermeiras para os hospicios e hospitaes civis e militares, se observará o seguinte:

§ 1.<sup>o</sup> O curso constará: 1.<sup>o</sup>, de noções praticas de propedeutica clinica ; 2.<sup>o</sup>, de noções geraes de anatomia, physiologia, hygiene hospitalar, curativos, pequena cirurgia, cuidados especiaes a certas categorias de enfermos e applicações balneo-therapicas ; 3.<sup>o</sup>, de administração interna e escripturação do serviço sanitario e economico das enfermarias.

§ 2.º Os cursos theoricos se effectuarão tres vezes por semana, em seguida à visita ás enfermarias, e serão dirigidos pelos internos e pelos enfermeiros e inspectores, sob a fiscalisação do medico e superintendencia do medico em chefe.

§ 3.º Para ser admittido à matricula o pretendente deverá:

- 1.º Ter 14 annos, pelo menos, de idade ;
- 2.º Saber ler e escrever correctamente e conhecer arithmetica elementar ;
- 3.º Apresentar attestações de bons costumes.

Poderão ser admittidos ao curso alumnos internos e externos ; os primeiros, que não poderão exceder de 30, além de aposento e alimentação, terão direito à gratificação, no primeiro anno, de 20\$ mensaes, e no segundo, depois do primeiro apprendizado, de 25\$; devendo, porém, conduvar os empregatos do estabelecimento no serviço que lhes for designado.

§ 4.º Aos alumnos que se distinguirem nos exames, que o inspector geral presidirá, serão conferidos premios até 50\$, e aos enfermeiros diplomados e alumnos que, em qualquer tempo, se invalidarem no exercicio da profissão em hospitaes mantidos pelo Estado, por effeito dos deveres a ella inherentes, abonar-se-ha uma pensão proporcional ao vencimento que pedererem.

§ 5.º No fim do curso, que poderá ser feito em dous annos, no minimo, será conferido ao alumno um diploma passado pelo inspector geral da Assistencia Medico-legal a Alienados.

§ 6.º O diploma dará preferencia para os empregos nos hospitaes de que trata este artigo, e o exercicio profissional durante 25 annos direito à aposentadoria na fórma das leis vigentes.

§ 7.º Enquanto permanecerem no estabelecimento, os alumnos ficarão sujeitos às penas disciplinares impostas nas instrucções do serviço interno aos respectivos empregados.

## SECÇÃO V

### DAS OFFICINAS

Art. 60. Haverá, no hospicio, as offeinas que o inspector geral julgar conveniente estabelecer, tendo em vista os recursos orçamentarios.

Art. 61. Os trabalhos dos enfermos alienados, salvo os que se destinarem ao uso dos proprios enfermos e os que tenham de ser entregues às pessoas que os encomendarem, ficarão expostos em compartimento apropriado, onde possam ser vistos pelos visitantes.

Art. 62. Parte do producto da venda dos referidos trabalhos, calculada em 10 %, será destinada a pequenos premios aos enfermos que mais se distinguirem no trabalho, e a modico auxilio pecuniario aos que, tendo-se restabelecido, não dispuzerem de

recursos para seu transporte ao logar de residencia das familias e para alimentarem-se antes de encontrar collocação.

Art. 63. Os premios e auxilios de que trata o artigo antecedente serão concedidos a juizo do medico em chefe.

Art. 64. Trabalharão nas officinas da divisão dos homens, industriando os enfermos nos differentes officios, os mestres necessarios.

Art. 65. As officinas da divisão das mulheres estarão a cargo de inspectoras.

## SECÇÃO VI

### DOS TRABALHOS DE ESCRITURAÇÃO

Art. 66. Ao contador incumbirá a escripturação relativa aos objectos de que tratam os ns. I a V do art. 69.

Art. 67. Incumbe ao escripturario e ao amanuense, segundo distribuição feita pelo director do hospicio, o qual assignará as certidões, os attestados, os annuncios e os editaes, assim como rubricará quaesquer trabalhos ali elaborados:

I. Todos os serviços concernentes ao preparo e andamento dos papeis recebidos, inclusive os requerimentos de qualquer natureza e a correspondencia do director.

II. A organização da lista dos enfermos que derem entrada no hospicio, e a respectiva matricula em livro proprio, observados os preceitos regulamentares.

III. As certidões que tiverem de ser passadas em virtude do despacho do mesmo director.

IV. A guarda dos pareceres medicos.

V. O assentamento dos empregados do hospicio.

VI. A transcripção, em livro especial, dos contractos que devam ser celebrados com os fornecedores do hospicio.

VII. A relação dos annuncios e editaes, inclusive os de recebimento de propostas para compra de generos alimenticios o mais objectos precisos ao hospicio, quando for de mister a concorrência.

VIII. A organização e o processo das folhas dos empregados do hospicio; o processo das contas das despesas de fornecimento, miudas e de prompto pagamento, e das contas das pensões em atraso: outrossim, o preparo das guias para entrega das contribuições dos pensionistas no Thesouro Federal.

IX. A organização, no começo de cada mez, de um quadro demonstrativo dos generos alimenticios distribuidos, durante o mez antecedente, para as refeições, a qual se fara á vista das notas da quantidade de cada um dos mesmos generos diariamente fornecidas pelo empregado respectivo.

X. A escripturação, em livro especial, da despesa do hospicio.

XI. A organização do orçamento do mesmo hospício, conforme as indicações do respectivo director.

Paragrapho unico. Aos escripturarios e ao amanuense cumpre executar, com zelo e promptidão, os trabalhos que lhes fôrem distribuidos pelo director do hospício.

Art. 68. O serviço começará, nos dias uteis, às 10 horas da manhã, em que será encerrado o ponto pelo director, e terminará às 3 da tarde, podendo ser prorogada a hora do expediente, quando assim o exigirem os trabalhos.

## SECÇÃO VII

### DO ALMOXARIFE

Art. 69. Ao almoxarife, o qual deverá comparecer diariamente no hospício, à hora que convier ao serviço, incumbem:

I. Recolher em cofre, para terem o devido destino na fôrma da lei, os valores em dinheiro e os objectos que tiverem os enfermos ao entrar para o hospício.

II. Arrecadar os espolios dos enfermos que fallecerem, para serem entregues às respectivas familias quando competentemente reclamados, ou, no caso contrario, enviados pelo director ao pretor respectivo.

III. Receber, no Thesouro Federal, a quantia que houver de ser adelantada para occorrer, durante o anno, às despezas miudas e de prompto pagamento.

IV. Receber a renda das officinas e entregal-a, no principio de cada mez, ao director do hospício, acompanhada de guia em duplicata.

V. Recolher mensalmente ao Thesouro Federal, à vista da necessaria guia, o producto das contribuições dos pensionistas.

VI. Satisfazer todos os pedidos, devidamente autorizados, dos objectos precisos para os differentes serviços do hospício e suas dependencias.

VII. Fazer a carga e descarga dos objectos adquiridos para os alludidos serviços, debitando a cada um dos empregados, em livro proprio, o que lhes tiver fornecido.

Art. 70. O almoxarife prestará no Thesouro Federal, segundo os preceitos que ali se observarem em referencia aos empregados de Fazenda, fiança cujo valor o Ministro arbitrará, tendo em attenção a importancia pecuniaria pela qual fique responsavel o mesmo almoxarife em consequencia do adelantamento que lhe é feito.

## CAPITULO V

## DAS COLONIAS

Art. 71. As colonias são exclusivamente reservadas a alienados indigentes, transferidos do Hospício Nacional ou remettidos do pavilhão de observação, e capazes de entregar-se a exploração agrícola e a outras pequenas industrias.

Art. 72. Ao director compete:

I. Fiscalisar todos os serviços das colonias;

II. Propôr ao inspector geral a nomeação e a exoneração do administrador e dos escripturarios, e nomear, contractar ou admittir, conforme couber em cada caso, e dispensar, os demais empregados, com excepção do medico.

III. Conceder licença, por prazo não excedente a 15 dias e na forma do regulamento da Secretaria de Estado, aos empregados de sua nomeação que tiverem direito a essa vantagem, e, a vista de parecer do medico, permissão para ausentarem-se os enfermos a quem puder aproveitar a sahida temporaria.

IV. Despachar os requerimentos que lhe forem dirigidos para certidões e attestados, assignando estes documentos, assim como quaesquer annuncios ou editaes.

V. Mandar matricular, em livro proprio, os enfermos enviados pelo inspector geral.

VI. Prestar as informações que a respeito dos enfermos forem solicitadas.

VII. Providenciar, com promptidão, sobre o enterramento dos enfermos que fallecerem, fazendo a necessaria participação ao official do registro civil.

VIII. Presidir á reunião do conselho economico, de que farão parte o medico das colonias e um funcionario da Directoria de Contabilidade da Secretaria de Estado, designado pelo Ministro, e rubricar com estes as propostas apresentadas em virtude de concorrência publica para os fornecimentos; assim como mandar lavrar contractos com os proponentes preferidos, á vista dos mappas comparativos feitos seguindo as indicações dos membros do mesmo conselho.

IX. Examinar, com o medico das colonias, os generos de consumo recebidos no estabelecimento, afim de verificar-se os que devam ser recusados.

X. Solicitar a expedição de ordem para a entrega ao administrador da quantia correspondente ao adiantamento que lhe deva ser feito no Thesouro Federal afim de occorrer, durante o anno, ás despesas mudas e de prompto pagamento das colonias.

XI. Mandar extrahir do livro de talão, numerados e em ordem chronologica, e visar, os pedidos do que for necessario á manutenção dos serviços do estabelecimento.

XII. Autorisar, dentro das respectivas consignações orçamentarias, as despesas mudas e de prompto pagamento de a

compra, segundo os processos estabelecidos, dos objectos que forem necessarios ás colonias.

XIII. Mandar organizar e assignar as folhas dos vencimentos dos empregados das colonias, enviando á Secretaria de Estado as que, por seu intermedio, devam ser encaminhadas ao Thesouro Federal, e segunda via das que forem remettidas directamente ao mesmo Thesouro, visto comprehendereem funcionarios que neste teem assentamento.

XIV. Rubricar não só as contas de fornecimentos e das despesas miudas e de prompto pagamento, depois de devidamente processadas, mas tambem as respectivas relações, afim de serem enviadas ao Thesouro Federal, por intermedio da Secretaria de Estado.

XV. Visar as guias de entrega da renda das colonias, os mappas de frequencia do pessoal, bem assim os demais documentos sujeitos á sua fiscalisação e que tenham de ficar no archivo.

XVI. Rubricar todos os livros destinados aos serviços das colonias.

XVII. Organizar, ouvido o medico, as tabellas das refeições que devam ser diariamente fornecidas aos enfermos; outrossim o regimento interno, no qual se disporá a respeito das obrigações do pessoal subalterno.

O regimento interno será acompanhado dos modelos dos livros que forem de mister para a escripturação.

XVIII. Organizar o orçamento das colonias, ouvido o medico em a parte que lhe compete, remetendo-o opportunamente ao inspector geral.

XIX. Apresentar, no principio de cada anno, ao inspector geral o relatorio das occurrencias havidas no estabelecimento, acompanhado das respectivas estatisticas.

XX. Encerrar diariamente, com sua rubrica, o livro do ponto.

XXI. Dirigir e regularisar o serviço das lanchas empregadas no serviço das colonias.

XXII. Assignar toda a correspondencia com quaesquer autoridades sobre assumpto relativo ás colonias e que seja de sua competencia.

Art. 73. Incumbe ao medico:

I. Visitar as colonias diariamente, e extraordinariamente sempre que a sua presença for reclamada pelo director.

II. Prescrever diariamente, em livro para esse fim destinado, a dieta dos enfermos de molestias communs.

III. Indicar a natureza e duração dos trabalhos a que os enfermos devam ser submettidos, e prescrever os meios coercitivos necessarios.

IV. Dar alta aos enfermos curados e aos que tenham de sahir em virtude de requerimento dos interessados, e submeter as papeletas á apreciação do director.

V. Reclamar, quando julgar conveniente, os serviços do cirurgião.

VI. Dar aos internos as instrucções pelas quaes deverão guiar-se na sua ausencia.

VII. Fazer as autopsias previamente indicadas pelo medico em chefe, remettendo-lhe o respectivo relatorio.

VIII. Colligir elementos para o relatorio do director das colonias.

Paragrapho unico. Concedida a alta a qualquer enfermo, ou no caso de fallecimento, será feita a necessaria communicação á autoridade que houver requisitado a admissão.

Art. 74. Cabe aos internos:

I. Executar e fazer executar pelos enfermeiros e guardas as prescripções do medico.

II. Cuidar do archivo clinico, no qual ficarão consignados os factos mais importantes e o resultado das autopsias.

III. Consignar, em livro especial, todas as occurrencias que se dêrem com relação ao serviço clinico, comprehendida a applicação dos meios coercitivos.

Art. 75. Ao administrador cumpre:

I. Recolher em cofre, para terem o devido destino, na fôrma da lei, os valores em dinheiro e os objectos pertencentes aos enfermos transferidos para as colonias.

II. Extrahir de livros de talão os pedidos de generos e mais objectos necessarios ás colonias, e submetter-os ao — visto — do director.

III. Receber, no Thesouro Federal, a quantia que houver de ser adeantada para occorrer, durante o anno, ás despesas miudas e de prompto pagamento.

IV. Satisfazer todos os pedidos, a que se refere o n. II deste artigo, dos objectos precisos para os differentes serviços das colonias.

V. Fazer a carga e a descarga dos objectos adquiridos para os alludidos serviços, debitando a cada um dos empregados, em livro proprio, o que lhes tiver fornecido.

VI. Arrecadar, guardando-a em cofre, a renda das colonias afim de, depositando em uma instituição bancaria 10 % da mesma renda para ter a applicação estatuida no art. 62, recolher-a ao Thesouro Federal, no principio de cada mez, acompanhada de guia, em duplicata, visada pelo director.

VII. Fazer, annualmente, o inventario dos moveis e utensilios pertencentes ás colonias, lançando-o em livro relativo a cada uma dellas, com as alterações que forem occorrendo.

VIII. Prover á conservação dos edificios e gerir a arrecadação e as demais dependencias das colonias, representando ao director contra as faltas que encontrar.

IX. Dirigir o serviço das despensas e cozinhas das colonias.

Art. 76. O administrador prestará, no Thesouro Federal, segundo os preceitos que ali se observarem em referencia aos empregados de Fazenda, fiança cujo valor o Ministro arbitrará, tendo em attenção a importancia pecuniaria pela qual fique re-

sponsavel o mesmo administrador, em consequencia do adiantamento que lhe é feito.

Art. 77. Aos escripturarios compete:

- I. Fazer a correspondencia do director.
- II. Passar as certidões que este tenha de assignar.
- III. Transcrever, em livro especial, os contractos que devam ser celebrados com os fornecedores das colonias.
- IV. Redigir os annuncios e editaes, inclusive os de recebimento de propostas para compra de generos alimenticios e mais objectos precisos ás colonias, quando for de mister a concorrência.
- V. Organisar e processar as folhas dos vencimentos dos empregados ; e processar as contas das despezas de fornecimento e de prompto pagamento.
- VI. Organisar, no principio de cada mez, um quadro demonstrativo dos generos alimenticios distribuidos, durante o mez antecedente, para as refeições, o qual se fará à vista das notas da quantidade de cada um dos mesmos generos diariamente fornecidos pelo empregado respectivo.
- VII. Escripturnar, em livro especial, as despezas das colonias.
- VIII. Organisar os mappas de frequencia de todo o pessoal das colonias, à vista do livro do ponto.
- IX. Escripturnar os livros de matricula, os de assentamento dos empregados subalternos, os de registro das contas e outros que forem creados pelo director.
- X. Notar no livro do ponto as faltas do pessoal subalterno.
- XI. Fazer os mappas do movimento das colonias.
- XII. Organisar o orçamento das colonias segundo as indicações do director.

Art. 78. Os enfermos alienados occuparão dormitórios em que sejam observados todos os preceitos da hygiene.

Art. 79. Aos alienados se proporcionarão, além da balneotherapie, banhos ordinarios de agua doce e de mar, bem assim os recreios que forem convenientes, a juizo do director.

Art. 80. Os alienados poderão receber os parentes que os procurarem, aos domingos e dias feriados, precedendo permissão do director das colonias.

Art. 81. Os alienados não poderão enviar ou receber escripto algum sinão por intermedio do director.

Art. 82. São applicaveis aos alienados das colonias os meios coercitivos empregados no Hospicio Nacional.

Art. 83. Haverá nas colonias, logo que for possivel, as officinas que o inspector geral julgar acertado estabelecer, e nellas trabalharão, sob a direcção de mestres, os alienados que não se prestarem ao trabalho agricola e mostrarem aptidão para algum officio.

Art. 84. A renda das officinas e dos productos da pequena lavoura terá a applicação estatuida na legislação vigente, observado o disposto no art. 62 d'esto regulamento e arbitrados

pelo director os premios e auxilios que tenham de ser concedidos aos enfermos.

Art. 85. Haverá nas colonias logares apropriados para deposito dos mortos e preparo de caixões.

Art. 86. A visita ás colonias será permittida pelo respectivo director nos domingos e dias feriados.

## CAPÍTULO VI

### DA ADMISSÃO DOS ENFERMOS, SUA CLASSIFICAÇÃO E TRATAMENTO

Art. 87. Todos os individuos que, pela pratica de actos indicativos de alienação mental, tiverem de ser recolhidos ao hospicio, alli darão entrada provisoria, até se verificar a alienação nos termos do n. VII do art. 47 ; depois do que poderá ser autorizada a matricula pelo director, excepto tratando-se de estrangeiros que tenham de ser repatriados em virtude de accordo com os respectivos Governos.

A matricula realizar-se-ha 15 dias depois da entrada dos enfermos, salvo casos especiaes, em que, a juizo do medico em chefe, deva este prazo ser prorogado.

Art. 88. A admissão dos enfermos indigentes se verificará á vista de ordem do Ministro ou de requisição do chefe de policia ou do Prefeito do Districto Federal.

As requisições devem ser acompanhadas de documentos justificativos da loucura, e de informações e documentos ácerca do nome, idade, naturalidade, estado, filiação e residencia dos enfermos.

Art. 89. Os alienados remettidos pela policia, acerca dos quaes não seja possível satisfazer, por falta de esclarecimentos, o exigido no artigo antecedente, deverão ser previamente retratados naquella repartição e enviados para o hospicio com as respectivas photographias e uma guia, conforme o modelo que adoptar o inspector geral, contendo as declarações nella indicadas e das quaes são imprescindiveis as relativas não só á côr e ao sexo, mas tambem á causa determinante da reclusão ou do accidente que a provocou.

§ 1.º A remessa dos enfermos cuja internação a Policia requisitar, deverá effectuar-se até ao meio-dia, salvo caso de força maior.

§ 2.º A guia de que trata a primeira parte deste artigo é documento imprescindivel para a admissão.

Art. 90. As admissões de contribuintes serão autorizadas pelo director, mediante requerimento, ou por effeito de requisição da autoridade competente, si o enfermo for official, inferior ou praça do Exército, Armada, brigada policial ou corpo de bombeiros.

Art. 91. São competentes para requerer a admissão de enfermos, quer contribuintes, quer gratuitos :

I. O ascendente ou descendente.

II. O conjuge.

III. O tutor ou curador.

IV. O chefe de corporação religiosa ou de beneficencia.

Art. 92. Aos requerimentos, dos quaes deverão constar os esclarecimentos de que trata o art. 88, se annexarão pareceres de dous medicos que tenham examinado o enfermo 15 dias, no maximo, antes de sua admissão no hospicio, ou certidões do exame de sanidade.

Acompanharão tambem os requerimentos, quando se tratar de contribuintes, cartas de fiança idonea das despesas relativas às classes em que forem collocados os enfermos.

Todos os documentos serão sellados e terão as firmas reconhecidas.

Art. 93. O director remetterá, trimensalmente, aos pretores desta Capital uma relação dos enfermos que pertencerem à respectiva circumscripção e houverem sido enviados no periodo antecedente.

Quando não for conhecida a residencia do enfermo, a admissão será communicada ao pretor da circumscripção da sede do hospicio.

Art. 94. Os enfermos indigentes só poderão sair depois de restabelecidos, salvo com licença concedida pelo director ; os pensionistas, porém, serão retirados em qualquer tempo, pelas pessoas que tiverem requerido a admissão, e, na falta destas, pelos parentes ou curadores, excepto quando se tratar de enfermos accomettidos de fôrma de loucura que torne perigosa a sua permanencia em liberdade. Neste caso, precedera à sahida ordem do Ministro, ouvido o chefe de policia.

Art. 95. Concedida a alta a qualquer enfermo, ou no caso de fallecimento, será feita a necessaria communicação à autoridade que requisitou a admissão ou à pessoa que a requereu.

Art. 96. Os enfermos em tratamento no Hospicio Nacional serão divididos nas seguintes categorias :

Pensionistas, comprehendendo quatro classes, cujas diarias serão 10\$ na 1ª, 5\$ na 2ª, 3\$ na 3ª e 2\$ na 4ª ;

Mantidos pelos Ministerios da Guerra, da Marinha e da Justiça e Negocios Interiores ou pelos Estados ;

Gratuitos.

Art. 97. Os enfermos enviados pelos referidos Ministerios contribuirão: os officies com o meio soldo mensal e os inferiores o praças com 640 réis diarios.

Art. 98. Salvo o caso de contracto, celebrarlo com autorização do Governo, os Estados que enviarem enfermos à Assistencia pagarão 1\$200 diarios pelo tratamento de cada um.

Igual contribuição pagará a administração do Districto Federal pelo tratamento dos enfermos indigentes que residam ahi, e cuja internação for requisitada quer pela respectiva Prefeitura, quer pela Policia da Capital Federal.

Art. 99. Os commodos destinados aos enfermos pensionistas serão os seguintes :

Os enfermos de 1ª classe terão direito a um quarto mobiliado com o possível conforto e a um criado exclusivamente ao seu serviço ;

Os de 2ª classe terão um quarto mobiliado, com um só leito ;

Os de 3ª classe serão accommodados, sempre que não houver inconveniente, em quartos com dous leitos ;

Os de 4ª classe occuparão dormitórios especiaes de 8 a 16 leitos.

Paragrapho unico. Os officiaes do Exercito e da Armada e os da brigada policial e corpo de bombeiros serão considerados pensionistas da classe de cuja diaria mais se approximar a contribuição com que concorrerem.

Art. 100. Os inferiores e praças do Exercito e da Armada e os da brigada policial e corpo de bombeiros, os enfermos enviados pelos Estados e os gratuitos, occuparão vastos dormitórios.

Art. 101. Os enfermos que, por seus parentes, tutores ou curadores, não puderem contribuir com a quantia correspondente á diaria de 4ª classe e derem entrada no hospicio mediante donativos em dinheiro ou apolices, ou pensões de montepio dos servidores do Estado, terão, salvo resolução em contrario do Ministro, do qual dependerão taes admissões, o tratamento dos gratuitos.

Quando, em virtude de circumstancias attendiveis, resolver o Governo que seja admittido algum alienado que não disponha de recursos para pagamento das contribuições, poderá ser accetita, como donativo a Assistencia ou sob a fórma que o Governo indicar, qualquer quantia ou peculio de que dispuzer o enfermo, precedendo requisição do juiz ou requerimento do curador, com autorisação do mesmo juiz.

Art. 102. Quando as pessoas interessadas desejarem fazer acompanhar por criado de sua escolha e confiança os enfermos, sendo estes de classe inferior á 1ª, pagarão pelo sustento dos criados a diaria de 4ª classe.

Art. 103. A roupa dos enfermos pensionistas poderá ser lavada em casa de suas familias. Quando o for no estabelecimento, pagarão, mensalmente, os pensionistas de 1ª classe 10\$, os de 2ª 6\$, os de 3ª 4\$ e os de 4ª 3\$000.

Art. 104. Os enfermos occuparão, separados por sexo, duas grandes divisões, inteiramente independentes, e subdivididas como entender o medico em chefe, nas quaes serão distribuidos segundo as classes a que pertencerem e a fórma de alienação de que se acharem accommettidos.

Art. 105. Haverá em ambas as divisões quartos, dormitórios, salas de reunião e de recreio e enfermarias, convenientemente arejados e mantidos no mais escriptuloso asseio.

Art. 106. Haverá, igualmente, em cada divisão pavilhões de isolamento e uma secção balnearia, provida deapparelhos aperfeiçoados, não só para os banhos ordinarios, mas tambem para as applicações da hydro-therapia.

Art. 107. Na praia fronteira ao hospício se estabelecerá o que mais conveniente for para facilitar aos enfermos o uso dos banhos de mar, a salvo de accidentes.

Art. 108. Os alienados serão submettidos ao trabalho para que mostrarem aptidão, segundo as indicações do medico em chefe.

Art. 109. O estabelecimento teráapparelhos para exercicios gymnasticos, bibliotheca, assim como differentes jogos e instrumentos de musica para recreio dos enfermos.

Art. 110. As refeições serão servidas tres vezes por dia, de conformidade com a respectiva tabella organizada pelo medico em chefe; aos enfermos accommettidos de molestias communes será proporcionada a dieta prescripta pelo facultativo na conformidade do art. 47, n. III.

Art. 111. Como meio de tratamento e para manutenção da ordem entre os enfermos, poderá o medico em chefe recorrer:

1.º A' privação de receberem visitas, passeios e quaesquer outras distracções;

2.º A' reclusão solitaria;

3.º Ao collate de força e à cellula.

Art. 112. Os meios coercitivos, quando applicados, serão notados, em livro especial, pelos internos de serviço.

Art. 113. Nenhum escripto poderá ser recebido pelos enfermos ou por elles enviado sem prévia licença do medico em chefe.

Art. 114. Os enfermos indigentes só poderão ser visitados, ordinariamente, no primeiro domingo de cada mez, o extraordinariamente com licença do dito medico. Os pensionistas, porém, receberão seus parentes, curadores ou correspondentes, duas vezes por semana ás segundas e sextas-feiras, das 9 ás 11 horas do dia, quando a isso se não oppuzer, a bem do tratamento, o medico a quem estiverem confiados.

Art. 115. Os cadaveres dos pensionistas só serão autopsiados precedendo consentimento das familias.

Art. 116. O enterro dos pensionistas será feito por suas familias, após a participação do fallecimento e remessa da certidão do registro civil pelo director do hospício, indemnizado o almoxarife da quantia que houver sido despendida.

A despesa com a certidão será levada á conta corrente do pensionista.

Art. 117. As despesas com os funeraes dos officiaes do Exercito, da Armada, da brigada policial e do corpo de bombeiros, serão feitas pelo hospício, que será indemnizado á vista da conta que fór apresentada ao Ministro, para ser enviada á repartição competente.

Art. 118. As pessoas que desejarem visitar o Hospício Nacional terão entrada, ordinariamente, aos domingos e dias feriados, das 9 horas da manhã ao meio-dia, com permissão do director ou do medico em chefe, e se limitarão a percorrer a parte do edificio não occupada pelos loucos.

A entrada nas differentes divisões do estabelecimento só será permittida pelo inspector geral.

## CAPITULO VII

## DISPOSIÇÕES COMMUNS AOS ESTABELECIMENTOS

Art. 119. O cirurgião prestará serviços ao hospício e ás colonias. Deverá comparecer no hospício, para o exercicio de sua profissão, tres vezes por semana, e nas colonias quando forem reclamados seus serviços.

Art. 120. As familias dos enfermos recolhidos a qualquer dos estabelecimentos poderão enviar-lhes, quer para acompanhá-los nos ultimos momentos, quer para a celebração de actos religiosos, os sacerdotes e pastores da religião a que pertencerem.

Art. 121. A entrada, á noite, na divisão de mulheres é prohibida; só por excepção poderão ali entrar os medicos ou o interno de serviço, quando chamados pelas inspectoras, para socorrer a enfermas, ou sem esse chamado, nos casos de perigo para o estabelecimento, ou de necessidade de manutenção da ordem.

As cautelas que cumpre observar por occasião da entrada nesta divisão serão determinadas em instrucções do director das colonias e do medico em chefe quanto ao hospício.

Art. 122. Os funcionarios da Assistencia que residirem nos predios pertencentes a esta, ficam obrigados, ainda mesmo em horas ou dias que não forem de expediente, a comparecer no respectivo estabelecimento, desde que se tornem necessarios seus serviços.

Art. 123. A nenhum funcionario da Assistencia é permitido ter para seu serviço particular empregados da mesma Assistencia ou enfermos.

Art. 124. Todo o pessoal subalterno do hospício e o do serviço interno das colonias é obrigado ao uso de uniforme, que será fornecido pelos respectivos estabelecimentos, segundo o figurino adoptado pelos directores do mesmo hospício e das colonias.

Art. 125. As pensões dos enfermos serão cobradas pelo hospício e seu producto constituirá receita da União.

§ 1.º As pensões em atraso serão cobradas excoctivamente.

§ 2.º Os juros das apolices que pertenciam ao patrimonio do hospício, bem assim o producto liquido das loterias concedidas em favor do mesmo hospício, serão arrecadados pelo Thesouro Federal, constituindo tambem receita da União.

§ 3.º Serão igualmente arrecadados pelo Thesouro Federal: o producto de quaesquer impostos creados ou que se crearem para a manutenção dos estabelecimentos de assistencia na parte que se referir á de alienados; a importancia das contribuições com que concorrerem os diversos Estados que tiverem contracto nos termos do art. 98; as quantias que forem indemnizadas pelos demais Estados, pelos Ministerios da Justiça, da Guerra, da Marinha e pela Prefeitura do Distrito Federal, na conformidade

dos arts. 96, 97 e 98, á vista das informações prestadas pelo director do hospicio.

Art. 126. Cada um dos funcionarios da Assistencia é rigorosamente responsavel não só pela direcção e execução dos serviços que lhe incumbem, mas tambem pelas irregularidades e omissões verificadas no desempenho dos trabalhos daquelles que lhes são subordinados, uma vez que não tenham empregado os meios adequados asim de evital-os, solicitando á competente autoridade superior as providencias que não couberem em suas attribuições, ou hajam deixado de punir ou de promover a punição da infracção, conforme no caso couber.

Art. 127. Ao conhecimento do Ministro levarão immediatamente o director do hospicio e o das colonias, ou o medico em chefe do primeiro desses estabelecimentos, por intermedio daquelle funcionario, todas as occurrencias extraordinarias, sendo encaminhada a communicação pelo inspector geral.

Art. 128. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de fevebreiro de 1897. — *Amaro Cavalcanti*.

Tabella dos vencimentos do pessoal da Assistencia Medico-legal a Alienados, a que se refere o art. 11 do regulamento annexo ao decreto n. 2167 desta data

#### INSPECÇÃO GERAL

|                      | Vencimento annual |
|----------------------|-------------------|
| Inspector geral..... | 9:000\$000        |
| Escripturario.....   | 4:800\$000        |
| Continuo.....        | 1:600\$000        |

#### HOSPICIO NACIONAL

|                                                             |            |
|-------------------------------------------------------------|------------|
| Director.....                                               | 6:000\$000 |
| Medico em chefe e director do musco anatomopathologico..... | 6:000\$000 |
| Medico.....                                                 | 3:000\$000 |
| Cirurgião.....                                              | 1:200\$000 |
| Ophthalmologista.....                                       | 1:200\$000 |
| Interno.....                                                | 1:200\$000 |
| Chefe do gabinete electro-therapico.....                    | 2:400\$000 |
| Pharmaceutico.....                                          | 2:400\$000 |
| Ajudante do pharmaceutico.....                              | 1:800\$000 |
| Contador.....                                               | 5:400\$000 |
| Almoxarife.....                                             | 4:800\$000 |
| Escripturario.....                                          | 3:600\$000 |
| Amanuense.....                                              | 2:400\$000 |
| Porteiro.....                                               | 1:200\$000 |

## COLONIAS

|                    | Vencimento annual |
|--------------------|-------------------|
| Director.....      | 6:000\$000        |
| Medico.....        | 4:800\$000        |
| Interno.....       | 1:200\$000        |
| Pharmaceutico..... | 2:400\$000        |
| Administrador..... | 3:600\$000        |
| Escripturario..... | 2:400\$000        |

Capital Federal, 19 de fevereiro de 1897. — *Amaro Cavalcanti*.



## DECRETO N. 2468 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1897

Altera o plano de uniformes da Guarda Nacional da União.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores:

Decreta :

Artigo unico. Fica approvado o plano de uniformes da Guarda Nacional da União, que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de fevereiro de 1897, 9<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL VICTORINO PEREIRA.

*Amaro Cavalcanti*.

## Plano de uniformes da Guarda Nacional da União, ao qual se refere o decreto n. 2468 desta data

### SERVIÇO ACTIVO

#### ESTADOS-MAIORES DOS COMMANDOS SUPERIORES E DAS BRIGADAS

#### CHEFES DO ESTADO-MAIOR E COMMANDANTES DE BRIGADAS

##### PRIMEIRO UNIFORME

*Kepi* com pennacho ou chapéo armado (quando a pé), sobrecasaca com almanares, calça azul com galão de ouro, dragonas, banda de seda com franjas de canotão de ouro, talim de cadareo de seda e ouro, espada, fiador de ouro, luvas de pellica brancas, botas ou botinas de polimento, polainas brancas, esporas ou saltieiras lavradas.

##### ESPECIFICAÇÃO

*Kepi* — De panno azul ferrete, tendo 0<sup>m</sup>,10 de altura na frente e 0<sup>m</sup>,12 na parte posterior; côpa de diametro menor 0<sup>m</sup>,01 do que o da cabeça e cinta de velludo preto, com 0<sup>m</sup>,035 de altura.

Acima da cinta levará tranças de galão dourado de 0<sup>m</sup>,003 de largura, parallelamente dispostas, representando cada ordem um posto; os quartos guardados por tres das mesmas tranças descendo parallelamente da côpa para a cinta e no fundo um enfeite como actualmente em uso; na frente um emblema bordado a ouro sobre velludo preto, formado por uma ramagem de fumo e café com 0<sup>m</sup>,06 de altura e largura maxima de 0<sup>m</sup>,65, encimado por um estrella de 0<sup>m</sup>,02 de diametro sobre um distico de velludo verde, tendo no centro um circulo azul com pontos brancos, representando a constellação do Cruzeiro.

No centro da ramagem um globo e de cada lado tres bandeiras nacionaes dispostas em trophéo, de velludo verde, bordado a ouro e da largura maxima de 0<sup>m</sup>,02 e altura de 0<sup>m</sup>,07.

Pala de sola debruada e envernizada de preto, regularmente inclinada sobre os olhos, affectando a fórma de telha em meia lua e com 0<sup>m</sup>,060 de largura no meio, por e sobre a pala uma trança de cordão de ouro de fôrma de 0<sup>m</sup>,004 de diametro, presa lateralmente por baixo de duas rosetas de 0<sup>m</sup>,02 de diametro, de metal dourado, collocadas no ponto de encontro dos quartos lateraes com a cinta.

*Pennacho* — Em forma de um chorão, de pennas verdes e amarellas, de 0<sup>m</sup>,14 de altura, cabindo as extremidades inferiores das pennas sobre a côpa do kepi.

*Sobrecasaca* — A que está em uso com as seguintes modificações: tres ordens de oito botões, abotoando no centro, sem passadeiras; gola carcellas e pestanas de velludo preto. Na gola os mesmos bordados usados actualmente pelos commandantes de Brigada.

*Alamares* — De cordão de ouro de 0<sup>m</sup>,004 de diametro com dous passadores de seda verde e ouro no centro e dispostos de modo a serem presos nos botões lateraes e nos do centro.

Chapéu armado, calça, dragonas, banda, talim, espada, fiador, luvas, botas, botinas, esporas e salteiras; tudo como está em uso.

#### SEGUNDO UNIFORME

Kepi com pennacho, dolman, dragonas, calça azul com listra de cadarço ou calça branca, talim com pasta, espada, fiador de cordão de ouro, luvas brancas, polainas brancas, botas ou botinas, esporas ou salteiras lavradas.

#### ESPECIFICAÇÃO

*Dolman* — O actualmente em uso, com as seguintes modificações: duas ordens de oito botões, abotoando ao centro interiormente por botões de panno; alamares de cadarço preto de lã e seda de 0<sup>m</sup>,018 de largura, contornado de um soutache da mesma côr. gola, carcellas e pestanas de velludo preto. Nas extremidades da gola, globos bordados a ouro.

*Calça* — De panno azul ferrete, tendo uma listra de cadarço preto de lã e seda de 0<sup>m</sup>,04 de largura.

*Talim* — Com pasta de couro da Russia, como está adoptado, Kepi com pennacho, dragonas, espada, fiador, luvas, botas ou botinas, esporas ou salteiras; tudo como do 1<sup>o</sup> uniforme, à excepção do kepi, que será do 3<sup>o</sup> uniforme.

#### TERCEIRO UNIFORME

Kepi, dolman, platinas, calça azul ou branca, talim com pasta, espada, fiador de retroz, luvas, polainas brancas ou botas, botinas, esporas ou salteiras lavradas.

#### ESPECIFICAÇÃO

*Kepi* — O que está em uso.

*Platinas* — De metal dourado, em forma de trapesio, forradas de velludo preto; superficie com tres ordens de escamas na parte superior e lisa na parte inferior, levando um globo de metal branco.

*Fiador* — De cordão e franja de canutão de seda preta e modelo usado em primeiro uniforme.

*Botinas* — De bezerro lisas.

Dolman, calça, talim, espada, luvas, botas, esporas ou salteiras, tudo como no 2º uniforme.

#### QUARTO UNIFORME

Kepi branco, tunica branca, calça, talim com pasta, espada, fiador de retroz, polainas brancas, botas ou botinas e esporas ou salteiras.

#### ESPECIFICAÇÃO

*Tunica* — De brim de linho branco, abotoada ao centro por uma ordem de oito botões e debruada em toda a volta por um cadarço de linho branco; gola em pé, circuldada por um soutache também branco. Nas extremidades da gola, globos dourados.

*Kepi branco* — De brim de linho com o mesmo formato, dimensões e emblemas estabelecidos para o terceiro uniforme, sendo, porém, as tranças de galão dourado substituidas por soutache branco. Este kepi também poderá ser usado no terceiro uniforme. Os officiaes montados usarão também neste uniforme de capacetes de linho branco sobre cortiça ou equivalente, tendo na frente um globo de metal dourado.

Talim, espada, fiador, polainas, botas ou botinas, esporas ou salteiras, tudo como no terceiro uniforme.

#### OBSERVAÇÕES

O chefe do estado-maior terá por distinctivo, nas mangas da sobrecasaca, do dolman e da tunica 0,m05 acima dos galões, o mesmo emblema do kepi do 3º uniforme actualmente em uso, substituindo-se para os commandantes de brigada o globo por uma granada em chammes para a artilharia; duas carabinas cruzadas para infantaria e duas espadas cruzadas para a cavallaria.

Os actuaes coroneis commandantes superiores, creados pela lei n. 602, de 19 de setembro de 1850, usarão os uniformes marcados para os chefes do estado-maior.

SECRETARIO GERAL, QUARTEL-MESTRE GERAL, AJUDANTES  
DE ORDENS E ASSISTENTES DO COMMANDO SUPERIOR E DAS  
BRIGADAS

PRIMEIRO UNIFORME

Kepi com pennacho ou chapéo armado (quando a pé), sobrecasaca com alamares, calça azul com galão de ouro, banda de seda com franjas de ouro, dragonas, talim de cadarço de seda e ouro, espada, fiador de ouro, luvas, botas ou botinas, polainas brancas, esporas ou salteiras lisas.

ESPECIFICAÇÃO

*Kepi* — O estabelecido para o 1º uniforme do chefe do estado-maior.

*Pennacho* — Como ficou estabelecido para o chefe do estado-maior.

*Sobrecasaca* — A mesma adoptada para o chefe do estado-maior sem os distinctivos nas mangas e tendo nas extremidades da gola um globo bordado a ouro.

*Alamares* — Como ficou estabelecido para o chefe do estado-maior.

*Calça* — A mesma adoptada para o chefe do estado-maior.

*Espada* — A mesma em uso, sem dourado nos copos e nas braçadeiras.

*Esporas ou salteiras* — Lisas, de metal dourado.

Chapéu armado, dragonas, bunda, talim, fiador, luvas, botas ou botinas, tudo como está em uso.

SEGUNDO UNIFORME

Kepi com pennacho, dolman, dragonas, calça azul com listra de cadarço ou calça braheca, talim com pasta, espada, fiador de cordão de ouro, luvas brancas, botas ou botinas, polainas, esporas ou salteiras.

ESPECIFICAÇÃO

*Dolman* — O adoptado para o chefe do estado-maior sem os distinctivos nas mangas.

*Calça* — Como ficou determinado para o chefe do estado-maior.

*Talim* — De couro da Russia, com pasta, como se acha estabelecido para o chefe de estado-maior.

Kepi com pennacho, dragonas, espada, fiador, luvas, botas ou botinas, polainas, esporas ou salteiras, tudo do 1º uniforme, á excepção do kepi, que será o do 3º uniforme.

## TERCEIRO UNIFORME

*Kepi*, dolman, platinas, calça azul ou branca, talimcom pasta, espada, fiador de retroz, luvas, botas ou botinas, polainas, esperas ou salteiras.

## ESPECIFICAÇÃO

*Kepi* — O que está em uso.

*Platinas* — As mesmas estabelecidas para o chefe do estado-maior.

*Fiador* — O adoptado para 3º uniforme do chefe do estado-maior.

*Botinas* — De bezerro, lisas.

Dolman, espada, fiador, botas ou botinas, polainas, esperas ou salteiras, tudo como no 2º uniforme.

## QUARTO UNIFORME

*Kepi* branco, tunica branca, calça branca, talim com pasta, espada, fiador de retroz, polainas brancas, botas ou botinas, esperas ou salteiras.

## ESPECIFICAÇÃO

*Tunica* — Como se acha adoptada para o chefe do estado-maior, sem os distinctivos nas mangas.

*Kepi branco* — Como ficou estabelecido para o chefe do estado-maior.

Os officiaes montados usarão tambem do mesmo capacete estabelecido para o chefe do estado-maior neste uniforme.

Talim, espada, fiador, botas ou botinas, polainas, esperas ou salteiras, tudo do 3º uniforme.

## OBSERVAÇÕES

Os ajudantes de ordens e assistentes terão do hombro ao peito, como distinctivo, alamares de cordão de ouro, os do commando superior, e de cordão de seda verde e ouro os dos commandos de brigadas, tudo como está em uso.

## CORPO DE SAUDE

## CIRURGIÃO-MÓR

Usarã dos uniformes estabelecidos para o chefe do estado-maior com as seguintes alterações:

## PRIMEIRO UNIFORME

*Kepi* — Cinta de velludo cõr de pinhão e o respectivo emblema bordado a ouro, sobre velludo da mesma cõr, substituido o globo por caduceu tambem bordado a ouro.

*Sobrecasaca* — Gola, carcellas e pestanas de velludo côr de pinhão.

Nas mangas terá, como distinctivo, um caduceu dentro de uma cereadura formada por dous ramos de fumo e café, e encimada de uma estrella, tudo bordado a ouro sobre velludo, tambem côr de pinhão.

*Espada* — De bainha de couro preto, como está em uso.

#### SEGUNDO E TERCEIRO UNIFORME

*Kepi* — Tanto no 2º como no 3º uniformes, cinta de velludo côr de pinhão e os respectivos emblemas bordados sobre velludo da mesma côr, substituidos globos por caduceus tambem bordados a ouro.

*Dolman* — Gola, carcellas e pestanas de velludo côr de pinhão.

Na gola caduceus bordados a ouro e nas mangas o mesmo emblema estabelecido para a sobrecasaca.

*Platinas* — Forradas de velludo côr de pinhão, substituidos os globos por caduceus de metal branco.

*Espada* — A mesma do primeiro uniforme.

#### QUARTO UNIFORME

*Kepi branco* — Emblema igual ao do terceiro uniforme.

*Tunica* — Na gola simples caduceus e nas mangas emblemas iguaes aos do dolman.

*Espada* — A mesma do 1º uniforme.

*Capacete*. — Substitue-se o globo por um caduceu de metal dourado.

#### CIRURGIÕES DE BRIGADA E DE CORPOS

Usarão dos uniformes estabelecidos neste plano para o cirurgião-mór, com as seguintes alterações:

#### PRIMEIRO UNIFORME

*Kepi* — O mesmo estabelecido para o cirurgião-mór.

*Chapéu armado* — Sem galão nas abas.

*Sobrecasaca* — Na gola e nas mangas simples caduceus bordados a ouro.

#### SEGUNDO UNIFORME

*Kepi* — O mesmo do 3º uniforme, porém com pennacho.

*Dolman* — Na gola e nas mangas simples caduceus bordados a ouro.

## TERCEIRO UNIFORME

*Dolman* — O mesmo do 2º uniforme.

## QUARTO UNIFORME

*Tunica* — Na gola e nas mangas os mesmos emblemas do dolman.

*Capacete* — O mesmo do cirurgião-mór.

## CORPOS ARREGIMENTADOS

## ARTILHARIA

## PRIMEIRO UNIFORME

*Kepi* com pennacho, sobrecasaca com alamares, dragonas, calça com galão de ouro, banda, talim de cadarço de seda verde e ouro, espada, fiador de ouro, luvas, polainas brancas, botas ou botinas, esporas ou salteiras.

## ESPECIFICAÇÃO

*Kepi* — O estabelecido para o primeiro uniforme do estado-maior, com a cinta, porém, azul ferrete e a copa carmezim. O mesmo emblema sobre panno carmezim, substituindo-se o globo por uma granada em chammas, bordada a ouro, e o numero de metal branco sobre a granada, para a artilharia de campanha. Para a artilharia de posição substitue-se a granada por dous canhões cruzados e o numero de metal branco por baixo dos canhões

*Pennacho* — Como o do estado-maior.

*Sobrecasaca* — A que está em uso, com tres ordens de oito botões e sem passadeiras.

*Alamares* — Como os do estado-maior.

*Calça* — Como a do estado-maior.

*Banda* — Como está em uso, tendo, porém, franjas de retroz no centro e de canotão ou canutilho de ouro na parte exterior.

*Talim* — Igual ao do estado-maior, tendo no fecho uma bomba em chammas, circulada por uma ramagem, para a artilharia de campanha, e dous canhões cruzados, sem ramagem, para a artilharia de posição. Trempe oval de 0<sup>m</sup>,045 de altura e 0<sup>m</sup>,035 em sua maior largura, tendo os distinctivos acima descritos, conforme o corpo a que pertencer o official.

*Luvas* — De pellica branca, quando a pé, e de camurça da mesma côr, quando montados.

*Dragonas, espada, fiador, botas ou botinas, esporas ou salteiras*, tudo como está em uso.

## SEGUNDO UNIFORME

Kepi com pennacho, dolman, dragonas, calça azul com listra ou calça branca, talim com ou sem pasta, espada, fiador de cordão de ouro, luvas, polainas brancas, botas ou botinas e esporas ou salteiras.

## ESPECIFICAÇÃO

*Dolman*—O que está actualmente em uso, com as modificações estabelecidas para os ajudantes de ordens, substituindo-se o globo dos trapezios por uma bomba em chammas para artilharia de campanha, e dous canhões cruzados para a de posição.

*Calça*—De panno azul ferrate com listra carmezim de 0<sup>m</sup>,06 de largura e um vivo preto no centro para artilharia de campanha, e de 0<sup>m</sup>,04, sem vivo, para a de posição.

*Talim*—De couro da Russia, como está em uso.

*Pasta*—De couro da Russia, ou oleado preto para todos os officios montados, tambem como está em uso.

Kepi com pennacho, dragonas, espada, fiador, luvas, botas, botinas, esporas ou salteiras, tudo como do 1<sup>o</sup> uniforme, á excepção do kepi, que será o do 3<sup>o</sup> uniforme.

## TERCEIRO UNIFORME

Kepi, dolman, platinas, calça azul com listra, ou calça branca, talim com ou sem pasta, espada, fiador de couro, polainas, botas, ou botinas, esporas ou salteiras.

## ESPECIFICAÇÃO

*Kepi*—O que está em uso.

*Platinas*—Como ficou descripto para o estado-maior, sendo porém, forradas de panno carmezim e substituindo-se o globo por uma bomba em chammas para a artilharia de campanha e por dous canhões cruzados, encimados por uma estrella, para a de posição, tudo de metal branco.

*Fiador*—O que está em uso.

*Botinas*—De bezerro, lisas.

Dolman, calça, talim, pasta, espada, botas, polainas, esporas ou salteiras, tudo como no 2<sup>o</sup> uniforme.

## QUARTO UNIFORME

Kepi branco, túnica, branca calça branca, talim com ou sem pasta, espada, fiador de couro, polainas, botas ou botinas, esporas ou salteiras.

## ESPECIFICAÇÃO

*Kepi branco* — Como ficou estabelecido para o chefe do estado-maior, com o emblema igual ao do 3<sup>o</sup> uniforme.

Os officiaes montados usarão tambem o capacete estabelecido para o chefe do estado-maior, substituindo-se o globo por uma granada em chaminas com o numero aberto para a artilharia de campanha e dous canhões cruzados com o numero por baixo para a de posição, tudo de metal dourado.

*Tunica* — Identica á dos ajudantes de ordens, substituindo-se o globo por uma bomba em chaminas para a artilharia de campanha e por dous canhões cruzados para a de posição.

Talim, pasta, espada, fiador, botas ou botinas, polainas, esporas ou salteiras, tudo como no 3º uniforme.

## CAVALLARIA

### PRIMEIRO UNIFORME

Kepi com pennacho, sobrecasaca com alamares, dragonas, calça com galão de ouro, banda, talim de cadarço de seda verde e ouro, espada, fiador de ouro, luvas, botas ou botinas, polainas, esporas ou salteiras.

#### ESPECIFICAÇÃO

*Kepi* — O estabelecido para a artilharia, com a cinta azul ferrete, avivada, porém, de branco e a copa encarnada. O mesmo sobre o punho encarnado, substituindo-se a bomba em chaminas por duas espadas cruzadas, bordadas a ouro e o numero do corpo por baixo, de metal branco.

*Pennacho* — O estabelecido para o estado-maior.

*Sobrecasaca* — A que está em uso, observadas as alterações feitas para a artilharia.

*Alamares* — Como os do estado-maior.

*Calça* — Como a do estado-maior.

*Banda* — A mesma adoptada para a artilharia.

*Talim* — Como ficou estabelecido para a artilharia de campanha, substituindo-se no fecho e na trempe a bomba em chaminas por duas espadas cruzadas.

*Luvas* — De pellica branca, quando a pé e de camurça da mesma côr, quando montados.

*Polainas* — Como as do estado-maior.

Dragonas, espada, fiador, botas, ou botinas, esporas ou salteiras, tudo como está em uso.

### SEGUNDO UNIFORME

Kepi com pennacho, dolman, dragonas, calça azul com listra ou calça branca, talim com pasta, espada, fiador de cordão de ouro, luvas, botas ou botinas, polainas, esporas ou salteiras.

#### ESPECIFICAÇÃO

*Dolman* — Como o que está actualmente em uso, com as modificações descriptas para o chefe do estado-maior, quanto ás ordens de botões e alamares.

*Calça* — De panno azul ferrete com listra encarnada de 0<sup>m</sup>,06 de largura e um vivo branco no centro.

*Talim* — De couro de anta envernizado, como está em uso.

*Pasta* — Igual à que está em uso.

Kepi com pennacho, dragonas, espada, fiador, luvas, botas ou botinas, esporas ou salteiras, tudo como no 1<sup>o</sup> uniforme, à excepção do kepi, que sera o do 3<sup>o</sup> uniforme.

#### TERCEIRO UNIFORME

Kepi, dolman, platinas, calça azul com listra ou calça branca, talim com pasta, espada, fiador de couro, botas ou botinas, esporas ou salteiras.

##### ESPECIFICAÇÃO

*Kepi* — O que está em uso, avivada, porém, a cinta de branco.

*Platinas* — As adoptadas para o estado-maior, sendo, porém, forradas de panno branco e substituindo-se o globo por duas espadas cruzadas, encimadas por uma estrella, tudo de metal branco.

*Fiador* — De couro branco envernizado.

*Botinas* — De bezerro, lisas.

Dolman, calça, talim com pasta, espada, botas, polainas, esporas e salteiras, tudo como no 2<sup>o</sup> uniforme.

#### QUARTO UNIFORME

Kepi branco, tunica branca, calça branca, talim com pasta, espada, fiador de couro, botas ou botinas, polainas, esporas ou salteiras.

##### ESPECIFICAÇÃO

*Kepi branco* — Como ficou estabelecido para o chefe do estado-maior, com o emblema igual ao do 3<sup>o</sup> uniforme.

Os officiaes do estado-maior, montados, usarão tambem do capacete branco estabelecido para este uniforme, tendo somente o numero do corpo de metal dourado.

*Tunica* — Como a dos ajudantes de ordens, substituido o globo da gola por duas espadas cruzadas.

Talim com pasta, espada, fiador, botas ou botinas, polainas, esporas ou salteiras, tudo do 3<sup>o</sup> uniforme.

#### INFANTARIA

##### PRIMEIRO UNIFORME

Kepi com pennacho, sobrecasaca com alamares, dragonas, calça com galão de ouro, banda, talim de cadarço de seda verde e ouro, fiador de ouro, luvas, botas ou botinas, polainas, esporas ou salteiras.

##### ESPECIFICAÇÃO

*Kepi* — O estabelecido para o primeiro uniforme do estado-maior, com a cinta, porém, encarnada e a copa de panno

azul ferrete. O mesmo emblema sobre panno encarnado, substituindo o globo por duas carabinas cruzadas, tendo por baixo o numero do corpo em metal branco.

*Pennacho* — Tambem como o do estado-maior.

*Sobrecasaca* — A que está em uso, com tres ordens de oito botões e sem passadeiras.

*Alamares* — Como os do estado-maior.

*Calça* — Como as do estado-maior.

*Banda* — A mesma adoptada para os outros corpos.

*Talim* — Como o do estado-maior, substituindo-se o globo do fecho e da trempe por duas carabinas cruzadas.

*Luvax* — De pellica branca ou de camurça da mesma côr.

Dragonas, espada, fiador, botas ou botinas, esporas ou salteiras, tudo como está em uso.

#### SEGUNDO UNIFORME

Kepi com pennacho, dolman, dragonas, calça azul com listra ou calça branca, talim com ou sem pasta, espada, fiador de cordão de ouro, luvas, botas ou botinas, polainas, esporas ou salteiras.

#### ESPECIFICAÇÃO

*Dolman* — O que está actualmente em uso, com as modificações estabelecidas para os ajudantes de ordens, substituindo o globo dos trapezios por duas carabinas cruzadas.

*Calça* — De panno azul ferrete com listra encarnada de 0<sup>m</sup>,04 de largura.

*Talim* — De couro de anta envernizado, como está em uso.

*Pasta* — Para os officiaes montados, como tambem está em uso.

Kepi com pennacho, dragonas, espada, fiador, luvas, botas, botinas, polainas, esporas e salteiras, tudo como no primeiro uniforme, á excepção do kepi, que será o do terceiro uniforme.

#### TERCEIRO UNIFORME

Kepi, dolman, platinas, calça azul com listra ou calça branca, talim com ou sem pasta, espada, fiador de couro, botas ou botinas, polainas, esporas ou salteiras.

#### ESPECIFICAÇÃO

*Kepi* — Como ficou estabelecido para o 3º uniforme do chefe do estado-maior, sendo, porém, a copa de panno azul ferrete e a cinta encarnada, com o emblema actualmente em uso, bordado sobre panno encarnado, tendo por baixo das duas carabinas cruzadas o numero do corpo em metal branco.

*Platinas* — Como ficou determinado para o estado-maior, sendo, porém, forradas de panno encarnado e substituindo-se o globo por duas carabinas cruzadas, encimadas por uma estrella, tudo do metal branco.

*Fiador* — O adoptado para a cavallaria.

*Botinas* — De bezerro, lisas.

Dolman, calça, talim, pasta, espada, botas, polainas, esporas ou salteiras, tudo do 2º uniforme.

#### QUARTO UNIFORME

Kepi branco, tunica branca, calça branca, talim com ou sem pasta, espada, fiador de couro, botas ou botinas, polainas, esporas ou salteiras.

#### ESPECIFICAÇÃO

*Kepi branco* — Como ficou estabelecido para o estado maior, com o emblema igual ao do 3º uniforme.

*Tunica* — Identica á dos ajudantes de ordens, substituido o globo da gola por duas carabinas cruzadas.

Os officiaes do estado-maior montados usarão dos capacetes estabelecidos para a cavallaria.

Talim, pasta, espada, fiador de couro, botas ou botinas, polainas, esporas ou salteiras, tudo como no 3º uniforme.

#### OBSERVAÇÕES

Os commandantes effectivos dos corpos usarão nas mangas da sobrecasaca, dolman ou da tunica, 0<sup>m</sup>,05, acima das divisas, os distinctivos da arma bordados a ouro, encimados por uma estrella, tendo por baixo o numero do corpo bordado a prata, excepto para a artilharia de campanha, que será apenas uma bomba em chammas bordada a ouro e o numero a prata sobre a bomba.

Na tunica os distinctivos serão de metal dourado.

### OFFICIAES INFERIORES E GUARDAS

#### ARTILHARIA E CAVALLARIA

#### PRIMEIRO UNIFORME

Kepi com pennacho, sobrecasaca com alamares, charlateiras, calça azul com listra, banda, divisas, luvas, perneiras, botinas, esporas e polainas.

#### ESPECIFICAÇÃO

*Kepi* — Para artilharia de campanha, como o dos officiaes da arma, substituindo-se as tranças douradas por soutache de lã preta e o cordão de ouro por uma trança de lã dessa cor presa lateralmente por baixo de duas carrancas de metal amarello, emblema de metal amarello, em forma de roseta com

irradiações de 0<sup>m</sup>,09 de diametro, tendo no centro uma calote de metal branco de 0<sup>m</sup>,04 de diametro, circulada por dous ramos de fumo e café de metal branco.

Na calote uma bomba em chammas de metal amarello e o numero do corpo aberto no centro da bomba sobre fundo carmesim.

Para artilharia de posição — Como o precedente, tendo, porém, sobre a calote dous canhões cruzados, de metal amarello e o numero por baixo.

Para cavallaria — Como o dos officiaes, de copa encarnada e cinta preta, substituindo-se as tranças douradas por soutache de lã branca e o cordão de ouro por uma trança de lã dessa cor; o mais como o precedente.

Sobre a calote duas espadas cruzadas e o numero do corpo por baixo, tudo de metal amarello.

*Pennacho* — De lã verde e amarello intercaladamente.

*Sobrecasaca* — A que está em uso, com tres ordens de oito botões e com vivos carmezim para a artilharia e brancos para a cavallaria e passadeiras de panno azul ferrete de 0<sup>m</sup>,015 de largura; nos trapezios o distinctivo das respectivas armas, de metal amarello.

*Alamares* — De cordão de lã carmezim e preto para a artilharia, e encarnado e branco para a cavallaria.

*Charlateiras* — As actualmente em uso, de metal amarello.

*Calça* — De panno azul ferrete com listra carmezim ou encarnada, conforme a arma, como ficou estabelecido para o 2º uniforme dos officiaes.

*Banda* — De lã, como está em uso, para os officiaes inferiores.

*Divisas* — De galão dourado sobre panno azul ferrete, com vivos carmezim para a artilharia e brancos para a cavallaria.

*Luvas* — De algodão branco.

*Perneiras e esporas* — Para a artilharia de campanha e cavallaria.

*Botinas* — De bezerro, lisas.

*Polainas* — De brim de algodão branco, para a artilharia de posição.

## SEGUNDO UNIFORME

Usarão de todas as peças do primeiro uniforme, com a excepção dos alamares na sobrecasaca. Neste uniforme usarão também de calça branca, e o kepi não terá pennacho.

## TERCEIRO UNIFORME

Gorro com ou sem capa branca, blusa azul, platinas de argola de metal ou de panno, calça azul com listra ou calça branca, banda, divisas, luvas, polainas ou perneiras, botinas e esporas.

## DEFINIÇÃO

*Gorro* — O que está em uso, avivado de carmezim para a artilharia e de branco para a cavallaria, tendo em ambos os lados

das abas os distinctivos das armas com o numero do corpo, tudo de metal amarello, e sendo a borla de lã carmezim e preta para a artilharia e encarnada e branca para a cavallaria.

*Blusa* — De panno azul ferrete, como está em uso, com platinas de panno carmezim para a artilharia de posição e argolas de metal amarello para a artilharia de campanha e cavallaria.

*Divisas* — Carmezim sobre panno preto para a artilharia e encarnado sobre panno branco para a cavallaria.

Calça azul com listra, banda, luvas, perneiras, botinas e esporas, tudo do segundo uniforme.

#### QUARTO UNIFORME

Gorro com capa branca, blusa e calça de brim pardo ou calça branca, banda, divisas, perneiras, botinas e esporas.

#### INFANTARIA

##### PRIMEIRO UNIFORME

Kepi com pennacho, sobrecasaca com alamares, charlateiras, calça azul com listra, banda, divisas, luvas, botinas e polainas.

##### ESPECIFICAÇÃO

*Kepi* — Como o dos officiaes, substituindo-se as tranças douradas por soutache de lã encarnada e o cordão de ouro por uma trança de lã dessa côr; o mais como está determinado para o kepi de artilharia. Na calote o numero do corpo, aberto sobre fundo encarnado.

*Pennacho* — De lã verde e amarella em fôrma de tulipa.

*Sobrecasaca* — Como a dos officiaes, tendo passadeiras de panno azul ferrete de 0<sup>m</sup>,15 de largura, com vivos encarnados, e no trapesio o distinctivo da arma de metal amarello.

*Alamares* — De lã encarnada.

*Charlateiras* — Como estão em uso na cavallaria.

*Divisas* — Como as de artilharia, tendo os vivos encarnados.

*Calça* — De panno azul ferrete com listra encarnada como a do segundo uniforme dos officiaes.

Banda, luvas, botinas e polainas como ficou determinado para a artilharia de posição.

##### SEGUNDO UNIFORME

Usarão de todas as peças estabelecidas para o primeiro uniforme, com excepção dos alamares na sobrecasaca. Usarão também de calça branca, e o kepi não terá pennacho.

## TERCEIRO UNIFORME

Gorro com ou sem capa branca, blusa azul com platinas de panno, calça azul com listra ou calça branca, banda, divisas, botinas e polainas.

## ESPECIFICAÇÃO

*Gorro* — Todo azul ferrete, com vivos encarnados e borla da mesma côr, tendo nas abas de ambos os lados o distinctivo da arma com o numero do corpo de metal amarello.

*Blusa* — De panno azul ferrete, como está em uso, com platinas de panno encarnado.

*Divisas* — Encarnadas sobre panno azul ferrete.

Calça azul com listra, banda, botinas e polainas, tudo como ficou estabelecido para o segundo uniforme.

## QUARTO UNIFORME

Gorro com capa branca, blusa e calça de brim pardo ou calça branca, banda, divisas, botinas e polainas.

## OBSERVAÇÕES

Os botões dos guardas serão lisos, como actualmente estão em uso. Os sargentos, ajudantes e quartel-mestre usarão dos uniformes adoptados para os officiaes dos corpos a que pertencerem, sendo porém os alamares da sobrecasaca de cordão de seda côr de ouro e os canutões das dragonas de retroz da mesma côr. A banda não terá dourados e os bordados do emblema do kepi e dos distinctivos das armas nos trapezios da sobrecasaca e do dolman serão manufacturados a retroz côr de ouro.

A calça azul do 1º uniforme será a mesma do 2º e o talim, em todos os uniformes, o estabelecido para o 2º dos officiaes dos respectivos corpos.

Os planos de fardamento das musicas dos corpos serão confeccionados pelos respectivos commandantes, de accordo com o commando superior, que os submeterá á approvação do Governo.

Os mestres das musicas usarão no braço direito em todos os uniformes as divisas estabelecidas para os 1º sargentos, tendo 0m,05 acima destas uma lyra bordada a prata.

Os clarins, cornetas e tambores terão o mesmo fardamento dos guardas, com as seguintes alterações :

Em primeiro uniforme :

Peitilho carmezim com alamares de cordão preto para a artilharia.

Peitilho encarnado com alamares de cordão branco para a cavallaria.

Peitilho branco com alamares de cordão encarnado para a infantaria.

Em segundo uniforme :

Os mesmos peitilhos sem os alamares.

Nos trapézios da sobrecasaca e da blusa os cornetas levarão uma corneta de metal amarello, e os tambores um tambor estampado, também do mesmo metal.

Os clarim-mór e corneta-mór usarão no braço direito as divisas de 1º sargento, tendo 0<sup>m</sup>,05 acima desta uma corneta bordada a retroz côr de ouro.

## SERVIÇO DE RESERVA

### ESTADO-MAIOR DAS BRIGADAS

#### COMMANDANTES DE BRIGADAS

Usarão dos uniformes estabelecidos para os do serviço activo, com as seguintes alterações :

#### PRIMEIRO UNIFORME

*Sobrecasaca* — Gola, carcellas e pestanas de velludo verde. O emblema das mangas bordado sobre velludo da mesma côr.

*Kepi* — A cinta aviyada de panno verde e o emblema bordado sobre velludo desta côr.

#### SEGUNDO E TERCEIRO UNIFORMES

*Kepi* — A cinta aviyada de panno verde e o emblema bordado sobre velludo desta côr.

*Dolman* — Gola, carcellas e pestanas de velludo verde garrafa. Nas mangas o emblema sera bordado sobre velludo da mesma côr.

*Platinas* — Forradas de velludo verde.

#### QUARTO UNIFORME

*Kepi branco* — Emblema igual ao do terceiro uniforme.

*Tunica* — Nas mangas os emblemas iguaes aos do dolman.

### ASSISTENTES E AJUDANTES DE ORDENS

Usarão dos mesmos uniformes estabelecidos neste plano para os do serviço activo, com as seguintes alterações :

#### PRIMEIRO UNIFORME

*Kepi* — Cinta com vivos de panno verde e emblema bordado sobre velludo da mesma côr.

*Sobrecasaca* — Gola, carcellas e pestanas de velludo verde.

## SEGUNDO UNIFORME

*Kepi* — O mesmo do 3º uniforme, porém com pennacho.

*Dolman* — Gola, carcellas e pestanas de velludo verde garrafa.

## TERCEIRO UNIFORME

*Kepi* — Cinta com vivos verdes e emblema sobre velludo da mesma côr.

*Dolman* — O mesmo do 2º uniforme.

*Platinas* — Forradas de velludo verde.

## QUARTO UNIFORME

*Kepi branco* — O mesmo emblema do terceiro uniforme.

## CIRURGIÕES DE BRIGADAS E DE CORPOS

Usarão dos uniformes estabelecidos neste plano para os do serviço activo, tendo, porém, os distinctivos do corpo bordados a prata sobre velludo côr de pinhão.

## CORPOS DE SERVIÇO E DA RESERVA

Usarão dos uniformes estabelecidos para os officiaes de infantaria do serviço activo, com as seguintes alterações :

## PRIMEIRO UNIFORME

*Kepi* — O mesmo da infantaria, com cinta avivada de verde nas extremidades.

*Sobrecasaca* — A mesma da infantaria, com os vivos verdes.

## SEGUNDO E TERCEIRO UNIFORMES

*Kepi* — O do segundo uniforme é o mesmo do terceiro, porém com pennacho; e o do terceiro, avivado também de verde nas extremidades da cinta encarnada.

*Dolman* — O mesmo da infantaria, com os vivos verdes.

*Platinas* — Forradas de verde.

*Calça* — Como está em uso, com vivo verde no centro da listra.

*Talim e fiador* — Também como estão em uso.

## OBSERVAÇÕES

Os commandantes effectivos do serviço da reserva usarão dos distinctivos marcados para o serviço activo, bordados, porém, a prata e sobre panno verde.

## INFERIORES E GUARDAS

Usarão igualmente as mesmas peças dos uniformes adoptados para os da arma de infantaria do serviço activo, devendo, porém, ser a cinta dos kepis avivada de verde nas extremidades e substituidas as tranças encarnadas por tranças verdes. O gorro avivado de verde e borla de igual côr.

A sobrecasaca e a blusa, assim como as charlateiras e as platinas, serão avivadas de verde e a calça terá um cordão da mesma côr no centro da listra.

## OFFICIAES REFORMADOS

Usarão as mesmas peças dos uniformes estabelecidos para os dos estados-maiores ou corpos em que ultimamente serviram, com as seguintes modificações :

O emblema dos kepis será bordado a ouro sobre panno branco.

Não usarão distinctivo algum nas mangas da sobrecasaca, dolman ou tunica.

## OBSERVAÇÕES GERAES

Para os estados-maiores do commando superior e das brigadas, para o corpo de saúde e para todas as armas, os botões serão os mesmos usados desde muito tempo pela Guarda Nacional, tendo por emblema um globo cercado por vinte estrellas.

As divisas serão de galão de cordão de ouro, com 0<sup>m</sup>,012 de largura, em torno dos canhões das mangas, cada ordem de galão representando um posto.

As divisas da tunica serão cosidas sobre brim de linho branco sobre-postas aos canhões das mangas.

Os officiaes aggregados usarão o uniforme com o distinctivo e o numero do corpo a que estiverem aggregados.

Não é permittido aos officiaes effectivos ou reformados e que tenham honras de outros postos do exercito, armada ou de outra corporação, o uso no seu fardamento de divisas e distinctivo que não sejam de sua patente.

Os que tiverem honras de outros postos desta milicia usarão dos mesmos uniformes estabelecidos para os corpos a que pertencerem, tendo, porém, uma estrella raiada collocada acima das divisas e ao lado das carcellas das mangas da sobrecasaca, dolman ou tunica, sendo a estrella bordada a prata, com 0<sup>m</sup>,02 de

diametro, e os raios também bordados a prata e com a mesma dimensão até as extremidades de cada um delles, a partir dos vertices reentrantes dos angulos da mesma estrella.

O poncho para os officiaes montados e o capote para os de artilharia de posição e de infantaria serão os mesmos actualmente em uso.

E' vedado aos officiaes, quando fardados, o uso de bengala, guarda-sol ou rebouque, e o de salteiras quando à paisana.

Em todos os uniformes usarão os officiaes de polainas de brim branco com botões também branco e fivella de metal da mesma côr.

Em 3º uniforme, quando de calça azul, as polainas poderão ser de casimira azul marinho.

As polainas dos inferiores e guardas serão de brim de algodão branco.

E' permitido aos officiaes montados o uso de barbicacho de retroz de seda preta com passadores dourados em todos os uniformes, e a todos o uso de meias botas de couro da Russia e capa de oleado nos kepis.

#### ARREIAMENTO

Para os animaes de montaria dos officiaes do estado-maior, tanto do commando superior como das brigadas — O mesmo em uso, substituindo-se no 1º uniforme o galão de ouro das mantas e das capelladas por outro de dous cordões para as montarias dos capitães e officiaes subalternos.

Para as montarias dos officiaes do corpo de saude — O que está em uso actualmente para a montaria do cirurgião-mór, substituindo-se o globo do emblema das capelladas e dos cantos das mantas por um caduceu, bem como o galão de ouro por outro de dous cordões para as montarias dos cirurgiões dos corpos.

Para as montarias dos officiaes dos corpos arregimentados — A usada actualmente, tendo, porém, as mantas e capelladas do 1º uniforme um galão de ouro de quatro cordões com vivos de ambos os lados, das côres estabelecidas para as diversas armas para as montarias dos officiaes superiores, e um galão de ouro de dous cordões com os mesmos vivos para as montarias dos capitães e officiaes subalternos.

Nas capelladas e cantos das mantas levarão os distinctivos das armas com o numero do corpo, tudo no centro de uma ramagem de fumo e café, supprimindo-se a estrella actualmente em uso. Estes emblemas serão de metal dourado.

Capital Federal, 27 de fevereiro de 1897.— *Amaro Cavalcanti*.



## DECRETO N. 2469 — DE 4 DE MARÇO DE 1897

Manda executar em todas as Alfandegas e Mesas de Rendas habilitadas da Republica a nova tarifa e suas disposições preliminares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução ao disposto no art. 3º da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896.

Decreta :

Art. 1.º Será executada em todas as Alfandegas e Mesas de Rendas habilitadas da Republica a tarifa e suas disposições preliminares, que acompanham este decreto.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de março de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardino de Campos.*



Sr. Presidente da Republica — O art. 46 da vigente lei de orçamento revalidou o preceito do art. 87 da de n. 221 de 20 de novembro de 1894, autorizando o Governo não só a organizar o regimento das custas, emolumentos e porcentagens, o dos advogados, procuradores, solicitadores e secretarios da Justiça federal e a tabella das fianças em conformidade do art. 406 do Código Penal, mas também a proceder á consolidação systematica de todas as disposições vigentes sobre a justiça e processo federal, bem assim a abrir os creditos necessarios para as respectivas despesas.

Estando já concluidos alguns desses trabalhos e urgindo que se completem outros que restam por fazer, tenho a honra de submeter á vossa apreciação o decreto junto relativo ao credito preciso para pagamento de uma parte das despesas com os alludidos serviços.

Capital Federal, 6 de março de 1897.— *Amaro Cavalcanti.*

## DECRETO N. 2470 — DE 6 DE MARÇO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de trinta contos de réis (30:000\$), para occorrer uma parte das despesas com a organização dos serviços mencionados nos ns. 1 e 2 do art. 87 da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894.

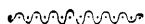
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Resolve, tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fôrma do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409 de 23 de dezembro de 1896, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de trinta contos de réis (30:000\$), para occorrer uma parte das despesas com a organização dos serviços mencionados nos ns. 1 e 2 do art. 87 da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894.

Capital Federal, 6 de março de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Amaro Cavalcanti.*



## DECRETO N. 2471 — DE 8 DE MARÇO DE 1897

Approva, com alteração, os estatutos da Empresa Industrial de Petroleo e autorisa a mesma a funcionar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Empresa Industrial de Petroleo, Decreta :

Art. 1.º Ficam approveds os estatutos da Empresa Industrial de Petroleo com a seguinte alteração :

a) Ao final do art. 37 accrescente-se :

« Ficando, entretanto, todas e quaesquer alterações, emendas, accrescimos ou revogações, sujeitos á approvação do Governo Federal. »

Art. 2.º Fica a mesma empresa autorizada a funcionar na Republica.

Capital Federal, 8 de março de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardino de Campos.*



DECRETO N. 2472 — DE 8 DE MARÇO DE 1897

Approva com alterações os Estatutos da Sociedade de seguros mutuos denominada «Proletaria».

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requeroram o bacharel Augusto Carlos Moreira Guimarães, Carlos Xavier Baptista e Raymundo Neff,

Decreta :

Art. 1.º Ficam approvados os Estatutos da Sociedade de seguros mutuos sobre a vida «Proletaria», com as seguintes modificações:

a) Ao art. 2º acrescentem-se os seguintes paragraphos :

« §. .... A sociedade não praticará operações estranhas ao seu fim capital, sob pena de lhe ser cassada a authorisação para funcionar ;

§. .... A sociedade não poderá resegurar seus seguros em companhia estrangeira, dentro ou fóra do paiz. »

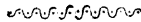
b) Ao art. 3º acrescentem-se o seguinte paragrapho :

« §. .... A sociedade não poderá crear quaesquer succursaes e agencias sem prévia authorisação do Governo, ao qual deverá submitter seu pedido nesse sentido, com as precisas indicações e especificações. »

Capital Federal, 8 de março de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardino de Campos.*



## DECRETO N. 2473 — DE 12 DE MARÇO DE 1897

Declara que gosarão das vantagens do art. 3.<sup>o</sup> da lei de 6 de novembro de 1827 as viúvas, filhas menores, filhas solteiras e mães dos officiaes fallecidos e que fallecerem em consequencia das operações militares no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo á natureza e especialidade dos serviços exigidos pelas operações militares no Estado da Bahia :

Decreta :

Artigo unico. Gosarão das vantagens do art. 3.<sup>o</sup> da lei de 6 de novembro de 1827 as viúvas, filhas solteiras e mães dos officiaes que fazendo parte de forças em operações militares no Estado da Bahia, fallecerem em combate ou em consequencia de ferimento ou desastre occorridos em serviço, durante as respectivas operações.

Paragrapho unico. Esta disposição é extensiva aos officiaes já fallecidos em operações militares naquelle Estado.

Capital Federal, 12 de março de 1897, 9.<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Argollo.*

*Manoel José Alves Barbosa.*



Sr. Presidente da Republica — Os acontecimentos que actualmente se desenvolvem nos sertões da Bahia obrigam o Ministerio da Guerra a despesas não previstas no orçamento do actual exercicio com a organização de forças destinadas á manutenção da ordem publica naquelle Estado, e sendo urgente a decretação dos necessarios fundos para occorrer a taes despesas, venho, depois de ter ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro do anno passado, propor-vos a abertura do credito extraordinario da quantia de dous mil contos de réis, constante do decreto junto que submetto á vossa assignatura.

Capital Federal, 13 de março de 1897. — *Francisco de Paula Argollo.*

## DECRETO N. 2474 — DE 13 DE MARÇO DE 1897

Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario da quantia de 2.000:000\$, (dous mil contos).

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe confere o art. 4º da lei n. 589, de 9 de setembro de 1850, em vigor pelo art. 83 da Constituição Federal, resolve, satisfeito o preceito do art. 2º § 2º n. 2 lettra C, do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro do anno passado, à vista das occurrencias que se estão dando no Estado da Bahia e da necessidade urgente de lançar mão de meios energicos para manter a ordem e de attender a maiores despesas exigidas pelas operações militares no dito Estado, abrir ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario da quantia de dous mil contos de réis (2.000:000\$) destinada ás despesas extraordinarias que se terão de fazer, sendo essa quantia distribuida pelas verbas competentes do orçamento vigente.

Capital Federal, 13 de março de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Argollo.*



## DECRETO N. 2475 — DE 13 DE MARÇO DE 1897

Approva o regulamento dos corretores de fundos publicos da Praça da Capital Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 15 do decreto n. 354, de 16 de dezembro de 1895:

Decreta:

Art. 1.º Fica approvado o regulamento dos corretores de fundos publicos da Praça da Capital Federal, que a este accompanha.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de março de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardino de Campos.*

## Regulamento dos corretores de fundos publicos da praça da Capital Federal

### TITULO I

#### ORGANISAÇÃO

#### CAPITULO I

**CREAÇÃO E NUMERO DOS OFFICIOS DE CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO. INVESTIDURA PARA OS MESMOS. FIANÇA. VAGA DO OFFICIO**

**Art. 1.º** E' creado na Capital Federal, com character de officio publico, o cargo de corretor de fundos:

Ao Governo compete supprmil-o quando entender conveniente.

**Art. 2.º** O numero dos officios de corretores de fundos publicos da Capital Federal sera fixado pelo Ministro da Fazenda.

**Art. 3.º** Os corretores de fundos publicos, na Capital Federal, serão nomeados e demittidos pelo Presidente da Republica, por decreto expedido pelo Ministro da Fazenda.

**Art. 4.º** Para ser corretor de fundos é essencial:

- a) ser cidadão brasileiro ;
- b) ter mais de 25 annos de idade ;
- c) estar no gozo dos direitos civis e politicos.

**Art. 5.º** Não podem ser corretores :

- a) os que não podem ser commerciantes;
- b) as mulheres;
- c) os corretores destituídos por haverem sido condemnados em crime a que o Codigo Penal imponha a pena de destituição do emprego, ou outra de cuja imposição resulte a destituição ;
- d) os individuos que houverem sido condemnados nos crimes de falsidade, estellionato, furto e roubo;
- e) os fallidos não rehabilitados.

**Art. 6.º** A nomeação para o cargo de corretor de fundos publicos da Capital Federal será feita sob informação da Camara Syndical instruida:

- a) com certidão de idade do pretendente;
- b) com attestação da autoridade policial da circumscripção do domicilio do candidato, que declare ter este residencia por mais de um anno na Capital Federal (art. 39 n. 2 do Codigo do Commercio);

c) com certificado, devidamente authenticado pelo reconhecimento da firma, de haver o pretendente praticado, por tempo nunca menor de dous annos, em escriptorio de corretor de fundos publicos, ou funcionado em casa bancaria, ou commercial de grosso trato, na qualidade de guarda-livros ou na de socio gerente;

d) com folha corrida.

Art. 7.º O corretor nomeado deve depositar no Thesouro Federal, como caução, a quantia de cincoenta contos de réis. Não lhe será expedida a patente ou o titulo de nomeação antes de feito o deposito.

Art. 8.º A caução do corretor só poderá consistir:

- a) em dinheiro;
- b) em apolices da divida publica da União, dos Estados e da Municipalidade do Districto Federal;
- c) em letras do Thesouro Federal;
- d) em letras hypothecarias emitidas por bancos de credito real com séle no Districto Federal.

Parapho unico. As apolices da divida publica federal serão recebidas pelo valor nominal; as dos Estados, as da municipalidade do Districto Federal e as letras hypothecarias pelo valor médio das tres ultimas cotações officiaes.

Ao Ministro da Fazenda compete determinar a especie em que deve ser prestada a caução.

Art. 9.º Antes de entrar em exercicio deve o corretor:

- a) fazer-se inscrever na repartição competente para o pagamento do imposto de sua profissão;
- b) tomar perante o syndico compromisso de desempenhar suas funcções com probidade e de accordo com as leis em vigor;
- c) fazer abrir, rubricar e encerrar pelo syndico o caderno manual e apresentar o protocollo com as formalidades dos arts. 51 e 55 deste regulamento.

Art. 10. A fiança do corretor responde:

- a) pela execução e liquidação das operações em que o mesmo tiver sido intermediario, ou de que se tiver encarregado;
- b) pelas multas em que o corretor incorrer;
- c) pelas indemnisações que for condemnado a prestar, em virtude de sentença do Poder Judiciario.

Art. 11. Sómente depois de liquidada pela fiança toda a responsabilidade do corretor, poderá o restante da importancia da mesma fiança ser objecto de acções, sequestros e arrestos para a solução e garantia de dividas particulares do corretor.

Art. 12. A fiança só poderá ser levantada depois de seis mezes, a contar da exoneração ou do fallecimento do corretor.

Art. 13. Findo este prazo, haver-se-ha por prescripta a responsabilidade do corretor, salvos o caso de protesto pelo não cumprimento e liquidação do contracto e aquelles em que, segundo direito, não corre o tempo para a prescripção.

Art. 14. A Camara Syndical, quando occorrer o fallecimento ou tiver logar a exoneração de qualquer corretor, mandará dar publicidade á vaga, durante 30 dias, nos boletins commerciaes e affixar editaes no recinto da Bolsa, chamando os interessados, em transacções em que houvesse intervindo o corretor, a virem liquidal-as no prazo de seis mezes.

Art. 15. Findo o prazo, a Camara Syndical expedirá em favor dos herdeiros do corretor, dos representantes dos menores, ou de quaesquer interessados, requisitoria ao Ministro da Fazenda para o levantamento da fiança depositada no Thesouro.

Art. 16. Occorrendo vaga de officio de corretor, o syndico procederá immediatamente á arrecadação de todos os livros e papeis pertencentes ao mesmo e relativos ao officio, e ao exame do estado em que se acharem, na presença das partes interessadas e de duas testemunhas, e levará o facto ao conhecimento do Ministro da Fazenda.

Art. 17. Os livros e papeis arrecadados pelo syndico, na hypothese do artigo antecedente, serão examinados pela Camara Syndical, na sua primeira reunião, a fim de verificar, por meio delles, o estado das operações, que se achavam a cargo do corretor, si é caso de dar-se a interferencia da referida Camara, para a completa execução da mesma, e para resguardar quaesquer interesses de terceiros, ou si deverão ser recolhidos ao archivo, para serem entregues ao corretor que for provido no officio vago.

Art. 18. Do exame a que proceder a Camara Syndical nos papeis e livros pertencentes ao officio de corretor, em estado de vacancia, far-se-ha declaração na acta da reunião da Camara, e bem assim do destino dado aos mesmos.

Art. 19. A vaga do officio de corretor será preenchida temporariamente por um dos membros da corporação que o syndico designar; o nomeado terá competencia para liquidar as operações e expedir certidões das que houverem sido escripturadas pelo corretor demissionario, suspenso ou fallecido.

Art. 20. Si a vaga occorrer por molestia incuravel que inhabilite o corretor para o exercicio do cargo, ou por fallecimento do corretor, será permittido á Camara Syndical propor, de preferencia a outrem, um filho do corretor para substitui-lo no officio, dada a igualdade de circumstancias, quanto á idoneidade.

## CAPITULO II

### PREPOSTOS DOS CORRETORES

Art. 21. Aos corretores de fundos é permittido terem como auxiliares um ou mais prepostos, designados pelos mesmos corretores e approvados pela Camara Syndical.

Art. 22. Taes prepostos devem reunir os requisitos exigidos para o officio de corretor, comquanto lhos seja vedado operar por conta propria.

Art. 23. Os prepostos dos corretores estão sujeitos à acção disciplinar da Camara Syndical, podem ser por esta suspensos ou destituídos *ex-officio*, e sel-o-hão sempre que o entender conveniente o corretor.

Art. 24. Os actos de nomeação, de suspensão o de demissão dos prepostos serão levados ao conhecimento de toda a corporação por meio de boletins affixados nos salões da Bolsa, pelo tempo de oito dias.

Art. 25. A Camara Syndical terá um livro especialmente destinado ao lançamento dos termos de approvação dos prepostos dos corretores e fará affixar em quadros proprios nos salões da Bolsa os nomes, cognomes e appellidos dos prepostos em exercicio, com indicação dos corretores com quem trabalham.

Art. 26. Os prepostos dos corretores são considerados mandatarios legaes dos mesmos para os effeitos:

a) de praticarem os actos attinentes ao officio de que forem encarregados pelos corretores ;

b) de substituirem os corretores nos seus impedimentos. Sempre que houver de dar-se a substituição terá a Camara Syndical aviso prévio.

Art. 27. Os prepostos dos corretores possuirão um canhenho aberto, encerrado e rubricado em cada uma de suas paginas pelo presidente da Camara Syndical, no qual registrarão as operações logo que as contractarem.

O canhenho será apresentado na hora da Bolsa para serem as operações nelle mencionadas transcriptas nas cadernetas dos corretores e devidamente cotadas, podendo ser as negociações de cambiaes communicadas até a hora do encerramento do cambio. Os lançamentos deverão conter declaração explicita das quantidades e taxas a que operarem.

Art. 28. Os corretores respondem solidariamente por seus prepostos.

### CAPITULO III

#### COMPETENCIA, EXERCICIO E FUNÇÕES DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS

Art. 29. São da exclusiva competencia dos corretores de fundos publicos e sómente por seu intermedio se poderão realizar:

a) a compra e venda e a transferencia de quaesquer fundos publicos nacionaes ou estrangeiros admittidos à cotação;

b) a negociação de letras de cambio e de empréstimos por meio de obrigações ;

c) a de titulos susceptivos de cotação na Bolsa, de accordo com o boletim da Camara Syndical ;

d) a compra e venda de metaes preciosos amoeçados e em barra.

Art. 30. São nullas de pleno direito as negociações dos títulos de que trata o artigo antecedente, quando realizadas por intermediarios estranhos á corporação dos corretores.

Art. 31. A disposição do art. 30 não comprehende as negociações realizadas fóra da Bolsa e directamente entre o comprador e o vendedor, ás quaes todavia deverão ser communicadas á Camara Syndical pelos interessados.

Art. 32. O corretor não poderá encarrregar-se de operação alguma, sem ordem escripta do seu committente.

Art. 33. A ordem dada ao corretor terá vigor enquanto não for retirada, salvo a declaração de prazo fixado para o cumprimento della; o recebimento dessa ordem importa autorisação ao corretor para operar em nome e por conta do committente.

Art. 34. O corretor, enquanto não puder executar a ordem recebida, dará ao seu committente diariamente os motivos da demora, afim de receber do mesmo novas instrucções sobre o preço e outras condições da operação.

Art. 35. Os corretores de fundos teem inteira responsabilidade pela execução, até final liquidação, das operações em que interferirem por força do privilegio que lhes conferem o decreto legislativo n. 354 de 16 de dezembro de 1895 e este regulamento.

Art. 36. O corretor é pessoalmente responsavel, nas negociações á vista, para com o outro corretor com quem operar e para com o seu committente, pela entrega dos títulos vendidos e pelo pagamento dos que houver comprado.

Art. 37. A responsabilidade do corretor é inteira e completa pela liquidação das operações feitas a prazo, sempre que no acto da transacção não for revelado, de modo regular, o nome do committente. Essa responsabilidade é regida pelos principios que regulam a do commissario *del credere*.

Art. 38. A fiança do corretor responde pela liquidação das operações, a qual será feita pela Camara Syndical, de accordo com o regimento interno da Bolsa e da corporação dos corretores.

Art. 39. Os corretores são responsaveis pela authenticidade da assignatura do ultimo signatario das lettras e dos títulos endossaveis que negociarem.

Art. 40. Na falta de acceitação ou de pagamento dos títulos pelo corretor comprador e da entrega pelo corretor vendedor, a revenda e a compra dos valores negociados pôde ser, a requerimento do corretor com o qual houver sido feita a negociação realizada por intermedio do syndico, correndo todos os riscos por conta do corretor omisso.

Paragrapho unico. Na revenda e na compra o syndico regular-se-ha pelo regimento interno da Bolsa e da corporação dos corretores.

Art. 41. O corretor, salvo convenção em contrario, responde perante seu committente pelo outro corretor com o qual houver contractado quanto á liquidação da negociação.

Art. 42. Antes de acceitarem a incumbencia de qualquer negociação, teem os corretores de fundos o direito de exigir dos

committentes as garantias que reputarem precisas para a effecividade das operações, proporcionando, por sua vez, aos committentes as que estes exigirem.

Art. 43. O committente que retirar a ordem dada e accceita antes do prazo convencionado para a operação, pagará integralmente a corretagem, como si a ordem houvesse sido executada.

Art. 44. O committente que, sem prévia retirada da ordem dada, já tendo recebido do corretor encarregado da operação a nota de haver sido a mesma executada, deixar de fazer boa a transacção e realizal-a por intermédio de outro corretor, será obrigado a pagar a corretagem ao primeiro corretor e responderá por perdas e damnos perante a parte com quem o mesmo corretor houver tratado.

A requerimento do corretor, poder-se-ha affixar na Bolsa o nome do committente omisso com um resumo de operação.

Art. 45. O committente que deixar de cumprir um contracto de corretor responderá integralmente pela transacção, quo em virtude de sua ordem escripta e de conformidade com ella houver realizado o corretor.

O corretor, em tal caso, revenderá os titulos que houver adquirido para o committente e que este não tiver pago, ou adquirirá os que não houverem sido fornecidos pelo committente, cobrando deste a differença da cotação que se der.

Em todo caso, responderá o committente pelos prejuizos que de sua falta resultarem.

Art. 46. Nas negociações de letras e papeis endossaveis é o corretor obrigado a entregar ao tomador os titulos e ao cedente a importancia ajustada dos mesmos.

Art. 47. O corretor deve guardar segredo sobre os nomes dos committentes; para mencional-os faz-se precisa autorisação destes por escripto, ou que a natureza da operação o exija.

Art. 48. As negociações de Bolsa, que não tiverem por objecto letras de cambio, não assentam sinão sobre quantidades, sem especificação dos numeros e mais caracteristicos dos titulos.

Art. 49. E' vedado aos corretores sob as penas do art. 59 do Código Commercial:

a) formarem entre si associação particular para operações de sua profissão;

b) fazerem toda a especie de negociações e trafico directo ou indirecto, debaixo do seu ou de alheio nome, e contrahirem sociedade de qualquer denominação ou classe que seja;

c) adquirirem para si, ou para pessoa de sua familia, cousa cuja venda lhes houver sido incumbida, e venderem as que lhe pertencerem, quando tenham ordem de comprar da mesma especie;

d) exercerem cargos de administração ou fiscalisação de sociedades anonymas, excepção feita das disposições do art. 160;

e) encarregarem-se de cobranças ou pagamentos por conta alheia, salvo no caso de liquidação do seu contracto.

Art. 50. Os corretores são obrigados a dar aos committentes recibos dos fundos e dos valores que lhes forem confiados.

## CAPITULO IV

## ESCRITURAÇÃO DOS CORRETORES. EXAMES DOS LIVROS. CERTIDÕES DOS LANÇAMENTOS NELLES FEITOS; SEU VALOR JURIDICO

Art. 51. Todo o corretor deve ter os seguintes livros:

- a) um caderno manual aberto, numerado, encerrado e rubricado pelo syndico ;
- b) um protocollo aberto, numerado, encerrado e rubricado pela Junta Commercial.

Art. 52. No caderno manual deverão ser lançadas, apenas concluidas, as transacções realizadas pelo corretor ou por seu preposto, com toda a clareza e individuação, afim de proporcionar noção exacta da operação realizada.

Art. 53. No protocollo deverão ser diariamente lançados os assentos do caderno manual por cópia litteral, por extenso o sem emendas, rasuras, entrelinhas, transposições e abreviaturas, guardada a ordem da numeração sob a qual existirem as operações escripturadas no caderno manual e mencionando-se os nomes do comprador, do vendedor, a natureza, o preço, o prazo e todas as condições das operações.

Art. 54. Nos assentos das negociações de letras de cambio deverá o corretor mencionar o vendedor, o comprador e a praça sobre a qual for feito o saque, o prazo e as estipulações a este referentes, sem prejuizo das demais declarações exigidas no art. 49 doCodigo do Commercio.

Nas negociações de titulos ao portador e á vista deverá declarar não sómente a natureza do titulo, mas ainda a serie e os numeros, si os committentes o exigirem.

Art. 55. O protocollo terá as formalidades exigidas para os livros dos commerciantes no art. 13 do Coligo do Commercio, sob pena de não terem fé os assentos nelle lançados.

Art. 56. Os livros dos corretores, que se acharem escripturados na fôrma deste regulamento, sem vicio nem defeito, terão fé publica.

Art. 57. Os livros não escripturados em fôrma regular e não revestidos das formalidades legais não fazem prova em Juizo em favor do corretor.

Art. 58. O exame parcial dos livros do corretor terá lugar, por ordem da Camara Syndical, sempre que se originarem duvidas ou ventilar-se questão sobre operações de Bolsa em que o mesmo corretor houver funcionado.

O exame geral sómente poderá ter lugar nos casos expressos noCodigo do Commercio e neste decreto, e sempre que a Camara Syndical julgar necessario tal exame para apurar factos que constituam em responsabilidade o corretor.

Art. 59. A Camara Syndical, sempre que instituir exame sobre qualquer ou todos os livros do corretor, é obrigada, debaixo do segredo profissional, a guardar sigillo sobre os

nomes dos committentes de todas as operações nelles escripturadas.

Art. 60. A recusa de exhibição dos livros, ordenada por autoridade competente e nos casos do artigo anterior, sujeitará o Corretor á applicação do disposto no art. 20 do Codigo do Commercio.

Art. 61. Os livros do corretor, quando arrecadados pela Camara Syndical, serão guardados em seu archivo, ou entregues ao successor no officio nas hypotheses dos arts. 16, 17, 19 e 20 deste decreto.

Art. 62. As certidões extrahidas dos livros com referencia á folha em que os actos se acharem escripturados, sendo pelos corretores subscriptas e assignadas, terão força de instrumento publico para prova dos contratos respectivos.

Art. 63. O corretor, que passar certidão contra o que constar dos seus livros, incorrerá nas penas do crime de falsidade e perderá a metade da fiança.

## CAPITULO V

### ASSEMBLÉAS DOS CORRETORES. ELEIÇÃO DA CAMARA SYNDICAL. ATTRIBUIÇÕES DESTA E DO SYNDICO

Art. 64. Os corretores de fundos publicos da Capital Federal constituidos em assembléa geral, em numero, pelo menos, de dous terços elegerão annualmente de entre si uma Camara Syndical, composta de um syndico, como presidente, e de tres adjuntos.

Art. 65. Da eleição que será feita por escrutinio secreto e por maioria absoluta de votos lavrar-se-ha uma acta em livro para esse fim determinado; della extrahir-se-ha uma cópia authenticada que será enviada ao Ministro da Fazenda.

Art. 66. Os corretores não se poderão reunir extraordinariamente, a não ser em virtude de convocação do syndico.

Art. 67. Os corretores poderão solicitar a convocação de uma assembléa geral de sua corporação para deliberar sobre caso urgente e de justificada gravidade occorrente no funcionamento da Bolsa e com referencia á cotação do curso dos titulos, das especies e dos cambios.

O pedido de convocação deve ser formulado por escripto e assignado por dous corretores em exercicio activo da profissão.

Art. 68. A assembléa geral constituir-se-ha com a maioria absoluta dos corretores e será presidida pelo syndico; as suas deliberações constarão de actas lavradas em livro proprio confiado á guarda da Camara Syndical; servirá de secretario da reunião o corretor que o syndico designar.

As actas serão assignadas por todos os corretores presentes, não sendo permissivel delegação para este fim.

Não se reunindo corretores em numero sufficiente para constituir maioria absoluta, o syndico convocará nova reunião, com intervallo de 24 horas, na qual se deliberará com qualquer numero de corretores presentes.

Art. 69. Os membros da Camara Syndical poderão ser reeleitos; ao syndico compete designar o secretario e o thesoureiro da Camara, os quaes só poderão ser tirados dentre os membros desta.

Art. 70. A nenhum corretor é lícito eximir-se de ser membro da Camara Syndical, salvo por molestia grave e continuada, provada perante o Ministro da Fazenda e, no caso de reeleição, si não houver decorrido um anno entre a antecedente e a nova nomeação.

Art. 71. A Camara Syndical poderá deliberar sempre que se acharem presentes metade e mais um de seus membros; os negocios serão decididos por maioria absoluta de votos; no caso de empate, o presidente terá o voto de qualidade.

Art. 72. Das deliberações da Camara Syndical deverão ser lavradas actas em livro aberto, numerado e rubricado pelo syndico e devidamente sellado.

As actas serão assignadas por todos os membros da Camara Syndical, que houverem tomado parte na sessão.

Art. 73. A' Camara Syndical compete:

a) informar sobre a conveniencia da creação e da suppressão de officios de corretores de fundos publicos;

b) propor a nomeação, a destituição dos mesmos e a sua suspensão por tempo maior de trinta dias;

c) organizar o regimento interno da Bolsa e da corporação dos corretores e a tabella dos emolumentos que elles devem perceber, sujeitando-os á approvação do Ministro da Fazenda;

d) autorisar, prohibir e suspender a negociação e a cotação de qualquer valor, com excepção dos titulos da divida federal, estadual e municipal e dos estrangeiros, que só serão admittidos á cotação por acto do Ministro da Fazenda.

No uso desta attribuição poderá a Camara Syndical exigir de todas as sociedades emissoras de titulos negociaveis na Bolsa os esclarecimentos e documentos que reputar precisos para a inclusão de taes valores no boletim das cotações;

e) impor as multas decretadas neste regulamento, facultando de sua decisão recurso para o Ministro da Fazenda dentro de cinco dias;

f) fixar a cotação official do cambio, dos valores e das especies, publicando o boletim diario, confeccionado após o encerramento dos trabalhos da Bolsa e em face das notas ou memoranda dos corretores e dos bancos;

g) organizar a tabella das taxas a perceber pelas declarações que forem publicadas no boletim official;

h) velar para que os corretores se contenhão nos limites de suas funções legais, podendo ordenar-lhes a apresentação de seus livros e prescrever-lhes todas as medidas de precaução que julgar necessarias;

i) infligir censura aos actos dos corretores, quando irregulares, e, segundo a gravidade do caso, interdizer-lhes a entrada na Bolsa durante um prazo não excedente de trinta dias e suspendel-os por igual tempo;

j) fiscalisar que nenhum individuo, sem titulo legal, exerça as funcções de corretor, promovendo pelos meios competentes, a decretação da nullidade das operações por elle realizadas;

k) decidir as contestações que se suscitarem entre os corretores relativamente ao exercicio de suas funcções, com recurso para o Ministro da Fazenda.

Art. 74. No caso de impedimento de adjuntos de modo a não poder reunir-se e deliberar a Camara Syndical, convidará o syndico dentro os membros da corporação os que forem necessarios para completar a Camara Syndical. O syndico será nesta hypothese substituido em seus impedimentos pelo corretor mais antigo ou pelo mais idoso si houver mais de um com igual antiguidade.

Art. 75. Compete ao syndico:

a) representar a Camara Syndical e a corporação dos corretores perante o Governo, autoridades constituidas e em Juizo;

b) presidir as reuniões da Camara Syndical, dirigir as discussões e apurar as deliberações, votando em ultimo logar e para desempate, no caso de ser necessario;

c) executar as deliberações da Camara Syndical;

d) promover reuniões diarias da Camara Syndical para verificação do resultado das operações, determinação do curso do cambio e cotação dos fundos e valores negociados pelos corretores;

e) fiscalisar a escripturação do livro dos preços correntes, em que deverão ser registrados os boletins apresentados pelos corretores, nos quaes estiverem mencionadas as propostas e transacções que se houverem realizado e tiverem sido inscriptas nas notas offerecidas no recinto da Bolsa;

f) assignar e remetter ao Ministro da Fazenda o boletim da cotação dos fundos publicos e do cambio.

## TITULO II

### DAS OPERAÇÕES

#### CAPITULO I

A BOLSA. NEGOCIAÇÕES DE FUNDOS PUBLICOS: 1º) À VISTA; 2º) A PRAZO: A) COM TRANSFERENCIA REAL; B) LIQUIDADAS POR PRESTAÇÃO DE DIFFERENÇA DAS COTAÇÕES

Art. 76. A Bolsa é o logar, no salão da praça do commercio, destinado ás operações de compra e venda de titulos publicos, de acções de bancos e companhias, de valores commerciaes e de metaes preciosos.

Paraphragho unico. E' facultado aos corretores, fóra da hora regimental da Bolsa, effectuar negociações sobre metaes, cambias, descontos e empréstimos commerciaes, contando que no mesmo dia e na hora official da Bolsa, apresentem boletins assignados mencionando a quantidade, a natureza, o dia do vencimento e o preço dos titulos para a cotação.

Art. 77. Só aos corretores de fundos é permittido o accesso dentro da balaustrada da Bolsa.

Art. 78. A' Camara Syndical compete tornar effectiva a disposição do artigo antecedente, vedando ás pessoas estranhas á classe dos corretores de fundos o ingresso no logar reservado á Bolsa, enquanto esta funcionar.

Art. 79. Fóra do logar especial e das horas para o funcionamento da Bolsa é prohibida qualquer reunião quer de corretores de fundos, quer de pessoas extranhas á profissão, para effectuar operações de Bolsa.

Art. 80. Os corretores de fundos publicos reunir-se-hão na Bolsa á hora marcada no regimento interno e immediatamente começarão a propor em alta voz as transacções que desejarem effectuar, determinando as condições em que devam ser baseadas.

Art. 81. Logo que qualquer corretor acceitar a proposta e as condições da negociação reputar-se-ha fechada a transacção.

Os corretores a inscreverão em seus cadernos manuaes e, acto continuo, trocarão entre si um *memorandum* assignado, em que estejam consignadas todas as condições da operação que acabarem de effectuar.

Art. 82. A operação ultimada será immediatamente inscripta em uma taboa collocada proxima á Bolsa e em logar visivel para todos.

Art. 83. O corretor, comquanto não obrigado a declarar a quantidade total dos titulos e valores que tenha de negociar, deverá determinar o numero, que se proponha a comprar e vender, no acto do prégo.

Art. 84. Encerrados os trabalhos da Bolsa reunir-se-ha a Camara Syndical e procederá á fixação do curso do cambio e da cotação dos fundos e valores negociados, taxando os limites maximo e minimo.

Art. 85. Para a determinação do curso do cambio e dos valores, a que se refere o artigo antecedente, apresentarão os corretores á Camara Syndical boletins por elles assignados contendo as notas correspondentes ás transacções effectuadas nesse dia com menção dos limites maximo e minimo das cotações.

Art. 86. Com os elementos fornecidos pelos boletins dos corretores, que serão registrados em livro proprio, verificará a Camara o resultado das operações do dia e fixará, de modo definitivo, o curso do cambio e da cotação dos titulos e valores negociados.

Art. 87. Em livro proprio se lavrará, em fórma de termo, a deliberação da Camara Syndical e se expedirá, de conformidade com ella, o boletim da cotação official e do curso do cambio.

Deste, boletim serão enviadas cópias authenticadas pelo syndico ao Ministro da Fazenda, ao presidente da Associação Commercial e ao *Diario Official*.

Art. 88. Os titulos de emprestimos federaes, estadoaes, municipaes e estrangeiros só poderão ser cotados na Bolsa mediante autorisação do Ministro da Fazenda, concedida sob informação da Camara Syndical.

Art. 89. Os titulos de emprezas nacionaes e estrangeiras sel-o-hão sómente com consentimento da Camara Syndical.

Esta responderá civilmente pelos prejuizos resultantes da admissão á cotação de titulos, debentures irregularmente emittidas e acções de associações illegalmente constituídas, ou que não tenham realizado o capital exigido na lei reguladora do anonymato, para que as suas acções sejam negociaveis, e de sociedade sem existencia real e actividade effectiva, e organisadas no intuito exclusivo de tentar a negociação de titulos e a exploração de operação sobre os mesmos.

Art. 90. A venda de titulos ao portador reputa-se perfeita com a tradição dos mesmos pelo corretor vendedor ao corretor comprador, ou pelo seu lançamento nos livros daquelle em nome deste.

Art. 91. As operações á vista realizadas na Bolsa deverão ser liquidadas dentro de dous dias uteis; não o sendo neste prazo, a Camara Syndical fal-os-ha executar na primeira reunião da Bolsa, segundo o processo estabelecido no regimento interno.

As de lettras de cambio e especies metallicas sel-o-hão no prazo de cinco dias uteis, devendo tornar-se effectiva a responsabilidade do corretor dous dias uteis depois do vencimento da operação, no caso de faltar o committente ao cumprimento do contracto.

Art. 92. O corretor a quem o committente fornecer garantias para a effectividade da operação, dará ao committente recibo dos titulos, valores, dinheiro ou ordens que do mesmo receber. Ao committente é facultado fazer em estabelecimento bancario o deposito em garantia da liquidação da operação confiada ao corretor.

Art. 93. Deixando o committente de proporcionar ao corretor os meios de fazer effectiva a operação, passará o corretor a vender os titulos que houver adquirido e pagará com o producto o preço da compra, ou adquirirá os titulos cuja compra houver convencionado.

Em qualquer destas hypotheses responderá o committente pela differença, que, com a demora da operação, haja occorrido na cotação dos titulos.

A acção executiva é o meio judicial de apuração dos direitos e da responsabilidade provenientes destas disposições.

Art. 94. As liquidações das operações da Bolsa feitas a prazo poderão ser realizadas pela effectiva entrega dos titulos e pagamento dos preços, ou pela prestação da differença entre a cotação da data do contracto e a da época da liquidação.

São exceptuadas desta disposição as operações sobre letras de cambio e moeda metallica, que sómente serão liquidaveis pela entrega effectiva dos titulos e das especies.

Art. 95. Não são accionaveis perante os tribunaes os contractos de cambio a prazo liquidaveis por differença.

Art. 96. Não é lícito pactuar nas negociações a prazo que a liquidação só tenha lugar pela prestação das differenças entre as cotações.

Art. 97. Sómente na hypothese do § 2º do art. 2º do decreto legislativo n. 354 de 16 de dezembro de 1895 são permissiveis negociações por meio de *memoranda* ou de quaesquer escriptos contendo promessa de letras a entregar dentro do prazo determinado. Taes negociações serão nullas de pleno direito quando dellas não constar o pagamento do sello proporcional e incorrerão na multa de dez contos de réis os que nellas tomarem parte.

Art. 98. O tempo para a liquidação das negociações a prazo effectuadas na Bolsa não pôde exceder de trinta dias; a liquidação terá lugar de accordo com o regimento interno da Bolsa.

§ 1.º As negociações a prazo de cambiaes e de especies metallicas não excederão do mesmo tempo, sendo permittido prorogar o duas vezes por trinta dias, mediante o pagamento em cada prorrogação do sello taxado para a primeira operação.

A falta de liquidação da operação no prazo primitivo ou no da prorrogação autorisa o protesto, como medida assecratoria da prestação de perlas e damnos pelo não cumprimento do contracto.

§ 2.º Na hypothese de prorrogação deverão ser os contractos presentes á Camara Syndical para registrar.

Art. 99. O corretor tem o direito de exigir do committente nas negociações a prazo, um reforço de garantia segundo a alteração do valor dos titulos negociados, de modo a pô-lo ao abrigo da impontualidade ou da insolvabilidade do mesmo committente.

Art. 100. A garantia poderá consistir em dinheiro ou em valores, deverá constar do documento escripto pelo punho do committente e que contenha declaração de que o dinheiro ou os valores são consignados a pôr o corretor a coberto dos riscos da operação e das differenças na cotação dos titulos e autorisação ao corretor para vendel-os para a liquidação de operação, no caso de omissão por parte do committente.

## CAPITULO II

OPERAÇÕES E LIQUIDAÇÕES POR COMPENSAÇÃO, A PREMIO E FIRMES.  
REPORTS. NEGOCIAÇÕES A PRAZO MEDIANTE DESCONTO. VENDAS  
POR MANDADO JUDICIAL.

Art. 101. As diversas operações effectuadas pelo corretor, por ordem de um mesmo committente, são liquidaveis por compensação em dinheiro ou em titulos da mesma especie, conforme houver sido accordado.

Art. 102. As operações realizadas por mais de um corretor e por ordem e conta de um ou mais committentes, podem ser, do mesmo modo do artigo antecedente, liquidadas por compensação, si os interessados nisso convierem.

Art. 103. As operações a prazo, com excepção das de letras de cambio, podem ser feitas com a faculdade de desistencia por parte do committente, mediante o abono de uma quantia convencionada para o premio de indemnisação pela rescisão do contracto, de accordo com o regimento interno.

Art. 104. O premio é estipulado sobre o valor de cada titulo e não impede que o corretor exija a prestação da garantia da operação, na hypothese da consolidação.

Art. 105. O regimento interno da Bolsa fixará o prazo além do qual as operações a premio se considerarão confirmadas.

Art. 106. É licito ao comprador à vista, de titulos negociaveis, fazer no mesmo acto ao vendedor revenda de titulos da mesma especie, a prazo e por preço determinado.

Art. 107. A entrega real dos titulos é condição substancial á validade desta operação.

Art. 108. A propriedade dos titulos transfere-se na operação de que tratam os artigos antecedentes, ao comprador; é licito, porém, estipular que os juros e dividendos que aos titulos couberem durante o prazo do *report* pertençam ao vendedor primitivo.

Art. 109. O *report* é renovavel a aprazimento das partes.

Art. 110. Nas operações a prazo, o comprador tem o direito de exigir, mediante desconto, a entrega dos valores negociados, por antecipação, isto é, antes da época fixada para a liquidação da transacção.

Art. 111. É vedado o desconto nas operações de *report* e nas de letras de cambio ou moeda metallica.

Art. 112. As vendas de valores negociaveis na Bolsa, que houverem de ser feitas por ordem do juiz competente, em execução de sentença proferida em Juizo contradictorio, ou de acto de jurisdicção voluntaria, serão executadas pela Camara Syndical em leilão depois de publicadas, por meio de aviso ou edital affixados no recinto da Bolsa, e durante oito dias pela imprensa diaria.

Art. 113. No aviso far se-ha menção dos titulos a negociar e de sua quantidade, da decisão do juiz que houver ordenado a negociação e do nome do corretor della incumbido.

Art. 114. Os valores que não tiverem sido admittidos á cotação serão vendidos em leilão na Bolsa, sob a responsabilidade do corretor e mediante as formalidades estabelecidas no regimento interno.

Art. 115. A Camara Syndical pôde resolver que se faça em leilão a venda de titulos admittidos á cotação, sempre que esta não se der, por falta de negociações de taes valores, ou pela occorrença de qualquer circumstancia que torne prejudicial aquelle meio de transferencia.

Art. 116. A venda dos títulos que se acharem no caso do art. 33 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891 será levada a effecto pelo modo estabelecido nos artigos antecedentes.

Art. 117. A Camara Syndical organizará um regimento interno da Bolsa e da corporação dos corretores, que, depois de approved pelo Ministro da Fazenda, fará parte integrante deste decreto.

Nesse regimento serão regulados os factos referentes á organização e ao funcionamento da Bolsa, da corporação dos corretores e da Camara Syndical.

### CAPITULO III.

#### NEGOCIAÇÕES DE LETRAS DE CAMBIO E DE ESPECIES METALLICAS, COTAÇÃO DOS RESPECTIVOS CURSOS.

Art. 118. As operações de cambio só poderão realizar-se por meio de letras ou de documentos, com sello proporcional, contendo promessa de letras a entregar dentro do prazo determinado.

Art. 119. São declarados nulos para todos os effectos os contractos de cambiais ou moeda metallica a prazo que não tenham o sello legal.

Art. 120. As negociações sobre letras de cambio não produzirão effecto para o fim de serem apuradas em Juizo, e serão objecto de cotação, si não puderem ser provadas por certidão extrahida dos livros dos corretores e que faça menção das declarações a que se refere o art. 54 deste decreto.

Art. 121. As negociações de especies metallicas provar-se-hão por meio de certidões extrahidas dos livros dos corretores, que deem indicação da quantidade, natureza e preço das especies.

Art. 122. Os estabelecimentos bancarios, filiaes ou agencias, nacionaes ou estrangeiros que negociarem em cambio e moeda metallica são obrigados a remetter diariamente ao syndico, em notas authenticadas pelos gerentes ou directores respectivos, a declaração das taxas a que tiverem operado e quinzenalmente a totalidade das operações.

Art. 123. As operações realizadas pelos bancos e pelos corretores servirão de elemento para a fixação do curso official do cambio pela Camara Syndical.

Art. 124. A cotação á vista será a fixada para as operações a 90 dias, com deducção de 1/4 de penny, calculada sobre a taxa ao par.

Art. 125. A Camara Syndical, além dos boletins diarios do curso official do cambio, dos fundos publicos e das especies metallicas remetterá mensalmente ao ministro da Fazenda um quadro do movimento da Bolsa, com fixação da média dos cursos cotados.

Art. 126. A Camara Syndical é responsavel pela exactidão dos preços cotados no mercado de cambio, no das especies metallicas e no de fundos publicos.

A falta de exacção na cotação acarreta para os membros da referida Camara a incursão no crime de falsidade.

Art. 127. Depois da affixação do boletim da cotação, nenhuma alteração pôde ser nelles feita—ainda que no intuito de rectificar a cotação.

E' licito, porém, rectificar o boletim para o effeito unico de completal-o, incluindo fundos cuja cotação não tiver sido mencionada, por omissão involuntaria.

Art. 128. A cotação official do cambio determinará o curso authenticico do mesmo, e será fixada de accordo com as instruções do regimento interno da Bolsa; della será expedido boletim pela Camara Syndical, o qual será registrado no livro competente assignado pelo syndico e pelo secretario da mesma Camara e publicado no *Diário Official*.

Art. 129. A' Camara Syndical da Capital Federal serão enviadas pelos presidentes das Juntas dos corretores de todas as praças commerciaes da Republica communicações telegraphicas das taxas cambiaes do dia. A Camara Syndical organizará com estes dados um boletim centrál da cotação cambial da Republica no referido dia e com os limites maximo e minimo de cada praça.

## CAPITULO IV

### RESPONSABILIDADE CIVIL DOS CORRETORES. SANÇÃO PENAL

Art. 130. A responsabilidade civil dos corretores de fundos publicos resolve-se na prestação de perdas e damnos resultantes:

- a) da falta de execução da ordem acceita do committente;
- b) da entrega, em liquidação de operação, de titulo irregular, amortizado, embargado, perdido, furtado, ou incluido no boletim official dos titulos cuja transferencia estiver suspensa;
- c) de haver o corretor, para angariar bens para seu committente, ou proventos para si proprio, negociado de má fé letras, titulos e valores na época da operação, pertencentes a pessoas cujo estado de fallencia for notorio;
- d) da irregularidade da escripturação de seus livros ás partes interessadas nas operações.

Art. 131. Responderá o corretor pelos lucros cessantes e damnos emergentes que decorrerem de seu acto quando provar-se que a omissão em dar cumprimento á ordem recebida proveio de má fé, ou que della auferiu o corretor qualquer interesse.

Art. 132. Em qualquer destes casos a ordem acceita e não cumprida será executada pela Camara Syndical, á vista da reclamação da parte interessada, com os fundos constitutivos da fiança do corretor, operando-se o levantamento da quantia precisa para a final liquidação da operação, por meio de requisitoria dirigida ao Ministro da Fazenda.

Art. 133. A prestação de perdas e damnos tornar-se-ha effectiva em virtude de sentença condemnatoria obtida pelos meios ordinarios.

Art. 134. Os corretores de fundos publicos — além das penas em que possam incorrer de accordo com as disposições do Codigo Penal, repressivas dos crimes de função — são passíveis das penas regimentaes de suspensão até tres mezes e de multa até o valor da metade da fiança.

Art. 135. A pena de suspensão pôde ser imposta:

- a) pela Camara Syndical, com recurso voluntario para o Ministro da Fazenda, por tempo não excedente de um mez;
- b) pelo Ministro da Fazenda, sem recurso, até tres mezes.

Art. 136. A Camara Syndical impõe a suspensão *ex-officio* ou mediante queixa.

Esta só pôde ser recebida quando devidamente instruida com documentos que demonstrem falta ou erro de officio commettido pelo corretor.

A justificação produzida perante autoridade judiciaria do domicilio do corretor e com citação deste, pôde ser aceita como documento instructivo da queixa.

Art. 137. A suspensão pôde ser imposta *ex-officio* :

- a) Si o corretor não tiver em estado de integridade a fiança depositada no Thesouro Federal ;
- b) Si estiver em móra na liquidação de negociações que tenha realizado ;
- c) Si achar-se em atrazo no pagamento do imposto de industrias e profissões.

Paragrapho unico. Reputa-se em móra o corretor que não liquidar qualquer negociação dentro de dous dias uteis do vencimento deste.

Art. 138. As multas estabelecidas neste regulamento serão impostas administrativamente pela Camara Syndical, com recurso voluntario para o Ministro da Fazenda, ou por este quando julgar cabivel tal pena.

Art. 139. O recurso terá effeito suspensivo, deverá ser interposto dentro de cinco dias, a contar da notificação pelo syndico, e será decidido dentro do prazo maximo de 15 dias ; a falta de decisão dentro deste prazo importa a confirmação do acto da Camara Syndical.

Art. 140. O producto das multas será recolhido ao cofre da Camara Syndical, instituido no art. 16 do decreto legislativo n. 354 de 16 de dezembro de 1895, e constituirá um fundo de beneficencia dos corretores de fundos publicos da Capital Federal.

Art. 141. Incorrerão na pena de suspensão pelo tempo de tres mezes e na multa de um a dous contos de réis :

- a) O corretor que assignar notas de transacções que não haja effectuado ;
- b) O que negociar titulos ou valores não admittidos á cotação official.

Art. 142. Incorrerá na multa da quarta parte da fiança e em suspensão por tempo de dous mezes o corretor cujos livros forem achados sem as formalidades e declarações exigidas neste decreto.

Art. 143. Incorrerá na pena de suspensão por tempo de tres mezes o corretor que, já punido por não ter os livros escripturados com as formalidades e declarações exigidas neste regulamento — reincidir no acto, provando-se que fel-o fraudulentamente.

Presume-se a fraude sempre que nas operações de cambio, de especíes metallicas e de fundos não forem mencionados nos livros os nomes de committentes de idoneidade reconhecida ou quando taes operações não estiverem escripturadas no protocollo.

Art. 144. Incorrerá na multa de um a cinco contos de réis o corretor que deixar de exhibir, para a cotação, até a hora marcada no expediente da Bolsa, as notas das operações que houver realizado sobre cambiaes, descontos, metaes preciosos ou quaesquer empréstimos commerciaes.

Art. 145. Incorrerá em suspensão pelo tempo de 30 dias e na multa de um conto de réis o corretor que negociar letras, titulos e quaesquer valores pertencentes a pessoas cujo estado de fallencia, ulteriormente declarado, for notorio na época da operação.

Art. 146. Incorrerá na multa de um conto de réis o corretor que eximir-se do ser membro da Camara Syndical fóra dos casos estabelecidos no art. 70 deste regulamento.

Art. 147. Incorrerão na multa de 500\$ a 1:000\$ e na de suspensão por 90 dias, na reincidencia, os corretores de fundos que se reunirem, para effectuar operações de Bolsa, fóra do logar e das horas da Bolsa.

Art. 148. Incorrerão na multa de cinco a dez contos de réis os estabelecimentos bancarios, filiaes ou agencias, nacionaes ou estrangeiros, que negociarem em cambio e moeda metallica e não remetterem diariamente ao syndico as notas a que se refere o art. 122 deste decreto, e os que remetterem notas inexactas (art. 158).

Art. 149. Incorrerão na multa de dez contos de réis as agencias de bancos nacionaes e estrangeiros e de companhias estrangeiras que operarem sobre cambiaes sem pagamento do sello devido.

Esta multa comprehende todos os que interferirem com taes operações.

Art. 150. E' punivel com a multa de dez a vinte contos de réis a liquidação por differença das operações de cambiaes e moeda metallica.

Art. 151. Incorrerão na perda de metade da fiança os corretores:

a) que reincidirem depois de multados em assignar notas de transacções que não hajam effectuado ;

b) que reincidirem na disposição do art. 145 deste regulamento;  
c) que violarem as disposições do art. 51 deste regulamento;  
d) membros da Camara Syndical que fizerem sem a devida exacção a cotação dos preços dos mercados do cambio, das especies metallicas e dos fundos publicos.

Art. 152. Incurrerá na perda da 4ª parte da fiança, o corretor que insistir na recusa do cargo de membro da Camara Syndical, depois de intimado para aceitá-lo por portaria do Ministro da Fazenda.

Art. 153. Incurrerão na multa de vinte a quarenta contos de réis os que reincidirem em liquidar por differença operações de cambio e de moeda metallica, depois de multados em dez a vinte contos.

Art. 154. Além dos casos acima especificados, poderão as penas de multa e suspensão ser impostas disciplinarmente por deliberação da maioria da Camara Syndical, com audiencia prévia do corretor e recurso suspensivo para o Ministro da Fazenda.

Art. 155. As pessoas que, sem a necessaria investidura, exercitarem as funcções do cargo de corretor, incorrerão no preceito do art. 224 do Código Penal.

O syndico remetterá ao promotor seccional da Republica os documentos que possam instruir o processo para applicação da pena devida, no Juizo competente.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 156. As agencias de bancos nacionaes e estrangeiros, as de companhias estrangeiras e quaesquer outras instituições que negociarem em cambiaes com o publico são obrigadas a fazer um deposito no Thesouro, de 100:000\$, no minimo, em moeda ou fundos publicos brasileiros ou estrangeiros que tenham cotação na Bolsa da Capital Federal.

Art. 157. A disposição do artigo antecedente não comprehendendo:

a) os bancos de depositos constituídos nesta praça sob o regimen das sociedades anonyms;

b) as filiaes de bancos estrangeiros devidamente autorizadas a funcionar na Republica.

Art. 158. As agencias de bancos nacionaes e estrangeiros e de companhias estrangeiras e quaesquer outras instituições que negociarem em cambiaes são obrigadas a remetter diariamente ao syndico, em notas authenticas, a declaração das taxas a que tiverem operado e quinzenalmente a da totalidade das operações.

Art. 159. O syndico transmittirá em mappa mensal o resumo dos dados fornecidos pelas agencias dos bancos nacionaes e estrangeiros e das companhias estrangeiras sobre as operações de cambiaes effectuadas nesse espaço de tempo.

Si esses dados revelarem grande desenvolvimento de operações, o Ministro da Fazenda poderá elevar o valor do deposito de garantia a que se refere o art. 158.

Art. 160. Os bancos estrangeiros e filiaes que funcionarem na Capital Federal ficam sujeitos, nos termos das clausulas dos actos que os autorisaram a operar no paiz, à fiscalisação das operações de cambiaes que levarem a effeito.

Art. 161. A Camara Syndical organisará um regimento interno da Bolsa, da corporação dos corretores, que, depois de approvedo pelo Ministro da Fazenda, fará parte integrante deste decreto.

Nesse regimento serão regulados a organização e o funcionamento da Bolsa, da corporação dos corretores e da Camara Syndical.

Art. 162. Os corretores perceberão, como remuneração das negociações que realizarem, as commissões estabelecidas na tabella dos emolumentos que for organizada pela Camara Syndical e approveda pelo Ministro da Fazenda.

Capital Federal, 13 de março de 1897. *Bernardino de Campos,*

~~~~~  
DECRETO N. 2476 — DE 15 DE MARÇO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:908\$927 para despesas com o custeio do Pedagogium nos mezes de janeiro e fevereiro ultimos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a transferencia do Pedagogium para a Administração Municipal, determinada por aviso de 29 de dezembro do anno passado, que foi expedido em virtude da autorisação concedida no art. 2º, § 1º, n. 2 da lei n. 429 de 10 de dezembro do dito anno realizou-se mediante accordo com o Prefeito do Districto Federal; obrigando-se, entretanto, o Governo a providenciar sobre o custeio daquelle estabelecimento durante os mezes de janeiro e fevereiro ultimos e ouvido previamente o Tribunal de Contas, resolve, nos termos do n. III do citado paragrafo, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de tres contos novecentos noventa e oito mil novecentos vinte e sete réis (3:908\$927), para o correr ás despesas constantes da tabella annexa.

Capital Federal, 15 de março de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.

Tabella discriminativa, a que se refere o decreto n. 2476 desta data, da despesa, nos mezes de janeiro e fevereiro ultimos, com o pessoal e material do Pedagogium.

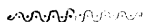
Pessoal:

1 Director, na razão de 4:000\$ de ordenado e 2:000\$ de gratificação...	1:000\$000	
1 Sub-director secretario, na de 3:200\$ de ordenado e 1:600\$ de gratificação	800\$000	
1 Conservador, na de 1:800\$ de ordenado e 600\$ de gratificação.....	400\$000	
1 Escriptuario na de 1:600\$ de ordenado e 800\$ de gratificação.....	400\$000	
1 Porteiro, na de 1:200\$ de ordenado e 600\$ de gratificação.....	300\$000	
1 Mestre de officinas, na de 800\$ de ordenado e 400\$ de gratificação...	200\$000	3:100\$000

Material:

3 Serventes.....	500\$000	
Objectos de expediente e despezas de prompto pagamento.....	333\$332	
Illuminação.....	658\$95	898\$927
		3:998\$927

2.^a Secção da Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, 15 de março de 1897.— O 1.^o official *Carvalho e Sousa*.— Visto — *Pedro Guedes*, director da secção.— Visto — *J. C. de Souza Bordini*, director geral.



DECRETO N. 2477 — DE 15 DE MARÇO DE 1897

Approva, com alterações, os estatutos da Sociedade de seguros mutuos «Operarios».

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram os cidadãos João Zenobio Accioly de Vasconcellos, Tertuliano José de Carvalho e Tharcicio Pereira Rabello Braga :

Decreta :

Art. 1.^o Ficam approvados os estatutos da Sociedade de seguros mutuos «Operarios», com as alterações seguintes :

a) Acrescente-se: Art. ... a sociedade não poderá ressegurar os seus seguros em companhias estrangeiras.

b) Ao final do art. 1.º accrescente-se : designando previamente o local em que houver de funcionar as que tiverem de ser creadas com a approvação do Governo.

c) Ao final do art. 46 accrescente-se : com a approvação do Governo.

d) Art. 48, diga-se : a sociedade poderá, mediante autorisação da assemblea geral, conceder ao fundador Tharcisio Pereira Rabello Braga uma remuneração pelos serviços de organização e incorporação da mesma sociedade.

Capital Federal, 15 de março de 1897, 9.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Estatutos da Sociedade de seguros mutuos «Operaria»

CAPITULO I

DA SOCIEDADE

Art. 1.º A «Operaria» é uma sociedade de seguros mutuos com sede na Capital Federal, podendo estabelecer agencias dentro e fora da Republica.

Art. 2.º A sociedade tem por objecto a constituição de dotes, peculios e heranças, emittindo apolices de seguros na forma do capitulo II.

CAPITULO II

DOS SOCIOS

Art. 3.º Para ser considerado socio é preciso:

1º, fazer inscrever o nome na sede ou em qualquer agencia da sociedade, pagando a joia de 5\$000;

2º, subscrever uma ou mais apolices de seguros de qualquer das series A, B, C.

Art. 4.º O socio é obrigado:

1º, a pagar annual e adiantadamente a quantia de 2\$ para as despezas sociaes;

2º, a satisfazer pontualmente as prestações das apolices que subscrever.

Art. 23. Os segurados não remidos cujos seguros se vencerem poderão aguardar a época da remissão para fazerem a liquidação.

Art. 24. O seguro que se vencer em consequencia de um crime e cujo beneficio pertença ao criminoso, não será pago.

CAPITULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 25. A sociedade será administrada por uma directoria composta de tres membros, eleitos pela assembléa geral ordinaria em escrutinio secreto, e por maioria de votos presentes, com determinação dos cargos do presidente, secretario e thesoureiro.

O seu mandato durará seis annos,

Os directores são reelegiveis.

Art. 26. No caso de impedimento de algum dos directores, os restantes nomearão um segurado remido para preencher provisoriamente a vaga.

Art. 27. Durando o impedimento mais de tres mezes, considerar-se-ha vago o cargo e a assembléa geral, em sua immediata reunião, elegerá outro director.

Art. 28. A directoria compete gerir a sociedade, de accordo com estes estatutos, exercendo collectivamente ou por dous de seus membros a superintendencia e fiscalisação de todas as operações sociaes e especialmente :

a) nomear e demittir os empregados, marcar-lhes os vencimentos e funcções ;

b) emittir o liquidar as apolices de seguro ;

c) empregar o capital de accordo com o capitulo III ;

d) crear as agencias ;

e) fazer organizar e conservar com clareza e em dia a escripta da sociedade ;

f) proceder semestralmente ao balanço social e apresental-o á assembléa geral acompanhado do parecer da commissão fiscal ;

g) fazer semestralmente a remissão das apolices das series A e B e o resgate das da serie C ;

h) assignar os cheques sobre bancos e mais documentos que importem responsabilidade social ;

i) convocar ordinariamente a assembléa geral nos mezes de fevereiro e agosto e extraordinariamente sempre que for necessario.

Art. 29. A directoria poderá delegar seus poderes a um gerente, submettendo a nomeação á approvação da assembléa geral.

CAPITULO VII

DA COMMISSÃO FISCAL

Art. 30. A commissão fiscal, composta de tres membros, será eleita annualmente e pelo mesmo modo que a directoria (art. 25).

Art. 31. Compete á commissão fiscal:

- a) escolher dentre si presidente e secretario;
- b) celebrar suas sessões no escriptorio da sociedade e fazer as indagações e exames que julgar necessarios;
- c) examinar os livros e documentos de responsabilidade social;
- d) verificar os saldos existentes em caixa;
- e) elaborar semestralmente um parecer sobre o balanço e operações realisadas, propondo as medidas que julgar convenientes.

CAPITULO VIII

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 32. A assembléa geral funcionará validamente quando estiverem reunidos pelo menos 30 socios.

Art. 33. As reuniões ordinarias terão lugar nos mezes de fevereiro e agosto por convocação da directoria e as extraordinarias sempre que forem convocadas:

- 1º, por dous directores;
- 2º, pela commissão fiscal;
- 3º, por 30 socios quites.

Art. 34. Nas reuniões ordinarias a assembléa tratará de qualquer assumpto que lhe for presente e nas extraordinarias somente do assumpto que determinou a convocação.

Art. 35. Não comparecendo o numero de socios determinado no art. 32, marcar-se-ha outra reunião que será annunciada com antecedencia de oito dias, podendo funcionar com o numero que comparecer.

Art. 36. As deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Art. 37. Cada socio terá um voto, qualquer que seja o numero de apolices que possuir.

Art. 38. A assembléa será presidida por um dos socios presentes que for aclamado na ocasião da reunião.

Art. 39. O presidente escolherá dentre os membros da assembléa dous secretarios para constituirem a mesa.

Art. 40. Compete á assembléa geral:

- Eleger os directores e membros da commissão fiscal;
- Apreciar os balanços e parecer da commissão fiscal;

Resolver sobre qualquer assumpto que exceder às attribuições da directoria;

Reformar estes estatutos, procedendo proposta da directoria e estando presentes pelo menos cem socios.

CAPITULO IX

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 41. A sociedade terá a duração de 99 annos, podendo ser prorogada por deliberação da assemblea geral e approvação do Governo.

Art. 42. O anno financeiro-social terminará a 31 de dezembro.

Art. 43. A sociedade poderá ser dissolvida antes de terminar o prazo indicado no art. 41:

1º, quando o numero de socios for inferior a 50 ;

2º, por falta de pagamento dos seguros que se vencerem.

Art. 44. No caso de dissolução da sociedade depois de liquidados os seguros das series A e B, o saldo liquido será dividido pelos segurados da serie C relativamente ao numero de apolices que possuirem.

Art. 45. Os vencimentos dos directores serão mareados pela assemblea geral.

Art. 46. A sociedade poderá crear outros systemas de seguros.

Art. 47. A sociedade considerar-se-ha constituida quando estiverem inscriptos 50 socios.

Art. 48. A sociedade poderá conceder ao fundador Tharcicio Pereira Rabello Braga uma remuneração pelos serviços de organização e incorporação.

Art. 49. Os signatarios destes estatutos nomeam directores no primeiro periodo administrativo os seguintes senhores :

Dr. João Zenobio Accioly de Vasconcellos, presidente ; Ter-tuliano José de Carvalho, thesoureiro ; Tharcicio Pereira Rabello Braga, secretario ; e lhes outorgam plenos poderes para requererem autorisação, fundarem a sociedade e iniciarem as operações.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1896.— *Francisco Gonçalves da B. Vianna.*— *D. Gonçalves da B. Vianna.*— *Bellefmino Buarque Lins Wanderley.*— *José Gomes Leite.*— *Alvaro Antonio de Oliveira.*— *Francisco de Souza Ramalho.*— *Horacio Candido Gonçalves.*— *Francisco Diniz.*— *Francisco Ribeiro Osorio.*— *Manoel José Fernandes.*— *Arthur J. Serra Lemos.*— *José Bernardino da Costa Machado.*— *Epaminondas de Albuquerque.*— *Alvaro de Souza Guimarães.*— *Antonio Augusto Martins.*— *João Baptista Galdanin.*— *Libanio do Amaral.*— *Manoel Vasques.*— *Isidoro Lemos.*— *Manoel Martins.*— *José Silveira da Rosa.*— *Alvaro Pessoa de Menezes.*— *José de Sá Siqueira Cavalcanti.*—

José Cesar Ottoni. — Francisco Salvador Moreira. — Antonio Gomes de Pinho. — Horácio Dutra. — Augusto Alvim. — José Alves Pereira Dias. — Fortunato Coelho da Silva. — Alfredo Marques. — Odorico de Oliveira. — Cicero Loureiro. — Ricardo Dorato. — José da Silva Mafra. — João Climaco dos Santos. — João de Pinho Bandeira. — Antonio Sebastião de Souza. — Arthur da Silva e Sá. — Luiz Carlos Peres. — Manoel Joaquim de Lemos. — Geroncio de Mello Azêdo. — Theotônio Lopes. — Major Marcellino José da Costa. — Manoel de Souza Cardoso. — José Gonçalves Silva Brito. — Alípio Peres. — Narciso da Silva Penas. — Norberto Corrêa de Figueiredo. — Arthur Octaviano de Oliveira.

Attestamos serem verdadeiras as firmas supra e retro.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1896. — *Tharcicio Pereira Rabello Braga. — Manoel Vasques.*

Reconheço as firmas supra dos dous attestantes.

Rio, 29 de dezembro de 1896. — Em testemunho de verdade,
Ibrahim Carneiro da Cruz Machado.



DECRETO N. 2478 — DE 15 DE MARÇO DE 1897

Prorroga os prazos fixados para conclusão das obras da Estrada de Ferro da Tijuca.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro da Tijuca, decreta:

Artigo unico. Ficam prorogados os prazos fixados, por secções, para conclusão das obras da Estrada de Ferro da Tijuca, a que se refere o decreto n. 2314 de 23 de julho de 1896, de accordo com as clausulas que acompanham o de n. 2039 de 15 de julho de 1895, na seguinte conformidade: da 1ª secção por mais 18 mezes, da 2ª secção por mais 22 mezes e os da 3ª e 4ª secções por mais 34 mezes, todos a contar desta data.

Capital Federal, 15 de março de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2479 — DE 15 DE MARÇO DE 1897

Concede autorização a R. J. Kinsman Benjamin, incorporador da sociedade anonyma denominada — Sociedade Cooperativa Nacional, para reformar os respectivos estatutos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu R. J. Kinsman Benjamin, incorporador da sociedade anonyma Cooperativa Nacional, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação a R. J. Kinsman Benjamin, incorporador da sociedade anonyma, denominada—Sociedade Cooperativa Nacional, para reformar o artigo nono (9º) dos respectivos estatutos, reduzindo o capital social de mil contos de réis (1.000:00 \$) a duzentos e cincoenta contos de réis (250:000\$), de accordo com a alteração que a este acompanha e mediante o cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

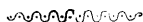
Capital Federal, 15 de março de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

Alteração dos estatutos da sociedade anonyma denominada — Sociedade Cooperativa Nacional, a que se refere o decreto n. 2479 de 18 de março de 1897

Art. 9.º O capital da sociedade será de duzentos e cincoenta contos de réis (250:000\$), dividido em doze mil acções de vinte mil réis (20\$) cada uma, podendo ser augmentado por decisão da assembléa geral dos accionistas ordinaria ou extraordinaria, pela fórma que mais interessar aos associados.



DECRETO N. 2480 — DE 15 DE MARÇO DE 1897

Rectifica erro de impressão do regulamento do Corpo de Bombeiros no folheto que contém o respectivo decreto.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que, pelo confronto do autographo relativo ao regulamento do Corpo de Bombeiros da Capital Federal, expedido com o decreto n. 2224 de 29 de janeiro de 1896, e publicado correctamente no *Diario Official* de 1 de fevereiro do mesmo anno, com

a impressão desse acto feita em folhetos e na respectiva collecção de leis e decretos da Republica, se verifica a inclusão do art. 108 relativo a tempo de licença de officiaes e tambem alterações nos arts. 4º § 3º, 19 § 10, 71 n. 1, 74 paragrapho unico e 111, resolve declarar para conhecimento das autoridades o devida execução que, segundo o alludido autographo não existe a referida disposição do art. 108 do impresso em avulso e os citados artigos são os do theor seguinte :

Art. 4º § 3º. O serviço sanitario será feito por seis medicos e um pharmaceutico, sendo tres 1ºs cirurgiões com a patente de major, tres 2ºs com a de capitão, e o pharmaceutico com a de tenente.

O mais antigo será o inspector deste serviço, poderá ter a graduação de tenente-coronel, e as vagas serão sempre preenchidas por accesso, observando-se unicamente o principio de antiguidade.

Art. 19 § 10. O thesoureiro poderá, por nomeação do commandante, accumular estas funcções na caixa de economias feitas e na de beneficencia.

Art. 71. N. 1. Livro da porta.

Neste livro se fará a escripturação diaria de todas as entradas de objectos comprados, fornecidos ou concertados e de quaesquer outras despezas effectuadas, bem como da sahida do material, quer para concerto, quer em consequencia de vendas ou cessões autorisadas pelo Ministro. Os lançamentos ficarão a cargo, e sob a responsabilidade dos officiaes do estado maior do corpo, sendo completados na parte relativa ás entradas de material, com o recibo do responsavel a quem forem entregues os objectos.

O major contador visará estes lançamentos, fazendo-os extrahir por um dos amanuenses em folhas diarias, que, depois de conferidas completamente serão archivadas na contadoria e encadernadas em livro semestralmente.

O inspector geral rubricará os lançamentos do livro da porta, feita pelo official do estado maior.

Art. 74. Paragrapho unico. Após dous mezes de serviço no corpo entrará nas distribuições geraes que dali em deante se fizerem, e, logo que passe a prompto da escola de recruta, receberá ou começará a vencer as tres peças de panno azul.

Art. 111. Os officiaes do corpo teem direito a casa para si e suas familias, no quartel ou nas suas immediações.

Capital Federal, 15 de março de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.

DECRETO N. 2481 — DE 20 DE MARÇO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Nitheroy, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Nitheroy, no Estado do Rio de Janeiro, compor-se-ha dos actuaes 1º, 2º, 34º, 46º, 47º, 48º, 49º e 90º batalhões de infantaria do serviço activo, 1º regimento de artilharia de campanha, 1º batalhão de artilharia de posição, 1º regimento de cavallaria, 1º, 17º, 23º e 24º batalhões da reserva.

Art. 2.º Os referidos batalhões se organisarão :

Os 1º e 2º batalhões de infantaria do serviço activo, no 1º districto de S. João Baptista :

O 34º batalhão de infantaria do mesmo serviço, nos districtos de S. Lourenço ;

O 46º batalhão de infantaria do mesmo serviço, no districto de Jurujuba e parte do 3º districto de S. João Baptista ;

O 47º batalhão de infantaria do mesmo serviço, no districto de S. Gonçalo ;

O 48º batalhão de infantaria do mesmo serviço, no districto de Itaipu ;

O 49º batalhão de infantaria do mesmo serviço, no 2º e parte do 3º districto de S. João Baptista ;

O 90º batalhão de infantaria, no districto de Cordeiros ;

O 1º batalhão da reserva, no 1º districto de S. João Baptista ;

O 17º batalhão da reserva, nos 2º e 3º districtos de S. João Baptista ;

O 23º batalhão da reserva, nos districtos de S. Lourenço e S. Gonçalo ;

O 24º batalhão da reserva, nos districtos de Cordeiros e Itaipu ;

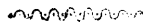
O 1º regimento de artilharia de campanha, o 1º batalhão de artilharia de posição e o 1º regimento de cavallaria, nos districtos da comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de março de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2482 — DE 22 DE MARÇO DE 1897

Altera em alguns pontos disposições do decreto n. 590, de 17 de outubro de 1891

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que a pratica tem suggerido a conveniencia de modificar algumas disposições do decreto n. 590, de 17 de outubro de 1891, decreta :

Art. 1.º As facturas de mercadorias embarcadas nos portos do Rio da Prata com destino aos do Brazil serão sujeitas ao visto do Consulado brasileiro em tres vias, e deverão conter declaração expressa da quantidade, qualidade e peso bruto dos volumes, valor das mercadorias e sua qualidade, e demais requisitos exigidos pelo Codigo do Commercio, devendo ficar archivada a terceira via no Consulado e formar tantos volumes quantas forem as estações fiscaes do destino de taes mercadorias.

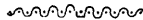
Art. 2.º Os manifestos de carga embarcada nos mesmos portos, destinados ás Alfandegas do Rio Grande do Sul, conforme o disposto no decreto n. 590, de 17 de outubro de 1891, deverão mencionar o nome ou firma do consignatario ou recebedor, não devendo acceitar-se declarações vagas, como sejam, *a ordem ou por conta do carregador*.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de março de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2483 — DE 22 DE MARÇO DE 1897

Approva com alterações os estatutos da Companhia de seguros de vida —
Auxiliadora.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o cidadão João de Souza Lage :

Decreta:

Art. 1.º Ficam approvados os estatutos da Companhia de seguros de vida — Auxiliadora, com as seguintes modificações :

a) ao final do art. 3º accrescente-se : sendo-lhe expressamente vedado iniciar operações sobre negocio differente de seu fim capital ;

b) substitua-se o art. 6º pelo seguinte: A' companhia é expressamente prohibido ressegurar os seus seguros em companhias estrangeiras dentro ou fóra do paiz.

S... Não poderá crear agencias ou succursaes de que trata o art. 2º, sem prévia autorização do Governo, a quem deverá submeter o seu pedido, com as indicações e especificações precisas.

Capital Federal, 22 de março de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Estatutos da Companhia Nacional de Seguros Auxiliadora

CAPITULO I

ORGANIZAÇÃO E FINS DA COMPANHIA

Art. 1.º Com séde e fóro juridico nesta cidade do Rio de Janeiro e prazo de duração 99 annos, é fundada uma sociedade anonyma de seguro sobre a vida, sob a denominação de — Auxiliadora.

Art. 2.º A companhia será regida pelas disposições destes estatutos e pela legislação em vigor, em relação á sua existencia, administração, direitos e obrigações, dissolução, liquidação e partilha; e poderá estabelecer agencias ou succursaes nos Estados da União e nos logares que julgar conveniente ao bom exito e facilidade de suas operações.

Art. 3.º A companhia tem por objecto e fins effectuar seguros sobre a vida por todos os planos e combinações já existentes e pelo novo systema — seguro tontina em conta de participação — cujas bases se acham definidas no memorial junto a estes estatutos, as quaes, approvadas pelo Governo em virtude do disposto *in fine* do art. 30 do decreto n. 2711, de 19 de dezembro de 1860, farão parte integrante dos contractos ou apolices, sendo-lhe expressamente vedado iniciar operações sobre negocio differente do seu fim capital.

Art. 4.º O seguro tontina em conta de participação, attentas as suas bases de interesses reciprocos, será effectuado por carteira especial da dos outros seguros sobre a vida.

Art. 5.º O capital social, o fundo de reserva e as reservas ou fundos especiais de cada carteira serão empregados em valores nacionaes e em operações, tais como :

1.º, emprestimo sobre primeira hypotheca de immoveis e sobre cção de fundos publicos e de titulos preferenciaes de reconhecida garantia ;

2.º, aquisição e construção de predios que produzam renda fixa annual.

Art. 6.º A' companhia é expressamente prohibido ressegurar os seus seguros em companhias estrangeiras, dentro ou fora do paiz.

§ Não poderá crear agencias ou succursaes, de que trata o art. 2.º, sem prévia authorisação do Governo, a quem deverá submeter seu pedido com as indicações e especificações precisas.

CAPITULO II

DO CAPITAL E FUNDO DE RESERVA

Art. 7.º O capital inicial da companhia será de 1.000:000\$ divididos em 5.000 acções do valor nominal de 200\$ cada uma. Este capital depois de integralizado poderá ser elevado até 10.000:000\$, sendo preferidos na nova subscrição os accionistas possuidores de acções do capital inicial.

Art. 8.º O capital inicial da companhia será formado :

a) pelo valor dos bens, cousas e direitos estimados em 500:000\$, que serão devidamente louvados e verificados na forma do art. 17 do decreto n. 431, de 4 de junho de 1891, e representado por acções integralizadas e ao portador; e

b) pelo valor das acções restantes subscriptas, cujas entradas deverão ser feitas em moeda corrente, 20 % no acto da subscrição e as outras a juizo da directoria, com intervallos nunca inferiores a 60 dias, precedidas e chamadas, por annuncios, com 15 dias de antecedencia e procedendo-se para com os morosos e remissos na conformidade da lei.

Art. 9.º Dos lucros liquidos verificados nos balances de cada semestre se deduzirão 20 % para o fundo de reserva e 10 % para a directoria, sendo 2 % para cada director, e o restante dos lucros será distribuido em dividendos aos accionistas. O fundo de reserva é destinado a refazer o capital nos casos de perdas e julgar-se ha completo quando attingir ao *quantum* do capital social.

Art. 10. São considerados lucros sociaes:

1.º, a renda obtida nas operações effectuadas com o capital e reserva sociaes ;

2º, a quota de 20 % do valor das sobras da carteira de seguros sobre a vida, que tem de ser restituída aos segurados pela fórmula prevista nas diferentes combinações de seguros ;

3º, a quota de 10 % das operações effectuadas pela carteira de seguros tontina em conta de participação.

CAPITULO III

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 11. A assembléa geral será constituída por accionistas possuidores de cinco ou mais acções que tenham sido registradas 15 dias antes da reunião, contando-se um voto por cada lote de cinco acções, e as suas deliberações, tomadas de accordo com o disposto nestes estatutos e leis vigentes, são obrigatorias.

Art. 12. A convocação da assembléa geral ordinaria ou extraordinaria será feita por annuncios, com antecedencia de oito dias. Este prazo será reduzido a tres dias, quando, mallograda a primeira reunião, for mister segunda ou terceira convocação.

Art. 13. A reunião da assembléa geral effectuar-se-ha, ordinariamente, uma vez por anno, no correr do mez de fevereiro, para o fim especial da leitura do parecer dos fiscaes e exame, discussão e deliberação sobre o inventario, balanço e contas apresentadas pela administração e para eleição dos fiscaes e supplentes, e extraordinariamente sempre que for convocada na conformidade da lei.

Art. 14. As assembléas geraes serão presididas por um dos accionistas presentes, que tenha sido aclamado. O presidente nomeará dous secretarios para constituirem a mesa.

Art. 15. A eleição dos directores e membros do conselho fiscal far-se-ha por escrutinio secreto e maioria de votos.

CAPITULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 16. A companhia será administrada por cinco directores eleitos pela assembléa geral.

O mandato dos directores será de cinco annos, podendo ser reeleitos ; e garantido com o deposito em caução de 200 acções o presidente e de 100 acções cada um dos outros directores.

Art. 17. O presidente é investido de todos os poderes para administração da companhia ; será seu representante legal perante os poderes publicos e compete-lhe especialmente:

1º, assignar, juntamente com qualquer dos membros da directoria, as acções, apolices ou contractos de seguros ou correspondencia official da companhia ;

2º, autorisar e resolver sobre a compra e venda de bens de raiz e outros valores.

Na falta ou impedimento do presidente, compete a um dos outros directores substitui-lo nas suas attribuições.

Art. 18. Compete á directoria :

1º, nomear, marcando o ordenado, o pessoal necessario ao serviço da companhia, como suspender ou demittir qualquer funcionario sempre que o exijam os interesses sociaes ;

2º, crear agencias nos Estados da União e nomear agentes, marcando-lhes a commissão ;

3º, transigir, renunciar direitos ou empenhar os bens sociaes, bem assim contrahir emprestimo por obrigações ao portador, na conformidade da legislação em vigor.

Art. 19. Os directores, além da percentagem sobre os lucros liquidos, vencerão os honorarios de 1:000\$ mensaes cada um.

CAPITULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 20. A companhia será fiscalisada por um conselho composto de cinco membros effectivos e cinco supplentes, annualmente eleitos pela assembléa geral.

Art. 21. Compete ao conselho fiscal exercer as attribuições que lhe são commettidas pela legislação em vigor, percebendo a gratificação de 150\$ cada membro effectivo.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 22. A directoria procurará sempre ultimar por meio de arbitros as contestações que se suscitarem com terceiros.

Art. 23. Fica a directoria investida de poderes especiaes para effectuar a compra ou contracto do edificio em que tiver de funcionar.

Art. 24. E' permittido ás assembléas geraes alterar as quotas sobre os honorarios e percentagens nos lucros liquidos em favor dos directores e membros do conselho fiscal.

Art. 25. As clausulas omissas nestes estatutos serão resolvidas na conformidade da legislação em vigor.

MEMORIAL DESCRIPTIVO DAS BASES DO SEGURO TONTINA EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO

Este systema de seguro sobre a vida tem por fim fomentar a previdencia em todas as classes por meios facéis e ao alcance de todos, sem os riscos de perda de direitos já adquiridos, para em

tempo mais ou menos longo, em pequenas prestações, constituir o direito ou posse de um capital.

A estrutura deste novo systema do seguro sobre a vida — systema verdadeiramente popular — o o meio pratico e facil de contribuir e retribuir, são a propria garantia e probabilidade de bom exito, dispensando por importuno qualquer desenvolvimento sobre as bases abaixo definidas.

Bases

Art. 1.º Os segurados neste systema serão qualificados:
Contribuintes e remidos.

§ 1.º São contribuintes os quo, como premio de seguro, effectuarem a contribuição minima de 30\$ mensaes, recebendo conjunctamente com a apolice e em cada prestação paga um numero de *coupons* representativos da contribuição de 1\$ cada um, equivalentes ao valor das prestações quo forem sendo effectuadas.

§ 2.º São remidos os possuidores de 10.000 desses *coupons* que os vierem resgatar pela apolice de segurado remido.

Art. 2.º Os segurados podem accumular a qualificação de remidos e contribuintes, ou mesmo alcançar mais de uma remissão, gosando neste caso dos direitos e vantagens inherentes a cada qualificação e remissão.

Art. 3.º A falta de pagamento de uma ou mais prestações importa tão sómente na perda do direito de indemnisação aos seus herdeiros ou successores legaes, si fallecer durante o tempo em que interrompeu a effectividade das suas contribuições.

Art. 4.º A posse de *coupons* de contribuição, sem a respectiva apolice de seguro, não importa ao seu possuidor o direito de segurado, sinão quando em vida os tenha resgatado pela apolice de remido. Estes *coupons* representarão o valor de mil réis cada um de contribuições pagas, e servem para, em prazo illimitado, se alcançar a qualificação de remido, e serão divididos em series de 50, 100 ou 1.000 numeros.

Art. 5.º E' facultado ao possuidor do lote de *coupons* exigidos para remissão o direito de optar pela apolice de remido ou pelo resgate immediato em moeda corrente. As apolices de remido serão nominativas e transferiveis por endosso, mediante consulta e approvação da directoria.

Art. 6.º Do total dos *coupons* de contribuição emittidos, addicionada a quota de participação (art. 7º), proveniente do dia anterior, se deduzirão 20 %, sendo 10 % para fundo de remissão e resgate e 10 % *pro labore*, commissões e despesas geraes da companhia.

Art. 7.º Si nesse dia houver fallecimento de segurado contribuinte, dos 80 % restantes se deduzirão 20 % para indemnisar os herdeiros ou successores legaes do segurado fallecido, sendo

o restante dividido em duas partes iguaes, uma como quota da participação, que passará a ser adicionada ao valor das contribuições recebidas e correspondente ao dia seguinte, e a outra para indemnisação aos segurados sobreviventes.

Art. 8.º Do valor destinado á indemnisação dos segurados sobreviventes serão deduzidos 10 % para fundo especial de segurados remidos, rateando-se o restante pelos portadores do *coupons* cujo numero tenha sido designado pela sorte (art. 30 do decreto n. 2711, de 19 de dezembro de 1869). Estas importancias serão pagas em moeda corrente e á vista dos referidos *coupons*; e as que não forem reclamadas no prazo de seis mezes preservam e entram em commisso.

Art. 9.º Si no dia não houver fallecimento, os 80 % serão sómente divididos em duas partes iguaes, para os fins determinados no art. 7.º, procedendo-se para com a parte destinada aos sobreviventes na forma do artigo antecedente.

Art. 10. As notificações de fallecimento do segurado ou segurados contribuintes serão feitas pelos seus herdeiros, successores ou representantes, por escripto, ao qual juntarão attestado medico e o respectivo titulo de segurado que comprove estar quito de suas contribuições até a data do fallecimento.

Art. 11. Logo que a directoria tenha sido notificada de algum fallecimento, fará affixar em logar proprio, no escriptorio da companhia, o boletim de notificação, para sciencia e conhecimento dos interessados. Si a notificação for feita até as 3 horas da tarde, os successores ou herdeiros do segurado ou segurados contribuintes serão indemnizados pela partilha desse dia; si, porém, a notificação for feita depois dessa hora serão indemnizados pela partilha do dia seguinte.

Art. 12. A importancia retirada para indemnisação será entregue no todo, si occorrer um só fallecimento, ou em partes iguaes, si houver mais de um fallecimento, a quem de direito, depois de preenchidas as formalidades legais. Si houver falsidade na notificação do fallecimento, verificada esta, a importancia destinada á indemnisação será novamente adicionada ao movimento desta carteira.

Art. 13. Os herdeiros ou successores legais dos segurados remidos serão indemnizados com a importancia correspondente ao direito de cada remido, ao fundo especial de remidos.

Art. 14. A companhia para auxiliar em principio o movimento desta carteira, concorrendo assim para a formação do fundo especial de remidos e do fundo de remissões e resgate e para desde logo offerecer aos segurados contribuintes a garantia de uma indemnisação relativa, entrará para esta carteira com 50:000\$ como capital em conta de participação. Este capital, á proporção que for figurando no movimento desta carteira, será representado por *coupons* do contribuinte.

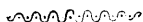
Art. 15. A proporção que os *coupons* forem sendo emitidos e resgatados, a directoria fará affixar em logar proprio os boletins com a declaração dos emitidos e resgatados; e bem assim o

valor das importancias levadas a credito dos fundos — Especial de remidos — e de—Remissões e resgate.

Art. 16. Os *coupons* representativos das importancias averbadas em movimento pelo capital em conta de participação serão resgatados pelo fundo de remissões e resgate na razão de 75 % do valor que corresponder a cada *coupon*, revertendo os 25 % restantes em beneficio exclusivo do fundo especial de remidos.

Art. 17. Por cada apolice de remido emitida, á vista do lote de *coupons* exigidos (§ 2º, art.1º), será transportada integralmente do fundo de remissões e resgate para o especial de remidos a importancia que corresponder a esse lote de *coupons* resgatados. Porém, si o portador desse lote de *coupons* optar pelo resgate immediato em moeda corrente, receberá somente 75 % do valor desse lote, revertendo o restante em favor do fundo especial de remidos.

Art. 18. As bases omissas em relação á admissão de segurados, liquidações e partilhas, serão reguladas pelas disposições do Codigo Commercial e mais legislação em vigor.



DECRETO N. 2484 — DE 24 DE MARÇO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional da capital do Estado de S. Paulo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado de S. Paulo se comporá de um commando superior, com séde na comarca da capital, o qual se constituirá de quatro brigadas de infantaria, uma de cavallaria, uma de artilharia e dos demais que se organisarem posteriormente nas comarcas do referido Estado.

Art. 2.º As brigadas de infantaria, ora creadas, se comporão :

A 1ª, dos batalhões do serviço activo, sob ns. 1º, 2º e 3º e 1º da reserva ;

A 2ª, dos 4º, 5º e 6º batalhões do serviço activo e 2º da reserva ;

A 3ª, dos 7º, 8º e 9º do serviço activo e 3º da reserva ;

A 4ª, dos 10º, 11º e 12º do serviço activo e 4º da reserva.

Art. 3.º A brigada de cavallaria se comporá de dois regimentos, sob ns. 1º e 2º e artilharia, de um regimento de campanha e um batalhão de posição.

Art. 4.º Para organização dos alludidos corpos, a comarca da capital do Estado de S. Paulo dividir-se-ha em quatro regiões

de brigadas de infantaria e cada região em tres districtos de batalhões do modo seguinte :

1ª região :

1º districto — Norte da Sé.

2º districto — Sul da Sé.

3º districto — Villa Marianna.

2ª região :

1º districto — Sant'Anna do O'.

2º districto — Penha e Guarulhos.

3º districto — Ribeirão Pires e S. Bernardo.

3ª região :

1º districto — Consolação.

2º districto — Santa Ephigenia.

3º districto — Santo Amaro, Itapeccerica e M. Boy.

4ª região :

1º districto — Braz.

2º districto — Juquery e Parnahyba.

3º districto — Colia.

Art. 5.º Cada uma das quatro brigadas de infantaria organisar-se-ha na região do mesmo numero, sendo cada um dos tres de serviço activo organizado no districto respectivo e os da reserva em toda a região.

Art. 6.º O 1º regimento de cavallaria organisar-se-ha na 1ª e 2ª regiões e o 2º na 3ª e 4ª.

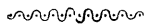
Art. 7.º O regimento de artilharia de campinha e o batalhão de artilharia de posição organisar-se-hão em toda a comarca da capital.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de março de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2485 — DE 29 DE MARÇO DE 1897

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do serviço activo na comarca de Lorena, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º Fica creado na comarca de Lorena, no Estado de São Paulo, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do

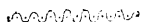
serviço activo com quatro companhias e a designação de 223^a, o qual será organizado com os guardas do mesmo serviço, qualificados na villa Vieira do Piquete, na referida comarca.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de março de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2486 — DE 29 DE MARÇO DE 1897

Autorisa a *Brazil Great Southern Railway Company, Limited* a construir sobre o rio Quarahim a ponte internacional, destinada a ligar os dois paizes Brazil e Estado Oriental.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Brazil Great Southern Railway Company, Limited*, e nos termos da lei n. 229 de 28 de novembro de 1895, decreta:

Art. 1.^o A *Brazil Great Southern Railway Company, Limited* fica autorizada, de accordo com o que estatue o decreto n. 229 de 28 de novembro de 1895, a construir a ponte internacional sobre o rio Quarahim.

Art. 2.^o Ficam approvados o projecto e orçamento da ponte e edificios apresentados com a petição de 27 de janeiro de 1897, na parte que tem de ser construida em territorio brasileiro.

Art. 3.^o No caso de guerra, si for julgada necessaria a destruição da ponte, o Governo brasileiro só se responsabilizará pela indemnisação da parte construida em territorio brasileiro, considerado o preço médio da obra por unidade de comprimento.

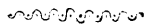
Art. 4.^o A companhia obriga-se a respeitar os regulamentos que forem expedidos para o trafego internacional e para o serviço da fiscalisação aduaneira.

Si houver da parte da companhia qualquer infracção desses regulamentos, podera o Governo impor multas até 10:000\$ que serão elevadas ao dobro no caso de reincidencia.

Capital Federal, 29 de março de 1897, 11^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João de F. Montalvo.



DECRETO N. 2487 — DE 29 DE MARÇO DE 1897

Concede a authorisação á *Société Anonyme des Mines d'Or de Ouro Fella* para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a *Société Anonyme des Mines d'Or de Ouro Fella*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida authorisação á *Société Anonyme des Mines d'Or de Ouro Fella* para funcionar na Republica com os seus estatutos, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro do Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, e ficando a mesma sociedade obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 29 de março de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Martinho.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2487, de esta data**

I

A *Société Anonyme des Mines d'Or de Ouro Fella* é obrigada a ter um representante na Republica com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás leis e regulamentos e á jurisdicção dos seus tribunaes judiciaes ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida sociedade reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente authorisação.

III

Fica dependente de authorisação do Governo Federal qualquer alteração que a sociedade tenha de fazer em seus estatutos.

Ser-lhe-ha cassada a authorisação para funcionar na Republica, si infringir esta clausula.

IV

A infracção da 1.^a clausula será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Capital Federal, 29 de março de 1897, 9.^a da Republica. — *Joaquim D. Murtinho*.

N. 34— Eu, abaixo assignado, Carlos Jorge Bailly, traductor publico e interprete commercial juramentado da Praça do Rio de Janeiro.

Certifico, pelo presente, que me foi apresentado um documento escripto na lingua franceza, affin de o traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio, e cuja traducção é a seguinte:

TRADUÇÃO

Minas de Ouro de Ouro Falla, 8 de dezembro de 1896 — Estatutos da *Société Anonyme des Mines d'Or de Ouro Falla* (Sociedade Anonyma das Minas de Ouro de Ouro Falla), 8 de dezembro de 1896 — Declaração de subscrição e de entrada de dinheiro, 13 de janeiro de 1897 — Deposito das deliberações das assembléas geraes constituídas, mestre Gastaldi, tabellião em Pariz, successor de mestre Ploix, 10, place de la Bourse, 10. Actualmente, 5 rua Drouot.

Perante mestre Eugène Felix Wuillams Gastaldi e seu collega, tabelliães em Pariz, abaixo assignados, compareceram :

1.^o, o Sr. Michel Auguste Philippe Mounier, proprietario, morando em Foëiy (Cher);

2.^o, o Sr. Albert Ferdinand Luc, banqueiro, residente em Pariz, rua Chauchat n. 4 ;

3.^o, e o Sr. Benigno Arthur Roget, corretor, residindo em Pariz, 4, rua Chauchat ; os quaes accordaram assim como seguem os estatutos da sociedade anonyma, da qual o objecto vae ser indicado mais abaixo.

TITULO I

DENOMINAÇÃO, OBJECTO, SÉDE E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 1.^o Entre os proprietarios das acções que vão ser abaixo creadas, é formada uma sociedade anonyma, de conformidade com a lei de 24 de julho de 1857 e de 1 de agosto de 1893, sob a denominação de *Société Anonyme des Mines d'Or de Ouro Falla* (Sociedade Anonyma das Minas de Ouro de Ouro Falla).

Art. 2.^o Ella tem por objecto a compra, venda, arrendamento e exploração no Brazil e em quaesquer outros paizes de quaesquer propriedades mineiras ou ruraes ; e, em particular, a

compra e a exploração mineira e agrícola das propriedades de ouro Falla e Carandahy, situadas na provincia de Minas Geraes (Brazil), municipio de S. Gonçalo.

Art. 3.º A sede da sociedade é em Pariz, n. 4, rua Chauchat. Por simples decisão do conselho de administração, esta sede poderá ser estabelecida em outra parte.

Art. 4.º O prazo da sociedade é fixado em 50 annos, a contar do dia de sua constituição definitiva. Este prazo poderá ser prolongado, ou sua dissolução antecipada por decisão da assemblea geral, como se verá mais abaixo.

TITULO II

CAPITAL SOCIAL, ACÇÕES, QUOTA DOS FUNDADORES

Art. 5.º O capital social é fixado na somma de um milhão duzentos e cincoenta mil francos, dividido em duzentas e cincoenta acções, de cinco mil francos cada uma.

Art. 6.º O capital social poderá ser augmentado ou diminuido em uma ou mais vezes, sob proposta do conselho de administração ratificada pela assemblea geral.

Art. 7.º No caso de emissão de novas acções, os fundadores se reservam um direito de preferencia para a subscripção da metade das ditas acções, o resto sendo reservado aos accionistas em preferencia a terceiros. A diminuição terá lugar por meio de redução do capital nominal de cada acção.

Art. 8.º Cada acção dá direito a uma parte igual na propriedade do activo social e na participação nos lucros.

Art. 9.º A importancia das acções é paga na sede da sociedade em Pariz, do seguinte modo : metade no acto de subscrever, um quarto no dia 31 de maio de 1897. O ultimo quarto na época que o conselho de administração determinar, e que será tornada publica por meio de um annuncio inserido um mez antes em um dos jornaes judiciais de Pariz e designado para as publicações legais das sociedades. Em nenhum caso não poderá ser feita chamada de dinheiro além da importancia das acções, os accionistas só estando comprometidos até completar a importancia de cada acção.

Art. 10. Qualquer entrada em atraso trará de pleno direito juros em favor da sociedade na razão de 6 % ao anno, a contar do dia da exigibilidade, sem petição em justiça.

Art. 11. Na falta de pagamento no dia do vencimento e 15 dias depois de uma simples publicação em um jornal de annuncios legais em Pariz, a sociedade terá o direito de mandar proceder a venda das acções em atraso, pelo intermediario de um agente de cambio ou de um tabellião, sem prejuizo de todos os outros meios e acções que a sociedade pôde sempre exercer contra os retardatarios. Os titulos vendidos ficam nulos de pleno direito e novos titulos, sob os mesmos numeros, são entregues aos com-

pradores. O preço da venda é deduzido nos termos de direito sobre o que é devido pelo accionista expropriado, o qual fica passível da differença e aproveita do excedente, si os houver. Os subscriptores ou accionistas que terão cedidos seus títulos não serão mais responsaveis das entradas ainda não chamadas sino depois de dous annos da cessão.

Art. 12. Os títulos provisórios ou definitivos são extrahidos de talões numerados, sellados com o sello da sociedade e revestidos da assignatura de dous administradores.

Art. 13. As acções serão nominativas, enquanto ellas não forem integralisadas. Quando ellas forem integralisadas, a pedido de seus proprietarios, ellas poderão ser ao portador.

Art. 14. A transmissão ou transferencia dos títulos ao portador se opera pela simples tradição; e dos títulos nominativos tem logar por uma transferencia constatada, de conformidade com o art. 36 de Código do Commercio e com as disposições de ordem resolvidas pelo conselho de administração.

Art. 15. As acções são indivisiveis perante a sociedade, que sómente reconhece um só proprietario para cada acção; todos os proprietarios em commun de uma acção são obrigados a fazer-se representar perante a sociedade por uma só e mesma pessoa.

Art. 16. A posse de uma acção comporta de pleno direito a adhesão aos estatutos da sociedade e às decisões da assembléa geral.

Os direitos e obrigações inherentes á acção seguem os títulos em quaesquer mãos que elles passem e a cessão comprehende sempre os dividendos a vencer, assim como a parte nos fundos de reserva e da previdencia.

Art. 17. Os herdeiros ou credores de um accionista não podem, sob qualquer pretexto que seja, provocar a apposição dos sellos sobre os bens e valores da sociedade, pedir a partilha ou a licitação ou se immiscuir em sua administração de nenhuma maneira; para o exercicio dos seus direitos, devem se conformar com os inventarios sociaes e com as deliberações da assembléa geral.

Art. 18. Os dividendos de qualquer acção e quota do fundador, são validamente pagos ao portador do título ou do *coupon*.

Art. 19. Sob proposta do conselho de administração, a assembléa geral poderá autorisar a divisão das acções na fórma e nas condições que lhe parecerem opportunas, observando-se a lei.

Art. 20. Em representação dos lucros attribuidos aos fundadores, de que se faz menção no art. 44 abaixo, serão creadas duzentas e cincoenta quotas de fundador, que darão direito cada uma a uma porção igual nos ditos lucros. Estas quotas de fundadores serão entregues ao portador e deverão ser revestidas da assignatura de dous administradores e do sello da sociedade.

No caso em que as acções da sociedade seriam divididas assim como se acha explicado no art. 20, as quotas de fundador poderiam sel-o na mesma proporção, sob pedido da maioria dos portadores.

TITULO III

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 21. A sociedade é administrada por um conselho composto, pelo menos, de cinco membros e no máximo de nove, tomados entre os associados nomeados e revogáveis pela assembleia geral dos accionistas.

Art. 22. Cada administrador deve ser proprietario, durante todo o tempo de seu mandato, de duas acções pelo menos ou, no caso em que as acções primitivas chegariam a ser divididas, de um numero de acções representando um capital de dez mil francos. Estas acções são affectas a garantia de sua gestão. Ellas serão nominativas, inalienaveis, depositadas na caixa social e selladas com um sello, indicando sua inalienabilidade.

Art. 23. Dois dos membros do conselho de administração sahirão cada anno; elles serão designados pela primeira vez, cada um no que lhe diz respeito, por meio de sorteio e em seguida por antiguidade. Os administradores salientes serão reelegiveis.

Art. 24. No caso de morte, demissão ou impedimento permanente, de um ou mais dos membros do conselho, as vagas poderão previamente ser preenchidas pelo conselho de administração até a primeira assembleia geral que resolverá de uma maneira definitiva sobre a nomeação. O administrador, assim nomeado em consequencia de vaga, só fica em exercicio até a época em que as funcções de quem elle substitue terminem.

Art. 25. É prohibido aos administradores tomar ou conservar um interesse directo ou indirecto em uma empresa ou em um trato feito com a sociedade ou por sua conta, a menos que elle não esteja a isto autorizado pela assembleia geral. Cada anno na assembleia geral, é dada uma conta especial dos contractos ou empresa por ella assim autorizados.

Art. 26. O conselho de administração escolhe cada anno entre os seus membros um presidente, que podera ser sempre reeleito. No caso de ausencia do presidente, o conselho designa qual de seus membros deve preencher as suas funcções.

Art. 27. O conselho de administração reune-se na sede da sociedade tantas vezes quantas o interesse da sociedade o exigir e pelo menos uma vez por mez, sob a convocação de seu presidente, e, na falta, de tres de seus membros.

A presença de tres membros pelo menos é necessaria para assegurar a validade das deliberações, si o conselho só se compõe de cinco administradores.

A presença de quatro membros será necessaria, si o conselho se compõe de seis ou sete administradores.

A presença de cinco membros será necessaria, si o conselho se compõe de oito ou nove administradores.

As decisões são tomadas á maioria de votos, em caso de empate, o voto do presidente é preponderante.

Ninguém pôde votar por procuração no seio do conselho.

As deliberações são constatadas por actas inscriptas sobre um registro na sede social e assignadas pelo presidente e secretario.

As cópias ou extractos destas deliberações, a produzir em Juizo ou em outra parte, serão certificadas e assignadas pelo presidente e na sua falta por dois membros do conselho.

Art. 28. O conselho de administração é investido dos poderes os mais extensos, sem limitação, nem reserva, para a gestão e administração da sociedade sob a unica condição de prestar contas á assembléa geral dos accionistas.

Elle tem especialmente os poderes seguintes, que são somente indicativos e não limitativos destes direitos: elle autorisa quaesquer compras, vendas, arrendamentos e troca de immoveis; elle decide a creação de quaesquer estabelecimentos industriaes ou outros, de quaesquer dependencias ou succursaes e regula a gestão e administração; elle autorisa a transferencia de quaesquer rendas e valores pertencendo a sociedade; elle recebe quaesquer quantias que possam ser devidas a sociedade; elle trata, transige e resolve sobre todos os interesses da sociedade e acceita qualquer garantia movel ou immovel; elle autorisa quaesquer instancias judiciais, seja exigindo, seja defendendo, e representa a sociedade em Juizo; elle fixa as despesas geraes da administração; elle pôde, mas somente com autorisação da assembléa geral, contractar quaesquer empréstimos e conferir quaesquer hypothecas e garantias necessarias sobre os bens sociaes; elle consente quaesquer citações e substituições com ou sem garantia e quaesquer cessões de prioridade; elle determina o emprego e a applicação dos fundos de reserva, de previdencia e de amortização, de conformidade com os presentes estatutos; elle autorisa quaesquer desistencias de hypothecas ou privilegios de autorisação annullatoria e de todos direitos reais, quaesquer desembargos de opposições, apprehensões, inscripções hypothecarias, qualquer consentimento; tudo com o seu pagamento de cancellamento; elle liquida as contas que tenham de ser submittidas á assembléa geral e dá a essa assembléa o seu relatório sobre contas e estado nos negocios sociaes.

Art. 29. O conselho pôde delegar todo ou parte de seus poderes, para o andamento dos negocios, a um ou mais administradores, a um ou mais directores, tomados mesmo fóra do seu seio.

O conselho determina e regula as attribuições do, ou dos administradores, delegados ou directores, a duração do seu mandato e fixa os seus honorarios.

O conselho pôde tambem conferir poderes a qualquer pessoa que julgue conveniente, por uma procuração especial e para um fim especial.

Todos os actos de cessão, vendas, transferencias, negocios, tratos ou outros, tendo responsabilidade da parte da sociedade, deverão ser assignados por dois administradores ou por um administrador e um director, a menos que haja uma delegação dada a um só ou a um mandatário especial.

Art. 30. Os administradores percebem bilhetes de presença, cujo valor será determinado pela assembléa geral.

Demais elles tem direito ao reembolso de suas despezas e a uma parte nos lucros, como está especificado no art. 41 abaixo.

Art. 31. Os membros do conselho de administração não se obrigam, em vista de sua gestão, a tomar nenhum compromisso pessoal ou solidario, relativamente ás obrigações da sociedade; elles só respondem pela execução de seu mandato.

TITULO IV

COMMISSARIOS DE FISCALISAÇÃO

Art. 32. A assembléa geral annual designa um ou mais commissarios, associados ou não encarregados de cumprir a missão de fiscalisação prescripta pela lei de 24 de julho de 1867 e que poderão operar conjunta ou separadamente, si elles são muitos. O, ou os commissarios recebem uma remuneração, da qual a importancia é fixada cada anno pela assembléa geral. Os commissarios nomeados são reelegiveis.

TITULO V

ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 33. A assembléa geral regularmente constituída representa a universalidade dos accionistas; suas decisões, regularmente tomadas, são obrigatorias para todos, mesmo para os dissidentes e os ausentes.

Ella se reúne cada anno na sede social ou em qualquer outro lugar designado pelo conselho de administração, nos seis mezes que seguem o encerramento do exercicio. A assembléa pôde, além disso, ser convocada extraordinariamente, seja pelo conselho de administração, seja, no caso de urgencia, pelo ou pelos commissarios.

Art. 34. A assembléa geral compõe-se de todo accionista proprietario de uma acção. Cada accionista tem tantos votos quantas vezes possui uma acção, ou que elle representa, sem no entretanto poder remir mais de vinte votos em seu nome pessoal e mais de vinte votos como procurador, quaesquer que sejam os poderes de que se ache portador, e sómente dez votos no total para as deliberações constitutivas. Nenhum accionista pôde se fazer representar na assembléa geral sino por um procurador, membro elle mesmo da assembléa.

Art. 35. Para ter o direito de assistir a assembléa geral, os accionistas devem depositar seus titulos nas caixas da sociedade cinco dias pelo menos antes da data fixada para a reunião.

E' -lhes entregue um certificado deste deposito, e uma carta de admissão na assembléa geral, a qual carta é nominativa e estritamente pessoal. Será igualmente entregue aos accionistas, cujos titulos são nominativos, uma carta de admissão.

Art. 36. A assembléa geral para ser válida deve ser composta de um numero de accionistas representando pelo menos um quarto do capital social. Si esta condição não for preenchida, a assembléa geral é convocada de novo a quinze dias de intervallo, por um annuncio legal. Nesta segunda reunião, as deliberações são válidas, qualquer que seja o numero de acções representadas; mas ellas só podem se estender sobre os objectos postos em ordem do dia da primeira reunião.

Todavia as deliberações das duas assembléas constitutivas, as deliberações relativas ao augmento ou á diminuição do capital social, á modificação dos estatutos, á prorogação ou á dissolução da sociedade, e, em geral as deliberações das assembléas extraordinarias não podem ser tomadas sinão por uma assembléa composta de accionistas representando a metade pelo menos do capital social. A assembléa geral delibera sobre todas as propostas que lhe são feitas pelo conselho de administração, comtante que ellas tenham sido enunciadas na ordem do dia. Nenhum outro objecto, salvo o adiamento da assembléa, não póle ser posto em deliberação (sob reserva do paragrapho acima).

Nenhuma proposta feita por accionistas não é posta em deliberação si ella não é assignada por cinco membros da assembléa e si ella não foi communicada ao conselho de administração pelo menos 10 dias antes. As convocações para as assembléas geraes são feitas por um aviso inserido, 20 dias antes da data da reunião, em um dos jornaes de annuncios judiciaes e legaes de Pariz, com a indicação da ordem do dia.

Art. 37. Quinze dias pelo menos antes da reunião da assembléa geral, todo o accionista póle tomar conhecimento, na séde social, do inventario e da lista dos accionistas e fazer-se entregar á sua custa, cópia do balanço, resumindo o inventario e o parecer dos commissarios.

Art. 38. A assembléa geral é presidida pelo presidente do conselho de administração e no caso de impedimento pelo administrador que o conselho designou para este effeito. Os dous maiores accionistas, presentes na assembléa na abertura da sessão, preencherão as funções de escrutadores; no caso de recusa para estas funções, convidam-se os que os seguem. A mesa nomeia seu secretario.

Art. 39. Todas as deliberações são tomadas á maioria de votos dos membros presentes ou representados. No caso de empate, o voto do presidente é preponderante.

Art. 40. A assembléa geral annual dos accionistas ouve o relatorio do conselho de administração sobre a situação dos negocios sociaes e o parecer do ou dos commissarios sobre o balanço e as contas. Ella discute, si for opportuno, approva as contas, fixa os dividendos sob proposta do conselho de administração,

nomeia os administradores e os commissarios em substituição daquelles cujas funções terminaram e os que for mister substituir em vista de morte, demissão ou outras causas. Ella delibera e estatue soberanamente sobre todas as propostas que devem lhe ser submettidas, em execução dos presentes estatutos.

Art. 41. As deliberações da assembléa geral são constatadas por actas assignadas pelos membros da mesa ; os extractos destas actas, a produzir em toda a parte onde preciso for, são certificados pelo presidente do conselho de administração ou, na falta, por dois membros do conselho de administração.

Será lavrada uma folha de presença ; ella conterá os nomes e domicilios dos accionistas presentes e o numero de acções representadas por cada um delles. Esta folha, assignada pelos accionistas, é certificada pela mesa da assembléa e é depositada na sede social, para ficar annexa á acta.

TITULO VI

ESTADOS SEMESTRAES, INVENTARIOS

Art. 42. O anno social principia no dia 1 de janeiro e termina em 31 de dezembro. O primeiro exercicio comprehende o tempo decorrido desde a constituição da sociedade até o dia 31 de dezembro de 1897.

Art. 43. Pelos cuidados do conselho de administração será formado cada semestre um estado summario da situação activa e passiva da sociedade e este estado será posto á disposição do ou dos commissarios.

Além disso, será estabelecido cada anno um inventario contendo a indicação de todos os valores moveis e immoveis e de todas as dividas activas e passivas da sociedade.

O inventario, o balanço e a conta de lucros e perdas são postos á disposição dos commissarios no 40º dia, o mais tardar, antes da assembléa geral. Elles são apresentados nessa assembléa.

O conselho administrativo determina sósinho as bases e as estimações dos estados semestraes e do inventario.

TITULO VII

REPARTIÇÃO DOS LUCROS E AMORTISAÇÃO DAS ACÇÕES

Art. 44. Sobre os lucros, depois de deducção de todas as despesas de administração e geralmente de todos os encargos sociaes, é tirado cada anno :

1º, 5 % para a reserva legal. Esta deverá ser empregada pelos cuidados do conselho de administração em valores moveis de primeira ordem ;

2º, a quantia necessaria para servir ás acções de capital um juro de 8 % sobre as quantias entradas.

Sobre o excedente será tirado:

a) 6 % attribuidos ao conselho de administração, que fará a repartição como o julgar conveniente ;

b) uma quantia a fixar pela assembléa, sob proposta do conselho de administração, que será destinada, seja ao reembolso das acções de capital, seja para a constituição de reservas extraordinarias ou de previsão. Enquanto as acções de capital não tiverem sido inteiramente reembolsadas, esta quantia não poderá ser inferior a 10 % deste excedente. O excesso dos lucros será distribuido, metade ás acções de capital e de usufructo, e metade ás quotas de fundadores.

Art. 45. O pagamento dos juros e dividendos terá logar na séde social, nas épocas fixadas pelo conselho de administração.

Art. 46. As acções a amortisar pelo meio de fundos de amortisação constituída sob o art. 44, que precede, são designadas por meio de sorteio. A assembléa geral fixará o numero e a época do reembolso das acções a amortisar. Os proprietarios destas acções recebem em troca de seus titulos o capital entrado sobre as ditas acções e os juros e dividendos vencidos até o dia fixado para o reembolso. Em troca, são-lhes fornecidas acções em usufructo, que não dão mais direito aos juros de 8 % acima estipulados, mas que conservam, de resto, todos os direitos das outras acções.

Art. 47. Todo o dividendo que não é reclamado nos cinco annos de sua exigibilidade, fica pertencendo á sociedade.

TITULO VIII

MODIFICAÇÃO NOS ESTATUTOS, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 48. Sob a iniciativa do conselho de administração, a assembléa geral pôde trazer aos presentes estatutos as modificações das quaes ella reconhece a utilidade, sem poder, no emtanto, mudar o objecto essencial da sociedade.

Art. 49. No caso de perda da metade do capital social, o conselho de administração é obrigado a convocar uma assembléa geral extraordinaria, para o effeito de estatuir sobre a continuação ou a dissolução da sociedade ; em todos os casos, a resolução da assembléa é tornada publica.

Art. 50. Na expiração da sociedade ou no caso de dissolução antecipada, a assembléa geral, sob proposta do conselho de administração, regula a maneira de liquidação e nomeia-o, ou os liquidantes. Em virtude de uma deliberação da assembléa geral, o liquidante poderá fazer a transferencia por venda em praça ou cessão a uma outra sociedade dos direitos, acções, obrigações da sociedade dissolvida, no todo ou em parte, contra a remessa

de dinheiro ou acções integralisadas desta sociedade. Durante todo o prazo da liquidação, os poderes da assemblea geral continuam ; ella pôde principalmente ajuntar commissarios aos liquidantes, substituil-os, si preciso for, receber e approvar suas contas e dar-lhes quitação.

Art. 51. Depois da extincção do passivo, o producto da liquidação será empregado a reembolsar a importancia das acções de capital ainda existentes. O excedente será dividido entre as acções de usufructo e as quotas de fundadores, por metade entre cada uma destas duas categorias de titulos.

TITULO IX

CONTESTAÇÕES

Art. 52. Todas as contestações que poderão levantar-se no decurso da sociedade ou na época de sua liquidação, seja entre os accionistas e a sociedade, seja entre os proprios accionistas, a respeito de negocios sociaes, serão submettidas a jurisdicção do Tribunal de Commercio do Departamento do Sena. A este effeito, todo accionista não residente em Pariz devera ali assignar domicilio, na falta do que o domicilio será assignado de pleno direito no cartorio do procurador da Republica junto ao Tribunal Civil de primeira instancia do Sena.

TITULO X

CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 53. A sociedade só será definitivamente constituida depois de terem sido satisfeitas as prescripções das leis de 24 de julho de 1868 e de 1 de agosto de 1893.

PUBLICAÇÕES

Art. 54. A sociedade será publicada, de conformidade com a lei, no mez de sua constituição definitiva. Para fazer esta publicação, todos os poderes são dados ao portador de uma expedição ou extracto, o qual acto, sob modelo apresentado impresso, é restituído. Feito e passado em Pariz, no cartorio do dito mestre Gastaldi abaixo assignado, no anno de 1896, no dia 8 de dezembro. E, os comparecentes assignaram com os tabellães depois de leitura feita. Segue a menção. Registrado em Pariz, quarto escriptorio, 8 de dezembro de 1896, *folio* 58, compartimento 16.

Recebidos tres francos e setenta e cinco centimos, decimos.—
(Assignados) *Brandy Lafont*. — *Gastaldi*. Expedição em 14 rolos,

contendo uma chamada e a raspadura de 10 palavras nullas.— (Assignado) *Gastaldi*. Ao lado, o carimbo do tabellião em Pariz, 8 de dezembro de 1896. Declaração do sub-cripção e de entrada de dinheiro. E no anno de 1896, em 8 de dezembro, perante mestre Eugène Felix Wuillams Gastaldi e seu collega, tabelliães em Pariz, abaixo assignados, compareceram: 1º, o Sr. Michel Auguste Philippe Mounier, proprietario residindo em Foëiy (Cher); 2º, o Sr. Albert Ferdinand Luc, banqueiro, residindo em Pariz, rua Chauchat n. 4; 3º, e o Sr. Benigno Arthur Roget, corretor, residindo em Pariz, rua Chauchat n. 4; os quaes pelos presentes declararam que o capital social de um milhão duzentos e cincoenta mil francos, dividido em duzentas e cincoenta acções de cinco mil francos cada uma, da sociedade anonyma por elles fundada, sob a denominação de *Société Anonyme des Mines d'Or de Ouro Falla* (Sociedade Anonyma das Minas de Ouro de Ouro Falla), segundo acto recebido por mestre Gastaldi, tabellião abaixo assignado, hoje 8 de dezembro de 1896, da qual a minuta precede. Foi inteiramente formada em consequencia da subscripção da totalidade das 250 acções que estavam para ser emittidas contra especies, e que a entrada da metade, ou dous mil e quinhentos francos, foi effectuada sobre cada uma das 250 acções subscriptas.

Os comparecentes apresentaram aos tabelliães abaixo assignados um estado ou lista, contendo a indicação dos nomes, sobrenomes, qualidades e domicilios dos subscriptores, o numero das acções subscriptas por cada um delles e entradas tambem effectuadas por cada um delles. A qual peça fica annexa a este depois de ter sido certificada verdadeira pelos comparecentes e revestida de uma menção de annexa assignada pelos tabelliães abaixo assignados. Para fazer publicar os presentes onde for necessario, todos os poderes são dados ao portador de uma expedição ou de um extracto. O qual acto foi feito e passado em Pariz no cartorio do dito mestre Gastaldi, no dia, mez e anno acima ditos. E os comparecentes assignaram com os tabelliães, depois de ter feito a leitura. Segue a menção. Registrado em Pariz, quarto escriptorio, no dia 8 de dezembro de 1896, *folio* trinta e oito, compartimento dezesete. Recebido: Tres francos setenta e cinco centimos, decimos comprehendidos.— (Assignado) *Brandy Lafont*.

ANEXO

« Société Anonyme de Mines d'Or d'Ouro-Falla » (Sociedade Anonyma das Minas de Ouro de Ouro Falla) com o capital de um milhão duzentos e cinquenta mil francos, dividido em duzentas e cinquenta acções de cinco mil francos cada uma. Séde social em Pariz, rua Chauchat n. 4

LISTA DE SUBSCRIÇÃO E DE ENTRADA

NUMERO DE ORDEN	NOMES E SOBRENOMES	PROFISSÕES	DOMICILIO	NUMERO DE ACCOES	CAPITAL DAS ACCOES SUBSCRITAS FRCS.	ENTRADAS DE DINHEIRO FRCS.
1	Visconde d'Habancourt (Harmand).....	Conselheiro no tribunal de contas.....	Paris, 12 rue Lincoln.....	5	25.000	12.500
2	Ausset (Henri).....	Conselheiro no tribunal de contas.....	Douai (Nord).....	1	5.000	2.500
3	Imbert, baron de Balore (Aimé Joseph Georges).....	Proprietario.....	Paris, rue François 1er 1...	2	10.000	5.000
4	Beauvois Devaux (André François).....	Administrador de sociedades.....	Paris, Quai Voltaire 1.....	2	10.000	5.000
5	Bergier (Rodolphe Adrien)...	Engenheiro.....	Lausanne, rue Valentine, 21	1	5.000	2.500
6	Visconde de Bertier de Sauvigny (Marie Joseph Maximilien Christian).....	Proprietarios.....	Paris, rue Villersexel 7.....	2	10.000	5.000
7	de Billy (Jules Robert Etcard)...	Engenheiro de minas.....	Paris, rue de Courcelles n. 73.....	4	20.000	10.000
8	Marquez du Bourg de Eosas...	Proprietario.....	S. Huber par Neuvy sur Barangeon (Cher).....	3	15.000	7.500

Nº ORDEM	NOMES E SOBRENOMES	PROFISSÕES	DOMICILIO	NUMERO DE AÇÓES	CAPITAL DAS AÇÓES SUBSCRITAS	ENTRADAS DE DINHEIRO
10	Gombert (Georges Oscar)...	Banqueiro.....	Lyon, rue de la République 13.	1	5.000	2.500
19	de Carrière (Fernand).....	Proprietario.....	Paris, 11 bis, rue de Milan...	4	20.000	10.000
11	Cellevier (Auguste).....	Director geral da agencia estrangeira no Credit Lyonnais.....	Paris, rue de Frouy 27.....	2	10.000	5.000
12	Cramer (Edouard).....	Corretor.....	Genebra (Suissa).....	1	5.000	2.500
13	Charbonnier (Joseph Albert).....	Empregado.....	Paris, Boulevard Montparnasse 71.....	1	5.000	2.500
14	Charlon (Francis Rene Auguste).....	Proprietario.....	Melun sur Yonne (Cher).....	2	10.000	5.000
15	de Chassoloup (Paul et Gaston).....	Taballião honorario.....	Paris, Avenue Kléber 51.....	3	10.000	20.000
16	Chenaviers (Albiphe).....	Homem de letras.....	Paris, rue Bossuet 51.....	6	30.000	15.000
17	Cheneviers (Arthur).....	Proprietario.....	Genebra (Suissa).....	1	20.000	10.000
18	Cheneviers (Edmond).....	Proprietario.....	Genebra (Suissa).....	1	15.000	7.500
19	de Chénou (Alfred).....	Banqueiro.....	Paris, rue de Richelieu 85.....	1	5.000	2.500
20	Dadiar (Gernand).....	Homem de letras.....	Paris, Boulevard de Courcelles 10 bis.....	1	5.000	2.500
21	Du Buit (Paul).....	Administrador de sociedades.....	Paris, rue de la Fausanderie 27.....	2	10.000	5.000
22	de la Croix (Marie Michel).....	Proprietario.....	Paris, rue de Saint-Hippolyte 12.....	1	5.000	2.500
23	Duchong (Maxime).....	Engenheiro de minas.....	Paris, boulevard Emile Augier 12.....	10	20.000	25.000
24	Duchuzay (Georges).....	Empregado de fazenda.....	Arzon (Cher) rue de l'Ecluse 4.....	2	10.000	5.000
25	Vivier de l'Esaille (Marie Francis Julien Louis, nascida Josee Cecile Sophie Alice Terant).....	Refeira.....	Paris, Avenue Friedland 7.....	12	60.000	30.000

25 de L'Espée (Louis).....	Engenheiro.....	Fontainebleau Boul. Magent 5.....	1	5.000	2.500
27 Fenillas (Eugène).....	Proprietario.....	St. Mandé, Avenue Herbellon 63.....	2	10.000	5.000
28 Galopin Frères & Comp.....	Banqueiros.....	Genebra (Suissa).....	4	20.000	10.000
29 Gaudet (Louis Edouard).....	Administrador da <i>La Générale</i>	Paris, boulevard Malherbes 92.....	3	15.000	7.500
30 Giraud Jordan (G.).....	Proprietario.....	Paris, boulevard St. Germain 211.....	1	5.000	2.500
31 de Gournay (André).....	Proprietario.....	Paris, 50, rue de la Faisan- derie.....	2	10.000	5.000
32 Goutells (Maurice).....	Proprietario.....	Mehun sur Yèvre (Cher).....	1	5.000	2.500
33 Grenouville (Jules).....	Empreendedor.....	Suresnes, rue de St. Cloud 31.....	1	5.000	2.500
34 Guiard (Augustin).....	Banqueiro.....	Mehun sur Yèvre (Cher).....	1	5.000	2.500
35 Guillot (Edouard Louis Marie).....	Rendeiro.....	Mehun sur Yèvre (Cher).....	1	5.000	2.500
36 Rassel (Elie).....	Rendeiro.....	Paris, rue Louis le Grand, 6.....	1	5.000	2.500
37 Jeuffrain (Léon).....	Secretario de minas.....	Paris, rue d'Astorg 31.....	1	5.000	2.500
38 Laro (Léon).....	Ex-magistrado consular.....	Paris, rue St. Florentin 9.....	4	20.000	10.000
39 Lauverjat (Gérard).....	Verificador.....	Nantes, rue St. Louis 39.....	1	5.000	2.500
40 Lejeune (Henri Nicolas).....	Proprietario.....	Paris, rue de la Rochefou- cault 39.....	2	10.000	5.000
41 Louba (Albert).....	Banqueiro.....	Paris, rue Taillibert 41.....	1	5.000	2.500
42 Lucme (Henri).....	Banqueiro.....	Genebra (Suissa).....	1	5.000	2.500
43 Lays (Camille Jules Marie).....	Negociante.....	Neuilly sur Seine, rue Per- ronet 37.....	1	30.000	15.000
44 Luc (Albert Ferdinand).....	Banqueiro.....	Paris, rue Chauchat 4.....	1	200.000	100.000
45 Machart (Isaac).....	Director de banco.....	Genebra (Suissa).....	1	5.000	2.500
46 Martinet (Edouard Antoine).....	Tabellião.....	Mehun sur Yèvre (Cher).....	2	10.000	5.000
47 Manzi (Victorio).....	Banqueiro.....	Roma (Italia).....	1	5.000	2.500
48 Mattei (Domenico).....	Corretor.....	Roma (Italia).....	1	5.000	2.500
49 Mattei (Gaetano).....	Agente de cambio.....	Roma (Italia).....	1	5.000	2.500
50 Mattei (Santo).....	Corretor.....	Paris, rue de Phalsbourg 12.....	2	15.000	7.500

NUMERO DE ORDEM	NOMES E SOBRENOMES	PROFISSÕES	DOMICILIO	NUMERO DE AÇÕES	CAPITAL DAS AÇÕES SUBSCRIPTAS FRCS.	ENTRADAS DE DINHEIRO FRCS.
51	Mayoussier (Emile Jules Joseph Felix Ennemond).....	Director de St. Gobain.....	Paris, rue de Sainte Cecile, 9	2	10.000	5.000
52	Ménage (Charles Elie).....	Banqueiro.....	Paris, rue de Naples 4.....	1	5.000	2.500
53	Mééus (Charles Joseph Ernest)	Socio de agente de cambio...	Paris, 19 boulevard des Batignolles.....	2	10.000	5.000
54	Merant (Camille).....	Doutor em medicina.....	Mehun sur Yèvre (Cher).....	2	10.000	5.000
55	Meyer (Charles).....	Correior.....	Paris, rue de Trévise 49....	1	5.000	2.500
56	Mounier (André Paul Bernard)	Administrador de sociedades.	Versailles, rue Albert Joly 7.	5	25.000	12.500
57	Mounier (Louis).....	Banqueiro.....	Paris, rue Lafayette 31.....	5	25.000	12.500
58	Mounier (Michel Auguste Philippe).....	Proprietario.....	Chateau de Foësy (Cher)....	2	10.000	5.000
59	Mouthières (Jean Victor)....	Proprietario.....	Paris, rue d'Amsterdam 70.	1	5.000	2.500
60	Ourlin (Alfred).....	Arrendeiio.....	Paris, rue Louis le Grand 9..	1	5.000	2.500
61	Paccard & Comp.....	Banqueiros.....	Boulevard du Théâtre, 9 Genebra.....	9	45.000	22.500
62	Pérand (Pierre Georges).....	Banqueiro.....	Paris, rue Obligada 1.....	2	10.000	5.000
63	Pietet (Emile).....	Banqueiro.....	Genebra (Suissa).....	1	5.000	2.500
64	Pietet (Ernest) & Comp.....	Banqueiros.....	Genebra (Suissa).....	1	5.000	2.500
65	Pillougt (Louis).....	Manufactureiro.....	Mehun sur Yèvre (Cher)....	1	5.000	2.500
66	Ponselle (Georges).....	Banqueiro.....	Paris, rue de Provence 62..	1	5.000	2.500
67	Ragoulleau (Fernand).....	Proprietario.....	Maison Lafitte, rue des Canettes 30.....	2	10.000	5.000
68	Ragoulleau (Louis Abel).....	Capitão de artilharia.....	Reims, rue Thiers 3.....	2	10.000	5.000
69	Raoul Buval (Edmond).....	Proprietario.....	Sanvie (Seine Inferieure)...	2	10.000	5.000
70	Reumaux (Elie).....	Engenheiro.....	Lens (Pas de Calais).....	2	10.000	5.000

71	Roget Benigno (Arthur).....	Corretor.....	Paris, rue Chauchat 4.....	2	10.000	5.000
72	de Rochefort (Pierre).....	Proprietario.....	Au Marais par Ernezat (Puy de Dôme).....	1	5.000	2.500
73	Comte de Rochefort (Antoine Gaston).....	Proprietario.....	Paris, avenue Kleber 87....	2	10.000	5.000
74	Rodeignes Pimentel (Albert).	Banqueiro.....	Paris, rue Louis le Grand 9.	1	5.000	2.500
75	De Sirgneux (Georges Adrien).	Advogado.....	Genebra, boulevard du Théâtre 5.....	1	5.000	2.500
76	Schlumberger (Emmanuel)....	Proprietario.....	Paris, rue de la Boétie. 49..	12	30.000	30.000
77	Sud Est Africain (Comp. du).	Banco.....	Paris, rue Lafayette, 10....	5	25.000	12.500
78	Temoïn (Daniel Philippe Henri).....	Doutor em medicina.....	Bourges (Cher), place des Pe- chers 6.....	1	5.000	2.500
79	Thuret (Leontine).....	Proprietario.....	Champroux par Poagy Me- zangier (Allier).....	3	15.000	7.500
80	Verlet (Jean Auguste).....	Proprietario.....	Avignon.....	2	10.000	5.000
81	Vernes (Adolphe).....	Banqueiro.....	Paris, rue Tailbont 29.....	3	15.000	7.500
82	Vernes (Pélis).....	Banqueiro.....	Paris, rue Tailbont 29.....	1	5.000	2.500
83	Vernes (Louis Charles Phi- lippe).....	Banqueiro.....	Paris, rue Tailbont 29.....	3	15.000	7.500
84	Comte de Waldener.....	Proprietario.....	Chateau de Levy pas Lurey Levy.....	2	10.000	5.000
85	Wertheim (Adolphe).....	Banqueiro.....	Paris, rue du 4 Septembre 22.	2	10.000	5.000
				250	1.250.000	625.000

Acções subscriptas duzentas e cincoenta. Capital subscripto um milhão duzentos e cincoenta mil francos. Entradas de dinheiro effectuadas seiscentos e vinte e cinco mil francos. Feito e escripto pelos abaixo assignados, em Pariz, em 8 de dezembro de 1896. Lido e approvado. — (Assignado) *Philippe Mounier*. Lido e approvado. — (Assignado) *A. Luc*. Lido e approvado. — (Assignado) *Arthur Roget*. Segue-se a menção. Registrado em Pariz, quarto escriptorio, em 8 de dezembro de 1896, folio 38, compartimento 18. Recebidos tres francos e setenta e cinco centimos, decimos comprehendidos. — (Assignado) *Branly-Lafont*. — (Assignado) *Gastaldi*. — Expedição em cinco rolos, sem chamada, mas contendo a raspadura das tres palavras nullas comprehendidas as da presente menção. — (Assignado) *Gastaldi*. Ao lado o carimbo do tabellião em Pariz.

E no dia 13 de janeiro de 1897, perante mestre Eugène Felix Williams Gastaldi e seu collega, tabelliães em Pariz, abaixo assignados, compareceram: 1º, o Sr. Michel Auguste Philippe Mounier, proprietario, residindo em Focry (Cher); 2º, o Sr. Albert Ferdinand Luc, banqueiro, residindo em Pariz, rua Chauchat n. 4; 3º, o Sr. Benigno Arthur Roget, correitor, residindo tambem em Pariz, rua Chauchat n. 4; operando todos os tres em ou na qualidade de fundadores da *Société Anonyme des Mines d'Or d'Ouro-Falla* (Sociedade Anonyma de Minas de Ouro de Ouro-Falla), cuja sede acha-se em Pariz, rua Chauchat n. 4, a dita sociedade constituída com o capital de um milhão duzentos e cincoenta mil francos, segundo acto recebido por mestre Gastaldi, tabellião em Pariz, em 8 de dezembro de 1896; 4º, e o Sr. André François Beauvois-Devaux, banqueiro, residindo em Pariz, quai Voltaire n. 1, operando na qualidade de presidente do conselho de administração da dita Sociedade das Minas de Ouro de Ouro-Falla (*Société des Mines d'Or d'Ouro-Falla*) nomeado a esta funcção nos termos de uma deliberação do conselho de administração da dita sociedade, com data de 23 de dezembro de 1896, da qual um extracto fornecido pelo sr. Beauvois Devaux, ficou annexo a este depois de menção. Os quaes, pelas presentes, depositaram nas mãos do mestre Gastaldi, um dos tabelliães abaixo assignados, e requereram, afim de pôr em seus archivos na data de hoje, para que sejam fornecidos quaesquer extractos ou expedições que preciso forem:

Primo — Cópia sobre sello de um franco e oitenta centimos, da acta da primeira assembléa geral constitutiva dos accionistas da Sociedade Anonyma das Minas de Ouro de Ouro-Falla (*Société Anonyme des Mines d'Or d'Ouro-Falla*), da qual a sede acha-se em Pariz, rua Chauchat n. 4, realizada no dia 9 de dezembro de 1896. A qual acta comprehendendo:

1º, leitura dos estatutos da dita sociedade, elaborados pelos Srs. Mounier, Luc e Roget, nos termos do acto recebido por mestre Gastaldi, tabellião abaixo assignado, no dia 8 de dezembro de 1896, do qual a cópia é a primeira das que precedem;

2º, approvação destes estatutos;

3º, reconhecimento da sinceridade da declaração de subscrição das acções desta sociedade e de entradas de dinheiro, feito segundo acto recebido pelo dito mestre Gastaldi, no mesmo dia 8 de dezembro de 1896, da qual a cópia precede; ao qual acto está annexa uma lista ou estado dos subscriptores, do numero de acções subscriptas por cada um delles e das entradas de dinheiro realizadas;

4º, e nomeação de um commissario encarregado de fazer um relatório sobre as vantagens resultando dos estatutos em favor dos fundadores.

Secundo — Cópia sobre sello de um franco e oitenta centimos da acta da segunda assembléa geral dos accionistas, da dita sociedade, realizada em 22 de dezembro ultimo (1896). A qual acta comprehende :

1º, leitura do relatório do commissario sobre as vantagens attribuidas pelos estatutos aos fundadores;

2º, Nomeação para administradores, durante um periodo de seis annos, dos Srs. Beauvois Devaux (André François), banqueiro residindo em Pariz, quai Voltaire n. 1; de Carrere (Fernand), proprietario residindo em Pariz, rua de Milan n. 11 bis; Duchanoy (Maxime), engenheiro residindo em Pariz, boulevard Emile Augier n. 12; Mayoussier (Emile Jules Joseph Felix), director de Saint-Gobain, morando em Pariz, rua Sainte Cecillen 9; Mounier (Philippe), um dos comparecentes ás presentes; e Luc, igualmente comparecente ás presentes. Todos os quaes acceitaram as ditas funcções de administrador;

3º, nomeação para commissarios, durante o primeiro exercicio do Sr. Roget, um dos comparecentes; Sr. Feuillias (Eugène), proprietario, residindo em Saint Mandé, 66 Avenue Herbillon; os quaes acceitaram as ditas funcções de commissarios;

4º, declaração que a *Société Anonyme des Mines d'Or d'Ouro-Falla* (Sociedade Anonyma das Minas de Ouro de Ouro-Falla) está definitivamente constituída.

Tertio — O extracto da deliberação do conselho de administração enunciado no principio das presentes, nomeando o Sr. Beauvois Devaux, um dos comparecentes, como presidente do conselho de administração. A dita funcção foi acceita por este ultimo. Todas as quaes peças ficam aqui annexadas, depois de terem sido separadamente revestidas de uma menção de annexo assignada pelos tabelliães abaixo assignados e depois de terem sido certificadas sincoras e verdadeiras pelos comparecentes.

Publicações : — Para fazer publicar as presentes em toda a parte onde preciso for, todos os poderes são conferidos ao portador de um extracto ou de uma expedição.

Menção dos presentes é contida onde for preciso. O qual acto feito e passado em Pariz, no cartorio do dito mestre Gastaldi, os dia, mez e anno acima ditos. E depois de feita a leitura os comparecentes assignaram com os tabelliães. Segue a menção :

Registrado em Pariz, 4º escriptorio, em 16 de janeiro de 1897, folio 25, compartimento 16. Recebido 3 francos setenta e cinco centimos, decimos comprehendidos. — (Assignado) *Brandy Lafont*.

Segue o theor dos annexos :

1.^o *Société Anonyme des Mines d'Or d'Ouro-Falla* (Sociedade Anonyma das Minas de Ouro de Ouro-Falla). Séde social: Pariz, rua Chauchat n. 4. Capital social 1.250.000 francos.

EXTRACTO DOS REGISTROS DAS OPERAÇÕES

Acta da primeira assembléa geral, para a constituição da sociedade

No anno de 1896, na quarta-feira 9 de dezembro, ás 3 1/2 horas da tarde, os senhores accionistas da Sociedade Anonyma das Minas de Ouro de Ouro-Falla, da qual a séde social achase em Pariz, 4 rua Chauchat, reuniram-se em primeira assembléa geral constitutiva, em Pariz, rua Chauchat n. 6, edificio das Artes e Officios, sob a convocação regularmente feita por um aviso inserido no jornal dos annuncios legais *Les Petites Affiches*, numero do dia 6 de dezembro corrente, indicando o fim da presente reunião.

E' aberta uma folha de presença de todos os subscriptores presentes.

Esta folha constata que 73 subscriptores estão presentes ou representados e possuem juntos 225 acções (fundadores comprehendidos).

A assembléa procede á composição de sua mesa ; o Sr. Max Duchanoy é nomeado presidente ; e Sr. Dr. Merant e o Sr. Schlumberger são chamados como escrutadores, e o Sr. Grenouville é designado como secretario.

A mesa assim composta, o Sr. presidente constata, assim como se achia estabelecido pela folha de presença, que os accionistas subscriptores presentes ou representados estão em numero de 63 e possuem 226 acções sobre as 250 acções subscriptas em numeroário, elle constata tambem a presença dos fundadores.

A folha de presença assignada ficará annexa á presente acta. A assembléa, representando mais da metade do capital social, é declarada regularmente constituída.

O Sr. presidente põe á disposição dos membros da assembléa.

1.^o Uma expedição da sociedade anonyma dita *Société Anonyme des Mines d'Or d'Ouro-Falla* (Sociedade Anonyma das Minas de Ouro de Ouro-Falla), estabelecida segundo acto recebido por mestre Gastaldi, tabellião em Pariz, em 8 de dezembro de 1896.

2.^o A expedição de um acto recebido pelo dito mestre Gastaldi em 8 de dezembro, mez presente, contendo declaração pelos fundadores da sociedade em formação, que o capital de 1.250.000 francos, dividido em 250 acções de 5.000 francos cada uma, foi inteiramente formado em vista da subscripção da totalidade destas 250 acções emittidas em especies, e que a entrada da metade, ou 2.500 francos, foi effectuada sobre cada uma das ditas

250 acções ; ao qual acto ficou annexa, de conformidade com a lei, a lista dos subscriptores das ditas acções com estado das entradas effectuadas por cada um delles.

3.º Um exemplar do jornal *Les petites affiches*, do dia 6 de dezembro de 1896, contendo o aviso de convocação.

O Sr. presidente lembra que a assembléa está reunida de conformidade com a lei, para o fim de :

1.º Ouvir a leitura dos estatutos.

2.º Reconhecer a sinceridade da declaração notariada de subscrição do capital social e da entrada da metade sobre todas as acções subscriptas.

3.º Nomear um ou mais commissarios encarregados de fazer um relatorio na segunda assembléa geral ; sobre as vantagens particulares estipuladas pelos estatutos a favor dos fundadores.

Em seguida o presidente dá leitura á assembléa dos estatutos e do acto de declaração de subscrição e de entradas e da lista que lhes está annexa.

Depois da troca de diversas observações o Sr. presidente põe successivamente a votos as resoluções seguintes da ordem do dia :

Primeira resolução

A assembléa geral, depois de ter tomado conhecimento dos estatutos e da declaração de subscrições e de entradas, approvou os estatutos e declarou sincera e válida a declaração de subscrições e de entradas feita pelos fundadores da *Société des Mines d'Or d'Ouro-Falla* (Sociedade das Minas de Ouro de Ouro-Falla), segundo acto recebido por mestre Gastaldi, tabellião em Pariz, em 8 de dezembro de 1896, assim como os documentos em apoio desta declaração. Esta resolução é adoptada á unanimidade de votos menos os dos tres fundadores, que abstiveram-se.

Segunda resolução

A assembléa geral nomeia o Sr. A. Beauvois Devaux, commissario encarregado de fazer um relatorio de conformidade com a lei, sobre as vantagens resultando dos estatutos em favor dos fundadores. Esta resolução é adoptada por unanimidade de votos, menos os dos tres fundadores, que abstiveram-se.

O Sr. A. Beauvois Devaux, presente na assembléa, declara aceitar a função de commissario.

Em seguida a assembléa adia-se para o dia 22 de dezembro corrente, ás 3 ½ horas da tarde, rua Chauchat n. 6, em Pariz, no edificio das Artes e Officios, para a reunião da segunda assembléa geral constitutiva.

Nada mais estando na ordem do dia, o Sr. presidente levanta a sessão ás 4 ½ horas da tarde.

De tudo quanto acima fica dito, foi lavrada a presente acta, que foi assignada pelo presidente, escrutadores e secretario.— O presidente M. Duchanoy.—Os escrutadores Emmanuel Schlumberger e Dr. Méraut.—O secretario J. Grenouville.

Vale para o accete das funcções do commissario: A. Beauvois Devaux. Por cópia conforme. O presidente do conselho de administração: (assignado) A. Beauvois Devaux. Na margem está escripto: — Registrado em Pariz, 4.^o escriptorio, em 16 de janeiro de 1897, folio 26, compartimento 1. Recebidos onze francos e vinte e cinco centimos, decimos comprehendidos.— (Assignado) Brandy Lafont.

Segundo — Sociedade Anonyma das Minas de Ouro de Ouro-Falla (*Société Anonyme des Mines d'Or d'Ouro-Falla*). Sêdo social, Pariz, rua Chauchat n. 4. Capital social 1.250.000 francos. Extracto do registro das deliberações. Segunda assembléa geral para a constituição da Sociedade Anonyma das Minas de Ouro de Ouro-Falla.

No anno de 1896, em 22 de dezembro, os accionistas da Sociedade das Minas de Ouro de Ouro-Falla, com o capital de 1.250.000 francos, da qual a sêdo social acha-se em Pariz, rua Chauchat n. 4, a dita sociedade, formada pelos Srs.: 1.^o, Michel Auguste Philippe Mounier, proprietario, residindo em Foeiy (Cher); 2.^o, Albert Ferdinand Luc, banqueiro, residindo em Pariz, 4 rua Chauchat; 3.^o, Benigno Arthur Roget, corretor, morando em Pariz, 4 rua Chauchat; segundo acto passado perante mestre Gastaldi, tabellião, em 8 de dezembro de 1896, reuniram-se em segunda assembléa geral constitutiva ás 3 ¹/₂ horas da tarde no edificio das Artes e Officios, rua Chauchat n. 6, sob a convocação que lhes foi endereçada por carta individual e por uma inserção no jornal geral de avisos, folha de 12 de dezembro de 1896.

Esta assembléa tem por objecto: 1.^o, leitura do relatorio do commissario sobre as vantagens attribuidas pelos estatutos aos fundadores; 2.^o, nomeação dos administradores; 3.^o, nomeação de um ou mais commissarios encarregados de fazer um parecer sobre as contas do primeiro exercicio; 4.^o, constituição definitiva da sociedade; 5.^o, si preciso for, voto sobre todas as outras propostas accessorias.

O Sr. Duchanoy, engenheiro, residindo em Pariz, 12 Boulevard Emile Augier, é chamado a exercer as funcções de presidente, que elle declara aceitar.

Elle convida para o auxiliar como escrutadores os Srs. Loys (Camille Jules Marie) e Schlumberger (Emmanuel). O Sr. presidente e os escrutadores designam, para preencher as funcções de secretario, o Sr. Grenouville, empregado de banco, que nesta qualidade toma assento na mesa. A mesa assim constituída certifica a folha de presença, assignada por cada accionista ao entrar.

Esta folha constata a presença de 69 subscriptores, proprietarios de 221 acções, comprehendidos os fornecedores. Em consequencia o Sr. presidente proclama a regularidade da assembléa e declara aberta a sessão.

E' lida e approvada a acta da primeira assemblea.

E' dada a palavra ao Sr. Beauvois-Devaux, commissario nomeado pela primeira assemblea geral,ahi presente, que da leitura do seu relatorio.

Este relatorio conclue pela approvação das vantagens feitas aos fundadores.

As conclusões do relatorio do commissario são postas a votos e adoptadas por unanimidade de votos, menos os dos Srs. fundadores, que não tomaram parte na votação e abstiveram-se.

O Sr. presidente lembra que, em execução dos arts. 21 e 22 dos estatutos, deve-se proceder á nomeação dos administradores da sociedade, por um periodo de seis annos.

A assemblea decide por unanimidade de nomear por enquanto seis administradores, e ella designa para preencher estas funcções os Srs. Beauvois-Devaux, André François, banqueiro, residente em Pariz, 1.ª qual Voltaire; D.^o Carrère (Fernand) proprietario, residindo em Pariz, rua de Milan n. 11 *bis*; Duchanoy (Maxime), engenheiro, residindo em Pariz, 22, boulevard Emile Augier; Mayoussier (Emile Jules Joseph Felix) residindo em Pariz, rua Sainte Cecile n. 9, director de St. Gobain; Mounier (Felippo), proprietario, residindo no castello de Foeiy, em Foeiy (Cher); Luc (Albert), banqueiro, residindo em Pariz, rua Chauchat n. 4; que declaram aceitar as funcções que acabam de lhes ser conferidas, do qual se lhes é dado acta pela assemblea.

Procede-se em seguida á nomeação dos commissarios encarregados, de conformidade com a lei de 24 de julho de 1867, de apresentar um relatorio na primeira assemblea geral annual.

A assemblea designa para exercer estas funcções os Srs. Roget (Arthur), corretor, residindo em Pariz, rua Chauchat n. 4; Fenillas (Eugène), proprietario, residindo 66, avenue Herbillon, em Saint-Mandé; presentes na assemblea, que declaram aceitar as ditas funcções, do que lhes é dado acta pela assemblea.

O Sr. presidente pede á assemblea de determinar, de conformidade com o art. 30 dos estatutos, a importancia dos bilhetes de presenca a abonar aos administradores e a remuneração a accordar aos commissarios.

A assemblea decide por unanimidade, á excepção dos administradores e dos commissarios, que absteem-se, de fixar : a 6.000 francos por anno o valor dos bilhetes de presenca, abonados aos administradores e dos quizes a repartição terá logar entre os membros, nas condições a determinar pelo conselho. E a 1.000 francos a remuneração dos commissarios.

O Sr. presidente declara que as condições prescriptas pela lei e os estatutos, achando-se preenchidas, a Sociedade das Minas de Ouro do Ouro-Falla é definitivamente constituida.

O Sr. presidente participa á assemblea que os administradores que acabam de ser nomeados podem ser especialmente autorizados pela assemblea geral para tratar da acquisição dos dominios, promessas de venda e outras; devendo servir á exploração do objecto social.

Para esta execução o conselho concluirá com o Sr. Achille Luc, banqueiro, residindo em Pariz, rua Chauchat n. 4, um trato pelo qual este ultimo, declarando-se proprietario da propriedade de Ouro-Falla, do sob-solo do Carandahy, e da promessa de venda da propriedade José Carlo, venderá, cederá e abandonará à *Société des Mines d'Or d'Ouro-Falla* (Sociedade das Minas de Ouro de Ouro-Falla), representada por seu conselho de administração, especialmente autorizado pelo objecto das presentes, por deliberação da assembléa, em data de hoje, as ditas propriedades ou fazendas e promessas. O Sr. A. Luc garantirá, sob sua responsabilidade pessoal, a dita sociedade, contra qualquer discordia parcial ou total, de qualquer natureza que seja, seja a razão da validade dos actos passados no Brazil, seja a razão de qualquer outra causa. A dita venda, sendo consentida mediante o preço de 371.000 francos, pouco mais ou menos, que o Sr. A. Luc garantirá sob a mesma responsabilidade ser a quantia exactamente paga por elle ou adelantada até este dia. O Sr. A. Luc, obrigar-se-ha ainda a dar os passos necessarios para pôr em posse a Sociedade das Minas de Ouro de Ouro-Falla, nos termos da lei brasileira, perante terceiros e a mandar fazer todas as transcripções e formalidades exigidas pela dita lei, de maneira que a sociedade nunca possa ser inquietada nem inquietada a este respeito.

O conselho pede, em consequência, ser autorizado a passar o dito acto e, em razão da dita autorização desempenhando o conselho de qualquer responsabilidade relativamente ao dito acto de compra.

O conselho pede ainda ser autorizado a reembolsar ao Sr. A. Luc a importancia das comissões comprehendidas no preço da venda que elle pagou :

1º, ao Sr. Max Duchanoy, engenheiro, encarregado de fazer um relatório sobre a mina; seja 50.000 francos ;

2º, aos intermediarios que o Sr. A. Luc teve que empregar para se fazer conceder as propriedades, a retroceder à sociedade, seja 50.000 ;

3º, as despesas de viagens dos Srs. Duchanoy, Mounier e Roget, elevando-se a 14.000 francos, pouco mais ou menos, e os adeantamentos feitos para as despesas de exploração, desde que o Sr. A. Luc ficou proprietario até esta data, importando em 72.000 francos, pouco mais ou menos.

Todas estas quantias achando-se igualmente comprehendidas no preço da venda de 371.000 francos, o Sr. presidente pede à assembléa de tomar tres deliberações sobre este ponto especial :

1º, autorisar o conselho a passar, com o Sr. A. Luc, o contracto do qual o theor foi mais acima especificado, e dando-lhe esta autorização, desembaraçal-o de qualquer responsabilidade da dita compra ;

2º, autorisar o conselho a pagar ao Sr. A. Luc em especies sobre o fundo social :

1, o preço da venda ;

- 2, as commissões Duchanoy e outros intermediarios;
- 3, despesas de viagens;
- 3º, autorisar o conselho a reembolsar ao Sr. A. Luc as quantias actualmente adelantadas para as despesas de exploração das propriedades, desde o dia em que o Sr. A. Luc ficou sendo o proprietario até o dia da assignatura do contracto.

Postas a votos estas deliberações, são aprovadas por unanimidade.

O Sr. presidente participa á assembléa que o conselho pede ser autorizado a inscrever nas despesas geraes uma quantia, não podendo exceder 5 % dos lucros da sociedade, para remunerar os serviços dos engenheiros directores ou quaesquer outros collaboradores, e isto, antes de qualquer subtração prevista pelo art. 44 dos estatutos. Esta resolução posta a votos é approvada unanimemente.

Emfim, o Sr. presidente participa á assembléa que o conselho pede ser autorizados a tomar como banqueiros da sociedade os Srs. A. Luc & Comp., residindo em Pariz, rua Chauchat n. 4. Posta a votos esta resolução, é adoptada por unanimidade.

Ninguém pedindo mais a palavra, o Sr. presidente declara levantada a sessão. Ficaram annexados á presente acta:

1º, um exemplar do jornal de avisos, folha do dia 12 de dezembro de 1896;

2º, a folha de presença;

3º, um exemplar sobre papel sellado, registrado e certificado, verdadeiro, pelo Sr. Beauvois-Devaux, de seu relatorio.

De tudo que fica acima foi lavrada a presente acta, que foi assignada pelos membros da mesa, os administradores e os commissarios.

Seguem estas menções e assignaturas. O presidente, *M. Duchanoy*. — O secretario, *J. Grenonville*. — Os escriptores, *E. Schlumberger* e *Camille Loys*. — Vale para acceitação das funções de administrador, *E. de Carrère*. — Vale para acceitação das funções de administrador, *M. Duchanoy*. — Vale para acceitação das funções de administrador, *P. Mounier*. — Vale para acceitação das funções de commissario, *Feuillias*. — Vale para acceitação das funções de commissario, *Arthur Roget*.

Por cópia conforme, o presidente do conselho de administração — *A. Beauvois Devaux*.

Segue a menção. Registrado em Pariz, 4º escriptorio, em 16 de janeiro de 1897, folio 26, compartimento tres. Recebido tres mil cento e quarenta francos, decimos comprehendidos. — *Brandy Lafont*.

Terceiro. Sociedade Anonyma das Minas de Ouro de Ouro-Falla (*Société Anonyme des Mines d'Or d'Ouro-Falla*). Sede social, Pariz, rua Chauchat n. 4. Capital social um milhão duzentos e cincoenta mil francos. Extracto do registro das actas das sessões do conselho de administração. Sessão de 23 de dezembro de 1896. Estão presentes os Srs. Beauvois Devaux, de Carrère, Duchanoy, Albert Luc, Mayoussier e Philippe Mounier. O con-

restantes com intervallo nunca inferior a 30 dias a juizo da directoria.

§ 1.º Os accionistas que não effectuarem o pagamento nos prazos fixados pela directoria e não o realizarem dentro dos 30 dias subsequentes, incorrerão nas penas estabelecidas nos arts. 33 e 34 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

§ 2.º As acções da nova emissão terão direito ao dividendo do semestre seguinte, proporcionalmente ao capital realizado até o fim do semestre anterior.

Art. 5.º O novo prazo da duração da companhia terminará em 15 de março de 1914, podendo ser prorogado por deliberação da assembléa geral com approvação do poder competente.

Art. 6.º A companhia terá açougues nesta Capital e poderá estabelecer os tambem nas cidades e villas do interior.

Art. 7.º A companhia obriga-se a fazer talhar e vender nos seus açougues as boiadas dos accionistas que tiverem fazendas neste Estado, cobrando uma commissão de 6 % do producto das carnes, e com direito aos couros e visceras pelos preços do mercado, tendo nos couros o abatimento de 20 % para quebras.

Art. 8.º A companhia poderá tambem fazer talhar e vender nos seus açougues as boiadas dos fazendeiros que não forem accionistas, mediante uma commissão de 8 % e nas condições estabelecidas no artigo antecedente com relação aos couros e visceras.

Art. 9.º A companhia poderá adiantar dinheiro aos fazendeiros accionistas, por conta das boiadas que tiverem para talhar, cobrando juros, segundo a taxa dos bancos desta Capital.

Art. 10. Os fazendeiros que quizerem talhar o seu gado por intermedio da companhia, darão a esta aviso anticipado de 15 dias da chegada da primeira boiada, designando os dias de chegada dos subsequentes, para terem o direito de preferencia no talhamento, nos termos do art. 8.º.

Art. 11. Em qualquer caso os adiantamentos de que tratam os artigos antecedentes não poderão exceder a 50 % do valor das boiadas, segundo avaliação da directoria da companhia, por si ou por seus agentes.

Art. 12. A companhia comprará gado aos fazendeiros não accionistas, quando houver necessidade, sem prejuizo da exportação das boiadas dos accionistas. Poderá tambem vender gado em pé, quando a directoria julgar-o conveniente.

Art. 13. A companhia poderá importar e exportar de e para outros Estados da União ou do estrangeiro, gado vaccum, lanigero, suino, cavallar ou de qualquer outra especie, não só para o abastecimento deste Estado como tambem para o aperfeiçoamento das raças nas fazendas do mesmo.

Art. 14. A directoria, de accordo com o conselho fiscal, poderá adquirir campos de criação neste Estado para deposito de gado.

Art. 15. De accordo com os fazendeiros, a exportação das boiadas será regulada de modo que o gado chegue á capital em bom estado.

Art. 16. A companhia procurará aproveitar o sangue, unhas, chifres e resíduos das rezes abatidas, e o producto desse commercio será levado á conta do lucros e perdas.

Art. 17. A companhia poderá ter barcos a vapor ou á vela para o serviço de transporte de gado. Os fretes serão regulados por uma tabella publicada pela imprensa, no principio de cada anno.

Art. 18. A companhia poderá tomar a si o serviço da conservação e melhoramento do matadouro.

TITULO II

DOS ACCIONISTAS E ACÇÕES

Art. 19. E' accionista todo aquelle que possuir uma ou mais acções registradas em seu nome ou firma social, no livro competente.

Art. 20. Perde o direito de accionista aquelle que não pagar qualquer das prestações do capital que subscrover, no prazo marcado e annuciado pela imprensa.

Paragrapho unico. Esta falta poderá ser relevada pela directoria em circumstancias extraordinarias, pagando o accionista o juro de 1 % ao mez, pela móra.

Art. 21. As acções são nominativas e transferiveis por termo lavrado no respectivo livro, assignatos cedente e cessionario, seus especiaes procuradores ou representantes legais.

Art. 22. Não podem ser negociadas as acções enquanto não estiver realizando um quarto de seu valor.

§ 1.º Não se comprehende nesta prohibição a transmissão a titulo de legado, de successão universal, ou em virtude de arrematação ou adjudicação.

§ 2.º A transferencia nestes casos só se fará á vista do alvará do juiz competente, do formal do partilhas ou da carta de arrematação ou adjudicação.

Art. 22. As acções que cahirem em commisso serão substituidas por outras com igual numeração, e estas vendidas em leilão commercial precedendo annuncio da directoria pela imprensa.

Art. 24. Para que seja declarado em commisso o accionista em falta, é necessario que tenham decorrido 60 dias depois de expirado o prazo marcado para a prestação.

Art. 25. O commisso importa na perda das prestações já feitas, de todos os interesses e direitos fundados na qualidade de accionista, excepto o de haver os dividendos anteriormente vendidos.

Art. 26. A declaração do commisso será feita na acta das sessões da directoria e publicada pela imprensa.

Art. 27. As acções serão assignadas por toda a directoria e devem conter : o numero de ordem ; o valor que cada uma re-

presenta ; a denominação da companhia ; as datas da constituição da sociedade, do decreto da aprovação e da publicação das actas constitutivas,

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 28. A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros eleitos annualmente na reunião ordinaria da assemblea dos accionistas, dentre aquelles que pelo menos possuirem 50 acções. Os directores eleitos escolherão dentre si, presidente, secretario e gerente, ficando a caixa da companhia a cargo do director que for designado pela directoria.

Art. 29. Cada director garantirá a responsabilidade de sua gestão com a caução de 50 acções da companhia, lavrando-se termo no livro de transferencias.

Art. 30. As acções caucionadas pelos directores são inalienaveis, enquanto não forem liquidadas as contas do ultimo semestre da sua gestão, e sobre ellas terão pela ordem preferencia, a companhia, os seus accionistas e terceiros pela responsabilidade do director, proveniente das faltas e delictos.

Art. 31. O director que, dentro do prazo de 30 dias a contar da data de sua eleição, não prestar a caução, será considerado como não tendo accettato a eleição.

Art. 32. Não podem servir conjuntamente na directoria ascendentes e seus descendentes, irmãos, sogro e genro, cunhados durante o cunhado, e os socios de uma mesma firma. Nestes casos o menos votado será excluido, e havendo igualdade de votos será excluido o mais moço.

Art. 33. Os membros da directoria perceberão repartidamente uma gratificação annual, correspondente a cinco por cento da renda liquida, calculados depois de deduzida a parte destinada ao fundo de reserva, além do de ordenado fixo annual de seis contos de réis ao gerente e dous contos e quatrocentos mil réis a cada um dos outros directores.

Art. 34. Nos casos de vaga ou impedimento de algum dos directores, por mais de 30 dias, servirão os supplentes na ordem da votação, com direito á gratificação proporcional ao tempo do exercicio, prestando a devida caução.

Art. 35. O director que tiver interesses oppostos aos da companhia em qualquer operação social, não poderá tomar parte nas deliberações da directoria a respeito desse negocio, e deverá dar aviso do seu impedimento, lavrando-se declaração na acta das sessões. Nestes casos, as deliberações serão tomadas pelos outros directores e pelos fiscaes, á maioria de votos.

Art. 36. Compete á directoria:

- 1.º Gerir todos os negocios da companhia.
- 2.º Representar-a em Juizo em todas as acções por ella ou contra ella intentadas.
- 3.º Constituir advogados e procuradores que a representem.
- 4.º Nomear e demittir os seus auxiliares e empregados, respondendo pelos actos delles.
- 5.º Fixar os vencimentos dos empregados, salvo o direito de serem modificados pelas assembleas dos accionistas.
- 6.º Nomear arbitros que resolvam as duvidas e contestações entre a companhia e terceiros.
- 7.º Celebrar contractos com a Camara Municipal, Governador do Estado, Thesouro Estadual, Thesouraria Geral, com relação ao objecto da companhia.
- 8.º Escolher o estabelecimento de credito em que devem ser depositados os dinheiros da companhia.
- 9.º Fazer a distribuição dos dividendos.
10. Comprovar gados, immoveis e todos os objectos necessarios ao serviço da companhia.
11. Organizar as tabellas de exportação de gado e a dos fretes de transporte.
12. Convocar a assemblea geral para a sessão ordinaria, até ao dia 1º de março de cada anno, e extraordinariamente sempre que o requererem pelo menos sete accionistas que representem um quinto do capital.
13. Apresentar á assemblea geral na reunião ordinaria um relatório circumstanciado do estado da companhia, acompanhado do balanço geral e da conta de lucros e perdas.

Art. 37. O expediente, as ordens, correspondencia, documentos de responsabilidade da companhia e resoluções importantes, serão assignados pelo gerente e pelo director de mez em nome da directoria, registrando-se tudo quanto for deliterado e expedido.

Art. 38. Compete ao presidente da directoria convocar e presidir as reuniões della, rubricar e encerrar os livros que não devem sel-o pela Junta Commercial.

TITULO IV**DO CONSELHO FISCAL**

Art. 39. Em cada anno, na reunião ordinaria da assemblea geral serão eleitos tres accionistas para comporem o conselho fiscal e os outros tres para substituil-os em suas vagas e impedimentos por mais de 30 dias. Os membro eleitos escolherão dentre si o relator do conselho.

Art. 40. Compete ao conselho fiscal :

§ 1.º Convocar extraordinariamente a assemblea geral dos accionistas quando occorrerem motivos graves e urgentes, ou quando não o faça a directoria nos casos em que deve fazel-o.

§ 2.º Examinar toda a escripturação, verificar o estado da caixa e de todos os valores e bens da companhia, exigindo da directoria as informações que julgar necessarias.

§ 3.º Apresentar á assemblea geral, na reunião ordinaria, o seu parecer sobre os negocios e operações da companhia, no anno findo, de sua administração, tomando por base o inventario, os balanços e contas da directoria. Neste parecer que deverá estar preparado um mez antes da reunião da assemblea, além do juizo sobre operação e negocios do anno, fraudes que descobrirem, expor a situação da companhia e suggerir as medidas e alvitres que julgarem convenientes e necessarios.

§ 4.º Interpor parecer sobre as propostas para augmento de capital, e sobre o *quantum* dos dividendos de cada semestre.

§ 5.º Mandar publicar pela imprensa os seus pareceres, quando a directoria o não faça.

TITULO V

DA ASSEMBLÉA GERAL DOS ACCIONISTAS

Art. 41. Os accionistas reunidos em assemblea e em numero legal poderão tomar quaesquer decisões, deliberar, approvar e ratificar todos os actos que interessam á companhia, sem offensa destes estatutos.

Art. 42. A assemblea geral estará legalmente constituida quando estejam presentes accionistas que representem pelo menos um quarto do capital social.

Art. 43. Não comparecendo accionistas em numero sufficiente, far-se-ha nova convocação para 15 dias depois, por meio de annuncios pela imprensa, declarando-se que a assemblea deliberará com a somma, qualquer que seja, do capital representado pelos accionistas presentes.

Art. 44. Quando a assemblea tiver de deliberar sobre a existencia da companhia, modificações nos estatutos, augmento de capital, prorrogação do prazo de sua duração, responsabilidade dos directores e fiscaes, antecipação da dissolução e modo de liquidação, precisa que estejam presentes accionistas que representem pelo menos dous terços do capital.

Paragrapho unico. Nestes casos, si na primeira reunião deixarem de comparecer accionistas em numero legal, far-se-ha nova reunião 15 dias depois, e si nesta ainda não for representado aquelle capital, terceira convocação terá logar por annuncios na imprensa e por meio de cartas, declarando-se que a assemblea deliberará com os accionistas que comparecerem.

Art. 45. As deliberações da assemblea geral serão tomadas por maioria de votos relativa.

Art. 46. Podem discutir, deliberar e votar todos os accionistas, seus procuradores especiaes e representantes legaes que

comparecerem e se inscreverem no livro de presença, declarando em seguida a assignatura o numero de acções que possuir.

Art. 47. O accionista que possuir de uma a cinco acções terá um voto, o que possuir de cinco a dez terá dous votos e assim proporcionalmente.

Nenhum, porém, terá mais de 40 votos, qualquer que seja o numero de suas acções.

Paragrapho unico. O possuidor de menos de cinco acções não poderá ser votado.

Art. 48. As firmas sociaes se farão só representar por um de seus socios ostensivos.

Art. 49. A reunião ordinaria da assembléa geral terá logar todos os annos na segunda quinzena do mez de fevereiro em dia e hora designados pela directoria ou pelo conselho fiscal por meio de annuncios na imprensa com antecedencia de 15 dias.

Art. 50. Além da reunião ordinaria, deverá reunir-se a assembléa sempre que os directores e os fiscaes entenderem ser conveniente, ou quando o requeiram sete accionistas pelo menos, representando um quinto do capital.

Art. 51. No caso de ser retardada por mais de dous mezes a reunião ordinaria ou a que for requerida, é permitido a qualquer accionista pedir ao juiz do commercio autorisação para fazer a convocação.

Art. 52. Concedida a autorisação, o accionista fará a convocação pela imprensa, declarando o fim da reunião, qual o juiz que a autorisação deu e a data do despacho.

Art. 53. As convocações da assembléa geral serão sempre motivadas e publicadas nos diarios desta capital, com antecedencia de 15 dias pelo menos.

Art. 54. A reunião ordinaria da assembléa geral tem por fim a leitura dos pareceres fiscaes, o exame, discussão e deliberação sobre o inventario, balanço e contas annuaes dos directores, e a eleição da directoria, conselho fiscal e respectivos suplentes.

Art. 55. A eleição se fará em quatro listas, contendo cada uma tres nomes.

Art. 56. A deliberação da assembléa geral sobre a approvação do balanço e contas da directoria e augmento do capital social, será nulla si não for precedida da apresentação do parecer dos fiscaes.

Art. 57. Quando o conselho fiscal não apresentar o seu parecer em tempo, será adiada a sessão da assembléa, que tomará as providencias necessarias, podendo destituir os fiscaes e nomear outros.

Art. 58. Poderá tambem ser adiada a sessão ordinaria quando a assembléa carecer de esclarecimentos para deliberar.

Art. 59. Si não ficarem concluidos em um só dia os trabalhos que servem de objecto das sessões, continuarão em dias uteis consecutivos, fazendo-se aviso verbal aos accionistas presentes no fim da sessão, e pelos jornaes si for possivel.

Art. 60. Não podem votar nas reuniões da assembléa geral :

§ 1.º Os fiscaes para approvarem seus pareceres.

§ 2.º Os directores para approvarem seus balanços, contas e inventarios.

§ 3.º Os accionistas quando se tratar de negocios que lhes interessem particularmente.

Art. 61. Não podem deliberar como procuradores de accionistas os directores e fiscaes.

Art. 62. A assembléa geral será presidida por um accionista, aclamado pelos accionistas presentes dentre os que estiverem presentes á reunião.

Servirão de 1º e 2º secretarios dous accionistas escolhidos pelo presidente aclamado.

TITULO VI

DO FUNDO DE RESERVA E DOS DIVIDENDOS

Art. 63. Dos saldos verificados no fim de cada semestre e provenientes de operações effectivamente concluidas, se deduzirão 10 % para o fundo de reserva, e da importancia que restar mais 5 % para gratificação aos directores.

Art. 64. Os saldos, depois destas deducções, serão divididos pelos accionistas em proporção ás acções que possuirem.

Art. 65. O fundo de reserva é exclusivamente destinado a fazer face ás perdas do capital ou a substituí-lo.

Art. 66. Os dividendos serão pagos pela directoria aos accionistas, seus especiaes procuradores ou representantes legais, nos mezes de março e agosto de cada anno.

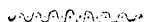
TITULO VII

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 67. A companhia poder-se-ha dissolver antes do prazo estipulado, ou por deliberação da assembléa geral, representando pelo menos dous terços do capital, ou nos outros casos previstos no decreto n. 434 de 5 de julho de 1891.

Art. 68. A liquidação da companhia fora dos casos de cessação de pagamentos será feita por tres accionistas eleitos dentre os que possuirem pelo menos 50 acções, observando-se as bases estabelecidas pela assembléa.

(Seguem-se as assignaturas.)



DECRETO N. 2489 — DE 31 DE MARÇO DE 1897

Manda executar o Tratado de Amizade, Commercio e Navegação celebrado entre o Brazil e o Japão em 5 de novembro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Tendo o Congresso Nacional approvedo pela lei n. 419, de 27 de novembro do anno proximo findo, o Tratado de Amizade, Commercio e Navegação, concluido em Pariz em 5 de novembro de 1895, entre a Republica dos Estados Unidos do Brazil e o Imperio do Japão e tendo sido trocadas as respectivas ratificações na mesma cidade em 12 de fevereiro ultimo, decreta que seja observado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Capital Federal, 31 de março de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

S. Ex. o Sr. Presidente dos Estados Unidos do Brazil

E Sua Magestade o Imperador do Japão,

igualmente animados do desejo de estabelecer sobre bases solidas e duradouras, relações de amizade e de commercio entre os dous Estados e seus cidadãos e subditos respectivos, resolveram celebrar um Tratado de Amizade, de Commercio e de Navegação, e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciarios respectivos, a saber :

Sua Excellencia o Sr. Presidente dos Estados Unidos do Brazil, o Sr. Dr. Gabriel de Toledo Piza e Almeida, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Pariz,

e Sua Magestade o Imperador do Japão, o Sr. Soné Arasuké Jushii, seu Enviado Extraordi-

Son Excellence le Président des Etats Unis du Brésil

Et Sa Majesté l'Empereur du Japon.

étant également animés du désir d'établir, sur une base solide et durable, des relations d'amitié et de commerce entre leurs Etats et citoyens et sujets respectifs, ont résolu de conclure un Traité d'Amitié, de Commerce et de Navigation et ont, à cet effet, nommé pour leurs Plénipotentiaires respectifs, à savoir :

Son Excellence le Président des Etats Unis du Brésil, le Docteur Gabriel de Toledo Piza e Almeida. Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Paris.

Et Sa Majesté l'Empereur du Japon, Monsieur Soné Arasuké Jushii, Envoyé Extraordinaire

nario e Ministro Plenipotenciario, tambem em Pariz, os quaes, depois de communicarem os seus Plenos Poderes, que foram achados em boa e devida fórma, convieram nos artigos seguintes:

ARTIGO I

Haverá paz perpetua e amizade constante entre os Estados Unidos do Brazil e o Imperio do Japão, assim como entre seus cidadãos e subditos respectivos.

ARTIGO II

Sua Excellencia o Sr. Presidente dos Estados Unidos do Brazil poderá, si assim lhe aprouver, acreditar um Agente Diplomático junto ao Governo do Japão, e Sua Magestade o Imperador do Japão poderá igualmente, si o julgar conveniente, fazer residir um Agente Diplomático no Brazil, e cada uma das duas Altas Partes Contractantes terá o direito de nomear Consules Geraes, Consules, Vice-Consules e Agentes Consulares, que poderão fixar suas residencias em todos os portos e cidades dos Territorios da outra Parte Contractante, onde a funcionarios identicos da Nação mais favorecida for permittido residir. Todavia, para que possa exercer as suas funcções, necessitará o Consul Geral, Consul, Vice-Consul ou Agente Consular, segundo as formas usuaes, que seja a sua nomeação approvada pelo Governo do paiz para onde for enviado, mediante um Exequatur gratuito.

Os Agentes Diplomaticos e Consulares de cada uma das duas

et Ministre Plénipotentiaire à Paris, lesquels, après s'être communiqué leurs Pleins Pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des articles suivants:

ARTICLE I

Il y aura paix perpétuelle et amitié constante entre les Etats Unis du Brésil et l'Empire du Japon et les citoyens et sujets respectifs.

ARTICLE II

Son Excellence le Président des Etats Unis du Brésil pourra, si bon lui semble, accrediter un Agent Diplomatique auprès du Gouvernement du Japon, et Sa Majesté l'Empereur du Japon pourra également, s'il croit à propos, faire résider un Agent Diplomatique au Brésil; et chacune des deux Hautes Parties Contractantes aura le droit de nommer des Consuls Généraux, Consuls, Vice-Consuls et Agents Consulaires pour les faire résider dans tous les ports et places des territoires de l'autre Partie Contractante, où les mêmes officiers consulaires de la Nation la plus favorisée sont permis de résider. Toutefois, avant qu'un Consul Général, Consul, Vice-Consul ou Agent Consulaire, entre en fonctions, il sera, dans les formes usuelles approuvées par le Gouvernement du Pays où il est envoyé, moyennant un Exéquatur gratuit.

Les Agents Diplomatiques et Consulaires de chacune des deux

Altas Partes Contractantes gozarão, conforme as estipulações do presente Tratado, nos Territórios da outra Parte, dos direitos, privilégios e imunidades que são ou forem concedidos aos mesmos Agentes da Nação mais favorecida.

Hautes Parties Contractantes jouiront, conformément aux stipulations du présent Traité, dans les Territoires de l'autre Partie, des droits, privilèges et immunités qui sont ou seront accordés aux mêmes Agents de la Nation la plus favorisée.

ARTIGO III

Existirá entre os Territórios e Possessões das duas Altas Partes Contractantes liberdade reciproca de commercio e de navegação. Os cidadãos e subditos respectivos terão o direito de transitar livremente e com inteira segurança com seus navios e mercadorias em todos os portos, rios e logares onde igual favor for permittido aos cidadãos ou subditos da Nação mais favorecida, e ahi poderão alugar ou occupar casas e armazens e entregar-se ao commercio por atacado ou a varejo de todos os productos e mercadorias de commercio licito.

Quanto ao que diz respeito á aquisição, gozo e cessão de propriedades de toda a especie, os cidadãos ou subditos de uma das duas Altas Partes Contractantes serão collocados nos Territórios e Possessões da outra Parte, no mesmo pé de igualdade que os cidadãos e subditos da Nação mais favorecida.

ARTICLE III

Il y aura entre les Territoires et Possessions des deux Hautes Parties Contractantes une liberté réciproque de commerce et de navigation. Les citoyens et sujets respectifs de chacune des deux Hautes Parties Contractantes auront le droit de se rendre librement et en pleine sécurité, avec leurs navires et leurs cargaisons, dans tous les lieux, ports et rivières des Territoires et Possessions de l'autre où les citoyens ou sujets de la Nation la plus favorisée sont permis de se rendre, ils pourront rester ou résider dans tous les lieux ou ports où les citoyens ou sujets de la Nation la plus favorisée sont permis de rester ou résider; et ils pourront y louer et occuper des maisons et des magasins et s'y livrer au commerce en gros ou en détail de toutes espèces de produits, objets fabriqués et marchandises du commerce licite.

En tout ce qui concerne l'acquisition, jouissance et cession de propriétés de toutes sortes, les citoyens ou sujets d'une des deux Hautes Parties Contractantes seront placés dans les Territoires et Possessions de l'autre, sur le même pied d'égalité que les citoyens ou sujets de la Nation la plus favorisée.

ARTIGO IV

As duas Altas Partes Contractantes convêm que todo privilegio, favor ou immuniidade em materia de commercio, de navegação, de transitio e de residencia que uma das duas Altas Partes Contractantes conceder actualmente ou vier a conceder aos cidadãos ou subditos de um outro Estado, se estenderão aos cidadãos ou subditos da outra Parte Contractante, gratuitamente, si a concessão feita em favor deste alludido Estado for gratuita, e com as mesmas condições ou sob condições equivalentes, si a concessão for condicional; sendo sua intenção reciproca de collocar, sob todos os pontos de vista, o commercio e a navegação de cada Paiz no pé da Nação mais favorecida.

ARTIGO V

Não serão lançados á importação no Japão de todos os artigos produzidos ou fabricados nos Estados Unidos do Brazil e, reciprocamente, não serão lançados á importação nos Estados Unidos do Brazil de todos os artigos produzidos ou fabricados no Japão, direitos diferentes ou mais elevados do que aquelles que são ou forem impostos aos mesmos artigos produzidos ou fabricados em todo e qualquer paiz estrangeiro e importados para o mesmo fim.

Não serão tão pouco impostos nos Territorios ou Possessões de uma das duas Altas Partes Contractantes á exportação de todos os artigos para os Territorios ou Possessões da outra direitos e contribuições diferentes ou mais elevados do que aquelles que são

ARTICLE IV

Les deux Hautes Parties Contractantes conviennent que tout privilège, faveur ou immunité en matière de commerce, de navigation, de voyage et de résidence que l'une des deux Hautes Parties Contractantes accorde actuellement ou pourra accorder à l'avenir aux citoyens ou sujets d'un autre Etat, seront étendus aux citoyens ou sujets de l'autre Partie Contractante, gratuitement, si la concession accordée en faveur de cet autre Etat aura été gratuite, et avec les mêmes conditions ou avec des conditions équivalentes, si la concession aura été conditionnelle; leur intention étant de placer, sous tous les rapports, le commerce et la navigation de chaque Pays sur le pied de la Nation la plus favorisée.

ARTICLE V

Il ne sera imposé à l'importation au Japon de tous articles produits ou fabriqués des Etats Unis du Brésil, et réciproquement il ne sera imposé à l'importation aux Etats Unis du Brésil de tous articles produits ou fabriqués du Japon, aucuns droits autres ou plus élevés que ceux qui sont ou seront imposés aux mêmes articles produits ou fabriqués de tout autre pays étranger importés dans le même but.

Il ne sera non plus imposé dans les Territoires ou Possessions de l'une des deux Hautes Parties Contractantes, à l'exportation de tous articles pour les Territoires ou Possessions de l'autre, aucuns droits ou charges autres ou plus élevés que

ou forem pagos por artigos similares, com destino a outro qualquer paiz estrangeiro.

Nenhuma prohibição será imposta á importação de artigos produzidos ou fabricados sobre os Territorios ou Possessões de uma das duas Altas Partes Contractantes, nos Territorios ou Possessões da outra, a menos que esta prohibição não seja igualmente applicada á importação dos artigos similares produzidos ou fabricados em outro qualquer paiz.

Outrosim, nenhuma prohibição será imposta á exportação de artigos dos Territorios ou Possessões de uma das duas Altas Partes Contractantes com destino aos Territorios ou Possessões da outra, sem que essa prohibição se estenda igualmente á exportação de artigos similares com destino a outro qualquer paiz.

ARTIGO VI

Quanto ao que diz respeito ao direito de transito, armazenagem, premios, facilidades e drawbacks, os cidadãos ou subditos de cada uma das duas Altas Partes Contractantes serão, nos Territorios e Possessões da outra, sob todos os pontos de vista, collocados no pé da Nação mais favorecida.

ARTIGO VII

Não serão impostos nos portos do Japão sobre os navios dos Estados Unidos do Brazil, e nos portos dos Estados Unidos do Brazil sobre os navios do Japão, direitos ou tributos de tonelagem, pharões, portos, pilotagem, quarentena, salvamentos ou ou-

ceux qui sont ou seront payables à l'exportation des articles similaires à destination de tout autre pays étranger.

Aucune prohibition ne sera imposée à l'importation de tous articles produits ou fabriqués sur les Territoires ou Possessions de l'une des deux Hautes Parties Contractantes, dans les Territoires ou Possessions de l'autre, à moins que cette prohibition ne soit également appliquée à l'importation des articles similaires produits ou fabriqués dans tout autre pays.

De même, aucune prohibition ne sera imposée à l'exportation de tous articles des Territoires ou Possessions de l'une des deux Hautes Parties Contractantes à destination des Territoires ou Possessions de l'autre, sans que cette prohibition soit également étendue à l'exportation des articles similaires à destination de tout autre pays.

ARTICLE VI

En tout ce qui concerne le droit de transit, magasinage, primes, facilités et drawbacks, les citoyens ou sujets de chacune des deux Hautes Parties Contractantes seront, dans les Territoires ou Possessions de l'autre, placés, sous tous les rapports, sur le pied de la Nation la plus favorisée.

ARTICLE VII

Ne seront imposés, dans les ports du Japon sur les navires des Etats Unis du Brésil, et dans les ports des Etats Unis du Brésil sur les navires du Japon, aucuns droits ou charges de tonnage, de phare, de port, de pilotage, de quarantaine, de sau-

tros direitos ou contribuições similares ou analogas, de qualquer denominação que sejam, lançados ou não em proveito do Governo, dos funcionarios publicos, dos particulares, das corporações ou de qualquer estabelecimento, diferentes ou mais elevados do que aquelles que são actualmente ou forem para o futuro applicados em iguaes circumstancias nos mesmos portos sobre os navios da Nação mais favorecida.

ARTIGO VIII

A cabotagem das duas Altas Partes Contractantes fica exceptuada das disposições do presente Tratado e será respectivamente regularisada pelas Leis, Decretos e Regulamentos dos dous Paizes.

ARTIGO IX

No presente Tratado todos os navios que, pelas leis brazileiras, puderem ser considerados como navios brazileiros e todos aquelles que, segundo as leis japonezas, puderem ser considerados como navios japonezes, serão respectivamente considerados como navios brazileiros e japonezes.

ARTIGO X

Os subditos e os navios do Imperio do Japão que forem ao Brazil ou ás suas aguas territoriaes se submeterão, durante todo o tempo de sua estada, ás leis e á jurisdicção do Brazil, bem como se sujeitarão ás leis e á jurisdicção do Japão todos os cidadãos ou navios brazileiros que forem ao Japão ou ás suas aguas territoriaes.

vetage ou autres droits, ou charges similaires ou analogues de quelque dénomination que ce soit, levés au nom ou au profit du Gouvernement, des fonctionnaires publics, des particuliers, des corporations ou des établissements quelconques, autres ou plus élevés que ceux qui sont actuellement ou seront, à l'avenir, appliqués en pareil cas dans les mêmes ports sur les navires de la Nation la plus favorisée.

ARTICLE VIII

Le cabotage des deux Hautes Parties Contractantes est excepté des dispositions du présent Traité. Il sera respectivement réglé par les Lois, Ordonnances et Réglemens des deux Pays.

ARTICLE IX

Dans le présent Traité tous les navires qui, conformément aux lois brésiliennes, pourront être considérés comme navires brésiliens et tous les navires qui, conformément aux lois japonaises, pourront être considérés comme navires japonais, seront respectivement considérés comme navires brésiliens et japonais.

ARTICLE X

Les sujets et les navires du Japon qui se rendent au Brésil ou dans ses eaux territoriales seront, aussi longtemps qu'ils y resteront, soumis aux lois et à la juridiction du Brésil, et les citoyens et les navires des Etats Unis du Brésil qui se rendent au Japon ou dans ses eaux territoriales seront aussi également soumis aux lois et à la juridiction du Japon.

ARTIGO XI

Os cidadãos e subditos de cada uma das duas Altas Partes Contractantes gosarão respectivamente nos Territórios e Possessões da outra Parte, de inteira protecção para as suas pessoas e propriedades; terão livre e facil accesso junto aos tribunaes para a defesa de seus direitos; e, da mesma fôrma que os cidadãos ou subditos do paiz, terão o direito de empregar advogados, solicitadores ou mandatarios para se fazerem representar junto aos ditos tribunaes.

Gosarão igualmente de uma inteira liberdade de consciencia, e, conformando-se com as leis e regulamentos em vigor, terão o direito de exercer publica ou privadamente o seu culto; terão igualmente o direito de enterrar os seus nacionaes respectivos, segundo os seus ritos, nos logares convenientes e apropriados que, para esse fim, forem estabelecidos e mantidos.

ARTIGO XII

Quanto ao que diz respeito á obrigação de hospedar militares, ao serviço obrigatorio nos exercitos de terra e mar, ás requisições militares ou aos empréstimos forçados, os cidadãos ou subditos de cada uma das duas Altas Partes Contractantes gosarão nos Territórios e Possessões da outra dos mesmos privilegios, immuniidades e isenções que os cidadãos ou subditos da Nação mais favorecida.

ARTIGO XIII

O presente Tratado entrará em vigor immediatamente depois

ARTICLE XI

Les citoyens et sujets de chacune des deux Hautes Parties Contractantes jouiront respectivement, dans les Territoires et Possessions de l'autre Partie, de la parfaite protection pour leurs personnes et propriétés; ils auront un accès libre et facile auprès des Tribunaux pour la poursuite et la défense de leurs droits et ils auront, sur le même pied que les citoyens ou sujets du Pays, la faculté d'employer des avoués, des avocats ou des mandataires pour se faire représenter devant les susdits Tribunaux.

Ils jouiront également d'une liberté entière de conscience et auront, en se conformant aux Lois, Ordonnances et Réglements en vigueur, le droit de se livrer à l'exercice privé ou public de leur culte; ils jouiront aussi du droit d'inhumer leurs nationaux respectifs, suivant leurs coutumes religieuses, dans les lieux convenables et appropriés qui seront établis et entretenus à cet effet.

ARTICLE XII

En ce qui concerne l'obligation de loger les militaires, le service obligatoire dans les armées de terre ou de mer, les réquisitions militaires ou les emprunts forcés, les citoyens et sujets de chacune des deux Hautes Parties Contractantes jouiront, dans les Territoires et Possessions de l'autre, des mêmes privilèges, immunités et exemptions que ceux dont jouissent les citoyens ou sujets de la Nation la plus favorisée.

ARTICLE XIII

Le présent Traité entrera en vigueur immédiatement après

da troca das ratificações e se tornará obrigatorio por um periodo de doze annos, a partir do dia em que for posto em execução.

Cada uma das Altas Partes Contractantes, decorridos onze annos depois de entrar em vigor o presente Tratado, terá o direito, em um momento dado, de o denunciar á outra, expirando elle no fim do decimo segundo mez a contar dessa notificação.

ARTIGO XIV

O presente Tratado será feito em duplicata nas linguas portugueza, japoneza e franceza e, no caso de divergencia nos textos japonez e portuguez, se recorrerá ao texto francez, o qual será obrigatorio para os dous Governos.

ARTIGO XV

O presente Tratado será ratificado pelas duas Altas Partes Contractantes e a troca das ratificações terá logar em Pariz logo que for possível.

Em testemunho do que os Plenipotenciarios respectivos o assignaram e lhe fizeram pôr o sello de suas armas.

Feito em seis exemplares em Pariz, aos cinco dias do mez de novembro do anno de mil oitocentos noventa e cinco, correspondente ao vigesimo oitavo de Meiji.

(L. S.) *Gabriel de Toledo Piza e Almeida.*

(L. S.) *Soné Arasuké.*

l'échange des ratifications et restera obligatoire pendant une période de douze ans à partir du jour où il aura été mis à exécution.

Chacune des deux Hautes Parties Contractantes aura le droit, à un moment quelconque après que onze années se seront écoulées depuis l'entrée en vigueur du présent Traité, de notifier à l'autre Partie son intention d'y mettre fin, et, à l'expiration du douzième mois qui suivra cette notification, ce Traité cessera et expirera entièrement.

ARTICLE XIV

Le présent Traité sera fait en double dans les langues portugaise, japonaise et française; et, dans le cas où des différences existeraient entre les textes portugais et japonais, il en sera décidé d'après le texte français qui est obligatoire pour les deux Gouvernements.

ARTICLE XV

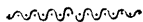
Le présent Traité sera ratifié par les deux Hautes Parties Contractantes, et les ratifications seront échangées à Paris aussitôt que faire se pourra.

En foi de quoi les Plénipotentiaires respectifs l'ont signé et y ont apposé leurs cachets.

Fait en six expéditions à Paris, le cinquième jour du onzième mois de l'année mil huit cent quatre-vingt-quinze, correspondant à la vingt huitième année de Meiji.

(L. S.) *Gabriel de Toledo Piza e Almeida.*

(L. S.) *Soné Arasuké.*



DECRETO N. 2490 — DE 5 DE ABRIL DE 1897

Approva o orçamento de guindastes, material rodante e outros para o tráfego do porto de Santos e a planta geral do caes, apresentados pela Companhia Docas de Santos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam approvados o orçamento de guindastes, material rodante e utensilios necessarios para o serviço de carga e descarga, transporte e conferencia de mercadorias no caes de Santos, na importancia de duzentos cincoenta e cinco contos setenta e dous mil tresentos cincoenta e sete réis (255:072\$357) e a planta geral do mesmo caes, abrangendo a zona do littoral atravessada pela linha ferrea que o liga ao armazem para deposito de inflammaveis e corrosivos, que tem de ser construido no local denominado « Allamôa » ; orçamento e planta apresentados pela Companhia Docas de Santos em virtude dos seus contractos e aviso n. 426, de 19 de outubro de 1894, e que vão rubricados pelo director da Directoria Geral de Obras Publicas.

Capital Federal, 5 de abril de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Martinho.



DECRETO N. 2491 — DE 5 DE ABRIL DE 1897

Concede autorisação a *The Ouro Preto Gold Mines of Brasil limited*, para continuar a funcionar na Republica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Ouro Preto Gold Mines of Brasil, limited*, devidamente representada, decreta ;

Artigo unico. E' concedida autorisação a *The Ouro Preto Gold Mines of Brasil, limited* para continuar a funcionar na Republica, com as alterações feitas nos seus estatutos, median te as clausulas a que se referem os decretos ns. 9833, de 9 de ja neiro

de 1888 e 1772, de 18 de agosto de 1894 ; e ficando, outrossim, obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 5 de abril de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

Eu abaixo assignado, Johannes Jochim Christian Voigt, traductor publico juramentado e interprete commercial matriculado no meritissimo Tribunal Commercial desta praça para as linguas allemã, franceza, ingleza, suecca, dinamarqueza, hollandeza e hespanhola, escriptorio á rua Primeiro de Março n. 41, 1^o andar.

Certifico pela presente em como me foi apresentado um documento escripto na lingua ingleza, afim de o traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente vertido diz o seguinte :

TRADUÇÃO— Cópia— 3865/13, sello 5/s— Registrada, 5.600, 8 de fevereiro de 1897.

Deliberação especial de « The Ouro Preto Gold Mines of Brasil, limited — Adoptada em 30 de dezembro de 1896 — Confirmada em 28 de janeiro de 1897

Em uma reunião geral extraordinaria dos membros desta companhia, devidamente convocada e celebrada no n. 6, Queen Street Place, na cidade de Londres, aos 30 dias de dezembro de 1896, foi devidamente adoptada a seguinte deliberação especial e confirmada em reunião geral extraordinaria, celebrada aos 28 dias de janeiro de 1897, no mesmo local.

DELIBERAÇÃO ESPECIAL

Seja e pela presente fica deliberado que os estatutos da sociedade *The Ouro Preto Gold Mines of Brasil, limited* sejam alterados pelo modo seguinte :

a) que o art. 14 seja alterado accrescentando-se as palavras— por deliberação especial — depois das palavras — a companhia poderá ;

b) que o art. 15 seja alterado accrescentando-se as palavras — excederá uma quarta parte da importancia de uma acção ou —, depois das palavras — e que nenhuma chamada —, e antes das

palavras — será feita pagavel de um dia antes de tres mezes depois do dia, etc. ;

c) que o art. 99 seja alterado omitindo-se as palavras—poderá, segundo os administradores e o accionista que pagar o mesmo concordarem, ser considerado seja como dando o direito a dividendos ao possuidor na occasião da acção, seja como dando o direito —, e substituindo-se em seu lugar as palavras — dará o direito.

d) que o art. 21 seja alterado, accrescentando-se as palavras — na forma ordinaria usual ou —, depois das palavras — acções na companhia poderão ser transferidas ;

e) que o art. 24 seja alterado, accrescentando-se as palavras — não liberada — depois das palavras — recusar a registrar a transferencia de uma acção ;

f) que o art. 61 seja alterado, accrescentando-se as palavras— recusar a registrar a transferencia de uma acção ;

g) que o art. 31 seja alterado, accrescentando-se as palavras— nem em emprestimos sobre a garantia de — depois das palavras — nenhuma parte do activo da companhia será empregada na compra de ;

g) que o art. 34 seja alterado — accrescentando-se as palavras — não liberadas — depois das palavras — a companhia terá um direito de retenção, primeiro e supremo sobre as acções ;

h) que o art. 86 seja omitido, e substituido pelo artigo seguinte :

« 86. A qualificação de um administrador será que seja elle possuidor de acções da companhia do valor nominal de £ 500. Um administrador original poderá exercer seu cargo antes de adquirir a sua qualificação, mas em todo caso deverá adquirir a mesma dentro de um mez depois da sua nomeação ; a não fazer isto, será considerado como tendo consentido em tomar as mesmas ditas acções da companhia e as mesmas lhe serão immediatamente adjudicadas de conformidade.»

i) que o paragrapho (p) no art. 101 seja alterado, accrescentando-se as palavras — sujeito á clausula 31 — depois das palavras — da maneira que julgarem conveniente ;

j) que o art. 126 seja alterado, omitindo-se as palavras — uma cópia impressa do ditc balancete será, antes de tal reunião, enviada pelo Correio a, ou entregue no endereço registrado de cada accionista, registrado como tendo um endereço do Reino Unido ou outra parte —, e substituindo-se pelas palavras — uma cópia impressa do relatorio, acompanhada pelo balancete e exposição de contas será entregue ou enviada pelo Correio ao endereço registrado de cada accionista, sete dias ao menos antes da reunião geral e duas cópias destes mesmos documentos serão enviadas ao mesmo tempo ao secretario da Repartição de Acções e Emprestimos da Bolsa de Londres.

O secretario, *H. Ward.*

6, Queen Street Place E. C.

Escriptorio do Registro de Sociedades, 8 de fevereiro de 1897.

Estava assignado pelo tabellião C. Watts, da cidade de Londres, em uma traducção em portuguez annexa ao referido documento que me foi apresentado, que foi supprimida por afastar-se da letra do texto, fazendo esta declaração para comprehensão das legalisações seguintes :

Reconheço verdadeira a assignatura junta de Charles Joseph Watts, tabellião publico desta cidade e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente e liguei com o documento junto rubricado por mim e assignei e fiz sellar com o sello do Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em Londres, aos 17 de fevereiro de 1897.

N. 31 — Recebi 6/9 d. — *Luiz Augusto da Costa*, vice-consul.

17 de fevereiro de 1897, sobre duas estampilhas consulares no valor total de 3\$000.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul em Londres.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1887. — Pelo director geral, *L. P. da Silva Rosa*. Sobre estampilhas do Thesouro Nacional no valor colectivo de 550 réis. Ao lado estava o sello da Secretaria das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Estava sellado com duas estampilhas do Thesouro Nacional no valor total de 1\$200, devidamente inutilisadas com o carimbo da Recebedoria da Capital Federal em 10 de março de 1897.

Nada mais continha o referido documento, que fielmente verti do proprio original ao qual me reporto.

Em fé do que passei o presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 20 dias de março de 1897. — *Joannes Jochim Christian Voigt*, traductor publico juramentado.



DECRETO N. 2492 — DE 12 DE ABRIL DE 1897

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 216:306\$309 para occorrer á restituição do imposto de mais cobrado sobre dividendos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 2º, n. 10, da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, de accordo com o que preceitua o art. 2º, n. 2, lettra C, do decreto n. 392, de 8 de outubro de 1896 ;

Decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito especial da importancia de 216:306\$309. para occorrer á restituição

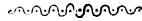
da differença de 1 % que foi cobrada a mais, em 1895 e 1896, no imposto de 2 1/2 % sobre dividendo de sociedades anonymas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de abril de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2493 — DE 22 DE ABRIL DE 1897

Publica a adhesão do protectorado britannico de Sarawak á Convenção Postal Universal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão do protectorado britannico de Sarawak á Convenção Postal Universal (convenção principal), com exclusão dos outros actos concluidos no Congresso de Vienna, segundo a communicação do Conselho Federal Suisso, de 13 de março deste anno, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 12 de abril da 1897, 9º da Republica,

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

TRADUÇÃO — Berna, 13 de março de 1897.

Sr. Ministro — Temos a honra de informar a V. Ex. que, por nota datada de 26 de fevereiro proximo passado, a Legação da Gran-Bretanha, em Berna, nos communicou a adhesão do protectorado britannico de Sarawak á Convenção Postal Universal (convenção principal), com exclusão dos outros actos concluidos no Congresso de Vienna.

Apressamo-nos a notificar essa adhesão a V. Ex., de conformidade com o art. 24 da mesma Convenção, e fazendo sobresahir o seguinte :

1.º O protectorado britannico de Sarawak entrará na União Postal Universal no 1º de julho de 1897.

2.º As repartições postaes desse protectorado perceberão os equivalentes de taxas seguintes, identicos aos que estão em vigor na colonia britannica dos Straits-Settlements :

8 centesimos de dollar por.....	25 centimos
3 » » » »	10 »
1 » » » »	5 »

3.º Quanto á participação das despesas da Secretaria Internacional, o protectorado britannico de Sarawak ficará comprehendido no « conjuncto das outras colonias e protectorados britannicos, menos o Canadá », de accordo com o § 5º do art. 32 do regulamento para a execução da convenção principal.

Aproveitamos esta occasião, Sr. Ministro, para renovar-vos as seguranças de nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suisso:

O Presidente da Confederação,
DEUCHER.

O Chancellor da Confederação,
RUGIER.

A Sua Excellencia

O Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Estados Unidos do Brazil no Rio de Janeiro.



DECRETO N. 2494 — DE 14 DE ABRIL DE 1897

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 200:000\$, ao cambio de 27, para ser applicado ás despesas com a criação da Legação e dos Consulados no Imperio do Japão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, achando-se autorisado pelo art. 2º da lei n. 419, de 27 de novembro de 1896,

Decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 200:000\$, ao cambio de 27, para ser applicado ás despesas com a criação da Legação e dos Consulados no Imperio do Japão.

Capital Federal, 14 de abril de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2495 — DE 14 DE ABRIL DE 1897

Crea com o pessoal que for necessario uma Legação no Imperio do Japão e um Consulado Geral de 1ª classe com séle em Yokoama.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, achando-se autorizado pelo art. 2º da lei n. 419 de 27 de novembro de 1896,

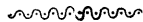
Decreta:

Artigo unico. Ficam creados com o pessoal que for necessario uma Legação no Imperio do Japão e um Consulado Geral de 1ª classe com séle em Yokoama.

Capital Federal, 14 de abril de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2496 — DE 14 DE ABRIL DE 1897

Autorisa a construcção de duas estações nos logares denominados « Moóca » e « Lapa », da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta:

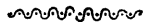
Art. 1.º Fica autorisada a construcção, por conta do capital, de duas estações nos logares denominados « Moóca » e « Lapa », da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, iguaes á que está projectada para Ribeirão Pires, approvada pelo decreto n. 2338 de 3 de setembro de 1896 e segundo os orçamentos que com este baixam rubricados pelo director geral da *Directora* de Viação, da Secretaria de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 2.º E' supprimida a construcção do armazem de cargas projectado na estação do Pilar e comprehendido no citado decreto n. 2338 de 3 de setembro de 1896.

Capital Federal, 14 de abril de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2497 — DE 14 DE ABRIL DE 1897

Modifica os arts. 34, 42, 45, 76 e 90 do regulamento e tarifas de passageiros e mercadorias, que acompanham o decreto n. 8069, de 3 de maio de 1881, em vigor na Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Great Western of Brasil Railway Company, limited*,

Decreta :

Artigo unico. Ficam modificados os arts. 34, 42, 45, 76 e 90, do regulamento e tarifas de passageiros e mercadorias, que acompanham o decreto n. 8069, de 3 de maio de 1881, em vigor na Estrada de Ferro do Recife ao Limoeir, de accordo com as bases que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

Capital Federal, 14 de abril de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

Modificação dos arts. 34, 42, 45, 76 e 90 do regulamento e tarifas de passageiros e mercadorias que acompanham o decreto n. 8069, de 3 de maio de 1881, a que se refere o decreto n. 2497 desta data.

Art. 34. Os objectos cujo transporte se effectuar pelas condições da tarifa n. 2, podem ficar 24 horas no armazem da companhia, na capital, e 36 horas nos do interior. Findo este prazo só permanecerão nos armazens das estações por conta e risco de quem pertencer e pagando a seguinte armazenagem, por unidade e fracção de 10 kilogrammas, e por dia :

Pelos primeiros 30 dias, 100 réis, por dia;

De 31 a 90 dias, 200 réis.

Conhecendo a companhia a residencia ou escriptorio dos recebedores na capital, quando lhe for possível, mandará avisar os mesmos da chegada de suas mercadorias, a fim de accelerar a sua retirada.

Art. 42. As mercadorias cujo transporte se effectuar pela tarifa n. 3, podem permanecer nos armazens da companhia, na capital e no interior, durante o prazo estipulado no art. 34.

Findo este prazo as mercadorias só continuarão a permanecer, pagando a taxa de 400 réis por mil kilogrammas e por dia de demora.

Art. 76. Supprima-se. Trens especiaes.

Art. 90. Sem prejuizo do serviço da estrada de ferro, poderá a administração, à requisição de qualquer pessoa, expedir trens especiaes do passageiros, mercadoria e animaes, mediante as seguintes condições :

1.ª A taxa dos trens de passageiros será de 2\$, por kilometro ou fracção de kilometro, que tenha de percorrer rebocando a locomotiva um só carro de 1ª classe com o competente carro de freio. Os demais carros que compuzerem o trem serão pagos conforme suas respectivas lotações com o abatimento de 25 %, de accordo com o art. 13. Esta taxa será elevada a 50 % mais si os referidos trens tiverem de ser expedidos depois das 6 horas da tarde ;

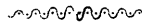
2.ª A bagagem transportada nos trens especiaes de passageiros e que não se achar nas condições do art. 18. pagará o seu frete pela tarifa n. 12 :

3.ª Os trens especiaes de mercadorias e animaes continuarão a pagar pela tabella e tarifas em vigor, observando-se todas as demais condições consignadas nessas tabellas.

CARGA OU DESCARGA

Art. 45. A administração poderá fazer o serviço de que trata o artigo antecedente, depois do prazo de 12 horas, no caso de negligencia dos expedidores ou destinatarios ou por convenio, cobrando, além do frete, 5\$ por carga ou descarga de vagões.

Capital Federal, 14 de abril de 1897.—*Joaquim Murtinho*.



DECRETO N. 2499 (*) — DE 19 DE ABRIL DE 1890

Publica a decisão tomada pelos Governos da Austria e da Hungria, de accederem à União para a protecção da Propriedade Industrial.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a decisão tomada pelos Governos da Austria e da Hungria, de accederem à União para a protecção da Propriedade Industrial, segundo a comunicação do Conselho Federal Suisso, de 16 de março deste anno, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 19 de abril de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionísio E. de Castro Cerqueira.

(*) O decreto n. 2498 será publicado em colleção, si o interessado pagar o imposto a que está sujeito.

TRADUÇÃO—Berna, 16 de março de 1897.

Sr. Ministro — Temos a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que, por nota datada de 2 deste mez, a Legação da Austria-Hungria, em Berna, nos notificou a decisão tomada pelo Governo da Austria e pelo da Hungria, de accederem á União para a protecção da Propriedade Industrial.

Esta accessão comprehende a adhesão á convenção principal de 20 de março de 1883, ao protocollo II de Madrid de 14 de abril de 1891, relativo ao registro internacional das marcas de fabrica ou de commercio e ao protocollo III de Madrid de 15 de abril de 1891 concernente á dotação da Secretaria Internacional. Os dous Governos austriaco e hungaro determinaram ulteriormente a época em que terá logar a entrada effectiva das duas partes da monarchia, depois que os seus parlamentos approvarem a decisão dos respectivos Governos.

Ultteriormente, portanto, communicaremos a V. Ex. a data que for fixada para a accessão, assim como a classe em que a Austria e a Hungria respectivamente devem ser classificadas quanto á repartição das despesas da Secretaria Internacional.

Aproveitamos esta occasião, Sr. Ministro, para renovar-vos as seguranças de nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suisso:

O Presidente da Confederação,

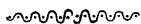
DEUCHER.

O Chanceller da Confederação,

RUIGIER.

A Sua Excellencia

O Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Estados Unidos do Brazil no Rio de Janeiro.



DECRETO N. 2500 — DE 19 DE ABRIL DE 1897

Approva as plantas e orçamentos para construcção de um armazem provisorio e os necessarios desvios no Alto da Serra, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta :

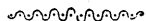
Artigo unico. Ficam approvados as plantas e orçamentos que com este baixam rubrica los pelo director geral da Directoria de

Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para construcção de um armazem provisorio e os necessarios desvios no Alto da Serra, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

Capital Federal, 19 de abril de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2501 — DE 19 DE ABRIL DE 1897

Eleva a 40\$ por dia a taxa do aluguel dos guindastes a vapor da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco.

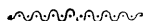
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Recife and S. Francisco Pernambuco Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Fica elevada a quarenta mil réis, por dia a taxa do aluguel dos guindastes a vapor da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco, fixada em vinte mil réis de accordo com o art. 122 do regulamento em vigor, approvedo pelo decreto n. 10.321 de 22 de agosto de 1889.

Capital Federal, 19 de abril de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



Sr. Presidente da Republica — O projecto de regulamento que tenho a honra de submeter á vossa apreciação não é mero expediente para debellar os males da situação economica do paiz, mas o preenchimento de um dever imposto ao Governo pela lei n. 1746, de 13 de outubro do 1869, art. 1º, § 6º, que dispõe:

« Poderá o Governo conceder ás companhias de docas a faculdade de emittir titulos de garantia das mercadorias depositadas nos respectivos armazens, conhecidos pelo nome de *warrants*. Esse regulamento especial deverá estabelecer as regras para a emissão desses titulos e o seu uso. »

Faculdade ampla, ella habilita o Poder Executivo a agir tratando as normas necessarias á vida e desenvolvimento da nova

instituição, introduzida assim, legalmente, no mecanismo commercial.

Já o decreto n. 2647, de 19 de setembro de 1860, attribuia ás Alfandegas e Mesas de Rendas igual concessão regulada em nossas leis aduaneiras sob a denominação de *conhecimentos ou bilhetes* de deposito. Igualmente conforma-se perfeitamente ao nosso direito permittir aos armazens das estradas de ferro e aos trapiches e armazens alfandegados a emissão de titulos de deposito e penhor. Muitas disposições e actos officiaes consagram esta asserção; *Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas*, art. 242.

Em nossa legislação encontramos mais o seguinte: Estatutos do Banco do Brazil, approvados pelo decreto n. 3739, de 23 de novembro de 1866, art. 47 § 6º: — « Fazer empréstimos sobre penhor de mercadorias não sujeitas à corrupção, depositadas nas alfandegas ou *armazens alfandegados*. »

Estatutos do Banco do Brazil, approvados por decreto do Governo do anno de 1889:

Art. 10, § 9º: « Fazer empréstimos sobre penhor e mercadorias não sujeitas à corrupção, *depositadas nos armazens alfandegados ou não*. »

Estatutos do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil, anno de 1890, approvados por decreto do Governo Provisorio:

Art. 42: « Adiantar dinheiro sobre café e outras mercadorias armazenadas na Alfandega, *trapiches, alfandegados ou não*, em armazens, etc. »

Estatutos do Banco Sul-Americano, approvados pelo decreto n. 842, de 24 de maio de 1892 :

Art. 3º, § 10: « Fazer empréstimos sobre penhor de mercadorias depositadas na Alfandega, *trapiches e armazens*, etc. »

Estatutos do Banco Viação do Brazil, anno de 1890:

Art. 8º, § 5º: « Crear entrepostos ou trapiches alfandegados para deposito de generos, sobre os quaes cobrará taxas remunerativas; *podendo esses entrepostos emitir titulos de deposito (warrants)* de mercadorias armazenadas. »

Originaria do espirito commercial da Inglaterra, a instituição do *warrants* acclinou-se e desenvolveu-se nos costumes e na legislação dos povos cultos, que a teem aperfeiçoado. São exemplos disto: a Inglaterra, a França, Portugal, a Italia, a Alemanha, a Belgica, a Hollanda, que teem encontrado na circulação deste titulo amparo propicio á superação de crises, algumas gravissimas, que as teem dominado.

Destinado a aproveitar, pela sua movimentação, os valores paralyzados e representados pelas mercadorias em deposito, é incalculavel a conveniencia economica e financeira deste regimen.

Não é o augmento da circulação, pelo credito, contribuindo para dispensar o emprego effectivo do numerario nas transacções mercantis; não é o credito, é a propria mercadoria cir-

culando pelo documento do depósito, assistido de todas as garantias, como si fosse ella propria a passar, qual moeda, de mão a mão.

Sendo de tanta utilidade, não podia o seu uso deixar de generalisar-se nas grandes praças em que o nosso commercio concentra a acção; disto resultou a necessidade de consignar no regulamento a possibilidade da autorisação, mediante todas as cautelas e garantias, á emissão dos conhecimentos de depósito e *warrants*, pelos armazens de estradas de ferro e trapiches e armazens alfandegados.

E' uma autorisação possível, que attende ao facto da existencia de importantes emportos commerciaes desprovidos de docas e cujas Alfandegas não dispõem de armazens com a capacidade requerida.

Seria injusto e inconveniente condemnar o seu commercio á privação de recursos valiosos; por isso o regulamento consagra normas adequadas ao funcionamento, em substituição, dos trapiches e armazens alfandegados e das estradas de ferro, submettendo-os, porém, a um regimen especial de garantias e administração.

O regulamento n. 4450, de 8 de janeiro de 1870, limitou-se quasi a reproduzir as regras do direito aduaneiro; não estabelecia a dualidade do titulo: o depósito e o *warrant*; não definia positivamente outras relações entre os interessados, em bem da garantia das transacções e celeridade das liquidações.

O certo é que, decorridos quasi trinta annos, ainda não teve elle execução.

A' luz da experiencia, adquirida sob a instancia das corporações commerciaes e após o exame de reconhecidas autoridades, foi promulgada em França a lei de 28 de maio de 1858, que adoptou o regimen da dualidade dos titulos: — o conhecimento de depósito e o *warrant*, em vez do da emissão de um é unico titulo.

Assim, foram permittidos os dous contractos em separado: — o do empréstimo de dinheiro, sob a garantia do penhor, e o de venda da mercadoria onerada da obrigação pignoratícia.

Em geral, os empréstimos sob penhor são feitos sobre uma porção minima do valor da mercadoria, e, no regimen de um só titulo, o excesso de valor se conservará inactivo e paralyzado, em detrimento da circulação do capital e do credito.

Attendendo a esta grande conveniencia, a lei de 1858 admittiu francamente a emissão dos dous titulos, sem risco para o credor pignoratício, com consideravel vantagem para o depositante da mercadoria e maior impulso á circulação dos valores depositados.

A inscripção obrigatoria no registro das docas, do endosso do titulo de propriedade das mercadorias, foi igualmente dispensada, já porque divulgava aos concurrentes do consignatario o segredo de suas operações, já porque obstava a livre circulação do titulo, em razão da formal menção a que era submettido por occasião dos registros de cada endosso.

Tambem embaraçava a vulgarisação do *warrant* a menção do valor venal da mercadoria, no certificado do deposito verificado por avaliadores, o que, além de inutil pela constante variação dos valores, augmentava as despesas e retardava a entrega do titulo ; a lei de 1858 supprimiu tambem esta formalidade.

A opção do credor, em falta de pagamento, de exercer a sua acção ou contra o devedor e os endossantes, ou sobre a mercadoria depositada, era um dos maiores embaraços ao conseguimento do resultado que se desejava alcançar ; a opção foi substituida pela venda obrigada da mercadoria, cabendo aos credores, no caso de ser insufficiente o producto para o pagamento integral da divida, a acção regressiva contra o devedor e endossantes.

A dispensa de solemnidades judiciaes para a venda das mercadorias no caso de não pagamento no vencimento da divida e a restricção do privilegio da Fazenda Publica ás mercadorias que não tivessem pago os direitos, modificaram profundamente a lei de 1848 e concorreram para facilitar o uso do *warrant* em França.

Emfim, a lei de 31 de agosto de 1870 completou a obra imperfeita do legislador, libertando as docas de vexatorias exigencias e autorisando-as a fazer empréstimos contra *warrants* sobre mercadorias depositadas em seus armazens ou negociar os *warrants* que as representassem.

Na Inglaterra existe a dualidade dos titulos — o *Weight-note* — que indica o peso ou a quantidade da mercadoria, destinado á transferencia da propriedade, e o *Sale-warrant*, que serve para constituir o penhor, ambos negociaveis.

A Allemanha, a Hollanda, a Italia e a Belgica adoptaram o mesmo systema. E' preciso, absolutamente preciso, desembaraçar os titulos emittidos de duvidas, formalidades e delongas judiciaes, ou renunciar de vez á idéa de vulgarisar entre nós o *warrant*.

O valor intrinseco da cousa depositada colloca o *warrant* entre os titulos de primeira ordem, pois que, além de só ser preferido pelos direitos da Alfandega, taxas das docas, despesas de venda, armazenagem, conservação e silvamento, sobre a mercadoria dada em garantia, ainda resta ao credor, no caso de insufficiencia do producto da venda da garantia real, a acção pessoal contra o primitivo devedor e os endessantes, responsaveis solidarios.

Junta a estas garantias, já de si valiosas, a da rapidez da execução, deve-se esperar que os titulos emittidos inspirem a maior confiança aos bancos e capitalistas.

As demais disposições do regulamento não carecem de justificação ; explicam-se por si.

Com as concessões feitas, a exemplo de outras nações, conseguiremos o elevado intuito da lei n. 1746, de 13 de outubro de 1869 — « o uso dos *warrants* no Brazil » e este primeiro resultado trará outros de não menor importancia, para o maior desenvolvimento do commercio e da produção.

Capital Federal, 24 de abril de 1897. — Bernardino de Campos.

DECRETO N. 2502 — DE 24 DE ABRIL DE 1897

Dá regulamento ao § 6º do art. 1º do decreto n. 1746, de 13 de outubro de 1869

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do disposto no § 6º do art. 1º do decreto n. 1746, de 13 de outubro de 1869:

Decreta:

Art. 1.º As Alfandegas e companhias do docas sobre mercadorias de importação e exportação, depositadas em seus armazens, emittirão, a pedido do dono ou seu mandatario, dous titulos — um denominado conhecimento do deposito e outro *warrant* (decreto n. 1746, de 13 de outubro de 1869).

§ 1.º Em ambos se mencionará:

- a) o nome, profissão e domicilio do depositante ;
- b) a data da entrada da mercadoria ;
- c) a sua quantidade e qualidade ;
- d) o seu valor, segundo a factura : quando se tratar de genero de exportação, poderá ser o valor corrente no mercado, ou o declarado na nota dos despachos de embarque ou de entrega ao armazem, ou o convencionado ;
- e) quaesquer outras indicações, proprias a estabelecer a identidade do objecto ;
- f) a designação do armazem em que está depositado, a natureza e estado do envoltorio, a do seguro e do segurador, e contra que riscos ; desde quando está sujeito a direitos de armazenagem e si tem outros encargos ou impostos e quaes ; e, no caso de pagamento delles, a declaração expressa de se o haver feito, determinando-se o *quantum* e o objecto ;
- g) a quantidade, especies, marcas, numero e peso bruto dos volumes ;
- h) o nome e classe do navio, estrada de ferro ou qualquer outro meio de transporte da mercadoria.

§ 2.º Os conhecimentos de deposito e os *warrants* correspondentes ás mercadorias depositadas nas Alfandegas serão assignados pelos feis de armazem e rubricados pelo inspector, e os correspondentes ás depositadas nos armazens das docas serão assignados pelos feis de armazem e superintendentes, e rubricados por um director da companhia, ou delegado especialmente autorisado.

§ 3.º Na falta de armazens das Alfandegas e companhias de docas, o Ministro da Fazenda poderá autorisar os armazens ou trapiches alfandegados a emittir conhecimentos de deposito e *warrants*, observadas as disposições deste decreto, sob a fiscalização e com a rubrica do inspector da Alfandega a que estiver sujeito o armazem ou trapiche.

§ 4.º Para se dar esta autorização, é necessario que a nomeação do gerente e do fiel do armazem ou trapiche seja approvada pelo Ministro da Fazenda e que o seu proprietario ou gerente preste fiança, em dinheiro ou em apolices da divida publica federal, no valor que for arbitrado, segundo as circumstancias, pelo mesmo ministro, para garantia da responsabilidade do deposito das mercadorias, como nos armazens da Alfandega e docas.

§ 5.º Igual autorização, nos termos dos paragraphos anteriores, poderá ser concedida aos armazens das estações das estradas de ferro, mediante as mesmas garantias de fiança e approvação pelo Ministerio da Fazenda do pessoal encarregado da guarda e gestão e com a fiscalização da directoria da estrada.

§ 6.º A execução do disposto nos §§ 3º a 5º precederão, além da autorização prescripta, instrucções do Ministerio da Fazenda, relativas ao funcionamento dos armazens e trapiches, ao pessoal, fianças, condições dos edificios, garantias fiscaes e acatamento dos interesses publicos.

§ 7.º Os conhecimentos de deposito e os *warrants* serão extrahidos de um livro de talão, no qual serão declaradas todas as circumstancias mencionadas no § 1º e o numero correspondente, conforme os modelos juntos ao presente regulamento. O livro de talão deve preencher as formalidades extrinsecas dos livros de commercio (art. 13 do Código do Commercio).

§ 8.º Os numeros dos titulos do livro do talão e da folha respectiva serão notados nos conhecimentos, facturas ou quaesquer outros documentos de propriedade, que ficarão em deposito até a entrega da mercadoria.

§ 9.º O depositante passará recibo dos titulos, no talão respectivo.

Art. 2.º O portador do conhecimento de deposito unido ao *warrant* tem o direito de pedir a divisão em partes da mercadoria depositada, e que lhe seja entregue por cada volume um conhecimento de deposito distincto, com o relativo *warrant*, em subrogação do primitivo e unico, que ficará extincto.

As despesas da substituição correrão por conta do portador.

Art. 3.º O conhecimento de deposito e o *warrant*, unidos ou separados, se transferem por endosso, com a data do dia em que é feito.

O endosso dos dous titulos transmite a livre disposição da coisa depositada; o do só *warrant* representa a posse a titulo de penhor e o do só conhecimento de deposito o direito de disposição, onerado do penhor.

§ 1.º No primeiro endosso do *warrant* devem ser declaradas a importancia da divida, a taxa dos juros e a data do vencimento, transcriptas no conhecimento de deposito e no livro de talão. A transcrição será assignada pelo endossado.

§ 2.º Os subsequentes endossados do conhecimento de deposito ou do *warrant* podem exigir a transcrição do endosso com a indicação do seu domicilio, no livro do talão.

§ 3.º O endosso simultaneo dos dous titulos não pôde ser feito sinão pelo dono da mercadoria ou seu mandatário.

§ 4.º O portador do conhecimento de deposito ou do *warrant* por endosso regular não é sujeito ás excepções que poderiam ser oppostas ao cedente.

§ 5.º No endosso simultaneo do conhecimento de deposito e do *warrant* não é necessaria a declaração do valor recebido.

Art. 4.º Exceptuados os casos do art. 9º, perda ou furto do conhecimento de deposito e do *warrant*, as mercadorias depositadas não são passíveis de embargo, penhora, sequestro ou de qualquer outro embaraço.

Art. 5.º Ainda que não vencido o *warrant*, ao portador do conhecimento de deposito é permittido pagar a divida registrada, com os juros até o dia do vencimento e, no caso de não ser conhecido o credor, estar ausente, ou recusar o pagamento, depositará na thesouraria da Alfandega ou na caixa das companhias de docas a somma necessaria.

§ 1.º Este deposito reputa-se real e effectivo pagamento.

§ 2.º A somma depositada será entregue ao credor, contra a restituição do *warrant*.

§ 3.º A Alfandega ou companhia de docas dará recibo ao depositante.

Art. 6.º O portador do *warrant* não pago e protestado (art. 3º, § 1º do decreto n. 917, de 24 de outubro de 1890) 10 dias depois do protesto publicado pela imprensa tem o direito de fazer vender o penhor em leilão (capitulo VI do titulo VI da *Consolidação das Leis das Alfandegas*) independente de formalidades judiciais. No *warrant* se deverá declarar que a mercadoria será executada e liquidada pelo processo suminario e extra-judicial determinado neste regulamento.

§ 1.º Igual direito compete como subrogado ao endossante que pagou ao credor do *warrant* e pôde fazer proceder á venda em leilão 10 dias depois do vencimento, independente de inter-pellação judicial dos co-obrigados.

§ 2.º A venda, por falta de pagamento, não se suspende, ainda nos casos do art. 4º.

Art. 7.º O direito do portador do *warrant* se exerce, tambem, sobre a indemnisação do seguro das mercadorias depositadas.

§ 1.º Só preferem á divida do *warrant*: os direitos e taxas da Alfandega, as taxas das docas, as despesas da venda, de armazenagem, conservação e salvamento, sobre a mercadoria dada em garantia, e os impostos a que estiver sujeita.

§ 2.º O saldo ficará na caixa das Alfandegas ou das docas, á disposição do portador do conhecimento de deposito, si não se apresentar no acto da venda.

Art. 8.º No caso de insufficiencia do producto da venda da mercadoria depositada, para solver a divida do *warrant*, o credor tem a acção regressiva contra o primitivo devedor e os endossantes, responsaveis solidarios:

§ 1.º O prazo para exercer a acção regressiva começa a correr do dia em que se effectuar a venda da cousa depositada.

§ 2.º Esta acção não terá cabimento contra o segundo e seguintes endossantes, si o portador do *warrant* :

a) no vencimento da divida não protestou por falta de pagamento ;

b) ou si, dentro de 15 dias, depois do protesto, não promover a venda da cousa depositada.

Art. 9.º No caso de perda do conhecimento de deposito ou do *warrant*, por extravio ou furto ou qualquer sinistro, não será fornecido outro, nem entregue ou vendida a cousa depositada, sinão tres dias depois de annunciada a referida perda, nos jornaes de maior circulação e por editaes affixados na Praça do Commercio ou logares mais publicos, não tendo comparcido alguem a reclamar o seu direito.

§ 1.º As despesas dos annuncios e mais diligencias correrão por conta da parte interessada.

§ 2.º Pela expedição de novo titulo se cobrará metade da taxa do original.

Art. 10. As faltas, avarias ou quaesquer prejuizes que soffrem as mercadorias, depois de expedidos os titulos, serão indemnizadas, mediante avaliação feita de commum accordo e, quando esta se não possa dar, por tres arbitros, dos quaes um escolhido pela Alfandega ou companhia de docas, outro pela parte e o terceiro por ambos ou sorteado.

Art. 11. As docas podem fazer emprestimos contra *warrants*, sobre mercadorias depositadas em seus estabelecimentos, ou negociar os *warrants* que as representarem.

Paragrapho unico. Tambem lhes é permittido garantir a quantidade, qualidade o valor (a seu juizo) das mercadorias depositadas em seus armazens, pela commissão ajustada.

Art. 12. Além da responsabilidade legal pelo deposito, nenhuma outra cabe ás Alfandegas, docas, armazens ou trapiches alfandegados e estradas de ferro, salvo o ajuste do art. 11, paragrapho unico:

1.º Pela quantidade e qualidade da mercadoria e valor declarado.

2.º Pelas avarias, pelos damnos e prejuizes que resultarem á mercadoria, por vicio intrinseco ou acção dos agentes naturaes.

Art. 13. As Alfandegas e companhias de docas e mais estabelecimentos autorizados cobrarão:

a) pela emissão, até 1/4 % do valor total declarado nos titulos ;

b) pela sub-divisão dos titulos (art. 2º), a taxa de 10\$, no maximo, por cada titulo ;

c) pela averbação dos endossos no livro de talão, até 1 % sobre o valor da taxa da emissão.

Art. 14. As Alfandegas e docas não estabelecerão preferencia alguma entre os depositantes de mercadorias, os quaes tem direito de solicitar dessas repartições o conhecimento de deposito e *warrant*, que serão passados sem demora, mediante

propostas dos mesmos depositantes, pela ordem chronologica das entradas das mercadorias nos respectivos armazens.

Art. 15. As Alfandegas e docas enviarão ao Ministerio da Fazenda balancetes mensaes do movimento dos conhecimentos de depositos e *warrants*, dos quaes constará a quantidade e qualidade das mercadorias e a importancia dos valores negociados com esses titulos.

§ 1.º Anualmente apresentarão ao mesmo Ministerio o balanço detalhado de todas as operações que fizerem de conhecimentos de depositos e *warrants*, com os precisos esclarecimentos, que demonstrem a somma desses titulos emittida, a somma resgatada e a dos titulos que ficam em circulação no ultimo de cada anno, acompanhado das respectivas relações das mercadorias em deposito.

Art. 16. O conhecimento de deposito pagará o sello fixo, e o *warrant* o sello proporcional ao valor da mercadoria.

Os titulos em que não constar o pagamento do sello serão sujeitos a todas as penalidades fiscaes.

Art. 17. Será permittido aos interessados o exame e verificação das mercadorias depositadas e a conferencia das amostras.

Art. 18. As Alfandegas e companhias de docas não usarão da faculdade estatuida neste regulamento, sem authorisação do Ministerio da Fazenda, que a concederá mediante exame e verificação das condições, para o seu regular funcionamento.

Art. 19. As mercadorias abandonadas ficam sujeitas ás disposições applicaveis da *Consolidação das Leis das Alfandegas*.

Art. 20. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de abril de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Modelos do livro de talão e de certificado de deposito e Warrant

N.

Data
de entrada

Alfandega de

Armazem N.

Ficam em deposito sob n. pelo Sr. (*nome e profissão*)
morador..... rua..... n. as
mercadorias abaixo especificadas procedentes de..... no.....
classe..... sujeitas a direitos de..... desde.....
seguras na Companhia..... contra o risco de.....

Quantidade, marca, especie	Numero e peso bruto dos volumes

Quantidade e qualidade da mercadoria	Valor da mercadoria segundo a factura	Outras indicações da identidade da mercadoria	Natureza do envoltorio

O Cessionario
O Warrant dependente do presente certificado de deposito me foi endossado pela quantia
de..... pagavel em.....

Alfandega de

Data de entrega

Armazem N.

Certificado de deposito á ordem

Ficam em deposito sob n. pelo Sr. (*nome e profissão*)
morador..... rua..... n. as
mercadorias abaixo especificadas procedentes de..... no.....
classe..... sujeitas a direitos de..... desde.....
seguros na Companhia..... contra o risco de.....

Quantidade, especie, marcas	Numero e peso bruto dos volumes

Quantidade e qualidade da mercadoria	Valor da mercadoria segundo a factura	Outras indicações da identidade da mercadoria	Natureza do envoltorio

Fiel do armazem

Inspector

..... de de 189.....

1º ENDOSSO

Entregou-se
à ordem do Sr.
morador á
..... de de 189.....

Alfandega de

N.

Data
de entrada

Armazem N.

Warrant á ordem

Ficam em deposito sob o n. pelo Sr. (*nome e profissão*)
 morador rua n. as
 mercadorias abaixo especificadas procedentes de no
 classe sujeitas a direitos de desde
 seguras na Companhia contra o risco de

Quantidade, especie, marcas	Numero e peso bruto dos volumes

Quantidade e qualidade da mercadoria	Valor da mercadoria segundo a factura	Outras indicações da identidade da mercadoria	Natureza do envoltorio

O Warrant será liquidado e executido pelos processos summarios extrajudiciaes determinados no respectivo regulamento.

Em de de 189

Fiel do armazem

Inspector

1º ENDOSSO

Transfiro o presente Warrant á ordem do Sr.
 morador a
 em garantia da
 quantia de a pagar em

F.
 morador em
 de de 189

Visto para a transcrição no livro de talão fls.

 de de 189

F.

N.

Doca de

N.

Data de entrada

O Director

Armazem N.

Warrant á ordem

Ficam em deposito sob n. pelo Sr. (*nome e profissão*)
 morador rua n. as
 mercadorias abaixo especificadas procedentes de no
 classe sujeitas a direitos de desde
 seguras na Companhia contra o risco de

Quantidade, especie, marcas	Numero e peso bruto dos volumes

Quantidade e qualidade da mercadoria	Valor da mercadoria segundo a factura	Outras indicações da identidade da mercadoria	Natureza do envoltorio

O Warrant será liquidado e executado pelos processos summarios e extra-judiciaes determinados no respectivo regulamento.

Fiel do armazem

Inspector

..... de de 189.....

1º ENDOSSO

Transfiro o presente Warrant á ordem do Sr.....

..... morador a.....

em garantia da quantia de.....

a pagar em.....

F.....

morador em.....

..... de..... de 189.....

Visto para a transcrição no livro de talão fls.....

..... de..... de 189.....

F.....

DECRETO N. 2503 — DE 26 DE ABRIL DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Vianna, no Estado do Espirito Santo.

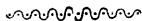
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Iriritiba a força da Guarda Nacional qualificada na de Vianna, ambas no Estado do Espirito Santo, e com ella formada uma brigada de infantaria que terá a denominação de 13ª e será constituida dos batalhões ns. 37º, 38º e 39º do serviço activo e 13º do da reserva, com quatro companhias cada um ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de abril de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2504 — DE 26 DE ABRIL DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional da Capital do Estado do Amazonas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado do Amazonas se comporá de um commando superior, com sêde na comarca da Capital, o qual se constituirá de tres brigadas de infantaria, uma de cavallaria, uma de artilharia, e das demais que se organisarem posteriormente nas comarcas do referido Estado.

Art. 2.º As brigadas de infantaria, ora creadas, se comporão :

A 1ª, dos batalhões do serviço activo sob ns. 1º, 2º e 3º e do 1º da reserva ;

A 2ª, do 4º, 5º e 6º batalhões do serviço activo e do 2º da reserva ;

A 3ª, do 7º, 8º e 9º do serviço activo e do 3º da reserva.

Art. 3.º A brigada de cavallaria se comporá de dous regimentos sob ns. 1º e 2º, e a de artilharia, de um regimento de campanha e um batalhão de posição.

Art. 4.º Para a organização dos alludidos corpos, a comarca da Capital do Estado do Amazonas dividir-se-ha em tres regiões de brigada de infantaria, sendo a primeira no districto de Nossa Senhora da Conceição, a segunda no de Nossa Senhora dos Remedios e a terceira no de Aycão.

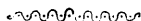
Art. 5.º Cada uma das tres brigadas de infantaria organisar-se-ha na região do mesmo; a de cavallaria no segundo districto e a de artilharia no primeiro.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de abril de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2595 — DE 1 DE MAIO DE 1897

Approva o regulamento para as estradas de ferro Central de Pernambuco, Sul de Pernambuco e Baturité.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 429, de 10 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados para os serviços das estradas de ferro Central de Pernambuco, Sul de Pernambuco e Baturité, o regulamento annexo e respectivas tabellas de vencimentos que com este baixam, assignados pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 1 de maio de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

Regulamento para os serviços do tráfego das estradas de ferro Central de Pernambuco, Sul de Pernambuco e Baturité

CAPITULO I

ORGANISAÇÃO E DIVISÃO DOS SERVIÇOS

Art. 1.º Os serviços da E.... F.... comprehendem a sua direcção e administração, que ficam directamente a cargo de um director, de livre escolha do Presidente da Republica e immediatamente subordinado ao Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 2.º Estes serviços se distribuem pelas seguintes divisões:

- 1.ª Administração central ;
- 2.ª Tráfego ;
- 3.ª Locomoção ;
- 4.ª Linha e edificios.

CAPITULO II

DO DIRECTOR

Art. 3.º E' da exclusiva competencia do director :

§ 1.º A direcção, inspecção e superintendencia geral de todos os serviços das diversas divisões, por si ou por intermedio dos chefes, seus auxiliares ;

§ 2.º A organização dos regulamentos e instrucções para os diversos serviços ;

§ 3.º A organização das condições geraes, especificações e tabellas de preços para as obras e fornecimentos ;

§ 4.º A autorisação das despesas dentro dos creditos consignados na lei orçamentaria do exercicio, não podendo ser exceedidas as verbas relativas a cada um dos diversos serviços, sem autorisação prévia do Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas ;

§ 5.º A decisão das reclamações, duvidas, contestações e indemnisações ;

§ 6.º A classificação das estações ;

§ 7.º O estudo e interpretação das tarifas e as providencias relativas ao desenvolvimento da renda da estrada ;

§ 8.º A celebração de contractos de serviços, cessões, fornecimentos e ajustes com particulares ;

§ 9.º A celebração de ajustes e contractos de tráfego mutuo com companhias e empresas de transporte, e uso commum de estações;

§ 10. A organização do numero e especie de trens, seus horarios, velocidade e pontos de parada;

§ 11. A nomeação, promoção e demissão de todos os empregados da estrada, que, por este regulamento, não competirem ao Ministro;

§ 12. Propôr ao Ministro os empregados que por este devam ser nomeados ou demittidos;

§ 13. A imposição de penas aos empregados, de conformidade com as disposições deste regulamento;

§ 14. A adopção de quaesquer medidas e providencias relativas à disciplina, segurança e desenvolvimento da estrada.

Art. 4.º O director, além de superintender todos os serviços, tem a seu cargo o serviço da 1.ª divisão.

Paragrapho unico. O serviço de cada uma das outras divisões fica a cargo de um engenheiro da confiança do director e a elle immediatamente subordinado, tendo as seguintes denominações:

O da 1.ª Chefe do tráfego;

O da 2.ª Chefe da locomoção;

O da 3.ª Chefe da linha.

Observação — Conforme a importancia da estrada, o mesmo chefe de serviço poderá dirigir os trabalhos de uma ou mais divisões.

CAPITULO III

1.ª DIVISÃO — ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Art. 5.º Os serviços da 1.ª divisão serão distribuidos em quatro secções:

1.ª Secretaria;

2.ª Contabilidade;

3.ª Thesouraria;

4.ª Almoxarifado.

Paragrapho unico. A secção da Contabilidade se subdivide nas duas seguintes:

1.ª Contadoria;

2.ª Contabilidade geral.

Art. 6.º A secretaria ficará a cargo do secretario, que será um funcionario do quadro, de immediata confiança do director e por elle designado para essa função especial, e ao qual incumbem:

§ 1.º O expediente geral e registo de toda a correspondencia da Directoria;

§ 2.º Os lançamentos dos contractos e ajustes e o assentamento dos empregados da estrada ;

§ 3.º O inventario dos proprios da estrada ;

§ 4.º O ponto e a organização das folhas de pagamento do pessoal da 1ª divisão ;

§ 5.º O registro das encomendas de materiaes e outras ;

§ 6.º A guarda e conservação do archivo ;

§ 7.º O inventario dos moveis e objectos de uso da repartição.

Art. 7.º Ao contador, que tem a seu cargo os serviços da 1ª sub-seccção da Contabilidade, incumbem :

§ 1.º Verificar os documentos de receita propria ou das empresas em trafego mutuo, fazendo os calculos e a applicação das tarifas ;

§ 2.º Escripturar discriminadamente, em livros especiaes, a receita arrecadada e a arrecadar, com designação da procedencia e dos responsaveis ;

§ 3.º Fornecer diariamente à 2ª sub-seccção a estatistica geral e parcial da receita e todas as demonstrações sob essa rubrica, que tenham de servir de base aos trabalhos daquela sub-seccção ;

§ 4.º Organisar os processos dos responsaveis da renda da estrada, providenciando sobre sua instauração, proseguimento, conclusão e remessa, para os devidos effeitos, ficando todos registrados ;

§ 5.º Extrahir guias de reposição e de restituições por multas, fretes deficientes ou excedentes, indemnisações por extravio ou damno, armazenagens, estadias, sendo todas registradas ;

§ 6.º Extrahir certificados de despachos, cópias de notas de expedição e de quaesquer documentos de receita que forem requeridos ou requisitados pela 2ª sub-seccção ;

§ 7.º Fazer imprimir os bilhetes de passageiros, fornecer os às agencias, bem como cadernetas de *coupons* e talões de passes, que serão por elle rubricados ;

§ 8.º Numerar, carimbar e rubricar todos os livros e talões de receita.

Art. 8.º A receita das estações será recebida e verificada pelo thesoureiro-pagador, na presença do contador, assignando ambos o termo de recepção, do qual serão remetidas cópias ao director e ao guarda-livros.

Paragrapho unico. Os documentos de receita serão remettidos directamente pelos agentes à 1ª sub-seccção da Contabilidade.

Art. 9.º Ao guarda-livros, que tem a seu cargo os serviços da 2ª sub-seccção da Contabilidade, compete :

§ 1.º Redigir e expedir toda a correspondencia commercial da estrada e as encomendas de materiaes, e registrar os respectivos preços ;

§ 2.º Examinar, verificar, processar as folhas de pagamento de todas as divisões e as contas de despesas competentemente documentadas e legalisadas, tendo o dever de zelar pelo cumprimento do regulamento do sello, da legislação de Fazenda, da lei orçamentaria e do regulamento da estrada, dando

imediatamente conta ao director de qualquer irregularidade que encontrar ;

§ 3.º Formular todas as contas dos diversos Ministerios, governos estadoaes, repartições publicas, emprezas ou particulares, iniciando a sua cobrança pelos meios regulares ;

§ 4.º Confeccionar as contas correntes mensaes da estrada com as emprezas em trafego mutuo e extrahir cheques dos saldos que lhes competirem, afim de serem restituídos, na forma dos contractos ;

§ 5.º Extrahir guias de credito e debito do Thesouro e proceder á escripturação clara e precisa dos documentos, para tomada de contas do mesmo Thesouro, as quaes deverão ser demonstradas em synopses apresentadas semanalmente ao director ;

§ 6.º Organisar :

a) As synopses e os balancetes mensaes, estes da receita e despeza do trafego, e aquellas da receita e despeza effectivas da estrada, que devem ser remettidos ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas, ao Thesouro Nacional e ao Tribunal de Contas ;

b) a demonstração dos creditos e a classificação dos titulos de despesas por exercicios ;

c) o balanço definitivo do exercicio financeiro para ser remettido ao Thesouro e ao Tribunal de Contas ;

§ 7.º Escripturnar as despesas de todas as divisões do serviço da estrada e regular as contas respectivas ;

§ 8.º Escripturnar nos livros Diario, Razão e Auxiliares toda a receita e despeza da estrada, cingindo-se ás instrucções e modelos fornecidos pelo Thesouro Nacional ;

§ 9.º Requisitar directamente da 1ª sub-seccção todos os escla-recimentos que forem precisos para a execução dos serviços a seu cargo ; assim como prestar os que lhe forem pedidos quer pela 1ª sub-seccção, quer pelos chefes das diversas divisões ;

§ 10. Archivar, convenientemente classificados e coordenados, todos os documentos e papeis relativos ao serviço a seu cargo, afim de serem opportunamente recolhidos ao Thesouro Nacional ou dados em consumo.

Art. 10. A Thesouraria fica a cargo do thesoureiro-pagador, que terá sob sua guarda a caixa, por cujos valores e operações é responsavel e ao qual compete :

§ 1.º Receber e fazer escripturar diariamente no livro-caixa a receita ordinaria, extraordinaria e eventual da estrada ;

§ 2.º Entregar semanalmente ao Thesouro Nacional a renda arrecadada pelas estações e mensalmente a importancia dos impostos, multas, indemnisações, cauções, etc. ;

§ 3.º Receber do Thesouro Nacional as quantias requisitadas pelo director, necessarias aos diversos serviços, segundo os creditos votados e abertos ;

§ 4.º Fazer por si ou por seus auxiliares, mas sob sua responsabilidade, todos os pagamentos da estrada, excepto aquelles que

em virtude de contractos existentes, ou que se venham a celebrar, tenham de ser effectuados em outra repartição publica ;

§ 5.º Arrolar todos os documentos da receita e despeza que devem ser remettidos com os balancetes ao Thesouro Nacional.

Art. 11. O pagamento do pessoal e material correspondente a cada mez será effectuado até o dia 15 do mez seguinte.

Art. 12. Ao almoxarife, que tem a seu cargo os serviços da 4ª secção da 1ª divisão, compete :

§ 1.º Fornecer os materiaes e objectos necessarios aos serviços das diversas divisões, em vista dos respectivos pedidos, visados pelo director ;

§ 2.º Zelar pela boa guarda e conservação do material que lhe estiver confiado, sendo responsavel por qualquer extravio ou avaria ;

§ 3.º Manter em dia a escripturação das entradas e salidas de material, com a discriminação feita por divisões ;

§ 4.º Ter convenientemente colleccionados e catalogados todos os pedidos, facturas e recibos, bem como os papeis da respectiva correspondencia.

Art. 13. O fornecimento ou compra de materiaes e objectos necessarios sómente se effectuará por ordem do director e em concorrência publica ; podendo esse ultimo autorisar outra forma de fornecimento quando excepcionalmente for preciso.

Art. 14. O director por si ou por commissão que nomeie examinará mensalmente a escripturação do Almoxarifado.

CAPITULO IV

2ª DIVISÃO — TRAFEGO

Art. 15. A 2ª divisão comprehende os serviços das estações em trafego, a composição e movimento dos trens, o serviço telegraphico da estrada e tudo que concerne a todos os transportes, quer na exploração industrial da linha em trafego, quer na sua utilização para serviços administrativos ou de guerra.

Art. 16. Os trabalhos de escriptorio da 2ª divisão comprehendem :

§ 1.º O expediente principal da divisão, a correspondencia com a Directoria e as outras divisões, registro dessa correspondencia, protocollo e archivo respectivo, organização dos relatorios e extracção das contas, o processo das reclamações sobre avaria ou perda de bagagens, encommendas e mercadorias, ou de quaesquer outras relativas ao transporte de passageiros ou mercadorias em geral ;

§ 2.º A organização das folhas de pagamento da 2ª divisão, o assentamento e o registro do pessoal, a correspondencia interna da divisão e seu protocollo e registro, o archivo geral ;

§ 3.º A conferencia das partes diarias do ponto, o lançamento do livro do ponto geral da divisão, exame e confrontação com os resumos mensaes do ponto, o registro em livro das folhas de pagamento;

§ 4.º A escripturação em livro dos fornecimentos às estações, carga e descarga dos agentes, despeza das estações e tudo que concerne e a dos extractos da renda;

§ 5.º A organização do percurso dos carros e vagões, e a sua escripturação em livro;

§ 6.º O inventario da divisão, sua escripturação, a separação e carimbo dos documentos, organização de relações, cópias em geral, etc.

Art. 17. Compete ao chefe do tráfego, além da direcção immediata do escriptorio do tráfego, o seguinte:

§ 1.º Executar as ordens do director relativas à organização do horario dos trens, formação, composição, marcha e emprego util destes;

§ 2.º Fiscalisar a fiel execução dos regulamentos e instrucções que o director expedir para signaes, movimento, policia e segurança dos trens e estações, ou quaesquer outros regulamentos, instrucções e ordens de serviço para o tráfego;

§ 3.º Fiscalisar o serviço e escripturação das estações e respectivas dependencias, visitando-as com assiduidade e examinando si estão regularmente feitas;

§ 4.º Propôr ao director a classificação das estações, numero do pessoal e material de cada uma;

§ 5.º Organisar e fiscalisar todo o serviço da composição e circulação dos trens, distribuição dos carros e vagões pelas estações e o serviço telegraphico;

§ 6.º Inspeccionar o serviço de passageiros nos trens e estações; recebimento, guarda e expedição de bagagens, encomendas e mercadorias, policia e asseio das estações e suas dependencias, o recebimento, transmissão e entrega dos telegrammas em serviço da estrada, publico ou particular;

§ 7.º Receber, processar e apresentar ao director as reclamações sobre avaria ou perda de bagagens, encomendas ou mercadorias ou quaesquer outras relativas ao transporte de passageiros ou mercadorias em geral;

§ 8.º Velar pela fiel applicação das tarifas e proceder ao necessario estudo das mesmas, devendo propôr ao director as modificações que julgar necessarias, no intuito de desenvolver a renda da estrada;

§ 9.º Organisar os quadros estatisticos do percurso, composição e utilização dos trens e vehiculos;

§ 10. Fazer organisar as folhas do pagamento do pessoal da 2.ª divisão;

§ 11. Fazer escripturar a despeza propria da divisão;

§ 12. Visar todas as folhas de pagamento, pedidos e contas de fornecimentos para o serviço da divisão a seu cargo;

§ 13. Apresentar ao director, até o dia 15 de cada mez, relatorio dos serviços da divisão no mez anterior com os qua-

dros demonstrativos contendo os elementos estatísticos e com indicação das occorrencias havidas e das medidas cuja adopção julgar necessaria e até o dia 31 de janeiro de cada anno um relatorio circumstanciado do anno anterior e o orçamento da despesa provavel com os serviços da divisão no anno financeiro seguinte.

CAPITULO V

3ª DIVISÃO — LOCOMOÇÃO

Art. 18. A 3ª divisão comprehende os serviços da tracção e officina e abrange tudo quanto concerne ao estudo, construcção, uso, conservação e reparação do material rolante e guindastes.

Art. 19. Os serviços desta divisão ficam a cargo de um engenheiro, chefe da locomoção, a quem compete, além da direcção immediata do respectivo escriptorio:

§ 1.º Fazer manter em bom estado as locomotivas, tenders, carros, vagões, tanques, reservatorios, alimentações e quaesquer accessorios do serviço confiados á sua guarda;

§ 2.º Inspeccionar o serviço de tracção, designar as locomotivas que devem fazer os trens, pôr á disposição do trafego os carros e vagões em bom estado;

§ 3.º Administrar as officinas de construcção e reparação e suas dependencias, os depositos de locomotivas e de carros, o armazem e os depositos de combustivel e sobresellentes do material rodante;

§ 4.º Organisar e distribuir o pessoal da locomoção e o serviço das locomotivas;

§ 5.º Estudar e promover, depois de approvadas pelo director, as modificações que forem convenientes ao trem rodante;

§ 6.º Estudar e fazer executar as reparações do trem rodante;

§ 7.º Preparar os planos geraes e de execução para as encomendas de trem rodante e accessorios, quer sejam executados nas officinas da estrada, quer em outras officinas, e bem assim as condições geraes e especificações que devem acompanhar os mesmos planos e os respectivos desenhos;

§ 8.º Assistir, por si e por seus auxiliares, á recepção do material encomendado, ordenando todas as experiencias necessarias;

§ 9.º Fazer executar as encomendas das outras divisões, mediante requisição dos respectivos chefes, rubricadas pelo director;

§ 10. Organisar e fiscalisar, de accordo com os modelos approvados pelo director, a escripturação, contabilidade e estatistica da tracção, officinas, armazens e depositos;

§ 11. Apresentar ao director, até o dia 15 de cada mez, um relatorio succinto dos serviços da divisão no mez anterior, com

quadros demonstrativos das despesas, elementos estatísticos dos trabalhos e menção do estado do material rolante e fixo e das principais occurências havidas no serviço a seu cargo, e até o dia 31 de janeiro de cada anno um relatório detallado e circumstanciado, bem como o orçamento da despesa provavel com os serviços da divisão no anno financeiro seguinte.

Art. 20. Sem prejuizo do serviço da estrada, poderão as officinas executar quaesquer trabalhos particulares, sempre que esses trabalhos forem autorizados pelo director.

Para a execução desses trabalhos precederá ajuste entre as partes e o seu producto será recolhido como renda eventual da estrada.

Art. 21. Os trabalhos do escriptorio da 3.^a divisão abrangem :

§ 1.º O expediente principal da divisão, correspondencia com a Directoria e as outras divisões, registro dessa correspondencia, protocollo e archivo respectivo, assentamento e registro do pessoal, confecção das contas em vista dos resultados estatísticos, organização das folhas de pagamento e registro dessas folhas em livro ;

§ 2.º A correspondencia interna da divisão, seu registro e protocollo, a expedição das ordens de serviço para os trabalhos das officinas, sempre assignadas pelo chefe da divisão, o archivo geral ;

§ 3.º A confrontação e conferencia dos papeis de ponto do pessoal, partes diarias de diversas procedencias e resumos mensaes de ponto, e o lançamento do livro do ponto ;

§ 4.º A separação e carimbo dos impressos e mais documentos da estatistica, conferencia do ponto, relações, quadros e cópias ;

§ 5.º A organização da estatistica das officinas, conferencia e correção dos documentos relativos para seu lançamento, a escripturação em livros das reparações geraes e ordinarias de cada locomotiva, a em livro das reparações geraes e ordinarias de cada carro, a em livros das reparações geraes ordinarias de cada vagão, e a em livros dos trabalhos diversos effectuados pelas officinas, a escripturação propria dos motores das officinas.

Todas essas estatisticas serão confeccionadas de modo que se organize a respectiva contabilidade conhecendo-se em separado a despesa com a mão de obra pelos diversos officios ou officinas, e com o material em cada trabalho. O calculo das despesas geraes da divisão, isto é, administração, motores, ferramentas, carvão para as forjas, etc., e a distribuição dellas pelas obras realizadas pelas officinas para conhecimento do seu custo ;

§ 6.º A organização da estatistica da tracção, conferencia e correção dos documentos correspondentes para seu lançamento, a escripturação em livro do consumo das locomotivas em serviço, por trens, a do percurso das locomotivas e o exame da nota fornecida pelo escriptorio do trafego sobre o percurso dos carros e vagões, inclusive dos vagões vazio ; o colleccionamento dos dados para os relatorios, a confecção dos respectivos quadros estatísticos ;

§ 7.º Ainda a estatística da tracção, a escripturação em livro do fornecimento feito ás locomotivas, carros e vagões, de maneira que combine esse lançamento com o do consumo e o verifique;

§ 8.º A organização da contabilidade do armazem e depósitos, conferência e correcção dos documentos relativos, e a escripturação em livro de carga do armazem na parte relativa ao fornecimento á tracção, e dos depósitos, mantido sempre em dia, para a liquidação de responsabilidades, o inventario geral da divisão;

§ 9.º A preparação dos elementos para encomendas (desenhos, especificações, orçamento); a organização do archivo; a conferencia do material adquirido; o exame das respectivas facturas e a confecção do registro das locomotivas;

§ 10. A contabilidade e estatística da locomoção serão organisadas de fórma que se conheça para a tracção: 1.º, o numero, especie e percurso dos trens; 2.º, o consumo e despesa total e kilometrica por trens e por locomotivas e vehiculos, com o pessoal e com combustivel, por especies, lubrificantes, etc.; 3.º, o percurso das locomotivas e vehiculos, carregados ou vazios; e para as officinas: — 1.º, o numero, natureza e importancia dos reparos que tiver soffrido cada locomotiva ou vehiculo; 2.º, o trabalho util dos operarios, machinas, ferramentas eapparelhos; 3.º, o custo, em material e mão de obra, das construcções e reparações.

CAPITULO VI

4ª DIVISÃO — VIA-PERMANENTE

Art. 22. O serviço da via-permanente comprehende todos os trabalhos de conservação, reparação, construcção, reconstrucção e melhoramentos na linha, edificios e suas dependencias, construcção de obras novas na estrada em trafego, e a conservação da linha telegraphica.

Art. 23. Os serviços da 4ª divisão ficam a cargo de um engenheiro, chefe da linha, a quem compete, além da direcção immediata do proprio escriptorio:

§ 1.º Manter a linha nas melhores condições, de modo que a circulação dos trens se effectue com a maior regularidade, segurança e economia;

Para esse fim o chefe da linha terá a seu cargo a conservação, reparo e reconstrucção das obras de terra e de arte, edificios, açules e represas de terra ou alvenaria, obras accessorias de consolidação e segurança e conservação da linha telegraphica;

§ 2.º Organisar o serviço de policia da linha, fazendo manter os regulamentos em vigor e as instrucções do director;

§ 3.º Fazer escripturar as despesas da divisão por natureza de obra, discriminando o que for propriamente conservação, reparação ou reconstrucção do que for obra nova;

§ 4.º Organisar os projectos, desenhos, orçamentos e especificações para as obras e uma tabella de serie e preços para o

serviço da reparação e obras novas da estrada em tráfego, a qual será approvada pelo director ;

§ 5.º Inventariar todo o material e utensilios da via-permanente ;

§ 6.º Percorrer frequentemente a linha, inspecionando cuidadosamente o seu estado e o modo por que são effectuados os diversos serviços a seu cargo ;

§ 7.º Apresentar ao director, até o dia 15 de cada mez, um relatório resumido dos trabalhos executados e das occorrencias havidas na via-permanente no mez anterior, fazendo expressa menção do estado da linha, edificios e suas dependencias, do custo e quantidade do material consumido, discriminando os pontos em que foi empregado, e das despesas kilometricas de conservação ; e até o dia 31 de janeiro de cada anno, um relatório circunstanciado e detalhado dos serviços do anno antecedente, bem como o orçamento da despesa provavel com os serviços da divisão no anno financeiro seguinte.

Art. 24. Os trabalhos do escriptorio da 4.ª divisão abrangem :

§ 1.º O expediente principal da divisão, a correspondencia com a Directoria e as outras divisões, registro dessa correspondencia, protocollo e archivo respectivo, organização dos relatórios e extracção das contas ;

§ 2.º A organização das folhas de pagamento da via-permanente, o assentamento e registro do pessoal, a correspondencia interna da divisão e seu registro e protocollo, o archivo geral ;

§ 3.º A conferencia das partes diarias do ponto, lançamento do livro do ponto geral da divisão, exame e confrontação com os resumos mensaes do ponto, o registro em livro das folhas de pagamento ;

§ 4.º O inventario da divisão, registro de pedidos, relações, cópias em geral, etc.

Art. 25. As obras de conservação e reparação ordinaria serão feitas por administração.

As construcções ou reparos de valor consideravel serão feitos, a juizo do director, por administração ou empreitada, mediante series de preços, e dirigidas exclusivamente pelo pessoal tecnico da via-permanente.

Si as obras importarem em renovações completas ou na construção de obras de arte de grande importancia, nada resolverá o director sem prévia autorização do Ministro.

CAPITULO VII

DO PESSOAL

Art. 26. O cargo de director só será confiado a engenheiro nacional, que notoriamente se recomende pela sua capacidade profissional.

Art. 27. O director será nomeado por decreto; e por portaria do Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, por proposta do director, os chefes de divisão e o thesoureiro-pagador.

Art. 28. Os demais empregados serão de nomeação do director.

Art. 29. Todos os funcionarios são demissiveis *ad nutum*.

Art. 30. Compete ao thesoureiro-pagador e ao almoxarife proporem os respectivos feis, ficando responsaveis material e moralmente pelas faltas desses empregados.

Art. 31. A dispensa de operarios, trabalhadores, feitores, guardas, serventes e mais jornaleiros é da competencia dos chefes das divisões, que sujeitarão seu acto á approvação do director.

A admissão desse pessoal só poderá ser feita com autorisação prévia do director.

Art. 32. O director é responsavel pelos abusos que não reprimir, commettidos pelos seus auxiliares.

Art. 33. O director designará dentre os chefes de divisão o seu substituto, quando tiver de se ausentar, em serviço, ou em caso de licença que não exceda a tres mezes, da zona da estrada.

No caso de maior prazo de impedimento, o substituto será designado pelo Ministro, ouvido o director.

Art. 34. Os chefes de divisão, em seus impedimentos, serão substituidos por quem o director designar, dando disso conhecimento ao Ministro; o thesoureiro-pagador e o almoxarife, por seus respectivos feis; os agentes de estações, pelo funcionario mais graduado da estação, enquanto o director não designar substituto.

Não ha outras substituições.

Art. 35. Todo empregado que substituir outro em caso de impedimento por licença e quando pelo facto da substituição venha a exercer função nova ou assumir nova responsabilidade, perceberá a gratificação perdida pelo licenciado, si a licença for com vencimentos e a totalidade, si tiver sido a licença sem vencimentos.

Em hypothese alguma, porém, haverá accumulações de vencimentos ou de gratificação.

Exceptuam-se as substituições do director, quando se achar fóra da zona da estrada, em serviço, e dos chefes de divisão uns por outros.

Não se poderá considerar substituição com direito á gratificação ou á percepção do total dos vencimentos o exercicio temporario proveniente das férias concedidas de accordo com as circulares em vigor ou de deslocamento temporario do funcionario substituido em serviço.

Art. 36. O provimento dos logares será feito por tres modos:

- 1.º Livre escolha;
- 2.º Acesso;
- 3.º Concurso.

§ 1.º Serão nomeados por concurso, quando o director julgar conveniente, os praticantes de escripta;

§ 2.º Serão nomeados por accesso, attendendo de preferencia á aptidão, assiduidade e conducta, os officiaes, os escripturarios, os amanuenses, os agentes de estações, seus ajudantes, fideis, os conferentes, os telegraphistas, os chefes de trem e os machinistas;

§ 3.º Todos os demais cargos serão providos por livre escolha.

Art. 37. O empregado que faltar sem causa justificada, seja qual for o numero de dias, perderá a parte de vencimentos relativa a esses dias, incluídos nelles os domingos e dias feriados.

Art. 38. O director poderá conceder aos empregados licença com vencimentos, até 30 dias, nos termos das leis vigentes, precedendo inspecção medica.

Por prazo superior somente poderão ser taes licenças concedidas pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 39. Somente o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas poderá conceder licenças sem vencimento, por motivo de interesse privado. Em caso de grande urgencia, o director poderá concedel-as, dando disso conhecimento ao Ministro.

Art. 40. Ficará sem effeito a licença concedida, si o empregado que a tiver obtido não entrar no gozo della dentro do prazo de um mez, contado do dia em que o acto da concessão for publicado no *Diario Official* ou em que lhe for comunicado.

Art. 41. Nenhum empregado poderá ter licença com ou sem vencimentos sem que tenha pelo menos seis mezes de exercicio effectivo na estrada ou em commissão do Governo.

Art. 42. O empregado que faltar oito dias consecutivos ou 15 em um mez, não se achando em gozo de licença, será considerado dispensado.

Art. 43. As horas de trabalho serão fixadas nos regulamentos especiaes de cada divisão, que serão organisados pelo director.

Art. 44. Todo o trabalho do pessoal operario jornaleiro, e só desse, executado fóra das horas de seu respectivo serviço ordinario, será retribuido com um acrescimo de salario, de accordo com a tabella organisa-da pelo director, sendo o maximo desso acrescimo um salario por quatro horas de serviço extraordinario.

Art. 45. Poderá o director mandar abonar dous terços de salario ao operario de qualquer categoria, que, por motivo de accidente em serviço, ficar impossibilitado de trabalhar, enquanto durar o impellimento, até o maximo de tres mezes.

Art. 46. O pessoal operario e jornaleiro terá direito a gosar nove dias de férias, sem prejuizo do respectivo salario, si durante o anno anterior não tiver dado falta alguma, justificada ou não.

Nenhuma gratificação será abonada a tal pessoal no caso de dispensar as férias.

Art. 47. As faltas disciplinares commettidas pelo pessoal titulado ou graduado, que não constituirem crime definido na legislação, serão punidas, segundo a sua gravidade, com as seguintes penas:

- 1ª — simples advertencia ;
- 2ª — reprehensão ;
- 3ª — multa ;

4.^a — suspensão ;

5.^a — demissão.

§ 1.^o O director poderá impôr qualquer dessas penas, cabendo-lhe propor ao Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas a ultima, quando se tratar de pessoal que não for de sua alçada nomear.

CAPITULO IX

DOS ARMAZENS E DEPOSITOS

Art. 48. Aos armazenistas e encarregados de depositos incumbem :

§ 1.^o A arrecadação e classificação do material existente e do que for adquirido para custeio e obras da divisão ;

§ 2.^o A verificação da quantidade ou peso e qualidade do material no acto de ser recebido, observando-se nos exames a estipulação dos respectivos contractos ou especificações das encomendas e pedidos e as amostras ou modelos adoptados ;

§ 3.^o A organização de pedidos para a aquisição do material necessario para supprimento do armazem ;

§ 4.^o A satisfação dos pedidos de fornecimentos rubricados pelo chefe da respectiva divisão autorizando o fornecimento, e dos pedidos de combustivel e lubrificantes feitos pelos machinistas ;

§ 5.^o A escripturação da carga, desarga e movimento do material ;

§ 6.^o Manter o armazem em perfeita ordem e asseio, acondicionando e arrumando os artigos sob sua guarda, zelando sua conservação, devendo, na hypothese de deterioração casual, dar immediatamente parte ao chefe da divisão, para ulterior resolução.

A falta de cumprimento destes deveres sujeita-o a responsabilidade ;

§ 7.^o Requisitar do chefe da divisão, sempre que for necessario, os peritos precisos para examinarem e avaliarem o material inservivel que existir ou for recolhido ao armazem, possibilidade e conveniencia de concerto para o que estiver no caso de ser depois novamente fornecido e venda em leilão para o que for imprestavel ou não tiver applicação na estrada ;

§ 8.^o Assignar os termos e passar declarações e recibos que devem constituir sua responsabilidade ;

§ 9.^o Apresentar ao chefe da divisão, até ao dia 5 de cada mez, nota, em duas vias, dos fornecimentos feitos durante o mez anterior, e até ao fim de janeiro de cada anno uma demonstração geral do movimento do material no anno anterior, e um inventario geral do material em ser.

As primeiras vias desses documentos devem ser destinadas á Contabilidade.

Art. 49. O armazenista será coadjuvado por um fiel, que terá especialmente a seu cargo o exame dos documentos justificativos do movimento da entrada e sahida dos materiaes do armazem, e é responsavel pela legalidade de todos os papeis que servirem de documentos para a escripturação, os quaes, depois de examinados e aceitos, serão por elle rubricados.

CAPITULO X.

DA RECEITA E DESPEZA

Art. 50. O pagamento do pessoal será feito mensalmente nos logares do trabalho.

Art. 51. Os fornecimentos e as contas serão pagos na Directoria.

Art. 52. Nenhum pagamento será effectuado sem que o respectivo pagamento tenha sido previamente processado e conferido pela secção encarregada da Contabilidade e tenha o — Pague-se — do director.

Art. 53. O director verificará semanalmente a caixa e a escripturação geral.

Art. 54. A compra de objectos, que em pequena quantidade forem necessarios, será feita pelo almoxarife, que recebera mensalmente do thesoureiro, precedendo ordem do director, até a quantia de 500\$000.

Art. 55. As despesas dos armazens e depositos serão escripturadas e figurarão com a rubrica propria em todas as demonstrações e balanços das despesas da estrada.

Art. 56. As contas, folhas de pagamento e reclamações que não forem satisfeitas até ao encerramento do respectivo exercicio, não o serão por conta do exercicio seguinte, mas enviadas ao Thesouro para o competente processo e liquidação.

Art. 57. A arrecadação das taxas de transporte devera ser feita de accordo com a exacta e rigorosa applicação das tarifas em vigor, recalhindo sobre o empregado ou empregados culpados a responsabilidade pelas differenças que forem verificadas quer em relação á receita propria da estrada, quer á arrecadada para outras vias-ferreas.

Art. 58. A escripturação da receita e despesa far-se-ha por exercicios, sendo organisa da de accordo com as instruções e modelos fornecidos pelo Thesouro Nacional.

Art. 59. Em caso algum o systema de escripturação e contabilidade central se afastará das regras proscriptas pela legislação de Fazenda.

Art. 60. As guias, conhecimentos e outros papeis justificativos da receita e despesa da estrada serão remettidos ao Thesouro na conformidade do decreto n. 10.145, de 6 de janeiro de 1889.

Art. 61. As notas de expedição, folhas, boletins, conhecimentos, relações, outros impressos e papeis justificativos da receita, movimento e mais serviço da estrada serão queimados, desde que estejam devidamente escripturados nos livros competentes e encerradas pelo chefe da respectiva divisão as contas e escripturação de cada anno.

Os livros, contas e recibos serão conservados pelo tempo fixado em lei para guarda de taes documentos.

Art. 62. O director enviará mensalmente ao Ministro e ao Thesouro a synopse da receita e despesa do trafego e a da despesa por conta de creditos especiaes, relativos ao mez anterior.

Art. 63. O producto da receita das estações será diariamente remettido pelos respectivos agentes ao agente da estação central. Estas remessas serão feitas em involucros amarrados, lacrados e sellados com o sello de cada estação, trazendo a indicação da quantia remettida em caracteres bem visiveis e serão entregues aos chefes de trem, que delles passarão recibo em livro especial, que para esse fim haverá em cada estação.

O agente passará aos chefes recibo dos involucros e os remetters ao thesoureiro-pagador, sendo elles abertos e verificados por este em presença do contador, como se acha prescripto no art. 8º.

CAPITULO XI

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 64. O director expedirá as instrucções ou regimentos internos indispensaveis á boa marcha de cada um dos serviços.

Art. 65. Aos chefes de divisão compete organizar e submeter á approvação do director os regulamentos que deverão reger os serviços das respectivas divisões, especificando a distribuição de cada classe de empregados e os processos e modelos a adoptar na escripturação, contabilidade e estatística.

Art. 66. Cada uma das divisões terá um registro de nomeações, admissões, licenças, promoções, penas e demissões dos respectivos empregados.

Art. 67. O director examinará, quando entender conveniente, por si ou por empregado que designar, a escripturação dos armazens e dos depositos, dando balanço no material existente, e providenciará acerca do destino que deya ter o imprestavel, encerrando definitivamente as contas até a data em que se ultimar o mesmo exame.

Art. 68. Todos os empregados que arrecadarem dinheiro ou tiverem objectos e valores sob sua guarda prestarão uma fiança correspondente á importancia da responsabilidade.

§ 1.º O thesoureiro-pagador prestará a de 15:000\$000.

§ 2.º O almoxarife prestará a de 6:000\$000.

§ 3.º Os fieis prestarão a de 2:000\$000.

§ 4.º Os armazenistas prestarão a de 1:000\$000.

Para os mais empregados serão as fianças fixadas pelo director e todas recolhidas pelo thesoureiro-pagador ao Thesouro Nacional, só podendo ser levantadas à vista de guia do director, em que seja declarado achar-se o empregado quite com a estrada.

Art. 69. Nos casos de allluencia de serviço o director poderá, com authorisação prévia do Ministro, admitir pessoal além do maximo das tabellas, dispensando-o logo que cessem as causas que justificaram o augmento.

Art. 70. Os agentes são obrigados a prestar a todos os chefes de divisão os auxilios que lhes requisitarem, uma vez que o possam fazer sem prejuizo manifesto do serviço da estação.

Art. 71. Nenhum serviço de qualquer das divisões se fará entre chaves das estações sem conhecimento prévio do agente.

Art. 72. Os chefes de divisão deverão communicar immediatamente ao director e todos os empregados aos seus chefes immediatos, qualquer accidente ou occurrencia extraordinaria que se der na estrada e suas dependencias, sob pena de demissão.

Art. 73. Nenhum empregado da estrada poderá ser distrahido para commissão ou serviço alheio ao da mesma estrada.

Art. 74. O director só concederá passagens gratuitas para objecto extranho ao serviço da estrada, em virtude de ordem do Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas.

Art. 75. Os empregados, quando viajando em serviço da estrada, terão passos livres, que serão recolhidos e conferidos com os demais bilhetes.

Art. 76. O director poderá conceder passagem livre aos empregados e às pessoas da familia do empregado, que residirem sob o mesmo tecto, para viagens motivadas por molestia.

Art. 77. Em caso de remocção do empregado, o director poderá conceder passagem livre para a familia e transporte gratuito dos moveis e bagagens.

Art. 78. Os filhos e tutelados dos empregados terão transporte gratuito para as escolas, fabricas e officinas, cumprindo que seja mensalmente exhibida ao director prova da frequencia.

Art. 79. As requisições de passagens e de transportes em serviço publico só serão attendidas quando feitas por autoridade declarada competente pelo Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas, sendo a importancia levada à conta do Estado, Ministerio ou repartição requisitante.

Art. 80. Para imposição das penas decretadas no regulamento anexo ao decreto n. 1930, de 26 de abril de 1857, contra pessoas extranhas à estrada, terá o director por si e seus empregados a autoridade conferida naquello regulamento aos engenheiros fiscaes.

Art. 81. O material ferreo rodante ou de consumo que tenha de ser importado do estrangeiro será adquirido de accordo com as instrucções especiaes que forem dadas pelo Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas.

Art. 82. Todos os empregados da estrada ao serviço das estações, dos trens e da via permanente usarão uniforme, que será marcado pelo director.

Art. 83. Nenhum adeantamento de dinheiro poderá ser feito aos empregados da estrada, seja qual for o motivo allegado.

Art. 84. O telegrapho da estrada poderá ser franqueado ao publico, sem prejuizo do serviço proprio.

Art. 85. Até o dia 15 de fevereiro de cada anno o director apresentará ao Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas um relatorio geral do anno anterior, expondo, com desenvolvimento, o estado da linha e do material, e as suas condições economicas.

Esse relatorio será acompanhado do balanço geral, da discriminação da receita, despeza por estações e productos, por divisões e por kilometro, do quadro do pessoal, do orçamento das despesas provaveis para o anno financeiro seguinte, e de quaesquer outras informações que possam aproveitar ou interessar à estrada.

Os quadros estatisticos, organisados de accordo com os modelos annexos, deverão ser remettidos até o dia 30 de junho.

Art. 86. Faz parte deste regulamento a tabella annexa, na qual se acham fixados os vencimentos que deverão perceber os empregados das tres estradas a que se refere o presente regulamento.

Art. 87. O director providenciará provisoriamente nos casos omissos do presente regulamento, quando a urgencia do serviço o exigir, e apresentará immediatamente ao Ministro, para que este providencie definitivamente.

Art. 88. Ficam revogados os decretos, todos os regulamentos e disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de maio de 1897.— *Joaquim Murtinho.*

Tabella de vencimentos do pessoal das Estradas de Ferro Central de Pernambuco, Sul de Pernambuco e Baturité

DESIGNAÇÃO DOS CARGOS	VENCIMENTOS ANNUAES		
	Ordemado	Gratificação	Total
Director	9.600\$000	4.800\$000	14.400\$000
Chefe de divisão	5.600\$000	2.800\$000	8.400\$000
Engenheiro residente	3.200\$000	1.600\$000	4.800\$000
Contador	3.200\$000	1.600\$000	4.800\$000
Guarda-livros	3.200\$000	1.600\$000	4.800\$000
Thesoureiro-pagador	3.200\$000	1.600\$000	4.800\$000
Almoxarife	3.200\$000	1.600\$000	4.800\$000
Official	1.920\$000	960\$000	2.880\$000
1º escripturario	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
2º "	1.280\$000	640\$000	1.920\$000
Amanuense	960\$000	480\$000	1.440\$000
Praticante	720\$000	360\$000	1.080\$000
Archivista-protocolista	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
Fiel de thesoureiro e de almoxarife	1.680\$000	840\$000	2.520\$000
Impressor	1.280\$000	640\$000	1.920\$000
Porteiro	800\$000	400\$000	1.200\$000
Agente de estação especial	1.920\$000	960\$000	2.880\$000
" " 1ª classe	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
" " 2ª "	1.360\$000	680\$000	2.040\$000
" " 3ª "	1.120\$000	560\$000	1.680\$000
Conferente de 1ª classe	800\$000	400\$000	1.200\$000
" " de 2ª "	720\$000	360\$000	1.080\$000
Fiel de estação	1.040\$000	520\$000	1.560\$000
Telegraphista de 1ª classe	960\$000	480\$000	1.440\$000
" " 2ª "	800\$000	400\$000	1.200\$000
" " praticante	560\$000	280\$000	840\$000
Chefe de trem de 1ª classe	1.140\$000	720\$000	2.160\$000
" " 2ª "	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
" " 3ª "	960\$000	480\$000	1.440\$000
Chefe de deposito de 1ª classe	2.400\$000	1.200\$000	3.600\$000
" " 2ª "	2.000\$000	1.000\$000	3.000\$000
Machinista de 1ª classe	1.920\$000	960\$000	2.880\$000
" " 2ª "	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
" " 3ª "	1.360\$000	680\$000	2.040\$000
Fogista de 1ª classe	960\$000	480\$000	1.440\$000
" " 2ª "	880\$000	440\$000	1.320\$000
" " 3ª "	800\$000	400\$000	1.200\$000
Mestre de officinas	2.800\$000	1.400\$000	4.200\$000
Apointador	1.280\$000	640\$000	1.920\$000
Armazenista	2.160\$000	1.080\$000	3.240\$000
Fiel do armazenista	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
Encarregados do deposito	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
Desenhista	2.400\$000	1.200\$000	3.600\$000
Inspector de estações	2.800\$000	1.400\$000	4.200\$000

Observações

1.ª O thesoureiro e seus fiéis terão 10 0/0 de seus vencimentos para quebras.
 2.ª A diaria do pessoal jornalheiro sera fixada pelo director, que poderá abonar de \$200 até \$800.

3.ª O director perceberá a diaria de \$8. os chefes de divisão a de \$7. o thesoureiro pagador, seus substitutos e o fiel de divisão a de \$6. os demais funcioneiros a de \$5.

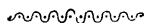
Estas diarias só serão concedidas quando em viagem de serviço e em vista do attestado do funcionario immediatamente superior, no qual se mencionarão o objecto e o tempo de serviço.

O director fará sua declaração por escripto, referindo igualmente o tempo e o objecto de serviço.

4.^a Aos empregados, que tiverem mais de 20 annos de serviço na propria estrada exercidos sem faltas graves e sem notas más, os vencimentos serão augmentados de 20 %.

5.^a O empregado que servir de secretario perceberá uma gratificação tal que adicionada a seus vencimentos perfaça o total de 4:800\$000.

Capital Federal, 1 de maio de 1897. — *Joaquim Murtinho.*



DECRETO N. 2506 — DE 1 DE MAIO DE 1897

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 3.757:400\$ para occorrer ao pagamento de indemnisação por lucros cessantes nos contractos rescindidos, do debito do Governo para com os empreiteiros e da liquidação de todos os serviços relativos a obras suspensas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe foi representado pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas na exposição que a este acompanha e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 7.^o, § 5.^o, do decreto n. 2409 de 23 de dezembro de 1896, decreta :

Art. 1.^o Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, nos termos da autorisação constante do art. 6.^o n. II § 23 da lei n. 429 de 10 de dezembro de 1896, o credito de 3.757:450\$ para occorrer ao pagamento de indemnisações por lucros cessantes em contractos rescindidos, do debito do Governo para com os empreiteiros apuradas nas medições finais de obras feitas e de liquidação de todos os serviços relativos a obras suspensas.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de maio de 1897, 9.^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

Demonstração do credito a que se refere o decreto n. 2506 desta data

EMPREITEIROS

Drummond & Passos:		
Pagamento de obras feitas no valor de 8.200:000\$ (medições finais).....	414:800\$000	
Indemnisação por lucros cessantes em obras a fazer no valor de 4.000:000\$000.....	185:200\$000	600:000\$000
<hr/>		
Malaquias Toohey :		
Pagamento de obras feitas no valor de 934:000\$ (medições finais).....	18:680\$000	
Indemnisação por lucros cessantes em obras a fazer no valor de 2.400:000\$000.....	341:320\$000	360:000\$000
<hr/>		
Florencio José de Freitas Reis e Alfredo de Freitas Reis :		
Pagamento de obras feitas no valor de 1.171:000\$ (medições finais).....	23:420\$000	
Indemnisação por lucros cessantes de obras a fazer no valor de 1.250:000\$000.....	201:580\$000	225:000\$000
<hr/>		
Joseph Lynch :		
Pagamento de obras feitas no valor de 98:000\$ (medições finais).....	4:900\$000	
Indemnisação por lucros cessantes em obras a fazer no valor de 1.500:000\$000.....	295:100\$000	300:000\$000
<hr/>		
Antonio Bento de Souza :		
Pagamento de obras feitas no valor de 876:000\$ (medições finais).....	43:800\$000	
Indemnisação por lucros cessantes em obras a fazer no valor de 500:000\$000.....	56:200\$000	100:000\$000
<hr/>		
Alfredo Novis :		
Pagamento de obras feitas no valor de 403:630\$ (medições finais).....	20:181\$000	

Indemnisação por lucros cessantes em obras a fazer no valor de 2.276:000\$000.....	139:819\$000	160:000\$000
--	--------------	--------------

D. Mathilde Macedo de Araujo Borges :

Pagamento de obras feitas no valor de 1.000:000\$ (medições finais).....	50:000\$000	
Indemnisação por lucros cessantes em obras feitas no valor de 2.000:000\$000.....	350:000\$000	400:000\$000

Joaquim Caetano Pinto Junior :

Pagamento de obras feitas no valor de 1.500:000\$ (medições finais).....	75:000\$000	
Indemnisação por lucros cessantes em obras a fazer e em transportes a executar no valor de 19.800:000\$000.....	1.025:000\$000	1.100:000\$000

João Lins Cavalcanti de Albuquerque :

Pagamento de obras feitas no valor de 330:700\$ (medições finais).....	16:535\$000	
Indemnisação por lucros cessantes em obras a fazer no valor de 1.500:000\$000.....	133:465\$000	150:000\$000

Manoel Rodrigues Porto :

Pagamento de obras feitas no valor de 40:000\$ (medições finais).....	400\$000	
Indemnisação por lucros cessantes em obras no valor de 4:000\$000.....	50\$000	450\$000

Bernardino José de Paiva :

Pagamento de obras feitas no valor de 500\$ (medições finais e provisoria).....	500\$000	
Indemnisação por lucros cessantes em obras a fazer no valor de 17:000\$000.....	1:500\$000	2:000\$000

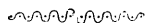
Henrique Bernardes de Oliveira :

Pagamento de obras feitas no valor de 374:000\$ (medições finais).....	18:700\$000	
Indemnisação por lucros cessantes em obras a fazer no valor de 600:000\$000.....	41:300\$000	60:000\$000

Augusto Xavier Carneiro da Cunha :

Pagamento de obras feitas no valor de 253:000\$ (medições finais).....	12:650\$000	
Indemnisação por lucros cessantes em obras a fazer no valor de 65:000\$000.....	7:350\$000	20:000\$000
		<hr/>
		3.477:450\$000
Liquidação.....		280:000\$000
		<hr/>
		3.757:450\$000

Capital Federal, 1 de maio de 1897.— *Joaquim Mortinho.*



DECRETO N. 2507 — DE 4 DE MAIO DE 1897

Publica a entrada da Colonia Inglesa do Ceylão na Convenção Telegraphica Internacional

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a entrada da Colonia Inglesa do Ceylão na Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo, segundo a comunicação da Imperial e Real Legação da Austria-Hungria, de 24 de abril proximo passado, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official esta accompanha.

Capital Federal, 4 de maio de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio W. de Castro Cerqueira.

TRADUCÇÃO — Imperial e Real Legação da Austria-Hungria.— Petropolis, 24 de abril de 1897.

Em virtude de uma communicação feita ao Imperial e Real Ministro do Exterior pela Real Legação da Gran-Bretanha em Vienna, a Colonia Inglesa do Ceylão entrou na Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo, e segundo o seu

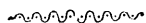
desejo foi collocada na sexta classe quanto á contribuição para o custeio da Repartição Internacional dos Telegraphos.

Segundo o desejo do Real Ministerio do Commercio Hungaro, na sua qualidade de encarregado da Administração, tenho a honra de pedir a V. Ex. que faça disso sciente as autoridades competentes, com a observação de que as particularidades restantes serão fornecidas pela Repartição Internacional dos Telegraphos ás Administrações do Estado e Territorios da União.

Queira aceitar, Sr. Ministro, a expressão da minha mais alta consideração.

MEZEY.

A S. Ex. o Sr. General Dionísio E. de Castro Carqueira,
Ministro do Exterior, etc. etc. etc.



DECRETO N. 2598 — DE 4 DE MAIO DE 1897

Concede autorização á *The Faria Gold Mining Company of Brasil, limited*, para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Faria Gold Mining Company of Brasil, limited*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorização á *The Faria Gold Mining Company of Brasil, limited*, para funcionar na Republica, limitando-se, porém, aos trabalhos de mineração e seus accessorios no Estado de Minas Geraes, sob as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro do Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, ficando os outros serviços mencionados nos respectivos estatutos dependentes de nova autorização do Governo Federal.

Capital Federal, 4 de maio de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Martinho.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2598 desta data**

A *The Faria Gold Mining Company of Brasil, limited*, é obrigada a ter um representante na Republica, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as

questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção, fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente authorisação.

III

Fica dependente de authorisação do Governo qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a authorisação para funcionar na Republica si infringir esta clausula.

IV

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Capital Federal, 4 de maio de 1897.— *Joaquim D. Martinho.*

Eu abaixo assignado Johannes Jochim Christian Voigt, traductor publico juramentado e interprete commercial matriculado no Meritissimo Tribunal Commercial desta praça para as linguas allemã, franceza, ingleza, sueca, dinamarqueza, hollandeza e hespanhola, escriptorio na rua de S. Pedro n. 14, sobrado.

Certifico pela presente em como foi apresentado um folheto contendo um *memorandum* escripto na lingua ingleza, afim de o traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente vertido diz o seguinte:

**Memorandum de Associação da «Faria Gold Mining
Company of Brasil, limited ».**

A

Numero quarenta e sete mil seiscentos e dezoito — C. N. L. quarenta e seis mil seiscentos e treze. Registrado dezeses mil setecentos e um. Estava o sello da secretaria de registros de companhias de 11 de agosto de 1896.

Memorandum de Associação da Faria Gold Mining Company of Brasil, limited.

1º, o nome da Companhia é *The Faria Gold Mining Company of Brasil, limited*;

2º, o escriptorio registrado da companhia será sito na Inglaterra;

3º, os fins da companhia, são:

a) adquirir, por compra ou por outra forma, quaesquer minas, terras matallíferas, direitos, dominios e bens de mineração, na America do Sul ou outra qualquer parte, e em particular adquirir certas minas de ouro, bees, terras, dominios e direitos actualmente ou de antes de propriedade de uma companhia conhecida como minas de ouro de Faria, hoje em liquidação, juntamente com o seu activo e effeitos e com vistas a isso celebrar e levar a effeito, com ou sem modificações, dous differentes contractos datados respectivamente de 30 de outubro de 1895 e de 17 de abril de 1896, o primeiro tendo sido feito entre Emil Grayer, liquidante da Sociedade *Société des Mines d'Or de Faria* e de uma parte, e o *Brazilian Mines Syndicate, limited*, de outra parte; e o segundo contracto feito entre a *Brazilian Mines Syndicate limited*, de uma parte, e George Handel Wells, como procurador da *Faria Gold Mining Company of Brasil, limited*, da outra parte;

b) realizar na America do Sul ou outra qualquer parte os negocios de exploração e trabalho do ouro, quartzo aurífero e outros metaes e mineraes, preparal-os para o mercado, extrahir e preparar metaes e productos mineraes e dispor delles e, em geral, realizar as operações de proprietarios de minas, metallurgistas, negociantes e trabalhadores em metal;

c) melhorar, gerir, desenvolver, tirar vantagem, cultivar e realizar operações de cultivadores das terras e propriedades da companhia e de preparadores e negociantes do producto do cultivo das terras e propriedades da companhia;

d) construir ou adquirir na America do Sul ou outra qualquer parte, edificios, obras, machinismos, plantas e ferramentas, construir obras para esgotamento ou desenvolvimento de propriedades mineraes, para irrigação ou desenvolvimento de propriedades agricolas ou para deposito, manufactura, embarque, compra ou disposição de generos, fazer estradas (com ou sem trillhos), canaes, aqueductos, cursos de agua, e outros trabalhos, para quaesquer fins que tenham relação com os negocios da companhia; dispor e tirar vantagens desses edificios, machinismos, plantas e utensilios ou qualquer interesse em quaesquer dessas obras, e adquirir e explorar materiaes rodantes, barcos, navios e meios de transporte, quer para disposição dos bens da companhia, quer como fonte independente de lucro;

e) comprar ou por outra forma adquirir quaesquer bens moveis ou immoveis e quaesquer direitos, vantagens, privilegios, concessões ou licenças que possam ser necessarios ou convenientes para quaesquer dos negocios da companhia;

f) adquirir direitos de patentes e privilegios de igual natureza, no Reino Unido ou em outro qualquer paiz, colonia ou Estado, para qualquer systema de manufactura, de qualquer maneira, em relação com quæesquer operações da companhia e tirar proveito disso manufacturando, conferindo licenças ou de outra forma;

g) subscrever para qualquer empreza ou auxilia-a, quando offereça vantagens para os fins da companhia e comprar e possuir acções ou interessar em qualquer companhia ou sociedade que offereça essas vantagens;

h) vender, alugar, dispor de qualquer propriedade mineral ou outra da companhia, quer a uma outra companhia ou outro comprador e quer por meio de venda ou transferencia ou por quæesquer outros termos e ou por acções em alguma companhia ou em termos de participar de lucros ou em outros quæesquer termos;

i) fundir-se com qualquer companhia, corporação, firma ou pessoa, que tenha fins semelhantes ou faça operações idênticas a qualquer das desta companhia, ou celebrar qualquer ajuste para participar dos lucros ou para cooperar em ou para auxiliarem-se mutuamente;

j) empregar e emprestar os dinheiros da companhia, que não sejam immediatamente precisos, da maneira que ella julgar conveniente;

k) adquirir toda ou qualquer parte dos seus ou negocios de qualquer companhia ou associação que tenha fins idênticos a qualquer dos desta companhia;

l) levantar e tomar a emprestimo dinheiro da maneira que lhe parecer conveniente e hypothecar ou onerar, absoluta e condicionalmente, toda ou qualquer parte dos seus moveis ou de raiz ou outro activo da companhia, incluindo chamadas por pagar ou capital não pago; tambem tomar a emprestimo qualquer importância ou importancias de dinheiro, por titulos, letras de câmbio, notas promissórias, *bonds* de *debentures*, ou outros, como possa ser considerado conveniente ou vantajoso para a companhia, segundo possam os seus directores determinar;

m) proteger a qualquer outra companhia para adquirir todos ou qualquer parte dos bens e realizar qualquer dos compromissos da companhia, ou emprehenler quæesquer negocios ou operações que possam auxiliar a companhia, e para esse fim pagar, dos fundos da companhia, todas as despesas da ou incidentes a formação de qualquer de taes companhias e da emissão de seu capital, inclusive corretagem e commissões para angariar pedidos de acções ou para passal-as;

n) distribuir quæesquer acções, *debentures*, garantias ou outros bens, entre os membros da companhia em especie;

o) fazer tudo o mais que seja incidental ou que leve ao consequimento dos fins supraditos de qualquer delles.

4.º A responsabilidade dos membros é limitada;

5.º O capital da companhia é de 60.000 libras esterlinas, dividido em 60.000 acções de uma libra esterlina cada uma, com poderes para augmental-o ou reduzi-lo e de forma que o capital da companhia (original ou augmentado) possa ser dividido em diferentes classes, possuido nos termos prescriptos pelos estatutos e resoluções especiaes da companhia e de forma que as respectivas classes de acções possam ter e estejam sujeitas ás preferencias e restricções (si houver) que possam ser prescriptas pelos estatutos e resoluções especiaes. Qualquer parte do capital da companhia pôde ser emittido em fundo ou em acções, o qual será considerado ou creditado como parcial ou totalmente pago ou em garantias de acções ao portador, para acções totalmente pagas e poderão ser pagos a quaesquer accionistas os juros que possam ser convencionados sobre todas as importancias pagas em adeantamentos de clausulas.

Nós, as diversas pessoas cujos nomes e residencias se acham subscriptas, desejando nos formar em uma companhia, de conformidade com este *memorandum* de associação, respectivamente concordamos tomar o numero de acções no capital da companhia, expresso ao lado dos nossos respectivos nomes.

NOMES, RESIDENCIAS E QUALIDADES DOS SUBSCRIPTORES	NUMERO DE ACÇÕES TOMADAS POR CADA SUBSCRIPTOR
Ernest William Mantle, 21 Glassi Glasslyn Road, Crouch End, n., empregado do commercio.....	1
Benjamin Washington Green, 118 Barry Road, East Dulwich, S. E., empregado do commercio.....	1
Walter de Costa Keys, 68 Church Road, Southgate Road, n., empregado do commercio...	1
Rowland John Jones, 6 Milford Terrace, Catford, contador.....	1
Dermot Gabell O'Neill, 45, The Gardens, East Dulwich, S. E., empregado do commercio...	1
Robin Bawtree Leofwine Cottage, Keston, empregado do commercio.....	1
Arthur James Larkman, 23 Weltje Road, Ravenscourt Park, n., empregado do commercio.	1

Datada aos vinte de abril de 1896.

Testemunhas das assignaturas acima:

George Hande Wells 16, Fassett Road Dalston, N. E., contador.

Por cópia fiel — (Assignado) *Ernest Cleave*, assistente.

Registro das « Joint Stock Companies » (sociedades anonymas).
Impresso em papel sellado de um shilling.

Pagou tres shillings em estampilhas da Registração de Companhias, que estavam devidamente inutilisadas pelo carimbo respectivo, de 11 de agosto de 1896.

Nada mais continha nem declarava o folheto de *memorandum* da associação da *Faria Gold Mining Company of Brasil, limited*, escripto em inglez, que bem e fielmente verti do proprio original, ao qual me reporto.

Em fê do que passei a presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da Republica do Brazil, aos onze de outubro de mil oitocentos noventa e seis.— *Johannes Jochim Christian Voigt*, traductor publico juramentado.

Eu abaixo assignado Johannes Jochim Christian Voigt, traductor publico juramentado e interprete commercial matriculado no meritissimo Tribunal Commercial desta praça, para as linguas allemã, franceza, ingleza, sueca, dinamarqueza, hollandez e hespanhola, escriptorio na rua de S. Pedro n. 14, sobrado:

Certifico pela presente em como me foram apresentados uns estatutos escriptos na lingua ingleza, afin de os traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente vertidos dizem o seguinte:

Estatutos da « Faria Gold Mining Company of Brasil, limited »

B

Numero quarenta e sete mil seiscentos e dezoito.— C. N. II.—
Quarenta e seis mil e seiscentos e treze até tres.

Registrado mil seiscentos e setenta v., de 20 de abril de mil oitocentos noventa e seis. As disposições da tabella — A — da lei sobre companhias de 1862, não terão applicação á companhia, porem, em logar dellas, os estatutos da companhia serão como segue:

Interpretação

1.º Na comprehensão destes estatutos, as palavras que se acham no numero singular incluirão o plural, as que se acham no plural incluirão o singular, as que se acham no genero

masculino incluirão o feminino, as palavras designando pessoas incluirão corporações e escriptos incluirão impressões, lithographias e outros substitutos usuaes da escripta; «mez» entender-se-ha mez do calendario, o «registro» significará o registro de membros, exigido pela lei de companhias de 1862.

Negocios

2.º O escriptorio da companhia será sito no lugar, em Inglaterra, que os directores possam a todo tempo designar.

Os directores poderão tambem estabelecer escriptorios filiaes nos logares que a todo tempo julgarem necessarios, para o effizaz funcionamento dos negocios da companhia.

A companhia, agindo pelos directores, poderá exercer todos os poderes da lei de 1864, sobre sellos de companhia.

3.º A companhia poderá encetar operações, não obstante não estar distribuida ou subscripta qualquer parte do capital.

4.º As primeiras transacções da companhia serão adoptar por sua parte os contractos mencionados na clausula 3ª, secção «a» do *memorandum* de associação, com ou sem modificações ou alterações que os directores julgarem convenientes e as outras partes do dito contracto sujeitarem-se, e executar os negocios de mineração e outros sobre os ditos bens.

5.º Os directores não serão responsaveis pela validade legal de qualquer contracto de mineração ou outros direitos de propriedade dos vendedores das terras mencionadas no *memorandum* de associação, porém poderão acceitar o direito dos vendedores a ellas; e com relação a direitos de mineração em qualquer parte das ditas terras, sobre as quaes exista qualquer duvida, os directores poderão acceitar esses direitos de mineração como os vendedores os possuem.

Capital

6.º Os directores poderão, sujeitos ás disposições da lei sobre companhias de 1868, emitir quaesquer acções integral ou parcialmente, pagas como pagamento ou parte de pagamento de qualquer propriedade adquirida pela companhia ou de obra feita para ella, e podem, com relação a quaesquer acções (incluindo acções em lugar de acções cahidas em commisso ou entregues), que a todo tempo ficarem por emitir (depois de promoverem a aquisição das terras mencionadas no *memorandum* de associação), podem emitil-as ás pessoas e nos termos que elles julgarem convenientes.

7.º Si estiverem duas ou mais pessoas registradas como possuidoras de qualquer acção, qualquer uma dellas poderá passar recibos validos por qualquer dividendo que for pago por essa acção.

8.º A companhia não será obrigada a reconhecer interesse parcial, equitativo, futuro ou contingente, em qualquer acção, nem responsabilidade conjunta ou dividida relativa á qualquer acção, nem qualquer outro interesse ou responsabilidade a respeito de qualquer acção, a não ser o interesse e responsabilidade do possuidor registado da acção.

9.º Todo membro terá direito a um certificado com o selo commum da companhia, especificando as acções que elle possuir, com os respectivos numeros e as importancias que por elle tiver pago.

10. Si se estragar ou perder-se esse certificado, poderá elle ser renovado sob o pagamento de um shilling ou menor somma e com a indemnisação ou nos termos quanto á prova, ou de outra fórma que os directores possam determinar.

11. Sujeitas a qualquer disposição em contrario, que possa ser feita pela assembléa que sancionar o augmento de capital, todas as acções novas serão dispostas da maneira por que os directores julgarem de mais beneficio para a companhia.

12. Sujeito a quaesquer direitos especiaes, privilegios, prioridades ou vantagens que possam ser inherentes a quaesquer acções novas, qualquer capital levantado pela creação de novas acções será considerado como acções ordinarias e como parte do capital original, e essas novas acções serão sujeitas ás mesmas disposições com referencia ao pagamento de chamadas e ao confisco de acções por falta de pagamento de chamadas, e por outra fórma como si essas novas acções tivessem feito parte do capital original.

13. Qualquer privilegio ou incidentes especiaes ligados a qualquer classe especial de acções podem, para o fim de desistirse desses privilegios ou incidentes especiaes no todo ou em parte, ser alterados por meio de resolução especial subsequente, contanto que os possuidores de tres quartos dessa classe especial de acções consentam por escripto em tal resolução especial; ficando entendido que os possuidores de acções ordinarias não serão considerados de classe especial para os fins deste artigo; e todas as acções da companhia serão consideradas emitidas e possuidas nos termos expressos neste artigo.

14. A companhia póde a todo tempo reduzir o capital ou subdividir acções, de maneira e com qualquer dos incidentes prescriptos ou conferidos pelas leis de companhias de mil oitocentos sessenta e sete e mil oitocentos setenta e sete.

Chamadas

15. Os directores podem, com relação a quaesquer acções não emitidas como realizadas integral ou parcialmente para a compra de propriedade, exigir que essa quantia seja paga sob applicação e distribuição da acção que elles julgarem conveniente e podem a todo tempo fazer as chamadas a respeito do dinheiro por pagar por essas acções, como julgarem conveniente,

contanto que (salvo ajustado por outra fôrma como parte do contracto para tomada de acções) se dê aviso de sete dias para cada chamada e que nenhuma chamada exceda de uma quarta parte da importância da acção ou seja pagavel antes de decorridos dous mezes depois do dia em que a ultima chamada prévia se tornou pagavel; cada membro será obrigado a pagar a importância das chamadas ás pessoas e na época e lugar designados pelos directores. As prestações que tiverem de ser pagas por quaesquer acções emitidas em termos que prescrevam que os pagamentos deverão ser feitos em datas fixadas, serão consideradas como chamadas feitas de accordo com estes estatutos, e os supraditos pagamentos serão feitos como e quando determinados por esses termos.

16. A responsabilidade do membros conjuntos, possuidores de uma acção, com relação ás chamadas sobre essa acção, será tanto separada como conjunta.

17. Será considerada ter sido feita a chamada na época em que foi passada a resolução dos directores autorisando-a.

18. Si a chamada ou prestação a pagar-se por qualquer acção não for paga antes ou no dia designado para o seu pagamento, o possuidor actual dessa acção será obrigado a pagar juros sobre as referidas chamadas em atraso, á taxa que os directores determinarem, não excedendo a de 10 % ao anno, desde o dia designado para o seu pagamento até a data do pagamento effectivo.

19. Os directores podem, si julgarem conveniente, receber de qualquer accionista que queira adiantar a toda e qualquer parte das importancias por pagar sobre as acções que elle possuir, além da somma actualmente chamada, e a importância assim paga adiantada ou tanto quanto della estiver, todo tempo em adiantamento de chamadas dará ao possuidor direito aos juros, á taxa e nos termos que forem combinados entre o accionista que adiantou a somma, e os directores convencionarem.

Transferencia e transmissão de acções

20. O instrumento de transferencia de qualquer acção da companhia podera ter a fôrma geralmente usada e será passado tanto pelo transferente como pelo transferido, e o transferente será considerado ficar possuidor dessa acção até que o nome do transferido seja respectivamente lançado no registro.

21. Antes do registro de qualquer transferencia o instrumento de transferencia será deixado no escriptorio da companhia juntamente com o certificado das acções que tem de ser transferidas e com qualquer outra prova que os directores possam exigir para provar-se o titulo do transferente e a transferencia será de então por deante guardada pela companhia.

22. Pagar-se-ha pelo registro de qualquer transferencia ou transmissão de acções uma quantia não excedente a dous shillings e seis pence que os directores a todo tempo marcarem.

23. Os directores podem, dando ou não a razão, recusar o registro de transferencia de acções não integralizadas a qualquer pessoa não approvada por elles, ou feita conjuntamente ou só por qualquer accionista devedor á companhia ou obrigado para com a companhia ou qualquer transferencia de acções feita por menores ou pessoa insana.

24. Os livros de transferencia poderão estar fechados durante o tempo que os directores possam determinar, contanto que não o sejam por mais de 30 dias em cada anno.

25. Os testamenteiros ou inventariantes de um accionista fallecido, que na época de seu fallecimento era o unico possuidor de quaesquer acções, serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo direito a essas acções, e os sobreviventes de quaesquer accionistas conjuntamente habilitados a quaesquer acções serão as unicas pessoas reconhecidas como tendo direito ás acções assim conjuntamente possuidas.

26. Qualquer pessoa interessada em uma acção em razão de morte, fallencia ou insolvabilidade de qualquer accionista, ou de casamento de qualquer mulher accionista, ou por quaesquer outros meios legais, a não ser por transferencia, de conformidade com estes regulamentos, pôde, apresentando as provas que os directores julgarem sufficientes, ser ella mesma registrada como possuidora dessa acção ou pôde, apresentando essas provas e fazendo uma transferencia de accordo com estes regulamentos, fazer registrar o transferido como esse possuidor, ficando entendido que os directores terão o mesmo arbitrio de recusar o registro de um transferido como no caso de transferencias por membros registrados.

27. Pessoa nenhuma, reclamando um titulo para uma acção por transmissão, terá direitos a respeito de tal acção, excepto o de ser registrado ou fazer registrar o seu transferido, de accordo com os regulamentos da companhia, e um direito para receber dividendos (si houver) actualmente declarados antes da morte ou outra transmissão de interesses.

Commisso de acções

28. Si qualquer accionista deixar de pagar qualquer chamada ou prestação no dia marcado para o seu pagamento, os directores podem em qualquer tempo depois, durante o tempo em que a chamada ou prestação estiver por pagar, mandar-lhe um aviso para pagar essa chamada ou prestação, juntamente com juro não excedendo a 10 % ao anno, e quaesquer despesas que tenham provindo por essa falta de pagamento; e declarando que no caso de não pagamento no dia e no lugar (quer no escriptorio da companhia, quer em um banco) designado no dito aviso, a acção ficará sujeita a commisso.

29. Si as exigencias de qualquer aviso como dito acima não forem attendidas, a acção, a cujo respeito tenha sido dado esse aviso, poderá ser em qualquer tempo depois confiscada por uma

resolução dos directores para este fim, e o possuidor della deixará dahi em diante de ter qualquer interesse nella, e o seu nome será riscado do registro como possuidor; mas será, não obstante o confisco responsavel pelo pagamento á companhia de todas as chamadas ou prestações devidas pelas acções na data do confisco e do respectivo juro si houver.

Resignação de acções

30. Si por qualquer causa que seja os directores julgarem conveniente, elles poderão aceitar a resignação de qualquer acção nos termos que julgarem conveniente, contanto que parte nenhuma do activo da companhia seja empregada na compra das suas proprias acções ou em empréstimos sobre a garantia das mesmas.

Venda e cancellação e re-emissão de acções confiscadas ou entregues

31. Os directores podem vender qualquer acção confiscada ou resignada, como julgarem conveniente, e registrar o comprador como o seu possuidor.

32. Os directores podem cancelar qualquer acção adquirida por confisco ou resignação, e emittir uma nova em lugar daquella.

Direito de penhor sobre acções

33. A companhia terá um primeiro e primordial direito de penhor sobre as acções não integralisadas de qualquer membro que estiver em divida para com a companhia, e sobre todos os dividendos e beneficios que lhe couberem em virtude dessas acções para pagamento das dividas vencidas ou por qualquer contracto por cumprir e esse direito de penhor existirá por dividas devidas por esse membro, quer só, quer conjuntamente com qualquer outra pessoa, e por quaesquer dividas que se tornem devidas antes de um registro actual de uma transferencia, si os directores tiverem recusado esse registro por qualquer das razões já mencionadas e se estenderá ao interesse absoluto em qualquer acção pertencente a um membro conjuntamente com outra qualquer pessoa.

34. A companhia terá o direito de effectuar esse penhor por venda ou confisco e re-emissão das acções ou pela retenção de todos os dividendos e lucros relativos a ellas, ou por qualquer combinação dos mesmos meios.

Direito a acções

35. Afim de levar-se a effeito uma venda de qualquer acção adquirida pela companhia por confisco ou entrega que os directores possam preferir vender a cancelar e re-emittir, ou uma acção a cujo respeito existia tal penhor, os directores podem ex-

ecutar sob o sello da companhia uma transferencia dessa acção ao seu comprador, e essa transferencia conferirá os mesmos direitos ao transferido como si ella tivesse sido executada pelo accionista em cujo nome a acção tiver sido registrada; ficando entendido que a venda de qualquer acção a respeito de um penhor não terá logar sem aviso prévio de um mez ao seu possuidor registrado.

36. O recurso de qualquer accionista por qualquer irregularidade em qualquer confisco de uma acção ou na excussão de um penhor, ou penhor allegado sobre qualquer acção, será sómente por damnos, e o registro será prova concludente de direito a uma acção contra qualquer pessoa que reclame como ou por possuidor primitivo de uma acção que os directores tenham tencionado confiscar, cancellar ou dispor, segundo os regulamentos da companhia.

Conversão de acções em capital

37. Os directores podem com a sancção da companhia, previamente dada em assembléa geral, converter quaesquer acções integralisadas em capital.

38. Quando quaesquer acções forem convertidas em capital, os diversos possuidores desse capital podem desde então transferir os seus respectivos interesses nelle ou qualquer parte desses interesses, da mesma maneira e sujeitos aos mesmos regulamentos, como e sujeitos aos quaes quaesquer acções no capital da companhia possam ser transferidas, ou tanto quanto as circunstancias o admittam. Porém da maneira que os directores poderão crear regulamentos quanto á importancia minima de capital que póde ser transferido e sobre que partes de uma libra (si houver) póde ser transferido.

39. Os diversos possuidores do capital terão direito de participação nos dividendos e lucros da companhia, conforme a importancia de seus respectivos interesses em tal capital, e esses interesses conferirão, em proporção á sua importancia, aos seus respectivos possuidores os mesmos privilegios e vantagens para votarem em assembléa da companhia, e para outros fins, como si tivessem sido conferidos por acções de importancia igual no capital da companhia, porém de fórma que nenhum desses privilegios ou vantagens, excepto a participação nos dividendos e lucros da companhia, será conferido por qualquer parte aliquota de capital consolidado, como não teriam, si existindo em acções, conferido esses privilegios ou vantagens,

Garantes de acções

40. A companhia póde emittir garantas nos e sujeitos aos termos, condições e disposições aqui adeante contidos com referencia a acções ou capital pagos, declarando que o portador

do garante tem direito ás acções ou capital nelle especificados ; esse garante terá effeito de conformidade com as disposições da lei de companhias de mil oitocentos sessenta e sete ou qualquer outra lei em vigor então a elles applicavel.

41. Os garantes de acções serão emitidos com o sello da companhia, assignados por dous directores e rubricados pelo secretario ou por outro qualquer empregado no lugar do secretario para isso nomeado pelos directores.

42. Cada garante de acção conterá o numero de acções ou a importancia do capital e será no idioma e fôrma que os directores julgarem conveniente. O numero originalmente lançado em cada acção será declarado no garante da acção.

43. Serão annexados aos garantes de acções *coupons* pagaveis ao portador do numero que os directores julgarem proprio, providenciando para os pagamentos dos dividendos ou juros sobre ou a respeito das acções ou o capital nelles incluídos.

44. Os directores providenciarão da maneira que elles julgarem a todo tempo conveniente, para emissão de novos *coupons* aos portadores de então de garantes de acções, quando os *coupons* a elles annexos tiverem acabado.

45. Cada *coupon* se distinguirá pelo numero do garante de acção ao qual elle pertence e por um numero designando o lugar que elle occupa na serie de *coupons* pertencentes áquelle garante. Os *coupons* não exprimirão serem pagos em nenhum periodo particular, nem conterão declaração alguma sobre a importancia que tiver de ser paga. Elles serão pagos no lugar ou lugares e serão em outros respetos na lingua e fôrma que os directores a todo tempo julgarem conveniente.

46. O portador de então de um garante de acções, sujeito, porém, aos regulamentos da companhia que na occasião sejam applicaveis ás acções ao portador e até a extensão sómente e sob as condições previstas, será um accionista da companhia a respeito das acções ou capital especificados no dito garante de acções, mas não terá o direito de votar por procuração em assumptos relativos ás acções ou capital nelle incluídos.

47. Depois de declarado pagar-se dividendos ou juros sobre as acções ou capital especificados, em qualquer garantia de acção, os directores publicarão um aviso em um jornal diario, publicado em Londres o em outros jornaes da Inglaterra ou fóra (si houver), que elles julgarem conveniente, declarando a importancia por acção ou por cento a pagar-se, a data do pagamento e o numero de serie do *coupon* que tem de ser apresentado ; e dali qualquer pessoa que apresentar ou entregar um *coupon* daquelle numero de serie no lugar ou em um dos logares declarados no *coupon* ou no dito annuncio, terá direito a receber á expiração desse numero de dias (não excedendo a cinco), depois da entrega que o sdirectores a todo tempo marcarem, o dividendo ou juro por pagar-se por todas as acções ou capital especificadas no garante de acção, ao qual pertencer o referido *coupon*, de conformidade com o aviso que tiver sido assim dado por annuncio.

48. A companhia, não obstante qualquer aviso ou conhecimento que ella possa receber ou ter, não será responsavel por obrigada a reconhecer qualquer direito legal ou de equidade, titulo ou interesse em ou a respeito de quaesquer acções ou capital representados por um garante de acções, exceptuando os seguintes direitos :

a) um direito absoluto ao portador de então de qualquer *coupon* assim avisado, como acima dito, para pagamento da importância de dividendo ou juro sobre o garante de acção ao qual pertencia o dito *coupon* que tiver sido como acima declarado pagavel á apresentação e entrega daquelle *coupon*.

Este direito, porém, absolutamente cessará e finalizará, si o dito portador de qualquer maneira perder ou extraviar o dito *coupon*, ou si este de alguma maneira se destruir ;

b) um direito absoluto ao portador de então ás acções ou capital incluídos no referido garante e todos os beneficios nelle, além do dividendo ou juro que for, como acima dito, pagavel pelas ditas acções ou capital.

Este direito, porém, cessará e terminará absolutamente si o dito portador de qualquer maneira perder ou extraviar o dito garante de acção e *coupons* não annunciados, ou qualquer delles, ou si os mesmos ou qualquer um delles de qualquer fórma se destruir.

49. Pessoa nenhuma, como portador de um garante de acção, terá o direito ou lhe será permittido de assistir, ou votar ou exercer qualquer dos direitos de accionista em qualquer assembléa geral da companhia a respeito das acções ou capital especificados no garante de acções, salvo si com antecedença de sete dias, pelo menos, antes do dia marcado para a reunião, tiver depositado o dito garante de acção no escriptorio ou em qualquer logar que os directores a todo tempo determinarem, juntamente com uma declaração por escripto do seu nome e residencia, e si o dito garante de acção ficar assim depositado até depois que a assembléa geral tiver tido logar.

Os nomes de mais de uma pessoa como proprietarios collectivos de um garante de acção não serão recebidos.

Entregar-se-ha ao portador, que assim depositar um garante de acção, um certificado declarando o seu nome e residencia, e o numero de acções, ou a importancia de capital especificada no garante de acção assim depositada por elle, o qual certificado lhe dará direito de assistir e votar na assembléa geral, da mesma maneira (porém não mais) como si elle fosse accionista registrado a respeito das acções ou capital especificados no dito certificado, sob entrega deste certificado, a elle dado, sendo-lhe devolvido o garante de acção do qual tenha sido dado.

50. Pessoa nenhuma como portadora de um garante de acção terá direito de exercer a respeito das acções ou capital, nelle especificados, o direito conferido aos membros pelo art. 63, de assignar um requerimento para a convocação de uma assembléa geral extraordinaria ou o direito a elles dado pelo art. 65 para convocar essa assembléa, sem que antes que o dito requerimento

seja deixado no escriptorio da companhia ou que o aviso pelos accionistas que convocarem a assemblea seja publicado (segundo possa ser o caso), elle tenha depositado o dito garante de accção no escriptorio da companhia, juntamente com uma declaração por escripto do seu nome e residencia, e em qualquer destes casos o referido garante de accções ficará depositado até depois que tenha logar a assemblea.

51. Pessoa nenhuma como portadora de garante de accções terá direito de exercer quaesquer dos direitos de um accionista a não serem os mencionados nos arts. 49 e 50, sem declarar o seu nome e residencia, e apresentar o referido garante de accções (si os directores o exigirem), permittir que seja feita nelle um endosso do facto, data, fim e consequencia de sua apresentação.

52. O exercicio de todos os poderes da companhia com referencia ás accções ao portador e a emissão de garantes de accções será confiscado aos directores.

Não serão, porém, os directores obrigados a exercer os poderes de emittir garantes de accções, quer geralmente, quer em qualquer caso particular, a menos que em sua absoluta discreção elles julgarem conveniente assim fazer, e esta discreção não ficará sujeita á revisão ou interferencia de qualquer tribunal de justiça ou de equidade sob motivo nenhum.

53. Sujeito a uma resolução dos directores em contrario, nem um garante de accções será passado sem um pedido por escripto, assignado pela pessoa que na occasião esteja inscripta no registro de accionistas da companhia, como possuidor de accção ou capital, a cujo respeito tiver de se passar o garante de accção.

54. O pedido será na forma e authenticado da maneira por que os directores a todo tempo determinarem, e será guardado no escriptorio e os certificados das accções ordinarias, então, fora a respeito das accções ou capital que se pretender incluir nos garantes que se tem de passar serão ao mesmo tempo entregues aos directores para serem cancellados, salvo si elles, no exercicio de sua discreção e sob as condições que julgarem convenientes, dispensarem essas entregas e cancellações.

55. Qualquer acccionista registrado que pedir que lhe sejam passados garantes de accção, a respeito de quaesquer accções ou capital, pagará, na occasião de fazer o pedido, aos directores, si estes julgarem conveniente exigir, o direito do sello que na occasião for imposto por lei nos garantes de accção, bem como uma despesa não excedendo um shilling por cada garante de accção, como os directores a todo tempo fixarem.

56. Si o portador de então de um garante de accção entregal-o aos directores para ser cancellado e pagar o sello imposto pela emissão de um novo garante de accção, e a despesa que não exceda de um shilling por cada garante de accção, segundo determinarem os directores, a todo tempo, si julgarem conveniente, poderão passar-lhe novos garantes de accção pela accção ou accções ou capital especificados no garante de accções, assim entregue para ser cancellado; porém, em circumstancia nenhuma, elles

passarão garante de acção nova por qualquer acção ou capital para os quaes tiver sido previamente passado garante de acção e sem que o garante de acção previamente passado tenha sido primeiramente entregue a elles para ser cancelado.

57. Si o portador de um garante de acção entregal-o, afim de ser cancelado e ao mesmo tempo deixar no escriptorio uma declaração escripta, assignada por elle, na forma e authenticada na maneira por que os directores a todo tempo determinarem, pedindo para ser registrado como accionista, relativamente ás acções ou capital especificados no dito garante, e lançando na dita declaração o seu nome, appellido e estado ou occupação e residencia, elle terá direito a que seja o seu nome inscripto como accionista registrado da companhia pelas acções ou capital especificados no garante de acção assim entregue; ficando, porém, entendido que si os directores receberem aviso de qualquer reclamação por qualquer outra pessoa sobre o dito garante de acção, elles podem a seu arbitrio recusar registrar a pessoa, que entregar o mesmo garante, como accionista, em relação ás ditas acções ou capital, porém ellos não serão obrigados a assim recusar, nem sujeitos a responsabilidade alguma para com qualquer pessoa por não recusarem.

Empréstimos de dinheiro

58. Os directores poderão a todo tempo tomar a emprestimo, para os fins da companhia, e podem garantir o repagamento do emprestimo por uma hypotheca ou onus sobre todos ou quaesquer dos haveres da companhia, quer contidos em *debentures*, representando as importancias emprestadas, ou em qualquer outro titulo ou documento, e podem emittir *debentures* para garantir o pagamento das importancias tomadas a emprestimo juntamente com os juros, sendo esses *debentures* perpetuos ou terminaveis e repagaveis por sorteio ou por outra forma, porém de maneira que a importancia total do dinheiro principal emprestado e que exista a qualquer tempo, sob a garantia desses *debentures*, não exceda a quantia de £ 20.000 (vinte mil libras esterlinas).

Os directores podem tambem (sujeitos aos direitos dos possuidores de *debentures* que forem emittidos como acima dito) tomar emprestimo de quaesquer sommas que não excedam no conjunto a qualquer tempo a £ 10.000 (dez mil libras esterlinas) para os fins provisorios da companhia.

59. Pessoa nenhuma que emprestar dinheiro ou que der credito á companhia será obrigada a indagar para que fim é o dinheiro pedido.

Assembléas geraes

60. A primeira assembléa geral terá lugar na época, que não exceder de quatro mezes depois do registro da companhia, e no lugar que os directores possam determinar.

61. Terão logar as assembléas geraes subsequentes na época o logar que possam ser marcados pela companhia em assembléa geral, e si não for marcada outra época ou logar, terá logar uma assembléa geral uma vez por anno, na época e logar que possam ser determinados pelos directores.

62. As supramencionadas assembléas geraes serão chamadas assembléas ordinarias. Todas as outras assembléas geraes serão chamadas extraordinarias.

63. Os directores podem, sempre que julgarem conveniente, e quando houver requerimento feito por escripto e assignado por nunca menos de 10 accionistas da companhia, possuindo no todo £ 10.000 (dez mil libras esterlinas) de capital de acções nominaes, convocar uma assembléa geral extraordinaria.

64. Qualquer requerimento feito pelos accionistas exprimirá o fim da assembléa que se propõe convocar e deverá ser deixado no escriptorio, registrado, da companhia.

65. Ao receberem este requerimento os directores convocarão immediatamente uma assembléa geral extraordinaria. Si não o fizerem dentro de 14 dias da data do requerimento, os requerentes ou quaesquer outros membros que possuirem no conjunto acções no valor nominal de £ 10.000 (dez mil libras esterlinas) poderão elles proprios convocar uma assembléa geral extraordinaria.

66. Oito dias (pelo menos) antes dar-se-ha aos accionistas aviso por escripto, especificando o logar, dia e hora da assembléa, e no caso de negocios especiaes a natureza geral desses negocios e esse aviso deverá outrossim especificar o logar designado pelos directores para o deposito de garantos de acções e declarações, segundo o art. 49; porém a falta de recebimento desse aviso por qualquer accionista, ou a omissão accidental de ser elle dado a qualquer accionista, não annullará os actos de qualquer assembléa geral.

Procedimento das assembléas geraes

67. Todos os negocios serão considerados especiaes quando passados em uma assembléa geral extraordinaria, e todos os negocios serão considerados especiaes quando passados em uma assembléa ordinaria, com excepção da reeleição de directores que se retirarem, nomeação de contadores, sancção de dividendos e o exame das contas, balanços e o relatorio ordinario dos directores.

68. Negocio nenhum será tratado em assembléa geral sem que um *quorum* de cinco accionistas esteja presente, pessoalmente ou por procuração na occasião em que a assembléa tratar de negocios.

69. Si dentro de meia hora do tempo marcado para a assembléa não houver *quorum*, será ella dissolvida si tiver sido convocada por accionistas, segundo os poderes supraditos; em outro qualquer caso ficará ella adiada para o mesmo dia da

proxima semana, na mesma hora o no mesmo lugar, ou para qualquer outro dia, hora ou lugar que os accionistas então presentes determinarem.

70. Em qualquer assembléa geral originalmente convocada pelos directores, com ou sem requisição dos accionistas presentes, qualquer que seja o seu numero, terão a faculdade de resolver todos os assumptos que deveriam ter sido resolvidos na assembléa, cujo adiamento teve lugar, si nella tivesse havido *quorum*.

71. A pessoa (si houver) nomeada neste caso pelos directores para presidente presidirá nesta qualidade em assembléas geraes da companhia.

72. Si não for nomeado esse presidente, ou si em alguma assembléa elle não estiver presente dentro de 15 minutos depois da hora marcada para ter lugar a assembléa, os accionistas presentes escolherão um de entre si para presidente.

73. O presidente pôde, com o consentimento da assembléa, adiar qualquer assembléa a todo tempo e para qualquer lugar; porém em uma assembléa adiada não se poderá tratar de outro negocio que aquelle que ficou por decidir-se ou incompleto na assembléa em que teve lugar o adiamento.

74. Em qualquer assembléa geral, salvo si for pedida a votação por escripto, assignada por dez accionistas, pelo menos, quer em pessoa ou cujos nomes estejam affixados por um procurador convenientemente constituido, uma declaração feita pelo presidente de que passou uma resolução ou não foi approvada, ou passou por uma maioria particular ou não passou assim, e um lançamento para este fim nos livros (protocollos) de actas da companhia serão prova sufficiente do facto sem prova do numero ou proporções dos votos dados a favor ou contra a dita resolução.

75. Não se pedirá votação alguma na nomeação do presidente ou em questão de adiamento.

76. Si for pedida uma votação como acima dita, ella será tomada da maneira por que o presidente determinar e o resultado della será considerado como uma resolução da companhia em assembléa geral. No caso de um empate de votos (quer por meio de levantamento de mãos, quer por escrutinio em qualquer assembléa geral), o presidente terá o direito a um segundo voto de desempate.

Votos

77. Cada accionista terá um voto por cada acção registrada no seu nome, porém nenhum terá direito de votar sem que tenha pago á companhia todas as importancias que a ella dever.

78. Si um accionista se tornar mentecapto, o seu curador poderá votar em referencia ás suas acções, porém de outra forma voto nenhum será accedido a respeito de acções registradas no nome de uma pessoa legalmente impedida.

79. Si duas ou mais pessoas tiverem conjuntamente direito a quaesquer acções, a pessoa cujo nome figurar em primeiro logar no registro como um dos possuidores das ditas acções, e não outra, terá direito de votar relativamente às mesmas.

80. Os votos de accionistas, a não serem os possuidores de garantes de acções, podem ser dados pessoalmente ou por procuração.

O instrumento nomeando procurador será por escripto, assignado pelo outorgante, ou sendo este corporação, contendo o respectivo sello social.

81. Pessoa nenhuma será nomeada procurador ou funcionará como tal em qualquer assembléa, sem que na época da nomeação seja accionista e qualificado a votar, nem sem que o instrumento de nomeação seja depositado no escriptorio, registrado, da companhia, nunca menos de 48 horas antes da hora marcada para a assembléa ou para qualquer adiamento della, em que o accionista nomeado pretende votar.

Instrumento nenhum nomeando procurador terá validade depois da expiração de 12 mezes, da data de sua execução, excepto para qualquer adiamento da assembléa, para o qual elle foi originalmente passado, e ainda excepto quando qualquer accionista, residindo no estrangeiro, tenha depositado no escriptorio da companhia um instrumento de procuração (competentemente sellado para esse fim), valido para todas as assembléas, durante essa residencia no estrangeiro e até revogação.

82. Todo instrumento de procuração será da fôrma seguinte, ou de uma fôrma para o effeito seguinte:

The Faria Gold Mining Company of Brasil, limited

Eu, ... de ... accionista da companhia acima, pela presente nomeio... de..., também accionista da mesma companhia, meu procurador na assembléa geral ordinaria (ou especial ou adiada) da companhia, que terá logar no... do mez proximo ou em qualquer adiamento da mesma, e para votar por mim e no meu nome sobre todas as questões tratadas nessa assembléa. Em testemunho do que assigno aos... de..... de 18...

83. Si em uma assembléa geral forem dados ou contados votos que depois se verifique terem sido incompetentemente dados ou contados, elles não affectarão a validade de qualquer resolução ou assumpto passado ou feito na referida assembléa, salvo si a contestação desses votos for apresentada na mesma assembléa, e nem neste caso sem que o presidente então e alli mesmo decida, si o erro é de importancia sufficiente a affectar essa resolução ou assumpto.

Directores

84. O numero de directores não será mais de cinco, nem menor de tres. Si o numero for reduzido abaixo de tres, será o

primeiro dever dos directores de preencher a vaga, porém os actos dos directores não serão tidos por nulos durante a vaga.

85. As habilitações para director serão a posse de acções da companhia do valor nominal de £ 250 (duzentas e cinquenta libras esterlinas).

Um primeiro director poderá exercer o cargo antes de adquirir a sua habilitação, mas deverá em todo caso adquiri-la dentro de um mez depois da sua nomeação e quando não o faça, será considerado ter concordado tomar as ditas acções da companhia e ellas lhe serão consequentemente desde logo distribuidas.

86. As seguintes pessoas serão os primeiros directores:

Edmund Alfred Pontifex, de 72 Cornwall Gardens, London; John Taylor, de 6 Lueen Street Place; London; Emile de Wael, de 3 Great Winchester Street, London; Louis Maichain, de 64, rue de la Chaussée d'Antin, Paris; e Jacques Ledau, de 96 rue d'Amsterdam, Pariz.

87. Os directores podem nomear de entre si qualquer um para a qualquer tempo servir de director-gerente ou gerente com os deveres para qualquer parte dos negócios da companhia, que elles julgarem conveniente, e poderão eximil-o, durante o seu termo de funcções, de retirar-se por meio de turno, de accordo com estes estatutos e pagar-lhe a remuneração que julgarem conveniente.

88. Na assembléa ordinaria do anno de 1898, e na assembléa ordinaria de cada anno subsequente, dous dos directores se retirarão do cargo, e (salvo os directores convencionem de outra fôrma) os dous que se tem de retirar serão os dous que ha mais tempo estiverem em funcções ou no caso da primeira retirada e outras occasiões em que não existam dous que estejam neste caso, serão designados por sorte, de fôrma que a escolha seja feita entre os que tiverem estado mais tempo no cargo.

89. A companhia na assembléa geral em que se retirem quaesquer directores da maneira supra dita, preencherá os cargos vagos pela escolha de accionistas devidamente habilitados.

90. Um director que se retire poderá ser reelito e será considerado offerecer-se para a reeleição, salvo si tiver dado aviso á companhia, por escripto, de sua intenção em contrario.

91. Ninguém, a não ser um director que se retira por meio de turno em qualquer assembléa, sem que, quatorze dias, pelo menos, antes e não mais de um mez antes do dia da assembléa, se tenha dado aviso á companhia da intenção de o propor.

92. Si os logares vagos de directores não forem preenchidos ou na assembléa em que deveria ter logar a eleição, ou em qualquer do seu adiamento, os directores que vagarem ou aquelles de entre elles que não tenham os seus logares preenchidos continuarão no cargo até a assembléa ordinaria do anno seguinte, e assim por deante, até serem preenchidos os seus logares.

93. Qualquer vaga casual que se dê na directoria pôde ser preenchida pelos directores pela eleição de um accionista, devidamente habilitado, porém pessoa nenhuma assim escolhida se

conservará no cargo sinão pelo tempo em que o director que deixou o lugar teria de occupal-o si não se dêsse a vaga.

94. Os directores que continuarem poderão funcionar, não obstante qualquer vaga em seu corpo.

95. A remuneração dos directores que não forem gerentes será de £ 600 (seiscentas libras esterlinas) por anno a cada um.

Além da remuneração acima, os directores receberão cada anno uma quantia igual a 10 % dos lucros divididos da companhia de cada anno, pagos de qualquer restante, depois de pagar £ 15 (quinze libras esterlinas) por cento aos accionistas, correspondentes ao mesmo anno, podendo os directores combinar entre elles a divisão da importancia total dessa remuneração.

Perda de habilitação para directores

96. O cargo de director vagará:

Si deixar de possuir o numero de acções exigido para a sua habilitação;

Si occupar qualquer emprego remunerado pela companhia, a não ser o de director-gerente, gerente ou agente mercantil, devidamente nomeado pelos directores;

Si vier a fallir ou tornar-se devedor em liquidação, ou fizer concordata com os seus credores;

Si for declarado alienado ou tornar-se insano de espirito;

Si ausentar-se das reuniões dos directores por mais de seis meses, sem o consentimento da directoria;

Si se interessar ou participar dos lucros de qualquer contracto feito com a companhia, sem que tenha declarado aos directores o facto do seu interesse antes de fazer esse contracto.

Ficando entendido que salvo o caso de perda de habilitação por falta de acções, por insanidade de espirito ou por fallencia, a vaga do cargo não terá effeito sem que os directores approvem uma resolução de que o director perdeu a sua habilitação e se acha o cargo vago.

Poderes da directoria

97. Os negocios da companhia serão dirigidos pelos directores que poderão, si julgarem conveniente, pagar todas as despesas incorridas em formar e registar a companhia, ou em quaesquer negociações, avaliações e ajustes relativos ao contracto de compra, e por outra forma incorridas na contemplação da companhia ou annuncios de outras causas preliminares a distribuição das acções, e poderão exercer todos os poderes da companhia que não forem pelos presentes ou pelas leis da companhia, de 1862 a 1890, exigidos pela companhia ou assemblea geral; e regulamento nenhum feito pela companhia em assemblea geral invalidara acto algum anterior dos directores, que teria sido valido, si esse regulamento não tivesse sido feito.

98. Os directores podem delegar quaesquer dos seus poderes (a não serem os de fazer chamadas, de emittir ou confiscar acções, ou poderes para os negocios financeiros da companhia) a um director gerente ou gerentes, e podem delegar quaesquer dos seus poderes a commissões de dous ou mais membros do seu corpo.

99. Acto, nenhum assumpto ou cousa dentro dos poderes da companhia em assembléa geral, feitos pelos directores ou qualquer commissão e adoptados pelos directores que receberão depois o consentimento expresso ou implicito da companhia em assembléa geral, serão depois impedidos por qualquer motivo que seja.

100. Em particular, sem prejuizo da generalidade dos ultimos artigos precedentes, os directores podem, na direcção dos negocios da companhia sujeitos ás restricções aqui contidas, sem mais outros poderes ou autorisação dos membros, immediatamente á incorporação da companhia, e não obstante tenha sido só em parte subscripto o capital nominal, encetar os negocios e fazer as seguintes cousas no nome e por parte da companhia:

a) effectuar, da maneira por que julgarem conveniente, todos e quaesquer dos fins da companhia, conforme se acha descripto no *memorandum* de associação ;

b) pagar á sua discreção qualquer propriedade ou direitos adquiridos pela companhia ou serviços a ella prestados, total ou parcialmente, em dinheiro ou em acções, títulos (*bonds*), *debentures* ou outras garantias da companhia, e taes acções poderão ser emittidas, quer como integralmente pagas, quer como tal importancia creditada como paga, sobre ellas, segundo possa ser convencionado, e esses *bonds*, *debentures*, ou outras garantias poderão ser especificadamente carregados sobre todas ou qualquer parte dos bens da companhia e seu capital ainda por chamar, ou não onerados ;

c) garantir o cumprimento de quaesquer contractos ou ajustes celebrados pela companhia, por *hypotheca* ou onus de todos e quaesquer dos bens da companhia e do seu capital por pagar na occasião, ou da maneira por que possam julgar conveniente ;

d) nomear e, á sua vontade, demittir ou suspender um gerente geral e outros gerentes; secretarios, banqueiros, solicitors, engenheiros, empregados, caixeiros, agentes e criados para serviços permanentes, provisórios ou especiaes, como possam a todo tempo julgar conveniente, e investir-os dos poderes que julgarem convenientes, indicar os seus deveres, fixar-lhes os salarios ou emolumentos, e exigir garantia nos casos, e da importancia que julgarem proprios ;

e) nomear qualquer pessoa ou pessoas para acceitar e guardar em confiança para a companhia quaesquer bens que a ella pertençam, ou em que ella esteja interessada, executar e fazer os actos e cousas precisas para empregar e investir, na referida pessoa ou pessoas, os ditos bens ;

f) si julgarem conveniente, nomear e mandar provisoria ou effectivamente para qualquer parte do mundo um ou mais dos

directores como director-gerente ou directores gerentes, ou quaesquer pessoas como empregados da companhia, quer como chefes ou outros gerentes ou como agentes geraes ou locaes ou como inspectores, ou em qualquer outra capacidade que a directoria possa julgar opportunamente para qualquer das operações ou negocios da companhia, e com os poderes e instrucções, e sujeitos ás condições e restricções e com a remuneração por salarios e commissões, partes de lucros e outras que os directores acharem convenientes, e a todo tempo suspender ou revogar essas nomeações ;

g) providenciar sobre a direcção dos negocios da companhia no Brazil e França e em qualquer outra parte, nomeando directorias locaes, conselheiros locaes ou gerentes ou de qualquer outro modo que elles julgarem conveniente ;

h) delegar a qualquer directoria local, conselheiros ou gerentes locaes ou outros empregados assim nomeados, os poderes e a authorisação aqui conferidos aos directores, como possam delles julgar precisos, para execução dos negocios da companhia ou de qualquer parte delles ;

i) dar todos os passos necessarios para registrar ou fazer com que a companhia seja incorporada ou reconhecida no Brazil, e fazer todos os actos e acceitar todas as condições que possam ser precisas para habilitar ou permittir a companhia de funcionar no Brazil e em outra qualquer parte ;

j) intentar, dirigir, defender, compor ou abandonar processos legais pela ou contra a companhia ou os seus empregados ou de outra forma, concernente aos seus negocios, bem como concordar e conceder tempo para pagamento ou satisfação de dividas e de quaesquer reclamações ou demandas pela ou contra a companhia ;

k) sujeitar quaesquer reclamações e demandas pela ou contra a companhia e arbitramento, e observar e cumprir as decisões ;

l) passar e dar recibos, quitações e outras desonerações por dinheiro pago á companhia, e pelas reclamações e demandas da companhia ;

m) proceder pela companhia em todos os assumptos relativos a fallencias e insolvabilidades ;

n) exercer os poderes da companhia conforme a lei de sellos de companhias, de 1864, e fazer regulamentos quanto ao uso de qualquer sello estrangeiro da companhia ;

o) empregar quaesquer dinheiros da companhia que não forem immediatamente exigidos para os fins della, sob garantias e da maneira por que julgarem conveniente, sujeito á clausula trinta e a todo tempo variar e realizar esses empregos ;

p) a todo tempo fazer variar e revogar regulamentos internos para direcção dos negocios da companhia, seus empregados e criados, ou accionistas da companhia ou qualquer secção della ;

q) celebrar as negociações e contractos, rescindil-os e varial-os, executar e fazer os actos, escripturas e outras cousas no nome e pela companhia, como possam julgar conveniente para ou em

relação a qualquer dos assumptos supraditos ou de outra fôrma para os fins da companhia.

101. Podem geralmente os directores (sujeitos ás restricções aqui contidas) em sua absoluta discreção praticar e fazer qualquer acto e cousa que elles julgarem necessario ou conveniente, afim de executar os negocios da companhia, excepto qualquer acto ou cousa que pelos presentes ou pelos regulamentos forem prohibidos, comtanto que, si toda a vez que pelos presentes ou regulamentos for exigida a sancção de uma assembléa, elles não procederão sem essa sancção.

Procedimento dos directores

102. Os directores podem determinar o modo e regra do seu procedimento, o nomear o seu proprio presidente e dar-lhe os poderes (inclusive o exercicio de um voto de desempate em actos da directoria) como julgarem conveniente, e marcarem o *quorum* para reuniões dos directores; ficando entendido que, a não ser por outra fôrma determinada, dous formarão um *quorum*.

103. Toda a commissão se conformará com o modo de proceder e os regulamentos que os directores possam fazer a este respeito, e, sujeita a isso, poderá determinar e regular o proprio procedimento da mesma maneira como possam fazer os directores.

104. Todos os actos feitos por qualquer reunião dos directores ou por qualquer pessoa funcionando como director, não obstante se descubra depois que houve erro em qualquer nomeação de director, ou que esse director ou pessoa não estava habilitado, serão tão validos como si esse director ou pessoa tiver sido devidamente nomeado e habilitado.

105. Os directores lavrarão competentes minutas (protocollos) dos procedimentos, e todos os actos praticados de conformidade com qualquer cousa, que conste das ditas minutas terem sido resolvidos ou autorisados pelos directores, serão considerados como actos destes, comprehendidos no espirito destes regulamentos.

Nomeação e poderes de gerentes

106. A companhia empregará os Srs. John Taylor, Frank Taylor, Roberto Taylor e Edgar Taylor, presentemente associados como engenheiros civis no Queen Street Place n. 6, em Londres, consultores e gerentes da companhia, e enquanto cada um dos actuaes socios continuar como membro da dita firma, e, esta quizer servir á companhia como gerente, a dita firma será empregada como seus engenheiros consultores e gerentes. Fica entendido que o emprego da dita firma poderá ser determinado por uma resolução extraordinaria da companhia em assembléa geral, e que, não obstante esse emprego, qualquer membro da dita firma poderá ser director da companhia.

107. Qualquer dos gerentes poderá resignar o seu cargo, mas neste caso o gerente que continuar no cargo será tido como gerente para todos os fins destes artigos.

108. Os negocios ordinarios da companhia serão, sob a direcção e fiscalização dos directores, tratados pelos gerentes, que no curso de taes negocios ordinarios e para os fins delles terão poder de fazer e rescindir qualquer contracto ou contractos por parte da companhia, bem como fazer, aceitar e endossar, no nome e por parte da companhia, qualquer saque, nota promissoria ou letra de cambio, e poderão nomear e demittir o secretario, o superintendente e todos os agentes, caixeiros, operarios e criados da companhia.

109. A remuneração dos gerentes será fixada pelos directores.

Indemnisação aos empregos

110. Todos os empregados da companhia, inclusive os directores, serão indemnizados pela companhia de todos os prejuizos e despesas feitas respectivamente por elles no desempenho dos respectivos deveres, excepto quando provenientes dos seus proprios actos e culpa voluntarios.

111. Todos os dinheiros da companhia serão recebidos pelas pessoas que os directores a todo tempo nomearem, e serão depositados nas mãos dos banqueiros da companhia, e nenhum dinheiro será pago pelo banco a não ser sobre um cheque assignado por dous directores, ou de outra forma que a directoria determinar, ficando sempre entendido que este artigo não será tomado no sentido de fiscalisar a conducta dos negocios da companhia, quando devidamente exercida fóra da Inglaterra.

112. Nenhum director ou empregado será responsavel por um outro director ou empregado, ou por co-participação em qualquer recibo, ou outro acto de conformidade, ou por qualquer defeito de titulo relativo a qualquer propriedade comprada, tomada por hypotheca ou de outro modo adquirida, nem pela insufficiencia ou deficiencia de qualquer garantia sob a qual quaesquer dinheiros da companhia forem empregados, ou por qualquer prejuizo ou damno resultante das mesmas, nem por outros prejuizos ou despesas que resultam á companhia, excepto quando provenientes dos seus proprios actos e culpa voluntarios.

Dividendos e lucros

113. O lucro liquido da companhia, sujeito aos direitos de possuidores de acções emitidas em termos especiaes, será dividido por meio de dividendos entre os accionistas, em proporção á importancia paga sobre as suas respectivas acções, e os directores podem a todo tempo declarar dividendos de conformidade.

114. Os directores podem, ao seu proprio arbitrio, pagar aos accionistas antecipadamente a um dividendo cuja declaração é esperada na expiração de qualquer anno, e por conta desse dividendo, um dividendo ou dividendos interinos.

115. Nenhum dividendo será pago, a não ser tirado dos lucros da companhia resultantes dos negocios, excepto um dividendo interino, que pôde ser tirado dos lucros estimados.

116. A expressão — lucros — se entenderá para os fins destes estatutos o producto liquido da companhia, segundo for certificado pelos contadores da companhia.

117. Das sommas a aproveitar para dividendos, os directores tirarão para um fundo de reserva a somma que elles julgarem conveniente, e o excedente será applicado ao pagamento de dividendos; porém os directores podem transportar para conta nova qualquer somma que, em sua opinião, em razão de sua insignificancia ou outra cousa, não seja propria para dividir.

118. Os directores podem empregar qualquer fundo de reserva para fazer face a contingencias ou para igualar dividendos ou para adquirir mais propriedades, para pagamentos de dinheiros tomados a emprestimo pela companhia, ou para renovar ou conservar propriedades que interessem aos negocios da companhia, e os directores podem empregar a somma assim posta de parte como fundo de reserva, empregos que elles possam escolher (a não serem accções da companhia), sem serem responsaveis por qualquer prejuizo ou depreciação resultante desses empregos, quer os mesmos sejam usuaes ou autorisados, em fundo de confiança ou não.

119. Os directores podem deduzir dos dividendos a pagar-se a qualquer accionista as importancias que possam ser devidas por esse accionista a qualquer tempo á companhia por conta de chamada ou por outra cousa.

120. De um dividendo que tenha sido declarado, dar-se-ha aviso a cada accionista, da maneira aqui adeante mencionada, e dividendo nenhum vencerá juros contra a companhia.

Contas

121. Os directores farão escripturar contas fieis de todas as receitas, creditos, pagamentos, activos e compromissos da companhia, e de todos os outros assumptos necessarios para demonstrar o verdadeiro estado e condições da companhia, e as contas serão lançadas em livros e de tal maneira que os directores julgarem conveniente, e á satisfação dos contadores.

122. Os livros da contabilidade serão escripturados no lugar ou logares que os directores designarem, e sujeitos a quaesquer restricções razoaveis, quanto ao tempo e maneira de serem examinados que possam ser impostas pelos directores, serão expostas á inspecção de membros durante as horas de negocios.

123. Pelo menos uma vez por anno os directores apresentarão á companhia, em assembléa geral, um balanço feito até

uma data nunca inferior a seis mezes antes da assembléa, da renda e despezas da companhia desde o fim do ultimo balanço, ou no caso do primeiro balanço, desde o começo da companhia, e a esse balanço será appenso um relatório dos directores sobre o estado e condição da companhia.

124. Tirar-se-ha cada anno um balanço geral, que será apresentado á companhia em assembléa geral, e conterá um sumario do activo estimado e dos compromissos avaliados da companhia, feito até a mesma data e arranjado sob cabegalhos convenientes.

Uma cópia impressa do relatório acompanhado do balanço e demonstração das contas, será, pelo menos sete dias antes da assembléa geral, entregue ou remettida pelo Correio ao endereço registrado de cada accionista e duas cópias de cada um destes documentos serão remettidas ao mesmo tempo ao secretario do *Share and Loan Department Stock Exchange* (Repartição de Acções e Empréstimos da Bolsa de Fundos), em Londres.

Exames de contas

125. As contas da companhia serão annualmente examinadas e a exactidão do balanço verificada por um ou mais contadores, que serão eleitos pela companhia ou assembléa ordinaria de cada anno.

126. O primeiro contador será nomeado pelos directores e continuará no cargo até a segunda assembléa ordinaria da companhia.

127. Si for nomeado só um contador, todas as disposições aqui contidas relativas a contadores terão applicação a elle.

128. Accionistas da companhia podem ser contadores, porém nenhum director ou outro empregado da companhia poderá ser eleito contador enquanto durar no seu cargo, e nenhuma outra pessoa que seja interessada por outra fórma que, como accionista em qualquer transacção da companhia, será elegivel contador durante o tempo que continuar o seu interesse. A remuneração ao primeiro contador será marcada pelos directores, e a dos contadores subsequentes será marcada pela companhia em assembléa geral.

129. Um contador que se retira poderá ser reeleito.

130. Dando-se qualquer vaga casual no cargo do contador nomeado pela companhia, os directores nomearão immediatamente um contador para funcionar até a proxima assembléa ordinaria da companhia.

131. Si não for feita da maneira supradita a eleição de contadores, a Junta do Commercio (*Board of trade*) pôde, a pedido nunca menos de cinco accionistas da companhia, nomear um contador para o anno corrente e marcar a remuneração que lhe deverá pagar a companhia pelos serviços.

132. Todo o contador terá uma lista, que será entregue, de todos os livros escripturados pela companhia, e a todo tempo

razoavel poderá examinar os livros e contas da companhia ; elle póde (salvo sendo o contador um profissional) e a expensas da companhia, empregar guarda-livros e outras pessoas para o auxiliarem no exame dessas contas e podem, com relação a essas contas, examinar os directores ou qualquer empregado da companhia.

133. Os contadores certificarão a exactidão do balauço e das contas e farão um relatório sobre ellas, o qual será lido juntamente com o relatório dos directores na assemblea ordinaria.

Avisos

134. Os avisos serão mandados pela companhia a qualquer accionista registrado, quer pessoalmente ou sendo deixados ou mandados pelo Correio em carta, com porte pago, dirigida ao accionista á sua residencia registrada.

135. Os avisos destinados aos accionistas, quando disserem respeito a qualquer accção, á qual tenham direito conjuntamente mais de uma pessoa, serão mandados áquella que estiver inscripta em primeiro logar no registro dos accionistas, e o aviso dado assim será sufficiente para todos os possuidores da mesma accção.

136. Qualquer aviso, si remettido pelo Correio, será considerado ter sido enviado na data em que a carta que o tem contido, tiver sido posta no Correio em Londres, e tendo de provar-se essa remessa, basta provar que a carta que continha o aviso foi competentemente endereçada e lançada no Correio.

137. Um aviso dado a qualquer membro será obrigatorio para todas as pessoas que á morte desse membro apresentar qualquer reclamação ou por qualquer transmissão dos seus interesses, e um aviso dirigido a qualquer accionista fallecido, e de cujo fallecimento a companhia não tenha tido noticia, será considerado como tendo sido bem remettido ás pessoas que reclamarem por elle ou por transmissão, depois de fallecido.

138. Nenhum accionista terá direito de receber aviso de qualquer procedimento nem de votar, sem que tenha dado á companhia communicação do seu nome e endereço para ser registrados e nenhum accionista que tiver mudado o seu nome ou logar de sua residencia ou que (sendo mulher) se casar, e nenhum marido dessa accionista terá direito de receber dividendos alguns nem de votar, antes de terem communicado á companhia a mudança de nome, de endereço ou de estado, afim de ser registrado, e de terem fornecido a prova da mesma aos directores, si estes a exigirem.

Liquidação

139. Si em qualquer época for feita venda ou proposto ajuste de accordo com o art. 161 da lei de companhias de 1862 ou com qualquer modificação della, o preço a pagar pelo interesse

de qualquer accionista dissidente será a importancia que os liquidantes podem obter, vendendo as acções, capital ou outra propriedade á qual o accionista dissidente teria direito na realização da venda ou do ajuste, si elle não se tivesse declarado em dissidencia.

140. Com a sancção de uma resolução extraordinaria dos accionistas qualquer parte do activo da companhia, inclusive quaesquer acções ou titulos de outras companhias, pôde ser dividida entre os contribuintes da companhia, em especie, ou empregada em fidei-commissos a beneficio desses contribuintes, e a liquidação da companhia pôde ser encerrada e esta dissolvida.

Nomes, residencias e profissões dos subscriptores

Ernesto William Mante, 21, Glasslyn Road, Crouch End, N., empregado do commercio.

Benjamin Washington Green, 118 Barry Road, East Dulwich, S. E., empregado do commercio.

Walter De Costa Keys, 68 Church-Road, Southgate Road, N., empregado do commercio.

Rowland John Jones, 6, Milford Terrace, Catford, contador.

Dermot Gabell O'Neill, 45, The Gardens, East Dulwich, S. E., empregado do commercio.

Robin Bacotree, Leafwino Cottage, Keston, empregado do commercio.

Arthur James Larkman, 23, Weltje Road, Ravenscourt Park, W., empregado do commercio.

Datado de vinte de abril de mil oitocentos noventa e seis.

Testemunha de todas as assignaturas acima :

George Handel Wells, 16, Fassett Road, Dalston, N. E., contador.

Em papel sellado de um shilling.

Por cópia conforme, (ass.) Ernest Cleaver, assistente do registrador das companhias anonymas.

Dizeres impressos:

John Venn, tabellião publico, 50 Gresham House Old Broad Street E. C. & 8 St. Martin's Place, Trafalgar Square, W. C.

John Venn.

John Dalton Venn.

Eu, John Dalton Venn, da cidade de Londres, tabellião publico devidamente admittido e juramentado, com exercicio na dita cidade.

Pela presente certifico e attesto :

Que a assignatura « Ernest Cleaver », subscripta no pé da annexa cópia do memorandum de associação da *Faria Gold Mining Company of Brasil, Limited*, marcada « A », assim como no pé da annexa cópia dos Estatutos da referida companhia marcada « B », é verdadeiramente a do Illustrissimo Senhor Ernest Cleaver, assistente do registrador da repartição de companhias

anonymas, e que a mesma foi hoje subscripta por elle em minha presença.

Do que me tendo sido pedido attestado, eu, o dito tabellião, passei o presente, sob a minha firma e sello notarial para servir e valer onde e quando for preciso.

Feito e passado em Londres, aos onze de agosto do anno de Nosso Senhor de 1896. — (Assignado) *John D. Venn*, tabellião publico.

Estava o sello do tabellião publico John Dalton Venn, de Londres.

Estava collada uma estampilha do valor de um shilling devidamente inutilizada.

Reconheço verdadeira a assignatura retro de John Dalton Venn, tabellião publico nesta cidade, e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente, que assignei, liguei com o documento junto por mim numerado e rubricado e fiz sellar com o selo deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos 12 de agosto de 1896.

Sobre duas estampilhas do valor total de 3\$000. — (Assignado) *Casemiro Dias Vieira Junior*.

Estava o sello do Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres.

N. 365. Recebi seis shillings e nove pence (dinheiro). — (Assignado) *Casemiro Junior*.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Casemiro Dias Vieira Junior, consul do Brazil em Londres.

Sobre quatro estampilhas no valor total de 550 réis.

Rio de Janeiro, aos 2 de setembro de 1896. — Pelo director geral — (Assignado) *L. P. da S. Rosa*.

Estava o sello da Secretaria das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brazil.

Estavam no memorandum dos artigos da associação *The Faria Gold Mining Company of Brasil, limited*, e no certificado do tabellião, oito estampilhas no valor total de seis mil novecentos e sessenta réis, devidamente inutilizadas pelo carimbo da Recebedoria da Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de 3 de setembro de 1896.

Nada mais continham os ditos estatutos, que bem e fielmente verti do proprio original, em inglez, ao qual me reporto.

Em fé do que passei a presente que assignei e sellei com o sello do meu offico, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, aos 13 de outubro de 1896. — *Johannes Jochim Christian Voigt*, traductor publico juramentado.



DECRETO N. 2599 — DE 8 DE MAIO DE 1897

Approva com alterações os novos estatutos do Banco da Republica do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a directoria do Banco da Republica do Brazil, resolve approvar, com as alterações abaixo indicadas, os novos estatutos adoptados pelos seus accionistas na assembléa geral extraordinaria de 26 de abril do corrente anno:

No art. 6º, § 5º, accrescente-se ás palavras — obrigações de companhias ou empresas —, mais as seguintes: — « e letras hypothecarias » ;

No art. 11 elimine-se o periodo final: « O presidente exercerá o cargo durante o mandato dos demais directores » ;

No mesmo artigo substitua-se o § 4º pelo seguinte:

« § 4.º O secretario da directoria será eleito por esta dentre os seus membros » ;

No mesmo artigo addicione-se o seguinte paragrapho:

« § 5.º No impedimento temporario do presidente effectivo será elle substituido por outro, interino, tambem de nomeação do Governo » ;

No art. 20 addicione-se o seguinte paragrapho:

§ 13. Oppor o veto ás deliberações da directoria sobre auxilios á lavoura com as quaes não se conformar, cabendo á directoria recurso para o Ministro da Fazenda que decidirá afinal.

No art. 22 substitua-se o n. 1 pelo seguinte :

« N. 1, pelo presidente interino nomeado pelo Governo » ;

No art. 59, onde se diz—« metade da » diga-se—« a ».

Capital Federal, 8 de maio de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Estatutos do Banco da Republica a que se refere o decreto n. 2509 de 8 de maio de 1897

TITULO I

ORGANISAÇÃO

Art. 1.º O Banco da Republica do Brazil, organizado de conformidade com o decreto n. 1167, de 17 de dezembro de 1893, e a lei n. 183 C, de 23 de setembro de 1893, funcionará de ora em diante sob o regimen dos presentes estatutos, formulados de accordo com as disposições da lei n. 427, de 9 de dezembro de 1896.

Art. 2.º A séde e o fóro juridico do Banco continuarão a ser nesta cidade do Rio de Janeiro.

Art. 3.º O prazo de duração do Banco será de 60 annos, contados da data do decreto que approvar os presentes estatutos, e poderá ser prorogado com autorisação do Governo.

Art. 4.º O Banco poderá estabelecer agencias no paiz ou fóra delle, sempre que julgar conveniente a seus interesses.

TITULO II

CAPITAL E ACÇÕES

Art. 5.º O capital inicial do Banco, de 190.000:000\$, constituído de conformidade com o art. 6.º dos estatutos approvados pelo decreto n. 1253, de 31 de janeiro de 1893, será reduzido, dentro do prazo de tres annos, a 100.000:000\$, representados por 500.000 acções do valor nominal de 200\$ cada uma, operando-se a redução pela amortisação das acções integradas, que o Banco fica autorisado a receber em pagamento de suas dividas activas actuaes e pela conversão das 335.000 acções de 50 % realizadas em 167.500 acções do valor nominal de 200\$ cada uma, consideradas integradas.

§ 1.º As acções serão todas nominativas e a transferencia operar-se-ha por termo lavrado no livro competente, assignado pelo cedente e pelo cessionario ou seus procuradores bastantes e pelo secretario do Banco.

§ 2.º As acções serão indivisiveis com relação ao Banco, que só reconhecerá um proprietario para cada acção.

TITULO III

OPERAÇÕES

Art. 6.º Como Banco de depósitos e descontos, serão operações do Banco da Republica do Brazil:

1.º Receber dinheiro em conta corrente de movimento e por letras ao portador ou nominativas, a prazo não inferior de 60 dias (No caso de corrida por parte dos depositantes em conta corrente, para retirada immediata das quantias confiadas ao Banco, poderá este pagal-as por letras, que vençam o mesmo juro, divididas em seis series, correspondentes ás datas em que tiverem sido exigidos os pagamentos, e resgataveis quinzenalmente, de modo que no prazo de 90 dias esteja restabelecido o pagamento á vista) ;

2º, receber em deposito mediante commissão, dinheiro, titulos de credito, metaes e pedras preciosas, joias, ouro e prata em barras, cujo valor sera estimado de accordo com a administração do Banco ;

3º, descontar letras de cambio, da terra, e outros titulos commerciaes, á ordem e a prazo não excedente de quatro mezes, garantidas ao menos por duas firmas de pessoas notoriamente abonadas e da praça do Rio de Janeiro ; e, bem assim, descontar escriptos das Alfandegas, *warrants*, bilhetes do Thesouro, cautelas da Casa da Moeda e letras das Delegacias dos Estados da Republica, pagaveis nesta Capital (Por excepção poderão ser descontadas letras garantidas por duas firmas, sendo apenas, uma d'ellas residente nesta Capital, não podendo, porém, a importância total dos descontos destes titulos exceder de 10 % do capital do Banco);

4º, contractar com os Governos da União, dos Estados ou do Districto Federal, quaesquer operações; servir-lhes de intermediario para o movimento de fundos nos mercados nacionaes ou estrangeiros, constituindo-se seu banqueiro ou agente financeiro; e lançar emprestimos, por conta delles, de companhias ou de empresas acreditadas ;

5º, subscrever, comprar e vender, por conta propria ou de outrem, titulos da dívida publica da União, dos Estados ou do Districto Federal, metaes preciosos, obrigações de companhias ou empresas; e, bem assim, effectuar cobranças e pagamentos, podendo encarregar-se, por conta de terceiro, mediante prévia prestação de fundos, de quaesquer operações bancarias que os presentes estatutos não prohibam ;

6º, realizar operações de cambio, por conta propria ou alheia, com as praças nacionaes ou estrangeiras; mover fundos de umas para outras; e conceder, mediante garantia, cartas de creditos sobre as mesmas praças;

7º, emprestar, a prazo que não exceda de seis mezes, por letras ou contas correntes, sobre penhor:

a) de ouro e prata, com abatimento de 10 % do valor verificado pelo contraste;

b) de títulos da dívida publica da União, por valor nunca excedente ao respectivo valor nominal; de ouro e prata amoe-dados, pelo valor do padrão legal; de títulos de dívida dos Estados, com o abatimento que for convencionado e nunca inferior a 10 %;

c) de mercadorias que não sejam de facil deterioração, com abatimento, no minimo, de 25 % e de títulos commerciaes com abatimento, no minimo, de 20 %;

d) de diamantes, com abatimento de 50 % no minimo, do valor em que forem estimados por peritos nomeados pela administração;

e) de acções e obrigações (*debentures*) de companhias ou em-presas que tenham o respectivo valor integrado, com abatimento de 20 % no minimo, de seu valor nominal ou da cotação, si esta for inferior áquelle. (A somma total dos empréstimos em contas correntes garantidas por penhor de mercadorias, títulos commerciaes, acções e obrigações (*debentures*) de companhias ou empresas, não poderá exceder de 20 % do capital do Banco, nem poderão ser recebidas em penhor acções de uma companhia ou empresa, das quaes uma quinta parte já exista em caução no Banco. Nem uma operação nova deste genero poderá ser resolvida enquanto estiver excedido o maximo acima fixado.)

Art. 7.º O Banco poderá executar o penhor quando o empres-timo não for pago em seu vencimento, procedendo do mesmo modo com os títulos cujo valor no mercado descer daquelle por que houverem sido dados em garantia, desde que os devedores não reforçarem as cauções dentro do prazo que lhes for marcado.

Esta disposição será inserida em tolos os contractos.

Art. 8.º Serão expressamente prohibidas as seguintes ope-rações:

1º, comprar, de conta propria ou acceitar em caução, as acções do proprio Banco;

2º, descontar letras ou títulos em que sejam responsaveis membros da directoria, do conselho fiscal ou empregados do Banco, não sendo igualmente permittida qualquer outra operação da qual provenha a responsabilidade delles para com o Banco;

3º, acceitar em caução títulos de companhias ou empresas que não tenham o respectivo valor integrado e cotação real na Bolsa;

4º, contractar, por qualquer titulo que seja, com firma ou individuo que já tiver lesado o Banco ou procedido de má fé em transacção com o mesmo Banco;

5º, subscrever, por conta propria, acções de companhias ou empresas;

6º, assumir responsabilidade em negociações de seguro,

Art. 9.º A administração organizará o cadastro das firmas que poderão ser admittidas em transacções, fixando o credito de cada uma.

Este cadastro será revisto semestralmente.

Art. 10. O movimento e expediente das diversas operações do Banco serão distribuidos pelo presidente, de accordo com a directoria, pelas carteiras a cargo dos directores, conforme for estabelecido no regimento interno.

TITULO IV

ADMINISTRAÇÃO

Art. 11. A administração do Banco será exercida por uma directoria composta de cinco membros, dos quaes o presidente será de nomeação do Governo e os quatro directores de eleição triennal, em assembléa geral dos accionistas, por maioria absoluta de votos, podendo ser reeleitos.

O presidente exercerá o cargo durante o tempo do mandato dos demais directores.

§ 1.º Si no primeiro escrutinio da eleição dos directores não houver maioria absoluta, proceder-se-ha a segundo entre os candidatos mais votados, em numero duplo dos que tiverem de ser eleitos.

§ 2.º Em caso de empate de que resulte ficar algum excluido, proceder-se-ha a novo escrutinio entre os que tiverem obtido igual numero de votos.

§ 3.º No segundo escrutinio bastará a maioria relativa de votos para designar os eleitos.

§ 4.º O vice-presidente e o secretario da directoria serão eleitos por esta dentre os seus membros.

Art. 12. Os directores eleitos não poderão entrar em exercicio sem possuirem e caucionarem ao Banco 200 acções, cada um. A caução será feita por termo no livro do registro, e vigorará enquanto durarem as funcções do cargo e até approvação das contas do ultimo anno em que houverem servido.

Art. 13. Não poderão ser directores as pessoas que não podem commerciar, nem as mencionadas no § 4.º do art. 8.º, nem os devedores do Banco.

Art. 14. Os membros eleitos da directoria que deixarem, sem causa, de exercer as respectivas funcções por mais de 30 dias, serão considerados como tendo resignado o cargo, salvo o caso de licença, que lhes poderá ser concedida, até seis mezes, pela directoria.

Art. 15. No impedimento temporario de qualquer director eleito, ou no caso de renuncia ou fallecimento, será chamado pela directoria um accionista para preencher a vaga, até que se apresente o substituido ou seja outro eleito pela assembléa

geral dos accionistas, em sua primeira reunião, ordinaria ou extraordinaria.

Art. 16. Competirá á directoria:

- 1º, deliberar sobre todos os negocios do Banco ;
- 2º, organizar o cadastro a que se refere o art. 9º;
- 3º, examinar e approvar os balancetes mensaes e os balanços annuaes ;
- 4º, redigir, ouvindo o conselho fiscal, o regulamento interno e dar-lhe execução ;
- 5º, marcar, ouvindo o conselho fiscal, o dividendo semestral ;
- 6º, promover, por meios amigaveis ou por compromisso arbitral, a ultimação das contestações que se suscitarem entre o Banco e os seus devedores ou terceiros ;
- 7º, determinar o maximo e o minimo das taxas dos descontos, dos empréstimos e do dinheiro que o Banco receber a jures ;
- 8º, organizar sob proposta do presidente, o quadro ou quadros, ordinarios ou extraordinarios, do pessoal do Banco, fixando os respectivos vencimentos e as fianças necessarias, e deliberar sobre a constituição de mandatarios quo, fóra da séde do estabelecimento e em casos especiaes, o devam representar em Juizo ou fóra d'elle.

Art. 17. Serão responsaveis pelos prejuizos que sobrevierem ao Banco, das operações realizadas com manifesta infracção dos preceitos estabelecidos no art. 8º e seus paragraphos, os membros da directoria que as houverem approvado ou realizado.

Art. 18. Será defeso aos membros eleitos da directoria aceitar commissão, cargo ou emprego de qualquer natureza, salvo o caso de expressa autorisação da mesma directoria, determinada por conveniencia do Banco.

Art. 19. A directoria reunir-se-ha ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que o presidente a convocar, espontaneamente ou a pedido de qualquer director.

Deliberará estando presentes o presidente e dous directores ; suas resoluções serão consignadas em actas minutas pelo director secretario, o qual as assignará com o presidente.

Art. 20. Competirá ao presidente :

- 1º, superintender todos os negocios e operações do Banco ;
- 2º, apresentar á assembléa geral dos accionistas, em sua reunião ordinaria e em nome da administração, o relatorio annual das operações e estado do Banco ;
- 3º, presidir as sessões da directoria ;
- 4º, executar e fazer executar fielmente estes estatutos, o regulamento interno e as decisões da directoria e da assembléa geral ;
- 5º, convocar extraordinariamente a directoria sempre que julgar conveniente ouvir-a sobre quaesquer assumptos concernentes á administração do Banco ;
- 6º, abrir toda a correspondencia dirigida ao Banco (na ausencia ou impedimento do presidente ou vice-presidente, a correspondencia será aberta por qualquer dos membros da directoria) ;

7º, assignar os balancetes e os balanços que houverem de ser publicados, e toda a correspondencia do Banco ;

8º, representar o Banco em suas relações com terceiros ou em Juizo, competindo-lhe a outorga de poderes aos mandatarios que forem nomeados por elle. No impedimento do presidente ou vice-presidente, o Banco poderá ser representado em Juizo pelo membro da directoria que for por elle designado ;

9º, remetter ao Ministerio da Fazenda e publicar, até o dia 10 de cada mez, conforme o modelo official, o balancete que mostre com clareza as operações realizadas no mez anterior e o estado do activo e passivo do Banco no ultimo dia do mesmo mez ;

10, distribuir pelas differentes carteiras do Banco, de accordo com a directoria e as disposições do regimento interno, os serviços, tanto ordinarios como extraordinarios, do movimento e expediente diario do estabelecimento ;

11, propor á directoria as nomeações e demissões que julgar convenientes, dos empregados do Banco ;

12, suspender os empregados auxiliares da administração do Banco.

Art. 21. O presidente terá, além do voto de membro da directoria, o de qualidade.

Art. 22. O presidente será substituido nas suas faltas ou impedimentos temporarios :

1º, pelo vice-presidente ;

2º, pelos outros membros da directoria, na ordem por que houverem sido eleitos.

Art. 23. O presidente perceberá o honorario de 60:000\$ e os directores de 48:000\$, cada um, por anno, pagos em prestações mensaes.

TITULO V

CONSELHO FISCAL

Art. 24. O conselho fiscal será composto de cinco membros, eleitos annualmente dentre os accionistas que tenham, pelo menos, 100 acções, por maioria absoluta de votos dos accionistas presentes.

§ 1.º Serão substituidos, nos casos de falta ou impedimento, pelos supplentes que, em numero tambem de cinco, serão eleitos na mesma occasião e pela mesma forma.

§ 2.º Os membros do conselho fiscal vencerão 500\$ mensaes, quando estiverem em exercicio. Esta gratificação competirá aos seus substitutos, enquanto durar a substituição.

Art. 25. Incumbirá ao conselho fiscal :

1º, reunir-se extraordinariamente em sessão, da qual lavrará acta, uma vez por semana, para informar-se da situação do Banco, inquirir sobre as operações da semana anterior e neg

correntes, e consultar sobre os assumptos que lhe forem submettidos pela directoria ; e, extraordinariamente, sempre que julgar conveniente.

Para haver sessão bastará a presença de tres membros ;

2º, apresentar em tempo seu parecer sobre as operações do anno, para ser submettido á assembléa geral, entregando-o á administração para que esta o faça publicar com antecedencia ;

3º, denunciar os erros, faltas ou fraudes que porventura possa descobrir, expondo a situação do Banco e suggerindo as providencias necessarias ;

4º, convocar extraordinariamente a assembléa geral, quando entenda que occorrem motivos urgentes e graves.

Art. 26. Para seu inteiro esclarecimento terá o conselho fiscal direito de examinar os livros, verificar o estado da caixa e da carteira e exigir da administração todas as informações de que precisar.

Art. 27. Quando qualquer membro do conselho fiscal resignar o cargo, deixar de comparecer por mais de dous mezes, ou fallecer, será convidado o supplente seguinte para o substituir.

A nenhum dos membros será permitido deixar de exercer, por mais de tres mezes, as funcções de seu cargo, e quando isto se verifique entender-se-ha tel-o resignado, salvo o caso de licença concedida pelo proprio conselho fiscal.

TITULO VI

ASSEMBLÉA GERAL

Art. 28. A assembléa geral será constituida por accionistas possuidores de 20 ou mais acções, inscriptas nos registros do Banco 60 dias, pelo menos, antes da reunião da assembléa geral.

§ 1.º Os accionistas que possuirem menos de 20 acções poderão assistir ás sessões da assembléa geral e discutir, mas não votar.

§ 2.º Cada serie de 20 acções dará direito a um voto, mas nenhum accionista terá mais de 200 votos, qualquer que seja o numero de acções proprias ou alheias que represente.

§ 3.º Desde que for convocada a assembléa geral até que ella se realize, ficará suspensa a transferencia de acções.

§ 4.º Poderão votar na assembléa geral os accionistas que tiverem transferido em caução suas acções a outrem.

Art. 29. A assembléa geral ordinaria poderá deliberar com um numero de accionistas que represente pelo menos uma quarta parte do capital social.

Paragrapho unico. Si no dia designado este numero não se reunir, nova reunião será convocada, com antecipação de cinco dias, por annuncios nos jornaes, declarando-se que na segunda reunião se deliberará, qualquer que seja a somma do capital representado pelos accionistas presentes.

Art. 30. Quando a convocação tiver por objecto algum dos casos previstos no art. 6.º do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890, a assembléa geral só poderá deliberar achando-se reunidos accionistas que representem pelo menos dous terços do capital social.

§ 1.º Si nem na primeira nem na segunda convocação comparecer o numero requerido de accionistas, far-se-ha terceira, por annuncios e por cartas, aos que residirem na cidade do Rio de Janeiro, declarando-se que a assembléa poderá deliberar validamente, qualquer que seja o capital representado pelos accionistas que comparecerem.

§ 2.º A segunda e a terceira convocações serão feitas com antecedencia, pelo menos, de tres dias.

Art. 31. Quando tratar-se da eleição de directoria e de conselho fiscal, a votação será por escrutinio secreto.

Tratando-se da alteração destes estatutos ou da liquidação do Banco, a votação será conforme o numero de votos de cada accionista.

Todas as demais votações serão *per capita*, salvo deliberação em contrario da assembléa geral.

Art. 32. Serão admittidos a votar na assembléa geral :

1º, o tutor pelo tutelado e o curador pelo curatelado ;

2º, o marido por cabeça da mulher e os paes pelos filhos menores ;

3º, o socio da firma commercial pela mesma ;

4º, o representante da administração de sociedade anonyma ou corporação ;

5º, o inventariante pelo acervo *pro indiviso* ;

6º, os syndicos pelas massas fallidas.

§ 1.º Para a eleição dos membros da administração do Banco e do conselho fiscal, bem como para todas as deliberações em assembléa geral, ordinaria ou extraordinaria, serão admittidos votos por procuração, comtanto que seja esta outorgada a accionista que não seja membro da directoria nem do conselho fiscal.

§ 2.º As procurações deverão conter poderes especiaes.

§ 3.º Tanto as procurações de que tratam os paragraphos antecedentes como os documentos com que provem a sua qualidade as pessoas comprehendidas nos ns. 1 a 6 deste artigo, deverão ser entregues na secretaria do Banco tres dias, pelo menos, antes da reunião da assembléa, e terão vigor sómente até 31 de março do anno subsequente.

Art. 33. Os membros da administração não poderão votar sobre os balanços, inventarios e contas que prestarem, nem os do conselho fiscal sobre seus pareceres.

Art. 34. Competirá á assembléa geral:

1º, alterar e reformar os estatutos do Banco, submettendo-os á approvação do Governo ;

2º, deliberar sobre as contas prestadas annualmente pela administração ;

3º, eleger triennialmente quatro membros da directoria e annualmente os do conselho fiscal ;

4.º, deliberar sobre tudo que for do interesse do Banco e não estiver expressamente commettido á administração, bem como sobre as propostas dos accionistas ás assembleas geraes ordinarias, cujas deliberações a respeito poderão ser adiadas para outra reunião, quando o assumpto parecer relevante á maioria dos accionistas presentes.

Art. 35. A assemblea geral reunir-se-ha ordinariamente no mez de abril e extraordinariamente nos casos seguintes:

1.º, quando a sua reunião for requerida por numero de accionistas cujas acções formem, ao menos, um quinto do capital do Banco ;

2.º, quando a directoria julgar necessario ;

3.º, quando o conselho fiscal entender que occorrem motivos graves e urgentes para a convocação.

§ 1.º Nas sessões extraordinarias a assemblea geral só poderá tratar do objecto para que houver sido convocada.

§ 2.º A convocação ordinaria será feita por annuncio publicado nos jornaes, pelo menos 15 dias antes do indicado para a reunião, e a extraordinaria com cinco dias de antecedencia.

§ 3.º O accionista escreverá o nome e o numero de acções que possuir, no livro de presença, sempre que houver reunião de assemblea geral.

§ 4.º O procurador escreverá o seu nome e o do mandante, declarando o numero de acções que este possuir.

Art. 36. A assemblea geral, ordinaria ou extraordinaria, será presidida pelo presidente do Banco, que marcará dous accionistas para secretarios, os quaes, sendo approvados pela assemblea, tomarão assento na mesa.

Art. 37. A assemblea geral, em sua reunião ordinaria, terá por fim especial tomar conhecimento do parecer do conselho fiscal, examinar, discutir e deliberar sobre o inventario, balanço e contas annuaes, o proceder á eleição do conselho fiscal e á de directores, quando esta dever verificar-se, e, bem assim, das propostas a que se refere o n.º 4 do art. 33.

Paragrapho unico. Si, para deliberar sobre a materia sujeita, carecer a assemblea de novos esclarecimentos, poderá adiar a sessão, determinando os exames e investigações necessarios.

Art. 38. A approvação do balanço e contas, sem reserva, importará a ratificação dos actos e operações referentes ao anno bancario, salvo o caso do dolo, fraude ou simulação, posteriormente descobertos.

Paragrapho unico. As deliberações da assemblea, tomadas nos termos destes estatutos, obrigarão a todos os Srs. accionistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

Art. 39. Nos casos em que as leis ou os estatutos expressamente determinam a reunião da assemblea geral, sera permittido a qualquer accionista, si a convocação tiver sido retardada por mais de tres mezes, exigida da directoria.

Paragrapho unico. Si o accionista não for attendido terá o direito de fazer elle proprio a convocação, declarando esta circumstancia no annuncio respectivo.

Art. 40. Um mez antes da reunião ordinaria da assembléa geral, a directoria fará annunciar pelos jornaes que se acham á disposição dos accionistas, no estabelecimento :

1º, copia do balanço contendo a indicação dos valores sociaes, moveis e immoveis, e, em synopse, das dividas activas e passivas por classes, segundo a natureza dos titulos;

2º, relação nominal dos accionistas com o numero de acções respectivas e o estado de pagamento dellas;

3º, cópia da lista das transferencias de acções, em algarismos, realizadas no decurso do anno.

Art. 41. Até tres dias, o mais tardar, antes da reunião da assembléa geral, será publicado pela imprensa o relatorio do Banco, com o balanço e o parecer do conselho fiscal.

Paragrapho unico. A infracção do disposto neste e no artigo antecedente importará nullidade das deliberações da assembléa geral, sendo allegada até seis mezes depois.

Art. 42. Dentro de trinta dias depois da reunião da assembléa geral, a acta respectiva deverá ser publicada nos jornaes.

As actas das sessões da assembléa geral que versarem sobre alteração dos estatutos, augmento de capital, ou liquidação do Banco, deverão ser publicadas no *Diario Official* e archivadas na secretaria da Junta Commercial, sendo depositado no Registro Geral das Hypothecas o exemplar do *Diario Official* em que se houver feito a publicação.

TITULO VII

EMIÇÃO

Art. 43. Serão desde já extinctos o serviço da divida nacional interna e o da emissão e resgate do papel-moeda.

Art. 44. As notas da antiga emissão do Banco do Brazil continuarão a ser resgatadas, nos termos das respectivas disposições vigentes.

TITULO VIII

FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDO

Art. 45. O fundo de reserva será constituido com a quota de 15 %, no minimo, deduzida dos lucros liquidos verificados em cada semestre.

§ 1.º A deducção referida cessará desde que o fundo de reserva attinja 50 % do capital nominal do Banco.

§ 2.º A importancia do fundo de reserva será empregada em fundos publicos ou lettras hypothecarias que tenham a garantia da União ou dos Estados.

Art. 46. Dos lucros liquidos resultantes das operações do Banco, demonstrados pelos balanços semestraes, será distribuida, como dividendo, pelos accionistas, a importancia que a directoria, ouvido o conselho fiscal, fixar.

TITULO IX

LIQUIDAÇÃO

Art. 47. A liquidação do Banco verificar-se-ha nos casos previstos na lei.

Art. 48. No caso de liquidação, amigavel ou judicial, o Governo terá preferencia sobre todos os penhores e hypothecas feitas ao Banco por empréstimos representados por *bonus*.

TITULO X

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 49. O anno bancario corresponderá ao civil.

Art. 50. A administração do Banco requererá aos poderes do Estado quaesquer medidas que julgar convenientes para credito, segurança, prosperidade e firmeza dos direitos adquiridos pelo Banco, e particularmente para que as acções ou fundos existentes no Banco, pertencentes a estrangeiros, sejam, mesmo no caso de guerra, inviolaveis como os dos nacionaes.

Art. 51. Os bens moveis, semoventes ou de raiz que o Banco houver de seus devedores, deverão ser vendidos no menor prazo possivel.

Art. 52. O Banco poderá adquirir ou possuir os edificios que forem necessarios para seu estabelecimento.

Art. 53. O presidente, os directores, os membros do conselho fiscal e todos os empregados do Banco, serão responsaveis pelas perdas e damnos que lhe causarem, provenientes de fraude, dolo, malicia ou negligencia culposa.

§ 1.º Si a assembléa geral resolver que se promova a responsabilidade de algum membro da administração ou do conselho fiscal, como incursão neste artigo, ficará por este facto e deslogo, revogado o mandato do que tiver de ser accionado, procedendo-se á eleição para preenchimento da vaga.

§ 2.º Não se considera revogado o mandato do membro da administração, quando a acção for intentada por accionista, independentemente de deliberação da assembléa geral.

Art. 54. A directoria fica investida de plenos poderes, inclusive os de procurador em causa propria, para demandar

activa e passivamente, e para exercer livremente a administração do Banco.

Art. 55. Os casos omissos nestes estatutos serão regulados pelas leis que regem as sociedades anonymas.

TITULO XI

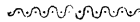
DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 56. Os fundos de reserva dos dous extinctos bancos fusiodados no Banco da Republica do Brazil continuarão a ser escripturados em conta especial, e os respectivos valores que se forem liquidando, serão destinados a fortalecer o capital social.

Art. 57. Approvados estes estatutos, na conformidade do art. 6º do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890, serão submettidos immediatamente à approvação do Governo.

Art. 58. Uma vez approvados definitivamente estes estatutos, reunir-se-ha a assemblea geral para a eleição da directoria e do conselho fiscal.

Art. 59. O Banco entrará no regimen commum das instituições congeneres logo que tenha pago metade da divida que ficar restando ao Thesouro, pelo accordo feito em observancia à lei n. 427, de 9 de dezembro de 1896.



DECRETO N. 2510 — DE 10 DE MAIO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 51:299\$600, para occorrer às despezas com o custeio do presidio de Fernando de Noronha no segundo trimestre do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

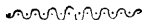
Resolve, tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70 § 5º do regulamento approved pelo decreto n. 2409 de 23 de novembro de 1896, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de cincoenta e um contos duzentos noventa e nove mil e seiscentos réis (51:299\$600) para occorrer às despezas com o custeio do presidio

de Fernando de Noronha durante o segundo trimestre do corrente anno, visto subsistirem os mesmos motivos que determinaram a abertura de igual credito para o primeiro trimestre.

Capital Federal, 10 de maio de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Anara Cavalcanti.



DECRETO N. 2511 — DE 15 DE MAIO DE 1897

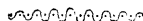
Conceda autorização ao *London and Brazilian Bank, limited*, para funcionar na Republica por mais 20 annos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o *London and Brazilian Bank, limited*, estabelecido em Londres, por seu procurador nesta praça John Mackenzie, com caixas filiaes nesta praça e nas do Pará, Pernambuco, Bahia, S. Paulo, Santos, Campinas, Porto Alegre, Rio Grande do Sul e Pelotas, resolve conceder ao mesmo Banco autorização para continuar a funcionar pelo periodo de mais 20 annos nas praças acima indicadas, observadas as disposições do decreto n. 2979, de 2 de outubro de 1862, devendo ser contada a prorrogação de 27 de janeiro de 1900, na forma requerida.

Capital Federal, 15 de maio de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2512 — DE 17 DE MAIO DE 1897

Approva as modificações propostas ao art. 63 das instrucções regulamentares em vigor na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie de Chemins de Fer Sul, Ouest Brésiliens*, decreta :

Artigo unico. O art. 63 das instrucções regulamentares em vigor na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay, a que

se refere o decreto n. 1882, de 7 de novembro de 1894, e modificado pelo de n. 2088, de 12 de setembro de 1895, fica assim redigido :

« Art. 66. Os expedidores e passageiros tem a faculdade de declarar, no acto do despacho, o valor segundo o qual querem ser indemnizados, em caso de perda ou avaria da sua mercadoria, bagagens ou animaes.

Neste caso cobrar-se-ha, além do frete e demais taxas, meio por cento ($1/2$ %) do valor declarado para as expedições das classes 2^a, 3^a, 4^a e 5^a, da tarifa II ; um por cento (1 %) para a classe 1^a da tarifa II ; e dous por cento (2 %) para as tres classes da tarifa III.

A declaração do valor das mercadorias nas notas de expedição nenhuma significação tem, desde que não for paga a taxa do seguro.

A importancia do valor declarado será paga em caso de perda total, e sómente uma quota proporcional à perda, si esta for apenas parcial.

Do mesmo modo, em caso de avaria, a indemnisação será paga proporcionalmente à importancia da avaria verificada.

Em caso de perda ou damno da mercadoria (salvo os casos dos arts. 64 e 65), a indemnisação não poderá exceder o damno realmente soffrido pelo expedidor, e será, neste caso, reduzida a importancia do damno.

Quanto aos objectos não seguros, a estrada não será responsável sinão até a importancia de quinhentos réis (\$500) por kilogramma de mercadoria perdida ou avariada, sem que em nenhum caso a indemnisação possa ser superior ao valor da mercadoria perdida ou avariada.

No caso em que uma mercadoria for achada depois de ter sido considerada perdida, a estrada dará aviso ao destinatario, que terá durante quinze dias o direito de reclamar a entrega, devendo restituir as $3/4$ partes da indemnisação que lhe tiver sido paga.

A mercadoria avariada ficará pertencendo à estrada.

Quando a mercadoria formar um todo tal que a avaria de uma parte a deprecie ou inutilise, a indemnisação a pagar será calculada por arbitramento. »

Capital Federal, 17 de maio de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2513 — DE 17 DE MAIO DE 1897

Substitue a segunda parte do § 2º do art. 5º das condições regulamentares da Estrada de Ferro Minas e Rio, approvadas pelo decreto n. 9189 de 19 de abril de 1884.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Minas e Rio, decreta :

Artigo unico. Fica substituida a segunda parte do § 2º do art. 5º das condições regulamentares, approvadas por decreto n. 9189, de 19 de abril de 1884, pelo seguinte :

« Os bilhetes de ida e volta dão direito a uma só viagem em cada sentido, em qualquer trem, de ou para as estações mencionadas nos mesmos.

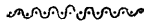
Os portadores de bilhetes de ida e volta só poderão entrar nos trens nas estações mencionadas nos ditos bilhetes, quer para a ida, quer para a volta.

No caso de quererem parar em qualquer estação intermediairia aos limites de seus bilhetes, estes não darão mais direito a continuar a viagem em outro trem.»

Capital Federal, 17 de maio de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2514 — DE 17 DE MAIO DE 1897

Autorisa a celebração do contracto com a Companhia de Navegação a vapor no rio Parnahyba para o serviço desta navegação.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de conformidade com a lei n. 423 de 10 de dezembro de 1896, art. 6º § 3º, decreta:

Artigo unico. E' autorizada a celebração de contracto com a Companhia de Navegação a vapor no rio Parnahyba para o serviço dessa navegação, de accordo com as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 17 de maio de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

**Clausulas a que se refere o decreto n. 2314
desta data**

I

A companhia contractante obriga-se a fazer duas viagens redondas mensaes, de Theresina para os portos do S. Francisco e Amarante no rio Parnahyba, e outras duas tambem redondas mensaes de Theresina para o porto da Tutoya, no Estado do Maranhão, com escalas por União, Curralinho, Boqueirão, Repartição, Santa Quiteria, Porto Alegre, Parnahyba, Araiozes, Belém, Castelhanos, Miguel Alves, Marroás e Barra do Longá.

II

Este serviço será feito com material fluctuante (vapores e barcas) que actualmente possua a companhia e com outros novos, de ferro ou madeira apropriados a tal navegação, que forem necessarias para que o serviço se effectue com a conveniente regularidade. O material fluctuante que for novamente adquirido pelo contractante será submettido a prévia aceitação do fiscal da navegação e comissão para tal fim nomeada.

III

A contractante começará dentro de oito mezes a navegação.

IV

Os vapores serão isentos de qualquer imposto por transferencia de propriedade ou matricula, bem assim serão de nacionalidade brasileira e gosarão de todos os privilegios e isenções de paquetes, e a respeito de suas tripulações se praticará o mesmo que se pratica com os navios de guerra, o que todavia não os isentara dos regulamentos de Policia, das Alfandegas e Capitancias de portos.

V

O material que a contractante importar para a construcção dos vapores e barcos de que trata a clausula 2ª será tambem isento de qualquer imposto.

VI

Os vapores deverão ter a bordo o preciso para a viagem e serviço de reboque e passageiros ; bem assim o pessoal necessario ao serviço.

VII

Os dias e horas de partida, o tempo de demora em cada escala, a duração da viagem, os preços das passagens e fretes serão fixados em tabellas organisadas pela empresa, de accordo com o fiscal e approvação do Ministerio da Industria, devendo as passagens do Governo Federal gosar de abatimento de 25 % e as cargas de 20 %.

As tabellas serão revistas no fim de dous annos.

VIII

A empresa obrigar-se-ha a transportar gratuitamente e os seus vapores:

1º, as malas do Correio nos termos da legislação vigente, obrigando-se a conduzi-las de terra para bordo e vice-versa, passando e exigindo recibos.

As repartições do Correio terão as malas sempre promptas a fim de não retardarem as viagens dos vapores ;

2º, o fiscal da navegação quando viajar em serviço ;

3º, o empregado do Correio incumbido das malas.

A estes funcionarios a Empresa fornecerá comedorias ;

4º, os dinheiros publicos. Os capitães dos vapores ou pessoa de sua confiança receberão e entregarão, passando e exigindo quitação nas respectivas repartições, os caixotes ou pacotes de dinheiro, não sendo entretanto obrigados a verificar a respectiva importancia ; a responsabilidade dos capitães cessará desde que na occasião da entrega reconhecer-se que os sellos appostos estão intactos e sem nenhum signal de violação ;

5º, os objectos remettidos ao Museo Nacional ou a Secretaria do Estado da Industria, Vição e Obras Publicas para aquelle estabelecimento, e bem assim os objectos destinados a exposições officiaes ou autorisadas pelo Governo ;

6º, as sementes e mudas de plantas destinadas aos jardins ou estabelecimentos publicos.

IX

Salvo os casos de sedição, rebellião ou por qualquer perturbação da ordem publica, não poderá o governador ou qualquer outra autoridade transferir as sahidas nem demorar os vapores.

X

Os vapores da empresa serão vistoriados de seis em seis mezes, na fórma do respectivo regulamento, a que assistirá o fiscal da navegação, que será avisado com 24 horas de antecedencia.

XI

As repartições fiscaes dos portos onde os vapores teem de tocar, facilitarão por todos os meios a sahida delles, e tanto as mesmas repartições como as autoridades locais prestarão a protecção e auxilio de que por qualquer motivo necessitarem.

XII

No caso de innavegabilidade ou perda de alguns dos vapores poderá a empresa, mediante prévia licença do Ministerio da Industria, fretar outro vapor nas condições exigidas, ou em caso de falta absoluta, o que mais se approximar.

A substituição será provisoria até que a empresa apresente outro de accordo com a clausula 2.^a

XIII

A interrupção do serviço por mais de um mez em toda a linha ou parte della, sem ser por effeito de força maior, sujeitará a empresa á indemnisação de todas as despesas que o Governo fizer para a continuação do serviço durante o tempo da interrupção e mais á multa de 50 % das mesmas despesas.

No caso de abandono, além da caducidade, a empresa pagará a multa de 50 % da subvenção annual; entendendo-se por abandono a interrupção do serviço por mais de tres mezes, salvo caso de força maior.

XIV

Em qualquer tempo, durante o prazo do contracto, o Governo terá o direito de comprar ou tomar a frete compulsoriamente os vapores da empresa, ficando esta obrigada a substituir os que forem comprados dentro do prazo de 10 mezes.

O fretamento será regulado pelo maior rendimento que dentro do anno obtenha a empresa em uma das viagens da linha.

A compra será pelo valor que tiver o vapor no ultimo balanço, abatendo-se 10 %.

XV

A empresa deverá apresentar ao fiscal respectivo a estatistica dos pas-ageiros e cargas que seus vapores transportarem.

A estatistica será feita pelo modelo adoptado, e entregue dentro de trinta dias depois de findo cada trimestre.

XVI

Qualquer subvenção ou favor concedido pelos Governos dos Estados do Piauí e Maranhão em relação aos serviços contractados se tornarão effectivos, sem prejuizo das subvenções e favores a que o contractante tiver direito, em virtude de acto do Governo Federal.

XVII

A empresa entrará adeantadamente para a Alfandega com a importância de 100\$ mensaes para pagamento do fiscal do Governo.

XVIII

A empresa ficará sujeita às seguintes multas, salvo caso de força maior :

1º, de quantia igual à subvenção respectiva, si não effectuar alguma das viagens ;

2º, de 200\$ a 400\$, além da perda da subvenção respectiva, si a viagem depois de encetada for interrompida.

Si a interrupção for por força maior, não terá logar a multa, e o contractante perceberá a quota da subvenção correspondente às milhas navegadas.

Fica entendido, porém, que não é considerado caso de força maior a insufficiencia de profundidade, salvo quando houver grande estiagem ;

3º, de 200\$ a 400\$ por dia de demora na chegada do paquete ;

4º, de 100\$ a 200\$ pelo prazo de doze horas, que exceder a fixada para a sahida do paquete ;

5º, de 200\$ a 400\$ pela demora da entrega das malas ou mão acondicionamento.

Esta multa será de 500\$, no caso de extravio ;

6º, de 200\$ a 400\$ pela infracção ou inobservancia das clausulas do contracto, para a qual não haja multa especial.

XIX

Além da subvenção, concede o Governo isenção de direitos sobre o material que importar para o custeio da navegação durante o prazo do contracto, cubendo ao Ministerio da Fazenda a apreciação das qualidades dos artigos que gozam desse favor, *ex-vi* dos arts. 2º e 6º § 2º do decreto n. 916 A, de 4 de novembro de 1892.

Cessará esse favor, ficando a empresa sujeita à restituição dos direitos que teria de pagar e à multa do dobro desses direitos, si houver alienação por qualquer titulo de objectos impostos para o serviço.

XX

Em retribuição dos serviços especificados a empresa receberá a subvenção annual de quarenta e oito contos (48:000\$) em moeda corrente, sendo o pagamento feito em prestações mensaes na Alfandega do Piahy ou na Delegacia Fiscal de Theresina, depois de concluida a viagem, mediante requerimento da empresa, recibo das malas do Correio e informações do fiscal.

XXI

No caso de desaccordo entre a empresa e o Governo sobre a intelligencia de alguma disposição do conctrato, será a questão decidida por arbitramento.

As partes interessadas louvar-se-hão no mesmo arbitro, ou cada uma escolherá o seu, os quaes, antes de tudo, deverão designar terceiro, que será desempatador, si porventura os dous não chegarem a accordo.

Si os dous arbitros escolhidos pelos interessados discordarem sobre a designação do terceiro, deverá apresentar cada um o nome de um outro, e a sorte designará dentre o terceiro arbitro.

Fica entendido que este não será obrigado a decidir-se por um dos dous laudos; mas, si a questão versar sobre valores, não poderá ultrapassar os limites fixados pelos arbitros.

XXII

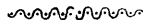
O contracto terá vigor por cinco annos, contados da data da respectiva assignatura.

XXIII

O contractante depositará, antes da assignatura do contracto, a caução de oito contos de réis (8:000\$), em moeda corrente ou em apolices da divida publica que garanta a execução do contracto.

Si o deposito for feito em apolices, os respectivos juros ficarão pertencendo á empresa.

Capital Federal, 17 de maio de 1897. — *Joaquim Murtinho*.



DECRETO N. 2515 — DE 17 DE MAIO DE 1897

Altera as bases das tarifas da Estrada de Ferro D. Thereza Christina, approvadas pelo decreto n. 9224 A, de 31 de maio de 1884.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro D. Thereza Christina, decreta:

Artigo unico. Ficam alteradas as bases das tarifas approvadas por decreto n. 9224 A, de 31 de maio de 1884, pelas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viacção e Obras Publicas.

Capital Federal, 17 de maio de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

Alterações das tarifas e classificação das mercadorias, a que se refere o decreto desta data n. 2515.

Tarifa	Classe	Especificações	Bases
1	—	Passageiros de 1ª classe, simples, por kilometro	90 réis
2	—	Passageiros de 2ª classe, simples, por kilometro	60 »
3	—	Passageiros de 1ª classe, ida e volta, por kilometro	130 »
4	—	Passageiros de 2ª classe, ida e volta, por kilometro	90 »
5	—	Bagagens e encomendas, por tonelada e por kilometro	600 »
6	1	Objectos frageis e de responsabilidade, objectos de pouco peso e grande volume, explosivos, inflammaveis, por tonelada e por kilometro	800 »
		Nota — O frete minimo de uma expedição é de 300 réis.	
		O kerozene é taxado pela tarifa 6, classe 2.	
6	2	Generos de importação em geral, por tonelada e por kilometro	300 »

Tarifa	Classo	Especificações	Bases
		<p>Nota — O frete minimo de uma expedição é de 2\$000. O sal pagará a taxa de 80 réis por tonelada e por kilometro, tendo os abatimentos de 10 % quando despachado em quantidade de 5 a 20 toneladas, e de 20 % quando despachado em quantidade superior a 20 toneladas.</p> <p>As mercadorias só terão os abatimentos acima, quando forem transportadas a distancia superior a 10 kilometros.</p> <p>Esta tarifa (classes 2 e 2 A) abrange todos os objecto e generos importados na zona da estrada, quer taes generos sejam de procedencia estrangeira, quer de procedencia nacional.</p>	
6	2 A	<p>Generos de importação de grande peso, como machinas para estabelecimentos industriaes, utensilios para agricultura, ferragens, trilhos e accessorios, por tonelada e por kilometro</p> <p>Nota — O frete minimo de uma expedição é de 2\$000. A expedição igual ou superior a 10.000 kilos terá abatimento de 20 %.</p> <p>As mercadorias só terão os abatimentos acima, quando forem transportadas a distancia superior a 10 kilometros.</p> <p>Essa tarifa (classes 2 e 2 A) abrange todos os generos e objectos importados na zona da estrada, quer taes generos sejam de procedencia estrangeira, quer de nacional.</p>	90 réis
6	3	<p>Generos nacionaes e de exportação em geral, cereaes, ovos, fructas, ver-luras, leite e productos de industria nacional na zona da estrada.</p> <p>Madeiras, ripas, lenha, etc., em quantidade inferior a 1.000 kilogrammas, por tonelada e por kilometro</p> <p>Nota — O frete minimo de uma expedição é de 2\$000. A expedição igual ou superior, a 5.000 kilos terá abatimento de 20 %.</p> <p>Cereaes, farinha de mandioca e de milho em quantidade igual ou superior a 5.000 kilos terão abatimento de 50 %. Quando despachados de Piedade para Laguna pagarão 2\$000 por tonelada e para Imbetiba 3\$000.</p> <p>As mesmas mercadorias só terão os abatimentos acima, quando forem transportadas a distancia superior a 10 kilometros.</p>	200 »

Tarifa	Classe	Especificações	Bases
		São considerados como generos nacionaes e de exportação, tarifa 6 (classes 3 e 3 A), os productos da lavoura ou industria da zona percorrida pela estrada.	
6	3	A Generos nacionaes e productos da industria nacional na zona da estrada. Madeira, lenha, materiaes de construcção, carvão vegetal, canna de assucar, capim, estrume, etc. etc., por tonelada e por kilometro.....	80 réis
		Nota — O frete minimo de uma expedição é de 2\$000. Tijolos, telhas, lenha, cal, barro, pedras, capim, cascalho, estrume, canna de assucar, despachados em quantidade igual ou superior a 5.000 kilos, terão abatimento de 10 % e em quantidade de 60\$ ou mais, 20 %.	
		São considerados como generos nacionaes e de exportação, tarifa 6 (classes 3 e 3 A), os productos da lavoura ou industria da zona percorrida pela estrada.	
7		Jóias, pedras, e metaes preciosos, dinheiro, etc. por 1:000\$ e por kilometro.....	20 »
		Nota — O frete minimo de uma expedição é de 3\$000.	
		Toda a fracção inferior a 1:000\$ conta-se como 1:000\$000.	
8	1	Carros funebres, diligencias, caleças, carros para caminhos de ferro de tracção animal, e outros vehiculos de 4 rodas para transporte de pessoas, por vehiculo e por kilom.....	250 »
		Nota — Taxa fixa para qualquer distancia 2\$000.	
		O carregamento e o descarregamento são feitos pelos cuidados e por conta e risco dos expedidores ou destinatarios.	
	2	Carros, carroças, carretas e outros vehiculos de 2 e 4 rodas para transporte de generos; tilburys e outros vehiculos de 2 rodas para transporte de pessoa, por vehiculo e por kilometro.....	150 »
		Nota — Taxa fixa para qualquer distancia 2\$000. Os vehiculos para transporte de generos ou para o serviço da lavoura tem abatimento de 20 %, si estiverem desarmados.	
		O carregamento e descarregamento são feitos pelos cuidados e por conta e risco dos expedidores ou destinatarios.	
9	1	Animaes de montaria, por cabeça e por kilometro.....	70 »

Tarifa	Classe	Especificações	Bases
		<p>Nota — A lotação de um vagão é de cinco cabeças. O expeditor que completar a lotação de cinco ou mais vagões gosará do abatimento de 20 %, podendo carregar cada vagão com menor numero de cabeças, desde que pague a lotação.</p> <p>O frete minimo de uma expedição é de 3\$000.</p> <p>O embarque e desembarque dos animaes são feitos sob os cuidados, inteira responsabilidade e à custa dos expedidores e dos destinatarios.</p>	
9	2	Bois, vaccas e vitellas, por cabeça e por kilometro.....	50 réis
		<p>Nota—A lotação de um vagão é de cinco cabeças. O expeditor que completar a lotação de cinco ou mais vagões gosará do abatimento de 20 %, podendo carregar cada vagão com menor numero de cabeças, desde que pagou a lotação.</p> <p>O frete minimo de uma expedição é de 3\$000.</p> <p>O embarque e desembarque dos animaes são feitos sob os cuidados, inteira responsabilidade e à custa dos expedidores e dos destinatarios.</p>	
9	3	Carneiros, porcos e outros semelhantes mortos, cães, por cabeça e por kilometro.....	40 »
		<p>Nota—Quando a expedição completar a lotação de um ou mais vagões far-se-ha abatimento de 50 %.</p> <p>A lotação do vagão fica a juizo da estrada. Os cães poderão ser recusados, si não estiverem bem açaimados e presos a correntes; em nenhum caso serão admittidos em carros de passageiros.</p>	
10	—	Perús, gansos, gallinhas e outras aves em quantidade inferior a 20, por cabeça e por kilometro.....	2 »
		<p>Nota— Qualquer expedição inferior a 20, será taxada como 20 ou pelos preços da tarifa n. 5.</p> <p>Quando a expedição for superior a 50 cabeças terá abatimento de 20 %.</p>	

Observações

As mercadorias para gosarem dos abatimentos constantes das notas das tarifas devem ser entregues e despachadas em uma só esta-

Tarifa	Classe	Especificações	Bases
		ção ou desvio. As que forem despachadas em diversos pontos e por parcellas não gozarão de abatimento algum, ainda que o total atinja a quantidade exigida para esse fim.	

Taxas accessorias

Deposito de bagagens, etc. etc.:	
Por dia e por volume.....	200 réis
Folga do material:	
Por dia e por vagão.....	1\$000
Carga e descarga de mercadorias:	
Por cada 500 kilos ou fracção.....	500 réis
Despacho obrigatorio para as tarifas ns. 6 a 10, incluindo o custo de duas notas de expedição:	
Por expedição.....	100 »
Armazenagem, tarifas ns. 5 e 6:	
Por 10 kilogrammas ou fracção.....	10 »
Com um minimo de.....	500 »

Capital Federal, 17 de maio de 1897.—*Joaquim Martinho.*

Quadro das distancias kilometricas das estações e desvios

Kilometros	Estações e desvios	Estação do Imbituba	Desvio de Villa-Nova	Desvio de Roça Grande	Estação de Bifurcação	Estação de Laguna	Desvio de Cabeceira	Desvio de Laranjeiras	Desvio de Capivary	Estação do Picado	Desvio de S. João	Desvio do Pinheiro	Desvio de Guarda	Desvio de Pedrinhas	Estação de Pedras Grandes	Desvio de Palmeiras	Desvio de Santa Clara	Estação de Orléans	Desvio de Oratorio
5.050	D. de Villa Nova.....	6																	
14.400	D. de Roça Grande.....	15	40																
20.700	E. de Bifurcação.....	27	22	3															
35.340	E. de Laguna.....	33	27	6	6														
31.210	D. de Cabeceira.....	32	25	17	5	10													
—	D. de Laranjeiras.....	—	—	—	—	—													
45.840	D. de Capivary.....	46	41	32	20	25	15												
53.450	E. de Piedade.....	54	49	40	27	33	23		8										
56.490	D. de S. João.....	57	52	43	30	35	26		11	4									
60.710	D. de Pinheiros.....	61	53	47	35	40	30		15	8	5								
64.700	D. de Guarda.....	65	60	51	38	43	34		19	12	9	4							
70.360	D. de Pedrinhas.....	71	66	56	46	49	40		25	17	14	10	6						
78.470	E. de Pedras Grandes.....	79	74	65	52	58	48		33	25	22	18	13	9					
84.370	D. de Palmeiras.....	85	80	70	58	64	54		39	31	28	21	20	15	5				
89.380	D. de Santa Clara.....	90	85	75	63	69	59		44	37	33	29	25	20	11				
96.230	E. de Orléans.....	97	92	82	70	75	66		51	43	40	35	32	26	18	6	7		
103.130	D. de Oratorio.....	104	99	89	77	82	72		58	50	47	43	39	33	25	19	14	7	
111.000	E. de Minas.....	111	106	97	85	90	80		66	58	55	51	47	41	33	27	22	15	8

DECRETO N. 2516 — DE 17 DE MAIO DE 1897

Concede autorização á *The Brazilian Gold Exploring Syndicate, limited*, para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Brazilian Gold Exploring Syndicate, limited*, devidamente representada, decreta :

Art. 1.º E' concedida autorização á *The Brazilian Gold Exploring Syndicate, limited*, para funcionar na Republica, limitando-se, porém, aos trabalhos de mineração e seus accessorios no Estado de Minas Geraes, sob as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas ; ficando os outros serviços mencionados nos respectivos estatutos dependentes de nova autorização do Governo Federal.

Capital Federal, 17 de maio de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2516 desta data**

I

A *The Brazilian Gold Exploring Syndicat, limited* é obrigada a ter um representante na Republica com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente autorização.

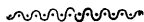
III

Fica dependente de autorisação do Governo qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe ha cassada a autorisação para funcionar na Republica si infringir esta clausula.

IV

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial, sera punida com a multa de duzentos mil réis (200\$) a dous contos de réis (2:000\$000).

Capital Federal, 17 de maio de 1897.— *Joaquim Murtinho.*



DECRETO N. 2518 (*) — DE 17 DE MAIO DE 1897

Approva o projecto de augmento dos armazens de Limoeiro e Nazareth, da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Great Western of Brasil Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Fica approvado o projecto que com este baixa, rubricado pelo director geral da Directoria de Viacão da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viacão e Obras Publicas, para augmento dos armazens de Limoeiro e Nazareth, da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro; podendo ser despendida, além da importancia de seis contos setecentos e quarenta e nove mil réis (6:749\$) já autorisada, mais a de treze contos quinhentos e cincoenta mil e quatrocentos réis (13:550\$400), na construcção do acrescimo de 24^m em Nazareth e o de 8^m em Limoeiro, comtanto que desde já seja levada á conta de custeio a quantia de 2:525\$200 a titulo de reparações na estação de Nazareth, e os 17:774\$200 restantes, por quotas iguaes, em oito semestres consecutivos.

Capital Federal, 17 de maio de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

(*) O decreto n. 2517 não foi publicado.

DECRETO N. 2519 — DE 22 DE MAIO DE 1897

Dá regulamento para execução do art. 5º da lei n. 177 A, de 15 de setembro de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, para execução do art. 5º da lei n. 177 A, de 15 de setembro de 1893, que se observe o regulamento que com este baixa.

Capital Federal, 22 de maio de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para a execução do art. 5º da lei n. 177 A, de 15 de setembro de 1893, a que se refere o decreto n. 2519 desta data.

Art. 1.º A sociedade anonyma que se achar em estado de insolvencia ou de liquidação poderá fazer accordo com os portadores de obrigações preferenciaes (debentures) acerca do resgate ou pagamento das mesmas obrigações, estipulando quaesquer clausulas, comtanto que não sejam contrarias ao direito.

Art. 2.º E' requisito essencial, para validade do accordo, que seja elle consentido por portadores que representem mais de dous terços do valor total das obrigações emittidas, e por accionistas que representem igualmente mais de dous terços do capital social.

Art. 3.º O accordo consentido nos termos deste decreto é obrigatorio para todos os portadores de obrigações.

Art. 4.º O accordo só será admissivel depois que a sociedade anonyma se declarar em estado de insolvencia, ou depois que entrar em liquidação amigavel ou forçada (decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, cap. VII).

Art. 5.º A proposta para o accordo poderá ser feita pela sociedade anonyma ou pelos portadores das obrigações.

Art. 6.º A convocação da assembléa geral dos accionistas, para resolver acerca da proposta do accordo que tiver de ser offerecido aos portadores de obrigações, e a da que tiver de discutir e acceitar ou não a proposta apresentada pelos portadores de obrigações, bem como as deliberações que a respeito se tomarem, serão regidas pelas disposições do direito vigente, ou que lhes forem applicaveis (citado decreto n. 434, de 4 de julho de 1891).

Art. 7.º A proposta de accordo por parte dos portadores de obrigações poderá se realizar:

- a) por declaração escripta e assignada pelos portadores em numero sufficiente (art. 2º);
- b) por consentimento delles dado em reunião para esse fim convocada.

Art. 8.º A chamada dos portadores de obrigações, para acceitarem a proposta formulada pela sociedade anonyma, ou para apresentarem a proposta que por parte delles tiver de ser offerecida à sociedade anonyma, poderá ser feita:

- a) pela directoria da sociedade anonyma;
- b) pelo conselho fiscal da mesma;
- c) por portadores que representem mais de um quarto do valor total das obrigações.

O conselho fiscal só terá poderes para fazer a chamada de que se trata, si a directoria a isso se recusar.

§ 1.º A convocação dos portadores será feita por annuncios publicados por tres vezes na imprensa do logar, si houver, ou pelos outros meios ordinarios. A reunião dar-se-ha trinta dias, ao menos, depois do annuncio.

§ 2.º A reunião será presidida pelo portador de obrigações que for aclamado ou nomeado presidente por maioria de votos.

§ 3.º Os portadores de obrigações podem se fazer representar por procuradores munidos de poderes sufficientes com direito de votar.

Art. 9.º Das deliberações que forem tomadas pelos portadores de obrigações se lavrará um termo que deverá ser assignado pelo presidente, secretarios e portadores, sendo as firmas reconhecidas por tabellião.

Este documento ficará sob a guarda do presidente que lhe dará o destino legal.

Art. 10. Si, no dia marcado, não comparecer numero sufficiente de portadores (art. 2º), será a reunião, a primeira vez, adiada por oito dias, a segunda, por tres. Si, ainda no dia por ultimo marcado, não comparecer numero sufficiente, entender-se-ha que os portadores de obrigações se recusam a formular ou acceitar a proposta de accordo.

Art. 11. A declaração escripta dos portadores, contendo proposta ou termo de que conste a deliberação propondo o accordo, será apresentada à directoria da sociedade e ao conselho fiscal, ou aos liquidantes ou syndicos, afim de seguir-se a convocação da assembléa geral dos accionistas que tiver de tomar conhecimento do accordo formulado e resolver a respeito.

Dentro de tres dias, depois de apresentada a proposta, deverá ser convocada a assembléa geral dos accionistas.

No caso de ser a proposta de accordo offerecida pela sociedade anonyma, a reunião dos portadores de obrigações, para discutil-a, acceital-a ou não, será convocada dentro de igual prazo, a contar da data da deliberação.

Art. 12. O accordo offerecido pela sociedade anonyma e acceto pelos portadores de obrigações, ou proposto pelos por-

tadores e aceito pela sociedade anonyma, reputa-se perfeito e acabado desde o momento da acceitação, mas só produzirá os seus effeitos de direito depois de homologado pelo juiz commercial com jurisdicção na séde da sociedade.

Paragrapho unico. O pedido de homologação será processado de accordo com os arts. 121 e 122 do decreto n. 917 de 24 de outubro de 1890.

Art. 13. Os portadores de obrigações designarão, no papel escripto contendo a proposta de accordo (art. 7º), ou na reunião em que propuzerem o accordo, ou na destinada a approvar a proposta offerecida pela sociedade anonyma, um fiscal que, em nome dolles, collabore com a directoria ou liquidantes na execução do accordo e que vigie por seus direitos e interesses.

Art. 14. No caso de achar-se a sociedade anonyma em liquidação forçada, o accordo se juntará aos autos respectivos para o fim de ser julgado por sentença.

Paragrapho unico. Podem embargar o accordo as partes dissidentes, mas só são admissiveis embargos de nullidade, fraude, simulação ou erro.

Na apresentação, discussão e julgamento destes embargos, que terão effeito suspensivo do accordo, se observarão as disposições do art. 187 do decreto n. 131 de 4 de julho de 1891.

Art. 15. O accordo, ainda julgado por sentença, poderá ser desfeito ou rescindido por acção, provando-se nullidade, fraude, simulação ou erro.

Art. 16. A execução do accordo por parte da sociedade anonyma, incumbe á directoria ou a quem de direito representar a mesma sociedade.

Art. 17. A recusa do accordo, pela sociedade anonyma ou pelos portadores de obrigações preferenciaes, não induz embargo legal para a tentativa e acceitação de nova proposta, sobrevindo motivos que aconselhem semelhante procedimento.

Art. 18. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de maio de 1897.— *Bernardino de Campos.*



DECRETO N. 2520 — DE 24 DE MAIO DE 1897

Abre ao Ministerio da Guerra um credito de 88:215\$806 para saldar as despesas feitas com a construcção de quatro paíões de polvora na ilha do Boqueirão e mais obras accessorias.

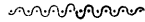
O Presidente da Republica, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 432 de hoje datado, resolve abrir ao Ministerio da Guerra um credito da quantia de oitenta e oito

contos duzentos e quinze mil oitocentos e seis réis (88:215\$806) para saldar as despesas feitas com a construção de quatro paões de pólvora na ilha do Boqueirão e mais obras accessorias.

Capital Federal, 24 de maio de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Carlos Machado de Bittencourt.



DECRETO N. 2521 — DE 24 DE MAIO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional da capital do Estado do Piahy

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro ultimo, resolve decretar:

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado do Piahy se comporá de um commando superior, com séde na capital do Estado, o qual se constituirá com uma brigada de cavallaria, uma de artilharia, uma de infantaria, e das demais que se organisarem posteriormente nas comarcas do referido Estado.

Art. 2.º A brigada de cavallaria se comporá de dous regimentos com as designações de 1º e 2º; a de artilharia, de um batalhão de artilharia de posição e de um regimento de artilharia de campanha; e a de infantaria, de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 1º, 2º e 3º, e de um batalhão do serviço da reserva, com a designação de 1º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma capital.

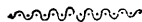
Art. 3.º O local das paradas dos corpos, ora creados, será determinado pelo respectivo commando superior.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de maio de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2522 — DE 24 DE MAIO DE 1897

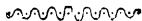
Marca o vestuário que, no exercício de suas funções e solenidades publicas, devem usar os juizes federaes e os procuradores da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no art. 222 do decreto n. 1036 de 14 de novembro de 1890, resolve decretar que os juizes federaes e os procuradores da Republica, no exercício de suas funções e solenidades publicas, usem do vestuário marcado para os juizes de direito pelo decreto n. 1326 de 10 de fevereiro de 1854, devendo, porém, a faixa ser de camalote verde-mar para os juizes e preto para os procuradores.

Capital Federal, 24 de maio de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2523 — DE 24 DE MAIO DE 1897

Extingue mais dous logares de amanuense da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe confere o art. 4º n. 1 da lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, revigorada pelo art. 4º da lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, resolve extinguir mais dous logares de amanuense da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, que se acham vagos.

Capital Federal, 24 de maio de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2524 — DE 28 DE MAIO DE 1897

Approva com modificações a revisão dos estudos da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, no trecho entre as estações de Mimoso e Muquy.

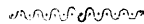
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, cessionaria da linha de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, decreta :

Artigo unico. Fica approvada a revisão dos estudos da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, no trecho comprehendido entre as estações do Mimoso e Muquy, com as modificações assignaladas a tinta azul na planta, entre as estacas : 2.008+13,04 e 2.011+7,11 ; 2.016+18 e 2.051+19, 2.162+4,75 e 2.165+14,40, 2.199+0,65 e 2.212+9,40, 2.247+3,25 e 2.256+1,19, 2.310+2,73 e 2.325+10,50, 2.410+3,65 e 2.432+16,72, 455+1,60 e 2.457+14,39 e 2.579+9,36 e 2.591+0,50 ; as quaes com este baixam, rubricadas pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria do Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 28 de maio de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2525 — DE 31 DE MAIO DE 1897

Crêa um Consulado na Republica da Bolivia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe é conferida pelo art. 3º da lei n. 322 de 8 de novembro de 1895,

Decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado na Republica da Bolivia, com séde em La Paz.

Capital Federal, 31 de maio de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2526 — DE 7 DE JUNHO DE 1897

Approva os estudos definitivos de tres trechos de linha do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana.

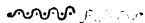
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados os estudos definitivos que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, relativos aos trechos entre Tapera Grande e Guayó, na extensão de 23.955 metros ; de Tapera Grande e Atibaia, na extensão de 37.164 metros ; e do Pinhal e Camandocaia, na extensão de 62.840 metros, de linha de prolongamento a Santos da Estrada de Ferro Mogyana.

Capital Federal, 7 de junho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2527 — DE 7 DE JUNHO DE 1897

Approva os projectos e orçamentos para a construcção de diversas obras na Estrada de Ferro Central da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Brazilian Central Bahia Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para a construcção de um desvio em Cachoeirinha, uma parada em Tapera, um barracão em Tambury e um girador em Machado Portella, da Estrada de Ferro Central da Bahia.

Capital Federal, 7 de junho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2528 — DE 7 DE JUNHO DE 1897

Substitue a condição 1ª do art. 90 do decreto n. 2497, de 14 de abril ultimo, que modificou diversos artigos do regulamento e tarifas da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Great Western of Brasil Railway Company*, decreta:

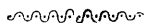
Artigo unico. Fica substituida a condição 1ª do art. 90 do decreto n. 2497, de 14 de abril ultimo, que modificou diversos artigos do regulamento e tarifas da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro, pela seguinte:

A taxa dos trens de passageiros será de 2\$ por kilometro percorrido pela machina desde o deposito até a sua volta, pagando-se além disso o frete dos carros ou vagões conforme ás tarifas.

Capital Federal, 7 de junho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2529 — DE 8 DE JUNHO DE 1897

Approva as modificações que, segundo a revisão feita na Conferencia de Budapest, devem soffrer as tarifas e o regulamento da Convenção Telegraphica Internacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando essenciaes as modificações que, segundo a revisão feita na Conferencia de Budapest, devem soffrer as tarifas e o regulamento da Convenção Telegraphica Internacional,

Decreta :

Art. 1.º São approvadas as modificações adoptadas pela Conferencia de Budapest nas tarifas e o regulamento da Convenção Telegraphica Internacional.

Art. 2.º As referidas modificações entrarão em vigor no 1º de julho deste anno.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de junho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2530 — DE 14 DE JUNHO DE 1897

Publica a adesão da « Companhia Allemã de Telegraphos Maritimos » á Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo de 10/22 de julho de 1875, quanto ao cabo submarino entre Borkum e Vigo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adesão da « Companhia Allemã de Telegraphos Maritimos » á Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo de 10/22 de julho de 1875, quanto ao cabo submarino entre Borkum e Vigo, de sua propriedade, segundo a communição da Imperial e Real Legação da Austria-Hungria, de 2 do corrente, do Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 14 de junho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

TRADUÇÃO — Imperial e Real Legação da Austria-Hungria — Petropolis, 2 de junho de 1897.

Em additamento á nota desta Legação de 24 de abril do corrente anno, n. 198, tenho a honra, de ordem de meu Governo, de comunicar a V. Ex. que a « Companhia Allemã de Telegraphos Maritimos » entrou na Convenção Telegraphica Internacional de S. Petersburgo de 10/22 de julho de 1875, quanto ao cabo submarino entre Borkum e Vigo, de sua propriedade, lançado no fim do anno passado e em construcção.

Sendo o cabo de Borkum a Emden propriedade da Real Administração dos Telegraphos, a Convenção Telegraphica Internacional tem vigor em toda a linha entre Emden e Vigo.

Queira V. Ex. acceitar os protestos de minha mui alta consideração.

MEZEY.

A S. Ex. o Sr. General D. E. de Castro Cerqueira, Ministro do Exterior, etc., etc., etc.



DECRETO N. 2531 — DE 14 DE JUNHO DE 1897

Faz extensivas á Estrada de Ferro de Sobral as disposições do decreto n. 2505 de 1 de maio de 1897.

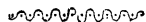
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo decreto legislativo n. 429, de 10 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam extensivos á Estrada de Ferro de Sobral o regulamento e tabellas de vencimentos que baixaram com o decreto n. 2505 de 1 de maio do corrente anno.

Capital Federal, 14 de junho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Martinho.



DECRETO N. 2532 — DE 23 DE JUNHO DE 1897

Manda confirmar por carta patente as honras dos postos que competem aos funcionarios civis do Ministerio da Marinha, quando forem vitalicias, em virtude dos respectivos regulamentos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que as honras militares, de que legitimamente gosam os empregados civis do Ministerio da Marinha, são inherentes ás categorias de seus respectivos logares, correspondendo a cada classe uma graduação, na ordem natural e successiva da hierarchia militar;

Considerando que taes honras representam prerogativas militares, que são conferidas para elevar e distinguir os funcionarios publicos de ordem civil, como auxiliares da administração naval;

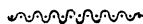
Considerando, finalmente, que existem actos do Governo concedendo patentes a empregados aposentados e demittidos a pedido, para garantir-lhes as honras que só em razão do emprego lhes eram inherentes:

Resolve que sejam confirmadas por carta patente as honras dos postos que competem aos funcionarios civis do Ministerio da Marinha, quando forem vitalicios, em virtude dos respectivos regulamentos.

Capital Federal, 23 de junho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.



DECRETO N. 2533 — DE 28 DE JUNHO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional do Estado do Rio de Janeiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado do Rio de Janeiro se comporá de um commando superior com séde na comarca da Capital, o qual se constituirá de 11 brigadas de infantaria, seis de cavallaria, duas de artilharia e das demais que se organisarem posteriormente nas outras comarcas do referido Estado.

As 1ª brigada de infantaria e 1ª de cavallaria constituídas na Capital do Estado, se comporão dos 1º, 2º e 3º batalhões de infantaria e 1º da reserva, e dos 1º e 2º regimentos de cavallaria.

As 2ª, 3ª e 4ª brigadas de infantaria, 2ª de cavallaria e 1ª de artilharia, constituídas na comarca de Niteroy, se comporão dos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º batalhões de infantaria e 2º, 3º e 4º da reserva, dos 3º e 4º regimentos de cavallaria, do 1º regimento de artilharia de campanha e 1º batalhão de artilharia de posição.

As 5ª, 6ª e 7ª brigadas de infantaria, 3ª de cavallaria e 2ª de artilharia, constituídas nas comarcas de Campos e S. João da Barra, se comporão dos 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º e 21º batalhões de infantaria e 5º, 6º e 7º da reserva, dos 5º e 6º regimentos de cavallaria e dos 2º regimento de artilharia de campanha e 2º batalhão de artilharia de posição.

As 8ª brigada de infantaria e 4ª de cavallaria, constituídas na comarca da Parahyba do Sul, se comporão dos 22º, 23º e 24º batalhões de infantaria e 8º da reserva e dos 7º e 8º regimentos de cavallaria.

As 9ª e 10ª brigadas de infantaria e 5ª de cavallaria, constituídas na comarca de Rezende, se comporão dos 25º, 26º, 27º, 28º, 29º e 30º batalhões de infantaria e 9º e 10º da reserva e dos 9º e 10º regimentos de cavallaria.

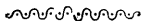
As 11ª brigada de infantaria e 6ª de cavallaria, constituídas na comarca de Itaperuna, se comporão dos 31º, 32º e 33º batalhões de infantaria e dos 11º e 12º regimentos de cavallaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de junho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2534 — DE 28 DE JUNHO DE 1897

Approva a planta e orçamento do desvio no kilometro 94, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy, e estabelece o respectivo frete.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Brasil Great Southern Railway Company, limited*, decreta:

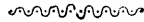
Art. 1.º Ficam approvados a planta e orçamento do desvio estabelecido no kilometro 94, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy, que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 2.º O frete a cobrar será o da estação immediatamente além ou áquem, segundo a direcção do movimento dos trens.

Capital Federal, 28 de junho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2535 — DE 28 DE JUNHO DE 1897

Concede autorisação á *The S. Paulo Coffee Estates Company, limited* para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The S. Paulo Coffee Estates Company, limited*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorisação á *The S. Paulo Coffee Estates Company, limited*, para funcionar na Republica, limitando-se porém á exploração de fazendas de café que adquirir no Estado de S. Paulo, sob as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, e ficando os outros serviços mencionados nos respectivos estatutos dependentes de nova autorisação do Governo Federal.

Capital Federal, 28 de junho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

**Clausulas a que se refere o decreto n. 2538
desta data**

I

A *The S. Paulo Coffee Estates Company, limited* é obrigada a ter um representante na Republica com plenos e illimitados poderes, para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes judiciarios ou administrativas, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente autorisação.

III

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer em seus estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorisação para funcionar na Republica, si infringir esta clausula.

IV

A infracção da primeira clausula será punida com a multa de duzentos mil réis (200\$), a dous contos de réis (2:000\$000).

Capital Federal, 28 de junho de 1897. — *Joaquim Martinho*.

DOCUMENTO N. 1

Eu, abaixo assignado, John Venn, tabellião publico da cidade de Londres, por nomeação real, devidamente juramentado e em exercicio :

Certifico que a traducção em idioma portuguez que vae aqui annexa sob o sello do meu officio é versão fiel e conforme do exemplar official da escriptura de contracto social e estatutos da sociedade *The S. Paulo Coffee Estates Company, limited*, que vae tambem aqui annexo de igual modo e que o dito exemplar official levando a paginas 8 e 45 a assignatura que, sendo nesta data posta perante mim, reconheço e certifico ser verdadeira, do

Sr. Ernest Cleave, ajudante archivista de sociedades anonymas na Inglaterra, tem todas as provas de authenticidade que exigem as leis inglezas, e em virtude do exposto os referidos exemplar official, assignatura e traducção são todos dignos de toda fé e credito tanto nos tribunaes de justiça como fóra delles.

Em testemunho do que, para fazer constar onde convier e para todos os effeitos legais, passo o presente, que assigno e faço sellar com o sello do meu dito officio em Londres, aos 27 de abril de 1897.—*John Venn*, notario publico.

Reconheço verdadeira a assignatura retro de John Venn, tabellião publico desta cidade, e, para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente, e liguei com os documentos juntos ns. 1 e 2, rubricados por mim, e assignei e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos 5 de maio de 1897. — *Luiz Augusto da Costa*, vice-consul.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul em Londres.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1897.—Pelo director-geral,
L. P. da Silva Rosa.

DOCUMENTO N. 2

TRADUÇÃO — Certidão de incorporação de uma companhia (estampilha e sello).

Pela presente certifico que a Sociedade *S. Paulo Coffee Estates Company, limited*, foi incorporada, de conformidade com as leis de sociedades anonymas dos annos de 1862 a 1893, como sociedade de responsabilidade limitada no dia 21 de abril de 1897.

Dado sob a minha assignatura em Londres, aos 27 de abril de 1897.—*Ernest Cleave*, ajudante archivista de sociedades anonymas — Lei de 1862 relativa a sociedades anonymas, secc. 174.

Eu, abaixo assignado, John Venn, tabellião publico da cidade de Londres, por nomeação real, devidamente juramentado e em exercicio :

Certifico que a traducção que precede é versão fiel e conforme da certidão de incorporação que vai aqui annexa sob o sello do meu officio e que a dita certidão, estando revestida da assignatura que reconheço ser a propria e verdadeira do Sr. Ernest Cleave, ajudante archivista de sociedades anonymas de Inglaterra, o qual nesta data a subscreeveu perante mim, tem todas as provas de authenticidade que exigem as leis inglezas, e em virtude do exposto as ditas assignatura, certidão e traducção são todas dignas de toda fé e credito tanto nos tribunaes de justiça como fóra delles.

Em testemunho do que, para fazer constar onde convier e para todos os effeitos legais, passo a presente, que assigno e

séllo com o sello do meu dito officio em Londres, aos 27 de abril de 1897.— *John Venn*, notario publico.

Reconheço verdadeira a assignatura retro de John Venn, tabellião publico desta cidade, e, para constar on-le convier, a pedido do mesmo, passei a presente e liguei com o documento junto rubricado por mim e assignei e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos 5 de maio de 1897.— *Luiz Augusto da Costa*, vice-consul.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul do Brazil em Londres.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1897.— Pelo director geral,
L. P. da Silva Rosa.

Tradução

Leis de 1862 a 1893, relativas ás Companhia — *The S. Paulo Coffee Estates Company, limited* — Contracto social e estatutos registrados em data de 21 de abril de 1897 — Leis das companhias, annos de 1862 a 1893 — Sociedade de responsabilidade limitada por acções — Contracto social da *The S. Paulo Coffee Estates Company, limited*.

1. O nome da companhia é *The S. Paulo Coffee Estates Company, limited*.

2. A séde social da companhia será situada na Inglaterra.

3. Os fins para os quos se estabelece esta companhia são:

a) comprar e adquirir dos Srs. Schröder Gebrüder & Comp., de Hamburgo, ou de qualquer outra pessoa ou pessoas, as fazendas de café conhecidas pelos nomes de « fazendas de Santa Olympia, S. Joaquim e Chanaan », no municipio de S. Simão, na Republica do Brazil, como negocio actualmente em estado de exploração ou de outro modo, por um preço (inclusive do da construcção e abastecimento de certas obras, e da somma estipulada para o capital de exploração) que seja igual ao capital social e £ 160.000 em *debentures*;

b) comprar, adquirir, arrendar ou possuir terrenos, fazendas de café, diques, armazens, machinas, materiaes fixos, edificios, accessorios e construcções no Brazil e outros paizes, e solicitar, obter, comprar, arrendar e adquirir de qualquer outro modo e de tempos a outros quaesquer concessões ou bens no Brazil e tutros paizes;

c) explorar, exercer e dar o devido effeito e applicação aos bens, empresas, concessões, direitos e negocios que de tempos a outros forem adquiridos pela companhia, e fazer e celebrar contractos mancomunadamente ou em separado com quaesquer companhias, firmas ou pessoas, com o fim de dar execução ou relativamente a quaesquer dos objectos da companhia;

d) emprehender e fazer na America meridional e em quaesquer outros logares os negocios de fabricantes, exportadores e negociantes de café e outras produções;

e) adquirir, comprar, arrendar, permutar e de outro modo obter, possuir e manter todos os terrenos, fabricas, edificios e accessorios, e todos os negocios, chaves de negocios, moveis, existencias, e outros bens mobiliarios e immobiliarios, direitos e privilegios necessarios ou convenientes para os fins sociaes;

f) comprar, armar, fretar, dar ou tomar de aluguel e de outro modo obter a posse, uso e direito de dispor de navios, lanchas, chatas e barcos de todas as especies, locomotoras, vagões e material circulante e fornecer quaesquer outros meios para a conducção de mercadorias e moveis de todas as especies;

g) requerer, obter e adquirir por compra, arrendamento ou de outro modo, e usar, dispor e conceder licenças e autorisações, para o uso e disposição de invenções, cartas-patentes, privilegios de invenção, licenças, protecções, registros, concessões, leis e autorisações, para ou relativamente a invenções, marcas de fabrica, e outros privilegios e direitos exclusivos e não exclusivos que digam respeito a todos ou quaesquer dos negocios ou operações sociaes, ou quaesquer beneficios ou interesses nos mesmos de qualquer maneira e sob quaesquer condições;

h) construir, estabelecer, manter e explorar quaesquer estradas, caminhos, linhas telegraphicas, telephonicas e electricas, operações agricolas, para colonias ou para o melhoramento de terrenos, manufacturar ou dar qualquer outra applicação aos productos de taes operações, construir linhas ferreas, de bonds e canaes ou adquirir docas, diques, trapiches, caes de desembarque, molhes, armazens, viaductos, aqueductos e todas as especies de serviços de conducção terrestre, e todas as especies de embarcações para serviços de conducção aquatica e em geral construir ou adquirir quaesquer construcções, obras e empresas, quer de natureza publica quer particular, e fazer todas as outras operações cujo estabelecimento ou exploração se considerar vantajoso ou conveniente em relação aos objectos sociaes;

i) crear capitales ou tomar dinheiro emprestado ou satisfazer compromissos mediante a emissão ou garantia de quaesquer hypothecas, *debentures*, valores hypothecarios ou obrigações da companhia ao par, premio ou desconto, quer sejam amortisaveis, não amortisaveis ou perpetuos, garantidos por todas ou qualquer parte das empresas, receitas e bens da companhia, presentes e futuros, incluindo o seu capital não cobrado ou as prestações não integralisadas da companhia, ou com ou sem qualquer garantia ou por qualquer outro meio que a companhia determinar de tempos a outros, e permutar ou converter quaesquer de taes garantias de tempos a outros;

j) fazer, sacar, acceitar, endossar, emittir, assignar e outorgar escriptos de divida, letras de cambio, e outros valores, escripturas e instrumentos de toda e qualquer descripção;

k) pagar todos os gastos preliminares e incidentes à organização, formação, estabelecimento e registro da companhia ou de qualquer outra companhia organizada, formada, estabelecida ou registrada pela companhia e todas as corretagens, descontos e outros gastos que se considerem convenientes para col-

locar todas ou quaesquer das acções e *debentures* ou outras obrigações da companhia ou de qualquer companhia organizada, formada, estabelecida ou registrada por ella ;

b) dar todos os passos (havendo-os a dar) que forem convenientes para a companhia obter domicilio legal em qualquer colonia, paiz ou logar em que fizer ou desejar fazer negocios, e requerer ou obter quaesquer alvarás régios, cartas de lei, lei parlamentar ou congressal ou despachos de camaras de commercio, e leis de repartições de Governos estrangeiros ultramarinos ou locaes que se considerem necessarios ou convenientes para habilitar a companhia a levar a effeito quaesquer dos seus objectos ;

m) fazer e celebrar contractos ou ajustes de exploração, sociedade ou outros com quaesquer governos ou autoridades supremas, municipaes, locaes ou outras, ou com qualquer companhia, firma ou pessoa em relação a produção, manufacturada ou venda ou outro negocio do café ou outros productos ou a quaesquer dos fins da companhia ou ao desenvolvimento dos seus negocios ou dos seus bens, e requerer e obter qualquer lei parlamentar ou congressal, concessão, decreto, ordem ou outra autorização, legitima ou sufficiente, que habilite a companhia a levar a effeito quaesquer dos seus objectos ou para effectuar qualquer reorganisação da companhia ou qualquer modificação da constituição social ou qualquer outro proposito que for ou pareça conducente a quaesquer dos objectos da companhia ;

n) vender todos ou qualquer parte dos bens sociaes, total ou parcialmente, a dinheiro ou por acções ou obrigações de qualquer outra companhia e repartir entre os accionistas qualquer preço obtido em especie ;

o) fazer qualquer combinação, obrar, unir-se, ou amalgamar-se com ou comprar ou absorver qualquer outra companhia, corporação, sociedade, firma ou empreza, quer no Reino Unido, America meridional, quer em outra parte, sob quaesquer condições ou restricções e com ou sem garantias para o cumprimento de quaesquer obrigações especiaes por qualquer outra companhia ou pessoa como objectos identicos ou semelhantes aos desta companhia ou a qualquer delles, ou que possua bens convenientes para os propositos desta companhia ;

p) crear e emittir acções ou emittir quaesquer acções que formem parte do capital inicial da companhia, divididas em diferentes classes e tendo quaesquer direitos respectivos prelações, graduações, garantias ou privilegios, quer fixos, fluctuantes ou contingentes amortisaveis, ou não, quer relativamente ao capital ou aos dividendos, quer a ambos, e emittil-as ao par, a premio ou a desconto em tanto quanto o permittam as leis de tempos a outros, e emittir e adjudicar acções creditadas como parcial ou plenamente integralizadas de conformidade com qualquer contracto ou ajuste ;

q) depositar dinheiro em bancos e estabelecimentos de credito, e emprestar e empregar dinheiros sobre quaesquer garantias e valores na Europa, America meridional e outras partes,

segundo melhor entenderem os directores da companhia, e quando os directores assim o julgarem conveniente em nome do fidei-commissarios ;

r.) praticar todos os actos, assumptos e cousas que forem incidentaes ou conducentes por qualquer fórma á consecução de qualquer ou de cada um dos objectos mencionados acima.

4. E' limitada a responsabilidade dos accionistas.

5. O capital nominal da companhia é £ 200.000, dividido em 24.000 acções preferentes de £ 5 cada uma do valor total nominal de £ 120.000 e 15.000 acções deferidas de £ 10 cada uma, do valor total nominal de £ 150.000. Cada acção terá um voto e terá respectivamente direito a todos os privilegios e prerogativas constantes dos estatutos sociais.

Nós, as varias pessoas cujos nomes e direcções vão subscriptos, desejamos organisar-nos em uma companhia, de conformidade com este contracto social, respectivamente concordamos em assignar o numero de acções do capital social, que vae indicado ao lado dos nossos nomes respectivos.

Nomes, direcções e qualidades dos assignantes	Numero de acções preferentes assignadas por cada assignatario.
Henry Frederic Tiarks, negociante, 145, Leadenhall Street, Londres, E. C.....	Uma
Bruno Schröder, negociante, 145, Leadenhall Street, E. C.....	Uma
Walpole Greenwel, corretor de fundos, 2, Finch Lane, E. C.....	Uma
Werner Keller, negociante, Ashfield, Selhurst Road, S. Norwood.....	Uma
Paul Beck, negociante, Beulah Spa Beulah Hill.....	Uma
Edwd. Garthwaite Farish sollicitador, 57 1/2, Old Broad Street, Londres.....	Uma
Francis Garford Brenton, corretor de fundos 2, Finch Lane, E. C.....	Uma

Em data de 21 de abril de 1897.

Testemunha das assignaturas supra,

A. G. FERRERS-GUY

Sollicitador,

57 1/2, Old Broad Street,

Londres, E. C.

Exemplares conforme,

ERNEST CLEAVE,

Ajudante archivista de companhias anonymas
(Estampilha).

522/7/3 (Estampilhas) Registrado, 18.988 de 21 de abril 1897

Estatutos da «The São Paulo Coffee Estates Company, limited»

I

INTERPRETAÇÃO

Art. 1.º Na interpretação da presente escriptura, as seguintes palavras e expressões tem o sentido seguinte, salvo si o excluir o assumpto ou contexto :

a) « A Companhia » significa a sociedade denominada *The São Paulo Coffee Estates Company, limited*.

b) « O Reino Unido » quer dizer o Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda.

c) « As leis » quer dizer o reino e incluye as leis relativas a companhias dos annos de 1862 a 1893 e todas e quaesquer outras em vigor de tempos a outros, referentes a sociedades anonymas e que necessariamente digam respeito á companhia.

d) « A presente escriptura » significa e comprehende o contracto social, os estatutos e os regulamentos da companhia que vigorarem de tempos a outros, e constituirá a regra da companhia.

e) « Deliberação especial » quer dizer uma deliberação especial da companhia, votada de accordo com a secção 51 da lei de 1862, relativa ás companhias.

f) « O capital », « Acções » e Debentures » significam respectivamente o capital, acções e debentures da companhia existentes de tempos a outros, e as « debentures » incluem hypothecarios e obrigações de todas as especies.

g) « Prestação » ou numerario pagavel por conta de uma ou mais « prestações », cobradas, incluirá os dinheiros pagaveis com respeito ás acções, de conformidade com as condições da adjudicação.

h) « Accionistas » significa os proprietarios nominativos de acções da companhia ou os portadores de titulos de acções, respectivamente.

i) « Titulos de acções » significa titulos emitidos com referencia ás acções ou valores fraccionarios da companhia, de conformidade com a lei de 1867, relativa a sociedades anonymas e com a presente escriptura.

j) « Directores » quer dizer os administradores da companhia em exercicio de tempos a outros, ou, conforme for o caso, a directoria reunida em conselho.

k) « Conselho » quer dizer uma sessão da directoria devidamente convocada e constituida, ou conforme for o caso, os directores reunidos em conselho.

l) « Revisores de contas », « Fidei-commissarios » e « Secretario » significam respectivamente estes diferentes officiaes da companhia em exercicio de tempos a outros.

m) « Assembléa ordinaria » e « Assembléa extraordinaria » significam respectivamente uma assembléa geral ordinaria da companhia devidamente convocada e constituida, e quaesquer sessões adiadas dellas.

n) « Assembléa geral » quer dizer uma assembléa ordinaria ou uma assembléa extraordinaria.

o) « Escriptorio » e « Sello » querem dizer respectivamente o escriptorio da séde social e o sello social que a companhia tiver de tempos a outros.

p) « Mez » quer dizer um mez civil.

q) As palavras que só signifiquem o numero singular incluem o plural.

r) As palavras que signifiquem sómente o numero plural incluem o singular.

s) As palavras que signifiquem sómente genero masculino incluem o feminino.

II

CONSTITUIÇÃO

Art. 2. Os artigos da tabella A, da lei de Sociedades Anonymas, anno de 1862, não serão applicaveis á companhia, excepto na parte que for repetida ou contida nestes estatutos, mas em vez della serão os seguintes os regulamentos da companhia, sujeitos porém a todas as revogações e alterações legitimas.

III

NEGOCIOS

Art. 3.º Os negocios da companhia comprehenderão todos os negocios mencionados ou inclusos no contracto social e todas as materias incidentes, e poderão começar logo que assim o entenda a directoria, não obstante o facto de que não tenha sido assignada a totalidade do capital, e o conselho sellará immediatamente com o sello social um contracto de compra de que se faz menção na clausula 3, paragrapho a) do contracto social.

Art. 4.º Os negocios serão feitos pelos ou sob a fiscalisação dos directores e de conformidade com os regulamentos que preservar o conselho de tempos a outros, sujeito sómente ao dominio das assembléas geraes que indicar a presente escriptura.

Art. 5.º Não poderão os directores empregar os fundos sociaes nem parte alguma dos mesmos na compra ou em emprestimos garantidos pelas acções da companhia.

Art. 6.º A gerencia principal e a direcção ou fiscalisação geral dos negocios sociaes terão logar em Londres, ou Middlesex, e poderá haver quaesquer conselhos ou agencias na America do Sul ou outro paiz que o conselho nomear de tempos a outros.

Art. 7.º Nenhuma pessoa, excepto o conselho e as pessoas que este autorisar, e que obrarem dentro dos limites das autorisações que lhes forem conferidas, terá o direito de fazer, aceitar ou endossar qualquer escripto de divida ou letra de cambio, ou outro valor cotizavel em nome ou em representação da companhia, e nenhuma pessoa, salvo si for expressamente autorisada pelo conselho, e obrar dentro dos limites das autorisações que lhe forem conferidas, terá o direito de celebrar qualquer contracto que imponha responsabilidade sobre a companhia ou que por outra fôrma obrigue o credito da companhia.

Art. 8.º A sêde social será em qualquer lugar em Londres, Middlessex ou outra parte da Inglaterra que a directoria indicar de tempos a outros. Também poderá haver succursaes na America do Sul ou outros lugares que o conselho designar de tempos a outros.

IV

OS PRIMEIROS OFFICIAES

Art. 9.º Os primeiros directores serão nomeados pelos signatarios do contracto social, por documento escripto e assignado por elles ou pela maioria dellos.

V

CAPITAL

Art. 10. O capital em acções da companhia é de £ 270.000, dividido em 24.000 acções preferentes de £ 5 cada uma, e 15.000 acções deferidas de £ 10 cada uma. Em todas as distribuições de activos por conta do capital, em liquidação ou de outro modo, os proprietarios das acções preferentes terão direito de prelação até que tenham sido embolsados do valor ao par das acções que possuirem. Os proprietarios das acções deferidas serão embolsados pelo valor ao par das acções que possuirem, e quaesquer outros activos serão divididos em duas partes iguaes, sendo uma repartida entre os accionistas preferentes e a outra entre os deferidos. As ditas acções preferentes e deferidas serão classificadas como segue, emquanto aos dividendos: as acções preferentes terão direito primeiramente a um dividendo preferente cumulativo de 7 % ao anno. Com sujeição a isso, as acções deferidas terão direito a um dividendo de 7 % dos lucros disponiveis de cada anno. Quaesquer outros lucros disponiveis para dividendos serão divididos em duas partes iguaes, sendo uma repartida entre as acções preferentes e a outra repartida entre as acções deferidas.

Art. 11. As certidões das acções e valores fraccionarios e os titulos de acções ou *coupons* poderão ser pelas quantias em moeda corrente, em qualquer paiz que o conselho entender como equivalentes das mesmas quantias em moeda ingleza.

Art. 12. Poderá o conselho em qualquer época e de tempos a outros emittir qualquer do capital em acções que em qualquer tempo estiver por emittir e quaesquer novas acções que poderão ser creadas, a favor das pessoas, nas proporções, pela forma, e aos preços ao par ou mais, segundo melhor entender a directoria.

Art. 13. Poderá a companhia de tempos a outros por deliberação da assembléa geral augmentar o capital social, emittindo novas acções dos valores que entender.

Art. 14. Poderá tambem a companhia em qualquer tempo, por deliberação da assembléa geral, determinar que quaesquer acções então por emittir sejam emittidas como pertencentes ou não á mesma classe que as acções em circulação a esse tempo ou como pertencentes a uma ou mais classes, e poderá dar a estas acções qualquer privilegio, preferencia ou garantia especial, seja fixo, fluctuante ou contingente, amortisavel ou não, com relação ao pagamento de dividendos ou juros ou amortisação do capital sobre as acções da companhia então existentes ou por outra forma.

Art. 15. Qualquer capital creado por meio de novas acções, salvo si a companhia determinar o contrario, quando ellas forem creadas, será considerado como parte do capital inicial e ficará, excepto no que diz respeito ao pagamento e dividendos, e ao direito de participar na distribuição de quaesquer activos, sujeito ás mesmas disposições em todos os sentidos, quer seja em relação ao pagamento de prestações, quer á confiscação das acções por falta de pagamento de prestações ou de outro modo, como si tivesse formado parte do capital inicial.

Art. 16. Poderá o conselho de tempos a outros crear dinheiro ou tomar-o emprestado ou satisfazer quaesquer compromissos, mediante a emissão de quaesquer hypothecas, *debentures*, valores hypothecarios ou obrigações da companhia, ao par, a premio, ou a desconto, amortisaveis, não amortisaveis ou perpetuos garantidos por toda ou qualquer parte da empreza, receitas e bens da companhia, presentes e futuros, comprehendendo o capital social não cobrado ou as prestações não satisfeitas ou sem taes garantias. Tal emprestimo ou emprestimos serão pelas importancias que a directoria determinar de tempos a outros, contando que o valor total do dinheiro creado ou tomado emprestado não exceda de £ 200.000, em uma época qualquer, sem a sancção da assembléa geral.

Art. 17. As certidões, os *debentures*, hypothecas e obrigações poderão ser pagaveis ao portador e poderão ir munidos de *coupons* que representem os juros pagaveis sobre elles.

Art. 18. Poderá o conselho de tempos a outros, si assim o entender, amortisar e renovar nas condições que lhe parecerem proprias ou si e em tanto quanto houver capital por emittir e disponivel para tal fim, adjudicar acções preferentes ou outras em satisfação de quaesquer das hypothecas, valores hypothecarios, *debentures* ou obrigações, cuja criação possa ser autorizada.

Art. 19. A companhia poderá de tempos a outros, por deliberação da assembléa geral, modificar as condições constantes de contracto social, de modo a consolidar o seu capital ou parte do mesmo em acções de maior valor ou subdividir as acções.

Art. 20. Poderá a companhia de tempos a outros modificar as condições contidas no contracto social de qualquer outro modo que as leis autorisem.

VI

ACÇÕES

Art. 21. Todas as acções serão bens mobiliarios, serão transmissiveis como taes e serão indivisiveis, exceptuando-se as disposições em outro sentido aqui contidas.

Art. 22. A companhia não ficará obrigada nem reconhecerá interesse algum equitativo, contingente, futuro ou parcial sobre qualquer acção nem qualquer outro direito a respeito de uma acção sinão um direito absoluto a ella por parte da pessoa que de tempos a outros estiver inscripta como proprietaria della, salvo o direito tambem de qualquer pessoa que reclamar a transmissão de interesses, na fôrma da lei, para constituir-se accionista de conformidade com esta escriptura, a respeito de qualquer acção ou para transferil-a.

Art. 23. A companhia terá o primeiro e principal direito de retenção de garantia sobre todas as acções não integralizadas pertencentes a qualquer accionista, relativamente a qualquer quantia devida á companhia por elle, quer só, quer em união com qualquer outra pessoa, e tenha-se ou não vencido o seu pagamento; e nos casos em que uma acção pertença a mais de uma pessoa, a companhia terá um identico direito de retenção e de garantia sobre ella a respeito de todas as importancias que lhe forem devidas por todos ou qualquer dos seus proprietarios.

Art. 24. Poderá fazer-se valer este direito de retenção, vendendo-se todas ou quaesquer de taes acções, contanto que não se faça tal venda sinão por deliberação do conselho, depois de expedir-se aviso por escripto ao accionista atrazado ou aos seus testamenteiros ou administradores, exigindo-lhes o pagamento da quantia devida á companhia nessa época, e faltando elles ao pagamento das quantias cobradas dentro de um mez, a partir da data do aviso, ou poderá o conselho, si assim o entender, em vez de vender as acções, confiscal-as, de conformidade com as disposições abaixo consignadas.

Art. 25. No caso de uma tal venda terá o conselho o poder de transferir as acções de tal accionista ao comprador, mediante escriptura carimbada com o sello, e de destinar o producto da venda, depois de pagos os gastos correspondentes, para a satisfação da mesma divida ou de qualquer parte della, e o saldo (havendo-o) será entregue ao accionista, seus testamenteiros, administradores ou subrogados.

VII

TRANSFERENCIA DE ACÇÕES

Art. 26. Sujeito ao exercício do direito que por lei a companhia tem para emittr títulos de acções ao portador, e a quaesquer regulamentos da companhia, applicaveis á materia, as acções só poderão ser transferidas por escriptura outorgada pelo cedente e pelo cessionario, e devidamente averbada no registro de transferencias.

A fórmula geral e de costume para transferencias será sufficiente.

Art. 27. O registro de transferencias ficará ao cuidado do secretario sob o dominio do conselho.

Art. 28. Nenhuma pessoa poderá, sem o consentimento do conselho, constituir-se ou fazer-se inserever como accionista a respeito de qualquer acção, cujo valor não tenha sido integralisado.

Art. 29. Nenhum menor ou interdito poderá ser inscripto como proprietario de qualquer acção.

Art. 30. A pessoa que vier a ter direito a uma acção, em virtude de transmissão de interesses na forma da lei, não se constituirá accionista em consequencia; si, porém, comprovar o seu direito ao conselho, poderá ser inscripta como proprietaria da acção ou poderá transferil-a a qualquer pessoa, comtanto que tal pessoa mereça a approvação da directoria, nos casos de acções não integralisadas; e ficando entendido tambem que o syndico de uma quebra ou da liquidção dos negocios de um accionista não terá, como tal, o direito de fazer-se inserever, mas comprovando o seu direito ao conselho, poderá transferir a sua acção.

Art. 31. Não poderá effectuar-se a transferencia de uma acção qualquer sem que se pague á companhia uma taxa de transferencia na importancia de um *shilling*, ou qualquer outra quantia menor que o conselho indicar, por cada transferencia.

Art. 32. Nenhuma pessoa poderá ser inscripta como cessionaria de uma acção, sinão depois que a escriptura de transferencia, devidamente outorgada, tiver sido entregue ao secretario para conservar-se nos archivos sociaes, mas sendo exhibida a qualquer pedido razoavel, e sinão depois de paga a taxa de transferencia prevenida ou de accordo com o artigo precedente, porém em qualquer caso em que não se deva insistir neste artigo, a juizo do conselho, poder-se-ha dispensar delle.

VIII

CERTIDÕES DE ACÇÕES

Art. 33. As certidões das acções serão carimbadas com o sello, assignadas pelo menos por um director e referendadas pelo secretario.

Art. 34. Cada accionista terá direito a uma certidão por todas as suas acções ou a varias certidões, cada uma por certa parte de suas acções, designando cada certidão o numero distinctivo das acções a que se refere.

Art. 35. No caso de deteriorar-se, perder-se ou destruir-se uma certidão poderá ser renovada, dando-se ao conselho as provas que o satisfaçam de haver-se ella deteriorado, perdido ou destruido, dando-se a indemnisação, havendo-a, que o conselho considerar adequada e fazendo-se no livro das actas dos seus trabalhos um assento referente a taes provas, bem como a tal indemnisação.

Art. 36. Todos os accionistas originaes terão direito, na occasião da adjudicação, a uma certidão gratis por todas as acções que lhe forem adjudicadas, mas em todos os outros casos, quando assim o entender a directoria, pagar-se-ha um *shilling* a companhia por cada uma das certidões.

IX

TITULOS DE ACÇÕES

Art. 37. Sujeita e nos termos, condições e sob as disposições mencionadas mais abaixo, e de conformidade com as leis, a companhia poderá emittir titulos de acções relativamente a quaesquer acções integralizadas, expondo elles que o portador de cada tiulo tem direito às acções nelle especificadas. Os titulos de acções serão carimbados com o sello, assignados por um director pelo menos, e referendados pelo secretario.

Art. 38. Cada tiulo de acções será pelo numero de acções ou pela importancia e na lingua e pela forma que melhor entender o conselho. O numero distinctivo, que originalmente pertencia a cada acção, irá indicado em cada tiulo de acções, que represente as acções, bem como uma declaração relativamente ao serem as acções preferentes ou deferidas.

Art. 39. O portador de um tiulo em qualquer época (sujeito aos regulamentos da companhia que a esse tempo lhes forem applicaveis) será accionista da companhia com relação às acções mencionadas em tal tiulo.

Art. 40. A companhia, não obstante qualquer aviso ou noticia que possa receber ou ter, não ficará obrigada nem reconhecerá nenhum outro direito, tiulo ou interesse legal ou equitativo sobre ou a respeito de quaesquer acções representadas por um tiulo de acções, sinão os direitos do portador desse tiulo, como accionista da companhia, as acções nelle especificadas, e os do portador de qualquer *coupon* ao pagamento do dividendo ou juros pagaveis por conta delles.

Art. 41. Nenhuma pessoa poderá como portadora de um tiulo exercer quaesquer dos direitos de accionista sem que exhiba o

mesmo titulo e declare o seu nome e direcção, e sem que permitta (si e quando assim exigir o conselho) que se endosse nella o facto, data, fim e resultado de tal exhibição.

X

COUPONS DE TITULO DE ACÇÕES

Art. 42. Serão emitidos de tempos a outros *coupons* pagaveis ao portador, com relação aos titulos de acções, provendo para o pagamento dos dividendos ou juros pagaveis sobre taes titulos, no numero e forma e pagaveis nos logares em que o conselho melhor entender. Cada *coupon* será distinguido com o numero do titulo a que pertencer.

Art. 48. Ao annunciar-se o pagamento de qualquer dividendo ou juros sobre as acções constantes de qualquer titulo, o conselho publicará um annuncio neste sentido nos jornaes de Londres ou outros, segundo melhor entender,

XI

EMIÇÃO DE TITULOS DE ACÇÕES

Art. 44. A directoria exercerá to los os poderes da companhia com referencia á emissão de titulos de acções. Porém o conselho não terá a obrigação de exercer os poderes de emittir titulos de acções, quer em geral, quer em um caso particular, a menos e até que assim o tenha por bem a seu juizo livre e absoluto.

Art. 45. Não será emitido titulo algum de acções, sinão a pedido por escripto, assignado pela pessoa que nessa época se achar inscrita no registro de accionistas da companhia como proprietaria das acções com relação aos quaes se deva emittir o titulo.

Art. 46. O pedido será pela forma e do modo que indicar o conselho de tempos a outros; e será entregue no escriptorio, entregando-se ao mesmo tempo ao conselho para serem canceladas as certidões de acções que tenham de ser excluidas nos titulos a emittir, salvo si a directoria, no exercicio de sua discreção e nas condições que lhe parecerem, dispensar tal entrega e cancellação.

Art. 47. Todo o accionista nominativo que solicitar a emissão de titulos com referencia a quaesquer acções, deverá pagar ao conselho ao tempo em que fizer o pedido, si este entender exigil-o, o direito de sello que a lei impõe sobre titulos de acção e bem assim uma taxa não superior a dois *shillings* e meio por cada titulo, segundo fixar o conselho de tempos a outros.

Art. 48. Si o portador de um titulo em qualquer tempo entregar-o ao conselho para ser cancellado e pagar-lhe o direito

de sellos, imposto sobre a emissão de um novo titulo de acções com uma taxa não superior a um *shilling* por cada titulo, conforme fixar a directoria de tempos a outros, poderá o conselho, si assim o entender, passar-lhe um ou mais titulos novos pelas acções especificadas no titulo entregue para ser cancelado; mas em nenhum caso, salvo si tiver o consentimento da assembléa geral, poderá emittir novos titulos por quaesquer acções com relação aos quaes já tenham sido anteriormente emittidos titulos, a menos e até que o titulo de acções emittido anteriormente lhe tenha sido entregue para ser cancelado.

Art. 49. Si o portador de um titulo a entregar para ser cancelado, apresentando ao mesmo tempo no escriptorio uma declaração por elle assignada, concebida nos termos e authenticada pela forma que prescrever a directoria de tempos a outros, solicitando ser inscripto como accionista com relação ás acções especificadas no referido titulo, e indicando nessa declaração o seu nome e qualidade ou officio e direcção, terá o direito de fazer-se inscrever como accionista da companhia com relação ás acções especificadas no titulo de acções entregue por esta forma, comtanto que si a directoria tiver recebido aviso de qualquer reclamação, por parte de qualquer outra pessoa, com referencia ao mesmo titulo de acções, poderá ella a seu juízo recusar-se a fazer inscrever a pessoa, que o entregou, como accionista com direito a essas acções, mas não terá a obrigação de recusar, nem ficará responsável para com qualquer pessoa por não ter recusado.

XII

PRESTAÇÕES SOBRE AS ACÇÕES

Art. 50. As sommas pagaveis por conta das acções do capital social serão pagaveis no banco da companhia ou em qualquer outro lugar que o conselho indicar, com o deposito, pelas quotas e forma, e nas datas que a directoria prescrever de tempos a outros, quer de conformidade com as condições da adjudicação, quer de outro modo, e poderá o conselho, si assim o entender, cobrar uma ou mais prestações antes de emittil-as. Fica, porém, entendido que o conselho poderá cobrar prestações sobre o capital emittido na Inglaterra, pagaveis em datas diferentes das do capital emittido em paizes estrangeiros. Nenhuma prestação, que não for pagavel sob as condições da adjudicação, poderá exceder de uma importância por acção que for igual a uma quarta parte do valor nominal da mesma acção, nem poderá ser pagavel dentro de dous mezes depois de vencido o prazo para o pagamento da prestação anterior. Poder-se-ha abonar juros sobre os pagamentos, feitos por conta das prestações satisfeitas antes dos dias indicados para os seus pagamentos a um typo que o conselho determinar, porém não sendo mais que 6 % ao anno.

Art. 51. Poderá o conselho de tempos a outros, si assim o entender (contanto que a opção seja offerecida em primeiro logar a todos os accionistas sem preferencia), receber de qualquer accionista, que estejam dispostos a adiantal-os, todos ou qualquer parte dos numerarios devidos sobre as suas acções respectivas, além das quantias realmente cobradas e as sommas que em qualquer época forem pagas em antecipação da cobrança de prestações, em vez de participar nos dividendos, vencerão juros a qualquer typo que o conselho determinar, não sendo, porém, mais de 6 % ao anno.

Art. 52. Também poderá a directoria do mesmo modo, e sem prejuizo de quaesquer outros poderes, que lhe forem conferidos por lei ou pela presente escriptura, fazer ambas, ou qualquer das cousas seguintes :

a) fazer ajustes por occasião de emittir acções para estabelecer uma differença entre os possuidores de taes acções, relativamente à importancia das prestações a pagar e as datas dos pagamentos destas prestações ;

b) pagar dividendos na proporção da quantia cobrada e satisfeita sobre cada acção, nos casos em que for cobrada e satisfeita uma quantia maior sobre umas acções que sobre outras.

Art. 53. Todas as prestações relativas ás acções serão consideradas cobradas ao tempo em que o conselho votar as deliberações que as autorisarem.

Art. 54. O conselho poderá rescindir qualquer cobrança de prestações.

Art. 55. No caso da directoria rescindir a cobrança de qualquer prestação, terá a faculdade de cobral-a outra vez de tempos a outros e de cobrar outras prestações em vez da rescindida.

Art. 56. Os co-proprietarios de uma acção serão mancomunada e separadamente responsaveis pelo pagamento de todas as prestações cobradas por conta della.

Art. 57. Poderá o conselho por qualquer deliberação subsequente designar nova data e logar para pagamento de uma prestação, no que diz respeito ás pessoas que não satisfizeram.

Art. 58. Quando cobrar-se uma prestação sobre as acções em qualquer outra occasião que a da adjudicação, dar-se-ha aviso com 14 dias de antecedencia, indicando a data e logar nomeados para o seu pagamento originalmente ou por deliberação subsequente aos accionistas que tiverem a obrigação de pagal-a, quer ao tempo em que se cobrar a prestação, quer em qualquer época successiva.

Art. 59. No caso de falta de pagamento por 14 dias, depois do marcado no aviso para o pagamento de qualquer prestação, será expedido, quer immediatamente, quer em época successiva, um segundo aviso ao accionista atrazado, exigindo-lhe o pagamento immediato, e faltando elle com o pagamento por sete dias depois deste segundo aviso, poderá a companhia (sem prejuizo dos direitos que tem a companhia para confiscar-lhe as acções) fazer citar ao accionista atrazado para que satisfaça a importancia por pagar, a qual, salvo outra decisão do conselho,

vencerá juros na razão de 10 por cento ao anno a contar do dia designado para o seu pagamento no primeiro aviso. A directoria poderá também, quando uma prestação não for paga ao tempo designado para o seu pagamento no aviso original, e depois de dar aviso ao accionista atrazado com antecedencia de 14 dias, carregar juros sobre esta prestação cobrada ao typo não superior de 10 por cento ao anno, a contar da data nomeada originalmente para o seu pagamento até que se realize este, e as importancias de taes prestações com os juros acima indicados serão «dinheiros devidos á companhia», com relação aos quaes a companhia tem o direito de retenção e de garantia que fica mencionado na presente escriptura.

Art. 60. Nenhum accionista poderá votar nem exercer privilegio algum de accionista, enquanto estiver por pagar qualquer prestação que elle dever sobre qualquer acção.

XIII

CONVERSÃO DE ACÇÕES EM VALORES

Art. 61. As acções nominativas integralisadas ou quaesquer dellas poderão ser convertidas em valores fraccionarios por deliberação da assembléa geral, e quando forem assim convertidas em valores, os varios possuidores de taes valores poderão de então por deante transferir os seus interesses respectivos ou parte dos mesmos interesses, em importancias de não menos de £ 1 do valor nominal, pela mesma forma e sujeito aos mesmos regulamentos com sujeição aos quaes poderão ser transferidas quaesquer acções do capital social, ou tão approximadamente como o permittirem as circumstancias.

Art. 62. Os varios possuidores de valores terão o direito de participar nos dividendos e lucros da companhia, de conformidade com os seus interesses respectivos em taes valores e estes interesses, na proporção de suas importancias, conferirão aos seus proprietarios, respectivamente, os mesmos privilegios quanto ao votar nas assembléas da companhia e outros objectos que teriam sido conferidos por acções pela mesma importancia, e da mesma classe, do capital social, mas por forma que nenhum voto poderá ser conferido por uma quantia inferior a £ 5 em valores preferentes e £ 10 em valores ordinarios deferidos.

XIV

CONFISCAÇÃO DE ACÇÕES

Art. 63. Si qualquer prestação sobre uma acção continuar por pagar por sete dias, depois do segundo aviso mencionado acima, poderá o conselho depois de um outro aviso ao accionista,

com mais sete dias de antecedencia, declarar confiscada tal acção em proveito da companhia.

Ar. 64. Poderá o conselho, de modo que não sejam infringidas as disposições do art. 5º, por contracto com qualquer accionista, acceitar a renuncia ou cancelar a adjudicação de quaesquer acções que elle possuir, nos termos e condições pecuniarias ou outras, segundo a directoria melhor entender.

Art. 65. Quando qualquer dinheiro a respeito do qual tiver a companhia o direito de retenção e de garantia sobre quaesquer acções nominativas, em virtude de qualquer destes artigos, não for pago dentro de um mez depois de expedir-se aviso por escripto ao accionista atrazado ou aos seus testamenteiros e administradores, exigindo que aquelle ou estes paguem a importancia que elle a essa época deva á companhia, poderá a directoria em qualquer tempo successivo, enquanto estiver por pagar esse dinheiro ou parte do mesmo, confiscar as ditas acções, vendel-as quando e ao passo que houver por bem, e creditará o preço recebido pelas mesmas acções confiscadas para contrabalançar aquelle dinheiro, e entregará ao ex-accionista qualquer excesso do dito preço recebido além de tal dinheiro.

Fica, porém, entendido que o conselho não poderá confiscar mais acções que as que forem necessarias para pagar o referido dinheiro.

Art. 66. A renuncia ou confiscação de uma acção envolverá a extincção, ao tempo da renuncia ou confiscação de todos os interesses, reclamações e pretensões sobre e contra a companhia a respeito de tal acção e de todos os direitos incidentes a acção, excepto sómente os direitos que pela presente escriptura ficam expressamente resalvados.

Art. 67. A confiscação de uma acção ficará sujeita e será sem prejuizo de todos os direitos e reclamações da companhia por conta das prestações em atrazo, havendo-as, por conta de juros sobre as prestações em atrazo e por todos os outros direitos e reclamações da companhia contra o proprietario de acção ao ser ella confiscada, e do direito que a companhia terá para fazel-o citar com relação a isso; mas a companhia não poderá cital-o sem que primeiro, ao tempo e pela fórma que o conselho melhor entender, procure saber o valor da acção no mercado quer por venda, quer por louvação, como indica a presente escriptura, e si o referido valor do mercado é menos que a importancia de sua reclamação então cital-o-ha sómente pelo saldo não satisfeito.

Art. 68. A confissão de qualquer acção poderá ser perdoada pelo conselho a seu juizo, em qualquer época, dentro de dōze mezes, depois de declarada a confiscação, pagando o accionista atrazado todas as quantias que elle dever á companhia, todos os gastos causados pela falta do pagamento, o a multa que a directoria considerar justa, mas não se poderá exigir o perdão como um direito proprio.

Art. 69. A confiscação de uma acção, excepto pela falta de pagamento de qualquer prestação, não prejudicará o direito a

qualquer dividendo ou dividendo interino que já tiver sido annunciado. No caso de falta de tal pagamento, a confiscação incluírá todos os dividendos não pagos ou dividendos interinos e os juros vencidos e a vencer.

Art. 70. As vendas e outras disposições de acções renunciadas e confiscadas poderão ser effectuadas pelo conselho, nas épocas e nas condições que lhe parecerem.

Art. 71. Um certificado por escripto, carimbado com o sello, assignado por um director pelo menos, e referendado pelo secretario, estabelecendo que foi devidamente renunciada ou confiscada um acção de conformidade com a presente escriptura e declarando a data em que foi renunciada ou confiscada, será evidencia concludente do facto certificado a favor de todas as pessoas que posteriormente reclamarem ser proprietarias da acção e far-se-ha no livro das actas dos trabalhos da directoria um assento relativo á emissão de cada um de taes certificados.

Art. 72. As acções renunciadas ou confiscadas a beneficio da companhia poderão, a juizo do conselho, ser vendidas ou dispostas por este ou poderá permittir-se que ellas continuem como si não houvessem sido emittidas, segundo o conselho entender mais vantajoso para a companhia; e enquanto não forem vendidas ou dispostas, poderão ser inscriptas em nome de uma ou mais pessoas que a companhia designar, as quaes pessoas as possuirão sob fidei-commissario para o beneficio da companhia, e estas acções com os seus dividendos, *bonus* e juros constituirão parte dos activos sociaes.

XV

ACCIONISTAS INSCRIPTOS E REGISTROS

Art. 73. O registro dos accionistas ficará a cargo do secretario sob o dominio do conselho.

Art. 74. Todos os accionistas nominativos deverão de tempos a outros indicar ao secretario um endereço, no Reino Unido, que deverá inscrever-se como seu domicilio, e os logares assim inscriptos de tempos a outros serão considerados suas residencias para os fins exigidos pelas leis e pela presente escriptura.

Art. 75. Si qualquer accionista deixar de indicar um tal endereço no Reino Unido, não terá o direito de receber aviso algum de qualquer das assembléas geraes ou outros trabalhos da companhia, e não ficarão invalidas quaesquer reuniões das assembléas ou outros trabalhos em razão de não ter elle recebido qualquer de taes avisos acima citados.

Art. 76. O secretario deverá, entre as horas de 10 da manhã e do meio-dia, permittir qualquer inspecção do registro de accionistas, ou de qualquer outro registro que as leis disponham, sob a condição de que todo accionista ou outra pessoa, antes de examinar qualquer de taes registros, assigne o seu nome em um

livro destinado a isso, e o secretario, antes de todas as assembleas ordinarias devesse permittir que qualquer accionista que o solicitar, inspecione os livros de contabilidade da companhia, nas épocas e sob as restricções que o conselho indicar, mas sem a authorisação expressa da directoria não permittirá outra qualquer inspecção dos livros, registros ou papeis.

XVI

DIRECTORES

Art. 77. O numero dos directores (sujeito a qualquer alteração que a assemblea geral decretar de tempos a tempos), não será inferior a tres nem superior a seis.

Art. 78. Cada director devesse possuir não menos de em accões preferentes da companhia, valor nominal, inscriptas em seu proprio nome. Um primeiro director poderá obrar antes de adquirir as accões que o habilitem, mas será em todos os casos obrigado a adquiril-as dentro de um mez da data em que for nomeado, e si não o fizer será considerado como tendo concordado em acceitar estas accões da companhia, as quaes lhe serão adjudicadas immediatamente nesta conformidade.

Art. 79. Os directores só serão responsaveis pelos actos que elles mesmos praticarem ou a que se unirem.

Art. 80. Por occasião da assemblea ordinaria de 1898, e nas assembleas ordinarias dos annos seguintes, vagará os seus cargos uma terça parte dos directores, ou si o numero dos directores não é multiplo de tres, então o numero mais approximado, mas não excedente de uma terça parte, e a assemblea eleger a accionistas habilitados para preencher as vagas.

Art. 81. A rotação em que os primeiros directores vagarão os seus cargos será concordada entre elles mesmos, mas si não concordarem, os directores a vagar serão escolhidos por escrutinio.

Art. 82. Quando suscitar-se qualquer questão quanto á rotação em qualquer director houver de vagar, será ella decidida pelo conselho.

Art. 83. Si os directores que houverem de vagar forem habilitados, poderão ser reeleitos.

Art. 84. Nenhuma pessoa, a não ser um dos primeiros directores ou um director que houver de vagar, ou nomeado pelo conselho ou por este recommendado para ser eleito, será elegivel para director, si não tiver possuido por tres mezes pelo menos as accões que a habilitarem e si não entregar ao secretario ou no escriptorio, no prazo de não menos de quatorze dias nem mais de um mez antes do dia designado para a eleição, um aviso por escripto e por ella assignado em que declare que está disposta a ser eleita para a directoria.

Art. 85. Quando a assemblea ordinaria de qualquer anno deixar de eleger um director em vez do que houver de vagar, considerar-se-ha que o director que tinha de vagar foi reeleito, salvo si houver opposição, durante a assemblea, por accionistas que possnam a maioria das accões representadas na assemblea.

Art. 86. Qualquer director vagará o seu cargo si deixar de possuir o numero de accões que o habilita, ou si quebrar, ou si suspender os seus pagamentos, ou fizer composição com os seus credores, ou si perder a razão, ou si por seis mezes consecutivos deixar de comparecer no conselho (salvo si o conselho determinar de outro modo).

Art. 87. Qualquer director, quer pessoalmente quer como membro de uma firma, companhia ou corporação, poderá ter interesses em qualquer operação, empreza ou negocio emprehendido ou auxiliado pela companhia, ou em que ella tiver interesses, com tanto que conste ao conselho a natureza e extensão dos mesmos interesses, ou poderá ser um dos advogados da companhia, e poderá ser nomeado para qualquer cargo excepto o de caixeiro sob as ordens da directoria, com ou sem remuneração.

Art. 88. Nenhum director ficará inhabilitado a obrar como director em consequencia de ter taes interesses ou de ser assim empregado ou nomeado, mas não poderá votar sobre quaesquer assumptos relativos a quaesquer operações, emprezas ou negocios em que tiver interesses; si porém assim votar, não se contará o seu voto. Ficando entendido que esta prohibição não abrangerá o contracto mencionado na clausula 3^a, nem qualquer materia que delle se dirive, nem qualquer contracto pela ou por parte da companhia com o objecto de dar aos directores ou a quaesquer delles qualquer garantia por via de indemnização.

Art. 89. Poderá um director em qualquer época dar aviso por escripto ao conselho indicando que deseja vagar o cargo, e passando um mez a contar da data em que deu o aviso, ou quando o conselho aceitar-lhe a demissão, seja qual for o primeiro destes casos, e não antes, ficará vago o seu cargo.

Art. 90. Qualquer vaga occasional que se der na directoria poderá ser preenchida pelo conselho nomeando este um accionista habilitado, e tal nomeação será válida até a reunião da assemblea geral seguinte, e si for então approvada pela assemblea, o accionista assim nomeado occupará em todos os sentidos o logar de seu predecessor. Poderá tambem o conselho em qualquer época antes do fim do anno de 1898 nomear um ou mais directores addicionaes.

Art. 91. Poderão continuar os trabalhos os directores restantes, não obstante qualquer vaga ou vagas dadas no conselho.

Art. 92. A remuneração dos directores será a quantia de £ 1.500 por anno, que será repartida entre os directores nas proporções que o conselho determinar de tempos a outros. Poderá ser augmentada a remuneração dos directores por deliberação da companhia em assemblea geral. Mas esta remuneração será exclusiva das sommas havendo-as, que, de confor-

midade com as disposições abaixo consignadas, o conselho contracte pagar a qualquer conselho ou directoria local.

Art. 93. Poderá o conselho nomear um de seus membros como director-gerente, nos termos e condições, com relação a honorários, duração de exercício, e outros, segundo o conselho houver bem; e poderá, sujeito aos termos de qualquer contracto celebrado com qualquer director-gerente de tempos a outros, em sessão do conselho convocada especialmente com este fim, demittir-o do posto de director-gerente, e poderá de tempos a outros preencher qualquer vaga que se der nesse cargo.

Art. 94. O director-gerente não terá que vagar em rotação, durante o termo em que vigorar o seu exercício, mas si deixar de funcionar como director, por qualquer motivo, cessará *ipso facto* e immediatamente, de ser director-gerente.

Art. 95. O conselho poderá delegar no director-gerente todos ou quaesquer dos seus poderes, excepto o de fazer chamadas da prestações, tomar dinheiro emprestado, ou de confiscar ou de acceitar a renuncia de acções, e este ultimo no exercício de suas attribuições deverá conformar-se com as regras que lhe forem impostas pela directoria.

XVII

CONSELHOS E COMISSÕES

Art. 96. Haverá sessões do conselho quando e onde os directores entenderem.

Art. 97. Poderá ser convocado um conselho extraordinario, em qualquer época, por um director qualquer, dando este aviso de dous dias aos outros directores.

Art. 98. O conselho poderá determinar o numero necessario para tratar de negocios. Si não houver decisão em contrario, dous directores constituirão numero legal.

Art. 99. O conselho poderá de tempos a tempos nomear um presidente, e, si assim o entender, um vice-presidente por um anno ou por periodo menor.

Art. 100. Em todos os casos em que o presidente e vice-presidente estiverem ausentes do conselho, este nomeará um substituto temporario do presidente.

Art. 101. Os trabalhos do conselho serão regulados em tanto quanto o determinem as ordens vigentes do mesmo conselho, pelas mesmas ordens em vigor, e em todos os outros sentidos como melhor entenderem os directores presentes.

Art. 102. Todas as questões apresentadas ao conselho serão decididas por maioria dos votos dos directores presentes em pessoa, cada director tendo um voto.

Art. 103. No caso de empate no conselho, o presidente que estiver servindo nelle terá então um voto preponderante ou de qualidade.

Art. 104. Poderão os directores em sessão do conselho nomear e demittir quaesquer comissões compostas de membros de seu proprio gremio, segundo melhor entenderem, e poderão determinar e regular o numero legal para funcionar, os seus deveres e a ordem do seus trabalhos.

Art. 105. Todas as comissões lavrarão actas de seus trabalhos e delles farão relatorios ao conselho de tempos a outros.

Art. 106. As actas dos trabalhos de cada sessão do conselho e dos directores que nellas assistiram respectivamente, serão assentadas pelo secretario ao mesmo tempo, ou com a maior brevidade que for conveniente, depois de encerradas as sessões, em um livro destinado a isso, e serão assignadas pelo presidente da sessão a que se referirem, ou pelo daquella em que forem lidas.

Art. 107. Taes actas, quando forem assim assentadas e assignadas, serão consideradas, não havendo prova de erro, registres exactos e trabalhos originaes.

Art. 108. O conselho querendo-o, poderá adiar as suas sessões pelo tempo e para o lugar que os directores determinarem.

XVIII

PODERES E DEVERES DO CONSELHO

Art. 109. O conselho poderá e deverá, sujeito ao dominio das assembleas geraes (mas não de fôrma a invalidar qualquer acto do conselho feito antes de votar-se a deliberação da assemblea geral), fazer e dirigir todos os negocios e assumptos da companhia e exercer todos os poderes, attribuições e discreções da companhia, excepto tão sómente os que, de conformidade com as leis e com a presente escriptura, ficam expressamente reservados para o exercicio das assembleas geraes.

Art. 110. O conselho, sujeito ás condições aqui contidas, deverá nomear o secretario, segundos secretarios e outros empregados, os banqueiros e os advogados da companhia em quaesquer termos e condições, e poderá de tempos a tempos remover ou demittir quaesquer delles (temporariamente ou de outro modo), nomear outros em lugar delles, e bem assim concordar e fixar as garantias ou fianças que elles devam prestar (havendo-as), para o mais fiel desempenho de suas obrigações, segundo entender o conselho.

Art. 111. Poderá o conselho de tempos a outros nomear uma ou mais pessoas, como melhor entender, na qualidade de conselho ou directoria local na America do Sul ou em qualquer outra parte do mundo, e poderá delegar nesse conselho ou directoria local todas e quaesquer attribuições que exija o direito da Republica Brasileira ou de qualquer outro paiz e poderá tambem o conselho de tempos a tempos nomear uma ou mais pessoas para agentes ou representantes da companhia em qualquer paiz

ou lugar, e nomear todos os officiaes e empregados que forem necessarios para dar andamento aos negocios sociaes, nos termos e mediante as retribuições que a directoria entender, e poderá de tempos a outros demittir quaesquer de taes pessoas e nomear outros em seu lugar.

Art. 112. A directoria poderá de tempos a tempos delegar em qualquer de taes conselhos, directorias, administrações, agentes ou representantes, officiaes ou empregados locaes tolos ou quaesquer dos poderes e attribuições do conselho.

Art. 113. O conselho poderá verificar, concordar e pagar todos os gastos da organização e estabelecimento da companhia, e os da emissão ou collocação de quaesquer acções, *debentures* ou outros valores, que considerarem convenientes, ou os de qualquer outra companhia, sociedade ou empresa promovida, fundada ou estabelecida pela companhia no todo ou em parte.

Art. 114. O conselho poderá exercer os poderes da «Lei de 1864, referente a sellos sociaes», os quaes poderes a companhia desde já fica expressamente autorizada a exercer.

Art. 115. O secretario affixará o sello por ordem do conselho, na presença de pelo menos um director, a todos os documentos que necessitem ser sellados, e todos estes documentos serão assignados pelo mesmo director e referendados pelo secretario. Qualquer sello que for usado no estrangeiro, segundo as disposições da «Lei de 1864, referente aos sellos sociaes» será affixado por ordem e na presença da pessoa ou pessoas que o conselho indicar, sendo os documentos sellados, com elles assignados pelas pessoas que tambem designar o conselho.

Art. 116. Todos os cheques, letras de cambio ou escriptos de divida serão assignados, accites, sicados ou endossados pela pessoa ou pessoas que o conselho nomear especialmente para tal fim.

Art. 117. As contas do conselho, depois de revisadas e approvadas pela assembléa geral, serão terminantes, excepto emquanto a quaesquer enganos que nelles se descobrirem dentro de dous mezes depois de approvadas.

Art. 118. Os erros descobertos dentro daquelle periodo serão rectificados immediatamente, e as referidas contas serão concluintes, passado este periodo.

Art. 119. Os directores perceberão todos os gastos de viagem e outros que fizerem, quando, com a approvação do conselho, estiverem empregados no serviço da companhia, e no caso de ter um director que ir ou residir no estrangeiro a serviço da companhia ou que prestar á companhia quaesquer outros serviços extraordinarios, poderá o conselho pagar-lhe qualquer remuneração especial que lhe parecer razoavel.

Art. 120. O conselho poderá, em qualquer caso em que tiver de pagar qualquer somma de dinheiro por qualquer motivo, emittir a favor de qualquer companhia, corporação, autoridade ou pessoa, acções da companhia como integralizadas no todo ou em parte, ou *debentures* ou valores hypothecarios em vez de fazer o pagamento em dinheiro effectivo, e poderá emittir o

inscrever taes acções ou *debentures* ou valores hypothecarios, nessa conformidade, e bem assim poderá adjudicar acções da companhia como integralisadas no todo ou em parte, em satisfação ou redução de quaesquer reclamações contra, ou responsabilidade da companhia, ou de qualquer companhia, cujos compromissos e passivos esta companhia possa aceitar, e o dinheiro creditado como pago por conta de taes accções ou *debentures* ou valores hypothecarios respectivamente será considerado e tido por pagamento em contado até a sua importancia.

Art. 121. Nenhuma compra, venda, contracto ou ajuste a que se tiver dado a sancção da companhia em assembléa geral, poderá impugnar-se sob o pé de que não se achava dentro dos limites ou se oppunha aos objectos sociaes, ou é em excesso das attribuições da companhia em assembléa geral ou por qualquer outro motivo.

XIX

REVISORES DE CONTAS

Art. 122. Dos revisores de contas, que não necessitam ser accionistas, serão nomeados pela assembléa ordinaria de cada anno, para o anno seguinte, e antes de celebrar-se a primeira assembléa ordinaria, o conselho nomeará os revisores de contas, mas nenhuma pessoa poderá ser eleita para revisor de contas, si tiver outros interesses que não os de accionista da companhia, em qualquer de suas transacções, e nenhum director ou outro empregado poderá ser eleito, enquanto estiver em exercicio. Qualquer vaga casual que se der no cargo do revisor durante qualquer anno será immediatamente preenchida pela directoria. Uma ou mais firmas de contadores publicos poderão ser nomeados para servir como um ou ambos revisores. Não havendo eleição de revisores de contas pela fórma que dito fica, poderá a Camara do Commercio, a pedido de não menos de cinco accionistas, nomear um revisor para o anno corrente e fixar o honorario que a companhia deverá pagar-lhe por seus serviços.

Art. 123. A retribuição dos revisores de contas será marcada pela assembléa e estes revisarão as contas da companhia de conformidade com as leis e com a presente escriptura.

Art. 124. O conselho fará assentar contas fideis e sufficientes dos negocios sociaes e uma vez por anno entregará aos revisores a conta annual e o balancete que deverão ser apresentados á assembléa, e os revisores receber- os-hão e examinal-os-hão e inspecionaráo pessoalmente os valores da companhia.

Art. 125. Os revisores ou confirmarão as contas e balancete, ou, caso não enten am confirmal-os, deverão preparar um relatório especial sobre os mesmos, e entregar ao conselho as contas e balancete com o relatório, que indicará o resultado do exame dos valores.

Art. 126. Pelo menos, sete dias antes de ter logar a assembléa ordinaria, o conselho enviará pelo correio ou de outro modo, um exemplar impresso das contas e balancete examinados pelos revisores e do relatorio dos revisores, a todos os accionistas a seus domicilios inscriptos, e ao mesmo tempo mandará dous exemplares de cada um destes documentos ao secretario do departamento de acções e empréstimos da Bolsa de Londres.

Art. 127. Em todas as assembléas ordinarias o relatorio dos revisores de contas ler-se-ha perante a assembléa com o relatorio do conselho.

XX

DIRECTORES, FIDEI-COMMISSARIOS E OFFICIAES

Art. 128. Quando assim o entender o conselho, haverá taes e tantos fidei-commissarios para quaesquer dos objectos da companhia, conforme determinar o conselho, e serão nomeados e (sujeito aos termos da qualquer escriptura de curadoria ou outro contracto) demittidos pelo conselho, e gozarão das remunerações, poderes e indemnisações, desempenharão as obrigações e ficarão sujeitos aos regulamentos que o conselho determinar.

Art. 129. Os directores, fidei-commissarios, revisores de contas, secretario e outros empregados serão indemnizados pela companhia contra todas as perdas e gastos que lhes advierem no ou com desempenho de seus deveres respectivos, excepto os que succederem em consequencia de seus proprios actos ou faltas voluntarias.

Art. 130. Poderá o conselho pagar a qualquer advogado ou empregado da companhia por percentagem ou outra commissão, quer seja calculada sobre a totalidade, quer sobre qualquer parte dos lucros sociaes liquidos ou sobre transacções especiaes.

Art. 131. Nenhum director, fidei-commissario ou outro empregado será responsavel por qualquer outro director, fidei-commissario ou empregado, nem por unir seu nome a assignatura a qualquer recibo ou outro acto de conformidade, nem por qualquer perda ou gasto que soffrer a companhia ou outra pessoa em consequencia de actos ou feitos da companhia, salvo si tal perda ou gasto der-se por motivo de seu proprio acto ou falta voluntaria.

Art. 132. As contas de qualquer fideicommissario ou empregado poderão ser ajustadas e approvadas ou desapprovadas, no todo ou em parte, pelo conselho.

Art. 133. Si um director, fideicommissario ou empregado vier a quebrar ou a fazer composição publica com os seus credores, ficará por isso inhabilitado para exercer o cargo de emprego da companhia e deixará de sel-o. Contanto que emquanto não se fizer um assento referente a essa inhabilitação nas actas do conselho, os seus actos durante o exercicio do seu cargo serão tão validos como si não tivesse ficado inhabilitado assim.

XXI

ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 134. A primeira assembléa geral terá lugar em Londres, dentro de quatro mezes a contar da data do registro da escriptura social e dos estatutos.

Art. 135. Celebrar-se-ha annualmente uma assembléa ordinaria em qualquer lugar no Reino Unido, á hora e no dia, em cada anno, que o conselho indicar de tempos a outros.

Art. 136. A assembléa extraordinaria poderá ser convocada em qualquer época pelo conselho, de seu motu proprio, e deverá ser convocada por elle quando for entregue ao secretario, ou no escriptorio para o conselho, um pedido feito por qualquer numero de accionistas, não sendo menos de dez, e possuindo em conjunto não menos de uma decima parte do capital em acções ordinarias declarando plenamente o objecto da reunião e assignada pelos solicitantes.

Art. 137. Quando o conselho por 14 dias depois da entrega de tal pedido deixar de convocar a assembléa de conformidade com elle, poderão convocar a assembléa os mesmos solicitantes, ou um numero igual de accionistas proprietarios da mesma proporção de capital.

Art. 138. Todas as assembléas geraes extraordinarias serão celebradas em quaesquer logares convenientes no Reino Unido, que indicarem o conselho ou as pessoas que convocarem a assembléa.

Art. 139. Tres accionistas presentes em pessoa constituirão numero legal para uma assembléa geral, para todos os fins, excepto o de adiar-se a assembléa, e para este dous accionistas presentes pessoalmente constituirão numero.

Art. 140. Não se poderá tratar de negocio algum em qualquer assembléa geral, salvo achando-se presente um numero legal para o mesmo negocio ao começar-se este.

Art. 141. Si dentro de meia hora depois da marcada para a reunião da assembléa, quer original quer adiada, não se achar presente numero legal, dissolver-se-ha a assembléa.

Art. 142. Poderá o presidente, com o consentimento da assembléa, adiar a assembléa geral de tempos a outros e de logares a outros, mas não se poderá tratar de outros negocios em qualquer assembléa geral adiada sinão os que ficaram por acabar na assembléa geral que for adiada, e que poderiam ter sido tratados na mesma assembléa.

Art. 143. Nenhuma pessoa como portador de um titulo de acções terá o direito de assistir ou votar ou exercer quaesquer dos privilegios de accionista em qualquer assembléa geral da companhia, ou assignar qualquer pedido ou convocar a assembléa geral, si ao menos dous dias antes do marcado para a assembléa, no primeiro caso, ou si antes de entregar o mesmo pedido no escriptorio no outro caso, não tiver depositado o dito

título no escriptorio, ou outro logar, ou em um dos outros logares que a directoria indicar de tempos a outros, juntamente com uma declaração escripta indicando o seu nome e direcção, e si o mesmo título não permanecer em deposito até que tenha sido celebrada a assemblea geral. Não serão recebidos os nomes de mais pessoas que uma como co-proprietaria de qualquer título de acções.

Art. 144. Entregar-se-ha ás pessoas que depositaram títulos de acções um certificado contendo os seus nomes e direcções e o numero de acções ou importancia dos valores fraccionarios comprehendidos nos títulos que depositarem, e este certificado lhes dará o direito de assistir e votar nas assembleas geraes relativamente ás acções ou valores especificados em tal certificado, do mesmo modo como si fossem accionistas inscriptos. Ao devolver-se tal certificado, far-se-lhes-ha a entrega dos títulos com respeito aos quaes elle for passado. No caso de deteriorar-se, perder-se ou destruir-se qualquer de taes certificados, poderá elle ser renovado nos mesmos termos que ficam acima dispostos para a renovação de títulos de acções.

Art. 145. Quando o conselho convocar a assemblea geral e quando os accionistas convocarem a assemblea extraordinaria, deverão respectivamente dar aviso da reunião com a antecedencia de nem menos de sete nem mais de 21 dias; mas sim qualquer accionista deixar de receber o aviso, isso não invalidará os trabalhos de qualquer assemblea geral.

Art. 146. No caso de adiar-se qualquer assemblea geral por mais de oito dias, o conselho deverá dar aviso da reunião adiada, com a antecedencia de pelo menos quatro dias, mas si não for adiada por mais de oito dias, não será necessario dar-se aviso algum.

Art. 147. O aviso de convocatoria da assemblea geral e o de adiamento excluirão o dia em que for expedido o aviso, porém incluirão aquelle em que deva ser celebrada a assemblea.

Art. 148. Os avisos de convocatoria das assembleas geraes e os de seus adiamentos serão expedidos por circulares aos accionistas, declarando estas a hora e logar da reunião, e o conselho ou os accionistas que convocarem uma assemblea geral, deverão tambem dar aviso por meio de annuncios, no caso de existirem títulos de acções.

Art. 149. Não se poderá tratar de negocio algum nas assembleas geraes sinão os que forem especificados nos avisos de convocatoria e as materias abaixo especialmente mencionadas, excepto nos casos das assembleas ordinarias.

Art. 150. O conselho poderá convocar reuniões de qualquer classe especial de accionistas. As regras e os regulamentos contidos aqui com referencia á convocação, celebração e direcção das assembleas geraes e de suas votações, serão applicaveis a quaesquer destas reuniões o mais approximadamente que for possivel.

XXIII

TRABALHOS DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 151. Poderá a companhia, com a sanção de uma assembléa geral e sujeito a quaesquer condições impostas pela assembléa de tempos a outros, exercer quaesquer dos poderes conferidos pelas leis sobre sociedades anonymas, de responsabilidade limitada por accções.

Art. 152. Poderá qualquer assembléa geral, precedendo aviso para tal fim, por deliberação approvada por dous terços dos votos emitidos pessoalmente ou por procuração, demittir qualquer director ou revisor de contas, e poderá por simples maioria preencher qualquer vacatura entre os directores ou revisores, e poderá marcar os vencimentos dos revisores.

Art. 153. Qualquer assembléa ordinaria sem aviso algum para tal fim poderá eleger directores ou revisores, e poderá receler, total ou parcialmente, rejeitar ou adoptar e confirmar as contas, balancetes e relatorios do conselho e dos revisores respectivamente, e poderá, sujeito ás disposições da presente escriptura, decidir sobre qualquer recommendação da directoria, quanto ou em relação a qualquer dividendo.

XXIII

TRABALHOS DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 154. Todas as assembléas geraes serão presididas pelo presidente do conselho, ou, durante a ausencia deste, pelo vice-presidente, havendo-o, na ausencia destes por um directer eleito pelos directores presentes, e na ausencia de todos os directores, por um accionista nomeado pelos accionistas presentes.

Art. 155. Em todas as assembléas ordinarias em que tiverem quaesquer directores de vagar os seus cargos, continuarão elles em exercicio, até que se dissolva a assembléa, quando cessará o seu exercicio.

Art. 156. Sujeito ao pedir-se o escrutinio pela fórma abaixo mencionada, todas as questões que tiverem de ser decidida por qualquer assembléa geral, salvo sendo resolvidas unanimemente, e si não houver outra disposição consignada nas leis, serão decididas symbolicamente por simples maioria dos accionistas pessoalmente presentes, e habilitados a votar na fórma da presente escriptura.

Art. 157. Em todas as assembléas geraes, si não for pedido o escrutinio sobre qualquer de suas deliberações (immediatamente que o presidente da assembléa declarar o resultado da votação symbolica relativamente a ella), por dous accionistas pelo menos, ou antes da dissolução ou adiamento da assembléa pedido por

escripto e assignado por accionistas que possuam ou representem por procuração pelo menos £ 10.000 do valor nominal das acções em conjunto, o qual deverá ser entregue ao presidente ou ao secretario, a declaração do presidente expondo que foi approvada uma deliberação e um assento nesse sentido nas actas dos trabalhos da assembléa constituirão evidencia sufficiente dos factos assim declarados, sem precisar de prova de numero ou proporção dos votos emittidos pró ou contra a deliberação.

Art. 158. No caso de pedir-se um escrutínio, este se praticará pela fórma, nos logares, e quer immediatamente, quer em qualquer outra data dentro dos oito dias seguintes, segundo dispuzer o presidente da assembléa, e a deliberação determinada pelo resultado do escrutínio será considerada a deliberação da assembléa geral em que se pedir o escrutínio. Nenhum accionista terá o direito de votar no escrutínio si não tiver estado presente na assembléa, ou pessoalmente ou por representação, e podendo ter então votado sobre a questão quando ella se propoz originalmente.

XXIV

VOTAÇÃO NAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 159. Em todas as questões que tiverem de ser decididas por escrutínio, cada proprietario de acções preferentes ou deferidas, presente na reunião da assembléa, quer pessoalmente, quer por procuração, e com o direito de votar nella, terá um voto por cada acção prefente e um voto por cada acção deferida.

Art. 160. Si mais de uma pessoa for co-proprietaria de uma acção, aquella cujo nome se achar em primeiro logar no registro dos accionistas como uma das co-proprietarias da acção, e nenhuma outra, é a que tem o direito de votar relativamente a tal acção.

Art. 161. No caso de um accionista vir a perder a razão, poderá elle votar por seu curador ou outro representante legal, mas de outro modo não será possível emittir-se voto relativamente a uma acção de propriedade da pessoa incapacitada.

Art. 162. Qualquer accionista presente pessoalmente na assembléa geral, poderá deixar de votar nella sobre qualquer questão, mas si deixar de votar, nem por isso considerar-se-ha ausente da assembléa; nem a sua presença poderá invalidar qualquer procuração que elle tenha passado; excepto no que diz respeito a qualquer questão sobre a qual elle poder votar em pessoa.

Art. 163. Qualquer accionista com o direito de votar poderá de tempos a outros, nomear qual quer outro accionista como representante para votar por elle em qualquer escrutínio.

Art. 164. Todos os instrumentos de procuração serão por escripto, na fórma seguinte ou de conformidade com ella, ou o

mais approximadamente que as circumstancias permittirem, serão assignados pelos outorgantes e depositados no escriptorio pelo menos 48 horas antes da marcada para a assembléa geral, na qual tenha de fazer-se uso delles.

«Eu (A. B.) accionista da sociedade *The San Paulo Coffee Estates Company, limited*, pela presente nomeio a (C. D.), e na ausencia delle a (E. F.), ambos accionistas da companhia, para representar-me na assembléa geral da companhia que terá logar em de de 18 e em todas as sessões adiadas della.

Em testemunho do que assigno a presente aos de 18

(Assignado)

Todas as escripturas de procuração deverão ser devidamente estampilhadas.

Art. 165. O presidente da sessão de qualquer assembléa geral terá um voto addicional ou preponderante em todos os casos de empate em scrutinio ou de outra fórma.

XXV

ACTAS DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 166. Todos os assentos contidos no livro das actas dos trabalhos das assembléas geraes que exponham ser feitos e assignados de accordo com as leis ou com a presente escriptura, não havendo prova em contrario, serão considerados registros fideis, e trabalhos originaes da companhia nessa conformidade; e em todos os casos incumbirá interinamente á pessoa que impugnar os assentos o dever de provar que houve erro.

XXVI

FUNDO DE RESERVA E EMPREGO DE DINHEIROS

Art. 167. Antes de repartir qualquer dividendo a companhia designara para a amortisação dos *debentures* da companhia quaesquer partes dos fundos sociaes que se concordou em destinar para tal fim. Poderá o conselho, antes de recomendar qualquer dividendo, retirar da parte dos fundos sociaes que de conformidade com a presente escriptura seria de outro modo disponivel para o pagamento dos dividendos, a somma que elle entender para formar um ou mais fundos de reserva, para fazer face a eventualidades, ou para igualar dividendos, para comprar bens de qualquer natureza dentro dos poderes da companhia (que na opinião do conselho sejam calculados a aproveitar os

bens originaes), ou para concertar e manter quaesquer dos bens da companhia; todos os dinheiros assim destinados e todos os outros dinheiros da companhia que não forem applicaveis immediatamente para quaesquer pagamentos que tenham de ser feitos pela companhia, poderão, sujeitos ás disposições do art. 5º, ser empregados pelo conselho em consolidados inglezes ou em quaesquer outros valores autorisados pelas leis da Inglaterra para o emprego de dinheiros de fidei-commissos por parte dos fidei-commissarios, conforme melhor entender o conselho de tempos a outros.

Art. 168. Em qualquer caso em que assim entender o conselho os empregos poderão ser feitos em nome de fidei-commissarios,

XXVII

DIVIDENDOS

Art. 169. Os directores poderão, com a sancção da companhia em assemblêa geral, de tempos a outros, e sujeitos a qualquer contracto que for celebrado entre a companhia e os obrigatorios da companhia ou quaesquer fidei-commissarios em representação dos obrigatorios, annunciar um dividendo sobre o capital social em acções. Todas as sommas disponiveis para dividendos (sujeitas ás disposições aqui contidas a respeito dos pagamentos adiantados por conta das prestações, e entre os possuidores das classes das acções que tenham o direito de participar nisso), serão pagas em proporção ás importancias que de tempos a outras forem pagas ou creditadas como pagas sobre as acções da companhia e de conformidade com a prestação e os respectivos direitos e attributos das differentes classes de acções.

Art. 170. Não se annunciará dividendo maior que o conselho recommendar.

Art. 171. Poderá o conselho annunciar dividendos interinos sobre todo ou qualquer parte do capital social e relativamente a qualquer parte do anno, quando a seu juizo os fundos sociaes o permittirem.

Art. 172. Os dividendos serão pagos, immediatamente depois de serem annunciados, ás pessoas que a elles tiverem direito, pela forma que os directores determinarem de tempos a outros, e nos casos em que mais que uma pessoa se ache inscriptas como co-proprietaria de uma acção, será sufficiente o pagamento á que se achar inscripta em primeiro logar no registro social.

Art. 173. Quando um accionista estiver individado para com a companhia, todos os dividendos que lhe forem pagaveis, ou uma parte sufficiente, poderão ser destinados pela companhia para a satisfação total ou parcial da divida.

Art. 174. Todos os dividendos pagaveis sobre qualquer acção nominativa serão pagos sómente á pessoa que se achar inscripta como proprietaria de tal acção na data em que for vo-

tada a deliberrção annunciando taes dividendos, ou aos representantes legitimos de tal pessoa.

Art. 175. Os dividendos não pagos nunca vencerão juro contra a companhia.

XXVIII

A V I S O S

Art. 176. Todos os avisos que a presente escriptura ou as leis exigirem que sejam expedidos aos accionistas serão dados aos accionistas inscriptos que tiverem domicilios inscriptos no Reino Unido, quer pessoalmente, quer enviando-se cartas a taes domicilios, e no caso de existirem titulos de acções em circulação, na época em que forem expedidos os avisos, então os avisos aos possuidores de taes titulos de acções serão dados por annuncios, pelo menos, em dous jornaes publicados em Londres.

Art. 177. Todas as cartas e avisos, havendo-os, enviados ou emittidos em virtude da presente escriptura, serão assignados ou levarão no fim o nome do secretario ou de qualquer outra pessoa que o conselho nomear em logar d'elle, excepto no caso de qualquer assemblea convocada de pelos accionistas, conformidade com esta escriptura, e em tal caso serão assignados ou levarão impressos no fim os nomes dos accionistas que a convocarem ou da maioria delles.

Art. 178. Os avisos que forem assim enviados pelo correio ao endereço de qualquer accionista inscripto, constante do registro de accionistas, serão considerados como expedidos a elle no dia em que foram deitados no correio, e para provar tal expedição basta comprovar que a carta foi regularmente endereçada e lançada no correio.

Art. 179. Os avisos aos portadores de titulos de acções serão considerados como expedidos a elles no dia em que for o annuncio publicado nos jornaes, como indicam estes estatutos.

Art. 180. Todos os avisos aos accionistas inscriptos que se referirem a qualquer acção de propriedade de mais de uma pessoa, serão expedidos ás pessoas cujos nomes se acharem em primeiro logar no registro, e os avisos expedidos por esta forma serão sufficientes para todos os co-proprietarios de tal acção.

Art. 181. Todo testamenteiro, administrador, curador, ou syndico de quebra ou liquidação e toda outra pessoa que tiver ou reclamar qualquer interesse nas acções de um accionista inscripto, fica obrigado absolutamente por todos os avisos expedidos pela forma acima indicada, si forem dirigidos ao ultimo domicilio inscripto de tal accionista, não obstante que a companhia tenha por qualquer meio noticia do fallecimento, perda de juizo, fallencia, casamento, ou incapacidade de tal accionista inscripto, ou desse direito equitativo ou outro.

Nomes, endereços e qualidades dos signatarios :

H. F. Tiarks, negociante, 145, Leandenhall Street, Londres, E. C.

Bruno Schroder, negociante, 145 Leandenhall Street, Londres, E. C.

Walpole Greenwell, corretor de fundos, 2, Finch Lane, E. C.

Werner Keller, negociante, Ashfield, Selhurst Road, S. Norwood.

Paul Bock, negociante, Beulah Spa, Beulah Hill.

Edwd. Garthwaite Farish, solicitador, 57 1/2, Old Broad Street, Londres.

Francis Gaford Brenton, corretor de fundos, 2, Finch Lane, E. C.

Em data de 21 de abril de 1897.

Testemunha das assignaturas supra — A. G. Ferrers-Guy, solicitador, 57 1/2, Old Broad Street, Londres, E. C.

E' exemplar conforme.— Ernest Cleave, ajudante archivista de companhias anonymas.

(Estampilha.)



DECRETO N. 2536 — DE 28 DE JUNHO DE 1897

Concede autorização á *The S. Bento Gold Estates, limited*, para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The S. Bento Gold Estates, limited*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorização á *The S. Bento Gold Estates, limited*, para funcionar na Republica, limitando-se, porém, aos trabalhos de mineração e seus accessorios no Estado de Minas Geraes, sob as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, ficando os outros serviços mencionados nos respectivos estatutos dependentes de nova autorização do Governo Federal.

Capital Federal, 28 de junho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho,

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2335 desta data**

I

A *The S. Bento Gold Estates, limited*, é obrigada a ter um representante na Republica com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente às leis e regulamentos e à jurisdição dos seus tribunaes judiciais ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente autorisação.

III

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer em seus estatutos.

Ser-lho-ha cassada a autorisação para funcionar na Republica si infringir esta clausula.

A infracção da primeira clausula será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Capital Federal, 28 de junho de 1897. — *Joaquim D. Murinho*.

Eu abaixo assignado, Affonso Henriques Carlos Garcia, traductor publico juramentado e interprete commercial nomeado pela Junta Commercial desta praça — Escriptorio, rua de São Pedro n. 14, sobrado:

Certifico pela presente em como me foram apresentados um certificado de incorporação e os estatutos da *The S. Bento Gold Estates, limited*, escriptos na lingua ingleza, afim de os traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e, litteralmente vertidos, dizem o seguinte :

TRADUÇÃO — *The S. Bento Gold Estates, limited*.

A — Certificado da incorporação de uma companhia.

Certifico pela presente que a *The S. Bento Gold Estates, limited*, foi incorporada de accordo com as leis sobre companhias, de 1862 a 1893, como companhia limitada, em 24 de março de 1897.

Assignado por mim, em Londres, no dia 2 de abril de 1897. *J. S. Purcell*, registrador de companhias anonymas.

Leis sobre companhias de 1862 a 1893.

Companhia limitada por ações.

Memorandum de Associação da « The S. Bento Gold Estates, Limited »

1.º O nome da companhia é *The S. Bento Gold Estates, limited*.

2.º O escriptorio e registrado da companhia será sito na Inglaterra.

3.º Os fins para os quaes se estabelece a companhia são :

(1) Adquirir e tomar posse de certas propriedades mineraes e que contenham madeiras, sitas no Estado de Minas Geraes, Republica do Brazil, e para este fim celebrar e levar a effeito, com ou sem modificação, o contracto mencionado na clausula 3.ª dos estatutos da companhia.

(2) Pisar, conseguir, tirar das pedreiras, fundir, calcinar, refinar, compôr, amalgamar, manipular e preparar, para o mercado, metal bruto e substancias metallicas e mineraes, e realizar quaesquer outras operações metallurgicas que possam conduzir a qualquer dos fins da companhia.

(3) Comprar e adquirir propriedades territoriaes, outras minas, titulos e direitos de mineração, no Brazil ou em outras partes, e desenvolver os seus recursos e procurar tirar beneficio das terras, edificios, titulos e direitos do então da companhia, pela maneira por que esta possa julgar conveniente, e em particular, limpando, escoando, cercando, plantando, construindo, melhorando, cultivando, fazendo pastos e promovendo immigração, estabelecendo cidades, villas e povoações.

(4) Realizar negocios de cultivadores, pastagens, conservadores de carnes e fructas, de cervejarias, de plantações, mineiros, metallurgistas, donos de pedreiras, olarias, constructores, contractantes para a construcção de obras publicas ou particulares, de negociantes importadores e exportadores, constructores de navios, armadores, corretores e quaesquer outros negocios que possam parecer contribuir directa ou indirectamente para o desenvolvimento das propriedades e direitos da companhia.

(5) Estabelecer, construir, manter, melhorar, dirigir, explorar, administrar e superintender quaesquer estradas, vias, bonds, caminhos de ferro, pontes, reservatorios, cursos de agua, caes, aterros, obras hydraulicas, telegraphos, telephones, serrarias, obras de fundição, fornos, fabricas, contractos de transportes e postaes, armazens, estações e outras obras e conveniências, e contribuir para, ou auxiliar no estabelecimento, construcção, manutenção, melhoramento, direcção, exploração, governo ou superintendencia dos mesmos.

(6) Fazer sociedade ou fazer qualquer ajuste para partilhar de lucros, união de interesses, concessão ou cooperação reciproca com qualquer sociedade, pessoa ou companhia, e quer em perpetuidade ou de outra forma.

(7) Fazer doações a pessoas e nos casos que parecerem de conveniencia.

(8) Em geral emprehender e realizar quaesquer operações, negocios ou transacções (excepto emissão de apolices de seguros sobre vida) que possam ser licitamente emprehendidos e realizados por capitalistas e que a companhia possa julgar conveniente emprehender e realizar.

(9) Requerer, comprar ou de qualquer fôrma adquirir, quaesquer patentes, privilegios de invenção, concessões, bem como a autorisação exclusiva ou não exclusiva, ou o direito limitado para usar, ou qualquer segredo, ou outra informação sobre qualquer invenção, que possa ser julgada capaz de ser usada para qualquer dos fins da companhia, ou cuja aquisição possa parecer beneficiar directa ou indirectamente esta companhia, e usar, exercer, desenvolver, conceder as respectivas licenças, ou de qualquer fôrma tirar proveito da propriedade, dos direitos e da informação adquirida.

(10) Comprar ou por outra fôrma adquirir e emprehender todos ou qualquer parte dos negocios, propriedades e compromissos de qualquer pessoa ou companhia que tenha transacções com esta, que esteja autorizada a funcionar ou possua propriedades que convenham aos fins desta.

(11) Fazer qualquer contracto com qualquer governo ou autoridades, suprema, municipal, local ou outra, e obter desse governo ou autoridade quaesquer direitos, concessões e privilegios que possam parecer levar a cumprimento quaesquer dos fins da companhia.

(12) Fazer sociedade ou entrar em ajustes para partilhar lucros, união de interesses, riscos collectivos, concessões reciprocas ou cooperação com qualquer pessoa ou companhia, que faça negocios ou que esteja para fazel-os ou que esta companhia tenha autorisação para fazer, que possa contribuir directa ou indirectamente para beneficio desta companhia, tomar ou por outra fôrma adquirir e possuir, acções ou capital ou titulos desta companhia e subsidial-a, ou auxilial-a, e vender, conservar, reemittir com ou sem garantia ou por qualquer fôrma negociar com essas acções ou titulos.

(13) Em geral, comprar, tomar a arrendamento ou em troca, alugar ou de qualquer outra fôrma adquirir quaesquer bens moveis ou immoveis e quaesquer direitos ou privilegios que a companhia possa julgar necessario ou conveniente, em referencia a qualquer destes fins ou capazes de ser proveitosamente negociados em connexão com qualquer dos bens ou direitos de então da companhia, e, em particular, quaesquer terras, edificios, navios, barcos, material rodante e fundos de commercio.

(14) Estabelecer e sustentar ou ajudar no estabelecimento e sustento de associações, instituições, depositos, fundos ou conveniencias, calculados para beneficiar empregados ou ex-empregados da companhia ou seus predecessores, em negocios, ou os

dependentes ou relações dessas pessoas, conceder pensões e ordenados e fazer pagamentos para seguros, subseverer ou garantir dinheiro para fins caridosos ou beneficentes, ou para qualquer exposição ou para qualquer fim publico, geral ou util.

(15) Vender a empresa da companhia ou qualquer parte da mesma, pelo preço que esta julgar conveniente, e, em particular, por acções, *debentures* ou títulos de qualquer outra companhia que tenham fins inteiramente ou em parte identicos aos desta.

(16) Promover qualquer companhia ou companhias para adquirirem todas ou quaesquer das propriedades, direitos e compromissos desta companhia, ou para outro qualquer fim que possa parecer contribuir directa ou indirectamente para o beneficio desta companhia.

(17) Empregar e negociar com os dinheiros da companhia, que não forem immediatamente precisos, com as garantias e da maneira que possa ser a qualquer tempo resolvida.

(18) Empréstar dinheiro às pessoas e nos termos que possam parecer convenientes, e, em particular, a freguezes da companhia e a pessoas que tenham negocios com ella, e garantir a execução de contractos por membros da companhia ou pessoas que com ella tenham negocios.

(19) Obter qualquer ordem competente ou lei do Parlamento para habilitar a companhia a levar a effeito qualquer dos seus fins ou para effectuar qualquer modificação da constituição da companhia ou para outro qualquer fim que possa parecer conveniente, e oppor ou resistir contra quaesquer pedidos ou outros meios que possam parecer à companhia calculados para, directa ou indirectamente, prejudicar os seus interesses.

(20) Levantar tomar a empréstimo ou garantir o pagamento do dinheiro, e nos termos que possam parecer convenientes, e, em particular, pela emissão de *debentures* ou capital de *debentures*, perpetuos ou de outra forma, e onerando ou não todos ou parte dos bens da companhia, presentes e futuros, inclusive o seu capital por chamar.

(21) Sacar, aceitar, endossar, descontar, executar letras de cambio, notas promissórias, *debentures*, conhecimentos e outros instrumentos ou títulos negociaveis ou transferiveis.

(22) Remunerar quaesquer partes por serviços prestados ou a serem prestados, collocando ou ajudando a collocar quaesquer acções do capital da companhia ou quaesquer *debentures*, capital de *debenture* ou outros titulos da companhia, ou com a formação ou instalação da companhia ou condução dos seus negocios.

(23) Fazer registrar ou reconhecer a companhia na dita Republica do Brazil ou em outra qualquer parte no estrangeiro.

(24) Fazer todas ou qualquer parte das supraditas cousas, em qualquer parte do mundo, quer como principaes, agentes, depositarios, contractantes ou de outra forma e quer só ou con-

juntamente com outros e quer por intermedio de agentes, sub-contractantes, depositarios ou outros.

(25) Fazer tudo o mais que for incidental ou conducente á obtenção dos fins acima. E fica aqui declarado que a palavra « Companhia » nesta clausula será considerada incluir qualquer sociedade ou outra associação de pessoas, quer incorporadas quer não, e quer domiciliadas no Reino Unido ou em parte, e a intenção é que os fins especificados em cada paragrapho desta clausula não serão, excepto quando expressos em contrario nesse paragrapho, de forma alguma limitados ou restrictos em referencia ou consequencia dos termos de outro qualquer paragrapho ou do nome da companhia.

4.º A responsabilidade dos membros é limitada.

5.º O capital da companhia é de £ 250.000 (duzentas e cincoenta mil libras) dividido em 250.000 (duzentas e cincoenta mil) acções de £ 1, cada uma, podendo ser as acções divididas, no capital primitivo ou em qualquer capital augmentado, em classes diversas, e a ellas respectivamente ligados quaesquer direitos, privilegios e condições preferenciaes, qualificados, especiaes ou deferidos.

Nós, cujos nomes e residencias se acham aqui subscriptos, desejamo-nos formar em uma companhia de accordo com este *Memorandum* de associação, e respectivamente concordamos tomar o numero de acções do capital da companhia expresso ao lado dos nossos respectivos nomes.

Nomes, residencias e descrições dos subscriptores	Numero de acções tomadas por cada subscriptor
F. C. Stoop, 4 Hercules Passage. E. C.— Corretor de fundos.....	1
C. Frank Stoop, 4 Hercules Passage. E. C.— Corretor de fundos.....	1
J. de Mespier, 4 Hercules Passage. E. C.— Cavalheiro.....	1
C. Von Gulik, 4 Hercules Passage. E. C.— Cavalheiro.....	1
Frank W. Lidstone, 4 Hercules Passage. E. C.— Cavalheiro.....	1
Henry H. Sparrow, 4 Hercules Passage. E. C.— Cavalheiro.....	1
Lewis C. Parisk, 4 Hercules Passage. E. C.— Cavalheiro.....	1
Datado de 24 de março de 1897.	

Testemunha das assignaturas supra. — C. F. Dyball. — 66 Gresham House, E. C., solicitador.

Cópia fiel. — (Assignado) J. S. Purcell, registrador de companhias anonymas.

LEIS DE COMPANHIAS, DE 1862 a 1893

Companhia limitada por acções

ESTATUTOS DA «THE S. BENTO GOLD ESTATES, LIMITED»

Preliminar

1. As notas marginaes não affectam a interpretação dos presentes, salvo si houver qualquer cousa no assumpto ou contexto incompativel com ella.

« O escriptorio » entende-se o escriptorio registrado de então da companhia.

« O registro » entende-se o registro dos membros escripturados, de accordo com o art. 25 da lei de companhias de 1862.

« Mez » entende-se por mez do calendario.

« Por escripto » entende-se escripto ou impresso, ou parte escripta e parte impressa.

« Os directores » entende-se os directores de então.

« Resolução especial » e « resolução extraordinaria » teem a respectiva intelligencia que lhes dá as leis de companhias, de 1862, nos arts. 51 e 129.

Palavras expressas no singular sòmente incluem o numero plural e vice-versa.

Palavras expressas sòmente no genero masculino incluem o genero feminino.

Palavras designando pessoas incluem corporações.

2. Os regulamentos contidos na tabella A na primeira lista da lei de companhias, de 1862, não terão applicação a esta companhia.

3. A companhia celebrará immediatamente um contracto com Ferdinand Gerardus Goudemit, Punchard Mc. Taggart Lowther & Comp. e F. C. Stoop & Comp., nos termos do rascunho que para identificação foi assignado por Cyril Mortimer Murray Rawlins, solicitador do Supremo Tribunal, e os directores executarão esse contracto, com plenos poderes, todavia, de a todo tempo concordar em qualquer modificação do mesmo, quer antes, quer depois da sua execução. A base essencial sobre a qual é estabelecida a companhia e que esta adquirirá as propriedades comprehendidas no dito contracto nos termos especificados, sujeitos a quaesquer das supraditas modificações (si houver) e de conformidade, e não haverá objecção ao dito contracto que as firmas partes no dito contracto, ou qualquer socio ou socios dessas firmas respectivamente, como installadores desta companhia ou de outra forma, se conservarão em uma posição fiduciária para com a companhia, ou que os primeiros directores nomeados, como aqui abaixo disposto, não constituem uma directoria independente e todo membro da companhia, presente e futuro, será considerado juntar-se à companhia sob esta base.

4. Nenhum fundo da companhia será applicado na compra ou em empréstimos de acções da companhia.

5. Os negocios da companhia poderão ser começados logo depois da incorporação da companhia, como os directores em sua absoluta discreção julgarem conveniente, e não obstante só tenha sido tomada parte das acções.

6. As acções ficarão sob o governo dos directores, que poderão distribuir ou de qualquer forma dispor dellas as pessoas, nos termos e condições, e a um premio ou de outra forma, e nos termos que os directores julgarem convenientes, sujeitos, porém, às estipulações contidas no contracto mencionado na clausula 3 destes, com referencia às acções que tiverem de ser distribuidas de accordo com ella.

7. Si pelas condições da distribuição de qualquer acção, toda ou parte da sua importancia tiver de ser paga por prestações, essa prestação, quando devida, será paga á companhia pelo possuidor da acção.

8. A companhia pôde fazer ajustes para a emissão de acções por uma differença entre os possuidores dessas acções na importancia das chamadas a pagar e a época do pagamento dessas chamadas.

9. Os possuidores collectivos de uma acção serão tanto cada um por si, como conjunctamente, responsaveis pelo pagamento de todas as prestações e chamadas devidas por essa acção.

10. A companhia terá o direito de tratar o possuidor registado de qualquer acção como proprietario absoluto da mesma, e de conformidade não será obrigada a reconhecer nenhuma reclamação equitativa ou outra, ou interesse nessa acção da parte de qualquer outra pessoa, salvo como neste disposto.

Cautelas

11. As cautelas de acções serão dadas com o sello da companhia e assignadas por dous directores e rubricadas pelo secretario ou alguma outra pessoa nomeada pelos directores.

12. Cada accionista terá direito a uma cautela pelas acções registradas no seu nome, ou a diversas cautelas, cada uma por uma parte dessas acções.

Cada cautela de acções especificará os numeros indicativos das acções a cujo respeito ella é passada e a importancia paga por ella.

13. Si qualquer cautela se estragar ou inutilisar-se, sendo ella então apresentada aos directores, estes poderão ordenar que seja cancellada, e poderão passar uma nova cautela em substituição, e si qualquer cautella se perder ou destruir-se, então, sob prova disso á satisfação dos directores e pela indemnisação que os directores julgarem adequado se dar, passar-se-ha uma nova cautela á parte que tiver direito á cautela perdida ou destruida.

14. Pagar-se-ha á companhia por cada cautela passada em virtude da clausula precedente a quantia de um shilling, ou menos, conforme os directores possam determinar.

Chamadas

15. Os directores podem a todo o tempo fazer chamadas dos accionistas por todas as importancias por pagar, por acções, por elles respectivamente possuidas, e não pelas condições da sua distribuição a pagar em datas fixadas, e cada accionista pagará a importancia da chamada que lhe for reclamada ás pessoas o nas datas e logares designados pelos directores.

Uma chamada poderá ser resolvida pagavel por prestações.

16. Será considerada ter sido feita uma chamada quando a resolução dos directores autorizando-a for tomada.

17. Nenhuma chamada excedera de um quinto da importancia nominal de uma acção, nem terá de ser paga dentro de dous mezes depois da ultima precedente chamada a pagar-se.

18. Quatorze dias antes se dará aviso de qualquer chamada, especificando-se a data e o logar do pagamento e a quem deverá ser paga ella.

19. Si a importancia por pagar a respeito de qualquer chamada ou prestação não for satisfeita no ou antes do dia marcado para o seu pagamento, o possuidor de então da acção a cujo respeito tiver sido feita a chamada ou devida a prestação, pagará pela mesma o juro de 10 % ao anno, a contar do dia marcado para o seu pagamento, até o acto de pagar, ou outro qualquer juro que os directores possam determinar.

20. Os directores podem, julgando conveniente, receber de qualquer accionista que o queira fazer adeantadamente, toda ou qualquer parte da importancia devida pelas acções que elle possuir além das quantias que forem então chamadas, e sobre as importancias então pagas adeantadamente, ou sobre tanto quanto dellas a todo o tempo exceder da importancia das chamadas então feitas, sobre as acções a cujo respeito foi feito esse adeantamento, pagará a companhia juros á razão que for convencionado entre o accionista que adeanta e os directores.

Confisco e penhor

21. Deixando qualquer accionista de pagar qualquer chamada ou prestação no dia ou antes do dia marcado para o respectivo pagamento, os directores podem, a qualquer tempo depois, durante o tempo em que a chamada ou a prestação esteja por pagar, mandar um aviso a esse accionista, reclamando o pagamento juntamente com qualquer juro que seja accrescido e todas as despesas em que pela for incorrido a companhia em razão desta falta de pagamento.

22. O aviso designará um dia (não sendo menos de 14 dias da data do aviso) e em lugar ou logares onde se deverá pagar essa chamada ou prestação e esses juros e despesas.

O aviso também declarará que no caso de falta de pagamento na ou antes da data e no lugar designados, as acções sobre as quaes é feita a chamada ou a prestação ficarão sujeitas a confisco.

23. Si as reclamações contidas no supradito aviso não forem satisfeitas, quaesquer acções a cujo respeito foi dado esse aviso, poderão a qualquer tempo futuro, antes de pagar todas as chamadas ou prestações, juros e despesas por ellas devidas, ser confiscadas por uma resolução dos directores para este fim.

Esse confisco incluirá todos os dividendos declarados a respeito das acções confiscadas e não pagas antes do confisco.

24. Toda a acção assim confiscada será considerada propriedade da companhia; os directores podem vender, redistribuir ou de qualquer forma dispor da mesma, da maneira que lhes parecer conveniente.

25. Os directores podem a qualquer tempo, antes que a acção confiscada seja vendida, redistribuida ou de qualquer forma disposta, annullar o seu confisco nas condições que julgarem conveniente.

26. Os accionistas cujas acções tenham sido confiscadas serão, não obstante, obrigados ao pagamento immediato á companhia de todas as chamadas, prestações e despesas que elle dever relativamente a essas acções na data do confisco, juntamente com o respectivo juro da data do confisco até o seu pagamento, á razão de £ 10 por cento ao anno, e os directores forçarão ao pagamento destas importancias ou de qualquer parte dellas, si julgarem conveniente, porém não terão obrigação alguma de assim proceder.

27. A companhia terá um direito primordial e preferencial sobre todas as acções (não sendo acções integralisadas) registradas no nome de cada accionista, quer só, quer conjuntamente com outras, pelas suas dividas, compromissos ou obrigações, só ou conjuntamente com qualquer outra pessoa, para com a companhia, quer o periodo para o pagamento, cumprimento ou desempenho, já se tenha ou não vencido. Esse direito de penhor se estenderá a todos os dividendos, a todo tempo declarados a respeito dessas acções. Salvo convencionado de outra forma, o registro de uma transferencia de acções operará com uma renuncia do penhor da companhia, si houver, sobre essas acções.

28. Afim de obrigar esse penhor, os directores podem vender as acções sujeitas a elle pela maneira que julgarem conveniente; porém nenhuma venda se fará sem que tenha chegado o periodo supradito e que tenha sido remettido aviso por escripto ao accionista da intenção de vender ou aos testamentarios ou administradores deste, e que estes tenham faltado ao pagamento, cumprimento ou desoneração dessas dividas, compromissos ou obrigações sete dias depois desse aviso.

29. O producto liquido dessa venda será applicado á satisfação das dividas, compromissos ou obrigações e o restante, caso haja, pago ao accionista, seus testamenteiros, a administradores ou representantes.

30. Feita a venda depois do confisco ou para obrigar a um penhor, no exercicio dos poderes acima dados, os directores podem mandar inscrever no registro o nome do comprador pela accão vendida, e o comprador nada terá que ver com a regularidade do processo ou com a applicação do dinheiro da compra, e, depois de inscripto o seu nome no registro relativamente a essas accões, a validade da venda não será contestada por pessoa alguma e o recurso de qualquer pessoa affectada pela venda será por damnos sómente e contra a companhia exclusivamente.

Transferencia e transmissão de accões

31. O instrumento de transferencia de qualquer accão ser assignado, tanto pelo transferente como pelo transferido, e aquelle será considerado como possuidor dessa accão, até que o nome do transferido tenha sido inscripto no registro.

32. O instrumento de transferencia de qualquer accão será por escripto na fórma commum usual.

33. Os directores podem recusar o registro de qualquer transferencia de accões sobre as quaes a companhia tenha direito de penhor, e no caso de accões não integralisadas pôde recusar o registro de transferencia a um transferido que elles não aceitem.

34. Todo instrumento de transferencia será depositado no escriptorio para o registro, acompanhado da cartola das accões que tem de ser transferidas, e de outra qualquer prova que a companhia exigir para provar o direito do transferente de transferir as accões.

35. Todo instrumento de transferencia que for registrado será retido pela companhia; porém, qualquer instrumento de transferencia, cujo registro for recusado pelos directores, sera, si pedido, restituído á pessoa que o depositar.

36. A despesa de cada transferencia não excederá de 2 shillings 6 ds., a qual será paga, si os directores o exigirem, antes do registro.

37. Os livros de transferencias e registro de accionistas serão encerrados durante o tempo que os directores julgarem conveniente, não excedendo, no todo, de 30 dias em cada anno.

38. Os testamenteiros ou administradores de um accionista fallecido, não sendo um de possuidores collectivos, serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo direito ás accões registradas no nome desse accionista, e, no caso de fallecimento de qualquer um ou mais dos possuidores collectivos de quaesquer accões registradas, os sobreviventes serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo o direito ou interesse nas ditas accões.

39. Qualquer pessoa que venha a ter direito a acções em consequência do fallecimento ou fallencia de qualquer accionista, depois de apresentar prova de que ella sustenta o character a cujo respeito propõe-se agir de conformidade com esta clausula ou do seu direito, seguindo os directores julguem sufficientes, pôde, com a approvação destes (que não teem obrigação alguma de dar) ser registrada como accionista a respeito dessas acções, ou pôde, sujeita aos regulamentos sobre transferencias abaixo contidos, transferir as ditas acções. Esta clausula está aqui abaixo designada por—clausula de transmissão.

Garantes de acção

40. A companhia, com referencia a acções integralisadas, pôde emittir garantes (aqui em seguida denominados « garantes de acção ») declarando que o portador tem direito às acções nelles especificadas, e pôde providenciar por coupons ou por outra fôrma sobre o pagamento dos futuros dividendos sobre as acções incluídas nesses garantes.

41. Sobre garantes de acções terão effeito as seguintes disposições :

1.º Nenhum garante de acção será emittido sem pedido escripto da pessoa então inscripta no registro dos accionistas como possuidor da acção a cujo respeito se tem de emittir o garante, porém não haverá objecção a que o pedido seja assignado pela pessoa que o fizer antes de ser o seu nome inscripto no registro como o possuidor.

2.º O pedido será da fôrma e authenticado por declaração da lei ou por outra prova, caso haja, quanto a identidade da pessoa que o fizer e do seu direito ou titulo à acção, que os directores a todo tempo exigirem e será depositado no escriptorio da companhia.

3.º Antes da emissão de um garante de acção, a cautela (si houver) passada a respeito das acções pretendidas serem incluídas nelle, será entregue aos directores, podendo estes dispensar esta condição.

4.º Qualquer pessoa que requiera uma emissão de garante de acção pagará na data do pedido aos directores o direito do sello, bem como a despoza, que não excederá de um shilling, por cada garante de acção, que os directores a todo tempo marcarem.

5.º Os garantes de acções serão passados com o sello e assignados por um director e rubricados pelo secretario ou outro qualquer official competente no logar do secretario, nomeado pela directoria para esse caso.

6.º Cada garante de acção conterá o numero de acções e será na lingua e fôrma que os directores julgarem conveniente.

O numero primitivamente annexo a cada acção será declarado nesse garante de acção.

7.º Serão annexados aos garantos de acções *coupons* pagaveis ao portador do numero que os directores julgarem conveniente, dispondo sobre o pagamento dos dividendos ou juros relativos ás acções nelles incluídas, e os directores providenciarão, como a todo tempo julgarem conveniente, sobre a emissão de novos *coupons* aos portadores do então de garantos de acção, quando os *coupons* a elles annexos estiverem esgotados.

8.º Cada *coupon* se distinguirá pelo numero do garante de acção ao qual elle pertence, e por um numero indicando o logar que elle occupa na série de *coupons* pertencentes ao garante. Os *coupons* não exprimirão serem pagos em periodo particular, nem conterão declaração alguma sobre a importancia que terá de ser paga.

9.º Depois de declarado o pagamento de qualquer dividendo ou juros sobre as acções especificados em qualquer garante de acção, os directores publicarão um aviso em uma folha diaria publicada em Londres, e em outra qualquer folha (si houver) que elles julgarem conveniente, declarando a importancia por acção ou porcentagem a pagar, a data do pagamento e o numero de série do *coupon* que tem de ser aproveitado, e assim qualquer pessoa que apresente e entregue um *coupon* d'quelle numero de série no logar ou em um dos logares indicados no *coupon* ou no dito annuncio terá direito de receber, á expiração desse numero de dias (não excedendo de cinco), depois dessa entrega, como os directores a todo tempo determinarem, o dividendo ou o juro a pagar pelas acções especificadas no dito garante de acção ao qual pertenceu o dito *coupon*, de accordo com o aviso que tiver sido dado por annuncio.

10. A companhia terá o direito de reconhecer um direito absoluto no portador de então de qualquer *coupon* annunciado como acima dito, para pagamento do dividendo ou juro do garante de acção ao qual pertencer o dito *coupon*, que tiver sido como acima declarado, a pagar com a apresentação e entrega de *coupon*, e a entrega desse *coupon* será uma boa desoneração para a companhia.

11. Entregando-se ou destruindo-se qualquer garante de acção ou *coupon*, os directores, depois da entrega do mesmo para cancellação, darão um novo em seu logar.

12. Perdendo-se ou destruindo-se um garante de acção ou *coupon*, os directores podem, sendo prova-la á satisfação destes a perda ou destruição e após indemnisação dada á companhia, como ella julgar adequado, passar outro garante de acção ou *coupon* em logar daquelle.

13. Nos casos dispostos nas condições 11 e 12, será paga á companhia, pela pessoa que se aproveitar dessas condições, uma despesa de 2 schillings e 6 ds., excluindo todas as despesas referentes á investigação da prova de perda ou destruição, e de uma indemnisação á companhia.

14. Pessoa nenhuma, como portadora de um garante de acção, terá direito de assistir ou votar, ou exercer qualquer dos direitos de accionista em qualquer assembléa geral da companhia, ou

assignar qualquer requisição para ou auxiliar na convocação de qualquer assembléa geral, sem que tres dias, pelo menos, antes do dia designado para a assembléa, no primeiro caso, e sem que antes de ser o requerimento deixado no escriptorio, no segundo caso, ella tenha depositado o garante de acção no escriptorio ou no lugar que os directores designarem, juntamente com uma declaração escripta do seu nome e endereço, o sem que o garante de acção fique depositado até depois da assembléa geral ou qualquer adiamento da mesma. O nome de mais de um dos possuidores collectivos de um garante de acção não será recebido.

15. Entregar-se-ha à pessoa que depositar um garante de acção um certificado declarando o seu nome e residência e o numero de acções representadas pelo garante por elle depositado, e esse certificado lhe dará direito de assistir e votar em assembléa geral da mesma maneira, como si elle fosse accionista registrado da companhia relativamente à acção especificada no dito certificado.

Depois de entregue o dito certificado à companhia, o garante de acção a cujo respeito aquelle foi passado será restituído.

O certificado pôde ser como segue:

« *The S. Bento Gold Estates, Limited.*

Numero.....

Certifico que..... de.... depositou, de accordo com os regulamentos da companhia, os garantos de acção abaixo mencionados, pelos quaes elle tem direito a assistir à assembléa geral da companhia, que se tem de realizar no dia.... de..... de 189.

Data do de... de..... de 189.—..... O secretario.

Particulares de garantos de acções depositadas.»

16. Nenhum portador de garante terá direito de exercer direitos de accionista (salvo como acima expressamente disposto sobre assembléas geraes), sem apresentar esse garante e declarar o seu nome e residência e (si os directores o exigirem) sem permittir que nelle seja feita uma declaração do facto, da data, fim e consequencia de sua apresentação.

17. Si o portador de um garante de acção entregá-lo para ser cancellado e com elle depositar no escriptorio uma declaração assignada por elle pela forma e authenticidade da maneira que os directores exigirem, podendo ser registrado como accionista, a respeito das acções especificadas no dito garante de acção e pondo nessa declaração o seu nome, residência e occupação, elle terá direito de ter o seu nome inscripto como accionista no registro dos accionistas da companhia, relativamente ás acções especificadas no garante de acção entregue.

18. Sujeito as condições precedentemente presentes, o portador de um garante de acção será um accionista para todos os effeitos.

Conversão de acções em capital

42. A companhia em assembléa geral pôde converter quaesquer acções integralisadas em capital.

43. Quando quaesquer acções forem convertidas em capital, os diversos possuidores desse capital podem dahi por deante transferir os respectivos interesses nellas ou qualquer parte desses interesses, da mesma maneira o sujeitos aos mesmos regulamentos por que podem ser transferidas acções do capital da companhia, ou tão approxinadamente quanto as circumstancias o permittirem.

Porém os directores podem, a todo o tempo, si julgarem conveniente, fixar a importancia minima de capital transferivel e determinar que fracções de uma libra não serão negociaveis, com poderes, porém, á sua discreção, de desprezar essas regras em qualquer caso particular.

44. O capital conferido aos seus respectivos possuidores os mesmos privilegios e vantagens na participação de lucros e de votar em assembléas da companhia e para outros fins como si tivessem sido conferidos por acções de igual importancia no capital da companhia, porém da forma que nenhum desses privilegios ou vantagens, excepto a participação nos lucros da companhia, será conferido por qualquer parte aliquota de capital consolidado que não tenham, si existisse em acções, conferido esses privilegios ou vantagens. E, salvo como acima dito, todas as disposições aqui contidas terão applicação, tanto quanto as circumstancias o permittirem, a capital como a acções. Essa conversão não affectará ou prejudicará qualquer preferencia ou outro privilegio especial.

45. Qualquer capital ordinario pôde, por uma resolução especial, ser subdividido em secções preferenciaes e differenciaes, e quaesquer direitos preferenciaes podem ser annexados á secção preferencial sobre a secção differencial,

Aumento e redução de capital

46. A companhia em assembléa geral pôde a todo tempo augmentar o capital pela creação de novas acções da importancia que possa ser considerada conveniente.

47. As acções novas serão emittidas nos termos e condições e com os direitos e privilegios inherentes a ellas que a assembléa geral, resolvendo sobre a creação dellas, determinar, e si não for tomada determinação, conforme os directores resolverem, e em particular essas acções podem ser emittidas com um direito preferencial ou qualificado a dividendos, e na distribuição do activo da companhia, e com um direito especial ou sem nenhum de votar.

48. A companhia em assembléa geral pôde, antes da emissão de quaesquer acções novas, determinar que ellas ou quaesquer

dellas sejam offerecidas primeiramente aos accionistas, em proporção à importancia do capital que elles possuirem, ou fazer outras quaesquer disposições sobre a emissão e distribuição das acções novas, porém na falta dessa determinação ou a quanto ella não se estenda, as acções novas podem ser negociadas como si fizessem parte das acções do capital primitivo.

49. Excepto de outra fôrma disposto pelas condições da emissão ou pelos presentes, qualquer capital levantado pela criação de acções novas será considerado parte do capital inicial ordinario e sujeito ás disposições aqui contidas com referencia ao pagamento de chamadas e prestações, transferencia e transmissão, confisco, penhor, entrega e outras cousas.

50. A companhia pôde a todo tempo, por uma resolução especial, reduzir o seu capital, pagando capital ou cancellando capital que se tenha perdido ou não esteja representado por valores, ou reduzindo o compromisso sobre as acções ou pela fôrma que possa parecer conveniente, e o capital pôde ser pago na base de que elle possa ser chamado de novo, ou de outra fôrma, e a companhia tambem pôde, por uma resolução especial, subdividir ou consolidar as suas acções, ou quaesquer dellas.

51. A resolução especial, pela qual é subdividida qualquer acção, pôde determinar que entre os possuidores das acções resultantes dessa subdivisão, uma ou mais dellas terão preferencia sobre as outras ou outra, e que os lucros applicaveis ao pagamento de dividendos dellas serão apropriados de conformidade.

Direitos de modificação

52. Si a qualquer tempo o capital, em razão da emissão de acções preferenciaes ou outras, for dividido em diversas classes de acções, todos ou quaesquer dos direitos e privilegios inherentes a cada classe podem ser modificados por ajuste entre a companhia e qualquer pessoa que pretenda contractar por parte dessa classe, comtanto que este ajuste seja confirmado por uma resolução extraordinaria passada em assembléa geral dos possuidores de acções dessa classe.

E todas as disposições aqui em seguida contidas sobre assembléas geraes terão applicação, *mutatis mutandis*, a essas assembléas, porém de maneira que o *quorum* seja de accionistas possuidores ou representando por procuração dous terços do valor nominal das acções da classe emitidas.

Podereis para contrahir emprestimo

53. Os directores podem a todo o tempo, à sua discreção tomar emprestimo ou garantir o pagamento de qualquer importancia ou importancias para os fins da companhia, porém de fôrma que as importancias em qualquer epoca devidas não

excedam, sem approvação de uma assembléa geral, da importância nominal do capital.

Todavia nenhum emprestador ou outra pessoa que negociar com a companhia terá que ver ou indagar si o limite foi observado.

54. Os directores podem levantar ou garantir o pagamento das importancias, da maneira e nos termos e condições que a todos os respeitos julgarem conveniente, e em particular pela emissão de *debentures* ou *debenture* da companhia, onerando toda ou qualquer parte dos bens da companhia (presentes e futuros), inclusive o seu capital então por chamar.

55. *Debentures*, *debenture* de capital ou outros titulos podem ser feitos, transferíveis livres de quaesquer equidades entre a companhia e a pessoa a quem forem emitidos.

56. Quaesquer *debentures*, *debenture* de capital, bonds ou outros titulos podem ser emitidos com desconto, premio ou de outra fôrma, e com quaesquer privilegios especiaes quanto a resgata, entrega, distribuição de acções, comparecimento e votação nas assembléas geraes da companhia, nomeações de directores e outros assumptos.

57. Os directores farão escripturar um registro de accordo com o art. 43 da lei de companhias, de 1862, de todas as hypothecas e onus que affectarem especialmente os bens da companhia.

Assembléas geraes

58. A primeira assembléa geral será realizada na data (que não será mais de quatro mezes depois do registro do *Memorandum* de associação da companhia) e no lugar que os directores possam determinar, e quer em Inglaterra ou em outra qualquer parte.

59. Realizar-se-hão assembléas geraes subsequentes uma vez pelo menos em cada calendario subsequente, na data e lugar que a companhia em assembléa geral possa determinar, e si não fôr determinada essa data ou lugar, então será na data e lugar que os directores determinarem.

60. As supra mencionadas assembléas geraes serão denominadas « assembléas ordinarias », e quaesquer outras assembléas da companhia serão chamadas.

Assembléas extraordinarias

61. Os directores podem, sempre que julgarem conveniente, convocar uma assembléa extraordinaria, e o farão a requerimento assignado por accionistas possuidores no conjuncto de um decimo do capital emitido.

62. Esse requerimento especificará o fim da assembléa requerida e será assignado pelos accionistas que o fizeram e depositado no escriptorio. Pode consistir de diversos documentos

da mesma fôrma cada um assignado por um ou mais dos requerentes. A assembléa deve ser convocada para os fins especificados nos requerimentos e si convocada por outra fôrma que pelos directores, para aquelles fins sómente.

63. No caso que os directores em 14 dias depois desse deposito, deixem de convocar a assembléa extraordinaria para ter lugar dentro de 21 dias depois desse deposito, os requerentes ou outros quaesquer accionistas que possuam igual proporção do capital podem por si mesmos convocar uma assembléa que se realizará dentro de seis semanas depois desse deposito.

64. Sete dias antes dar-se-ha aviso por annuncio ou remettendo-se pelo correio ou por outra fôrma remettido como abaixo disposto, especificando o lugar, dia e hora da assembléa, e no caso de negocio especial, a natureza geral desse negocio. Com o consentimento escripto de todos os accionistas de então, pôde ser convocada uma assembléa geral por um aviso de prazo menor de sete dias e de qualquer maneira que julgarem conveniente.

65. A omissão accidental em se dar esse aviso a qualquer dos accionistas não annullará resolução alguma passada na respectiva assembléa.

Modo de proceder das assembléas geraes

66. O assumpto de uma assembléa geral ordinaria, a não ser a primeira, será o de receber e julgar a conta de lucros e perdas, o balauço, os relatorios dos directores e os dos fiscaes, eleger directores e outros officiaes no lugar dos que se retirarem por meio do turno, declarar dividendos e tratar de quaesquer outros negocios que, de accordo com os presentes, devendo ser tratados em uma assembléa ordinaria. Quaesquer outros negocios tratados em uma assembléa ordinaria e os tratados em assembléas extraordinarias erão considerados especiaes.

67. Tres membros pessoalmente presentes ou por procuração formarão *quorum* para uma assembléa geral, e no caso de uma corporação, que seja accionista da companhia, qualquer director, gerente ou secretario dessa corporação, comparecendo por ella, será, para todos os fins, inclusive o direito de votar, considerado representar essa corporação. Negocio nenhum será tratado em assembléa geral, sem que haja *quorum* no começo do negocio.

68. O presidente dos directores terá o direito de presidir as assembléas geraes; não havendo presidente ou si em qualquer assembléa elle não estiver presente dentro de quinze minutos depois da hora designada para ter lugar a reunião, os accionistas presentes escolherão outro director para presidente e não havendo director presente ou declinando qualquer dos directores presentes de tomar a presidencia, então os accionistas presentes escolherão um dentre si para presidente.

69. Si dentro de meia hora da hora marcada para a assembléa não houver *quorum* a assembléa, si tiver sido convocada a

requerimento, como acima dito, será dissolvida; porém em outro qualquer caso elle será adiada para o mesmo dia da proxima semana, na mesma hora e lugar, e si nessa assembléa adiada não houver *quorum*, os accionistas presentes formarão *quorum*, e poderão tratar dos assumptos para que foi convocada a assembléa.

70. Toda questão submettida a uma assembléa será decidida em primeiro lugar por levantamento das mãos, e no caso de empate de votos, o presidente, tanto na votação por levantamento de mãos como por escrutinio, terá o voto de desempate, além do voto ou dos votos a que elle possa ter direito como accionista. Em levantamento de mãos o accionista representado por procurador não terá voto algum.

71. Em qualquer assembléa geral, salvo o presidente pedindo escrutinio, ou cinco accionistas pelo menos ou um ou mais accionistas possuindo ou representando por procuração ou com direito de votar relativamente a, pelo menos, undecimo do capital representado na assembléa, uma declaração feita pelo presidente de que uma resolução passou por uma maioria particular ou não passou, e uma inscripção a este respeito no livro de actas da companhia, será prova concludente do facto sem prova do numero ou proporção dos votos collhidos a favor ou contra essa resolução.

72. Sendo, como acima dito, pedido um escrutinio, elle será tomado pela maneira, no tempo e lugar que o presidente da assembléa designar, e quer immediatamente ou depois de um intervallo ou adiamento ou de outra fórma, e o resultado do escrutinio será considerado como resolução da assembléa em que foi pedido o escrutinio.

73. O presidente de uma assembléa geral pôde, com o consentimento da assembléa, adial-a para outra data e lugar, porém, assumpto nenhum será tratado em assembléa adiada a não ser aquelle que ficou por concluir na assembléa em que teve lugar o adiamento.

74. O pedido de um escrutinio não impedirá a continuação de uma assembléa para tratar-se de qualquer assumpto que não a questão sobre a qual foi pedido o escrutinio.

75. Qualquer escrutinio pedido na eleição de presidente de uma assembléa ou em qualquer questão de adiamento, será tomado na assembléa sem adiamento.

Votos dos accionistas

76. Em uma votação de levantamento de mãos todo accionista presente em pessoa terá um voto, e em escrutinio todo accionista presente em pessoa ou por procuração terá um voto por cada acção que possuir.

77. Qualquer pessoa que, em virtude da clausula de transmissão, tiver direito a trasferir quaesquer acções, pôde votar em qualquer assembléa geral da mesma maneira como si elle

fosse o possuidor registrado dessas acções, contanto que 48 horas; pelo menos, antes da hora em que deve ter logar a assembléa em que elle pretende votar, elle prove aos directores o direito de transferir essas acções, salvo si os directores tiverem previamente admittido o direito d'elle votar nessa assembléa a respeito das mesmas.

78. Quando existirem possuidores registrados collectivos do acções, qualquer um delles pôde votar em qualquer assembléa, quer em pessoa, quer por procuração, relativamente a essas acções como si elle fosse o unico com direito a ellas, e achando-se presentes mais de um desses possuidores collectivos em qualquer assembléa pessoalmente ou por procuração, aquelle dentre elles cujo nome estiver inscripto em primeiro logar no respectivo registro será o unico com direito de votar. Diversos testamenteiros ou administradores de um accionista fallecido em cujo nome estejam incompletas acções, para os fins desta clausula, serão considerados possuidores collectivos.

79. Os votos podem ser dados pessoalmente ou por procuração. O instrumento nomeando procurador será assignado pelo outorgante ou por seu procurador, ou sendo esse outorgante uma corporação, assignado por qualquer director gerente ou secretario da dita corporação.

Pessoa nenhuma que não seja accionista da companhia e qualificada a votar, será nomeada procurador, salvo sendo uma corporação que seja accionista da companhia, que poderá assim nomear como procurador qualquer um dos seus officiaes.

80. O instrumento nomeando procurador e a procuração (si houver) serão depositados no escriptorio registrado da companhia, nunca menos de 48 horas antes da hora para a assembléa ou assembléa adiada (conforme possa ser o caso) em que a pessoa nomeada nesse instrumento se propõe votar, porem nenhum instrumento nomeando procurador terá validade depois de expirados doze mezes da data da sua outorga.

81. O voto dado de accordo com os termos de um instrumento de procuração, será valido, não obstante o prèvio fallecimento do outorgante ou revogação do procurador ou a transferencia da acção a cujo respeito foi dado o voto, salvo tendo sido recebida no escriptorio da companhia, antes da assembléa, comunicação escripta do fallecimento, revogação ou transferencia.

82. Os possuidores de garantas de acção não terão direito de votar por procuração a respeito das acções ou do capital incluído nesses garantas.

83. Todo instrumento de procuração, quer para uma assembléa especificada ou outra, será, tanto quanto as circumstancias admittirem, da forma, ou para o effeito seguinte:

« *The S. Bento Gold Estates, limited.*

Eu, de....., no condado de..... accionista da *The São Bento Gold Estates, limited*, pelo presente nomeio..... de ou na falta deste.... de..... ou na falta deste.... de.... como meu procurador para votar por mim e no meu logar, na assem-

bléa geral (ordinaria ou extraordinaria, conforme seja) da companhia, a realizar-se em... de.... e em qualquer adiamento da mesma.

Em testemunho do que, assigno aos.... de.... de 189.. »

84. Nenhum accionista terá o direito de apresentar-se ou votar em qualquer questão, quer por si quer por procurador, ou como procurador de outro accionista em qualquer assembléa geral ou em algum escrutinio, nem será contado em *quorum* enquanto for devedor á companhia de qualquer o chamada ou outra quantia por qualquer acção desse accionista.

Directores

85. Salvo determinação em contrario por uma assembléa geral, o numero de directores não será de menos de dous, nem de mais de sete.

86. Os primeiros directores serão nomeados pelos subscriptores destes, ou por uma maioria delles, por um instrumento por elles assignado, e até que esses directores sejam nomeados, os ditos subscriptores serão considerados para todos os fins como directores salvo que a clausula 88 destes não se applica a esses subscriptores enquanto directores em virtude desta clausula.

87. Os directores terão o poder de, a todo tempo, nomear outras quaesquer pessoas para directores, porém de fôrma que o numero total de directores não exceda em tempo algum do numero maximo acima fixado.

88. A qualificação de cada director será a posse de acções ou capital da companhia do valor nominal de £ 500. Um primeiro director pôde agir antes de adquirir a sua qualificação, porém, em qualquer caso adquiri-la-ha dentro de um mez de sua nomeação, salvo elle assim o tenha feito, elle será considerado ter concordado tomar as ditas acções da companhia e ellas serão immediatamente distribuidas a elle, de conformidade.

89. Os directores, como remuneração dos seus serviços, terão direito a 5%, dos lucros da companhia, que serão a todo tempo determinados serem distribuidos entre os accionistas e serão distribuidos entre elles nas proporções e da maneira que os directores por convenção possam determinar, e, na falta dessa determinação, igualmente.

A companhia em assembléa geral pôde augmentar essa remuneração, quer permanente, quer por um anno ou por um periodo maior.

No caso de venda da empresa da companhia, quer por uma liquidação ou previamente, os directores terão direito em partes iguaes a cinco por cento do producto liquido que ficar depois de providenciar sobre a restituição do capital integralizado, do pagamento de todas as dividas e compromissos e das despesas de liquidação da companhia.

90. Directores que continuarem podem agir, não obstante alguma vaga em seu seio.

91. O cargo de director vagará:

a) si, sem approvação da assembleia geral, acceitar outro cargo na companhia excepto o de gerente, depositario ou corrector;

b) si faltar, suspender seus pagamentos ou computar-se com os seus credores;

c) si for julgado lunatico ou tornar-se idiota;

d) si deixar de possuir a quantia precisa de acções ou capital para qualificar-o para o cargo;

e) si se ausentar das reuniões da directoria, durante seis mezes calendarios sem licença especial dos directores;

f) si por aviso escripto à companhia elle resignar o seu cargo.

92. Nenhum director perderá a sua qualificação para o cargo por contractar com a companhia, como vendedor, comprador ou outra cousa, nem esse contracto ou qualquer contracto ou ajuste celebrado pela ou da parte da companhia na qual qualquer director esteja de qualquer forma interessado será annullado, nem qualquer director que contratar ou for interessado será obrigado a entrar para a companhia com qualquer lucro realzado por esse contracto ou ajuste, pela simples razão de estar occupado o cargo de director, ou pelas relações de confiança por elle estabelecidas; porém fica declarado que a natureza do seu interesse deve ser communicada por elle na reunião dos directores em que o contracto ou ajuste é determinado si o seu interesse então existe, ou em outro qualquer caso na primeira reunião dos directores, depois de adquirido o seu interesse, e que nenhum director votará como director a respeito de qualquer contracto ou ajuste em que elle estiver como, acima dito, interessado, e si elle votar, o seu voto não será contado, mas esta prohibição não terá applicação ao ajuste mencionado na clausula 3ª destes ou a quaesquer assumptos delle provenientes, ou a qualquer contracto pela ou da parte da companhia para dar aos directores ou a qualquer delles qualquer garantia para indemnização, e pôde a qualquer tempo ser suspenso ou dispensado por uma assembleia geral.

Turno dos directores

93. Na primeira assembleia ordinaria a realizar-se no anno de 1898 e na primeira assembleia ordinaria em cada anno successivo um dos directores se retirará do cargo.

Um director que se retira se conservará no cargo até a dissolução ou adiamento da assembleia, em que o seu successor for eleito.

94. O director a retirar-se, como dito acima, na assembleia ordinaria que terá lugar em 1898, será salvo accordo entre os directores, designado por sorteio; porém em cada anno subsequente, o director a se retirar será, aquelle que estiver ha mais tempo no cargo. Si dous ou mais directores tiverem

occupado o cargo por tempo igual, o director a retirar-se, na falta de ajuste entre elles, será designado por sorteio. O prazo de exercicio de director sera contado da sua ultima eleição ou nomeação em que teve previamente logar a vaga do cargo. Um director que se retira será elegido por reeleição.

95. A companhia em qualquer assembléa geral em que quaesquer directores se retirarem da manciara supradita, preencherá os cargos vagos elegendo um numero igual de pessoas para directores, e sem aviso a este respeito pôde preencher quaesquer outras vagas.

96. Si em qualquer assembléa geral em que deve ter logar uma eleição de directores, os logares dos directores que se retiram não forem preenchidos, estes ou qualquer delles que não tenham os seus logares preenchidos, continuarão no cargo até á assembléa ordinaria do anno seguinte, e assim de anno para até que os seus logares sejam preenchidos, salvo si for resolvida nossa assembléa a redução do numero de directores.

97. A todo tempo pôde a companhia, em assembléa geral, augmentar ou reduzir o numero de directores e alterar a sua qualificação, e tambem determinar qual o turno em que esse numero augmentado ou reduzido deve deixar o cargo.

98. A companhia pôde, por uma resolução extraordinaria, destituir qualquer director antes da expiração do seu tempo de exercicio, e, por uma resolução ordinaria, nomear outra pessoa qualificada em logar dello. A pessoa então nomeada occupará o cargo durante o tempo sómente em que o director, para cujo logar elle é nomeado, o conservaria si não tivesse sido demittido.

99. Pessoa nenhuma que não seja director que se retira poderá, salvo sendo recommendado pelos directores para a eleição, ser eleita para o cargo de director em qualquer assembléa geral, sem que ella ou outro accionista que pretenda propol-o tenha, sete dias uteis pelo menos, antes da assembléa, deixado no escriptorio da companhia um aviso assignado por elle, apresentando a sua candidatura para o cargo, ou a intenção desso accionista de propol-o.

Directores-gerentes

100. Os directores podem a todo tempo nomear um ou mais dentre si, director ou directores-gerentes da companhia, quer por um prazo fixo ou sem limite algum quanto ao tempo pelo qual elle ou elles se conservarão no cargo, e podem a todo tempo removê-lo ou demittir-o, e nomear outro ou outros em seu logar.

101. Um director-gerente, enquanto continuar nesse cargo, não estará sujeito a retirar-se por turno, e não será contado para determinação do turno de retirada dos directores, porém, sujeito ás disposições de qualquer contracto entre elle e a companhia, ficará sujeito ás mesmas disposições sobre a renuncia

ou demissão, como os outros directores da companhia; e si deixar de occupar o cargo de director por qualquer causa, deixará, *ipso facto*, immediatamente de ser director-gerente.

102. A remuneração de um director-gerente será a todo tempo marcada pelos directores ou pela companhia em assembléa geral e pôde ser por meio de salario ou commissão, ou participação nos lucros, ou por qualquer ou por todos estes meios.

103. Os directores podem a todo tempo confiar e conferir a um director-gerente de então, como julgarem conveniente, os poderes que elles exercem em virtude dos presentes, e podem conferir esses poderes pelo tempo, para serem exercidos para os fins e objectos, nos termos e condições e com as restricções que elles puderem julgar convenientes, podendo conferir esses poderes quer collateralmente com todos ou quaesquer dos poderes dos directores a este respeito, ou com exclusão e substatuecimento delles, e pôde a todo tempo revogar, retirar, alterar ou variar todos ou quaesquer desses poderes.

Procedimento dos directores

104. Os directores podem reunir-se para despacho dos negocios, adiar e de qualquer forma regular as suas reuniões, como julgarem conveniente, e determinar o *quorum* necessario para resolução dos assumptos. Até determinação em contrario, dois directores formarão *quorum*.

Um director pôde a todo tempo, e o secretario á requisição de um director, convocar uma reunião de directores. Questões suscitadas em qualquer reunião serão decididas por maioria de votos, e no caso de empate o presidente terá segundo voto ou voto de desempate. As reuniões podem ser realizadas na Inglaterra ou em outra qualquer parte que os directores determinarem.

105. Os directores podem eleger um presidente para as suas reuniões e determinar o prazo em que elle deve exercer o cargo, não sendo, porém, eleito presidente, ou si em alguma reunião este não estiver presente na hora designado para ella, os directores presentes escolherão um de entre si para presidir a dita reunião.

106. Uma reunião de directores em que houver *quorum* será competente para exercer todas ou qualquer das autorisações, poderes e discreções, conferidas pelos regulamentos da companhia e serem exercidos pelos directores em geral.

Uma resolução escripta, assignada por todos os directores na Inglaterra, será tão valida e efficaz como si tivesse sido tomada em uma reunião de todos os directores, devidamente convocada e realiaza.

107. Os directores podem delegar quaesquer dos seus poderes a commissões consistindo no accionista ou accionistas do seu seio, que elles julgarem conveniente. Qualquer commissão assim for-

mada conformar-se-ha, no exercicio dos poderes que lhe forem delegados, a quaesquer regulamentos que a todo tempo lhe possam ser impostos pelos directores.

108. As reuniões e procedimentos dessa comissão, que consistirá de dous ou mais accionistas, serão regidos pelas disposições aqui contidas sobre reuniões e procedimentos dos directores, tanto quanto lhes forem applicaveis, e não são invalidados por nenhum regulamento feito pelos directores, de accordo com a clausula precedente.

109. Os actos praticados em qualquer reunião de directores, ou de uma comissão de directores, ou por qualquer pessoa agindo como director, serão, não obstante se descubra depois que houver qualquer falta na nomeação desses directores ou pessoal agindo como acima dito, ou que elles em qualquer delles não tinham qualificação, tão validos como si essas pessoas tivessem sido devidamente nomeadas e fossem qualificadas para serem directores.

110. Si qualquer director, querendo, for chamado para fazer serviços extra ou quaesquer esforços especiaes para ir ou residir no estrangeiro, ou para qualquer dos fins da companhia, esta remunerará esse director com uma quantia fixa ou com um porcentage de lucros, ou de outra fórmula, como possa ser dea terminado pelos directores, e essa remuneração pôde ser ou em adição á, ou em substituição de sua parte na remuneração acima disposta.

Actas

111. Os directores farão lançar actas em livros apropriados a este fim :

De todas as nomeações de officiaes ;

Des nomes dos directores presentes a cada reunião dos directores e de qualquer comissão de directores ;

De quaesquer ordens dadas pelos directores e comissão de directores ;

Das resoluções e procedimentos das assembléas geraes e das reuniões dos directores e comissões.

112. Essas actas das reuniões dos directores, de qualquer comissão ou da companhia, si assignadas pelo presidente da reunião ou pelo da proxima seguinte, serão recebidas como prova *prima facie* dos assumptos nellas expressos.

Poderes dos directores

113. A gerencia dos negocios da companhia ficará a cargo dos directores, e estes, em adittamento aos poderes e autorizações a elles expressamente conferidos pelos presentes, podem exercer esses poderes e praticar todos os actos e cousas que possam ser exercidos ou praticados pela companhia, e não forem por estes

ou por ordem dada ou requisitada para serem praticadas ou feitas pela companhia em assemblea geral, porém, sujeitas ás disposições das leis e dos presentes, e a quaesquer regulamentos a todo tempo feitos pela companhia em assemblea geral, com-tanto que esses regulamentos não invalidem acto algum anterior dos directores que teria sido valido si não fossem feitos taes regulamentos.

114. Sem prejuizo dos poderes geraes conferidos pela ultima clausula precedente, e sem de forma alguma limitar ou restringir esses poderes e sem prejuizo dos outros poderes conferidos pelos presentes, fica expressamente declarado que os directores terão os seguintes poderes :

(1) Nomear á sua vontade, remover ou suspender os gerentes, secretarios, officiaes, empregados, agentes e criados para os serviços permanentes, temporarios que elles julgarem conveniente, determinar os seus deveres e poderes e fixar os seus salarios ou emolumentos, e exigir garantia da forma e da quantia que julgarem conveniente.

(2) Aceitar de qualquer accionista, nos termos e condições que forem convencionados, uma cessão de suas acções ou capital, ou qualquer parte dellas.

(3) Nomear uma ou mais pessoas (quer incorporadas ou não), aceitar e ter em guarda para a companhia quaesquer bens pertencentes a esta, ou nos quaes ella esteja interessada ou para outros quaesquer fins, executar e fazer as escripturas e cousas que possam ser precisas em relação a essa guarda, e providenciar sobre a remuneração dos depositarios.

(4) Intentar, conduzir, defender, compor ou abandonar quaesquer processos legaes pela ou contra a companhia ou seus officiaes, ou de qualquer forma concernentes aos negocios da companhia e tambem concordar e conceder prazo para pagamento ou satisfação de quaesquer dividas e de quaesquer reclamações ou exigencias feitas pela ou contra a companhia.

(5) Passar e assignar recibos, quitações e outras desonerações de dinheiro que for pago á companhia e das reclamações e exigencias della.

(6) Determinar quem assigne pela companhia letras, notas, recibos, acceites, endossos, cheques, quitações, contractos e documentos.

(7) Empregar e negociar com quaesquer dinheiros da companhia que não forem immediatamente precisos para os seus fins, com as garantias e da maneira que elles julgarem conveniente, e a todo tempo variar ou realizar esses empregos.

(8) Dar a qualquer official ou outra pessoa empregada pela companhia uma commissão sobre os lucros de qualquer negocio ou transacção, ou uma parte nos lucros geraes da companhia, e essa commissão ou parte de lucros será tratada como parte das despesas de custeio da companhia.

(9) Antes de recomendar qualquer dividendo, separar dos lucros da companhia as quantias que elles julgarem conveniente, como fundo de reserva para fazer face a contingencias, igualar

dividendos, reparar, melhorar e conservar qualquer dos bens da companhia, e para outros fins que os directores em sua absoluta discreção julgarem conducentes aos fins da companhia, e (sujeitos à clausula 4 destes) empregar as diversas quantias postas de parte como julgarem conveniente e a todo tempo negociar com esses empregos e variar-os, dispor de todos ou de qualquer parte dos mesmos em benefício da companhia, dividir o fundo de reserva em fundos especiaes como julgarem conveniente, e empregar o fundo de reserva ou qualquer parte d'elle nos negocios da companhia, e isto sem serem obrigados a ter os mesmos separados dos outros haveres.

(10) A todo tempo fazer, variar e rejeitar estatutos para regulamento dos negocios da companhia, seus officiaes e criados ou dos accionistas da companhia ou qualquer ramo desses negocios.

(11) Fazer negociações e contractos, rescindir-os e variar-os, fazer e executar todos os actos, instrumentos e cousas no nome e da parte da companhia, como possam julgar conveniente para ou em relação aos assumptos supraditos ou de outra forma para os fins da companhia.

Gerencia local

115. Os directores podem a todo tempo providenciar sobre a gerencia e transacção dos negocios da companhia em qualquer localidade especificada, quer no paiz, quer no estrangeiro, pela maneira que julgarem conveniente, e as disposições contidas nas tres proximas seguintes clausulas serão sem prejuizo dos poderes geraes conferidos por esta clausula.

116. Os directores podem a qualquer tempo estabelecer qualquer junta ou agencia local para gerir qualquer dos negocios da companhia em qualquer localidade especificada, e podem nomear quaesquer pessoas como membros dessa junta local, ou gerentes ou agentes e fixar a remuneração destes.

E os directores podem a todo tempo delegar a qualquer pessoa então nomeada quaesquer dos poderes, autorisações e discreções então a cargo dos directores, excepto os de fazerem chamadas, autorisar os membros de qualquer junta local a preencher quaesquer vagas que nella se derem, e funcionarem não obstante as vagas, e essa nomeação ou delegação pôde ser feita nos termos e sujeita às condições que os directores julgarem conveniente, e os directores podem a qualquer tempo remover qualquer pessoa nomeada assim, e annullar ou variar essa delegação.

117. Os directores podem a todo tempo, por procuração com o sello, nomear qualquer pessoa ou pessoas para procurador ou procuradores da companhia para os fins e com os poderes, autorisação e discreções (não excedendo os que estão a cargo e são exercidos pelos directores de accordo com os presentes), pelo prazo e sujeitos às condições que os directores a todo tempo

julgarem conveniente, e essa nomeação pôde (si os directores julgarem conveniente) ser feita a favor dos membros ou de qualquer dos membros de qualquer junta local estabelecida, como acima dito, ou a favor de qualquer companhia ou dos membros, directores, representantes ou gerentes de qualquer companhia ou firma ou por outra fôrma a favor de qualquer corporação fluctuante de pessoas, quer nomeados directa quer indirectamente pelos directores, e essa dita procuração pôde conter os poderes para a protecção ou conveniencia das pessoas que tenham transacções com esses procuradores, que os directores julgarem conveniente.

118. Esses delegados ou procuradores podem ser autorizados pelos directores a subdelegar tolos ou quaesquer dos poderes, autorisações e discreções nelles investidas.

119. A companhia pôde exercer os poderes conferidos pela lei de sellos de companhias, de 1864, e esses poderes serão, de conformidade, investidos nos directores.

Dividendos

120. Sujeitos ao que fica dito acima, os lucros da companhia serão divisíveis entre os accionistas na proporção da importancia paga pelas acções por elles respectivamente possuidos.

Fica porém, entendido que quando o pago capital em adiantamento de chamadas na base de que elle vencerá juros, esse capital, enquanto vencer juros, não dará direito á participação de lucros.

121. A companhia em assembléa geral pôde declarar um dividendo a pagar-se aos accionistas, conforme os seus direitos e interesses nos lucros.

122. Não será declarado dividendo maior do que o recommendado pelos directores, porém a companhia em assembléa pôde declarar um dividendo menor.

123. Não se pagará dividendo sinão tirado dos lucros da companhia e nenhum dividendo vencerá juros contra a companhia.

124. A declaração dos directores sobre a importancia dos lucros da companhia será concludente.

125. Os directores podem a todo tempo pagar aos accionistas por conta do proximo futuro dividendo um dividendo interino que lhes pareça ser justificado pela posição da companhia.

126. Os directores podem reter quaesquer dividendos sobre os quaes a companhia tenha um direito de penhor e applical-os na satisfação das dividas, responsabilidade ou compromissos a cujo respeito existe o penhor.

127. Os directores podem reter os dividendos por pagar sobre acções ou capital a cujo respeito qualquer pessoa esteja, em virtude da clausula de transmissão, com direito a tornar-se accionista, ou que qualquer pessoa, de accordo com a dita clausula, tenha direito de transferir, até que essa pessoa venha a ser

accionista a respeito dessas acções ou capital ou devidamente a transferir.

128. No caso que estejam diversas pessoas registradas como possuidores collectivos de qualquer acção ou capital, qualquer uma dessas pessoas pôde passar recibo effcaz de quaesquer dividendos e pagamentos de dividendos a respeito dessa acção ou capital.

129. Uma transferencia de acções ou capital não passa o direito para qualquer dividendo declarado sobre ellas antes de registrada a transferencia.

130. Aos possuidores das acções registradas e capital registrado dar-se-ha aviso de declaração de qualquer dividendo, interino ou outro da maneira aqui abaixo disposta.

131. Salvo determinação em contrario, qualquer dividendo pôde ser pago por cheque ou garante remetido pelo Correio á residencia registrada do accionista, ou pessoa habilitada, ou no caso de possuidores collectivos, ao que estiver primeiro mencionado no registro a respeito da posse collectiva.

Esse cheque será pagavel á ordem da pessoa a quem é remetido.

Contas

132. Os directores farão assentar com exactidão contas das importancias recebidas e gastas pela companhia, bem como o que deu lugar a esses recebimentos e despezas, o activo, passivo e compromissos da companhia. Os livros de contas serão escripturados no escriptorio registrado da companhia, ou em outros quaesquer logares que os directores julgarem conveniente.

133. Os directores a todo tempo designarão si e até que ponto, em que datas e logares e debaixo de que condições e regulamentos, as contas e livros da companhia, ou quaesquer delles, ficarão expostos ao exame dos accionistas, e nenhum accionista terá direito de examinar qualquer conta ou livro ou documento da companhia, sinão o conferido por lei ou autorisado pelos directores ou por uma resolução da companhia em assembléa geral.

134. Na assembléa ordinaria de cada anno, excepto na do anno de 1896, os directores apresentarão á companhia uma conta de lucros e perdas e um balanço contendo um resumo dos bens e compromissos da companhia, feitos até a data que não exceda de quatro mezes antes da assembléa, desde a data em que a ultima conta e balancete precedente foram feitos, ou no caso da primeira conta e balancete desde a incorporação da companhia.

135. Esse balancete será acompanhado de um relatorio dos directores sobre o estado e condição da companhia, e sobre a importancia (caso haja) que elles recommendam ser paga dos lucros por meio de dividendos aos accionistas, e a importancia (si houver, que elles propoem para o fundo de reserva)

conforme as disposições a este respeito acima contidas, e a conta, relatorio e balancete serão assignados por dous directores e rubricados pelo secretario.

136. Sete dias antes da assemblea será mandada aos accionistas registrados, da maneira por que se acha abaixo determinada a remessa de avisos, uma cópia impressa dessa conta, do balancete e do relatorio, e ao mesmo tempo duas cópias desses documentos serão remettidas ao secretario, secção das acções e empréstimos, junta de cambio, Londres.

Fiscaes

137. Uma vez pelo menos em cada anno, excepto o de 1897, as contas da companhia serão examinadas e a exactidão da conta de lucros e perdas e do balancete verificada por um ou mais fiscaes.

138. O primeiro ou os primeiros fiscaes serão nomeados pelos directores. Os fiscaes subsequentes serão nomeados pela companhia na assemblea ordinaria annual. A remuneração dos primeiros fiscaes será fixada pelos directores, e a dos fiscaes subsequentes será marcada pela companhia em assemblea geral. Qualquer fiscal que deixar o cargo poderá ser reeleito. Si for nomeado um fiscal, só todas as disposições aqui contidas relativamente a fiscaes lhe terão applicação. Os fiscaes podem ser accionistas da companhia, porém pessoa nenhuma que tenha outro interesse, a não ser o de accionista, em qualquer transacção com a companhia, poderá ser eleito fiscal, e nenhum director ou outro official poderá ser eleito enquanto no exercicio do cargo.

139. Si occorrer qualquer vaga no cargo de fiscal, os directores a preencherão immediatamente.

140. Si não for feita eleição de fiscaes da maneira supradita, a junta do commercio póde, a requerimento de cinco accionistas, pelo menos, nomear um fiscal para o anno corrente, e fixar a remuneração que se lhe tiver de pagar pelos seus serviços.

141. Aos fiscaes se darão cópias das contas de lucros e perdas e do balancete que tiverem de ser apresentados á companhia em assemblea geral, sete dias, pelo menos, antes da assemblea, á qual ellas devem ser submettidas, e será do dever delles conferil-as com as contas e notas relativas, e apresentar á companhia em assemblea geral um relatorio sobre isto.

142. Os fiscaes terão a todo tempo razoavel direito de ver os livros e contas da companhia, e, em referencia a ellas, inquirir os directores ou outros officiaes da companhia.

143. A conta dos directores, quando examinada por fiscaes e approvada por uma assemblea geral será concludente, excepto em relação a qualquer erro nella descoberto dentro de tres mezes proximos depois da sua approvação. Quando esse erro for descoberto dentro desse prazo a conta será immediatamente emendada e então concludente.

Avisos

144. Um aviso pôde ser entregue pela companhia a qualquer accionista, ou pessoalmente ou remettendo-o pelo correio em uma carta, envelope ou envoltorio de porte pago, dirigido ao accionista na sua residencia registrada.

145. O possuidor de accções ou de capital registrado, cujo escriptorio registrado ou logar de residencia não for no Reino Unido, pôde a todo tempo notificar por escripto à companhia uma residencia no Reino Unido, que será considerada sua residencia, na intelligencia da ultima clausula precedente.

146. Relativamente aos accionistas que não tem residencia registrada no Reino Unido, um aviso lançado no Correio será considerado lhos ter sido bem entregue no prazo de 24 horas depois de deitado no Correio.

147. O possuidor de um garante da accção não terá, salvo nelle expresso em contrario, direito a respeito do mesmo a aviso de qualquer assemblea geral da companhia, além do aviso por annuncio mencionado na proxima clausula, e, quando os garantos de accções forem tirados, esse aviso será dado por annuncio.

148. Qualquer aviso que deya ser dado pela companhia aos accionistas ou a qualquer delles, e não expressamente disposto pelos presentes, será sufficientemente da lo si o for por annuncio.

O aviso que dever ser dado por annuncio será publicado uma vez em uma folha diaria de Londres.

149. Os avisos referentes a accções ou capital registrado de possuidores collectivos serão dados à primeira pessoa dentre elles que estiver primeiro registrada, e o aviso assim dado será sufficiente para todos os possuidores desses accções de capital.

150. Qualquer aviso remettido pelo Correio será considerado ter sido entregue no dia seguinte aquelle em que a carta, envelope ou envoltorio que o contem foi deitado no Correio, e, sendo provado, isso será prova sufficiente de que a carta, envelope ou envoltorio contendo o aviso foi competentemente dirigido e posto no Correio.

151. Toda pessoa que, por processo de lei, transferencia ou outros meios queesquer, vier a adquirir direito a qualquer accção ou capital, se tornará o rigado pelo aviso a respeito dessa accção ou capital que antes do seu nome ou residencia ser inscripto no registro, for devidamente dada à pessoa da qual deriva o seu direito a essa accção ou capital.

152. O aviso ou documento entregue ou remettido pelo Correio ou deixado na residencia registrada de qualquer accionista, de conformidade com os presentes, será, não obstante esse accionista seja então fallecido e quer a companhia tenha, quer não, aviso do seu fallecimento, considerado ter sido devidamente entregue a respeito de quaisquer accções ou capital registrado, possuidas isolada ou collectivamente com outras pessoas, a esse accionista, até que outra pessoa seja registrado no seu logar como seu unico possuidor ou possuidor colectivo, e essa entrega

será, para todos os fins dos presentes, considerada como sufficiente entrega desse aviso ou documento ao seu ou seus herdeiros, testamenteiros ou administradores e a todas as pessoas, si houver, conjunctamente interessadas com elle ou ella em qualquer dessas acções ou capital.

153. Quando é dado um aviso de numero de dias, ou se necessite dar aviso ampliando qualquer outro prazo, o dia da remessa será, salvo disposição em contrario, contado nesse numero de dias ou outro prazo.

154. A assignatura desse aviso a dar pela companhia será escripta ou impressa.

Liquidação

155. Si a companhia se liquidar, os liquidantes (voluntarios ou officiaes), podem, com a sancção do uma resolução extraordinaria, dividir entre os contribuintes em especie qualquer parte do activo da companhia, e podem, com a mesma sancção, empregar qualquer parte do activo da companhia em fidei-commisso, com beneficio para os contribuintes como os liquidantes, com a mesma sancção, julgaram conveniente.

156. Si a qualquer tempo os liquidantes da companhia fizerem alguma venda ou celebrarem qualquer contracto de accordo com o art. 161 da lei de companhias, de 1862, um accionista dissidente na intelligencia de que este artigo não terá os direitos que por elle lhe são dados, porém, em vez disso, pôde, por aviso escripto dirigido aos liquidantes e deixado no escriptorio, o mais tardar, 14 dias depois da data da assemblea em que a resolução especial que autorizou essa venda ou contracto foi tomada, requerer-lhes a venda das acções, capital ou outros bens, opção ou privilegios, aos quaes segundo o contracto elle viria a ter direito, e o pagamento do producto liquido a elle, e essa venda e pagamento serão de conformidade feitos. Esta venda acima mencionada pôde ser feita da maneira por que os liquidantes julgarem conveniente.

157. Essa venda ou ajuste, ou a resolução especial que a permite, pôde dispor sobre a distribuição ou apropriação das acções, dinheiros ou outros lucros a serem recebidos em compensação, por outra forma que, de accordo com os direitos legais dos contribuintes da companhia, e em particular a qualquer classe, podem ser dados direitos preferenciaes ou especiaes, ou pôde ser excluida totalmente ou em parte, porém no caso que seja essa disposição, a ultima clausula precedente não terá applicação a intenção de que um accionista dissidente nesse caso pôde ter os direitos conferidos a elle pelo art. 161 da lei de companhias, de 1862.

158. No caso de liquidação da companhia, na Inglaterra, o accionista que não estiver então na Inglaterra será obrigado, dentro de 14 dias depois de passada uma resolução effectiva para liquidar a companhia voluntariamente ou depois de dada

ordem para ser liquidada a companhia, a mandar um aviso por escripto á companhia nomeando um proprietario em Londres, ao qual possam ser mandadas as intimações, avisos, processos, ordens e sentenças relativas á liquidação da companhia, e na falta dessa nomeação, o liquidante da companhia terá a liberdade, por parte desse accionista, de nomear uma pessoa; e o serviço feito com essa pessoa, quer nomeada pelo accionista, quer pelo liquidante, será considerado valido para todos os fins, e quando o liquidante fizer essa nomeação, com toda a conveniente brevidade dará aviso ao accionista por annuncio publicado no *Times* ou por carta registrada enviada pelo Correio e dirigida a esse accionista á sua residencia, mencionada no registro dos accionistas da companhia, e esse aviso será considerado ter sido entregue no dia seguinte áquelle em que foi publicado o annuncio ou que a carta foi deitada no Correio.

Indemnização e responsabilidade

159. Cada director, gerente, secretario, e outro official e empregado da companhia, será indemnizado por esta, e é do dever dos directores pagar dos fundos da companhia todas as custas, perdas e despesas em que qualquer official ou empregado possa incorrer ou vir a responder em razão de qualquer contracto celebrado, ou acto ou cousa feita por elle na qualidade de official ou empregado, ou de qualquer forma no desempenho dos seus deveres, inclusive despesas de viagem.

160. Nenhum membro director ou outro official da companhia será responsavel pelos actos, recibos, negligencia ou falta de outro qualquer director ou official ou por juntar-se em qualquer recibo ou outro acto de conformidade ou por qualquer prejuizo ou despesa que sobrevenha á companhia pela insufficiencia ou deficiencia de titulo a quaesquer bens adquiridos por ordem dos directores para a companhia ou pela insufficiencia ou deficiencia de qualquer garantia sobre a qual tenha sido empregado qualquer dinheiro da companhia, por qualquer prejuizo causado por erro de juizo ou engano de sua parte, ou por qualquer prejuizo ou damno proveniente de fallencia, insolvabilidade ou acto prejudicial de qualquer pessoa com a qual qualquer dinheiro, titulo ou effeito estiver depositado, ou por outro prejuizo, damno ou qualquer infortunio, que sobrevenha no desempenho dos deveres do seu respectivo cargo, ou em relação a elle, salvo si isto tiver logar por sua deshonestidade.

Nomes, residencias e profissões dos subscriptores

F. C. Stoop — 4 Hercules Passage. E. C. — Corretor de fundos.

C. Frank Stoop — 4 Hercules Passage. E. C. — Corretor de fundos.

J. de Meyier — 4 Hercules Passage. E. C. — Cavalheiro.

G. Von Gulik — 4 Hercules Passage. E. C. — Cavalheiro.

Frank W. Lidstone — 4 Hercules Passage. E. C. — Cavalheiro.
 Henry H. Sparrow — 4 Hercules Passage. E. C. — Cavalheiro.
 Lewis C. Parisk — 4 Hercules Passage. E. C. — Cavalheiro.
 Dotado de 26 de março de 1897.

Testemunha das assignaturas supra. — *C. F. Dyball*. —
 66 Grestean House. E. C. Solicitador.

Cópia fiel — *J. S. Pursell*, Registrador de companhias
 anonymas.

Eu, Edwin Courtney Walker, da cidade de Londres, tabellião publico, devidamente nomeado e juramentado, certifico pelo presente que a assignatura *J. S. Pursell*, subscrita no certificado de incorporação da companhia denominada *The S. Bento Gold Estates, limited*, aqui annexo, marcado A, a mesma assignatura subscrita no attestado escripto no fim da cópia authentica do *Memoandum* de associação da dita companhia aqui annexo, marcado B, e a mesma assignatura exarada no attestado escripto no fim da cópia authentica dos estatutos da dita companhia aqui annexos, marcado C, são do proprio punho de John Samuel Pursell, registrador de companhias anonymas em Londres e foram por elle subscriptas hoje perante mim.

E tambem certifico que o dito John Samuel Pursell exerce o cargo de registrador de companhias anonymas em Londres e é assim legalmente autorizado a passar o dito certificado de incorporação e cópias officinaes e que a todos esses certificados e documentos por elle assignados pol'm e devem ser daes em juizo e fóra delle.

Em testemunho do que assignei o presente e affixei o sello do officio em Londres aos 2 de abril de 1897.

Quod vide. — *E. Courtney Walker*, tabellião publico.

(Sello do tabellião em Londres.)

Reconheço verdadeira a assignatura retro de Edwin Courtney Walker, tabellião publico desta cidade, e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente que lixei com os documentos ns. 1 e 2, numerados e rubricados por mim, e assignei e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em Londres, aos 2 de abril de 1897. — *Luiz Augusto da Costa*, vice-consul. (Sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul do Brazil em Londres.

Rio de Janeiro. 14 de maio de 1897. — Pelo director geral (assignado sobre quatro estampilhas no valor de 550 réis), *L. P. da Silva Rosa*. (Sello do Ministerio da Relações Exteriores e tres estampilhas no valor de 75200 inutilisadas pelo Recbedoria.)

Nada mais continham os ditos certificados de incorporação e estatutos, que fielmente verti dos proprios originaes aos quaes me reporto. Em fê do que passei a presente, que assignei o sello com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 14 de maio de 1897. — *Afonso H. C. Garcia*, traductor publico.

DECRETO N. 2537 — DE 1 DE JULHO DE 1897

Manda vigorar em sua plenitude o regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, promulgado pelo decreto n. 1195 A, de 30 de dezembro de 1892, ficando revogado o decreto n. 1673 de 11 de fevereiro de 1891.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que o decreto n. 1673 de 11 de fevereiro de 1891, suspendeu a estricte observancia do art. 31, derogou os arts. 1 o 15 do regulamento annexo ao decreto n. 1195 A, de 30 de dezembro de 1892 e determinou que fosse apresentado para a Secretaria da Marinha novo regulamento, de accordo com a lei n. 23 de 30 de outubro de 1891;

Considerando que não convem executar esta ultima parte daquelle decreto sem que o Poder Legislativo se pronuncie sobre as reformas que lhe teem sido indicadas como indispensaveis á administração da Marinha;

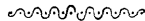
E considerando que não deve, entretanto, continuar a referida Secretaria sem leis que garantam os direitos dos respectivos funcionarios e promovam o estimulo tão necessario em todas as classes:

Decreta que, enquanto não for dado novo regulamento para a Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, continue a vigorar em sua plenitude o que foi promulgado pelo decreto n. 1195 A, de 30 de dezembro de 1892, ficando revogado o decreto n. 1673 de 11 de fevereiro de 1891.

Capital Federal, 1 de julho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.



DECRETO N. 2538 — DE 5 DE JULHO DE 1897

Approva o regulamento para cobrança do imposto de um conto de réis (1:000\$), a que estão sujeitas as sociedades sportivas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida ao Poder Executivo no n. 1º do art. 48 da Constituição da Republica, decreta:

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento que a esie acompanha, para cobrança do imposto de um conto de rtes

(1:000\$), a que estão sujeitas as sociedades sportivas, creado pelo art. 38 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896.

Capital Federal, 5 de julho de 1897, 9^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para cobrança do imposto de um conto de réis (1:000\$), a que se refere o decreto n. 2538, desta data

Art. 1.^o As sociedades sportivas de qualquer genero, existentes ou que venham a se fundar ou estabelecer no Districto Federal, ficam sujeitas ao imposto annual de um conto de réis, creado pelo art. 38 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, cobrado de uma só vez.

Art. 2.^o Este imposto comprehende as sociedades, companhias ou empresas sportivas, que se proponham a proporcionar diversão ao publico, mediante lucro auferido de retribuição de entrada ou de *poules*, bilhetes de apostas, sorteio, etc., taes como os clubs de corridas de cavallos ou a pé, frontões, bello-dromos ou velodromos, boliches, circos de touros e outras nas mesmas condições.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as sociedades ou companhias dramaticas, musicas e semelhantes.

Art. 3.^o Haverá na Recebedoria um livro de inscripção das sociedades, companhias e empresas sujeitas ao imposto, confeccionado em vista de rões fornecidos pelos empregados incumbidos do lançamento.

Art. 4.^o As sociedades, companhias e empresas, que se extinguirem ou tiverem de mudar-se do Districto Federal, ficam obrigadas a communicar o facto até 31 de dezembro á Recebedoria, para o fim de lhes ser trancada a respectiva inscripção.

Art. 5.^o A época do pagamento do imposto é o mez de janeiro de cada anno para as sociedades inscriptas.

Art. 6.^o A falta de pagamento no prazo marcado no artigo antecedente sujeita o contribuinte a multa de 20 %, si o pagamento se realizar até fevereiro, e a mais 10 % si não for satisfeito até o mez subsequente, seguindo-se immediatamente a cobrança executiva.

Paragrapho unico. A Directoria do Contencioso, logo que lhe sejam remettidas as certidões da divida, providenciara em ordem a que a respectiva cobrança seja feita com a maior presteza.

Art. 7.^o As sociedades, companhias e empresas, que vierem a se fundar ou estabelecer no Districto Federal, deverão, antes

de funcionar, communicar á Recebedoria, para o fim de serem inscriptas e pagarem o devido imposto.

Esta communicação será feita por escripto e assignada pelo presidente ou principal responsavel ; deverá mencionar o fim da associação e sua sede.

Paragrapho unico. Os infraactores deste artigo ficam sujeitos ao pagamento do imposto, mais á multa de 30 % do art. 6°.

Art. 8.º O imposto será cobrado integralmente, qualquer que seja a época em que se torne obrigatorio.

Art. 9.º As autoridades policiaes não concederão licença para funcionarem as sociedades, companhias e empresas sujeitas ao imposto de que trata o art. 1º, sem que exhibam o conhecimento relativo á sua cobrança.

Paragrapho unico. A contravenção deste artigo será punida com a multa de 200\$ a 500\$, imposta pelo Ministro da Fazenda, além da responsabilidade pelo valor do imposto.

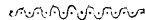
Art. 10. Para a primeira cobrança a Recebedoria organizará a inscripção com os dados existentes em relação ao imposto de industrias e profissões, para o exercicio de 1898, ouvidos os empregados incumbidos do lançamento.

Art. 11. O imposto será escripturado como—Renda do interior— Imposto sobre as sociedades sportivas.

Art. 12. O imposto a que se refere o art. 1º não prejudica o de 500\$ para corridas de cavallos, creado pelo art. 10 da lei n. 3396, de 24 de novembro de 1888, o qual continúa em pleno vigor, *ex-vi* do disposto no art. 33 do decreto n. 428, de 10 de dezembro de 1896, nem o de industrias e profissões, regulado pelo decreto n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888.

Art. 13. O imposto de 1:000\$ sobre as sociedades sportivas só será restituído no caso unico de não funcionarem.

Capital Federal, 5 de julho de 1897.— *Bernardino de Campos*.



DECRETO N. 2539 — DE 5 DE JULHO DE 1897

Autorisa a transferencia da Estrada de Ferro de Victoria a Peganha ao Banco Constructor do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Bahia e Minas, concessionaria da Estrada de Ferro de Victoria a Peganha, e nos termos da authorisação contida no § 8º, art. 6º, da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, decreta:

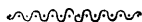
Artigo unico. Fica a Companhia Estrada de Ferro Bahia e Minas autorizada a transferir ao Banco Constructor do Brazil a

concessão da Estrada de Ferro de Victoria a Peçanha com todos os onus e vantagens conferidas pelo decreto n. 574, de 12 de julho de 1890.

Capital Federal, 5 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2540 — DE 5 DE JULHO DE 1897

Concede autorisação á Sociedade Hygienica de Distillação para funcionar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerou a Sociedade Hygienica de Distillação, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação á Sociedade Hygienica de Distillação para funcionar com os estatutos que a este acompanham, ficando a mesma sociedade obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 5 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

Estatutos da Sociedade Hygienica de Distillação

CAPITULO I

DA SOCIEDADE, SÊDE, OBJECTO E DURAÇÃO

Art. 1.º Sob a denominação de — Sociedade Hygienica de Distillação — é constituida nesta Capital Federal, onde tem a sua sêde e domicilio legal, uma sociedade anonyma, regida por estes estatutos e pelas leis vigentes, e que tem por objecto :

1º, explorar a industria do fabrico de bebidas alcoolicas, fermentadas e gazosas, bem como de perfumarias ;

2º, exercer o commercio de compra e venda de assucar, aguardente, alcool e quaesquer outros productos, bem como recebê-los á consignação ;

3º, estabelecer fabricas, agencias e correspondencias, fóra da séde da sociedade, como e quando a directoria, de accordo com o conselho fiscal, entender conveniente ;

4º, adquirir, por compra ou outro meio legal, quaesquer bens e direitos necessarios ao seu objecto.

Art. 2.º A sociedade dura 30 annos, contados da data em que se verificar a assembléa geral constitutiva.

Art. 3.º O anno social decorre de 1 de janeiro a 31 de dezembro, contando-se o primeiro de 1 de janeiro de 1897.

CAPITULO II

DO CAPITAL E SUA DIVISÃO

Art. 4.º O capital da sociedade é de 802:800\$, dividido em 8.028 acções integradas, do valor nominal de 100\$ cada uma.

§ 1.º O capital referido é formado com os seguintes bens e effeitos que constituíam o activo da extincta Companhia Distillação Central, adquiridos pelos subscriptores da totalidade das mencionadas acções :

a) dous predios, com o respectivo chão, sitos á rua Frei Caneca, ns. 49 e 51, nesta Capital e machinismos nellos existentes ;

b) dous predios, com o respectivo chão, sitos á rua Quinze de Novembro, ns. 111 e 113, em Campos, Estado do Rio de Janeiro ;

c) predio, com terreno e dependencias, sito no Viveiro do Moniz, no Recife, Estado de Pernambuco e machinismo existente no mesmo predio ;

d) machinismo existente na casa da rua Quinze de Novembro n. 115, em Campos ;

e) machinismos e accessorios existentes nas casas das ruas do Passeio ns. 13 e 15, Areal n. 31, e travessa do Maia ns. 11 A e 13, nesta capital ;

f) mercadorias e accessorios existentes nas casas das ruas Frei Caneca, Passeio e Areal ;

g) devedores, tomadas só as dividas reputadas cobraveis, varios effeitos e valores, tudo constante dos livros respectivos.

§ 2.º O valor dos bens mencionados no paragrapho anterior será estimado por louvados, na forma da lei.

Art. 5.º As acções ou cautelas que as representem são assignadas por dous directores e conteem as prescripções constantes do art. 35 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Art. 6.º Cada acção é indivisivel com relação á sociedade, que só reconhece um proprietario para uma acção.

Art. 7.º As acções são ao portador e a cessão dellas opera-se pela simples tradição dos titulos.

Art. 8.º A sociedade póde contrahir empréstimos por meio de obrigações ao portador (*debentures*) até a importancia do capital social para ampliar as operações do art. 1º.

Paragrapho unico. Quando haja de verificar-se o que neste artigo é estabelecido, a assembléa geral resolverá, de conformidade com a lei, tudo quanto for attinente aos mencionados empréstimos.

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 9.º A sociedade é administrada por uma directoria de tres membros, eleitos em escrutinio secreto, por maioria relativa de votos, designando as cédulas os cargos respectivos, que são: director-gerente, director-secretario e director-technico.

No caso de empate decide a sorte.

§ 1.º Os directores servem por tres annos e podem ser re-eleitos. Não o sendo, funcionam até a posse dos novos directores.

§ 2.º Cada director, antes de entrar em exercicio, deve garantir a responsabilidade de sua gestão com o penhor (que pode ser feito por outrem) de 50 acções da sociedade, depositadas no cofre desta, ficando extinto o penhor logo que sejam approvadas as contas referentes ao periodo em que servir o director que se retirar. O que não prestar a caução em 30 dias, entende-se que não accceita a nomeação.

Art. 10. Não podem ser directores os que não podem commerciar.

Art. 11. O director impedido por mais de 60 dias é substituido por quem os directores desimpedidos, de accordo com o conselho fiscal, nomearem.

§ 1.º Em caso de vaga, o lugar é preenchido do mesmo modo. O nomeado funciona até a primeira reunião ordinaria ou extraordinaria da assembléa geral, que deve eleger o novo director, servindo este pelo tempo que faltar ao substituido e guardado o disposto no art. 9.º, § 2º.

§ 2.º Equipara-se á vaga o impedimento que exceder de tres mezes.

§ 3.º Não constitue impedimento a ausencia permittida pela assembléa geral, ou em serviço da sociedade; mas, durante essa, pôde ser nomeado director *ad hoc*, na forma do preambulo deste artigo.

Art. 12. Os directores não vencem honorarios. Teem, porém, direito á porcentagem a que se refere o art. 27, § 3º.

§ 1.º A cada director é facultado retirar mensalmente da sociedade, para suas despezas particulares, até a quantia de 800\$, que lhe será debitada atim de ser deduzida da mencionada porcentagem, quando esta for apurada nos balanços semestraes.

§ 2.º A porcentagem a que se refere o paragrapho antecedente não poderá ser retirada da sociedade, sinão depois de ultimada a liquidação de todas as operações que lhe derem origem.

§ 3.º O director, que por qualquer motivo houver de deixar o exercicio do cargo antes de findo o tempo do mandato, não terá direito à percentagem, mas unicamente às mensalidades a que se refere o § 1º, sendo levada ao *fundo de reserva*, deduzidas as mensalidades referidas, a importancia da mesma percentagem. Exceptua-se o caso de morte ou de molestia grave, que inhabilita para o trabalho, vigorando nesta hypothese o disposto no § 4º, tendo o director ou seus herdeiros direito a receber, emquanto durar a liquidação, e si a percentagem o comportar, metade da mensalidade fixada no § 1º, que será deduzida da mesma percentagem.

§ 4.º Si o facto previsto no anterior paragrapho se verificar depois de findo o tempo do mandato, será applicado ao pagamento da percentagem o disposto no § 2º, observado o final do § 3º no caso a que elle se refere.

§ 5.º Findos os tres annos do mandato, os directores reeleitos só poderão retirar, por conta da totalidade das percentagens que lhes houverem sido creditadas no triennio referido, um terço da mesma totalidade em cada um dos tres annos subsequentes.

§ 6.º O director que exercer o cargo interinamente, nos termos do art. 11, será remunerado com a retirada mensal a que se refere o art. 12 § 1º, sendo esta debitada ao director effectivo, a quem pertencerá outrosim a percentagem a que se refere o mesmo artigo.

Art. 13. Os directores acompanham diariamente o movimento das operações da sociedade; reúnem-se em sessão ordinaria uma vez por semana, e extraordinariamente sempre que convier, à requisição de qualquer delles ou do conselho fiscal.

§ 1.º Os directores não podem occupar-se em negocio extranho à sociedade.

§ 2.º As deliberações da directoria são tomadas por maioria de votos, e lançadas em actas, no livro respectivo. Para haver sessão basta a presença de dous directores. O director-gerente, no caso de empate, tem voto de qualidade.

§ 3.º As operações em que algum director tiver interesse opposito ao da sociedade, são resolvidas pelos outros directores e fiscaes, em sessão conjuncta.

Art. 14. Compete à directoria :

1º, administrar e fiscalizar todos os negocios da sociedade, praticar todos os actos necessarios ao seu objecto definido no art. 1º; transigir, contrahir obrigações, demandar e ser demandada, adquirir e alienar, de accordo com o conselho fiscal, bens immoveis;

2º, fixar o numero, categoria, funções e vencimentos dos empregados; nomeal-os, suspendel-os, multal-os e demittil-os;

3º, tratar com os poderes publicos, celebrar contractos, expedir regulamentos e providenciar nos casos urgentes e imprevistos;

4º, fixar o dividendo semestral, de accordo com o conselho fiscal;

5º, apresentar á assembléa geral ordinária o relatório annual, com o balanço, conta de *lucros e perdas* e parecer do conselho fiscal;

6º, ouvir o conselho fiscal nos casos aqui fixados, ou sempre que convier, e fornecer-lhe os esclarecimentos que elle solicitar;

7º, fixar a porcentagem destinada a constituir o *fundo de reserva*, nos termos do art. 27;

8º, cumprir e fazer cumprir as deliberações da assembléa geral, as disposições da lei e destes estatutos e exercer as demais attribuições nelles definidas;

9º, escolher o banco ou bancos da sociedade. Os dinheiros nelles depositados podem ser retirados mediante *cheques* ou recibos firmados pelo director-gerente e pelo director secretario;

10, nomear e demittir, de accordo com o conselho fiscal, um superintendente que auxilie a directoria na administração da sociedade.

Art. 15. Compete especialmente ao director-gerente:

1º, effectuar por si, ou sob sua fiscalisação, as compras e as vendas; fiscalisar as cobranças e a fabricação dos productos; examinar a escripturação e a caixa, e superintender todos os negocios e operações da sociedade;

2º, ser órgão da directoria e representá-la em Juizo ou fóra d'elle, podendo para isso constituir mandatarios;

3º, assignar os balanços, e com o director-secretario os *cheques*, lettras, papéis de credito, quitações e instrumentos de contractos;

4º, convocar as reuniões da directoria, as reuniões conjunctas desta e do conselho fiscal, e as da assembléa geral, ordinarias e extraordinarias, e presidil-as; as das assembléas, porém, até a formação da mesa.

Art. 16. Compete especialmente ao director-secretario:

1º, fiscalisar e dirigir o serviço do escriptorio, encarregando-se pessoalmente de parte d'elle, conhecer das operações diarias da sociedade, comprehendidas as compras e vendas, redigir as actas das reuniões da directoria e das sessões conjunctas desta e do conselho fiscal;

2º, assignar com o director-gerente os documentos a que se refere o n.º 3 do art. 15;

3º, substituir o director-gerente nos seus impedimentos temporarios.

Art. 17. Compete especialmente ao director-técnico:

1º, ter sob sua administração o pessoal do serviço da fabrica;

2º, apresentar ao director-gerente os pedidos das materias primas e objectos necessarios á fabricação, verificando as qualidades e preços no acto da compra ou do recebimento, visando as notas e contas respectivas;

3º, dirigir o fabrico dos diversos productos que constituem a industria da sociedade, velando pelo bom acondicionamento delles e seu deposito na fabrica;

4º, substituir o director-secretario nos seus impedimentos temporarios, sendo por seu turno substituido, quando se achar impedido, por um dos outros directores.

CAPITULO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 18. O conselho fiscal compõe-se de tres membros effectivos e tres supplentes, eleitos annualmente de entre os accionistas, em escrutinio secreto e por maioria relativa de votos, na reunião ordinaria da assembléa geral.

§ 1.º Os fiscaes e supplentes podem ser reeleitos e servem gratuitamente.

§ 2.º Os supplentes funcçãoam na falta ou impedimento dos fiscaes.

§ 3.º Os fiscaes nomeiam de entre si o relator.

§ 4.º O conselho só pôde funcçãoar com tres membros.

Art. 19. Compete ao conselho fiscal:

1º, dar parecer sobre as contas annuaes da administração e sobre os assumptos a respeito dos quaes for consultado pela directoria;

2º, tomar conhecimento de todos os negocios da sociedade sempre que o julgar conveniente, podendo para esse effeito examinar a escripturação, a caixa, os contractos e a existencia de mercadorias e productos;

3º, exigir da directoria a convocação da assembléa geral extraordinaria sempre que o julgar necessario, e convocar-a si os administradores se recusarem a fazer a convocação;

4º, exercer as demais attribuições que lhe são conferidas pela lei e por estes estatutos.

CAPITULO V

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 20. A assembléa geral é a reunião, legalmente convocada, de accionistas em numero habil, cujas acções forem exhibidas no acto.

§ 1.º Os accionistas que comparecerem devem assignar o livro de presenca, declarando o numero de suas acções.

§ 2.º As deliberações da assembléa, tomadas nos termos da lei e dos presentes estatutos, obrigam a todos os accionistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

Art. 21. Havendo numero e aberta a sessão a assembléa no-meia, em escrutínio ou por aclamação, o seu presidente e este designa os secretarios.

Art. 22. Para haver sessão é necessaria a presença de accionistas que representem $\frac{1}{4}$ do capital, nos casos ordinarios ; $\frac{2}{3}$ nos de augmento ou redução do capital, prorrogação do prazo, dissolução da sociedade e qualquer outra alteração, ou reforma dos estatutos,

Paragrapho unico. Não havendo numero, procede-se na conformidade de decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, arts. 130 o 131.

Art. 23. A primeira convocação é feita com a antecedencia de 15 dias, sendo reunião ordinaria ; de oito, sendo extraordinaria, e as subseqüentes com o intervallo, pelo menos, de tres dias.

§ 1.º Os annuncios de convocação, publicados pela imprensa, indicam o logar, hora e o objecto da reunião.

§ 2.º A sessão pôde ser continuada em dia que o presidente da assembléa annunciar, com o intervallo maximo de oito dias.

Art. 24. As deliberações são tomadas por maioria relativa de votos.

§ 1.º A votação só tem logar por acções, si requerer, por escripto, um ou mais accionistas.

§ 2.º Todavia, as eleições são feitas em escrutínio secreto o por acções.

§ 3.º Cada accionista tem um voto por 10 acções.

§ 4.º Os que possuirem menos de 10 acções podem assistir às reuniões, discutir e fazer proposta, mas não tomam parte nas votações.

Art. 25. A reunião ordinaria da assembléa verifica-se annualmente, no dia 31 de março, ou no primeiro dia util que se seguir, si este for impedido, e as extraordinarias sempre que forem convocadas.

§ 1.º Na reunião ordinaria delibera-se sobre as contas da administração e o parecer do conselho fiscal, assim como sobre quaisquer assumptos que não envolvam reforma de estatutos.

§ 2.º Os directores e fiscaes não votam sobre suas contas e pareceres.

§ 3.º É vedado deliberar sobre as contas, sem que tenha sido apresentado o parecer fiscal, e a approvação, sem reserva, importa a ratificação dos actos e operações relativas.

§ 4.º A assembléa não pôde funcionar, em reunião ordinaria, com menos de tres accionistas, afora os directores e fiscaes.

§ 5.º Nas reuniões extraordinarias só se pôde deliberar sobre o objecto que as tiver motivado.

Art. 26. Compete á assembléa geral :

1º, eleger os directores, os fiscaes e seus supplentes ;

2º, deliberar sobre as contas da administração e pareceres do conselho fiscal ;

3º, augmentar ou reduzir o capital ; dissolver a sociedade durante o prazo e regular a forma da liquidação ; prorogar o dito

prazo ; reformar os ditos estatutos, e em geral, resolver todos os negocios e tomar quaesquer decisões que interessem á sociedade, respeitadas as prescripções legais.

CAPITULO VI

DO FUNDO DE RESERVA E DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Art. 27. O *fundo de reserva* é tirado dos liquidos de cada semestre e fixado pela administração e conselho fiscal, não podendo nunca ser inferior a 15 %.

§ 1.º Este fundo é destinado a fazer face ás perdas do capital social e para o substituir.

§ 2.º Desde que o *fundo de reserva* atinja a 50 % do capital realizado, cessa a deducção a que se refere o presente artigo.

§ 3.º Os lucros liquidos, provenientes das operações effectivamente concluidas dentro do respectivo semestre, e depois de feita a de lução da quota do *fundo de reserva*, serão distribuidos do seguinte modo : 50 % para os accionistas, semestralmente distribuidos logo que o estado da caixa o permitta ; 42 % repartidamente para os tres directores (art. 12). Os restantes 8 % serão distribuidos pelos empregados da sociedade, que o merecerem, a juizo da administração, effectuando-se a distribuição da quota dos empregados dentro de seis mezes contados da dita do balanço respectivo.

§ 4.º Os dividendos não vencem juros. Os que não forem reclamados dentro de cinco annos, a contar do annuncio do pagamento, consideram-se renunciados a favor da sociedade.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 28. Os membros da directoria e todos os empregados da sociedade são responsaveis pelas perdas e damnos que lhe causarem, provenientes de fraude, dolo, malicia ou negligencia culposa.

§ 1.º Si a assembléa geral resolver que se promova a responsabilidade de algum director, como incursão neste artigo, ficará por esse facto desde logo revogado o mandato do que tiver de ser accionado, procedendo-se á eleição para o preenchimento da vaga.

§ 2.º Não se considera revogado o mandato de membro da administração, quando a acção for intentada por accionista, independentemente de deliberação da assembléa geral.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÃO TRANSITORIA

Art. 29. Por excepção ao disposto no art. 9º a primeira directoria, que tem de servir até 31 de março de 1900, e o primeiro conselho fiscal, que ha de servir até a mesma data de 1898, serão compostos, aquella de José Marques da Cunha Junior, director-gerente ; Avelino Leite Pereira, director-secretario ; Aloys Driesler, director-technico ; e este de João Julio Nogueira de Carvalho, João Reynaldo de Faria e Francisco R. Paz ; sup-
plentes, Jeronymo José de Macedo, Domingos Raphael Baptista e Pedro Jannario Paiva Dias.

Capital Federal, 19 de abril de 1897. — Directores : José Marques da Cunha Junior, director-gerente, negociante, rua de Santo Christo n. 54. — Avelino Leite Pereira, director-secretario, commerciante, rua Frei Caneca n. 49. — Aloys Driesler, director-technico, chimnico, rua do Neves n. 6.



DECRETO N. 2541 — DE 8 DE JULHO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca do Soccorro, no Estado de S. Paulo.

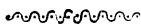
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Soccorro, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria com a denominação de 5ª, a qual se constituirá de tres batalhões de infantaria do serviço activo sob ns. 13, 14 e 15, e um da reserva sob n. 5, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2542 — DE 8 DE JULHO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca do Carmo da Franca, no Estado de S. Paulo.

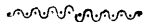
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creada na comarca do Carmo da Franca, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria da Guarda Nacional com a denominação de 6ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 16, 17 e 18 e de um da reserva com a designação de 6º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da comarca; revogadas as disposições em contrario,

Capital Federal, 8 de julho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2543 — DE 8 DE JULHO DE 1897

Crea duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de cavallaria da Guarda Nacional, na comarca da Franca, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º Ficam creadas na comarca da Franca, no Estado de S. Paulo, duas brigadas da Guarda Nacional, sendo uma de infantaria com a designação de 7ª e outra de cavallaria com a de 2ª, as quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º A 7ª brigada de infantaria se comporá dos 19º, 20º e 21º batalhões do serviço activo e do 7º da reserva, e a 2ª de cavallaria, dos 3º e 4º regimentos de cavallaria.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de julho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2544 — DE 8 DE JULHO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca de Santa Rita do Paraizo, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Santa Rita do Paraizo, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria da Guarda Nacional, com a designação de 8ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo com as denominações de 22ª, 23ª e 24ª, e de um da reserva com a de 8ª, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2545 — DE 8 DE JULHO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca do Patrocinio de Sapucahy, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creada na comarca do Patrocinio de Sapucahy, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria da Guarda Nacional, com a designação de 9ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo com as denominações de 25ª, 26ª e 27ª, e de um do da reserva sob o n. 9ª, os quaes se constituirão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2546 — DE 9 DE JULHO DE 1897

Applica ás successões dos subditos belgas as disposições do decreto n. 855 de 8 de novembro de 1851 a que se refere o seu art. 24.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, acceitando a proposta do governo de Sua Magestade o Rei dos Belgas, com a clausula de reciprocidade,

Decreta:

Art. 1.º As successões dos subditos belgas fallecidos no Brazil, que se abrirem de 1 de setembro em diante, serão regidas pelas disposições a que se refere o art. 24 do decreto n. 855 de 8 de novembro de 1851.

Art. 2.º Logo que cessar o accordo que motiva o presente decreto as successões que estiverem em liquidação passarão a ser regidas pelo decreto n. 2433 de 15 de junho de 1889, ou pelo que então estiver em vigor.

Capital Federal, 9 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2547 — DE 12 DE JULHO DE 1897

Rescinde o contracto firmado em 17 de julho de 1891 para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Paraty a Iguape, mediante restituição da quantia depositada como caução.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram Manoel Caetano da Silva Lara e o bacharel Pedro de Barros, concessionarios da Estrada de Ferro de Paraty a Iguape, em petição de 22 de abril de 1895, para que se lhes rescinda o contracto de 17 de julho de 1891, e considerando que tal petição foi apresentada dentro de prazo legal, e é fundada em razões procedentes, resolve rescindir o dito contracto de 17 de julho de 1891, firmado em execução do decreto n. 435 B, de 4 do mesmo mez e anno, para construcção, uso e gozo da dita estrada, de Paraty a Iguape; fazendo-se aos

peticionarios a restituição da quantia de 20:000\$ depositada por elles no Thesouro Federal, como garantia da concessão, ora extincta.

Capital Federal, 12 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2548 — DE 17 DE JULHO DE 1897

Approva o regulamento para a execução do art. 20 da lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida ao Poder Executivo, no n. 1 do art. 48 da Constituição da Republica, decreta:

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento que a este acompanha para a execução do art. 20 da lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896.

Capital Federal, 17 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para a execução do art. 20 da lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, a que se refere o decreto n. 2548 desta data.

Art. 1.º São consideradas contrafacções e sujeitas ás penas do Codigo Penal, com multa de 1:000\$ a 5:000\$000:

1º, a fabricação, por qualquer modo, de rotulos e marcas de productos estrangeiros, que se prestem á falsificação de bebidas e quaequer outros productos nacionaes, para serem vendidos como si estrangeiros fossem;

2º, a importação, pelas Alfandegas, dos mesmos rotulos e marcas para o mesmo fim. (Art. 20 da lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896.)

Art. 2.º As marcas e rotulos nas condições do artigo antecedente serão apprehendidos pelos fiscoes da Fazenda e destruidos depois de tornadas irrevogaveis as decisões proferidas pelas autoridades competentes, na forma prescripta na *Consolidação das Leis das Alfandegas*.

Art. 3.º É igualmente prohibida, sob pena de multa de 20\$ a 500\$, além da apprehensão das mercadorias, a exposição á venda:

1.º De drogas, productos chimicos e pharmaceuticos sem a indicação da fabrica, nome ou denominação do producto e preço de venda;

2.º De mercadorias ou productos de fabricas nacionaes com rotulo em lingua estrangeira, guardadas as regras deste regulamento. (Mesmo artigo, paragrapho unico.)

Art. 4.º A disposição do art. 3º entrara em execução no prazo de 60 dias da data da publicação deste regulamento na Capital Federal e nos Estados, em relação aos productos que houverem de ser lançados ao consumo.

Art. 5.º Aos fabricantes, depositarios e negociantes de drogas, productos chimicos, pharmaceuticos e outros, em circulação commercial, conceder-se-ha o prazo de 90 dias, contados da publicação a que se refere o art. 4º, para procederem á substituição dos rotulos por outros nas condições do art. 3º.

Art. 6.º Aos fabricantes, depositarios e negociantes de productos nacionaes, contendo rotulos em lingua estrangeira, conceder-se-ha prazo igual para substituição dos ditos rotulos.

Art. 7.º Si os rotulos de productos nacionaes em lingua estrangeira fizerem parte de marcas registradas, comprovavel documentalmente o facto perante a repartição fiscal, facultar-se-ha, sempre dentro do mesmo prazo de 90 dias, a applicação de um carimbo a ferro, borracha ou outro, ou de uma etiqueta, com as indicações do art. 3º, n. 1.

A applicação do carimbo ou etiqueta será feita sobre a propria marca do producto.

Art. 8.º Nas penas do art. 3º incorrerão aquelles, em cujas casas, depositos ou fabricas, decorridos os prazos dos arts. 4º a 7º, forem encontrados productos em contravenção deste regulamento.

Art. 9.º Os processos de apprehensão por virtude dos arts. 1º a 3º regular-se-hão pelo disposto no Tit. X da *Consolidação das Leis das Alfandegas*, excepto na parte relativa á detenção por não serem passíveis de prisão os infractores daquelles artigos e na parte relativa ao leilão dos artigos apprehendidos (art. 650), os quaes:

a) si o tiverem sido por motivo do art. 1º, serão inutilizados de accordo com o art. 446 da mesma Consolidação e art. 2º deste regulamento;

b) na hypothese do art. 3º, não serão entregues a seus donos sem que tenham procedido á substituição dos rotulos, de conformidade com as exigencias dos mesmos artigos, ou satisfeito a condição do art. 7º.

Art. 10. Sômente nos casos do art. 1º haverá processo criminal.

Paragrapho unico. Aos documentos e informações, de que trata o art. 633 § 6º da *Consolidação das Leis das Alfandegas*, acompanharão exemplares das marcas e rotulos apprehendidos.

Art. 11. Da data deste regulamento em deante fica prohibido o registro de marcas de productos nacionaes, que tenham rotulo ou dizeres em lingua estrangeira.

Paragrapho unico. Exceptuam-se :

1º — os nomes de bebidas e outros, que não tenham correspondente em portuguez, como o *bitter*, o *brandy*, o *cognac*, o *fernet*, o *hirsch*, o *rum*, etc., contanto que os rotulos contenham as indicações de lei.

2º — os nomes do autor, fabricante, inventor, etc., quando forem estrangeiros.

Art. 12. E' facultado ás partes o recurso das decisões dos chefes das repartições fiscaes.

Capital Federal, 17 de julho de 1897. — *Bernardino de Campos*.



DECRETO N. 2540 — DE 19 DE JULHO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional do Estado do Paraná.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro do anno proximo findo, resolve decretar:

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado do Paraná se comporá de um commando superior com sête na capital, o qual se constituirá de seis brigadas de infantaria, cinco de cavallaria, uma de artilharia e das demais que se organisarem posteriormente nas outras comarcas do referido Estado.

A 1ª brigada de infantaria e a 1ª de cavallaria, constituidas na capital do Estado, se comporão dos 1º, 2º e 3º batalhões de infantaria e 1º da reserva e dos 1º e 2º regimentos de cavallaria.

A 2ª brigada de infantaria se organisará nas comarcas de Antonina e Morretes e se comporá dos 4º, 5º e 6º batalhões de infantaria e do 2º da reserva.

A 3ª brigada de infantaria e a 1ª de artilharia, constituidas nas comarcas de Paranaguá, Guaratuba e Guaraquecaba, se comporão dos 7º, 8º e 9º de infantaria, do 3º da reserva, do 1º batalhão de artilharia de posição e do 1º regimento de artilharia de campanha.

A 2ª brigada de cavallaria se comporá dos 3º e 4º regimentos e se organisará nas comarcas da Lapa e Rio Negro.

A 4ª brigada de infantaria se organizará na comarca de Ponta Grossa e se constituirá dos 10º, 11º e 12º batalhões de infantaria e do 4º da reserva.

A 3ª brigada de cavallaria se comporá dos 5º e 6º regimentos e se organizará nas comarcas de Palmeiras e Triumpho.

A 5ª brigada de infantaria se comporá dos 13º, 14º e 15º batalhões de infantaria e do 5º da reserva e se organizará na comarca de Serro Azul.

A 4ª brigada de cavallaria se organizará na comarca de Guarapuava e se comporá dos 7º e 8º regimentos.

A 6ª brigada de infantaria se organizará na comarca de S. José da Boa Vista e se comporá dos 16º, 17º e 18º batalhões de infantaria e do 6º da reserva.

A 5ª brigada de cavallaria se constituirá dos 9º e 10º regimentos e se organizará na comarca de Palmas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de Julho de 1896, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2550 — DE 19 DE JULHO DE 1897

Crêa uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Castello, no Estado do Piahy.

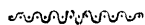
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 11 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Castello, no Estado do Piahy, uma brigada de infantaria com a denominação de 3ª, a qual se constituirá de tres batalhões de infantaria do serviço activo, com as designações de 7º, 8º e 9º, e um do da reserva, sob n. 3, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de julho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2551 — DE 19 DE JULHO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Piracuruca, no Estado do Piahy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Piracuruca, no Estado do Piahy, uma brigada de infantaria com a denominação de 2ª, a qual se constituirá de tres batalhões de infantaria do serviço activo, sob ns. 4, 5 e 6, e um do da reserva com a designação de 2ª, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2552 — DE 19 DE JULHO DE 1897

Concede autorização à *The Guardian Fire and Life Assurance Company, limited*, para continuar a funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerou a *The Guardian Fire and Life Assurance Company, limited*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorização à *The Guardian Fire and Life Assurance Company, limited*, para continuar a funcionar na Republica, podendo estabelecer novas agencias nos respectivos Estados, sob as clausulas a que se referem os decretos n. 6448, de 30 de dezembro de 1876 e 6501, de 1 de março de 1877, e ficando a mesma companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 19 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

Carlos Alberto Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro :

Certifico que me foi apresentada a lei da Gran-Bretanha, cap. XIII do 56º anno da Rainha Victoria, contendo os estatutos formados da Companhia de seguros *Guardian Fire and Life Assurance Company, limited*, escriptos em inglez, os quaes, a pedido da parte traduzi litteralmente para o idioma nacional, e dizem o seguinte, a saber :

TRADUÇÃO

Lei da Companhia de seguros « Guardian » (Guardian Assurance Company) de 1893

CAPITULO XIII

LEI AUTORIZANDO A «GUARDIAN FIRE AND LIFE ASSURANCE COMPANY» (COMPANHIA DE SEGUROS CONTRA O FOGO E DE VIDA «GUARDIAN»), A CONTAR DA DATA DO SEU REGISTRO COMO COMPANHIA LIMITADA, A ALTERAR A FORMA DA SUA CONSTITUIÇÃO, SUBSTITUINDO O SEU INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO POR UM «MEMORANDUM» E ESTATUTOS PARA REVOGAR AS LEIS RELATIVAS A ESSA COMPANHIA E PARA OUTROS FINS. VINTE E NOVE DE ABRIL DE 1893.

Visto que a *Guardian Fire and Life Assurance Company*, á qual aqui em seguida se faz referencia como «a companhia» foi constituída por um instrumento de constituição datado de 17 de dezembro de 1891 :

E visto que pelo dito instrumento se declara :

« Que a companhia terá tres fins, a saber : o de effectuar seguros contra a perda pelo fogo, o que constituirá a «secção de seguro contra o fogo», e o de effectuar seguros sobre a vida ou vidas de qualquer pessoa ou pessoas e sobre a sobrevivencia e quaesquer outras eventualidades inherentes á vida, que constituirá a «secção de seguros de vida» e o de conceder e adquirir annuidades, quer por vidas, ou sobre sobrevivencia, ou outra forma, e instituir pensões e outras rendas para viúvas e filhos e outras pessoas, o que constituirá a «secção de annuidades» e que esses fins podem ser extensivos tanto para toda e qualquer parte do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda, como para quaesquer das suas colonias e dependencias ou outras partes além dos mares » ;

E visto que pelo dito instrumento de constituição o capital da companhia foi fixado em um milhão, duzentas e cincoenta e duas

mil e quinhentas libras dividido em (12.525) doze mil quinhentas e vinte e cinco acções de £ 100 cada uma ;

E visto que por um instrumento de constituição suplementar, datado do dia 26 de julho de 1822, o capital da companhia foi augmentado para £ 2.000.000, dividido em (20.000) vinte mil acções de £ 100 cada uma, pela criação de (7.475) sete mil quatrocentas e setenta e cinco acções adicionais de £ 100 cada uma ;

E visto que pela lei da *Guardian Assurance Company* de 1850, a que no presente se faz referencia como « a lei de 1850 », a companhia teve a faculdade, tanto quanto diz respeito a apolices emitidas, de accordo com essa lei, de restituir uma parte do seu capital realizado, de demandar e ser demandada no nome de um dos seus directores ou do seu secretario, e de alterar certas disposições contidas no seu instrumento de constituição e ainda outros poderes lhe eram conferidos ;

E visto que pela lei da *Guardian Assurance Company* de 1866 (a que no presente se faz referencia, como « a lei de 1866 ») a companhia teve a faculdade de tanto quanto diz respeito ás apolices emitidas depois daquella data a restituir mais uma parte do seu capital realizado, e pela dita lei os fidei-commissarios que possuissem essas apolices tiveram a faculdade de consentir nessa restituição e certas disposições contidas no instrumento de constituição da companhia foram alteradas, e a lei de 1850 foi reformada e a companhia e os seus directores investidos de mais poderes ;

E visto que no exercicio dos poderes nesse sentido contidos no dito instrumento de constituição, a companhia de tempos a tempos, por deliberações de assembléas geraes, fez diversas novas leis, regras, regulamentos e disposições para a companhia, e reformou, alterou ou revogou diversas das leis, regras, regulamentos e disposições existentes da companhia e na occasião em vigor ;

E visto que uma cópia do projecto desta lei como foi apresentada no Parlamento e uma carta explicativa dos fins e designios desta lei foram enviadas a todos os accionistas da companhia, e accionistas representando (17.236) dezesete mil duzentas e trinta e seis acções dentre um numero total de (20.000) vinte mil acções subscreveram os seus nomes em uma formal annuencia por escripto ás disposições desta lei, e resposta alguma foi recebida de (174) cento e setenta e quatro accionistas representando (1.818) mil oitocentas e dezoito acções, e tres accionistas representando (203) duzentas e tres acções declararam-se neutros, e as acções restantes acham-se inscriptas nos nomes de pessoas que falleceram ou que se acham no estrangeiro ou impossibilitadas por molestia de tratarem de negocios ;

E visto que o actual capital da companhia é de deus milhões dividido em vinte mil acções de cem libras cada uma, acções que foram todas emitidas e acham-se realizadas até a importância de (50 e) cincoenta libras por acção, dez libras por acção tendo sido pagas pelos proprietarios, e quarenta libras

por acção tendo sido creditadas aos proprietarios, dos lucros realizados pela companhia ;

E visto que é de conveniencia que a companhia fique habilitada (si e quando ella for registrada, sujeitas ás leis das companhias de 1862 a 1892, como uma companhia limitada por acções a alterar a sua constituição, substituindo pelo *Memorandum* e estatutos que se acham contidos no annexo que se segue ao presente, o referido instrumento de constituição e o instrumento de constituição suplementar e todas as deliberações votadas no exercicio dos poderes nesse sentido contidos no dito instrumento de constituição, e as ditas leis de 1850 e 1866, e a contar da data do registro da companhia de accordo com as leis das companhias de 1862 a 1890, revogar as leis de 1850 e 1866 tanto quanto as mesmas acham-se revogadas por esta lei e a alterar a denominação das acções do capital da companhia e a empossar a companhia de todos os bens immoveis e moveis que possam pertencer á companhia na data desse registro e que estiverem em poder de qualquer pessoa ou pessoas, em fidei-commisso pela companhia e para facultar á companhia e restituir alguma parte do seu capital realizado e subdividir as suas acções ;

E visto que es intuitos supraditos não podem ser attingidos sem a autorisação do Parlamento:

Portanto, digne-se V. M. querer que seja decretado e seja decretado pela Exma. Magestade da Rainha pelo e com o aviso e consentimento dos Lords Espirituaes e Temporaes dos Commons reunidos no presente Parlamento, e pela autoridade dos mesmos, o seguinte, a saber :

1. Esta lei pôde ser cita la como lei da *Guardian Assurance Company*, de 1893.

2. Si a companhia dentro de seis mezes da promulgação desta lei se registrar de accordo com as leis das companhias de 1862 a 1890, como uma companhia limitada por acções, a companhia continuará incorporada com o nome de *Guardian Fire and Life Assurance Company, Limited*, e a constituição da companhia ao realizar-se esse registro, e sem que seja votada qualquer deliberação para esse effeito, será alterada, substituindo a contar da data desse registro pelo *Memorandum* e estatutos que constam do annexo ao presente, o instrumento de constituição e o instrumento de constituição suplementar e todas as deliberações votadas no exercicio dos poderes contidos no dito instrumento de constituição e as ditas leis de 1850 e 1866, tanto quanto se acham pelo presente revogadas e essa alteração terá effeito sem ser confirmada a requerimento pelo tribunal que tenha jurisdicção para expelir um mandado para liquidar a companhia, da data do registro da companhia de accordo com as leis das companhias de 1862 a 1890, revogar as leis de 1850 e 1866.

3. Não será necessario entregar ao registrador de companhias anonyms anterior ao registro da companhia, de conformidade com as leis das companhias de 1862 a 1890, como uma companhia limitada por acções, qualquer cópia dos ditos instrumentos

de constituição ou instrumento de constituição suplementar ou deliberações ou leis de 1850 ou 1866, e o registrador e ratificará que a companhia acha-se incorporada de conformidade com essas leis, sem que qualquer dessas cópias lhe tenha sido entregue, porém uma cópia desta lei impressa pelos impressores de Sua Magestade, será, si e quando a companhia requerer ser registrado de accordo com as leis das companhias de 1862 a 1890, como uma companhia limitada por acções entregue pela companhia ao registrador de companhias anonymas e o registrador registrará o *Memorandum* e os estatutos contidos no annexo ao presente, sem qualquer ordem ou mandado do dito tribunal e certificará com a sua assignatura o registro do dito *Memorandum* e estatutos, e o seu certificado constituirá prova conclusiva de que todos os regulamentos com respeito a substituição dos ditos instrumentos, deliberações e leis de 1850 e 1866 pelo dito *Memorandum* e estatutos, foram satisfeitos e desde então (sujeitos, porém, as disposições das leis de companhias de 1862 a 1890) o dito *Memorandum* e Estatutos terão applicação à companhia pela mesma fôrma como si a companhia fosse uma companhia registrada, de accordo com a parte primeira da lei das companhias de 1862, com esse *Memorandum* e Estatutos, e a companhia terá todos os poderes de alterar o dito *Memorandum* e Estatutos, como si fosse assim registrada, e o dito instrumento de constituição e instrumento de constituição suplementar e as ditas deliberações deixarão de ter applicação à companhia, porém, sem prejuizo de qualquer coisa feita ou permitida de conformidade com as mesmas.

4. (1) As ditas leis de 1850 e 1866 (a não ser e exceptuando-se as secções aqui em seguida que nesta secção se declara não deverem ser revogadas), a contar e depois do registrado o dito *Memorandum* e os Estatutos deixarão de ter applicação à companhia e serão revogados, porém, sem prejuizo de qualquer coisa feita ou permitida de accordo com as mesmas.

(2) As secções das ditas leis de 1850 e 1866, que pelo presente se declara não serem revogadas, são as seguintes secções da lei de 1850, a saber: secção 17 e o annexo a que nella se faz referencia e a secção 18 tanto quanto as ditas secções e o annexo se referem á inscripção de um apontamento dos nomes dos fidei-comissarios da companhia, e as secções 19, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, e tambem as secções seguintes da lei de 1866, a saber: secções 14 e 16.

(3) Todas as secções que assim se declara não serem revogadas continuarão a ser applicaveis à companhia como registrada de conformidade com as leis das companhias de 1862 a 1890; porém de fôrma que qualquer referencia ao sello da companhia contida em qualquer dessas secções será julgada como sendo uma referencia ao sello common da companhia de que ella se ache munida, de accordo com essas leis, e qualquer outra referencia será interpretada pela mesma fôrma de accordo com as exigencias da alteração havida na constituição da companhia.

(4) Contanto que as secções assim declaradas como não devendo ser revogadas continuem em vigor e eficazes sómente com relação a annuidades, casas e dependências, terrenos, arrendamentos, successões, bens, effectos e dinheiros a que essas secções são referentes e que na data em que a companhia estiver registrada de conformidade com as leis das companhias de 1862 a 1890, estiverem em poder de fidei-commissarios para uso e beneficio da companhia.

5. Em substituição de cada acção de £ 100 do capital da companhia, possuida por um ou mais proprietarios, logo antes de ser registrada a companhia de conformidade com as leis das companhias de 1862 a 1890, como uma companhia limitada por acções, serão registradas no nome ou nos nomes desse proprietario ou proprietarios dez das acções de (£ 10) libras dez cada uma, em que o capital da companhia se acha dividido pelo dito *memorandum* de associação, e sobre cada uma dessas acções a quantia de (£ 5) cinco libras será considerada como tendo sido paga em dinheiro e essas dez acções de £ 10 (dez libras) cada uma serão aceitas pelo proprietario ou proprietarios em cujo nome ou em cujos nomes a mesma tiver sido assim registrada para todos os intuitos e fins, e representarão e substituirão essa acção de (£ 100) cem libras e ficarão sujeitas e responsaveis pelos mesmos fidei-commissos, poderes, disposições, declarações, accordos, onus, hypothecas e encargos que logo antes desse registro, como acima dito, affectavam a acção de £ 100 (cem libras) que ellas substituem e toda e qualquer escriptura, accordo ou outro instrumento e toda a disposição testamentaria ou de outra natureza, e toda a faculdade de dispor ou reter que affectar qualquer acção de £ 100 (cem libras) do capital da companhia tornar-se-ha effectiva com referencia ás dez acções de £ 10 (dez libras) cada uma, que substituem como si a estas não fizesse referencia ou si fossem affectadas pelo mesmo, em lugar dessa acção de £ 100 (cem libras).

Os directores da companhia emittirão ou farão emittir certificados das acções de £ 10 (dez libras) cada um, sob as condições quanto á devolução dos certificados das acções de £ 100, prova do titulo e por outra forma que elles possam julgar conveniente.

6. Si qualquer obrigação ou divida da ou coisa ou direito de acção contra a companhia, em virtude de qualquer escriptura ou instrumento que for feito para o futuro, ficar em poder da companhia em forma de hypotheca ou garantia, sómente ella não ficará liberada ou extinta ou incapaz de ser validada, porém todas as pessoas que tiverem qualquer interesse na mesma ou direito em fazel-a valer, e a companhia terá direito a todos esses interesses e direitos como si tivesse direito aos mesmos si elles estivessem em poder de um fidei-commissario da companhia em vez de estarem em poder da mesma.

7. A companhia poderá a todo tempo e de tempos a tempos, depois do registro da companhia de conformidade com as leis das companhias de 1862 a 1890, como companhia limitada por acções,

por uma deliberação especial, dentro da significação da secção 51 da lei das companhias de 1862, e sem obter qualquer mandado do Tribunal que tenha jurisdição de liquidar a companhia sem obter o consentimento de qualquer pessoa a não ser as pessoas (si as houver) que se acham mencionadas nesta secção, restituir aos possuidores de todas ou quaesquer das suas acções parte do capital realizado sobre essas acções.

Contanto que :

1º, o capital assim restituído ficará sujeito a ser chamado de novo, em qualquer época, dos possuidores na occasião das acções, sobre as quaes essa restituição de capital foi feita; e os certificados de todas essas acções conterão no verso um aviso feito pela companhia, desta responsabilidade, antes ou na época em que for feita essa restituição de capital; e

2º, o capital realizado sobre as acções da companhia existentes, logo depois de promulgada esta lei, não será reduzido abaixo de (£ 250.000) duzentas e cincoenta mil libras, nem sem o consentimento prévio por escripto de qualquer pessoa que tenha direito a qualquer beneficio, em virtude de qualquer apolice de seguro de vida, annuidade ou dotação passada pela companhia, anteriormente ao dia 16 de julho de 1866 e em vigor na data em que for votada essa deliberação especial abaixo de £ 500.000 (quinhentas mil libras), e que nenhuma dessas restituições será feita sem o prévio consentimento por escripto de qualquer pessoa com direito a qualquer beneficio em virtude de qualquer aplice de vida, annuidade ou dotação passada pela companhia antes do dia 25 de janeiro de 1860 e em vigor na data em que for votada essa deliberação especial, o qualquer desses conhecimentos, como acima dito, podem ser dados por qualquer fidei-commissario ou fidei-commissarios que forem competentes para passar quitação por dinheiros seguros por qualquer dessas apolices ou pagaveis relativamente a qualquer dessas annuidades ou dotações e não pelas disposições do instrumento de conformidade com o qual elle ou elles são fidei-commissarios impellidos de o fazerem.

Uma acta de qualquer deliberação demonstrando com relação ao capital da companhia as alterações feitas por qualquer dessas deliberações, a importancia do capital da companhia, o numero de acções em que é dividido, e a importancia realizada sobre cada acção será registrada na repartição do registrador de companhias anonymas e esse registrador a registrará sem que lhe seja apresentado qualquer mandado de qualquer tribunal confirmando-a ou sem que lhe seja entregue qualquer cópia de qualquer desses mandados ou de qualquer acta approvada pelo tribunal e ao ser registrada essa acta a deliberação especial tornar-se-ha effectiva.

O registrador certificará com a sua assignatura o registro dessa acta e o seu certificado constituirá prova concludente de que o capital é o que consta da acta.

8. Consta alguma desta lei será considerada como impedindo a applicação a companhia das leis de companhias de seguros de

vida de 1872, e qualquer outra lei que possa ser votada, modificando-as, enquanto a companhia fizer operações de vida.

9. Nada nesta lei terá o effeito de prejudicar ou affectar os direitos dos possuidores de apolices existentes da companhia.

10. Todas as despesas, gastos e custas do ou inherentes ao preparo da obtenção e votação desta lei ou outras despesas em que se in-orrer relativamente á mesma, serão pagas pela companhia como si ellas fizessem parte das despesas ordinarias da administração da companhia.

Annexo a que se faz referencia na lei que precede:

Memorandum de Associação da « Guardian Fire and Life Assurance Company, Limited » (Companhia de seguros contra o fogo e de vida « Guardian » limitada).

1.º O nome da companhia é *The Guardian Fire and Life Assurance Company, Limited*, Companhia de seguros contra o fogo e de vida *Guardian*, limitada.

2.º A sede da Companhia é e será situada na Inglaterra;

3.º Os fins para os quaes é estabelecida a companhia são:

1º, fazer operações de seguros contra o fogo em todos os seus ramos e em combinação com elles realizará seguros contra o damno ou perda da propriedade causado pelo ou resultante do raio, granizo, tempestades, terremotos, explosões, inundações ou enches de agua ou outros accidentes e tambem em combinação com as operações de seguro contra o fogo fazer seguros contra danos e perdas de qualquer propriedade durante o transito por terra ou por mar ou por assalto ou roubo;

2º, fazer operações de seguros contra accidentes em todos os seus ramos no que diz respeito a seres humanos e quer os accidentes produzam morte, quer damno;

3º, realizar operações de seguros de vida em todos os seus ramos e especialmente fazer ou effectuar seguros em toda a especie para pagamento de dinheiro em um simples pagamento ou em diversos pagamentos ou por outra fórma sobre a morte, casamento ou nascimento ou falta de descendencia ou por chegar a determinada idade qualquer pessoa ou pessoas sujeitas ou não aos mesmos, acontecendo durante a vida de qualquer outra pessoa ou pessoas ou sobre a perda ou recuperação da capacidade precisa para contractos ou testamentario em qualquer pessoa ou pessoas ou sujeito ou sobre a occorrença de qualquer outra contingencia ou acontecimento dependente ou que seja relativo á vida humana;

4º, instituir annuidades de toda a especie, quer dependentes da vida humana, quer de outro modo e quer sejam perpetuos ou com prazo e que sejam immediatos, quer differidos, quer sejam contingentes ou outra natureza;

5º, contractar com arrendatarios, tomadores de dinheiro, prestamistas, possuidores de annuidades e outras pessoas o estabelecimento, accumulação, provisão e pagamentos, de fundos de

amortisação, fundos de resgate, fundos de depreciação, fundos de renovação, fundos de dotação e quaesquer outros fundos especiaes e isto quer em razão de uma quantia por inteiro, ou de um premio annual, ou por outra fôrma e em geral nos termos e condições que possam ser convencionados;

6º, comprar e negociar em interesses reversiveis absolutos ou contingentes e heranças por vida, quer determinaveis, quer não, em propriedades de toda a especie e adquirir ou extinguir por compra ou renuncia qualquer apolice, garantia ou obrigação emitida pela companhia;

7º, re-segurar ou contra-segurar todos ou quaesquer riscos ou aceitar toda a especie de seguro ou contra-seguro que tenha relação com qualquer dos supralitos negocios;

8º, dar a qualquer classe ou secção daquelles que tentam seguro ou qualquer outro negocio com a companhia, quaesquer direitos sobre ou em relação a qualquer fundo ou fundos ou um direito de participar dos lucros da companhia, ou nos lucros de qualquer ramo particular do seu negocio, ou quaesquer outros privilegios, vantagens ou beneficios especiaes;

9º, comprar ou por outra fôrma adquirir e emprehender toda e qualquer parte do negocio, propriedade e responsabilidade de qualquer pessoa ou companhia que exerça ou que seja formada para exercer em qualquer parte do mundo os negocios ou operações que esta companhia está autorizada a realizar;

10, vender a empreza o activo ou qualquer parte do activo da companhia a qualquer pessoa ou companhia, pelo preço que a companhia possa julgar conveniente e especialmente por accões, títulos (*debentures*) ou obrigações de qualquer companhia que tenha fins em tudo ou em parte identicos aos desta companhia;

11, fazer fusão e entrar em quaesquer accordos para a divisão de lucros, união de interesses, negocio conjuncto, concessão ou cooperação reciproca com qualquer pessoa ou companhia que exerça ou que esteja interessada em qualquer dos negocios ou transacções que esta companhia está autorizada a exercer e tomar ou por outra fôrma adquirir e possuir accões ou fundo ou titulos e dar subsidios ou por outra fôrma prestar auxilio a qualquer dessas pessoas ou companhias e vender, conservar, reemitir com ou sem garantia ou por outra fôrma negociar com essas accões, fundo ou titulos e gerir ou fiscalisar ou tomar parte da gerencia ou fiscalisação do negocio de qualquer dessas pessoas ou companhias e agir como agentes ou fidei-commissarios de qualquer dessas companhias;

12, procurar fazer registrar ou reconhecer a companhia em qualquer paiz, Estado ou logar no estrangeiro e fazer quaesquer collocações ou depositos e satisfazer quaesquer condições necessarias ou convenientes para habilitar a companhia a fazer operações em qualquer paiz, Estado ou logar no estrangeiro e estabelecer companhias locais constitui-las de conformidade com as leis locais para o fim de realizar qualquer dos negocios que esta companhia está autorizada a fazer;

13, pagar pensões e dar gratificações a empregados e ex-empregados e outras pessoas que estejam em relação com a companhia ou que della dependem ou subscrever ou garantir dinheiro para qualquer objecto de caridade, beneficencia ou outro objecto publico que seja em proveito da companhia ;

14, comprar, tomar de arrendamento, ou em troca, alugar ou por outra fôrma adquirir quaesquer propriedade immovel ou movel em qualquer parte do mundo, necessaria ou conveniente com referencia a qualquer dos fins da companhia ;

15, levantar ou construir quaesquer escriptorios ou edificios que sejam necesarios ou convenientes, com relação a quaesquer dos fins da companhia ;

16, vender, melhorar, gerir, desenvolver, arrendar, permutar, desonerar, hypothecar, dispor de fazer produzir ou por outra fôrma negociar com todos em qualquer parte das propriedades e direitos da companhia ;

17, empregar e negociar com os dinheiros da companhia que não forem de immediata necessidade, com ou sobre bens immoveis ou moveis e pela maneira que de tempos a tempos se determine ;

18, emprestar, depositar ou adiantar dinheiros, titulos de garantia e propriedade e com as pessoas e nos termos que pareçam convenientes ;

19, levantar ou contrahir emprestimo ou garantir o pagamento de dinheiro pela fôrma e nos termos que possam ser julgados convenientes ;

20, sacar, acceitar, endossar, descontar, passar e emittir de cambio, notas promissorias, obrigações, letras, conhecimentos e outros titulos ou garantias negociaveis ou transferiveis ;

21, pagar, satisfazer ou comprometter quaesquer reclamações feitas contra a companhia que lhe pareça conveniente pagar, satisfazer ou comprometter, embora as mesmas não sejam validas em direito ;

22, fazer todas ou quaesquer das cousas supraditas em qualquer parte do mundo e que como principaes agentes, fidei-comissarios ou por outro modo e quer só, quer conjunctamente com outros e quer por ou por intermedio de agentes fidei-comissario ou por outra fôrma ;

23, fazer todas as outras cousas que sejam incidentes ou conducentes á consecução dos fins supra e de modo que a palavra companhia, nesta clausula, será considerada como incluindo qualquer sociedade ou outro corpo de pessoas, quer incorporadas, quer não incorporadas no Reino Unido, quer em outra parte.

4.º A responsabilidade dos accionistas é limitada ;

5.º O capital da companhia é de dous milhões de libras sterlingas, dividido em duzentas mil acções de (£ 10) libras dez cada uma, sobre cada uma das quaes foi realizada a quantia de £ 5 (5.0.000 libras), parte desse capital realizado tendo sido pagas do lucros não repartidos accumulados pela companhia e a substituir-se sob certas condições com faculdade para augmentar o capital e para emittir novas acções creadas por occasião de

qualquer augmento com quaesquer direitos e privilegios, de preferencia, qualificação, especiaes ou ampliados a ellas inherentes.

Estatutos da « The Guardian Fire and Life Assurance Company, limited », Companhia de seguros contra o fogo e de vida « Guardian », limitada :

PRELIMINARES

1. As notas á margem do presente não affectarão a sua construção, a menos que haja alguma cousa no assumpto ou conteúdo que for contradictoria.

« A Companhia » significa—*The Guardian Fire and Life Assurance Company, limited*.

« Proprietario » significa um accionista registado na época da companhia.

« Fundo dos proprietaries » significa o capital da companhia na occasião.

« Acções » significa acções do fundo dos proprietarios.

« Assembléa geral » significa uma assembléa geral da companhia, tanto ordinaria como extraordinaria.

« Assembléa ordinaria » e « assembléa extraordinaria » significam respectivamente uma assembléa geral ordinaria e uma assembléa geral extraordinaria da companhia.

« Deliberação especial » significa uma deliberação especial dentro da definição da secção cincoenta e um da lei de companhias de 1862, que dispõe que uma deliberação votada por uma companhia, de accordo com esta lei, será considerada como sendo especial toda vez que ella for votada por uma maioria de nunca menos de tres quartas partes de accionistas da companhia, na occasião que tenham o direito de votar de conformidade com os regulamentos da companhia, que possam achar-se presentes pessoalmente ou representadas por procurador nos casos em que, pelos regulamentos da companhia, se admittam procuradores em qualquer assembléa geral da qual seja devitamente dado aviso, especificando a intenção de propor essa deliberação e confirmado por uma maioria desses accionistas na occasião, que tenham o direito de votar, de conformidade com os regulamentos da companhia, que estejam pessoalmente presentes ou representados por procuradores em uma assembléa geral subsequente, da qual seja dado devido aviso e reunida dentro em um intervalo de não menos de quatorze dias nem de mais de um mez da data da assembléa em que essa deliberação foi primeiramente votada.

Em qualquer assembléa mencionada nesta secção, a menos que seja requerida uma votação nominal por, pelo menos, cinco accionistas, uma declaração do presidente de que a deliberação passou, será considerada como prova conclusente do facto sem

prova do numero ou da proporção dos votes apurados em favor ou contra a mesma.

O aviso de qualquer assembléa para os fins desta secção será considerado como tendo sido devidamente dado, e a assembléa ter sido devidamente reunida, todas as vezes que esse aviso tiver sido dado, e a assembléa reunida pela maneira prescripta pelos regulamentos da companhia.

Para computar a maioria, de accordo com esta secção, quando for requerida uma votação nominal, far-se-ha referencia ao numero de votos a que cada accionista tem direito pelos regulamentos da companhia.

« Os directores » significa os directores da companhia na occasião.

« O escriptorio » significa a séde da companhia na occasião.

« O registro » significa o registro de accionistas que será escripturado de accordo com a secção 25 da lei de companhias de 1862.

« Mez » significa mez do calendario.

« Por escripto » significa escripto ou impresso ou parte escripta e parte impressa.

As palavras significando sómente o numero singular incluem o numero plural e vice-versa.

As palavras significando sómente o genero masculino incluem o genero feminino.

As palavras significando pessoas incluem corporações.

2. Os regulamentos contidos na tabella A do primeiro annexo á lei das companhias de 1862 não terão applicação á companhia.

ACÇÕES

3. Fundo algum da companhia será empregado na compra de ou emprestado sobre acções da companhia.

4. Si pelas condições da distribuição de qualquer acção toda ou parte da sua importancia for pagavel por prestações, cada uma dessas prestações, uma vez devida, sera paga á companhia pelo dono da acção.

5. Os co-proprietarios de uma acção serão, quer conjuncta, quer separadamente, responsaveis pelo pagamento de todas as prestações e chamadas devidas com relação a essa acção.

6. A companhia terá o direito de tratar o proprietario registrado de qualquer acção como dono absoluto da mesma e por conseguinte não será obrigada a reconhecer qualquer direito equitativo ou de outra especie ou interesse nessa acção por parte de qualquer outra pessoa, salvo como se acha aqui disposto.

CERTIFICADOS

7. Os certificados de titulo a acções serão emitidos com o sello da companhia, assignados por um director e rubricados pelo secretario ou alguma outra pessoa nomeada pelos directores.

8. Todo o proprietario terá direito a um certificado das acções registradas no seu nome.

Todo o certificado de acções mencionará o numero de acções relativamente ás quaes é emittido e a importancia realizada sobre ellas.

9. Si qualquer certificado se danificar ou desfigurar, então, apresentando-o aos directores, estes poderão ordenar que elle seja cancellado e poderão emittir um certificado novo no seu logar e no caso de se perder ou destruir qualquer certificado, então á vista de prova, á satisfação dos directores e mediante a indemnisação que os directores possam julgar adequada, será passado um novo certidão em seu logar ao proprietario com direito a esse certificado perdido ou destruido.

10. Por todo o certificado possuido, segundo a clausula que precede, se pagará á companhia a quantia de um shilling ou a quantia inferior, que os directores determinem.

11. Os certificados de acções registrados nos nomes de dous ou mais proprietarios serão entregues ao proprietario cujo nome estiver em primeiro logar no registro.

CHAMADA

12. Os directores poderão, de tempos a tempos, fazer aos proprietarios as chamadas que possam entender convenientes, relativas aos dinheiros por pagar sobre as acções por elles possuidas respectivamente e cada proprietario pagará a importancia de toda a chamada assim feita á pessoa e na época e no logar designado pelos directores.

13. Se considerará ter sido feita uma chamada na época em que a deliberação dos directores autorisando-a foi approvada.

14. Nenhuma chamada excederá de 25 % do valor nominal de uma acção, ou será devida dentro em dous mezes depois de ter sido paga a chamada precedente.

15. Dar-se-ha um aviso de 14 dias de qualquer chamada, especificando a época e o logar do pagamento e a quem se deverá pagar essa chamada.

16. Si a quantia pagavel com relação a qualquer chamada ou prestação não for paga, no ou antes do dia marcado para o seu pagamento, o proprietario da acção, com relação á qual a chamada tiver sido feita ou a prestação for devida, pagará juros sobre a mesma a contar do dia marcado para o seu pagamento até o dia em que for effectivamente pago á razão de (25) cinco libras por cento ao anno ou a qualquer outra taxa que os directores possam determinar.

COMMISSO

17. Si qualquer proprietario deixar de pagar qualquer chamada ou prestação no ou antes do dia marcado para o seu pagamento, os directores poderão a todo tempo posteriormente em

quanto a chamada ou prestação estiver por pagar, expedir um aviso ao proprietário reclamando que a pague, assim como quaesquer juros que também tenham accrescido e todos os gastos em que a companhia tenha incorrido em razão dessa falta de pagamento.

18. O aviso marcará um dia (não sendo menos de 14 dias antes da data do aviso), e um lugar ou lugares em que essa chamada ou prestação e esses juros e gastos, como acima dito, tenham de ser pagos.

O aviso também declarará que no caso de falta de pagamento no ou antes da época e no lugar ou em um dos lugares designados as acções em relação ás quaes a chamada foi feita ou a prestação estiver por pagar, ficarão sujeitas a cahir em commisso.

19. Si os requisitos de qualquer desses avisos, como acima dito, não forem satisfeitos, quaesquer acções em relação ás quaes esse aviso tiver sido dado, em qualquer época desde então antes de pagamento de todas as chamadas ou prestações, juros e gastos devidos com relação ás mesmas, poderão ser declaradas cahidas em commisso por uma deliberação dos directores para esse effeito.

Esse commisso abrangerá todos os dividendos annunciados com relação ás acções cahidas em commisso e que não tenham sido effectivamente pagos antes do commisso.

20. Quando qualquer acção tenha assim cahido em commisso, dar-se-ha aviso da deliberação ao proprietário em cujo nome ella estava anteriormente ao commisso e immediatamente se fara no registro uma declaração do commisso com a sua data.

21. Qualquer acção assim cahida em commisso será considerada como propriedade da companhia e os directores poderão vender, ou tornar a distribuir ou por outra forma dispor da mesma, pela mesma maneira que entender conveniente.

22. Os directores poderão em qualquer época, antes que qualquer acção, assim cahida em commisso, tenha sido vendida, distribuida de novo, ou que della se tenha disposto, annullar o seu commisso, sob as condições que julgarem convenientes.

23. Qualquer proprietario cujas acções tenham cahido em commisso ficará obrigado, não obstante, a pagar, e pagará sem demora á companhia, todas as chamadas, prestações, juros e despesas devidas sobre ou em relação a essas acções, na época do commisso, juntamente com os juros sobre a mesma, a contar da época do commisso até o pagamento (5 %) cinco por cento ao anno e os directores poderão obrigar ao seu pagamento, si o entenderem conveniente.

DIREITO DE RETENÇÃO

24. A companhia terá um primeiro direito de retenção sobre todas as acções (a não ser as acções integralisadas) registradas no nome de qualquer proprietario ou proprietarios, pelas respon-

sabilidades delle ou delles para com a companhia, separada ou conjunctamente, com qualquer outra pessoa, quer o prazo da sua deliberação tenha expirado, quer não.

Esse direito de retenção será extensivo a todos os dividendos de tempos a tempos declarados em relação a essas acções, porém não será extensivo a acções possuidas ou por qualquer proprietário ou proprietários conjunctamente com outras que não tenham responsabilidades para com a companhia.

O registro de uma transferencia de acções importará, não obstante, uma desistencia do direito de retenção da companhia sobre essas acções.

25. No intuito de fazer valer esse direito de retenção, os directores podem vender as acções sujeitas ao mesmo pela forma que entenderem conveniente, porém não se fará venda alguma sem que tenha chegado a época como acima dito e sem que se tenha dado aviso por escripto ao proprietario dessas acções da intenção de vendel-as e tendo elle deixado de satisfazer essas responsabilidades dentro em sete dias depois desse aviso.

26. O producto liquido dessa venda será applicado á satisfação dessas responsabilidades e o excedente (si o houver) sera pago a esse proprietario.

27. Ao fazer-se qualquer venda depois de declarado o commisso ou para fazer valer um direito de retenção, os directores poderão fazer inscrever o nome do comprador no registro em relação ás acções vendidas e o comprador nada terá que ver com a regularidade dos actos praticados ou com a applicação do dinheiro da compra e depois que o seu nome tenha sido inscripto no registro, a validade da venda não será impugnada por pessoa alguma e o recurso de qualquer pessoa prejudicada pela venda consistirá sómente por damno, e contra a companhia, exclusivamente.

TRANSFERENCIA E TRANSMISSÃO DE ACÇÕES

28. A transferencia de qualquer acção será feita por documento, pela forma commum usual ou tão approximadamente quanto as circumstancias admittirem que seja passada pelo transferente e o transferido e o transferente será tido como permanecendo possuidor dessa acção até que o nome do transferido seja inscripto no registro com relação á mesma.

29. Os directores poderão recusar-se a registrar qualquer transferencia de acções sobre as quaes a companhia tenha o direito de retenção e no caso de acções não integralizadas, poderão recusar registrar uma transferencia a um transferido que não for de sua approvação.

30. Todo o documento de transferencia será deixado no escriptorio para seu registro acompanhado do certificado das acções que tiverem de ser transferidas e de qualquer outra prova que a companhia possa exigir para provar o título de transferente, ou o seu direito de transferir as acções.

31. Todos os documentos de transferencia que forem registrados serão registrados pela companhia, porém, qualquer documento de transferencia que os directores se recusarem a respeito será devolvido, a pedido, à pessoa que o depositar.

32. Um emolumento não excedendo de cinco *shillings* poderá ser cobrado, por transferencia e será pago, si os directores o exigirem.

33. Os livros de transferencia e os registros dos proprietarios deverão ficar encerrados durante época, não excedendo ao todo de 30 dias em cada anno, que os directores julgarem conveniente.

34. Os executores testamentarios, ou administradores de um proprietario fallecido, que não seja um de diversos possuidores conjuntos serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo algum direito de negociar com as acções registradas no nome desse proprietario e no caso de morte de um ou mais de um co-proprietario de uma acção registrada o proprietario sobrevivente será a unica pessoa reconhecida pela companhia como tendo qualquer titulo à essa acção, ou nella tenha qualquer interesse.

35. Qualquer pessoa que vier a ter interesse em acções em consequencia do fallecimento, ou quebra de qualquer proprietario, apresentando a prova do seu direito que os directores julgarem sufficiente e sujeito aos regulamentos sobre transferencias aqui anteriormente contidos, poderá transferir essas acções para si proprio ou para qualquer outra pessoa e até que essa pessoa tenha transferido essas acções não se pagará dividendo sobre ellas, a menos que seja por outra forma ordenado pelos directores e essa pessoa não terá direito de especie alguma (a não ser o direito de transferencia) com relação às mesmas.

AUGMENTO E REDUÇÃO DO CAPITAL

36. A companhia poderá de tempos a tempos, por deliberação especial, augmentar o capital pela criação de novas acções da importancia que se julgar conveniente.

37. As novas acções serão emittidas sob os termos e condições e com os direitos e privilegios a ella annexos que forem determinados pela deliberação especial que as crear e si não houver determinação nesse sentido, segundo os directores o determinarem e principalmente essas acções serão emittidas com um direito de preferencia ou de qualificação, quer quanto a dividendos, quer na distribuição do activo da companhia, ou ambas as cousas, ou com um direito especial, ou sem direito a votar.

38. Si em qualquer época em razão da emissão de acções preferencias ou por outra causa, o capital for dividido em diferentes classes de acções, todos ou quaesquer dos direitos e privilegios inherentes a cada classe, poderão ser modificados por accordo entre a companhia e qualquer pessoa que se proponha contractar representando essa classe com tanto que esse accordo seja ratificado por escripto pelos donos de duas terças partes, pelo menos; das acções dessa classe.

39. A companhia poderá antes da emissão de quaesquer novas acções determinar que as mesmas ou algumas dellas sejam offerecidas em primeiro logar a todos os proprietarios de então, na proporção do capital possuido por elles ou fazer quaesquer outras disposições quanto à emissão ou distribuição das novas acções, porém, na falta dessa determinação ou tanto quanto ellas não possam chegar, poder-se-ha dispor das novas acções como si ellas fizessem parte das acções do capital original.

40. Excepto tanto quanto por outra forma disposto pelas condições da emissão ou pelo presente, qualquer capital levantado pela criação de novas acções será considerado como parte do capital original e estará sujeito às disposições no presente contidas com referencia ao pagamento de chamadas e prestações, commisso, direito de retenção, transferencia e transmissão e por outra forma.

41. A companhia de tempos a tempos, por uma deliberação especial, sujeita às disposições da lei da *Guardian Assurance Company* (Companhia de Seguros *Guardian*) de 1893 pôde devolver aos proprietarios qualquer somma do capital realiado sobre as suas acções, e também sujeito à confirmação pelo Tribunal de accordo com as disposições das leis das companhias de 1862 a 1890, reduzir o seu capital, resgatando capital ou annullando capital que tenha sido perdido ou não estiver representado por bens disponiveis do activo ou reduzindo a responsabilidade sobre as acções ou por outro modo, segundo se julgar conveniente e o capital poderá ser resgatado sobre a base de que possa ser chamado outra vez ou de outro modo.

42. A companhia poderá em qualquer época, por deliberação especial, subdividir ou consolidar as suas acções ou quaesquer dellas, e a deliberação especial pela qual qualquer acção for subdividida poderá determinar que entre os possuidores das acções resultantes desta subdivisão uma ou mais dessas acções terão uma preferencia sobre as outras em dividendos, na distribuição do activo da companhia e nos votos conferidos ao possuidor ou possuidores das mesmas, ou em quaesquer desses assumptos.

PODERES PARA CONTRAHIR EMPRESTIMO

43. Os directores, de tempos a tempos, poderão á sua descrepção levantar ou contrahir qualquer emprestimo de dinheiro para os fins da companhia, porém, de forma que a importancia a qualquer tempo devida não excederá, sem a sanção de uma assembléa geral, á importancia do capital não pago.

Não obstante, nenhum prestamista ou outra pessoa que tiver negocios com a companhia terá o direito de ver ou averiguar si esse limite é observado.

44. Os directores poderão garantir o reembolso desse dinheiro pela maneira e nos termos e condições a todos os respeitoos que possam julgar conveniente.

ASSEMBLEAS GERAES

45. A primeira assembléa geral ordinaria terá logar na época (não sendo mais de quatro mezes depois do registro da companhia) e no logar que os directores determinarem.

46. Uma assembléa geral ordinaria terá logar uma vez por anno, no anno de 1893 e em cada anno subsecente na época e no logar que for determinado pela companhia em assembléa geral e si nenhuma outra época ou logar for designado, no escriptorio, na época não mais tarde que a primeira quarta-feira do mez de junho que possa ser determinada pelos directores.

47. Os directores poderão convocar todas as vezes que o julgarem conveniente e sendo requerido por escripto por tres directores ou por 10 proprietarios, pelo menos, possuindo ao todo accões na importancia, pelo menos da centesima parte do capital da companhia convocarão uma assembléa geral extraordinaria.

48. Qualquer desses requerimentos especificará o fim da reunião requerida e será assignado pelos directores ou proprietarios que o fizerem e será depositado no escriptorio.

Elle poderá consistir em diversos documentos de igual fórma cada um delles assignado por um ou mais requerentes.

A assembléa deve ser convocada para os fins especificados no requerimento e si for convocada de outro modo do que pelos directores, unicamente para esses fins.

49. No caso em que os directores 10 dias depois desse deposito deixarem de convocar uma assembléa geral extraordinaria que tiver de reunir-se dentro em 28 dias depois desse deposito, os requerentes ou quaesquer outros proprietarios possuindo igual numero de accões poderão elles proprios convocar uma assembléa geral que deverá ter logar dentro em seis semanas depois desse deposito.

50. Dar-se-ha a cada proprietario, por carta ou circular um aviso de sete dias completos designando o logar, dia e hora da assembléa geral e, no caso de tratar-se de um assumpto especial a natureza desse assumpto.

51. A omissão accidental de dar-se este aviso a qualquer proprietario não invalidará qualquer deliberação tomada em qualquer dessas assembléas geraes.

ACTAS DAS ASSEMBLEAS GERAES

52. O assumpto a tratar-se em uma assembléa geral ordinaria que não seja a primeira assembléa geral ordinaria será receber e tomar em consideração as contas, balancetes e relatorios dos directores e dos fiscaes, eleger directores e fiscaes, declarar dividendos e tratar de quaesquer outros assumptos que por estes estatutos devam ser tratados em uma assembléa geral e qualquer assumpto que fór submettido a consideração pela informação dos directores dada com o aviso convocando essa assembléa.

Quaesquer outros assumptos de que se trata em uma assembléa geral ordinaria e quaesquer outros assumptos de que se tratar em uma assembléa geral extraordinaria serão considerados especiaes e nenhum assumpto especial será tratado em uma assembléa geral a menos que se dê aos accionistas um aviso de sete dias completos da intenção de se tratar dos mesmos.

53. Viute accionista, com o direito de votar pessoalmente, presentes constituirão um *quorum* para uma assembléa geral e em qualquer dessas assembléas não se tratará de assumpto algum sem que esteja presente o *quorum* requerido ao principiar-se a tratar do assumpto.

54. O presidente, ou na sua ausencia o vice-presidente dos directores ou na ausencia de ambos, um director que será nomeado pela maioria dos directores presentes, terá o direito de tomar a presidencia em qualquer assembléa geral.

Si nenhum director se achar presente dentro de 15 minutos, depois da hora marcada para ter logar a assembléa, ou si todos os directores presentes se recusarem a presidir, então os proprietarios de acções presentes escolherão um de entre si para presidente.

55. Si dentro de meia hora, de hora marcada para ter logar uma assembléa geral não estiver presente *quorum*, a assembléa, si tiver sido convocada a requerimento como acima se declara, será desenvolvida porém, em qualquer outro caso ficará, ainda para o mesmo dia da semana seguinte na mesma hora e logar e si então não se achar presente *quorum* os proprietarios presentes formarão *quorum* e poderão tratar de qualquer assumpto ordinario para o qual a assembléa foi convocada, porém não de qualquer assumpto especial.

56. Toda a questão submettida a uma assembléa geral será decidida; em primeiro logar por votação symbolica e no caso de empate de votos, tanto no caso de votação symbolica como em votação nominal o presidente terá um voto decisivo além dos votos a que tiver direito como proprietario.

57. Em qualquer assembléa geral, a menos que seja requerida votação nominal por 10 ou mais proprietarios que possuam entre todos pelo menos 500 acções, uma declaração feita pelo presidente de que uma deliberação passou ou foi approvada por uma maioria especial ou foi rejeitada ou não approvada por uma maioria especial e uma nota nesse sentido foi lançada na acta das actas da companhia, será nota concludente do facto, sem necessidade de prova do numero ou proporção de votos apurados a favor ou contra a dita deliberação.

58. O presidente de uma assembléa geral poderá, com o consentimento da assembléa, adiar a mesma de uma época, para outra ou de um logar para outro, porém não se tratará de assumpto algum em qualquer assembléa adiada que não seja o assumpto deixado por concluir na assembléa cujo adiamento teve logar.

59. Si for requerida em uma assembléa geral uma votação nominal como acima dito, ella será tomada pela forma e na

época e no lugar que o presidente da assembléa designar, e tanto immediatamente como depois de um intervalo ou adiamento ou por outra fôrma, e o resultado da votação nominal será considerado como sendo a deliberação da assembléa geral na qual foi exigida a votação nominal.

60. Toda a votação nominal, devidamente requerida na eleição de um presidente de uma assembléa geral ou em qualquer questão do adiamento, será realizada na assembléa e sem adiamento.

61. O pedido de votação nominal não impedirá a continuação de uma assembléa geral para se tratar de assumpto que não seja a questão sobre a qual se requer a votação nominal.

62. Lavrar-se-hão actas em um livro das actas e deliberações de toda e qualquer assembléa geral e que serão assignadas pelo presidente dessa assembléa, e si forem assignados por elle ou por qualquer outro director serão acceitos como prova *prima facie* das materias expressas nessas actas.

VOTOS DOS PROPRIETARIOS DE ACÇÕES

63. Um proprietario que possuir 20 acções e menos de 50 acções terá direito a um voto e o que possuir 50 acções e menos de 100 acções terá direito a dous votos e o proprietario que possuir 100 acções ou maior numero terá direito a tres votos pelas primeiras 100 acções e um voto addicional por cada 100 acções completas subsequentes.

Um proorietario que possuir menos de 20 acções não terá direito a voto algum.

64. Qualquer um dos proprietarios conjunctos de acções poderá votar em qualquer assembléa geral com relação a essas acções como se elle fosse o unico com direito ás mesmas, e si estiver presente mais de um desses proprietarios conjunctos em qualquer assembléa geral, aquelle dos proprietarios cujo nome estiver inscripto em primeiro lugar no registro com relação a essas acções será o unico com direito a votar.

65. Os votos poderão ser dados quer pessoalmente, quer por procuração.

66. O instrumento de nomeação de um procurador será por escripto revestido da assignatura do constituinte ou do seu procurador, ou si esse constituinte for uma corporação será revestido do seu sello commum.

Pessoa alguma que não seja proprietario de acções e com o direito de votar, será nomeado procurador.

67. O instrumento de nomeação de procurador e tambem a procuração, si a houver, em virtude da qual elle for assignado, será depositado no escriptorio nunca menor de 48 horas, antes do dia marcado para reunir-se a assembléa geral em que a pessoa nomeada nesse instrumento tencionar votar, porém nenhum instrumento de nomeação do procurador será valido depois de expirados 12 mezes da data do seu outorgamento.

68. Um voto dado de accordo com os termos de um instrumento de procuração será valido, embora tenha fallecido antes o constituinte ou apezar de prévia revogação da procuração ou da transferencia da acção com relação á qual se dá o voto, a menos que se tenha recebido noticia por escripto, no escriptorio, da morte, revogação ou transferencia antes da assemblea geral em que esse voto teria de ser dado.

69. Todo o documento de procuração, quer para uma assemblea geral determinada, quer para outra qualquer, tanto quanto o permittem as circumstancias, será redigido pela seguinte forma:

A Guardian Fire and Life Assurance Company, limited.

Eu..... de..... no condado de..... sendo accionista da *Guardian Fire and Life Assurance Company, limited.*

Eu..... de..... no Condado de..... sendo accionista da *Guardian Fire and Life Assurance Company, limited*, pelo presente nomeio..... de..... ou na sua falta..... de..... ou na sua falta..... de..... como meu procurador para votar por mim e como meu representante na assemblea geral ordinaria (ou extraordinaria) da companhia, que deverá ter logar no dia..... de..... e em qualquer adiamento da mesma.

Em testemunho do que assigno o presente no dia.... de.....

70. Nenhum proprietario de acções terá direito a estar presente ou votar quer pessoalmente, quer por procuração, quer como procurador de outro proprietario, em qualquer assemblea geral ou em qualquer votação nominal ou ser contado para um *quorum*, emquanto for devida ou pagavel á companhia qualquer chamada ou outra somma relativa a qualquer das acções do dito proprietario.

DIRECTORES

71. Até que seja por outra forma determinado pela companhia o numero dos directores não será inferior a dez nem superior a 20.

72. Os directores actuaes são os Srs. Henry Bonham Carter, William Hill Dawson, Charles Frederic Devas, Granville Frederick Richard Farquivar, Alban George Henry Gibb, M. P. James Goodson, John James Hamilton, Richard Musgrave Harvey, Evelyn Hubbard John Hunter, George Lake, Beaumont William Lubbock, John Beddulph Martin, Henry John Norman, David Powell, Augustus Prevost, Roderick Pryor e John Gilbert Talbot, M. P.

73. Todo o director será varão e a habilitação de todo o director será possuir por sua propria conta 250 acções.

74. Os directores terão direito aos fundos da companhia, á remuneração que de tempos a tempos for determinada pela companhia.

75. Os directores que continuarem poderão exercer o cargo, não obstante qualquer vaga no seu seio.

76. O cargo de director ficará vago:

- a) si aceitar ou exercer qualquer cargo sujeito à companhia, a não ser o de director inspector;
- b) si vier a fallir ou suspender pagamentos, ou fizer composição com os seus credores;
- c) si se descobrir que é fanático ou si vier a ficar louco;
- d) si deixar de possuir a quantidade de acções requerida para habilitar-o para exercer o cargo.
- e) si sem consentimento dos directores estiver ausente durante seis mezes consecutivos nas reuniões dos directores;
- f) si elle resignar o cargo por aviso por escripto, à companhia;
- g) si for requerido por escripto pelos seus collegas directores que elle renuncia;
- h) si elle occupar qualquer cargo ou lugar de nomeação, quer honorario, quer de outra natureza em qualquer outra companhia, sociedade ou instituição estabelecida ou a estabelecer se para effectuar e effectivamente exercendo o negocio de seguro contra fogo ou de vida.

77. Nenhum director ficará incompatibilisado para o seu cargo pelo facto de contractar com a companhia, quer como vendedor, comprador ou por outra maneira, nem esse contracto ou qualquer contracto ou accordo celebrado pela ou por conta da companhia, em que qualquer director for por qualquer forma interessado, sera annullavel, nem qualquer director que assim contractar ou estiver interessado será obrigado a dar contas à companhia de qualquer lucro realizado com qualquer desses contractos ou accordo, em razão de occupar esse director esse cargo ou da relação fiduciaria por elle estabelecida, porém a natureza do seu interesse deverá ser revelada por elle na reunião dos directores em que o contracto ou accordo celebrado, si o seu interesse existir então, ou em outro qualquer caso na primeira reunião dos directores depois de ter adquirido o seu interesse.

Contanto que no entanto director algum votará como director em qualquer contracto ou accordo em que esteja interessado como acima dito; e si elle votar, o seu voto não será contado, porém a companhia poderá, em qualquer época, em assembléa geral, modificar ou suspender esta disposição na parte que entender.

TERMO DE DIRECTORES

78. Na segunda assembléa geral ordinaria que terá lugar no anno de 1893 e em qualquer assembléa geral ordinaria successivas um terço dos directores, ou si o numero não for um multiplo de tres, então o numero mais approximado, porém não excedendo a tres, retirar-se-ha do cargo um director que conser-

var-se-ha no cargo até a terminação ou adiamento da assembléa em que o seu successor for eleito.

79. A terça parte ou o outro numero mais approximado a retirar-se consistirá de um director casualmente eleito em virtude da clausula 81 e daquelles que se tiverem conservado por mais tempo no cargo.

Havendo dous ou mais que tenham estado no cargo por igual espaço de tempo, o director a retirar-se, na falta de convenção, será designado pela sorte.

O espaço de tempo durante o qual o director tiver occupado o cargo, será contado da sua ultima eleição em que elle tinha previamente deixado o cargo.

Um director que si retirar poderá ser reeleito.

80. A companhia em qualquer assembléa geral ordinaria, em que quaesquer directores se retirarem pela maneira acima dita, preencherá os cargos vagos, elegendo um numero identico de pessoas para serem directores e poderá preencher quaesquer outras vagas e completar o numero de directores a um numero não excedente a 20, conforme a companhia determinar.

81. Os directores poderão, de tempos a tempos e em qualquer época, preencher qualquer vaga que se der no seu seio.

82. Si em qualquer assembléa geral ordinaria em que se tiver de proceder a uma eleição de directores, os logares dos directores que se retirarem não forem preenchidos, os directores que se retirarem ou aquelles de entre elles, cujos logares não tiverem sido preenchidos e que sejam candidatos á reeleição, continuarão nos cargos até a assembléa geral ordinaria no anno proximo e assim de anno em anno até que os seus logares sejam preenchidos, a menos que seja determinado nessa assembléa que as vagas ou qualquer dellas não sejam preenchidas.

83. A companhia poderá em qualquer occasião, por deliberação especial, augmentar ou reduzir o numero de directores e poderá alterar a sua habilitação e tambem determinar em que turno esse numero alterado ou reduzido tenha de deixar de exercer o cargo.

84. Nenhuma pessoa que não seja um director que se retire, a menos que seja recommendado pelos directores para a eleição, será elegivel para o cargo de director em qualquer assembléa geral, sem que elle ou qualquer outro proprietario que tenha a intenção de propol-o tenha deixado, 20 dias completos pelo menos, no escriptorio da companhia, um aviso por escripto devidamente assignado, communicando a sua candidatura ao cargo ou a intenção desse proprietario de propol-o.

DIRECTOR-INSPECTOR

85. Os directores, de tempos a tempos, poderão nomear um dos directores, que se chamará director-inspector, para desempenhar os deveres que elles lhe impuzerem e poderão conservar esse director-inspector pelo tempo e nos termos que julgarem

conveniente e poderão destituil-o como julgarem apropriado e poderão pagar-lhe a remuneração além e a mais de qualquer remuneração a que elle possa ter direito como um dos directores que elles julgarem conveniente, e podem, de tempos em tempos, variar essa remuneração.

ACTOS DOS DIRECTORES

86. Os directores reunir-se-hão no escriptorio para o expediente dos negocios, pelo menos uma vez por mez e poderão prorogar, ou por outra fôrma, regular as suas reuniões como o julgarem conveniente e poderão determinar o *quorum* necessario para que um assumpto possa ser tratado, contando que menos de oito directores não constituirão *quorum*.

Qualquer dessas reuniões de directores se chamará junta de directores.

Emquanto não for de outro modo disposto, oito directores constituirão *quorum* para uma junta de directores.

Não será necessario dar aviso de uma junta de directores a um director que não se achar dentro do Reino Unido.

87. O presidente ou vice-presidente e quaesquer tres directores poderão a todo tempo convocar uma junta de directores.

88. As questões que suscitarem em qualquer junta de directores serão resolvidas por uma maioria de votos e, no caso de igualdade de votos, o presidente terá um segundo voto ou voto decisivo.

89. Os directores em cada anno successivo, na sua primeira junta, depois da assemblea geral ordinaria, elegerão do seu proprio seio o presidente e o vice-presidente, que continuarão nos cargos durante um anno.

No caso de ficar vago o lugar de presidente e vice-presidente, os directores na sua proxima junta preencherão essa vaga.

90. Uma junta de directores durante o tempo em que estiver presente *quorum* será competente para exercer todas ou quaesquer das faculdades, poderes e arbitrios, de accordo e de conformidade com o regulamento da companhia, em occasião de que estejam investidos ou que possam ser exercidos pelos directores em geral.

91. Os directores poderão delegar quaesquer dos seus poderes a não ser aquelles que só poderão ser exercidos por tres quartas partes dos directores na occasião, de conformidade com o art. 107, a *comités* constantes dos directores ou do director que elles julgarem conveniente e poderão fixar o *quorum* desses *comités*.

Qualquer *comité* assim formado, conformar-se-ha no exercicio dos poderes que lhe forem assim delegados, com quaesquer regulamentos que possam a todo tempo ser-lhe impostos pelos directores.

92. As reuniões e os actos de qualquer desses *comités* ficarão sujeitos ás disposições aqui contidas para regular as juntas e os

actos dos directores, tando quanto elles lhe forem applicaveis e não sejam invalidadas por quaesquer regulamentos feitos pelos directores, sob a clausula ultima procedente.

93. Todos os actos praticados em qualquer junta de directores ou por qualquer pessoa, procedendo como director, embora se descubra mais tarde que houve algum defeito na nomeação desses directores ou pessoa que proceder como acima dito, ou que elles ou qualquer delles não estavam habilitados, serão tão validos como se qualquer dessas pessoas tivesse sido devidamente nomeada e tivesse a habilitação precisa para ser director.

ACTAS

94. Os directores farão lavrar actas em livros preparados para esse fim, dos nomes dos directores presentes, e de quaesquer deliberações e actos praticados em toda a reunião dos directores e de qualquer *comité* de directores, e qualquer desses actos quando assignadas por um director será recebido como prova *prima facie* das materias expressas nessas actas.

PODERES DOS DIRECTORES

95. A gerencia dos negocios da companhia pertencerá aos directores que, em acrescimo aos poderes e faculdades que pelo presente lhe são expressamente conferidos, podem exercer quaesquer outros poderes, e fazer todos os outros actos e cousas e que possam ser exercidos ou feitos pela companhia, e que pelo presente ou qualquer lei do Parlamento não estão indicados ou exigidos que sejam exercidos ou feitos pela companhia em assembléa geral, porém, sujeitos, não obstante e as disposições de qualquer lei do Parlamento e destes estatutos, e sujeitos tambem a quaesquer regulamentos em qualquer occasião feitos pela companhia em assembléa geral, comtanto que nenhum regulamento assim feito invalidará qualquer acto anterior dos directores que teria sido valido, si esse regulamento não tivesse sido feito.

96. Todos os contractos e outros documentos, exceptos certificados de acções que precisarem ser sellados pela companhia, tambem serão assignados por dous directores, pelo menos.

97. Toda a apolice de seguro emittida por conta da companhia na sua séde será assignada por algum funcionario da companhia, delegado pelos directores para esse fim, e por um director, pelo menos.

98. Os directores poderão, a sua discripção, em qualquer época nomear uma pessoa para acceitar e conservar em fiel commissio pela companhia qualquer propriedade pertencente a companhia, ou na qual ella tenha interesse, e poderá outorgar e fazer todas as escripturas e cousas que possam ser requeridas com relação a qualquer desses fidei-commissos.

Qualquer dos directores poderá agir nessa qualidade de fidei-commissario.

99. Onde os directores julgarem conveniente, qualquer estrangeiro ou outra pessoa fóra da jurisdição poderá ser nomeado fidei-commissario para qualquer desses fins.

100. Qualquer fidei-commissario pela companhia, podera ser autorizado pelos directores a delegar quaesquer poderes, faculdades ou autorizações, determinadas de que na occasião estiver investido.

101. As diversas pessoas que na occasião possuam propriedades em fidei-commisso pela companhia (inclusive aquelles que agirem em virtude da lei de 1850 da *Guardian Assurance Company*, quando estes regulamentos entrarem em vigor) agirão a todos os respeitoes sujeitos as indicações dos directores.

102. Os directores de tempos a tempos poderão dispor o que for conveniente sobre a direcção e gerencia dos negocios da companhia no estrangeiro ou em qualquer localidade determinada do Reino Unido, pela maneira que entenderem conveniente, e as disposições contidas nas tres clausulas aqui em seguida serão sem prejuizo dos poderes geraes conferidos por esta clausula.

103. Os directores de tempos a tempos e em qualquer época poderão estabelecer qualquer directoria ou agencia local, para a direcção de qualquer dos negocios da companhia no estrangeiro, ou em qualquer localidade determinada no Reino Unido, e poderão designar quaesquer pessoas para serem membros desses directorios local ou gerentes ou agentes, e poderão fixar a sua remuneração.

E os directores de tempos a tempos e em qualquer época poderão delegar em qualquer pessoa, assim nomeada, quaesquer das faculdades, autorizações e poderes de que na occasião os directores se achem investidos e que sejam necessarios para a gerencia dos negocios da companhia, nessa determinada localidade, poderão autorisar os membros na occasião deste directorio local ou quaesquer delles a preencherem quaesquer vagas que nelle se derem, agirem, embora haja vagas e qualquer dessas nomeações ou delegações poderão ser feitas nos termos e sujeitas ás condições que os directores possam julgar conveniente, e os directores poderão em qualquer occasião destituir qualquer pessoa assim nomeada, e poderão annullar ou alterar qualquer dessas delegações.

104. Os directores poderão em qualquer época e de tempos a tempos, por procuração revestida do sello, nomear qualquer pessoa para ser o procurador da companhia para os fins e com os poderes, autorizações e faculdades (não excedendo aquelles de que por estes estatutos os directores estão investidos ou que possam ser por elles exercidos, e pelo periodo e sujeito ás condições que os directores possam a todo o tempo julgar conveniente e qualquer dessas nomeações poderá (si os directores julgarem conveniente) ser feita em favor dos membros ou de qualquer dos membros de qualquer directorio local estabelecido como acima dito, ou em favor de qualquer companhia ou nos membros directores, representantes ou gerentes de qualquer companhia ou firma, ou de outra fôrma em favor de qualquer corporação variavel, quer sejam nomeados directos, quer indire-

ctamente, pelos directores, e qualquer dessas procurações poderá conter os poderes para a protecção ou conveniencia de pessoas que negociem com esse procurador que o director possa julgar apropriado.

105. Qualquer desses delegados ou procurador, como acima dito, poderá ser autorizado pelos directores a subdelegar qualquer desses poderes, faculdades ou autorisações determinadas, que na occasião se ache investido.

106. A companhia pôde exercer as faculdades conferidas pela lei de sellos das companhias de 1864, em virtude do que os directores ficarão investidos das ditas faculdades.

EMPREGO DE FUNDOS

107. Os directores poderão empregar e accumular quaesquer sommas de dinheiro da companhia de que não haja immediata necessidade, para os seus fins, em quaesquer das seguintes collocações e com a sancção de nunca menos de tres quartas partes dos directores na occasião que será dada, quer em geral, quer para a collocação de quantias de dinheiro determinadas em uma reunião dos directores, especialmente convocada para esse fim, em quaesquer outras collocações, e de tempos a tempos poderão variar todas ou qualquer parte dessas collocações.

PARTE I

COMPRAS

a) Titulo ou fundos publicos do Reino Unido (incluindo annuidades por vidas ou annos) ou outras obrigações do Governo Britannico.

Os fundos ou obrigações de qualquer Governo ou Estado estrangeiro, cujos dividendos ou juros estejam garantidos pelo Governo Britannico.

b) Titulos, annuidades, *bonds*, notas ou obrigações de garantia do Governo de qualquer colonia ou dependencia britannica, ou de qualquer provincia, cidade ou corporação municipal ou autoridade local, na india, ou em qualquer colonia ou dependencia britannica, ou quaesquer titulos, acções, annuidades, *bonds* ou obrigações cujo capital ou juros sejam total ou parcial ou contingentemente garantidos pelo Governo ou pelo Secretario de Estado na India, ou pelo governo de qualquer colonia ou dependencia britannica, ou qualquer provincia, cidade, corporação municipal ou autoridade local na India, ou qualquer colonia ou dependencia britannica.

c) *Bonds*, obrigações preferenciaes, fundo de preferencia ou outras obrigações de qualquer corporação municipal, ou autoridade local ou qualquer corporação, ou corpo de commissarios

constituídos para qualquer objecto publico, ou de qualquer companhia ou corporação publica que funcione ou tenha escriptorio em qualquer parte do Reino Unido, na India, ou em qualquer colonia ou dependencia britannica e autorizada ou incorporada pelas leis do Reino Unido, ou de qualquer colonia ou dependencia britannica.

d) Titulos de capital do Banco da Inglaterra.

e) Titulos de capital ou acções, de preferencia, ou garantidos, de qualquer companhia publica incorporada determinadamente por lei do Parlamento, ou de qualquer commissão para objecto publico, incorporada, constituída ou autorizada especialmente por lei do Parlamento.

f) Titulos ou acções de preferencia, ou garantidos de qualquer companhia ou corporação que funcione e tenha escriptorio no Reino Unido e autorizada ou incorporada pelas leis do Reino Unido.

g) Titulo de preferencia ou fundo preferencial de companhias de estradas de ferro incorporadas pelas leis dos Estados Unidos da America ou de qualquer dos seus Estados.

h) Apolices de seguros da companhia e de qualquer outra companhia de seguro ou annuidades por annos ou vidas, ou qualquer outro periodo quer dependam de uma ou mais vidas ou quer não, ou qualquer interesse nellas.

i) Direito hereditario ou qualquer prazo de vida ou vidas ou de annos quer absoluto, quer determinavel em quaesquer terrenos que tenham sido arrendados para edificação por contractos de arrendamento, em que se reserve um direito de renda sobre a terra quer nominal, quer valorizada ou em quaesquer terrenos que estejam sujeitos a qualquer contracto para arrendamento para esses fins, reservando-se esse direito de renda sobre a terra.

j) Qualquer interesse quer na posse ou reversão, e quer empregado ou contingente ou annullavel, em quaesquer das collocções especificadas nesta parte deste artigo, ou em qualquer outra propriedade movel ou immovel, hereditaria, ou movivel, ou propriedade em litigio situado, ou proveniente, ou que se ache dentro do Reino Unido.

PARTE II

GARANTIAS POR EMPRESTIMOS

a) Terrenos ou outras herdades com senhorio directo, arrendamento, foro por emphyteuse, ou outro aforamento, ou qualquer propriedade ou interesse em quaesquer desses terrenos ou herdades situadas no Reino Unido ou em qualquer colonia ou dependencia britannica.

b) Quaesquer taxas ou direitos ou barreira portagem exigivel no Reino Unido em virtude de qualquer lei do parlamento ou na India, ou em qualquer colonia ou dependencia britannica, de

acordo com qualquer lei do Governo ou do Corpo Legislativo, que tenha a força de lei.

c) Quaesquer das collocações de capital especificadas na parte 1.^a deste artigo ou qualquer interesse nessas collocações.

d) Obrigações pessoaes com ou mais fianças e uma ou mais apolices de vida.

e) Qualquer outra propriedade movel ou immovel hereditavel ou movivel, ou propriedade em litigio situada ou originaria ou que exista no Reino Unido ou qualquer propriedade ou interesse nella.

f) Depósitos em poder de qualquer corretor de cambio, corretor de fundos, banqueiro ou outra companhia de corretagem de cambio, de fundos ou de desconto, ou sociedade commercial.

PARTE III

COLLOCAÇÕES ESPECIAES NO ESTRANGEIRO

a) Os depósitos ou collocações exigidas como condição para exercer negocio na India, ou em qualquer colonia ou dependencia britannica, ou em qualquer paiz estrangeiro, poderão ser feitos pela maneira requerida pela lei local.

b) Os premios e lucros resultantes do negocio fóra do Reino Unido, e as outras quantias do dinheiro ultteriores que forem necessarias para exercer esse negocio poderão ser empregadas em titulos, *bonds* de capital, ou obrigações do Governo da colonia, dependencia ou paiz estrangeiro em que o negocio for feito ou de qualquer Estado, provincia ou cidade do mesmo, ou em *bonds* (obrigações), titulos preferenciaes, fundo preferencial, ou outras garantias de qualquer companhia publica ali estabelecida ou funcionando ou tratando-se dos Estados Unidos da America, sobre hypotheca de quaesquer bens de raiz ou interesse em terras, casas ou outra propriedade de raiz ou immovel ali situado, ou em deposito em qualquer banco local ou companhia de fidei-commisso ou deposito a juros.

FUNDOS SEPARADOS

108. Haverá quatro fundos separados, a saber : o fundo dos proprietarios, o fundo contra incendios, o fundo de accidentes e o fundo de seguro de vida, que consistirão respectivamente dos bens activos (si os houver) que agora ou a todo o tempo constituam os ditos fundos respectivamente.

109. Todos os premios e lucros recebidos que não sejam os referentes ao fundo dos proprietarios e dos contractos de accidentes da companhia e do fundo de accidentes e dos contractos de seguro de vida e annuidades da companhia e do fundo de seguro de vida, serão aggregados ao fundo contra incendio, e todos

os premios e lucros recebidos com relação aos contractos de accidentes da companhia e dos fundos de accidentes, serão accrescentados ao fundo de accidentes, e todos os premios e lucros recebidos com relação ao seguro de vida e contractos de annuidade da companhia e do fundo de seguro de vida, serão accrescentadas ao fundo de seguro de vida, e organizar-se-hão contas separadas e distinctas, e serão feitas collocações separadas e distinctas dos fundos dos proprietarios contra incendios, accidentes e seguros de vida respectivamente ; porém os directores poderão à sua discrição empregar o fundo de accidentes juntamente com o fundo dos proprietarios ou o fundo contra incendio, porém não parcialmente com um e parcialmente com o outro desses fundos, e quer a uma taxa de juros fixa, quer a uma quota proporcional de lucros.

110. O fundo contra incendios será em primeiro lugar applicado ao pagamento das despesas, perdas e gastos inherentes a todos os negocios da companhia, menos os contractos de seguros de accidentes de vida e annuidades da companhia, e o fundo de accidentes applicar-se-ha em primeiro lugar ao pagamento das despesas, perdas e gastos inherentes aos contractos de accidentes da companhia e o fundo de seguros de vida applicar-se-ha em primeiro lugar às despesas, perdas e gastos inherentes aos contractos de seguros de vida e annuidades da companhia e os directores dividirão proporcionalmente essas despesas, perdas e gastos entre os tres fundos nessa conformidade, e no caso em que essas não estejam disponiveis ou productivas em tempo a fazer face às perdas e despesas com elles pagaveis, ou forem insufficientes para satisfazer-o, então nesse caso, porém, não de outro modo, applicar-se-ha uma parte sufficiente do fundo dos proprietarios para corresponder ou compensar essa exigencia ou deficiencia, porém todas as vezes que assim se recorrer ao fundo dos proprietarios a importancia delle retirada será reposta com juros a uma taxa não excedendo a (5 %) cinco por cento ao anno, que os directores possam determinar a debitar-se semestralmente do fundo, para cujo uso ou conveniencias essa importancia tiver sido applicada.

111. No caso da companhia fazer fusão com qualquer outra companhia ou companhias, ou no caso dos negocios de qualquer outra companhia ou companhias serem transferidos á companhia, esses outros fundos poderão ser estabelecidos e far-se-hão outras disposições para o seu emprego e applicação, e dos seus lucros e dos premios recebidos com relação aos negocios dessas outras companhias ou companhia, no que tenham relação com o activo e passivo dessa outra companhia ou companhias e os termos e condições de união e transferencia que pelos directores forem considerados necessarios ou convenientes.

CONTAS

112. Os directores farão organizar contas exactas das quantias de dinheiro recebidas e pagas pela companhia e dos objectos

relativamente aos quaes tiverem logar esses recebimentos e despesas e os creditos activos e passivos da companhia e nessas contas os recebimentos por conta dos activos e passivos (1º) do fundo dos proprietarios (2º), do fundo contra incendios (3º), do fundo de accidentes e (4º), do fundo de seguros de vida serão estabelecidos distincta e separadamente.

113. Os livros de contas serão conservados no escriptorio da companhia ou em qualquer outro logar ou logares que os directores julgarem conveniente.

114. Os directores de tempos em tempos determinarão si e até que ponto e em que épocas e logares e sob que condições ou regras os livros e contas da companhia ou qualquer dellas serão franqueados à inspecção dos proprietarios, e proprietario algum terá qualquer direito de inspecionar qualquer conta ou livro ou documento da companhia a não ser pela fórmula permittida por regulamento ou autorizada pelos directores ou por uma deliberação da companhia em assembléa geral.

115. Os directores ordenarão que se organise em cada anno as contas do fundo de proprietarios até o dia 31 de dezembro precedente e os dividendos e juros sobre o mesmo serão levados a uma conta que se denominará—Conta do lucros e perdas.

116. Os directores farão organizar em cada anno as contas do fundo contra incendios e do fundo de accidentes até o dia 31 de dezembro precedente, e determinarão que a importancia dos lucros que for assim dividida seja levada a esta conta de lucros e perdas.

117. Os directores farão organizar em cada anno as contas do fundo de seguros de vida até o dia 31 de dezembro precedente e no anno de 1895, e em cada cinco annos subsequentes os directores ordenarão que se proceda a uma investigação, que será feita por um escrivão, sobre o estado financeiro do fundo de seguros de vida até o dia 31 de dezembro precedente e determinarão a importancia dos lucros.

118. Os proprietarios terão direito a receber um quinto dos lucros divisiveis provenientes do fundo de seguro de vida.

Os restantes quatro quintos desses lucros serão apropriados pela fórmula disposta pelo art. 138 com um *bonus* aos possuidores de apolices de seguro de vida com participação nos lucros subsistentes na data em que a conta for organizada e não abandonados antes da declaração do *bonus*.

119. A quota de lucros, proveniente do dito fundo de seguro de vida a que os proprietarios tenham direito, será levada à conta de lucros e perdas.

120. Na assembléa geral ordinaria, em cada anno, os directores apresentarão à companhia as seguintes contas e balanços, a saber :

- 1º, conta de renda do seguro de vida ;
- 2º, conta de renda do seguro contra o fogo ;
- 3º, conta de renda do seguro de accidentes ;
- 4º, conta de lucros e perdas ;
- 5º, balanço do fundo de seguro de vida ;

- 6º, balanço do fundo contra o fogo ;
- 7º, balanço do fundo de accidentes ;
- 8º, balanço do fundo de proprietarios.

Essas contas serão organisadas e esses balanços conterão um resumo do activo e passivo da companhia no dia 31 de dezembro immediatamente anterior a essa assembléa geral ordinaria.

121. Essas contas e balanços serão acompanhados por um relatório dos directores sobre o estado e as condições da companhia e sobre a importancia que elles recommendam que deva ser paga dos lucros, a titulo de dividendo, aos proprietarios, e a importancia (si a houver) que elles tencionam levar aos fundos de reserva, e o relatório será assignado pelo presidente e na sua ausencia pelo vice-presidente aos directores ou na ausencia de ambos por um director.

122. Uma cópia impressa dessas contas, balanços e relatorios será distribuida a cada proprietario, sete dias antes da assembléa geral, pela forma aqui em seguida disposta para se dar avisos.

FISCALISAÇÃO

123. Os Srs. Croper Brothers & Company serão os fiscaes para o anno de 1893, e os fiscaes para os annos subsequentes serão contadores profissionaes e serão nomeados annualmente pela companhia na assembléa geral ordinaria de cada anno, para o anno do calendario proximo subsequente a essa assembléa geral ordinaria.

A remuneração dos fiscaes será fixada pela companhia em assembléa geral.

Qualquer fiscal será elegivel por reeleição.

124. Os fiscaes poderão ser proprietarios ou possuidores de apolices da companhia porém, pessoa alguma será elegivel para fiscal si for interessado, a não ser como proprietario ou possuidor de apolices da companhia, em qualquer transacção da mesma, e nenhum director ou outro funcionario serão elegiveis enquanto continuar no exercicio do cargo.

125. Si occorrer vaga casual no cargo de fiscal, os directores a preencherão immediatamente.

126. Si não se fizer eleição de fiscaes pela forma acima dita, a Camara de Commercio (*Board Trade*) poderá, a requerimento de não menos de cinco proprietarios, nomear fiscaes para o corrente anno e fixar a remuneração, que deverá ser-lhes paga pelos seus servicos.

127. Aos fiscaes serão fornecidas cópias das contas e balanços que se projectar submeter à companhia, em assembléa geral, e com uma lista de todos os titulos de garantia e collocações da companhia, Si das pelo menos antes da assembléa geral em que essas contas e balanços tiverem de ser apresentados, e elles terão o dever de conferir essas contas e balanços com os livros e documentos justificativos a elle relativos e conferir esses titulos

de garantia e collocações ou a natureza de seu título às mesmas, e fazer um relatório a esse respeito á companhia, em assembléa geral, e nesse relatório declararão si na sua opinião essas contas e balanços estão completos, exactos e correctos.

128. Os fiscaes, a todo o tempo que for razoavel, terão accessão aos livros e contas da companhia e poderão relativamente aos mesmos interrogar os directores ou outros funcionarios da companhia.

129. Toda a conta dos directores, uma vez examinada pelo fiscal e approvada por uma assembléa geral, será conclusiva, excepto quanto a qualquer erro que nella se descobrir, dentro em tres mezes immediatamente depois da sua approvação.

Uma vez descoberto esse erro, dentro daquelle periodo, a conta será immediatamente corrigida e desde então será conclusiva.

DIVIDENDOS

130. A companhia, em assembléa geral, poderá declarar um dividendo a pagar-se aos proprietarios, na data que possa ser julgado conveniente, da importancia constante da conta de lucros e perdas, na proporção do capital realizado sobre as acções possuidas por elles respectivamente.

131. Não se declarará dividendo maior do que o que for recommendado pelo relatório dos directores, porém a companhia, em assembléa geral, poderá declarar um dividendo menor.

132. Os directores poderão de tempos em tempos pagar aos proprietarios registrados, na data que for julgada conveniente, por conta do proximo dividendo e declarar-se o dividendo ou os dividendos que no seu entender for justificado pela posição financeira da companhia; não excedendo, porém, no total, a um dividendo á taxa de 5 % ao anno sobre o capital realizado sobre as acções da companhia.

133. Os directores poderão reter quaesquer dividendos sobre as acções sobre as quaes a companhia tiver um direito de retenção e poderão applical-os em ou a satisfação das responsabilidades relativamente às quaes existir o direito de retenção.

134. Os directores poderão reter os dividendos pagaveis sobre acções em relação às quaes qualquer pessoa tiver direito a tornar-se proprietario ou que qualquer pessoa tiver o direito de transferir, até que essa pessoa se torne proprietario da mesma, ou devidamente transferível—a.

135. No caso de acharem-se diversas pessoas registradas como proprietarios conjuntos de qualquer acção, qualquer uma dessas pessoas poderá passar recibos efficazes de todos os dividendos e pagamentos por conta dos dividendos com relação a essa acção.

136. A menos que se disponha por outra fôrma, qualquer dividendo poderá ser pago por cheque ou vale (*warrant*), enviado pelo correio ao endereço registrado do proprietario com direito, ou no caso de haverem proprietarios conjuntos ao endereço

daquelle cujo nome estiver em primeiro logar no registro, com relação à posse conjuncta e todo o cheque assim enviado será feito pagavel à ordem da pessoa a quem é enviado.

137. Os dividendos não reclamados não vencerão juros.

BONUS AOS POSSUIDORES DE APOLICES

138. A parte de lucros a que tenham direito os possuidores de apolices de seguro de vida com participação nos lucros, conforme está disposto no art. 118, será distribuida entre elles como *bonus* nas proporções e pela maneira e nos termos em geral que os directores possam julgar justo e conveniente, incluindo no caso de uma apolice sobre a vida de qualquer pessoa que fallecer durante o decurso de qualquer periodo quinquennal ou outro periodo em que se determinem lucros em um *bonus* ao typo que os directores possam julgar apropriado com relação o parte daquelle periodo decorrido na sua morte, e esse *bonus* puder ser avaliado e pago ao mesmo tempo que a outra quantia pagavel com relação a essa apolice ou poderá ser verificado e pago a expirar o dito quinquennio ou outro periodo.

139. Qualquer *bonus* si, e quando inherente a qualquer apolice de vida será, á opção do seu possuidor quer pago de contado applicado á redução ou extincção immediata ou futura do premio sobre a apolice ou será addicionado a quantia segura, com tanto que o possuidor deixe aviso por escripto no escriptorio declarando sua opção, dentro do tempo e sujeito as condições que os directores possam julgar conveniente, o si essa opção não for assim declarada então o *bonus* será addicionado e será pagavel juntamente com a somma segura.

140. O *bonus* será sujeito aos mesmos regulamentos que a quantia a que elle for addicionado, e si qualquer apolice cahir em commisso ou tornar-se nulla então o *bonus* tambem cahira em commisso.

AVISOS AOS PROPRIETARIOS

141. Todo o aviso que seja preciso dar-se, será por escripto.

142. Todo o aviso que a companhia tiver de dar aos proprietarios e sobre os quaes não haja disposição expressa nestes estatutos será sufficientemente dado, si for dado por annuncio publicado.

143. Todo o aviso que se precisar dar ou que possa ser dado por annuncio será publicado uma vez em dous jornaes de Londres.

144. Um aviso que for dado por annuncio poderá ser dado pela companhia a qualquer proprietario quer pessoalmente, quer enviando-o pelo correio em um subscripto ou envoltorio com porte pago dirigido a esse proprietario ao seu endereço registrado, si esse endereço for no Reino Unido.

145. Qualquer proprietario, cujo endereço registrado não for no Reino Unido, poderá de tempos a tempos indicar escripto á companhia um endereço no Reino Unido, o qual rerá considerado como sendo seu endereço registrado dentro do sentido da clausula que precede.

146. Qualquer aviso mandado pelo correio será considerado como tendo sido dado no dia seguinte áquelle em que o subscripto ou envoltorio contendo o aviso foi posto no correio e para se provar que qualquer aviso foi dado, bastará provar que o subscripto ou envoltorio contendo o aviso foi convenientemente endereçado e posto no correio.

147. No que diz respeito a proprietarios que não tenham o endereço registrado no Reino Unido, um aviso posto no correio será considerado como tendo lhes sido dado ao expirarem vinte e quatro horas depois de ter sido lançado no correio.

148. No que diz respeito a proprietarios conjunctos de acções, todos os avisos serão dados ao proprietario cujo nome estiver em primeiro logar no registro, e qualquer aviso assim dado será aviso sufficiente para todos os proprietarios conjunctos dessas acções.

149. Qualquer aviso entregue ou mandado pelo correio ou deixado no endereço registrado ou no correio por qualquer proprietario, embora esse proprietario tenha então fallecido e quer a companhia tenha noticia quer não do seu fallecimento, será considerado como tendo sido devidamente dado com relação a quaesquer acções possuidas por esse proprietario, quer só, quer conjunctamente com outras pessoas, até que qualquer outra pessoa tenha sido registrada no seu logar como proprietario ou co-proprietario da mesma, e será para todos os fins considerado como sufficientemente e dado aos seus testamenteiros ou administradores e a todas as pessoas (si as houver) conjunctamente interessadas com elle em qualquer dessas acções.

150. Toda a pessoa que por transferencia, força de lei ou por outros meios quaesquer vier a ter direito a qualquer acção ficará obrigada por qualquer aviso relativo a essa acção que, antes do seu nome e endereço ser inscripto no registro, tiver sido devidamente dado ao proprietario de quem elle deriva o seu titulo a esta acção.

ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS

151. A companhia poderá a todo o tempo e de tempos a tempos, por deliberação especial, e sujeita ás leis das companhias de 1862 a 1890 e ás condições contidas no *Memorandum* de associação e ás leis especiaes da companhia, alterar todos ou parte destes estatutos e fazer outros novos estatutos.

A todos quantos o presente virem, eu Charles B. Rhind, consul geral britannico interino, no Rio de Janeiro, pelo presente certifico que no dia 27 de maio de 1897 compareceu perante mim Frederick Louis Youle pessoalmente de mim conhe-

cido como sendo negociante nesta cidade e gozando de credito e respeito, o qual depois de devidamente juramentado declarou o seguinte, a saber :

Que o precedente folheto impresso, que está aqui annexo, é uma cópia fiel e verdadeira da lei do Parlamento Britannico intitulada « Lei da Guardian Assurance Company » de 1893, e data da de 29 de abril de 1893, sendo o capitulo XIII das Leis do Reino Unido, decretadas no 56º anno do Reino da Rainha Victoria.

Em testemunho do que assignei o presente e sellei com o meu sello official no Rio de Janeiro, no dia 27 (vinte e sete) de maio de 1893.— *C. B. Rhind*, consul geral britannico interino.

(Sello consular).

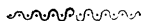
Reconheço verdadeira a firma retro.

Rio de Janeiro 29 de maio de 1897.— Em testemunho (L. S.) de verdade.— *Evaristo Valle de Barros*.

Estavam duas estampilhas, no valor de 5\$, devidamente inutilizadas.

Nada mais continha ou declarava a dita Lei da Grã-Bretanha, Cap. XIII, do 56º anno da Rainha Victoria, contendo os estatutos reformados da Companhia de Seguros *Guardian Fire and Life Assurance, limited*, que bem e fielmente traduzi do proprio original escripto em inglez, ao qual me reporto.

Em fé do que passei o presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 29 dias do mez de maio de 1897.— *Carlos Alberto Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado da Praça do Rio de Janeiro.



DECRETO N. 2553 — DE 19 DE JULHO DE 1897

Approva definitivamente as bases de tarifas da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, decreta:

Artigo unico. Ficam approvadas definitivamente as bases de tarifas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para vigorarem na Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, nos termos da portaria de 3 de fevereiro do corrente anno.

Capital Federal, 19 de julho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

Bases de tarifas da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco,
a que se refere o decreto n. 2553, desta data

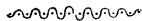
TARIFA NUMERO	DESIGNAÇÃO	LINHA PRINCIPAL
1	Viajantes de 1ª classe.....	\$045 por kilometro.
2	Viajantes de 2ª classe.....	\$025 " "
3	Frete de trolleys.....	2\$000 inicial.
4	Encommendas e excesso de ba- gagem.	2\$000 por kilometro. 6\$000 inicial. \$380 por kilometro.
5	Generos de importação não clas- sificados nas outras tarifas, comprehendendo tambem certos generos fabricados no paiz....	\$250 " "
6	Generos de exportação e impor- tação e outros do paiz não clas- sificados nas outras tarifas.....	\$180 " "
	Café, procedendo do prolonga- mento e ramal do Timbó, só- mente em direitura para Bahia, terá abatimento de 10%.	
7	Fumo, algodão, metaes, etc. não classificados nas outras tarifas.	\$135 " 70 kilometros. \$080 " 53 "
	Fumo e algodão procedente do prolongamento e ramal do Tim- bó, somente em direitura para Bahia, terão abatimento de 10%.	
8	Assucar bruto, carne secca, ba- calhau, etc.	\$130 " 70 " \$040 " 30 " \$003 " 23 "
	Assucar bruto, procedendo do pro- longamento e ramal do Timbó, sômente em direitura para Bahia, terá abatimento de 15%.	
9	Carne fresca em pequenas expen- dições, sal, farinha, milho, feijão e outros cereaes, etc....	\$080 por kilometro.
	As mercadorias desta tarifa, pro- cedendo do prolongamento e ramal do Timbó, sômente em direitura para Bahia, terão abatimento de 10%.	
10	Mobilia ordinaria sem vidro....	\$940 inicial. \$078 por 18 kilometros. \$067 " 105 "
11	Mel de assucar.....	\$070 " 70 " \$030 " 30 " \$010 " 23 "

TARIFA NUMERO	DESIGNAÇÃO	LINHA PRINCIPAL
	Mel de assucar, procedendo do prolongamento e ramal do Timbó, em direitura para Periperie Bahia, terá abatimento de 10%. Calcula-se o peso na razão de 1.400 kilogrammas por pipa.	
12	Pedras de cantaria, cimento, carvão mineral, coke, ferro bruto, etc.	\$800 inicial. \$035 por kilometro.
	Remessas de menos de um vagão pagarão pela tarifa n. 9. Todas as mercadorias desta tarifa de dous vagões ou mais terão abatimento de 25%. A lotação de um vagão é de 5.500 kilogrammas. Não se deve exceder a lotação do peso de 5.500 kilogrammas.	
13	Areia, argilla, barro, cal, canna de assucar, dormentes de madeira, etc.; carne fresca em grande expedição.	\$500 inicial. \$023 por kilometro.
	Remessas de menos de um vagão pagarão pela tarifa n. 9. Carvão vegetal pagarão a lotação de um vagão cheio com mais 20%. Canna de assucar. Remessas de mais de um vagão terão abatimento de 50%.	
14	Cavallos, bestas, jumentos e bois de raça.	\$500 inicial. \$034 por kilometro.
	10 cabeças para cima terão abatimento de 50%. Será concedida passagem gratuita de 2ª classe aos tangedores de gado na razão de um por 10 cabeças, devendo a volta ter logar dentro de cinco dias.	
15	Bois ordinarios.....	\$500 inicial. \$023 por 100 kilometros \$005 " 23 "
	10 cabeças para cima terão abatimento de 50%. Será concedida passagem gratuita de 2ª classe aos tangedores de gado na razão de um por 10 cabeças, devendo a volta ter logar dentro de cinco dias.	

TARIFA NUMERO	DESIGNAÇÃO	LINHA PRINCIPAL
16	Porcos, carneiros, cabras e cães. } Porcos — 20 cabeças para cima terão abatimento de 30 %. Cabras e carneiros — 30 cabeças para cima terão abatimento de 50 %.	\$100 inicial. \$010 por kilometro.
17	Perús, gallinhas, galcos, patos, } animaes e aves, pequenos en- } gaiolados. } Artigos desta tarifa devem ser facturados como encomendas e o frete pago na estação da procedencia. Animaes pequenos, aves, cabritos e lentões não en- gaiolados pagam mais 20 % sobre o preço desta tarifa.	\$040 inicial. \$005 por 85 kilometros. \$012 » 38 »
18	Carros de duas rodas. }	2\$000 inicial. \$150 por kilometro.

Ficam excluidos da applicação de taxa movei as mercadorias e gado vaccum destinados ou procedentes da estação de Queimados (kilo- metro 227) e das que lhe ficarem além.

Capital Federal, 19 de julho de 1897.— *Joaquim Murtinho*.



DECRETO N. 2554 — DE 19 DE JULHO DE 1897

Concede autorisação a Joaquim Bernardino Pinto Machado e outros para organisarem uma sociedade anonyma sob a denominação « Companhia de Seguros Providencia Mercantil ».

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, atten- dendo ao que requereram Joaquim Bernardino Pinto Machado, Americo de Albuquerque e Antonio Fernandes da Costa Guima- rães, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação a Joaquim Bernardino Pinto Machado, Americo de Albuquerque e Antonio Fernandes da Costa Guimarães para organisarem uma sociedade anonyma

sob a denominação de « Companhia de Seguros Providencia Mercantil », com os estatutos e condições que a este acompanham, ficando, porém, obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 19 de julho de 1897, 9.^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jacquin D. Murtinho.

Estatutos da Companhia de Seguros Mutuos Providencia Mercantil

CAPITULO I

ORGANISMO, BASE, INSTALAÇÃO, FINS A QUE SE DESTINA, TITULO, SÉDE E FÓRO JURIDICO, TRANSAÇÕES ADVENTICIAS E DURABILIDADE.

Art. 1.^o Instituida pela responsabilidade mutua de capitães segurados e seguradores, o organismo desta companhia conformar-se-ha, de accordo com as asserções contidas nestes estatutos e na legislação em vigor.

Art. 2.^o A companhia tem por base a mutualidade de garantias distribuidas por assegurados e asseguradores, conforme os fins a que se propõe.

Art. 3.^o A instalação social, isto é, o inicio de suas operações realizar-se-ha logo que se torne effectivo o capital de 200:000\$, por transacções da especie que lhe concretisa o objectivo.

Art. 4.^o Os fins a que se propõe são:

a) segurar mercadorias e objectos quaesquer, em transito pelas estradas de ferro, ou em transporte por outro meio, para os suburbios ou interior da Capital e para os Estados, contra os riscos de extravio por accidentes, por fraude, ou por desidia da repartição publica, empresa particular, firmas commerciaes, ou pessoas a que for confiada a conducção ;

b) garantir o gado em pé, já em transito, já em cocheiras, estabulos ou coudelarias ;

c) responder pelo desaparecimento ou desvio de animaes ou aves remetidos para qualquer lugar, por successos adventicios, durante o trajecto que houverem de percorrer.

Art. 5.^o A companhia denominar-se-ha — Companhia de Seguros Mutuos Providencia Mercantil.

Art. 6.^o A séde da companhia será na Capital Federal, onde terá o fóro juridico.

Art. 7.º Além dos fins a que se propõe, a companhia poderá operar as seguintes transacções adventícias:

a) comprar e vender, por conta propria ou de outrem, apolices das devidas publicas, Federal, Municipal ou dos Estados, acções e debentures de bancos e companhias;

b) emprestar dinheiro sob caução de titulos que tenham garantia positiva;

c) effectuar transacções de antichrese ou de hypotheca em condições seguras, porém a juro o mais razoavel possível, sempre, porém, salvaguardando os interesses sociais e buscando, por esse meio, a progressão do capital;

d) facultar a remessa de quantias desta Capital para qualquer logar do interior dos Estados ou para o estrangeiro e vice-versa, conforme as agencias que crear, mediante commissões que, fortuitamente, se ajustarão, e com maxima promptidão;

e) adquirir por compra o predio em que esteja funcionando e outros, para venda ou aproveitamento de alugueis, desde que disso provenha o augmento do capital social.

Art. 8.º A durabilidade da companhia será de 30 annos, contados de sua installação.

§ 1.º O prazo supra marcado poderá ser prorogado si assim entender a assembléa geral realizada no anno anterior á terminação legal, e com a sancção do Governo da Republica.

§ 2.º Será possível a dissolução da companhia antes de haver attingido ao termo de sua existencia, por exigencias de lei a que estão sujeitas as associações desta especie.

CAPITULO II

DOS CONTRACTOS SOCIAES

Art. 9.º Os contractos effectuados pela companhia, de accordo com as clausulas a, b e c do art. 4.º e a, b, c, d e e do art. 7.º, serão realizados ou por meio de apolices ou por documentos, de conformidade com a transacção.

Art. 10. Classificar-se-hão as apolices em tres classes:

- a) apolices fixas;
- b) apolices transitorias;
- c) apolices abertas.

§ 1.º As apolices fixas terão o prazo de um anno estabelecendo o seguro de animaes em cocheiras, estabulos ou coude-larias.

§ 2.º São consideradas apolices transitorias aquellas em que for determinado o seguro de mercadorias, ou animaes sómente para uma viagem.

§ 3.º As apolices abertas indicam que os segurados, por um só contracto, podem pôr em transitio animaes ou mercadorias,

por meio de averbações feitas nas próprias apolices pela companhia, mediante aviso prévio do segurado.

Art. 11. Estes contractos serão realizados por minutas feitas e assignadas pelo segurado, que as enviará a companhia para confecção das apolices.

Art. 12. As condições constantes das apolices farão parte integrante dos presentes estatutos.

CAPITULO III

CAPITAL, MUTUARIOS E SUAS ATTRIBUIÇÕES

Art. 13. O capital social será representado pelos proprios valores segurados, iniciando a companhia as suas operações de conformidade com o que determina o art. 3º.

Paragrapho unico. O capital deverá ser augmentado ao maximo possivel, por isso que, quanto maior for, maior será a renda.

Art. 14. Como mutuarios, que são, os membros componentes desta empresa, que se o tornam pelos seguros nella effectuados, assumem e garantem, em reciproca, as responsabilidades sociaes, equitativamente buscando indemnisações de prejuizos proprios e occorrendo a sanar desastres ou damnos de outros associados, de accordo com o objecto essencial da companhia.

CAPITULO IV

DOS LUCROS E SUA APPLICAÇÃO

Art. 15. Os lucros da companhia emanarão das transacções que realizar, por effeito do que é exposto nos arts. 4º e 7º e suas accessorias determinantes.

Art. 16. Os lucros serão applicados :

a) ao fundo de sinistros, durante os primeiros cinco annos ;
b) esse fundo, no fim do prazo marcado, será distribuido em quinhões, metade para os segurados existentes e a outra parte entre os fundadores da companhia, commendador Joaquim Bernardino Pinto Machado, Antonio Fernandes da Costa Guimarães e capitão Americo de Albuquerque, observando-se o que dispõe o art. 20 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891 ;

c) os quinhões constituem titulos ao portador, com valores relativos á distribuição daquelle fundo, proporcionalmente feito ;

d) a capitalisação, realizada por effeito do que dispõe a clausula a) do art. 17, occorrerá para resgate dos quinhões ;

e) desde que seja effectuado o resgate total dos quinhões, a verba marcada pela percentagem da clausula a) do art. 17, passará a ser de 20 %, adicionando-se os 30 % restantes ao fundo de rateio, conforme a clausula b) do mesmo art. 17.

Art. 17. Depois de passado o primeiro quinquennio far-se-ha annualmente a distribuição de lucro pelo modo seguinte:

a) 50 % para o fundo de reserva;

b) 50 % para ratear entre os associados e fundadores, conforme preceitua o art. 48.

Art. 18. Havendo absorpção dos lucros por effeito de sinistros, não se fará a distribuição (de lucros) enquanto não forem cobertos os prejuizos causados.

CAPITULO V

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 19. A administração será composta de tres membros, eleitos quinquennialmente pela assembléa geral, de accordo com a clausula c) do art. 39, que designarão entre si os encargos de presidente, secretario e thesoureiro.

Art. 20. A reeleição é permittida.

Art. 21. Compete á administração, além dos deveres e prerogativas estabelecidos em lei, mais as seguintes attribuições:

§ 1.º Realizar todas as operações que são objecto da companhia, de accordo com os arts. 4.º e 7.º e as suas sequentes disposições.

§ 2.º Transigir, renunciar direitos e acções relativos a bens sociaes, celebrar accordos, promover e aceitar contractos da especie a que se dirigem os seus fins, com os Governos Federal, Estados e Municipaes, e bem assim com particulares.

§ 3.º Depositar os dinheiros da companhia em um ou mais bancos desta Capital, estabelecendo contas correntes ou outras, como mais convenha.

§ 4.º Solicitar dos poderes publicos quaesquer auxilios, favores, privilegios, ou concessões, que possam ser explorados pela companhia.

§ 5.º Apresentar annualmente o relatorio das operações da companhia ao conselho fiscal, para dar parecer.

§ 6.º Submetter o proprio relatorio, appensado do parecer do conselho, á assembléa geral ordinaria.

§ 7.º Fazer as convocações das assembléas.

§ 8.º Estabelecer agencias conforme as necessidades sociaes, tomando deliberações a respeito, de accordo com o conselho fiscal.

§ 9.º Nomear e demittir empregados, marcando-lhes os ordenados, e escolher os agentes banqueiros nos logares para onde occurram os committentes da companhia, ou onde julgar de proveito.

§ 10. Cumprir é fazer cumprir os presentes estatutos e observar as disposições da lei e da assembléa geral.

§ 11. Firmar, por dous de seus membros, as apolices da companhia, cheques e mais papeis que attemem transacções, ou que se retirem a responsabilidades sociaes.

Art. 22. O exercicio do cargo de director da companhia obriga á caução no valor de 5:000\$, na especie que for deliberada pelo conselho fiscal.

Paragrapho unico. Nenhum director será empossado do respectivo encargo sem que previamente tenha cumprido as disposições do artigo antecedente, salvo os primeiros.

Art. 23. No caso fortuito de divergencia entre os membros da directoria, será convocada uma sessão, conjuncta desta e do conselho fiscal e seus supplentes, para resolver sobre aquelle objecto.

Paragrapho unico. De accordo com o que determina o artigo supra, a maioria absoluta de votos resolve e decide, sem mais recursos para o director vencido.

Art. 24. Qualquer vaga aberta na directoria será preenchida em fórma legal, si isso for resolvido em sessão da directoria com o conselho fiscal.

Paragrapho unico. Si, ao contrario do que estabelece o artigo acima, entenderem os membros da administração e do conselho, a companhia continuará a ser gerida pelos directores restantes, até que se reuna a assembléa geral, para resolver.

Art. 25. O director que deixar de exercer o cargo por espaço de mais de tres mezes, sem causa justificada, ou não cumprir o disposto no art. 22, fica *ipso facto* exonerado do cargo.

Art. 26. Os honorarios de director serão de 600\$ mensaes para cada um, e mais 5 % dos lucros verificados semestralmente, distribuidos por elles em partes iguaes.

Art. 27. Além dos deveres geraes de director, cabe ao presidente:

a) representar a companhia em Juizo, ou em qualquer lugar, fazendo-se substituir por procuração quando tiver de delegar poderes a extranhos e, por autorisação em officio, quando transfira poderes a outro director;

b) presidir as sessões da directoria, e desta, como o conselho fiscal, e as de assembléa para inicio dos trabalhos, procedendo depois de accordo com as disposições do art. 41.

Art. 28. Ao secretario fica commettido, além dos encargos geraes de directoria:

a) redacção das actas, confecção dos relatorios, correspondencia e annuncios.

Art. 29. Ao thesoureiro incumbe:

a) manter sob sua guarda e immediata responsabilidade os dinheiros, titulos e obrigações, livros e mais papeis inherentes ao seu cargo;

b) receber e pagar os dinheiros relativos ás transacções sociaes;

c) fazer depositar os saldos em banco que for designado ;
d) fornecer mensalmente uma synopse do estado da caixa, para ser exhibida nas sessões do conselho fiscal e da directoria, a realizarem-se, como preceitua a lettra a) do art. 32.

Art. 30. Na ausencia accidental de qualquer dos directores, elles substituir-se-hão, de modo, porém, que nos negocios da companhia seja sempre observado o que determina o § 11 do art. 21.

CAPITULO VI

DO CONSELHO FISCAL

Art. 31. O conselho será eleito annualmente por escrutinio secreto, em assembléa geral ordinaria, e será composto de cinco membros effectivos e cinco supplentes, de accordo com a clausula c) do art. 39.

Art. 32. Além dos deveres que são determinados na lei, compete-lhes :

a) reunir até o dia 10 de cada mez, em sessão conjuncta, para tomar conhecimento das operações effectuadas no mez antecedente, analysar a synopse mensal da caixa e resolver sobre assumptos adventicios ;

b) prefaciare os relatorios annuaes, appensando-os do parecer sobre exame de contas e julgamento dos actos da directoria.

Art. 33. Os supplentes mais votados, na ordem dos suffragios obtidos, substituirão os membros effectivos do conselho fiscal.

Paragrapho unico. A substituição dar-se-ha quando qualquer membro effectivo tenha resignado o seu mandato, ou haja sido exonerado por força do art. 34.

Art. 34. Todo e qualquer membro effectivo do conselho fiscal que faltar consecutivamente a tres sessões, sem prévia justificação, considera-se immediatamente exonerado.

Art. 35. O cargo de membro do conselho fiscal será remunerado com o honorario mensal de 100\$ e 1 % dos lucros verificados semestralmente, para cada membro em exercicio.

CAPITULO VII

DAS SESSÕES E ASSEMBLÉAS

Art. 36. As sessões e assembléas serão assim designadas :

- a) sessões de directoria ;
- b) sessões conjunctas ;
- c) assembléas geraes ordinarias ;
- d) assembléas geraes extraordinarias.

Art. 37. As sessões de directoria serão effectuadas semanalmente, ou quando for julgado necessario pelos directores, para deliberações que desejem tomar em commum.

Art. 38. As sessões conjunctas especificam as reuniões da directoria e do conselho fiscal, mensalmente de accordo com o art. 32, na clausula a) ou quando se tornar preciso.

Art. 39. As assembleás geraes ordinarias serão effectuadas annualmente (no mez de maio de cada anno) e dellas o assumpto será :

a) exame e julgamento das contas e dos actos da directoria, que exhibirá o respectivo relatorio, historiando todo o movimento da companhia durante o anno anterior ;

b) approvação do parecer do conselho fiscal, o que importa a quitação das contas e plena acquiescencia aos actos da directoria ;

c) eleição, por escrutinio secreto, do conselho fiscal e da directoria, aquelle annualmente e esta quinzenalmente, podendo os membros, tanto de um como de outra, ser reeleitos *in totum* ou *in partibus*.

Art. 40. As assembleás geraes extraordinarias serão convocadas pela directoria e conselho fiscal quando, por circumstancias occasionaes, isso se torne preciso, ou por effeito das determinações da lei, nos casos por ella previstos.

Art. 41. As assembleás geraes serão presididas por um associado eleito ou aclamado no inicio de sua realiação e, empossado pelo presidente da companhia, dirigirá os trabalhos.

Paragrapho unico. O presidente eleito ou aclamado convidará dous outros associados, investindo-os das funcções do secretariado.

Art. 42. Para a constituição de uma assembleá geral é preciso que se reunam, pelo menos, sete associados, além dos membros da directoria e do conselho fiscal, representando a quinta parte do capital em operações.

§ 1.º Não comparecendo numero que legalise a assembleá, far-se-ha 2ª e 3ª convocações, mediando entre ellas um interregno nunca menor de cinco dias.

§ 2.º As assembleás devem ser, antecipadamente, publicamente, annuncíadas ; maxímè a terceira e ultima, na qual as resoluções serão válidas, a despeito de pequeno numero de associados e mínima representação de capital.

§ 3.º Esta ultima convocação será feita, não só por annuncios repetidos nos jornaes, como por cartas expelidas pelo Correio.

Art. 43. Em assembleás geraes especiaes, ou para reforma de estatutos ou para tratar-se de outros assumptos de maior importancia, como liquidiação da companhia e julgamento ou sancção de qualquer medida para o engrandecimento social, as resoluções serão tomadas, sempre, por maioria de votos, achando-se presentes dous terços dos associados, representando capital equivalente.

Art. 44. Em todas as assembléas as resoluções tomadas por maioria relativa de votos importam plena sanção de associados presentes e ausentes.

Art. 45. Em todas as assembléas cada socio, de per si, terá apenas um voto, podendo concorrer com mais de um, quando representando outro ou outros associados, com procuração que transfira poderes para esse objecto.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 46. Todos os sinistros, honorarios, ordenados, percentagens, commissões e demais despesas inherentes ao movimento da companhia serão semestralmente liquidados pela conta de lucros e perdas e o saldo resultante levado às contas de que tratam os arts. 16 e 17.

Art. 47. De conformidade com a clausula d) do art. 7º a companhia nomeará agentes banqueiros nos pontos que se tornem convenientes na Republica.

Art. 48. A companhia distribuirá, de accordo com a clausula d) do art. 17, os dividendos em dinheiro corrente.

Paragrapho unico. Os dividendos não reclamados no prazo de dous annos reverterão em favor da receita social.

Art. 49. No prazo do primeiro quinquennio estes estatutos só poderão ser reformados por deliberação accordada entre a directoria e o conselho fiscal, sendo que qualquer reforma só se tornará exequivel depois da approvação da assembléa geral e de sancionada pelo Governo da Republica.

Art. 50. Todos os empregados e demais funcionarios da companhia serão obrigados à fiança para o exercicio de seus logares, a juizo da administração.

Art. 51. A gestão da primeira directoria terminará um anno depois de atravessado o periodo do primeiro quinquennio.

Art. 52. Para a primeira administração ficam desde já designados os fundadores desta companhia, commendador Joaquim Bernardino Pinto Machado, presidente; capitão Americo de Albuquerque secretario; e Antonio Fernandes da Costa Guimarães, thesoureiro.

Art. 53. Ficam deste já autorisados os primeiros administradores a requerer ao Governo a approvação destes estatutos acceitando quaesquer alterações que não venham a affectar o objecto da companhia, e a occorrer às despesas necessarias com a instalação.

Art. 54. O primeiro conselho fiscal será eleito na assembléa de instalação da companhia.

Capital Federal, 10 de novembro de 1893.—*Joaquim Bernardino Pinto Machado.*—*Capitão Americo de Albuquerque.*—*Antonio Fernandes da Costa Guimarães.*

APOLICE FIXA

Condições de seguro

1.^a De accordo com o § 1º do art. 10 dos estatutos, as apolices fixas terão o prazo de um anno, estabelecendo o seguro de animaes em cocheiras, coudelarias ou estabulos.

2.^a Por estas apolices poderá tambem fazer-se o seguro de aves ou de mercadorias em deposito, não propriamente em casas abertas ao commercio.

3.^a Os riscos de morte casual ou por accidente são precavidos pelo vigente contracto, obrigando-se a companhia a cobrir o prejuizo do segurado pelo pagamento, em moeda corrente, do valor do animal fallecido.

4.^a O seguro de mercadorias ou aves em deposito é só contra o risco de roubo, avaria ou morte por circumstancias accidentaes, impossiveis de previsão.

5.^a A responsabilidade da companhia começa logo depois de effectuado o contracto de seguro, e termina após a retirada do animal ou mercadoria do primitivo deposito si não for scientificada a companhia da mudança ou conforme determina a condição 1ª.

6.^a Os prazos dos seguros são contados da hora do meio-dia da data do contracto a igual hora do dia em que tenha de finalizar.

7.^a Ao contracto do seguro deve preceder minuta feita e assignada pelo segurado, com esclarecimentos precisos.

8.^a Aceita a minuta pela directoria será paga, pelo segurado, a importancia total do premio, sello e apolice respectiva.

9.^a Todo o segurado, deve declarar, sob pena de exonerar a companhia de responsabilidade tomada, a qualidade que lhe assiste no contracto do seguro.

10.^a Qualquer irregularidade na minuta do seguro que possa denotar lacuna proposital, por má fé, importa em nullidade de contracto e não obriga a companhia a indemnização alguma.

11.^a Succedido qualquer sinistro, o segurado avisará logo a companhia para verificação do facto, sendo que, entre o sinistro e a noticia á sêde social, não mediará periodo maior de 24 horas.

12.^a Fôra desta Capital, o segurado fará o aviso aos agentes ou representantes da companhia, si existirem elles no local do sinistro ou aquelles que permaneçam em sitio mais proximo.

13.^a Os prejuizos dos segurados serão pagos á vista, em dinheiro ou em letras aceitas pela directoria, conforme eventos occasionaes e de reciproc accordo.

14.^a As letras vencerão juros a favor do segurado nunca menor de 6 % ao anno; no caso, porém, de prompto pagamento ou liquidação da letra antes de passado um terço do vencimento, é acultado á companhia o desconto de igual percentagem.

15.^a O sinistro verifica-se por exame prompto da directoria na capital, e em caso de duvida, por todas as provas exigidas em lei para authentical-o.

16.^a Si o sinistro for acontecido fóra da capital, será constatado pelos agentes ou representantes da companhia, que lavrarão um auto de exame por elles firmado e por mais duas testemunhas.

17.^a O animal seviciado por mãos tratos ou morto por condições de falta ou má qualidade de alimento, envenenamento ou por outra causa anti-natural, isenta a companhia da equidade do seguro.

18.^a As mercadorias ou aves deterioradas ou furtadas, umas por condições de desabrigo ou falta de segurança do deposito, e outras por circumstancias relativas, extraviadas ou mortas, não obrigam a companhia a indemnisação de especie alguma.

19.^a A companhia não responde por qualquer sinistro dependente ou emanado de commoções intestinas, guerras externas, sedições e eventos equivalentes; restituirá, porém, a importância do premio do seguro sómente ao segurado.

20.^a O que não estiver previsto nesta apolice será regulado pelas condições das outras e pelos estatutos da companhia; sendo que o premio para esta especie de seguro attingirá, no maximo, a percentagem de 3 % do capital segurado.

APOLICE TRANSITORIA

Condições do seguro

1.^a Como instrue o § 2º do art. 10 da lei social, serve a apolice transitoria para o seguro de animaes ou mercadorias em transitio, porém sómente para uma viagem.

2.^a Os riscos de morte ou de extravio por effeito eventual ou por desidia da empreza publica ou particular, ou de quem for encarregado do transporte de animaes ou de mercadorias, são salvaguardados por esta apolice, obrigando-se a companhia a indemnisar o capital segurado.

3.^a A responsabilidade da companhia estende-se da occasião do embarque á do desembarque dos animaes ou mercadorias seguros.

4.^a E' necessario precedencia de minuta feita e assignada pelo segurado para confecção da apolice respectiva.

5.^a Entregue a minuta á directoria e por ella sancionado o seguro, entende-se realizado o contracto, cabendo ao segurado o immediato pagamento do premio, do sello e do valor da apolice.

6.^a Mesmo que se não tenha extrahido a apolice ou della feito entrega ao segurado, uma vez acceita a minuta pela directoria e pelo segurado satisfeitas as despezas inherentes, está o contracto do seguro realizado para todos os effeitos.

7.^a Clara em seus termos, a minuta deve ser feita com toda a precisão, declarando o segurado a qualidade que lhe assiste no objecto seguro, por isso que qualquer irregularidade ou lacuna annullará o contracto.

8.^a O segurado logo que tenha aviso de sinistro, em que tenha soffrido damno, communicará á companhia ou a seus agentes ou representantes, si for o successo fóra da capital, para que se lhe faça a verificação.

9.^a Até 24 horas depois do sinistro deve o segurado enviar ou dar o aviso do prejuizo soffrido.

10.^a A indemnisação será feita ao segurado immediatamente após verificar-se o sinistro.

11.^a O embolso do valor perdido será realizado conforme dispõe o artigo precedente, em moeda corrente ou em letras, de mutuo accordo entre a companhia e o segurado.

12.^a A's letras serão contados juros na percentagem de 6 % ao anno a favor do segurado, regulando esta mesma percentagem o abatimento, no caso de indemnisação immediata ou no desconto da mesma letra, até decorrido um terço do prazo nella determinado.

13.^a A directoria, logo que tenha sciencia de qualquer sinistro, deve occorrer ao local onde se tenha elle dado, e tratará promptamente de promover-lhe a liquidação.

14.^a Quando verificando um sinistro, a directoria experimentar duvidas sobre o modo por que foi succedido appellará para os recursos da lei para conquistas de provas absolutas.

15.^a Animaes fallecidos, durante ou até o termo do transporte, por falta de tratamento ou por outra causa que devia ser prevista, bem como mercadorias quebradas, deterioradas, defraudadas, por condições de mãos accomodamentos, importam em sinistros preveniveis e exoneram a companhia de toda a responsabilidade.

16.^a As asserções contidas na clausula acima determinam completa nullidade do contracto.

17.^a Sinistro por effeito de lutas internas ou externas, revoluções, etc., não importam em risco para a companhia, que fica isenta de indemnisal-o.

18.^a Nos casos previstos na clausula anterior, cabe á companhia reembolsar ao segurado o valor do premio sómente.

19.^a Por estas apolices será feito o seguro de gado em pé ou carnes verdes em transporte.

20.^a Nas imprevisões ou lacunas que possam existir nestas apolices, as clausulas constantes das outras e dos estatutos, regularão, em assumpto de duvida; e para os seguros desta especie o premio jámais ultrapassará de 2% sobre o capital por ellas garantido.

APOLICES ABERTAS

Condições do seguro

1.^a Conforme é expresso no art. 10 dos estatutos pelo § 3º estas apolices estabelecem o seguro de quantia superior, que será partitivamente applicada a diversos embarques de animaes ou mercadorias.

2.^a A responsabilidade da companhia pelo transporte de animaes, mercadorias ou outros quaesquer objectos será relativa a cada embarque, conforme scientificação do segurado, à directoria, que acompanhará a apolice para respectivo averbamento.

3.^a Abrangendo os fins da companhia o seguro de gado em pé de carnes verdes, de diversos animaes, de mercadorias e de quaesquer objectos, a garantia dos contractos que effectuar é restricta aos casos accidentaes no transitio occorridos, só por desastre imprevisto ou por desidia da empreza ou pessoa encarregada do transporte.

4.^a No caso de commoções intestinas, guerras, ataques à mão armada, aos vehiculos conductores dos objectos ou animaes, em geral, seguros pela companhia, cessa toda a responsabilidade que haja ella assumido.

5.^a Nos casos acima previstos, a companhia restituirá ao segurado o valor do premio do seguro.

6.^a Dando-se o evento de extravio ou violação de qualquer objecto seguro, o segurado ou quem represente deverá verificá-lo no ponto de desembarque, perante o agente da estação, si for por estrada de ferro, ou ante o encarregado de receber e entregar os volumes em transitio, conforme a quem for commettido o transporte.

7.^a Estas verificações serão feitas sempre ante duas testemunhas, que assignarão com o segurado um auto de exame, que se enviará à companhia para agir convenientemente.

8.^a Quando, por circumstancias de mão encaixotamente ou fragilidade de involucros aconteça que se quebrem garrafas ou objectos de vidro ou cousa equivalente, dissolvem-se latas, ou desjuntem-se barris, produzindo o derrame de liquidos que conttenham, desaparece a responsabilidade da companhia, quanto às mercadorias nessas condições.

9.^a A companhia fará o reembolso ao segurado do valor seguro, em todos os casos de sinistro, attendendo aos successos de morte natural ou por accidente nos animaes, e por inutilisação ou extravios de mercadorias por desastre ou furto, sempre de accordo com o valor manifesto nos documentos de frete.

10.^a O pagamento da importancia do seguro será feito em moeda corrente ou em lettras, que a companhia aceitará conforme for do conveniencia na occasião, accordando nisso com o segurado.

11.^a As lettras vencerão juro para o segurado à razão de 6 % ao anno e esse premio regulará a quota do desconto de que

gosará a companhia quando liquide aquelle onus até um terço do prazo antes do vencimento.

12.^a As liquidações dos contractos de seguro, por pagamento de prejuizos, serão feitas de prompto, apenas verificados os danos soffridos pelo segurado.

13.^a No caso de duvida sobre a natureza ou causa do damno, cabe á companhia o uso de todos os recursos de lei para prova-o.

14.^a Nos casos previstos pela clausula 8.^a, e quando aconteça o fallecimento de qualquer animal por más condições de viagem, por falta de alimento, ou em consequencia de mãos tratos, antes ou durante o transporte, fica o segurado sem direito a indemnisação alguma.

15.^a Estes seguros serão realizados de accordo com minuta feita e assignada pelo segurado.

16.^a Entregue essa minuta á directoria, contará ella o premio, o valor da apolice e o sello respectivo, que será pago pelo segurado immediatamente, extrahindo-se então o documento equivalente.

17.^a O risco do seguro feito por apolices será tomado de embarque a desembarque dos animaes ou das mercadorias.

18.^a Em caso de qualquer sinistro soffrido pelo segurado, e uma vez feito o devido pagamento do seguro, transferirá elle á companhia todas as faculdades permittidas em lei, inclusive procuração em causa propria para o effeito de pleitear ella o direito de indemnisação, que lhe assistirá junto da empresa ou particular causador do damno ou prejuizo verificado.

19.^a As lacunas de imprevisão regulamentar nestas apolices serão suppridas pelo que é disposto nas condições das outras apolices e nos estatutos da companhia.

20.^a O premio do seguro fixado para as presentes apolices será no maximo de 2%.

Capital Federal, 10 de novembro de 1896. — *Joaquim Bernardino Pinto Machado*. — Capitão *Americo de Albuquerque*. — *Antonio Fernandes da Costa Guimarães*.



DECRETO N. 2556 (*) — DE 19 DE JULHO DE 1897

Autorisa a mudança do edificio das officinas a construir em Cruz Alta para o ponto terminal da linha ferrea de Santa Maria ao Uruguay.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a « Compagnie des Chemins de fer Sud Ouest Brésiliens », decreta :

Artigo unico. Fica dispensada a construcção do edificio das officinas, previsto em Cruz Alta, o autorisada a companhia a

(*) O decreto n. 2555 não foi publicado.

realizal-a na estação terminal na margem do Uruguay, bem como a proceder a augmentos nas officinas de Santa Maria, dividindo entre estas e a estação as machinas e ferramentas, tudo de accordo com o quadro que com este baixa rubricado pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 19 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Martinho.



DECRETO N. 2557 — DE 21 DE JULHO DE 1897

Declara extinto o Conservatorio Dramatico.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que a experiencia mostrou sufficientemente a inutilidade do Conservatorio Dramatico, creado pelo decreto n. 4666, de 4 de janeiro de 1871, o qual nenhuma influencia tem conseguido exercer sobre o theatro nacional e a litteratura e arte dramaticas ;

Decreta :

Art. 1.º Fica extinto o Conservatorio Dramatico.

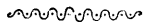
Art. 2.º Para a execução das peças theatraes e exhibições em casas de espectaculo, a Policia cingir-se-ha a tomar conhecimento, com antecedencia, da peça ou do programma que tiver de ser executado, cabendo-lhe prohibir ou suspender o espectaculo si verificar que delle possam resultar perturbação da ordem publica ou offensas ao decoro publico.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2558 — DE 21 DE JULHO DE 1897

Regula a inspecção dos theatros e outras casas de espectaculos da Capital Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em conformidade do disposto no art. 2º do decreto n. 2557, desta data, relativamente aos theatros e outras casas de espectaculos da Capital Federal, resolve approvar as instrucções annexas, assignadas pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 21 de julho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.

Instrucções a que se refere o decreto n. 2558
desta data

CAPITULO I

DOS THEATROS E CASAS DE ESPECTACULOS EM GERAL

Art. 1.º A nenhuma casa de espectaculos concederá o chefe de policia autorização para inaugurar-se sem que se tenha verificado a solidez, condições sanitarias e commodidade do edificio, podendo aquella autoridade mandar fechar-a quando ameace a segurança ou prejudique o bem-estar do publico, especialmente quando as divisões internas não offereçam facil sahida aos espectadores, na hypothese de algum sinistro. Para qualquer alteração nas divisões e distribuições internas dos theatros existentes precederá approvação do plano respectivo.

Art. 2.º O chefe de policia marcará a lotação de cada casa de espectaculos, sendo prohibido vender maior numero de bilhetes que o fixado para a platéa, varandas, galerias e camarotes.

Art. 3.º Haverá em cada theatro ou casa de espectaculos, e em logar designado pela Policia, um camarote denominado da inspecção.

§ 1.º A directoria ou empreza é obrigada a entregar á autoridade policial, sempre que forem requisitados por escripto, seis bilhetes de entrada, e sem signal algum exterior, e que serão distribuidos aos agentes policiaes.

§ 2.º A directoria ou empresa é representada pela pessoa ou pessoas, encarregadas de fazer exhibir as peças.

Art. 4.º Haverá bilhetes de entrada para os camarotes, platéas, varandas e galerias, começando a venda dos bilhetes meia hora, pelo menos, antes do espectáculo.

Paragrapho unico. E' obrigatoria a entrega de senhas aos espectadores que sahirem durante a representação ou seus intervallos.

Art. 5.º Os recebedores de bilhetes e outros empregados do theatro ou casa de espectaculos, deverão communicar ao respectivo administrador ou empresario quaesquer occurencias havidas no recinto e immedições do edificio, sendo por ordem da autoridade substituidos ou despedidos os que não tratarem os espectadores com urbanidade.

Art. 6.º As cadeiras, os bancos da platêa e os camarotes terão numeração, não sendo licito mudar, sem licença da autoridade policial e aviso ao publico, a designação ou destino dos logares da sala, nem collocar cadeiras, tamboretos e travessas nos espaços reservados à passagem.

Paragrapho unico. Haverá nos camarotes numero de cadeiras correspondente à lotação. As cadeiras da platêa terão 45 centimetros, pelo menos, de largura nos assentos, e entre as filas de cadeiras, na platêa, será guardado o espaço de 60 centimetros.

Art. 7.º A autoridade policial terá uma chave da porta de communicação para a caixa do theatro, palco, scenario ou bastidores, a qual se conservará fechada durante o espectáculo.

Art. 8.º O preço dos bilhetes de entrada para a platêa, camarotes, varandas e galerias será fixado pela directoria ou empresa, e publicado em cartaz à porta o saguões do theatro e pela imprensa no começo de cada serie de espectaculos, não podendo a respectiva tabella ser depois alterada sem audiencia do chefe de policia.

Nem por conta da empresa, nem de particulares, podem os bilhetes ser vendidos dentro ou fóra do escriptorio do theatro ou casa de espectaculos, por preço maior que o estabelecido (art. 140 do regulamento n. 120, de 31 de janeiro de 1842).

Os infractores soffrerão a pena do art. 36 destas instrucções, sendo-lhes apprehendidos os bilhetes e vendidos no escriptorio do theatro ao preço legal, por conta delles.

CAPITULO II

DOS ESPECTACULOS

Art. 9.º A directoria ou empresa dará sciencia á autoridade policial, com antecedencia de 24 horas, do primeiro ensaio e do ensaio geral da peça da receita que houver de ser exhibida.

Os infractores serão multados em 30\$ e soffrerão cinco dias de prisão (Codigo de posturas municipaes, titulo 8º, § 4º, L. n. 85, de 20 de setembro de 1892, art. 15, § 11).

Não se representará também qualquer peça de declamação, pantomima ou outra qualquer, sem que seu programma tenha sido communicado á Policia, com antecedencia de 48 horas,

Os infractores serão multados em 30\$ e soffrerão cinco dias de cadeia (Codigo de posturas citado § 4º, título 6º, 2ª parte; L. cit. *ibidem*).

Art. 10. O chefe de policia poderá prohibir ou suspender a execução da peça de recita ou programma de espectáculo, quando verifique que da sua realização possa resultar perturbação da ordem publica ou quando haja no contexto allusão aggressiva a determinada pessoa, ou offensa aos bons costumes.

Da prohibição ou suspensão haverá recurso para o Ministro, a quem serão presentes as razões do recurso, com informação do chefe de policia, que a prestará no prazo de 48 horas, no maximo.

Art. 11. Havendo mudança de programma ou transferencia de espectáculo, por causas que mereçam annuncia da autoridade policial, ou substituição de artista que nelle deverá tomar parte, fará o empresario annuncio motivado, por meio de cartaz, na porta e saguões do theatro e pela imprensa, si houver tempo, dando sempre ao publico as razões do seu procedimento e designando, no caso de transferencia, o dia da representação.

Art. 12. Os actores que alterarem o texto das peças, accrescentando ou diminuindo palavras, que derem a estas sentido equivoco, por meio de inflexão da voz e gestos, ou nas pantomimas e danças fizerem acenos e meneios indecentes, incorrerão na multa de 10\$ a 20\$ e em quatro a cinco dias de prisão (Codigo de posturas citado, título 8º, § 5º; L. cit. *ibidem*).

Art. 13. Serão responsabilizados, na conformidade das disposições do art. 292 do Codigo Penal, os actores que reproduzirem no palco textos obscenos ou offensivos da moral publica, consignados no original.

Art. 14. Meia hora antes dos espectaculos illuminar-se-hão os corredores e salas, que assim serão conservados até a retirada do publico.

Art. 15. Os espectaculos começarão impreterivelmente ás 8 ½ horas da noite, terminando até meia-noite.

Paragrapheo unico. Os entreactos não excederão de 15 minutos e serão preenchidos por musica.

CAPITULO III

DOS ESPECTADORES

Art. 16. Ninguem, dentro do theatro ou casa de espectaculos, poderá dirigir-se em voz alta a quem quer que seja, excepto aos actores, com palavras de approvação ou reprovação, como: «bravo, *caput*, fóra, ou outras equivalentes». Os infractores serão multados em 6\$ a 10\$ e soffrerão dous a cinco dias de

cadeia, sem prejuizo das penas em que incorrerem os que fizerem motim, assuada ou tumulto (Codigo de posturas e titulo citados, § 6º; L. cit. *ibidem*).

Art. 17. Ninguém poderá, dentro do theatro ou casa de espectaculos, declamar ou recitar, de cór ou por escripto, peça alguma, nem distribuir escriptos não impressos, sem ter entregue á autoridade policial uma cópia assignada pelo responsavel que a houver de recitar. Os infractores incorrerão na multa de 10\$ a 20\$, e soffrerão tres a cinco dias de cadeia (Codigo e titulo citados, § 7º; L. cit. *ibidem*).

Art. 18. Os que arrojarem projectis para dentro ou fóra da caixa do theatro ou casa de espectaculos soffrerão tres dias de cadeia e cinco dias na reincidência (Codigo e titulo citados, § 10; L. cit. *ibidem*).

Art. 19. Os espectadores da platéa deverão sentar-se nos logares indicados pelos numeros dos bilhetes de que se houverem munido.

Art. 20. Nas casas de espectaculos dramaticos ou lyricos não poderão os espectadores fumar no recinto, mesmo durante os entreactos, nem estar cobertos durante a representação.

Paragrapho unico. Nas platéas, cujo soalho deve ter o conveniente declive, os espectadores esforçar-se-hão por não embaraçar a vista uns dos outros.

Art. 21. Enquanto durar o espectaculo é vedado o ingresso no scenario a todas as pessoas que não pertencerem ao respectivo serviço.

Art. 22. E' permittido chamar á scena para applaudir, no fim dos actos ou do espectaculo, não só ao autor da peça, como ao artista ou artistas que nella tenham tomado parte.

Art. 23. E' prohibido pedir execução de qualquer canto, peça de musica ou recitação que não faça parte do programma.

CAPITULO IV

DA INSPECÇÃO

Art. 24. A inspecção dos theatros ou casas de espectaculos desta Capital compete ao chefe de policia que, em seus impedimentos, a poderá delegar, em tudo ou em parte, aos delegados de policia e seus supplentes.

Art. 25. A autoridade encarregada da inspecção dos theatros ou casas de espectaculos deverá assistir á representação, comparcendo antes de começar e retirando-se depois de dissolvido o ajuntamento (Regulamento de 31 de janeiro de 1842, art. 131).

Art. 26. A autoridade policial poderá reclamar silencio quando for perturbada a tranquillidade do espectaculo, por excesso das exclamações de que trata o art. 16, e mesmo expellir do theatro ou casa de espectaculos os reluctantes.

§ 1.º Quando de taes exclamações resultar tumultos, mandará, si for necessario, baixar o panno e evacuar a sala pela força publica, sujeitando os tumultuosos ás penas da lei.

§ 2.º Ordenará que se baixe o panno si a representação de uma peça se tornar causa ou occasião de escandalo, desordem ou desrespeito e quebra de força moral a qualquer autoridade.

Art. 27. Fará lançar fóra ou pôr em custodia a quem entrar no theatro ou casa de espectaculos em estado de embriaguez, restituindo à liberdade o detento logo que esse estado cessar (Codigo de posturas citado, titulo 8º, § 9º).

Do mesmo modo procederá para com os que se portarem por forma inconveniente ou irregular.

Art. 28. Obrigará a directoria ou empresa a levar a effeito a representação annunciada, por mais diminuto que seja o numero dos espectadores, salvo acquiescencia destes.

Art. 29. Proibirá que se mostrem nos bastidores, á vista do publico, pessoas extranhas á scena que se representa, ou que os actores, por signaes, gestos e palavras se dirijam ao publico.

Art. 30. Nos casos de absoluta conveniencia publica, poderá o chefe de policia mandar fechar, provisoria ou definitivamente, qualquer casa de espectaculos.

Art. 31. A autoridade policial requisitará e mandará collocar no logar costumado uma guarda policial, mais ou menos reforçada, segundo a necessidade da occasião.

§ 1.º Distribuirá sentinellas onde for conveniente e dará instruções para manter a ordem.

§ 2.º Designará logar proprio para se arrumarem carros e cavallos, incumbindo uma patrulha rondante de fazer executar a prescripção do inspector de vehiculos, no tocante ao transito, na entrada ou sahida, de modo a evitar embaraços.

Art. 32. O commandante da guarda destinada a manter a ordem ficará á disposição da autoridade policial do theatro o sómente poderá agir por ordem sua.

Art. 33. A autoridade policial, por meio de multa até 100\$, ou de prisão até um mez, obrigará os empregados do scenario a cumprir seus contractos, para que não se interrompam os espectaculos ou se deixem de realizar as promessas feitas ao publico (art. 141 do Regulamento de 31 de janeiro de 1842).

Tanto os contractos celebrados no Brazil, como no estrangeiro, entre artistas e empregarios, para representações nesta Capital, serão apresentados ao chefe de policia para serem visados.

Art. 34. Quando se verificarem algumas das infracções de que tratam os capitulos antecedentes, a autoridade policial fará lavrar auto de flagrante, e sempre que tiver de expelir qualquer ordem, no sentido destas instruções, determinará por escripto ao escrivão que a intime a quem cabe cumpri-la, e lavre certidão de ter sido ou não cumprida.

Art. 35. Incumbe ainda á autoridade policial:

§ 1.º Fiscalisar a redacção dos annuncios que alguns theatros ou casas de espectaculos costumam inserir nos panno's de ante-scena.

§ 2.º Designar para deposito e guarda do machinismo e das decorações um logar separado da casa dos espectaculos.

§ 3.º Exigir que no pateo, jardim ou outra parte do edificio haja uma bomba, pessoas habilitadas para empregal-a e reservatorio de agua, podendo mandar fechar o theatro ou casa de espectaculos, no caso da não observancia desta prescripção.

§ 4.º Obrigar a directoria ou empresa a tornar ininflamaveis, por meio de processos chimicos, não só os forros de papel e outros objectos de facil combustão, mas tambem as buchas das armas de fogo e involucros dos artefactos pyrotechnicos.

§ 5.º Verificar si as armas de tiro estão carregadas de qual-quer projectil.

§ 6.º Fazer visitar, findo o espectaculo, todo o edificio, pelo porteiro, acompanhado de uma das praças ou agentes ao serviço da inspecção, no intuito de evitar que alguém fique occulto no recinto.

§ 7.º Exigir que em todos os theatros ou casas de espectaculos seja franqueada às senhoras, servidas por pessoal decente, uma sala de *toilette* e vestiaria, onde as espectadoras possam deixar seus chapéus.

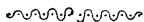
§ 8.º Providenciar para que haja, em logares convenientes do theatro ou casa de espectaculos, mictorios e *water-closets*, mantidos com asseio e decencia, e para que no fim do espectaculo se abram todas as portas do edificio.

§ 9.º Ordenar que sejam depositados na Policia os objectos esquecidos pelo publico no theatro ou casa de espectaculos para a respeito delles se proceder na fórma da lei em relação às cousas perdidas.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 36. Os actores e mais empregados do theatro ou casa de espectaculos que não cumprirem as ordens da autoridade policial, e todas as pessoas que infringirem as disposições das presentes instrucções, na parte em que não ha comminação de pena especial, serão punidos com a de desobediencia, além das mais em que incorrerem.

Capital Federal, 21 de julho de 1897.— *Amaro Cavalcanti*.



DECRETO N. 2559 — DE 22 DE JULHO DE 1897

Approva o regulamento para a cobrança do imposto sobre dividendos dos bancos, companhias e sociedades anonymas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida ao Poder Executivo no n. 1 do art. 48 da Constituição da Republica, decreta :

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento que a este acompanha para a cobrança do imposto sobre dividendos dos bancos,

companhias e sociedades anonymas, creado pelo art. 1.^o da lei n. 25, de 30 de dezembro de 1891.

Capital Federal, 22 de julho de 1897, 9.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para a cobrança do imposto sobre dividendos, a que se refere o decreto n. 2559 desta data

Art. 1.^o O imposto sobre dividendos dos bancos, companhias e sociedades anonymas, creado pela lei n. 25, de 30 de dezembro de 1891, art. 1.^o, como imposto de sello, é desmembrado do regulamento deste, para constituir imposto à parte, como determinam as leis ns. 126 A, de 21 de novembro de 1892, art. 1.^o; 191 A, de 30 de setembro de 1893, art. 1.^o; 285, de 24 de dezembro de 1894, art. 1.^o, n. 11; 365, de 30 de dezembro de 1895, art. 1.^o, n. 30; e 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 1.^o, n. 39.

Art. 2.^o O imposto é devido na razão de 2 1/2 % sobre os dividendos dos lucros auferidos pelos ditos bancos, companhias e sociedades anonymas (circular n. 6, de 26 de janeiro de 1892):

1.^o, si as companhias tiverem garantia de juros dada pela União ou pelos Estados, o imposto recahirá sobre a importancia do rendimento liquido excedente ao garantido (regulamento n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888, art. 2.^o);

2.^o, no caso do dividendo ser distribuido em dinheiro estrangeiro, a taxa para a conversão será a do dia do pagamento (ordem da Fazenda, expedida à Thesouraria de S. Paulo em 25 de abril de 1882).

Paragrapho unico. A disposição deste artigo é extensiva às companhias e bancos com séde no estrangeiro, recalhindo o imposto sobre o dividendo do capital existente no paiz (art. 5.^o da lei n. 359, de 30 de dezembro de 1895).

Art. 3.^o São isentas do imposto as companhias de fabricas de tecer e fiar algodão, de ferro e de machinas, estaleiros, linhas telegraphicas e telephonicas (regulamento n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888, art. 5.^o, ns. 9 a 12).

Art. 4.^o Os bancos, companhias e sociedades anonymas, que não distribuirem dividendos, ficarão sujeitos ao pagamento do imposto de industrias e profissões (circular n. 29, de 13 de julho de 1892).

Art. 5.^o O imposto de dividendo será cobrado no prazo de 30 dias, contados da data da primeira publicação do annuncio para

sua distribuição (circular n. 20, de 29 de julho de 1895) e comprehenderá as quantias pagas a título de *bonificação*, ou outro, por que se distribuam os lucros.

§ 1.º Para as companhias e bancos de que trata o parágrafo unico do art. 2º, o prazo contar-se-ha da data em que for conhecido o dividendo a distribuir na repartição arrecadadora da sede da filial.

§ 2.º As filiaes das ditas companhias e bancos ficam obrigadas a dar noticia ás repartições arrecadadoras do imposto na Capital Federal e Estados, logo que estejam para isso habilitadas, dos dividendos e outras quantias provenientes de proventos de operações da sociedade ou bonificações que tenham de distribuir no paiz.

Art. 6.º O recebimento do imposto de dividendos far-se-ha por meio de guias em duplicata, firmadas pelo gerente e rubricadas pelo presidente da sociedade ou companhia, ou sómente assignadas pelo gerente, si a companhia for estrangeira; deverão conter as declarações necessarias para se conhecer o valor tributavel e ser acompanhadas do exemplar da gazeta em que vier publicado o primeiro annuncio.

Paraphrased unico. O empregado encarregado da arrecadação do imposto será tambem incumbido de sua fiscalisação.

Art. 7.º Em ambos os exemplares das guias averbar-se-ha o imposto recebido, ficando uma na estação fiscal e sendo a outra devolvida á parte.

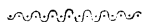
O pagamento do imposto será igualmente averbado na matricula especial da companhia.

Art. 8.º A escripturação do imposto de dividendo far-se-ha em um auxiliar especial e no livro de receita e despesa geral, sob o titulo em que figurar na lei de orçamento; a das multas sob o que lhe é proprio — Extraordinaria, Receita eventual.

Art. 9.º Os infractores do art. 5º e seus paraphraseds ficam sujeitos, além do pagamento do imposto, á multa de 20 a 50 %, conforme as circumstancias do caso.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de julho de 1897. — *Bernardino de Campos*.



DECRETO N. 2560 — DE 26 DE JULHO DE 1897

Publica a adhesão da Coréa á Convenção Postal Universal (Convenção principal, com exclusão dos demais actos concluidos no Congresso de Vienna).

O Presidente da Republica dos Estados do Brazil faz publica a adhesão da Coréa á Convenção Postal Universal (Convenção principal, com exclusão dos demais actos concluidos no Con-

gresso de Vienna), segundo a comunicação do Conselho Federal Suíço, de 24 de junho proximo passado, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 26 de julho de 1897, 9^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

TRADUÇÃO— Berna, 24 de julho de 1897.

Senhor Ministro—Temos a honra de informar a V. Ex. que, por nota datada de 30 de abril de 1897, a Legação da Coréa em Washington deu-nos conhecimento, por intermedio do ministro da Suíça nessa cidade, da adhesão do seu governo á Convenção Postal Universal (Convenção principal, com exclusão dos demais actos concluidos no Congresso de Vienna).

Apressamo-nos em notificar a V. Ex. esta adhesão, de conformidade com o art. 24 da referida Convenção e fazemos sobresahir o seguinte :

1.^o A data da accessão da Coréa ainda não está fixada, mas a Legação desse paiz assegura que, em nenhum caso, será posterior ao 1.^o de janeiro de 1899.

2.^o As repartições do correio coreano perceberão como equivalentes, previstos pelo art. IV do regulamento para a execução da Convenção Postal Universal :

por 25 centimos	25 poon ;
por 10 centimos.....	10 poon ;
por 5 centimos.....	5 poon ;

3.^o Para a divisão das despesas da União Postal, a Coréa fica incluída na setima classe prevista no numero 3 do artigo XXXII do regulamento mencionado no paragrapho n. 2.

Aproveitamos esta occasião para renovar-vos, Sr. Ministro, a segurança de nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suíço,

O Presidente da Confederação,

DEUCHER.

O Chanceller da Confederação,

RINGIER.

A S. Ex. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Estados Unidos do Brazil — Rio de Janeiro.



DECRETO N. 2531 — DE 26 DE JULHO DE 1897

Proroga por tres annos os prazos fixados nas clausulas que acompanham o decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, para construcção da Estrada de Ferro de Alcobaça á Praia da Rainha e navegação dos rios Tocantins e Araguaya.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya e nos termos da 2ª parte do § 1 do art. 6º da lei n. 429 de 10 de dezembro de 1896, decreta:

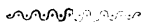
Art. 1.º Ficam prorogados por tres annos os prazos fixados nas clausulas que acompanham o decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, para construcção da Estrada de Ferro de Alcobaça á praia da Rainha e serviço de navegação dos rios Tocantins e Araguaya.

Art. 2.º A companhia é obriga-la a entrar para o Thesouro Federal com a quantia de 15:000\$ annuaes, pagos por semestres a vencer, para as despesas da fiscalisação.

Capital Federal, 26 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2562 — DE 26 DE JULHO DE 1897

Approva a mudança do dique de que tratam os decretos ns. 10.277 e 1150, de 30 de julho de 1889 e 7 de dezembro de 1890, e a planta do respectivo local, e autorisa a construcção de uma carreira no porto de Santos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Docas de Santos e a conveniencia do serviço do porto de Santos, decreta:

Art. 1.º Ficam approvadas a mudança do dique, de que tratam os decretos ns. 10.277 e 1150, de 30 de julho de 1889 e 7 de dezembro de 1890, para os terrenos adjacentes ao 2º outeiriho, ponto terminal do caes concedido, e a planta dos mesmos terrenos que este acompanha e vai rubricada pelo director geral das Obras Publicas.

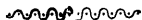
Art. 2.º Fica autorizada a mesma companhia a construir naquella local uma carreira destinada à reparação do material fluctuante empregado nos serviços dos seus contractos naquelle porto.

Art. 3.º Antes da construcção do dique deverá a companhia submeter à approvação do Governo o projecto da respectiva situação nos referidos terrenos, de accordo com os planos e orçamentos já approvados, o justificar opportunamente, conforme a clausula 6.ª do decreto n. 2411 de 23 de dezembro de 1896, o custo da carreira.

Capital Federal, 26 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2563 — DE 31 DE JULHO DE 1897

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Alto Longá, no Estado do Piauhý.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Alto Longá, no Estado do Piauhý, uma brigada de cavallaria com dous regimentos sob ns. 3 e 4 e a designação de 2ª, que se organizará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2564 — DE 31 DE JULHO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Amarante, no Estado do Piauhy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Amarante, no Estado do Piauhy, uma brigada de infantaria com a denominação de 4ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 10º, 11º e 12º, e um do da reserva, sob n. 4º, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de julho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2565 — DE 31 DE JULHO DE 1897

Crêa uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Valença, no Estado do Piauhy.

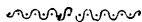
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Valença, no Estado do Piauhy, uma brigada de infantaria com a denominação de 5ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 13º, 14º e 15º e um do da reserva sob n. 5º, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de julho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2566 — DE 31 DE JULHO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Piripyrí, no Estado do Piahy.

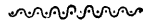
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Piripyrí, no Estado do Piahy, uma brigada de infantaria com a denominação de 6ª, a qual se constituirá de tres batalhões sob os ns. 16, 17 e 18 do serviço activo e um do da reserva com a designação de 6º, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de julho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2567 — DE 31 DE JULHO DE 1897

Dá nova organização á Guarda Nacional da Capital do Estado da Parahyba.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro ultimo,

Decreta :

Art. 1.º A Guarda Nacional da Capital do Estado da Parahyba se comporá de uma brigada de infantaria com a designação de 1ª, a qual se constituirá com os 1º, 2º e 3º batalhões do serviço activo e 1º da reserva, de uma brigada de cavallaria, com dous regimentos com as designações de 1º e 2º, e de uma brigada de artilharia, composta de um regimento de campanha e um batalhão de posição, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma Capital e dos territorios das extinctas comarcas de Conde e Santa Rita.

Art. 2.º Fica extincta a brigada mixta creada na Capital pelo decreto n. 626 de 24 de outubro de 1891.

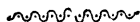
Art. 3.º Ficam igualmente extinctas as 1ª e 2ª brigadas de infantaria creadas pelo mesmo decreto nas alludidas comarcas, supprimidas por lei do Estado.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2568 — DE 31 DE JULHO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Bebedouro, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro ultimo, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Bebedouro, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria com a designação de 11ª, a qual se comporá de tres corpos do serviço activo sob ns. 31, 32 e 33 e de um da reserva sob n. 11, os quaes se constituirão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de julho de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2569 — DE 31 DE JULHO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional do Estado do Pará

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro ultimo, decreta :

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado do Pará se comporá de um commando superior com séde na comarca da Capital, a qual

se constituirá de duas brigadas de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia, e das demais que se organisarem posteriormente nas outras comarcas do referido Estado.

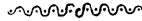
As 1ª e 2ª brigadas de infantaria, 1ª de cavallaria e 1ª de artilharia, ora creadas, constituídas na Capital do Estado, se comporão dos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º batalhões de infantaria, e 1º e 2º da reserva, dos 1º e 2º regimentos de cavallaria, e do 1º regimento de artilharia de campanha e 1º batalhão de artilharia de posição.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de julho de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2570 — DE 2 DE AGOSTO DE 1897

Approva algumas modificações nas condições regulamentares, tarifas e instruções para o serviço da ponte marítima em Jaraguá, em vigor na Estrada de Ferro Central de Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Alagoas Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvadas as modificações nas condições regulamentares, tarifas e instruções para o serviço da ponte marítima de Jaraguá, em vigor na Estrada de Ferro Central de Alagoas, segundo os decretos ns. 9576 e 2168, de 10 de abril de 1886 e 18 de novembro de 1895, e portaria de 17 de setembro de 1892, as quaes com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 2 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

Modificações das condições regulamentares, tarifas e instrucções do serviço da ponte marítima da Estrada de Ferro Central de Alagoas, a que se refere o decreto n. 2870 desta data.

Addicione-se á classe 13ª da tarifa approvada por decreto n. 2168, de 18 de novembro de 1895, o seguinte:

« A canna despachada como materia prima para as fabricas cujos productos em sua totalidade forem transportados pela estrada de ferro, quando carregada o descarregada no mesmo dia, gosará do abatimento de 33 %/o.»

« O frete minimo de um vagão fica reduzido a 5\$ em logar de 7\$500.»

Accrescente-se ás clausulas 1ª e 2ª o seguinte:

« Os passageiros de ida e volta gosarão do abatimento de 25 %/o.»

Substituam-se no art. 3º das condições regulamentares approvadas pelo decreto n. 9576, de 10 de abril de 1886, as palavras — « obrigado ao pagamento de mais 10 %/o » — pelas « obrigado ao pagamento de mais 20 %/o.»

Substitua-se a primeira parte do art. 7º das mesmas condições pelo seguinte:

« Os bilhetes de ida e volta serão válidos em qualquer trem ordinario de passageiros durante os dous dias seguintes.»

Accrescente-se ao art. 7º *in-fine* das mesmas condições:

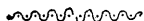
« Os materiaes de construcção, ferragens e outras mercadorias transportadas pela estrada de ferro, que não necessitem de abrigo, ficam isentos da taxa de armazenagem até 10 dias, findos os quaes pagarão um real por dia e por 10 kilogrammas, até esgotado o prazo de tres mezes. Excedendo deste prazo proceder-se-ha de conformidade com o que se acha estabelecido no citado art. 70.»

« A administração da estrada de ferro procurará manter o asseio e conservação das mesmas mercadorias, não se responsabilizando por extravio ou qualquer damno que possa advir.»

Fica restabelecido o § 1º do art. 182 das alludidas condições.

No art. 5º das instrucções regulamentares da ponte e no aviso de 17 de setembro de 1892 — substitua-se a palavra « Mercadorias » pela « Machinismo ».

Capital Federal, 2 de agosto de 1897. — *Joaquim Murtinho*.



DECRETO N. 2571 — DE 2 DE AGOSTO DE 1897

Approva os estudos para construcção, por conta do custeio do prolongamento da Estrada de Ferro denominada *D. Theresa Christina*, da estação da Laguna até a cidade do mesmo nome.

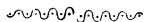
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *D. Theresa Christina Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados os estudos e orçamento que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Vição da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas, do prolongamento da Estrada de Ferro denominada « *D. Theresa Christina* », da estação da Laguna até a cidade do mesmo nome, e autorisada a construcção por conta do custeio da mesma estrada.

Capital Federal, 2 de agosto de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2572 — DE 2 DE AGOSTO DE 1897

Autorisa a mudança da estação principal da Estrada de Ferro de Itararé ao Uruguay, do local primitivamente indicado, para a cidade de Ponta Grossa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo Rio Grande, decreta :

Artigo unico. Fica auterisada a mudança da estação principal da Estrada de Ferro de Itararé ao Uruguay, do local primitivamente indicado, para a cidade de Ponta Grossa, sendo approvados os respectivos projectos e orçamento da mesma estação, que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Vição da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

Capital Federal, 2 de agosto de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2573 — DE 3 DE AGOSTO DE 1897

Dá novo regulamento para a cobrança do imposto do sello do papel

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida ao Poder Executivo no n. 1º do art. 48 da Constituição da Republica, e tendo em vista o disposto no n. 5, do art. 2º, da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, resolve que, na cobrança do imposto do sello do papel, para a receita da União, se observe o regulamento que a este acompanha ; ficando revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para a cobrança do imposto do sello
annexo ao decreto n. 2573 desta data

CAPITULO I

DO IMPOSTO

Art. 1.º O imposto de sello é proporcional e fixo (lei n. 317 de 21 de outubro de 1843, art. 12); recahe nos contractos e actos mencionados nas tabellas juntas A e B, e o seu pagamento se fará por meio de estampilhas ou por verbas das repartições arrecadoras, salvas as excepções deste regulamento.

Tabella A §§ 1º a 6º

Art. 2.º Para o pagamento do sello dos titulos designados nos seguintes numeros, o valor será :

1.º Nos contractos de arrendamento, o preço ajustado para todo o tempo da locação, e nos traspassos o correspondente ao tempo que faltar para a terminação do prazo ; em falta de prazo, a renda de um anno. Em qualquer dos casos deverá computar-se tambem a quantia que estabelecer-se a titulo de joia, luvas ou algum outro ;

2.º Nos contractos de penhor mercantil, a quantia levantada, mais os respectivos juros, contados na razão de um anno, si não houver declaração de tempo ;

Si o contracto, de que trata esta disposição, for apresentado depois de vencido o prazo nelle marcado e estipular o augmento da taxa dos juros, para o caso de não pagamento dentro ou findo o primeiro prazo, o valor para a cobrança do imposto será a quantia levantada e os juros contados pela taxa maior;

3.º Na emphyteuse e sub-emphyteuse de terrenos nacionaes e da Municipalidade do Districto Federal, a importancia de vinte annos de fôro e a joia, si houver (Ordem n. 33 de 10 de abril de 1888);

4.º Nas fianças prestadas em Juizo ou repartição publica, o arbitrado ou estabelecido em lei ou regulamento;

5.º Nos titulos de arrematação de rendas publicas, a lotação do excesso de rendimento, que o contracto deve produzir e que constitue as vantagens do arrematante;

6.º Nos termos de transferencia de apolices da divida publica interna da União e da Municipalidade do Districto Federal, de acções de companhias ou sociedades anonymas e em commandita, o preço da negociação ou transmissão; si aquelle preço não for declarado, a média da cotação publicada no dia em que se lavrarem os mesmos termos (Reg. n. 2475 de 13 de março de 1897, art. 86);

Em falta de cotação desse dia, servirá de base para a cobrança do imposto a do mais proximo anterior, no periodo de um semestre; si a não houver nesse tempo, o valor nominal dos titulos;

7.º Nas permutas, a somma dos valores permutados, excepto no caso de permuta de immoveis situados na Capital Federal por immoveis existentes em qualquer Estado, quando tiver maior valor o immovel situado na mesma Capital (Lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, art. 32);

8.º Nos titulos de contractos, em virtude dos quaes se passarem letras na mesma data delles e que não constituirem por si só obrigação nova, a differença entre o valor do contracto e o das letras;

Sendo o contracto feito por escriptura publica, o tabellião deverá declarar nella qual a importancia do sello das letras e o modo por que foi pago;

No caso de escripto particular, igual declaração será lançada pelos empregados da cobrança e escripturação do sello, dentro do prazo de 30 dias da data do titulo;

9.º Nos contractos de sociedade, sua prorrogação ou novação, o fundo de capital;

10.º Dissoluções de sociedade, a quantia que se repartir pelos socios, ou a parte que couber a algum ou alguns delles (ordem n. 241 de 23 de outubro de 1852 e aviso de 11 de fevereiro de 1892);

No caso de retirada de um ou mais socios, continuando a sociedade com o mesmo contracto, a importancia que for levantada;

11.º No capital das companhias ou sociedades anonymas, agencias, caixas filiaes e succursaes, a importancia das entradas de capital, á medida que se fizerem as chamadas;

Havendo fusão de duas ou mais sociedades anonymas em uma só, a totalidade do capital, si estiver integrado, ou a parte realizada, no caso contrario (Decr. n. 434, de 4 de julho de 1891, art. 213; Aviso do Ministerio da Fazenda de 15 de setembro do mesmo anno);

Nas conversões de sociedades anonymas em sociedades em commandita por acções, ou *vice-versa*, o capital das mesmas;

12. Nas acções e obrigações (*debentures*) ao portador, a média da cotação de um semestre, publicada no anterior ao da contribuição;

Si não houver cotação desse tempo, será o valor nominal;

13. Nos actos em que se convencionar o pagamento por prestações, de quantias cujo total não se declare, o valor de uma annuidade; ficando sujeitos ao sello proporcional os recibos das prestações que se lhe seguirem (Tabella A § 1º n. 25);

14. Nos termos de responsabilidade, assignados nas Alfandegas, para exhibição de provas da descarga de mercadorias reexportadas, o valor dos direitos que estas pagariam si fossem despachadas para consumo (lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 30, parographo unico);

15. Nos contractos com as repartições publicas em que não se declare o preço total, a quantia mencionada nas ordens de pagamento, na conta ou no papel onde houver despacho para este fim sem expedição de ordem;

16. Nas dações *in solutum*, o valor dos bens dados em pagamento;

17. Do usufructo vitalicio, o producto da renda de um anno multiplicado por cinco; do temporario, o mesmo producto multiplicado por tantos annos quantos os do usufructo, nunca excedendo de cinco;

18. Da nua propriedade, será o producto do rendimento de um anno multiplicado por dez;

19. Nos outros papeis em geral, a importancia declarada;

20. Nos contractos, acções, obrigações e outros papeis em que se estipule o pagamento em moeda estrangeira, o valor será calculado ao cambio do dia do pagamento do sello.

Art. 3.º Nos contractos de que se passarem diversos exemplares, os quaes deverão ser apresentados ao mesmo tempo e numerados seguidamente, só um pagará o sello, declarando nos outros, os encarregados do recebimento e da escripturação do sello, o numero do exemplar sellado, o valor do imposto e o nome de quem inutilizou a estampilha, ou a data e o numero da verba, si não estiver sujeito áquelle modo de pagamento.

Esta disposição não comprehende as letras, que pagarão o sello conforme o artigo seguinte.

Art. 4.º Das letras passadas por diferentes vias, só uma destas ficará obrigada ao sello, sendo:

1.º A que se apresentar ao sacado, ou ao escrivão do protesto por não acceita, quando não for sacada á vista;

2.º A que for passada fóra do Brazil e nelle houver de ser acceita, protestada ou exequivel;

3.º A primeira via das que forem sacadas à vista, ou sobre paiz estrangeiro.

Art. 5.º Dos contractos em que houver disposições dependentes, que se derivem necessariamente umas das outras, é devido o sello proporcional de um dos valores, sendo iguaes, ou do maior, si o não forem.

No caso de conterem varias disposições, que não se derivem necessariamente umas das outras, pagar-se-ha o sello do valor de todas.

Tabella A § 7º

Art. 6.º Ao sello proporcional da tabella A § 7º estão sujeitos os titulos de nomeação e outros que dêem direito ao vencimento de 200\$ para cima, em um anno.

Art. 7.º No caso de ser augmentado o vencimento do emprego ou da commissão, e havendo promoção ou transferencia, ainda que para logar de diverso Ministerio, do emprego federal para outro da Prefeitura ou da Secretaria do Conselho Municipal, o sello é só devido da melhoria de qualquer valor, sobre a importancia de que se tenha pago igual ou maior taxa proporcional.

§ 1.º Si o vencimento, de que estiver pago o sello, for menor de 1:000\$, será exigida do excesso até este valor a quota de 13,2 %, procedendo-se nesta conformidade a respeito das taxas de 8,8 e 7,7 %.

§ 2.º Este artigo é inapplicavel aos que forem demittidos ou aposentados, a seu pedido, e depois nomeados para o mesmo ou diverso emprego da carreira administrativa ou de commissão; salvo si a demissão tiver logar para que a nova nomeação possa effectuar-se (circulares n. 17, de 6 de agosto de 1888 e n. 43, de 17 de julho de 1890).

Art. 8.º O sello das nomeações para logares sem vencimento dos cofres publicos deve ser pago antes da posse ou do exercicio dos nomeados.

O dos titulos de emprego ou mercê cujo vencimento, no todo ou em parte, for abonado pelos ditos cofres, arrecadar-se-ha :

1.º Por descontos, sendo 5,5 % do vencimento total em 12 prestações, no primeiro anno, e o resto das taxas excedentes deste valor, no acto do primeiro pagamento;

2.º Antes do assentamento do titulo em folha, ou de pagar-se ao nomeado, si não depender de assentamento, estando sujeito à taxa de 2,2 %.

Art. 9.º O sello é deduzido dos proventos do emprego ou da mercê, em um anno, a titulo de ordenado, gratificação, emolumentos ou algum outro, sendo competentemente lotados os logares de vencimento variavel.

§ 1.º Deve ser pago, ainda que do ac rescimo da renda não se passem novos titulos, e qualquer que seja a fórma por que se expedir o acto de nomeação ou mercê.

Havendo mais de um acto, far-se-ha a cobrança á vista do que der direito ao exercicio do emprego ou ás vantagens da concessão.

§ 2.º Os nomeados para servirem menos de anno pagarão o sello do vencimento correspondente ao tempo designado no titulo.

§ 3.º O sello pago das nomeações interinas será levado em conta nos casos de effectividade.

CAPITULO II

DOS TITULOS ISENTOS DO SELLO PROPORCIONAL

Tabella A §§ 1º e 4º

Art. 10. São isentos :

1.º Titulos sujeitos ao imposto de transmissão de propriedade, conforme o regulamento n. 5581 de 31 de março de 1874, arts. 2º, 9º e 14, ns. 1 a 3, 5, 7 a 10, e a lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, art. 1º ns. 32 e 50 e art. 32;

2.º Bilhetes e outros titulos de credito, emittidos pelo Thesouro Federal e demais repartições de Fazenda da União; excepto as letras sacadas a favor de particulares, ainda que para movimento de fundos entre repartições publicas;

3.º O capital das sociedades de credito real, bem como as lotras hypothecarias ou a sua transferencia (Decr. n. 370 de 2 de maio de 1890, art. 287);

4.º Vales e recibos postaes;

5.º Conhecimentos passados aos vendedores de generos para os Arsenaes e outros estabelecimentos publicos; as contas dos fornecedores de generos para o expediente das mesmas repartições;

6.º Concordatas commerciaes, celebradas judicialmente (Decr. n. 2481 de 28 de setembro de 1859);

7.º Moratorias, concedidas na forma do Decr. n. 917 de 24 de outubro de 1890;

8.º Titulos, actos e papeis lavrados e processados nos Consulados das nações estrangeiras, si não tiverem de produzir effeito na Republica;

9.º Contractos de empreitada e os de locação de serviços, em que o empreiteiro ou locador apenas forneça o proprio trabalho ou a industria;

10. Sentenças de desapropriação por utilidade ou necessidade publica, por conta da União e da Municipalidade do Districto Federal;

11. Obrigações, cautelas de penhor e todos os actos relativos à administração das Caixas Economicas, Monte-pios e Montes de Soccorro da União (lei n. 23 de 30 de outubro de 1891, art. 2º; Decr. n. 1168 de 17 de dezembro de 1892);

12. Contractos de parceria, celebrados com colonos;

13. Quitações de dinheiro proveniente de contractos, que tenham pago sello proporcional, excepto as que comprehendam pagamento de juro ou de quantia não computada no titulo principal, as quaes pagarão o sello do accrescimo;

14. Transferencias de apolices, acções de companhias ou sociedades anonymas e outros titulos para o effeito de serem recebidos em penhor;

15. Transferencia de apolices, acções de companhias ou sociedades anonymas e em commandita, em consequencia de transmissão por titulo oneroso ou gratuito, de que se tenha pago sello proporcional, ou imposto de transmissão de propriedade para o Thesouro Federal.

Art. 11. Não é devido sello dos endossos *à ordem* sem declaração de *valor recebido* ou *em conta*, nem dos passados até o dia do vencimento nos titulos a prazo, ou antes da apresentação, quanto aos pagaveis à vista.

Os endossos *em branco* reputam-se sempre *à ordem com valor recebido* (Cod. Comm., arts. 361 e 362).

Tabella A § 7º

Art. 12. São isentos :

1.º A designação, classificação, remoção, transferencia e nomeação de officiaes do Exercito para comissões, ou serviços especiaes ás diferentes armas e aos corpos do respectivo quadro ou ás fortalezas, bem assim analogos movimentos dos officiaes da Armada para todo o serviço effectivo de bordo dos navios do Estado, corpos de marinha e companhia de aprendizes marinheiros;

2.º As pensões concedidas a familias dos militares, e dos officiaes e praças da Guarda Nacional e voluntarios da patria, mortos em consequencia da guerra do Paraguay;

3.º As pensões concedidas a praças do pret do Exercito e da Armada;

4.º A concessão de reforma a praças de pret, e as vantagens que lhes competirem pela effectividade;

5.º As gratificações militares, inherentes ao exercicio do posto, e as substitutivas das antigas vantagens militares;

6.º As substituições temporarias entre empregados da mesma repartição;

7.º As diarias para transporte de engenheiros; os jornaleiros que recebem por férias, não tendo titulo de nomeação;

8.º Os vencimentos de empregados dos Corpos Diplomatico e Consular em disponibilidade.

CAPITULO III

DOS TITULOS ISENTOS DO SELLO FIXO

Art. 13. São isentos :

1.º Patentes concedendo honras de postos do Exército, da Armada e da Guarda Nacional, em destacamento ou corpos destacados, e títulos de medalhas de bravura, de campanha e outras, com a declaração expressa de ser a mercê em remuneração de serviços militares; medalhas de distincção, concedidas para remunerar serviços prestados á humanidade (lei n. 719 de 28 de setembro de 1853, art. 22 ; Decr. n. 58 de 14 de dezembro de 1889 ; circular n. 39 de 22 de julho de 1893) ;

2.º *Exequatur* a nomeações de agentes consulares de nações estrangeiras (ordem n. 227 de 12 de maio de 1881) ;

3.º Cartas de naturalisação (lei n. 3140 de 30 de outubro de 1882, art. 14) ;

4.º As fês de officio de officiaes do Exército e da Armada, as certidões destas, as escusas ou baixas do serviço das praças de pret e da marinhagem ; licenças concedidas a officiaes em virtude de inspecção de saúde, incluídas as que o forem a medicos e pharmaceuticos adjuntos do Exército (Circ. n. 4 de 19 de janeiro de 1891) ; as concedidas ás praças de pret e os títulos de divida, que a estas se passarem ;

5.º Livros de registro civil dos nascimentos e obitos (decreto n. 605 de 26 de julho de 1890) ;

6.º Processos em que forem partes a Justiça e a Fazenda Federal ; seus traslados e sentenças ; os mandados e quaesquer actos promovidos *ex-officio* em Juizo, sendo, porém, pago pelo réo, quando afinal condemnado ; as certidões passadas *ex-officio*, no interesse da Justiça ou da Fazenda Publica ;

7.º Processos de desapropriação judicial, promovidos por conta da União e da Municipalidade do Districto Federal ;

8.º Processos do conselho de direcção, inquirição, disciplina, investigação, de guerra e outros, que se instaurarem no Exército e na Armada, nos corpos de Policia do Districto Federal e na Guarda Nacional ;

9.º Recibos passados em títulos sujeitos ao sello proporcional ; as diferentes vias dos mesmos recibos, salva a disposição da tabella A § 1º n. 23, e os menores de 25\$, sendo applicavel áquellas e a estes a disposição do art. 14 ; títulos ou papéis sujeitos ao sello proporcional e os que forem isentos delle, pagando estes ultimos o sello da tabella B, § 1º, quando exhibidos como documentos em Tribunaes, Juizos e estações publicas ; os primeiros traslados de escripturas lavradas em livro de notas, sujeitas ao sello proporcional, e os de pro-curações e substelecimentos passados no mesmo livro, que devem ter o sello fixo da tabella B § 4º n. 8 ;

10. Passaportes concedidos pelo Ministerio das Relações Exteriores aos agentes diplomaticos e consulares nacionaes e estrangeiros e a encarregados de despachos; o — visto — da autoridade policial nos passaportes estrangeiros;

11. Approvação de estatutos e autorisação para incorporar companhias, que tenham por fim a pesca no littoral e nos rios da Republica (lei n. 876 de 10 de setembro de 1856); idem para sociedades de colonisação e immigração;

12. Apostillas lançadas em patentes de officiaes da Guarda Nacional; excepto as que importarem passagem da activa para a reserva e *vice-versa*, as quaes estão sujeitas ao sello da tabella B § 7º n. 3 (aviso do Ministerio da Justiça, n. 444 de 6 de outubro de 1869);

13. Primeiras certidões do termo de deposito feito na Secretaria do Ministerio da industria, Viação e Obras Publicas, pelos que requeriram patente de invenção (Regul. n. 8820 de 30 de dezembro de 1882, art. 25; Decr. n. 547 de 17 de setembro de 1891);

14. Papeis e documentos relativos ao alistamento, revisão e sorteio para o serviço do Exercito e da Armada, e recursos que os interessados apresentem na defesa de seus direitos (lei n. 2556 de 25 de setembro de 1874, art. 2º § 8º; Decr. n. 5881 de 27 de fevereiro de 1875, art. 139; lei n. 33 A, de 30 de janeiro de 1892, art. 3º);

15. Attestados de molestia ou de frequencia e os requerimentos para obtel-os, concedidos a empregados publicos, afim de receberem vencimentos;

16. Requerimentos e outros papeis que transitarem pelo Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado; recibos das joias, contribuições e pensões do mesmo estabelecimento; hem assim os papeis relativos ao Montepio para os operarios do Arsenal de Marinha da Capital Federal, a que se refere a lei, n. 127 de 29 de novembro de 1892;

17. Requerimentos e documentos para fins eleitoraes (lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892, art. 53);

18. Requisições e concessões de pennas d'agua (Decr. n. 8775 de 25 de novembro de 1882, art. 6º);

19. Contra-fs das intimações judiciaes; requerimentos e papeis de presos pobres; ordens para os mesmos sahirem da prisão; attestados e certidões dos assentos de obito para sepultura de cadaveres;

20. Documentos do expediente das repartições da União e do Districto Federal, comprehendidos os conhecimentos das quantias que receberem os fornecedores; guias de deposito de mercadorias nos entrepostos, armazens e trapiches alfandegados; bilhetes de sahida das mesmas mercadorias; requerimentos de empregados publicos para levantarem quantias em deposito na propria repartição; recibos de objectos fornecidos para o expediente e os de quantias transportadas pelo Correio.

Art. 14. Os papeis de que tratam os ns. 14 a 20 do artigo antecedente pagarão o sello da tabella B § 1º, quando, juntos como documentos, forem apresentados á autoridade para produzirem effeito diverso do fim para que foram passados.

CAPITULO IV

DO SELLO DE ESTAMPILHA

Art. 15. Haverá estampilhas, cujos valores, formato e signaes caracteristicos serão determinados pelo Ministro da Fazenda.

Art. 16. O sello de estampilha serve :

1.º Para os titulos que devem pagar taxa proporcional, de conformidade com a tabella A §§ 1º, 2º, 3º, 5º e 6º ;

2.º Para os titulos que devem pagar taxa fixa conforme a tabella B §§ 1º, 3º, 4º ns. 1 a 29, 5º ns. 1 a 7, e 6º ns. 1 a 4.

Art. 17. Os papeis serão sellados, collocando-se a estampilha e inutilizando-a com a data e a assignatura, escriptas parte no papel e parte no sello, de modo que uma e outra fiquem lançadas por cima da mesma estampilha.

§ 1.º E' competente para inutilisar o sello :

1.º Nas letras de cambio e da terra, o acceitante ; nas que forem sacadas à vista, ou sobre paiz estrangeiro, o sacador ;

2.º Nas que se protestarem por falta de acceite, o escrivão do protesto ;

3.º Nos contractos sobre operações de cambio ou de moeda metallica a prazo, o corretor ;

4.º Nos termos de transferencia de apolices e acções, o transferente ; sendo estas transferidas por endosso, o endossante (Decr. n. 434 de 4 de julho de 1891, art. 21) ;

5.º Nas apolices de seguro, o segurador ; ficando isentas de sello as letras do premio ;

Não se passando apolice nem letra, para renovar o contracto, o signatario do recibo do premio ;

6.º Nos seguros maritimos, havendo a minuta de que trata o art. 666 do Cod. Com., o segurador, applicando a estampilha na minuta ;

7.º Nas arrematações, adjudicações e partilhas, o escrivão do processo nos proprios autos, antes de extrahir carta, sentença ou titulo da propriedade, no qual fará menção do sello pago ;

8.º Nos contractos lavrados em notas ou por termos judiciaes e em repartições publicas, o contrahente que o assignar em primeiro logar, collocando a estampilha no proprio livro ou termo ;

Não se declarando o preço total nos de que trata o art. 2º n. 15, o encarregado da escripturação do sello inutilisará a estampilha nas ordens de pagamento, expedidas pela repartição onde se houver celebrado o contracto, antes de cumpridas ;

Para esse fim, a mesma repartição addicionará nas ordens a seguinte nota, datada e rubricada:— *Deve o sello, que não foi pago no contracto por não haver declaração do valor total ;*

9.º Nas facturas ou contas assignadas de generos vendidos, o comprador ; nos creditos e outros titulos de obrigação, o devedor ;

10. Nos contractos de fretamento de navios (carta-partida ou de fretamento), o capitão ou mestre na nota do despacho marítimo, em que deverá declarar o valor do frete; nos conhecimentos de navios *à carga, colheita ou prancha*, o signatário; nos passaportes ou — passes — das embarcações, o signatário;

11. Nas contas correntes, o escripturário do sello ou qualquer dos signatários, antes de ajuizadas;

12. Nas cartas de ordens e escriptos à ordem, o signatário do recibo no titulo, caso não o tenha inutilisado o sacador ou o transferente, ou ainda o proprio sacado, si por determinação do ultimo portador tiver de creditar-lhe a importancia da ordem;

13. Nos bilhetes de loterias dos Estados, o representante do emissor na Capital Federal; sendo apposta no verso dos bilhetes a estampilha;

14. Nos outros titulos sujeitos ao sello proporcional, nos cheques sobre banqueiro da mesma praça e nos recibos de 25\$ para cima, ou sem declaração de valor, o signatário;

15. Nos titulos extrahidos de processos, nas certidões, trasladados, publicas-fôrmas, traducções e outros documentos officiaes, o tabellião ou escrivão, o traductor ou o empregado publico que subscrever taes documentos;

16. Das licenças concedidas a officiaes do Exercito, o commandante do corpo ou o chefe do estabelecimento em que estiverem servindo, na guia de que trata o aviso do Ministerio da Guerra, n. 28 de 18 de junho de 1892;

17. Nas procurações e substabelecimentos por instrumento publico, o tabellião ou escrivão que subscrever o acto;

18. Nas procurações e substabelecimentos por instrumento particular, o constituinte;

19. Nos processos judiciaes e administrativos:

a) dos arrazoados, articulações e allegações, a parte que os assignar;

b) das folhas, o escrivão, antes de fazer os autos conclusos para sentença final ou interlocutoria com força de definitiva;

c) dos actos a que se refere o § 4º n. 29 da tabella B, o secretario do Tribunal ou o escrivão do Juizo, à medida que os mesmos actos se forem realizando;

Exceptuam-se do disposto nas letras — b) — c) — os autos de execução da Fazenda Publica Federal, o sello dos quaes será inutilisado na guia para o pagamento da divida, pelo escripturário da estação arrecadadora do imposto;

20. Nos requerimentos e documentos que lhes forem appensos, si antes desse acto não eram obrigados ao sello, o signatário dos mesmos requerimentos, a autoridade que os despachar, ou o empregado que, antes de despacho, lhes der andamento ou informação;

21. Nos testamentos e codicillos, o escrivão que lavrar o termo de aceitação da testamentaria;

22. Nos titulos passados nas Secretarias de Estado, do Senado e da Camara dos Deputados, do Tribunal de Contas e nas Di-

reitorias do Thesouro Federal, o escriptuario do sello da estação a que forem remettidos para a cobrança (art. 34); nos que expedirem as Secretarias dos Tribunacs da Justiça Federal, da do Districto Federal, do Conselho Municipal e da Prefeitura do mesmo Districto, os respectivos secretarios; sendo passados em outras repartições, o signatario dos titulos;

23. Nos documentos não especificados nos numeros antecedentes, o signatario ou, na falta deste, o escriptuario do sello ou o empregado a quem forem apresentados para produzirem effeito.

§ 2.º Quando houver mais de um signatario, inutilisará a estampilha o que assignar em primeiro logar.

§ 3.º A's estações de arrecadação, assim como aos bancos e ás sociedades bancarias é facultada a inutilisação do sello adhesivo por meio de carimbo, que imprima o nome da estação, do banco ou da firma social e a data, no fecho dos actos cuja estampilha lhes competir inutilisar.

Esta disposição é extensiva aos titulos mencionados nos ns. 1, 5, 6, 9, 10, 12, 13 e 14 do § 1º deste artigo (Decr. n. 10,296 de 10 de agosto de 1889).

Art. 18. Para completar a importancia da taxa legal poderão ser colladas estampilhas de valores diversos. Quando se houver de collar mais de uma devem sel-o seguidamente e nunca sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que em ultimo logar estiver collada.

Art. 19. Não se consideram sellados:

a) Os papeis com estampilhas, em que haja datas, nomes e dizeres extranhos aos que devem conter para serem legalmente inutilisadas;

b) Os que tenham as estampilhas com signaes, rasuras, emendas ou borrões;

c) Os que tragam as estampilhas fóra do fecho;

d) Os que as tragam inutilisadas por pessoa incompetente.

Art. 20. Quando algum acto pagar taxa inferior á devida, com sello inutilisado por pessoa competente, e houver outra pessoa que tambem o seja, conforme o art. 17, poderá esta applicar sómente a estampilha do valor que faltar.

Art. 21. As estampilhas serão vendidas nas repartições encarregadas da cobrança do imposto, a quo se refere o art. 28 n. 3, e em casas particulares autorisadas pelo Thesouro Federal, pelas Delegacias fiscaes e Alfandegas.

Art. 22. O deposito das estampilhas será na Casa da Moeda, nas Alfandegas e Delegacias, mediante a administração do director, dos inspectores e delegados, e sob a guarda dos thesoureiros.

Art. 23. Da Casa da Moeda serão remettidas á Recebedoria, na Capital Federal, á Alfandega e ás Mesas de Rendas e Agencias no Estado do Rio de Janeiro, e ás Alfandegas e Delegacias nos outros Estados, de conformidade com as ordens do director das Rendas Publicas.

Nas mesmas Alfandegas e Delegacias far-se-ha a distribuição dellas pelas outras estações fiscaes, encarregadas da cobrança do sello.

Paragrapho unico. A disposição deste artigo não obsta a remessa directa das ditas estampilhas a qualquer das mesmas estações, dando-se aviso á Alfandega ou Delegacia competente, para debitar os responsaveis e tomar-lhes contas.

Art. 24. Os vendedores particulares fornecer-se-hão das estampilhas por meio de compra nas repartições competentes, sendo a quantidade minima fixada pelos respectivos chefes. Terão direito a uma commissão, marcada pelo Ministro da Fazenda, deduzida do valor das estampilhas no acto da compra.

Art. 25. Haverá na Casa da Moeda um registro, de onde conste o anno e o mez, em que começar a distribuição para a venda das estampilhas de cada valor, com designação dos signaes caracteristicos, por que se distingam. Deste registro dar-se-hão, por despacho do director, as certidões que lhe forem requeridas.

CAPITULO V

DO SELLO DE VERBA

Art. 26. Devem sellar-se por verba :

1.º Os papeis não sujeitos ao sello de estampilha ;

2.º Aquelles em que não se empregar o sello de estampilha por não havel-o na estação fiscal do municipio, onde os actos e contractos se passarem ou em que possam ser sellados, sendo isto declarado pelo escripturario do sello que lançar a verba ;

3.º Os titulos cujo imposto exceder ao marcado na estampilha de maior valor, si o contribuinte não preferir o modo de pagamento facultado no art. 18 ;

4.º Os passados fóra do Brazil e nos Consulados nas nações estrangeiras, quando tenham de ser apresentados a qualquer autoridade ou repartição publica, excepto as letras de cambio acceitas ou protestadas na Republica, os contractos sobre cambios, as accções e *debentures* de companhias (arts. 17, § 1º ns. 1, 2 e 3, 28 — c) — e 36) ;

5.º Os que incorrerem em revalidação, na fôrma do art. 38.

Art. 27. Exceptuam-se da disposição do artigo antecedente os titulos de nomeação que pagarem por descontos (art. 8º n. 1) ; devendo, porém, a Directoria do Thesouro ou repartição onde constar o pagamento, certificar-o nos proprios titulos, si lhe forem apresentados para esse fim, depois de satisfeita a ultima prestação. Este certificado é isento de sello ;

Paragrapho unico. Não obstante a disposição deste artigo, escripturar-se-ha como — sello de verba — o arrecadado dos titulos nelle referidos.

Art. 28. O imposto será arrecadado :

1.º O da tabella A § 4º :

a) das companhias, com a séde no Districto Federal, pela Recebedoria ;

b) das que a tiverem nos Estados, pelas Delegacias fiscaes, pelas Alfandegas e outras estações incumbidas da arrecadação de rendas federaes ;

c) pela Recebedoria, pelas Alfandegas, Delegacias fiscaes e estações ditas, o que recahir em acções e obrigações de companhias estrangeiras, conforme o logar da Republica em que funcionar a caixa filial ou agencia que emittir os titulos, ou pagar dividendos e juros a elles relativos ;

2.º O das nomeações cujo sello é facultado pagar por descontos, pelas repartições pagadoras dos vencimentos ;

3.º Nos outros casos de sello de verba : pela Recebedoria da Capital Federal, pelas Delegacias, Alfandegas e Mesas de Rendas da União e estações fiscaes dos Estados, nos logares onde não houver daquellas repartições e não for estabelecida Agencia do Governo Federal (lei n. 23 de 30 de outubro de 1891, art. 12 § 2º).

Art. 29. O pagamento do sello constará de uma verba, rubricada pelos encarregados da cobrança e da escripturação, contendo o numero do assento no livro da receita, o valor da taxa em algarismo e por extenso o nome do logar e a data.

Art. 30. Apresentado o papel á estação fiscal e sendo entregue a importancia do sello a quem deva recebê-la, escreverá este em algarismo o valor recebido, lançando depois o escripturario a partida no livro e em ultimo logar a verba.

Art. 31. Quando se houver pago taxa inferior á devida e o titulo for apresentado ao sello ainda no prazo legal, cobrar-se-ha a differença sómente.

Art. 32. A verba do sello, nos titulos lavrados em livros de notas, das repartições publicas e nos de transferencia de acções de companhias, lançar-se-ha em uma nota circunstanciada, assignada por qualquer dos interessados, ou pelo tabellião, empregado ou correto.

E' condição indispensavel á prova do pagamento do sello desses titulos, que contenham a declaração da quantia paga, do numero e data da verba.

Paragrapho unico. A do sello das arrematações e adjudicações, em uma guia do escriptão do processo, antes de extrahir carta, sentença ou titulo, no qual fará menção do sello pago.

Art. 33. O numero de folhas dos livros será declarado por quem delles se deva servir, na ultima pagina, na qual será lançada a verba do sello.

Art. 34. Os titulos sujeitos a sello de verba, com a assignatura do Governo, incluidos na tabella B, §§ 4º a 7º e 9º, serão remettidos á Recebedoria da Capital Federal ou á estação arrecadadora na capital do Estado onde residirem os interessados, afim de lhes serem entregues depois do pago o imposto.

CAPITULO VI

DO TEMPO EM QUE SE PAGA O SELLO DE VERBA

Art. 35. Os contractos sujeitos ao sello proporcional não serão lavrados em livros de notas, de repartições publicas e companhias ou sociedades anonymas e em commandita por acções, sem ter-se pago a taxa na fôrma do art. 32.

§ 1.º Os que forem lavrados em autos judiciaes ou officialmente fóra delles, não serão assignados ou subscriptos pelo escrivão ou official competente, sem que estejam sellados.

§ 2.º Os que o forem por particulares, onde houver repartição arrecadadora do sello ou deste logar distante até 12 kilometros, pagarão o imposto dentro de 30 dias da data, concedendo-se mais 30 dias em cada nova distancia de 12 kilometros. Ficam, porém, salvas as disposições seguintes:

1.º Nas letras de cambio e da terra, sacadas a dias ou mezes de vista, conta-se o prazo para o sello da data do aceite;

2.º Os saldos de contas correntes pagarão o sello antes de ajuizados;

3.º Os titulos a prazo menor de 31 dias serão sellados até á vespéra do vencimento;

4.º Nenhuma obrigação poderá ser solvida sem que esteja devidamente sellada.

§ 3.º O das cartas de fretamento, antes do desembaraço do navio pela Alfandega, averbando-se no despacho maritimo em que o capitão declare a importancia do frete.

Art. 36. As companhias ou sociedades anonymas pagam o sello:

1.º Do fundo de capital, no prazo de 30 dias depois do fixado para cada uma das entradas, ainda que estas se effectuem a titulo de *bonus* ou algum outro modo de realizar-se o capital subscripto; contados do dia da installação da companhia, quanto ás entradas que estiverem feitas a esse tempo;

2.º Do emprestimo por meio de *debentures* (Decr. n. 434, de 4 de julho de 1891, art. 41), antes de começar a emissão pela entrega dos titulos ou de cautelas que representem o seu valor, quando não houver contracto cujo sello deva ser pago nos termos do art. 32;

3.º Das acções e obrigações (*debentures*) ao portador, metade da taxa fixada na tabella, dentro de 15 dias contados da primeira publicação do annuncio (Circ. n. 20, de 29 de junho de 1895) para o pagamento semestral ou trimestral dos dividendos e dos juros.

Si o pagamento for feito sem precedencia de annuncio, o prazo será contado do dia 15 do mez subsequente ao semestre ou trimestre vencido, conforme o anno social convencionado nos estatutos.

§ 1.º As entregas far-se-hão acompanhadas de guias em *duplicata*, firmadas pelo gerente e rubricadas pelo presidente, ou somente assignadas pelo gerente, quando se tratar de companhia estrangeira; deverão conter as declarações necessárias para se conhecer o valor tributavel, de accordo com o n. 12 do art. 2º, e o numero de acções ao portador e de *debentures* existentes no ultimo dia de cada semestre do anno social.

§ 2.º Em um dos exemplares das guias, que ficará na estação arrecadadora para os necessarios effeitos, será notado pelos encarregados do recebimento e da escripturação o numero da folha do livro, em que se assentar o pagamento, a importancia do sello, a data e o numero da verba lançada no exemplar restituído á parte.

Art. 37. Os papeis sujeitos ao sello fixo serão sellados:

1.º Os autos judiciaes, antes da conclusão para a sentença final ou interlocutoria com força de definitiva, em guia assignada pelo secretario do Tribunal ou escrivão, que funcionar no processo;

2.º Os titulos extrahidos de processos, certidões e outros documentos officiaes, antes de subscriptos;

3.º Os cheques e mandatos, antes de pagos;

4.º Os conhecimentos de carga, dentro de oito dias da data;

5.º Os testamentos e codicillos, antes de subscripto o termo de acceitação da testamentaria;

6.º Os requerimentos, antes de despachados;

7.º Os recibos de 25\$ para cima ou sem declaração de valor, dentro de 30 dias da data, conforme o art. 35 § 2º;

8.º Os outros papeis assignados por particulares, antes de juntos a autos e a requerimentos, ou de apresentação á autoridade ou official publico para produzirem effeito;

9.º Os livros antes de rubricados e de se começar nelles a escripturação.

CAPITULO VII

DA REVALIDAÇÃO

Art. 38. Os papeis e documentos não sellados em tempo e aquelles em que a estampilha não for inutilisada de conformidade com o art. 17 serão revalidados, pagando-se, em vez do sello devido, vinte e cinco vezes o valor do mesmo sello (lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, art. 28).

Na mesma pena incorrerão os que forem sellados com taxa inferior á devida, cobrando-se a revalidação da differença encontrada.

Art. 39. Aos titulos sem data ou que a tiverem emendada, sem que no mesmo papel tenha o proprio signatario ratificado a emenda, applicar-se-ha a disposição relativa aos não sellados em tempo, exceptuados aquelles cujo prazo para o sello não se contar da data.

Art. 40. A revalidação dos papeis sujeitos ao sello proporcional terá por base o que se devera pagar, correspondente ao valor do titulo, ainda que o mesmo valor se ache diminuido por quitação ou outro meio legal.

A dos livros calcular-se-ha em relação á totalidade das folhas, ainda que só alguma esteja escripturada no todo ou em parte.

Art. 41. A disposição do art. 38 refere-se unicamente aos titulos da tabella A, §§ 1º, 4º, 5º e 6º, e da tabella B, §§ 1º, 2º, 3º ns. 1 a 4, 4º ns. 1 a 15, e 5º ns. 4 a 10.

CAPITULO VIII

DA FISCALISAÇÃO

Art. 42. A fiscalisação do imposto de sello compete: aos Ministros de Estado ; aos chefes e thesoureiros de repartições federaes ; ás autoridades judicarias, civis e militares ; ao Conselho Municipal e á Prefeitura do Districto Federal ; á Junta Commercial ; á Camara Syndical ; aos tabelliães e outros serventuarios da justiça ; ás sociedades anonymas e outras corporações na parte que lhes for attinente, sem prejuizo do disposto no art. 44, e aos agentes estadoaes incumbidos da arrecadação de rendas federaes.

Art. 43. O juiz, chefe de repartição publica, qualquer autoridade civil ou militar da União ou do Districto Federal, a quem for presente algum processo administrativo ou judicial, no qual existam papeis, que não tenham pago o sello ou a revalidação nos prazos legaes, exigirá por despacho, no mesmo processo, antes de se lhe dar andamento, que a falta seja supprida.

Art. 44. Os directores ou gerentes de sociedades anonymas e das Caixas Economicas e Montes de Soccorro são obrigados a apresentar, quando o chefe da estação fiscal o exigir, os titulos de nomeação dos respectivos empregados, considerando-se verificada a hypothese do art. 55 n. 2, no caso de recusa.

Art. 45. Os contractos ou estatutos das sociedades anonymas não serão recebidos na Junta Commercial, sem que conste delles o assentamento do sello do capital, na estação arrecadadora da séde da companhia e, sendo esta estrangeira, na séde da caixa filial ou agencia na Republica.

Art. 46. As autoridades, os empregados, juizes, tabelliães, escrivães e officiaes publicos, a quem for presente titulo ou papel sujeito á revalidação comminada no art. 38, ou de onde conste alguma das infracções previstas nos arts. 50 a 58, o remetterão ao chefe da estação fiscal do districto, ou a quem competir proceder sobre elle.

Art. 47. As decisões serão dadas por despacho no proprio titulo, no requerimento da parte ou na communicação official.

Art. 48. Si o contribuinte não pagar logo o imposto ou a revalidação, proceder-se-ha á cobrança executiva.

Si além da revalidação houver multa, que não possa ser applicada pelo chefe da repartição, tirar-se-ha cópia authentica do titulo, papel ou documento e do despacho nelle proferido para ser enviada a quem de direito.

§ 1.º De autos e escriptos lavrados ou registrados em livros de cartorios e repartições publicas, e de papeis appensos a processos não se tirarão cópias, mas um extracto mencionando os factos justificativos da decisão.

§ 2.º Os papeis a que se refere o art. 57, depois de decidida a questão administrativa, serão enviados à autoridade competente, para instauração do processo criminal.

Art. 49. As estações encarregadas da cobrança não poderão fazer exames nos cartorios ou em repartições, para averiguarem faltas de pagamento; devendo, no caso de infração, requisitar das autoridades certidões, ou exames para procederem contra os infractores.

CAPITULO IX

DAS MULTAS

Art. 50. O que negociar, aceitar ou pagar letra de cambio ou da terra, escripto à ordem, cheque ou nota promissoria, antes de pago o sello em tempo ou a revalidação do art. 38, quando devida, ficará sujeito à multa de 5 % do valor da letra, escripto ou nota e ao dobro, na reincidencia.

Art. 51. As negociações por meio de *memoranda* ou de quaesquer escriptos, contendo promessa de letras a entregar, permittiveis na hypothese do § 2º do art. 3º do Decr. Leg. n. 354 de 16 de dezembro de 1895, serão nullas de pleno direito, quando dellas não constar o pagamento do sello proporcional, e incorrerão na multa de 10:000\$ os que nas mesmas negociações tomarem parte (Regul. n. 2475 de 13 de março de 1897, art. 97).

Art. 52. Incorrerão na multa de 10:000\$ as agencias de bancos nacionaes e estrangeiros e de companhias estrangeiras, que operarem sobre cambias sem pagamento do sello devido. Esta multa comprehende todos os que interferirem em taes operações (Regul. citado, art. 149).

Art. 53. A exposição à venda, na Capital Federal, de bilhetes de loterias extrahidas nos Estados sem terem o sello devido, além da apprehensão dos bilhetes, sujeita o emissor e seu representante na mesma capital, solidariamente, à multa, cujo maximo poderá ser elevado à importancia do sello sobre o total do capital da respectiva loteria (lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, art. 1º n. 29).

Art. 54. Ficam sujeitos à multa de 5\$000 a 25\$000, além das penas do Codigo Penal, os empregados na arrecadação do sello que receberem ou lançarem no livro de receita taxa maior ou menor do que a devida.

Art. 55. Incorrem na multa de 10\$000 a 50\$000, além das penas do Código Penal:

1.º Os juizes que sentenciarem autos, assignarem mandados e quaesquer instrumentos e papeis, que nenhum sello tenham pago, ou em que a verba tiver sido feita ou a estampilha inutilizada por pessoa incompetente;

2.º O juiz, a autoridade civil, militar ou municipal, o director de sociedade anonyma, e o gerente de Caixa Economica ou Monte do Soccorro que der posse ou exercicio a empregado, que não tenha vencimentos pagos pelos cofres publicos, sem que o titulo de nomeação esteja sellado;

3.º O chefe de repartição publica, juiz ou outro funcionario, que assignar contractos e nomeações, attender officialmente, despachar requerimento ou papel, instruido de documentos não sellados, fizer guardar e cumprir, ou que produza effeito titulo ou papel sujeito a sello, sem que o tenha pago;

4.º O official publico, que lavrar contracto, subscrever ou registrar papel sujeito ao sello, sem prévio pagamento deste.

Art. 56. Incorrem tambem na multa de 10\$000 a 50\$000 os que apresentarem contractos sellados, para averbação, depois de 30 dias da assignatura dos mesmos.

Art. 57. Ficam sujeitos à multa de 40\$000 a 200\$000, além das penas do Código Penal:

1.º Os que falsificarem o sello, empregarem estampilha falsa, ou de que se tenha feito uso, e os que escreverem verba falsa;

2.º O empregado da estação do sello, que antedatar ou alterar a verba, com o fim de evitar o pagamento da multa.

Art. 58. O que vender estampilhas sem authorisação do Ministro da Fazenda, dos inspectores das Alfandegas e delegados fiscaes, perderá o valor das que lhe forem encontradas, e incorrerá na multa de 100\$000 a 200\$000. No caso de reincidencia, a multa será duplicada.

Ao que vendel-as por preço superior ao da respectiva taxa, cassar-se-ha a authorisação.

Art. 59. A imposição das multas compete aos seguintes funcionarios:

1.º Director da Recebedoria, thesoureiro do Thesouro Federal, delegados fiscaes, inspectores das Alfandegas, administradores de Mesas de Rendas e outros agentes fiscaes, Camara Syndical e fiscal das loterias, cada um em relação ao sello cuja fiscalisação lhe é commettida por este regulamento. a infractores que não sejam autoridades judicias, militares e civis ou chefes de repartições administrativas, tanto da União como dos Estados e do Districto Federal, quando procedam em razão do seu cargo;

2.º Ministros de Estado, aos funcionarios da União e do mesmo Districto, comprehendidos nas excepções do numero precedente.

CAPITULO X

DOS RECURSOS E DAS RESTITUIÇÕES

Art. 60. Das decisões excedentes da alçada haverá recurso ordinario:

1.º Para o Ministro da Fazenda, sendo do thesoureiro do The-souro Federal, da Recebedoria e da Alfandega da Capital Federal, da Camara Syndical e do fiscal das loterias, da Alfandega de Macahé, das Mesas de Rendas e agentes fiscaes da União, no Estado do Rio de Janeiro, delegados e inspectores das Alfandegas, nos demais Estados;

2.º Para os mesmos delegados e inspectores, das que proferirem os administradores de Mesas de Rendas e outros empregados na cobrança do imposto.

Art. 61. Os agentes ou encarregados da cobrança fóra das capitães recorrerão *ex-officio*, no Rio de Janeiro, para o Ministro da Fazenda e nos demais Estados para os inspectores das Alfandegas e delegados.

Art. 62. Das decisões proferidas dentro da alçada é facultado o recurso de revista para o Ministro da Fazenda, nos casos de incompetencia, excesso de poder e violação de lei ou de formulas essenciaes.

Art. 63. Os recursos serão interpostos dentro de trinta dias, contados da intimação ou publicação dos despachos.

Art. 64. O sello de verba, devidamente arrecadado, restituir-se-ha:

1.º De nomeação que não se tornar effectiva pelo exercicio do emprego;

2.º De nomeação para emprego, cujo exercicio cessar antes de terminado o primeiro anno; restituindo-se a quota de 5,5 % recebida ou incluída no sello pago, correspondente ao tempo necessario para completar o dito anno;

3.º De acto ou contracto, que não se effectuar;

4.º De contracto nullo, si a nullidade for absoluta.

Art. 65. O sello de estampilha em nenhum caso se restitue.

Fica salvo á parte o direito á indemnisação pelo funcionario ou official publico que, em razão do cargo, arrecadar por verba taxa excedente á estabelecida, applicar a algum papel estampilha de maior valor do que o devido, ou cujo imposto deva ser pago por verba, inutilisal-a sem lhe competir fazel-o ou sem observar a fórmula prescripta neste regulamento.

CAPITULO XI

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 66. Os actos emanados de poder ou autoridade estadual, ou sujeitos aos seus serviços e repartições, pagam o sello marcado nas tabellas deste regulamento, para outros de igual deno-

minação ou especie, quando tenham de produzir os seus efeitos no Districto Federal, em outro Estado perante autoridade federal ou fóra da União (lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892, art. 2º n. 4).

Art. 67. Ficam sujeitos ao sello federal, pela fôrma declarada no mesmo regulamento, todos os titulos, letras, saques, vales, conhecimentos de praças, procurações, contractos ou quaesquer documentos judiciaes, inclusive actas de corporações e sociedades, etc. que, tendo sido originados em um Estado ou no Districto Federal, devam ter effeito legal fóra de sua circumscripção ou que possam ou devam ser acceitos e julgados perante autoridade de fóro judicial ou administrativo extranho a ella, como o federal, ou de outro Estado, no paiz ou fóra delle.

Paragrapho unico. Entendem-se sujeitos ao mesmo sello os livros de sociedades anonymas ou de firmas individuaes ou collectivas que, tendo sua séde na Capital Federal ou em um ou mais Estados, possuam em todo ou em parte seus bens patrimoniaes respectivamente em um ou mais Estados, ou na Capital Federal (lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, art. 31).

Art. 68. São declarados nullos, para todos os effeitos, os contractos de cambiaes ou moeda metallica a prazo que não tenham o sello legal (lei n. 359 de 30 de dezembro de 1895, art. 4º § 5º; Regul. n. 2475 de 13 de março de 1897, arts. 98, 118 e 119).

Art. 69. Não se retardará em qualquer instancia o julgamento dos processos criminaes, policiaes e administrativos por falta de sello, que será pago depois pelo interessado no andamento do processo.

Art. 70. A importancia do sello, relativo aos papeis de que trata o art. 38 e das multas, que não for paga voluntariamente, arrecadar-se-ha por meio executivo.

Art. 71. Os infractores das leis e dos regulamentos do sello são solidariamente responsaveis á Fazenda Federal pelo valor do imposto e das multas, concernentes aos mesmos papeis. Terão, porém, direito regressivo uns contra os outros, na ordem da responsabilidade contrahida.

Os funcionarios responderão sómente pelas multas, quando procederem em razão de seus cargos.

Art. 72. Serão admittidas denuncias sobre as infracções deste regulamento, cabendo ao denunciante metade das multas.

Art. 73. Revogam-se o decreto n. 1264 de 11 de fevereiro de 1893 e quaesquer disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de agosto de 1897.—*Bernardino de Campos*.

TABELLA A

Dos papeis sujeitos ao sello proporcional

§ 1º — DIVERSOS

Sello de estampilha

1. Letras de cambio e da terra, sacadas no Brazil.
2. Letras de cambio, sacadas em paiz estrangeiro, sendo acceitas, protestadas ou exequivéis no Brazil.
3. Bilhetes á ordem, pagaveis em mercadorias (Decrs. n. 165 A, de 17 de janeiro e n. 370 de 2 de maio de 1890).
4. Cartas de ordens e escriptos á ordem.
5. Facturas ou contas assignadas (Cod. Com., art. 219).
6. Contas correntes de commerciante a commerciante e de commissoario a committente, assignadas ou reconhecidas pelo devedor do saldo, quando tenham de ser ajuizadas em processo contencioso.
7. Creditos ou titulos de emprestimo de dinheiro.
8. Escripturas de hypotheca.
9. Contractos de sociedades, que não sejam anonymas, e os actos de dissolução ou liquidação das mesmas.
10. Contractos de arrendamento ou locação e outros que transmittam o uso e gozo de bens moveis, immoveis e semoventes existentes no Districto Federal.
11. Titulos de emphyteuse e sub-emphyteuse de terrenos nacionaes e da Municipalidade do Districto Federal.
12. Transferencias de titulos de divida publica interna da União, excepto por transmissão *causa mortis* ou doação *inter vivos* (Reg., art. 10 n. 1).
13. Transferencias de accções de sociedades anonymas e em commandita, nacionaes e estrangeiras; as de divida publica da Municipalidade do Districto Federal.
14. Actos translativos de embarcações, excepto por doação *inter vivos*, por compra e venda, dação *in solutum* e actos equivalentes (Reg., art. 10 n. 1).
15. Actos translativos de embarcações estrangeiras, quando adquiridas por nacionaes (lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, art. 35).
16. Contractos de fiança, por escriptura publica ou particular.
17. Contractos de fiança e outros, por termos lavrados em Juizo ou repartição publica.

18. Cartas de credito e abono.
19. Bilhetes definitivos de depositos de metaes preciosos, emitidos pela Casa da Moeda (Regul. n. 5536 de 31 de janeiro de 1874, art. 45 § 2º).
20. Titulos de garantia de mercadorias (*warrants*) emitidos pelas Alfandegas ou por companhias de docas (Decr. n. 2502 de 24 de abril de 1897, art. 16).
21. Recibos de cautelas de generos recolhidos a trapiches, com valor declarado (Cod. Com., art. 88).
22. Endosso dos titulos sem prazo, os passados depois do vencimento nos que tiverem prazo e nos que forem sacados à vista, tendo sido apresentados ao pagamento (Reg., art. 11).
23. Titulos de deposito extrajudicial.
24. Recibos que declarem valor recebido por conta de pessoa differente da que ordena o pagamento, excepto os que forem *duplicata* dos passados na ordem-saque.
25. Termos de responsabilidade, assignados nas Alfandegas, para despachos de reexportação (lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, art. 30 paragrapho unico).
26. Papeis em que houver promessa ou obrigação de pagamento, ou traspasso, ainda que tenham a fôrma de recibo, carta ou alguma outra; os que contiverem distracto, exoneração, subrogação ou garantia e liquidação de sommas ou valores.

Até ao valor de 200\$000.....	\$300
De mais de 200\$000 até 400\$000.....	\$440
» » » 400\$000 » 600\$000.....	\$660
» » » 600\$000 » 800\$000.....	\$880
» » » 800\$000 » 1:000\$000.....	1\$100

Assim por deante, cobrando-se mais 1\$100 por cento ou fracção desta quantia.

§ 2.º Operações de cambio ou de moeda metallica a prazo:

Sello de estampilha

Até 1:000\$000	\$500
De mais de 1:000\$000 até 2:000\$000.....	1\$000

Assim por deante, cobrando-se mais 500 réis por cento de réis ou fracção deste valor.

(Leis n. 359 de 30 de dezembro de 1895, art. 4º §§ 2º e 5º, e n. 428 de 10 de dezembro de 1896, art. 1º n. 27; Regul. n. 2475 de 13 de março de 1897, arts. 97, 98 § 1º, 118 e 119.)

§ 3.º Bilhetes de loterias extrahidas nos Estados, cuja venda effectuar-se na Capital Federal:

Sello de estampilha

Até 1\$000.....	\$025
De mais de 1\$000 até 2\$000.....	\$050
» » » 2\$000 » 3\$000.....	\$075

Assim por deante, cobrando-se mais 25 réis por 1\$ ou fracção deste valor.

(Lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, art. 1.º n. 29.)

§ 4º — COMPANHIAS OU SOCIEDADES ANONYMAS

Sello de verba

- | | |
|---|--------|
| 1. Do fundo de capital, por 1:000\$000 ou fracção deste valor..... | 1\$100 |
| 2. Empréstimo de dinheiro emittindo obrigações (<i>debentures</i>) ao portador, idem idem..... | |
| 3. Capital representado em acções ao portador, por 100\$000, desprezada a fracção desta quantia quando a houver na somma..... | \$300 |
| 4. Das obrigações (<i>debentures</i>) ao portador, idem idem | |

§ 5º — FRETAMENTO DE NAVIOS

Sello de estampilha

Frete:

Até ao valor de 500\$000.....	1\$100
De mais de 500\$000 até 1:000\$000.....	2\$200
» » » 1:000\$000 » 2:000\$000.....	4\$400

Assim por deante, cobrando-se mais 2\$200 por conto ou fracção desta importancia.

Sendo fretado o navio para paiz estrangeiro, ou sem declaração do logar, pagar-se-ha o dobro da respectiva taxa.

§ 6º — CONTRACTOS DE SEGURO, ESCRIPTURAS OU LETRAS DE RISCO

Sello de estampilha

Premio:

Até o valor de 10\$000.....	\$300
De mais de 10\$000 até 50\$000.....	1\$100
» » » 50\$000 » 100\$000.....	2\$200
» » » 100\$000 » 150\$000.....	3\$300

Assim por deante, cobrando-se mais 1\$100 por 50\$ ou fracção de 50\$000.

§ 7º — MERCÊS PECUNIARIAS

Sello de verba

Vencimento de um anno, de 200\$ para cima :

1. Titulos de nomeação do Governo e outras autoridades federaes, não designados nos seguintes numeros deste parographo, nem sujeitos ao sello fixo; os de aposentadoria, jubilação e pensão concedidas pelos cofres da União :

Até 1:000\$000.....	13,2 %
Do excedente até 6:000\$000.....	8,8 %
Do que exceder de 6:000\$000.....	7,7 %
2. Nomeação para o cargo de Ministro de Estado...
3. Nomeação conferida por juizes e tribunaes judi-
ciarios da União e do Districto Federal.....
4. Nomeação, promoção e reforma de officiaes do
Exercito, da Armada e classes annexas, do
soldo.....
5. Nomeação, promoção e reforma de officiaes da
Brigada Policial da Capital Federal, do soldo.....
6. Nomeação para servir interinamente emprego
federal, por menos de um anno, ou em
commissão, com vencimento pelos cofres pu-
blicos, ou não
7. Nomeações para delegado e escripturarios do
Thesouro Federal, em Londres (aviso de 26 de
agosto de 1885).....
8. Nomeação interina ou provisoria de empregos da
Justiça Federal ou do Districto Federal.....
9. Portaria concedendo gratificação, por serviços
designadamente creados por lei ou regula-
mentos da União (ordens n. 202 de 13 de
maio de 1862, ns. 105 e 402, de 10 de abril e
24 de outubro de 1872).....
10. Titulos de emprego effectivo, aposentadoria,
jubilação e reforma com vencimento abonado
pelos cofres municipaes do Districto Federal...
11. De emprego das Caixas Economicas e Montes de
Socorro da União (ordens de 29 de novembro
de 1890 e 7 de junho de 1892); os de empregos
das sociedades anonymas.....
12. Os de emprego effectivo da União com venci-
mento diario
13. Titulo declaratorio de meio soldo.....

Capital Federal, 3 de agosto de 1897.—*Bernardino de Campos.*

TABELLA B

Dos papeis sujeitos ao sello fixo

1ª CLASSE

Actos que pagam sello conforme a dimensão do papel

§ 1º—PAPEIS FORENSES E DOCUMENTOS CIVIS

Sello de estampilha

1. Actos lavrados por funcionarios da Justiça Federal e da Justiça do Districto Federal:
- a) Autos de qualquer especie.....
- b) Sentenças extrahidas dos processos, incluídos os formaes de partilhas.....
- c) Cartas testemunhaveis, precatorias, avocatorias, de inquirição, arrematação e adjudicação.....
- d) Provisões de tutela e as não especificadas.....
- e) Instrumentos de posse, de protesto e outros fóra das notas.....
- f) Editaes e mandados judiciaes.....
2. Requerimentos, memorias e memoriaes, dirigidos a qualquer autoridade judiciaria ou administrativa da União e do Districto Federal.....
3. Escriptos particulares ou por instrumento publico fóra das notas, em que directa ou indirectamente não se declare valor.....
4. Testamentos e codicillos, no Districto Federal...
5. Contractos, titulos ou documentos não especificados, dos quaes não seja devido sello proporcional nem mais de 300 réis de sello fixo, quando juntos a requerimentos ou apresentados ás autoridades referidas no n. 2.....
6. Certidões e cópias, não designadas em outros paragraphos desta tabella, traslados e publicas-fórmãs, extrahidos de livros, processos e documentos de cartorios de tabelliães e outros, que não sejam escritvães da Justiça ou Policia dos Estados ; das repartições publicas da União e do Districto Federal.....

\$300

Sendo subscriptos por empregados, que não percebam custas ou emolumentos por estes actos, pagarão mais:

De rasa, por linha.....	\$055
De busca, por anno.....	\$550

OBSERVAÇÕES

1.^a O sello de 300 réis é devido por meia folha ou menos de papel, toda escripta ou em parte, não excedendo de 33 centímetros de comprimento e 22 de largura. Excedendo qualquer destas medidas, pagará o dobro.

2.^a Não é permittido escrever em meia folha dous ou mais actos, salvo pagando o sello de cada um; excepto as certidões e os attestados, na do requerimento ou mandado que os motivaram, e os reconhecimentos de firmas, lavrados na do acto que contenha a assignatura reconhecida, não se comprehendendo nesta excepção os reconhecimentos de que trata o n. 9 do § 4.^o

3.^a Da somma correspondente á rasa despreze-se a quantidade menor de 100 réis; não se receba menos de 1\$100.

4.^a Da contagem de busca são excluidos o anno em que o livro, processo ou documento se considerar findo pelo ultimo acto nelle escripto ou por ter cessado de servir continuamente, e o anno em que for pedida a certidão, cobrando-se, portanto, a taxa correspondente a todos os annos intercalados; quando, porém, feita a exclusão de tempo aqui estabelecida, nenhum anno houver de permeio, considerar-se-ha, todavia, devida a taxa de um anno.

5.^a Sempre que a parte designar no requerimento o anno ou annos, em que houver tido logar o acto de que quizer a certidão, só haverá cobrança de busca relativamente ao tempo indicado, guardada a disposição antecedente, inclusive a sua parte final.

6.^a Ainda que duas ou mais pessoas requeiram a certidão, é devido o sello de uma só busca, e esta será calculada sem attenção ao numero de volumes em que se dividam os livros sobre o mesmo assumpto.

Haverá, comtudo, a importancia de tantas buscas, quantos forem os objectos de que se pedir a certidão.

7.^a Comprehende-se na regra da 2.^a observação o caso de reunião como documentos, em uma só folha, de varios specimens, tendentes a comprovarem o allegado.

§ 2.^o — LIVROS*Sello de verba*

No Districto Federal

1. Livro de termos de bem-viver, segurança e rol dos culpados.....	}	\$110
2. Do depositario geral (Decr. n. 1024, de 14 de novembro de 1890, art. 19, na collecção de fevereiro de 1891).....		

3. Dos pharmaceuticos e droguistas (Decr. n. 2458, de 10 de fevereiro de 1897), além do sello do § 4º n. 36.....	\$044
4. Livros de notas, de procurações, apontamento de letras e de registro dos tabelliães (regimento n. 5737, de 2 de setembro de 1874, art. 98; Decr. n. 5738, da mesma data).....	
5. De registro civil dos casamentos (Decr. n. 9886, de 7 de março de 1888, art. 5º).....	\$110
6. Protocollo do registro geral (Decr. n. 370, de 2 de maio de 1890).....	
7. Protocollo das audiencias, os da entrega de autos aos juizes (Decr. n. 4824, de 22 de novembro de 1871, art. 72) e os de registro dos escrivães...	
8. Os que devem ter os commerciantes, as companhias anonymas, os corretores, agentes de leilões e administradores de armazens de deposito, de conformidade com o Código Commercial, arts. 11, 13, 50, 71 e 88; Decr. n. 434, de 4 de julho de 1891, art. 22 e regulamento n. 2475, de 13 de março de 1897, arts. 51 e 55, além do sello do § 4º n. 37.....	\$044

No Districto Federal e nos Estados

9. Dos despachantes das Alfandegas.....)	
10. Os das fabricas de fumo e de bebidas (Decrs. n. 2420, de 31 de dezembro de 1896, art. 26, e n. 2421, da mesma data, art. 31).....)	\$044

OBSERVAÇÃO

O sello marcado neste paragrapho é devido por folha de livro, que não exceda de 33 centimetros de comprimento e 22 de largura, excluidas as folhas adicionadas para indice ou qualquer fim diverso da respectiva escripturação (ordem n. 209, de 12 de julho de 1872).

Excedendo qualquer destas medillas, pagará o dobro da taxa correspondente.

2ª CLASSE

Actos que pagam imposto conforme seu objecto

§ 3º — PASSAPORTES E ACTOS RELATIVOS A EMBARCAÇÕES

Sello de estampilha

1. Passaportes e portarias para viajar.....	\$300
Mais :	
Dos que forem concedidos pelas Secretarias de Estado, por pessoa ou familia.....	11\$000
Da Secretaria de Policia do Districto Federal, por pessoa ou familia.....	5\$500
2. Passaportes e passes de viagem para embarcações.....	\$300
Dos concedidos pelas Alfandegas e Mesas de Rendas mais :	
Sendo paquete ou navio mercante.....	6\$600
Embarcação de coberta, para viajar entre portos do mesmo Estado.....	2\$200
Entre portos do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro.....	
3. Cada via de conhecimento de carga de navio.... (Decr. n. 1264, de 11 de fevereiro de 1893; lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, art. 1º n. 26).	\$300
4. Titulos provisorios de registro de embarcações..	11\$600
5. Titulos de nacionalisação de embarcações.....	20\$000
6. Cartas de saude a navios mercantes nacionaes...	10\$000
7. Ditas a navios mercantes estrangeiros.....	20\$000
8. Licenças concedidas pelas Alfandegas e Mesas de rendas.....	\$300
9. Bilhetes sanitarios e de livre pratica.....	1\$400
10. Averbações nos titulos de nacionalisação..... (Decrs. ns. 1264 de 11 de fevereiro e 1558 de 7 de outubro de 1893; Decr. n. 2304 de 2 de julho e lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896; Circ. n. 32 de 15 de maio de 1897.)	2\$100
11. Termos de vistoria das embarcações a vapor.....	11\$000

OBSERVAÇÕES

1.ª *E' isento o passaporte ou passe concedido a embarcações brasileiras empregadas na pesca.*

(Decr. cit. n. 1264, art. 13 n. 13; Circ. cit. n. 32.)

2.ª *As vistorias das embarcações mercantes a vapor são gratuitas.*

(Decr. Leg. n. 123 de 11 de novembro de 1892, art. 9 parágrafo unico; Decr. cit. n. 2304, art. 21.)

§ 4º — DIVERSOS

Sello de estampilha

1. Cheques e mandatos ao portador, ou a pessoa determinada, para serem pagos por banqueiro na mesma praça, em virtude de conta corrente (lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860, art. 1º, § 10; Decr. n. 3323 de 22 de outubro de 1864).
2. Recibos particulares e outras declarações de pagamentos effectuados, qualquer que seja a forma empregada para expressar o recebimento de 25\$ ou mais.....
3. Recibos sem declaração de valor.....
4. Recibos passados por banqueiro ou commerciante, de sommas depositadas em conta corrente, ou retiradas por conta de credits abertos em conta corrente nas casas commerciaes (leis n. 356, de 30 de dezembro de 1895, art. 4º § 4º, e n. 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 1º n. 26).....
5. Conhecimentos de mercadorias depositadas em armazens das Alfandegas e de Companhias de Docas (Decr. n. 2502 de 24 de abril de 1897, art. 16).....
6. Primeiras vias das notas, pelas quaes se fizerem despachos de qualquer natureza nas Alfandegas e Mesas de Rendas, exceptuadas as que disserem respeito a despachos livres de mercadorias, importadas directamente pelas repartições publicas da União, e as de exportação de productos dos Estados, que o Governo autorisar se façam nas mesmas estações fiscaes (Decr. n. 1264, de 11 de fevereiro de 1893; lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894, art. 1º n. 34).....
7. Termos de responsabilidade assignados nas Alfandegas, para resalva de duvidas futuras, quanto á propriedade de mercadorias a despachar ou quaesquer outras (lei cit. n. 428, art. 30).....
8. Procurações e substabelecimentos, quer sejam passados em nota publica, quer por punho particular, não havendo a clausula *in rem propriam* ou alguma outra que torne exigivel o sello proporcional (Decr. cit. n. 1264; lei cit. n. 428, art. 1º n. 26).....

\$300

1\$000

OBSERVAÇÃO

O sello das procurações passadas em nota publica será cobrado no respectivo livro, notando-se o seu pagamento no traslado.

9. Reconhecimentos de firmas dos agentes consulares brasileiros, pela Secretaria do Ministerio das Relações Exteriores e pelos inspectores das Alfandegas e delegados fiscaes (Decr. n. 2320 de 30 de julho de 1896), depois de pago o sello que competir ao titulo ou documento, de cada firma.....	\$550
10. Inscriptões para exames geraes de preparatorios (instrucções annexas aos Decrs. ns. 2172 e 2173, de 21 de novembro de 1895), por materia.....	5\$500
11. Certidões destes exames (Instr. citadas; lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, art. 1º n. 26).....	\$300
12. Certidões de approvação em uma ou todas as cadeiras de cada serie, de institutos de ensino superior (lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891; tabella annexa ao Código approved por Decr. n. 1159 de 3 de dezembro de 1892).....	5\$500
13. Portarias expedidas pela Secretaria da Policia do Districto Federal, não sendo das mencionadas no seguinte numero.....	2\$420
14. Portarias ou alvarás dirigidos aos administradores da Casa de Detenção e do Deposito da Policia do Districto Federal (Decr. n. 8911 de 17 de março de 1883):	
Para sahida de qualquer preso, em geral.....	3\$520
Para sahida de pessoa recolhida em custodia, ou de preso por infracção de postura.....	1\$870
Por mudança de prisão.....	1\$320
Sendo expedidos pela Secretaria da Policia, mais.....	2\$200
15. Titulos de matricula de cocheiro ou motorneiro, no Districto Federal.....	3\$520
16. Titulos declaratorios dos monte-pios da Marinha, do Exercito e dos empregados publicos.....	\$300
17. Titulos de meio soldo, que importar em menos de 200\$ annuaes.....	
18. Cartas de insinuação ou confirmação de doação, pelo Juizo de Secção ou do Districto Federal..	4\$400
19. Provisões de caução de opere demoliendo, idem idem.....	44\$000
20. Termos de entrada e sahida, nos livros dos cofres de depositos publicos estabelecidos na Recebedoria da Capital Federal, nas Alfandegas e Delegacias fiscaes.....	1\$650
21. Verbas de embargo e penhora dos mesmos depositos.....	\$770

22. Portarias concedendo <i>exequatur</i> a sentenças e precatórias de jurisdição estrangeira, para que tenham execução na Republica (ordem n. 451 de 3 de dezembro de 1873 ; Decr. n. 7777 de 27 de julho de 1880).....	11\$000
23. Notas da Junta Commercial da Capital Federal:	
a) do archivamento de contractos e distractos de sociedades e de estatutos de companhias ou sociedades anonymas.....	5\$500
b) do registro de marcas de fabrica e de commercio (Decrs. n. 9828 de 31 de dezembro de 1887 e n. 596 de 19 de julho de 1890).....	6\$600
24. Verbas do registro de transferencia das patentes de privilegio (Decr. n. 8820 de 30 de dezembro de 1882, art. 19).....	1\$100
25. Titulos de emphyteuse e arrendamento de terrenos nacionaes (além do sello proporcional do termo do contracto).....	16\$500
26. Registro de documento ou titulo, a requerimento de parte, em repartições publicas da União, cujos empregados não percebiam custas ou emolumentos por esse acto, por linha.....	\$099

OBSERVAÇÃO

Da somma despreze-se a quantidade menor de 100 réis e não se receba menos de 1\$100.

27. Termos lavrados nas mesmas repartições — a taxa que se pagaria pelo registro, conforme o numero antecedente.
28. Cópias de mappas ou diagrammas, mandados levantar pelo Governo Federal, ou a elle pertencentes : por dia de trabalho do desenhista, 4\$400 até ao maximo de 22\$000 (tabella annexa ao Decr. n. 1473 de 8 de novembro de 1854 e aviso n. 411 de 20 de novembro de 1871).
29. Despachos, sentenças e outros actos dos Juizes federaes, dos funcionarios do Ministerio Publico e empregados do Supremo Tribunal Federal, excepto os que praticarem como **escrivães**.

Pagarão de sello as taxas que forem applicaveis, na fórma do Regimento de custas, approvado por Decr. n. 5737 de 2 de setembro de 1874 e do Decr. n. 370 de 2 de maio de 1890, art. 406, com o augmento de 10 % estabelecido no art. 1º da lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891 (Decr. n. 848 de 11 de outubro de 1890, arts. 34 paragrapho unico, 356 e 357 ; lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, art. 75).

OBSERVAÇÃO

As causas da justiça local do Districto Federal estão sujeitas á taxa judiciaria, substitutiva das custas contadas aos juizes e funcionarios do Ministerio Publico, com excepção das que competem aos curadores de orphãos e de ausentes (Decr. Leg. n. 225 de 30 de novembro de 1894 ; Decrs. n. 2163, de 9 de novembro de 1895 e n. 2219, de 18 de janeiro de 1896).

Sello de verba

30. Cartas de legitimação e adopção, tantas vezes, quantos forem os legitimados ou adoptados, concedidas por juizes do Districto Federal.....	88\$000
31. Cartas de supplemento de idade, tantas vezes, quantos forem os menores, idem.....	66\$000
32. Avisos concedendo moratoria a devedor da Fazenda Federal.....	15\$400
33. Cartas de autorisação a sociedades anonymas e approvação de seus estatutos, sendo:	
Bancos de circulação.....	231\$000
Bancos e companhias de seguro.....	165\$000
Bancos de credito real, monte-pios, montes de soccorro ou de piedade, caixas economicas, sociedades de seguros mutuos e as que tiverem por objecto o commercio ou fornecimento de generos ou substancias alimentares.....	99\$000
(Decr. n. 7540 de 15 de novembro de 1879 e n. 8946 de 19 de maio de 1883 ; lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891, art. 1º; Decr. n. 434 de 4 de julho de 1891, art. 46.)	

OBSERVAÇÃO

Dando-se a autorisação em acto distincto do da approvação dos estatutos, cobrar-se-ha de cada um metade deste sello.

34. Titulos de approvação das alterações que se fazem nos estatutos.....	37\$400
35. Cartas de autorisação a sociedades estrangeiras e a suas succursaes e caixas filiaes, para funcionarem na Republica, sendo:	
Das mencionadas no n. 33 deste paragrapho, as taxas nelle estabelecidas ;	
Outras companhias mercantis e industriaes....	132\$000
(Decr. e lei citados de 1883 e 1891 ; Decr. cit. de 1891, art. 47.)	

36. Termos de abertura e encerramento dos livros de farmacias e drogarias a que se refere o § 2º n. 3 desta tabella, por livro.....	3\$300
37. Termos de abertura e encerramento dos livros do commercio, de que trata o § 2º n. 8 desta tabella, cada livro.....	
38. Decretos de perdão ou de commutação de pena, pelo Governo Federal, não sendo pobre o agraciado.....	26\$400
39. Mercês não especificadas, do Governo Federal:	
Decreto ou carta.....	26\$400
Aviso ou portaria.....	15\$400
De outras autoridades federaes.....	4\$100

OBSERVAÇÕES

Nas mercês acima não estão comprehendidos :

1.º Os avisos e portarias que ordenarem pagamento de vencimentos, ajudas de custo, gratificações provenientes de contractos ou destinadas a remunerar serviços extraordinarios;

2.º Os que communicarem decisões de recursos;

3.º Os que versarem sobre matriculas em Faculdades, aulas de instrucção secundaria, ou concessão de dispensa de exame de habilitação para qualquer fim;

4.º Os expedidos a favor de praças de pret do Exercito e da Armada, ou em beneficio de presos pobres;

5.º Os que ordenarem pagamentos a empregados, pelas estações fiscaes dos logares em que residirem;

6.º Os que ordenarem pagamento de divida passiva do Thesouro Federal, de qualquer origem;

7.º As quitações passadas aos responsaveis da Fazenda Publica.

§ 5º — LICENÇAS E DISPENSAS

Sello de estampilha

1. Licenças concedidas a pensionistas, reformados e outros que percebam vencimentos de inactividade pelos cofres da União, para mudarem de residencia, comprehendida a guia para continuação do pagamento no logar da nova morada.....	5\$500
2. Concedidas pela Directoria Geral de Saude Publica para abertura de pharmacia, laboratorio ou fabrica de productos chimicos ou pharinaceuticos e drogaria (Reg. n. 2458 de 10 de fevereiro de 1897, arts. 41, 55 e 56).....	20\$900
3. Para escriptorios de emprestimo sobre penhores, concedidas pela Secretaria do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.....	

4. Concedidas pelo Governo Federal, a empregados publicos :	
Até tres mezes.....	9\$900
Por mais, ou sem declaração de tempo.....	19\$800
Concedidas por outros funcçionarios, da União e do Districto Federal:	
Até tres mezes.....	4\$400
Por mais, ou sem declaração de tempo.....	8\$800

OBSERVAÇÃO

Devem ser selladas antes do — cumpra-se — da autoridade competentes, e, não dependendo de — cumpra-se —, antes de produzirem effeito.

5. Do Conselho Municipal e da Prefeitura do Districto Federal, não comprehendidas no numero antecedente.....	} 2\$200
6. Das Capitancias de portos.....	
7. Licenças e alvarás não especificados:	
Do Governo Federal.....	12\$650
De outros funcçionarios da União e do Districto Federal.....	4\$400

Sello de verba

8. Para abertura de theatro, concedidas pelo chefe de policia do Districto Federal.....	96\$250
Por outras autoridades policiaes, idem.....	88\$000
9. Para espectaculo publico, do que se aufera lucro, concedidas pelo chefe de policia, idem.....	74\$250
Por outras autoridades policiaes, idem.....	66\$000
10. A cidadãos brasileiros para acceitarem, de governo estrangeiro, emprego ou pensão.....	115\$500
11. Dispensas de lapso de tempo, concedidas pelo Governo Federal:	
Por decreto.....	88\$000
Por aviso ou portaria.....	77\$000

§ 6º — TITULOS COMMERCIAES E DE AGENTES AUXILIARES DO COMMERCIO

Sello de estampilha

1. Nomeações de guarda-livros.....	} 11\$000
2. De avaliador commercial.....	
3. Cartas de rehabilitação de commerciante.....	} 4\$400
4. Alvarás de moratoria a commerciante.....	

Sello de verba

5. Cartas de commerciante.....	264\$000
6. Titulos de trapicheiro e administrador de arma- zem de deposito (Decr. n. 596 de 19 de julho de 1890).....	143\$000
7. De corretores e agentes de leilões.....	
8. De interpretes do commercio e traductores pu- blicos.....	121\$000
9. De despachantes das Alfandegas e Mesas de Rendas e seus ajudantes.....	38\$500
10. De caixeiros-despachantes.....	27\$500
11. De concessão de entrepostos particulares e de trapiches alfandegados (Consolidação das Leis das Alfandegas, art. 197 § 2º).....	37\$400

§ 7º — NOMEAÇÕES DIVERSAS

Sello de verba

1. Recondução, remoção de emprego ou novo titulo para continuar no exercicio, sem melhoria de vencimento :	
Pelo Governo Federal.....	2\$200
Por outros funcionarios da União e do Districto Federal.....	\$440
2. Comissões sem vencimento, empregos de exer- cicio eventual, não especificados, e os de venci- mento menor de 200\$ por anno:	
Pelo Governo Federal.....	2\$200
Por outros funcionarios da União e do Districto Federal.....	\$440
3. Patentes de officiaes da Guarda Nacional, quer de effectividade, quer de reforma, ou de pas- sagem da activa para a reserva e <i>vice-versa</i> ; de concessão de honras de postos, melhoramento de reforma ou de honras (circulares ns. 16 e 38 de 25 de março e 21 de julho de 1893):	
Commandante superior ou coronel.....	396\$000
Tenente-coronel.....	326\$700
Major.....	275\$000
Capitão.....	77\$000
Tenente ou 1º tenente.....	70\$000
Alferes ou 2º tenente.....	50\$000
(Lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, art. 33.)	
4. Nomeações de officiaes do Exercito e da Armada para empregos administrativos, em repartições ou estabelecimentos militares.....	2\$200

5. Nomeações de escrevente juramentado (Decr. n. 8946 de 19 de maio de 1883 ; lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891, art. 1º ; Decr. n. 2464 de 17 de fevereiro de 1897, art. 15 § 4º).....	11\$000
--	---------

§ 8º — DIPLOMAS SCIENTIFICOS E OUTROS CONFERIDOS POR ESTABELECIMENTOS DA UNIÃO

Sello de verba

1. Cartas de doutor ou de bacharel.....	126\$500
2. De bacharel em lettras.....	} 60\$500
3. De pharmaceutico.....	
4. De engenheiro civil, geographo, de minas e industrial.....	52\$250
5. De cirurgião dentista.....	} 7\$700
6. De parteira.....	
7. Outros titulos de habilitação scientifica e de profissão.....	12\$650

OBSERVAÇÃO

As apostillas nos titulos scientificos conferidos por estabelecimentos estrangeiros, facultando aos titulados o exercicio da profissão no Brazil, pagarão o sello estabelecido para os diplomas passados na Republica.

8. Verbas da matricula, na Directoria Geral de Saude Publica, em titulos ou licenças de medicos, pharmaceuticos e dentistas da Capital Federal (Regul. n. 2458 de 10 de fevereiro de 1897, art. 36).....	3\$300
9. Provisões para advogar, a quem não seja formado em alguma das Faculdades da Republica, sem fixação de tempo.....	330\$000
Sendo provido temporariamente, cada anno ou por menos de anno.....	11\$000
10. Provisões de solicitador dos auditorios, sem fixação de tempo.....	176\$000
Sendo temporarias, cada anno ou por menos de anno.....	4\$400

§ 9º — HONRAS E PRIVILEGIOS

Sello de verba

1. Portarias, permittindo o levantamento das Armas da Republica.....	} 4\$400
2. Portarias, dando licença para uso das Armas da Republica.....	

3. Patentes, concedendo honras e graduações de postos do Exercito e da Armada :	
Official general.....	110\$000
Official superior.....	66\$000
Capitão e subalterno.....	44\$000
4. Patentes de privilegio de invenção.....	37\$400
Mais:	
Pelo primeiro anno.....	22\$000
Pelo segundo.....	33\$000
Assim por diante, augmentando-se 11\$ em cada anno que se seguir sobre a annuidade anterior, por todo o prazo do privilegio.	
5. Titulos de garantia de privilegio.....	5\$500

OBSERVAÇÕES

1.^a O concessionario poderá remir o onus do pagamento annual, recolhendo á Recebedoria a importancia total das annuidades, com o abatimento de 25 %.

2.^a Em caso nenhum serão as annuidades restituídas.

3.^a As certidões de melhoramento pagarão, por uma só vez, quantia correspondente á annuidade que tenha de vencer-se pela patente da invenção principal.

4.^a As patentes de confirmação de privilegio, concedidas por governo estrangeiro, pagarão este sello.

(Decr. n. 8820 de 30 de dezembro de 1882; lei n. 3313 de 16 de outubro de 1886, art. 10.)

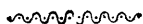
6. Diplomas de privilegio, que não seja de invenção, concedidos pelo Governo Federal:

Até dez annos.....	302\$500
Por mais de dez, até vinte annos.....	825\$000
Por mais de vinte annos.....	1:265\$000

OBSERVAÇÃO

Deve ser pago este sello, ainda que o privilegio seja declarado nos contractos ou estatutos.

Capital Federal, 3 de agosto de 1897. — Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2574 — DE 5 DE AGOSTO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional da Capital do Estado do Ceará

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro ultimo,

Decreta :

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado do Ceará se comporá de um commando superior, com sede na Capital do Estado, o qual se constituirá com uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia, e das demais que se organisarem posteriormente nas comarcas do referido Estado.

Art. 2.º A brigada de infantaria se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 1.º, 2.º e 3.º e um batalhão do serviço da reserva, com a designação de 1.º ; a de cavallaria, de dous regimentos com as designações de 1.º e 2.º ; e a de artilharia, de um batalhão de artilharia de posição e de um regimento de artilharia de campanha, com as designações de 1.º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma capital.

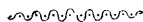
Art. 3.º O local das paradas dos corpos, ora creatos, será determinado pelo respectivo commando superior.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de agosto de 1897, 9.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2575 — DE 6 DE AGOSTO DE 1897

Providencia sobre a revisão do contracto celebrado com a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, para construcção de habitações destinadas a operarios e classes pobres.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 16 da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, para entrar em accordo com a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, afim de ser revisto ou rescindido o contracto a que se refere o decreto n. 9859 de 8 de fevereiro de 1888, o qual concedeu a Arthur Sauer ou á companhia que fosse por elle organizada, diversos favores relativamente aos edificios que construísse para habitação de operarios e classes pobres e foi approvedo pela lei n. 3396 de 24 de

novembro subsequente, resolve que as clausulas que acompanharam o dito decreto n. 9859 de 1888 fiquem substituidas pelas que se seguem, revogadas as disposições em contrario :

I. A Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, constituida em 4 de junho de 1889, para executar as disposições do decreto n. 9859 de 8 de fevereiro de 1888, continuará a edificar nesta Capital e seus arrabaldes habitações para operarios e classes pobres, de conformidade com os planos approvados pelo decreto n. 10.109 de 10 de dezembro de 1888, sob fiscalização immediata de um engenheiro nomeado pelo Ministerio da Fazenda.

a) Quando na execução dos alludidos planos houver infracção das posturas municipaes, quanto ao alinhamento das ruas da cidade, serão elles modificados pelo Governo no sentido de ser respeitado o preceito municipal, precedendo informação do engenheiro-fiscal, que, para tal fim, se entenderá com a companhia e com o Poder Executivo Municipal.

b) Reconhecendo-se, no correr dos trabalhos, ou mesmo depois de concluidos, a conveniencia de modificarem-se os planos já approvados no todo ou nos detalhes, comprehendidas as divisões interiores, o Governo poderá fazel-o de accordo com a companhia, mediante audiencia do engenheiro-fiscal.

II. O fiscal do Governo junto á companhia será pago pelos cofres publicos, e, quanto ás attribuições que lhe incumbem, receberá instruções da Directoria das Rendas Publicas do Thesouro Federal. Terminada a construcção e durante os prazos do presente contracto, as funções do engenheiro-fiscal passarão para o zelador dos proprios nacionaes.

III. Na lotação das habitações calcular-se-ha para cada pessoa, adulta ou não, o espaço livre de 16 metros cubicos, devendo ter cada compartimento, pelo menos, uma janella ou porta para o exterior ou quintal, além de ventiladores convenientemente dispostos.

IV. Conforme a situação e configuração dos terrenos em que se tenham de construir os edificios e as condições da população a que estes se destinarem, a companhia poderá adoptar qual-quer dos typos de habitações indicados nos planos de que trata a clausula primeira, ou agrupar habitações de typos diversos. Sempre que for possivel, porém, a companhia construirá em cada zona as seis classes de habitações, não podendo cobrar maior aluguel mensal das casas do que o fixado na tabella seguinte, emquanto estiverem as ditas construcções isentas dos impostos municipaes e de penna de agua:

Para solteiros

1ª classe de habitações para 1 pessoa.....	20\$000
2ª classe de habitações para 2 pessoas.....	30\$000
3ª classe de habitações para 3 ou 4 pessoas..	35\$000

Para familias

4ª classe de habitações para 5 ou 6 pessoas.	45\$000
5ª classe de habitações para 7 ou 8 pessoas..	50\$000
6ª classe de habitações para 9 ou 10 pessoas..	60\$000

V. Si a companhia encarregar-se da remoção e incineração do lixo, cobrará mensalmente dos respectivos locatarios, conforme prévio accordo, até 5\$ por habitação, não podendo em caso algum exigir, por tal mister, dos inquilinos das de 1ª, 2ª e 3ª classes mais de 2\$000.

VI. E' prohibido a companhia alugar qualquer classe de habitação a quem tenha maior numero de pessoas de familia do que o indicado pela lotação. Poderá, porém, alugar ao mesmo inquilino duas ou mais habitações e ligal-as entre si por portas, escadas ou corredores.

VII. Aos inquilinos que declararem não possuir moveis, nem meios de obtel-os de prompto, a companhia poderá fornecer mobílias simples. Nesta hypothese, o inquilino assignará uma relação dos moveis que lhe forem fornecidos, obrigando-se ao pagamento de um aluguel previamente estipulado e á restituição dos mesmos em bom estado, quando tiver de mudar-se, indemnisando a companhia dos estragos que nelles houverem sido feitos.

VIII. Aquelles que pretenderem casas com jardim pagarão, mediante prévio accordo, um acrescimo de aluguel em proporção das dimensões e situação dos mesmos jardins, não podendo, porém, exceder esses acrescimos da 5ª parte do aluguel da habitação.

IX. O aluguel será pago mensalmente e por antecipação, sujeitando-se os inquilinos ao despejo, conforme a legislação em vigor, uma vez que não cumpram os preceitos do regulamento da administração das villas operarias.

X. O inquilino que pretender mudar-se avisará, com tres dias pelo menos de antecedencia, ao administrador, sendo obrigado a pagar o aluguel até o dia, inclusive, da entrega da chave.

XI. Na venda das casas, a companhia dará preferencia para compra aos inquilinos, facultando-lhes a aquisição mediante pagamento do preço por que for ajustado, em prestações mensaes, durante um prazo nunca maior de 16 annos, ficando a companhia na posse civil da casa até se realizar a ultima prestação. No acto de entrar o comprador na posse civil da casa, cessará o favor de isenção dos impostos predial e de penna de agua da casa vendida.

XII. A companhia illuminará gratuitamente, a gaz ou a luz electrica, todos os corredores, escadas, passagens e mais commodos de uso commum até meia-noite.

a) Nenhuma parte das Villas Operarias poderá ser considerada habitavel, sem estar nella estabelecida a dita illuminação ;

b) Fica marcado o prazo de um anno para que nas Villas Operarias já habitadas, concluidas ou a concluir, seja posta em execução a iluminação indicada.

XIII. Os materiaes empregados na construcção dos edificios serão isentos de qualquer causa de humidade, e em caso algum a companhia empregará madeiramento proveniente da demolição de outras construcções.

XIV. Nenhum edificio destinado a habitações será construido ao rez do chão e o porão será estabelecido em conformidade das disposições das posturas municipaes, sendo ventilado pelos meios mais adequados o espaço comprehendido entre a superficie do terreno e o primeiro pavimento.

XV. As paredes principaes e as divisorias terão a solidez e a espessura necessarias, de conformidade com os planos approvados.

XVI. Os vigamentos serão de pinho resinoso ou de madeira de lei, ou de ferro da forma T; as cozinhas, lavadouros, latrinas e banheiros serão ladrilhados ou cimentados; a cobertura será de telhas francezas ou nacionaes, conforme o typo das habitações, podendo adoptar-se o systema de chapas de ferro, com ventilação especial, si a experiencia demonstrar a sua vantagem.

XVII. As habitações poderão ser de um ou mais pavimentos, os quaes terão a altura que as posturas municipaes indicarem para as casas de operarios e proletarios.

XVIII. O systema das latrinas será o adoptado pela Companhia *City Improvements*.

XIX. A largura das ruas entre as frentes de duas Villas Operarias será a que for indicada nas posturas municipaes e a das ruas interiores será de seis metros no minimo.

XX. A companhia manterá em cada villa, a expensas suas, um empregado incumbido de velar pela conservação, asseio e boa ordem dos logradouros e commodos de uso commum.

XXI. A companhia terá um medico que se encarregará da fiscalização hygienica das habitações, obrigando-se este a apresentar a autoridade competente um relatorio, que comprehenda informações sobre o estado sanitario e a estatistica nesologica e mortuaria das mesmas habitações.

XXII. A companhia obriga-se tambem :

1º, a construir casas de ferro ou de madeira, de paredes duplas, si a experiencia demonstrar a vantagem deste genero de habitação ;

2º, a empregar, nas construcções dos ventiladores, pedras artificiaes ou tijolos ocos e os mais aperfeçoadosapparelhos para a renovação de ar nos estabelecimentos das lavanderias e officinas, assim como couçoceiras de gesso para as paredes internas das habitações, si forem julgadas convenientes ;

3º, a construir em cada Villa Operaria, que tiver mais de 2.000 moradores, uma escola mixta de instrucção primaria do 1º grão, a qual será entregue a administração municipal, afim de ser utilizada durante o prazo em que vigorar a concessão constante do presente decreto ;

4º, a estabelecer, para uso dos inquilinos de cada Villa Operaria em que residirem, pelo menos, 80 familias, uma lavanderia a vapor destinada á lavagem das roupas e ao fornecimento de banhos frios. Os preços dos banhos e da lavagem das roupas serão fixados em tabellas approvadas pelo Governo ;

5º, a estabelecer nas Villas Operarias dos suburbios, para uso commum e gratuito dos moradores, á razão de cada grupo de 12 familias, um tanque de lavagem e uma sala de banhos frios, tendo, pelo menos, dous banheiros.

Nas Villas Operarias que em grande parte ou na totalidade estiverem construidas, a companhia, afim de não ser alterado o plano de construcção, limitar-se-ha a fazer estes melhoramentos, quando e como o engenheiro fiscal, de accordo com ella, entender mais conveniente.

XXIII. A companhia goza dos seguintes favores :

1º, isenção, até 31 de dezembro de 1911, dos direitos de consumo e de expediente para todos os materiaes,apparelhos e mais objectos precisos para as obras projectadas, de conformidade com os planos approvados, sem a restricção do art. 8º do decreto n. 947 A, de 4 de novembro de 1890, restricção que será observada de 1 de janeiro de 1909 a 31 de dezembro de 1911.

Para tornar-se effectiva a isenção, observar-se-ha o seguinte :

a) a companhia apresentará, com a necessaria antecedencia, uma relação dos objectos a despachar livres de direitos, com designação de especies, quantidade e pesos ou medidas ;

b) essa relação será authenticada pelo certificado que passará o engenheiro-fiscal, de que os objectos são precisos para a execução das obras projectadas ;

c) si os objectos despachados livres de direitos forem esgotados nas obras da companhia, antes de findar-se o prazo de 12 mezes, a companhia apresentará novas listas com os requisitos estabelecidos na lettra b ;

d) si a companhia empregar materiaes despachados livres de direito em outras obras extranhas á companhia, sem prévio pagamento dos direitos de consumo, o Ministerio da Fazenda impor-lhe-ha a multa correspondente ao quadruplo dos mesmos direitos.

2.º Isenção, por 20 annos, do imposto predial para os predios da companhia, a contar da data do primeiro recibo de aluguel de cada predio, excluida a taxa adicional do § 3º, parte 1ª, do art. 11 da lei n. 719, de 28 de setembro de 1853.

Cessar á esta isenção :

a) quanto aos predios que a companhia vender ;

b) caso a companhia, dentro do prazo de 12 mezes, a contar da data do presente decreto, não principie a demolir e reconstruir os predios comprados para edificação de Villas Operarias, pagando então o imposto respectivo até que os reconstrua, sem direito á restituição das quantias pagas.

3.º Cessão de pennas de agua gratuitas para uso dos moradores das Villas Operarias e das dependencias das mesmas villas, correndo por conta da companhia as despezas de canalização no interior das casas e habitações.

4.º Dispensa, pelo prazo de 20 annos, do imposto de transmissão de propriedade.

5.º Cessão gratuita do dominio util dos terrenos do Estado em que a companhia pretenda construir e de que o Governo não precise para outro fim determinavlo de utilidade geral.

Paragrapho unico. O Governo solicitará da Municipalidade do Districto Federal a effectividade da isenção dos impostos predial e de transmissão de propriedade pelo prazo que excedo ao fixado no decreto n. 9859, de 8 de fevereiro de 1888 ; ficando entendido, porém, que nenhuma obrigação assume a este respeito, além da sua intervenção officiosa.

XXIV. Logo que a companhia houver concluido alguma habitação, avisará ao fiscal do Governo, afim de proceder-se á precisa lotação e fixação do respectivo aluguel, de conformidade com as clausulas 3.º e 4.º.

XXV. Caso a companhia cobre aluguel superior á taxa fixada, pagará a multa correspondente a dez vezes o aluguel mensal indevidamente cobrado dos seus inquilinos.

XXVI. A infracção de qualquer das outras obrigações a que a companhia fica sujeita será punida com a multa de 100\$ a 2:000\$, conforme a gravidade da falta.

XXVII. A importancia dos direitos de consumo e de expediente dos materiaes de construcção,apparelhos e objectos que foram effectivamente empregados, desde o inicio das obras respectivas, nas Villas Operarias, de conformidade com os planos approvados pelo Governo, será fixada á vista das listas dos referidos objectos, authenticadas pelo engenheiro-fiscal e paga á companhia logo depois que a Alfandega do Rio de Janeiro houver feito o calculo, segundo as tarifas que vigoravam em janeiro de 1896.

Sobre a effectividade do pagamento, o Ministerio da Fazenda providenciará, podendo fazel-o por encontro de contas entre o Thesouro Federal e o Banco da Republica de que a companhia é devedora, sendo pago em moeda corrente o saldo que se verificar.

XXVIII. Depois de cumprida a clausula precedente, a companhia não poderá reclamar quantia alguma a titulo de lucros cessantes.

XXIX. Qualquer divergencia entre o Governo e a companhia será resolvida administrativamente, com audiencia prévia do fiscal do Governo, nomeando cada parte seu perito.

No caso de votos divergentes, a decisão definitiva será proferida por um terceiro perito, escolhido á sorte dentre outros dous que as partes apresentarem.

A parte que não nomear perito no prazo de 15 dias, contados da data de aviso prévio, sujeitar-se-ha á resolução do perito nomeado pela outra parte.

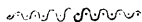
XXX. A companhia não poderá transferir seus direitos e obrigações a terceiros sem prévia autorização do Governo, sob pena de nulidade do acto.

Verificada a autorização, ficarão os direitos e obrigações subrogados nos cessionarios.

Capital Federal, 6 de agosto de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2576 — DE 7 DE AGOSTO DE 1897

Reduz o numero e classe dos empregados da Alfandega de S. Paulo, Estado do mesmo nome.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida no art. 43 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, resolve :

Art. 1.º O numero e classe dos empregados da Alfandega de S. Paulo, Estado do mesmo nome, fixado na tabella annexa ao decreto n. 1748, de 3 de julho de 1894, fica reduzido ao constante da tabella que a este acompanha.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de agosto de 1897, 9ª da Republica.

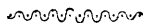
PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega de S. Paulo

	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Conferente.....	3:800\$000	1:800\$000	5:600\$000	5:600\$000
2	Primeiros escripturarios	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	9:600\$000
2	Segundos ditos.....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	8:000\$000
2	Terceiros ditos.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	4:800\$000
2	Quartos ditos.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	4:000\$000
1	Thesoureiro.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Fiel.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Porteiro.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Continuos.....	800\$000	400\$000	1:200\$000	2:400\$000
1	Cartorario.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
16					57:800\$000

Capital Federal, 7 de agosto de 1897. — *Bernardino de Campos*.



DECRETO N. 2577 — DE 9 DE AGOSTO DE 1897

Fixa a commissão que devem perceber os syndicos da liquidação forçada das sociedades anonymas, com séde na Capital Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que na liquidação forçada das sociedades anonymas, com séde na Capital Federal, os syndicos respectivos percebem actualmente a commissão estabelecida no edital do extinto Tribunal do Commercio do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1855, expedido em virtude do art. 839 do Codigo Commercial e do art. 6º § 5º do decreto n. 1597, de 1 de maio de 1855, e applicavel á liquidação forçada das sociedades anonymas, nos termos do art. 19 do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890, e do art. 178 do de n. 434, de 4 de julho de 1891;

Considerando que a referida commissão não corresponde hoje á diligencia, trabalho e responsabilidade dos mesmos syndicos, sendo umas vezes inferior e outras vezes superior á justa remuneração que devem elles ter, em relação á importancia da massa;

Considerando, outrossim, que a fixação de taes commissões é faculdade meramente administrativa ou regulamentar, outra-ora exercida pelos Tribunaes do Commercio e que, supprimidos estes, não foi transferida para as Juntas Commerciaes, *ex vi* dos decretos n. 2662, de 9 de outubro de 1875, n. 6384, de 30 de novembro de 1875 e n. 590, de 19 de julho de 1890 (Orlando, Cod. Com., nota 1314) ;

Decreta :

Art. 1.º Os syndicos da liquidação forçada das sociedades anonymas, com séde na Capital Federal, terão direito a uma commissão, paga de uma só vez o repartidamente, de dous a quatro por cento (2 % a 4 %) , si a massa ou activo social não exceder de mil contos de réis (1.000:000\$000).

Quando a massa for superior a esta importancia, a commissão será successivamente augmentada na seguinte proporção :

I — De um a dous por cento (1 % a 2 %) sobre o que exceder de mil contos de réis (1.000:000\$) até cinco mil contos de réis (5.000:000\$000) ;

II — De meio a um por cento (1/2 % a 1 %) sobre o que exceder de cinco mil contos de réis (5.000:000\$) até dez mil contos de réis (10.000:000\$000) ;

III — De um vigesimo a um decimo por cento (1/20 a 1/10 %) sobre o que exceder de dez mil contos de réis (10.000:000\$000).

Art. 2.º A commissão de que trata o artigo antecedente será reduzida à metade, respectivamente, no caso de não tornar-se definitiva a liquidação (art. 20 do decreto n. 164, de 1890 e art. 172 do decreto n. 434, de 1891).

Art. 3.º Para o effeito do calculo da commissão, considera-se como importancia da massa :

1º, a somma das quantias apuradas não só dos bens como das dividas cobradas ou que hajam sido objecto de venda ou transacção (Codigo Commercial, art. 864), si a liquidação for ao termo ;

2º, a somma a pagar-se aos credores, si houver concordata por pagamento ;

3º, o preço por que for recebido o activo social, si se der accordo dos credores (decreto n. 164, de 1890, art. 25) ;

4º, não havendo importancia apurada (n. 1 deste artigo), o valor, excluidos os bens de raiz e as dividas activas, dado no balanço aos moveis, aos semoventes e ás joias, o dinheiro e as rendas dos mesmos bens de raiz recebidas, si a liquidação forçada cessar por pagamento superveniente ou porque haja sido em acção rescisoria (regulamento n. 737, de 1850, art. 681, § 4º) annullada a sentença que decretou a dita liquidação.

Paragrapho unico. Sendo a cousa entregue ao credor de dominio (Codigo Commercial, art. 881), o valor della entrará no calculo da commissão.

Art. 4.º O syndico demittido (§§ 1º e 2º do art. 191 do decreto n. 434) ou o que se exonerar do encargo, perde o direito à commissão.

Art. 5.º Si, terminada a liquidação, for proferida sentença annullando a que decretou a liquidação forçada (regulamento n. 737, citado), os syndicos não restituirão a comissão recebida.

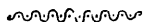
Art. 6.º Nas causas pendentes de liquidação forçada não se alterará a comissão, si já houver sido arbitrada; e quanto ao modo de pagamento, se guardarão, em todos os casos, as regras deste decreto, devendo ser descontada a somma porventura adeantada aos syndicos.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 9 de agosto de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2578 — DE 13 DE AGOSTO DE 1897

Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinaria de 2.000:000\$ para occorrer ás despesas extraordinarias com as operações militares no interior do Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que a lei n. 589 de 9 de setembro de 1850, art. 4.º § 4.º, combinado com a de n. 2792 de 20 de outubro de 1877, art. 25 § 2.º, faculta ao Poder Executivo prover por meio de creditos extraordinarios ás despesas com serviços não previstos na lei do orçamento e cuja execução não pôde ser adiada até que o Poder Legislativo conceda os fundos necessários, cumprindo, porém, que os actos desta natureza sejam immediatamente levados ao conhecimento do Congresso Nacional;

Considerando que a necessidade e urgencia de taes despesas se verificam sempre que a saúde, a segurança ou a ordem publica forem affectadas, de modo a ser reclamado a intervenção prompta do Governo com os meios de soccorro, ou de acção material;

Considerando ainda que subsistem os motivos que determinaram a abertura do credito a que se refere o decreto n. 2474 de 13 de março do corrente anno, visto não se achar restabelecida a tranquillidade publica no sertão do Estado da Bahia;

E tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 2.º, § 2.º, n. 2, letra C, do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro de 1896 e do art. 70, § 5.º, do decreto n. 2109 de 23 de dezembro subsequente:

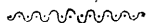
Resolve, usando da autorisação conferida pelas citadas leis n. 589 de 9 de setembro de 1850, art. 4.º, § 4.º e n. 2792 de 20

de outubro de 1877, art. 25, § 2º, combinados, abrir ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario da quantia de dous mil contos de réis (2.000:000\$) destinado ás despesas extraordinarias com as operações militares no interior do Estado da Bahia.

Capital Federal, 13 de agosto de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomas de Cantuaria.



Sr. Presidente da Republica — Ao apresentar ao Sr. Vice-Presidente o projecto do Dec. n. 2461 de 17 de fevereiro do anno corrente, prometti que, em breve, submetterei á sua assignatura dous outros projectos de decretos — um sobre a competencia e outro sobre o funcionamento da justiça local, com os quaes ficaria completa a regulamentação do Dec. n. 1030 de 14 de novembro de 1890.

Cabe-me hoje o grato dever de submetter á vossa sabia consideração a parte relativa á competencia, esperando que as disposições nella consagradas mereçam a vossa approvação.

Na succinta exposição com que apresentei ao Sr. Vice-Presidente o Dec. n. 2461, referi que « as queixas eram antes contra o modo por que se ha executado o Dec. n. 1030, do que contra a organização judiciaria por elle instituida »; e, por isso, estou certo de que, com as disposições do presente projecto, taes queixas tenderão a desaparecer.

Isto posto, solicito a vossa esclarecida intelligencia para os diversos assumptos desta exposição.

I

O capitulo I corresponde ao capitulo I do Dec. n. 1030.

Entendi, porém, excluir as « causas privativas da justiça federal, propostas perante a justiça local e contestadas sem opposição de incompetencia do Juizo » (art. 2º n. 1) salva a excepção do art. 10 da L. n. 221 de 20 de novembro

de 1894; porque, a disposição do art. 16 do Dec. n. 848 de 11 de outubro de 1890 que permittia a « prorrogação da jurisdicção » foi implicitamente derogada pela Constituição, quando « vedou ao Congresso commetter qualquer jurisdicção federal ás justicas dos Estados » (art. 60 § 1º).

Na parte relativa aos pretores (capitulo II) foram incluídas attribuições, que lhes conferiram leis posteriores, taes como as relativas á eleição de membros do Conselho Municipal (art. 5º, § 3º, ns. VII e VIII) provenientes da Lei n. 85 de 20 de setembro de 1892, arts. 63, 72 e 73.

E outras, como a de processar as interdicções (art. 5º § 1º n. VII letra b) que, devendo ser processadas pelos pretores e julgadas pelo conselho do Tribunal Civil e Criminal, por pertencerem á jurisdicção administrativa dos antigos juizes de orphãos (Regul. n. 113 de 15 de março de 1842, art. 4º) foram, não obstante, dadas á camara civil do mesmo Tribunal (Dec. n. 1334 de 28 de março de 1893, art. 25 n. I).

Mas, si o Dec. n. 1334, por um lado, tirou aos pretores a competencia para processar as interdicções, por outro lado, deu-lhes a de processar as liquidações commerciaes excedentes de 5:000\$000 (art. 14 n. 6).

Entretanto, estas liquidações são causas que « por sua natureza » devem competir ao pretor ou á camara commercial do Tribunal, conforme o seu valor.

Antes de tudo, as causas commerciaes excedentes de 5:000\$ são da competencia da camara commercial, sem se poder invocar a distincção de serem contenciosas ou não, ao contrario do que succede com relação ás causas civeis : é o que resulta do estudo comparativo dos arts. 102 e 103 do Dec. n. 1030.

Depois, as liquidações commerciaes não podem ser equiparadas aos inventarios, para serem preparadas pelos pretores e julgadas pelo conselho do Tribunal, quando excedentes de 5:000\$: ainda que pertençam ao juizo divisorio e procedam de dissolução por algum dos casos do art. 335 do Cod. Com., é no processo dellas que se resolvem todas as questões entre os socios (Cod. Com., art. 294), ao contrario dos processos de inventario, dos quaes são justamente excluídas as questões de alta indagação.

De accordo com o que já dispunha o Dec. n. 1334 (arts. 10, 11 e 12), dei aos pretores a competencia para mandar fazer intimações, vistorias e demais diligencias em circumscripção de outras Pretorias, todas as vezes que estes actos fossem dependencia de causas perante elles processadas; sem, entretanto, exigir a intervenção de officiaes da Pretoria em que os mesmos actos se devem effectuar.

E' uma medida de grande utilidade e que em nada contraria o Dec. n. 1030; porquanto, a prorrogação de jurisdicção para taes actos já está prevista em nossa legislação (Dec. n. 720 de 5 de setembro de 1890, art. 21 e 1034 A, de 1º de setembro de 1892, art. 26).

Das Juntas Correccionaes (capitulo III) foram excluidos os processos de « infracção das posturas municipaes » enumerados no art. 58 do Dec. n. 1030; porque, a lei n. 85 citada deu essa competencia « privativamente » ao juiz dos Feitos da Fazenda Municipal (art. 32).

A competencia do juiz dos feitos da fazenda municipal (capitulo IV) foi, por conseguinte, augmentada com o « preparo e o julgamento das infracções das posturas municipaes » (art. 12 § 3º n. II).

Em compensação, foi-lhe retirada a competencia para « coadjuvar o juiz federal em todas as diligencias a bemo da Fazenda Nacional » (Dec. n 1030, art. 81 n. 1); não só porque essa coadjuvação permanente repugna ao art. 60 § 1º já citado da Constituição, como porque pela « criação dos supplentes do juiz deste Districto » (L. n. 221 cit., art. 9º) cessou o motivo que a determinou.

II

A parte do Dec. n. 1030 que mais duvidas tem levantado é a que diz respeito á competencia das camaras civil e commercial do Tribunal Civil e Criminal e de seus respectivos juizes, isto é, ao que compete aos juizes « singularmente » e ao que é da competencia das camaras (capitulo V).

O Dec. n. 1030 estabeleceu para a 1ª instancia das causas contenciosas excedentes de 5:000\$ a competencia:

- a) das camaras civil e commercial, quanto aos julgamentos finais (art. 93);
- b) dos juizes destas camaras «singularmente», quanto às decisões simplesmente interlocutorias (art. 91).

Mas, entre os julgamentos propriamente finais, a que se refere o art. 93 cit., e as interlocutorias simples do art. 91 tambem cit., existem as interlocutorias mixtas—prejudicando a causa ou pondo fim ao processo e á instancia (Paul Bapt.—Theor. e Prat. do Proc. Civ., § 178) e até sentenças definitivas.

Antes de expedido o Dec. n. 1334, todas as decisões de que cabia agravo eram proferidas:

- a) em 1ª instancia — pelos juizes «singularmente»;
 - b) em 2ª — pelo conselho do Tribunal.
- Aquellas de que cabia appellação eram proferidas:
- a) em 1ª instancia — pelas camaras;
 - b) em 2ª — pela Côrte de Appellação.

Deste modo, a declaração da fallencia e a decretação da liquidação forçada das sociedades anonymas eram subtrahidas ao conhecimento da Côrte de Appellação, sòmente porque de taes decisões cabia agravo; ao passo que o simples facto da appellação importava a competencia das camaras do Tribunal e, como consequencia, da Côrte de Appellação, não obstante caber esse recurso, quer das sentenças definitivas quer de outras com tal caracter apenas (Regul. n. 737 de 25 de novembro de 1850, art. 616).

Suppondo resolver semelhante incongruencia, o Dec. n. 1334 cit. preceituou que «as decisões que tivessem o caracter de terminativas do feito» fossem proferidas pelas camaras, afim de que «no caso de caber agravo» o recurso pudesse ser interposto para a Côrte de Appellação (art. 68 § 3º).

Mas,

Primciro: tal expediente tem servido apenas para tornar illusorias as providencias com que o legislador procurou garantir a promptidão do recurso de agravo.

Como adaptar os prazos «curtos e fataes» do agravo, com tanta precisão expressos nos arts. 21 a 23 do

Regul. n. 143 de 15 de março de 1842, á revisão pelos juizes das camaras e, mais ainda, á fundamentação de votos vencidos ?

Como adaptar a necessidade de ser a sentença declaratoria da fallencia « proferida em 24 horas e publicada immediatamente » (Dec. n. 917 de 24 de outubro de 1890, art. 6.^o) á revisão pelos juizes da camara commercial ?

Poder-se-ha objectar, é certo : o relator apresentará o processo em mesa e, na mesma sessão, se decidirá da declaração ou não da fallencia.

Si, porém, os revisores pedirem vista, como succede nos casos de importancia, ficará ou não adiada a decisão ? e, depois de decidida a fallencia, ficará ou não adiada a publicação da sentença, si houver voto divergente e fundamentado ?

Segundo: acceto o principio de que « todas as decisões com o character de terminativas do feito » devem ser proferidas pelas camaras, chegar-se-ha á conclusão de que as proprias petições iniciais devem tambem ser despachadas pelas camaras.

Pedro, por exemplo, apresenta ao juiz uma petição para iniciar uma acção de deposito (Regul. n. 737 cit., art. 269).

Uma vez acceto o principio, o juiz ou a deferirá fatalmente sem apreciar si foi devidamente instruida ; ou a submeterá ás camaras, por isso que o indeferimento importa em uma « decisão terminativa do feito » e, como tal, « produzindo damno irreparavel » (Ord. Liv. 3.^o Tit. 69 pr.; Oliv. Machado — Prat. dos Aggr.. § 190).

Entretanto, admittida a 1.^a hypothese, a consequencia póde trazer grande damno : basta ter-se em vista que o deferimento da intimação para o deposito importa a impossibilidade de qualquer defesa sem este deposito (Regul. n. 737, art. 272).

Ainda mais: pela accitação desse principio, as petições para agravo devem tambem ser apresentadas ás camaras para serem por ellas despachadas ; porquanto, o seu indeferimento autorisa a interposição da carta testemunhavel, cujo conhecimento cabe ao tribunal competente para conhecer do agravo (Dec. n. 5618 de 2 de maio de 1874, art. 125).

Entretanto, apesar do que dispõe o art. 68 § 3º do Dec. n. 1334 citado, os juizes das camaras «singularmente» tem continuado a indeferir os pedidos para agravo e destes indeferimentos tem tomado conhecimento a Côrte de Appellação « em carta testemunhavel », sem preoccupar-se de que o recurso é interposto das decisões de taes juizes (Acc. da Cam. Civ. da Côrte de App., proferido na sessão de 18 de maio de 1893 — Rev. do Inst. dos Adv.: julho de 1893, pags. 278 a 281).

Terceiro: o Dec. n. 1020 deixa ver claro que o seu pensamento foi dar às camaras tão sómente «os julgamentos finaes», que só podem ser proferidos depois da dilação probatoria e subseqüentes razões finaes, ou no final das liquidações das sociedades commerciaes.

« Os feitos civis e commerciaes sobem às camaras para a sentença definitiva com as conclusões, em que as partes, depois da exposição dos factos, determinam em proposições claras e precisas a sua intenção, accrescentando os motivos que lhes parecerem a bem de seu direito » (art. 93).

Sem fallar nas petições iniciais a que já me referi, como applicar esta disposição à decretação da liquidação forçada das sociedades anonymas, em que o juiz procede sem forma e nem figura de juizo (Dec. n. 434 de 4 de julho de 1891, art. 169) e cuja decisão negando a liquidação nem, ao menos, constitue caso julgado?

E na fallencia, que pôde até ser declarada sem audiencia do devedor, pela simples petição do credor acompanhada da lettra e do respectivo protesto (Dec. n. 917 cit., art. 4º § 3º)?

Convem precisar que não ha contradicção em dar-se a sentença que decreta a liquidação forçada das sociedades anonymas aos juizes «singularmente» e à camara (commercial) a que se proferem no final das liquidações das sociedades commerciaes (art. 27 n. II); porque, esta é precedida de larga discussão entre as partes, não só quando dizem sobre o exame da escripturação por peritos de sua escolha, como ainda sobre a forma da partilha.

O mesmo, porém, não succede com a sentença de dissolução que precede à liquidação — quer se trate dos casos do art. 335, quer dos do art. 336 do Cod. Commercial.

No art. 335, o Código usa da expressão « reputam-se dissolvidas ».

Sendo assim, ao juiz cabe unicamente declarar a existência de um facto, e, por conseguinte, o pedido de dissolução, acompanhado do contracto social e do documento que prove a existência desse facto, autorisa a dissolução.

No art. 336, outras são as causas que determinam a dissolução e, por isso, o Cod. emprega a expressão « podem ser dissolvidas judicialmente » ; presumindo interesses contrários à dissolução e os sujeitando ao critério do juiz.

Mas, quer isso dizer que a dissolução nos casos do art. 336 deve ser processada em forma ordinaria, para dahi concluir-se que a sentença cabe à camara (commercial) e não aos seus juizes « singularmente » ?

Não : a expressão « a requerimento » é a mesma empregada com referencia à decretação da liquidação forçada das sociedades anonymas (Dec. n. 434 cit., art. 168) e, por conseguinte, aos juizes « singularmente » deve competir a dissolução.

A volta ao periodo anterior ao Dec. n. 1334 cit., isto é, « a determinação da competencia pela natureza do recurso », tambem não resolve a difficuldade.

Além de subtrahir-se decisões da maxima importancia ao conhecimento da Corte de Appellação que é, propriamente fallando, a 2ª instancia do Tribunal Civil e Criminal, accresce que em certos casos tornar-se-ha necessario scindir o julgamento, para poder se determinar si o recurso é o aggravo ou si a appellação.

Na assignação de dez dias, por exemplo, a conclusão dos autos após o decendio pôde dar lugar :

1º a uma interlocutoria simples, si os embargos forem recebidos « sem condemnação » (Reg. 737 cit., art. n. 259) ;

2º a uma interlocutoria mixta, si os embargos fõrem recebidos « com condemnação » (Reg. n. 737 cit., art. 258) ;

3º a uma sentença definitiva, si o réo fôr revel ou si os seus embargos fõrem julgados improcedentes (Reg. n. 737 cit., art. 257).

Nos dous primeiros casos, o recurso é o aggravo (Reg. n. 737 cit., art. 669 § 4º) ; no terceiro, a appellação (Reg. n. 737 cit., art. 257).

Entretanto, como saber antes do julgamento si os embargos são improcedentes ou si devem ser recebidos com ou sem condenação, para se conhecer previamente qual o recurso e, por conseguinte, si a decisão compete aos juizes ou si ás camaras?

E, do mesmo modo, como saber previamente si a liquidação forçada é decretada — para caber «aggravo», ou si negada para caber appellação?

E' verdade que o aggravo é o unico recurso expressamente estabelecido para o pedido de liquidação forçada (Dec. n. 434 cit., art. 170); mas, isto não exclue a appellação para o caso de ser negada a liquidação.

Por outro lado: as decisões interlocutorias, a que se refere o art. 91 do Dec. n. 1030 e das quaes cabe aggravo para o conselho do Tribunal Civil e Criminal, são as interlocutorias simples, isto é, que decidem de alguma questão incidente ou emergente do processo e só relativa á ordem deste (Ribas — Cons. do Proc. Civ., Comm. n. CCCXXVI); e que, por isso, são julgadas em 2.^a instancia pelo conselho, composto dos tres presidentes das camaras, como um meio de estabelecer a uniformidade das praxes civil e commercial, consequencia da adaptação do Regul. n. 737 cit. ao processo civil (Dec. n. 763 de 19 de setembro de 1890).

Como, pois, estabelecer a competencia pela natureza do recurso?

O autor do Dec. n. 1030 conhecia os dous systemas — do juiz singular e da justiça collectiva; e teve em vista evitar os inconvenientes que resultavam da mudança brusca de uma organização judiciaria baseada no juiz unico na 1.^a instancia, para a justiça collectiva como se acha instituida na França, Belgica, Italia, Hollanda e Alemanha.

Dahi, o systema mixto por elle instituido.

Portanto, na regulamentação do Dec. n. 1030 deve-se observar o seguinte:

1.^o as decisões simplesmente interlocutorias devem ser proferidas:

a) em 1.^a instancia — pelos juizes das camaras « singularmente »;

b) em 2.^a — pelo conselho do Tribunal;

2º as decisões interlocutorias mixtas e as que tiverem o character de definitivas sem ser propriamente julgamentos finais :

a) em 1ª instancia — pelos juizes das camaras « singularmente » ;

b) em 2ª — pela Côrte de Appellação ;

3º os julgamentos finais :

a) em 1ª instancia — pela camara ;

b) em 2ª — pela Côrte de Appellação.

Só assim se conseguirá adaptar a organização judiciária do Dec. n. 1030 ao processo então vigente.

Nada ha no Dec. n. 1030 que se opponha a essa solução : ao contrario, ella se impõe desde que se estude o mesmo decreto por todas as duas faces e procedendo-se ás combinações necessarias.

O art. 140 do Dec. n. 1030 dispõe :

« A camara criminal da Côrte conhece dos recursos e appellações em materia criminal ; a camara civil dos agravos e appellações em materia civil e *commercial*. »

Aggravos e appellações em « materia commercial » de quem ?

Do Tribunal Civil e Criminal, responde o art. 135 — 2ª parte n. 1 letra *a* do mesmo decreto.

E nem se argumente que o art. 135 cit. falla sómente de appellações, para concluir-se que « os agravos referem-se ás decisões do juiz dos feitos da Fazenda Municipal » (art. 135 cit. letra *b*) ; porque, o art. 140 cit. usa da expressão « em materia commercial », que não pôde absolutamente referir-se a outros juizes que os da camara commercial do Tribunal Civil e Criminal.

A expressão « Tribunal Civil », empregada no art. 135 cit., não é equivalente de « camaras do Tribunal », como se pôde pretender para concluir que a Côrte de Appellação só conhece das decisões das camaras do mesmo Tribunal e não das proferidas pelos respectivos juizes « singularmente ».

E' antes o que os tratadistas denominam « expressão indeterminada », empregada de modo vago e abstracto, e servindo no caso para designar:

às vezes, as camaras reunidas ;
outras vezes, cada uma das camaras ; e, finalmente,
outras vezes, os juizes « singularmente ».

E não é unicamente entre nós que assim succede.

Na Allemanha, a expressão « tribunaes » comprehende não só os tribunaes propriamente ditos, como toda emanação delles — os juizes de instrucção, por exemplo ; e da America do Norte diz Bishop : *Now for some purposes, the judge, sitting in the transaction of judicial business, is the court* (Crim. proced., vol. 1º § 35).

III

Não é sómente nos juizos civil e commercial que surge a duvida quanto à discriminação da competencia das camaras e dos seus respectivos juizes ; o mesmo succede no juizo criminal (camara criminal).

A prescripção, por exemplo, é uma questão prejudicial cuja decisão compete ao juiz a quem está affecto o processo (Regul. n. 120 de 31 de janeiro de 1842, arts. 278 e 279).

Sendo assim, nos crimes do conhecimento do Jury, compete :

a) aos pretores — durante a formação da culpa, até a pronuncia exclusive ;

b) aos juizes do Tribunal Civil e Criminal e ao juiz dos feitos da Fazenda Municipal — no periodo em que os autos se acham em sua conclusão para a pronuncia ;

c) ao presidente do Tribunal do Jury — logo que passa em julgado a pronuncia (aviso do Ministerio da Justiça — n. 105, de 29 de setembro de 1845).

Mas, ao receber o processo para a pronuncia, o juiz verifica que a acção penal está extincta pela prescripção (Cod. Pen., art. 71 n. 4) ; e, como consequencia, occorre-lhe o dever de decretal-a *ex-officio*, embora não allegada (Cod. Pen., art. 82).

Entretanto, o ministerio publico pôde entender que a acção penal não está prescripta e, por isso, incumbe-lhe provocar uma decisão da instancia superior.

Quer pelo principio estabelecido no Dec. n. 1334, quer tomando como base para a competencia a natureza do recurso, a hypothese não encontra solução; e, por conseguinte, fica a decisão de 1ª instancia como proferida em ultima, o que por vezes já tem acontecido!

E nem pôde deixar de ser assim.

No 1º caso, a decisão não pôde ser da camara — para autorisar a Córte de Appellação como 2ª instancia; porque, a competencia da camara, para julgar, é restricta aos crimes enumerados no art. 101 n. 5 do Dec. n. 1030.

No 2º, não pôde ser proferida em 2ª instancia pelo conselho do Tribunal; porque, o recurso é a appellação e das appellações do Tribunal só conhece em 2ª instancia a Córte de Appellação.

Já se vê, pois, que é impossivel a execução do Dec. n. 1030 sem estabelecer-se «na parte criminal» a appellação do juiz singular para o conselho do Tribunal e para a Córte de Appellação.

O nosso processo criminal tem duas phases distinctas: a da pronuncia e a do julgamento.

Creando as novas entidades judiciarias, o Dec. n. 1030 apenas enunciou que a pronuncia é um acto do juiz da instrucção com recurso para o conselho do Tribunal; querendo, assim, significar que as questões até a pronuncia inclusive seriam decididas em 2ª instancia pelo mesmo conselho.

Como consequencia, deve-se concluir:

a) que os recursos e appellações estabelecidos no Regul. n. 120 cit., arts. 438 ns. 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8, e 450 n. 2 e no Dec. n. 4824 de 22 de novembro de 1871, arts. 57 n. 1, e 84, continuam em vigor e devem ser proferidos em 2ª instancia pelo conselho do Tribunal;

b) que os recursos e appellações estabelecidos no Regul. n. 120 cit., arts. 438 ns. 7, 9 e 10, e 450 ns. 1, 2 e 3 e no Dec. n. 4824 cit., art. 57 n. 2, tambem continuam em vigor e devem ser proferidos em 2ª instancia pela Córte de Appellação, sem preocupação de serem as respectivas decisões de 1ª instancia proferidas pelo pre-

sidente do Tribunal do Jury, pelos juizes da camara criminal « singularmente » ou pela propria camara.

A pronuncia e o julgamento não são propriamente duas instancias distinctas: são duas phases do mesmo processo, é certo, porém perfeitamente separadas e independentes.

E' assim que :

1º as questões sobre competencia ou incompetencia do juiz ficam julgadas em 2ª instancia pelo conselho do Tribunal;

2º o libello não pôde innovar a classificação do crime feita pela pronuncia.

Quanto ao 1º ponto, não pôde ser de outro modo ; porque, o elemento scientifico para a interpretação não deve admittir que a incompetencia no Juizo civil e commercial seja decidida em ultima instancia pelo conselho do Tribunal e outra seja a norma seguida no Juizo criminal.

Não pôde, em contrario, ser invocada a falta de excepção no Juizo criminal; porquanto, o art. 51 do Dec. n. 4824 cit. estabelece a fôrma de oppôr a incompetencia do juiz formador da culpa, a qual, julgada procedente, dá logar a recurso (art. 17 § 2º n. III letra a, 5º).

Quanto ao 2º, acaba de declarar-se o Supremo Tribunal Federal, em sessão de 12 de março do anno corrente, annullando um julgamento, por ter o libello classificado o crime de modo diverso da pronuncia (*Dir.*—vol. 73 pag. 307); continuando, assim, a jurisprudencia firmada pelo extinto Supremo Tribunal de Justiça (*Dir.*—vol. 49, pag. 164).

Dei ao conselho do Tribunal o conhecimento da appellação *ex-officio* interposta da decisão, pela qual o juiz da instrucção julga improcedente a queixa ou a denuncia sob o fundamento do art. 27 do Cod. Pen.: é uma consequencia do principio de que as questões até a pronuncia inclusive lhe competem em 2ª instancia.

E' verdade que esta appellação foi estabelecida no dominio do Cod. Crim.; entretanto, contendo o art. 27 do Cod. Pen. disposições analogas ás do art. 10 do Cod. Crim., não ha razão para se considerar derogado o

art. 84 do Dec. n. 4821 cit., pelo qual se regulamentou a disposição que a estabeleceram.

Ao conselho do Tribunal, também, foi dada a competência para julgar em 2ª instancia os recursos interpostos das decisões das autoridades policiaes « obrigando a termo de bem-viver e segurança, e negando fiança provisoria » (art. 17 § 2º n. III letra c) ; porque, taes recursos estão expressos no Regul. n. 120 cit. (art. 438 ns. 1º e 5º) e não se deve admittir que existam para as decisões dos pretores e dos juizes, e não para identicas decisões das autoridades policiaes.

Pela mesma razão, foi dada ao conselho do Tribunal a competencia para julgar em 2ª instancia o recurso interposto das decisões dos pretores « pronunciando ou não os escrivães e mais officiaes de seus respectivos juizos » (art. 17 § 2º n. III letra c, 3º).

Como crimes connexos para o effeito de prorogar a jurisdição se reconheceu apenas:

I connexos com os de responsabilidade, os crimes como as offensas physicas, quando ellas são o objecto da violencia commettida pelo funcionario.

E' a doutrina do Av. de 27 de agosto de 1855, expedido sob consulta da secção de justiça do Conselho de Estado e ha pouco firmada pelo conselho supremo da Côte de Appellação, em accordão de 29 de julho do anno corrente (Proc. de respons. n. 6).

II connexos com os especiaes da camara criminal do Tribunal Civil e Criminal :

a) os da Junta correccional ;

b) os commettidos por occasião dos previstos como da competencia da mesma camara.

Os da Junta correccional quando connexos com os da camara criminal devem ser submettidos a esta, por ser a jurisdição superior.

Os outros, porque o Codigo Penal não permite a separação.

IV

A competencia do presidente do Tribunal do Jury e dos 12 juizes de facto (capitulo VI) ficou devidamente

discriminada; observando-se, assim, as prescripções do Cod. do Proc. Crim. e da L. n. 261 de 3 de dezembro de 1811, que a respeito seguiram o tradicional adagio *Ad qæstionem facti non respondent iudices, ad qæstionem juris non respondent juratores*.

Algumas vezes, porém, as respostas dos juizes de facto tem importado a desclassificação do crime, para outro da competencia da Junta correccional ou da camara criminal do Tribunal.

O libello, de accordo com a pronuncia, pôde, por exemplo, articular ferimento grave feito com a intenção de matar (tentativa de homicidio); mas, o Jury pôde negar não só a tentativa, como a gravidade do ferimento, o que importa a desclassificação do crime para o de offensa physica leve (Cod. Pen., art. 303) da competencia da Junta correccional (Dec. n. 1030, art. 58).

O mesmo pôde occorrer quando, affirmando a morte do offendido, o Jury reconhecer que o rão foi apenas causa involuntaria do facto, o que importa a desclassificação para o crime do art. 297 do Cod. Pen., da competencia da camara criminal do Tribunal (Dec. n. 1030, art. 101 n. 5 — XVI).

Como proceder em taes casos?

A primeira hypothese tem toda a analogia com a da desclassificação do homicidio involuntario para ferimentos, a respeito dos quaes providenciava o art. 19 da L. n. 2033 cit.

Como na 2ª parte do art. 19 da L. n. 2033 cit. se impunha a pena de prisão por 5 dias a 6 mezes, se levantou opposição á competencia do Jury para impôl-a « quando negasse o homicidio e reconhecesse os ferimentos ».

Dava-se, então, o que occorre actualmente com a primeira hypothese, isto é, o crime da 2ª parte do art. 19 era dos chamados « policiaes », com o processo especial dos arts. 47 e 48 do Dec. n. 4824 cit.

Entretanto, pelo principio « *ubi semel acceptum est iudicium, ibi finem accipere debet* » prevaleceu a doutrina de que devia dar-se uma prorrogação de jurisdicção e, como consequencia, a imposição da pena pelo Jury (Paula Pessoa — Reforma Jud., 2ª ed., not. 375).

Em França, não raras vezes occorre a segunda hypothese, com relação aos delictos — factos criminosos da competencia do Tribunal correccional ; mas, alli o Cod. de Instr. Crim. foi providente e preveniu a difficuldade, dispondo que « *Si ce fait est défendu, la Cour prononcera la peine établie par la loi, même dans le cas où, d'après les débats, il se trouverait n'être plus de la compétence de la Cour d'assises* » (art. 365).

E, mesmo entre nós, o Cod. Penal, referindo-se ao crime de furto, preceitua que « si o valor fixado para a pronuncia for alterado pelo Jury, não deixará este de applicar a pena correspondente, *soja qual for a alteração* » (art. 405 § 2º).

Este principio, por coherencia, deve ser applicado em todos os casos analogos ; e, dahi, a disposição do art. 29 n. II.

V

As disposições do capitulo VII do projecto, relativas à Côte de Appellação, se acham em geral justificadas na parte em que me referi ao Tribunal Civil e Criminal (ns. II e III).

Os aggravos das decisões da Junta commercial sobre registros de marcas e matricula de commerciantes (art. 39 n. II letra d) não podiam deixar de ser incluídos entre as decisões que à camara civil da Côte de Appellação compete proferir em 2ª instancia ; porquanto, a disposição que os estabeleceu (Dec. n. 596 de 19 de julho de 1890, art. 43) não foi derogada, quer explicita quer implicitamente, e o Dec. n. 1030 declarou que « é da competencia da Côte de Appellação exercer as attribuições conferidas às Relações e não revogadas pelo mesmo decreto ou por outra lei » (art. 136 n. VI).

Tambem não podia deixar de ser incluída, entre as decisões que à camara criminal da mesma Côte compete proferir em 2ª instancia, « a appellação interposta das decisões do juiz dos feitos da Fazenda Municipal sobre infracção de posturas municipaes » (art. 40 n. I letra e).

Esta appellação não foi prevista no Dec. n. 1030 ;

porque, « as infracções de posturas municipaes » competiam, então, às Juntas correccionaes (Dec. n. 1030, art. 58) e, como consequencia, à camara criminal do Tribunal, em 2ª instancia (Dec. n. 1030, art. 74).

Mas, como tive occasião de dizer, a lei n. 85 citada passou « as infracções das posturas municipaes para o juizo dos feitos da Fazenda Municipal, com os recursos que coubessem » (art. 32).

Sendo assim e attendendo-se a que a 2ª instancia do juizo dos feitos da Fazenda é a Côrte de Appellação (Dec. n. 1030, art. 135 2ª parte n. 1 letra *b*), não se pôde deixar de concluir que a Côrte de Appellação foi implicitamente devolvida a appellação, que outr'ora competia à camara criminal do Tribunal, quanto às infracções das posturas municipaes.

E' verdade que ambas as camaras da Côrte de Appellação julgaram-se incompetentes para conhecer de taes appellações.

Mas, levantado o conflicto de jurisdicção perante o conselho supremo, este decidiu pela competencia da camara criminal.

E nem devia ser outra a decisão.

A' camara criminal da Côrte de Appellação compete conhecer das appellações em materia criminal (Dec. n. 1030, art. 140); e « as infracções das posturas municipaes » pertencem à jurisdicção criminal, como se verifica do Dec. n. 4824 citado, quando inseriu « o processo e julgamento das infracções de posturas municipaes » entre as causas criminaes (cap. III secç. IV, arts. 45 e 46).

Os conflictos de attribuição figuram na competencia do conselho supremo (art. 36 n. I letra *d*); porque, o Dec. n. 1030 previu-os (art. 166 § 5º).

O facto de não terem sido incluídos expressamente entre as attribuições do conselho supremo não é motivo para serem excluídos de sua competencia.

Pôde dar-se o conflicto de attribuição não só entre as autoridades judiciais e as autoridades municipaes, como entre as primeiras e as autoridades policiaes e outras quaesquer que não as federaes.

O caso não pôde ficar sem solução e não existe outra sinão o reconhecimento da competencia do conselho

supremo, a mais elevada autoridade judiciaria do Districto.

Entre os funcionarios pronunciados nos crimes de responsabilidade pelo conselho supremo da Côrte de Appellação (art. 36 n. IV) e julgados pelas camaras reunidas (art. 32, paragrapho unico, n. V) figura o prefeito municipal, de accordo com o art. 138 n. III do Dec. n. 1030.

E' verdade que, posteriormente, a lei n. 85 cit. deu ao Supremo Tribunal Federal a competencia para processar e julgar o prefeito, nos crimes de responsabilidade (art. 53).

Entretanto, o Supremo Tribunal, em sessão de 17 de agosto de 1895, julgou inconstitucional o art. 53 da lei n. 85 cit. (Dir., vol. 68 pag. 261); e como é de supôr que identica seja a decisão em casos analogos, pôde-se dizer que essa decisão importa o desaparecimento da derogação proveniente da disposição do mesmo art. 53.

Deixei de incluir entre as attribuições do presidente da Côrte de Appellação a de conceder licença para advogar aos cidadãos brasileiros formados em direito pelas Universidades estrangeiras (Dec. n. 5618 de 2 de maio de 1874, art. 14 § 9º); porque, o Dec. n. 2226 de 1 de fevereiro de 1896 supprimiu implicitamente essa attribuição, dispondo que « os formados ou diplomados por instituições estrangeiras só poderão exercer profissões, cargos ou funcções que dependam do grão de doutor ou bacharel em sciencias juridicas e sociaes, habilitando-se previamente perante alguma das Faculdades da Republica » (art. 132).

A exemplo do que se dispoz com relação ao Tribunal Civil e Criminal, ficou expresso que « nos embargos de nullidade e acções rescisorias contra as sentenças da Côrte » as camaras reunidas julgassem em unica instancia.

Os embargos de nullidade com julgamento pelas camaras reunidas constituem um recurso extraordinario e substitutivo da revista; e, sendo assim, deve-se conceder-lhes identicos effeitos, entre os quaes o de não poder a nullidade ser objecto de outros embargos, mesmo na execução.

VI

O capitulo VIII do projecto é destinado ao ministerio publico e corresponde ao titulo III do Dec. n. 1030.

O methodo aconselhou-me a formar uma secção destinada ás attribuições do ministerio publico em geral e outras a cada um dos seus representantes.

O ministerio publico é, como o sabeis, uma instituição franceza, introduzida no começo do seculo XIV nos parlamentos e jurisdições reaes.

Hoje, porém, esta instituição constitue um dos progressos da civilização moderna, e está acceita em quasi todas as legislações, inclusive as da Russia e dos Estados Unidos, com mais ou menos latitude de attribuições.

A propria Inglaterra, apezar do adagio *nolumus leges Angliæ mutari*, cedeu ás constantes reclamações e o estabeleceu ante a jurisdição criminal, como existia na Escossia e na Irlanda : a lei de 3 de julho de 1879 (*An act for more effectually providing for the prosecution of offences in England and for other purposes*) já iniciou, ainda que timidamente, a acção do ministerio publico no juizo criminal e outras leis posteriores tambem se tem occupado da instituição.

Talvez seja, entretanto, a justiça deste Districto um dos logares em que é mais larga a acção do ministerio publico; e quem ler com attenção o Dec. n. 1030 reconhecerá que a sua fonte é a legislação hespanhola, aquella em que é realmente mais larga a acção do ministerio publico (Ley prov. sobre organ. del pod. judic., art. 838).

Antes do Dec. n. 1030, havia representantes do ministerio publico perante os juizes criminaes, e os civis em que eram interessados a Fazenda Publica, os orphãos e as pessoas a estes equiparadas, porém não existia propriamente a instituição.

As disposições constantes do art. 44 estão explicita ou implicitamente consagradas no Dec. n. 1030.

As attribuições do procurador geral acham-se enumeradas no art. 45.

Separei aquellas que lhe pertencem privativamente como chefe do ministerio publico (§ 1º) e as de represen-

tante do ministerio publico perante a Côrte de Appellação (§§ 2º e 3º).

A presença do ministerio publico nas sessões do conselho supremo e da camara criminal da Côrte de Appellação (§ 3º n. II) é de toda a necessidade.

O procurador geral é ouvido nos *habeas-corpus* requeridos perante o conselho (Dec. n. 1030, art. 167 n. I) e não pôde interpor o seu parecer fóra das sessões do mesmo conselho; porque, isso traria, como consequencia, adiar-se a decisão de processos que, por sua natureza, devem ter solução prompta.

A camara criminal da Côrte de Appellação é a segunda e ultima instancia da camara criminal do Tribunal e do Jury; e como conhecer o ministerio publico das opiniões da mesma Côrte, sem estar presente ás suas discussões?

Esta presença é, pois, de toda necessidade: sem ella não pôde o procurador dar instrucções aos promotores publicos e adjuntos, não sómente quanto ás causas que motivam a nullidade dos julgamentos como sobre a classificação de certos crimes.

O decreto n. 1030 dispoz que o procurador geral, nos crimes communs e de responsabilidade, seria processado perante o conselho supremo extraordinario (art. 139) a que se refere o art. 42 deste projecto; mas, não declarou quem o substituiria, em tal caso.

Não devendo caber essa incumbencia ao sub-procurador seu subordinado e não podendo ficar acephalo o logar do representante do ministerio publico, o projecto providencia sobre o caso, autorisando o Presidente da Republica a nomear um procurador geral *ad hoc* (art. 46).

Dei ao procurador geral perante a camara civil da Côrte de Appellação, aos curadores de orphãos e de ausentes nas camaras civil e commercial do Tribunal e aos adjuntos dos promotores nas Pretorias a attribuição de defender os orphãos, interdictos e ausentes; porque, a instituição do ministerio publico aboliu implicitamente a nomeação dos curadores *in litem*.

E' verdade que o Regimento da Côrte de Appellação manda fazer a nomeação (art. 46); mas, isso repugna á instituição do ministerio publico e deve desaparecer.

Nas annotações que ao mesmo Regimento fez o então

desembargador Macedo Soares, hoje juiz do Supremo Tribunal Federal, escreveu elle a respeito o seguinte:

« Já com vistas de simplificar o processo na 2ª instancia, o Dec. n. 5618 de 1874 havia determinado (arts. 18 e 19 § 2º) que o procurador da corôa era o *orgão do ministerio publico* perante a Relação e, nessa qualidade, officiaa nas appellações em que alguma das partes se defendesse por curador.

Claramente alludia o Dec. n. 5618 aos menores e outros a elles equiparados que na 1ª instancia se defendiam por *curadores à lide* e cujas funcções na 2ª instancia ficavam sendo exclusivamente exercidas pelo orgão do ministerio publico perante a Relação, qual era o procurador da corôa.

O legislador de 1890 (Dec. n. 1030, arts. 164 e seguintes) inspirando-se nos mesmos intuitos, reproduziu os arts. cit. do Dec. n. 5618.

Infelizmente, o actual Regimento reproduziu a má interpretação que se dava ao decreto n. 5618 de 1874 e vemos o art. 46 mandando nomear curador à lide na 2ª instancia, onde a lei collocou outro e mais graduado curador — o procurador geral » (not. n. 74).

Estou de perfeito accordo com o conceito enunciado nas palavras do Dr. Macedo Soares e, neste sentido, se acha redigido o projecto.

O nosso ministerio publico, a exemplo do da Hespanha, comprehende os defensores publicos da legislação chilena (L. de 15 de outubro de 1875, tit. XIV); e, por isso, não tem razão de ser a nomeação dos curadores *in litem* para defender os interesses dos incapazes e ausentes.

Assim já o havia entendido o Dec. n. 767 de 20 de setembro de 1890, dispondo que os curadores de ausentes funccionassem perante as varas civil e commercial, independente de nomeação dos juizes (arts. 1º e 2º).

Deixei de incluir, entre as attribuições do sub-procurador, a de « funcionar perante o juizo dos feitos da Fazenda Municipal » (art. 168 n. I do Dec. n. 1030), porque essa attribuição acha-se implicitamente abolida.

De facto: o Dec. n. 1030 foi expedido quando a Municipalidade ainda não se tinha organizado e os seus interesses eram representados em juizo por advogados e pro-

curadores sem caracter publico e constituídos apenas pelo presidente do Conselho de Intendencia (Dec. n. 198 de 6 de fevereiro de 1890).

Era, pois, natural que, instituidos o ministerio e o juizo dos feitos da Fazenda, se conferisse ao sub-procurador tal attribuição.

Mas, organizada a Municipalidade (L. n. 85 cit.) e creados os logares de 1º, 2º e 3º procuradores dos feitos « para officiarem em todas as causas que interessassem á Fazenda Municipal » (L. n. 85 cit., art. 32 § un.) desapareceu o motivo da intervenção do sub-procurador, prevista no Dec. n. 1030, art. 168 n. I cit.

E assim já o havia entendido o Dec. n. 1334, dispondo que « a promoção e defesa das causas em que interviesse ou fosse interessada a Fazenda Municipal incumbiria a esses tres procuradores, em 1ª instancia (art. 42) e ao procurador geral, em 2ª » (art. 47).

Eis a razão por que inclui no projecto os procuradores da Fazenda Municipal (cap. VIII secç. VIII) tendo em vista as disposições do Dec. n. 1198 de 31 de dezembro de 1892, que « regulamentou o exercicio das funcções dos procuradores dos feitos da Fazenda Municipal ».

As attribuições do antigo curador de orphãos perante o extincto juizo de orphãos e as do curador de ausentes perante o extincto juizo de ausentes, foram conferidas privativamente ao curador de orphãos e ao de ausentes, quer na Pretoria, quer na camara civil do Tribunal.

Como se vê do projecto (art. 48 §§ 1º e 2º), os curadores de orphãos e ausentes teem duas ordens de attribuições:

a) as que lhes incumbiam como curadores de orphãos e ausentes perante os extinctos juizos de orphãos e de ausentes;

b) as que lhes incumbem como curadores *in litem*.

As da letra a são privativas desses curadores e, portanto, devem ser pelos mesmos exercidas, quer perante a camara civil do Tribunal, quer perante as Pretorias, exclusivamente.

As da letra b são de outra ordem: referem-se á defesa dos incapazes e ausentes e, como taes, devem pertencer a quem representar o ministerio publico perante os juizos em que houver logar a mesma defesa.

Sendo assim, devem incumbir aos adjuntos nas respectivas Pretorias.

Depois que entrou em vigor o Dec. n. 1030, surgiram duvidas quanto ás attribuições do curador de ausentes.

Pretenderam os antigos curadores de heranças jacentes que os seus cargos não foram extinctos e que as attribuições do actual curador de ausentes não abrangiam a arrecadação, guarda ou administração dos bens de ausentes, e, neste sentido, appareceu na Camara dos Deputados um projecto (n. 137 de 1892) « declarando não ter sido revogado nem alterado pelo Dec. n. 1030 de 1890 o disposto no art. 70 do Dec. n. 2433 de 15 de junho de 1859 ».

Mas, o projecto foi repellido no Senado, depois que o Dr. Campos Salles, o illustre jurisconsulto que subscreeveu o Dec. n. 1030, proferiu notavel discurso, em que concluiu com as seguintes palavras:

« E' evidente que o Dec. n. 1030, dando nova organização á justiça do Districto Federal e estabelecendo quaes eram os diversos órgãos que perante os juizes e os Tribunaes do Districto deviam representar os interesses das partes, ahi eliminou os procuradores, cuja creação foi autorisada pelo Dec. de 1859, visto que prescreveu que não podiam existir outros sinão aquelles que fossem expressamente determinados nessa lei » (Annaes do Senado — sessão de 22 de setembro de 1892: 2ª sess. da 1ª leg. — vol. V pag. 74).

Ficam, por conseguinte, justificadas as disposições do projecto quanto ás attribuições do curador de ausentes perante as Pretorias.

As attribuições dos promotores publicos e de seus adjuntos quanto aos crimes da competencia do Jury, ficaram perfeitamente discriminadas, de accordo com os ensinamentos colhidos no relatorio do Dr. sub-procurador, apresentado, em 31 de janeiro de 1896, ao desembargador procurador geral e então annexo ao relatorio do Ministerio a meu cargo.

Verificou-se que, durante os seis annos de existencia do Dec. n. 1030, 90 % dos inqueritos nos crimes da competencia do Jury eram pelos promotores mandados apresentar aos adjuntos para denuncia, com o que se

adiava a formação da culpa, não obstante tratar-se às vezes de réos presos.

A esse respeito faço minhas as seguintes palavras do relatorio do Dr. sub-procurador.

Diz elle : « Muito contribue para demorar o andamento regular dos processos a necessidade de prévia authorisação dos promotores para que os adjuntos possam funcçãoar em cada feito que se processa nas Pretorias urbanas, fóra dos casos comprehendidos no art. 3º § 1º do Dec. n. 134 de 11 de abril de 1891, que deve ser reformado na parte em que estabelece esta dependencia, sem razão de ser.

De facto, competindo aos adjuntos « nas Pretorias e Juntas correccionaes exercer as mesmas attribuições dos promotores, *ex-vi* do art. 172 do Dec. n. 1030, a regra mais conforme com a celeridade da marcha que devem ter os feitos crimes é que elles officiem por attribuição propria, desde que o contrario não lhes seja determinado por seus superiores hierarchicos relativamente a casos especiaes » (pag. 53).

O projecto acaba com essa anomalia que, aliás, não encontra fundamento no Dec. n. 1030, determinando que a denuncia seja dada pelo adjunto, indo sómente os autos ao promotor quando este tiver de dizer sobre a formação da culpa; porque, cabendo-lhe a accusação perante o Jury, deve caber-lhe tambem o conhecimento do despacho de pronuncia e, como consequencia, o conhecimento da prova da formação da culpa, para requerer o que convier aos interesses da justiça.

O Dec. n. 1030 manda que os funcionarios de policia e as demais autoridades do Districto prestem todo o auxilio requisitado pelo ministerio publico.

Ora, abolido o procedimento *ex officio* dos juizes e organizado o ministerio publico nos termos expostos, essa requisição feita por intermedio dos juizes, como se tem praticado, além de importar uma praxe contraria ao pensamento do legislador e quebra da autonomia do ministerio publico, traz como consequencia perda de tempo e demora nas diligencias.

Já se vê, pois, que interpretei bem o pensamento do Dec. n. 1030, dispondo que o ministerio publico requisi-

directamente das autoridades policiaes e de quaesquer outras do districto o nome e a residencia das testemunhas que devem ser inquiridas e o mais que convier aos interesses da justiça.

VII

O Dec. n. 1030 nada dispôz quanto ás suspeições dos membros do conselho supremo da Côrte de Appellação e do conselho do Tribunal Civil e Criminal, e á do procurador geral.

O Dec. n. 1334 previu essas suspeições, menos a do procurador geral.

Entendi, porém, supprir a lacuna do Dec. n. 1030 e modificar as disposições do Dec. n. 1334, de accordo com os principios consagrados no Dec. n. 1030 e tendo em vista a legislação então em vigor.

A suspeição aos membros do conselho supremo foi dada ás camaras reunidas da Côrte, por não haver Tribunal superior que da mesma pudesse conhecer.

A do procurador geral e dos membros do conselho do Tribunal Civil e Criminal foram dadas ao conselho supremo da Côrte de Appellação, porque este já conhecia da opposta aos juizes da mesma Côrte, de graduação correspondente á do procurador geral e porque tambem conhecia dos recursos do conselho do Tribunal; e, sendo assim, em falta de outro Tribunal expressamente determinado, lhe devia competir essa attribuição.

O mesmo se dá com as suspeições dos outros representantes do ministerio publico e dos tabelliães de notas, as quaes, embora só possam ser oppostas em casos especiaes, não devem ser omittidas.

As autoridades judicarias a quem dei o conhecimento destas suspeições são aquellas a que o Dec. n. 1030 deu o conhecimento das oppostas aos escrivães (art. 195), isto é, os juizes e os presidentes das camaras perante quem servem os respectivos funcionarios.

VIII

A nossa legislação determinava que os recursos de graça « nos casos de pena capital » fossem informados pelos juizes da condemnação ou por seus substitutos ; e pelos relatores nas Relações, quando os processos tivessem subido á superior instancia em grão de appellação (Dec. n. 1458 de 14 de outubro de 1851).

Posteriormente, o Dec. n. 5618 cit. passou para os presidentes das Relações a attribuição dos relatores (art. 14 § 17).

Hoje, além dos recursos de graça, temos os recursos de revisão para o Supremo Tribunal Federal (L. 221 cit., art. 74).

E como não ha razão para informar os demais recursos outras autoridades que informavam os recursos de graça « nos casos de pena capital », estabeleci, em falta de disposições expressas do Dec. n. 1030, como norma, a informação :

a) dos presidentes da Junta correccional, do Tribunal do Jury ou da camara criminal do Tribunal Civil e Criminal, nos casos de não haver sentença de Tribunal superior ;

b) dos presidentes da camara criminal do Tribunal Civil e Criminal ou da Côrte de Appellação, nos casos de ter o processo subido a cada uma dessas camaras em grão de appellação ;

c) do presidente da Côrte de Appellação, nos casos de sentença proferida pelas camaras reunidas ou pelo conselho supremo extraordinario.

Nas informações prestadas sobre os recursos de graça e de revisão, o juiz não só aprecia a prova como a regularidade do processo ; e, por isso, pareceu-me que essa attribuição não devia caber ao juiz de instancia inferior, quando houvesse sentença de tribunal superior.

IX

As penas disciplinares aos escrivães e demais officiaes do juízo estavam impostas na legislação vigente ao tempo

em que foi expedido o Dec. n. 1030 : apenas passei-as para as novas autoridades judicarias, substitutas daquellas a quem a lei anterior conferia essa attribuição.

As que se referem aos officiaes do registro de hypothecas passaram a ser impostas pelo presidente da camara civil ; porque, este juiz substituiu ao extincto juiz da 1ª vara civil, na parte em que lhe estava affecto o serviço do registro de hypothecas, a quem a legislação hypothecaria havia entregue a imposição das penas disciplinares estabelecidas no art. 19 § 1º (Dec. n. 370 de 2 de maio de 1890).

Capital Federal, 16 de agosto de 1897.— *Amaro Cavalcanti*.

DECRETO N. 2579 — DE 16 DE AGOSTO DE 1897

Consolida e completa as disposições regulamentares do decreto n. 1030 na parte relativa á competencia da justiça local.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe confere o art. 48 n. 1º da Constituição Federal,

Decreta :

CAPITULO I

DA COMPETENCIA DA JUSTIÇA LOCAL

Art. 1.º A justiça civil e criminal é exercida, no Districto Federal, pelas seguintes autoridades :

pretôres ;

Juntas correccionaes ;

Juiz dos feitos da Fazenda Municipal ;

Tribunal Civil e Criminal ;

Tribunal do Jury ; e

Côrte de Appellação (Dec. n. 2464 de 1897, art. 1º).

Paragraphe unico. Da jurisdicção destas autoridades estão excluidas :

I as causas privativas da justiça federal, salvos os litigios em que é licito a transacção das partes e sendo estas habeis para transigir ;

II os crimes e as transgressões de disciplina da competencia da justiça militar e brigada policial ;

III as causas da competencia privativa das autoridades administrativas.

Art. 2.º Ninguém, dentro do territorio do Districto Federal, pôde subtrahir-se à jurisdicção das mesmas autoridades.

§ 1.º São, porém, respeitadas as immunidades das Legações, conforme o direito das gentes, e as isenções concedidas aos consules pelos tratados.

§ 2.º A competencia dos agentes diplomaticos e consulares para receber ou legalisar actos civis, arrecadar e liquidar heranças dos seus nacionaes, é respeitada nos limites determinados em lei federal ou nos tratados.

Art. 3.º E' mantido o juizo arbitral constituido por compromisso das partes, nos termos do decreto n. 3900 de 26 de junho de 1867.

Art. 4.º O exercicio da justiça ecclesiastica em materia civil, inclusive na de casamentos e esponsaes, não tem sancção civil.

CAPITULO II

DOS PRETORES

Art. 5.º Aos pretores, nas respectivas Pretorias, compete :

§ 1.º No juizo civil ou commercial :

I conciliar as partes que espontaneamente comparecerem no seu juizo ;

II julgar por sentença as composições sobre objecto licito entre partes capazes de transigir ;

III homologar as sentenças dos juizes arbitros, não excedentes de 5:000\$000 ;

IV executar as sentenças que julgam essas composições, ou que homologam as sentenças dos juizes árbitros, não excedentes de 5:000\$000;

V processar e julgar, em unica instancia, todas as causas de valor não excedente de 1:000\$000, excluidas as fiscaes ;

VI processar e julgar, em primeira instancia, todas as causas de valor superior a 1:000\$ e não excedente de 5:000\$, excluidas as fiscaes ;

VII processar :

a) as causas não contenciosas, de valor excedente de 5:000\$000;

b) as causas de interdicção, supplemento de idade, supprimento de licença para casamento, divorcio por mutuo consentimento e redução de testamento a publica-fórma ;

VIII exercer :

a) as funções não contenciosas do juiz de casamentos (Dec. n. 181 de 1890, arts. 8.ª a 10, 12, 13, 19, 22 a 35, 41 e 42) e conhecer dos respectivos impedimentos (art. 119);

b) as attribuições de jurisdição graciosas e administrativa conferidas aos juizes municipaes e de orphãos da antiga magistratura ;

IX arrecadar e administrar os bens de ausentes, processando e julgando as habilitações de herdeiros e as justificações de dividas passivas, como causas não contenciosas ;

X processar e julgar as justificações, vistorias e outros exames, para servirem de simples documentos ;

XI conhecer das questões do registro civil e applicar as respectivas multas.

§ 2.º No juizo criminal :

I fazer corpo de delicto ;

II mandar lavrar auto de prisão em flagrante ;

III obrigar a assignar termo de bem-viver e de segurança ;

IV conceder fiança provisoria e definitiva, nos processos que lhe estiverem affectos ;

V julgar a prescrição :

- a) nos crimes da competencia da Junta, até a sessão de julgamento exclusive ou durante a execução da sentença ;
- b) nos crimes da competencia do Jury, até a remessa dos processos para o Tribunal Civil e Criminal ;
- c) nos crimes de responsabilidade do escrivão e officiaes de seu juizo, até a pronuncia inclusive ;
- d) nos termos de bem-viver e de segurança ;

VI ordenar a prisão dos criminosos, ou o sejam na sua ou em outra Pretoria ;

VII formar a culpa nos crimes da competencia do Jury, até a pronuncia exclusive, ordenando ou requisitando a prisão preventiva dos indiciados e procedendo às diligencias necessarias ;

VIII formar a culpa até a pronuncia inclusive, ao escrivão e demais officiaes do seu juizo, nos crimes de responsabilidade ;

IX presidir à Junta correccional.

§ 3.º Compete tambem aos pretores:

I executar as sentenças do seu juizo, e as do conselho proferidas nas causas por elles processadas ;

II substituir-se reciprocamente, conforme a proximidade das Pretorias, quanto aos julgamentos, nas Pretorias em que faltarem sub-pretores ;

III substituir os juizes do Tribunal Civil e Criminal e o juiz dos feitos da Fazenda Municipal, quando convocados pelo presidente do Tribunal Civil e Criminal ;

IV coadjuvar os juizes do Tribunal Civil e Criminal e o juiz dos feitos da Fazenda Municipal no preparo dos processos, quando o réo for domiciliario na Pretoria respectiva, ou nesta for a situação da cousa ou o logar do crime ;

V proceder às diligencias que lhes fôrem ordenadas pelos Tribunaes e seus juizes, e requisitadas pelos outros pretores ou pelo ministerio publico ;

VI julgar, com os dous pretores mais proximos, os embargos de nullidade da sentença oppostos nas causas de sua alçada ;

VII dividir as Pretorias em districtos para a eleição de intendentes municipaes, designar os logares em que

devam funcionar as mesas eleitoraes, rubricar os livros das actas e nomear os mesarios;

VIII proceder, em reunião presidida por um delles, à apuração da eleição de intendentes mnnicipaes ;

IX proceder, com o adjunto do promotor e o delegado de policia, ao alistamento dos juizes de facto e vogaes ;

X fazer parte da Junta para o alistamento da Guarda Nacional ;

XI exercer as attribuições conferidas ao juiz dos feitos da Fazenda Municipal no art. 12 § 3º ns. V a XI.

§ 4.º Aos pretores, fóra da respectiva Pretoria, porém dentro dos limites do Districto, compete mandar fazer intimações, proceder a exames, vistorias e demais diligencias, por officiaes e peritos do seu juizo, nas causas perante elles processadas.

Art. 6.º Aos sub-pretores compete substituir os pretores no seu impedimento.

Art. 7.º Aos supplentes de pretor, na falta dos sub-pretores, compete substituir os pretores no preparo dos processos.

Art. 8.º Aos sub-pretores e supplentes de pretor compete coadjuvar os pretores:

I na celebração do casamento ;

II nas attribuições do art. 5º § 3º ns. IX e X.

CAPITULO III

DAS JUNTAS CORRECCIONAES

Art. 9.º E' constituida em cada Pretoria uma Junta correccional, composta do pretor respectivo, como presidente, e de dous vogaes (Dec. n. 2464, art. 3º).

Art. 10. Compete às Juntas correccionaes processar e julgar :

I os seguintes crimes previstos no livro II do Codigo Penal :

a) injurias verbaes ;

b) ameaças (art. 184) ;

c) ultraje publico ao pudor (cap. V do tit. VIII) ;

- d) simples damno (art. 329 §§ 1º e 2º) ;
- e) contra a segurança do trabalho (cap. VI do tit. IV) ;
- f) contra a inviolabilidade dos segredos, excepto os de responsabilidade dos funcionarios (arts. 189, 190 e 191) ;
- g) contra a inviolabilidade do domicilio, excepto nos casos do paragrapho unico do art. 196 e art. 201 (cap. V do tit. IV) ;
- h) furto de valor menor de 200\$000 ;
- i) offensa physica leve (art. 303) ;
- j) celebração do casamento contra a lei (cap. II do tit. IX) ;
- k) em geral, os resultantes de negligencia, de impericia ou imprudencia, sem graves consequencias (art. 148, 1ª parte, 151, 1ª parte, 153 § 1º, 293 e 306) ;

II as contravenções, e as infracções dos termos de bem-viver e segurança.

§ 1.º As Juntas decidirão de facto e de direito sobre as questões submettidas ao seu conhecimento, incluída a suspeição de algum de seus membros.

§ 2.º Ao pretor, na qualidade de presidente, compete:

- a) exercer as attribuições conferidas ao presidente do Tribunal do Jury no art. 30 ns. II a VI, representando ao presidente do Tribunal Civil e Criminal sobre a imposição da multa aos vogaes que deixarem de comparecer sem motivo justificado ;
- b) executar as sentenças da mesma Junta ;
- c) informar os pedidos de revisão e os recursos de graça, nos crimes julgados pela junta e de cujo julgamento não houve appellação ;
- d) organizar os mappas da estatistica judiciaria da Junta e remettel-os ao presidente da Côte de Appel-lação.

Art. 11. No caso de flagrante contravenção ou de crime de que caiba acção publica, o processo será feito perante as Juntas correccionaes, si o réo lhes for apresentado, quando em sessão.

Paragrapho unico. Nos outros casos, às Juntas compete o julgamento ; aos respectivos pretores, o processo.

CAPITULO IV

DO JUIZO DOS FEITOS DA FAZENDA MUNICIPAL

Art. 12. Ao juiz dos feitos da Fazenda Municipal, em todo o Districto, compete :

§ 1.º No civil :

processar e julgar, em 1ª instancia, todas as causas civis ordinarias ou summarias em que a Fazenda Municipal for autora ou ré ou devam, por ser ella interessada, intervir seus procuradores na qualidade de autor, réo, assistente ou oppoente.

A alçada do juiz dos feitos da Fazenda Municipal é de 2:000\$000.

Na generalidade da disposição deste paragrapho comprehende-se :

I o processo e o julgamento do executivo fiscal, que tem por objecto a cobrança da divida activa da Municipalidade, proveniente de :

a) valor liquido do damno causado aos proprios municipaes ;

b) alcance de responsaveis á Fazenda Municipal ;

c) impostos, contribuições, foros, laudemios e multas que se lhe devam ;

II o processo e julgamento da desapropriação por utilidade publica municipal.

§ 2.º No crime :

I formar a culpa, até a pronuncia inclusive, aos officiaes de seu juizo ou funcionarios do Conselho Municipal e da Prefeitura, nos crimes de responsabilidade ;

II processar e julgar as infracções de posturas municipaes ;

III conceder *habeas-corpus*, com as restricções legais ;

IV conceder fiança provisoria ou definitiva, nos processos que lhe estiverem affectos ;

V proferir sentença de pronuncia nos crimes da competencia do Jury, cujos processos forem preparados pelos prettores ;

VI proferir decisão sobre incidentes de prescrição nos processos que lhe estiverem affectos, até a sentença de pronuncia inclusive.

§ 3.º Compete, tambem, ao juiz dos feitos da Fazenda Municipal :

I executar as sentenças do seu juizo ;

II distribuir entre os procuradores dos feitos as causas propostas contra a Fazenda Municipal ;

III substituir o presidente do Tribunal do Jury, nos impedimentos occasionaes ;

IV substituir os juizes do Tribunal Civil e Criminal, quando convocado pelo presidente do mesmo Tribunal ;

V exercer as attribuições conferidas aos juizes do Tribunal Civil e Criminal nos ns. I a V do § 2º do art. 16 ;

VI dar posse ao escrivão e mais officiaes do seu juizo ;

VII nomear e demittir os officiaes de justiça do seu juizo ;

VIII rubricar os livros do seu juizo ;

IX conhecer das suspeições oppostas ao representante do ministerio publico, e ao escrivão e mais officiaes que servirem perante o seu juizo ;

X organizar os mappas da estatistica judiciaria do seu juizo e remettel-os ao presidente da Corte de Appellação ;

XI communicar ao Ministro da Justiça, nos mezes de janeiro, abril, junho e outubro, a somma total da taxa judiciaria paga no trimestre anterior.

CAPITULO V

DO TRIBUNAL CIVIL E CRIMINAL

SECÇÃO I

DAS CAMARAS REUNIDAS

Art. 13. O Tribunal Civil e Criminal compõe-se de 12 juizes, um dos quaes exerce o cargo de presidente e dous outros os de vice-presidentes (Dec. n. 2464, art. 4º) e

divide-se em tres camaras, com jurisdicção em todo o Districto.

Paragrapho unico. A's camaras reunidas compete:

I eleger o seu presidente e os vice-presidentes ;

II tomar deliberações sobre materia de ordem e serviço interno, que lhe interesse ;

III informar o Governo sobre projectos de lei e outros assumptos de interesse publico, a respeito dos quaes elle requisite o seu parecer ;

IV julgar, em unica instancia, os embargos de nullidade da sentença e os infringentes do julgado com elles cumulados, oppostos às sentenças proferidas pelo Tribunal em 2ª instancia, e as acções rescisórias, propostas contra as sentenças tambem proferidas pelo Tribunal em 2ª instancia ;

V propôr ao presidente da Côrte de Appellação pessoa idonea para escrivão do Jury.

SECÇÃO II

DO PRESIDENTE E DOS VICE-PRESIDENTES

Art. 14. Ao presidente compete :

I presidir às sessões:

a) das camaras reunidas ;

b) do conselho ;

c) de uma das camaras ;

II distribuir entre os nove juizes do Tribunal e o juiz dos feitos da Fazenda Municipal — para a pronuncia — os processos da competencia do Jury, preparados pelos pretores ;

III dar posse aos vice-presidentes, juizes e empregados do Tribunal, e aos escrivães, porteiros e officiaes de justiça do Tribunal e do Jury, e aos pretores, sub-pretores e supplentes ;

IV propôr pessoa idonea para secretario do Tribunal ;

V nomear e demittir os outros empregados da secretaria, os porteiros e empregados do material do Tribunal

e do Jury e os respectivos officiaes de justiça, e designar-lhes o substituto nos impedimentos ;

VI designar o juiz ou o pretor que deve substituir o juiz do Tribunal ou o dos feitos da Fazenda Municipal ;

VII designar o juiz da camara criminal que tem de fazer parte da Junta revisora do alistamento para a Guarda Nacional ;

VIII remetter ao Thesouro Federal as folhas para pagamento dos juizes e funcionarios do Tribunal, do Juiz dos feitos da Fazenda Municipal, dos pretores, sub-pretores e supplentes, dos escrivães e porteiro do Jury ;

IX justificar ou não a falta de comparecimento dos Juizes e funcionarios do Tribunal e do jury ;

X rubricar os livros da secretaria e dos cartorios do Jury ; e os dos escrivães das camaras, destinados à taxa judiciaria ;

XI decidir as reclamações sobre a qualificação dos juizes de facto e dos vogaes ;

XII impôr ao membro da Junta correccional que faltar às sessões sem motivo justificado, a multa de 50\$ a 100\$000 ;

XIII impôr ao secretario do Tribunal, em funcções de escrivão, ou a qualquer official judicial, em processos não sujeitos a outro juiz, por alguma das faltas previstas no art. 2º do decreto n. 2162 de 9 de novembro de 1895, as seguintes penas disciplinares :

a) prisão até 5 dias ;

b) suspensão até 30 dias ;

c) restituição em tresdôbro do que de mais recebeu ;

XIV impôr correccionalmente aos empregados da secretaria as seguintes penas :

a) reprehensão ;

b) suspensão até 15 dias, com perda da gratificação ou dos vencimentos ;

XV impôr correccionalmente aos escriptaes do Tribunal e do Jury, ao porteiro dos auditorios e do Jury e aos officiaes de justiça as seguintes penas :

a) reprehensão ;

b) suspensão até 15 dias, com perda da gratificação ou dos vencimentos ;

c) prisão até 5 dias ;

XVI representar o Tribunal e nesta qualidade:

a) expedir com sua assignatura as ordens que não dependerem de accórdão ou não fôrem da competencia privativa do relator ;

b) communicar ao Ministro da Justiça « nos mezes de janeiro, abril, julho e outubro » a somma total da taxa judiciaria paga no trimestre anterior ;

c) remetter, annualmente, ao presidente da Côrte de appellação os mappas estatisticos dos trabalhos do Tribunal ;

d) organizar a lista dos advogados dentre os quaes o conselho supremo escolhe os 12 examinadores a que se refere o art. 36 n. VII.

Paragrapho unico. Ao mesmo presidente, com o sub-procurador e o presidente do Conselho Municipal, compete :

I proceder ao confronto dos alistamentos especiaes com o geral e destes com as cedulas ;

II proceder ao sorteio dos 24 vogaes e 12 supplentes para a Junta correccional de cada Pretoria.

Art. 15. A cada um dos vice-presidentes compete :

I substituir o presidente, quanto à presidencia do Tribunal, segundo a ordem da antiguidade ;

II presidir uma das camaras.

SECÇÃO III

DOS JUIZES

Art. 16. A todos os juizes do Tribunal compete presidir uma sessão mensal do Jury, em cada anno ; e, nesta qualidade, proceder com o presidente do Conselho Municipal e o sub-procurador ao sorteio dos 48 jurados que têm de servir em sua sessão.

§ 1.º Aos mesmos juizes, exceptuados, porém, o presidente e os vice-presidentes, compete :

I conceder *habeas-corpus*, com as restricções legais ;

II conceder fiança provisoria ou definitiva, nos processos que lhes estiverem affectos ;

III proferir sentença de pronuncia nos crimes da competencia do Jury, cujos processos forem preparados pelos pretores ;

IV proferir decisão sobre incidente de prescrição nos processos que lhes estiverem affectos, até a sentença de pronuncia inclusive ;

V conhecer das suspeições oppostas ao representante de ministerio publico, e aos escrivães e demais officiaes do juizo que servirem perante elles, em processos que não sejam da competencia das camaras.

§ 2º E mais :

I propôr ao presidente da Côrte de Appellação pessoa idonea para escrivão, que tiver de servir perante elle, e a respectiva demissão ;

II impôr a qualquer official-judicial, que servir perante elle « por alguma das faltas previstas no art. 2º do Dec. n. 2162 cit. » as seguintes penas disciplinares :

a) prisão até 5 dias ;

b) suspensão até 30 dias ;

c) restituição em tresdôbro do que de mais recebeu ;

III impôr ao escrivão, que servir perante elle, « por omissão no cumprimento de seus deveres », as seguintes penas disciplinares :

a) reprehensão ;

b) suspensão até 15 dias ;

IV impôr aos officiaes de justiça, que servirem perante elle, « por omissão no cumprimento de seus deveres », as seguintes penas disciplinares :

a) reprehensão ;

b) suspensão até 15 dias ;

c) prisão até 5 dias ;

V impôr ao escrivão, que servir perante elle, a multa de 10\$ a 100\$, por infracção do disposto nos arts. 11 a 14 do decreto n. 2163 de 9 de novembro de 1895.

SECÇÃO IV

DO CONSELHO

Art. 17. O presidente e os vice-presidentes formam um conselho (Dec. n. 2464, art. 4º), ao qual compete:

§ 1.º Em 1ª instancia :

I proferir sentença definitiva nas causas não contenciosas preparadas pelos pretores, de valor excedente de 5:000\$000 ;

II proferir sentença definitiva nas causas que dizem respeito à interdicção, supplemento de idade, supprimento de licença para casamento, divorcio por mutuo consentimento e reducção de testamento a publica-fôrma, preparadas pelos pretores ;

III homologar as sentenças dos juizes arbitros, de valor excedente de 5:000\$000.

§ 2.º Em 2ª e ultima instancia :

I julgar as appellações :

a) das decisões dos pretores :

1º nas causas não contenciosas de mais de 1:000\$ e não excedentes de 5:000\$000 ;

2º nas homologações das sentenças dos juizes arbitros de mais de 1:000\$ e não excedentes de 5:000\$000 ;

3º quanto às attribuições de jurisdicção graciosa e administrativa, para que esteja estabelecida a appellação ;

4º quanto à arrecadação e administração dos bens de ausentes, nos casos para que esteja estabelecida a appellação ;

b) das decisões em favor da prescripção proferidas :

1º pelos juizes da camara criminal e pelo juiz dos feitos da Fazenda Municipal, nos processos em que lhes compete formar a culpa — até a sentença de pronuncia inclusive ;

2º pelos juizes do Tribunal e pelo juiz dos feitos da Fazenda Municipal, nos processos da competencia do Jury até a sentença de pronuncia inclusive ;

3.º pelos pretores :

nos processos da competencia do jury—até a remessa dos autos para a pronuncia ;

nos de responsabilidade do escrivão e demais officiaes do seu juizo — até a sentença de pronuncia inclusive ;

nos da competencia das Juntas correccionaes — até a sessão de julgamento exclusive ou durante a execução ;

nos termos de bem-viver e segurança ;

c) das decisões proferidas pelos juizes do Tribunal, pelos juizes da camara criminal e pelo juiz dos feitos da Fazenda Municipal, nos casos de improcedencia da queixa ou denuncia sob o fundamento do art. 27 doCodigo Penal ;

II julgar os aggravos :

a) das decisões proferidas pelos pretores ;

b) das decisões proferidas pelos juizes das camaras civil e commercial do Tribunal, fóra dos casos enumerados nos arts. 22 n. II e 28 n. II ;

III julgar os recursos :

a) das decisões proferidas pelos juizes da camara criminal e pelo juiz dos feitos da Fazenda Municipal, nos casos de :

1º declaração de improcedencia do corpo de delicto ;

2º não acceitação de queixa ou denuncia ;

3º concessão ou denegação de fiança e do seu arbitramento ;

4º julgamento de perda da quantia afiançada ;

5º declaração de incompetencia de juizo ;

6º pronuncia ou não pronuncia ;

7º concessão de *habeas-corpus* ;

b) das decisões proferidas pelos juizes do Tribunal nos casos dos ns. 3º, 4º, 6º e 7º da lettra antecedente ;

c) das decisões proferidas pelos pretores, nos casos de :

1º obrigar a termo de bem-viver e de segurança ;

2º ns. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da lettra *a* acima ;

3º n. 6 da lettra *a* acima, quanto aos processos de responsabilidade dos respectivos escrivães e demais officiaes de seu juizo ;

d) das decisões contra a prescripção, proferidas pelos juizes do Tribunal Civil e Criminal, pelos juizes da camara criminal do mesmo Tribunal, pelos juizes dos feitos da Fazenda Municipal e pelos pretores, nos casos estabelecidos no n. I lettra *b* deste § para as decisões em favor da prescripção ;

e) das decisões das autoridades policiaes, obrigando a termo de bem-viver ou de segurança e negando fiança provisoria.

§ 3.º Em unica instancia :

I conhecer das suspeições oppostas aos juizes do Tribunal, ao juiz dos feitos da Fazenda Municipal, aos pretores, ao sub-procurador e ao secretario ;

II habilitar os pretendentes aos officios de justiça ;

III impôr correccionalmente aos escrivães do Tribunal e do Jury «por falta de cumprimento de deveres do officio ou irregularidade de conducta » as seguintes penas:

a) advertencia em particular, ou nos autos ;

b) privação de vencimentos ou suspensão, até tres mezes ;

IV impôr aos pretores a multa de 10\$ a 100\$, por infracção do disposto no art. 11 do Dec. n. 2163 cit.

§ 4.º O relator nestes processos é o presidente da camara a que o mesmo pertencer, salvo suspeição, caso em que o é o presidente do conselho.

§ 5.º Compete tambem ao conselho propôr ao Presidente da Republica a transferencia dos juizes do Tribunal, de uma para outra camara.

SECÇÃO V

DAS CAMARAS

PARTI 1.ª

DAS CAMARAS EM GERAL E DE SEUS PRESIDENTES

Art. 18. Cada uma das camaras do Tribunal — civil, criminal e commercial— compõe-se de um presidente, que será o presidente ou um dos vice-presidentes do Tribunal, e de tres juizes (Dec. n. 2161, art. 4º alin.)

Paragrapho unico. A's camaras, em geral, compete impôr aos pretores a multa de 10\$ a 100\$, por infracção do disposto no art. 11 do Dec. n. 2163 cit.

Art. 19. Aos presidentes das camaras, em geral, compete:

I manter a ordem e a policia das sessões, regular a discussão e a votação, e publicar os accórdãos ;

II distribuir o serviço de sua camara entre os respectivos juizes ;

III rubricar os livros dos cartorios de sua camara ;

IV organizar, annualmente, os mappas estatisticos de sua camara ;

V substituir, nos julgamentos, o juiz de sua camara que deixar de comparecer à sessão ;

VI conhecer das suspeições oppostas aos representantes do ministerio publico, aos escrivães e demais officiaes do juizo nos processos da competencia das respectivas camaras.

§ 1.º Ao presidente da camara civil, especialmente, compete:

I rubricar os livros dos tabelliães de notas e dos officiaes do registro de hypothecas ;

II impôr aos tabelliães de notas e aos officiaes do registro de hypothecas « por alguma das faltas previstas no art. 2º do Dec. n. 2162 » as seguintes penas disciplinares:

a) prisão até 5 dias ;

b) suspensão até 30 dias ;

c) restituição em tresdôbro do que de mais recebeu ;

III impôr correccionalmente aos officiaes do registro de hypothecas as penas seguintes:

a) suspensão por um mez a um anno pela infracção dos deveres enumerados no art. 95 do Dec. n. 370 de 2 de maio de 1890 ;

b) suspensão, por um a tres mezes, por quaesquer outras infracções do decreto n. 370 citado ;

IV decidir as duvidas oppostas pelos officiaes do registro de hypothecas sobre a legalidade, nullidade ou falsidade dos titulos ;

V autorisar os sub-officiaes do registro de hypothecas a passarem certidões independente da subscripção dos officiaes ;

VI conhecer das suspeições oppostas aos tabelliães de notas.

§ 2.º Ao presidente da camara criminal, especialmente, compete :

I impôr às testemunhas que não comparecerem às sessões de julgamento as penas do art. 53 da lei n. 261 de 3 de dezembro de 1841 ;

II informar os pedidos de revisão e os recursos de graça :

a) nos crimes julgados em 1ª instancia pela sua camara e de cujas sentenças não houve appellação ;

b) nos crimes julgados em 2ª instancia pela mesma camara.

§ 3.º Ao presidente da camara commercial, especialmente, compete :

I rubricar os livros do escrivão dos protestos ;

II impôr ao escrivão dos protestos « por algumas das faltas previstas no art. 2º do decreto n. 2162 » as seguintes penas disciplinares :

a) prisão até cinco dias ;

b) suspensão até 30 dias ;

c) restituição em tresdôbro do que de mais recebeu ;

III receber do escrivão dos protestos, no primeiro dia útil de cada semana, a relação dos protestos interpostos durante a semana precedente.

PARTE 2ª

DA CAMARA CIVIL.

Art. 20. A' camara civil compete :

§ 1.º Em 1ª instancia :

I processar e julgar as causas contenciosas de valor excedente de 5:000\$ e que não tiverem juiz privativo ;

II processar e julgar as causas contenciosas de valor inestimavel, como as de divorcio litigioso, nullidade de casamento e de testamento, desherdação.

§ 2.º Em 2ª instancia :

I julgar as appellações das sentenças proferidas pelos pretores, nas causas contenciosas do juizo civil, de valor superior a 1:000\$ e não excedentes de 5:000\$;

II julgar os embargos, que não os de nullidade ou infringentes do julgado com elles cumulados, oppostos às suas sentenças proferidas em 2^a instancia.

Art. 21. As decisões que competem à camara civil (art. 20 § 1^o) são as sentenças finais proferidas após a dilação probatoria :

I nas causas ordinarias, summarias e especiaes ;

II nos embargos à execução, oppostos pelo executado ou por terceiro ;

III nos embargos ao arresto, quando oppostos por terceiro ;

IV nos concursos de preferencia.

Art. 22. Todas as outras decisões competem aos juizes da instrucção :

I com appellação para a camara civil da Côrte de Appellação, nos casos para que esteja estabelecido esse recurso ;

II com aggravado para a camara civil da Côrte de Appellação, nos casos seguintes :

a) de absolvição de instancia, si com ella julga-se perempta a acção ;

b) de recebimento de embargos na acção de assignação de dez dias ;

c) de procedencia ou improcedencia de arresto (embargos do arrestado) ;

d) de habilitação (incidente) ;

e) do julgamento ou não de reforma dos autos perdidos ou queimados, em que ainda não houve sentença ;

f) de não admissão do terceiro à opposição à causa ou à execução, ou que appella da sentença que o prejudica ;

g) do recebimento ou denegação da appellação, ou de recebimento de appellação em ambos os effeitos ou no devolutivo sómente ;

h) da relevancia ou não da deserção da appellação, ou do julgamento de deserção e seguimento da appellação ;

i) de liquidação da sentença ;

j) de recebimento ou rejeição *in limine* de embargos à execução, oppostos pelo executado ou pelo terceiro ;

k) de conterem damno irreparavel, só podendo, porém, dizer-se taes as interlocutorias:

1º que importarem a terminação do processo fóra dos casos para que já esteja expresso o agravo ;

2º que decidirem sobre entrega de dinheiro ou de quaesquer outros bens, sem ser em cumprimento de sentença anterior ;

III com agravo para o conselho do Tribunal, em todos os outros casos não especificados no numero antecedente e para que esteja estabelecido esse recurso.

Paragrapho unico. Compete tambem aos juizes da camara civil :

I executar as sentenças da respectiva camara ;

II cumprir as precatorias das justiças do paiz, quando dirigidas ao juizo civil da justiça local ou quando não tiverem a especificação do juizo — civil ou commercial.

PARTE 3ª

DA CAMARA CRIMINAL

Art. 23. A' camara criminal compete :

§ 1.º Em 1ª instancia:

I processar e julgar os crimes de responsabilidade dos funcionarios que não tiverem fôro privativo, e os connexos com os de responsabilidade, como as offensas physicas, quando objecto da violencia commettida pelo funcionario:

a) desde a formação da culpa, aos denunciados perante a mesma camara ;

b) desde o libello, aos denunciados perante o juiz dos feitos da Fazenda e perante os pretores (art. 5º § 2º n. VIII e art. 12 § 2º n. I) ;

II processar e julgar os seguintes crimes do Codigo Penal :

a) tirada de presos do poder da justiça e arrombamento de cadeias (cap. IV do tit. II) ;

b) desacato e desobediencia ás autoridades (cap. V do tit. II) ;

c) incendio e damno comprehendidos no paragrapho unico do art. 148 (cap. I do tit. III);

d) contra a segurança dos meios de transporte e comunicação, nos casos dos arts. 149 e § 1º, 152, 153 e §§ 2º e 3º (cap. II do tit. III);

e) contra a saúde publica, excepto nos casos do § 1º do art. 157, paragrapho unico do art. 158, § 3º do art. 160 e 161 e paragrapho unico do art. 161 (cap. III do tit. III);

f) contra o livre exercicio dos direitos politicos (cap. I do tit. IV);

g) contra a liberdade pessoal, excepto no caso do art. 183 (cap. II do tit. IV);

h) contra o livre exercicio dos cultos (cap. III do tit. IV);

i) contra a inviolabilidade do domicilio no caso do paragrapho unico do art. 196, si não resultar a morte, cabendo no caso do art. 201 o processo de responsabilidade (cap. V do tit. IV);

j) falsidade de actos publicos (secção II do cap. II do tit. IV);

k) testemunho falso (secção IV do tit. VI);

l) lenocinio (cap. III do tit. VIII);

m) adulterio (cap. IV do tit. VIII);

n) parto supposto ou outros fingimentos (cap. III do tit. IX);

o) subtracção e occultação de menores, excepto no caso do art. 293, da competencia da Junta correccional (cap. IV do tit. IX);

p) homicidio involuntario (art. 297, cap. I do tit. X);

q) concurso para o suicidio (cap. III do tit. X);

r) provocação de aborto, não resultando a morte da mulher (cap. IV do tit. X);

s) contra a honra e boa fama, excepto injurias verbales, da competencia da Junta correccional (capitulo unico do tit. XI);

t) damno, nos casos dos arts. 326, 327 e 328 (cap. I do tit. XII);

u) furto, nos casos dos arts. 332 e 333 (cap. II do tit. XII);

v) estellionato, nos casos dos arts. 339 e 340 (cap. IV do tit. XII);

x) contra a propriedade litteraria, artistica e industrial (cap. V do tit. XII);

III processar e julgar os crimes da Junta correccional, quando connexos com os do n. II deste paragrapho, e os demais que forem commettidos por occasião dos previstos no n. II deste paragrapho.

§ 2.º Em 2.ª instancia, conhecer dos agravos no auto do processo e das appellações interpostas das decisões das Juntas correccionaes.

Art. 24. As decisões que competem à camara criminal (art. 23 § 1º), são as sentenças que concluem pela absolvição ou condemnação, ou proferidas por essa occasião.

Art. 25. Todas as outras decisões competem aos juizes da instrucção :

I com recurso ou appellação para a camara criminal da Côrte de Appellação, nos casos para que esteja estabelecido o recurso ou appellação e que occorrerem após a sentença de pronuncia;

II com recurso ou appellação para o conselho do Tribunal, nos casos para que esteja estabelecido o recurso ou a appellação e que occorrerem até a sentença de pronuncia inclusive.

§ 1.º Compete tambem aos juizes da camara criminal, processar e julgar os crimes de fallencia (Cod. Pen., art. 336).

O processo é feito pelo juiz a quem a denuncia for distribuida e por este julgado com dous deputados da Junta Commercial, os quaes sorteará na vespera.

§ 2.º Aos mesmos juizes compete :

I executar as sentenças de sua camara;

II cumprir as precatorias das justicas do paiz, dirigidas à jurisdicção criminal da justiça local;

III cumprir os pedidos de extradicção das justicas do paiz, dirigidos à jurisdicção criminal da justiça local;

IV formar a culpa até a pronuncia inclusive nos crimes da competencia do Jury e que forem denunciados perante elles pelo ministerio publico;

V presidir uma sessão extraordinaria do Jury, em cada anno, além da ordinaria que lhe compete como juiz do Tribunal;

VI dar parecer sobre as reclamações oppostas ao alistamento dos juizes de facto e vogaes;

VII fazer parte da Junta revisora do alistamento para a Guarda Nacional.

PARTE 4ª

DA CAMARA COMMERCIAL

Art. 26. A' camara commercial compete :

§ 1.º Em 1ª instancia:

I processar e julgar as causas contenciosas de valor excedente de 5:000\$ e privativas do extincto juizo do commercio, exceptuadas as da competencia federal;

II processar e julgar as fallencias e liquidações forçadas das sociedades anonymas, as dissoluções e liquidações de sociedades commerciaes previstas nos arts. 335 e 336 do Cod. Comm., de valor excedente de 5:000\$000.

§ 2.º Em 2ª instancia :

I julgar as appellações das sentenças proferidas pelos pretores nas causas contenciosas do juizo commercial, de valor superior a 1:000\$ e não excedente de 5:000\$000 ;

II julgar os embargos, que não os de nullidade da sentença ou infringentes do julgado com elles cumulados, oppostos ás suas sentenças proferidas em 2ª instancia.

Art. 27. As decisões que competem á camara commercial (art. 26, § 1º) são as sentenças finais proferidas :

I nas causas enumeradas nos ns. I a IV do art. 21, após a dilação probatoria ;

II nas liquidações das sociedades commerciaes, por occasião do julgamento da partilha.

Art. 28. Todas as outras decisões competem aos juizes de instrucção:

I com appellação para a camara civil da Côrte de Appellação, nos casos para que esteja estabelecido esse recurso ;

II com *aggravo* para a camara civil da Côrte de Appellação, nos casos seguintes:

- a*) enumerados nas letras *a* a *k* do art. 22 n. II;
- b*) de exhibição;
- c*) de decretação da liquidação forçada das sociedades anonymas;
- d*) para que a lei de fallencias (decreto n. 917 de 24 de outubro de 1890) estabeleceu esse recurso, salva a destituição dos syndicos;
- e*) de recebimento de embargos na acção de seguros terrestres;

III com *aggravo* para o conselho do Tribunal, em todos os outros casos não especificados no numero antecedente e para que esteja estabelecido esse recurso.

Paragrapho unico. Compete tambem aos juizes da camara commercial:

- I executar as sentenças de sua camara;
- II cumprir as precatorias das justicas do paiz dirigidas á jurisdicção commercial da justiça local;
- III processar e julgar as fianças dos agentes de leilões.

CAPITULO VI

DO TRIBUNAL DO JURY

SECÇÃO I

DO JURY EM GERAL

Art. 29. O Tribunal do Jury compõe-se de um dos juizes do Tribunal Civil e Criminal, como seu presidente, e de 12 juizes de facto (Dec. n. 2164, art. 5^o); e compete-lhe, em todo o Districto:

- I julgar os crimes não submettidos expressamente a outra jurisdicção;
- II julgar os crimes que, sendo de sua competencia pelos quesitos propostos aos juizes de facto, se tornarem da competencia da Junta correccional ou da camara criminal pelas respostas dadas aos mesmos quesitos.

SECÇÃO II

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL

Art. 30. Ao presidente do Tribunal compete:

I mandar offerecer o libello accusatorio e proceder às diligencias para o julgamento dos accusados ;

II determinar a ordem em que os accusados devem ser submittidos a julgamento ;

III manter a ordem e a policia das sessões ;

IV conhecer das excusas dos jurados e das testemunhas, impondo-lhes as penas respectivas ;

V interrogar os accusados ;

VI regular a marcha dos processos, o debate e a inquirição das testemunhas ;

VII decidir as questões incidentes de direito e de que dependerem as deliberações finaes do Jury ;

VIII submeter aos juizes de facto as questões da competencia delles ;

IX formular os quesitos a que os juizes de facto devem responder ;

X proferir a sentença, de conformidade com a lei e as decisões dos juizes de facto ;

XI executar as sentenças do Jury, decidindo de todos os incidentes que occorrerem ;

XII informar os pedidos de revisão e os recursos de graça, nos crimes julgados pelo Jury e de cujos julgamentos não tenha havido appellação ;

XIII conhecer das suspeições oppostas ao promotor publico, juizes de facto, escrivão e demais officiaes que servirem perante o Jury.

SECÇÃO III

DOS JUIZES DE FACTO

Art. 31. Aos juizes de facto compete decidir:

I sobre o facto criminoso ;

II sobre as circumstancias que aggravam ou attenuam o crime ;

III sobre as causas que justificam o crime ou isentam da responsabilidade criminal;

IV sobre os incidentes de facto, que lhes forem submettidos pelo presidente do Tribunal.

Paragrapho unico. As decisões dos juizes de facto são tomadas por maioria de votos, sendo o empate em favor dos accusados.

CAPITULO VII

DA CÔRTE DE APPELLAÇÃO

SECÇÃO I

DAS CAMARAS REUNIDAS

Art. 32. A Côrte de Appellação compõe-se de 12 juizes, um dos quaes exerce o cargo de presidente e outro o de vice-presidente (Dec. n. 2464, art. 6º), e divide-se em duas camaras, com jurisdicção em todo o Districto.

Paragrapho unico. A's camaras reunidas compete :

I eleger o seu presidente e o vice-presidente ;

II tomar deliberações sobre materia de ordem e serviço interno, que lhe interesse ;

III informar o Governo sobre projectos de lei e outros assumptos de interesse publico, a respeito dos quaes elle requisite o seu parecer ;

IV julgar, em unica instancia, os embargos de nullidade da sentença e os infringentes do julgado com elles cumulados, oppostos às sentenças proferidas pela Côrte, em 2ª instancia e as acções rescisórias, propostas contra as sentenças, tambem proferidas pela Côrte, em 2ª instancia ;

V julgar os crimes de responsabilidade commettidos pelos juizes do Tribunal Civil e Criminal, juiz dos feitos da Fazenda Municipal, sub-procurador, chefe de policia e prefeito municipal e os connexos com os de responsabilidade, como as offensas physicas, quando ellas são o objecto da violencia commettida pelo funcionario ;

VI conhecer das suspeições oppostas aos juizes do conselho supremo.

SECÇÃO II

DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

Art. 33. Ao presidente compete :

I presidir ás sessões :

- a) das camaras reunidas ;
- b) do conselho supremo ;
- c) de uma das camaras ;

II dar posse aos juizes e funcionarios da Côrte e ao juiz dos feitos da Fazenda Municipal ;

III justificar ou não a falta de comparecimento dos juizes e funcionarios da Côrte ;

IV propôr pessoa idonea para secretario da Côrte ;

V nomear e demittir os outros empregados da secretaria e do material da Côrte, e designar-lhes o substituto nos impedimentos :

VI nomear e demittir, por proposta dos respectivos juizes, todos os escrivães do Districto ; e os escreventes juramentados por proposta dos escrivães a nomeação, e dos juizes a demissão, permittindo que elles substituam os escrivães, quando entender de conveniencia ao serviço ;

VII conceder licença até 30 dias, com ou sem ordenado, a todos os juizes do Districto e aos funcionarios da Côrte ;

VIII remetter ao Thesouro Federal a folha para pagamento dos juizes e funcionarios da Côrte ;

IX rubricar os livros da secretaria ;

X conceder provisão de solicitador judicial ;

XI informar os pedidos de revisão e os recursos de graça, nos crimes julgados pelas camaras reunidas ou pelo conselho supremo extraordinario ;

XII impôr ao secretario da Côrte, em funcções de escrivão, ou a qualquer official judicial, em processos não sujeitos a outro juiz, por alguma das faltas previstas no art. 2º do decreto n. 2162, as seguintes penas disciplinares :

- a) prisão até cinco dias ;

b) suspensão até 30 dias ;

c) restituição em tresdôbro do que de mais recebeu ;

XIII impôr correccionalmente aos empregados da secretaria as seguintes penas :

a) reprehensão ;

b) suspensão até 15 dias, com perda da gratificação ou dos vencimentos ;

XIV impôr correccionalmente aos escrivães e officiaes de justiça da Côrte as seguintes penas :

a) reprehensão ;

b) suspensão até 15 dias, com perda da gratificação ou dos vencimentos ;

c) prisão até 5 dias ;

XV apresentar, annualmente, ao Ministro da Justiça o mappa da estatistica judiciaria de todo o Districto, acompanhado de relatorio sobre o estado da administração da justiça, com menção de todas as duvidas e lacunas encontradas na execução da lei ;

XVI representar a Côrte e, nesta qualidade:

a) expedir com sua assignatura as ordens que não dependerem de accórdão ou não forem da competencia privativa do relator ;

b) communicar ao Ministro da Justiça nos mezes de janeiro, abril, junho e outubro a somma total da taxa judiciaria paga no trimestre anterior.

Art. 34. Ao vice-presidente compete :

I substituir o presidente, na presidencia da Côrte ;

II presidir uma das camaras.

SECÇÃO III

DOS JUIZES

Art. 35. Aos juizes da Côrte compete :

I impôr a qualquer official judicial que servir perante elle, por alguma das faltas previstas no art. 2º do decreto n. 2162, as seguintes penas disciplinares :

a) prisão até cinco dias ;

b) suspensão até 30 dias ;

c) restituição em tresdôbro do que de mais recebeu ;

II impôr ao escrivão que servir perante elle, por omissão no cumprimento de seus deveres, as seguintes penas disciplinares :

- a) reprehensão ;
- b) suspensão até 15 dias, com perda da gratificação ou dos vencimentos ;

III impôr aos officiaes de justiça, que servirem perante elle, por omissão no cumprimento de seus deveres, as seguintes penas disciplinares :

- a) reprehensão ;
- b) suspensão até 15 dias, com perda da gratificação ou dos vencimentos ;
- c) prisão até 5 dias.

Paragrapho unico. Aos mesmos juizes, exceptuados os presidentes das camaras, compete :

I dar audiencia depois das sessões, por escala feita pelo presidente de sua camara, e n'ella publicar os accordãos da mesma camara;

II proceder ás diligencias para julgamento dos processos em que fôr relator, proferindo os despachos sobre os incidentes que occorrerem.

SECÇÃO IV

DO CONSELHO SUPREMO

Art. 36. O presidente, o vice-presidente e o juiz mais antigo da côrte formam um conselho supremo (D. 2.464, art. 6º), ao qual compete :

I processar e julgar :

- a) os pedidos de *habeas-corpus* ;
- b) as suspeições oppostas aos juizes da côrte, do conselho do tribunal civil e criminal, ao procurador geral e ao secretario ;
- c) os conflictos de jurisdicção entre as autoridades judicarias do Districto ;
- d) os conflictos de attribuição entre autoridades judicarias e as outras autoridades do Districto ;
- e) os pedidos de prorrogação de prazo para inventario ;

f) os recursos de qualificação dos eleitores, vogaes e juizes de facto ;

g) os exames de habilitação para os logares de judicatura e do ministerio publico, propondo a vitaliciedade dos que a merecerem ;

II impôr a todos os juizes do Districto, por demora de despachos, processos ou julgamentos, faltas de audiencia ou sessão nos dias e horas marcados e omissão de outros deveres attribuidos aos mesmos juizes, ou pratica de actos que compromettam os creditos da administração da justiça ou do magistrado, as seguintes penas disciplinares :

a) advertencia em particular pelo presidente ;

b) censura publica em conselho ;

c) suspensão dos vencimentos até 15 dias, com ou sem privação do exercicio ;

d) suspensão do emprego com perda de vencimentos, até um mez ;

III impôr correccionalmente a todos os escrivães do Districto, por falta de cumprimento de deveres de officio ou irregularidade de conducta, as seguintes penas :

a) advertencia em particular, ou nos autos ;

b) privação de vencimentos ou suspensão, até tres mezes ;

IV formar a culpa até a pronuncia inclusive nos crimes de responsabilidade a que se refere o art. 32, paragrapho unico, n. V ;

V mandar proceder a exame de sanidade nos juizes que, por enfermidade ou idade avançada, parecerem inhabilitados para o exercicio da judicatura e propôr ao Presidente da Republica que sejam postos em disponibilidade ou aposentados ;

VI consultar o Presidente da Republica sobre a conveniencia de ser declarado avulso o juiz que, em razão de algum crime, actos indecorosos ou costumes desregrados, não deva continuar no quadro da judicatura ;

VII nomear, annualmente, ouvindo o presidente do Tribunal Civil e Criminal e o presidente do Instituto dos Advogados, os 12 examinadores dos candidatos à judicatura ou ao ministerio publico ;

VIII propôr ao Presidente da Republica a transferencia dos juizes da Côrte de uma para outra camara.

Paragrapho unico. Nestes processos, o relator é o presidente do conselho, salvo o do n. IV, em que o é o presidente da camara criminal.

SECÇÃO V

DAS CAMARAS

PARTE 1ª

DAS CAMARAS EM GERAL E DE SEUS PRESIDENTES

Art. 37. Cada uma das camaras da Côrte — civil e criminal — compõe-se de um presidente, que será o presidente ou o vice-presidente da Côrte, e de cinco juizes (Dec. n. 2464, art. 6º alin.)

Paragrapho unico. A's camaras, em geral, compete:

I propôr ao presidente da Côrte pessoa idonea para escrivão da respectiva camara ;

II impôr aos juizes do Tribunal Civil e Criminal e ao juiz dos feitos da Fazenda Municipal a multa de 10\$ a 100\$, por infracção do disposto no art. 11 do Dec. n. 2163 cit.

Art. 38. Aos presidentes das camaras, em geral, compete :

I manter a ordem e a policia das sessões e regular a discussão e a votação ;

II distribuir o serviço de sua camara entre os respectivos juizes ;

III rubricar os livros dos cartorios de sua camara ;

IV organizar, annualmente, os mappas estatísticos de sua camara ;

V conhecer das suspeições oppostas aos escrivães e demais officiaes do juizo, que servirem perante as respectivas camaras.

Paragrapho unico. Ao presidente da camara criminal, especialmente, compete informar os pedidos de revisão e os recursos de graça, nos crimes julgados em 2ª instancia pela mesma camara.

PARTE 2ª

DA CAMARA CIVIL

Art. 39. A' camara civil compete :

Em 2ª e ultima instancia :

I julgar as appellações :

a) das sentenças proferidas pelas camaras civil e commercial do Tribunal Civil e Criminal, nas causas de valor excedente de 5:000\$000 ;

b) das sentenças proferidas pelos juizes das camaras civil e commercial do mesmo Tribunal, nas causas de valor excedente de 5:000\$000 ;

c) das sentenças proferidas pelo juiz dos feitos da Fazenda Municipal, nas causas de valor excedente de 2:000\$000 ;

d) das sentenças proferidas pelo conselho do Tribunal Civil e Criminal :

1º nas causas preparadas pelos pretores, de valor excedente de 5:000\$000 ;

2º nas causas que dizem respeito à interdicção, supple-
mento de idade, supprimento de licença para casamento,
divorcio por mutuo consentimento e redução de testa-
mento a publica-fôrma, preparadas pelos pretores ;

3º que homologarem as sentenças dos juizes arbitros,
de valor excedente de 5:000\$000 ;

II julgar os embargos, que não os de nullidade da
sentença ou infringentes do julgado com elles cumulados,
opostos às suas sentenças ;

III julgar os aggravos :

a) das decisões proferidas pelos juizes das camaras ci-
vil e commercial do Tribunal Civil e Criminal, nos casos
especificados nos arts. 22 n. II e 28 n. II ;

b) das decisões proferidas pelo juiz dos feitos da Fa-
zenda Municipal ;

c) das decisões proferidas pelos juizes do conselho
do Tribunal Civil e Criminal, nos casos em que o mesmo
conselho julga em 1ª instancia ;

d) das decisões da Junta Commercial, negando ou ad-
mittindo registros de marca de industria ou de com-
mercio e cassando a matricula de commerciantes.

PARTE 3ª

DA CAMARA CRIMINAL

Art. 40. A' camara criminal compete :

Em 2ª e ultima instancia :

I julgar as appellações:

a) das decisões proferidas pelo tribunal do Jury :

1º si a sentença for contraria á lei expressa ou ás decisões dos juizes de facto ;

2º si no julgamento foram preteridas formalidades substanciaes ;

b) das decisões proferidas pela camara criminal do Tribunal Civil e Criminal ;

c) das decisões proferidas pelo presidente do Tribunal do Jury ;

d) das decisões proferidas pelos juizes da camara criminal do Tribunal Civil e Criminal, nos casos occorridos depois da sentença de pronuncia ;

e) das decisões proferidas pelo juiz dos feitos da Fazenda Municipal, nas infracções de posturas municipaes ;

II julgar os recursos :

a) das decisões proferidas pelo presidente do Tribunal do jury ;

b) das decisões proferidas pelos juizes da camara criminal do Tribunal Civil e Criminal, nos casos occorridos depois da sentença de pronuncia.

SECÇÃO VI

DISPOSIÇÕES COMMUNS AO CONSELHO SUPREMO E ÀS CAMARAS

Art. 41. Ao conselho supremo e a cada uma das camaras da Côrte compete :

Em unica instancia :

I processar e julgar :

a) a reforma dos autos que se perderem no conselho ou na camara ;

b) as habilitações e processos pendentes delles ;

II censurar ou advertir, em suas sentenças, os juizes inferiores e multal-os nas custas ;

III advertir os advogados e solicitadores, multal-os e suspendel-os do exercicio de suas funcções, até seis mezes ;

IV remetter ao procurador geral cópia das peças dos processos dos quaes se evidenciar crime commettido por juizes e qualquer funcionario da justiça local.

SECÇÃO VII

DO CONSELHO SUPREMO EXTRAORDINARIO

Art. 42. O presidente, o vice-presidente, o juiz mais antigo da Côrte e os tres senadores do Districto formam um conselho supremo extraordinario, ao qual compete processar e julgar os juizes da Côrte de Appellação e ao procurador geral, nos crimes communs e de responsabilidade.

CAPITULO VIII

DO MINISTERIO PUBLICO

SECÇÃO I

DO MINISTERIO PUBLICO EM GERAL

Art. 43. O ministerio publico é, perante as justiças constituidas, o advogado da lei, o fiscal de sua execução, o procurador dos interesses do Districto Federal e o promotor da acção publica contra todas as violações de direito.

Paragrapho unico. O ministerio publico compõe-se de :

1 procurador geral ;

1 sub-procurador ;

4 curadores — 1 de orphãos, 1 de ausentes, 1 de residuos e 1 de massas fallidas ;

3 promotores publicos ; e
7 adjuntos de promotor (Dec. n. 2464, art. 11).

Art. 44. Ao ministerio publico, em geral, incumbe :

I denunciar:

a) os crimes de acção publica, devendo considerar-se taes todos aquelles em que a acção penal não pertença privativamente ao offendido ou aos seus representantes legaes ;

b) as contravenções ;

c) as infracções aos regulamentos do poder executivo ;

d) as quebras dos termos de bem-viver e segurança ;

II dar queixa em nome do offendido, a seu requerimento ou de seus representantes legaes com prova de falta de meios para exercer a acção penal que privativamente lhes pertença, salva a disposição do art. 279 § 2º do Codice Penal ;

III additar a queixa da parte, nos crimes de acção publica ;

IV dar parecer sobre a queixa da parte, nos crimes de acção privada ;

V assistir, sempre que possivel, aos actos de formação da culpa, nos crimes de acção publica ;

VI dar parecer sobre a formação da culpa em todos os processos, salvo os da Junta correccional ;

VII offerecer o libello accusatorio:

a) nos processos iniciados por denuncia ou queixa sua, ou instaurados *ex-officio* ;

b) nos processos em que a parte for lançada, cabendo acção publica ;

VIII additar o libello offerecido pela parte, nos crimes de acção publica ;

IX dar parecer sobre o libello offerecido pela parte, nos crimes de acção privada ;

X fazer a accusação dos réos perante as sessões de julgamento, em todos os crimes de acção publica, ainda havendo accusador particular, ou cujos processos forem iniciados por queixa sua ;

XI interpôr os recursos legaes e arrazoal-os, e, naquelles em que couber acção sua, responder ás razões dos interpostos pelas partes ;

XII requisitar, directamente, das autoridades policiaes o nome e a residencia das testemunhas que devam ser inquiridas, e das mesmas autoridades e de todas as outras do Districto tudo o que convier aos interesses da justiça ;

XIII promover o andamento dos processos, a execução das sentenças condemnatorias e a prisão dos réos, em todos os crimes ;

XIV dar parecer :

a) em todos os pedidos de prisão —feitos por precatoria ou extradicção das justiças do paiz, ou por meio de requisição da autoridade ou requerimento da parte ;

b) sobre a allegação de prescripção criminal, sobre lançamento e sobre concessão de *habeas-corpus* e fianças criminaes ;

c) em todas as questões de perdas e damnos contra uizes e mais funcionarios da justiça ;

d) sobre os embargos de nullidade e acções rescisórias, no caso de violação de lei expressa ;

XV officiar :

a) em todos os processos sobre o estado de pessoa, tutela, curatela, interdicção, remoção de tutor e curador, testamentarias, divorcios, nullidades e impedimentos do casamento civil ;

b) nas fallencias e nas arrecadações das heranças jacentes e bens de ausentes ;

c) em todos os processos em que for interessado o Districto e a Fazenda Municipal, e naquelles em que alguma das partes tiver de se defender por curador ;

XVI suscitar conflictos de jurisdicção e de attribuição quando convier á justiça do Districto ;

XVII exercer inspecção sobre os cartorios dos tabeliães, registro de hypothecas, do registre civil e do deposito publico ;

XVIII visitar as prisões, os asylos de orphãos, alienados e mendigos, requerendo o que for a bem da justiça e dos deveres de humanidade ;

XIX reclamar contra a demora de despachos, processos ou julgamentos, falta de audiencia ou sessão nos dias

e horas marcados e omissão de outros deveres attribuidos aos juizes, ou pratica de actos que comprometam os creditos da administração da justiça ou do magistrado ;

XX requerer exame de sanidade dos juizes que, por enfermidade ou idade avançada, parecerem inhabilitados para o exercicio da judicatura ;

XXI representar sobre a conveniencia de ser declarado avulso o juiz que, em razão de algum crime, actos indecorosos ou costumes desregrados, não deva continuar no quadro da judicatura ;

XXII representar ao presidente do Tribunal Civil e Criminal sobre a imposição da multa aos vogaes que deixarem de comparecer ás Juntas correccionaes sem motivo justificado.

SECÇÃO II

DO PROCURADOR GERAL

Art. 45. Ao procurador geral, especialmente, incumbe :

§ 1.º Como chefe do ministerio publico :

I exercer as attribuições conferidas no decreto n. 2464 de 17 de fevereiro de 1897 (art. 11 § 2º, ns. II, III e § 3º; art. 12 paragrapho unico letra *b*, art. 20 n. VI, art. 29 n. II, art. 33 § 1º letra *b* e art. 36 letra *c*);

II fiscalisar, mediata ou immediatamente, os actos de todos os funcionarios do ministerio publico ;

III expedir instrucções para o desempenho uniforme e regular das funcções do ministerio publico ;

IV ordenar que o sub-procurador, os promotores publicos e os adjuntos denunciem os crimes, que lhe constarem commettidos ;

V exercer autoridade disciplinar sobre todos os funcionarios do ministerio publico, podendo impôr-lhes alguma das seguintes penas :

a) advertencia em particular ;

b) censura publica ;

c) suspensão de vencimentos até 15 dias, com ou sem privação de exercicio ;

d) suspensão do emprego, com perda de vencimentos, até um mez ;

VI apresentar, annualmente, ao Ministro da Justiça um relatório, contendo os trabalhos do ministerio publico, com as informações que tiver recebido, as duvidas occorridas e as providencias que, no seu entender, devam ser tomadas ;

VII representar ao Presidente da Republica sobre a conveniencia de ser declarado avulso o juiz que, em razão de algum crime, actos indecorosos ou costumes desregrados, não deva continuar no quadro da judicatura ;

VIII requerer, perante o conselho supremo da Côrte de Appellação, exame de sanidade dos juizes que, por enfermidade ou idade avançada, parecerem inhabilitados para o exercicio da judicatura ;

IX dar denuncia ou queixa (art. 44, paragrapho unico ns. I e II) e additar ou dar parecer sobre a queixa (art. 44 paragrapho unico ns. III e IV), representando o ministerio publico até no julgamento e execução — perante o conselho supremo a que se refere o artigo — nos crimes communs e de responsabilidade commettidos pelos juizes da Côrte de Appellação ;

X dar parecer sobre as propostas das transferencias dos juizes do Tribunal Civil e Criminal e da Côrte de Appellação, de uma para outra camara.

§ 2.º Como representante do ministerio publico perante a Côrte de Appellação :

I perante o conselho supremo:

a) dar denuncia ou additar a queixa da parte, officiando no respectivo processo até a pronuncia exclusiva (art. 44 paragrapho unico ns. V e VI) nos crimes de responsabilidade commettidos pelos juizes do Tribunal Civil e Criminal, juiz dos feitos da Fazenda Municipal, sub-procurador, chefe de policia e prefeito municipal ;

b) reclamar contra a demora de despachos, processos ou julgamentos, falta de audiencia ou sessão nos dias e horas marcados e omissão de outros deveres dos juizes, ou pratica dos actos que compromettam os creditos da administração da justiça ou do magistrado ;

c) suscitar ou dar parecer sobre conflictos de jurisdição e de attribuição ;

d) dar parecer sobre concessão de *habeas-corpus* e fianças criminaes ;

e) officiar nos exames instituidos para a preferencia nas nomeações para os cargos de judicatura e do ministerio publico (Dec. n. 2464, arts. 41 a 45) ;

II perante as camaras reunidas:

a) offerecer o libello ou addital-o e fazer a accusação dos réos denunciados perante o conselho supremo (n. I *a* deste paragrapho), promovendo, previamente, todas as diligencias para o julgamento ;

b) dar parecer sobre os embargos de nullidade e acções rescisórias, no caso de violação de lei expressa ;

III perante cada uma das camaras:

a) dar parecer em todos os processos em que o ministerio publico deve ser ouvido ;

b) officiar em todos os processos em que o ministerio publico deve ser representado.

§ 3.º Como representante do ministerio publico perante a Côrte de Appellação, tambem incumbelhe:

I promover o andamento dos processos, a execução das sentenças condemnatorias e a prisão dos réos, em todos os crimes de acção publica ou iniciados por queixa do ministerio publico ;

II assistir ás sessões do conselho supremo e da camara criminal.

Art. 46. O Presidente da Republica, nos crimes communs e de responsabilidade commettidos pelo procurador geral, nomeará por decreto pessoa idonea (Dec. n. 2,464, art. 11 § 2º n. I) que o substitua no respectivo processo.

SECÇÃO III

DO SUB-PROCURADOR

Art. 47. Ao sub-procurador, especialmente, incumbe:

§ 1.º Como sub-chefe do ministerio publico :

I exercer as attribuições conferidas no Dec. n. 2464, art. 11 § 3º e art. 29 ns. I, III, IV e V ;

II dar instrucções a todos os representantes do ministerio publico que servem perante o Tribunal Civil e

Criminal, o Jury e as Pretorias, de tudo dando sciencia ao procurador geral ;

III representar ao Governo e ao procurador geral sobre o que for a bem da administração da justiça.

§ 2.º Como representante do ministerio publico perante o Tribunal Civil e Criminal:

I perante o conselho:

a) dar parecer sobre todos os recursos crimes e em todos os outros processos em que o ministerio publico deve ser ouvido ;

b) officiar nos exames de habilitação instituidos para os serventuarios de justiça e em todos os outros processos em que o ministerio publico deve ser representado ;

c) assistir ás respectivas sessões ;

II perante o presidente do Tribunal:

a) proceder, com o presidente do Conselho Municipal, ao confronto e verificação dos alistamentos especiaes com o geral dos juizes de facto e vogaes ;

b) proceder, com o presidente do Conselho Municipal, ao sorteio annual dos vogaes e supplentes para as Juntas correccionaes ;

III perante as camaras reunidas — dar parecer sobre os embargos de nullidade e acções rescisorias, no caso de violação de lei expressa ;

IV perante cada uma das camaras — representar o ministerio publico, quando entender que a gravidade do assumpto o exige, ou lh'o for ordenado pelo procurador geral ;

V perante cada um dos juizes — assistir como um dos clavicularios ao sorteio dos 48 jurados que teem de servir em cada uma das sessões do Jury.

§ 3.º Incumbe-lhe tambem :

I representar o ministerio publico perante o Jury, as Pretorias e as Juntas correccionaes, quando entender que a gravidade do assumpto o exige, ou lh'o for ordenado pelo procurador geral ;

II inspecionar os cartorios dos tabelliães, dos registros de hypothecas e do deposito publico ;

III representar ao procurador geral sobre as duvidas suscitadas pelos curadores, promotores publicos e adjuntos.

SECÇÃO IV

DOS CURADORES

Art. 48. Aos curadores, especialmente, incumbe :

§ 1.º Ao de orphãos:

I exercer, perante a camara civil do Tribunal Civil e Criminal e as Pretorias, as attribuições que o curador de orphãos exercia perante o extinto juizo de orphãos ;

II officiar perante as camaras civil e commercial do mesmo Tribunal, nos processos em que a parte que se defender seja orphão ou interdicto ;

III defender, perante a camara criminal do mesmo Tribunal e o Jury, os presos pobres, sendo requisitado pelos respectivos presidentes ;

IV visitar os asylos de orphãos, alienados e mendigos, para requerer o que for a bem da justiça e dos deveres de humanidade.

§ 2.º Ao de ausentes:

I exercer, perante a Camara Civil do Tribunal Civil e Criminal e as Pretorias, as attribuições que o curador geral de heranças jacentes e bens de ausentes exercia perante o extinto juizo de ausentes ;

II officiar, perante as camaras civil e commercial do mesmo Tribunal, nos processos em que a parte que se defender seja ausente ;

III defender, perante a camara criminal do mesmo Tribunal e o Jury, os réos ausentes, sendo requisitado pelos respectivos presidentes.

§ 3.º Ao de residuos — perante a camara civil do Tribunal Civil e Criminal e as Pretorias, as attribuições que o promotor fiscal de residuos exercia perante o extinto juizo da provedoria.

§ 4.º Ao das massas fallidas :

I exercer, perante as camaras commercial e criminal do Tribunal Civil e Criminal e as Pretorias, as attribuições que lhe foram conferidas no decreto n. 917 de 24 de outubro de 1890 ;

II inspecionar o cartorio do official dos protestos.

§ 5.º A todos esses curadores incumbe tambem :

I representar ao procurador geral ou ao sub-procurador sobre as duvidas occorridas e o mais que for necessario á boa administração da justiça ;

II a substituição do sub-procurador, por designação do procurador geral ; e a reciproca, entre si, por designação do sub-procurador.

SECÇÃO V

DOS PROMOTORES PUBLICOS

Art. 49. O 1º e o 2º promotor publico servirão exclusivamente perante o Jury :

a) o 1º nos processos do 1º cartorio ;

b) o 2º nos processos do 2º cartorio (decreto n. 2464, art. 11 § 1º n. V).

Paragrapho unico. A cada um desses promotores, especialmente, incumbe:

I dar parecer sobre a formação da culpa, nos crimes da competencia do Jury ;

II offerecer libello accusatorio, addital-o ou dar parecer sobre o mesmo, conforme o art. 44 paragrapho unico ns. VII, VIII e IX ;

III fazer a accusação dos réos perante as sessões de julgamento em todos os crimes de acção publica, ainda havendo accusador particular, ou cujos processos forem iniciados por queixa do ministerio publico ;

IV requisitar, directamente, das autoridades do Districto o que convier aos interesses da justiça e promover perante o presidente do Tribunal as providencias para os julgamentos ;

V interpôr os recursos legaes e arrazoal-os e, naquelles em que couber acção do ministerio publico, responder ás razões dos interpostos pelas partes ;

VI promover a execução das sentenças, logo que passarem em julgado ;

VII assistir ás sessões do Jury ;

VIII dar parecer sobre prescripção, sobre lançamento e fianças criminaes ;

IX fiscalisar o cartorio respectivo ;

X visitar as Casas de Detenção e de Correção ;

XI dar instrucções aos adjuntos sobre os processos, cujos réos lhe incumbe accusar.

Art. 50. O 3º promotor publico servirá, exclusivamente, perante as camaras criminal e civil do Tribunal Civil e Criminal (Dec. n. 2464, art. 11 § 1º n. VI).

§ 1.º Perante a camara criminal, especialmente, incumbe-lhe :

I dar denuncia ou queixa (art. 44 paragrapho unico ns. I e II) e additar ou dar parecer sobre a queixa da parte (art. 44 paragrapho unico ns. III e IV) nos crimes da competencia da camara, ou nos da competencia do Jury mandados denunciar pelo procurador geral ou pelo sub-procurador ;

II assistir, sempre que for possivel, aos actos da formação da culpa, nos crimes de acção publica ;

III dar parecer sobre os pedidos de prisão — feitos por precatoria ou extradicação, ou por meio de requisição da autoridade ou a requerimento da parte ;

IV requisitar, directamente, das autoridades policiaes o nome e a residencia das testemunhas que devam ser inquiridas, e das mesmas autoridades e de quaesquer outras do Districto tudo o que convier aos interesses da justiça — para a formação da culpa e julgamento, nos crimes de sua acção, e promover perante os respectivos juizes as diligencias necessarias ;

V exercer as attribuições do art. 49 § unico ns. I, II, III, V, VI, VIII, IX e X ;

VI assistir ás respectivas sessões ;

VII dar parecer sobre todas as appellações da Junta correccional.

§ 2.º Perante a camara civil, especialmente, incumbe-lhe dar parecer sobre os processos de divorcio e nulidade do casamento.

§ 3.º Tambem incumbe ao 3º promotor exercer perante o juiz dos feitos da Fazenda Municipal as attribuições que lhe incumbe perante a camara criminal, até a pronuncia inclusive, nos crimes de responsabilidade commetidos por officiaes do Juizo dos feitos da Fazenda Muni-

cipal ou funcionarios do Conselho Municipal e da Prefeitura.

Art. 51. Aos tres promotores é applicavel a disposição do art. 48 § 5.º

SECÇÃO VI

DOS ADJUNTOS DE PROMOTOR

Art. 52. Aos adjuntos de promotor, nas Pretorias perante que funccionam (Dec. n. 2464, art. 11 § 1º n. VII), especialmente, incumbe:

§ 1.º No juizo criminal:

I dar denuncia ou queixa (art. 44 paragrapho unico ns. I e III) e additar, ou dar parecer sobre a queixa da parte (art. 44 paragrapho unico ns. III e IV) nos crimes da competencia do Jury e da Junta correccional ;

II assistir, sempre que for possivel, aos actos da formação da culpa, nos crimes de acção publica ;

III dar parecer sobre os pedidos de prisão, feitos por meio de requisição da autoridade ou a requerimento da parte ;

IV requisitar, directamente, das autoridades policiaes o nome e a residencia das testemunhas que devam ser inquiridas, e das mesmas autoridades e de quaesquer outras do Districto o que convier aos interesses da justiça — nos crimes de acção sua, promovendo perante o pretor as diligencias necessarias ;

V fazer a accusação dos réos perante a Junta correccional, nos crimes de acção sua ;

VI exercer, perante o pretor e a Junta correccional, as attribuições dos promotores publicos constantes do art. 49 paragrapho unico ns. V, VI, VIII, IX e X ;

VII assistir ás sessões da Junta correccional ;

§ 2.º Nos juizos civil e commercial :

I officiar nos processos em que a parte que se defende seja orphão ou ausente ;

II dar parecer sobre os embargos de nullidade e acções rescisórias, no caso de violação de lei expressa ;

§ 3.º Aos adjuntos do promotor, tambem, incumbe :

I fazer parte da Junta para o alistamento dos juizes de facto e vogaes ;

II dar parecer sobre o supprimento ou restauração do registro civil quando não o haja, ou sobre a rectificação do mesmo ;

III inspecionar os cartorios do registro civil ;

IV representar ao procurador geral ou ao sub-procurador sobre as duvidas occorridas e o mais que for necessario á boa administração da justiça ;

V dar parecer sobre as fianças provisórias requeridas perante as autoridades policiaes ;

VI representar ao presidente do Tribunal Civil e Criminal sobre a imposição da multa aos vogaes que deixarem de comparecer ás Juntas correccionaes sem motivo justificado ;

VII a substituição dos curadores e promotores e a reciproca, entre si, por designação do sub-procurador.

SECÇÃO VII

DISPOSIÇÕES COMMUNS AO SUB-PROCURADOR, CURADORES, PROMOTORES PUBLICOS E ADJUNTOS

Art. 53. O sub-procurador, os curadores, promotores publicos e adjuntos de promotor apresentarão, annualmente, ao procurador geral o relatorio dos serviços a seu cargo.

Estes relatorios serão apresentados até ao dia 31 de janeiro.

SECÇÃO VIII

DOS REPRESENTANTES DA FAZENDA MUNICIPAL PERANTE A JUSTIÇA LOCAL

Art. 54. Os interesses da Fazenda Municipal são representados perante a justiça local:

a) pelos tres procuradores dos feitos, auxiliados pelos respectivos solicitadores, em geral ;

b) pelo procurador geral, especialmente perante a Côrte de Appellação:

Paragrapho unico. Os tres procuradores funccionam :

a) por distribuição do juiz dos feitos da Fazenda Municipal, nas causas propostas contra a mesma Fazenda ;

b) por distribuição do prefeito, nas outras causas.

CAPITULO IX

DAS SECRETARIAS DA CÔRTE DE APPELLAÇÃO E DO TRIBUNAL CIVIL E CRIMINAL

SECÇÃO I

DA SECRETARIA DA CÔRTE DE APPELLAÇÃO

Art. 55. A secretaria da Côrte de Appellação compõe-se de:

1 secretario ;

2 amanuenses ;

1 porteiro ; e

2 continuos (Dec. n. 2464, art. 13).

Art. 56. Ao secretario incumbe :

§ 1.º Perante a Côrte:

I assistir às sessões das camaras reunidas do conselho e de cada uma das camaras, lavrar as actas e assignal-as com os que presidirem às mesmas sessões ;

II funcionar como escrivão, nos processos da competencia do conselho.

§ 2.º Perante a secretaria :

I dirigir os trabalhos, de accordo com as instrucções do presidente ;

II lavrar as portarias, provisões e ordens e o mais que tiver de ser assignado pelo presidente ;

III passar as certidões que forem requeridas ou requisitadas dos livros, autos e quaesquer documentos ali existentes ;

IV ter sob a sua guarda e responsabilidade os autos e mais papeis ahí apresentados ;

V fazer duplo registro dos autos recebidos, um por ordem chronologica do dia, mez e anno, e outro por ordem alphabetica das partes ;

VI lançar em livros especiaes e notar no rosto dos autos a distribuição aos juizes e escriptães ;

VII fazer sellar com o sello do Tribunal as cartas de sentença e mais papeis que dependerem dessa formalidade ;

VIII promover o pagamento da taxa judiciaria e fazer o lançamento no livro respectivo ;

IX organizar e conservar na melhor ordem o archivo da secretaria e a bibliotheca do Tribunal ;

X fazer a conta das custas e cotar o que receber, dando recibo ás partes ;

XI abonar as faltas dos empregados da secretaria, com recurso para o presidente.

Art. 57. Aos amanuenses incumbe :

I substituir o secretario, por designação do presidente ;

II auxiliar o secretario, nos casos enumerados no § 2º do art. 56, ns. II a X ;

III lançar em livro especial a entrega e passagem dos autos.

Art. 58. Ao porteiro incumbe :

I ter sob a sua guarda e responsabilidade a conservação e o asseio do edificio, e dos seus moveis e utensilios ;

II comprar os objectos do expediente.

Art. 59. Aos continuos incumbe :

I substituir o porteiro, por designação do presidente ;

II fazer o serviço interno e externo da secretaria.

SECÇÃO II

DA SECRETARIA DO TRIBUNAL CIVIL E CRIMINAL

Art. 60. A secretaria do Tribunal Civil e Criminal compõe-se de :

1 secretario ;

2 amanuenses ;

1 porteiro; e

2 continuos (Dec. n. 2464, art. 14).

Art. 61. Ao secretario, amanuenses, porteiro e continuos do Tribunal Civil e Criminal incumbe o que está determinado nos arts. 56 a 59 para identicos funcionarios da Côrte de Appellação.

CAPITULO X

DOS ESCRIVÃES, PORTEIROS E OFFICIAES DE JUSTIÇA

SECÇÃO I

DOS ESCRIVÃES

Art. 62. Teem:

I a Côrte de Appellação — dous escrevães;

II o Tribunal Civil e Criminal — nove escrevães;

III o Tribunal do Jury — dous escrevães;

IV o juizo dos feitos da Fazenda Municipal — um escrevão; e

V cada Pretoria — um escrevão (Dec. n. 2464, art. 15).

Paragrapho unico:

Funccionam:

I os escrevães da Côrte de Appellação — um perante a camara civil e outro perante a camara criminal;

II os escrevães do Tribunal Civil e Criminal — tres perante cada camara e servindo exclusivamente perante um dos respectivos juizes;

III os escrevães do Jury — um perante o 1.º e o outro perante o 2.º cartorio;

IV o escrevão dos feitos da Fazenda Municipal perante o respectivo juiz;

V os escrevães das Pretorias — perante os respectivos juizes e as Juntas correccionaes.

Art. 63. Aos escrevães, em geral, incumbe:

I escrever nos processos;

II comparecer ás audiencias e escrever nos protocollos;

III fazer as citações, intimações e demais diligencias ordenadas pelos juizes;

IV passar as certidões que forem requeridas ou requisitadas dos livros, autos e quaesquer documentos existentes em seus cartorios;

V promover o pagamento da taxa judiciaria e fazer os lançamentos em livro a isto destinado;

VI fazer a conta das custas e submettel-as á approvação do juiz, devendo cotar os salarios que receberem e dar recibo ás partes;

VII ter sob a sua guarda e responsabilidade todos os livros, autos e quaesquer documentos apresentados em seus cartorios, com livros especiaes para registros organizados em fórma de classes, por ordem chronologica e pelos nomes das partes;

VIII substituir-se reciprocamente, pela fórma indicada no decreto n. 2464, art. 31, e sem prejuizo do serviço de seus cartorios;

IX organizar os mappas da estatistica judiciaria;

X propôr ao presidente da Côrte de Appellação pessoa idonea para escrevente juramentado.

§ 1.º Aos escrivães dos juizos criminaes, especialmente, incumbe :

I ter um livro destinado ao rol dos culpados;

II ter um livro destinado ás fianças provisorias.

§ 2.º Aos escrivães do Jury e da Junta correccional, especialmente, incumbe, além do que está determinado no paragrapho 1º deste artigo, ter um livro destinado ás actas das respectivas sessões, e os do Jury um outro destinado ao sorteio dos 48 jurados de cada sessão.

§ 3.º Aos escrivães das Pretorias, especialmente, incumbe exercer as funcções de escrivão do registro civil.

Art. 64. Aos escreventes juramentados incumbe :

I o serviço do cartorio, inclusive a inquirição das testemunhas e os termos dos autos, subscrevendo o escrivão;

II substituir o escrivão:

a) nos impedimentos occasionaes, por designação do juiz perante quem servem;

b) nos outros casos, por designação do presidente da Córte de Appellação quando este reconhecer a conveniencia para o serviço.

SECÇÃO II

DOS PORTEIROS DOS AUDITORIOS E OFFICIAES DE JUSTIÇA

Art. 65. Aos porteiros dos auditorios incumbe comparecer às audiencias e praças, para fazer as citações e prégões.

Art. 66. Aos officiaes de justiça, em geral, incumbe:

I substituir o porteiro e exercer as attribuições deste, nos auditorios em que não haja privativo ;

II fazer as citações ou intimações e as diligencias ordenadas pelos juizes, cotando á margem os seus salarios ;

III cumprir as ordens dos juizes.

Art. 67. Revogam-se as disposições em contrario.

CAPITULO XI

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 1.º Continuum mantidos os funcionarios aos quaes se refere o art. 1º, ns. I, II e III, das disposições transitorias do Dec. n. 2464 ; devendo o presidente do Tribunal Civil e Criminal declarar os logares extinctos, logo que desapareçam os respectivos funcionarios.

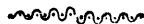
Art. 2.º Tambem continuum mantidos os escrivães das extinctas Pretorias, nos termos do art. 3º paragrapho unico do Dec. n. 2464 cit.

Art. 3.º Os feitos já em revisão perante as camaras do Tribunal Civil e Criminal serão julgados pelas mesmas camaras, não obstante pertencerem á competencia de juiz singular. .

Capital Federal, 16 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2580 — DE 16 DE AGOSTO DE 1897

Publica a adesão definitiva do Governo do Perú á Convenção sobre permutação de encomendas postaes e a autorização para cobrança de uma sobretaxa de 75 centimos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publicar a adesão definitiva do Governo Peruano á Convenção sobre permutação de encomendas postaes e a autorização para que cobre uma sobretaxa de 75 centimos pelas encomendas postas destinadas ás suas agencias ou dellas provenientes, segundo a comunicação do Conselho Federal Suisso de 9 de julho proximo passado ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 16 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

TRADUCÇÃO — Berna, 9 de julho de 1897.

Sr. Ministro — Em 5 de janeiro ultimo, tivemos a honra de notificar a V. Ex. o pedido de adesão do Perú á Convenção relativa á permutação de encomendas postaes, a começar de 1 de fevereiro de 1897.

Ao mesmo tempo accrescentámos que o Governo Peruano pediria autorização para cobrar uma sobretaxa de 75 centimos pelas encomendas provenientes das suas repartições ou a ellas destinadas e observámos que nessas condições o pedido de adesão do Perú devia, nos termos do § 2º do art. 18 da Convenção relativa á permutação de encomendas postaes, ser previamente submettido a todos os paizes contractantes e só poderia ser considerado como ajustado si nenhuma objecção fosse apresentada dentro do prazo de seis mezes.

Estando agora terminado esse prazo e não tendo sido feita nenhuma objecção, apressamo-nos em notificar definitivamente a V. Ex. a adesão do Perú á convenção de que se trata e a autorização dada a esse paiz para cobrar uma sobretaxa de 75 centimos pelas encomendas postaes destinadas ás suas agencias ou dellas provenientes.

Aproveitamos esta occasião para renovar-vos, Sr. Ministro, as seguranças de nossa alta consideração.
Em nome do Conselho Federal Suíço.

O Presidente da Confederação,
DEUCHER.

O Chancellor da Confederação,
RINGIER.

A S. Ex. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Estados Unidos do Brazil — Rio de Janeiro.



DECRETO N. 2582 (*) — DE 16 DE AGOSTO DE 1897

Approva o projecto e orçamento de um deposito adicional para materiaes em Itapitocay, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Brazil Great Southern Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para a construcção de um deposito adicional para materiaes em Itapitocay, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy.

Capital Federal, 16 de agosto de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



(*) O decreto n. 2581 não foi publicado.

DECRETO N. 2583 — DE 16 DE AGOSTO DE 1897

Approva o projecto e orçamento de um fosso sobre o aterro em Ibicuhy, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Brasil Great Southern Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, de um fosso sobre o aterro em Ibicuhy, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy.

Capital Federal, 16 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2584 — DE 16 DE AGOSTO DE 1897

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 21:500\$ para pagamento, no vigente exercicio, dos vencimentos dos empregados da extincta Agencia Official de Colonisação addidos á Secretaria de Estado do mesmo Ministerio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no decreto legislativo n. 437 desta data, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 21:500\$ para pagamento, no vigente exercicio, dos vencimentos dos empregados da extincta Agencia Official de Colonisação addidos á Secretaria de Estado do mesmo Ministerio, nos termos da actual lei de orçamento.

Capital Federal, 16 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2585 — DE 17 DE AGOSTO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Simão, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creada na comarca de S. Simão, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 12ª, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo e um da reserva, aquelles com as designações de 34º, 35º e 36º e este com a de 12º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2586 — DE 17 DE AGOSTO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Nuporanga, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creada na comarca de Nuporanga, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 13ª, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo com as designações de 37º, 38º e 39º e um do da reserva, sob n. 13, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2587 — DE 18 DE AGOSTO DE 1897

Concede ao Lyceo Alagoano as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás informações prestadas pelo commissario fiscal do Governo, sobre os programmas de ensino e modo por que são executados no Lyceo Alagoano, reorganizado de accordo com o regulamento annexo ao decreto n. 1652, de 15 de janeiro de 1894, pela lei estadual n. 98, de 31 de julho de 1895, e acto do governador do Estado de 3 de agosto corrente, resolve conceder áquelle estabelecimento de instrucção, na fórma do disposto no decreto n. 1389, de 21 de fevereiro de 1891, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional, e de que tratam os arts. 431 do decreto n. 1232 H, de 2 de janeiro de 1891, e 38, paragrapho unico, do de n. 981, de 8 de novembro de 1890.

Capital Federal, 18 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2588 — DE 23 DE AGOSTO DE 1897

Extingue o logar de vice-director do Observatorio do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe confere o art. 4º, n. 1, da lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, revigorada pelo artigo 43 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica extincto o logar de vice-director do Observatorio do Rio de Janeiro.

Capital Federal, 23 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2589 — DE 23 DE AGOSTO DE 1897

Concede autorização á Companhia de Boa-Vista para funcconar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de Boa-Vista, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' ooncedida autorisação á Companhia de Boa-Vista para funcconar na Republica, limitando-se, porém, aos trabalhos de mineração e seus accessorios no Estado de Minas Geraes, sob as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas; ficando os outros serviços mencionados nos respectivos estatutos dependentes de nova autorisação do Governo Federal.

Capital Federal, 23 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2589 desta data**

I

A Companhia de Boa-Vista é obrigada a ter um representante na Republica, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo da União ou dos Estados, quer com particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

III

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos seus respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorisação para funcconar na Republica, si infringir esta clausula.

IV

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial será punida com a multa de um conto de réis (1:000\$) a cinco contos de réis (5:000\$000).

Capital Federal, 23 de agosto de 1897.— *Joaquim Murtinho*.

Carlos Alberto Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro, etc.

Certifico que me foi apresentado um documento escripto em francez, o qual, a pedido da parte, traduzi litteralmente para o idioma nacional e diz o seguinte, a saber:

TRADUÇÃO

Companhia de Boa-Vista.

Extracto do Registro das deliberações do Conselho de Administração.

Sessão de primeiro de junho de mil oitocentos noventa e sete.

Achavam-se presentes os Srs. :

Alberto Mirabaud.

Gustave Mirabaud.

Ernest Carnot.

Luiz de Rezende.

Emile Lobstein.

O conselho autorisa o Sr. Emile Lobstein, administrador delegado, a transferir ao Sr. Ch. Spitz quaesquer poderes com a faculdade de substabelecer, afim de fazer a declaração de existencia da sociedade e de obter o reconhecimento da Companhia de Boa Vista pelo Governo dos Estados Unidos do Brazil e pelo Estado de Minas Geraes, assignar quaesquer documentos para este fim e em geral fazer o necessario e para acceitar no nome e por conta da Companhia de Boa Vista, quando esta tiver obtido a sua naturalisação no Brazil, quaesquer transferencias de concessões de mineração ou propriedades immoveis e assignar quaesquer documentos e compromissos de pagamentos de fóros para esse fim.

E' extracto conforme.

O presidente do conselho, (assignado) *A. Mirabaud*.

Visto para certificação material da assignatura supra do Sr. *Mirabaud*.

Pariz, quatorze de junho de mil oitocentos noventa e sete.

O commissario de policia, (assignado) *Guenon*.

(Sello do commissario de policia.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Guenon, commissario de policia do 1º districto de paz.— Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Pariz, vinte e seis de junho de mil oitocentos noventa e sete.— (Assignado) *João Belmiro Leoni*, consul.

(Sello e estampilhas consulares.)

A firma do Sr. consul do Brazil em Pariz estava legalisada no Ministerio do Exterior nesta Capital, em vinte de junho do corrente anno.

Estavam colladas e devidamente inutilisadas estampilhas no valor collectivo de mil quinhentos e cincoenta réis.

Nada mais continha ou declarava o dito documento, que bem e fielmente traduzi do proprio original, escripto em francez, ao qual me reporto.

Em fô do que passei o presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos onze dias do mez de agosto do anno de mil oitocentos noventa e sete.

Carlos Alberto Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado.

Eu abaixo assignado, Ch. Cighera, traductor publico juramentado da Cour d'Appel (Tribunal da Relação) de Pariz, com escriptorio na rua Vivienne n. 26 :

Certifico, pelo presente, que me foi apresentado um documento escripto na lingua franceza, a fim de o traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e cuja traducção é a seguinte :

TRADUÇÃO

Companhia de Boa Vista, 8 de fevereiro de 1897 — Estatutos, 18 de fevereiro de 1897—Declaração de subscrição e de entrada de dinheiro, 1 de maio de 1897 — Declaração relativa á constituição definitiva da sociedade, 11 de junho de 1897 — Deposito das deliberações das assembléas geraes—Mestre Portefin, tabelião em Pariz, successor do Mestre Cottin, 3, boulevard Saint-Martin.

Peranto Mestre Portefin e seu collega, tabelliães em Pariz, abaixo assignados, compareceram :

1º, O Sr. Luiz de Rezende, joalheiro e exportador de diamantes brutos, residente no Rio de Janeiro, rua do Ouvidor ;

2º, O Sr. Emilio Lobstein, negociante de diamantes, residente em Pariz, na rua Drouot n. 19 ;

Os quaes accordaram assim como seguem os estatutos da sociedade anonyma que se propoem fundar :

TITULO I

DENOMINAÇÃO, OBJECTO, SÊDE E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 1.º Entre os subscriptores ou proprietarios das acções que vão ser abaixo creadas, é formada uma sociedade anonyma, de conformidade com as leis de 24 de julho de 1867 e de 1 de agosto de 1893.

Art. 2.º A sociedade denomina-se — Companhia de Boa Vista.

Art. 3.º Esta sociedade tem por objecto :

A exploração no Brazil e demais paizes, de minas de diamantes, de ouro e de outros metaes, de jazigos auríferos, leitos de rios, terrenos diamantíferos ou auríferos e outros, pertencentes à sociedade ou dos quaes ella possa adquirir a propriedade, concessão ou fruição ; a extracção e a exploração de toda a especie de diamantes, pedras preciosas, metaes e mineraes ; a participação, sob qualquer forma que seja, em todas as operações da mesma natureza ; a construcção e conservação dos caminhos de ferro, tramways, estradas, alimentações de agua e trabalhos publicos e particulares necessarios ou uteis aos fins que a sociedade tem em vista ; e, em geral, todas as operações commerciaes, industriaes e financeiras que se refiram aos objectos acima indicados.

Art. 4.º A sêde da sociedade é em Pariz, na rua Drouot n. 19 (9º districto). Por simples decisão do conselho de administração, esta sêde poderá ser estabelecida em outra qualquer parte em Pariz.

Art. 5.º A duração da sociedade é de 90 annos, a contar do dia da sua constituição definitiva.

TITULO II

DOS VALORES TRAZIDOS À SOCIEDADE

Art. 6.º Os Srs. Rezende e Lobstein trazem à sociedade :

1º, uma concessão mineira diamantífera de 65.000 braças quadradas (300.000 metros quadrados approximadamente) denominada Pindahybas, situada no planalto de Boa Vista, districto da Diamantina, Estado de Minas Geraes (Estados Unidos do Brazil);

2º, as concessões de correntes de agua para a força motriz e para a exploração da concessão de Pindahybas ;

3º, uma concessão mineira das alluviões diamantíferas e auríferas na extensão de cinco kilometros, pouco mais ou menos, no leito do rio Jequitinhonha, na curva formada por este rio no lugar denominado Lagôa Secca, perto da Diamantina ;

4º, o material que possa servir para a exploração destas concessões, comprehendendo caldeiras, machinas a vapor, pulsometros, bombas, dynamos, trilhos, cabrestantes a vapor, vagonetes e ferramentas diversas, sem excepção ;

5º, os planos, orçamentos, pareceres de engenheiros, referentes ás concessões de Pindahybas e da Lagôa Secca ;

6º, as promessas de venda feitas aos Srs. Rezende e Lobstein das concessões mineiras pertencentes aos Srs. Justiniano Bento da Cunha, Juscelino de Assis Porto Santeiro, João Pimenta, Antonio Eulalio e João Baptista de Mello Brandão, situadas no planalto de Boa Vista e que formam o complemento do jazigo diamantífero existente neste planalto ; as concessões mineiras pertencentes aos Srs. Antonio Eulalio e Anselmo Pereira de Andrade, na península formada pela curva do rio Jequitinhonha na Lagôa Secca ;

7º, os direitos pertencentes aos Srs. Rezende e Lobstein, em commum com os Srs. de Andrade, nas concessões acima indicadas de Lagôa Secca, para o caso em que a sociedade cumpra a promessa de venda destas concessões.

A sociedade terá a propriedade e a posse dos bens e direitos a ella trazidos, a contar desde o dia da sua constituição definitiva ; será substituída e subrogada em todos os direitos e obrigações inherentes a estes bens ; e preencherá directamente as formalidades necessarias para a regular transmissão dos ditos bens, de conformidade com as leis do Estado de Minas Geraes.

Em representação e como preço destes valores, os Srs. Rezende e Lobstein receberão cincoenta por cento dos beneficios da sociedade, conforme a repartição prevista no art. 41, a qual será representada por dez mil titulos ou partes beneficiarias, como adeante se verá no art. 42.

Estes titulos só serão entregues aos Srs. Rezende e Lobstein, depois que a sociedade, definitivamente constituída, tiver entrado na posse regular e sem encargos, dos bens e direitos a ella trazidos, e depois que a transferencia das concessões trazidas estiver registrada no departamento mineiro de Diamantina, em nome da sociedade ou de todos os representantes ou fidei-comissarios.

Deve notar-se que os Srs. Rezende e Lobstein não pediram directa nem indirectamente, pelos valores que trouxeram, retribuição alguma em dinheiro ou acções que pudessem constituir encargo immediato para os accionistas, contentando-se com uma parte legitima dos beneficios.

Ficaram juntos, após menção, um plano figurativo das concessões de Boa Vista e outro das concessões de Lagôa Secca.

TITULO III

CAPITAL SOCIAL.—ACÇÕES

Art. 7.º O capital social é fixado na somma de um milhão de francos, dividido em dez mil acções de cem francos cada uma.

Cada acção dá direito a uma parte igual na participação dos lucros e na propriedade do activo social.

Art. 8.º A importancia das acções será paga na séde da sociedade em Pariz, do seguinte modo :

Vinte e cinco francos no acto de subscrever, e os restantes setenta e cinco francos quando determinar o conselho de administração da sociedade, a qual fixará a importancia das chamadas e bem assim as épocas em que deverão effectuar-se as entradas.

As chamadas serão feitas por meio de annuncios insertos quinze dias antes em um dos jornaes judiciaes de Pariz e designado para as publicações legais das sociedades.

Art. 9.º Qualquer entrada em atrazo trará de pleno direito juros em favor da sociedade na razão de 6 % ao anno a contar do dia da exigibilidade sem petição em justiça.

Art. 10. Na falta de pagamento no dia do vencimento, a sociedade persegue o devedor e pôde mandar vender as acções em atrazo. Para isto basta publicar os numeros em um jornal de annuncios legais em Pariz, e quinze dias depois da publicação procede-se a venda das acções, por conta e risco dos retardatarios, na Bolsa, por intermedio de um corretor, ou em leilão publico por meio de um tabellião, sem petição em justiça nem outra formalidade. Os titulos vendidos ficam nulos e novos titulos com os mesmos numeros são entregues aos compradores. O preço da venda é deduzido, nos termos de direito, do que é devido pelo accionista expropriado, o qual fica responsavel pela differença e aproveita do excedente. O titulo em que não houver a menção regular do pagamento das chamadas feitas deixa de ser negociavel.

Art. 11. As acções serão nominativas, enquanto não forem integralisadas. E depois de integralisadas, serão nominativas ou ao portador, á escolha do accionista.

Os titulos provisórios ou definitivos são extrahidos de talões numerados, sellados com o sello da sociedade e revestidos da assignatura de dous administradores.

Art. 12. A transferencia dos titulos ao portador opera-se pela simples tradição do titulo ; a dos titulos nominativos tem lugar por meio de uma declaração de transferencia constatada no registro da sociedade pelo cedente ou por seu mandatario. As despezas resultantes da transmissão são por conta do comprador. A sociedade pôde exigir que a assignatura das partes seja garantida por um agente de cambio ou por uma autoridade publica. Só podem transferir-se os titulos cujas chamadas vencidas tem sido pagas.

Art. 13. As acções são indivisiveis perante a sociedade que não reconhece sinão um proprietario para cada uma ; todos os proprietarios em commum de uma acção, ou todos os que a ella tem direito, não importa por que titulo, mesmo o usufructuario e simples proprietario, são obrigados a fazer-se representar perante a sociedade por uma só e mesma pessoa, em cujo nome a acção deve ser inscripta, si for nominativa.

Os herdeiros ou credores de um accionista não podem, sob qualquer pretexto que seja, provocar a apposição dos sellos sobre os bens e valores da sociedade, nem pedir a partilha ou a licitação ; são obrigados a conformar-se com os inventarios sociaes e com as deliberações da assembléa geral.

Art. 14. Os dividendos de qualquer acção nominativa ou ao portador são validamente pagos ao portador do titulo ou do *coupon*. O dividendo que não for reclamado no espaço de cinco annos, contados do seu vencimento, prescreve a favor da sociedade.

Art. 15. Os direitos e obrigações inherentes á acção seguem os titulos em quaesquer mãos a que elles passem.

A propriedade de uma acção comporta de pleno direito a adhesão aos estatutos da sociedade e ás decisões da assembléa geral.

TITULO IV

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 16. A sociedade é administrada por um conselho composto, pelo menos, de cinco membros e no maximo de sete tomados entre os socios, nomeados e revogaveis pela assembléa geral dos accionistas.

Art. 17. Cada administrador deve ser proprietario, durante todo o tempo do seu mandato, de cem acções, pelo menos, as quaes ficam affectas á garantia da sua gestão. Ellas são nominativas, inalienaveis, depositadas na caixa social e selladas com um sello indicando a sua inalienabilidade.

Art. 18. Os administradores são nomeados por seis annos, salvo os effeitos da renovação. O primeiro conselho é nomeado por seis annos pela assembléa geral constitutiva da sociedade. No fim dos seis primeiros annos, o conselho será integralmente renovado. Em seguida haverá uma renovação cada anno. Esta renovação recahirá sobre um numero sufficiente de membros affim de que a duração das funcções de cada um não exceda o prazo maximo de seis annos. E' a sorte que designa os membros deste novo conselho que devem servir nos cinco primeiros annos ; depois é por antiguidade. Podem sempre ser reeleitos. No caso de morte, demissão ou outra causa, de um ou mais dos membros do conselho, as vagas poderão previamente ser preenchidas pelo mesmo conselho de administração até a primeira assembléa geral, a cuja confirmação serão submettidas as nomeações. O administrador assim nomeado em substituição de outro, cujo mandato não houver expirado, só fica em exercicio até a época em que terminem as funcções do seu predecessor.

Art. 19. Cada anno, depois da assembléa geral ordinaria, o conselho nomeia entre os seus membros um presidente, e si o julgar necessario, um vice-presidente.

No caso de ausencia do presidente e do vice-presidente, o conselho designa qual dos seus membros deve preencher as funções de presidente.

Art. 20. O conselho de administração reune-se na sede social ou em outro qualquer lugar designado pelos avisos de convocação, tantas vezes quantas o interesse da sociedade o exigir.

As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes; em caso de empate o voto do presidente é preponderante.

A presença de tres membros, pelo menos, é necessaria para a validade das deliberações.

Ninguém pôde votar por procuração em conselho.

Art. 21. As deliberações do conselho de administração são constatadas por actas inscriptas em um livro especial na sede da sociedade e assignadas pelo presidente o por outro administrador que tenha assistido à sessão.

As cópias ou extractos a produzir em Juizo ou em outra qualquer parte são certificados pelo presidente do conselho de administração ou por um administrador.

Art. 22. O conselho é investido dos poderes os mais amplos, sem limite nem reserva, para obrar em nome da sociedade e fazer todas as operações relativas a seu objecto; recebe quaesquer quantias que devidas sejam à sociedade, passa os competentes recibos e quitações; autorisa todas as desistencias de embargos mobiliarios ou immobiliarios e de hypothecas, bem como todas as desistencias de privilegios e de outros direitos, com ou sem o seu pagamento; concede todas as prioridades; autorisa quaesquer instancias judiciais, seja exigindo, seja defendendo, e representa a sociedade em Juizo; trata, transige e resolve sobre todos os interesses da sociedade; fixa as despezas geraes da administração, celebra tratados, ajustes, emprezas por empreitadas ou por qualquer outra fôrma, pede e acceita concessões, faz toda a especie de convenções com governos ou Mining-Boards, com os proprietarios de terrenos, companhias de caminhos de ferro, companhias maritimas e outras, afim de realisar, facilitar ou desenvolver as operações da sociedade, estatue sobre os estudos, plantas e orçamentos propostos para a execução de qualquer trabalho, concede e acceita arrendamentos com ou sem promessa de venda, autorisa quaesquer compras, vendas e trocas de immoveis, cede e compra bens e direitos, mobiliarios ou immobiliarios, entra com bens e direitos desta sociedade em quaesquer outras sociedades constituidas ou para constituir, toma parte na subscripção de acções das sociedades que teem um fim similar ao do objecto social; contrahe os empréstimos exigidos pelas necessidades e negocios da sociedade, mediante a taxa, encargos e condições que julgue convenientes, já por meio de emissão de obrigações, já pela abertura de creditos, já por outra fôrma; hypotheca os immoveis da sociedade, consente em toda a sorte de antichresis e de delegações; dá penhores, consignações e outras garantias mobiliarias ou immobiliarias de qualquer natureza que sejam; assigna e

accepta saques, letras, cheques, obrigações, endossos, cauções e toda a especie de titulos commerciaes ; determina a collocação dos fundos disponiveis e regula o emprego das reservas ; autorisa o levantamento, transferencias, conversão e alienação de fundos, rendas, creditos, annuidades de bens e toda a especie de valores pertencentes á sociedade, e isso com ou sem garantia; nomeia e demitte todos os mandatarios, empregados e agentes, marca-lhes as attribuições, ordenados, salarios e gratificações, seja a titulo permanente ou a titulo transitorio ; liquida as contas que tenham de ser submettidas á assembléa geral e faz um relatório sobre ellas e sobre o estado dos negocios sociaes ; propõe e fixa os dividendos a distribuir; elige domicilio onde necessario seja ; cumpre todas as formalidades e consente em submeter a sociedade ás leis dos paizes onde ella funciona ; finalmente, decide sobre tudo que interessa á administração social. Estes poderes conferidos ao conselho são enunciativos e não limitativos dos seus direitos, pois que elle deveria gosar de faculdades tão latas como as do gerente mais autorizado de uma sociedade commercial em nome colectivo.

Art. 23. O conselho pôde delegar todos ou parte dos seus poderes, para o andamento dos negocios, em um ou mais administradores, em um ou mais directores, tomados mesmo fóra do seu seio. O conselho determina e regula as attribuições do ou dos administradores, delegados ou directores, e fixa, sendo preciso, o numero de acções nominativas que os ultimos devem possuir e depositar na caixa social. Determina o ordenado fixo ou proporcional que se deve dar aos administradores, delegados ou directores. O conselho pôde tambem conferir poderes a qualquer pessoa que julgue conveniente, por uma procuração especial e para um fim determinado. Todos os actos de cessão, vendas, transferencias, negocios, tratos e outros, tendo responsabilidade da parte da sociedade, deverão ser assignados por dous administradores ou por um administrador e um director, a menos que haja uma delegação conferida a um só ou a um mandatario especial.

Art. 24. Os administradores recebem, além do ordenado indicado no art. 41, bilhetes de presença, cujo valor será determinado pela assembléa geral e repartido pelos membros do conselho, segundo elles julgarem conveniente. O administrador encarregado de funcções especiaes ou de uma missão fóra será indemnizado como o conselho determinar. Estas indemnisações entrarão na conta de despesas geraes da sociedade.

Art. 25. Os administradores da sociedade não podem ter com ella negocio ou empreza alguma sem a prévia autorisação da assembléa geral dos accionistas, de accordo com a disposição do art. 40 da lei de 24 de julho de 1867, e todos os annos se dará conta á assembléa geral dos negocios e emprezas deste genero que ella tiver autorizado. Mas os administradores podem, conjuntamente com a sociedade, obrigar-se com terceiros, e tomar parte em todas as operações da sociedade.

TITULO V

COMMISSARIOS

Art. 26. A assembléa geral annual designa um ou mais commissarios, associados ou não, encarregados de cumprir a missão de fiscalisação prescripta pela lei de 24 de julho de 1837 e que poderão operar conjunta ou separadamente, si são muitos. Ou os commissarios recebem uma remuneração, da qual a importancia é fixada cada anno pela assembléa geral.

TITULO VI

ASSEMBLÉA GERAL

Art. 27. A assembléa geral regularmente constituida representa a universalidade dos accionistas ; as suas decisões regularmente tomadas são obrigatorias para todos, mesmo para os dissidentes, ausentes e incapazes.

Art. 28. Elle se reune cada anno na sêde social ou em qualquer outro lugar designado pelo conselho de administração no decorrer do primeiro semestre. A assembléa pôde, além disso, ser convocada extraordinariamente, seja pelo conselho de administração, seja no caso de urgencia, pelo ou pelos commissarios.

Art. 29. A assembléa geral compõe-se de todo o accionista proprietario de 50 ou mais acções. Os proprietarios de menos de 50 acções poderão reunir-se para formar este numero e fazerem representar-se por um delles. A assembléa geral ordinaria, para ser valida, deve ser composta de um numero de accionistas representando, pelo menos, um quarto do capital social. Si esta condição não for preenchida, a assembléa geral é convocada de novo e nesta segunda reunião as deliberações são validas qualquer que seja o numero de acções representadas, mas ellas só podem recahir sobre o objecto da primeira reunião. A segunda convocação deve ter lugar com 15 dias de intervallo da primeira assembléa, pelo menos, mas os annuncios podem ser feitos com 10 dias de anticipação apenas. O conselho de administração marcará, no caso de segunda convocação, o prazo em que devem ser depositadas as acções ao portador para poderem dar direito a tomar parte na assembléa. Nenhum accionista se pôde fazer representar na assembléa sinão por um procurador, membro elle mesmo da assembléa, salvo o caso previsto neste artigo. A fôrma dos poderes é determinada pelo conselho de administração.

Art. 30. As convocações, salvo o que fica dito no art. 29 para o caso da segunda assembléa, são feitas por annuncio inserido com 20 dias de anticipação em um jornal de annuncios legais de Pariz. Os annuncios convocatorios devem indicar sempre o objecto da reunião das assembléas extraordinarias.

Art. 31. Para ter direito de assistir à assembléa geral, os proprietarios de acções ao portador devem depositar-as nas caixas designadas pelo conselho de administração 15 dias pelo menos antes da data fixada para a reunião. E-lhes entregue um bilhete de admissão na assembléa geral, assim como a todo o proprietario de 50 acções nominativas, pelo menos, contanto que a transferencia se tenha effectuado com mais de 15 dias de antecedencia da data da reunião da assembléa. Este bilhete é nominativo e estricktamente pessoal.

Art. 32. Quinze dias, pelo menos, antes da reunião da assembléa geral, todo o accionista pôde tomar conhecimento, na séde social do inventario, da lista dos accionistas e dos membros da assembléa, e fazer-se entregar cópia do balanço e bem assim do parecer do ou dos commissarios.

Art. 33. A ordem do dia é fixada pelo conselho administrativo. Sômente se incluem nella as propostas de iniciativa do conselho ou dos commissarios, ou as que são transmittidas ao conselho, um mez antes da reunião, pelo menos, com a assignatura de membros da assembléa que representem uma quarta parte do capital social. Não se pôde deliberar sinão sobre o objecto da ordem do dia.

Art. 34. A assembléa geral é presidida pelo presidente do conselho de administração e, no caso de impedimento, pelo administrador que o conselho designar para este effeito. Os dous maiores accionistas presentes exercerão, si as acceitarem, as funções de escrutinadores. A mesa nomeia o seu secretario.

Art. 35. Todas as deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes. Cada accionista tem tantos votos quantas cincoenta acções possuir, mas em nenhum caso poderá reunir, quer na qualidade de proprietario, quer como mandatario, mais de 40 votos.

Haverá escrutinio secreto, quando o requeiram accionistas que representem, pelo menos, a quarta parte do capital social.

Art. 36. A assembléa geral annual ouve o parecer do ou dos commissarios sobre a situação dos negocios sociaes, sobre o balanço e as contas apresentadas pelos administradores.

Discute e, si for opportuno, approva as contas; fixa os dividendos sob proposta do conselho de administração, nomeia os administradores e os commissarios em substituição daquelles cujas funções terminaram; delibera e estatue soberanamente sobre todos os interesses da sociedade e confere ao conselho de administração os poderes supplementares que julgue uteis.

A assembléa geral annual pôde ser ordinaria e extraordinaria, si para isso reunir as necessarias condições.

Art. 37. As deliberações da assembléa geral são constatadas por actas lançadas em um livro especial e assignadas pela mesa.

Será lavrada uma folha de presença, com os nomes e domicilios dos accionistas presentes e o numero de acções representadas por cada um d'elles.

Esta folha é certificada pela mesa da assembléa e é deposi-

tada na sede social, para ficar annexa á acta e poder ser communicada a quem o requerer.

Art. 38. As cópias ou extractos destas actas, a produzir em juizo ou em toda a parte onde preciso for, são assignadas pelo presidente do conselho de administração ou por um administrador. Depois da dissolução da sociedade e durante a liquidação, as cópias ou extractos são certificados por dous liquidatarios ou, em caso de necessidade, por um só.

TITULO VII

ESTADOS SEMESTRAES — INVENTARIOS

Art. 39. O anno social principia no dia 1 de janeiro e termina em 31 de dezembro. Excepcionalmente, o primeiro exercicio comprehende o tempo decorrido desde a constituição definitiva da sociedade até o dia 31 de dezembro de 1898.

Art. 40. Pelos cuidados do conselho de administração será formado cada semestre um estado summario da situação activa e passiva da sociedade, e este estado será posto á disposição do ou dos commissarios.

Além disso, será estabelecido cada anno um inventario, contendo a indicação de todos os valores, moveis e immoveis, e de todas as dividas activas e passivas da sociedade.

Este inventario é posto á disposição dos commissarios no quadregesimo dia, o mais tardar, antes da assembléa geral. E' apresentado nessa assembléa e todo accionista o pode examinar com antecipação, na sede social, e bem assim tomar conhecimento da lista dos accionistas.

TITULO VIII

REPARTIÇÃO DOS LUCROS E AMORTISAÇÃO DAS ACÇÕES

Art. 41. Os productos liquidos, depois de deduzidas as amortisações industriaes, as indemnisações, emolumentos, gratificações ou participações de interesses abonados aos administradores, delegados, directores e agentes, os juros e amortisações dos capitães mutualados, as despesas geraes e encargos sociaes, constituem os lucros sobre os quaes são tirados cada anno :

1º, cinco por cento para reserva legal, obrigatorios emquanto o fundo de reserva for inferior ao decimo da lei ;

2º, a quantia necessaria para pagar ás acções um juro ou primeiro dividendo de 6 % sobre o capital realizado e não amortizado. Estes juros serão cumulativos, isto é, si os lucros de um ou de muitos annos não permittirem esta distribuição, os juros não pagos juntam-se aos juros posteriores e serão tirados dos lucros dos annos subsequentes ;

3º, a quantia de 100.000 francos destinada à amortisação do capital social. Este levantamento não poderá nunca exceder a 100.000 francos por anno, mesmose o capital social for augmentado. E si os lucros de um anno não permittirem que se effectue, não poderá transportar-se para os annos seguintes.

Sobre o excedente serão tirados :

a) 6 % attribuidos ao conselho de administração;

b) uma quantia a fixar pela assembléa geral, sob proposta do conselho de administração, que será destinada para a constituição de reservas extraordinarias ou especiaes.

O saldo dos lucros será distribuido, metade ás acções e metade ás quotas de fundadores.

O pagamento dos juros e dividendos faz-se por uma ou mais vezes, nas épocas fixadas pelo conselho de administração.

A amortisação das acções effectua-se, ou por meio de repartições iguaes entre ellas, ou por sorteio, segundo decisão do conselho de administração.

As acções amortisadas serão substituidas por acções de usufructo, com os mesmos numeros, que não dão mais direito ao pagamento dos juros, mas que conservam, de resto, os mesmos direitos que a acção primitiva.

Art. 42. Em representação dos 50 % dos lucros attribuidos aos Srs. Rezende e Lobstein, fundadores, crear-se-hão, a seu pedido, 10.000 titulos ao portador, com os numeros um a dez mil, dando cada um direito à decima millesima parte destes cincoenta por cento dos lucros, pela forma que o conselho de administração determinar. Estes titulos não conferem aos seus portadores direito algum de propriedade no activo social, nem ingerencia nos negocios da sociedade.

TITULO IX

REFORMA DOS ESTATUTOS:—DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 43. Por iniciativa do conselho de administração, a assembléa geral pôde introduzir nestes estatutos as modificações que julgue uteis, especialmente sobre os pontos seguintes : augmento e redução da duração da sociedade, sua dissolução anticipada ou fusão com outra sociedade; a transferencia ou venda a terceiros, assim como a entrada, para qualquer outra empresa, de parte ou da totalidade dos bens, direitos e obrigações activas e passivas da sociedade; a transformação da actual sociedade em outra, de qualquer forma que seja, franceza ou estrangeira. As modificações podem recahir mesmo sobre o objecto da sociedade, mas sem lhe alterar a essencia. Nestes diversos casos, a assembléa geral é formada conforme dispõe o art. 29, mas só se considera regularmente constituída quando estejam presentes accionistas que representem metade do capital social. Só são validas as deliberações tomadas por maioria de votos.

Art. 44. No caso de perda de tres quartas partes do capital social, o conselho de administração deve convocar a assembléa geral para o effeito de estatuir sobre a questão de saber si se tem de proceder á dissolução da sociedade. A assembléa considera-se regularmente constituida, logo que metade do capital social esteja representada. Si o conselho de administração não reunir a assembléa, os commissarios podem convocar-a; nos mesmos casos, qualquer accionista pôde, sem esperar pela convocação, requerer em juizo a dissolução.

Art. 45. Na expiração da sociedade ou no caso de dissolução antecipada, a assembléa geral, sob proposta do conselho de administração, regula a maneira de liquidação e nomeia, si é preciso, os liquidatorios, um dos quaes, pelo menos, será escolhido entre os membros do conselho em exercicio no momento da dissolução. Durante a liquidação, os poderes da assembléa geral continuam; ella approva as contas de liquidação e dá quitação.

Os liquidatorios teem a missão de realizar, mesmo amigavelmente, todo o activo mobiliario e immobiliario da sociedade e extinguir o passivo, e, com autorisação da assembléa geral, podem, segundo as condições por ella estabelecidas ou acceitas, fazer a transferencia a terceiros ou outra sociedade, por meio de venda em praça ou cessão dos direitos, acções, obrigações da sociedade dissolvida, no todo ou em parte, contra a remessa de dinheiro ou acções integralisadas dessa outra sociedade.

Depois da extinção do passivo, o producto da liquidação será empregado a reembolsar as acções de capital ainda não amortisadas. O excedente, si existir, constituirá os lucros e será dividido, segundo o art. 41, do seguinte modo: cincoenta por cento para as acções e cincoenta por cento para as quotas dos fundadores.

TITULO X

CONTESTAÇÕES

Art. 46. Todas as contestações que possam levantar-se entre os socios, sobre a execução dos estatutos, serão submettidas á jurisdição dos tribunaes competentes do departamento do Sena. As contestações relativas ao interesse geral e colectivo da sociedade não podem distinguir-se contra o conselho de administração ou contra qualquer de seus membros, sinão em nome da massa dos accionistas e em virtude de uma deliberação da assembléa geral. Todo o accionista que quizer provocar uma contestação desta ordem deve communicar-o, pelo menos um mez antes da mais proxima assembléa geral, ao conselho de administração, que é obrigado a inclui-la na ordem do dia da assembléa.

Si a proposta for rejeitada, nenhum accionista pôde apresental-a em juizo para seu interesse particular ; si for approvada, a assembléa nomeará um ou mais commissarios para acompanhar o assumpto. Todas as intimações a que o processo der logar serão exclusivamente dirigidas aos commissarios. Nenhuma intimação individual poderá ser feita aos accionistas. Em caso de processo, o voto da assembléa será communicado aos tribunaes conjunctamente com o pedido.

Para o effeito das contestações, todo o accionista deverá eleger domicilio em Pariz e todas as notificações e intimações serão validamente feitas no domicilio escolhido, sem ter em conta o domicilio real.

A' falta de eleição de domicilio, as notificações judiciaes serão feitas no cartorio do procurador da Republica junto ao Tribunal Civil do Sena.

TITULO XI

REQUISITOS PARA A CONSTITUIÇÃO DESTA SOCIEDADE E AUGMENTO DO CAPITAL

Art. 47. A sociedade será definitivamente constituida quando estejam preenchidas as condições seguintes:

1^a, que tenha sido subscripta a totalidade do capital social e paga a quarta parte, o que se verificará por meio de uma declaração dos fundadores, feita em tabellião, que se segue a estes estatutos e á qual vão annexos a lista dos subscriptores e o estado das entradas effectuadas.

2^a, que uma primeira assembléa geral a que teem direito de assistir todos os accionistas, e onde esteja representada, pelo menos, metade do capital social, verifique a sinceridade da declaração e o estado das estradas ; e nomeie um ou mais commissarios para apreciarem o valor das propriedades e direitos trazidos pelos Srs. Rezende e Lobstein e vantagens estipuladas nestes estatutos em proveito dos fundadores, e fazerem um relatorio a este respeito para ser presente á segunda assembléa geral ;

3^a, que esta segunda assembléa, depois de tomar conhecimento do relatorio dos commissarios, que será impresso e posto á disposição dos accionistas com cinco dias de antecipação, approve os valores trazidos pelos Srs. Rezende e Lobstein e as vantagens particulares estipuladas em beneficio dos fundadores ; nomeie os administradores por seis annos ; nomeie um ou mais commissarios conforme o disposto no art. 32 da lei de 24 de julho de 1867 ; e, finalmente, constate a acceitação dos administradores e commissarios presentes na reunião.

Estas duas deliberações devem ser adoptadas em conformidade com o que ordena a lei de 24 de julho de 1867.

Excepcionalmente, as assembléas geraes constitutivas da sociedade serão convocadas por avisos inseridos em um jornal de

annuncios legais de Pariz, com dous dias de intervallo para a primeira assemblea e cinco dias para a segunda.

Estes intervallos são applicaveis ás assembleas geraes que tiverem de resolver sobre a approvação dos valores trazidos em especie, no caso de augmento do capital social. A assemblea que tiver a resolver sobre a sinceridade da declaração de subscrição e das estradas, tratando-se de augmento de capital por meio de valores dessa especie, poderá ser convocada com cinco dias de intervallo.

Estes prazos só serão obrigatorios enquanto os subscriptores e accionistas não são representados nas assembleas.

TITULO XII

CONDIÇÃO SUSPENSIVA

Art. 48. Esta sociedade, depois da sua constituição legal, nos termos acima indicados, fica, pelo que diz respeito a sua existencia, sujeita à condição suspensiva da verificação e reconhecimento por um engenheiro nomeado pela segunda assemblea geral constitutiva da exactidão das informações fornecidas pelos fundadores sobre o valor social dos bens trazidos. A missão do engenheiro delegado deverá estar concluida no prazo de seis mezes, a contar da constituição legal da sociedade.

A realização desta condição será constatada por uma simples declaração do conselho de administração ou do seu delegado, e fará prova mesmo com relação a terceiros.

Si passado o prazo de seis mezes, contados da constituição legal, esta condição não estiver realizada, a sociedade considera-se não existente e as importancias já realizadas serão restituidas immediatamente aos subscriptores ou aos seus herdeiros salva a deducção dos gastos da missão acima indicada e dos actos e mais documentos constitutivos da sociedade.

PUBLICAÇÕES

Para publicar estes estatutos e os actos que delles dimanaram, são conferidos todos os poderes ao portador de uma expedição ou extractos dos ditos actos.

Feito e passado em Pariz, rua de Provence n. 56, na sede da sociedade Marabaud, Puerari & Comp., no anno de 1897, no dia 11 de fevereiro.

E os comparecentes assignaram com os tabelliães depois da leitura feita.

Segue a menção. Registrado em Pariz, em 15 de fevereiro de 1897, folio 60, compartimento 8.

Recebidos tres francos setenta e cinco centimos. — (Assignados) *Caseneuve* — *Portefin*. Expedição em vinte e dous rolos contendo uma chamada e uma palavra nulla. — (Assignado) *Portefin*.

Ao lado o carimbo do tabellião em Pariz.

Declaração de subscripção e de entrada de dinheiro:

E no anno de 1897, em 18 de fevereiro, perante Mestre Portefin e seu collega, tabelliães em Pariz, abaixo assignados, compareceram: 1º, o Sr. Luiz de Rezende, joalheiro, exportador de diamantes brutos, residente no Rio de Janeiro (Brazil), rua do Ouvidor; 2º, o Sr. Emile Lobstein, negociante de diamantes, residente em Pariz, rua Drouot n. 19.

Os quaes, depois de dizerem que segundo acto recebido por mestre Portefin, abaixo assignado, e seu collega, tabelliães em Pariz, em 11 de fevereiro de 1897, do qual a minuta precede, estabeleceram os estatutos de uma sociedade anonyma com o capital de um milhão de francos, denominada Companhia de Boa Vista, para explorar diamantes, minas de ouro e outros metaes, leitos de rios, terrenos auríferos e diamantíferos pertencentes ou que venham a pertencer á sociedade, cuja séde é em Pariz, rua Drouot n. 19; pelos presentes declararam que o capital social de um milhão de francos representado por dez mil acções de cem francos cada uma, desta companhia, foi integralmente subscripto e que cada subscriptor pagou a quarta parte do montante de cada uma de suas acções.

Em apoio desta declaração, os comparecentes apresentaram aos tabelliães abaixo assignados um estado ou lista contendo a indicação dos nomes, sobrenomes, qualidades e domicilios dos subscriptores, o numero das acções subscriptas por cada um delles e entradas tambem effectuadas por cada um delles. A qual peça fica annexa a este, depois de ter sido certificada verdadeira pelos comparecentes Srs. Rezende e Lobstein.

O qual acto foi feito e passado em Pariz, rua de Provence, n. 56, na séde da sociedade, Mirabaud, Puerari & Comp., no dia, mez e anno acima indicados. E os comparecentes assignaram com os tabelliães, depois de ter feito a leitura. Segue a menção.

Registrado em Pariz em 20 de fevereiro de 1897, folio 73, compartimento 16. Recebidos tres francos setenta e cinco centimos. — (Assignado) *Caseneuve*.

ANNEXO

COMPANHIA DE BOA VISTA

Lista dos subscriptores das 10.000 acções de 100 francos constituindo o capital social e estado das entradas

N. DE ORDEM	NOMES, SOBRENOMES, PROFISSÃO E DOMICÍLIOS DOS SUBSCRIPTORES	N. DE ACÇÕES SUBSCRIPTAS	CAPITAL DAS ACÇÕES SUBSCRIPTAS	ENTRADAS DE DINHEIRO
			Francos	Francos
1	Aboillard Georges, industrial, 46 avenue de Breteuil, Paris...	250	25.000	6.250
2	Baudouin Henri Jacques, proprietario, 8 rue Royale, Paris.....	250	25.000	6.250
3	Benoit d'Etiveaud Raymond, commissionario de fazendas, 34 rue de Provence, Paris..	50	5.000	1.250
4	Benoit d'Etiveaud Lucien, joalheiro, 34 rue de Provence, Paris.....	50	5.000	1.250
5	Bonnefon (de) Georges Fernand, proprietario, 30 rue de Cortambert, Paris.....	100	10.000	2.500
6	Boulay Elie, doutor em medicina, 35 avenue de Mac-Mahon, Paris.	50	5.000	1.250
7	Carnot Ernest, engenheiro civil de minas, deputado da Côte d'Or, 38 rue de Lubec, Paris.	250	25.000	6.250
8	Carnot Sadi, capitão de infantaria, 21 avenue de l'Alma, Paris....	50	5.000	1.250
9	Cunhang Bernard Louis Philippe Edouard, engenheiro-chefe do corpo de minas, 33 rue de la Bienfaisance, Paris	20	2.000	500

N. DE ORDEM	NOMES, SOBRENOMES, PROFISSÃO E DOMICÍLIOS DOS SUBSCRIPTORES	N. DE AÇÕES SUBSCRIPTAS	CAPITAL DAS AÇÕES SUBSCRIPTAS	ENTRADAS DE DINHEIRO
10	Dollfus-Galline Charles, proprietario, 68 rue Cardinet, Paris.....	250	Francos 25.000	Francos 6.250
11	Domange Albert, indus- trial, 60 rue de Mon- ceau, Paris.....	1.000	100.000	25.000
12	Dramar (de) Georges, artista, pintor, 157 rue du faubourg Saint Honoré, Paris.....	50	5.000	1.250
13	Eichthal (d') John Adol- phe William, enge- nheiro civil de minas, 19 boulevard de Cour- celles, Paris.....	150	15.000	3.750
14	Figueiredo (de) Fran- cisco (conde), ban- queiro, 5 avenue de l'Opera, Paris.....	100	10.000	2.500
15	Gallien Henri, advo- gado, 66 rue de Ren- nes, Paris.....	50	5.000	1.250
16	Gorecki Charles, pro- prietario, 24 rue Al- phonse de Neuville, Paris.....	50	5.000	1.250
17	Hentsch Edouard Emile, banqueiro, 66 rue de la Chaussée-d'Autin, Paris.....	50	5.000	1.250
18	Hime Harold, banqueiro, 27 rue Pierre Char- ron, Paris.....	100	10.000	2.500
19	Léon Elie, proprietario, 1 rue Lesueur, Paris.	250	25.000	6.250
20	Lobstein Paul, nego- ciante de diamantes 19 rue Drouot, Paris.	50	5.000	1.250
21	Lobstein Emile, nego- ciante de diamantes, 19 rue Drouot, Paris.	150	15.000	3.750

N. DE ORDEM	NOMES, SOBRENOMES, PROFISSÃO E DOMICÍLIOS DOS SUBSCRIPTORES	N. DE AÇÕES SUBSCRIPTAS	CAPITAL DAS AÇÕES SUBSCRIPTAS	ENTRADAS DE DINHEIRO
22	Menesson Aimé Joseph Gustave, advogado do Tribunal da Relação de Paris, 43 Bou- levard Malesherbes, Paris.....	100	10.000	2.500
23	Mirabaud, Puerari & Comp., banqueiros, 56, rue de Provence, Paris.....	2.000	200.000	50.000
24	Mirabaud, Paul Bar- thélemy, banqueiro, 56 rue de Provence, Paris.....	1.000	100.000	52.000
25	Mirabaud Jacques Al- bert, banqueiro, 56 rue de Provence, Pa- ris	550	55.000	13.750
26	Mirabaud Gustave Hen- ri, banqueiro, 56 rue de Provence, Paris.....	550	55.000	13.750
27	Mirabaud Robert, pro- prietario, 86 avenue de Villiers, Paris....	100	10.000	2.500
28	Montaigu (Comte de) Pierre Augustin Jo- seph, proprietario, 18 rue de Martignac, Pa- ris.....	400	40.000	10.000
29	Mou le Andrien, enge- nheiro civil, 24 rue d'Aumale, Paris.....	50	5.000	1.250
30	Odier Viuva (Louis Ed- mond) née Paccard, Louise Marie, 86 Bou- levard Malesherbes, Paris.....	100	10.000	2.500
31	Odier Léon, banqueiro, 38 boulevard de Cour- celles, Paris	50	5.000	1.250

N. DE ORDEM	NOMES, SOBRENOMES, PROFISSÃO E DOMICÍLIOS DOS SUBSCRIPTORES	N. DE AÇÕES SUBSCRIPTAS	CAPITAL, DAS AÇÕES SUBSCRIPTAS	ENTRADAS DE DINHEIRO
32	Oudin Alfred Alexan- dre, banqueiro, 9 rue Louis le Grand, Paris.	100	Francos 10.000	Francos 2.500
33	Paccard & Comp., ban- queiros, Genebra.....	450	45.000	11.250
34	Porak Charles, doutor em medicina, 176, Boulevard Saint Ger- main, Paris.....	50	5.000	1 250
35	Prince Amédée, corretor de fazendas, 34 rue de Provence, Paris...	500	50.000	12.500
36	Puerari Eugène Bon, banqueiro, 56 rue de Provence, Paris.....	400	40.000	10.000
37	Puerari Henri, empre- gado de banco, 56 rue de Provence, Paris...	30	3.000	750
38	Rezende (de) Luiz, joa- lheiro, 48 rue de Hauteville, Paris....	100	10.000	2.500
39	Schweizer Jules, corre- tor de fazendas, 8 rue Menars, Paris.....	50	5.000	1.250
40	Wenbel (de) A. Ch. Joseph Robert, mestre de forja, 3 rue Paul Baudry, Paris.....	100	10.000	2.500

Certificado de verdadeiro.— (Assignados) *Emile Lobstein*.— *Luiz de Rezende*. Segue-se a menção. Registrado em Pariz, em 20 de fevereiro de 1897, folio 73, compartimento 16. Recebidos 3 francos e 75 centimos.— (Assignados) *Caseneuve*.— *Portefin*. Expedição em seis rolos, sem chamada nem raspadura de palavras nullas. Ao lado o carimbo do tabellião Portefin.

E no dia 1 de maio de 1897, perante mestre Portefin e seu collega, tabelliães em Pariz, abaixo assignados, compareceu o Sr. Emile Lobstein, na qualidade de administrador da Companhia de Boa Vista, sociedade anonyma com séde em Pariz, na

rua Drouot n. 19, e especialmente autorizado pelo conselho de administração da dita sociedade, que lhe delegou os poderes mencionados no art. 48 dos estatutos, nos termos de uma deliberação de 26 de abril de 1897, cujo extracto certificado conforme pelo Sr. Alberto Mirabaud, presidente do conselho, ficou annexo a este depois de menção. E por elle foi dito o que se segue :

Primeiro — Os estatutos da Companhia de Boa Vista foram estabelecidos segundo acto recebido por mestre Portefin, abaixo assignado, e seu collega, tabelliães em Pariz, em 11 de fevereiro de 1897. Os Srs. Luiz de Rezende e Emile Lobstein trouxeram para a sociedade diversos bens e direitos indicados no dito acto.

No art. 48 dos estatutos estipulou-se: que a sociedade, depois da sua constituição legal, fica, pelo que respeita a sua existencia, sujeita á condição suspensiva da verificação e reconhecimento da exactidão dos informes fornecidos pelos fundadores, Srs. Rezende e Lobstein, do valor social dos bens que trouxeram; e que a realização desta condição será constatada por uma simples declaração notariada do conselho de administração ou do seu delegado, que fará fé, mesmo para com terceiras pessoas.

Segundo — A Companhia de Boa Vista foi constituída segundo os requisitos da lei, como se vê: 1º da declaração de subscrição e de entrada do capital social, recebida por mestre Portefin, em 18 de fevereiro de 1897; 2º das deliberações das duas assembléas geraes constitutivas, de 18 e 27 do dito mez de fevereiro, cujos extractos certificados conformes pelo Sr. Albert Mirabaud, presidente do conselho, ficaram annexos depois de menção.

Terceiro — Finalmente, o Sr. Lobstein declara, em obediencia ao disposto no art. 48 dos estatutos, que a condição suspensiva sob a qual se constituiu legalmente a Companhia de Boa Vista, foi cumprida e que, portanto, ella está definitivamente constituída.

Para fazer as publicações necessarias, todos os poderes são conferidos ao portador de um extracto ou de uma expedição. O qual acto foi feito e passado em Pariz, no cartorio do tabellião Portefin, no dia, mez e anno acima indicados. E depois de feita a leitura, o Sr. Lobstein assignou com os tabelliães. Segue a menção. Registrado em Pariz em 3 de maio de 1897, folio 68, compartimento 6. Recebidos 3 francos e 75 centimos. — (Assignado) *Caseneuve*.

I

COMPANHIA DE BOA VISTA

Acta da primeira assembléa geral para a constituição da sociedade

No dia 18 de fevereiro de 1897, ás 5 horas da tarde, os accionistas da sociedade anonyma denominada Companhia de Boa

Vista reuniram-se em assembléa geral, em Pariz, na rua Provence n. 56.

A assembléa procede á composição da sua mesa : o Sr. Albert Mirabaud é nomeado presidente ; os Srs. Paul Mirabaud e Amédée Prince são chamados para escrutinadores e o Sr. William d'Eichthal para secretario.

A folha de presença constata a presença, em pessoa ou por procuração, de todos os accionistas que formam a totalidade do capital social.

O Sr. presidente dá conhecimento á assembléa do acto recebido por mestre Portefin e seu collega, tabelliães em Pariz, contendo a declaração dos fundadores da sociedade, de que o capital social de um milhão de francos foi inteiramente subscripto e que a entrada de uma quarta parte das acções foi effectuada. Na mesa apresentaram-se diversos documentos justificativos desta declaração.

Em seguida o Sr. presidente lembra que, em virtude dos bens trazidos á sociedade pelos Srs. Rezende e Lobstein, fundadores, e das vantagens estipuladas pelos estatutos a favor delles, deve nomear-se um ou mais commissarios encarregados de fazer um relatorio na segunda assembléa geral sobre o valor dos ditos bens e vantagens. Depois de diversas observações o Sr. presidente põe successivamente a votos as resoluções seguintes da ordem do dia :

Primeira resolução

A assembléa geral, depois de ter tomado conhecimento da declaração de subscrição e de entrada do capital social, recebida por mestre Portefin, tabellião em Pariz, e dos documentos justificativos hoje apresentados, approva tudo e reconhece a sinceridade da declaração dos fundadores a respeito da subscrição das 10.000 acções de 100 francos cada uma, representando o capital social, e da entrada de 25 francos por acção. Esta resolução foi adoptada por unanimidade de votos.

Segunda resolução

Em attenção aos bens trazidos pelos Srs. Rezende e Lobstein, e ás vantagens particulares estipuladas nos estatutos a favor dos fundadores, a assembléa geral nomeia o Sr. Léon Ristelhueber, commissario encarregado de verificar o valor dos ditos bens e a causa das vantagens resultando dos estatutos, para em seguida fazer, de conformidade com a lei, um relatorio que será impresso e posto á disposição dos accionistas, no prazo legal. Esta resolução é adoptada por unanimidade de votos, menos os dos Srs. Rezende e Lobstein, que se abstiveram.

A sessão levantou-se às 5 1/2 da tarde. — (Assignados) A. *Mirabaud*, presidente. — *Amédée Prince*. — P. *Mirabaud*: escrutinadores. — W. *d'Eichthal*, secretario. Está conforme. — O presidente, A. *Mirabaud*.

Segue a menção. Registrado em Pariz em 3 de maio de 1897, folio 68, compartimento 6. Recebidos 3 francos e 75 centimos. — (Assignado) *Caseneuve*.

II

COMPANHIA DE BOA VISTA

Acta da segunda assembléa geral constitutiva

No dia 27 de fevereiro de 1897, às 3 1/4 horas da tarde, os accionistas da sociedade anonyma Companhia de Boa Vista reuniram-se em assembléa geral, em Pariz, na rua Provence n. 56. O Sr. A. *Mirabaud* foi nomeado presidente, e chamou para escrutinadores os dous maiores accionistas presentes, que acceitaram, os Srs. R. *Puerari* e *Amédée Prince*. O Sr. *William d'Eichthal* foi nomeado secretario.

O presidente diz que a convocação desta reunião foi feita por um aviso inserido no jornal dos annuncios legais, *Les Petites Affiches*, numero do dia 20 de fevereiro do corrente, que estava sobre a mesa para ser annexo á acta.

A folha de presença constata a presença em pessoa ou por procuração das 10.000 acções que formam a totalidade do capital social.

O Sr. presidente dá leitura á assembléa do relatorio feito em 19 de fevereiro de 1897 pelo Sr. *Léon Ristelhueber*, commissario encarregado de apreciar o valor dos bens trazidos pelos Srs. *Rezende* e *Lobstein* e a causa das vantagens estipuladas pelos estatutos em favor dos fundadores; o qual relatorio foi impresso e posto á disposição dos accionistas no dia seguinte, 20 de fevereiro.

Depois de algumas questões e explicações, a assembléa votou as seguintes resoluções:

Primeira resolução

A assembléa geral, depois de ter tomado conhecimento do relatorio do Sr. *Ristelhueber*, commissario, e conforme com as suas conclusões, declara approval-as, e bem assim os valores trazidos pelos Srs. *Rezende* e *Lobstein* e as vantagens particulares estipuladas em favor dos fundadores; tudo nos termos dos estatutos da sociedade e lavrados em um acto passado deante de mestre *Portefin* e seu collega, tabellães em Pariz, em 11 de fevereiro de 1897.

Esta resolução foi approvada por unanimidade de votos, abstendo-se os Srs. *Rezende* e *Lobstein*.

Segunda resolução

A assembléa, de accordo com o disposto no art. 18 dos estatutos, nomeia administradores por seis annos os seguintes Srs.: Ernest Carnot, Emile Lobstein, Albert Mirabaud, Gustave Mirabaud e Luiz de Rezende. Esta resolução foi approvada por unanimidade.

Todos os nomeados presentes á sessão declararam acceitar as funções de directores.

Terceira resolução

A assembléa nomeia o Sr. Ristellhueber commissario para o primeiro anno, sendo esta resolução tomada por unanimidade de votos, declarando o nomeado acceitar o encargo.

Quarta resolução

Em vista da adopção das resoluções precedentes e da acceitação dos administradores e commissario, a assembléa geral declara a sociedade legalmente constituída, sob a condição suspensiva expressa nos estatutos.

São concedidos ao portador do extracto ou de uma expedição todos os poderes necessarios para fazer as publicações legais. Esta resolução foi unanimemente approvada.

Levantou-se a sessão ás 4 horas da tarde.— (Assignados) A. Mirabaud, presidente.—*Amédée Prince*.—*E. Puerari*: escrutinadores. — *W. d'Eichthal*, secretario. Por cópia, conforme. — O presidente do conselho de administração, *Mirabaud*.

Segue a menção. Registrado em Pariz em 3 de maio de 1897, folio 68, compartimento 6. Recebidos 2.750 francos. —(Assignado) *Caseneuve*.

III

COMPANHIA DE BOA VISTA

Extracto do registro das actas das sessões do conselho de administração. Sessão de 26 de abril de 1897

Estavam presentes os Srs. Albert Mirabaud, Luiz de Rezende e Emile Lobstein. O conselho, tendo verificado que a condição, sob a qual a sociedade foi constituída, está realizada, delegou no Sr. Emile Lobstein, administrador, os poderes necessarios para fazer a declaração prevista no art. 48 dos estatutos. Por cópia, conforme.—O presidente do conselho de administração, A. *Mirabaud*.

Segue a menção. Registrado em Pariz em 3 de maio de 1897, folio 68, compartimento 6. Recebidos 3 francos e 75 centimos.— (Assignados) *Caseneuve*.— *Portefin*.

Expedição em sete rolos, sem chamada, mas contendo uma palavra nulla.— *Portefin*.

Achava-se ao lado o carimbo do tabellião em Pariz.

E em 11 de junho de 1897, perante mestre Portefin e seu collega, tabelliães em Pariz, abaixo assignados, compareceu o Sr. Georges Joseph Devisne, escrevente e tabellião, residente em Pariz, boulevard Saint Martin n. 3, o qual depoz pelos presentes, no cartorio de mestre Portefin, para se extrahirem as expedições necessarias, as peças seguintes, que constataam a publicação legal dos actos constitutivos da Companhia de Boa Vista, sociedade anonyma com séle em Pariz, rua Drouot n. 19, cujos estatutos foram estabelecidos segundo acto recebido por mestre Portefin, tabellião em Pariz, em 11 de Fevereiro de 1897.

1.^a Uma expedição de um acto de deposito lavrado no cartorio do Tribunal do Commercio do Sena, em 15 de maio de 1897.

2.^a Uma expedição de um acto de deposito lavrado no cartorio da Justiça de Paz do 9.^o districto de Pariz, no mesmo dia.

3.^a Um exemplar assignado pelo impressor, legalisado e registrado, do jornal *Les Petites Affiches Parisiennes*, numero de 18 de maio de 1897.

Estas peças ficaram annexas depois da menção.

Feito e passado em Pariz no cartorio de mestre Portefin, no dia, mez e anno acima indicados.

O comparecente, depois da leitura feita, assignou com os tabelliães.

Seguem-se as assignaturas.

Registrado em Pariz, em 16 de junho de 1897, folio 87, compartimento 9. Recebidos 3 francos e 75 centimos.— (Assignados) *Caseneuve*.— *Portefin*.

Visto por nós, mestre Duvernoy, juiz, para a legalisação da assignatura de mestre Portefin. No impedimento do Sr. presidente do tribunal de primeira instancia do Sena.

Pariz, 24 de junho de 1897.— *Duvernoy*.

Ao lado acha-se o carimbo do tribunal de primeira instancia do Sena : — Visto — para legalisação da assignatura de mestre Duvernoy, acima posta.

Pariz, 25 de junho de 1897. — Por delegação do guarda dos sellos, Ministro da Justiça. — O sub-chefe do escriptorio, *E. Naissant*. — Acha-se ao lado o carimbo do Ministerio da Justiça.

O Ministro dos Negocios Estrangeiros certifica verdadeira a assignatura do Sr. Naissant.

Pariz, 25 de junho de 1897.— Pelo Ministro.— Pelo chefe de escriptorio delegado, *E. Corpel*.

Ao lado o carimbo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica Franceza.

Reconheço verdadeira a assignatura do verso do Sr. E. Corpel, do Ministerio dos Negocios Estrangeiros desta Republica.

Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Pariz, 25 de junho de 1897.—*João Belmiro Leoni*, consul.

Estavam inutilizadas duas estampilhas do corpo consular, no valor de 3\$000.

Este documento deve ser apresentado ou no Ministerio das Relações Exteriores ou na Alfândega do Estado, onde deve produzir effeito para a necessaria legalização.

Ao lado o carimbo deste Consulado em Pariz. Recebi francos 8 e 50.—*Leoni*.

E nada mais continham os presentes documentos, que bem fielmente traduzi do proprio original, escripto em francez, no qual me reporto.

Em fé do que passei o presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta cidade de Pariz, aos 26 de junho de 1897.—*Ch. Cighera*, traductor juramentado.

Visto por nós, Maire do 2º Districto, para legalização da assignatura de Mr. Cighera.

Pariz, 26 de junho de 1897.—*H. Aron*.

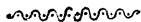
Reconheço verdadeira a assignatura, fls. 22 v., do Sr. H. Arnoe, adjunto do Maire do 2º districto de Pariz.

Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Pariz, 26 de junho de 1897.—*João Belmiro Leoni*, consul. Recebi francos 8,50.

Este documento deve ser apresentado ou no Ministerio das Relações Exteriores ou na Alfândega do Estado, onde deve produzir effeito, para a necessaria legalização.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. João Belmiro Leoni, consul do Brazil em Pariz.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1897.—Pelo director geral, *L. P. da Silva Rosa*.



DECRETO N. 2.590 — DE 25 DE AGOSTO DE 1897

Organisa mais quatro brigadas de infantaria de Guardas Nacionaes no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º Ficam organisadas no Estado do Pará mais quatro brigadas de infantaria de Guardas Nacionaes, sob as designações de 4ª, 5ª, 6ª e 7ª, as quaes se constituirão:

A 4ª na comarca de Soure, composta dos 10º, 11º e 12º batalhões de infantaria e 4º da reserva;

A 5ª na de Chaves, composta dos 13º, 14º e 15º batalhões de infantaria e 5º da reserva ;

A 6ª na de Macapá, composta dos 16º, 17º e 18º batalhões de infantaria e 6º da reserva ;

A 7ª na de Faro, composta dos 19º, 20º e 21º batalhões de infantaria e 7º da reserva.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2591 — DE 25 DE AGOSTO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Vizeu, no Estado do Pará.

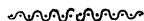
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Vizeu, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria com a designação de 3ª, a qual se comporá de tres corpos do serviço activo sob ns. 7º, 8º e 9º e de um do da reserva sob n. 3º, os quaes se constituirão com os guardas qualificados nos districtes da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2592 — DE 25 DE AGOSTO DE 1897

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca da Aparecida, no Estado do Piahy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar:

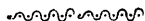
Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca da Aparecida, no Estado do Piahy, uma brigada de cavallaria

com a denominação de 4ª, a qual se constituirá de dous regimentos com as designações de 7º e 8º, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2593 — DE 25 DE AGOSTO DE 1897

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca da Colonia, no Estado do Piauhy.

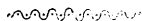
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca da Colonia, no Estado do Piauhy, uma brigada de cavallaria com a denominação de 5ª, a qual se constituirá de dous regimentos com as designações de 9º e 10º, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2594 — DE 25 DE AGOSTO DE 1897

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Santa Philomena, no Estado do Piauhy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

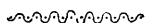
Artigo unico. Fica creada na comarca de Santa Philomena, no Estado do Piauhy, uma brigada de cavallaria com a

denominação de 3ª, a qual se constituirá de dous regimentos com as designações de 5º e 6º, que se organizarão com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2595 — DE 30 DE AGOSTO DE 1897

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14:125\$100, supplementar á verba — Exercicios findos — do orçamento em vigor, para pagamento aos empregados das obras do porto do Recife.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida ao Poder Executivo no decreto n. 440, desta data, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito de 14:125\$100, supplementar á verba — Exercicios findos — do orçamento em vigor, para pagamento aos empregados das obras do porto do Recife, dos salarios correspondentes aos mezes de novembro e dezembro de 1892.

Capital Federal, 30 de agosto de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2596 — DE 30 DE AGOSTO DE 1897

Abre o credito especial de 111:095\$500, para pagamento dos vencimentos dos officiaes que reverteram ao serviço do Exercito e da Armada.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe confere o decreto n. 439, de 24 do corrente, resolve abrir o credito especial de 111:095\$500 (cento e onze contos noventa e cinco mil e quinhentos réis),

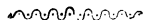
para pagamento dos vencimentos dos officiaes que reverteram ao serviço do Exercito e da Armada pela revogação dos decretos de 7 e 12 de abril de 1892.

Capital Federal, 30 de agosto de 1897, 9.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz de Cantuaria.

Manoel José Alves Barbosa.



 **DECRETO N. 2597 — DE 31 DE AGOSTO DE 1897**

Approva os estatutos da Sociedade de seguros mutuos sobre a vida « Garantia da Amazonia », e autorisa a mesma a funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attenlendo ao que requereu a Sociedade de seguros mutuos sobre a vida « Garantia da Amazonia », decreta :

Art. 1.^o Ficam approvados os estatutos da Sociedade de seguros mutuos sobre a vida « Garantia da Amazonia ».

Art. 2.^o Fica a referida sociedade autorisada a funcionar na Republica, devendo observar rigorosamente os estatutos em todas as localidades da União em que estabelecer agencias e funcionar.

Capital Federal, 31 de agosto de 1897, 9.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Sociedade de seguros mutuos sobre a vida « Garantia da Amazonia »

DECRETO N. 424 DE 3 DE ABRIL DE 1897

Autorisa o funcionamento da Sociedade de seguros de vida « Garantia da Amazonia » e approva os seus estatutos.

O Governador do Estado, attendendo ao que requereram F. Gomes de Amorim, Manoel Theophilo de Souza Vasconcellos e outros, resolve autorisar o funcionamento da Sociedade de seguros de vida « Garantia da Amazonia », incorporada pelos mesmos neste Estado, e approvar os estatutos que a este acompanham; não podendo, porém, a mesma sociedade iniciar as suas operações sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 3 de abril de 1897.—
Dr. José Paes de Carvalho.

Estatutos da Sociedade de seguros de vida « Garantia da Amazonia », a que se refere o decreto n. 424 de 3 de abril de 1897

TITULO I

CREAÇÃO DA SOCIEDADE, SUA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO E SÉDE-

Art. 1.º Fica constituída uma associação de seguros mutuos sobre a vida, sob a denominação de « Garantia da Amazonia ».

Art. 2.º A duração será de 90 annos contados da data em que ficar legalmente constituída, podendo prorogar esse prazo, assim for deliberado pela assembléa geral dos associados.

Art. 3.º A sociedade estabelecerá a sua séde social e fóro juridico no seu escriptorio principal na cidade de Belém do Pará, limitando as suas operações ao territorio do Estado, salvo caso e autorisação de quem competir para estendel-as a todos os outros quaesquer Estados da União.

TITULO II

FINS E OPERAÇÕES DA SOCIEDADE

Art. 4.º A sociedade nacional de seguros sobre a vida tem por fim unico facilitar a todas as pessoas, que a ella se quizerem associar, a criação de rendas e capitaes formados por annuidades ou por meio de contribuições pagaveis de uma só vez.

Poderá:

1º, effectuar seguros sobre a vida de individuos, pagaveis por morte ou em vida, em época previamente determinada;

2º, constituir rendas vitalicias immediatas ou differidas, sobre a vida de uma só pessoa, ou sobre a de varias em combinação;

3º, resgatar suas apolices ou contractos de seguros, conforme o disposto no final do art. 8º;

4º, effectuar em geral toda a classe de operações e contractos de seguros que repousem sobre bases scientificas e cujos effeitos dependam da duração da vida humana;

5º, não fará qualquer outra operação que não seja directamente relativa ao seu fim capital, sob pena de lhe ser cassada a authorisação para funcionar;

6º, é expressamente vedado resegurar os seus seguros em companhias estrangeiras dentro ou fóra do paiz, mas poderá fazê-lo em companhias nacionaes que tenham sua séde no paiz.

TITULO III

D O P L A N O

Art. 5.º Os negocios de seguros da sociedade realizar-se-hão sob o plano mutuo.

Art. 6.º A sociedade adopta, para calcular as suas tarifas de premios e as reservas legais das suas apolices, a tabella chamada —Tabella de mortalidade dos actuarios ou de experiencia combinada e de 4 % de juros— *The actuary table of mortality or combined experience with 4 % interest*; ser-lhe-ha facultativo, porém, empregar para os seus calculos de mortalidade qualquer outra tabella approvada pela sciencia actuarial e variar o typo da porcentagem.

TITULO IV

QUALIDADE DO SOCIO

Art. 7.º Para adquirir a qualidade de socio da Sociedade nacional de seguros sobre a vida « Garantia da Amazonia » é necessario estar segurado na mesma, qualquer que seja o importe do seguro.

Art. 8.º Nenhum socio contrahe obrigações pecuniarias com a sociedade além do pagamento do premio correspondente ao seu seguro, excepto nas condições do art. 11.

O pagamento da primeira quota é obrigatorio e o das demais facultativo. Todo o socio póde rescindir o seu contracto quando assim o queira, ficando por isso isento de toda a responsabili-

dade ulterior, considerando-se, porém, neste caso o contracto nullo e a sociedade desembaraçada da responsabilidade assumida.

Art. 9.º A sociedade considera-se incorporada quando tiver 26 associados, que serão reconhecidos como socios fundadores.

Art. 10. Os actuaes socios fundadores desde já reciprocamente contractam entre si o seguro de vida de cada um no valor de dez contos de réis (10:000\$), calculados pela tabella de que trata o art. 6º, pagavel por morte ou no prazo que for determinado na primeira assemblea geral, com direito aos lucros e nas condições das apolices ordinarias de igual categoria adoptadas pela sociedade.

Art. 11. Os socios fundadores emprestam á sociedade para garantia de suas operações a quantia de duzentos e sessenta contos de réis (260:000\$) em dinheiro, que será immediatamente empregada pela directoria de accordo com o art. 31.

Art. 12. Quando a importancia de premios e lucros realizados pela sociedade houver attingido a quantia de oitocentos contos de réis (800:000\$), será embolsada aos prestamistas a importancia de seus creditos e cessará *ipso facto* toda e qualquer responsabilidade da sua parte nas operações vindouras.

Art. 13. Como compensação deste emprestimo e lucros devidos á incorporação, os socios fundadores terão direito a 20 % dos lucros liquidos, que na forma destes estatutos pertencereim aos socios, divididos igualmente por cada um.

Este direito cessa por morte do socio depois de embolsado do seu capital.

Até que o capital seja embolsado na forma destes estatutos, os herdeiros do fallecido continuarão a perceber a quota que lhe tocar.

Estes lucros serão pagos annualmente e não sujeitos ás combinações em que entram os outros socios simplesmente segurados.

Morto o socio fundador e embolsado elle ou seus herdeiros, na forma destes estatutos, da importancia do emprestimo feito á sociedade, a quota de lucros liquidos que lhe devera pertencer reverterá em beneficio dos fundos sociaes, a contar da data da morte.¹

DECRETO N. 431 — DE 1 DE MAIO DE 1897

Corrige o art. 13 dos estatutos da Companhia de seguros «Garantia da Amazonia».

O Governador do Estado, attendendo ao que requereu a directoria da Companhia de seguros mutuos sobre vida «Garantia

¹ Este artigo foi corrigido pelo governador do Estado, com o decreto n. 431.

da Amazonia», resolve corrigir o art. 13 dos seus estatutos approvedos.

Palacio do Governo do Pará, 1 de maio de 1897. — Dr. *José Paes de Carvalho*.

TITULO V

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 14. A sociedade será administrada por uma directoria composta de cinco membros eleitos pela assembléa geral dos socios, por escrutinio secreto e maioria de votos para um periodo de seis annos.

A mesma assembléa elegerá annualmente cinco supplentes, que servirão no impedimento de qualquer director pela ordem da votação.

Paragraphe unico. Os directores escolherão entre si o presidente, o director medico, um secretario, o thesoureiro e um gerente.

Art. 15. Por excepção do artigo precedente a primeira assembléa geral dos socios nomeará a primeira directoria, que exercerá o seu mandato até 31 de dezembro de 1903, e os cinco supplentes da mesma, cujo mandato findará em 31 de dezembro de 1898.

Os membros da directoria poderão ser reeleitos por um ou mais periodos de seis annos.

Art. 16. Cada director prestará uma fiança de dez contos de réis em dinheiro, ou apolices federaes ou do Estado do Pará, ou acções integradas e de cotação no minimo ao par, e só poderá ser levantada depois de approvedas as contas da sua gestão.

Art. 17. Não poderá exercer cargo algum na directoria quem for administrador de outra companhia de seguros de vida.

Art. 18. As funcções do presidente e attribuições de cada um dos directores serão definidas no regimento interno, approvedo pelos socios fundadores.

TITULO VI

DAS ATTRIBUIÇÕES DA DIRECTORIA

Art. 19. Compete á directoria :

1º, representar a sociedade por meio de seu presidente perante os Poderes Publicos ; demandar e ser demandada ; e em geral represental-a em todos os actos em que seus direitos e interesses estejam envolvidos ;

2º, comprar, vender ou hypothecar os seus bens de raiz, moveis e semoventes ;

- 3º, cobrar, pagar e dar quitação ;
- 4º, contrahir obrigações em nome da sociedade e fazer aquisição de todos os planos e elementos necessarios para completa organização e installação da mesma sociedade ;
- 5º, confeccionar o regimento interno da sociedade ;
- 6º, organizar e apresentar á assembléa geral ordinaria o relatório annual das operações da sociedade, o balanço geral e o inventario do activo e passivo conjuntamente com o parecer do conselho fiscal ;
- 7º, convocar o conselho fiscal quando julgar conveniente, ou nos casos determinados pelos presentes estatutos ;
- 8º, convocar os associados em assembléa geral ordinaria ou extraordinaria ;
- 9º, estabelecer a forma das apolices cu contractos de seguros ;
- 10, determinar as tarifas dos premios que devem servir de base ás operações da sociedade e fixar o maximo do contracto de seguros ;
- 11, designar o banqueiro da sociedade ;
- 12, nomear, demittir e fixar os ordenados dos empregados ;
- 13, acceitar ou rejeitar qualquer proposta de seguro que lhe seja apresentada ;
- 14, em geral deliberar sobre a applicação interna dos lucros liquidos da sociedade, logo que estejam satisfeitas todas as obrigações sociaes, separadas as reservas legais das apolices vigentes e pagas as despesas de administração.

TITULO VII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 20. O conselho fiscal será composto de tres membros effectivos e tres suplentes eleitos annualmente pela assembléa geral dos associados por escrutinio secreto e maioria absoluta de votos.

Paragrapho unico. Por excepção deste artigo, o mandato do primeiro conselho fiscal e seus suplentes durará até 31 de dezembro de 1898.

Art. 21. Em caso de vaga ou impedimento de qualquer dos membros do conselho fiscal os suplentes entrarão em exercicio pela ordem da votação.

Art. 22. Os deveres e attribuições do conselho fiscal, além do que fica estabelecido nestes estatutos, são os que determina a lei das sociedades anonymas, competindo-lhe mais, quando julgar conveniente, reclamar da directoria circunstanciada informação sobre o estado dos negocios sociaes.

TITULO VIII

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 23. A assembleáa geral compõe-se dos associados ou mutuários.

Reunir-se-ha uma vez por anno, no mez de março, sendo seu fim principal examinar as contas da directoria e eleger os corpos gerentes de accordo com os arts. 14 e 20.

Será presidida pelo presidente da directoria e na falta pelo secretario da mesma, que escolherá de entre os socios presentes dous secretarios para formar a mesa.

§ 1.º As convocações serão feitas por annuncios com antecedencia de quinze dias pelo menos para as assembleás ordinarias e cinco dias para as extraordinarias.

§ 2.º Nas sessões ordinarias só se tratará do objecto para que forem convocadas; podendo-se, porém, receber indicações e requerimentos sobre assumptos differentes, para serem discutidos em outra sessão.

§ 3.º Não comparecendo o presidente nem o secretario da directoria, será o presidente da assembleáa geral eleito por aclamação.

Art. 24. A assembleáa geral se julgará constituida quando estiverem presentes vinte socios por si ou por seus procuradores legalmente constituidos.

Art. 25. Quando a assembleáa geral não puder funcionar por falta do numero de socios, na fórmula do artigo antecedente, far-se-ha nova convocação, e nesta os associados que comparecerem poderão deliberar, qualquer que seja o seu numero.

As deliberações serão tomadas pela maioria de votos presentes.

§ 1.º Cada socio terá um voto e mais tantos quantas forem as procurações de segurados que exhibir.

§ 2.º A cada apolice de seguro em vigor corresponde um voto, mas perde este direito si por qualquer fórmula tiver sido alhejada.

TITULO IX

DO FUNDO SOCIAL E DOS BALANÇOS

Art. 26. O fundo social formar-se-ha por meio de accumulações de todos os premios e capitaes que paguem os socios por conta de suas apolices de seguro, augmentadas pelos juros que produzirem os mesmos premios e os demais lucros que obtiverem na fórmula do art. 28.

Art. 27. O anno social começa no dia 1 de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada anno.

O primeiro anno social comprehenderá, por excepção, o tempo que decorrer entre o dia em que a sociedade ficar legalmente constituida e 31 de dezembro do anno seguinte.

Art. 28. No dia 31 de dezembro de cada anno proceder-se-ha ao balanço geral das operações sociaes, levando-se á conta dos lucros correspondentes aos segurados 80 % dos lucros que resultarem das prestações recebidas, deduzindo-se a importancia dos sinistros pagos, das contas de comissões, a de gastos geraes e, finalmente, a reserva legal dos seguros em vigor, e 20 % para os socios fundadores na fórmula do art. 13.

TITULO X

DO FUNDO DE RESERVA

Art. 29. O fundo technicamente chamado de « Reserva » destina-se exclusivamente a garantir o cumprimento dos contractos de seguro e a reparar as perdas que porventura se verifiquem.

Art. 30. Calcular-se-ha o « Fundo de reserva » pelos valores das apolices de seguros que estiverem em vigor, servindo de base aos calculos a taxa de 4 % e as tabellas de mortalidade existentes de actuarios competentes, modificadas em conformidade dos resultados obtidos por companhias que tenham operado na America do Sul.

As referidas tabellas e o juro de 4 % servirão de base com o augmento proporcional que a directoria adoptar para o estabelecimento das tarifas relativas ás diferentes combinações de seguro, acceitas pela sociedade.

TITULO XI

DOS FUNDOS DA SOCIEDADE E SEU EMPREGO

Art. 31. Todos os fundos da sociedade, á excepção das sommas precisas para as necessidades do serviço corrente, se empregarão:

1º, em primeiras hypothecas, livres de qualquer gravame, sobre bens de raiz, pelos quaes se não adeantará mais de 50 % do valor da propriedade, o qual se estabelecerá mediante avaliação de peritos competentes ;

2º, em titulos de divida publica da União ou do Estado do Pará ;

3º, em bens de raiz e outros valores que, a juizo da directoria, offereçam segurança.

TITULO XII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 32. O contracto de seguro está contido na apolice e na proposta para a obtenção desta ; suas clausulas e condições teem força de lei para as partes contractantes

Art. 33. A sociedade não fará empréstimos sobre as suas proprias apolices ; poderá, porém, resgatal-as.

Art. 34. Deixando um director de comparecer na séde da sociedade por mais de 30 dias, será chamado para substitui-lo o supplente mais votado, que occupará o cargo para todos os effeitos. Fica livre ao director ausente reassumil-o em qualquer tempo, até ao termo do prazo pelo qual foi eleito.

TITULO XIII

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 35. Fica autorisada a directoria a contrahir um empréstimo, além do que lhe fazem os fundadores na fôrma do art. 11, até a importancia de mil contos de réis (1.000:000\$), pelo modo e condições que julgar mais convenientes, respeitadas as disposições da lei n. 177 A, de 15 de setembro de 1893.

Art. 36. A directoria poderá em qualquer tempo, que julgar conveniente, entrar em accordo com os portadores das suas obrigações, afim de transformar a divida existente nessa occasião, de fôrma a melhorar o estado da sociedade, si nisso consentir a assembléa geral dos associados.

Art. 37. Na primeira assembléa dos associados que se realizar depois da sociedade constituida, se fixarão todos os vencimentos da directoria e do conselho fiscal.

Art. 38. A directoria fica autorisada a requerer e contractar com o Governo da União ou do Estado tudo quanto julgar de interesse para a sociedade e bem assim a fazer aquisição dos predios que forem precisos para o seu serviço.

Pará, 1 de abril de 1897.— *F. Gomes de Amorim.*— *Manoel Theophilo de S. Vasconcellos.*— *Manoel J. P. Leite Junior.*— Por procuração de João Lucio de Azevedo, *Augusto Fernando Berneaud.*—*Dr. Firmo Braga.*— Por procuração de João Borges Alves, *Augusto Fernando Berneaud.*— *José C. Brazil Montenegro.*— *João Ventura Ferreira.*— *J. Marques Braga.*— *Augusto Fernando Berneaud.*— *Augusto Pereira Soares Camarinha.*— *Ernesto A. de Vasconcellos Chaves.*— *Joaquim A. de Amorim.*— *Ignacio de Souza Lages.*— *F. A. Cerqueira Lima.*— *Antonio R. Vieira Junior.*— *Cyrillo F. Kiernan.*— *José Augusto Corrêa.*— *Francisco Joaquim Pereira.*— *Manoel da Silva Cruz Junior.*— *Emilio A. de Castro Martins.*— *João Gualberto da Costa Cunha.*—

Por procuração de *Earlindo da Cunha Rocha, João G. da Costa e Cunha*.—*Antonio José de Pinho*.—*Luiz da Silveira Azevedo*.—*Joaquim Theodoro Bentes*.

OS DIRECTORES

João Gualberto da Costa Cunha, negociante, residente á estrada de Nazareth n. 98.

Augusto Fernando Berneaud, negociante, residente á travessa do Marquez de Pombal.

Dr. Firmo Braga, medico, residente á rua de Santo Antonio n. 60.

Joaquim Antonio de Amorim, negociante, residente no largo da Sé.

Manoel da Silva Cruz Junior, negociante, residente á rua Conselheiro João Alfredo n. 47.

Srs. Presidente e Membros da Junta Commercial de Belém:

A directoria da Sociedade de seguros mutuos sobre a vida « Garantia da Amazonia », para os devidos effeitos, requer que vos digneis mandar passar por certidão a data em que foram archivados os estatutos desta sociedade, a cópia authentica da carta que autorizou o seu funcionamento e a acta da assembléa geral de installação e constituição da dita sociedade de 10 do corrente.— Pede deferimento.

Belém do Pará, 17 de abril de 1897.— *João Gualberto da Costa Cunha*.—*Augusto Fernando Berneaud*.—*Dr. Firmo Braga*.—*Joaquim Antonio de Amorim*.—*Manoel da Silva Cruz Junior*.

Certifique-se.— Belém, 17 de abril de 1897.— *Marques Braga*.

Em obediencia ao despacho exarado na petição retro, certifico que os documentos a que se refere a mesma petição foram archivados em sessão de hoje, sob o n. 88, contendo 19 folhas de ns. 316 a 334. O referido é verdade.

Secretaria da Junta Commercial de Belém, em 17 de abril de 1897.— O amanuense interino, *Marcos Sebastião de Barros*.— O secretario, *Antonio Barros Miranda Filho*.— Sello 1\$000.— *Barros*.

Contém este folheto 16 paginas de texto.

Pará, 5 de julho de 1897.— Pela « Garantia da Amazonia », *João Gualberto da Costa Cunha*, presidente.— *Augusto Fernandes Berneaud*, thesoureiro.— *Dr. Firmo Braga*, medico.— *José Augusto Corrêa*, secretario.— *Joaquim Antonio de Amorim*, gerente.



DECRETO N. 2598 — DE 31 DE AGOSTO DE 1897

Extingue a hospedaria de immigrants estabelecida na estação de Pinheiros.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, por haver cessado o serviço de immigração por conta do Governo Federal, o numero de immigrants diminuiu de tal modo, que nenhuma necessidade tem havido nesses ultimos doze mezes de recebê-los na hospedaria da estação de Pinheiros;

Considerando que, em virtude desse facto, é a hospedaria da ilha das Flores mais que sufficiente para o serviço de recebimento e agasalho dos immigrants espontaneos;

e usando da attribuição que lhe confere o art. 4º n. 1º da lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, revigorada pelo art. 43 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, decreta:

Art. 1.º Fica extincta a hospedaria de immigrants estabelecida na estação de Pinheiros.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 2599 — DE 31 DE AGOSTO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional do Estado de Sergipe

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado de Sergipe se comporá de um commando superior com sêde na Capital do mesmo Estado, o qual se constituirá com duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria, além das que posteriormente forem creadas nas demais comarcas.

I. A 1ª brigada de cavallaria, composta de dous regimentos com as designações de 1º e 2º e a 1ª de infantaria, composta dos 1º, 2º e 3º batalhões do serviço activo e 1º da reserva, se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da comarca da capital.

II. A 2ª brigada de infantaria, constituída com os 4º, 5º e 6º batalhões do serviço activo e 2º da reserva, será organisada com

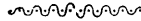
os guardas qualificados nos districtos da comarca das Laranjeiras.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2600 — DE 31 DE AGOSTO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Facionaes na comarca de Baião, no Estado do Pará.

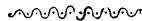
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Baião, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria, com a denominação de 8ª e composta dos batalhões sob ns. 22, 23 e 24 do serviço activo e 8º do da reserva, os quaes serão organisados com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2601 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1897

Approva definitivamente as bases de tarifas do ramal do Timbó, da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, decreta:

Artigo unico. Ficam approvadas definitivamente as bases de tarifas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viacão e Obras Publicas, para vigorarem no ramal do Timbó, da via-ferrea da Bahia ao S. Francisco, nos termos da portaria de 3 de fevereiro do corrente anno.

Capital Federal, 6 de setembro de 1897, 9º da Republica.

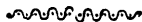
PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.

Bases de tarifas do ramal do Timbó da via-ferrea da Bahia ao S. Francisco, a que se refere o decreto n. 2601 desta data

TARIFA N.º	DESIGNAÇÃO	RAMAL DO TIMBÓ
1	Viajantes de 1ª classe.....	\$060 por kilo-metro.
2	Ditos de 2ª classe.....	\$035 idem idem.
3	Fretes de trollys.....	\$3000 adicional. 1\$500 por kilometro.
4	Encomendas e excesso de bagagens.....	6\$000 adicional. \$350 por kilometro por tonelada.
5	Generos de importação não classificados nas outras tarifas, comprehendendo tambem certos generos fabricados no paiz.....	\$250 idem idem.
6	Generos de exportação e importação e outros do paiz, não classificados nas outras tarifas.....	\$180 idem idem. \$130 por 43 idem.
7	Fumo, algodão, metaes, etc., não classificados.....	\$100 por 41 idem idem.
8	Assucar bruto, carne secça, bacalhão, etc.....	\$030 por kilometro idem.
9	Sal, farinha, milho, feijão, carne fresca em pequenas expedições e outros cereaes, etc.....	\$080 idem idem.
10	Mobilia ordinaria sem vidro.....	\$400 adicional. \$080 por 42 kiloms. por tonelada. \$070 por 41 idem idem. \$100 por 32 idem idem. \$090 por 20 idem idem. \$010 por 31 idem idem.
11	Mel de assucar.....	\$800 adicional. \$035 por kilom. por tonelada.
12	Podras de cantaria, cimento, carvão mineral, coke, ferro bruto, etc.	\$500 adicional. \$030 por 32 kiloms. por tonelada. \$020 por 41 idem idem. \$010 por 31 idem idem.
13	Areia, argila, barro, cal, canna de assucar, carne fresca em grandes expedições, dornentes de madeira, etc.....	\$500 adicional. \$034 por kilometro por cabeça. \$500 adicional. \$033 por kilometro por cabeça.
14	Cavalllos, bestas, jumentos e bois de raça.....	\$500 adicional. \$010 idem idem.
15	Bois ordinarios.....	\$005 por kilom. por kilogramma.
16	Porcos, carneiros, cabras e cães amordaçados.....	\$2000 adicional. \$150 por kilom. por unidade.
17	Perus, gallinhas, ganços, patos, animaes e aves pequenas engaioladas.....	
18	Carros de duas rodas.....	

Capital Federal, 6 de setembro de 1897.— Joaquim Martinho.



DECRETO N. 2602 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1897

Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Igarapé-Miry, no Estado do Pará.

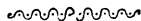
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Igarapé-Miry, no Estado do Pará, duas brigadas de infantaria com as designações de 9ª e 10ª, formadas com os batalhões de ns. 25, 26, 27, 28, 29 e 30 do serviço activo, e 9 e 10 do da reserva, que serão organisados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2603 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional do Estado de Minas Geraes e crea um commando superior na nova Capital.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar :

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado de Minas Geraes se comporá de um commando superior, com sede na nova Capital do Estado, o qual se constituirá com uma brigada de infantaria, uma de cavallaria, uma de artilharia, e das demais que se organisarem posteriormente nas comarcas do referido Estado.

Art. 2.º A brigada de infantaria se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 1º, 2º e 3º, e de um do da reserva sob n. 1 ; a de cavallaria, de dous regimentos com os ns. 1º e 2º, e a de artilharia, de um batalhão de artilharia de posição e de um regimento de artilharia de campanha, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma Capital.

Art. 3.º O local das paradas dos corpos, ora creados, será determinado pelo respectivo commando superior.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2604 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes.

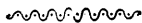
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a designação de 2ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com os ns. 4, 5 e 6 e um do da reserva, sob n. 2, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2605 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Minas Novas, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar:

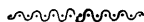
Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Minas Novas, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 3ª, a qual se constituirá de tres

batalhões do serviço activo, com as designações de 7º, 8º e 9º e um do da reserva, sob n. 3, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de setembro de 1897, 9º da Republica,

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2606 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Carmo da Bagagem, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Carmo da Bagagem, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 4ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 10º, 11º e 12º e um do da reserva, sob n. 4, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2607 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar:

Artig o unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 5ª, a qual se constituirá de tres ba-

talhões do serviço activo, com as designações de 13º, 14º e 15º e um do da reserva, sob n. 5, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2603 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Itapeçerica, no Estado de Minas Geraes.

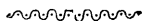
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Itapeçerica, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 6ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 16º, 17º e 18º e um do da reserva, sob n. 6, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2609 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Dôres do Indayá, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Dôres do Indayá, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 7ª, a qual se constituirá de tres

batalhões do serviço activo, com as designações de 19º, 20º e 21º e um do da reserva, sob n. 7, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2610 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Bananal, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar :

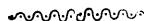
Art. 1.º Fica creada na comarca do Bananal, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria com a denominação de 15ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 43º, 44º e 45º, e de um do da reserva sob n. 15, os quaes se constituirão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2611 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1897

Organisa mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na Capital do Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Art. 1.º Fica organizada na Guarda Nacional da Capital do Estado do Pará mais uma brigada de infantaria sob a de-

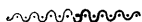
signação de 15ª e que será constituída com os 43º, 44º e 45º batalhões do serviço activo e 15º do da reserva.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2612 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1897

Organisa mais quatro brigadas de infantaria de Guardas Nacionais no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Art. 1.º Ficam organisadas na Guarda Nacional da Capital do Estado do Pará mais quatro brigadas de infantaria de Guardas Nacionais, sob as designações de 11ª, 12ª, 13ª e 14ª, as quaes se constituirão :

A 11ª na comarca de Vigia, composta dos 31º, 32º e 33º batalhões de infantaria e 11º da reserva ;

A 12ª na de Curuçá, composta dos 34º, 35º e 36º batalhões de infantaria e 12º da reserva ;

A 13ª na de Cintra, composta dos 37º, 38º e 39º batalhões de infantaria e 13º da reserva ;

A 14ª na de Bragança, composta dos 40º, 41º e 42º batalhões de infantaria e 14º da reserva.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2613 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Januaria, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional na comarca da Januaria, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 9ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 25ª, 26ª e 27ª, e um do da reserva, sob n. 9, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de setembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2614 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes.

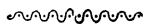
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 8ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 22ª, 23ª e 24ª, e um do da reserva, sob n. 8, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de setembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS. 1897

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2615 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional do Estado do Rio Grande do Norte

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Art. 1.º E' organizada a Guarda Nacional do Estado do Rio Grande do Norte, constituindo-se sob um commando superior com séde na Capital e tendo 14 brigadas de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia, e as demais que sejam posteriormente creadas.

Art. 2.º As referidas brigadas serão organisadas:

A 1ª de infantaria, composta dos 1º, 2º e 3º batalhões do serviço activo e do 1º da reserva, bem como a 1ª de cavallaria, composta dos 1º e 2º regimentos e a 1ª brigada de artilharia, composta do 1º batalhão de artilharia de posição e 1º regimento de artilharia de campanha, na comarca da Capital;

A 2ª de infantaria, que se comporá dos 4º, 5º e 6º batalhões do serviço activo e do 2º da reserva, na de Potengy;

A 3ª de infantaria, composta dos 7º, 8º e 9º do serviço activo e do 3º da reserva, na de S. José;

A 4ª de infantaria, composta dos 10º, 11º e 12º batalhões do serviço activo e 4º da reserva, na de Canguaretama;

A 5ª de infantaria, composta dos 13º, 14º e 15º batalhões do serviço activo e do 5º da reserva, na do Ceará-mirim;

A 6ª de infantaria, composta dos 16º, 17º e 18º batalhões do serviço activo e do 6º da reserva, na de Jardim;

A 7ª de infantaria, composta dos 19º, 20º e 21º batalhões do serviço activo e do 7º da reserva, na de Seridó;

A 8ª de infantaria, composta dos 22º, 23º e 24º batalhões do serviço activo e 8º da reserva, na do Assu;

A 9ª de infantaria, composta dos 25º, 26º e 27º batalhões do serviço activo e do 9º da reserva, na de Mossoró;

A 10ª de infantaria, composta dos 28º, 29º e 30º batalhões do serviço activo e do 10º da reserva, na de Curimataú;

A 11ª de infantaria, composta dos 31º, 32º e 33º batalhões do serviço activo e do 11º da reserva, na de Macaó;

A 12ª de infantaria, composta dos 34º, 35º e 36º batalhões do serviço activo e do 12º da reserva, na de Apodý;

A 13ª de infantaria, composta dos 37º, 38º e 39º batalhões do serviço activo e do 13º da reserva, na de Martins;

A 14ª de infantaria, composta dos 40º, 41º e 42º batalhões do serviço activo e do 14º da reserva, na de Pão dos Ferros.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de setembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2616 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes.

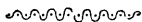
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Pouso Alto, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a designação de 10ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com os ns. 28, 29 e 30, e um do da reserva, sob n. 10, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de setembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARRCS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2617 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1897

Organisa mais sete brigadas de Guardas Nacionaes no Estado do Paraná.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado do Paraná compor-se-ha de mais sete brigadas, que terão as seguintes designações e serão constituidas:

A 2ª brigada de artilharia, na capital, é composta do 2º batalhão de artilharia de posição e do 2º regimento de artilharia de campanha ;

A 7ª brigada de infantaria, na mesma capital, é constituida dos 19º, 20º e 21º batalhões de infantaria e 7º da reserva ;

A 6ª brigada de cavallaria, na comarca de S. José dos Pinhães, é composta dos 11º e 12º regimentos ;

A 7ª brigada de cavallaria, na comarca de Campo Largo, é constituida dos 13º e 14º regimentos ;

A 8ª brigada de cavallaria, na comarca do Rio Negro, ora desligada da da Lapa, é composta dos 15º e 16º regimentos ;

A 9ª brigada de cavallaria, na comarca de Castro, é composta dos 17º e 18º regimentos ;

A 10ª brigada de cavallaria, na comarca de Tibagy, é constituida dos 19º e 20º regimentos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

. Capital Federal, 20 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2618 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1897

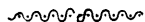
Abre o credito de 2:090\$321 para pagar ao Dr. Tiburcio Valeriano Pecegheiro do Amaral os vencimentos que deixou de perceber desde 28 de outubro de 1892 até 26 de maio de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 446, de 17 de setembro corrente, resolve abrir o credito de 2:090\$321, para pagar ao Dr. Tiburcio Valeriano Pecegheiro do Amaral, preparador de medicina legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, os vencimentos que deixou de perceber desde 28 de outubro de 1892 até 26 de maio de 1893, do lugar de preparador da cadeira de chimica inorganica medica da mesma Faculdade.

Capital Federal, 27 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2619 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1897

Concede ao Lyceo Piahyense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

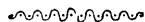
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo às informações prestadas pelo commissario fiscal do Governo sobre os programmas de ensino e modo por que estão sendo executados no Lyceo Piahyense, reorganizado de accordo

com o regulamento anexo ao decreto n. 1652, de 15 de janeiro de 1894, pelo decreto do Governo do Estado do Piauhy, n. 67, de 20 do corrente mez, resolve conceder áquelle estabelecimento de instrucção, na fórma do disposto no decreto n. 1389, de 21 de fevereiro de 1891, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional e de que tratam os arts. 431 do decreto n. 1232 H, de 2 de janeiro de 1891, e 38, paragrapho unico, do de n. 981, de 8 de novembro de 1890.

Capital Federal, 27 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2620 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional do Estado de Pernambuco

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado de Pernambuco se constituirá com um commando superior, com sêde na Capital, composto de quatro brigadas de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia, além das que forem posteriormente creadas nos demais municipios do Estado.

Art. 2.º A 1ª brigada de infantaria compor-se-ha dos 1º, 2º e 3º batalhões do serviço activo e 1º do da reserva; a 2ª brigada de infantaria se constituirá com os 4º, 5º e 6º batalhões do serviço activo e o 2º do da reserva; a 3ª, com os 7º, 8º e 9º batalhões do serviço activo e o 3º do da reserva; e a 4ª, com os 10º, 11º e 12º batalhões de infantaria e o 4º do da reserva; a 1ª brigada de cavallaria, dos 1º e 2º regimentos, e a 1ª de artilharia, com o 1º batalhão de artilharia de posição e o 1º regimento de artilharia de campanha.

Art. 3.º As referidas brigadas serão organisadas :

A 1ª de artilharia, no districto de S. Frei Pedro Gonçalves;

A 1ª de infantaria, no districto de Santo Antonio ;

A 2ª, nos de S. José e N. S. da Paz dos Afogados;

A 3ª, no do Santissimo Sacramento da Boa Vista;

A 4ª, nos de N. S. da Saude do Poço, N. S. da Graça e N. S. do Rosario da Varzea.

A 1ª brigada de cavallaria organisar-se-ha :

O 1º regimento, nos districtos das 1ª e 2ª brigadas de infantaria ;

O 2º regimento, nos districtos das 3ª e 4ª brigadas de infantaria.

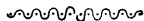
Art. 4.º O local da parada dos corpos ora creados será determinado pelo commando superior.

Art. 5.º Revogam-se o decreto n. 156, de 23 de abril de 1891, e mais disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de setembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2621 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais no municipio de Timbaúba, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada no municipio de Timbaúba, no Estado de Pernambuco, uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais, com a designação de 2ª, a qual se constituirá com dous regimentos sob os ns. 3 e 4, que serão organisados com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de setembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2622 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes no municipio de Olinda, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Art. 1.º Fica creada no municipio de Olinda, no Estado de Pernambuco, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a designação de 5ª, composta de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 13º, 14º e 15º, e um do da reserva, com a designação de 5º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio.

Art. 2.º Ficam revogados o decreto n. 199, de 25 de abril de 1891, e mais disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2623 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes no municipio de Iguarassú, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Art. 1.º Fica creada no municipio de Iguarassú, no Estado de Pernambuco, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a designação de 6ª, composta de tres batalhões do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 16º, 17º e 18º, e este com a de 6º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2624 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes no municipio de Goyana, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

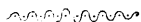
Art. 1.º Fica creada no municipio de Goyana, no Estado de Pernambuco, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a designação de 7ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 19º, 20º e 21º e este com a de 7º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2625 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes no municipio de Agua Preta, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

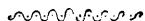
Art. 1.º Fica creada no municipio de Agua Preta, no Estado de Pernambuco, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a designação de 8ª, composta de tres batalhões do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 22º, 23º e 24º e este com a de 8º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio.

Art. 2.º Ficam revogados o decreto n. 230, de 2 de maio de 1891, e mais disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2626 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1897

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na capital do Estado do Piauhy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da capital do Estado do Piauhy mais uma brigada de infantaria, com a denominação de 7ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 19º, 20º e 21º e um do da reserva com a designação de 7º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados no districto do Natal, da mesma capital; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2627 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Geromenha, no Estado do Piauhy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno findo, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Geromenha, no Estado do Piauhy, uma brigada de infantaria com a denominação de 8ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 22º, 23º e 24º e um do da reserva, sob n. 8º, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de setembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2628 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio aos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio aos deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 8º da lei n. 429, de 10 de dezembro do anno passado, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409 de 23 do mesmo mez e anno, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio aos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio aos deputados — afim de occorrer ao pagamento das despezas com o subsidio aos senadores e deputados, durante a prorogação da actual sessão do Congresso Nacional até ao dia 5 de outubro corrente.

Capital Federal, 1 de outubro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2629 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

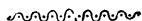
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 8º da lei n. 429, de 10 de dezembro do anno passado, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 do mesmo mez e anno, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados — afim de occorrer ao

pagamento das despesas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a prorrogação da actual sessão legislativa até o dia 5 de outubro corrente.

Capital Federal, 1 de outubro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

* *Amaro Cavalcanti.*



DECRETO N. 2630 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1897

Sujeita á jurisdicção da Alfandega de Penedo, no Estado das Alagoas,
a Mesa de Rendas de Villa Nova, no Estado de Sergipe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da faculdade conferida no art. 2º, § 3º, do regulamento que acompanhou o decreto n. 6272, de 2 de agosto de 1876, e tendo em vista a conveniencia do serviço publico, decreta :

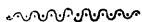
Art. 1.º A Mesa de Rendas de Villa Nova, no Estado de Sergipe, será de ora em diante considerada estação dependente da Alfandega de Penedo, sendo os seus empregados immediatamente subordinados ao inspector da referida Alfandega, com as mesmas attribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de outubro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2631 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1897

Altera as bases das tarifas de passageiros na linha principal da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, decreta :

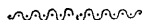
Artigo unico. Ficam alteradas para sessenta réis em primeira classe e para trinta e cinco réis em segunda classe as bases das

tarifas de passageiros para a linha principal da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, approvadas por decreto n. 2553, de 19 de julho do corrente anno.

Capital Federal, 8 de outubro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

•Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2632 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1897

Concede autorisação á *The Espirito Santo & Caravellas Railway Company, limited* para funcçãoar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Espirito Santo & Caravellas Railway Company, limited*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorisação á *The Espirito Santo & Caravellas Railway Company, limited*, para funcçãoar na Republica, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, e ficando a mesma companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 8 de outubro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2632 desta data**

I

A *The Espirito Santo & Caravellas Railway Company, limited* é obrigada a ter um representante na Republica com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo da União ou dos Estados, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

III

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer em seus estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorisação para funcionar na Republica si infringir esta clausula.

IV

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de 1:000\$ a 5:000\$000.

Capital Federal, 8 de outubro de 1897.—*Dionisio E. de Castro Cerveira.*

Eu, Horatio Arthur Erith de Pinna, tabellião publico de notas desta cidade de Lon Ires, devidamente admittido, juramentado e em pleno exercicio, por alvará régio, certifico e attesto perante quem a presente possa interessar:

Que os documentos na lingua portugueza, que aqui vão annexos, são respectivamente traducções fieis e verdadeiras de certificado de incorporação, acta de associação e estatutos igualmente annexos, da companhia denominada *The Espirito Santo and Caravellas Railway Company, limited*;

Que a assignatura subscripta no citado certificado de incorporação, acta de associação e estatutos, que diz « Ernest Cleave », é a verdadeira e do proprio punho e letra do Sr. Ernest Cleave, registrador ajudante das companhias anonymas de responsabilidade limitada e que os carimbos nelles estampados são os verdadeiros carimbos officiaes da Repartição de Registros de Companhias.

Em testemunho do que passo a presente certidão para servir e valer onde preciso for, a qual faço sellar com o sello das minhas notas, aos vinte e um dias do mez de maio de mil oitocentos noventa e sete.

Em testemunho de verdade.— *H. A. E. de Pinna*, tabellião publico.

Reconheço verdadeira a assignatura supra de Horatio Arthur Erith de Pinna, tabellião publico desta cidade, e para constar onde convier a pedido do mesmo passei a presente que liguei

com os documentos juntos ns. 1 a 4 numerados e rubricados por mim, e assignei e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres aos vinte e dous de maio de mil oitocentos noventa e sete.

Em 22 de maio de 1897.— *Lui: Augusto da Costa*, vice-consul.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul em Londres.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1897.— Pelo director geral, *L. P. da Silva Resa*.

Certificado de incorporação de uma companhia

Pela presente certifico que a companhia de responsabilidade limitada denominada *The Espirito Santo and Caravellas Railway Company, limited*, foi incorporada como uma companhia anonyma de accordo com as leis de 1862 a 1893, concernentes ás companhias, aos 13 dias do mez de maio de 1897.

Outorgado e assignado por mim em Londres, aos 19 dias do mez de maio de 1897.— *Ernest Cleave*, registrador-ajudante de companhias anonymas.

Acta da associação da «The Espirito Santo and Caravellas Railway Company, limited»

1. O nome da companhia é *The Espirito Santo and Caravellas Railway Company, limited*.

2. O escriptorio registrado da companhia será situado na Inglaterra.

3. Os fins para que a companhia se estabelece são :

a) adquirir em troca de acções do capital da companhia, plena ou parcialmente liberadas, ou por meio de compra ou de outra forma, todas as obrigações ou *debentures* que na occasião estiverem a remir da companhia ou associação brasileira conhecida pelo nome de Companhia de Navegação e Estrada de Ferro do Espirito Santo e Caravellas, formando parte de uma emissão de obrigações ou *debentures*, no valor nominal total de £ 200.000, garantidas por uma escripturação ou documento publico na lingua portugueza, datado de 1 de junho de 1889 e registrado no Rio de Janeiro, sob n. 14.670, livro 409, segundo foi modificado por outra escriptura ou documento publico, datado de 21 de outubro de 1889, e registrado no livro 412, conjuntamente com todos os juros vencidos ou vincendos com relação ás obrigações ou *debentures* assim adquiridos;

b) assumir o beneficio de confirmar e levar a effeito, com ou sem modificação, um certo convenio provisorio datado de 9 de fevereiro de 1897, feito entre os representantes de uma certa companhia brasileira conhecida pelo nome de Companhia Lloyd

Brazileiro, que se diz ser em direito a successora da dita Companhia de Navegação e Estrada de Ferro do Espirito Santo e Caravellas e Joseph Mawson, como representante de uma certa commissão, a que de ora avante aqui se faz referencia sob a denominação de — commissão dos portadores de obrigações — nomeada em uma assembléa de portadores de obrigações ou *debentures* da dita emissão reunida em Londres no dia 6 de junho de 1895, com o fim de proteger os interessados portadores de obrigações como corporação, de accordo com o qual convenio a Companhia Lloyd Brasileiro se comprometteu a transferir e ceder aos portadores das ditas obrigações ou *debentures*, em plena quitação de toda a responsabilidade com respeito a ellas, a Estrada de Ferro da Cachoeira de Itapemirim a Alegre, com ramal até Castello, no Estado do Espirito Santo, da Republica do Brazil, juntamente com o material rodante, accessorios e depositos a ella pertencentes, e tambem certos armazens no Rio de Janeiro e em S. Matheus, ambas na dita Republica, com o beneficio a contar do 1 de janeiro de 1897, de uma certa concessão dada pelo dito Estado do Espirito Santo para a exploração, uso e gozo das ditas estradas de ferro, juntamente tambem com outros haveres e vantagens que não são materias para serem aqui mencionadas mais particularmente ;

c) fazer provisão para o pagamento de todas as custas, gastos e despesas devidamente incorridos pela commissão dos portadores de obrigações em levar a cabo os fins para que ella foi nomeada, e fazer quaesquer arranjos que sejam necessarios ou convenientes com o fim de indemnisar a dita commissão e tambem os fidei-commissarios dos portadores de obrigações e a Companhia Lloyd Brasileiro, contra quaesquer reclamações que possam ser feitas contra ellas ou elles por qualquer portador de obrigações que possa deixar de concordar com as propostas incorporadas do dito convenio provisorio de 9 de fevereiro de 1897 ;

d) tomar posse de trabalhar, administrar, explorar, manter e utilizar as ditas estradas de ferro, armazens, bens, haveres e vantagens ;

e) obter concessões para construir, adquirir, aprestar, explorar, manter e trabalhar quaesquer outras estradas de ferro ou linhas de bonds na Republica do Brazil, quer em communicação com as ditas estradas de ferro existentes quer não, e obter faculdades de transitar pelas estradas de ferro e linhas de bonds do Brazil, e outros direitos de passagem e privilegios concernentes a ellas ;

f) negociar como Companhia de Telegraphes e Telephones nos seus respectivos ramos ;

g) construir, tomar de aluguel ou adquirir barcos e navios, e negociar como conductores de passageiros e mercadorias por terra e por agua, armazenistas e agentes expedidores, armadores, constructores de navios, fabricantes, engenheiros mecanicos e seguradores contra perda ou avaria de mercadorias, por accidente ou de outra maneira ;

h) adquirir bens de raiz, e fazer todas as cousas necessarias

para desenvolver, utilizar e aproveitar o mineral e outros recursos delles, e conduzir qualquer negocio ou negocios, quer manufactureiros ou não, que possam parecer á companhia capazes de serem convenientemente conduzidos com relação aos bens ou direitos da companhia, ou calculados directa ou indirectamente para augmentar o valor de, ou tornar lucrativo qualquer dos mesmos bens ou direitos ;

i) tomar ou de outro modo adquirir e possuir acções de qualquer outra companhia ou associação, ingleza ou estrangeira, que tenha fins no todo ou em parte semelhantes aos desta companhia, ou conduza qualquer negocio capaz de ser conduzido de modo a directa ou indirectamente beneficiar esta companhia ;

j) fazer quaesquer arranjos com quaesquer governos, companhias ou outras autoridades que possam parecer conducivas aos fins da companhia ou a qualquer delles, e obter de qualquer tal governo, companhia ou autoridade quaesquer direitos, privilegios e concessões que possam parecer convenientes para obter e levar a effeito, exercer e cumprir quaesquer taes arranjos, direitos, privilegios e concessões e funcionar como agentes de qualquer tal governo, companhia ou autoridade ;

k) promover qualquer companhia ou companhias com o fim de adquirir todos ou quaesquer dos bens e responsabilidades desta companhia, ou com qualquer outro fim que possa ser directa ou indirectamente calculado a beneficiar esta companhia, e tambem fazer e levar a effeito arranjos com respeito á união de interesses ou amalgamação, quer no todo quer em parte, com quaesquer outras companhias, associações ou pessoas ;

l) em geral comprar, tomar de arrendamento ou em troca, alugar, ou de outro modo adquirir quaesquer bens de raiz e moveis e quaesquer direitos ou privilegios que possam parecer necessarios ou convenientes para os fins do negocio da companhia, e em particular material rodante, machinas e planta ;

m) construir, manter e alterar quaesquer edificios ou fabricas necessarias ou convenientes para os fins da companhia ;

n) construir, aperfeiçoar, manter, explorar, gerir, levar a effeito ou administrar quaesquer estradas, caminhos, linhas de bonds, estradas de ferro, ramaes ou desvios, pontes, reservatorios, canaes, trapiches, fabricas manufactureiras, armazens, fabricas de electricidade, officinas, depositos e outras obras e conveniencias que possam ser calculadas para directa ou indirectamente adeantarem os interesses da companhia, e para contribuirem para subsidiarem ou de outro modo assistirem ou tomarem parte na construcção, aperfeiçoamento, manutenção, exploração, gerencia, effectuação ou administração dellas ;

o) empregar e negociar com dinheiros da companhia que não forem immediatamente precisos, nos valores e da maneira que de tempos a tempos se determine ;

p) tomar emprestado ou obter ou conseguir o pagamento de dinheiro da maneira que a companhia julgar proprio, e especialmente por meio da emissão de *debentures* ou *debentures Stock*, perpetuos ou não gravando todos ou quaesquer dos bens da com-

panhia (tanto actuaes como futuros), incluindo o seu capital por chamar ;

g) vender ou dispor da empreza da companhia ou de qualquer parte della, ou de qualquer parte dos bens ou direitos da companhia, pelo preço que a companhia julgar conveniente, e especialmente por acções, *debentures* ou valores de qualquer outra companhia que tenha fins totalmente ou em parte semelhantes aos desta companhia, e geralmente vender, aperfeiçoar, gerir, desenvolver, trocar, arrendar, hypothecar, dispor de, aproveitar ou de outro modo negociar com todos ou parte dos bens e direitos da companhia ;

h) tratar de que a companhia seja registrada ou reconhecida em qualquer paiz ou logar estrangeiro ;

i) sacar, fazer, acceitar, endossar, descontar e emittir notas promissorias, letras de cambio, conhecimentos e outros instrumentos negociaveis ;

j) fazer todas as outras cousas que são incidentes ou conduciveis para alcançar os supracitados fins.

4. A responsabilidade dos socios é limitada.

5. O capital da companhia é de £ 200.000, dividido em 20.000 acções de £ 10 cada uma com faculdade de augmentar o capital, dar a quaesquer acções da companhia quaesquer direitos, privilegios ou condições preferenciaes, deferidos, qualificados ou especiaes.

Nós, as varias pessoas cujos nomes e endereços vão subscriptos, estamos desejosos de nos formarmos em uma companhia em consequencia deste *Memorandum* de associação e respectivamente concordamos em tomar o numero de acções no capital da companhia mencionado contra os nossos nomes respectivos.

Nomes, endereços e descrições dos subscriptores	Numero de acções tomadas por cada subscriber
C. Brent, Rosebank, Gordon Road, South Woodford, empregado de corretor.....	1
J. C. Grenfell, 22 Artresian Road, Bayswater W., empregado de corretor.....	1
Percy W. Prockter, 70 Healthfield Road, South Croydon, empregado de corretor.....	1
C. E. Meuhinick, 38 Crouch Hall Road, Hornsey N., empregado do commercio.....	1
Robert Bromby, 17 Wolseley Road, Crouch End, N., empregado do commercio.....	1
I. Geoffrey Pellill, Burwood Park Road, Walton-on Thames, empregado do commercio...	1
James Langran, 23 Northumberland Park, Iottenham, N., empregado do commercio....	1

Datado no dia 13 de maio de 1897. — Testemunha das assignaturas supra, *Charles Edward Smith*, empregado dos

Srs. Bompas Bischoff Dodgson Cox & Bompas, 4 Great Winchester Street.

E' cópia. — *Ernest Cleave*, registrador ajudante das companhias anónimas.

Estatutos da «The Espirito Santo and Caravellas Railway Company, limited

Concorda-se no seguinte :

1. Os regulamentos contidos na tabella A da primeira cedula da lei de 1862, relativa a companhias, não deverão ser applicados a esta companhia, mas os seguintes deverão ser os regulamentos da companhia.

Acções

2. Os directores não deverão empregar os fundos da companhia ou parte alguma delles nem na compra de, nem em emprestar sobre as acções da companhia.

Elles poderão, contudo, á sua discreção, acceitar entrega de quaesquer acções de qualquer socio a titulo de pagamento ou compromisso no todo ou em parte de qualquer divida ou responsabilidade de tal socio, á companhia.

Quaesquer acções assim entregues poderão ser vendidas ou emitidas de novo da mesma maneira como adeante se provê com relação ás acções confiscadas.

3. Todo o socio deverá ter direito a um certificado sellado com o sello symbolico da companhia, especificando as acções possuidas por elle e a importancia paga sobre ellas.

Si um certificado se gastar pelo uso, for destruido ou perdido, elle poderá ser renovado, pagando-se um « shilling » ou tal somma inferior como a companhia prescrever em assembléa geral, mas a directoria poderá exigir prova razoavel de tal destruição ou perda e um compromisso feito pela pessoa que fizer a applicação, para indemnisar a companhia contra prejuizo por motivo de tal renovação.

4. Si varias pessoas forem registradas como possuidores collectivos de qualquer acção, qualquer uma de taes pessoas poderá dar recibos efficazes por qualquer dividendo, bonificação ou retorno de capital pagavel com respeito a tal acção.

5. A companhia não deverá ser obrigada ou forçada de qualquer modo a reconhecer, mesmo quando tiver aviso disso, qualquer outro direito com respeito a uma acção, além de um direito absoluto a ella no possuidor della na occasião registrado, ou taes outros direitos, no caso de transmissão della como são em seguida mencionados.

Chamadas sobre acções

6. A directoria poderá, de tempos a tempos (sujeita a quaesquer termos sobre que quaesquer acções tiverem sido emitidas) fazer taes chamadas, como ella julgar conveniente sobre os socios com respeito a todo o dinheiro que não tiver sido pago relativamente ás acções delles, comtanto que pelo menos 21 dias de aviso de cada chamada seja dado e cada socio deverá ser responsavel a pagar as chamadas assim feitas ás pessoas e nas occasiões e logares elegidos pela directoria, comtanto que nenhuma chamada exceda um quarto da importancia nominal de uma acção, ou seja feita pagavel dentro de dous mezes a contar de quando a ultima chamada precedente tiver sido paga.

7. Uma chamada deverá ser julgada ter sido feita na occasião em que a resolução da directoria autorisando tal chamada for passada.

8. Si a chamada pagavel com respeito a qualquer acção ou qualquer dinheiro pagavel com relação a qualquer acção sob os termos da distribuição della, não for pago no ou antes do dia designado para o pagamento, o possuidor ou adjudicado de tal acção deverá ser responsavel a pagar juros sobre tal chamada a qualquer taxa fixa pela directoria, não excedendo 10 libras por cento por anno, desde tal dia até que for na realidade paga. Os possuidores collectivos de acções deverão ser collectiva e separadamente responsaveis pelo pagamento das chamadas com respeito a ella, e poderão de accordo ser demandados collectiva ou separadamente pelo menos.

9. A directoria poderá, si julgar conveniente, receber de qualquer socio que desejar adeantar o mesmo, todo ou qualquer parte do dinheiro não pago sobre qualquer das acções possuidas por elle, além das sommas chamadas na realidade quer como um emprestimo reembolsavel quer como um pagamento adeantado de chamadas, mas tal adeantamento, que seja reembolsavel, não deverá até que for realmente reembolsado, extinguir, em tanto quanto se entender, a responsabilidade que existir sobre as acções com relação ás quaes elle for recebido. Sobre o dinheiro assim recebido, ou sobre tal porção della como de tempos a tempos exceder a importancia das chamadas feitas então sobre as acções com respeito ás quaes tal adeantamento tiver sido feito, a companhia deverá pagar juros a tal taxa como o socio que adeantar o mesmo e a directoria combinarem.

10. A escriptura de transferencia de qualquer acção da companhia, deverá ser na usual forma ordinaria, e deverá ser assignada pelo transferente e o transferido. Deverá pagar-se a companhia com relação ao registro de qualquer transferencia ou registro em transmissão tal emolumento, não excedendo dous shillings e seis pence, como a directoria considerar conveniente.

11. Os directores poderão, sem designar qualquer motivo, declinar registrar qualquer transferencia de acções não comple-

tamente pagas feita a qualquer pessoa não approvada por ella, ou feita por qualquer socio que de sociedade ou só estiver em debito ou sob qualquer responsabilidade para com a companhia.

12. Os testamenteiros ou administradores de um socio fallecido que não fosse um possuidor colectivo, e no caso do fallecimento de um possuidor colectivo, o sobrevivente ou os sobreviventes deverão só ser reconhecidos pela companhia como tendo qualquer direito á acção ou interesse do socio fallecido, mas nada aqui contido deverá ser considerado como livrando os bens de um possuidor colectivo fallecido de qualquer responsabilidade por acções possuidas por elle collectivamente com qualquer outra pessoa.

13. Qualquer pessoa que se tornar intitulada a uma acção em consequencia de fallencia ou insolvencia de um socio, ou de outro modo que não for por transferencia, poderá ser registrada como um socio ao produzir o certificado de acção e tal evidencia de titulo como for requisitado pelos directores, ou poderá em vez de ser registrada ella propria, outorgar uma transferencia de tal acção.

14. O instrumento de transferencia deverá ser depositado na companhia, acompanhado pelos certificados das acções nelle comprehendida, e tal evidencia como os directores requisitarem para provar o titulo de transferente, e então e sendo pago o competente emolumento, o transferido deverá ser registrado como um socio, e o instrumento de transferencia deverá ser retido pela companhia. Os directores poderão desistir da produção de qualquer certificado, havendo evidencia que a satisfaca da perda ou destruição delle.

15. Os livros de transferencias e registros de socios poderão estar fechados durante o tempo que os directores julgarem proprio, não excedendo no todo 30 dias em cada anno.

Direito de retenção

16. A companhia deverá ter um primeiro e absoluto direito de retenção sobre todas as acções não completamente pagas, por todo o dinheiro devido á e responsabilidade que subsistirem com a companhia por ou da parte do possuidor ou qualquer dos possuidores registrados dellas, quer só em sociedade com qualquer outra pessoa incluindo as chamadas feitas, si bem que as occasiões indicadas para o seu pagamento não tenham chegado, e poderá pôr em vigor tal direito de retenção por meio de venda ou confiscação de todas ou quaesquer das acções sobre que o mesmo for applicavel. Comtante que a confiscação não seja feita, excepto no caso de uma divida ou responsabilidade, a importância da qual deverá ter sido averiguada e que sómente tantas acções deverão ser confiscadas, como os fiscoes da companhia certificarem serem equivalentes ao valor no mercado de tal divida ou responsabilidade na occasião.

Confiscação de acções

17. Si qualquer socio deixar de pagar qualquer chamada ou dinheiro pagavel sob os termos da distribuição de uma acção no dia indicado para tal pagamento, os directores poderão a qualquer tempo durante que o mesmo não for feito, dar-lhe aviso, requisitando-o a pagar o mesmo juntamente com quaesquer juros e despesas que tiverem sido incorridos por causa de tal falta de pagamento.

18. O aviso deverá nomear uma outra data, na ou antes da qual tal chamada ou outro dinheiro, e todos os juros e despesas que tiverem sido incorridos por causa de tal falta de pagamento, deverão ser pagas, e o lugar onde o pagamento tiver sido feito (sendo o lugar assim indicado o escriptorio registrado da companhia ou qualquer outro local onde as chamadas da companhia forem usualmente feitas pagaveis), e deverá declarar que no caso de falta de pagamento no ou antes do dia e no lugar indicados, a acção com relação á qual tal pagamento for devido será sujeita a ser confiscada.

19. Si os requisitos de qualquer tal aviso como fica dito não forem satisfeitos, a acção a respeito da qual tal aviso tiver sido dado poderá, a qualquer tempo depois, antes do pagamento de todo o dinheiro devido relativamente a ella com juros e despesas ter sido feito, ser confiscada por uma resolução dos directores para esse effeito.

20. Qualquer acção confiscada deverá ser considerada propriedade da companhia, e poderá ser possuida, distribuida de novo, vendida ou por outro modo disposta de em tal maneira como os directores julgarem conveniente, e no caso de nova distribuição, com ou sem qualquer dinheiro pago relativamente a ella pelo anterior possuidor ter sido creditado como pago.

21. Qualquer socio cujas acções tiverem sido confiscadas deverá, não obstante tal confiscação, ser sujeito a pagar á companhia todas as chamadas ou outro dinheiro, juros e despesas devidas com respeito a taes acções na occasião da confiscação.

22. Dado o caso de venda ou nova distribuição de uma acção confiscada ou da venda de qualquer acção para pôr em vigor um direito de retenção sobre ella da companhia, um certificado por escripto sellado com o sello symbolico da companhia de que a acção foi devidamente confiscada ou vendida de accordo com os regulamentos da companhia, deverá ser sufficiente evidencia dos factos nelle declarados contra todas as pessoas que reclamarem a acção, e tal certificado e o recibo da companhia pelo preço da tal acção deverá constituir bom direito á mesma e um certificado de propriedade deverá ser entregue ao comprador ou adjudicado, e elle deverá ser registrado com respeito a ella, e então elle deverá ser considerado o possuidor da acção livre de todas as chamadas ou outro dinheiro, juros e despesas devidas anteriormente a tal compra ou distribuição, e elle não deverá ser obrigado a

superintender a applicação do dinheiro da compra ou consideração, nem deverá o seu titulo á acção ser effectuado por qualquer irregularidade na venda ou confiscação.

Capital

23. As acções do capital original da companhia, que não sejam quaesquer acções que possam ser emittidas de accordo com qualquer contracto como commissão para quaesquer das obrigações a que se fez referencia na acta da associação, ou para quaesquer outros bens que possam ser adquiridos pela companhia, poderão ser averbadas as pessoas e nas condições relativamente a pagamento a titulo de deposito ou chamada, ou relativamente á importancia de chamadas, prestações ou outra cousa, que os directores determinarem.

24. Os directores poderão, com o consentimento de uma assembléa geral da companhia, augmentar de tempos a tempos o capital da companhia pela emissão de novas acções. Taes novas acções deverão ser de tal quantia, e deverão ser emittidas, sujeitas ás disposições e condições e com tal preferencia ou prioridade com relação a dividendos ou na distribuição do activo, ou com respeito á votação ou de outro modo sobre outras acções, quer então já emittidas quer não, como a companhia em assembléa geral determinar e sujeitas ou na falta de qualquer tal determinação, as clausulas destes estatutos deverão ter applicação ao novo capital da mesma maneira em todos os respeitos como ao capital original da companhia.

25. A companhia deverá ter a faculdade, por deliberação especial de reduzir o seu capital, quer entrado quer por chamar, e quer mediante cancellamento das acções não averbadas quer de outro modo, e de consolidar e tambem de subdividir as suas acções ou quaesquer dellas em acções de maior ou menor denominação.

Assembléas geraes

26. A primeira assembléa geral deverá ser reunida em tal data, não sendo mais de quatro mezes depois do registro da companhia e em tal logar como os directores determinarem.

27. Subsequentes assembléas geraes, outras além das convocadas por socios sob os poderes em seguida aqui contidos, deverão ser reunidas em tal occasião e logar como for prescripto pela companhia em assembléa geral, e si nenhuma occasião ou logar assim for prescripto, uma assembléa geral deverá ser reunida uma vez cada anno a menos em tal dia e em tal logar como for decidido pelos directores.

28. As assembléas geraes acima mencionadas deverão ser chamadas assembléas ordinarias; todas as outras assembléas deverão ser chamadas assembléas geraes extraordinarias.

29. Os directores poderão todas as vezes que julgarem conveniente, e deverão ao receber um requerimento feito por escripto por cinco ou mais socios que possuirem juntos pelo menos a decima parte do capital emittido, convocar uma assembléa geral extraordinaria.

30. Tal requerimento feito pelos socios deverá expressar o fim da assembléa proposta ser convocada, e deverá ser deixado no escriptorio registrado da companhia.

31. Ao receber um requerimento, os directores deverão logo proceder á convocação de uma assembléa geral extraordinaria. Si elles não procederem a convocar a mesma para qualquer data dentro da de 21 dias a contar do recebimento do requerimento, os requerentes, ou quaesquer outros socios que possuirem a quantia do capital exigida, poderão elles mesmos convocar uma assembléa geral extraordinaria, para ser reunida em tal dia e em tal logar em Londres, como as pessoas que convocarem a mesma determinarem. No caso que em qualquer assembléa convocada de accordo com esta clausula, uma resolução capaz de ser confirmada como uma resolução especial for passada, os requerentes ou quaesquer socios que possuirem a precisa somma de capital, poderão de igual maneira, mas sem outro requerimento, convocar a assembléa necessaria para confirmar a mesma.

32. Sete dias de aviso de qualquer assembléa geral (exclusive do dia em que o aviso for dado ou considerado como dado, mas inclusive o dia da assembléa), especificando o dia, hora e logar da assembléa, e no caso de assumpto especial á natureza de tal assumpto, deverá ser dado aos socios da maneira aqui em seguida mencionada, ou de tal outra maneira, como de tempos a tempos for prescripto pela companhia em assembléa geral, mas o não recebimento de tal aviso por qualquer socio não deverá invalidar os processos em qualquer assembléa geral.

Procedimentos em assembléas geraes

33. Deverão ser considerados especiaes todos os assumptos de que se tratar em uma assembléa geral extraordinaria e tudo de que se tratar em uma assembléa geral ordinaria, com excepção do sancionamento um dividendo recommendado pela directoria, eleição de directores e fiscaes e votação da remuneração delles, e a consideração das contas e balanços apresentados pelos directores e o relatorio delles.

34. Tres socios presentes em pessoa deverão ser um *quorum* em uma assembléa geral para o fim de nomear um presidente; declarar um dividendo recommendado pela directoria, reeleger fiscaes e directores e votar a remuneração delles, e para o adiamento da assembléa; mas, excepto como acima dito, nenhum assumpto será tratado em uma assembléa geral, a menos que estejam presentes em pessoa cinco socios.

35. Si, dentro de meia hora depois da hora marcada para a assembléa, um *quorum* não estiver presente, a assembléa, si

tiver sido convocada a requerimento de socios, deverá ser dissolvida. Em qualquer outro caso ella deverá ficar adiada para tal dia na proxima semana e para tal logar, como for marcado pelo presidente.

36. Em qualquer assembléa adiada, os socios presentes e intitulados a votar, qualquer que seja o numero delles e a importancia das acções possuidas por elles, deverão ter poderes para decidir sobre todos os assumptos que poderiam propriamente ter sido dispostos na assembléa em que o adiamento tiver tido logar.

37. O presidente da directoria (si houver algum) ou, na sua ausencia, o presidente substituto (si houver algum) deverá presidir como presidente em cada assembléa geral da companhia.

38. Si em qualquer assembléa o presidente ou presidente substituto não estiverem presentes dentro de 15 minutos, a contar da hora marcada para a reunião da assembléa, ou si nenhum delles desejar actuar como presidente, os directores presentes deverão escolher um do seu numero para actuar, e, si não houver director que deseje actuar, os socios presentes deverão escolher um do seu numero para actuar como presidente.

39. O presidente poderá, com o consentimento da assembléa, de occasião para occasião e de logar para logar, mas nenhum negocio deverá ser tratado em qualquer assembléa adiada, a não ser o negocio deixado por acabar na assembléa em que o adiamento tiver tido logar e que possa ter sido tratado naquella assembléa.

40. Em qualquer assembléa geral, a não ser que um escrutinio seja pedido pelo menos por cinco socios que possuam não menos do que 1.000 acções, presentes em pessoa e com o direito de votar, uma declaração feita pelo presidente de que uma resolução foi passada ou pedida, e um lançamento para esse fim feito no livro das actas da companhia deverá ser sufficiente evidencia do facto, e no caso de uma resolução que requisitar qualquer particular maioria, que for passada pela maioria requerida sem prova do numero ou proporção dos votos recordados a favor de ou contra tal resolução.

41. Si um escrutinio for pedido, elle deverá ser tomado de tal maneira e quer immediatamente, quer em tal outra occasião e logar como o presidente determinar, e o resultado de tal escrutinio deverá ser considerado como a resolução da companhia em assembléa geral na data da tomada do escrutinio.

42. Não se deverá pedir escrutinio algum com relação á eleição de um presidente, de uma assembléa, nem com relação a qualquer questão de adiamento. O pedido de um escrutinio não deverá obstar a continuação de uma assembléa para a transacção de qualquer negocio que não seja o assumpto sobre o qual um escrutinio tiver sido pedido.

43. Deverão ser feitas actas em livros previstos para tal fim, de todas as resoluções e sessão de assembléas geraes, e qualquer de taes actas, si forem assignadas por qualquer pessoa como sendo o presidente da assembléa a que ella se referir, ou por qualquer

pessoa nella presente e nomeada pela directoria para assignar o mesmo em seu logar, deverá ser recebida como evidencia conclusiva nos factos nella declarados.

Votos dos socios

44. Todo o socio deverá ter um voto com respeito a cada acção possuida por elle. No caso de haver empate de votos em qualquer assembléa geral ou escrutinio, o presidente deverá ter direito a um segundo, ou voto de desempate.

45. Si qualquer socio for idiota ou lunatico, elle poderá votar por meio do seu tutor, curador *bonis* ou outro curador legal.

46. Si duas ou mais pessoas forem intituladas collectivamente a uma acção, o socio cujo nome figurar primeiro no registro de socio como um dos possuidores de tal acção e nenhum outro deverá ter o direito de votar com respeito ao mesmo.

47. Nenhum socio deverá ter direito a votar em qualquer assembléa geral ou a exercer qualquer privilegio como um socio, a menos que todas as chamadas ou outro dinheiro vencido e pagavel com respeito a qualquer acção de que elle for o possuidor tiver sido pago, e nenhum socio deverá ter direito a votar em qualquer assembléa reunida depois do lapso de tres mezes a contar do registro da companhia com respeito a qualquer acção que elle tiver adquirido por transferencia, a menos que elle tenha sido o possuidor da acção com respeito a qual elle reclamar votar durante pelo menos tres mezes previamente á data da reunião da assembléa em que elle se propuzer a votar.

48. Os votos poderão ser dados quer pessoalmente quer por procuração.

49. O instrumento que nomear um procurador deverá ser por escripto assignado pelo outorgante ou si tal outorgante for uma corporação, sellado com o sello symbolico della, em tal forma como os directores de tempos a tempos approvarem.

Nenhuma pessoa que não for socio da companhia e tiver de outro modo direito a votar, poderá ser nomeada procurador; com tanto que qualquer corporação que possuir acções possa nomear qualquer dos seus membros ou officiaes para assistir e votar com respeito a taes acções, quando houver votação por meio de levantamento de mãos ou como procurador della havendo escrutinio.

50. O instrumento que nomear um procurador deverá ser depositado no escriptorio registrado da companhia não menos do que 48 horas antes do dia para a reunião da assembléa em que a pessoa nomeada em tal instrumento se propuzer votar.

Directores

51. O numero de directores, a não ser que seja differentemente determinado por uma assembléa geral, não deverá ser menos do que tres nem mais do que cinco.

52. Os primeiros directores serão nomeados quer pelos subscriptores dos presentes estatutos, quer pela maioria destes, por meio de um instrumento por escripto assignado por elles.

Até que os primeiros directores tenham sido nomeados, os subscriptores dos presentes estatutos serão para todos os fins considerados como sendo os directores, salvo si os arts. 53 e 54 tiverem applicação a elles.

53. A qualificação de um director deverá ser o possuir de direito proprio 50 acções.

54. Um director primitivo poderá funcionar antes de adquirir a sua qualificação, mas deverá em qualquer caso adquirir a mesma dentro de um mez da sua nomeação, e a não ser que elle faça isto, deverá ser considerado que elle se comprometteu a tomar as ditas acções da companhia, e as mesmas deverão desde logo ser distribuidas a elle de accordo.

55. Os directores serão pagos dos fundos da companhia, a titulo de remuneração pelos seus serviços, a somma de £ 1.000 por anno, e tal outra somma (si a houver) como a companhia em assembléa geral determinar de tempos a tempos e a mesma deverá ser dividida entre os directores nas proporções e da maneira que elles de tempos a tempos determinarem.

Faculdades dos directores

56. O negocio da companhia deverá ser gerido pelos directores, os quaes poderão pagar todas as despesas incorridas em preparar e registrar a companhia, e do e incidentaes ao Convenio Provisorio datado de 9 de fevereiro de 1897 e mencionado na acta de associação, e as negociações para o mesmo, e de levar o mesmo a effeito, e todas as custas, gastos e despesas incorridos pela commissão dos possuidores de obrigações a que se faz referencia na acta de associação, e poderão exercer todos os poderes da companhia que não seja exigido por quaequer leis ou por estes estatutos serem exercidos pela companhia em assembléa geral, e sujeitos, não obstante os regulamentos destes estatutos, as provisões de quaesquer leis, e taes regulamentos, que não forem inconsistentes com os referidos regulamentos e provisões como foi prescripto pela companhia em a assembléa geral; mas nenhuns regulamentos feitos pela companhia em assembléa geral deverão invalidar qualquer acto prévio da directoria que seria valido si taes regulamentos nao tivessem sido feitos.

57. Sem restringir a generalidade dos poderes precedentes, os directores poderão fazer as seguintes cousas:

A) Poderão elles, de tempos a tempos, a sua discreção, obter ou tomar emprestada ou emprestadas qualquer somma ou quaesquer sommas de dinheiro sobre a garantia e nas condições, com relação a juros ou a outra cousa, que elles julgarem proprio, e poderão garantir a mesma ou as mesmas por meio de hypotheca ou outros *debentures* ou obrigações, ou mediante a emissão de

debenture stock, ou por onus sobre ou hypotheca de qualquer fôrma, do todo ou de qualquer porção de quaesquer bens, fundos, haveres, effeitos ou capital por chamar da companhia, mas de modo que a quantia a qualquer tempo devida com respeito a dinheiros assim obtidos ou tomados emprestados não deva, sem a sanção de uma assembléa geral, exceder a somma de £ 50.000.

B) Poderão elles de tempos a tempos, mas com sujeição a qualquer contracto existente, nomear qualquer um ou mais do seu numero para ser ou para serem gerente ou gerentes, ou director-gerente ou directores-gerentes, nos termos relativamente á remuneração e com as faculdades e autorisações e pelo tempo que elles julgarem conveniente.

C) Poderão elles, si qualquer director que for requisitado a ir ao estrangeiro ou a prestar qualquer outro serviço extraordinario, dar-lhe tal remuneração especial pelos serviços prestados como elles julgarem proprio.

D) Poderão elles fazer, sacar, acceitar, e endossar respectivamente, notas promissorias, letras, cheques ou outros instrumentos negociaveis, com tanto que toda a nota promissoria, letra, cheque ou outro instrumento negociavel sacado, feito ou acceite, seja assignado pela pessoa ou pelas pessoas que os directores possam por deliberação nomear para isso.

E) Poderão elles empregar os fundos da companhia, que não forem precisos para uso immediato, nos *stocks* ou fundos publicos, ou valores do Governo do Reino Unido, ou da India, ou de qualquer colonia ou dependencia do Reino Unido ou de qualquer paiz estrangeiro, ou nas obrigações, *debentures*, *debenture-stock*, acções preferenciaes ou garantidas ou *stock* preferencial ou garantido, ou acções ordinarias preferidas ou *stock* ordinario preferido de qualquer companhia de estradas de ferro, diques, canaes, gaz, agua, ou outras industrias, ou de qualquer corporação municipal ou outro corpo publico no Reino Unido ou na India ou em qualquer colonia ou dependencia do Reino Unido ou de qualquer paiz estrangeiro, e poderão de tempos a tempos transpor qualquer emprego, comtanto que os fundos da companhia não sejam gastos na compra de ou emprestados sobre a garantia das suas proprias acções. Os directores poderão, contudo, á sua discreção, acceitar a entrega de acções a titulo de pagamento ou arranjo, no todo ou em parte, de qualquer divida ou responsabilidade de qualquer socio da companhia, quaesquer acções assim entregues poderão ser vendidas ou de novo emitidas da mesma maneira que as acções confiscadas.

F) Poderão elles nomear as pessoas que julgarem proprio (as quaes poderão ser ou não directores ou socios da companhia), para agirem na qualidade de administração local, e poderão delegar-lhe taes dos seus proprios poderes e autorisações como elles julgarem conveniente, e poderão regular o procedimento e determinar a remuneração e o prazo do serviço dos membros de tal administração local.

G) Poderão elles, afim de representarem a companhia de accordo com as leis do Brazil, ou de outorgarem qualquer instru-

mento ou de fazerem qualquer negocio no estrangeiro, nomear a qualquer pessoa ou quaesquer pessoas, procurador ou procuradores da directoria da companhia, com as faculdades que elles julgarem conveniente.

H) Poderão elles vender toda a empresa da companhia, ou qualquer parte della, pela consideração que julgarem conveniente, e especialmente por acções, *debentures* ou valores de qualquer outra companhia que tenha fins totalmente ou em parte semelhantes ao da companhia, e na qual a responsabilidade dos socios seja limitada á importancia das suas acções.

I) Poderão elles, sujeitos ás provisões das leis de 1883 (registros coloniaes) referentes a companhias, de tempos a tempos fazer com que seja guardado ou sejam guardados, e fazer as provisões que julgarem conveniente com respeito á conservação de um registro filial ou de registros filiaes dos socios. E poderão elles de tempos a tempos nomear uma autoridade em qualquer logar onde um tal registro filial for guardado, para approvar ou rejeitar transferencias, e para ordenar o registro de transferencias approvadas em tal registro filial, e cada tal autoridade poderá com respeito a transferencias ou outros assentos que se proponha registrar no registro filial para que a dita autoridade for nomeada, exercer todos os poderes da directoria da mesma maneira e até o mesmo ponto e para o mesmo effeito como si a propria directoria realmente os exercesse.

58. O director que continuar ou os directores que continuarem poderá ou poderão agir, não obstante qualquer vaga no corpo delles e não obstante que o seu numero seja inferior ao menor numero previamente provido; contanto que, si o numero de directores for menor que o minimo, elles deverão ou elle deverá immediatamente nomear pelo menos um director adicional, ou convocar uma assembléa geral da companhia para o fim de fazer tal nomeação, e durante o tempo em que houver menos do que o menor numero de directores, quaesquer tres socios poderão convocar uma assembléa geral para tal fim.

Sello symbolico

59. Os directores deverão subministrar um sello para uso da companhia, e poderão exercer os poderes da lei de 1864 referente aos sellos de companhias, que pelos presentes estatutos são dados á companhia qualquer documento em que o sello da companhia for estampado, deverá ser assignado pelo menos por um director e referenciado pelo secretario ou por outro official nomeado para esse fim pela directoria.

Desqualificação dos directores

60. O posto de director deverá ficar vago :

a) si elle occupar qualquer posto ou logar lucrativo na companhia, além dos autorisados neste documento ;

b) si elle se tornar enfermo do espirito, fallir ou fizer composição com os seus credores ;

c) si elle deixar de possuir a devida qualificação ;

d) si elle mandar á directoria a sua resignação por escripto, e a mesma for acceita ou não for retirada durante sete dias ;

e) si elle estiver ausente nas reuniões da directoria continuamente durante seis mezes sem o consentimento da directoria.

61. Nenhum director ou gerente deverá ser desqualificado por motivo meramente do seu cargo, para contractar com a companhia, nem deverá tal contracto, ou qualquer contracto ou arranjo celebrado por ou em nome da companhia, com qualquer companhia ou sociedade de que ou em que qualquer director ou gerente for socio ou de outro modo interessado, ser nullo unicamente por motivo do seu cargo de director ; nem deverá qualquer director ou gerente que assim contractar ou for tal socio, ou assim interessado, ser responsavel a dar contas a esta companhia de qualquer lucro realizado com tal contracto ou arranjo por motivo unicamente de tal director ou gerente ter esse cargo ou da relação fiduciaria por isso estabelecida, mas nenhum tal director ou gerente deverá votar com respeito a qualquer tal contracto ou arranjo, e a natureza do seu interesse deverá ser descoberta por elle na reunião dos directores em que se determinar sobre o contracto ou arranjo, no caso que o seu interesse exista então, ou em qualquer outro caso na primeira reunião dos directores depois da aquisição do seu interesse.

Rota dos directores

62. Na assembléa geral ordinaria no anno de 1898, e na assembléa ordinaria em cada subsequente anno, um terço dos directores na occasião ou si o seu numero não for um multiplo de tres então o numero mais proximo, mas não excedendo a um terço, deverá retirar-se do posto.

63. Os directores que tiverem de se retirar deverão ser aquelles que occuparem ha mais tempo esse posto. No caso de igualdade, os directores que tiverem de se retirar, a não ser que concordem entre si, deverão ser determinados por votação.

64. O gerente (si for um director), ou um director-gerente, não deverá, enquanto continuar a occupar esse cargo, estar sujeito a retirar-se por meio de rota, e não deverá elle ser tomado em conta ao determinar-se a rota ou retirada de directores, mas elle deverá, tendo em vista os termos de qualquer contracto, elle mesmo e a companhia, estar sujeito ás mesmas provisões relativamente á resignação e remoção que os outros directores.

65. Um director que se retire deverá ser elegivel para eleição.

66. A companhia na assembléa geral em que quaesquer directores tiverem de se retirar, deverá, sujeita a qualquer resolução reduzindo o numero de directores, completar os logares

vagos, nomeando igual numero de pessoas, e poderá tambem de tempos a tempos nomear qualquer director adicional.

67. Si em qualquer assembléa em que os directores deverem ser eleitos, os logares de quaesquer directores que se retirarem não forem preenchidos, estão sujeitos a qualquer resolução que reduzir o numero de directores os directores que se retirarem, ou taes delles que não tiverem tido os seus logares preenchidos e tiverem boa vontade de funcionar, deverão ser considerados ter sido reeleitos.

68. A companhia poderá de tempos a tempos, em assembléa geral, augmentar ou reduzir o numero de directores e na occasião de passar qualquer resolução para um augmento, poderá o numero de directores additionaes necessarios para levar a mesma a effeito, e poderá tambem determinar em que ordem tal numero augmentado ou reduzido tiver de deixar o posto.

69. Os directores poderão a qualquer tempo nomear qualquer pessoa qualificada como um director, quer para occupar uma vacatura casual, quer como uma addição, a directoria, mas de modo que o numero de directores não seja, em qualquer occasião, mais do que o numero maximo anteriormente provido neste documento, ou como de tempos a tempos for fixado pela companhia em assembléa geral.

70. A companhia em assembléa geral poderá, por uma resolução especial, depor qualquer director, antes da terminação do prazo do posto, e poderá, por uma resolução ordinaria, nomear outra pessoa qualificada em lugar d'elle. A pessoa assim nomeada deverá occupar o posto sómente durante tal tempo como o director em cujo lugar ella for nomeada teria occupado o mesmo, si não tivesse sido deposto.

Procedimento dos directores

71. Os directores poderão reunir-se para despachar negocios, adiar e de outro modo regularisar as suas reuniões, como julgarem conveniente, e poderão determinar o *quorum* necessario para a transacção de negocios. Até que de outro modo for fixado o *quorum*, deverão ser tres directores. Não deverá ser necessario dar aviso de uma reunião dos directores a um director que não estiver no Reino Unido.

As questões que se offerecerem em qualquer reunião deverão ser decididas por uma maioria de votos, e no caso de uma igualdade de votos, o presidente deverá ter um segundo ou voto de desempate. Um director ou o secretario poderá a qualquer tempo, e o secretario ao receber pedido de um director, chamar uma reunião dos directores.

72. Os directores poderão eleger um presidente e presidente substituto das suas reuniões e determinar o prazo durante o qual elles tiverem de occupar o posto, mas si nenhum tal presidente ou presidente substituto for eleito ou si em qualquer assembléa elles não estiverem presentes na occasião nomeada para a

reunião da assembléa, os directores presentes deverão escolher algum do numero delles para ser presidente de tal assembléa.

73. Os directores poderão delegar qualquer dos seus poderes, que não sejam os poderes de contrahir empréstimos e fazer chamadas, a commissões, consistindo de tal membro ou membros da sua corporação como elles julgarem conveniente. Qualquer commissão assim formada deverá, no exercicio dos poderes assim delegados, conformar-se com quaesquer regulamentos que de tempos a tempos forem impostos a ella pelos directores.

74. Uma commissão de mais de dous poderá eleger um presidente para as suas reuniões. Si nenhum tal presidente for eleito, ou si elle não estiver presente na occasião nomeada para ter logar a reunião, os socios presentes poderão escolher um do seu numero para ser presidente de tal assembléa.

75. Uma commissão poderá reunir-se e adiar as suas reuniões, como julgar conveniente; as questões que se levantarem em qualquer assembléa deverão ser determinadas por uma maioria de votos dos socios presentes, e no caso de empate de votos, o presidente, si o houver, deverá ter um segundo voto ou voto de desempate.

76. Todos os actos feitos por qualquer reunião da directoria ou da commissão da directoria, ou por qualquer pessoa funcionando como director, deverão, não obstante ser depois descoberto que houve alguma falta na nomeação de quaesquer ties directores ou pessoa funcionando como fica dito, ou que elles ou qualquer delles fossem desqualificados, ser validos como si toda tal pessoa tivesse sido devidamente nomeada e fosse qualificada para ser um director.

Dividendos

77. Os directores poderão, com a sancção da companhia em assembléa geral, declarar um dividendo para ser pago aos socios em proporção das quantias creditadas como pagas sobre as suas acções.

78. Os directores poderão, antes de recomendar qualquer dividendo, pôr de parte, tira-la dos lucros da companhia, a somma que elles julgarem conveniente como fundo de reserva para fazer face ás contingencias, ou para igualar dividendos ou para concertar ou conservar os bens da companhia, ou qualquer parte delles, ou para quaesquer outros fins da companhia; e poderão de tempos a tempos applicar o todo ou qualquer parte de tal fundo para quaesquer fins da companhia.

79. Nenhum dividendo deverá ser pago, excepto sendo tirado dos lucros da companhia.

80. Quando, na opinião dos socios, a posição da companhia permittir dividendos interinos, poderão ser declarados e pagos aos socios por conta do dividendo para o anno então corrente.

81. Os directores poderão deduzir dos dividendos ou juros pagaveis a qualquer socio todas as sommas de dinheiro que forem devidas por elle á companhia.

82. Todos os dividendos e prazos de juros deverão pertencer e ser pagos (sujeitos ao direito de retenção da companhia) áquelles socios que estiverem no registro na data da assembléa em que tal dividendo for declarado, ou na data em que tal juro for pagavel respectivamente, não obstante qualquer subsequente transferencia ou transmissão de acções.

83. Aviso de qualquer dividendo que tiver sido declarado deverá ser dado a cada socio da maneira em seguida aqui mencionada.

84. Nenhum dividendo deverá vencer juros em conta da companhia.

Contabilidade

85. Os directores deverão fazer com que sejam guardadas contas verdadeiras do activo e passivo, recebimentos e despesas da companhia.

86. Os livros de contas neste paiz deverão ser guardados no escriptorio registrado da companhia.

87. Os directores deverão apresentar á companhia, na assembléa geral ordinaria de cada anno, uma relação de renda e das despesas durante o anno anterior, e um balanço que mostre o haver e as responsabilidades da companhia tirado até á ultima conveniente data antes de tal assembléa, acompanhado de um relatorio dos directores sobre a posição e as transacções da companhia. Um exemplar impresso de taes balanço e relatorio deverá ser transmittido, com o aviso convocando á assembléa cada accionista para o seu endereço registrado, e dous exemplares deverão ser mandados ao secretario da repartição de acções e empréstimos da bolsa de Londres.

Fiscalisação das contas

88. Uma vez pelo menos em cada anno, isto é, em preparação da assembléa geral ordinaria, as contas da companhia deverão ser examinadas, e a exactidão dos balanços verificada por um ou mais fiscaes.

89. Os primeiros fiscaes deverão ser nomeados pelos directores; os subsequentes fiscaes deverão ser nomeados pela companhia na assembléa geral ordinaria em cada anno.

90. Si um só fiscal for nomeado, todas as provisões aqui contidas relativamente a fiscaes deverão ter applicação a elle.

91. Os fiscaes poderão ser socios da companhia; mas nenhum director ou outro empregado da companhia deverá ser elegivel durante o tempo em que occupar o posto e ninguem

deverá ser nomeado fiscal na Gran-Bretanha que não for um contador encartado.

92. A remuneração dos primeiros fiscaes deverá ser fixada pelos directores; a de subsequentes fiscaes deverá ser fixada pela companhia em assembléa geral.

93. Qualquer fiscal deverá ser elegível para reeleição quando deixar o posto.

94. Si houver mais de um fiscal nomeado e occorrer uma vaga casual no posto de fiscal, poderá ella ser preenchida pelos directores, mas de modo que só uma tal nomeação seja feita entre quaesquer duas assembléas geraes ordinarias; mas excepto como acima dito, si qualquer vaga casual occorrer, os directores deverão immediatamente convocar uma assembléa geral extraordinaria com o fim de supprir a dita vaga.

95. Si nenhuma eleição for feita da maneira acima dita, o Ministerio do Commercio e Industria poderá, a pedido de nunca menos de cinco socios da companhia, nomear um fiscal para o anno corrente, e estipular a remuneração que lhe deverá ser paga pelos seus serviços pela companhia.

96. Cada um dos fiscaes deverá ser supprido com uma cópia do balanço e da conta das rendas e despezas, e deverá ser obrigação d'elle examinar a mesma com os livros, contas e notas referentes a ella.

97. Cada fiscal deverá, a pedido d'elle, ter entregue a elle uma lista de todos os livros guardados pela companhia, e deverá em todas as occasiões razoaveis ter accesso aos livros e contas da companhia.

98. Os fiscaes deverão certificar aos socios a exactidão dos balanços e contas e poderão fazer sobre os mesmos tal relatorio aos socios como elles julgarem conveniente.

Avisos

99. Um aviso poderá ser dado pela companhia a qualquer socio, quer em pessoa quer pelo Correio em uma carta franqueada endereçada a tal socio no seu endereço registrado.

100. Todos os avisos que tiverem de ser dados aos socios deverão, com respeito a qualquer acção a que pessoas sejam intituladas em sociedade, ser dados a qualquer de taes pessoas que estiver indicada primeira do registro de socios, e um aviso assim dado deverá ser sufficiente aviso a todos os possuidores de tal acção.

101. Qualquer socio que residir fóra do Reino Unido poderá indicar um endereço dentro do Reino Unido, no qual todos os avisos sejam dados em tal endereço e deverão ser considerados como bem dados. Si elle não tiver indicado um tal endereço, elle não deverá ser intitulado a quaesquer avisos.

102. Qualquer aviso, si for dado pelo Correio, deverá ser considerado como dado no dia em que elle tiver sido lançado no

correio, e ao provar-se que tal aviso for dado, deverá sufficientemente provar que elle foi propriamente endereçado e lançado no Correio.

Liquidação

103. Si a companhia entrar em liquidação, os liquidatarios (sejam voluntarios ou officiosos) poderão, com o consentimento de uma resolução extraordinaria, dividir entre os contribuintes em moeda, qualquer parte do activo da companhia, e poderá com o mesmo consentimento investir qualquer parte do activo em fidei-commissarios sobre taes fidei-commissos para o beneficio dos contribuintes, como os liquidatarios, e em igual consentimento, julgarem conveniente.

104. Si a qualquer tempo os liquidatarios da companhia fizerem qualquer venda ou celebrarem qualquer arranjo de accordo com a secção 161 da lei de 1862, referente á companhia, o socio que não concordar no sentido daquella secção não deverá ter os direitos por ella a elle dados, mas, em vez disso, poderá, mediante aviso por escripto dirigido a's liquidatarios e entregue no escriptorio nunca mais tarde do que 14 dias depois da data da assembléa em que a deliberação especial autorizando tal venda ou arranjo tiver sido tomada, exigir que elles vendam as acções. Fundos ou outros bens, opção ou privilegio a que sob o arranjo elle viria de outro modo a ter direito, e pagamento elle o liquido producto, e taes venda e pagamento deverão de accordo ser feitos, podendo tal venda por ultimo mencionada ser feita da maneira que os liquidatarios julgarem conveniente.

Interpretação

105. Na construcção destes estatutos, qualquer palavra que denotar sômente o numero singular deverá ser lida, onde for necessario, como denotando tambem o numero plural, e qualquer palavra que denotar sômente o genero masculino deverá ser lida, onde necessario, como denotando tambem o genero feminino e vice-versa. *Mez* deverá significar um mez solar.

Nomes, endereços e descrições dos subscriptores

C. Brent, Rosebank, Gordon Road, South Woolford — Empregado de correitor.

J. C. Grenfell — 22 Artresian Road, Bayswater W — Empregado de correitor.

Percy. W. Prockter — 76 Healthfield Road, South Croydon — Empregado de correitor.

C. E. Menhinik — 38, Crouch Hall Road, Hornsey N. — Empregado do commercio.

Robert Bromby —17, Wolseley Road, Crouch End, N. — Empregado do commercio.

1. Geoffrey Pellill — Burwood Park Road, Walton-on-Thames — Empregado do commercio.

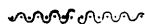
James Langran —23, Northumberland Park, Tottenham, N. — Empregado do commercio.

Datado no dia 13 de maio de 1897.

Testemunha das assignaturas supra:

Charles Edward Zmith — Empregado dos Srs. Bompas Bischoff — Dodgson Coxé & Bompas — 4, Great Winchester Street.

E' cópia. — *Ernesto Cleave*, registrador ajudante de companhias anónimas.



DECRETO N. 2633 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1897

Proroga por mais quatro mezes, a contar de 5 de agosto do corrente anno, o prazo fixado no termo de 13 de outubro do anno passado, para apresentação dos estudos definitivos e complementares do prolongamento da linha de Resaca a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, decreta :

Artigo unico. Fica prorogado por mais quatro mezes, a contar de 5 de agosto do corrente anno, o prazo fixado no termo de 13 de outubro do anno proximo passado, para a apresentação dos estudos definitivos e complementares do prolongamento da linha de Resaca a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana.

Capital Federal, 8 de outubro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS:

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2634 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creadas na Guarda Nacional da comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria, com as denominações de 11^a e 2^a, constituidas, aquella de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 31^o, 32^o e 33^o, e um do da reserva, sob n. 11, e esta dos 3^o e 4^o regimentos, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de outubro de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2635 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Cachoeira, no Estado do Pará.

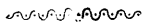
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca da Cachoeira, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria, com a denominação de 16^a, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 46^o, 47^o e 48^o, e um do da reserva, sob n. 16, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtes da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2636 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1897

Crea diversas brigadas de infantaria de Guardas Nacionaes no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Art. 1.º Ficam creadas na Guarda Nacional do Estado do Pará mais as seguintes brigadas de infantaria:

As 17ª e 18ª, compostas dos 49º, 50º, 51º, 52º, 53º e 54º batalhões do serviço activo e 19º e 20º do da reserva, na comarca de Breves ;

As 19ª e 20ª, compostas dos 55º, 56º, 57º, 58º, 59º e 60º batalhões do serviço activo e 19º e 20º do da reserva, na comarca de Muana ;

A 21ª, composta dos 61º, 62º e 63º batalhões do serviço activo e 21º do da reserva, na comarca de Bragança ;

A 22ª, composta dos 64º, 65º e 66º batalhões do serviço activo e 22º do da reserva, na comarca de Curuçá.

Art. 2.º As paradas dos batalhões ora creados serão determinadas pelo commando superior da Guarda Nacional na Capital.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2637 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

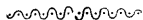
Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Monte Alegre, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria, com a denominação de 23ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 67º, 68º e 69º, e

um do da reserva com a de 23ª, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2638 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1897

Marca prazo aos empregados diplomaticos e consulares em disponibilidade para chegarem á Capital da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que empregados diplomaticos e consulares em disponibilidade, segundo os arts. 7º e 10º da lei n. 614, de 22 de agosto de 1851, são aquelles que forem pelo Governo mandados retirar para esta Capital ;

Considerando que o ordenado desses empregados, de accordo com o art. 39 do decreto n. 940, de 20 de março de 1852, começa a correr do dia em que cessam os vencimentos que percebiam em effectividade;

Considerando finalmente que não é regular que funcionarios da Republica permaneçam fóra della pelo tempo que lhes aprouver, remunerados pelos cofres publicos e sem estarem á disposição do Ministerio a que pertencem;

Decreta :

Art. 1.º Os empregados diplomaticos e consulares postos em disponibilidade deverão retirar-se para a Capital Federal o apresentar-se na Secretaria de Estado das Relações Exteriores no prazo de dous mezes, contados da data em que tiverem a respectiva comunicação official, cujo recebimento lhes cumpre logo acusar.

Parapho unico. Esse prazo poderá ser prorogado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, por motivos de força maior devidamente comprovados.

Art. 2.º Os empregados que excederem o referido prazo, ou a sua prorrogação, ficarão desle logo privados de qualquer vencimento.

Capital Federal, 14 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2639 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Bocayuva, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Bocayuva, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 12ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 34ª, 35ª e 36ª, e um do da reserva, sob n. 12, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2640 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes.

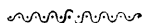
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 13ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as denominações de 37ª, 38ª e 39ª e um do da reserva, sob n. 13, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2641 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Branco, no Estado de Minas Geraes.

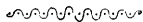
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Rio Branco, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 14ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 40º, 41º e 42º, e um do da reserva, sob n. 14, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2642 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionas na comarca de Theophilo Ottoni, no Estado de Minas Geraes.

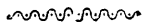
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Theophilo Ottoni, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 15ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 43º, 44º e 45º, e um do da reserva, sob n. 15, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2643 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Montes Claros, no Estado de Minas Geraes,

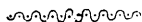
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Montes Claros, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 16ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 46º, 47º e 48º, e um do da reserva sob n. 16, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2644 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Boa Vista do Tremedal, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca da Boa Vista do Tremedal, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 17ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 49º, 50º e 51º, e um do da reserva sob n. 17, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2645 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1897

Altera provisoriamente os preços das tarifas de passageiros e do transporte de materiaes de construção, canna e lenha, da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, cessionaria da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, decreta:

Artigo unico. Ficam alteradas, provisoriamente, de accordo com as modificações que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, os preços das tarifas de passageiros e do transporte de materiaes de construção, canna e lenha, da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, approvados pelo decreto n. 2376, de 14 de novembro de 1896.

Capital Federal, 18 de outubro de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Deputado E. de Sousa Aragão.

Alterações provisórias dos preços das tarifas de passageiros e do transporte de materiaes de construção, canna e lenha, da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, a que se refere o decreto desta data n. 2645.

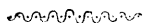
- | | |
|---|-------|
| 1. ^a Passagens de 1. ^a classe, por kilometro..... | \$080 |
| Ditas de 2. ^a classe, idem..... | \$055 |
| Ditas de ida e volta em 1. ^a classe terão o abatimento de 25 %. | |
| 2. ^a Areia, tijolos, telha, madeira e outros materiaes de construção, menos cal, pagarão pela classe 5. ^a tarifa 3, dous réis por 10 kilogrammas e por kilometro. | |
| Quando a expedição exceder de 1.000 kilogrammas, até a carga de um vagão, terá o excesso o abatimento de 30 %. | |
| Nos vagões completos o abatimento será de 35 %. | |
| 3. ^a Lenha e canna. Fica creada a classe 6. ^a na tarifa 3, 1,5 réis por 10 kilogrammas e por kilometro; sendo os fretes cobrados pelo percurso effectivo, arredondados os kilometros. | |
| Quando a expedição exceder de 1.000 kilogrammas, terá o excesso o abatimento de 20 %. | |

Quando o percurso exceder de 15 kilometros em lotação nunca inferior a seis vagões diários, será cobrado o transporte por tonelada :

- | | |
|----------------------------|--------|
| De 15 kilometros a 20..... | 1\$800 |
| De 21 ditos a 30..... | 2\$200 |
| De 31 ditos a 45..... | 2\$600 |
| De 46 ditos em deante..... | 3\$000 |
- 4.^a Bacalhão, farinha de trigo, etc., generos alimentícios importados, pagarão pela 3.^a classe da tarifa 3, 4 réis por 10 kilogrammas e por kilometro.
- 5.^a Algodão, assucar refinado, purgado, etc.
Quando transportados em vagões completos terão o abatimento de 10 %.
- 6.^a Na clausula 2.^a da tarifa 3 fica reduzido a 5,5.

Para o calculo das taxas em geral continuam em vigor as instrucções regulamentares approvadas por decreto n. 1881, de 7 de novembro de 1894, com as alterações feitas pelo de n. 2376, de 14 de novembro de 1896.

Capital Federal, 18 de outubro de 1897. — *Dionisio E. de Castro Cerqueira.*



DECRETO N. 2646 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1897

Approva os orçamentos de diversas obras complementares, no valor de 1.461:761\$785, apresentados pela Companhia Docas de Santos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam approvados os orçamentos de varias obras de drenagem, armazem externo n. 1, cinco guindastes hydraulicos e um a vapor, duas locomotivas e outras obras complementares ás do caes em construcção no porto de Santos, no valor de 1.461:761\$785, apresentados pela Companhia Docas de Santos, na conformidade do disposto nos decretos ns. 790, 813 e 943, de 8 de abril, 7 de maio e 15 de julho de 1892, e nos avisos ns. 342, 426 e 464, de 28 de agosto, 19 de outubro e 14 de novembro de 1894; devendo a respectiva importancia ser levada á conta do capital da companhia.

Capital Federal, 18 de outubro de 1897, 9.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2647 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a denominação de 3ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 7ª, 8ª e 9ª, e um da reserva sob n. 3, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2648 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1897

Approva os estudos definitivos dos trechos de Santos a Quilombo e do Alto da Serra a Quilombo, complementares da linha do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferec Mogyana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados os estudos definitivos dos trechos de Santos a Quilombo, na extensão de 4.392 metros, e do Alto da Serra a Quilombo na extensão de 18.100 metros da linha de Resaca a Santos.

Capital Federal, 25 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionísio R. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2649 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Cataguazes, no Estado de Minas Geraes.

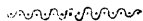
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Cataguazes, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 21ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 61ª, 62ª e 63ª e um do da reserva, sob n. 21, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2650 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1897

ca uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes.

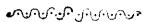
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 19ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 55ª, 56ª e 57ª, e um do da reserva, sob n. 19, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2651 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Cabo Verde, no Estado de Minas Geraes.

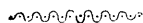
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Cabo Verde, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 20ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 58º, 59º e 60º, e um do da reserva, sob n. 20, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2652 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1897

Organisa no Estado do Rio de Janeiro mais 41 brigadas, sendo 31 de infantaria e 10 de cavallaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado do Rio de Janeiro se constituirá de mais 31 brigadas de infantaria e 10 de cavallaria.

A 12ª brigada de infantaria, constituida na comarca de Paraty, se comporá dos 34º, 35º e 36º batalhões de infantaria e 12º da reserva.

A 13ª brigada de infantaria, constituida na comarca de Angra dos Reis, se comporá dos 37º, 38º e 39º batalhões de infantaria e 13º da reserva.

As 14ª e 15ª brigadas de infantaria, constituidas na comarca de Araruama, se comporão dos 40º, 41º, 42º, 43º, 44º e 45º batalhões de infantaria e 14º e 15º da reserva.

As 16ª e 17ª brigadas de infantaria, constituidas na comarca de Barra Mansa, se comporão dos 46º, 47º, 48º, 49º, 50º e 51º batalhões de infantaria e 16º e 17º da reserva.

A 18ª brigada de infantaria, constituida na comarca da Barra do Pirahy, se comporá dos 52º, 53º e 54º batalhões de infantaria e 18º da reserva.

As 19ª e 20ª brigadas de infantaria, constituidas na comarca de Cantagallo, se comporão dos 55º, 56º, 57º, 58º, 59º e 60º batalhões de infantaria e 19º e 20º da reserva.

A 21ª brigada de infantaria, constituida na comarca de Cabo Frio, se comporá dos 61º, 62º e 63º batalhões de infantaria e 21º da reserva.

A 22ª brigada de infantaria, constituida na comarca do Carmo, se comporá dos 64º, 65º e 66º batalhões de infantaria e 22º da reserva.

As 23ª brigada de infantaria e 7ª de cavallaria, constituidas na comarca de Iguaçu, se comporão dos 67º, 68º e 69º batalhões de infantaria e 23º da reserva e dos 13º e 14º regimentos de cavallaria.

As 24ª e 25ª brigadas de infantaria, constituidas na comarca de Itaboraí, se comporão dos 70º, 71º, 72º, 73º, 74º e 75º batalhões de infantaria e 24º e 25º da reserva.

As 26ª brigada de infantaria e 8ª de cavallaria, constituidas na comarca de Itaguaí, se comporão dos 76º, 77º e 78º batalhões de infantaria e 26º da reserva, e dos 15º e 16º regimentos de cavallaria.

As 27ª brigada de infantaria e 9ª de cavallaria, constituidas na comarca de Macaé, se comporão dos 79º, 80º e 81º batalhões de infantaria e 27º da reserva, e dos 17º e 18º regimentos de cavallaria.

As 28ª brigada de infantaria e 10ª de cavallaria, constituidas na comarca de Santa Maria Magdalena, se comporão dos 82º, 83º e 84º batalhões de infantaria e 28º da reserva, e dos 19º e 20º regimentos de cavallaria.

A 29ª brigada de infantaria, constituida na comarca de Magé, se comporá dos 85º, 86º e 87º batalhões de infantaria e 29º da reserva.

As 30ª e 31ª brigadas de infantaria e 11ª de cavallaria, constituidas na comarca de Nova Friburgo, se comporão dos 88º, 89º, 90º, 91º, 92º e 93º batalhões de infantaria e 30ª e 31ª da reserva, e dos 21º e 22º regimentos de cavallaria.

A 32ª brigada de infantaria, constituida na comarca de Pirahy, se comporá dos 94º, 95º e 96º batalhões de infantaria e 32º da reserva.

As 33ª brigada de infantaria e 12ª de cavallaria, constituidas na comarca do Rio Bonito, se comporão dos 97º, 98º e 99º batalhões de infantaria e 33ª da reserva, e dos 23º e 24º regimentos de cavallaria.

As 34ª brigada de infantaria e 13ª de cavallaria, constituidas na comarca de Santo Antonio de Pádua, se comporão dos 100º, 101º e 102º batalhões de infantaria e 34ª da reserva, e dos 25º e 26º regimentos de cavallaria.

A 35ª brigada de infantaria, constituída na comarca de S. Fidelis, se comporá dos 103º, 104º e 105º batalhões de infantaria e 35º da reserva.

A 36ª brigada de infantaria, constituída na comarca de S. João Marcos, se comporá dos 106º, 107º e 108º batalhões de infantaria e 36º da reserva.

A 37ª brigada de infantaria, constituída na comarca de Santa Thereza, se comporá dos 109º, 110º e 111º batalhões de infantaria e 37º da reserva.

A 38ª brigada de infantaria e 14ª de cavallaria, constituídas na comarca de Sapucaia, se comporão dos 112º, 113º e 114º batalhões de infantaria e 38º da reserva, e dos 27º e 28º regimentos de cavallaria.

As 39ª e 40ª brigadas de infantaria e 15ª de cavallaria, constituídas na comarca de Valença, se comporão dos 115º, 116º, 117º, 118º, 119º e 120º batalhões de infantaria e 39º e 40º da reserva, e dos 29º e 30º regimentos de cavallaria.

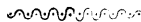
As 41ª e 42ª brigadas de infantaria e 16ª de cavallaria, constituídas na comarca de Vassouras, se comporão dos 121º, 122º, 123º, 124º, 125º e 126º batalhões de infantaria e 41º e 42º da reserva, e dos 31º e 32º regimentos de cavallaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2653 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1897

Crea um Consulado em Port au Prince, Haiti.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da autorisação que lhe é Concedida pelo art. 3º da lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, decreta :

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Port au Prince, Haiti.

Capital Federal, 28 de outubro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionísio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2654 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional da Capital do Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro ultimo, resolve decretar :

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado do Santa Catharina se comporá de um commando superior, com sede na Capital do Estado, o qual se constituirá com uma brigada de cavallaria, uma de artilharia, uma de infantaria e das demais que se organisarem posteriormente nas comarcas do referido Estado.

Art. 2.º A brigada de cavallaria se comporá de dois regimentos com as designações de 1.º e 2.º ; a de artilharia, de um batalhão de artilharia de posição e de um regimento de artilharia de campanha, e a de infantaria, de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 1.º, 2.º e 3.º e de um batalhão do serviço da reserva com a designação de 1.º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma Capital.

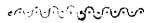
Art. 3.º O local das paradas dos corpos, ora creados, será determinado pelo respectivo commando superior.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de outubro de 1897, 9.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2655 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 99:993\$962, para occorrer ao pagamento de despesas de que tratam os ns. 3 e IV § 1º do art. 2º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

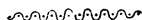
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida no art. 2º § 1º ns. 3 e IV da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 70 § 5º do decreto n. 2409, de 23 daquelle mez e anno, resolve abrir o credito extraordinario de 99:993\$962 ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, para occorrer ao pagamento de despesas feitas pelo Ministerio da

Marinha com o transporte e entrega aos respectivos Estados dos sentenciados recolhidos ao ex-Presidio de Fernando de Noronha.

Capital Federal, 30 de outubro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2656 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito suplementar de 76:200\$, sendo : 33:700\$ à verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ à verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 8º da lei n. 429, de 10 de dezembro do anno passado, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70 § 5º do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 do mesmo mez e anno, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito suplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ à verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ à verba — Secretaria da Camara dos Deputados —, afim de occorrer ao pagamento de despezas com os serviços de stenographia, relação e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a segunda prorogação da actual sessão legislativa até o dia 4 de novembro corrente.

Capital Federal, 1 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2657 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1897

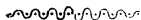
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio aos Senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio aos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 8º da lei n. 429, de 10 de dezembro do anno passado, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70 § 5º do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 do mesmo mez e anno, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 618:750\$000, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio aos Senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio aos Deputados — afim de occorrer ao pagamento das despezas com os subsidios aos Senadores e Deputados, durante a segunda prorogação da actual sessão do Congresso Nacional até o dia 4 de novembro corrente.

Capital Federal, 1 de novembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2658 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1897

Autorisa o alargamento para 1^m,44 da actual bitola de 0^m,60 da Estrada de Ferro da Tijuca.

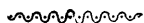
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia da segurança para o trafego da Estrada de Ferro da Tijuca, decreta :

Artigo unico. Fica a Companhia da Estrada de Ferro da Tijuca autorizada a alargar para 1^m,44 a actual bitola de 0^m,60 da linha ferrea desse titulo, de que trata a clausula 1ª das que acompanham o decreto n. 954, de 5 de novembro de 1890.

Capital Federal, 1 de novembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2659 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1897

Publica a adhesão do territorio allemão da Africa do sudoeste ao accordo relativo ao serviço de vales postaes, concluido em Vienna a 4 de julho de 1891.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão do territorio allemão da Africa do sudoeste ao accordo relativo ao serviço de vales postaes, concluido em Vienna a 4 de julho de 1891, segundo a communicacão do Conselho Federal Suizo de 4 de outubro ultimo ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este accompanha.

Capital Federal, 1 de novembro de 1897, da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

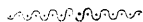
Dionisio E. de Castro Cerqueira.

TRADUCÇÃO— Berna, 4 de outubro de 1897.

Sr. Ministro — Temos a honra de informar a V. Ex. que, por nota datada de 28 de agosto ultimo, a Legação do Império da Allemanha nos communicou a adhesão, a partir de 1 de janeiro proximo, do territorio allemão da Africa do sudoeste ao accordo relativo ao serviço de vales postaes, concluido em Vienna a 4 de julho de 1891.

Apressamo-nos a notificar a V. Ex. essa adhesão, de conformidade com o art. 10 daquelle mesmo ajuste e aproveitamos a occasião para vos renovar, Sr. Ministro, as seguranças de nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suizo, o Presidente da Confederação, *Deucher*. — O Chanceller da Confederação, *Ringier*. — A. S. Ex. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Estados Unidos do Brazil, no Rio de Janeiro.



DECRETO N. 2660 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1897

Manda abrir uma concorrência para o arrendamento das Estradas de Ferro de Baturité, Sul de Pernambuco, Central de Pernambuco, Paulo Afonso e S. Francisco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando não ter sido apresentada proposta alguma para o arrendamento das Estradas de Ferro de Baturité, Sul de

Pernambuco, Central de Pernambuco, Paulo Affonso e S. Francisco, na concorrência de que trata o edital de 9 de janeiro deste anno ;

Considerando que é necessario dar execução ao disposto no art. 4º da lei n. 427, de 9 de dezembro de 1896 ;

Decreta :

Artigo unico. Será des- logo já aberta uma concorrência para o arrendamento das referidas estradas de ferro, mediante as bases do decreto n. 2413, de 23 de dezembro de 1893, com as alterações constantes do edital que for publicado pelo Ministerio da Industria, Viagem e Obras Publicas.

Capital Federal, 1 de novembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2661 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1897

Manda adoptar oCodigo de signaes commum a todos os portos e barras da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que a diversidade de bandeiras e regimentos de signaes empregados actualmente nos diversos portos e barras da Republica, no serviço das respectivas praticagens, traz grandes inconvenientes á navegação em geral, e especialmente a estrangeira; resolve que, de 1 de março vindouro em diante, seja adoptado em todos os referidos portos e barras oCodigo de signaes que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado dos Negocios da Marinha.

Capital Federal, 1 de novembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.

Codigo de signaes commum a todas as barras dos portos

EXPLICAÇÕES

I

Tendo compulsado os diversos trabalhos existentes e outras informações que nos foram presentes, relativos ao serviço de signaes em uso nas barras dos differentes portos da Republica, chegámos à convicção de que, a adaptação do que a respeito já existe no Codigo Commercial de signaes para uso internacional seria a melhor maneira de tornar uniforme, e muito mais simples para os navegantes, a troca de signaes, sempre necessaria, quando em aguas de qualquer barra onde haja necessidade ou obrigação dos auxilios da respectiva praticagem.

Poder-se-hia mesmo fazer uso exclusivo daquelle Codigo; mas, attendendo a que nem todos os signaes em uso nas praticagens estão nelle consignados, tornou-se necessario que estabelecessemos convenções e, escolhidas e numeradas algumas das bandeiras do mesmo as adaptamos ao uso especial do presente

Codigo, por isso que, a transmissão de signaes, sempre urgentes como o são quasi todos os de praticagem, em paragens perigosas, não admittindo delongas para compo-los por meio de syllabas, como seria preciso, tal não admittia.

Desta maneira havíamos organizado o trabalho anterior.

O Conselho Naval, em consulta n. 7780 de 20 de agosto do corrente anno, sabiamente ponderou sobre os graves inconvenientes que resultariam da applicação de um só regimento de bandeiras para os signaes dos dous Codigos e indicou as alterações que se tornavam necessarias para sua adopção, pelo que, o Sr. Ministro da Marinha, em aviso n. 2300, de 31 do mesmo mez, ordenou fossem ellas attendidas.

Consistem estas alterações em estabelecer um regimento de bandeiras peculiar a este Codigo e fazer uma nova combinação para differenciar os signaes de rumos dos de agua nas barras, pois, no primeiro trabalho eram elles feitos com os mesmos galhardetes, não obstante distinguíveis pela posição em que deveriam ser içados.

Nessa conformidade procurámos ainda simplificar o mais possivel o modo de transmittir simultaneamente os signaes mais necessarios ou mais urgentes em paragens perigosas; para o que, foi preciso subdividir o regimento que adoptámos em tres partes: a primeira, composta de sete bandeiras, para os signaes de attenção, advertencias, communicações e pilotagem; a segunda, composta de cinco galhardetes, para os signaes de rumos, e a terceira, de duas bandeiras e duas cornetas, para os signaes de agua na barra.

Deste modo, á simples vista saber-se-ha, pelo formato, combinação e collocação das bandeiras, de que signal se trata e, portanto, não poderá haver equivoco de especie alguma.

Quanto ás bandeiras de reconhecimento, affirmativa e negativa, ha toda a conveniencia em conservar commum aos dous Codigos as mesmas do internacional.

Exclusivamente pelo Codigo internacional, serão feitos de bordo dos navios todos os signaes, o que traz a vantagem de não obrigar-os a ter mais um regimento especial para os signaes das barras.

II

Contém este Codigo o seguinte :

Primeira parte — Instrucções geraes — Bandeiras para os signaes da tabella n. 1. — Tabella n. 1 — Signaes que se farão dos mastros ou atalaias das barras — Gallhardetes para os signaes de rumos.

Tabella n. 2 — Rumos da agulha. — Tabella n. 3 — Signaes que deverão ser feitos pelos navios que demandarem as diversas barras de praticagem (exclusivamente pelo Codigo internacional) — Bandeiras para os signaes de agua na barra. — Tabella n. 4 — Signaes do calado dos navios e de agua na barra.

Esta tabella está organizada de modo que, de bordo, os signaes deverão ser feitos pelo Codigo internacional, das atalaias ou mastros de signaes sel-o-hão por numeros, de accordo com o respectivo regimento de bandeiras. (Vide observações da mesma tabella.)

III

Os signaes da tabella n. 1 serão içados no laes do norte e com as sete bandeiras da estampa 2. Pela posição na verga e pelos formatos das bandeiras, logo á primeira vista se fica sabendo de que signal se trata; os da tabella n. 2, no tope do mastro, com os cinco gallhardetes da estampa 3; os da tabella n. 3, exclusivamente pelo Codigo internacional, devendo, porém, os navios fazer sómente os signaes nella consignados; quaesquer outros que desejem ou precisem fazer, fóra deste Codigo especial, o serão por aquelle, observadas as regras alli estabelecidas.

Os signaes da tabella n. 4 serão içados nas atalaias, no laes do sul da verga e com as bandeiras da estampa 5; de bordo, porém, serão feitos pelo Codigo internacional e içados no lugar designado no titulo 15 das Instrucções Geraes.

IV

A 2ª parte deste Codigo contém alguns signaes dos mais necessarios para uso especial das Capitánias de Portos, Atalaias e Praticagens, e deverão ser feitos com as bandeiras da estampa

n. 2; porém içados, isoladamente, no tope do mastro, sem outro qualquer signal na verga e sem distinctivo algum. — Por exemplo, estando içado isoladamente no tope do mastro o signal n. 11, quer dizer — « Prohibir a sahida de qualquer navio, ainda mesmo despachado. »

INSTRUÇÕES GERAES

1. *Mastro de signaes* — Em todas as barras onde exista serviço de praticagem deve ser installado, em lugar bem visivel para quem venha do mar, um mastro munido de uma verga, para os signaes, que serão feitos aos navios que as demandarem.

2. *Verga* — A verga cruzará nesse mastro, conservando a sua posição (mais ou menos) parallelamente à costa, ou N.—S. nas barras onde esta posição corresponda a esta direcção e E.—O. naquellas em que corresponda a esta ultima, de modo que quem venha do mar possa ter sempre bem visiveis os dous laes da mesma.

Nota — Nesta posição da verga, o braço da direita, isto é, o que ficar para o lado direito de quem está no mar, aproado para o mastro de signaes, será considerado sempre como o do Norte, o da esquerda como o do Sul.

Na verga, por ante-avante, laborará um balão pintado de preto, para o governo dos navios a que se estiver dando entrada. Será ella munida de um vergueiro, onde correrá uma roldana fixa à alça do balão; sendo este dirigido para um lado ou para outro, por meio de teques singelos convenientemente preparados, do meio para o laes da verga de um e outro lado. (Vide estampa n. 1.)

3. *Signaes* — Na borla do mastro laborarão duas adriças e em cada laes da verga.

Braço do N. — No laes do N. sómente serão feitos os signaes da tabella n. 1.

Braço do S. — No laes do S. os de agua na barra.

Tope — No tope do mastro, os signaes de chamada ou característico desteCodigo, o reconhecimento, os signaes de rumos, o distinctivo doCodigo internacional e os signaes da 2ª parte desteCodigo.

Todo signal, excepto o indicativo da quantidade de agua na barra e o de chamada dos navios para entrar ou sair, deve ser arriado logo que for reconhecido.

4. *Reconhecimento* — Todo signal, quer seja feito do mastro ou de bordo dos navios, deve ser reconhecido com a bandeira do reconhecimento atopetada, e, quando ella se conservar a meio mastro indicará que se procura comprehender o signal feito.

5. *Posição de reconhecimento quando no tope esteja içado signal que não deva ser arriado* — O reconhecimento, no mastro de signaes, será içado até acima da verga, na posição indicada na estampa n. 1. Quando estiver abaixo da verga indicará que se procura comprehender o signal feito.

6. *Posição de qualquer outro signal designado* — Qualquer outro signal designado para ser içado no tope, desde que ali não possa sel-o, por estar, por exemplo, occupado pela bandeira de chamada, tomará a posição acima indicada para o reconhecimento.

7. *Bandeiras* — São as das estampas ns. 2, 4 e 5, constituindo um regimento peculiar a este Codigo.

Além deste regimento devem as atalaías ou mastros de signaes ser suppridos do regimento (completo) do Codigo internacional e competente livro.

As bandeiras de reconhecimento, affirmativa e negativa, são communs aos dous Codigos.

8. *Pedir pratico* — Içar no tope do mastro do traquete o signal n. 1 ou M. B. H. da tabella 3.

9. *Distinctivo do pratico* — Será arvorado á prôa da embarcação que conduzir pratico, ou no tope do mastro, quando andar à vela.

10. *Embarcações da praticagem* — As velas serão marcadas com um P de dimensões taes que possa ser distinctamente avistado a alguma distancia pelos navios que venham demandando a barra.

A' noite o distinctivo do pratico será substituido por uma luz vermelha.

11. *Chamada dos navios* — O signal chamando os navios para a barra é uma grande bandeira vermelha içada no tope do mastro de signaes, ao mesmo tempo que o signal de agua existente na barra é içado no laes do Sul da respectiva verga.

Nota — Os signaes de agua são em decímetros. Tanto o signal de chamada como o de agua na barra devem ser conservados içados, enquanto se estiver dando entrada ou sahida a navios.

12. *Menos agua do que o calado do navio* — Quando o signal indicar menor quantidade de agua do que o calado do navio, deve este afastar-se e prestar devida attenção para qualquer alteração nos signaes de agua durante o dia.

13. *Não investir a barra sem ter sido chamado* — Nenhuma embarcação deverá investir qualquer barra de praticagem sem que tenha sido chamada pelo respectivo signal.

14. *Não é permittida a entrada* — Sempre que no tope do mastro de signaes conservar-se içada a bandeira vermelha sem o signal de agua no laes da verga, isto é, a bandeira vermelha içada isoladamente no tope do mastro, quer dizer que não é permittida a entrada aos navios, devendo estes saber para o mar, conservando, contudo, boa vigia para os signaes que possam ser feitos depois.

15. *Signal do calado* — Todo navio ao approximar-se da barra deve içar o signal do seu calado no tope de prôa e conservar-se bastante proximo para distinguir qualquer signal feito do mastro ou da catraia.

Nota — O signal do calado deve ser dado em decímetros, conforme a tabella n. 4.

16. *Conservará içado o signal do calado* — O signal do calado deve ser conservado içado até que tenha realizado sua entrada ou transposto a barra.

17. *Guia pela catraia* — Nas barras onde os navios tiverem de ser guiados por meio de signaes feitos de bordo das catraias, para navegar no canal, deverão attender ao aceno de uma bandeirola encarnada, manejada de bordo das mesmas e que lhes indicará a direcção em que devem governar. A guinada será sempre para o lado para onde for alatida a bandeirola.

Considerando o navio que entra aproado á catraia — EXEMPLO — Bandeirola na vertical — leme a meio ou, governe assim; toda abatida para a esquerda do navio que entra — leme a BB; toda abatida para a direita do navio que entra, leme a BE. Quando é alatida gradativamente para qualquer dos lados é claro que se deve ir carregando o leme aos poucos para esse lado.

Nota — Para esta guia é necessario muito bom governo e muita attenção aos signaes.

18. *Guia por meio do balão da verga* — Nas barras onde se fizer uso deste systema para guiar os navios, se regerão estes pelas seguintes instrucções:

Por ante-vante da verga laborará, num vergueiro apropriado, horisontalmente, um grande balão pintado de preto; este balão conservado a meio quer dizer — leme a meio ou, governe assim; á proporção que for correndo para qualquer dos laes quer dizer — vá carregando o leme a BB ou a BE, conforme o lado para onde elle for.

Si o balão vai lentamente, o leme tambem deve ir sendo carregado aos poucos e quando corra todo para o laes, quer dizer — leme todo a BB ou a BE.

EXEMPLO — O navio está aproado ao mastro de signaes — o balão corre bruscamente para o laes do S ou da esquerda — leme todo a BB; vai correndo lentamente para a direita — vá alliviando o leme e carregando para boreste; si pára a meio da verga — assim ou leme a meio.

19. *Conversa ou noticias por meio de signaes do Codigo internacional* — Quer dos mastros de signaes quer de bordo dos navios, reger-se-hão puramente pelas disposições contidas no Codigo Commercial de signaes para uso internacional.

20. *Caracteristico do Codigo internacional* — Quando no tope do mastro de signaes estiver arvorado este caracteristico, quer dizer que se estão fazendo signaes de conversa, transmittindo ou recebendo noticias para ou de qualquer navio.

Deve-se conservar içado enquanto durar a communicação; tal qual como estatue o referido Codigo.

21. *Navios que desejem dar ou receber noticias* — Qualquer navio, ao approximar-se, mesmo que não possa ou não pretenda entrar no porto, póde trocar signaes com a barra; os signaes de praticagem, porém, preterem a estes; si estiverem navios a entrar, do mastro attender-se-ha primeiro a elles, sendo preciso então esperar oportunidade para a troca destes signaes.

TABELLA N. 1

Signaes que se farão dos mastros ou atalaia das barras da
República dos Estados Unidos do Brazil

N.

Significados

1. Chama-se a attenção do 1º navio que demora ao rumo
.... (com relação a quem faz o signal).
 2. Chama-se a attenção do 2º navio que demora ao rumo
.... (idem).
 3. Chama-se a attenção do 3º navio que demora ao rumo
.... (idem).
 4. Chama-se a attenção do 4º navio que demora ao rumo
.... (idem).
 5. Chama-se a attenção do 5º navio que demora ao rumo
.... (idem).
 6. Chama-se a attenção do navio que demanda o ancoradouro
e demora ao rumo...
- OBSERVAÇÃO — Sempre que se tiver de indicar qualquer
rumo, o respectivo signal deverá ser içado juntamente
com o outro e na direção para esse fim designada.
11. O signal para entrada é somente para os navios cujo cala-
do corresponda ao numero de decímetros indicado.
 12. Repita o signal ou ponha-o em posição mais visivel.
 13. Não se pôde differenciar suas bandeiras; approxime-se ou
ponha-as em posição mais visivel.
 14. Distinguem-se as bandeiras, mas não se entende o signal.
 15. Preste mais attenção aos signaes.
 16. Annulla-se o signal feito.
 21. Não podemos trocar signaes pelo Codigo internacional.

Pilotagem — Governo — Rumos — Advertencias — Commu-
nicações

22. Venha para receber o pratico na barra.
23. Mande buscar o pratico.
24. O pratico não tem embarcação para ir fóra.
25. O pratico não pôde sair.
26. Pôde suspender para receber o pratico e entrar ou sair.
31. Corra para a embarcação dos praticos e tome bem sentido
nos signaes delles.
32. E' necessario tomar pratico. E' obrigatorio.
33. Approxime-se da barra. A catraia está no banco ou o re-
bocador vai sahindo.
34. Preste devida attenção para os signaes, porque a catraia
não pôde ir para o banco.
35. A catraia vai sair.
36. Ao escurecer preste conveniente attenção para as luzes
da catraia no banco.

N.

Significados

41. Conserve a luz ou o pharol ao.... a marca ao.... (indicar o rumo).
 42. Tenciona entrar no porto?
 43. Venha para entrar a espia.
 44. Só pôde entrar vindo a reboque.
 45. Force de vela para ver si pôde entrar.
 46. Não ha boa entrada.
 51. Não é possível entrar agora; a barra está impraticavel.
 52. Não pôde entrar agora; o vento está muito fraco ou inconstante e a corrente muito forte.
 53. Não pôde entrar agora; deve bordejar ou pairar proximo da barra, até ser chamado.
 54. Não ha boa sahida.
 55. Indique o seu calado em decimetros.
 56. Na barra não ha azua para o calado que indicou.
 61. Ha... de agua na barra.
- Nota* — Com este signal iça-se no laes do Sul o numero correspondente
62. A barra não permite entrada hoje.
 63. A barra não permite sahida hoje.
 64. A barra só permite entrada aos vapores.
 65. A barra só permite sahida aos vapores.
 66. A barra mudou; as arelas mudaram.
 112. A barra ou a entrada é perigosa.
 113. Terá agua bastante na barra. (Indique a altura em decimetros.)
 114. Não terá agua bastante na barra. (Indique a quantidade que houver.)
 115. Ha muito mar nos bancos.
 116. O canal mudou, não tente entrar.
 122. O canal é difficil.
 123. O canal é estreito.
 124. O canal é perigoso.
 125. Conserve-se pouco mais ou menos a meio canal.
 126. Conserve-se do lado de BB do canal.
 132. Conserve-se do lado de BE do canal.
 133. As boias ou balisas não estão em seus logares.
 134. As boias garraram.
 135. As boias desapareceram.
 136. A boia do cabeço do N. garrou.
 142. A boia do cabeço do S. garrou.
 143. A boia do cabeço do N. desapareceu.
 144. A boia do cabeço do S. desapareceu.
 145. Não se approxime tanto da boia do N.
 146. Não se approxime tanto da boia do S.
 152. Deixe a boia ou a balisa por BB.
 153. Deixe a boia ou a balisa por BE.
 154. Conserve a boia ou a balisa pela sua amura de BB.
 155. Conserve a boia ou a balisa pela sua amura de BE.

N.	Significados
156.	Leme a meio. Andar assim.
162.	Guine para BB.
163.	Guine um pouco para BB.
164.	Guine para BE.
165.	Guine um pouco para BE.
166.	Siga no mesmo rumo.
211.	Arribe já.
213.	Governe direito a boia ou a balisa.
214.	Siga a meio canal.
215.	Perigoso sem pratico.
216.	Está indo para um lugar perigoso.
221.	Está em posição perigosa ou pouco segura.
223.	Cachopos, recifes, rochas ou baixos pela sua prôa.
224.	Cachopos, etc., pela sua amura de BB.
225.	Cachopos, etc., pela sua amura de BE.
226.	O recife ou baixo estende-se a grande distancia para fóra.
231.	Não é prudente proseguir sem sondar regularmente.
233.	Cuidado com a sua posição actual: póde encalhar.
234.	Não continue muito longe com o seu rumo actual.
235.	O rumo que segue é perigoso.
236.	Não vá por menos de... decimetros de agua (indicar com o signal numerico).
241.	Não passe por menos de... decimetros de agua (indicar).
243.	Conserve-se perto de terra, fóra da maré.
244.	Faça bordos curtos.
245.	Vire; do contrario encalhará.
246.	Conserve-se para o... (indique o rumo).
251.	Conserve-se mais para sotavento.
253.	Conserve-se mais para barlavento.
254.	Forceje para barlavento.
255.	Manobre convenientemente, está por sotavento da barra. Agente-se para barlavento.
256.	Afaste-se, está a barlavento.
261.	Saia para o mar, está perto do banco.
263.	Afaste-se de terra; amare-se.
264.	Está muito proximo de mais; conserve-se mais amado.
265.	Não se approxime tanto.
266.	Approxime-se mais.
311.	Vire já de bordo.
312.	Force de vela.
314.	Atravesse. — Pare já.
315.	Ponha todo o panno sobre — cie a ré.
316.	Diminua o panno. Ande mais devagar.
321.	Metta a bolina com amura a BE.
322.	Metta a bolina com amura a BB.
324.	Faça-se ao mar já.
325.	Saia para o mar, ameaça máo tempo de SE.
326.	Dê fundo proximo á barra, em lugar conveniente.

N.

Significados

- 331. Dê fundo para o N. da barra, a conveniente distancia da terra.
- 332. Dê fundo para o S. da barra, idem.
- 334. Dê fundo immediatamente.
- 335. Dê fundo onde está.
- 336. Dê fundo em... decimetros de agua (indicar com o signal proprio).
- 341. Largue o outro ferro.
- 342. Não dê fundo por maneira alguma.
- 344. Mude de ancoradouro; o seu ancoradouro não é seguro.
- 345. Bom ancoradouro.
- 346. Ancoradouro perigoso.
- 351. O melhor ancoradouro é em.. decimetros de agua (indicar com o numeral).
- 352. O melhor ancoradouro demora ao rumo... (indicar com o signal proprio).
- 354. Mude de ancoradouro; vá mais para o... (indicar o rumo).
- 355. Encalhe o navio a todo risco.
- 356. Encalhe para salvar a carga.
- 361. Conserve-se até a préa-mar.
- 362. Ficará em secco ou encalhado na baixa-mar.
- 364. Esta maré safará o navio.
- 365. Não se .lhe pôde prestar soccorro algum.
- 366. Vai mandar-se-lhe um cabo.
- 411. Mandar-se-ha um bote.
- 412. Nenhum bote capaz para esse serviço.
- 413. Não se pôde mandar bote.
- 415. Não ha salva-vidas aqui.
- 416. O soccorro que pede está se apromptando.
- 421. Vai sahir o soccorro.
- 422. Não se pôde prestar soccorro algum.
- 423. Governe para a embarcação que está prestando o auxilio pedido.
- 425. O rebocador vai sahindo.
- 426. O rebocador não pôde sahir.
- 431. Agora não ha rebocador na barra.
- 432. Entregue ao rebocador as malas, correspondencia ou quaesquer noticias que traga.
- 433. A reboque.
- 435. Tenha prompto um cabo de reboque.
- 436. Toque adiante.
- 441. Toque atrás.
- 442. Pare.
- 443. Ande de vagar. Menos força.
- 445. Meia força.
- 446. Toda força.
- 451. Tem carta de saude limpa?
- 452. Será posto de quarentena.
- 453. Livre pratica ou livre de quarentena.

Signaes avulsos (*)

N.	Significados
455.	Va fundear nas Cabeçadas.
456.	Va para Itapocoroya ou Porto-Bello.
461.	Vai soccorro por terra pela Cabeçada.
462.	Mande o bote à Cabeçada.

(*) Só existem para o Estado de Santa Catharina, barra de Itajahy.

TABELLA N. 2 (*)

Rumos da agulha

(MAGNETICOS E CONSIDERANDO A AGULHA SEM DESVIOS)

Signal n.	Rumos	Signal n.	Rumos	Signal n.	Rumos	Signal n.	Rumos
1	N.	2	E.	3	S.	4	O.
11	N $\frac{1}{4}$ NE	21	E $\frac{1}{4}$ SE	31	S $\frac{1}{4}$ SO	41	O $\frac{1}{4}$ NO
12	N $\frac{1}{2}$ NE	22	E $\frac{1}{2}$ SE	32	S $\frac{1}{2}$ SO	42	O $\frac{1}{2}$ NO
13	N $\frac{3}{4}$ NE	23	E $\frac{3}{4}$ SE	33	S $\frac{3}{4}$ SO	43	O $\frac{3}{4}$ NO
14	N NE	24	E SE	34	S SO	44	O NO
112	NE $\frac{1}{4}$ N	211	SE $\frac{1}{4}$ E	311	SO $\frac{1}{4}$ S	411	NO $\frac{1}{4}$ O
113	NE $\frac{1}{2}$ N	213	SE $\frac{1}{2}$ E	313	SO $\frac{1}{2}$ S	412	NO $\frac{1}{2}$ O
114	NE $\frac{3}{4}$ N	214	SE $\frac{3}{4}$ E	314	SO $\frac{3}{4}$ S	413	NO $\frac{3}{4}$ O
122	NE	221	SE	321	SO	421	NO
123	NE $\frac{1}{4}$ E	223	SE $\frac{1}{4}$ S	322	SO $\frac{1}{4}$ O	422	NO $\frac{1}{4}$ N
124	NE $\frac{1}{2}$ E	224	SE $\frac{1}{2}$ S	324	SO $\frac{1}{2}$ O	423	NO $\frac{1}{2}$ N
132	NE $\frac{3}{4}$ E	231	SE $\frac{3}{4}$ S	331	SO $\frac{3}{4}$ O	431	NO $\frac{3}{4}$ N
133	E NE	233	S SE	332	O SO	432	N NO
134	E $\frac{1}{4}$ NE	234	S $\frac{1}{4}$ SE	334	O $\frac{1}{4}$ SO	433	N $\frac{1}{4}$ NO
142	E $\frac{1}{2}$ NE	241	S $\frac{1}{2}$ SE	341	O $\frac{1}{2}$ SO	441	N $\frac{1}{2}$ NO
143	E $\frac{3}{4}$ NE	243	S $\frac{3}{4}$ SE	342	O $\frac{3}{4}$ SO	442	N $\frac{3}{4}$ NO

(*) Os sinais desta tabella são feitos no tope do mastro. Vide Instrucções Geraes, titulos 3 e 6.

TABELLA N. 3 (*)

Signaes que deverão ser feitos pelos navios que demandarem
as barras de praticagem

Bandeiras do Código
internacional

Pede pratico.....	M. B. H.
Não preciso de pratico; já tenho um a bordo	M. C. G.
Sou obrigado pela lei a tomar pratico?.....	M. B. R.
Repita o ultimo signal que fez ou ponha-o em posição mais visivel.....	Q. C.
Distinguem-se as bandeiras, mas não se entende o signal.....	C. W. F.
Não se pôde differenciar suas bandeiras; faça um signal de grande distancia.....	Q. F.
Quando se pôde entrar?.....	L. M. C.
Poderei passar a barra sem perigo?.....	L. M. D.
Onde devo ou posso fundear fóra da barra?	L. F. D.
Estou em ancoradouro seguro?.....	K. V. C.
Em que rumo devo conservar a luz, o pha- rol ou a marca em terra?.....	L. T. B.

PEDIDOS DE BOTES — LANCHAS — REBOCADORES

Preciso de um bote.....	J. B. Q.
Preciso de botes.....	J. B. S.
Preciso de botes ou lanchas immediatamente, para alliviar a carga.....	P. F.
Preciso de lanchas proprias para desembarque	D. P. F.
Preciso de um rebocador.....	P. N.
Preciso de dous rebocadores.....	P. Q.

FERROS — AMARRAS

Estou garrando, não tenho mais ferros para largar.....	N. Y.
Preciso de um ferro.....	P. K.
Preciso de um ferro e uma amarra.....	P. L.
Preciso ir á espia para fóra.....	P. M.

AVARIAS

Tenho avaria importante.....	B. G. M.
Tenho avaria insignificante.....	B. G. N.

(*) Exclusivamente pelo Código Commercial de signaes para uso interna-
cional. Qualquer outro signal fóra desta tabella é considerado como conversa.

Bandeiras do Código
internacional

Tenho avaria na mastreação ; não posso usar do panno.....	H. F.
Tenho avaria no leme ; não posso governar...	H. V.
Tenho avaria na machina.....	H. W.

ACCIDENTES

Fogo — Agua aberta — Encalhe—Perigo—Soc- corros—Tenho fogo a bordo.....	N. M.
Com soccorros immediatos poder-se-ha apagar o fogo.....	N. Q.
O fogo pôde ser dominado.....	B. H. V.
O fogo está apagado.....	B. H. W.
O fogo augmenta.....	B. J. G.
Tenho agua aberta.....	N. S.
A agua aberta augmenta rapidamente.....	N. T.
A agua aberta está tomada.....	B. K. N.
Estou encalhado.....	B. D. J.
Com prompto soccorro posso safar	B. D. R.
Estou a nado.....	B. D. W.
Estou a nado de proa.....	B. F. C.
Estou a nado de pôpa.....	B. F. D.
Estou em perigo, preciso de soccorros.....	N. C.
Estou em perigo.....	B. H. G.
Preciso de soccorros immediatos.....	P. B.

SALVA-VIDAS

Tem salva-vidas? Si tem mande	J. D. W.
-------------------------------------	----------

SINAES PELO CODIGO INTERNACIONAL

Quer telegraphar ao navio ou pessoa indicada a comunicação que vou fazer?.....	C. H. K. G.
O navio deseja que se mande participação tele- graphica (da passagem, etc.) ao armador em	Q. P.
Transmitta telegraphicamente a communi- cação seguinte a..... em.....	Q. R.
Responda pelo telegrapho.....	D. G. L.
Tem alguma comunicação telegraphica para mim?.....	Q. M.

TABELLA N. 4

Signaes do calado dos navios ou de agua na barra (em decimetros)

Dec.	Signal n.	Corresponde noCodigo internacional	Dec.	Signal n.	Corresponde noCodigo internacional	Dec.	Signal n.	Corresponde noCodigo internacional
20	1	W. B. L.	35	43	W. C. K.	50	321	W. D. Y.
21	2	W. B. M.	36	123	W. C. L.	51	324	W. D. K.
22	3	W. B. N.	37	124	W. C. M.	52	341	W. D. L.
23	4	W. B. P.	38	132	W. C. N.	53	342	W. D. M.
24	12	W. B. Q.	39	134	W. C. P.	54	412	W. D. N.
25	13	W. B. R.	40	142	W. C. Q.	55	413	W. D. P.
26	14	W. B. S.	41	143	W. C. R.	56	421	W. D. Q.
27	21	W. B. T.	42	213	W. C. S.	57	423	W. D. R.
28	23	W. B. V.	43	214	W. C. T.	58	431	W. D. S.
29	24	W. C. B.	44	231	W. C. V.	59	432	W. D. T.
30	31	W. C. D.	45	234	W. D. B.	60	1234	W. D. V.
31	32	W. C. F.	46	241	W. D. C.	61	1243	W. F. B.
32	34	W. C. G.	47	243	W. D. F.	62	1324	W. F. C.
33	41	W. C. H.	48	312	W. D. G.	63	1342	W. F. D.
34	42	W. C. Y.	49	314	W. D. H.	64	1423	W. F. G.

Observação

Os signaes desta tabella, nos mastros de signaes, serão feitos por numeros: de bordo, porém, o serão pelas bandeiras da taboa numerica doCodigo internacional e aqui consignadas na columna á direita do numero do signal.
Ao signal W. C. M. da taboa numerica corresponde o signal n. 124 desteCodigo e quer dizer 3m,7 de agua na barra ou de calado, conforme seja feito do mastro de signaes ou de bordo.

SEGUNDA PARTE

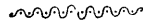
Os signaes desta segunda parte serão feitos com as bandeiras da estampa n. 2, porém içados isoladamente no tope do mastro, sem distinctivo algum.

Contém alguns signaes dos mais necessarios para uso das Capitania de portos, nos Estados onde seja preciso este meio de comunicação com as praticagens e atalaia das barras.

Tabella dos signaes

N.	Significados
1.	A Capitania do Porto convida as embarcações surtas no porto para embandeirar amanhã ao nascer do sol.
2.	A Capitania do Porto convida as embarcações surtas no porto para embandeirar immediatamente.
3.	A embarcação que entrar que dê fundo no ancoradouro de quarentenas.
4.	A embarcação que entrar que dê fundo no ancoradouro de franquia.
5.	A embarcação que entrar que dê fundo no Lamarão.
6.	A embarcação que entrar que dê fundo no Poço.
11.	Proibir a sahida de qualquer navio, ainda mesmo despachado.
12.	Proibir a entrada a qualquer navio.
13.	Pôde seguir para o ancoradouro.
14.	Os navios que tinham prohibição de entrar podem fazel-o.
15.	Os navios que tinham prohibição de sahida podem fazel-o quando lhes aprouver.
16.	A embarcação despachada communicou com a terra.
21.	As embarcações da praticagem estão fóra da barra.
22.	As embarcações da praticagem não podem sahir.
23.	As embarcações da praticagem estão fundeadas no laga-mar.
24.	As embarcações da praticagem que sigam com o material de soccorro, em auxilio do navio que pediu.
25.	O cutter que se prepare para velejar.
26.	Saia o cutter.
31.	O rebocador que se prepare para sahir.
32.	Saia o rebocador.
33.	A catraia que se prepare para sahir.
34.	Saia a catraia.
35.	Chama-se o pratico-mór.
36.	Chama-se o ajudante do pratico-mór.
41.	Chama-se um 1º pratico.
42.	Chama-se um 2º pratico.
43.	Chama-se um 3º pratico.
44.	Chama-se um praticante.
45.	Chama-se o atalaiador.

N.	Significados
46	Chama-se o repetidor de signaes.
51	Chama-se o capataz.
52	Chama-se o mestre do rebocador.
53	Chama-se o machinista do rebocador.
54	Chama-se o patrão do soccorro.
55	Chama-se o 1º pharoleiro.
56	Chama-se o 2º pharoleiro.
61	Chama-se o 3º pharoleiro.
62	Chama-se o capitão ou mestre do navio de quarentena.
63	Chama-se os commandantes, capitães ou mestres dos navios surtos no porto.
64	Chama-se o commandante, capitão ou mestre do navio ultimamente entrado no porto.
65	Chama-se uma embarcação da Capitania.
66	Chama-se uma embarcação com força armada.
112	Chama-se uma embarcação da praticagem.
113	Chama-se uma embarcação do rebocador.
114	Annulla-se o signal feito.



DECRETO N. 2662 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Pardo, no Estado do Espirito Santo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica desligada da comarca do Cachoeiro de Itapemerim a força da Guarda Nacional qualificada na do Rio Pardo e com ella formada uma brigada de infantaria, que terá a denominação de 1ª e será constituida dos batalhões ns. 40, 41 e 42 do serviço activo e 14 do da reserva; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2663 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Calçado, no Estado do Espirito Santo.

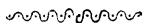
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca do Calçado, no Estado do Espirito Santo, uma brigada de infantaria sob n. 15, constituida com os batalhões de ns. 43º, 44º e 45º, do serviço activo e 15º do da reserva, com quatro companhias cada um e que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2664 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1897

Crêa uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Alegre, no Estado do Espirito Santo.

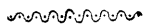
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca do Alegre, no Estado do Espirito Santo, uma brigada de infantaria sob n. 16, constituida com os batalhões de ns. 46º, 47º e 48º, do serviço activo e 16º do da reserva, com quatro companhias cada um e que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2665 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Santo Antonio do Rio Novo, no Estado do Espirito Santo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Santo Antonio do Rio Novo, no Estado do Espirito Santo, uma brigada de infantaria com a denominação de 17ª, composta dos batalhões de quatro companhias cada um e as designações de 49º, 50º e 51º do serviço activo e 17º do da reserva, organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2666 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Prados, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Prados, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 22ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 64º, 65º e 66º, e um do da reserva sob n. 22º, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2667 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Serro, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Serro, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 23ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 67º, 68º e 69º, e um do da reserva sob n. 23, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2668 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca da Laguna, no Estado de Santa Catharina.

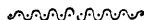
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca da Laguna, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de cavallaria sob a designação de 2ª, composta dos regimentos de ns. 3 e 4, organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2669 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Itaituba, no Estado do Pará.

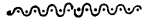
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Itaituba, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria com a designação de 24^a, composta dos batalhões ns. 70, 71 e 72 do serviço activo, e 24 do da reserva, que serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1897, 9^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2670 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1897

Fixa provisoriamente em 3.000:000\$ o capital empregado no trecho em trafego de Cruz Alta ao kilometro 100 da linha ferrea de Cruz Alta ao Uruguay e ramal de Ijuhy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo aos termos da clausula 32^a, das que acompanham o decreto n. 1983 A, de 7 de março de 1895, decreta:

Artigo unico. E' fixado provisoriamente em 3.000:000\$ o capital empregado no trecho em trafego de Cruz Alta ao kilometro 100 da linha ferrea de Cruz Alta ao Uruguay e ramal de Ijuhy, de que é cessionaria a *Compagnie des Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*.

Capital Federal, 3 de novembro de 1897, 9^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2671 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1897

Approva a applicação das bases de tarifas differenciaes na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie des Chemins de fer Sud Ouest Brésiliens*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvadas as bases de tarifas differenciaes, decrescentes, segundo zonas de 90 kilometros, para as mercadorias constantes da tarifa n. 2, mandada vigorar por decreto n. 2088, de 12 de setembro de 1895, na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay, de accordo com as que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 3 de novembro de 1897, 9^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

Bases para applicação de tarifas differenciaes, na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay, a que se refere o decreto n. 2671, desta data.

Tarifa n. 2	Preço em réis por tonelada e kilometros respectivamente para os primeiros, segundos, terceiros e quartos 90 kilometros, a partir de Santa Maria.			
Mercadorias				
<i>Classe 1^a</i>				
Bagagens e encomendas....	\$900	\$850	\$600	\$750
Valores — 50 % sobre a designação precedente, mais 1/2 % <i>ad valorem</i> .				
<i>Classe 2^a</i>				
Objectos de grande volume e pouco peso.				
Objectos frageis, etc.....	\$450	\$400	\$350	\$300
<i>Classe 3^a</i>				
Importação—Espirituosos, etc.	\$280	\$240	\$200	\$160

Classe 4ª

Productos do paiz — Aguardente nacional, assucar, café, fumo, couros brutos, kerozene, objectos de primeira necessidade.....	\$180	\$150	\$120	\$090
--	-------	-------	-------	-------

Classe 5ª (por curso completo)

Ferro bruto, machinas e utensilios uteis á agricultura e á industria, cereaes, materias de construcção, madeira em obra, xarque, sal e vehiculos.....	\$140	\$120	\$100	\$080
---	-------	-------	-------	-------

Classe 6ª (por curso completo)

Madeira para estradas de ferro, carvão, areia, cascalho, pedras brutas, madeira bruta e serrada, etc.....	\$105	\$095	\$080	\$060
---	-------	-------	-------	-------

Classe 7ª

Vagões de quatro rodas, rebocados por vehiculo e por kilometro.....	\$140	\$120	\$100	\$080
---	-------	-------	-------	-------

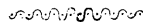
Classe 8ª

Vagões de oito rodas, rebocados por vehiculos e por kilometro.....	\$280	\$240	\$200	\$160
--	-------	-------	-------	-------

Classe 9ª

Locomotivas e tenders, rebocados por vehiculo e por kilometro.....	\$900	\$840	\$780	\$720
--	-------	-------	-------	-------

Capital Federal, 3 de novembro de 1897.— *Dionisio E. de Castro Cerqueira.*



DECRETO N. 2672 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1897

Determina que os funeraes do marechal Carlos Machado Bittencourt sejam feitos á custa da Republica.

O Presidente da Republica :

Querendo prestar, em nome da Nação, publica homenagem de reconhecimento á memoria do marechal Carlos Machado de Bittencourt, Ministro da Guerra, que acaba de sacrificar a propria vida em defesa do representante do Poder Executivo da Republica ;

E tendo em vista os extraordinarios serviços do mesmo cidadão á sua Patria, tanto na paz, como da guerra, durante a sua longa e gloriosa carreira militar :

Decreta :

Art. 1.º Os funeraes do marechal Carlos Machado de Bittencourt serão feitos á custa da Republica.

Art. 2.º O Governo abrirá opportunamente o necessario credito, submettendo-o á approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 5 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.

Manoel José Alves Barbosa.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2673 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1897

Manda reverter para o quadro activo da Armada os officiaes das differentes classes, amnistiados pelo decreto n. 210 de 21 de outubro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da faculdade que lhe foi conferida pelo § 1º do art. 1º do decreto n. 310 de 21 de outubro de 1895:

Resolve mandar reverter do quadro da reserva, em que se acham por força dos decretos de 24 de setembro de 1893 e 7 de julho de 1894, para o quadro da actividade, os officiaes das

differentes classes da Armada e constantes das inclusas relações, que completaram, até esta data, o prazo de dous annos estipulado no alludido decreto de 21 de outubro de 1895.

Capital Federal, 16 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.

RELAÇÃO DOS OFFICIAES DAS DIFFERENTES CLASSES DA ARMADA
MANDADOS REVERTER A' ACTIVIDADE POR DECRETO DA PRESENTE
DATA.

Corpo da Armada

Vice-almirante, Eduardo Wandenkolk.
Contra-almirante, Custodio José de Mello.
Capitão de mar e guerra, Eliezer Coutinho Tavares.
Capitão de fragata, Alexandrino Faria de Alencar.

Capitães-tenentes:

Emiliano Carvalhaes Gomes.
Luiz Pinto de Sá.

Primeiros tenentes:

José Nunes Belfort Guimarães.
Pedro Vellozo Rebello.
Francisco Agostinho de Souza e Mello.
Arthur Lopes de Mello.
José Maria da Fonseca Neves.
Arthur Alvim.
Antonio Julio de Oliveira Sampaio.
José Libanio Lameuha Lins de Souza.
João Carlos Mourão dos Santos.
João da Silva Retumba.
Leonisio Lessa Bastos.
Francisco Cesar da Costa Mendes.
José Liduino Castello Branco.
Augusto Clemente Monteiro de Barros.
Gentil Augusto de Paiva Meira.
Alberto Fontoura Freire de Andrade.
Francisco de Mattos.
Augusto Theotonio Pereira.
Adolpho Victor Paulino.
Horacio Coelho Lopes.
Manoel Pacheco de Carvalho Junior.
Antonio Accioli de Magalhães Castro.
Alberto Carlos da Cunha.

José Monteiro de Moura Rangel.
João Huet de Bacellar Pinto Guedes.
Collatino Ferreira do Valle.
Alipio Augusto Dias Colona.
Felinto Perry.
Ernesto Mafaldo de Oliveira.
Durval Melchiales de Souza.
Octacilio Nunes de Almeida.

Segundos tenentes:

João Francisco dos Reis Junior.
Roberto Le Cocq de Oliveira.
Eduardo de Carvalho Piragibe.
Arthur Thompson.
Manoel Ferreira de Lamare.
Honorio de Lamare Koeler.

Corpo de Engenheiros Navacs

Capitão de mar e guerra, graduado, engenheiro naval de 1ª classe, Carlos José de Araujo Pinheiro.

Capitão de fragata graduado, Engenheiro naval de 2ª classe, Benjamim Ribeiro de Mello.

2º tenente, sub-engenheiro naval de 2ª classe, Antonio Diniz de Faro Dantas.

Guarda-marinha, engenheiro alumno, Manoel Marques do Couto.

Corpo de Saude

Inspector de Saude Naval, contra-almirante, Dr. José Pereira Guimarães.

Cirurgião de 2ª classe, capitão de fragata, Dr. Galdino Cicero da Magalhães.

Cirurgiões de 4ª classe, primeiros-tenentes:

Dr. Affonso Henriques de Castro Gomes.
Dr. Thomaz de Aquino Gaspar Junior.
Dr. Augusto Pereira da Silva Lima.
Dr. Lucas Bicalho Hungria.

Corpo de Fazenda

Commissario de 3ª classe, 1º tenente, João Teixeira de Carvalho Junior.

Commissarios de 4ª classe, 2ºs tenentes:

Marcionilio Olegario Rodrigues Vaz.
José Procopio Pereira Filho.

Commissarios de 5ª classe, guardas-marinha:

Alfredo Alvim.
Juvenal Jardim.
Luiz José de Lima Junior.
Jorge Marques Pereira.
Manoel Marques de Faria.
Francisco Roberto Barreto.
Othelo de Alcantara Gomes.

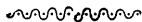
Corpo de Machinistas

Machinista de 4ª classe, 2º tenente, Manoel Ernestino da Costa Moura.

Ajudantes de machinistas, guardas-marinha :

Luiz Francisco da Silva.
João Epiphany da Costa Ferreira.
Arthur Leopoldino Arantes.

Capital Federal, 16 de novembro de 1897.—*Manoel José Alves Barbosa.*



DECRETO N. 2674 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1897

Manda reverter ao serviço activo do Exército os officiaes amnistiados pelo decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da faculdade que lhe foi conferida pelo § 1º do art. 1º do decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895 :

Resolve mandar reverter ao serviço activo do Exército os officiaes constantes da inclusa relação assignada pelo general de divisão João Thomaz de Cantuaria, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, e que completaram, até esta data, o prazo de dous annos estipulado no alludido decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895.

Capital Federal, 16 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.

Relação dos officiaes do Exército amnistiados, que revertem á effectividade e a que se refere o decreto n. 2674 desta data.

CORPO DE ENGENHEIROS

Major — Francisco Emilio Julien.

CORPO DE ESTADO-MAIOR DE 1ª CLASSE

Capitães — Saturnino Nicolau Cardoso e Hippolito das Chagas Pereira.

Tenente — Annibal Eloy Cardoso.

REPARTIÇÃO SANITARIA

CORPO PHARMACEUTICO

Tenente pharmaceutico de 4ª classe — Bernardo Floriano Corrêa de Brito.

ARMA DE ARTILHARIA

Tenente-coronel — Norberto de Amorim Bezerra

Capitães — Luiz Maria de Beaurepaire Pinto Peixoto e Fabio Patricio de Azambuja.

1º tenente — Parmenio Martins Rangel.

2ºs tenentes — João Nepomuceno da Costa, Otton Rodrigues Braga, Thomaz de Aquino Carlos de Araujo, Aristides Olympio Sampaio, Almisio Carlos de Almeida Stalembreeker, José Ignacio da Cunha Rasgado, Vital da Silva Cardoso e João Theodorico da Cunha Guayva.

ARMA DE CAVALLARIA

Major — Sebastião Bandeira.

Capitães — Gentil Eloy de Figueiredo e Zeferino Xavier de Moraes.

Tenentes — Francisco de Paula Noronha, Manoel Joaquim Machado, Julio Fernandes dos Santos Barbosa, Izidoro Dias Lopes, Aristides Arminio de Almeida Rego, Ignacio Joaquim de Camargo e Jorge Cavalcante de Albuquerque.

Alferes — José Luiz de Souza Pires, Clementino Velasco Molina, Gaudencio Pereira, João Pereira Bessa e Lannes Costa.

ARMA DE INFANTARIA

Coroneis — Antonio Carlos da Silva Piragibo e Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado.

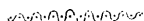
Capitães — Luiz Paraguassú do Albuquerque, Jorge Rabello da Rocha, Manoel Raymundo de Souza e José Borges do Canto.

Tenentes — Francisco de Salles Brazil e José Candido Velasco.

Alferes — Augusto Candido Caldas e Joaquim Galvão Soveral.

Alferes-alunos — Luiz Torres Gonçalves e Nestor Sezefredo dos Passos.

Capital Federal, 16 de novembro de 1897. — *João Thomas Cantuaria.*



DECRETO N. 2675 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1897

Approva as bases das tarifas e as taxas accessorias da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo ao que lhe representou o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, e considerando:

Que a renda liquida da Estrada de Ferro Central do Brazil tem diminuido nestes ultimos annos, apesar de ter crescido sempre a sua receita bruta, devendo no corrente anno haver não pequeno *deficit*, devido a diversas causas e principalmente á elevação excessiva dos preços do mão de obra e de materiaes de consumo, como o carvão e outros, e ás grandes reduções que soffreram as taxas de transporte de varios generos ;

Que os preços de transporte de viajantes e da maior parte das mercadorias são, pelas tarifas vigentes, inferiores ao respectivo custo ;

Que si alguns generos, como a carne verde, o carvão de pedra, certos materiaes e outros artigos de pouco valor, não podem soffrer augmento de frete, havendo mesmo alguns que já estão pagando mais do que podem, outros ha — e em muito maior numero — que podem perfeitamente soffrer elevação das respectivas taxas de transporte;

Que os preços das passagens podem igualmente ser elevados, concedendo-se, porém, redução ás classes proletarias dos sub-urbios desta Capital ;

Que não convem manter, com relação ás taxas de transporte, a distincção existente entre productos da industria nacional e importados, para evitar abusos que não é facil impedir, salvo, todavia, quanto aos productos da lavoura no interior do paiz, que devem gosar de certas vantagens ;

E, attendendo a que a Estrada de Ferro Central do Brazil póde e deve produzir renda sufficiente não só para cobrir a sua

despesa de custeio, o que actualmente não se verifica, mas ainda para fazer face ao dispendio com o augmento do seu material rodante e de tracção, hoje insufficiente ao serviço, e com a execução de melhoramentos inadiáveis, como a duplicação da linha de Sapopemba á Barra do Pirahy, onde está quasi attingido o limite de capacidade do trafego, o alargamento das accommodações na estação central e outros imprescindiveis ;

Decreta :

Artigo unico. Ficam approvadas as bases das tarifas e as taxas accessorias da Estrada de Ferro Central do Brazil, que com este baixam, assignadas pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 16 de novembro de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

Bases das tarifas e taxas accessorias a que se refere o decreto n. 2675 desta data

BASES DAS TARIFAS

TARIFA N. 1

Viajantes do interior

Por viajante e por kilometro:

	1 ^a classe	2 ^a classe
Até 100 kilometros.....	\$100	\$055
De 101 a 200.....	\$090	\$045
De 201 a 300.....	\$075	\$040
De 301 a 400.....	\$060	\$030
De 401 a 500.....	\$045	\$025
De 501 em diante.....	\$030	\$015

TARIFA N. 2

Bagagens e encomendas

Por tonelada e por kilometro:

1^a classe:

Até 100 kilometros.....	1\$000
De 101 a 300.....	\$800
De 301 em diante.....	\$600

2ª classe:

Até 100 kilometros.....	\$800
De 101 a 300.....	\$600
De 301 em diante.....	\$400

TARIFA N. 2 A

Transportes funebres

Per cadaver e por kilometro:

1ª classe:

Taxa fixa para qualquer distancia.....	3\$000
Até 100 kilometros.....	1\$200
De 101 a 300.....	\$600
De 301 em diante.....	\$300

2ª classe :

Taxa fixa para qualquer distancia.....	2\$000
Até 100 kilometros.....	\$600
De 101 a 300.....	\$300
De 301 em diante.....	\$150

TARIFA N. 3

Mercadorias em geral

Por tonelada e por kilometro :

1ª classe :

Mobilias de luxo, obras de arte, porcellanas, espelhos, crystaes, inflammaveis não denominados, explosivos, drogas venenosas e generos de cuidado em geral:

Até 100 kilometros.....	\$700
De 101 a 300.....	\$500
De 301 em diante.....	\$300

2ª classe :

Objectos de armarinho, couros seccoos ou curtidos, fazendas em geral, preparados de fumo, vinhos, licores, alcool e generos de importação em geral:

Até 100 kilometros.....	\$500
De 101 a 300.....	\$300
De 301 em diante.....	\$150

3ª classe :

Café em grão, fumo e mel de fumo, assucar refinado e generos de exportação em geral :

Até 100 kilometros.....	\$360
De 101 a 300.....	\$200
De 301 em diante.....	\$100

4ª classe:

Couros salgados, café em côco e outros não mencionados nas outras classes:

Até 100 kilometros.....	\$250
De 101 a 300.....	\$150
De 301 em diante.....	\$075

5ª classe:

Lenha, carvão de pedra, cimento, madeiras e outros materiaes até 200 kilos, carvão vegetal em qualquer quantidade:

Até 100 kilometros.....	\$160
De 101 a 300.....	\$100
De 301 em diante.....	\$050

6ª classe:

Generos alimenticios de primeira necessidade, como farinha de trigo, arroz, feijão, milho, legumes frescos, toucinho, raizes alimenticias, assucar bruto, sal ordinario, carnes salgadas, etc.:

Até 100 kilometros.....	\$090
De 101 a 300.....	\$060
De 301 em diante.....	\$040

7ª classe:

Carnes verdes, generos de pequena lavoura, lenha, carvão de pedra, cal, minerios e materiaes de construcção em expedições de mais de 200 kilos:

Até 100 kilometros.....	\$050
De 101 a 300.....	\$035
De 301 em diante.....	\$025

TARIFA N. 4

Valores

As mesmas taxas da tarifa n. 2 e mais 2 % *ad valorem* para o ouro, a prata, o cobre, nickel, platina, pedras preciosas, artefactos de ourivesaria e relojoaria.

O despacho de papel-moeda, apolices e acções de companhias, e outros papeis de valor, pagarão as taxas de 1 % *ad valorem*.

TARIFA N. 5

Vehiculos

Por vehiculo e por kilometro:

1ª classe:

Taxa fixa para qualquer distancia.....	3\$000
Até 100 kilometros.....	\$300
De 101 em diante.....	\$200

2ª classe :

Taxa fixa para qualquer distancia.....	2\$000
Até 100 kilometros.....	\$230
De 101 em diante.....	\$150

TARIFA N. 6

Animaes

Por cabeça e por kilometro:

1ª classe:

Por kilometro.....	\$075
--------------------	-------

2ª classe:

Por kilometro.....	\$040
--------------------	-------

3ª classe :

Até 100 kilometros.....	\$012
De 101 a 300.....	\$008
De 301 em diante.....	\$005

Gado em expedições de 100 cabeças no minimo:

Por cabeça e por kilometro:

Até 100 kilometros.....	\$020
De 101 a 300.....	\$015
De 301 em diante.....	\$010

Porcos e carneiros por vagão completo e por meio vagão

1ª classe:

Por vagão completo:

Por 90 cabeças em vagão da serie H:

Até 100 kilometros	\$700
De 101 a 300.....	\$400
De 301 em diante.....	\$200

2ª classe:

Por vagão completo:

Por 60 cabeças em vagão da serie J:

Até 100 kilometros.....	\$480
De 101 a 300.....	\$240
De 301 em diante.....	\$120

3ª classe:

Por meio vagão:

Por 45 cabeças em meio vagão da serie H:

Até 100 kilometros.....	\$380
De 101 a 300.....	\$200
De 301 em diante.....	\$100

4ª classe:

Por meio vagão:

Por 30 cabeças em meio vagão da serie J:

Até 100 kilometros.....	\$250
De 101 a 300.....	\$130
De 301 em diante.....	\$080

5ª classe:

Por cabeça:

De 1 até 20 cabeças:

Até 100 kilometros.....	\$010
De 101 a 200.....	\$007
De 201 em diante.....	\$005

6ª classe:

Por cabeça:

De 20 cabeças em diante até 100 kilometros.....	\$009
De 101 a 200.....	\$006
De 201 em diante.....	\$003

SERVIÇO DOS SUBURBIOS

Viajantes

Capital Federal:

Da estação Central para as demais até Madureira, D. Clara e vice-versa:

Por viajante:

1ª classe.....	\$400
2ª classe.....	\$200

De Cascadura a Sapopemba e ramal de Santa Cruz e vice-versa:

Por viajante e por kilometro:

1ª classe.....	\$035
2ª classe.....	\$020

Os preços das passagens das estações dos suburbios para as do ramal de Santa Cruz calculam-se adicionando-se os preços das passagens dos suburbios até Cascadura aos de Cascadura para as estações do ramal de Santa Cruz e vice-versa.

Calculam-se os preços das passagens para as estações entre Sapopemba e Cascadura pela tarifa dos suburbios até Sapopemba e de Sapopemba a Maxambomba pela tarifa geral n. 1 e vice-versa.

Aos passageiros dos suburbios até o ramal de Santa Cruz e Maxambomba serão concedidas assignaturas de 30 passagens validas dentro de um mez, com abatimento de 25 %.

Haverá diariamente, excepto aos domingos, entre a estação Central e a de Cascadura dous trens, um de manhã e outro á tarde, compostos de carros de 2ª classe somente, destinados á

condução exclusiva de operarios, que terão nesses trens o abatimento de 50 % nos preços das passagens ordinarias, adquirindo-as em cadernetas contendo 12 passagens.

Aos empregados e operarios da Estrada de Ferro Central do Brazil será concedido o abatimento de 50 % sobre os preços das passagens simples, ordinarias, entre quaesquer estações da estrada, sendo que para as estações dos suburbios far-se-ha effectivo este abatimento mediante assignatura mensal.

Capital do Estado de S. Paulo

Do Norte a Penha e intermedias e vice-versa :

Por viajante :

1ª classe	\$400
2ª classe	\$200

Capital do Estado de Minas :

De Ouro Preto a Rodrigo Silva e intermedias e vice-versa:

1ª classe	\$600
2ª classe	\$300

BAGAGENS E ENCOMMENDAS EM TRENS DOS SUBURBIOS DA CAPITAL FEDERAL

Da Central a Matadouro e Maxambomba e intermedias e vice-versa.

Até 25 kilos por volume	\$500
De 25 a 50 kilos por volume	1\$000
De 50 kilos para cima cobra-se pela 1ª classe da tarifa n. 2.	

OBSERVAÇÕES

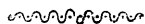
Continuam em vigor até 31 de dezembro do corrente anno os abatimentos concedidos pelo art. 27 da lei n. 428 de 1896.

Ficam sujeitos a tabella variavel com o cambio os artigos comprehendidos nas tres primeiras classes da tarifa n. 3, cujos preços são computados ao cambio de 10 dinheiros por 1\$, cobrando-se mais 5 % com o limite de 20 % para cada dinheiro ao cambio abaixo de 10, desprezadas as fracções.

Quando o cambio for acima de 10 dinheiros por 1\$ será feita a redução equivalente ao augmento concedido, com o limite de 20 %.

Continuam em vigor as concessões feitas ás caieiras do kilometro 133—425 e 430.

As aguas mineraes de Caxambú, Lambary, Cambuquira, S. Lourenço e de outras fontes naturaes do paiz, o minerio das usinas do paiz e o leite produzido no interior, pagarão as taxas da classe 7ª da tarifa n. 3 com 40 % de abatimento, quando em expedições de mais de 200 kilogrammas.



DECRETO N. 2676 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 132:809\$998 sob a rubrica — Exercícios findos — destinado ao pagamento do nickel e cobre importados no exercício de 1896.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida ao Poder Executivo no decreto n. 457 desta data, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito de 132:809\$998 sob a rubrica — Exercícios findos — destinado ao pagamento do nickel e cobre importados no exercício de 1896 para cunhagem das respectivas moedas.

Capital Federal, 18 de novembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2677 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 380:000\$000, para pagamento dos ordenados, vencidos e por vencer, até 31 de dezembro de 1897, dos magistrados aposentados e readmittidos á disponibilidade, por decisão judicial.

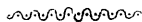
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da authorisação concedida pelo decreto legislativo n. 459 desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de trescentos e oitenta contos de réis (380:000\$000), para pagamento dos ordenados vencidos e por vencer, até 31 de dezembro de 1897, dos magistrados aposentados pelo decreto n. 2056 de 25 de julho de 1895 e readmittidos á disponibilidade por decisão da Justiça Federal.

Capital Federal, 19 de novembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2678 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 13:570\$400, para pagamento das despezas realizadas com os funeraes do marechal Carlos Machado de Bittencourt.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo ao disposto no art. 2.^o do decreto n. 2672, de 5 do corrente mez, que determinou que os funeraes do marechal Carlos Machado de Bittencourt fossem feitos a custa da Republica :

Decreta :

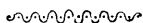
Art. 1.^o E' aberto ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 13:570\$400, afim de occorrer ao pagamento das despezas realizadas com os alludidos funeraes e constantes da relação junta.

Art. 2.^o Fica o referido credito, nos termos do citado art. 2.^o, dependente da approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 22 de novembro de 1897, 9.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2679 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1897

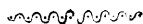
Publica a adhesão do Estado livre de Orange á Convenção Postal Universal (convenção principal).

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão do Estado livre de Orange á Convenção Postal Universal (convenção principal) e ao regulamento de execução a que ella se refere, com exclusão dos demais actos concluidos no Congresso de Vienna, segundo a communicacão do Conselho Federal Suizzo, de 8 de outubro proximo passado, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 22 de novembro de 1897, 9.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2680 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1897

Concede autorisação á Associação de Auxílios Mutuos entre os Funcionarios do Estado do Rio de Janeiro, denominada — Mutualidade — para funcionar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Associação de Auxílios Mutuos entre os Funcionarios do Estado do Rio de Janeiro, denominada — Mutualidade — devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação á Associação de Auxílios Mutuos entre os Funcionarios do Estado do Rio de Janeiro, denominada — Mutualidade — para funcionar com os estatutos que a este acompanham ; ficando, porém, obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 22 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

Estatutos da « Mutualidade »

ASSOCIAÇÃO DE AUXÍLIOS MUTUOS ENTRE OS FUNCIONARIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Constituição, sede e fins

Art. 1.º Fica constituída uma sociedade de auxílios mutuos entre os funcionarios do Estado do Rio de Janeiro, sob a denominação de « Mutualidade », com sede e fóro juridico na Capital do mesmo Estado.

Art. 2.º Esta sociedade tem por fim congregar a classe dos funcionarios publicos no intuito de prestação de mutuos auxílios e desenvolver a pratica de economia, pelos seguintes meios :

- a) fundação de armazens para fornecimento de generos alimenticios e de outra qualquer especie, pelo menor preço possível ;
- b) obtenção de serviços profissionais de qualquer natureza, a preços reduzidos ;
- c) adeantamento de dinheiro a juro modico ;
- d) criação de uma caixa especial de auxílios.

Art. 3.º Os auxílios das espécies *a*, *b* e *c* serão prestados á proporção que as respectivas despesas puderem ser comportadas pelos cofres sociaes; e os da espécie *d* quando a caixa especial atingir ao capital de 50:000\$ e nos termos então resolvidos annualmente pela assembléa geral dos socios.

Art. 4.º Além dos auxílios directos e positivos acima estabelecidos, outros poderão ser prestados pela directoria em nome da sociedade, quando necessario ao bem-estar e felicidade do socio e sua familia, perturbados indevidamente por qualquer coacção publica ou particular, desde que sejam reclamados e não dependam de despesas imprevistas nestes estatutos.

Art. 5.º Constituida a sociedade nos termos da legislação vigente e depois de realizados vinte por cento (20 %) do capital fixado nestes estatutos, a directoria providenciara immediatamente sobre a acquisição, por locação, compra ou construcção de um predio modesto em que possa ser estabelecido o armazem de secos e molhados e o proverá logo, na medida dos recursos existentes, dos generos que julgar mais necessarios e convenientes.

Art. 6.º Do capital realizado, um quinto será destinado a adeantamento (art. 2.º, letra *c*) e o restante ás operações commerciaes.

Art. 7.º A caixa especial do auxílios se constituirá da contribuição dos socios mutuarios, das doações e beneficios cedidos em favor da mesma e de um decimo dos lucros liquidos sociaes.

Do capital

Art. 8.º O capital social, não comprehendido o da caixa especial de auxílios, é fixado na quantia de quinze contos de réis (15:000\$), dividido em seiscentas acções do valor de vinte e cinco mil réis (25\$) cada uma, podendo ser elevado por deliberação da assembléa geral dos accionistas.

Art. 9.º As entradas de capital serão mensaes, em numero de seis (6) realizaveis dentro dos quinze (15) primeiros dias de cada mez e na razão seguinte: as duas primeiras de dez por cento (10 %) e as outras de vinte por cento (20 %) cada uma.

§ 1.º O accionista que deixar de fazer a sua entrada no prazo aqui estipulado será admittido a fazel-o dentro dos subseqüentes trinta dias, com a multa de dez por cento (10 %) sobre o valor da entrada, e, si o não fizer ainda dentro deste prazo, perderá o direito á acção e ás entradas anteriormente realizadas, sendo a acção declarada em commisso e revertendo o producto respectivo em beneficio do fundo de reserva social.

§ 2.º As acções que cahirem em commisso serão reemittidas.

§ 3.º E' livre ao accionista o direito de antecipar quaesquer entradas de capital.

§ 4.º As acções são nominativas, não podendo ser convertidas em titulos ao portador, indivisiveis e alienaveis por termo no livro de transferencias.

Do patrimonio

Art. 10. O patrimonio da «Mutualidade» é constituido :

- 1º, pelo capital social ;
- 2º, pelo fundo de reserva ;
- 3º, pelos bens moveis e immoveis que adquirir ;
- 4º, pelo fundo da caixa especial de auxilios ;
- 5º, por concessões de particulares, dos Governos da União, do Estado e do municipio.

Dos socios

Art. 11. Os socios podem ser benemeritos, accionistas e mutuarios.

§ 1.º Socios benemeritos serão os que, no intuito de auxiliar a sociedade, a juizo da directoria, fizerem á mesma um donativo em dinheiro, moveis ou immoveis, de valor nunca inferior a 2:000\$000.

§ 2.º São socios accionistas os que possuirem uma ou mais acções.

§ 3.º Socios mutuarios serão os accionistas que contribuirem mensalmente para a caixa especial de auxilios com a terça parte dos seus vencimentos de um dia.

Art. 12. Socios accionistas e mutuarios só podem ser os que, no acto da admissão ou inscripção, exercerem cargos publicos do Estado, seja a titulo de subsidio, ordenado, gratificação, percentagem ou diaria ; e, uma vez admittidos ou inscriptos, só serão eliminados por deixarem de entrar com as prestações das acções, nos termos dos presentes estatutos.

Art. 13. Os socios mutuarios tem direito a todos os auxilios sociaes.

Art. 14. Os socios accionistas não mutuarios terão sómente direito aos auxilios das especies *a*, *b* e *c* do art. 2º.

Art. 15. São direitos dos socios accionistas, salvo as prohibções expressas nestes estatutos :

§ 1.º Tomar parte nas deliberações das assembléas geraes ;

§ 2.º Votar nas mesmas assembléas, sendo os votos tomados *per capita* ;

§ 3.º Exercer os cargos de eleição, satisfazendo os preceitos destes estatutos ;

§ 4.º Receber os dividendos que competirem ás suas acções ;

§ 5.º Exercer em geral quaesquer outros direitos que lhes confira a lei.

Art. 16. Nas questões e negocios relativos á caixa especial de auxilios, só podem discutir e votar os accionistas que forem mutuarios.

Dos fornecimentos

Art. 17. Os generos ou mercadorias serão vendidos pelo preço corrente no mercado, com uma pequena differença para menos.

Art. 18. As vendas se farão aos socios a dinheiro á vista, podendo ser feitas a prazo, mediante as garantias exigidas pela directoria e sob a responsabilidade desta.

Paragrapho unico. No caso de venda a prazo, este não excederá do mez em que se realizar a transacção, sendo para esse effeito considerado termo do mez o dia 15 do seguinte.

Art. 19. Todo o comprador receberá um *recepissé*, com a indicação da importancia da despeza feita á vista ou a credito e que lhe dará direito a um abatimento sobre o valor da dita despeza, recebido trimestralmente.

Art. 20. As vendas aos compradores que não forem socios serão sempre a dinheiro á vista.

Paragrapho unico. Aos Governos da União, do Estado ou do municipio poderá a sociedade tambem fornecer os generos de seu commercio.

Dos empréstimos

Art. 21. Os empréstimos concedidos aos socios accionistas serão feitos na forma do art. 2.^o, especie c, mediante pedido escripto; e, si nenhuma duvida houver que se opponha á operacção, a directoria, depois de preenchidas as formalidades do art. 22, entregará a quantia emprestada.

Art. 22. O empréstimo se fara mediante recibo da quantia emprestada e procuração em causa propria irrevogavel para o recebimento dos vencimentos do socio, que será usada desde que elle não satisfaça o compromisso contrahido do pagamento.

§ 1.^o O empréstimo não excederá de quantia maior que a correspondente a tres mezes do vencimento do tomador, resgatavel dentro de um anno, não devendo de modo algum figurar na escripturação social o nome do tomador, salvo o disposto no § 4.^o, de sorte que, resgatado, desapareça de todo, pela restituição dos documentos, qualquer vestigio relativo ao individuo; effeito para o qual o nome será substituido pelo numero do ordem que couber aos documentos.

§ 2.^o Qualquer que seja o dia do mez em que for realizado o empréstimo, este se considerará completo para a conta de juros e o resgate, que se deverá operar por prestações mensaes, estas nunca inferiores a cem mil réis, si o empréstimo igualar ou exceder essa quantia, consideradas vencidas para os devidos effeitos no decimo quinto dia do mez seguinte.

§ 3.^o Não é permittido empréstimo a socio que o tenha contrahido e o mantenha com quem quer que seja, mediante as garantias aqui consignadas e, para resalva da sociedade, fará nos recibos declaracção expressa de nenhuma procuração em

causa propria ter em vigor e obrigando-se a não passar de futuro, sem que se tenha quitado com os cofres sociais.

§ 4.º Ao socio renuncio a directoria, por proposta do thesoureiro, podera excluir do beneficio do emprestimo, sendo tal circumstancia notada na competente partida da escripturação, caso em que ali se mencionará seu nome.

Da caixa especial de auxilios

Art. 23. Aos auxilios desta caixa só teem direito os socios mutuarios e pessoas de sua familia, de accordo com a especie d do art. 2º e pelo modo aqui estabelecido.

Art. 24. No caso de fallecimento do socio mutuario, será dado immediatamente conhecimento ao director, o qual, in continente comparecendo na casa onde se tiver dado o passamento ou para onde haja sido removido o cadaver, providenciará para que seja effectuado o enterramento, por conta da caixa, entregando ao mesmo tempo á pessoa competente da familia, mediante recibo, uma quantia para primeiras despesas, equivalente a um mez de ordenado que perceber o socio como funcionario do Estado.

Art. 25. A' viuva, mediante requerimento devidamente documentado e prévia informação do director, se expedirá titulo de pensão, em vista do qual perceberá ella uma pensão mensal que começará a ser paga depois da deliberação da assembléa geral dos socios, em vista da existencia dos fundos necessarios que supportem tal despesa, pensão proporcional aos vencimentos do finado e fixada pela mesma assembléa geral.

§ 1.º Em falta de viuva succedem-se com direito á pensão e repartidamente filhas e filhos, enquanto aquellas solteiras e estes menores de 18 annos — e todos de comportamento exemplar; e, na falta destes, a mãe e o pae do socio, si por elle alimentados e amparados.

§ 2.º Só os parentes indicados no § 1º deste artigo terão direito á pensão, sendo indispensavel para isso que os primeiros estivessem sob o marital ou patrio poder.

Art. 26. Tambem teem direito a serviço funerario e suffragio a mulher e filhos do socio mutuario, nas condições do final do § 2º do art. 25.

Art. 27. São considerados fundos de reserva desta caixa as primeiras importancias de sua receita sob qualquer titulo, até o computo de cincoenta contos de réis (50:00\$), deduzidos os fundos necessarios para creação e manutenção de uma empresa funeraria privilegiada, cuja receita pertencerá á mesma caixa de auxilios, e dali por diante os saldos verificados cada anno. Estes e aquelles serão convertidos em apolices da União ou do Estado, constituindo os respectivos juros receita da caixa, como qualquer outra dali em diante arrecadada e proveniente de contribuições dos mutuarios, doações, beneficios e outras origens.

Art. 28. No caso de dissolução da sociedade ou desta caixa, o seu capital e fundo de reserva será, com quaesquer sommas disponiveis e a ella pertencentes, rateado entre os socios mutuarios e pensionistas existentes proporcionalmente ás contribuições com que estiverem concorrendo aquelles e pensões que perceberem estes.

Art. 29. Aos socios que se inscreverem como mutuarios dentro de 30 dias, a contar da data da approvação destes estatutos pela assembléa geral, e á sua mulher e filhos, ficam garantidas desde já as despezas de enterramento, suffragio e entrega da quantia para as primeiras despezas, tudo nos termos do art. 24; e os que se inscreverem posteriormente só terão direito a taes auxilios, depois que o fundo de reserva da caixa attingir á somma de cincoenta contos de réis (50:000-000).

Art. 30. O socio mutuario que deixar a administração publica do Estado poderá continuar a gosar das vantagens aqui estabelecidas, desde que concorra com uma prestação igual á que concorria no ultimo dia de empregado, ficando-lhe, entretanto, livre o direito de rehaver da caixa as importancias com que houver contribuido, descontadas as que por ventura tenham sido despendidas a seu favor.

Dos lucros liquidos

Art. 31. Os lucros liquidos sociaes são constituídos pela renda liquida proveniente do emprego ou operações do capital.

Art. 32. Sempre que, por perdas e damnos ou qualquer outra eventualidade, desfalcar-se o capital, será o desfalque coberto por importancia igual deduzida dos lucros liquidos.

Art. 33. Dos lucros liquidos verificados trimestralmente, se deduzirão 10% que passarão á caixa especial de auxilios, 30% para fundo de reserva, 30% para pagamento de *recepissés*, 20% para dividendos aos accionistas e 10% para gratificação á directoria, pela fórma que esta determinar e nos termos do art. 41.

Art. 34. O fundo de reserva será applicado, a juizo da directoria, na abertura ou installação de outros ramos de negocio, á consecução dos fins sociaes, de accordo com o disposto nos arts. 2.^o letra a e 3.^o.

Art. 35. Attingindo o fundo de reserva, depois do maximo desenvolvimento da sociedade, a somma do capital social, o excesso será dividido em duas partes iguaes, sendo uma destinada á caixa beneficente e a outra a dividendo aos accionistas.

Da administração

Art. 36. A sociedade será dirigida por um conselho administrativo, composto de presidente, secretario e thesoureiro geraes, dous directores, sendo um da caixa commercial e outro da

caixa especial de auxílios e tres vogaes, ao todo oito membros, eleitos pela assembléa geral dos accionistas, e um conselho fiscal de cinco membros, do mesmo modo eleitos.

Art. 37. O conselho administrativo exercerá todos os actos da administração e gerencia com a maior liberdade, nos termos da lei, sendo-lhe prohibido contrahir empréstimos e operar collocation de fundos sem authorisação da assembléa geral e fora dos casos previstos nestes estatutos.

Art. 38. O mandato do conselho administrativo durará um anno, sendo seus membros indefinidamente reelegiveis.

Art. 39. Só os socios accionistas, mutuários ou não, poderão ser membros do conselho administrativo, devendo o presidente, secretario, thesoureiro e os dous directores caucionar, cada um, 20 acções em garantia de sua gestão.

Art. 40. Não podem servir no mesmo conselho pae e filho, sogro e genro, cunhados durante o cunhadio, e parentes até o segundo grão.

Art. 41. Os cargos de presidente, secretario, thesoureiro e directores serão remunerados com 10 % dos lucros liquidos sociaes.

Art. 42. Ao conselho administrativo incumbe:

§ 1.º Apresentar trimestralmente, antes do pagamento dos dividendos, um balanço parcial das operações das duas caixas, demonstração da conta de lucros e perdas, e, annualmente, o balanço geral das mesmas e respectivo relatorio, acompanhado do parecer do conselho fiscal.

§ 2.º Convocar a assembléa geral para reunir-se ordinariamente ou extraordinariamente, sempre que for necessario ou exigido pelo conselho fiscal ou mais de sete accionistas.

§ 3.º Executar e fazer executar fielmente estes estatutos e decisões da assembléa geral.

Art. 43. O conselho administrativo se reunirá ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que for necessario.

Art. 44. O membro do conselho que deixar de tomar posse no prazo de 30 dias, tendo assim recusado acceitar o cargo, será substituído pelos immediatos em votos, e, depois destes, por um provisorio escolhido pelos membros restantes em numero de cinco; fora desses casos, se procederá a nova eleição.

Art. 45. Depois de empossado o conselho administrativo, os seus membros, presidente, secretario, thesoureiro e directores serão substituídos pelos vogaes, escolhidos pelos impedidos, e na falta de escolha destes, por designação dos membros restantes, mediante prévia caução.

Art. 46. A caixa geral da sociedade fica sob a guarda e responsabilidade do thesoureiro, que operará sobre entrada e saída de fundos, de accordo com o conselho administrativo, que terá em vista as necessidades das caixas parciaes, que ficam sob a guarda e responsabilidade dos respectivos directores.

Do conselho fiscal

Art. 47. Ao conselho fiscal, composto de cinco membros o respectivos suplentes, compete :

§ 1.º Apresenatar á assembléa geral o parecer sobre os negocios e operações sociaes do anno seguinte á sua nomeação, tomando por base o inventario, o balanço e as contas dos administradores.

§ 2.º Examinar a escripturação, verificar o estado da caixa, exigir informações dos administradores sobre as operações sociaes e convocar extraordinariamente a assembléa geral, sempre que occorrerem motivos graves e urgentes.

§ 3.º Em seus pareceres, denunciar os actos, factos e fraudes que descobrirem, expor a situação da sociedade e suggerir as medidas e alvitres que entenderem a bem da sociedade.

Da assembléa geral

Art. 48. A assembléa geral dos accionistas é a sua reunião ordinaria ou extraordinaria em numero legal, isto é, representada nos casos geraes por metade e mais um pelo menos e nos casos de modificação dos estatutos, dissolução ou liquidação da sociedade, por dous terços.

Art. 49. A assembléa geral ordinaria, cujo objecto é a deliberação principalmente sobre o relatorio e contas e eleição da futura administração e conselho fiscal, terá lugar no ultimo dia feriado ou domingo de janeiro de cada anno.

Art. 50. Nas assembléas geraes os accionistas votarão por cabeça, não influinto para o voto o numero de acções que possuirem.

Disposições geraes

Art. 51. O anno social coincide com o anno civil.

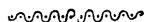
Art. 52. Os casos omissos nos presentes estatutos serão regulados por deliberação do conselho administrativo e pelo decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, que serão parte integrante dos mesmos estatutos.

Art. 53. Fica o conselho administrativo autorizado a crear os empregos necessarios aos fins sociaes, prover-os e fixar os respectivos vencimentos, e bem assim solicitar do Poder Legislativo e do Governo do Estado, do municipio e de particulares, o apoio, protecção e auxilios que lhe pareçam convir ao desenvolvimento e prosperidade social.

Disposição transitória

Artigo unico. Enquanto não puderem ser estabelecidos com o desenvolvimento necessario os armazens de que trata o art. 2º, letra *a*, dos presentes estatutos, a directoria providenciará, pelos meios ao seu alcance, para obter dos commerciantes abatimento nos generos de seus negocios a favor dos socios.

Petropolis, 25 de junho de 1897. (Seguem-se as assignaturas.)



DECRETO N. 2681 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1897

Concede autorisação á *The Sears Pará Rubber Company*, para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a *The Sears Pará Rubber Company*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação á *The Sears Pará Rubber Company* para funcionar na Republica mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro do Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, ficando a mesma companhia obrigada a cumprir as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 22 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2681, desta data**

I

A *The Sears Pará Rubber Company* é obrigada a ter um representante na Republica com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo da União ou dos Estados, quer com particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes judiciaes ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

III

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorisação para funcceionar na Republica, si infringir esta clausula.

IV

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de 1:000\$ a 5:000\$000.

Capital Federal, 22 de novembro de 1897. — *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*

(Publica firma)

Eu abaixo assignado, J. J. Fernandes da Cunha Filho, traductor publico das linguas allemã, franceza, ingleza e hespanhola. Escriptorio na rua Primeiro de Março numero quarenta e um, sobrado.

Certifico pela presente em como me foi apresentado um documento escripto na lingua ingleza afim de o traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente diz o seguinte: Traducção—Petição de licença para incorporar-se feita ao S. T. da communa de Norfolk e concessão da mesma á *The Sears Pará Rubber Company*. Petição da *The Sears Pará Rubber Company* ao tribunal da communa (Norfolk, Virginia) para incorporar-se e carta de autorisação do mesmo.

Ao Illustrissimo Juiz do Tribunal da Communa da cidade de Norfolk no Estado da Virginia. Os abaixo assignados que pretendem formar uma companhia por acções tendo por fim dirigir a empresa e commercio adiante designados, fazem, assignam e reconhecem esse accordo havido por escriptura de accordo (1145), mil cento e quarenta e cinco do codigo da Virginia, edição de

(1887) mil oitocentos e oitenta e sete, com as emendas ou modificações seguintes, a saber :

1.^a O nome da companhia será (A companhia chamar-se-ha) : *The Sears Parv Rubber Company*.

2.^a Os fins da companhia que se vai formar são comprar e vender em venda publica ou particular, em especie ou numerario ou de outro modo qualquer, já como corretor, já como commissario ou agente, e em geral fazer o commercio de todas e quaesquer especies de mercadorias e bens moveis e realizar esse commercio entre os Estados Unidos e os paizes estrangeiros, e dentro dos Estados Unidos e fabricar ou abrir mercados para a fabricação de todos os productos manufacturados pela companhia e comprar, adquirir, possuir, alugar ou arrendar, trocar e vender bens, moveis e immoveis de qualquer especie e natureza que forem e possam ser de utilidade ou se precisem, segundo a conformidade do referido negocio, e de carregar e transportar por mar ou por terra em seus navios ou vehiculos proprios ou fretados todas as mercadorias e generos empregados ou fabricados por ella e tambem comprar, ajustar ou de outro modo adquirir por qualquer compensação valiosa e possuir, empregar e dispor do sortimento (*stock*), titulos (*bonds*), e outros documentos de divida de qualquer companhia estrangeira ou nacional, com a qual possa manter relações de commercio ou esteja autorizada a fazer contrato e emittir ou dar em troca do referido sortimento titulos ou outros instrumentos de divida o seu proprio sortimento, titulos ou quaesquer obrigações.

3.^a O capital da referida companhia não será de menos de (100.000) cem mil dollars, nem de mais de (100.000) cem mil dollars e será dividido em acções de (100) cem dollars, ao par, cada uma.

4.^a O espaço de terreno ou propriedade immovel que a companhia tem em vista occupar, não deve exceder em tempo algum de (1.500) mil e quinhentos acres ou geiras.

5.^a O local em que devem funcionar os principaes escriptorios da referida companhia é a cidade de Norfolk, na Virginia.

6.^a O principal ramo de negocio de que pretende tratar a referida companhia é o declarado no § 2.^o deste accordo, que indica o fim a que se destina a mencionada companhia que está em formação.

7.^a Os nomes dos empregados que teem de dirigir durante o primeiro anno os negocios da referida companhia e conjunctamente os seus domicilios, são os seguintes:

R. F. Sears, Nova-York, presidente e director.

Henri Earl, Brooklin, Nova-York, vice-presidente e director.

Frederic Stewart, Nova-York, secretario e director.

William J. Pitcher, Bayonne, Nova Jersey, thesoureiro e director.

Gardiner F. Underhill, Nova-York, director.

Anton Delclisur, Nova-York, director.

James W. Wilcox, Norfolk, Virginia, director.

A' vista do que pedimos a este illustre tribunal que conceda aos abaixo assignados carta de autorisação para incorporar-se a companhia nos termos declarados nesta escriptura de contracto juntamente com os privilegios e concomitantes necessarios e convenientes. Em testemunho do que, assignamos o presente, aos 12 dias de junho do anno de 1897.— *Richard F. Sears.*— *Frederic Stewart.*— *Wm J. Pitcher.*— *Auton Delclisur.*— *Henri Earl.*— *Gardiner F. Underhill.*

Cidade de Nova York. Cidade e Condado de Nova York— Estados Unidos— Aos 16 dias do mez de agosto do (A. D.) anno do Senhor de 1897 (16 de agosto de 1897), perante mim compareceram pessoalmente Richard F. Sears, Frederic Stewart, Auton Delclisur, William J. Pitcher, Henri Earl e Gardiner F. Underhill, cada um dos mesmos conjuntamente por mim conhecidos e por mim separadamente conhecidos serem (6) os seis individuos já ali mencionados e que validaram o instrumento supra e que me declararam cada qual por seu turno que elles o fizeram.

Em fé do que assignei e puz o meu sello na presente no dia e anno acima indicados.— Franklin Abrams, tabellião publico.— Condado de Kings, Instrumento autoado no Condado de Nova-York, Estado de Nova-York, cidade e Condado de Nova-York, Estados Unidos. Eu, Henry D. Purroy, secretario da cidade e Condado de Nova-York e tambem secretario do Supremo Tribunal da dita cidade e Condado, sendo o mesmo tribunal soberano de authenticação (*Court of Record*), pela presente que Franklin Abrams autouou na secretaria do Condado de Nova-York, uma cópia authenticã de sua nomeação de tabellião publico do Condado de Kings, com a sua assignatura autographa e no tempo em que elle fez a declaração ou reconhecimento do instrumento annexo estava devidamente autorisado para isso.

Outrosim, certifico que conheço perfeitamente a lettra do referido tabellião e reconheço verdadeira a assignatura posta no referido certificado de declaração ou reconhecimento.

Em fé do que assignei a presente e affixei o sello do mencionado tribunal e Condado, aos dezeseis dias do mez de agosto de mil oitocentos noventa e sete (16 de agosto de 1897).— Henry D. Purroy, secretario. Sello do tribunal e Condado, Virginia.

Carta de autorisação

No Tribunal da Communa da cidade de Norfolk, na Virginia, carta de autorisação da *The Sears Para Rubber Company*.

Art. 1.º Tendo Richard F. Sears, Frederic Stewart, William J. Pitcher, Auton Delclisur, Henry Earl e Gardiner F. Underhill apresentado o seu contracto que estava em devida forma feito, assignado e reconhecido segundo as requisitas prescripções da secção (mil cento e quarenta e cinco) do codigo da Virginia e os demais estatutos da Virginia em taes condições feito e pro-

vido, pedindo carta de autorisação para incorporar-se nos termos nella declarados e tendo sido o mesmo considerado pelo tribunal.

E' julgado, ordenado e decretado que os mencionados Richard F. Lears, Frederic Stewart, William J. Pitcher, Anton Delclisur, Henry Earl e Gardiner F. Underhili e todos os mais que sejam agora ou possam ser daqui por diante a elles associados e seus successores, são pela presente e tenham o direito de constituirem-se em corporação politica e incorporada sob o nome de *The Sears Parà Rubber Company* e por esse nome e titulos hão de ter successão perpetua e um sello commun que se pôde alterar e modificar *ad libitum* e que pôde demandar e ser demandada, fazer contractos ou accoital-os o será como é pela presente invertida em geral e completamente em todos os direitos e privilegios attributivos de todas as companhias incorporadas de conformidade com as leis do Estado da Virginia, ou dos Estados Unidos, sob a condição, entretanto, de que a referida companhia pagará em moeda corrente dos Estados Unidos todos os impostos que lhe devam ser tributados e todos os demais onus que tenha direito de contra elle reclamar ou exigir o Estado da Virginia.

Art. 2.º A referida companhia será autorizada a negociar o fazer o commercio de comprar e vender em venda publica ou particular, em numerario ou especie ou de outro modo qualquer, quer servindo de corretor, commissario ou agente e em geral negociar em todas as especies de mercadorias e bens moveis e realizar esse commercio entre os Estados Unidos e os paizes estrangeiros e dentro dos Estados Unidos e fabricar ou abrir mercado para a manufactura de quaesquer productos ou artigos fabricados pela companhia, e comprar, adquirir, possuir, arrendar, permutar e vender bens moveis e immoveis de qualquer especie e natureza que possam ser uteis e precisos de conformidade com o referido negocio, e carregar ou transportar por mar ou por terra em seus navios ou vehiculos proprios ou fretados todas as mercadorias e generos empregados ou fabricados por ella e tambem comprar, ajustar ou de qualquer outra maneira adquirir ou obter por qualquer causa de contracto em devida fôrma e possuir, empregar e dispôr do sortimento, titulos (*bonds*) e outros documentos de divida de qualquer companhia estrangeira ou nacional, com a qual possa manter relações de commercio ou esteja autorizada por procuração para com ella entrar em contracto e dar ou entregar em troca do referido sortimento, titulos (*bonds*) ou outros instrumentos de divida o seu proprio sortimento, titulos (*bonds*) ou quaesquer obrigações.

Art. 3.º O capital da referida companhia não será de menos de (100.000 dollars) cem mil dollars, nem de mais de (100.000 dollars) cem mil dollars, e será dividido em acções do valor ao par de (100 dollars) com dollars cada uma.

O referido capital será considerado e ficará sendo propriedade movel e será transportado para os livros da companhia segundo o modo prescripto pela directoria, e cada acção dará direito a um

voto, emquanto ao capital alludido, em todas as reuniões dos accionistas.

A referida companhia poderá receber em paga do mencionado capital, serviços materiaes, terras, sortimentos de mercadorias (*stocks*) ou titulos (*bonds*) particulares, ou de outras companhias e todos e quaesquer valores em titulos ou documentos de divida ou acções, ou direitos e privilegios ou qualquer pacto que sobre isso façam como os directores o entenderem conveniente, e elles possam emittir os mesmos acima ou abaixo do par e pelos preços e nos termos e condições estabelecidas pelo regulamento da companhia.

Art. 4.º O espaço de terreno occupado e possuido pela referida companhia não excederá de mil e quinhentas geiras, ou acres, em tempo algum.

Art. 5.º O escriptorio principal da companhia será em Norfolk, na Virginia, e a directoria terá o direito de estabelecer e manter em outras partes outros escriptorios, dentro ou fóra dos Estados Unidos.

O principal ramo de negocio que a companhia pretende explorar é o declarado no art. 2º.

Art. 6.º Poderá legalmente a companhia e pela presente é autorisada a contrahir, segundo a oportunidade, emprestimo de quantia ou quantias de dinheiro de que necessitar para os seus fins, e para taes emprestimos, emittir as suas notas ou titulos (*bonds*) inscriptos ou garantia de divida (*coupons*) pagavel em tal ou taes prazos, e em certas quantias, e á razão de certo juro como o determinar a directoria; e a companhia pôde cautionar os mesmos por acções de credito (?) ou hypothecas, sinão todos e quaesquer dos seus direitos, bens e privilegios.

Art. 7.º Os empregados da referida companhia consistirão em um presidente, vice-presidente, thesoureiro, secretario e directores.

Os directores serão em numero de sete, dous dos quaes serão presidente e vice-presidente.

O secretario e o thesoureiro poderão ser ou não directores, como o resolverá a directoria.

O mesmo individuo poderá accumular as funcções de secretario e thesoureiro.

A directoria terá a faculdade de crear outros empregos e augmentar ou reduzir o numero dos directores quando a seu tempo o julgar conveniente

A referida directoria terá a faculdade de fazer e estabelecer certas regras, regulamentos e estatutos, que não infrinjam ou contravenham as leis do Estado da Virginia, ou dos Estados Unidos, como elles o entendam preciso para a direcção ou fiscalização dos negocios e commercio da referida companhia e para o governo dos seus empregados, agentes, caixeiros e outros funcionarios que se referem a todas as pessoas que estão ligadas ou exercerem empregos na companhia.

Art. 8.º Todas as reuniões dos accionistas e directores da referida companhia serão feitas em tempo e lugar dentro ou fóra

dos Estados da Virginia, e recebendo o aviso que a directoria opportunamente entenda determinar.

Art. 9.º A directoria se encarregará da direcção e fiscalisação dos negocios do commercio da companhia e dos da sua propria corporação; findo o primeiro anno ella elegera um presidente e um vice-presidente e durante o primeiro anno e dahi por diante preencherá as vagas que se forem dando nos empregos ou na sua propria corporação, ou por morte, resignação do cargo, recusa de exercicio, ou por outra causa qualquer.

O presidente presidirá a todas as reuniões da directoria, achando-se presente, e na sua ausencia o vice-presidente as presidirá.

A directoria tambem poderá nomear quaesquer outros empregados que forem necessarios para a conveniente direcção do commercio da companhia e quando lhe parecer conveniente dar permissão para se fazer acquisição e entrar na posse do sortimento, de qualquer outra companhia organisa da na Virginia ou em outro logar qualquer e a respeito delle exercer todos os direitos, prerogativas e privilegios dos seus possuidores individuaes, e os referidos directores poderão tambem vender ou dispor de qualquer maneira de toda ou qualquer parte da propriedade, dos direitos e regalias ou privilegios da dita companhia.

Art. 10. Os nomes e logares de residencia dos empregados da referida companhia durante o primeiro anno são os seguintes:

Richard P. Lears, Nova-York, vice-presidente e director.

Henri Earl, Nova-York, vice-presidente e director.

Frederico Stewart, Nova-York, secretario e director.

William J. Pitcher, Bayonne, Nova Jersey, thesoureiro e director.

Gardiner F. Underhill, Nova-York, director.

Anton Delclisur, Brooklyn, Nova-York, director.

James W. Wilcox, Norfolk, Virginia, director.

Escripta e feita por meu punho na cidade de Norfolk, do Estado da Virginia, aos dezesete dias do mez de agosto do anno de mil oitocentos e noventa e sete (17 de agosto de 1897).—*Allan R. Hanchel*, juiz do Tribunal da Communa da cidade de Norfolk, Estado da Virginia.—Virginia: Na secretaria do Tribunal da Communa da cidade de Norfolk, aos dezesete dias de agosto de mil oitocentos e noventa e sete (17 de agosto de 1897), a carta de authorisação supra da *The Sears Para Rubber Company*, foi hoje recebida (teve entrada) e registrada, e é agora notificada ao secretario da Republica para ser authenticada na sua repartição de conformidade com a lei.—*L. Royster*, secretario. Republica da Virginia, secção do contador-mór da Recebedoria Publica.

Richmond, 18 de agosto de 1897.—Certifico pela presente que *L. Royster*, secretario da Côrte (tribunal) Criminal da cidade de Norfolk, pagou no Thesouro 38 dollars de emolumentos pela

licença ou carta de autorisação da *The Sears Parà Rubber Company*, fôra as suas custas.— *C. Lee Moore*, contador-mór em exercício da Recebedoria Publica. Republica da Virginia, 18 de agosto de 1897.

Carta de autorisação archivada e authenticada.— *J. F. Lawlep*, secretario da Republica, Estado Republicano da Virginia. Eu *J. G. Hankins*, secretario em exercício da Republica da Virginia, certifico que o documento supra é cópia fiel da carta de autorisação da *The Sears Parà Rubber Company*, autoada e authenticada nesta repartição. Passada sob a minha assignatura e com o sello menor da Republica, aos dezoito dias do mez de agosto de 1897.— *J. G. Hankins*, secretario em exercício da Republica. Cidade de Nova-York, Estado e Condado de Nova-York, Estados Unidos.

Frederick Stewart, tendo prestado o devido juramento, depõe e declara :— Ser o secretario da *The Sears Parà Rubber Company*; e que elle concertou ou confrontou a petição de licença supra mencionada e a carta de autorisação da referida companhia com uma cópia da mesma authenticada que apresentou como supradito secretario, tendo sido a referida cópia legalisada em devida fôrma pelo secretario da Republica da Virginia com o qual estão agora autoadas a petição original de licença e a sua autorisação, e que a supradita é fiel e exacta transcrição da mesma e da petição original de licença em todas as suas partes.— (Assignado) *Frederick Stewart*. Juramentado perante mim aos quatorze dias do mez de setembro de mil oitocentos e noventa e sete (14 de setembro de 1897).— (Assignado) *Chas. A. Hane*, tabellião publico do Condado de Kings.— Certidão apresentada no Condado de Nova-York. Achava-se apposto ao lado o sello gravado a secco do tabellião publico *Chas. A. Hane*, Estado de Nova-York, cidade Condado de Nova-York, Estados Unidos. Eu, *Henry D. Purroy*, secretario da cidade e Condado de Nova-York, e igualmente secretario do Supremo Tribunal da cidade e Condado mencionados, que é tribunal da cidade e Condado mencionados, que é tribunal de authenticação soberano (*Court of Record*), pela presente certifico que *Chas. A. Hane* apresentou na Secretaria do Condado de Nova-York uma certidão authenticada de sua nomeação de tabellião publico do Condado de Kings com a sua assignatura autographa e era, ao tempo em que fez a deposição aqui junta, devidamente autorisado a fazel-a, e cuja assignatura perfeitamente reconheço ser a do referido tabellião publico aqui apposta á certidão annexa, por bem conhecer a sua escripta. Em fé do que assignei a presente e á mesma affixei o sello do referido Tribunal e Condado aos quatorze dias do mez de setembro de mil oitocentos e noventa e sete (14 de setembro de 1897).— (Assignado) *Henry D. Purroy*. Achava-se ao lado apposto o sello do secretario da cidade e Condado de Nova-York, do seu Supremo Tribunal, n. 3.255 (numero tres mil duzentos e cincoenta e cinco), em papel sellado com as armas do Consulado Geral do Brazil, nos Estados Unidos da America do Norte.— *Antonio*

Fontoura Xavier, Consul Geral dos Estados Unidos do Brazil, nos Estados Unidos da America do Norte.

Reconheço verdadeira a assignatura junta de Henry D. Purroy, tabellião da cidade e Condado de Nova-York, legalizando o documento anexo, para constar onde convier a pedido de *Sears Paré Rubber C.* passei a presente, que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil, em Nova York, aos 17 de setembro de 1897, devendo esta minha assignatura ser reconhecida na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou em qualquer das Alfandegas e Delegacias fiscaes da Republica para poder produzir seus effeitos no Brazil. Nova-York, 17 de setembro de 1897.— (Assignado) *A. F. Xavier*, consul geral. Achavam-se affixadas duas estampilhas do valor collectivo de 3\$ (tres mil réis) devidamente inutilisadas pela assignatura do referido consul e a data indicada. Recebi (um dollar e sessenta e cinco) 1 dollar e 65 (assignado com as iniciaes). — *A. F. X.* Ao lado achava-se o sello do mesmo Consulado referido acima. Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. *A. F. Xavier*, consul geral do Brazil em Nova-York. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1897. — Pelo director geral, — (assignado) *A. J. de Paula Fonseca*, director interino da 3ª secção.

Achavam-se appostas quatro estampilhas do valor total de 550 réis (quinhentos e cincoenta réis), devidamente inutilisadas pela assignatura e data acima. Estava ao lado o sello da Secretaria das Relações Exteriores da Republica do Brazil. Sobre tres estampilhas do valor total de tres mil e novecentos réis (3\$900) se achava o carimbo da Recebedoria da Capital Federal, com a data de 14 de outubro de 1897 (quatorze de outubro de mil oitocentos e noventa e sete).

Todas as paginas ou folhas deste documento em numero do doze, comprehendida a certidão appensa ao final do tabellião *Henry D. Purroy*, vinham rubricadas pelo consul do Brazil nos Estados Unidos, qual com o seu numero e as iniciaes do seu nome *A. F. X.*, ligando todas ellas um atilho de seda verde amarella preso pelo lacre vermelho sobre o qual estava carimbado o sello do referido Consulado.

Tambem se achavam todas as folhas marcadas com o supra-mencionado sello. Nada mais se continha, nem declarava o documento acima, que mais litteralmente que pude verti do proprio original em inglez ao qual me reporto.

Em fé do que passei a presente que assigno, appondo o sello do meu officio, nesta cidade, aos 15 dias do mez de outubro do anno de 1897.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1897. — *Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha Filho*, traductor publico. Estava o sello do traductor, no centro de cujo sello se via o numero 106, e colladas quatro estampilhas no valor collectivo de 6\$600, inutilisadas pelo seguinte: Emolumentos, sessenta e seis mil réis.

Estampilhas 6\$600 (somma) 72\$600. *Fernandes da Cunha Filho*.
Reconheço a firma supra.— Rio, 21 de outubro de 1897. —
Em testemunho da verdade (estava o signal publico), *Dario Teixeira da Cunha*.

Nada mais se continha em traducção daqui transcripta, da qual eu tabellião abaixo assignado, bem e fielmente fiz extrahir a presente publica-forma que conferi, subscrevo e assigno em publico e raso.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1897.— Eu Dario Teixeira da Cunha, subscrevo e assigno em publico e raso.

Em testemunho da verdade. — *Dario Teixeira da Cunha*.

PUBLICA-FORMA

Eu abaixo assignado, J. J. Fernandes da Cunha Filho, traductor publico das linguas allemã, franceza, ingleza e hespanhola. Escriptorio na rua Primeiro de Março n. 41, sobrado.

Certifico pela presente em como me foi apresentado um documento escripto na lingua ingleza afim de o traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente vertido diz o seguinte : Traducção «Sears Pará Rubber & Comp.»

Estatutos da «The Sears Pará Rubber Company»

CAPITAL

I

Dous terços pelo menos do capital actual da companhia serão pagos inteiramente dentro de dous annos a contar-se do dia dezeses de junho de mil oitocentos noventa e sete e a companhia está sempre sujeita ás disposições prescriptas pelas leis dos Estados Unidos do Brazil no que diz respeito ao emprego do seu capital e que regula as relações, direitos e obrigações entre a companhia e os dos seus credores, accionistas e outras partes que nella sejam interessadas, tendo domicilio no Brazil, como previsto no artigo quatrocentos quarenta e sete do decreto numero quatrocentos trinta e quatro do anno de mil oitocentos e noventa e sete, cuja transcripção vem aqui annunciada com a marca — A.

REUNIÃO DOS ACCIONISTAS

II

A reunião annual dos accionistas terá logar na primeira sexta-feira de fevereiro de cada anno, na cidade de Norfolk, do

Estado da Virginia (ou em outro qualquer logar dentro ou fóra do Estado da Virginia), como os directores podem opportunamente determinar.

III

As reuniões extraordinarias (especiaes) dos accionistas poderão ser convocadas em qualquer tempo por ordem da directoria e como for prescripto por lei.

IV

Cada um dos accionistas receberá aviso opportuno e prévio do tempo, logar e objectivo de cada reunião annual ou extraordinaria dos accionistas, seja oralmente ou por escripto, pelo correio ou pelo telegrapho.

V

Na reunião dos accionistas, cada accionista terá direito de tantos votos quantas forem as acções que representarem (que trouxerem).

Cada accionista poderá votar pessoalmente ou como procurador devidamente habilitado ou autorizado por instrumento escripto (escriptura), assignado por cada accionista e emmaçados (reunidos) ou pelo secretario da companhia, antes da reunião ou sessão.

VI

Nas reuniões dos accionistas a maioria das acções emittidas e não pagas (*outstanding*) nessa occasião, sejam representadas pelo seu possuidor ou por seus procuradores, constituirá numero.

VII

EMPREGADOS

Os empregados da companhia serão : um presidente, um vice-presidente, um secretario, um thesoureiro, e sete directores, e tantos administradores, quantos os autorizados pela directoria e devidamente nomeados pelo presidente.

VIII

O presidente e na sua ausencia o vice-presidente presidirão as sessões (tomarão a cadeira da presidencia) do conselho de directores (da directoria) e os cargos de secretario e thesoureiro poderão ser por uma e a mesma pessoa desempenhados.

IX

Todos os empregados supra mencionados, com excepção dos directores, poderão ser demittidos a qualquer tempo por um voto de maioria dentre os directores ; mas no entanto fóra disso, com excepção dos alludidos administradores, occuparão o seu lugar durante um anno até que sejam os seus substitutos devidamente eleitos e autorizados a exercel-os, e os directores deverão preencher quaesquer vagas, durante qualquer tempo não completando, que se possam dar em qualquer dos referidos lugares ou empregos, em qualquer reunião regular da directoria.

X

O administrador ou administradores alludidos (gerentes) serão nomeados e empregados pelo tempo e sob as condições que a directoria entenda estabelecer e a directoria poderá escolher ou nomear tantos empregados, administradores, commissarios ou agentes quantos opportunamente o julgar melhor e sob as condições quaesquer que em taes casos quizer prescrever, sinão, a directoria poderá delegar poderes para se elegerem ou nomearem tantos outros funcionarios, administradores, agentes ou empregados a qualquer um ou mais empregados da companhia.

XI

DIRECTORES

A directoria compor-se-ha de sete membros, não sendo necessario que tenham domicilio no Estado da Virginia, devendo serem todos, porém, accionistas, os quaes deixarão de ser directores desde que não sejam mais accionistas.

XII

Os directores serão eleitos pelos accionistas na sua reunião annual, em votação por escrutinio (por meio de bolas), e exercerão o cargo por um anno e até o tempo em que sejam os seus substitutos devidamente eleitos e habilitados para o lugar que occuparem. Qualquer vaga que se abrir na directoria por fallecimento, resignação dos cargos, demissão ou por outra causa, durante o anno, poderá ser preenchida pelos directores restantes em qualquer reunião regular da directoria.

XIII

A directoria se encarregará da administração e fiscalisação geral de toda a propriedade, commercio, e pertences ou interesses da companhia, e poderá delegar a um ou mais empregados,

gerentes, ou agentes da companhia todos os poderes da directoria, sejam quaes forem, para serem exercidos por um ou mais empregados, administradores ou agentes da companhia, por tanto tempo quanto o determinar a directoria.

XIV

A directoria definirá os poderes e deveres de todos os commissarios, empregados, agentes e feitores da companhia que já não estejam definidos nos estatutos, e fixará os salarios dos empregados, gerentes, agentes e feitores da companhia, salvo os honorarios do presidente que serão fixados pelos accionistas e poderá pedir tantos (*bonds*) titulos ou obrigações quantos julgar razoavel.

XV

A directoria fará declaração de todos os dividendos do capital em acções da companhia e em geral poderá exercer e exercerá qualquer acto que considere efficaz para desempenhar as funções que lhe foram delegadas pela corporação.

XVI

A directoria cada anno terá de eleger por escrutinio secreto, dentre os seus membros, um presidente e um vice-presidente para a companhia. Tambem deverá eleger cada anno um secretario e um thesoureiro, os quaes poderão ser ou deixar de ser accionistas ou directores.

XVII

As reuniões regulares da directoria deverão ser feitas nas occasiões marcadas, segundo a directoria o determinar e nos logares que ella designe e as reuniões extraordinarias da directoria serão convocadas em qualquer pelo presidente ou pela quarta parte dos membros da companhia.

XVIII

A maioria dos directores existentes nesse tempo constituirá numero para tratar dos negocios, mas a minoria poderá adiar para outra occasião, fazendo o secretario constar por aviso aos directores ausentes esse adiamento.

O PRESIDENTE

XIX

O presidente será o chefe dos empregados da companhia e será investido de todas as prerogativas e autoridades, que lhe são attinentes ou accessorias que não estejam em desacordo

com estes estatutos e resoluções da directoria, e presidirá a todas as reuniões dos accionistas e da directoria e cumprirá todos os mais deveres que lhe forem impostos pela directoria e todos os actos que praticar dentro da esphera da sua autoridade ou attribuições serão como da companhia e assim obrigatorios.

XX

Elle com o thesoureiro terá que assignar todas as acções da companhia.

XXI

Ser-lhe-ha commettida a inspecção geral, cuidado e administração de todo o numerario, bens e negocio da companhia, sempre sujeito á fiscalisação da directoria e será investido de outras mais attribuições que opportunamente lhe delegam a directoria e poderão por votação da directoria lhe serem conferidos pela mesma plenos poderes para todos os actos executivos e administrativos que tenham de ser praticados quer nos Estados Unidos do Brazil, quer em outra qualquer parte.

O VICE-PRESIDENTE

XXII

O vice-presidente, em caso de ausencia ou impossibilidade que tenha o presidente para funcionar, desempenhará os deveres de seu cargo, e o vice-presidente é particularmente encarregado de assignar pelo presidente as acções e será investido de outras attribuições e desempenhará outros deveres que opportunamente lhe forem prescriptos pela directoria.

O SECRETARIO

XXIII

O secretario será *ex-officio* secretario nas reuniões dos accionistas, redigirá as actas das suas sessões e será zelador da mesma.

XXIV

Terá de dar sob as ordens ou instrucções dos directores ou do presidente todas as informações necessarias para a eleição dos directores e para as reuniões dos accionistas, e preencherá os demais encargos que opportunamente lhe forem confiados pela directoria ou pelo presidente.

XXV

Na ausencia do secretario os accionistas e a directoria poderão nomear um secretario interino para lavrar as actas de suas respectivas sessões e fazer tudo o mais que elles ordenarem relativo a esse officio.

XXVI

Ficará sob a sua guarda o sello colectivo (que represente a corporação) da companhia e afixará o mesmo enquanto occupar esse cargo a todas as acções emitidas e quando for autorizado pelo presidente ou pela directoria a fazel-o elle apporá o dito sello nos contractos e demais instrumentos.

O TESOUREIRO

XXVII

O thesoureiro só terá sob sua guarda o dinheiro e cauções pertencentes à companhia, cobrará e pagará todo o activo e passivo da companhia e guardará os capitães creditados ou depositados em nome da companhia no logar ou logares designados pela directoria opportunamente e despendel-os por ordem da mesma.

XXVIII

Fará ou mandará fazer a escripturação exacta da conta da sua receita e despesa em livros, que a todo tempo poderão ser examinados pelos directores.

XXIX

Desempenhará todos os outros deveres que lhe possam ser opportunamente commettidos ou delle exigidos pela directoria.

ASSIGNATURA DOS CHEQUES, CONTAS, ETC.

XXX

A assignatura de dous dos seguintes funcionarios, isto é, do presidente, vice-presidente, secretario e thesoureiro, ou de qualquer dos funcionarios supra mencionados e um dos administradores ou gerentes da companhia (tendo sido o mesmo gerente para isso devidamente autorizado por procuração ou deliberação dos directores), será requisitado para obrigar a companhia a respeito de todos os cheques, saques, letras de cambio, contas acceitas, salvo si por votação em contrario resolverem os directores.

TRANSFERENCIAS E INSCRIPÇÕES DAS ACÇÕES

XXXI

Todas as transferencias de acções serão assignadas pelos seus possuidores pessoalmente ou habilitados por procuração no acto da transferencia, as velhas em todo caso serão restituídas e cancelladas para serem trocadas por novas acções.

XXXII

Todas as acções emitidas pela companhia levarão o sello da companhia e serão assignadas pelo presidente ou vice-presidente e pelo thesoureiro.

ADMINISTRADORES LOCAES

XXXIII

Haverá dous administradores ou gerentes locaes ou assistentes que serão designados opportunamente por escolha da directoria, os quaes terão escriptorio no Pará, Estados Unidos do Brazil.

Esses assistentes locaes serão investidos na gerencia dos negocios no Brazil, com poderes que a seu turno lhes serão prescriptos pela directoria ou pelo presidente da companhia, inclusive o poder de assignar pelo presidente da companhia, quando estiver exercendo as attribuições da referida directoria que lhes forem conferidos e autorizados a agir em geral em nome da companhia, inclusive o poder de assignar em nome da companhia, com um dos outros empregados da companhia, chefes, saques, letras de cambio, contas acceitas e todos os titulos de divida da companhia, dentro dos limites prescriptos pela procuração que lhes será conferida ou dada pela directoria ou pelos empregados a isso devidamente autorizados debaixo do sello da companhia, e todos os actos de taes administradores locaes dentro da esphera do seu poder e autoridade por si e em nome da companhia, obrigarão a referida companhia como si por ella feitos e praticados.

EMPREGADOS

XXXIV

A companhia terá o seu escriptorio principal na cidade dos Estados Unidos da America, que a directoria entenda determinar e terá um escriptorio para transacções dos negocios na cidade do Pará, dos Estados Unidos do Brazil, e tambem poderá ter escriptorios em outros logares que a directoria a seu tempo entenda prescrever.

SELLO

XXXV

O sello colectivo da companhia conterá as palavras: *The Sears Pará Rubber Company*, cercando as palavras emblemas — *Incorporated* — Mil oitocentos e noventa e sete.

ALTERAÇÕES

XXXVI

Um ou mais artigos destes estatutos pôde ser alterado, emendado, accrescentado, ou rejeitado, quer pelos accionistas em qualquer reunião, quer por votação da maioria dos directores em qualquer reunião da directoria; mas, se dará aviso da alteração, emenda ou rejeição propostas pelos accionistas ou directores na proxima seguinte reunião, ou será isso então especificado na convocação para a reunião á qual terá de ser proposta essa alteração, etc.

A

Art. 47. Dependem tambem de autorisação do Governo para funcçãoar na Republica as sociedades anonymas estrangeiras e as suas filiaes, devendo observar-se o que segue em referencia a taes associações.

(1) Os estatutos devem declarar o tempo maximo, nunca excedendo de dous annos, contados da data da autorisação dentro do qual a sociedade ou companhia tem de realizar dous terços, pelo menos, do seu capital na Republica.

(2) Essas companhias ou sociedades ficarão sujeitas ás disposições que regem as sociedades anonymas no tocante aos deveres e obrigações entre a sociedade e os seus credores, accionistas e quaesquer partes interessadas, que sejam domiciliadas no Brazil, embora ausentes.

(3) Uma vez obtida a autorisação, essas sociedades sob pena de nullidade, antes de archivarem na Junta Commercial e onde não a houver, no registro de hypothecas do termo ou comarca, os estatutos da sociedade, a relação nominal dos subscriptores com a designação do numero de accções e as suas entradas e a certidão de deposito de um decimo do capital, afim de fazer no *Diario Official* e nas gazetas do termo, dez publicações exigidas pelo presente decreto.

Lei numero tres mil cento e cincoenta de quatro de novembro de mil oitocentos e oitenta e dous, artigo terceiro paragrapho primeiro, final; decreto numero oito mil oitocentos vinte e um do mesma anno, artigo cento e trinta, paragrapho primeiro; decreto numero cento e sessenta e quatro de dezeseite de janeiro

de mil oitocentos e noventa, artigo primeiro paragrapho segundo, numeros um, dous e tres.

(4) As sociedades estrangeiras na Republica são obrigadas a observar as disposições do paragrapho antecedente, dentro de seis mezes, a contarem-se da data da publicação do decreto numero cento e sessenta e quatro de janeiro de mil oitocentos e noventa, sob pena de perderem o direito de funcionar nesta Republica (decreto numero cento e sessenta e quatro, artigo trinta e tres, paragrapho unico.)

Cidade de Nova York e Condado de Nova-York. Estados Unidos. Frederick Stewart, depois de prestado o devido juramento, depõe e declara que é secretario da *The Sears Parà Rubber Company*, — e que confronta a cópia dos estatutos da referida companhia com os estatutos originaes apresentados *oufile* com declaração de ser elle o secretario e que a antecedente é transcrição fiel e exacta da mesma dos referidos estatutos originaes, em todas as suas partes:—(Assignado) *Frederick Stewart*. Juramentado perante mim, aos quatorze dias do mez de setembro de mil oitocentos e noventa e sete 14 de setembro de 1897.—(Assignado) *Chas. A. Kane*, tabellião publico do Condado de Kings. Ao lado se achava apposto o sello do tabellião do Condado de Kings. *Chas. A. Kane*. — Certidão apresentada no Condado de Nova-York.— Estado de Nova-York.— Cidade e Condado de Nova-York.— Estados Unidos. Eu, Henry D. Purroy, secretario da cidade e Condado de Nova-York, e tambem secretario do Supremo Tribunal da dita cidade e Condado que é Tribunal de autenticação, pela presente certifico que *Chas. A. Kane* apresentou na secretaria do Condado de Nova-York cópia authentica de sua nomeação de tabellião publico do Condado de Kings com a sua assignatura autographa e era ao tempo da deposição que fez, annexa, devidamente autorisado a fazel-a, e eu conhecendo bem a letra do dito tabellião publico creio realmente que a assignatura da certidão annexa é verdadeira. Em testemunho do que assignei, appondo-lhe o sello do referido Tribunal e Condado aos quatorze de setembro de mil oitocentos noventa e sete (14 de setembro de 1897).—(Assignado) *Henry D. Purroy*, — Vinha affixado o sello da Secretaria acima mencionado, em papel onde estavam estampadas as armas do Consulado Geral do Brazil em Nova-York. Reconheço verdadeira a assignatura junto de *Henry D. Purroy*, tabellião da cidade e Condado de Nova-York; legalizando o documento annexo; e para constar onde convier, a pedido de *The Sears Parà Rubber Company*, passei a presente que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil em Nova-York, ao dezesete de setembro de mil oitocentos noventa e sete; devendo esta minha assignatura ser reconhecida na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou em qualquer das Alfandegas e Delegacias fiscaes da Republica, para poder produzir os seus effeitos no Brazil.— Nova-York, aos dezesete de setembro de mil oitocentos noventa e sete.— *A. F. Xavier*

(assignado), consul geral. Achavam-se appostas duas estampilhas do valor colectivo de tres mil réis da Republica do Brazil, devidamente inutilisadas pela data e assignatura supra.

No alto da folha estava rubricada a mesma com o numero tres mil duzentos cincoenta e quatro (n. 3254).

Mais abaixo vinha lançado : « Recebi (dollar um e sessenta e cinco) (dollar 1,65).— (Assignado) *F. X.* Abaixo estava affixado o sello do referido Consulado.— Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. A. F. Xavier, consul geral do Brazil em Nova-York.

Rio de Janeiro, quatorze de outubro de mil oitocentos noventa e sete.— Pelo director geral, (assignado) *A. J. de Raul Fonseca*, director interino da terceira secção. A data e assignatura supra inutilisaram quatro estampilhas do valor colectivo de quinhentos e cincoenta réis (\$550). Ao lado estava o sello da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Sobre tres estampilhas do valor total de tres mil e seiscentos réis (3\$600) se via o carimbo da Recebedoria da Capital Federal, com a data de quatorze de setembro de mil oitocentos noventa e sete. Todas as paginas ou folhas do presente documento vinham rubricadas com o numero correspondente ás mesmas segundo a sua ordem e assignatura ou iniciaes do nome do consul geral do Brazil em Nova-York, o Sr. Antonio Fontoura Xaveir, o qual sobre cada uma das mesmas affixou o sello do dito Consulado, prendendo-as todas por um atilho fixado pelo sello daquelle Consulado gravado sobre lacre vermelho.

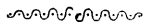
Nadamaiz se continha nem se achava no documento supra mencionado que, o mais fielmente possível e litteralmente quanto me foi dado fazel-o, verti do proprio original inglez.

Em fé do que passei a presente que assigno, appondo-lhe o sello do meu officio nesta cidade, aos dezeses dias do mez de outubro do anno de 1897.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1897.— *Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha Filho*, traductor publico. (Estava o sello do traductor no centro do qual se via o numero 107, bem como seis estampilhas no valor de 6\$300 inutilisadas pelo seguinte : Recebi emolumentos 63\$. Idem estampilhas 6\$300. Somma 69\$300).— *Fernandes da Cunha Filho*. Reconheço a firma supra. Rio, 21 de outubro de 1897. Em testemunho de verdade (Estava o signal publico).— *Dario Teixeira da Cunha*.

Nada mais se continha em a traducção aqui transcripta da qual eu, tabellião, abaixo assignado, bem e fielmente fiz extrahir a presente publica-forma, que conferi, subscrevo e assigno em publico e raso.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1897. E eu *Dario Teixeira da Cunha*, subscrevi e assigno em publico e raso. Em testemunho da verdade.— *Dario Teixeira da Cunha*.



DECRETO N. 2682 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1897

Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, para varias obras de melhoramento na cidade e no porto do Rio de Janeiro.

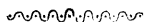
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a Companhia de Obras Hydraulicas no Brazil, á qual foi transferida, pelo decreto n. 137, de 11 de abril de 1891, a concessão para diversas obras de melhoramento na cidade e no porto do Rio de Janeiro, nos termos do decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, deixou de executar as ditas obras dentro do prazo de oito annos, fixado na clausula III das que acompanharam o segundo dos citados decretos, incidindo por isso na pena de caducidade comminada na segunda parte da clausula XVII do respectivo contracto, decreta :

Artigo unico. Fica declarada caduca a concessão feita nos termos do decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, para a construcção de varias obras de melhoramento na cidade e no porto do Rio de Janeiro.

Capital Federal, 22 de novembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2683 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1897

Abre o credito suplementar de 3:343\$772 á verba — Exercícios findos — do orçamento de 1897, para pagamento de vencimentos ao car-
teiro de 1ª classe da Repartição Geral dos Correios, Philomeno Jo-
celin Ribeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 8º, n. 1, da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1396, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 2º, § 2º, n. 2, alinea — C, do decreto legisla-
tivo n. 392, e 8 de outubro do mesmo anno :

Decreta :

Artigo unico. Fica aberto á verba — Exercícios findos — do or-
çamento de 1897, do Ministerio da Fazenda, o credito supplemen-
tar da importancia de 3:343\$772, com determinada applicação
ao pagamento autorizado pelo decreto legislativo n. 434, de 21

de junho do anno corrente, dos vencimentos do carteiro de 1ª classe da Repartição Geral dos Correios, Philomeno Jocelin Ribeiro, relativos ao periodo de 7 de fevereiro de 1894 a 28 de junho de 1895.

Capital Federal, 23 de novembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2684 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1897

Abre o credito supplementar de 3:009\$ á verba — Exercicios findos — do orçamento de 1897, para pagamento de vencimentos ao 3º official da Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro, José Francisco Rodrigues.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 8º, n. 1, da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 2º, § 2º, n. 2, alinea — C, do decreto legislativo n. 392 de 8 de outubro do mesmo anno :

Decreta :

Artigo unico, Fica aberto á verba—Exercicios findos—do orçamento de 1897, do Ministerio da Fazenda, o credito supplementar da importancia de 3:009\$, com determinada applicação ao pagamento, autorisado pelo decreto legislativo n. 434, de 21 de junho ultimo, dos vencimentos do 3º official da Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro, José Francisco Rodrigues, relativos ao periodo de 29 de agosto de 1894 a 28 de junho de 1895.

Capital Federal, 23 de novembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2685 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1897, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado, e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo n. 1 do art. 8º da lei n. 429, de 10 de dezembro do anno passado, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70 § 5º do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 do mesmo mez e anno, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1897, o credito supplementar de setenta e seis contos e duzentos mil réis (76:200\$), sendo: 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado, e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados, afim de occorrer ao pagamento das despesas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a terceira prorogação da actual sessão legislativa até ao dia 4 de dezembro proximo futuro.

Capital Federal, 24 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2686 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1897, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio aos senadores, e 477:000\$ á verba — Subsidio aos deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo n. 1 do art. 8º da lei n. 429, de 10 de dezembro do anno passado, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 7º, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409 de 23 do mesmo mez e anno, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1897, o credito supplementar de seiscentos e dezoito contos setecentos e cinquenta mil réis (618:750\$), sendo: 141:750\$ á verba — Subsidio aos senadores, e 477:000\$ á verba — Subsidio aos deputados, afim de occorrer ao pagamento das despesas com

o subsidio aos senadores e deputados, durante a terceira prorrogação da actual sessão do Congresso Nacional até ao dia 4 de dezembro proximo futuro.

Capital Federal, 24 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2687 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1897

Crea duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de cavallaria, de Guardas Nacionaes na comarca de S. Bento de Sapucahy, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º Ficam creadas na comarca de S. Bento de Sapucahy, no Estado de S. Paulo, duas brigadas de Guardas Nacionaes, sendo uma de infantaria, com a designação de 16ª, e outra de cavallaria, com a de 4ª, as quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º A 16ª brigada de infantaria se comporá dos 46º, 47º e 48º batalhões do serviço activo e do 16º do da reserva ; e a 4ª brigada de cavallaria, dos 7º e 8º regimentos dessa arma.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2688 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1897

Crea duas brigadas de Guardas Nacionaes na comarca da Capella, no Estado de Sergipe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Ficam creadas na comarca da Capella, no Estado de Sergipe, duas brigadas de Guardas Nacionaes, sendo uma

de infantaria e outra de cavallaria, esta com a denominação de 2.^a, composta dos regimentos de ns. 3.^o e 4.^o, e aquella com a designação de 4.^a e formada dos batalhões sob ns. 10, 11 e 12 do serviço activo e 4.^o do da reserva, organisados todos os corpos com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de novembro de 1897, 9.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2689 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe, uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais, com a denominação de 3.^a, a qual se comporá de dous regimentos, com as designações de 5.^o e 6.^o, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de novembro de 1897, 9.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2690 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Pedro de Piracicaba, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar o seguinte:

Art. 1.^o Fica creada na comarca de S. Pedro de Piracicaba, no Estado de S. Paulo, uma brigada de cavallaria com a de-

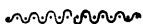
signação de 5ª, a qual se comporá de dous regimentos de cavallaria, com as denominações de 9º e 10º, os quaes se constituirão com os guardas qualificados no districto da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2691 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. José, no Estado de Santa Catharina.

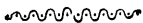
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creadas na Guarda Nacional da comarca de S. José, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria, com as denominações de 2ª e 3ª, constituidas, aquella de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 4º, 5º e 6º e de um batalhão do serviço de reserva com a designação de 2º, e esta dos 5º e 6º regimentos, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2692 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Guarabira, no Estado da Parahyba.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Guarabira, no Estado da Parahyba, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes,

com a designação de 2ª, composta de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 4º, 5º e 6º e um do da reserva, com a designação de 2º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2693 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1897

Dá instrucções para a eleição de Presidente e Vice-Presidente da Republica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo á necessidade de consolidar e regulamentar as disposições vigentes relativas á eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Republica:

Resolve que na eleição a realizar-se no dia 1 de março vindouro, para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da Republica, se observem as instrucções que este acompanham, assignadas pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 27 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.

Instrucções para a eleição de 1 de março proximo vindouro, a que se refere o decreto n. 2693, desta data.

CAPITULO I

DA ELEIÇÃO

Art. 1.º Na eleição para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da Republica, a que se ha de proceder a 1 de março proximo vindouro, os eleitores votarão perante as mesasjá elei-

las, na forma do art. 40, § 3º, da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892, para servir em todas as eleições federaes que se realizarem durante o periodo da actual legislatura.

Paraphr. único. Para as mesas nas secções que houverem accrescido, em virtude do alistamento de novos eleitores em numero excedente ao maximo determinado na lei, serão nomeados, vinte dias antes da eleição, os respectivos mesarios.

(Lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892, art. 40 combinado com o de n. 38.)

Art. 2.º O presidente do Governo Municipal communicará, até 20 de fevreiro do anno proximo, nos Estados ao respectivo presidente ou governador, e no Districto Federal ao Ministro do Interior, o numero de secções em que, nos termos dos arts. 38 e seguintes da lei n. 35, tiver sido dividido o municipio e o Districto Federal, e o numero de eleitores de cada secção, inclusive as accrescidas.

§ 1.º O presidente ou governador do Estado e o Ministro do Interior, em vista dessas communicações (que requisitarão quando faltarem), organisarão um quadro, conforme o modelo anexo, contendo todos os municipios do Estado e todas as freguezias do Districto Federal, e bem assim, guardada a ordem numerica, o numero de secções de cada municipio e freguezia e o numero de eleitores de cada secção.

§ 2.º Desse quadro remetterão, antes do dia da eleição, uma cópia authentica ao presidente da junta apuradora do Estado ou do Districto Federal, e outra ao vice-presidente do Senado.

(Lei n. 347 de 7 de dezembro de 1895, art. 1.º.)

Art. 3.º Nos municipios em que, por qualquer motivo, não se houver ainda procedido ás diligencias recommendadas pelo art. 39 da lei n. 35, nem á nomeação das mesas, os presidentes das commissões municipaes cumprirão desde já o que se acha disposto na mesma lei, e em tempo opportuno os presidentes dos governos municipaes providenciarão para a organização das ditas mesas.

Paraphr. único. Si o presidente do Governo Municipal ou qualquer outro membro ou o secretario deixar de fazer, no prazo legal, a convocação para nomeação das mesas eleitoraes, qualquer immediato em votos poderá fazel-a.

(Decreto n. 1668 de 7 de fevreiro de 1894, art. 2º; e decreto legislativo n. 184 de 23 de setembro de 1893, art. 2º.)

Art. 4.º Vinte dias antes da eleição, o presidente da commissão municipal mandará affixar editaes e publical-os pela imprensa, convidando os eleitores a dar o seu voto, declarando o dia, logar e hora da eleição e o numero de nomes que o eleitor deve incluir em suas celulas, e prevenindo a discriminação dos involucros.

(Lei n. 35, art. 39, § 2º.)

Art. 5.º Quando o presidente da commissão municipal, até cinco dias antes da eleição, não tiver publicado o edital com a designação dos edificios em que se devam effectuar os trabalhos eleitoraes, qualquer dos membros eleitos para as mesas eleitoraes

poderá fazel-o, devendo tal designação prevalecer em relação a qualquer outra que posteriormente se realize.

(Lei n. 35, art. 39, § 3.º.)

Art. 6.º O presidente da commissão municipal fará, em tempo, extrahir cópias authenticas do alistamento das secções, segundo a divisão effectuada, para serem remettidas aos presidentes das respectivas mesas.

Paragrapho unico. A remessa dessas cópias será feita pelo Correio sob registro, ou por official de justiça, cumprindo aquelle a quem for entregue accusar o recebimento.

(Lei n. 35, art. 41.)

Art. 7.º Quando, até oito dias antes da eleição, o presidente da mesa não tiver recebido a cópia do alistamento referente á sua secção, poderá qualquer dos membros della requisital-a do secretario da Municipalidade, o qual, sob pena de responsabilidade, satisfará immediatamente a requisição.

(Lei n. 35, art. 42.)

CAPITULO II

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 8.º Os membros das mesas eleitoraes reunir-se-hão no dia da eleição, ás 9 horas da manhã, no lugar designado, e elegendo, á pluralidade de votos, o seu presidente e o secretario, aquelle designará, de entre os demais membros, os que devam fazer a chamada dos eleitores, receber as listas e examinar os titulos, lavrando o secretario immediatamente a acta, em livro proprio, aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo presidente do Governo Municipal.

A eleição começará e terminará no mesmo dia.

(Lei n. 35, art. 43.)

Art. 9.º Preceder-se-ha á eleição sempre que comparecer, ao menos, um dos membros da mesa, até ás 10 horas do dia marcado para ella.

Neste caso, o mesario presente convidará dous dos eleitores da secção e com elles elegerá os outros, que funcionarão, até o fim dos trabalhos, sob sua presidencia.

§ 1.º Si comparecerem dous mesarios, cada um convidará um dos eleitores presentes e os quatro elegerão o quinto, que será escolhido á sorte, si houver empate.

§ 2.º Si comparecerem tres mesarios, convidará a mesa dous dos eleitores presentes afim de occupar os lugares vagos.

§ 3.º Quando comparecer mais de um dos mesarios e nenhum for o presidente, este será substituido pelo mais velho daquelles.

§ 4.º Cada eleitor votará na secção em que estiver alistado. Si, porém, até ás 10 horas do dia da eleição não comparecer nenhum dos mesarios da secção, os eleitores da mesma poderão votar em outra

qualquer secção, onde seus votos serão tomados em separado e detidos os diplomas até terminar a apuração.

§ 5.º Installada a mesa, terá começo a chamada dos eleitores, pela ordem em que estiverem na respectiva cópia do alistamento.

A falta dessa cópia de alistamento, porém, não impedirá o recebimento das cedulas dos eleitores que comparecerem e exhibirem os seus titulos devidamente legalizados.

§ 6.º O eleitor não será admittido a votar sem apresentar o seu titulo, não podendo, em caso algum, exhibido este, lhe ser recusado o voto, nem tomado em separado, excepção dos casos previstos no § 4º deste artigo e no § 5º do art. 11 destas instruções.

No dia da eleição, si nenhum dos mesarios houver ainda recebido a cópia do alistamento, a eleição se realizará fazendo-se a chamada por qualquer cópia, que será posteriormente authenticada, ou mesmo, na falta de cópia, se procederá á eleição sem chamada, sendo admittidos a votar todos os eleitores que se apresentarem munidos de seus titulos.

§ 7.º O recinto em que estiver a mesa eleitoral será separado do resto da sala por um gradil, proximo daquelle, para que possam os eleitores presentes fiscalisar de fóra do recinto todo o processo eleitoral ; dentro do recinto e junto aos mesarios estarão os fiscaes dos candidatos.

§ 8.º Antes da chamada a urna será aberta e mostrada ao eleitorado, para que verifique estar vazia.

§ 9.º O eleitor, logo que tenha depositado na urna duas cedulas, manuscritas ou impressas, em involucros distinctos, uma — para Presidente da Republica — e outra — para Vice-Presidente da Republica, assignará o livro de presença, aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo presidente da commissão municipal.

§ 10. A eleição será por escrutinio secreto. A urna se conservará fechada, á chave, enquanto durar a votação.

(Lei n. 426 de 7 de dezembro de 1896, art. 1º e §§ ; Decr. n. 1668, art. 7º, §§ 3º, 4º, 5º, 6º, 8º e 9º; e lei n. 35, art. 43, §§ 3º, 4º, 5º, 6º, 8º e 9º.)

Art. 10. Será lícito a qualquer eleitor votar por voto descoberto, não podendo a mesa recusar-se a acceital-o.

Paragrapho unico. O voto descoberto será dado apresentando o eleitor duas cedulas, que assignará perante a mesa, uma das quaes será depositada na urna e a outra lhe será restituída, depois de datada e rubricada pela mesa e pelos fiscaes.

(Lei n. 426, art. 8º.)

Art. 11. Terminada a chamada, o presidente fará lavrar um termo de encerramento, em seguida á assignatura do ultimo eleitor, no qual será declarado o numero dos que houverem votado.

§ 1.º O eleitor que comparecer depois de terminada a chamada e antes de se começar a lavrar o termo de encerramento, no livro de presença, será admittido a votar.

Nessa occasião votarão os mesarios que não tiverem seus nomes incluídos na lista da chamada, por estarem alistados em outra secção, os eleitores de que trata o § 4.º (2.ª parte) do art. 9.º destas instrucções, e os fiscaes que forem eleitores.

§ 2.º Lavrado o termo de encerramento no livro de presença, passar-se-ha á apuração, pelo modo seguinte: aberta a urna pelo presidente, contará este as cédulas recebidas, e, depois de annunciar o numero dellas, as emmaçará de accordo com os rotulos, recolhendo-as, logo após, á dita urna. A' proporção que o presidente da mesa proceder á leitura de cada cédula que tirar da urna, passal-a-ha aos mesarios e fiscaes, para fazerem a verificação dos nomes lidos.

§ 3.º Embora não se ache fechada por todos os lados alguma cédula, será, não obstante, apurada.

§ 4.º Das cédulas que contiverem mais de um nome só serão apurados os que occuparem o primeiro lugar, desprezados os outros.

§ 5.º Serão apuradas em separado as cédulas que contiverem alteração por falta, augmento ou suppressão de sobrenome ou appellido do cidadão votado, ainda que se refira visivelmente a individuo determinado.

§ 6.º Não serão apuradas as cédulas :

a) quando contiverem nome riscado ou substituido, declaração contraria á do rotulo, ou quando não houver indicação no involuero ;

b) quando se encontrar mais de uma dentro de um só involuero, quer sejam escriptas em papeis separados, quer uma dellas no proprio involuero.

§ 7.º As cédulas e involuero a que se referem os §§ 5.º e 6.º, devidamente rubricados pela mesa, serão remettidos ao poder competente, com as respectivas actas.

(Lei n. 35, art. 43, §§ 7.º, 10, 11, 12 e 13; e lei n. 426, art. 1.º, § 4.º, e arts. 5.º e 10.)

Art. 12. Concluida a votação e depois de lavrado o termo de encerramento no livro de assignaturas, a mesa dará aos candidatos, ou aos fiscaes, boletim assignado por ella, declarando o, numero de eleitores que tiverem comparecido e votado; e depois da apuração, lhes entregará outro, tambem assignado por ella, contendo a votação que houver obtido cada um dos candidatos.

§ 1.º Os fiscaes passarão recibo de ambos os boletins, no acto da entrega de cada um delles, e disto se deverá fazer menção na acta, como tambem si os fiscaes se recusarem a passar os ditos recibos. Estes boletins, com as firmas dos mesarios reconhecidas por tabellião, poderão ser apresentados na apuração geral da eleição, para substituir a acta.

§ 2.º O presidente, em seguida, proclamará o resultado da eleição, pela lista de apuração, procedendo a qualquer verificação, si alguma reclamação for apresentada por mesario, fiscal ou eleitor, e fará lavrar a acta no livro proprio, a qual será assignada pelos mesarios e fiscaes, e eleitores que o quizerem.

(Lei n. 35, art. 43, §§ 15 e 16; e lei n. 426, art. 9.º.)

Art. 13. O candidato poderá apresentar como fiscal, em qualquer secção do município, um eleitor de outra secção ou parochia, sendo, na secção que fiscalisar, apurado o seu voto.

(Lei n. 426, art. 5º.)

Art. 14. Poderá ser fiscal ou membro das mesas eleitoraes o cidadão brasileiro que tenha as condições de elegibilidade, embora não esteja alistado eleitor.

(Lei n. 426, art. 4º.)

Art. 15. O officio de nomeação do fiscal poderá ser entregue e este funcionar em qualquer estado em que se acho o processo eleitoral.

(Lei n. 426, art. 3º.)

Art 16. Sob pretexto algum poderão ser recusados os fiscaes apresentados pelos candidatos ou por um grupo de 30 eleitores, ao menos, nos termos dos §§ 16 e 17 do art. 43 da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

(Lei n. 426, art. 6º.)

Art. 17. A recusa dos fiscaes, bem como dos mesarios effectivos ou seus supplentes, na falta destes, constituirá nullidade insanavel, ficando salvo, neste caso, aos eleitores o direito de fazer suas declarações perante os tabelliães e autoridades judiciais ou votar a descoberto perante a mesa da secção mais proxima.

(Lei n. 426, art. 7º.)

Art. 18. Na acta da eleição deverão ser transcriptos os nomes dos cidadãos votados, com o numero de votos que obtiver cada um, sendo escriptos estes em ordem numerica.

Da mesma acta constará :

- a) o dia da eleição e a hora em que teve começo ;
- b) o numero dos eleitores que não tiverem comparecido ;
- c) o numero de cedulas recebidas e apuradas promiscuamente, para cada eleição ;
- d) o numero das recebidas e apuradas em separado, com declaração dos motivos, os nomes dos votados e os dos eleitores que dellas forem portadores ;
- e) os nomes dos mesarios que não assignarem a acta, declarando-se o motivo ;
- f) os nomes dos cidadãos que assignarem no livro de presença pelos eleitores que o não puderem fazer ;
- g) todas as occorrencias que se derem no processo da eleição.

(Lei n. 35, art. 43, § 18.)

Art. 19. Qualquer dos mesarios poderá assignar-se—venceido—na acta, dando os motivos ; no caso de não querer a maioria da mesa assignal-a, deverão fazel-o os demais mesarios e os fiscaes, que convidarão para isso os eleitores que o quizerem.

(Lei n. 35, art. 43, § 19.)

Art. 20. Cada fiscal terá o direito de tirar cópia da acta, subscrevendo-a o presidente e os mesarios.

(Lei n. 35, art. 43, § 20.)

Art. 21. Finda a eleição e lavrada a acta, será esta immediatamente transcripta no livro de notas do tabellião ou outro

qualquer serventuario de justiça ou escrivão *ad hoc*, nomeado pela mesa, o qual dará certidão a quem a pedir.

§ 1.º A transcrição da acta por escrivão *ad hoc* será feita em livro especial, aberto pelo presidente da comissão seccional e rubricado por um dos membros da minoria.

§ 2.º A distribuição dos tabelliões e serventuarios de justiça incumbe ao presidente da comissão municipal, o que fará publico por edital, com antecedencia de dez dias, pelo menos. .

§ 3.º A transcrição da acta deverá ser assignada pelos membros da mesa, fiscaes e eleitores presentes que o quizerem.

(Lei n. 35, art. 43, § 20.)

Art. 22. Qualquer eleitor da secção e bem assim os fiscaes poderão offerecer protestos, por escripto, relativamente ao processo da eleição, passando-se recibo ao protestante.

Estes protestos serão rubricados pela mesa, que, contra-protestando ou não, appensal-os-ha a cópia da acta, que será remettida á respectiva junta apuradora.

(Lei n. 35, art. 43, § 21.)

Art. 23. A mesa funcionará sob a direcção do presidente, a quem cumpre, de accordo com os mesarios, resolver as questões que se suscitarem, regular a policia no recinto da assemblea, fazendo retirar os que perturbarem a ordem, prender os que commetterem crime, lavrar o respectivo auto, remettendo immediatamente, com o mesmo auto, o delinquente á autoridade competente.

Não serão permittidas aos mesarios discussões prolongadas.

(Lei n. 35, art. 43, § 23.)

Art. 24. A substituição dos mesarios que faltarem far-se-ha independentemente de aviso ou communicação dos impedidos, desde que constar aos substitutos a falta de qualquer membro effectivo. Na falta dos supplentes, os membros presentes nomearão quem os substitua, de accordo com estas instrucções.

(Lei n. 35, art. 43, § 24, combinado com os arts. 1º e 4º da lei n. 426.)

Art. 25. A eleição e apuração não deverão ser interrompidas sob qualquer pretexto.

(Lei n. 35, art. 43, § 25.)

Art. 26. E' expressamente prohibida a presenca do força publica dentro do edificio em que se proceder á eleição e em suas immedições, sob qualquer fundamento, ainda mesmo, á requisição da mesa, para manter a ordem.

(Lei n. 35, art. 43, § 26.)

Art. 27. Si a mesa não acceitar os protestos de que trata o art. 22, poderão estes ser lavrados no livro de notas do tabellião, dentro de 24 horas após a eleição.

(Lei n. 35, art. 43, § 27.)

Art. 28. Os livros e mais papeis concernentes á eleição devem ser remettidos, no prazo de 10 dias, ao presidente do Governo Municipal, afim de serem recolhidos ao archivo da Municipalidade.

(Lei n. 35, art. 43, § 28.)

Art. 29. Terminada a eleição, a mesa eleitoral fará extrahir tres cópias da acta respectiva, inclusive a acta da formação da mesa, e das assignaturas dos eleitores no livro de presença, as quaes, depois de assignadas pelos mesarios e concertadas por tabellião ou qualquer serventuario de justiça ou escrivão *ad hoc*, serão enviadas, registradas pelo Correio e no prazo maximo de tres dias: uma, ao Vice-Presidente do Senado; uma, ao presidente da junta apuradora, e uma ao juiz seccional do Estado, ou ao Supremo Tribunal Federal na eleição que tiver logar no Districto Federal.

(Lei n. 347, art. 2º.)

Art. 30. Não ha incompatibilidade de natureza alguma entre os membros da mesa eleitoral ou das juntas apuradoras entre si.

(Lei n. 426, art. 11.)

Art. 31. Não é motivo de nullidade ter funcionado na mesa eleitoral um dos ultimos supplentes, tendo comparecido à eleição e votado o mesario effectivo ou algum dos primeiros supplentes, desde que nenhum destes se tenha apresentado a assumir o seu logar, nem tenha reclamado a substituição.

(Lei n. 426, art. 12.)

Art. 32. Não é tambem motivo de nullidade a falta de assignatura ou rubrica de algum dos mesarios ou dos fiscaes, desde que a mesa declare o motivo por que deixaram de fazel-o e não fique provado que ella o houvesse obstado.

(Lei n. 426, art. 13.)

CAPITULO III

DA APURAÇÃO DA ELEIÇÃO

Art. 33. Trinta dias depois de finda a eleição, reunidos na sala das sessões do Governo Municipal, nas Capitães dos Estados e no Districto Federal, o presidente do mesmo Governo, os cinco membros mais votados e os cinco immediatos ao menos votado, proceder-se-ha à apuração dos votos da eleição, observando-se as disposições seguintes :

§ 1.º O dia, logar e hora para a apuração serão pelo dito presidente annunciados pela imprensa e por edital affixado na porta do edificio da Municipalidade, com antecedencia de tres dias, pelo menos, sendo convidados todos os que devam tomar parte neste trabalho.

§ 2.º A apuração devera terminar dentro de 20 dias da data do começo dos trabalhos, e se fará pelas authenticas recebidas e pelas certidões que forem apresentadas por qualquer eleitor, desde que nenhuma duvida offereçam, lavrando-se, diariamente, uma acta, em que se dirá, em resumo, o trabalho feito no dia, designando-se o total da votação de cada cidadão.

§ 3.º As sessões da junta apuradora serão publicas, e os eleitores que comparecerem e os fiscaes, em qualquer numero, que

forem perante ellas apresentados pelos candidatos, poderão assiguar as actas.

§ 4.º Installada a junta, o presidente fará abrir os officios recebidos, e, mandando contar as authenticas, designará um dos membros para proceder á leitura, e dividirá por letras, entre os demais, os nomes dos cidadãos votados, para que, com toda a regularidade, se proceda á apuração, que será feita em voz alta.

§ 5.º Não se realizando a reunião da junta no dia marcado, o presidente designará o dia immediato, fazendo publico por edital, que sempre será publicado na imprensa, existindo esta.

§ 6.º A' junta apuradora cabe sómente sommar os votos constantes das authenticas, devendo, todavia, mencionar na acta qualquer duvida que tenha sobre a organização de alguma mesa de secção eleitoral, bem como, expressamente, os votos obtidos pelos candidatos nessa secção.

Outrosim, deverão ser declarados na acta, além de todas as occorrencias, os motivos pelos quaes a junta for levada a apurar os votos tomados em separado pelas mesas seccionaes.

§ 7.º Em caso de duplicata, deverá a junta apurar sómente os votos dados na eleição que tiver sido feita no lugar previamente designado.

§ 8.º Terminada a apuração, serão publicados os nomes dos cidadãos votados, na ordem numerica dos votos recebidos, e lavrada a acta, em que se mencionará, em resumo, todo o trabalho da apuração, as representações, reclamações ou protestos que forem apresentados perante a junta ou perante as mesas seccionaes, com declaração dos motivos em que se fundarem.

§ 9.º Si faltarem authenticas de uma ou mais secções eleitoraes e não forem apresentados os boletins a que se refere o art. 12 destas instrucções, a junta apuradora os requisitará do juiz seccional do Estado, ou do Supremo Tribunal Federal.

§ 10. O procurador da Republica no Districto Federal e o procurador seccional no Estado assistirão, como fiscaes, a todo o trabalho de apuração, e farão, em seguida, um desenvolvido relatório, que remetterão, sob registro do Correio, ao Vice-Presidente do Senado.

§ 11. Da acta da apuração serão extrahidas duas cópias, as quaes, depois de assignadas pela junta apuradora e pelo procurador da Republica ou procurador seccional, serão remettidas, no prazo maximo de tres dias, registradas pelo Correio, uma ao Ministro do Interior e outra ao Vice-Presidente do Senado.

A acta da apuração remettida ao Vice-Presidente do Senado será acompanhada de todas as authenticas apuradas.

(Lei n. 35, art. 44, §§ 1.º a 8.º; e lei n. 347, art. 3.º.)

Art. 34. O processo de apuração no Congresso Nacional será regulado pelo respectivo regimento.

§ 1.º Si faltarem authenticas, cujo numero de votos possa determinar a eleição de um dos candidatos ou a alteração da classificação destes, o Congresso as requisitará, suspendendo os trabalhos de apuração até que seja satisfeita a sua requisição.

§ 2.º Caso não receba essas authenticas, não obstante todas as diligencias empregadas, dará por concluida a apuração com os elementos de que dispuzer.

(Lei n. 347, art. 4.º.)

Art. 35. Si, na época da apuração da eleição, as camaras ou conselhos do Districto Federal, capitães dos Estados e sedes dos districtos eleitoraes houverem terminado o mandato, e não tiverem assumido o exercicio de suas funcções as camaras ou conselhos novamente eleitos, será a apuração feita por aquelles, observando-se o que a respeito da organização da junta apuradora prescreve a lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

(Decreto Leg. n. 380 de 22 de agosto de 1893, art. 1.º, paragrapho unico.)

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 36. São condições essenciaes para ser Presidente ou Vice-Presidente da Republica:

1º ser brasileiro nato;

2º estar na posse e gozo dos direitos politicos;

3º ser maior de 35 annos.

(Lei n. 35, art. 32.)

Art. 37. Não podem ser votados para taes cargos:

1º os parentes consanguineos e affins nos 1º e 2º grãos do Presidente e Vice-Presidente que se achar em exercicio no momento da eleição ou que o tenha deixado até seis mezes antes;

2º os Ministros de Estado ou os que o tiverem sido, até seis mezes antes da eleição;

3º o Vice-Presidente que exercer a presidencia no ultimo anno do periodo presidencial, para o periodo seguinte, e o que a estiver exercendo por occasião da eleição.

Paragrapho unico. Entender-se-ha por ultimo anno do periodo presidencial, para os effeitos desta disposição, o em que se der a vaga que tiver de ser preenchida, contando-se até noventa dias depois da mesma vaga.

(Lei n. 35, art. 33.)

Art. 38. É inelogivel para os cargos de Presidente ou Vice-Presidente da Republica o Vice-Presidente que succeder ao Presidente, verificada a falta deste.

(Lei n. 347, art. 5.º.)

Art. 39. Os requerimentos e documentos para fins eleitoraes são isentos de sello e de quaesquer direitos, sendo gratuito o reconhecimento da firma.

(Lei n. 35, art. 56.)

Art. 40. O trabalho eleitoral prefere a outro qualquer serviço publico, sendo considerado feriado o dia das eleições.

(Lei n. 35, art. 57.)

Art. 41. O presidente do Governo Municipal fornecerá todos os livros necessários para a eleição, correndo por conta da União as despesas que fizer com elles e os mais aprestos, na forma da lei.

(Lei n. 35, art. 64.)

Art. 42. As mesas eleitoraes têm competencia para lavrar auto de flagrante delicto contra o cidadão que votar ou tentar fazel-o com titulo que não lhe pertença, e para apprehender o titulo suspeito; devendo livrar-se soito, independentemente de fiança, o delinquente, logo que estiver lavrado o auto, que será remettido, com as provas do crime, à autoridade competente.

(Lei n. 35, art. 65.)

Capital Federal, em 27 de novembro de 1897.— *Amaro Cavalcanti*.

Modelo a que se refere o § 1º do art. 2º das instrucções
anexas ao decreto n. 2693 de 27 de novembro de 1897

N. 1

Estado d.....			
Município de	{	1ª Secçãoeleitores
	 > >
	 > >
	 > >
	 > >
	eleitores	
Município de	{	1ª Secçãoeleitores
	 > >
	 > >
	 > >
	 > >
	eleitores	
Município de	{	1ª Secçãoeleitores
	 > >
	 > >
	 > >
	 > >
	eleitores	
..... Municípios	 Secções Eleitores

..... em de de 189.....

N. 2

Districto Federal		
Freguezia de.....	{ 1ª Secção > > > > eleitores > > > > eleitores
Freguezia de.....	{ 1ª Secção > > > > eleitores > > > > eleitores
Freguezia de.....	{ 1ª Secção > > > > > eleitores > > > > > eleitores
..... Freguezias Secções Eleitores

..... em..... de..... de 189.....

DECRETO N. 2694 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1897

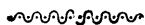
Concede ao *Brasilianische Bank für Deutschland* autorização para estabelecer uma caixa filial na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o *Brasilianische Bank für Deutschland*, fundado na cidade de Hamburgo, representado pelos directores de sua caixa filial nesta Capital, resolve conceder-lhe autorização para estabelecer uma caixa filial na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, observadas as condições impostas ás caixas filiaes de bancos pelas disposições em vigor.

Capital Federal, 27 de novembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2695 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1897

Autorisa o Ministerio da Fazenda a contrahir um emprestimo na importancia de 60.000:000\$, emittindo apolices do valor nominal de 1:000\$ e juros de 6 % ao anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da autorização conferida pelo art. 2º, n. 4, da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, decreta :

Art. 1.º O Ministro da Fazenda é autorisado a contrahir um emprestimo na importancia de 60.000:000\$, emittindo para esse fim apolices do valor nominal de 1:000\$, amortisaveis em 10 annos.

Art. 2.º O preço da emissão será de 95 %.

Art. 3.º O emprestimo será realizado em quatro prestações :

20 % no acto da subscrição ;

25 % em 10 de janeiro de 1898 ;

25 % em 25 do mesmo mez ;

25 % em 10 de fevereiro seguinte.

E' permittido ao subscriptor antecipar o pagamento de qualquer ou de todas as prestações, sendo-lhe abonado, pelo tempo que faltar, o juro correspondente a 6 % ao anno.

Art. 4.º Os juros das apolices, de 6 % ao anno, serão contados a principiar de 1 de janeiro de 1898 e pagos semestralmente a partir de 1 de julho seguinte.

Art. 5.º O empréstimo será amortizado ao par e por sorteio dentro de 10 annos, devendo ter logar o primeiro resgate em janeiro de 1899. A importancia a amortisar-se annualmente será de 6.000:000\$000.

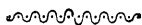
Art. 6.º Os titulos deste empréstimo gosarão dos privilegios e isenções que as leis concederam ás apolices ora em circulação.

Art. 7.º O Governo não emittirá, no prazo de um anno, a contar desta data, novos titulos da natureza dos de que trata o presente decreto.

Capital Federal, 29 de novembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2696 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1897

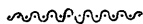
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos de 9:750\$, complementar á verba 9, «Ajudas de custo», e de 5:480\$ á verba 29, «Despesas imprescindiveis com os exames geraes de preparatorios».

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 466, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos de 9:750\$, complementar á verba 9, «Ajudas de custo», e de 5:480\$ á verba 29, «Despesas imprescindiveis com os exames geraes de preparatorios», do art. 2º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

Capital Federal, 2 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2697 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Reorganisa a Guarda Nacional do Estado do Matto Grosso.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Art. 1.º E' reorganizada a Guarda Nacional do Estado de Matto Grosso, com um só commando superior, com séde na Capital, ao qual ficarão subordinadas as brigadas ora creadas e as que posteriormente forem se organisando no territorio do Estado.

Art. 2.º Na comarca da Capital haverá quatro brigadas, sendo duas de infantaria, compostas dos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º batalhões do serviço activo e dos 1º e 2º da reserva, uma de cavallaria, constituida dos 1º e 2º regimentos, e uma de artilharia, abrangendo o 1º batalhão de artilharia de posição e 1º regimento da de campanha.

Art. 3.º As outras brigadas, ora creadas, serão organisadas nas localidades seguintes:

A 3ª de infantaria, composta dos 7º, 8º e 9º batalhões do serviço activo e do 3º da reserva, e a 2ª de cavallaria, com os 3º e 4º regimentos, na comarca do Livramento;

As 4ª e 5ª de infantaria, compostas dos 10º, 11º, 12º, 13º, 14º e 15º batalhões do serviço activo e dos 4º e 5º da reserva, nas comarcas do Rosario e de Diamantino;

A 6ª de infantaria, composta dos 16º, 17º e 18º batalhões do serviço activo e do 6º da reserva, na de S. Luiz de Cáceres;

A 2ª de cavallaria, composta dos 5º e 6º regimentos, na de Poconé;

A 7ª de infantaria, composta dos 19º, 20º e 21º batalhões do serviço activo e do 7º da reserva, na de Corumbá;

A 8ª de infantaria, composta dos 22º, 23º e 24º batalhões do serviço activo e do 8º da reserva, na de Sant'Anna do Paranahyba;

A 9ª de infantaria, composta dos 25º, 26º e 27º batalhões do serviço activo e do 9º da reserva, e 4ª de cavallaria, dos 7º e 8º regimentos, nas comarcas de Miranda e de Nioac.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2698 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de cavallaria, com a denominação de 4ª, a qual se compora de dous regimentos, com as designações de 7ª e 8ª, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2699 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Montes Claros, no Estado de Minas Geraes.

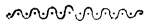
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Montes Claros, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de cavallaria, com a denominação de 5ª, a qual se comporá de dous regimentos, com as designações de 9ª e 10ª, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2700 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.

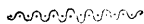
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creadas na Guarda Nacional da comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria, com as denominações de 24^a e 3^a, constituídas, aquella de tres batallhões do serviço activo, com as designações de 70^a, 71^a e 72^a, e um do da reserva sob n. 24, e esta dos 5^o e 6^o regimentos, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2701 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Lavras, no Estado de Minas Geraes.

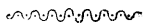
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Lavras, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 25^a, a qual se constituirá de tres batallhões do serviço activo, com as designações de 73^a, 74^a e 75^a, e um do da reserva, sob n. 25, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2702 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Miguel de Guanhanês, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de S. Miguel de Guanhanês, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 26ª, que se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 76ª, 77ª e 78ª, e um do da reserva, sob n. 26, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2703 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Ferreos, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Ferreos, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 27ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 79ª, 80ª e 81ª, e um do da reserva, sob n. 27, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2704 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Itabira, no Estado de Minas Geraes.

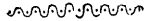
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Itabira, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 28ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 82º, 83º e 84º, e um do da reserva, sob n. 28, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2705 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Conceição do Serro, no Estado de Minas Geraes.

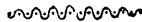
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca da Conceição do Serro, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 29ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 85º, 86º e 87º, e um do da reserva, sob n. 29, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2706 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Bagagem, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca da Bagagem, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 30ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 88ª, 89ª e 90ª, e um do da reserva, sob n. 30, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2707 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Pedro de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada, na comarca de S. Pedro de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 31ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 91ª, 92ª e 93ª, e um do da reserva, sob o n. 31, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2708 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 32ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 91ª, 95ª e 99ª, e um do da reserva, sob o n. 32, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2709 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Frutal, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca do Frutal, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 33ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 97ª, 98ª e 99ª, e um do da reserva, sob o n. 33, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2710 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes.

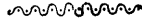
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca do Prata, Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 34ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 100ª, 101ª e 102ª, e um do da reserva, sob o n. 34, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2711 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Monte Alegre, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Monte Alegre, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 35ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, sob as designações de 103ª, 104ª e 105ª, e um do da reserva, com o n. 35, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2712 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Sebastião do Paraizo, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de S. Sebastião do Paraizo, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 36ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 106º, 107º e 108º, e um do da reserva, sob o n. 36, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2713 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Santa Rita de Cassia, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Santa Rita de Cassia, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 37ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 109º, 110º e 111º, e um do da reserva, sob o n. 37, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2714 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Jacuhy, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Jacuhy, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 38ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 112º, 113º e 114º, e um do da reserva, sob n. 38, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2715 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Passos, no Estado de Minas Geraes.

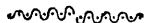
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Passos, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 39ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 115º, 116º e 117º, e um do da reserva, sob n. 39, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2716 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes.

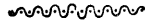
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 40ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 118ª, 119ª e 120ª, e um do da reserva, sob n. 40, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2717 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Caldas, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Caldas, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 41ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 121ª, 122ª e 123ª, e um do da reserva, sob n. 41, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2718 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 200:000\$, complementar à verba — Hospitaes, n. 16 do art. 4º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 467, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 200:000\$, complementar à verba — Hospitaes, n. 16 do art. 4º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.



DECRETO N. 2719 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito complementar de 30:000\$, ao cambio de 27, à rubrica 4ª do art. 3º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

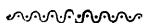
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 468 desta data, decreta :

Artigo unico. Fica aberto no corrente exercicio ao Ministerio das Relações Exteriores o credito complementar de 30:000\$, ao cambio de 27, à rubrica 4ª do art. 3º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2720 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1897

Publica a adesão definitiva do Governo Chinez á União Postal Universal e o theor das regras adoptadas para o serviço da correspondencia proveniente dos paizes da União.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adesão definitiva do Governo Chinez á União Postal Universal e o theor das regras adoptadas para o serviço da correspondencia proveniente dos paizes da União, segundo a comunicação do Conselho Federal Suisso, de 25 de setembro proximo passado, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2721 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 94:000\$, complementar á verba — Diligencias policiaes, n. 14 do art. 2^o da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

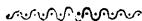
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 469, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 94:000\$, complementar á verba—Diligencias policiaes, n. 14 do art. 2^o da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

Capital Federal, 6 de dezembro de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2722 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 255:757\$119, complementar a diversas verbas do art. 2º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

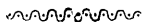
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 470, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 255:757\$119, complementar ás verbas seguintes do art. 2º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896 :

N. 11 — Justiça Federal — para pagamento dos vencimentos do escrivão do Juizo seccional de Pernambuco, João Baptista da Silva Mangunho, de 1 de fevereiro de 1896 a 31 de dezembro de 1897, de accordo com o decreto n. 848, de 1890, art. 32 § 1º e lei n. 205, de 10 de setembro de 1895.....	2:875\$000
N. 14—Policia do Districto Federal — para este serviço e mais para o de condução de cadáveres, enfermos e alienados.....	48:400\$000
N. 17—Guarda Nacional—para o pessoal e material.	18:096\$872
N. 24—Faculdade de Direito do Recife — para premio ao Dr. Clovis Bevilacqua pela obra <i>Direitos de Família</i> , nos termos dos arts. 38 e 39 do decreto n. 1159, de 1892.....	4:000\$000
N. 29 — Gymnasio Nacional (Externato).....	8:751\$100
N. 32— Instituto Benjamin Constant—para alimentação dos alumnos.....	10:000\$000
N. 38 — Obras.....	12:638\$775
N. 39 — Corpo de Bombeiros — para etapa e reengajamento.....	82:225\$372
Para remonta de animaes.....	14:080\$000
Para alugueis de predios.....	4:690\$000
Para reconstrução dos circuitos electricos dos avisadores de incendio material a adquirir.....	50:000\$000

Capital Federal, 6 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2723 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1897

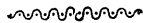
Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 259:982\$930, para occorrer ás obras necessarias na Fabrica de Polvora da Estrella.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo decreto n. 472, de hoje datado, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 259:982\$930, para occorrer ás obras necessarias na Fabrica de Polvora da Estrella.

Capital Federal, 6 de dezembro de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 2724 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1897

Concede authorisação á *Manchester Fire Assurance Company* para estabelecer novas agencias nos diversos Estados da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Manchester Fire Assurance Company*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida authorisação á *Manchester Fire Assurance Company* para estabelecer novas agencias nos diversos Estados da Republica, mediante as mesmas clausulas que baixaram com o decreto n. 2395, de 4 de dezembro de 1895, e ficando a referida companhia obrigada a satisfazer as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 6 de dezembro de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2725 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1897.

Transfere do Ministerio da Fazenda para o da Industria, Viação e Obras Publicas os serviços de construção e reparos dos proprios nacionaes de que trata o n. 26 do art. 7º da lei n. 429 de 10 de dezembro de 1896.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo art. 6º, § 12, n. 1, da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, combinado com a do art. 7º, n. 26, da mesma lei, decreta :

Artigo unico. Ficam transferidos do Ministerio da Fazenda para o da Industria, Viação e Obras Publicas os serviços de construção e reparos dos proprios nacionaes que se acham a cargo daquelle Ministerio e a que se refere o art. 7º, n. 26, da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

Capital Federal, 6 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2726 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Porto de Móz, no Estado do Pará.

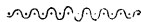
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Porto de Móz, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria com a denominação de 25ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 73ª, 74ª e 75ª, e um do da reserva, sob o n. 25, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2727 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Joinville, no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Joinville, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de infantaria, sob a designação de 3ª, composta dos batalhões de ns. 7, 8 e 9 do serviço activo e 3 do da reserva, organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2728 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1897

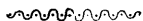
Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 450:000\$, complementar á verba — Reposições e restituições.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 475 desta data, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 450:000\$, complementar á verba — Reposições e restituições, n. 29 do art. 7º da lei n. 429 de 10 de dezembro de 1896.

Capital Federal, 8 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2729 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 1.447.715\$168, supplementar a varias verbas do art. 4º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

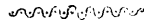
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 476, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 1.447.715\$168, supplementar as seguintes verbas do art. 4º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896:

N. 1. Secretaria de Estado.....	1:000\$000
N. 2. Conselho Naval.....	300\$000
N. 3. Quartel-General.....	500\$000
N. 5. Contadoria.....	2:600\$000
N. 6. Commissariado.....	400\$000
N. 7. Auditoria.....	150\$000
N. 9. Corpo de Infantaria de Marinha.....	30:000\$000
N. 12. Arsenaes.....	12:015\$656
N. 13. Capitancias de Portos.....	7:639\$750
N. 15. Força naval.....	2:148\$885
N. 18. Escola Naval.....	3:620\$142
N. 20. Obras.....	50:000\$000
N. 24. Munições navaes.....	787:340\$735
N. 25. Material de construcção naval.....	250:000\$000
N. 26. Combustivel.....	100:000\$000
N. 28. Eventuaes.....	200:000\$000

Capital Federal, 9 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.



DECRETO N. 2730 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 423:750\$, sendo 28:350\$ à verba — Subsídio aos senadores, e 35:400\$ à verba — Subsídio aos deputados.

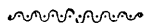
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 8º da lei n. 429, de 10 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 123:750\$, sendo : 28:350\$ á verba — Subsidio aos senadores, e 95:400\$ á verba — Subsidio aos deputados, afim de occorrer ao pagamento das despesas com o subsidio aos senadores e deputados durante a quarta prorogação da actual sessão do Congresso Nacional até o dia 10 de dezembro corrente.

Capital Federal, 9 de dezenbro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2731 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas creditos extraordinarios, especiaes e supplementares, na importancia total de 27.346:149\$845, para occorrer ao pagamento de despesas pertencentes ao mesmo Ministerio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no art. 1º do decreto legislativo n. 480, de 9 do corrente, decreta:

Art. 1.º Ficam abertos ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas os creditos em seguida descritos, fazendo as necessarias operações, no total de 27.346:149\$845, sendo:

CREDITOS EXTRAORDINARIOS

Agencia Central de Immigração, para liquidação de contas com a installação e outras despesas de 13.000 colonos pelacos, sendo :

Relativa ao exercicio de 1893.....	263:781\$101
E ao actual.....	94:420\$376
Companhia Estrada de Ferro do Rio Bonito a Cabo Frio, indemnisação em virtude de accordão do Supremo Tribunal Federal.....	600:000\$000
Companhia de Navegação <i>Norddeutscher Lloyd</i> , em virtude de accordão do Supremo Tribunal Federal.....	138:064\$180
Gellatty, Hankey Sonnel & Comp., fretamento do vapor <i>Henley</i> ,.....	38:868\$952

CREDITO ESPECIAL

Estrada de Ferro Central de Pernambuco: Para reconstrução de pontes e outras obras reclamadas pelos danos causados pelas re- centes inundações.....	310:911\$320
--	--------------

CREDITOS SUPPLEMENTARES

Exercício de 1894:

Lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893:

4 — Correios — Para pagamento de trabalhos executados com a condução de malas, a José Francisco Neves.....	8:333\$000
--	------------

Exercício de 1896:

Lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895:

Art. 6º — Verbas ns.:

9 — Estrada de Ferro do Sobral	74:786\$500
10 — Estrada de Ferro de Baturité	2.571:405\$504
11 — Estrada de Ferro Sul de Pernambuco...	27:168\$000
12 — Estrada de Ferro Central de Pernam- buco	2.288:014\$253
15 — Estrada de Ferro de S. Francisco.....	40:000\$000
16 — Estrada de Ferro Central do Brazil....	8.325:793\$255
17 — Prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	705:622\$330
20 — Prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.....	604:896\$074
24 — Eventuaes.....	5:005\$000

Exercício de 1897:

Lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896:

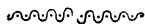
Art. 6º — Verbas ns.:

1 — Secretaria de Estado — Para pagamento dos vencimentos do engenheiro José Ferreira da Silva Santos, ex-delegado de terras em Santa Catharina, addido á Secretaria da Viação, durante o corrente exercício.....	6:000\$000
5 — Correio.....	8:200\$000
7 — Fiscalisação de estradas.....	2:160\$000
8 — Garantia de juros ás estradas de ferro, ficando estabelecido que 10.000:000\$ da som- ma de 14.000:000\$, a que fica elevada essa consignação, é ao cambio de 27.....	6.000:000\$000
12 — Estrada de Ferro Central de Pernam- buco.....	200:720\$000
16 — Estrada de Ferro Central do Brazil.....	5.000:000\$000

17 — Para pagamento de terrenos comprados no município de Maxambomba, Estado do Rio de Janeiro, para o abastecimento de agua ao Districto Federal, por escriptura publica de 31 de março de 1897.....	47:000\$000
Para fornecimento de carvão à Estrada de Ferro do Rio de Ouro.....	35:00 \$000
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.	
Capital Federal, 9 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.	

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lucerna.



DECRETO N. 2732 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1897

Manda reverter ao serviço activo do Exército o capitão de artilharia Manoel Francisco Moreira Sobrinho.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da faculdade que lhe foi conferida pelo § 1º do art. 1º do decreto legislativo n. 310, de 21 de outubro de 1895, resolve mandar reverter ao serviço activo do Exército o capitão de artilharia Manoel Francisco Moreira Sobrinho, devendo esta reversão ser considerada de 15 de novembro ultimo, data do decreto n. 21,674, em que foi o seu nome omitido por falta de communicação, quanto á sua apresentação, que teve logar ao commandante da guarnição de Sant'Anna do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, no dia 23 de outubro do referido anno de 1895.

Capital Federal, 10 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 2733 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:709\$677, para pagar ao ex-escripturario do Pedagogium os vencimentos que lhe competirem, e á viuva do ex-director do mesmo estabelecimento os que este deixou de receber.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, de accordo com o decreto legislativo n. 485, desta data, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:709\$677, sendo 2:000\$ para pagar a Arthur Herculano de Almeida os vencimentos que lhe competem, no corrente exercicio, a contar de 1 de março a 31 de dezembro, como ex-escripturario do Pedagogium; e 2:709\$677 a D. Carlota Menezes Vieira, viuva do Dr. Joaquim José de Menezes Vieira, importancia dos vencimentos que este deixou de receber como ex-director do mesmo estabelecimento, desde 1 de março a 13 de agosto deste anno.

Capital Federal, 11 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2734 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 26:239\$982, sendo 10:273\$322 á verba — Secretaria do Senado, e 15:966\$660 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

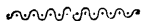
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 8º da lei n. 429, de 10 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1897, o credito supplementar de 26:239\$982, sendo 10:273\$322 á verba — Secretaria do Senado, e 15:966\$660 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados, afim de occorrer ao pagamento

das despesas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a quarta prorrogação da actual sessão legislativa até o dia 10 de dezembro corrente.

Capital Federal, 11 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2735 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1:388\$498, supplementar a diversas verbas do art. 5º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe foi conferida pelo decreto legislativo n. 482 de 10 do corrente, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 1:388\$498, supplementar as seguintes verbas do art. 5º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896:

5º — INSTRUÇÃO MILITAR

Collegio Militar — Material

Alimentação para 300 alumnos...	35:341\$128	
Enxoval, lavagem e engommagem	32:006\$830	67:317\$958
	<hr/>	

6º — ARSENAES

Material

Fornecimento de artigos de expediente, etc.....	10:663\$000	
Materia prima, utensilios, etc....	144:522\$817	155:185\$817
	<hr/>	

11^a — HOSPITAES E ENFERMARIAS*Material*

Medicamentos, appositos, etc.....	36:610\$519	
Rações, viveres, dietas, etc.....	145:434\$309	
Compra, concerto e lavagem de roupa	42:128\$100	
Expediente e despesas miudas....	11:701\$260	238:874\$188
	<hr/>	

18^a — EQUIPAMENTO E ARREIOS*Material*

Materia prima para arreios.....	69:270\$340
---------------------------------	-------------

20^a — DESPEZAS DE CORPOS E QUARTEIS*Material*

Forragens, ferragens, etc.....	280:622\$178	
Utensilios, agua, asseio e limpeza.	11:188\$200	
Luz para quartéis, etc.....	70:422\$703	
Carretos e fretes.....	56:570\$193	
Expediente, livros, talões, etc....	34:037\$249	452:840\$523
	<hr/>	

24^a — AJUDAS DE CUSTO

Pessoal.....	56:063\$659
--------------	-------------

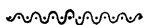
27^a — DIVERSAS DESPEZAS E EVENTUAES*Material*

Transporte de tropas, etc.....	320:858\$380	
Eventuaes	28:261\$633	349:120\$013
	<hr/>	<hr/>

Capital Federal, 11 de dezembro de 1897, 9^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomas Cantuaria.



DECRETO N. 2736 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1897

Manda trancar as contas do ex-almoxarife do Arsenal de Guerra do Estado de Matto Grosso, Theophilo Antunes de Miranda.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida pelo decreto legislativo n. 487, desta data, resolve mandar trancar as contas do ex-almoxarife do Arsenal de Guerra do Estado de Matto Grosso, Theophilo Antunes de Miranda.

Capital Federal, 11 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2737 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1897

Proroga até 31 de janeiro proximo futuro o estado de sitio declarado pelo decreto legislativo n. 453, de 12 do mez passado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

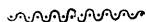
Attendendo a que subsistem, actuando com a mesma intensidade, os motivos — expostos em mensagem ao Congresso Nacional — que determinaram o decreto legislativo n. 453, de 12 do mez passado, no exercicio da attribuição conferida pelo art. 48 § 15 da Constituição:

Resolve, nos termos do art. 80 da mesma Constituição, prorogar o estado de sitio, com suspensão das garantias constitucionaes, no territorio do Districto Federal e da comarca de Nitheroy, do Estado do Rio de Janeiro, até 31 de janeiro proximo futuro.

Capital Federal, 11 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2738 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1897

Releva ao major Antonio Caetano Rodrigues Horta, collector de rendas do município de Juiz de Fora, o pagamento da quantia de 6:531\$300.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida ao Poder Executivo no decreto n. 488, desta data, decreta :

Artigo unico. Releva ao major Antonio Caetano Rodrigues Horta, collector de rendas do município de Juiz de Fora, o pagamento da quantia de seis contos quinhentos e trinta e um mil e novecentos réis (6:531\$300), valor de estampilhas federaes que sob sua guarda tinha e que da repartição, no edificio do *Forum* daquella cidade, foram roubadas na noite de 16 para 17 de maio do corrente anno.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2739 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1897

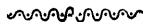
Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 546:970\$821 para attender á restituição de armazenagens cobradas nas Alfandegas do Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida no art. 2º, n. 10, da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 546:970\$821, para attender á restituição de armazenagens que nas Alfandegas do Rio Grande do Sul foram cobradas em dasaccordo com os decretos n. 196, de 1 de fevereiro, e n. 805, de 4 de outubro de 1890, leis de orçamento de 1891 e 1894, e § 2º do art. 591 da *Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas* da Republica.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2740 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1897

Fixa definitivamente em 2.165:495\$912 o capital empregado na construção da estrada de ferro em tráfego de Caxias a Cajazeiras.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo aos termos das clausulas 31^a e 32^a das que acompanham o decreto n. 10.250, de 31 de maio de 1889, decreta :

Artigo unico. E' fixado definitivamente em 2.165:495\$912 o capital empregado na construção da estrada de ferro em tráfego de Caxias a S. José das Cajazeiras, de que é cessionaria a Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1897, 9^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2741 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1897

Supprime a ultima parte da clausula 2^a das que baixaram com o decreto n. 2192, de 16 de dezembro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Amason Telegraph Company, limited*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. Fica supprimida a ultima parte da clausula segunda das que baixaram com o decreto n. 2192, de 16 de dezembro de 1895.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1897, 9^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2742 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1897

Dá regulamento para execução do decreto legislativo n. 452, de 3 de novembro de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida pelo Poder Executivo no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, resolve que, para execução do decreto legislativo n. 452, de 3 de novembro do corrente anno, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento a que se refere o decreto n. 2742, desta data, para a execução do decreto legislativo n. 452, de 3 de novembro de 1897

Art. 1.^o E' prohibido:

1.^o, importar e fabricar rotulos, que se prestem á fabricação de bebidas e quaesquer outros productos nacionaes, com o fim de vender estes como si fossem estrangeiros;

2.^o, expor á venda preparados pharmaceuticos sem a declaração do nome do fabricante, producto e do logar da procedencia;

3.^o, expor á venda mercadorias ou productos fabris nacionaes com rotulo em lingua estrangeira. (Art. 1.^o do decreto legislativo n. 452, de 3 de novembro de 1897.)

Art. 2.^o Na prohibição de importar rotulos, capsulas ou involucros, exarada no n. 1 do art. 1.^o, não se comprehendem aquelles que forem importados por fabricas ou casas commerciaes, que sejam filiaes ou sedes de outras estabelecidas na Europa (art. 1.^o § 3.^o do mesmo decreto n. 452), contanto que os rotulos contenham a designação das localidades em que estiverem estabelecidas as respectivas sedes e casas filiaes. (Mesmo artigo, § 6.^o.)

Art. 3.^o Na prohibição de expor á venda productos nacionaes com rotulos em lingua estrangeira, a que se refere o art. 1.^o n. 3, não se comprehendem os rotulos que, não constituindo contrafacção de marcas de fabricas estrangeiras, contenham os nomes dos fabricantes, da fabrica e da localidade em que ella estiver situada, ou a declaração — *Industria nacional* — em caracteres bem visiveis, não sendo permittida esta simples indicação quando os rotulos se destinarem a generos alimenticios (mesmo artigo, § 2.^o), caso em que se procederá de accordo com o disposto no art. 8.^o, parographo unico.

Art. 4.º Os importadores de rotulos, capsulas ou involucros, de que trata o art. 2.º, são obrigados:

1.º, a provar por contractos commerciaes, devidamente registrados nas respectivas Juntas, que se acham no caso de gozar das vantagens estabelecidas no referido artigo ;

2.º, a fazer acompanhar os seus despachos de attestados das autoridades consulares brasileiras, nas localidades exportadoras, de que as casas remittentes são sóes ou filiaes de outras estabelecidas na Republica. (Mesmo artigo. §§ 4.º e 5.º.)

Paragrapho unico. Si os rotulos, capsulas e involucros, de que trata este artigo, se destinarem a productos igualmente importados e remittidos pelas casas matrizes ou filiaes, só se concederá o despacho dos ditos rotulos, capsulas e involucros necessarios aos referidos productos, mais 5 % para substituir os que se inutilisarem.

Art. 5.º E' facultado o despacho nas Alfandegas, e a utilização pelos fabricantes, dos rotulos em lingua estrangeira que, encommendados antes da expedição do regulamento approved pelo decreto n. 2548, de 17 de julho de 1897, forem recebidos até 31 de dezembro do mesmo anno. (Art. 2.º do decreto n. 452.)

Art. 6.º A concessão da faculdade estabelecida no artigo antecedente só terá logar depois de provado o direito a ella ; é prova decisiva a exhibição do copiadór.

Art. 7.º Com os que exhibirem como meio de prova o copiadór proceder-se-ha do seguinte modo :

1.º, apresentada ao inspector da Alfandega petição em regra, acompanhada daquelle livro, do qual deve constar a encomenda feita, passará elle a examinar : a) si o livro está preenchido das formalidades legais e si essas formalidades foram satisfeitas até 17 de julho de 1897 ; b) si o pedido consta de folha, que obedeça á rigorosa ordem chronologica e si ainda não foi attendido ;

2.º, verificada a legitimidade e correccção do pedido, o inspector, acto continuo, fará lavrar na petição certificado de ter o requerente satisfeito a prova exigida em relação á data da encomenda e entregará o copiadór a seu dono depois de ter cobrado recibo por baixo do dito certificado ;

3.º, preenchidas as demais exigencias regulamentares sob o ponto de vista da conferencia com o manifesto, o da propria fiscalização, se concederá o despacho requerido.

Paragrapho unico. Si o exame do copiadór revelar a existencia de fraude pela interposição de folha extranha, pretensão de fazer passar como não recebido pedido já satisfeito, ou outro meio qualquer, organizado o necessario inquerito, seguir-se-ha o processo criminal, para o que o inspector remetterá ao procurador da Republica todos os papeis em original, deixando copia na Alfandega, e, neste caso, o copiadór acompanhará os mesmos papeis.

Art. 8.º Os fabricantes, no gozo da vantagem estabelecida pelo art. 5.º, não poderão appôr aos seus productos os rotulos, a que se refere o mesmo artigo, sem que delles conste por meio de

carimbo de borracha ou de ferro, ou por outro qualquer modo, a declaração — *Industria nacional* — em caracteres bem visiveis.

Paragrapho unico. Si os rotulos se destinarem a generos alimenticios, ao distico — *Industria nacional* — é indispensavel que se addicione o nome do fabricante e da localidade onde funcionar a fabrica. (Art. 2º, paragrapho unico, ultima parte do mesmo decreto n. 452.)

Art. 9.º Continúa em vigor o art. 11 do regulamento approvado pelo decreto n. 2548, de 17 de julho de 1897, que prohibe o registro de marcas de productos nacionaes, que tenham rotulos ou dizeres em lingua estrangeira, com excepção:

1º, dos nomes de bebidas e outros, que não tenham correspondente em portuguez, como o *bitter*, o *brandy*, o *cognac*, o *fernet*, o *hirsch*, o *rhum*, etc., comtanto que os rotulos conttenham as indicações da lei;

2º, dos nomes do autor, fabricante, inventor, etc., quando forem estrangeiros.

Art. 10. O art. 40 do regulamento n. 2421, de 31 de dezembro de 1896, será executado de accordo com as disposições deste decreto.

Art. 11. Os infractores do disposto no art. 1º n. 1, serão sujeitos, além das penas do Codice Criminal, á multa de 1:000\$ a 5:000\$; e os que infringirem a prohibição constante dos ns. 2 e 3 do mesmo artigo, assim como o disposto no art. 8º e seu paragrapho unico, serão punidos com a apprehensão dos productos rotulados e mais a multa de 20\$ a 500\$000. (Arts. 1º, § 1º e 2º, paragrapho unico, do decreto n. 452.)

Art. 12. Os rotulos, capsulas ou involucros encontrados nas Alfandegas e outros logares em contravenção do art. 1º n. 1, serão depositados e destruidos depois de tornadas irrevogaveis as decisões proferidas pelas autoridades competentes, na forma prescripta na *Consolidação das Leis das Alfandegas* (art. 2º do decreto n. 2548, de 17 de julho de 1897), e de retirados os exemplares que devem acompanhar as bases fornecidas para o processo criminal.

Art. 13. Os processos de apprehensão, organizados em virtude do art. 11, 2ª parte, regular-se-hão pelo disposto no Tit. X da *Consolidação das Leis das Alfandegas*, excepto nas partes relativas á detenção dos infractores e ao leilão dos artigos apprehendidos, as quaes não terão logar.

Paragrapho unico. Paga a multa imposta, e satisfeitas as exigencias do art. 1º ns. 2 e 3, por um modo analogo ao determinado no art. 8º, serão os artigos apprehendidos entregues a seus donos.

Art. 14. E' facultado ás partes o recurso das decisões dos chefes das repartições fiscaes.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1897.— *Bernardino de Campos*.



DECRETO N. 2743 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1897

Manda executar em todas as Alfandegas e Mesas de Rendas habilitadas da Republica a nova Tarifa e suas disposições preliminares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução ao disposto no art. 1.º, n. 1, da lei n. 489, de 15 do corrente mez, decreta:

Art. 1.º Será executada em todas as Alfandegas e Mesas de Rendas habilitadas da Republica a Tarifa e suas disposições preliminares, que acompanham este decreto.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2744 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1897

Dá regulamento para execução do art. 17 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em cumprimento da disposição contida no art. 17 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, resolve que, para concessão da isenção de direitos de consumo e de expediente das peças importadas pelos constructores estabelecidos no Brazil para os navios e vapores que construirem nos estaleiros nacionaes, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para concessão da isenção de direitos de consumo e de expediente, a que se refere o decreto n. 2744, desta data, para execução do art. 17 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896

Art. 1.º São isentas de direitos de consumo, inclusive os de expediente, as peças importadas pelos constructores estabelecidos no Brazil, para os navios e vapores que construirem nos estaleiros nacionaes.

Paragrapho unico. Esta isenção só se tornará effectiva por despacho do Ministro da Fazenda, satisfeitas previamente as formalidades abaixo estabelecidas.

Art. 2.º Para o despacho livre de que trata o artigo antecedente, os interessados deverão requerer ao Ministro da Fazenda, por intermedio dos inspectores das Alfandegas, juntando á petição:

1º, relação convenientemente sellada, da qual constem a nomenclatura, quantidade, peso e medida dos materiaes e peças necessarios para os navios ou vapores que vão construir, devendo os pesos e medidas ser expressos em unidades do systema metrico decimal;

2º, planta ou desenho dos mesmos navios ou vapores com todos os detalhes necessarios á construcção;

3º, certificado de profissional competente, do qual conste que os materiaes e peças importados são proprios e de applicação exclusiva ao fim a que se destinam, e as quantidades as estritamente necessarias para a construcção dos referidos navios ou vapores.

§ 1.º Este certificado será passado: na Capital Federal pelo engenheiro naval que o Ministerio da Marinha designar; nos Estados onde houver Arsenal de Marinha, pelo profissional que o respectivo inspector determinar e nos demais por perito que a Inspectoria da Alfandega escolher mediante prévia audiencia da Capitania do Porto.

§ 2.º Na petição que dirigirem ao Ministro da Fazenda os interessados mencionarão:

- 1º, o nome do navio;
- 2º, o estaleiro onde vae ser construido;
- 3º, a capacidade em toneladas metricas de registro que deverá ter;
- 4º, a qualidade da madeira que vae ser empregada e, si for forrado de ferro, a espessura e qualidade das chapas.

Art. 3.º Os inspectores das Alfandegas, satisfeitas as formalidades prescriptas, remetterão o processo com as necessarias informações ao Ministro da Fazenda, por intermedio da Directoria das Rendas Publicas do Thesouro Federal.

Art. 4.º O Ministro da Fazenda, á vista do processo competentemente informado, concederá a isenção requerida, ou mandará proceder a novas diligencias, si as julgar necessarias.

Art. 5.º Concedido o despacho livre, será expedida ordem ás Alfandegas para fazerem effectiva a concessão, devendo a mesma ordem ser acompanhada da 2.ª via da relação dos materiaes, rubricada pelo director das Rendas ou por quem suas vezes fizer.

Art. 6.º Apresentadas para serem conferidas as peças importadas, os inspectores das Alfandegas mandarão proceder aos exames necessarios para verificar si estão de accordo com as quantidades, especies e medidas constantes da relação.

Paragrapho unico. Verificando-se excesso de quantidade, peso ou medida, ou differença quanto á especie ou qualquer proporção que seja, será o excesso ou differença de especie sujeita a direitos em dobro, nos termos da *Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas*.

Art. 7.º Os inspectores das Alfandegas mandarão, por empregado habilitado e de sua confiança, fiscalizar nos estaleiros o emprego das peças importadas.

§ 1.º As peças e materiaes importados, uma vez desembarcados pelas Alfandegas, serão acompanhados até o estaleiro a que se destinam, por um guarda, que assistirá á sua descarga.

§ 2.º Terminada a construcção, o empregado encarregado da fiscalização informará ao inspector si todas as peças foram applicadas, e, caso encontre algumas em deposito, dará parte do facto ao inspector, para que este ordene o pagamento dos direitos que forem devidos, impondo ao constructor uma multa igual aos direitos em beneficio do empregado fiscalizador.

§ 3.º Esta disposição não alcança as peças de sobresalentes que os navios ou vapores são obrigados a trazer, comtanto que taes peças sejam declaradas especificadamente na relação que for dirigida ao Ministro da Fazenda quando os interessados requererem a isenção, afim de evitar a confusão entre os sobresalentes obrigatorios e os que os constructores possam importar para prevenir faltas ou quebras occurrentes durante a construcção.

Art. 8.º Os donos dos estaleiros ou os constructores não poderão distrahir, por meio de venda no mercado, cessão ou traspasse a quem quer que seja, qualquer dos objectos importados e constantes da relação favorecida com a isenção de direitos.

Paragrapho unico. A infracção desta disposição sujeita o infractor á multa no dobro de todos os impostos a que estiverem sujeitos pela Tarifa os materiaes e peças constantes da relação, além de ser-lhe tambem cassado o direito a novas concessões.

Art. 9.º Os donos dos estaleiros ou os constructores, no acto de requererem a isenção, deverão, na relação dos materiaes e peças, fazer menção dos sobresalentes que possam ser necessarios para substituição das que venham a inutilisar-se por qualquer motivo, ficando obrigados ao pagamento dos direitos respectivos no caso de não se utilizarem das mesmas peças.

Paragrapho unico. Neste caso não incorrem na penalidade estabelecida no § 2.º do art. 7.º.

Art. 10. Si, durante a construcção, se inutilisar alguma das peças importadas, e o constructor importar outra para substitui-la, requererá ao inspector da Alfandega que a mande examinar e confrontar com a inutilisada, para ser retirada livre de direitos e de expediente, devendo neste caso mandar cobrar os direitos da inutilisada com o abatimento que os peritos, por elle nomeados, arbitrarem.

Para este despacho não é necessaria authorisação do Ministro da Fazenda.

Art. 11. Si algum constructor ou dono de estaleiro incorrer no caso previsto no art. 8º, o inspector da Alfandega dará parte immediatamente ao Ministro da Fazenda, para que este ordene a perda do direito a novas concessões.

Art. 12. Haverá nas Alfandegas um livro, no qual, em fôrma de conta corrente, serão mencionados especificadamente os materiaes importados, por entrada e sahida, á medida que forem empregados na construcção.

Paragrapho unico. No mesmo livro serão consignados todos os factos que possam occorrer durante a construcção, quer relativos á importação de peças necessarias para substituir as que porventura se inutilisarem, quer ás infracções do presente regulamento, para que a todo tempo possa constar quaes os constructores que cumpriram fielmente as disposições legaes e quaes os que incorreram em qualquer das sanções penaes aqui estabelecidas.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1897.— *Bernardino de Campos.*



DECRETO N. 2745 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1897

Extingue logares na Repartição Geral dos Telegraphos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe confere o art. 4º, n. 1, da lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, revigorada pelo art. 43 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam extinctos os logares da Repartição Geral dos Telegraphos constantes da inclusa relação que com este baixa assignada pelo Ministro de Estado da Industria, Vição e Obras Publicas.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

Relação dos logares extinctos na Repartição Geral dos Telegraphos, a que se refere o decreto n. 2745 desta data

5 engenheiros-ajudantes.
4 inspectores de 1ª classe.
27 inspectores de 2ª classe.
40 inspectores de 3ª classe.
58 feitores.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1897.— *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*



DECRETO N. 2747 (*) — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1897

Approva o regulamento concernente ao registro internacional das marcas de fabrica e de commercio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução da lei n. 376, de 30 de julho de 1896, na parte que approvou o accordo celebrado na conferencia de Madrid em 14 de abril de 1891 e publicado com o decreto n. 2380, de 20 de novembro do dito anno de 1896, manda observar o regulamento que a este acompanha, concernente ao registro internacional das marcas de fabrica e de commercio.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

Regulamento a que se refere o decreto n. 2747,
desta data

Art. 1.º Os industriaes ou commerciantes, com domicilio no Brazil, proprietarios de marcas registradas, na conformidade da lei n. 3346, de 14 de outubro de 1887, e do decreto n. 9823 de 31 de dezembro do mesmo anno, que desejarem garantir ás ditas marcas a protecção legal nos paizes que celebraram o accordo de 14 de abril de 1891 ou a elle adherirem, devem dirigir o seu

(*) Com o n. 2746 não houve acto.

pedido por intermedio da Junta Commercial da Capital Federal ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, para ser enviado ao *Bureau International de la propriété industrielle*, em Berna.

Art. 2.º O pedido feito em duplicata e em papel sellado, com 33 centímetros de comprimento e 22 de largura, conterá o desenho typographico da marca ou a sua descripção, na lingua franceza, indicando em seguida o nome do proprietario, sua residencia, profissão, productos a que a marca se destina, a data do registro com o numero de ordem, e a data do deposito complementar exigido pelo art. 13 do decreto n. 9828, de 31 de dezembro de 1887, conforme o modelo annexo a este regulamento.

Art. 3.º Ao pedido deve acompanhar:

a) uma chapa que reproduza exactamente a marca, de modo a serem visiveis todos os seus pormenores, tendo não menos de 15 millímetros nem mais de 10 centímetros, quer de comprimento, quer de largura, e 24 millímetros de espessura. Será desnecessaria a chapa si o desenho typographico for substituido pela descripção na lingua franceza;

b) um vale postal de 100 francos, importancia do registro internacional;

c) uma procuração especial si o pedido for feito por mandatário.

Paragrapho unico. Poderá o peticionario, quando um dos elementos distinctivos da marca consistir na côr, juntar 30 exemplares em papel que a reproduza.

Art. 4.º Incumbe á Junta Commercial da Capital Federal:

1.º, examinar o pedido, mandando regularisal-o si não estiver nos termos dos arts. 2º e 3º;

2.º, remettel-os ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, informando si o registro subsiste ou ficou sem effeito pela falta do deposito complementar, ou pela expiração do prazo fixado no art. 12 da lei n. 3346, de 14 de outubro de 1887, e si é applicavel á marca a disposição do art. 8º (ns. 5 ou 6) da dita lei, quando houver identidade ou semelhança susceptivel de confusão entre ella e outra registrada anteriormente;

3.º, archivar as marcas inscriptas no registro internacional que lhe forem remettidas pela Directoria Geral da Industria com a notificação do *Bureau International*, procedendo a minucioso exame para informar opportunamente ao Governo si alguma dellas está comprehendida no citado art. 8º (ns. 5 ou 6) da lei n. 3346, de 14 de outubro de 1887, e não pôde como tal gosar da protecção no territorio da Republica.

Os exemplares das marcas internacionaes serão encadernados no fim de cada anno, juntando-se ao volume um indice que mencione por ordem alphabetica a natureza do producto e o nome do proprietario;

4.º, archivar igualmente, quando os receber por intermedio da Directoria Geral da Industria, dous dos exemplares da publicação das marcas internacionaes, remettendo as outras á Associação

Commercial do Rio de Janeiro e ás Juntas dos Estados, para seu conhecimento e dos industriaes ou commerciantes a quem possa interessar.

Art. 5.º O proprietario da marca, antes de ser encaminhado o seu pedido ao *Bureau International*, pagará no Thesouro Federal a taxa de 10\$, mediante guia da Directoria Geral da Industria.

Art. 6.º As mudanças que occorrerem na propriedade da marca inscripta no registro internacional serão notificadas á repartição competente, á vista do pedido em duplicata do interessado, feito por intermedio da Junta Commercial da Capital Federal e instruido com certidão do acto respectivo.

Art. 7.º As formalidades prescriptas para o registro internacional serão observadas no caso de renovação do mesmo registro, exceptuando-se a remessa da chapa.

MODELO

PEDIDO DE REGISTRO INTERNACIONAL DE MARCA DE FABRICA OU DE COMMERCIO

Brazil

Logar do desenho typographico da marca
ou da sua descripção, na lingua franceza.

Deve-se mencionar aqui
não só o vale postal como
a chapa, a procuração es-
pecial e os trinta exem-
plares reproduzindo a cór-
da marca quando acompa-
nharem ao pedido.

- 1.º Nome do proprietario da marca.
- 2.º Residencia.
- 3.º Profissão.
- 4.º Productos a que a marca se destina.
- 5.º Data do registro com o numero de ordem.
- 6.º Data do deposito complementar do registro.

Data de pedido e assignatura do proprietario ou de seu procurador sobre estampilhas de sello de 300 réis por meia folha.

Certifico, á vista da informação prestada pela Junta Commercial da Capital Federal, que estão exactas ás indicações constantes do pedido de..., para ser inscripta no registro internacional a sua marca de...

Directoria Geral da Industria, em... de.. de...

Capital Federal, 17 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.—
Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2748 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1897

Manda reverter para o quadro activo os officiaes da Armada amnistiados pelo decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da faculdade que lhe é conferida pelo § 1º do art. 1º do decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895:

Resolve mandar reverter do quadro da reserva em que se acham, por força dos decretos de 24 de setembro de 1893 e 7 de julho de 1894, para o quadro da actividade os officiaes da Armada constantes da inclusa relação que completaram até esta data o prazo de dous annos, estipulado no alludido decreto de 21 de outubro de 1895.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.

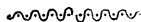
Relação a que se refere o decreto n. 2748 desta data

Capitão-tenente Candido dos Santos Lara.

Primeiros tenentes José Fructuoso Monteiro da Silva, Silvio Pellico Belchior e Viriato Duarte Hall.

Segundo tenente Carlos Alberto Wite.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1897.— *Manoel José Alves Barbosa.*



DECRETO N. 2749 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1897

Estabelece pena para os passageiros que viajarem sem bilhete na Estrada de Ferro Conde d'Eu.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Conde d'Eu Railway Company, limited*, resolve autorisar o seguinte acrescimo ao art. 4º das instruções regulamentares, approvadas pelo decreto n. 1908, de 12 de dezembro de 1894, em vigor na Estrada de Ferro de Cabedello á Independencia, com ramal para Pilar:

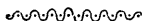
« Paragrapho unico. O viajante encontrado no trem sem bilhete ou passe pagará o preço da viagem e mais 20 %, contados

da estação inicial da partida do trem, si não provar que entrou em outra, ou contados desta, si o provar. Esta disposição não se refere aos passageiros entrados nas paradas, onde não ha venda de bilhetes.»

Capital Federal, 20 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2750 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1897

Approva a planta e orçamento para a construcção de uma casa destinada ao mestre de linha da 6ª secção no kilometro 30 do ramal do Rio Negro, da Estrada de Ferro do Paraná.

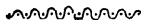
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Générale des Chemins de Fer Brésiliens*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados a planta e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para a construcção de uma casa destinada ao mestre de linha da 6ª secção no kilometro 30 do ramal do Rio Negro, da Estrada de Ferro do Paraná; devendo a despesa orçada em 5:325\$540 ser levada á conta do custeio da linha dos prolongamentos da mesma estrada,

Capital Federal, 20 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda,



DECRETO N. 2751 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de cavallaria com a denominação de 9ª, a qual se comporá de dous regimentos com as designações de 17º e 18º, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2752 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na Capital do Estado do Espirito Santo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca da Capital do Estado do Espirito Santo uma brigada de infantaria com a denominação de 18ª, composta dos batalhões de ns. 52, 53 e 54 do serviço activo e 18 do da reserva, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2753 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Linhares, no Estado do Espirito Santo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Linhares, no Estado do Espirito Santo, uma brigada de infantaria com a designação de 19^a, composta dos batalhões ns. 55, 56 e 57 do serviço activo e 19 do da reserva, os quaes organisar-se-hão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2754 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Joaquim, no Estado de Santa Catharina.

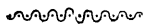
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de S. Joaquim, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de infantaria com a denominação de 4^a, composta dos batalhões ns. 10, 11 e 12 do serviço activo e 4 do da reserva, organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1897, 9^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2755 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Lages, no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Lages, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de infantaria com a designação de 5ª, composta dos batalhões de ns. 13, 14 e 15 do serviço activo e 5 do da reserva, e outra de cavallaria, organizada com os regimentos de ns. 3 e 10 e sob a designação de 5ª, as quaes formar-se-hão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2756 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Carmo do Rio Claro, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Carmo do Rio Claro, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 44ª, e que se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 130º, 131º e 132º, e um do da reserva, sob n. 44, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2757 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1897

Dá regulamento para execução do art. 1º n. 40 e art. 4º da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida ao Poder Executivo no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, resolve que, para execução do art. 1º n. 40 e art. 4º da lei n. 489, de 15 de dezembro do corrente anno, se observe o regulamento que a este accompanha.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para execução do art. 1º n. 40 e art. 4º da lei n. 489 de 15 de dezembro de 1897

Art. 1.º O imposto sobre dividendos dos bancos, companhias e sociedades anonymas, creado pela lei n. 25, de 30 de dezembro de 1891, art. 1.º, como imposto de sello e desmembrado do regulamento deste para constituir imposto á parte, pelas leis ns. 126 A, de 21 de novembro de 1892, art. 1.º; 191 A, de 30 de setembro de 1893, art. 1.º; 285, de 24 de dezembro de 1894, art. 1.º, n. 11; 365, de 30 de dezembro de 1895, art. 1.º, n. 30; 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 1.º, n. 39; e 489 de 15 de dezembro de 1897, art. 1.º, n. 40 e art. 4.º, é devido na razão de 2 1/2 % dos dividendos dos lucros auferidos pelos ditos bancos, companhias e sociedades anonymas, com séde na Capital Federal e nos Estados:

1.º, si as companhias tiverem garantia de juros dada pela União ou pelos Estados, o imposto recahirá sobre a importancia do rendimento liquido excedente ao garantido (regulamento n. 9870 de 22 de fevereiro de 1888, art. 2º);

2º, no caso do dividendo ser distribuido em dinheiro estrangeiro, a taxa para a conversão será a do dia do pagamento (ordem da Fazenda, expedida á Thesouraria de S. Paulo em 25 de abril de 1882).

Paragrapho unico. A disposição deste artigo é extensiva ás companhias e bancos com séde no estrangeiro, recahindo o imposto sobre o dividendo do capital existente no paiz (art. 5º da lei n. 359, de 30 de dezembro de 1895).

Art. 2.º O imposto de dividendo será cobrado no prazo de 30 dias, contados da data da primeira publicação do annuncio para sua distribuição (circular n. 20, de 29 de julho de 1895) e compre-

henderá as quantias pagas a titulo de *bonificação*, ou outro por que se distribuam os lucros.

§ 1.º Para as companhias e bancos de que trata o paragrapho unico do art. 2º, o prazo contar-se-ha da data em que for conhecido o dividendo a distribuir na repartição arrecadadora da sede da filial.

§ 2.º As filiaes das ditas companhias e bancos ficam obrigadas a dar noticia ás repartições arrecadadoras do imposto na Capital Federal e Estados, logo que estejam para isso habilitadas, dos dividendos e outras quantias provenientes de proventos de operações da sociedade ou bonificações que tenham de distribuir no paiz.

Art. 3.º O recebimento do imposto de dividendos far-se-ha por meio de guias em duplicata, firmadas pelo gerente e rubricadas pelo presidente da sociedade ou companhia, ou sómente assignadas pelo gerente, si a companhia for estrangeira; deverão conter as declarações necessarias para se conhecer o valor tributavel e ser acompanhadas do exemplar da gazeta em que vier publicado o primeiro annuncio.

Paragrapho unico. O empregado encarregado da arrecadação do imposto será tambem incumbido de sua fiscalisação.

Art. 4.º Em ambos os exemplares das guias averbar-se-ha o imposto recebido, ficando uma na estação fiscal e sendo a outra devolvida á parte.

O pagamento do imposto será igualmente averbado na matricula especial da companhia.

Art. 5.º A escripturação do imposto de dividendo far-se-ha em um auxiliar especial e no livro de receita e despesa geral, sob o titulo em que figurar na lei de orçamento; a das multas sob o que lhe é proprio — Extraordinaria — Receita eventual.

Art. 6.º Os infractores do art. 2º e seus paragraphos ficam sujeitos, além do pagamento do imposto, á multa de 20 a 50 %, conforme as circumstancias do caso.

Art. 7.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1897. — *Bernardino de Campos*.



DECRETO N. 2753 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Piumhy, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

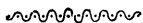
Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Piumhy, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria

com a denominação de 43ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 127º, 128º e 129º, e um do da reserva, sob n. 43, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2759 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.

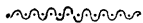
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe, uma brigada de cavallaria, com a denominação de 4ª, a qual se comporá de dous regimentos com as designações de 7º e 8º, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2760 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 300:000\$ para despezas da verba — Combustivel — do exercicio de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que foram insufficientes as quantias votadas pelo Congresso Nacional para as despezas da verba — Combustivel — do actual orçamento do Ministerio da Marinha, em con-

sequencia do movimento que tiveram os navios da Armada por occasião das operações de guerra no Estado da Bahia, e usando da faculdade conferida pelo art. 4º da lei n. 589, de 9 de setembro de 1850, decreta:

Fica aberto ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 300:000\$ para as despesas da verba — Combustivel — do exercicio de 1897.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.



DECRETO N. 3761 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 250:000\$, para despesas da verba — Eventuaes — do exercicio de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que nas quantias votadas para a verba — Eventuaes — do actual orçamento do Ministerio da Marinha não foram contempladas as despesas com as viagens e ajudas de custo dos officiaes e praças que devem guarnecer os navios entregues por conta das construcções navaes encommendadas na Europa, e usando da faculdade conferida pelo art. 4º da lei n. 589, de 9 de setembro de 1850, decreta:

Fica aberto ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 250:000\$ para despesas da verba — Eventuaes — do exercicio de 1897.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.



DECRETO N. 2762 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1897

Suspende por dous dias, em relação á comarca de Nitheroy, do Estado do Rio de Janeiro, o estado de sitio declarado pelo decreto n. 2737.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que devem realizar-se no dia 26 do mez corrente, no Estado do Rio de Janeiro, as eleições para os cargos de membros da respectiva Assembléa Legislativa:

Resolve suspender, durante os dias 25 e 26 de dezembro corrente, em relação á comarca de Nitheroy, o estado de sitio declarado pelo decreto n. 2737, de 11 deste mez.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2763 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1897

Extingue logares na Directoria Geral de Estatística

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização que lhe confere o art. 4º n. 1 da lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, revigorada pelo art. 43 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam extinctos os logares da Directoria Geral de Estatística constantes da inclusa relação que com este baixa, assignada pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

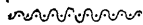
Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



Relação dos logares extinctos na Directoria Geral de Estatística, a que se refere o decreto n. 2763 desta data

2 chefes de secção.
1 1º official.
1 2º official.
4 amanuenses.
1 chefe de collaboradores.
4 collaboradores.
4 continuo.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1897. — *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*



DECRETO N. 2764 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 6:000\$ para completar o pagamento dos vencimentos de 10 bilheteiros da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no art. 1º do decreto legislativo n. 481, de 9 do corrente, decreta :

Art. 1.º Fica aberto, no actual exercicio, ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 6:000\$ para completar o pagamento dos vencimentos de 10 bilheteiros da Estação Central da Estrada de Ferro Central do Brazil, de accordo com a tabella II do decreto n. 268, de 26 de dezembro de 1894.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2765 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1897

Altera algumas disposições da *Nova Consolidação das Leis das Alfandegas*.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida ao Poder Executivo no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, decreta:

Art. 1.º Feita a arrematação, nos leilões de que trata o Capitulo VI do Titulo VI da *Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas*, será o arrematante obrigado a dar um signal de 20 % do valor della e dentro de 48 horas a entrar com o restante do preço para o cofre da Alfandega, sob pena, si o não fizer, de incorrer na multa de 20 % do mesmo preço, e de ser recolhido á cadeia, onde permanecerá preso á ordem do respectivo inspector ou administrador, até que complete o pagamento da arrematação e a multa correspondente.

Parapho unico. Si, decorridos 10 dias de prisão, o arrematante não entrar com a importancia do preço, serão as mercadorias de novo postas em praça, e elle relaxado da prisão, perdendo, porém, o signal, que será recolhido em pagamento da multa.

Art. 2.º Ficam revogados o art. 268 e o n. 1 do art. 269 da *Consolidação*.

Art. 3.º Fica excluido o sal das mercadorias comprehendidas nas disposições da Secção VIII do Capitulo III do Titulo VIII da mesma *Consolidação*.

§ 1.º O despacho do sal será feito de conformidade com as regras prescriptas nos arts. 494 e 495, observando-se nos casos de avaria o disposto na Secção III do citado Capitulo III.

§ 2.º Para as differenças que se verificarem na conferencia dos despachos e manifestos continuarão a vigorar as disposições do art. 501 da referida *Consolidação*, reduzida, porém, a 3 % a porcentagem de 10 % ahi estabelecida.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2766 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1897

Approva o Regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação contida no art. 10 n. 1 da lei n. 490 de 16 do corrente, decreta:

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento para a Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assignado pelo respectivo Ministro de Estado e que acompanha este decreto.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

Regulamento a que se refere o decreto n. 2766
desta data

CAPITULO I

ORGANISAÇÃO DA SECRETARIA

Art. 1.º A Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas é dividida em tres Directorias Geraes :

Directoria Geral da Industria.

Directoria Geral de Obras e Viação.

Directoria Geral de Contabilidade.

Art. 2.º A Directoria Geral da Industria terá :

- 1 director geral ;
- 2 directores de secção ;
- 2 1.ªs officiaes ;
- 3 2.ªs officiaes ;
- 5 amanuenses ;
- 1 continuo.

Art. 3.º A Directoria Goral de Obras e Viação terá :

- 1 director geral ;
- 2 directores de secção ;
- 2 1.ªs officiaes ;
- 2 2.ªs officiaes ;
- 5 amanuenses ;
- 1 continuo.

Art. 4.º A Directoria Geral de Contabilidade terá :

- 1 director geral ;
- 2 directores de secção ;
- 2 1.^{as} officiaes ;
- 2 2.^{as} officiaes ;
- 5 amanuenses ;
- 1 porteiro ;
- 1 ajudante de porteiro ;
- 2 continuos, tendo um exercicio no Gabinete do Ministro ;
- 4 correios.

CAPITULO II

TRABALHOS COMMUNS ÁS DIRECTORIAS GERAES

Art. 5.º A todas as directorias geraes, na parte relativa aos serviços de sua competencia, incumbe :

- § 1.º O registro da entrada de todos os papeis.
- § 2.º O registro por extracto dos negocios, com indicação do processo que forem seguindo e das decisões que tiverem.
- § 3.º A organização do quadro dos empregados e de seus vencimentos, com as observações relativas ao exercicio e procedimento de cada um delles.
- § 4.º O inventario dos moveis e de quaesquer outros objectos.
- § 5.º A organização das bases para o orçamento e tabella de distribuição dos creditos abertos para os diversos serviços.
- § 6.º Os trabalhos preparatorios para a abertura dos creditos extraordinarios.
- § 7.º A verificação e fiscalisação das contas, cujo conhecimento couber á Secretaria de Estado.
- § 8.º As certidões.
- § 9.º A preparação das bases para os contractos.
- § 10. O indice das leis e decisões do Governo.

CAPITULO III

NEGOCIOS ESPECIAES A CADA DIRECTORIA GERAL

Art. 6.º A Directoria Geral da Industria constará de duas secções:

- I. A 1.^a secção terá por objecto o que se referir:
 - § 1.º Aos serviços relativos em geral aos diversos ramos da industria e ao seu ensino profissional.
 - § 2.º Aos serviços concernentes a patentes de invenção, desenhos e modelos industriaes, marcas de fabrica e de commercio.
 - § 3.º A' organização e approvação dos estatutos das companhias e sociedades anonyms a que se referem os arts. 46,

exclusive os §§ 1.º e 2.º, e 47 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

§ 4.º A's exposições agricolas e industriaes.

§ 5.º Aos Jardins Botanicos, aquisição de plantas e sementes.

§ 6.º Aos engenhos centraes e sua fiscalisação.

§ 7.º A' navegação subvencionada.

§ 8.º A' Directoria Geral de Estatistica.

II. A' 2ª secção competirão os negocios concernentes:

§ 1.º Ao commercio.

§ 2.º Aos correios, telegraphos e telephonos.

§ 3.º A's terras da União.

§ 4.º Aos nucleos coloniaes e contractos de burgos agricolas.

§ 5.º A' superintendencia e fiscalisação dos serviços a cargo da Hospedaria de Immigrantes.

Art. 7.º A Directoria Geral de Obras e Viação terá duas secções.

I. A 1ª secção se encarregará :

§ 1.º Do exame de todas as questões que se refiram ás estradas de ferro da União.

§ 2.º Do exame e estudo de assumptos relativos a estradas de ferro concedidas pela União, subvencionadas ou não ; sua fiscalisação.

§ 3.º Dos trabalhos relativos à estatistica geral das estradas de ferro.

II. A 2ª secção se occupará do que for attinente:

§ 1.º A's obras publicas federaes nos Estados.

§ 2.º A's obras publicas do Districto Federal.

§ 3.º A' illuminação e esgotos do Districto Federal.

§ 4.º Ao Observatorio Astronomico.

§ 5.º A' exploração e navegabilidade dos rios.

§ 6.º Ao registro de titulos e outros diplomas scientificos.

Art. 8.º A Directoria Geral de Contabilidade terá duas secções:

I. A 1ª secção terá a seu cargo:

§ 1.º A organização do orçamento geral do Ministerio e da tabella explicativa da distribuição dos creditos para os diferentes serviços.

§ 2.º A abertura de creditos extraordinarios e supplementares.

§ 3.º A escripturação e classificação de todas as despesas autorisadas e effectuadas.

§ 4.º A demonstração do estado das verbas orçamentarias.

§ 5.º O exame e processo de todas as contas e folhas, quer relativas à Secretaria de Estado, quer ás repartições subordinadas ao Ministerio ; outrosim o preparo, a redacção e a expedição de todas as ordens de pagamento, adeantamento, restituição ou recebimento, no Thesouro, de quaesquer quantias.

II. A 2ª secção terá a seu cargo:

§ 1.º O expediente sobre aposentadorias e montepio dos funcionarios do Ministerio e a respectiva escripturação.

§ 2.º O assentamento do pessoal da Secretaria de Estado com as observações relativas ao tempo de serviço e referencia dos factos occorridos no interesse da fide officio de cada um dos funcionarios, á vista dos documentos pelos mesmos apresentados.

§ 3.º A redacção dos contractos que forem celebrados pelo Ministerio.

§ 4.º O archivo geral da Secretaria de Estado e as certidões de papeis findos.

§ 5.º A organização e conservação da bibliotheca.

§ 6.º O assentamento dos proprios nacionaes a cargo do Ministerio.

§ 7.º A guarda, conservação e arrecadação dos instrumentos de engenharia.

Art. 9.º O director geral da Industria dirigirá e inspecionará todos os trabalhos referentes á immigração espontanea.

Art. 10. O director geral de Obras e Viação dirigirá o serviço da fiscalisação das estradas de ferro e o das obras federaes nos Estados.

Art. 11. O director geral da Contabilidade exercerá todas as attribuições conferidas ao director geral da Contabilidade do Thesouro Federal pelo art. 8º §§ 1º, 3º, 4º, 5º e 47 do decreto n. 942 A, de 31 de Outubro de 1890, relativo ao montepio.

Art. 12. Para organizar o relatorio annual do Ministerio, será designado pelo Ministro um director geral ou qualquer outro funcionario.

CAPITULO IV

GABINETE DO MINISTRO

Art. 13. O Ministro designará, por aviso, para os trabalhos do seu gabinete um funcionario de sua confiança, tirado das repartições do Ministerio ou estranho a ellas, com a denominação de secretario e chamará para auxiliares empregados da Secretaria de Estado ou pessoas extranhas.

Art. 14. Ao secretario, que será o chefe do gabinete, incumbe, auxiliado pelos demais empregados:

§ 1.º Receber e enviar ás respectivas Directorias Geraes todos os papeis dirigidos ao Ministro e que tenham de ser processados na Secretaria ;

§ 2.º Receber das Directorias Geraes, e fazer chegar á presença do Ministro, os papeis que por elle tiverem de ser despachados ;

§ 3.º Providenciar sobre a expedição dos actos que, depois de assignados pelo Ministro, devam ser logo expedidos, fazendo as devidas communicações ;

§ 4.º Transmittir ás Directorias Geraes, em nome do Ministro, as ordens que, á vista da urgencia, não lhes possam ser communicadas directamente por aquella autoridade ;

§ 5.º Auxiliar o Ministro, nos trabalhos que este reservar para si ;

§ 6.º Dar ao Ministro todas as informações que lhe forem necessarias para o despacho das partes em audiencia ;

§ 7.º Organisar as pastas para despachos do Ministro e do Presidente da Republica ;

§ 8.º Fazer a correspondencia epistolar e telegraphica do Gabinete ;

§ 9.º Restituir ás Directorias Geraes, devidamente classificados, os papeis que ficarem no gabinete sem despacho ou assignatura, por occasião de exoneração do Ministro, e ao seu successor ou ao novo Ministro o registro dos documentos reservados do gabinete.

CAPITULO V

NOMEAÇÕES, DEMISSÕES, SUBSTITUIÇÕES E EXERCICIO INTERINO

Art. 15. Serão nomeados por decreto do Presidente da Republica os directores geraes, os directores de secção, os 1.ºs e 2.ºs officiaes ; e por portaria do Ministro todos os outros empregados.

§ 1.º A nomeação dos directores geraes será de livre escolha do Governo. Para director geral de Obras e Viação, porém, só poderá ser nomeado engenheiro nacional de accordo com as prescripções da lei n. 3001 de 9 de outubro de 1880.

§ 2.º A dos directores de secção será, o mais possivel, por accesso, preferindo-se tambem para esses cargos na Directoria Geral de Obras e Viação engenheiros que satisfaçam as prescripções da lei citada e tenham servido em estradas de ferro, obras publicas ou nas respectivas secções da Secretaria de Estado.

§ 3.º A dos 1.ºs e 2.ºs officiaes será sempre por accesso dentre os empregados de categoria immediatamente inferior, que se mostrarem mais habéis e zelosos e tiverem 21 annos completos.

Art. 16. A nomeação dos amanuenses dependerá de concurso ou exame sobre as seguintes materias :

- I. Calligraphia ;
- II. Linguas portugueza, franceza e ingleza ;
- III. Arithmetica e geometria ;
- IV. Chorographia e historia do Brazil ;
- V. Noções de direito publico e administrativo ;
- VI. Redacção official.

Art. 17. Para a inscrição é necessario que o candidato prove :

- I, a qualidade de cidadão brasileiro ;
- II, idade maior de 18 annos ;
- III, bom procedimento ;
- IV, capacidade physica.

Art. 18. O conhecimento do desenho linear e topographico, e interpretação de plantas e projectos, provada no concurso a pedido do interessado, no seu requerimento, é tambem causa de preferencia para nomeação nos logares da Directoria Geral de Obras e Viação.

Art. 19. O concurso constará de provas escripta e oral de cada uma das materias exigidas, excepto as de que tratam os ns. I e VI do art. 16, das quaes os candidatos farão apenas prova escripta que consistirá na redacção de um aviso ou officio, cujo objecto será dado na occasião pelo presidente da commissão examinadora.

Art. 20. Poderão ser nomeados amanuenses, sem prestação de concurso, os que occuparem em outras repartições empregos de igual categoria para os quaes tenham sido nomeados em virtude de approvação obtida em concurso nas materias de que trata o art. 16.

Art. 21. O prazo para o concurso será de 30 dias, contados da publicação do edital respectivo.

Art. 22. O concurso se effectuará perante uma commissão composta do director geral da Directoria em que se verificar a vaga e de dous a quatro membros designados pelo Ministro.

Art. 23. Nesses concursos serão condições de preferencia a apresentação de certificados:

- I. De graduações scientificas ;
- II. De exames de outros preparatorios.

Art. 24. O porteiro, ajudante de porteiro, continuos e correios serão nomeados por livre escolha do Ministro, tendo o ajudante preferencia para o logar de porteiro.

Art. 25. A admissão e dispensa dos serventes da Secretaria de Estado serão feitas por actos dos directores geraes.

Art. 26. Nenhum funcionario jubilado, reformado ou aposentado poderá ser nomeado para empregos da Secretaria de Estado.

Art. 27. Os directores geraes, directores de secção, 1^{os} e 2^{os} officiaes e mais empregados do Ministerio que tiverem 10 ou mais annos de effectivo serviço só poderão ser demittidos no caso de haverem incorrido em algum crime verificado por processo judicial ou administrativo, ou de falta de zelo no serviço publico, ou de suppressão de emprego, observada entretanto a disposição do art. 10 n. 6 da lei n. 490 de 16 de dezembro corrente.

Art. 28. Serão substituidos em seus impedimentos e faltas :

1.º O director geral pelo director de secção que o Ministro designar ; ou em falta de designação, pelo mais antigo que se achar presente ;

2.º Os directores de secção pelo official, que o director geral designar ;

3.º O porteiro pelo seu ajudante.

Art. 29. Ao substituto caberá, além do respectivo vencimento integral, uma gratificação igual à diferença entre este e o do logar substituído.

Art. 30. O empregado que exercer interinamente logar vago, perceberá todos os vencimentos deste, sem accumulação.

CAPITULO VI

ATTRIBUIÇÕES E DEVERES DOS EMPREGADOS

Art. 31. A cada um dos directores geraes, que são os chefes das respectivas Directorias e aos quaes estão subordinados todos os empregados, compete:

1.º Distribuir, dirigir e fiscalisar os trabalhos ;

2.º Manter e fazer manter, pelos meios a seu alcance, a observancia das ordens em vigor ;

3.º Exigir por despacho assignado, nas petições, o preenchimento dos requisitos e formalidades legais, sem o que não remetterão os papeis à presença do Ministro ;

4.º Receber directamente as ordens do Ministro, que tambem poderão ser transmittidas pelo respectivo secretario ;

5.º Cumprir as determinações verbaes ou escriptas do Ministro ;

6.º Propor ao Ministro, verbalmente ou por escripto, as providencias que julgar convenientes, e consultal-o no que parecer a bem do serviço publico ;

7.º Crear e rubricar os livros necessarios para a escripturação, protocolos especiaes e registros da Directoria Geral ;

8.º Designar os empregados que deverão auxiliar a secção onerada por affluencia de trabalhos, podendo removel-os de uma para outra, quando o exigir o bem do serviço ;

9.º Ter sob sua responsabilidade as cifras telegraphicas e a correspondencia, que por sua natureza não tenha de ser distribuida às secções ;

10. Preparar e fazer preparar os regulamentos e instrucções para execução das leis e bem assim as instrucções para a direcção, processo, ordem e economia dos serviços de sua Directoria ;

11. Apresentar mensalmente ao Ministro uma synopse dos trabalhos realizados pelas secções e dos que não tiverem sido feitos em tempo, com declaração do motivo da demora ;

12. Apresentar ao Ministro, na época conveniente, o relatorio annual dos respectivos trabalhos ;

13. Mandar passar por despacho assignado, não havendo inconveniente, as certidões requeridas, que serão authenticadas pelo director da secção respectiva ;

14. Corresponder-se directamente com os chefes de serviços dos diversos Ministerios ;

Art. 35. A entrega de qualquer livro, papel ou documento, far-se-ha mediante requisição ao director geral da Contabilidade.

Art. 36. São attribuições do porteiro :

- 1.º Abrir e fechar a Secretaria ;
- 2.º Cuidar da segurança e asseio do edificio ;
- 3.º Comprar, de ordem dos directores geraes, pelo methodo que mais conveniente parecer, os objectos necessarios para o serviço da Secretaria e apresentar as contas documentadas das despesas ;
- 4.º Expedir toda a correspondencia official ;
- 5.º Pôr o sello da Secretaria nos actos que exigirem esta formalidade ;
- 6.º Determinar o serviço dos correios e fiscalisar a despesa com o transporte dos mesmos para a entrega da correspondencia ;
- 7.º Ordenar e fiscalisar o trabalho dos serventes, propondo aos directores geraes a dispensa do que não servir bem ;
- 8.º Encerrar o ponto do seu ajudante, dos continuos e dos correios ;
- 9.º Representar aos directores geraes sobre o procedimento dos continuos e correios.

Art. 37. Ao ajudante do porteiro incumbe coadjuvar o porteiro, bem como substitui-lo em suas faltas ou impedimentos.

Art. 38. Aos correios cabe fazer entrega da correspondencia e auxiliar o serviço da portaria, quando estiverem na repartição.

Art. 39. Aos continuos compete o serviço de transmissão dos papeis e recados dentro da Secretaria de Estado.

CAPITULO VII

VENCIMENTOS E DESCONTOS POR FALTAS

Art. 40. Competem aos empregados os vencimentos marcados na tabella annexa a este regulamento.

Art. 41. Não terá direito a vencimento algum o empregado que, ainda mesmo com autorisação do Ministro, deixar temporariamente o exercicio do seu logar pelo de qualquer commissão extranha ao Ministerio.

Art. 42. Não soffrerá desconto o empregado que deixar de comparecer à Secretaria por se achar incumbido :

- 1.º De qualquer trabalho ou commissão, de ordem do Ministro ;
- 2.º De serviço da Secretaria que exija trabalho fóra della, quer durante as horas do expediente, quer nas demais horas do dia, com autorisação do director geral ;
- 3.º De qualquer trabalho gratuito obrigatorio em virtude de lei ;

Em qualquer destas hypotheses se fará declaração no livro do ponto e na folha mensal do vencimento.

Art. 43. O empregado perderá :

§ 1.º Todos os vencimentos, quando faltar ao serviço sem causa justificada, retirar-se, antes de findos os trabalhos, sem autorização do director geral ou de quem suas vezes fizer, ou for suspenso do emprego de accordo com o que preceitua o art. 74.

§ 2.º Toda a gratificação, quando faltar com causa justificada, comparecer, depois de encerrado o ponto, sem causa justificada, ou retirar-se, com autorização do director geral, antes de encerrados os trabalhos.

§ 3.º Metade da gratificação, quando comparecer, com causa justificada, depois de encerrado o ponto nas tres primeiras faltas durante o mez e, si houver excesso, dahi em diante toda a gratificação.

Art. 44. Serão consideradas causas justificativas de faltas unicamente :

§ 1.º Molestia do empregado ou molestia grave de pessoa de sua familia provada com attestado medico, quando o numero de faltas exceder de tres em cada mez.

§ 2.º Nojo, no periodo de sete dias.

Art. 45. Além de oito faltas, só será concedido abono, si o empregado obtiver licença, cujo tempo de gozo será contado em continuação ao das faltas justificadas até aquelle numero.

Art. 46. Não serão justificadas as faltas dadas entre a data da concessão ou da portaria de licença e aquella em que o empregado entrar no gozo da mesma. Nesse caso far-se-ha a devida annotação no livro do ponto.

Art. 47. As faltas se contarão à vista do livro do ponto, que deve haver em cada secção e será assignado pelos empregados, assim durante o primeiro quarto de hora que se seguir à marcada para começo dos trabalhos, como na occasião de se retirarem, findo o expediente do dia.

Art. 48. Sempre que à hora marcada não estiver presente o funcionario incumbido de encerrar o ponto, fará as suas vezes o que dever substituí-lo, ou na falta deste o mais antigo dentre os de igual ou immediata categoria, que tiver comparecido.

Paragrapho unico. Immediatamente depois do encerramento do ponto será remettida ao director geral uma relação dos empregados que não tiverem comparecido.

Art. 49. O director da 1.ª secção da Directoria Geral de Contabilidade visará, logo que entre, o livro especial em que devem assignar o porteiro, seu ajudante, continuos e correios, com a declaração da hora do comparecimento.

Art. 50. O desconto por faltas interpoladas não comprehenderá os dias feriados; sendo, porém, successivas, comprehenderá todos os dias.

Art. 51. A' excepção dos directores geraes e funcionarios do gabinete do Ministro, todos os demais empregados estão sujeitos ao ponto.

CAPITULO VIII

LICENÇAS

Art. 52. As licenças serão concedidas aos empregados, ou por molestia provada que os iniba de exercerem os cargos, ou por qualquer outro motivo justo e attendivel.

§ 1.º A licença concedida por motivo de molestia dá direito á percepção de ordenado até seis mezes e de metade do ordenado por mais de seis mezes até doze.

§ 2.º A licença por motivo, que não seja molestia, importa o desconto da quarta parte do ordenado até tres mezes; da metade por mais de tres até seis; do tres quartas partes por mais de seis até nove, e de todo o ordenado dali por deante.

§ 3.º Em nenhuma hypothese a licença dará direito á percepção da gratificação de exercicio, podendo, ainda que por motivo attendivel, ser concedida sem vencimentos.

Art. 53. O tempo da licença prorogada ou de novo concedida dentro de um anno, contado do dia em que houver terminado a primeira, será junto ao da antecedente ou antecedentes, afim de fazer-se o desconto de que trata o artigo anterior.

Art. 54. Para formar o maximo de seis mezes, de que trata o art. 52 § 1º, deverá ser levado em conta o tempo das licenças concedidas pelos directores geraes e as interrupções de exercicio do emprego.

Art. 55. Exgotado o tempo de um anno, maximo dentro do qual podem as licenças ser concedidas com vencimento, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 52, só se concederá nova licença com ordenado ou parte d'elle depois que tiver decorrido um anno contado do termo da ultima.

Art. 56. Depois que qualquer empregado houver gosado de licença dada por lei, não poderá o Governo conceder-lhe nova licença com vencimentos sem ter decorrido ao menos um anno do dia em que aquella tiver terminado.

Art. 57. Toda licença entender-se-ha concedida com a clausula de poder ser gosada, aonde aprouver ao licenciado, dentro do paiz. Quando for fóra do paiz, a portaria determinará.

Art. 58. Não se concederá licença ao empregado que ainda não tiver entrado no exercicio do cargo.

Art. 59. Ficará sem effeito a licença si o empregado que a tiver obtido não entrar no goso della dentro do prazo de um mez, a contar da data da sua publicação no *Diario Official*.

Art. 60. E' permitido ao empregado que estiver no goso de licença renunciar-a pelo resto do tempo, comtanto que reassuma o exercicio do seu logar.

Art. 61. O disposto nos artigos antecedentes terá applicação ao empregado que perceber simplesmente gratificação ou cujo vencimento for de uma só natureza, do qual duas terças partes sómente serão consideradas como ordenado.

Art. 62. Não se considerarão renunciadas as licenças cuja interrupção provenha de serviço determinado por ordem superior ou de qualquer outro motivo independente da vontade do empregado.

Art. 63. As licenças poderão ser cassadas pelo Ministro quando este julgar conveniente.

Art. 64. Ainda quando apresente parte do doente não tem direito a vencimento algum o empregado que, depois de findo o prazo da licença com ordenado ou sem elle, permanecer fóra do exercício do logar.

No caso de continuar impossibilitado de reassumir o exercício deverá pedir nova licença, que só lhe será concedida, si justificar as faltas correspondentes ao tempo que houver excedido o da anterior.

CAPITULO IX

APOSENTADORIA E MONTEPIO

Art. 65. Os empregados da Secretaria só poderão ser aposentados quando se invalidarem no serviço da Republica, por molestia ou idade avançada, nos termos do decreto legislativo n. 117 de 4 de novembro de 1892.

Art. 66. Perderá a aposentadoria o empregado que em qualquer tempo, por sentença passada em julgado, for convencido de haver durante o exercício de algum dos empregos commettido os crimes de peita e de suborno ou praticado qualquer acto de traição, abuso de confiança ou revelação de segredo.

Art. 67. O montepio dos empregados será regulado pelos decretos ns. 912 A, de 31 de outubro de 1890, e 1045 de 21 de novembro de 1890, emquanto pelo poder competente não for revista a materia.

CAPITULO X

PENAS DISCIPLINARES

Art. 68. Os empregados da Secretaria, nos casos de negligencia, falta de cumprimento de deveres, desobediencia, desrespeito ás ordens dos seus superiores hierarchicos, ausencia sem causa justificada, revelação de assumptos não publicados, ficarão sujeitos ás seguintes penas disciplinares :

- 1ª, simples advertencia ;
- 2ª, reprehensão ;
- 3ª, suspensão.

Art. 69. São competentes para applicar as penas de advertencia os directores geraes e os directores de secção.

Art. 70. Os directores geraes poderão impor tambem as penas de reprehensão ou a de suspensão até 15 dias.

Paragrapho unico. Da pena de suspensão poderá o empregado recorrer, dentro do prazo de cinco dias, para o Ministro.

Art. 71. Só pelo Ministro poderá ser determinada a suspensão por tempo que exceda de 15 dias ou a do empregado comprehendido em algum dos seguintes casos :

- 1.º Prisão por motivo não justificavel ;
- 2.º Cumprimento de pena que obste o desempenho das funções do empregado ;
- 3.º Exercício de qualquer cargo, industria ou occupação que prive o empregado do exacto cumprimento de seus deveres ;
- 4.º Pronuncia em crime commum ou de responsabilidade, quer o empregado se livre solto ou preso ;
- 5.º Necessidade da suspensão como medida preventiva ou de segurança.

Art. 72. O empregado que faltar oito dias consecutivos á Secretaria sem participação escripta ao seu chefe, incorrerá *ipso facto* na pena disciplinar de suspensão do exercicio, com perda de vencimentos e antiguidade por 8 a 15 dias.

Art. 73. Não obstante a discriminação das competencias, ás autoridades superiores é facultada a applicação das penas mais brandas estabelecidas neste regulamento.

Art. 74. A suspensão, excepto nos casos de medida preventiva ou de pronuncia, privará o empregado, pelo tempo correspondente, do exercicio do emprego, da antiguidade e de todos os vencimentos.

Na hypothese de suspensão preventiva o funcionario deixará de receber a gratificação, e na de pronuncia ficará privado, além disso, de metade do ordenado, até ser afinal condemnado ou absolvido ; restituindo-se a outra metade, dada a absolvição.

CAPITULO XI

TEMPO DE TRABALHO E PROCESSO DO EXPEDIENTE

Art. 75. O trabalho das diversas Directorias Geraes começará ás 10 horas da manhã e findará ás 3 da tarde, em todos os dias uteis.

Art. 76. Poderão os directores geraes, por urgencia do serviço, prorogar as horas de expediente, ou mandar executar, em horas ou dias exceptuados, na Secretaria ou fóra della, por quaesquer empregados, trabalhos que forem julgados necessarios.

Art. 77. Para a verificação da entrada e destino dos papeis haverá os protocolos necessarios, comprehendendo :

- I. Numero de ordem e data da entrada ;
- II. Indicação do assumpto e procedencia ;
- III. Distribuição á secção encarregada do processo ;

IV. Data da remessa ao Ministro depois de preparado completamente;

V. Nota do despacho e data da expedição do acto respectivo.

Art. 78. Os papeis serão processados e levados ao conhecimento do Ministro :

I. Immediatamente, si contiverem assumpto urgente ;

II. Em prazo não excedente de 15 dias, salvo quando tiver de ser ouvida qualquer outra repartição, ou quando a gravidade do assumpto ou accumulção de serviço exigir maior espaço, caso em que o director geral communicará verbalmente ao Ministro.

Art. 79. No processo dos papeis, além do extracto ou resumo quando for preciso, à vista da complexidade ou extensão da materia e das informações e pareceres, os empregados referir-se-hão aos precedentes e estylos ou tradição da Directoria Geral, juntando quaesquer papeis, mesmo findos, para esclarecimento do assumpto.

Art. 80. Os pareceres deverão ser claros, concisos, isentos de prevenção ou animosidades contra pessoas que se achem ou não pretendendo perante o Ministerio, sem incidentes extranhos ao objecto em estudo e dello jamais se afastando sob qualquer que seja a razão.

Paragrapho unico. Aos directores geraes cabe mandar, por despacho, cancellar aquelles que forem offerecidos em contrario ao que dispõe este artigo, no todo ou em partes, conforme o julgar conveniente, applicando na reincidencia as penas do regulamento.

Art. 81. E' dispensado o registro :

I. Das leis e dos decretos numerados, dos regulamentos e instrucções ;

II. Das portarias, avisos e officios, cujas minutas serão classificadas systematicamente e encadernadas.

Art. 82. Incumbe ás secções na parte relativa aos assumptos de sua competencia :

§ 1.º O registro da entrada de todos os papeis e distribuição destes pelos empregados.

§ 2.º A guarda dos livros e papeis relativos a negocios pendentes.

§ 3.º O exame dos negocios, as informações e pareceres a fim de subirem à presença do Ministro.

§ 4.º A redacção dos actos e correspondencia official, segundo a decisão dos poderes competentes.

§ 5.º A collecção das minutas dos actos officiaes.

§ 6.º As certidões dos papeis que ainda não se acharem no archivo.

§ 7.º Os elementos para a organização do orçamento do Ministerio e em geral para os trabalhos de contabilidade e para o relatorio do Ministerio.

§ 8.º Os actos relativos á nomeação, demissão e licença dos empregados respectivos e das repartições dependentes, e bem assim as respectivas communicações sobre o assumpto.

§ 9.º A remessa, para o archivo da Secretaria, dos papeis relativos a negocios findos.

Art. 83. Nenhum instrumento de engenharia arrecadado na Directoria Geral de Contabilidade será por ella entregue sem que o engenheiro que o receba assigne termo de responsabilidade pelo instrumento ou seu valor.

CAPITULO XII

NORMAS E FORMULAS RELATIVAS AOS ACTOS EMANADOS DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO E AOS ACTOS DO MINISTERIO

Art. 84. As leis e resoluções adoptadas pelo Congresso Nacional serão publicadas por decreto. (Constituição, art. 48 § 1.º.)

§ 1.º Tratando-se de resoluções que contenham normas geraes e disposições de natureza organica ou que tenham por fim crear direito novo, observar-se-ha a seguinte redacção :

Lei n...de...de...de...

(Ementa)

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte :

(Segue-se a lei, em sua integra, até o ultimo artigo.)

Capital Federal, em...de...de..., tantos da Republica.

Assignaturas do Presidente da Republica e do Ministro.

§ 2.º Tratando-se de resoluções que consagrarem medidas de character administrativo, politico, de interesse individual ou transitorio, redigir-se-ha do seguinte modo:

Decreto n...de...de...de...

(Ementa)

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

(Segue-se o texto da resolução até seu ultimo artigo.)

Capital Federal, em...de...de..., tantos da Republica.

Assignaturas do Presidente da Republica e do Ministro.

Art. 85. As leis e decretos legislativos de competência privativa do Congresso Nacional, que independam de sanção ou enviados para a simples promulgação, serão publicados sob a seguinte formula :

Lei ou decreto n...de...de...do...

(Ementa)

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu promulgo a lei ou resolução seguinte :

(Segue-se o texto da lei ou do decreto.)

Capital Federal, em...de...de..., tantos da Republica.

Assignaturas do Presidente da Republica e do Ministro.

Art. 86. Na correspondencia do Poder Executivo com o Legislativo observar-se-hão as seguintes normas :

§ 1.º Tratando-se de actos de natureza politica ou propostas do Governo Federal, a Mensagem do Presidente da Republica será transmittida ao Presidente da Camara ou do Senado com uma nota do Ministro.

§ 2.º Nos casos em que o Presidente da Republica haja de prestar informações exigidas pelo Congresso e estas dependendo do Ministerio, o Ministro fará uma exposição que será transmittida por Mensagem acompanhada de aviso.

§ 3.º A remessa de papeis relativos a simples expediente e demais communicações do Ministro far-se-hão por avisos ao 1º secretario de qualquer das Camaras.

Art. 87. Serão numerados os actos do Poder Legislativo e os decretos do Poder Executivo, excepto os referentes à nomeação, demissão e aposentadoria de empregados.

Art. 88. Os actos do Poder Executivo que deverem ter a forma de decretos numerados serão expedidos sob a seguinte formula :

Decreto n...de...de...do...

(Ementa)

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil : (Seguem-se os considerandos quando seja caso disso.)

Decreta : (Segue-se o texto do decreto.)

Capital Federal, em...de...de..., tantos da Republica.

Assignaturas do Presidente da Republica e do Ministro.

Art. 89. Os decretos não numerados de nomeação, demissão ou aposentadoria serão redigidos do seguinte modo :

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve:

(segue-se o decreto)

Capital Federal em...de...de...tantos da Republica.

Art. 90. Nas portarias do Ministerio observar-se-ha a formula:

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, em nome do Presidente da Republica, resolve, etc.

Art. 91. As portarias dos directores geraes serão redigidas do seguinte modo :

O Director Geral d... usando da attribuição que lhe confere o art...do regulamento approved pelo decreto n... de...de... de...resolve, etc.

Art. 92. Nos actos officiaes a direcção será dada antes do contexto dos mesmos quando se referirem aos Ministros de Estado, membros das Mesas das Camaras Legislativas Federaes, presidentes ou governadores dos Estados, presidente do Supremo Tribunal Federal, presidente do Tribunal de Contas e Prefeito do Districto Federal. Nos demais casos a direcção será escripta em linha inferior á da assignatura do Ministro.

CAPITULO XIII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 93. As Directorias Geraes são repartições distinctas e independentes entre si, immediatamente subordinadas ao Ministro.

Art. 94. As nomeações para os logares de directores geraes serão sempre feitas com designação de Directorias. Quanto aos demais empregados, o Ministro por despacho em expediente designará as Directorias em que devam elles servir.

Art. 95. São considerados secretos todos os actos em elaboração na Secretaria de Estado, até que, completos, possam ser dados á publicidade.

Art. 96. E' prohibido aos empregados constituirem-se procuradores de partes em negocios que devam ser processados na Secretaria de Estado, excepto si forem de seus ascendentes, descendentes, irmãos ou cunhados, uma vez que não tenham do ser por elles processados ou despachados.

Art. 97. Os empregados do Ministerio não poderão fazer contractos com o Governo directa ou indirectamente, por si ou como

representantes de outrem, dirigir bancos, companhias ou empresas, quer sejam ou não subvencionados pela União, salvas as excepções indicadas em leis especiaes; requerer ou promover para si ou para outrem a concessão de privilegios, garantia de juros ou outros favores semelhantes, excepto privilegio de invenção. O que infringir esta disposição incorrerá na pena de perda do emprego.

Art. 98. Não se concederão mais as gratificações autorizadas pela regra 7.^a do art. 28 do decreto n. 2748, de 16 de fevereiro de 1861, aos empregados que, depois de 30 annos de serviço publico, continuarem no exercicio de seus logares.

Art. 99. Aos empregados da Secretaria serão concedidos annualmente quinze dias de ferias. Os directores geraes sujeitarão á rubrica do Ministro a lista dos empregados que tiverem de entrar no gozo das ferias.

Paragrapho unico. Só poderão fazer parte da lista os empregados que durante o anno não tiverem dado mais de dez faltas justificadas ou não houverem soffrido pena disciplinar.

Art. 100. Os directores geraes teem direito ao gozo de igual numero de dias de ferias. Quando afastados do exercicio dos cargos por esse motivo serão substituidos de accordo com as disposições deste regulamento. Estas substituições não dão direito a maior vencimento.

Art. 101. Os empregados actuaes que não forem incluídos no quadro do pessoal da Secretaria e contarem mais de dez annos de serviço publico com direito á aposentadoria ficarão addidos e deverão ser readmittidos nas vagas que forem occorrendo nas classes respectivas.

Art. 102. As duvidas que porventura se suscitarem na execução deste regulamento serão resolvidas por decisões do Ministro.

Art. 103. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1897. — *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*

Tabella dos vencimentos que competem aos empregados da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, a que se refere o art. 40 deste Regulamento

NUMERO	EMPREGADOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	SOMMA	TOTAL
3	Directores geraes.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000	27:000\$000
6	Directores de secção.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000	43:200\$000
6	Primeiros officiaes.....	3:800\$000	1:200\$000	5:000\$000	30:000\$000
7	Segundos officiaes.....	3:000\$000	1:000\$000	4:000\$000	28:000\$000
15	Amanuenses.....	2:200\$000	800\$000	3:000\$000	45:000\$000
1	Porteiro.....	2:200\$000	800\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Ajudante.....	1:500\$000	500\$000	2:000\$000	2:000\$000
4	Continuos.....	1:200\$000	400\$000	1:600\$000	6:400\$000
4	Correios.....	1:200\$000	400\$000	1:600\$000	6:400\$000
47					191:000\$000

O secretario e os auxiliares do Gabinete perceberão os vencimentos que lhes forem marcados pelo Ministro.

Os correios terão uma gratificação annual de 150\$000 para fardamento, e a diaria de 1\$000, quando em serviço.

Os continuos perceberão, além dos vencimentos da tabella, a gratificação annual de 50\$000.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1897.— *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*



DECRETO N. 2767 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1897

Approva o orçamento das obras de instalação de condensadores nas machinas fixas dos 2º e 3º planos inclinados da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

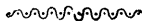
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Fica approvedo o orçamento que com este baixa, rubricado pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para execução das obras de instalação de condensadores nas machinas fixas dos 2º e 3º planos inclinados da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, cujas despezas deverão ser levadas á conta do novo capital, nos termos do contracto de 17 de julho de 1885.

Capital Federal, 27 do dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2768 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1897

Altera o pessoal e dá nova distribuição aos serviços a cargo da Directoria Geral de Estatistica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que, pelo decreto n. 2763, de 24 de dezembro de 1897, foram extinctos diversos logares na Directoria Geral de Estatistica;

Considerando que, á vista disso, torna-se necessario dar nova distribuição aos serviços a cargo daquela Repartição, pelo que ficam alterados os arts. 2º e 3º e supprimido o art. 4º do regulamento approvedo pelo decreto n. 331, de 12 de abril de 1890;

Decreta :

Art. 1.º O pessoal da Directoria Geral de Estatistica compor-se-ha de um director, dous chefes de secção, tres 1.ªs officiaes, tres 2.ªs officiaes, quatro amanuenses, quatro collaboradores, um porteiro e tres continuos.

Art. 2.º A repartição será constituída por duas secções :

§ 1.º A primeira secção occupar-se-ha com : a correspondencia da repartição, a abertura e distribuição dos papeis que tiverem entrada; a escripturação de todos os livros necessarios ao expediente, á contabilidade e á administração; a organização das folhas de pagamento do pessoal e o processo das contas; a redacção dos contractos, certidões e termos de posse; a direcção dos trabalhos de impressão e publicação; o catalogo dos livros e papeis, e o inventario dos objectos da repartição o o estudo estatístico das seguintes materias :

Territorio—Divisão politica, administrativa e judiciaria.

Demographia:

A — Estado da população.

B — Densidade da população.

C — Condições da população: Naturalidade, nacionalidade, idade, sexo, raça ou cor, defeitos physicos, illiação, estado civil, nacionalidade paterna e materna, residencia, analphabetismo, culto, profissão, renda, fogos.

D — Movimento da população: Nascimentos, casamentos, obitos, immigração e emigração.

E — Colonisação e catechese, instrucção publica e particular, taboas de sobrevivencia e de mortalidade.

Estatisticas diversas.

§ 2.º A segunda secção terá a seu cargo:

Industria — Extractiva, agricola e pastoril, manufactureira e commercial.

Viação e transporte — Caminhos de ferro, navegação, estradas, correios e telegraphos, obras publicas, estudos e melhoramentos preventivos e de saneamento.

Força publica — Exercito, Armada, Justiça e Policia.

Finanças publicas — Receitas, despesas, impostos, emprestimos, caixas economicas e montes de soccorro.

Associações e estabelecimentos de beneficencia e previdencia.

Art. 3.º Ficam revogados o decreto n. 1732 A, de 25 de junho de 1894, e demais disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

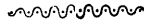
PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

Tabella dos vencimentos do pessoal effectivo da Directoria Geral de Estatistica, de accordo com o decreto n. 2768, desta data

EMPREGADOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	VENCIMENTOS	TOTAL
1 director.....	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
2 chefes de secção.....	4:000\$	2:000\$	6:000\$	12:000\$
3 primeiros officiaes.....	3:200\$	1:600\$	4:800\$	14:400\$
3 segundos officiaes.....	2:600\$	1:200\$	3:800\$	11:400\$
4 amanuenses.	1:900\$	900\$	2:800\$	11:200\$
4 collaboradores.....	2:400\$	2:400\$	9:600\$
1 porteiro.....	1:400\$	600\$	2:000\$	2:000\$
3 continuos.....	1:000\$	500\$	1:500\$	4:500\$
				72:300\$

Capital Federal, 27 de dezembro de 1897. — *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*



DECRETO N. 2769 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1897

Dá regulamento para a cobrança do sello das apolices de companhias de seguros que não teem séde no paiz.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução da disposição contida no art. 1º n. 27 da lei n. 489, de 15 do corrente mez, resolve que, na cobrança do sello das apolices de companhias de seguros que não teem séde no paiz, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para a cobrança do sello das apolices de companhias de seguros que não teem séde no paiz, a que se refere o decreto n. 2769 desta data.

Art. 1.º As apolices de seguros terrestres e maritimos emitidas por companhias que não tenham séde no paiz, ficam, a partir de 1 de janeiro proximo futuro, sujeitas ao sello de 5 % do valor do premio annual.

Art. 2.º As agencias das companhias farão registrar, no prazo maximo de oito dias, na Recebedoria, si funcionarem na Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro, e nas Delegacias ou Alfandegas, si funcionarem nos outros Estados, as apolices que forem emitindo e as respectivas renovações.

Art. 3.º A cobrança do imposto effectuar-se-ha por meio de verba lançada no titulo pela repartição em que se fizer o registro.

Art. 4.º A falta do cumprimento das disposições deste regulamento fará a companhia incorrer na pena de ser-lhe cassada a autorisação para funcionar no paiz.

Art. 5.º Ficam revógadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1897.—*Bernardino de Campos.*



DECRETO N. 2770 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1897

Substitue as tabellas *A* e *B* a que se refere o regulamento que baixou com o decreto n. 1207, de 3 de fevereiro de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe é conferida pelo art. 2º n. VI da lei n. 489, de 15 do corrente mez, resolve que sejam substituidas as tabellas *A* e *B*, a que se refere o regulamento que baixou com o decreto n. 1257 de 3 de fevereiro de 1893, pelas que a este acompanham.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

TABELLA A

Taxas das analyses, a que se refere o regulamento desta data

Investigação de acido salicylico nas substancias ali- mentares.....	
Idem de materias corantes de anilina, idem idem....	
Idem de um metal, idem idem.....	
Idem de um sal, idem idem.....	
Idem de acidos mineraes, idem idem.....	10\$000
Idem idem nos oleos e gorduras para lubrificar ma- chinas.....	
Idem de glucose e albumina na urina.....	
Idem de gordura e sangue idem.....	
Idem de pigmentos biliares idem.....	
Analyse qualitativa de calculos e concreções animaes.	
Idem idem de essencias artificiaes.....	
Idem idem de perfumarias.....	
Idem idem de saes mineraes em medicamentos	
Idem idem de alcaloides.....	
Idem idem de tecidos de seda, lã, algodão, etc.....	
Determinação da densidade do leite, extracto a 95° e falsificação	
Investigação de substancias estranhas na manteiga, queijo, pão, farinhas diversas, massa de tomates, etc.	
Dosagem do acido salicylico nas substancias alimen- tares.....	
Idem do cobre, idem idem.....	
Idem do chumbo, idem idem.....	20\$000
Idem do zinco, idem idem.....	
Idem de um sal, idem idem.....	
Idem do chumbo no vasilhame estanhado.....	
Idem de um metal em mineraes.....	
Idem do acido sulfurico nos oleos e gorduras.....	
Idem do acido chlorhydrico idem idem.....	
Idem da glucose na urina e densidade desta.....	
Idem da albumina idem	
Idem da uréa idem.....	
Idem do acido urico idem.....	
Idem da gordura idem	
Idem do acido phosphorico idem.....	
Idem dos chloruretos idem.....	
Idem dos sulfatos idem.....	
Investigação de substancias toxicas ou nocivas em todas as materias alimentares, aguas mineraes artificiaes, brinquedos, papeis pintados, tapeçarias, perfuma- rias, etc.....	30\$000
Idem de substancias estranhas em preparados phar- maceuticos.....	

Alcool (investigação de alcoes extranhos).....	
Agua (analyse sob o ponto de vista de sua potabilidade, residuo total).....	
Assucar, glucose, melão, mel, xaropes, licores, doces de conserva, bitter, cognac, vermouth, etc.....	
Café (determinação das cinzas, da chicorea, do feijão, do milho e das materias empregadas para dar-lhe brilho e augmentar-lhe o peso).....	30\$000
Ovos (investigação das materias que servem para sua conservação).....	
Productos de confeitaria e de pastelaria, fructas seccas e confeitadas, chocolate, cacão, chá, mate, tubaras, especiarias diversas.....	
Sal de cozinha (dosagem da agua e saes extranhos)..	
Extractos de carne, conservas de peixe, de carne e de leite.....	
Oleos comestiveis e outros.....	
Vinagres (dosagem de seus principios essenciaes, falsificações.....	
Leite e creme.....	40\$000
Vinho, cerveja, cidra (dosagem dos principios mais importantes, investigação das materias corantes extranhas, metaes toxicos, falsificações).....	
Pão, farinhas diversas, gorduras, manteiga, queijos (dosagem de seus principios mais importantes, falsificações).....	
Analyse de uma planta.....	
Idem quantitativa de uma agua potavel ou mineral..	
Idem idem de argilla, kaolim.....	
Dosagem de acido borico em um coalho para leite....	160\$000
Analyse completa de um cognac, whisky, rhum, etc.	
Idem, idem de alimento para animaes, composto de diversas hervas (valor nutritivo).....	
Idem, idem de uma turfa.....	

Observação — As taxas das analyses de substancias, que não figuram na presente tabella, serão fixadas pelo director, com approvação do Ministro da Fazenda.

TABELLA B

Taxas das analyses dos productos importados, a que se refere o regulamento desta data

Investigação de substancias nocivas nos productos alimentares, bebidas alcoolicas e outros liquidos.....	
Analyse qualitativa de oleos comestiveis, oleos para lubrificar machinas e outras substancias graxas.....	10\$000

Analyse qualitativa de preparados pharmaceuticos...	10\$000
Dosagem de um sal, de um metal em substancias alimentares e outros productos.....	
Exame de tecidos de seda, lã e algodão.....	
Productos não classificados.....	5\$000
Analyse qualitativa de alcaloides, seus saes, e de outros compostos chimicos organicos.....	
Idem, idem de drogas simples de origem vegetal e animal.....	
Idem idem de productos chimicos mineraes.....	3\$000

Observação — As taxas das analyses de substancias, que não figuram na presente tabella, serão fixadas pelo director, com approvação do Ministro da Fazenda.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1897.— *Bernardino de Campos*.



DECRETO N. 2771 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Bento, no Estado de Santa Catharina.

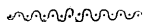
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de S. Bento, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de cavallaria com a designação de 3ª, composta dos regimentos sob ns. 5 e 6, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1897, 9ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2772 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1897

Crêa uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Brusque, no Estado de Santa Catharina

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Brusque, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de cavallaria com a designação de 4ª, composta dos regimentos ns. 7 e 8, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2773 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1897

Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo do sal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 2º, n. IV, da lei n. 489, de 15 do corrente mez, resolve que, para a cobrança do imposto de consumo do sal, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para a cobrança do imposto de consumo do sal, a que se refere o decreto n. 2773 desta data

CAPITULO I

DO IMPOSTO DE CONSUMO DO SAL

Art. 1.º O imposto de consumo do sal recae sobre o sal comum, tanto da produção nacional como de procedencia estrangeira, sujeito a direitos de importação, e será cobrado, qualquer

que seja a fôrma em que o genero se apresente, em grosso, purificado ou refinado, a granel ou em envoltorios de qualquer qualidade, na razão de 30 réis por kilogramma, de todas as quantidades que entrarem para o consumo.

Art. 2.º Entende-se por sal commum ou de cozinha, não só o que provém de jazidas ou formações naturaes, como tambem o fabricado em salinas por qualquer processo de evaporação.

CAPITULO II

DO REGISTRO

Art. 3.º Todos os exploradores de salinas ou jazidas nacionaes de sal poderão registrar annualmente, até 31 de janeiro, o estabelecimento industrial que explorarem ou pretenderem explorar.

Art. 4.º Pelo registro pagarão os fabricantes como emolumento a importancia de 100\$000.

Art. 5.º O registro tem por fim dar ao Thesouro e ás repartições fiscaes o conhecimento exacto do local onde funcçãoa a salina ou jazida, o nome do industrial que a explora, e o capital empregado na exploração.

Art. 6.º As fabricas que suspenderem a exploração, temporaria ou definitivamente, darão conhecimento do facto, por intermedio do respectivo fiscal, á repartição competente, para que esta providencie como convenha á fiscalisação, e não poderão recommear os trabalhos sem que igualmente o communique a mesma estação.

CAPITULO III

DA ARRECADAÇÃO

Art. 7.º A arrecadação do imposto do sal entrado por via maritima ou fluvial nos portos da Republica será feita pelas Alfandegas e Mesas de Rendas, na occasião da descarga, cumulativamente com a dos direitos de importação, quando a estes estiver tambem sujeita a mercadoria.

Art. 8.º O pagamento do imposto será feito por meio de guias pelo dono ou consignatario do genero que o propuzer a despacho, sendo neste averbada a importancia correspondente ao imposto, a qual será escripturada em livro especial.

Art. 9.º Os despachos de sal serão organisados de conformidade com as disposições vigentes para o processo ordinario estabelecido na Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, procedendo-se á conferencia do genero com todo o escrupulo, para evitar abusos.

Art. 10. Nos casos de avaria por successos de mar ou de viagem, serão observadas as disposições da Secção 3ª do Capitulo III do Titulo VIII da mesma consolidação.

Art. 11. Quando os navios que conduzirem sal tiverem do seguir para outro porto nacional com o mesmo carregamento com que houverem entrado, as repartições fiscaes, depois de preenchidas as formalidades da Consolidação, exigidas para esse fim, remetterão com a respectiva carta de guia ou despacho de reexportação ou de transito, todos os documentos relativos á mesma carga, que forem necessarios para a arrecadação do imposto no porto do destino.

Art. 12. Si no porto a que se destinar o genero não houver repartição habilitada para o despacho, a cobrança do imposto será feita no de partida, e pago pelo dono ou expedidor do sal, de conformidade com as declarações dos manifestos, guias, despachos, facturas e conhecimentos que o chefe da repartição exigir.

Art. 13. Nenhuma quantidade de sal poderá sahir da fabrica para consumo da localidade ou para o interior sem o pagamento do imposto devido.

Esse pagamento será feito pelo fabricante na repartição competente por meio de guia, em duplicata, por elle assignada e com o visto do respectivo fiscal.

Uma das guias ficará archivada na repartição, e a outra acompanhará o producto, para provar o pagamento do imposto correspondente.

§ 1.º Aos fabricantes exploradores de salinas que prestarem caução ou fiança, nos termos da legislação de Fazenda, se poderá permittirrealizarem o pagamento do imposto correspondente a taes guias, 60 dias depois de terminado o mez em que forem ellas extrahidas, si o imposto a pagar não for menor de 1:000\$, nem exceder de 10:000\$ durante o mez. Só obterão esta concessão os fabricantes que provarem ter satisfeito o disposto no cap. 2º, arts. 3º a 6º.

§ 2.º Si vencido o prazo para qualquer pagamento não for este effectuado, a repartição fiscal não admittirá mais o fabricante ou explorador de salinas que incorrer nessa falta, a gosar do mesmo favor.

Art. 14. O sal destinado a ser embarcado só sahirá da fabrica mediante licença da repartição fiscal competente, passada na propria guia de sahida do genero da respectiva fabrica, e á vista do despacho para embarque. A mercadoria será acompanhada com as devidas cautelas fiscaes até a bordo da embarcação que a tiver de conduzir.

Art. 15. Quando o despacho for para porto nacional, á 2ª via da nota acompanhará tambem cópia da referida guia, cópia que será devolvida á repartição fiscal, em cuja jurisdicção estiver a fabrica, pela que houver arrecadado o imposto, feitas as anotações da importancia que tiver sido paga.

Art. 16. Nas diferenças que forem encontradas na conferencia dos despachos e manifestos observar-se-hão as disposições do art. 501 da Consolidação das Leis das Alfandegas, alterada, porém, para 3 % a percentagem de 10 % de que ahi se trata.

CAPITULO IV

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 17. A fiscalização do imposto nos portos maritimos e fluviaes onde existirem Alfandegas será exercida por estas repartições ; e na sua falta pelas Mesas de Rendas. Nos logares onde não houver taes repartições a fiscalização será exercida por pessoa idonea, proposta pelo chefe da estação fiscal competente, e sujeita à approvação do Ministro da Fazenda.

Art. 18. Além da fiscalização exercida pelos chefes das repartições mencionadas no artigo antecedente, haverá para o mesmo fim fiscaes especiaes, nomeados pelo Ministro da Fazenda na Capital Federal e pelos inspectores das Alfandegas, administradores das Mesas de Rendas e delegados fiscaes nos Estados.

Art. 19. Quando a zona de fiscalização for nas sédes das repartições mencionadas no artigo precedente, os fiscaes serão empregados dessas repartições que, sem prejuizo do serviço proprio, desempenharão as funcções que lhes incumbe exercer por este regulamento.

Art. 20. Nas salinas e jazidas em exploração haverá fiscaes especiaes, encarregados de acompanhar attentamente os trabalhos da producção, e fazer cumprir as disposições regulamentares para boa arrecadação do imposto.

Art. 21. O sal diariamente produzido nos estabelecimentos de fabricação será depositado em logares seguros que estarão providos de balanças, fornecidas pelos exploradores, e de que poderão usar os fiscaes.

Art. 22. Para assegurar a effectividade da fiscalização, o sal não poderá sahir da jazida ou salina antes do nascimento, nem depois do occaso do sol.

Art. 23. A fiscalização poderá ser exercida em qualquer dia e a qualquer hora, dentro ou fóra dos estabelecimentos de exploração, sem nenhuma opposição ou embaraço por parte dos respectivos donos, seus empregados ou operarios.

Art. 24. Os fiscaes das salinas e jazidas residirão na maior proximidade destas, e velarão por que não seja distrahida e ntre para o consumo, sem pagamento do imposto, porção alguma do genero produzido, devendo assistir diariamente à abertura e encerramento dos depositos e armazens, onde o mesmo esteja guardado, e fiscalizar a escripta especial.

Art. 25. Cada fabrica de sal terá um livro, do qual conste a entrada e sahida do genero produzido, o imposto que houver

sido pago, as quantidades expeditas para embarque, com a numeração das guias que para isso tiverem servido. Esse livro será sellado e rubricado na repartição fiscal competente.

Art. 26. Os chefes das repartições fiscaes todas as vezes que julgarem necessario, ou por falta de fiscal ou para inspecção o serviço de fiscalização, poderão ir pessoalmente ou designar um empregado de sua repartição para examinar a escripturação especial e o trabalho das fabricas de sal, abonando a quem fizer este serviço uma gratificação para despesa de transporte não excedente ao vencimento mensal do fiscal.

Esse facto será sem demora communicado á autoridade superior, que propora a demissão do fiscal si reconhecer neste culpabilidade.

Art. 27. A gratificação mensal dos fiscaes especiaes será de 200\$ quando em effectivo exercicio. Nos impedimentos por molestia vencerão sómente metade dessa quantia, cabendo a outra metade a quem os substituir.

Art. 28. Serão igualmente abonados aos fiscaes até 5% do producto liquido do imposto effectivamente cobrado sobre o sal vendido pelo estabelecimento confiado á sua fiscalização, limitada esta percentagem ao maximo de 300\$ mensaes, e 50% das multas impostas por diligencia sua, e arrecadadas.

Art. 29. Aos fiscaes que forem empregados de Fazenda serão abonados como retribuição a quota parte até 5 % do producto liquido da renda arrecadada na séde de sua fiscalização, e 50% das multas impostas em virtude de sua fiscalização e effectivamente arrecadadas.

Art. 30. Os fiscaes apresentarão mensalmente á Repartição, a que forem subordinados, um relatório sucinto dos factos e duvidas que occorrerem na cobrança do imposto e execução do presente regulamento, acompanhado-o de um mappa das quantidades fabricadas durante o mez, das que forem exportadas e das que entrarem para consumo, e bem assim da renda que produziram.

Art. 31. Estes relatorios e mappas serão remettidos, com informação dos chefes das repartições, á Directoria das Rendas Publicas, que trimesalmente fará publicar um resumo de tais documentos.

Art. 32. Nos casos de duvida a exactidão da escripta especial podera ser corroborada pelo exame da escripta geral.

Art. 33. As pessoas que descatem ou injuriarem, por qualquer modo, aos funcionarios encarregados da fiscalização do imposto de consumo do sal no exercicio de suas funcções, ou impedirem, de qualquer forma, a effectividade do serviço fiscal, serão punidas na conformidade do disposto no Código Criminal, podendo o funcionario offendido prender o offensor, e solicitar para esse fim o auxilio das autoridades policiaes.

Além das providencias que a autoridade policial tomar sobre o facto, o empregado offendido lavrará um auto, acompanhado do rol das testemunhas, o qual será pelo chefe da repartição remettido ao promotor publico.

CAPITULO V

DAS MULTAS

Art. 34. Ficam sujeitos à multa de 1:000\$ a 5:000\$, e ao dobro na reincidência:

A) Os fabricantes exploradores de salinas ou jazidas que se oppuzerem ao exame da escripturação especial, ou que não tiverem essa escripturação ;

B) Os fabricantes exploradores de salinas ou jazidas, que retirarem de seus estabelecimentos producto para o interior e consumo antes de pago o imposto respectivo, ou o embarcarem por via fluvial ou maritima, sem as formalidades prescriptas.

Art. 35. Ficam sujeitos à multa de 300\$ a 600\$, e ao dobro na reincidência, os fabricantes exploradores de salinas ou jazidas que tiverem atrasada a escripta especial.

Art. 36. As multas serão impostas pelos chefes das repartições fiscaes competentes, mediante processo administrativo, que terá por base o auto de infração.

§ 1.º Este auto será lavrado:

1.º Pelos fiscaes ;

2.º Por qualquer pessoa.

§ 2.º Quando o auto for lavrado por pessoa que não seja empregado de Fazenda, deverá ser assignado, não só pela pessoa que o lavrar e pelo infractor, como por duas ou mais testemunhas.

§ 3.º Recusando-se o infractor a assignal-o, será isso declarado no auto.

CAPITULO VI

DOS RECURSOS

Art. 37. Das multas impostas haverá recurso na Capital Federal para o Ministro da Fazenda, e nos Estados para as Delegações fiscaes, e destas para o Ministro da Fazenda.

Art. 38. Os recursos serão interpostos no prazo de 30 dias, contados da publicação do despacho, e não poderão ser acceitos sem prévio deposito da importancia da multa.

Art. 39. O recurso perempto não será encaminhado á instancia superior, e si o for, não será tomado em consideração.

Art. 40. A importancia das multas, que não forem pagas amigavelmente, será cobrada por meio executivo.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 41. Ficam sujeitos ao regimen do imposto e ao pagamento da respectiva taxa todos os carregamentos de sal, que não estiverem despachados, existentes na data da execução do presente regulamento a bordo dos navios surtos nos portos, onde houver Alfandegas ou Mesas de rendas, qualquer que seja a origem e procedencia do genero.

Art. 42. Os fiscaes nomeados para as localidades que tenham salinas ou jazidas em exploração, deverão apresentar-se nesses estabelecimentos e proceder ao arrolamento de todo o sal nelles existente, lavrando disso um termo em duplicata, que será assignado pelo mesmo fiscal e pelo proprietario, gerente ou administrador da fabrica.

Dessa data em diante nenhum sal poderá sahír dos armazens ou depositos, sinão de conformidade com as disposições do presente regulamento.

Paraphrapho unico. Uma das vias do termo acima mencionado será remettida á repartição fiscal competente, e a outra ficará na fabrica para o inicio da escripturação especial.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1897.—*Bernardino de Campos.*



DECRETO N. 2774 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1897

Dá regulamento para a cobrança do imposto do consumo dos phosphoros.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 2º, n. IV, da lei n. 489, de 15 do corrente mez, resolve que, para a cobrança do imposto de consumo dos phosphoros, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para a cobrança do imposto de consumo dos phosphoros, a que se refere o decreto n. 2774, desta data

CAPITULO I

DO IMPOSTO DE CONSUMO DOS PHOSPHOROS

Art. 1.º O imposto de consumo dos phosphoros será cobrado por meio de estampilhas, e pelas taxas estabelecidas no art. 4º do presente regulamento.

Art. 2.º O imposto recahe sobre phosphoros de madeira, de cêra, ou de qualquer outra qualidade, ou productos semelhantes que os substituam, destinados ao mesmo uso e identico fim, tanto de fabricação nacional como de procedencia estrangeira, que já tenham pago, ou estejam sujeitos a direitos de importação.

Art. 3.º O imposto é exigivel na sahida do producto das fabricas para entrar em consumo, quando tratar-se do de fabricação nacional, e ao ser retirado dos depositos da Alfandega ou armazens alfandegados, quando recahir sobre producto importado do estrangeiro.

Art. 4.º O imposto será pago pelas seguintes taxas :

Por caixa de phosphoros de madeira de qualquer procedencia, contendo cada uma até 60 phosphoros	20 réis
De cada 60 phosphoros, ou fracção desta unidade, contidos a mais na mesma caixa	20 réis
Por caixa de phosphoros de qualquer outra qualidade, contendo cada uma até 60 phosphoros	30 réis
De cada 60 phosphoros, ou fracção desta unidade, contidos a mais na mesma caixa	30 réis

CAPITULO II

DO REGISTRO

Art. 5.º Todos os fabricantes de phosphoros, qualquer que seja a qualidade destes, estabelecidos em territorio nacional, poderão registrar annualmente até 31 de janeiro a fabrica ou fabricas que lhes pertencerem.

Art. 6.º Para o registro apresentarão os fabricantes á repartição fiscal competente uma nota em duplicata, na qual se declare o nome e domicilio dos proprietarios da fabrica, o capital empregado na industria, o local onde está ella situada, a qualidade do producto fabricado, as marcas especiaes que tem,

e bem assim o nome da pessoa autorizada para assignar os documentos relativos ao regimen do imposto.

Art. 7.º Pelo registro cobrar-se-ha como emolumento, de cada fabrica de phosphoros, ou estabelecimento industrial de fabricação de producto semelhante, a quantia de 100\$000.

Art. 8.º O registro terá por fim dar ao Thesouro, e ás repartições arrecadadoras do imposto, exacto conhecimento do local e do capital das fabricas, que se applicarem á redução dos phosphoros.

Art. 9.º Os registros são intransferiveis.

Art. 10. As fabricas que se fecharem ou suspenderem a produção, temporaria ou definitivamente, darão conhecimento do facto, por intermedio do respectivo fiscal, á repartição competente, para que esta providencie como convem á fiscalização, e não poderão recommear os trabalhos, nem ser de novo abertas, sem que tambem communicuem á mesma estação fiscal a continuação das suas operações.

CAPITULO III

DA ARRECADAÇÃO

Art. 11. As estampilhas para pagamento do imposto de consumo dos phosphoros serão especiaes, e vendidas pela Recebedoria e Alfandega na Capital Federal, pelas Alfandegas, Delegacias, Mesas de rendas e Agencias fiscaes nos Estados.

Art. 12. Essas estampilhas serão todas do mesmo modelo, mas de duas côres para cada valor, sendo uma para os phosphoros de produção nacional e outra para os de procedencia estrangeira.

Art. 13. O deposito central das estampilhas na Capital Federal será na Casa da Moeda, ou na repartição que o Ministro da Fazenda determinar.

Art. 14. Da Casa da Moeda, ou da Repartição que tiver a seu cargo esse serviço, serão as estampilhas remettidas na Capital Federal á Recebedoria e Alfandega, de conformidade com as requisições dos respectivos chefes.

Paragrapho unico. A remessa ás estações arrecadadoras dos Estados mencionadas no art. 11 será feita mediante ordem da Directoria das Rendas Publicas, á vista de requisição dos chefes dessas repartições.

Art. 15. A Casa da Moeda, ou a repartição encarregada do serviço de fabricação das estampilhas, terá um registro especial, do qual constará a data em que começou a distribuição das estampilhas e os valores e typos destas.

Art. 16. Sómente ás pessoas habilitadas na fôrma do art. 5º sera permittido o fornecimento de estampilhas de phosphoros de fabricação nacional nas estações competentes.

Art. 17. A venda de estampilhas, destinadas aos phosphoros de procedencia estrangeira, será feita nas Alfandegas a todos os importadores, que as reclamarem para pagamento do imposto de consumo do genero, contido em volumes que estejam em despacho, e serão realizadas na occasião do pagamento dos direitos de importação, devidos pelos mesmos volumes, e na exacta proporção das quantidades do genero despachado.

Art. 18. A venda das estampilhas aos fabricantes será effectuada mediante pedido apresentado á repartição competente, devidamente rubricado pelo fiscal, no qual se especifiquem as quantidades de cada valor necessarias para o consumo nunca excedente de um mez.

Art. 19. Aos fabricantes de phosphoros nacionaes, em cujos estabelecimentos a fabricação e venda do producto demandar para pagamento do imposto de consumo estampilhas no valor pelo menos de 5:000\$ mensaes, se farão adeantamentos das estampilhas que lhes forem precisas.

Art. 20. A importancia das estampilhas adeantadas em cada mez ao fabricante será paga, na repartição que as fornecer, sessenta dias depois de terminado o mez em que tiver sido feito o adeantamento.

Art. 21. Os adeantamentos de que trata o art. 19 não poderão realizar-se sem que os fabricantes, que os solicitarem, prestem caução ou fiança, nos termos da legislação de Fazenda, pela importancia das estampilhas que receberem, e provem ter satisfeito o disposto no cap. 2º, arts. 5 a 8.

Art. 22. Não se farão adeantamentos de valor inferior a 5:000\$ mensaes. Os pedidos apresentados para supprimento de estampilhas em taes condições serão arrecadados em dinheiro.

Art. 23. Na falta de pagamento de adeantamento vencido, a repartição denegará ao fabricante a entrega de mais estampilhas a prazo.

Art. 24. Prestando fiança idonea, aos negociantes importadores de phosphoros poderão ser vendidas as estampilhas de que carecerem para enviarem a seus correspondentes no exterior, afim de que a collocação das estampilhas nas caixas se faça nas fabricas, devendo elles dar conta, dentro de seis mezes, do uso que dellas houverem feito.

Essa fiança não exclue o pagamento á vista da importancia correspondente ás estampilhas fornecidas.

Art. 25. As estampilhas serão colladas pelos fabricantes antes da sahida da mercadoria das fabricas, para entrarem no commercio e em consumo, e pelos importadores antes da sahida dos armazens da Alfandega, ou depositos alfandegados.

§ 1.º A cada caixa pelo lado externo do envoltorio será applicada a estampilha, collada de fôrma que parte fique presa á tampa ou capa, e parte á gaveta ou compartimento onde se acharem os phosphoros, de maneira que o envoltorio se não possa abrir sem romper a mesma estampilha.

§ 2.º Quando os phosphoros estiverem acondicionados em caixas ou em maços, a estampilha deve ser collada nos fechos.

Art. 26. Sempre que haja necessidade de applicar-se mais de uma estampilha, não devem ser ellas sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que se houver collocado por ultimo.

Art. 27. As estampilhas consideram-se inutilizadas, e sem effeito legal, quando fragmentadas, ou em valor inferior ao devido, ou colladas de modo a poderem ser transferidas e novamente usadas.

Art. 28. Nenhum volume, sob pretexto algum, poderá sahír dos depositos da Alfandega para o consumo, sem satisfazer o imposto devido, e sem estar applicada pela fôrma indicada no art. 25, a cada caixa, a estampilha que lhe for correspondente.

CAPITULO IV

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 29. Para o serviço de fiscalização serão designados pelo Ministro da Fazenda os fiscaes do imposto do fumo na Capital Federal e em Nitheroy, todos sujeitos à Recebedoria.

Sendo necessario, poderá nomear fiscaes especiaes.

Art. 30. Nos outros Estados a fiscalização será feita pelas Alfandegas ou Mesas de rendas e pelas Delegacias, conforme a situação das fabricas, por empregados designados pelos respectivos chefes.

Em caso de necessidade poderão nomear pessoas idoneas, ficando a nomeação dependente de approvação do Ministro.

Art. 31. Os fiscaes residirão na maior proximidade das fabricas, e nellas diariamente comparecerão, para examinares a escripturação dos livros de que trata o art. 32, fazerem corrigir as irregularidades que encontrarem, e darem conta à autoridade superior das occurrencias, que julgarem prejudiciaes aos interesses do fisco, e das infracções passíveis de pena.

Art. 32. Todas as fabricas deverão ter, além dos livros exigidos pelo Codigo Commercial, os seguintes:

1) De entrada de todas e de cada uma das materias primas empregadas na fabricação.

2) Da producção e sahida das quantidades fabricadas, e do registro de entrada e sahida de estampilhas, no qual se escripturará diariamente o numero das empregadas na producção quotidiana.

Art. 33. Estes livros serão sellados e rubricados nas respectivas repartições fiscaes, e estarão à disposição dos fiscaes e dos empregados designados na fôrma do art. 34, podendo ser corroborada a exactidão da respectiva escripta pelo exame da escripta geral.

Art. 34. Os chefes das repartições fiscaes poderão, quando julgarem necessario, nomear um empregado das suas repartições,

para inspecção o serviço de fiscalização, e proceder a minucioso exame na escripturação, depositos e armazens das fabricas, abonando-se a esse funcionario uma gratificação para despesas de transporte, quando o serviço seja fóra da séde da repartição, não excedente ao vencimento mensal dos fiscaes.

Logo que assim procederem os chefes communicarão o facto á autoridade superior, justificando-o, ficando entendido que si dessa inspecção resultar culpabilidade para o fiscal será proposta ou concedida sua exoneração.

Art. 35. As gratificações dos fiscaes especiaes serão :

Na Capital Federal e Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Bahia, Pernambuco, Pará, Amazonas e Rio Grande do Sul 250\$ mensaes, nos outros Estados 200\$000.

§ 1.º Nos impedimentos por molestia vencerão sómente metade dessa gratificação, competindo a outra metade aos seus substitutos.

§ 2.º Aos fiscaes que forem empregados de Fazenda serão abonadas, como retribuição do serviço, a porcentagem do imposto arrecadado e das multas impostas na forma do art. 36.

Art. 36. Serão igualmente abonados aos fiscaes especiaes :

a) até 5 % do producto liquido da renda arrecadada nas zonas por elles fiscalizadas, limitada essa porcentagem ao valor máximo de 300\$000;

b) 50 % das multas impostas em virtude de diligencia sua e effectivamente arrecadadas.

Art. 37. Os fiscaes são obrigados a apresentar mensalmente á repartição fiscal, a que forem subordinados, um relatório succinto dos factos o duvidas que occorrerem na execução do presente regulamento, acompanhando-os de um mappa demonstrativo das quantidades fabricadas durante o mez, e das que entrarem para o consumo, e bem assim da renda que produziram.

Esses relatorios serão remettidos, com informação dos chefes das repartições, á Directoria das Rendas Publicas.

Art. 38. Nas estações fiscaes a escripturação será feita nos livros seguintes :

a) de inscripção ou registro;

b) de supprimentos o venda de estampilhas.

Art. 39. Não serão nas Alfandegas admittidos a despacho phosphoros, de qualquer qualidade ou procedencia, que não estejam acondicionados em caixas, maços ou carteiras, de modo a facilitar e assegurar a arrecadação do imposto.

Aos phosphoros de produção nacional, que não satisfaçam a essas condições, não será permittida a sahida das fabricas, nem serem postos á venda.

Art. 40. Todo fabricante de phosphoros nacionaes é obrigado a empregar nas caixas e pacotes rotulos com a declaração do titulo da fabrica, marca registrada si a tiver, e o nome do lugar onde estiver situado o estabelecimento.

Art. 41. Não é permittido ás fabricas nacionaes o uso de rotulos escriptos no todo ou em parte em lingua estrangeira, nem tambem a importação de phosphoros fabricados no exterior, que trouxerem rotulos no todo ou em parte em lingua portugueza, salvo quando importados de Portugal. Exceptuam-se os que se acharem nas condições do art. 9º do decreto n. 2742, de 17 de dezembro de 1897.

Art. 42. Os rotulos presentemente em uso nas fabricas nacionaes, que não satisfaçam as condições do art. 40, serão tolerados pelo prazo de oito mezes, prorogaveis a juizo do Ministro da Fazenda.

Art. 43. As pessoas que desacatarem, ou injuriarem por qualquer modo, os funcionarios encarregados da fiscalização do imposto do consumo dos phosphoros no exercicio de suas funcções, serão punidas de conformidade com o disposto no Código Criminal, podendo o funcionario offendido prender o offensor na forma da l-i, e solicitar para esse fim o auxilio das autoridades policiaes.

Além das providencias que a autoridade policial tomar sobre o facto, o empregado offendido lavrará um auto, acompanhado do rol das testemunhas, o qual será pelo chefe da repartição fiscal enviado ao promotor publico.

CAPITULO V

DAS MULTAS

Art. 44. Ficam sujeitos á multa de 1:000\$ a 5:000\$ e ao dobro na reincidencia :

a) Os fabricantes que se oppuzerem ao exame da escripturação especial ou que não tiverem essa escripturação ;

b) Os fabricantes de cujos estabelecimentos sahirem productos sem estarem devidamente estampilhados ;

c) Os negociantes que, dentro de seus estabelecimentos commerciaes, tiverem phosphoros em caixas, sem estampilhas, ou com estampilhas de valor insufficiente, ou com estampilhas que apresentem indicios de já terem servido ;

d) Os que usarem ou fabricarem estampilhas falsas, os quaes, além disto, ficarão sujeitos ás penas do Código Criminal.

Art. 45. Ficam sujeitos á multa de 100\$ a 2:000\$ e ao dobro na reincidencia :

a) Os fabricantes que tiverem atrasada a escripturação especial da produção e sahida de phosphoros, e movimento de estampilhas, ou que fabricarem caixas e maços com rotulos fóra das condições do art. 40 ;

b) Os negociantes que expuzerem á venda producto sem observancia dos requisitos exigidos no art. 40.

Art. 46. Ficam sujeitos à multa de 100\$ a 300\$ e ao dobro na reincidência os fabricantes que collarem estampilhas em desacordo com o disposto no art. 25, e os commerciantes que expuzerem à venda mercadoria sellada de modo que possam as estampilhas ser de novo aproveitadas.

Art. 47. As multas serão impostas pelos chefes das estações encarregadas da venda das estampilhas e fiscalização do imposto mediante processo administrativo, que terá por base o auto de infracção.

§ 1.º Este auto será lavrado:

- a) pelos fiscaes ;
- b) por qualquer pessoa.

§ 2.º Quando o auto for lavrado por pessoa que não seja fiscal ou empregado de Fazenda, será assignado pela pessoa que o lavrar, pelo infractor e por duas ou mais testemunhas, e no caso contrario, pelo fiscal ou empregado de Fazenda, e pelo infractor.

§ 3.º Recusando-se o infractor a assignal-o, será isto declarado no auto.

Art. 48. A importancia das multas que não forem pagas amigavelmente será cobrada por meio executivo.

Art. 49. As multas impostas pelo presente regulamento serão applicadas no maximo ás fabricas que não tiverem o competente registro.

CAPITULO VI

DOS RECURSOS

Art. 50. Das decisões das repartições arrecadoras haverá recurso :

1.º Na Capital Federal e Nitheroy para o Ministro da Fazenda ;

2.º Nos outros Estados para a Delegacia fiscal, e desta para o Ministro da Fazenda.

Art. 51. Os recursos serão interpostos no prazo de 30 dias, contados da publicação dos despachos.

Art. 52. Quando o recurso versar sobre multa não será recebido sem prévio deposito da importancia, ou prestação de fiança idonea.

Art. 53. Recurso perempto não será encaminhado à instancia superior, e si o for, não será tomado em consideração.

Art. 54. Os recursos serão remettidos a instancia superior com o respectivo processo, e devidamente informados pela repartição que houver proferido a decisão recorrida.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 55. Desde que esteja nomeado, cada fiscal se apresentará na fabrica sob sua fiscalização, e procederá ao arrolamento de todos os volumes contendo productos fabricados e promptos, com especificação das quantidades, qualidades e especie do genero sujeito ao imposto, lavrando de tudo um termo em duplicata, que será assignado pelo mesmo fiscal, e pelo gerente, administrador ou proprietario da fabrica.

Uma das vias do termo será remettida á estação fiscal competente, e a outra ficará na fabrica para servir de base á escripturação especial.

Art. 56. Na mesma data começará nas fabricas, no livro respectivo, a escripturação da existencia das materias primas e da producção e consumo, segundo o art. 32.

Art. 57. Dessa data em diante nenhum volume com phosphoros de fabricação nacional poderá sair das fabricas, e nem com genero de procedencia estrangeira ser retirado da Alfandega, trapiches ou armazens alfandegados, embora já tenha pago os direitos de importação, sem que previamente satisfaça o pagamento do imposto de consumo devido.

Art. 58. Enquanto não for annunciada pelas repartições fiscaes a venda das estampilhas para arrecadação do imposto de consumo de phosphoros, este será cobrado por meio de guias, feitas pelo fabricante ou importador.

Art. 59. As guias do imposto de phosphoros de fabricação nacional serão apresentadas á estação fiscal, sob cuja jurisdicção se achar a fabrica, procedendo-se de conformidade com o disposto nos arts. 19 a 23 em relação ao respectivo pagamento.

Art. 60. As guias relativas aos phosphoros de procedencia estrangeira serão pagas nas Alfandegas, em moeda corrente, e averbadas nos despachos de importação correspondentes, abrindo-se nos livros de receita escripturação especial para a arrecadação do imposto.

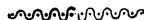
Art. 61. Logo que for annunciada a venda de estampilhas, para cobrança do imposto, as repartições arrecadoras, nos editaes e declarações que para isso expedirem, marcarão o prazo de 60 dias, fóra do qual não poderá mais circular no commercio, nem ser exposto á venda, genero de qualquer origem que não esteja competentemente estampilhado.

Art. 62. Os negociantes em grosso ou retalhistas, que no fim desse prazo ainda tiverem em seus estabelecimentos phosphoros não estampilhados, deverão, para que possam expol-os á venda, requerer o supprimento das estampilhas necessarias, as quaes lhes serão vendidas, por excepção do art. 16, e precedendo em todo o caso informação do fiscal respectivo, pelas repartições fiscaes competentes.

Art. 63. Não é permittida a sahida de phosphoros das fabricas, nem dos armazens alfandegados, antes do nascimento nem depois do occaso do sol.

Art. 64. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1897. — *Bernardino de Campos*.



DECRETO N. 2775 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1897

Dá regulamento para a cobrança do imposto sobre vencimentos e subsidios

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista o disposto no art. 1º, n. 31, da lei n. 489, de 15 do corrente mez, resolve que, para a cobrança do imposto sobre vencimentos e subsidios, se observe o regulamento annexo ao presente decreto.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para a cobrança do imposto sobre vencimentos e subsidios a que se refere o decreto n. 2775 desta data

Art. 1.º São sujeitos ao pagamento do imposto :

1.º Os vencimentos do Presidente e Vice-Presidente da Republica (lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, art. 1º) ;

2.º O subsidio dos senadores e deputados (Dec. n. 7544 de 22 de novembro de 1879, art. 1º § 1º e lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891, art. 1º) ;

3.º As vantagens que dos cofres publicos federaes, salvo as isenções do art. 2º, percebe o pessoal activo e inactivo (Dec. n. 7544, art. 1º § 2º) ;

4.º As pensões, meios-soldos, montepios e tenças (Dec. n. 7544, art. 1º § 3º) ;

5.º Os emolumentos, custas e qualquer outro rendimento pago pelas partes e inherente aos logares de magistratura, às serventias de cartorios e aos officios de justiça de qualquer instancia (Dec. n. 7544, art. 1º § 4º e Ord. n. 96 de 20 de junho de 1890).

Art. 2.º Estão isentos da contribuição :

1.º Os vencimentos dos empregados abonados pelos cofres estaduais e municipaes (Const. art. 10 e Ord. n. 100 de 11 de maio de 1892) ;

2.º Os emolumentos, custas e qualquer outro rendimento pago pelas partes e inherente ás serventias de cartorios e officios de justiça que passarão a ser estadoaes em virtude da reforma judiciaria (Ord. n. 39 de 12 de março de 1894) ;

3.º Os vencimentos militares de mar e terra em campanha, os jornaes ou diarias que se abonam aos serventes, operarios e outros que não entram na categoria de empregados publicos (Dec. n. 7544, art. 3º § 2º, Av. n. 695 de 20 de dezembro de 1879, Ord. n. 83 de 11 de junho de 1890 add. e Av. n. 61 de 28 de abril de 1894) ;

4.º As multas que couberem aos empregados nos termos dos regulamentos em vigor (Dec. n. 7544, art. 3º § 3º) ;

5.º As gratificações pagaveis por uma só vez em remuneração de serviços extraordinarios (Dec. n. 7544, art. 3º § 4º) ;

6.º As sommas que são entregues aos funcionarios para o pagamento de ajudas de custo, aluguel de casa e expediente de repartição, não devendo, porém, ser consideradas ajudas de custo as diarias abonadas aos engenheiros e mais empregados que se acharem em serviço de campo (Dec. n. 7544, art. 3º § 5º e Av. n. 40 de 4 de abril de 1881 add.)

Art. 3.º Accumulando o funcionario vencimentos variaveis aos fixos, dever-se-ha, para a cobrança do imposto, reunir a quantia em que estiverem ou forem administrativamente lotados os primeiros á somma dos segundos (Dec. n. 7544, art. 5º).

Art. 4.º O imposto incidirá sobre os vencimentos até 1:200\$ na razão de 2 % ;

Do excesso de 1:200\$ até 5:000\$ na razão de 4 % ;

Do excesso de 5:000\$ até 10:000\$ na razão de 7 % ;

Do excesso de 10:000\$ na razão de 10 %.

Paragrapho unico. O Presidente e Vice-Presidente da Republica, os membros do Congresso Nacional e os Ministros de Estado pagarão 10% sobre os respectivos vencimentos e subsidios.

Art. 5.º A quota do imposto é devida, quanto aos vencimentos, da importância que effectivamente se abonar, attendidos os descontos legais por motivo de molestia, licença, montepio do Exército, da Armada e montepio civil obrigatorio (Dec. n. 7544, art. 6º, Circ. n. 594 de 4 de dezembro, Av. n. 599 de 7 de dezembro de 1880 e Av. n. 26 de 14 de março de 1887).

Paragrapho unico. O pagamento, porém, do sello a que se acham obrigados os funcionarios no primeiro anno de exercicio, a indemnisação de qualquer adeantamento que lhes haja sido feito não prejudicam a cobrança do imposto (Dec. n. 7544, art. 6º).

Art. 6.º Si as vantagens de que gozar o funcionario forem pagas pelos cofres publicos, a arrecadação do imposto realizar-se-ha por desconto demonstrado na folha ou nos recibos ; si taes

vantagens, porém, provierem de emolumentos e custas cobradas das partes, far-se-ha a collecta mediante lançamento organizado annualmente de accordo com a lotação feita nos termos das disposições em vigor (Dec. n. 7544, arts. 8.º e 9.º e Ord. n. 160 de 11 de março de 1880).

§ 1.º Da folha ou do recibo, que servir para o pagamento, constará a importancia dos vencimentos, a do imposto e o liquido que deve ser entregue ao empregado (Dec. n. 7544, art. 10).

§ 2.º Do lançamento constará a importancia da lotação e a quota do imposto.

§ 3.º A cobrança, no primeiro caso, ficará a cargo da repartição que abonar os vencimentos, e no segundo, da estação incumbida da collecta das rendas internas.

Art. 7.º Para facilidade dos pagamentos effectuados por meio de folhas e recibos, cobrar-se-ha nos primeiros 11 mezes a duodecima parte relativa aos vencimentos integraes, procedendo-se no decimo segundo mez á liquidação do imposto devido nos termos do art. 5.º e levando-se em conta a differença que, porventura, se der. Proceder-se-ha tambem á liquidação em qualquer tempo nos casos de promoção, remoção, aposentadoria ou exoneração.

Na hypothese dos vencimentos constarem de ordenado e quotas, tomar-se-ha para o calculo o duodecimo da importancia em que estiver lotado o emprego.

Art. 8.º Os membros do Corpo Diplomatico e Consular sacarão pela importancia de seus vencimentos, liquido do imposto, fazendo nos avisos e recibos que acompanharem as letras a declaração exigida pelo § 1.º do art. 6.º (Dec. n. 7544, art. 12) e procedendo quanto aos descontos nos termos do art. 8.º.

Art. 9.º A parte do imposto que for lançada, de conformidade com o art. 6.º, ou provier de porcentagens pela arrecação de rendas, podera ser recebida por mezes vencidos, ou por trimestres, semestres ou annos adelantados, como for preferido pelo contribuinte (Dec. n. 7544, art. 11).

Art. 10. Quando os vencimentos forem abonados, parte por uma repartição, parte por outra, em virtude de consignações estabelecidas por empregados, a contribuição sera deduzida na estação por onde forem pagos os mesmos empregados (Dec. n. 7544, art. 12, Ord. n. 126 de 23 de julho de 1884 e Ord. n. 32 de 17 de junho de 1889); quando, porem, for consignado o vencimento integral, o desconto do imposto far-se-ha na repartição em que se abonar a consignação (Ord. n. 186 de 6 de abril de 1880 e Av. n. 487 de 6 de outubro de 1880).

Art. 11. A repartição que organizar os balanços, seja ou não subordinada ao Ministerio da Fazenda, dará no primeiro caso figurado no art. 6.º em despeza convenientemente discriminada a somma integral dos vencimentos e em receita a do imposto (Dec. n. 7544, art. 10).

Art. 12. O imposto principiará a ser cobravel de conformidade com este decreto a partir de 1 de janeiro proximo futuro, devendo os membros do Corpo Diplomatico e Consular que

tiverem sacado para o pagamento relativo ao primeiro quartel do exercício de 1898, sem attenderem ao augmento da contribuição, indemnisar a differença no primeiro saque.

Art. 13. Pela arrecadação desta renda não se dará porcentagem ás repartições que a effectuarem.

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1897. — *Bernardino de Campos.*



DECRETO N. 2776 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1897

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 72:000\$ para aquisição de duas lanchas para o serviço da Alfandega desta Capital.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 482, de 10 do mez corrente, art. 1º, segunda parte, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de setenta e dous contos de réis (72:000\$) para aquisição de duas lanchas comuns para o serviço da Alfandega desta Capital, ficando annullado o de 80:000\$ concedido pelo art. 7, n. 11, da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, com o fim de ser adquirida uma lancha surda destinada ao mesmo serviço.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2777 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1897

Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo do fumo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida ao Poder Executivo, no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, resolve que, na arrecadação do imposto de consumo do fumo, se observe o regulamento annexo ao presente decreto.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para a arrecadação do imposto de consumo do fumo, a que se refere o decreto n. 2777 desta data

CAPITULO I

DO IMPOSTO DE CONSUMO DO FUMO

Art. 1.º O imposto de consumo do fumo recae sobre o fumo nacional e sobre o estrangeiro, o primeiro arrecadado pela Recebedoria, na Capital Federal, pelas agencias fiscaes no Estado do Rio de Janeiro, com excepção dos municipios de Nitheroy e S. Gonçalo, cuja arrecadação compete tambem á Recebedoria, e pelas Alfandegas, Delegacias, Mesas de rendas e Agencias fiscaes, nos logares onde não existirem aquellas, nos demais Estados; o segundo, arrecadado exclusivamente pelas Alfandegas.

Art. 2.º Comprehende: o fumo em bruto e seus preparados, estes, quando o imposto incidir sobre o fumo nacional, um o outros quando a materia a tributar for estrangeira.

Art. 3.º Entender-se-ha:

1º, por fumo *em bruto* o fumo em folha, mólho ou pasta, corda ou rôlo;

2º, por fumo *preparado*, o picado, destiado, ou migado, ou o convertido em charutos, cigarros e rapê, qualquer que seja a sua denominação.

Art. 4.º As taxas do imposto serão as constantes da tabella annexa.

CAPITULO II

DO REGISTRO

Art. 5.º Registro é o arrolamento de todos os que negociam em fumo, para fins estatísticos, de modo que os poderes publicos possam avaliar o desenvolvimento e a riqueza desse ramo da actividade nacional.

Art. 6.º Todos os fabricantes, administradores de depositos e mercadores de fumo poderão registrar annualmente, até 31 de janeiro, cada casa que empregada tiverem nesse trafego.

Art. 7.º Pelo registro para o commercio de fumo pagarão de emolumentos, a saber:

1.º — Os fabricantes de preparados de fumo, donos ou administradores de estiques e mercadores por grosso ou em grande escala..... 100\$000

Poder Executivo 1197

2.º — Os mercadores exclusivamente de fumo e seus preparados, vulgarmente chamados — charuteiros:

Com fabrico	50\$000
Sem fabrico	30\$000

3.º — Os mercadores com diversos ramos de negocio, como sejam: botequins, bilhares, casas de pasto, de generos alimenticios e outros identicos, que vendam fumo e seus preparados como additivo ao seu commercio..... 20\$000

4.º — Os mercadores ambulantes e particulares que fabriquem por conta propria ou alheia..... 20\$000

Esta disposição não comprehende os plantadores de fumo.

Art. 8.º Para o registro de que trata o artigo antecedente, os impetrantes deverão apresentar á respectiva estação fiscal guias em duplicata por elles firmadas e organisadas de accordo com os modelos C e D.

No exemplar que se entregar á parte serão notados o recebimento do emolumento devido e o numero de ordem lançado na primeira via.

Estas ficarão na repartição para os effeitos dos arts. 15 e 33.

Art. 9.º Os registros serão cobrados integralmente, qualquer que seja a época em que forem tirados.

Art. 10. O que transferir o seu negocio a outro, dentro do exercicio, poderá transferir igualmente o registro, comtanto:

1º, que o requeira á repartição arrecadadora no prazo de 30 dias, a contar da data da transferencia;

2º, que esteja quite com a Fazenda Nacional, e não se ache sob a pressão de autos de infracção.

Paragrapho unico. A transferencia nas condições deste artigo é isenta de qualquer onus.

Art. 11. Nenhuma transferencia de registro se permittirá sem que o vendedor se mostre quite das multas de que porventura seja devedor.

Art. 12. A mudança de industria, dentro do exercicio, para outra mais tributada obriga o contribuinte ao pagamento da differença do registro.

Art. 13. A venda ambulante é obrigada a tantos registros quantas pessoas empregar no commercio de preparados de fumo.

Art. 14. O exercicio simultaneo de varias industrias no mesmo estabelecimento não exime da obrigação do registro, si nelle se vender fumo e seus preparados.

Art. 15. Com as guias de registro a repartição arrecadadora do imposto formará um cadastro (modelo A), que indique todas as casas empregadas nesse commercio.

CAPITULO III

DA ARRECADAÇÃO

Art. 16. O imposto será pago por meio de estampilhas espedias, vendidas pela Recebedoria e Alfandega, na Capital Federal, pelas Alfandegas, Delegacias, onde não as houver, Mesas de rendas e Agencias fiscaes, nos Estados.

Art. 17. Haverá duas especies de estampilhas, uma para o fumo e seus preparados de procedencia estrangeira e outra para os productos nacionaes, cujo valor, formato e signaes caracteristicos serão determinados pelo Ministro da Fazenda.

Art. 18. O deposito central das estampilhas na Capital Federal será na Casa da Moeda ou na Imprensa Nacional, ou em uma e outra, como o determinar o Ministro da Fazenda, e, nos Estados, nas Delegacias e, na falta dellas, nas Alfandegas.

Art. 19. Os pedidos de fornecimento de estampilhas serão feitos: os da Recebedoria e Alfandega da Capital Federal directamente á Imprensa Nacional, e os das demais repartições, por intermedio das Delegacias, á Directoria de Rendas do Thesouro Federal, para distribuil-os de accordo com as conveniencias do serviço.

Art. 20. A remessa será feita pela Imprensa Nacional ou Casa da Moeda ás repartições que houverem feito os pedidos, acompanhada de duas guias, das quaes uma, com o competente recibo, será encaminhada pela repartição arrecadadora á Directoria de Rendas.

Art. 21. Quer a Casa da Moeda, quer a Imprensa Nacional, terão livros de registro das estampilhas que expedirem, e a Directoria de Rendas um livre-mappa de onde conste todo o movimento do imposto.

Art. 22. Sómente ás pessoas habilitadas nos termos do art. 7.º, é permittido o fornecimento de estampilhas mediante pedidos formulados de accordo com o modelo E.

Art. 23. Esse fornecimento terá logar por compra nas repartições competentes, em importancia nunca inferior a 200\$, na Capital Federal; 100\$, nas capitales dos Estados; 80\$, nas cidades de primeira ordem; 40\$, nas demais cidades, e villas de primeira ordem; 20\$, nos outros logares.

§ 1.º Exceptuam-se as estampilhas precisas para os despachos de importação de fumo estrangeiro e seus preparados, as quaes deverão ser pedidas e fornecidas de accordo com o que accusar a nota de despacho, não sendo licito prescindir-se desse fornecimento a qualquer pretexto.

§ 2.º O fornecimento das ditas estampilhas nestas condições será feito mediante guia confeccionada pelo despachante e visada pelo substituto do inspector.

Art. 24. As estampilhas deverão ser colladas:

N. 1—Quanto ao fumo em bruto de procedencia estrangeira, por occasião do despacho de importação ;

N. 2—Quanto aos preparados da mesma procedencia, pelo dono antes da exposição á venda ;

N. 3—Quanto aos de producção nacional tambem, antes de expostos á venda.

Paragrapho unico. Os conferentes das Alfandegas, por occasião de darem sahida ao fumo de que trata o n. 1, inutilizarão com a data as estampilhas applicadas ao fumo em bruto.

Art. 25. Sua applicação terá logar no envoltorio externo, de modo que, aberto este, fiquem inutilisadas, observando-se o seguinte:

- 1) nos pacotes, saccos de papel e nas caixas—nos fechos ;
- 2) nas latas, tanto sobre a parte inferior da orla da tampa como sobre o corpo da lata — na parte immediata á orla ;
- 3) nos demais envoltorios, quaesquer que sejam suas fórmas e dimensões, sobre as partes em que devem ser abertas ;
- 4) nos maços de cigarros e de charutos vendidos fóra das caixas—na banda ou facha que os reunir e, nos charutos soltos,—no centro de cada um em fórma de anel.

Paragrapho unico. Os dous extremos do maço serão apanhados pela cinta, em que está impressa a estampilha que tem de ser collada.

Art. 26. Os artigos em operações de compra e venda dentro da Republica deverão achar-se sellados, salvo o disposto no art. 29.

Art. 27. Consideram-se inutilisadas as estampilhas e sem effeito legal quando fragmentadas, colladas a maços cujas cintas estejam quebradas, ou quando formarem anel de tal modo frouxo, nos charutos soltos, que possam facilmente ser transferidos de um para outro.

Art. 28. Para completar a importancia da taxa legal, poderão ser colladas estampilhas de valores diversos, comtanto que se o faça seguidamente e nunca sobrepondo, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que em ultimo logar estiver collada.

Art. 29. Não está sujeito a imposto o fumo picado, desfiado ou migado, manufacturado em cigarros. (Lei n. 489 de 15 de dezembro de 1897, art. 1, n. 43.)

Art. 30. Os preparados de fumo nacional não podem ser expostos á venda:

1º, com rotulos em lingua estrangeira ;

2º, com rotulos que se prestem a fazel-os passar por productos estrangeiros. (Art. 1º do decreto legislativo n. 452 de 3 de novembro de 1897.)

CAPITULO IV

DA CONTABILIDADE E FISCALISAÇÃO

Art. 31. Nas estações fiscaes haverá especialmente dous livros, um destinado à inscripção dos esclarecimentos constantes das guias de registro dos estabelecimentos—modelo A, e o Caixa Geral—modelo B—; a escripturação da renda subordinar-se-ha às regras existentes nas repartições incumbidas de sua arrecadação, e a despeza, que tenha de correr por conta do producto do imposto, em quaderno à parte, de modo a ser conhecida em qualquer época.

Art. 32. As multas arrecadadas, de que se tiver de deduzir as quotas do art. 40, lettra b, deste regulamento, serão escripturadas da seguinte fórma: como—Receita eventual— a parte pertencente à Fazenda Nacional, e a outra como—Deposito—para ser entregue a quem de direito. (Circ. n. 17, de 12 de março de 1897.)

Art. 33. As repartições arrecadadoras do imposto farão acompanhar a prestação de contas annuaes das declarações ou guias, de que trata o art. 8º e de uma demonstração das estampilhas vendidas, de accordo com o modelo F.

Vesta remessa será feita até o dia 15 de março.

Art. 34. A fiscalização do imposto compete: na Capital Federal à Recebedoria e à Alfandega, sendo que a fiscalização da primeira se estenderá ainda aos municípios de Nitheroy e São Gonçalo; nos Estados às Alfandegas, Delegacias, Mesas de rendas e Agencias fiscaes.

Art. 35. A fiscalização exercer-se-ha não só pelos chefes das repartições mencionadas no artigo antecedente e respectivos empregados, como especialmente por intermedio dos fiscaes.

Art. 36. Os fiscaes serão de duas especies: geraes e seccionaes; fiscaes geraes são cidadãos remunerados pela Fazenda Publica para velarem exclusivamente pela execução do regulamento do imposto; seccionaes são empregados de Fazenda que, sem prejuizo do serviço proprio, applicam-se ao mesmo mister.

Art. 37. Terão fiscaes geraes: a Capital Federal, os municípios de Nitheroy e S. Gonçalo, e as localidades onde não houver empregados de Fazenda; as demais serão servidas por fiscaes seccionaes, salvo o caso de reconhecer o chefe da repartição fiscal a necessidade de fiscaes geraes, cuja nomeação proporá.

Art. 38. Os fiscaes geraes da Capital Federal e municípios de Nitheroy e S. Gonçalo constituirão um corpo de 16, sendo 13 para aquella e tres para os ultimos, e serão nomeados pelo Ministro da Fazenda; nos Estados elles serão os que determinarem os delegados, por quem serão nomeados sob proposta das estações arrecadadoras.

Art. 39. Os fiscaes seccionaes serão: na Capital Federal em numero de 36, dos quaes tres para Nitheroy e S. Gonçalo, nomeados pelo director da Recebedoria de entre os empregados do

Fazenda das diversas repartições, com approvação da Directoria de Rendas e, nos Estados, no numero proposto pelos chefes das repartições arrecadoras e approvado pelos delegados fiscaes, aos quaes compete tambem a approvação das designações.

§ 1.º Aos fiscaes geraes da Capital Federal e municipios de Nitheroy e S. Gonçalo abonar-se-hão gratificações mensaes, a saber: aos primeiros a de 250\$ e aos ultimos a de 200\$000.

§ 2.º Aos fiscaes em geral—passes nas Estradas de Ferro, quando forem da União.

§ 3.º A retribuição dos fiscaes geraes, nos Estados, será proposta pelos delegados fiscaes ao Ministro da Fazenda, não excedente à determinada no § 1.º.

Art. 40. A retribuição dos fiscaes constará de:

- a) a quota-parte de 5 % do producto liquido da renda arrecadada na sede de sua fiscalisação;
- b) 50 % das multas impostas em virtude de sua fiscalisação e effectivamente arrecadadas.

A disposição da lettra — a — não comprehende os fiscaes geraes.

Art. 41. Os principaes deveres dos fiscaes são:

- a) tratar as partes com toda a urbanidade;
- b) examinar si os fabricantes, administradores de depositos e mercadores de fumo, em bruto ou por qualquer modo preparado, registraram annualmente, até 31 de janeiro, suas casas empregadas nesse trafego, visando as respectivas guias;
- c) verificar si os donos ou administradores de fabricas de fumo tem a sua escripta organizada de accordo com as prescripções regulamentares, e si os factos registrados se acham conforme a verdade;
- d) conhecer si os preparados de fumo expostos á venda estão devidamente estampilhados, e si o regulamento é executado de modo completo, lavrando os autos de infracção, quando for caso disso, e encaminhando-os á repartição superior para os fins de direito;
- e) desempenhar quaesquer outras funcções que se contenham nos limites de suas attribuições;
- f) apresentar mensalmente, até o dia 10, mappas demonstrativos das infracções verificadas e do movimento das fabricas (vide modelos ns. 1 e 4) e, até o dia 15 de janeiro de cada anno, um relatorio attinente ao imposto fiscalizado, indicando as medidas que reputarem necessarias para acautelar os interesses da Fazenda Nacional.

Esses relatorios serão acompanhados de mappas estatísticos do movimento havido na sua circumscripção.

Paragrapho unico. Os mappas de que trata a ultima parte do artigo precedente, lettra f (vide modelos ns. 2 e 3), demonstrarão o commercio do fumo em cada circumscripção e trarão o resumo das casas registradas e das que não satisfizeram essa exigencia regulamentar.

Art. 42. Aos fiscaes do imposto de consumo do fumo incumbe mais :

§ 1.º A apprehensão de bilhetes :

a) das loterias annunciadas ou postas á venda em contração do disposto nos arts. 12º, 5º e 7º do regulamento n. 2418, de 29 de dezembro de 1896 ;

b) das loterias estaduais, tambem expostas contra o disposto no mesmo regulamento (arts. 11 e 12, n. 6) ;

c) das loterias concedidas pelas Camaras Municipaes ou Intendencias (art. 3º, 3ª parte) ;

d) das loterias estrangeiras (art. 12, n. 7 ; arts. 14 e 20 do referido regulamento n. 2418).

§ 2.º A fiscalisação :

a) do fabrico de rotulos, para verificarem si se prestam á applicação de bebidas ou productos nacionaes, destinados á venda como si fossem de origem estrangeira ;

b) da venda de drogas, productos chimicos e pharmaceuticos, para conhecerem si trazem estampados no rotulo a indicação do nome do fabricante, do producto e da procedencia da mercadoria ;

c) das mercadorias nacionaes expostas á venda, para verificarem si trazem o rotulo em lingua estrangeira ;

d) de outros impostos creados por lei, quando o Governo determinar.

Art. 43. Os chefes das repartições fiscaes, toda a vez que entenderem necessario, ou por falta de fiscal, nomearão um empregado do quadro dos funcionarios de suas repartições para proceder a exame minucioso na escripturação das fabricas e nos depositos e casas mercadoras, com assistencia do respectivo fiscal, quando haja ; abonando-se a esse funcionario uma gratificação para a despeza de transporte, não excedente ao vencimento mensal dos fiscaes.

Logo que assim procederem, os chefes communicarão á autoridade superior o facto, justificando-o, ficando entendido que, si dessa fiscalisação resultar culpabilidade para o fiscal, será proposta ou concedida sua exoneração.

Art. 44. Os fiscaes não impoem multas : constataam a infracção ; lavram os autos ou termos, precisando bem os casos, e encaminham-nos á repartição, a que servem, a qual, depois de os encapar e numerar por ordem da numeração successiva, os fará apresentar ao chefe para os fins convenientes.

Art. 45. Os donos ou administradores de fabricas de fumo e seus preparados organisarão escripta em livro especial, de accordo com o modelo G, por onde se possa ver mensalmente as sahidas dos productos para consumo e bem assim o movimento de estampilhas.

§ 1.º Estes livros serão sellados, rubricados ou authenticados nas respectivas repartições fiscaes.

§ 2.º Taes livros serão examinados pelos fiscaes do imposto ou por empregados que o chefe da repartição designar. A exactidão da escripta especial poderá ser corroborada pelo exame da escripta geral.

§ 3.º Na escripturação fiscal deve figurar discriminadamente a parte relativa á venda do fumo por qualquer forma preparado, de maneira a facilitar o exame de que trata este artigo.

Art. 46. Todo o individuo que fabricar cigarros é obrigado a empregar rotulos com a declaração do nome e da rua e numero da casa do fabricante.

Art. 47. Os que desacatarem ou injuriarem por qualquer maneira os empregados encarregados da fiscalisação, no exercicio de suas funções, e os que impedirem por qualquer meio a effectividade do serviço fiscal, serão punidos na forma doCodigo Criminal, para o que o empregado offendido lavrará um auto, acompanhado do rol de testemunhas, o qual será pelo chefe da repartição remetido ao Procurador da Republica.

O empregado, no caso da disposição precedente, poderá prender o offensor ou infractor, e solicitar, para esse fim, o auxilio da força publica ou das autoridades policiaes.

CAPITULO V

DAS MULTAS

Art. 48. A recusa ao exame da escripturação especial ou a falta dessa escripturação sujeitará o infractor á multa de 1:000\$ a 5:000\$000.

Art. 49. Ficam sujeitos á multa de 300\$ a 600\$ todos os estabelecimentos em que for encontrada pelos fiscaes ou pelos empregados nomeados pelos chefes a escripta atrazada ; devendo o fiscal certificar o facto na propria folha em que tiver parado a escripturação.

Art. 50. A falta de rotulos nos cigarros sujeitará o infractor á multa de 100\$ a 500\$000.

Paragrapho unico. Por esta multa será responsavel o mercador que expuzer á venda cigarros sem os requisitos do art. 46.

Art. 51. Os infractores dos arts. 25 e 27 incorrerão nas seguintes penas :

1º, de 100\$ a 200\$, os que expuzerem á venda preparados de fumo sem collar a estampilha pelo modo determinado ;

2º, de 200\$ a 400\$, os que expuzerem á venda fumo nacional em envoltorio com estampilhas fragmentadas ou com indicio de ter sido servida ;

3º, de 400\$ a 800\$, os que collocarem as estampilhas de modo tal que possam ser novamente utilizadas.

Art. 52. Incurrerão na multa de 100\$ a 200\$ os que expuzerem à venda preparados de fumo sellados com estampilha inferior à devida.

Art. 53. São passíveis da multa de 2:000\$ a 5:000\$, além das penas comminadas no Código Criminal, os que usarem ou fabricarem estampilhas falsas.

Art. 54. As multas impostas no actual regulamento serão applicadas no maximo aos fabricantes, mercadores ou negociantes de fumo, que não tiverem o competente registro, e áquelles que fizerem operações de compra e venda de preparados de fumo sujeitos ao imposto, para fóra das sédes, sem estarem devidamente sellados.

Paragrapho unico. As Alfandegas velarão pela execução da ultima parte deste artigo.

Art. 55. O consumidor que tolerar ou occultar qualquer das infracções antecedentes é considerado e punido como si fosse autor dellas.

Art. 56. Os infractores do art. 30, n. 1, serão punidos com a apprehensão dos productos rotulados e mais a multa de 20\$ a 500\$; os do mesmo artigo, n. 2, além das penas do Código Criminal, com a multa de 1:000\$ a 5:000\$. (Art. 1º, § 1º, do decreto n. 452.)

Art. 57. As multas comminadas neste regulamento, que se elevarão ao dobro nas reincidencias, serão impostas pelos chefes das estações encarregadas da venda das estampilhas, e fiscalisação do imposto, mediante processo administrativo, que terá por base o auto de infracção.

§ 1.º Este auto será lavrado :

1º, pelos fiscaes;

2º, por qualquer pessoa.

§ 2.º Quando o auto for lavrado por pessoa que não seja fiscal ou empregado do Ministerio da Fazenda, será assignado pela pessoa que o lavrar, pelo infractor e por duas ou mais testemunhas e, no caso contrario, pelo fiscal, ou empregado de fazenda, e pelo infractor.

§ 3.º Recusando-se o infractor a assignal-o, será isto declarado no auto.

CAPITULO VI

DOS RECURSOS

Art. 58. Das decisões das repartições arrecadoras haverá recurso :

1º, na Capital Federal para o Ministro da Fazenda ;

2º, nos Estados para a instancia superior.

§ 1.º Os recursos serão interpostos no prazo de 30 dias, contados da publicação dos despachos, por meio de petição endereçada á repartição para que se recorrer, e apresentada com outra petição á repartição originaria, para juntar o competente processo e informar convenientemente.

§ 2.º Quando o recurso versar sobre multa, não será recebido sem o deposito prévio da importancia, ou prestação de fiança idonea.

§ 3.º Recurso perempto não será encaminhado á instancia superior, e si o for, não será tomado em consideração.

Art. 59. Haverá recurso *ex-officio* das decisões proferidas pelos agentes fiscaes e administradores de Mesas de Rendas para as Delegacias, sempre que forem favoraveis ás partes.

Paragrapho unico. Estes recursos serão interpostos no prazo de 15 dias e terão effeito suspensivo.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 60. Salvo a jurisdição da Recebedoria da Capital Federal, a classificação das cidades e villas, para execução do art. 23, será a que foi feita em virtude dos arts. 44 e 45 do decreto n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888, e decreto n. 86, de 24 de dezembro de 1889, enquanto o Ministro da Fazenda não determinar o contrario.

Art. 61. O fumo preparado não sahirá das fabricas, nem poderá ser submettido a operações de compra e venda sinão em caixas, latas, pacotes ou saccoes de papel.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os maços de charutos e de cigarros, assim como os charutos soltos, si se acharem nas condições do art. 25, n. 4.

Art. 62. A importancia das multas, que não forem pagas amigavelmente, será cobrada por meio executivo.

Art. 63. Todos os prazos de que trata este regulamento serão contados da publicação dos despachos no *Diario Official*, ou nas gazetas, que publicarem o expediente, nos Estados, ou da data das intimações quando não haja aquella publicação.

Art. 64. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1897.— Bernardino de Campos.

TABELLA

Impostos a que estão sujeitos o fumo, seus preparados e o accessorio do papel

NACIONAES		ESTRANGEIROS
Charutos, um..... (1)	0,5	Charutos, um..... 100 réis
Idem, cento..... (2)	50 réis.	
Idem, um..... (3)	5 »	
Idem, cento..... (4)	500 »	
Cigarros, por maço até 20.....	10 »	Cigarros, maço de 20 ou fracção..... (6) 50 »
Fumo em bruto.....	\$	Fumo em bruto, por 50 grammas ou fracção. 250 »
Idem desfiado, picado ou migado, por 25 grammas ou fracção... (5)	10 »	Idem desfiado, picado ou migado, por 25 grammas ou fracção. 50 »
Rapé, por 125 grammas ou fracção.....	10 »	Rapé, por 125 grammas ou fracção..... 100 »
Papel para cigarros ou semelhantes, em livrinho ou mortalha.....	\$	Papel para cigarros ou semelhantes, em livrinho ou mortalha, kilogramma..... 2.500 »

(1) Vendidos a granel e de preço de fabrica inferior a 80 réis.

(2) Vendidos em caixa e de preço de fabrica inferior a 80 réis cada um.

(3) Vendidos a granel e de preço de fabrica superior a 80 réis.

(4) Vendidos em caixa e de preço de fabrica superior a 80 réis.

(5) O fumo desfiado, picado ou migado, manufacturado em cigarros, não está sujeito a imposto. (Art. 1º, n. 43 da lei n. 489 de 15 de dezembro de 1897.)

(6) Os cigarros de mortalha ou de capa de fumo de procedencia estrangeira pagarão o dobro desta taxa, isto é, 100 réis.

MODELO — A

(Fl. 1)

N. 1 — ANTONIO DE OLIVEIRA, com fabrica de preparar fumo
nesta Capital, á rua..... n....

Registrado pela declaração n. 1 de hoje.

Pagou de registro §

Comprou em estampilhas de diversos valores § , pela guia n. 1
de hoje.

Em..... de..... de 189...

O Escripturario,

F.

Renovou o registro para o corrente anno.— Declaração n. de
hoje.

Em..... de..... de 189...

O Escripturario,

F.

Solicitou e obteve registro para venda ambulante, occupando duas
pessoas.— Declaração n. de hoje.

Em..... de..... de...

O Escripturario,

F.

Transferiu o estabelecimento e venda ambulante a João Alcantara
em..... do corrente mez.— Declaração n. de hoje.

Em..... de..... de 189...

O Escripturario,

F.

MODELO - B

DEVE				CAIXA				HAVER		TOTAL DO DIA
1897	Janeiro	2	Importancia recebida em estampilhas especiaes de fumo do (logar da procedencia), conforme a guia n. de (data) a saber : 1.000 de 20 réis.... 20\$000 3.000 de 50 réis.... 150\$000 500 de 250 réis.... 125\$000 4.500	205\$000	>	>	2	Importancia das estam pilhas vendidas a F. sob guia n., a saber: 200 de 20 réis... 4\$000 400 de 50 réis.. 20\$000 200 de 250 réis.. 50\$000 Idem a P. sob a guia n. a saber : 100 de 20 réis.. 2\$000 200 de 50 réis.. 10\$000	74\$000 12\$000	86\$000
						1897	Janeiro	3	Importancia etc.	

MODELO — C

O abaixo assignado declara que, sendo (fabricante, mercador ou negociante de fumo e seus preparados) á rua... n. .. deseja o registro exigido pelo art. 6º do decreto n..... para se habilitar a esse ramo de commercio.

(DATA)

(Assignatura por extenso da firma individual ou da razão social).

.....

Registrado sob o n..... a fls..... do livro n.... e

Data e assignatura do Thesoureiro. Pagou de emolumentos a importancia de.....

N. B.— Na 2ª via o empregado averbará este pagamento, e a entregar á parte.

MODELO — D

O abaixo assignado declara que continúa no corrente exercicio o seu negocio de fumo, e solicita renovação do registro, que lhe foi concedido pela inscripção n..... em..... de de 189..

(Logar e data).

F. (Assignatura do declarante ou seu representante legal).

Averbado na inscripção n..... de.... de..... de 189.. e pagou o emolumento de..... réis nesta data.

F.

(Data e assignatura).

MODELO — F

Demonstração das estampilhas especiaes do imposto de consumo
do fumo vendidas pela (a estação) no anno de... (ultimo) na
importancia de (por extenso)

...folhas com...estampilhas de 0.5 do real na importancia de	\$
... » » ... » » 5 réis » » »	\$
... » » ... » » 10 » » » »	\$
... » » ... » » 20 » » » »	\$
... » » ... » » 50 » » » »	\$
... » » ... » » 100 » » » »	\$
... » » ... » » 200 » » » »	\$
... » » ... » » 250 » » » »	\$
... » » ... » » 500 » » » »	\$
... » » ... » » 2\$000 » » » »	\$
.....	5

Acompanham as guias ns.....

(Logar e data).

(Assignatura do responsavel e do Escripturnario).

MODELO — G

Mapa demonstrativo da casa commercial de propriedade..... á rua..... n..... no mez de..... de 189....

Poder Executivo 4807

CONSUMO						ESTAMPILHAS				
DATA	FUMO	CIGARROS	RAPÉ	CHARUTOS (PREÇO SUPERIOR A 80 RÉIS)	CHARUTOS (PREÇO INFERIOR A 80 RÉIS)	DATA	IMPORTANCIA DAS COMPRADAS NA REPARTIÇÃO FISCAL	IMPORTANCIA DAS EMPREGADAS NOS PREPARADOS	SALDO EXISTENTE	REMARKS
	Desfido, picado ou migado	Maços								

N. B.— No fim do mez os saldos existentes nas estampilhas passar-se-hão para o mez seguinte.

MODELO N. 1

**Mapa demonstrativo das infracções do imposto de consumo do fumo, durante o
mez de...**

LOCAL	INFRACTORES	ESPECIE DA INDUSTRIA	REGISTRO	NATUREZA DA INFRAÇÃO	OBSERVAÇÕES

MODELO N. 2

Mapa demonstrativo das casas que, na circumscrição a cargo do abaixo assignado, negociaram em fumo, no anno de 189...

LOCAL	NOMES	NATUREZA DA INDUSTRIA EXERCIDA	NUMERO DO REGISTRO	QUANTIA PAGA	OBSERVAÇÕES

. ANNEXO AO MODELO N. 2

**Resumo das casas que negociaram em fumo na circumscrição a cargo do abaixo
assignado, durante o anno de.....**

ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS	ESPECIE DO NEGOCIO	ESTABELECIMENTOS NÃO REGISTRADOS	ESPECIE DO NEGOCIO	OBSERVAÇÕES

15. Assignar, quando não for dirigida aos Ministros de Estado, às Mesas das Camaras Legislativas Federaes, ao Supremo Tribunal Federal, aos Presidentes e Governadores dos Estados e ao Prefeito do Districto Federal, a correspondencia feita em nome do Ministro, relativamente às informações, pareceres e esclarecimentos para instrução e decisão dos negocios, e as communicações, recebimentos ou remessa de papeis ;

16. Assignar instrucções, editaes, declarações e outras publicações officiaes ;

17. Conferenciar, sempre que for necessario, com os outros directores geraes ;

18. Prestar-lhes ou a quaesquer autoridades, espontaneamente ou mediante requisição, os esclarecimentos precisos ;

19. Dar audiencia todos os dias uteis em hora previamente annunciada às partes que o procurarem para negocios affectos à sua Directoria ;

20. Dar posse aos chefes das repartições annexas ao Ministerio, fazendo lavrar e assignar os respectivos termos de promessa ;

21. Dar posse a seus subordinados, fazendo lavrar e assignar os respectivos termos de promessa ;

22. Impor as penas disciplinares de conformidade com o capitulo X ;

23. Assignar a folha dos vencimentos dos empregados de sua Directoria, julgando ou não justificadas as faltas que contarem durante o mez, à vista do livro do ponto e requisitar o respectivo pagamento ;

24. Providenciar sobre as notas que tiverem de ser lançadas no livro do ponto ;

25. Enviar annualmente uma communicação ao Ministro sobre a assiduidade dos empregados sob sua direcção, acompanhada de seu juizo sobre cada um e dos trabalhos mais importantes que tenham feito ;

26. Rever todo o expediente e lançar o seu — visto — quando não tiver de dar parecer, em todos os papeis que tenham de ser levados à presença do Ministro ;

27. Visar as cópias ou extractos dos actos que tenham de ser publicados ;

28. Dar licença até 30 dias aos empregados na conformidade do capitulo VIII ;

29. Representar ao Ministro sobre irregularidades ou delictos commettidos pelos empregados, quando a penalidade não caiba em sua alçada ;

30. Ordenar, dentro da quota distribuida, as despesas com o expediente e mais objectos necessarios, de cujo fornecimento é incumbido o porteiro ;

31. Visitar os estabelecimentos dependentes de sua Directoria, prestando informações ao Ministro sobre o que verificar em tais visitas ;

32. Exercer quaesquer outras attribuições que lhes couberem por este regulamento e mais disposições em vigor.

Art. 32. A cada um dos directores de secção, que são os chefes das respectivas secções e como taes os unicos responsaveis perante os directores geraes pelos serviços que por ellas correm, incumbem :

1.º Auxiliar a direcção dos trabalhos segundo as instrucções do director geral ;

2.º Dirigir, examinar, fiscalisar e promover todos os trabalhos que competirem á respectiva secção e entregal-os ao director geral convenientemente feitos ;

3.º Cumprir e fazer cumprir as ordens do director geral ;

4.º Ter em dia os registos da secção e a classificação de minutas dos decretos, portarias, avisos e officios ;

5.º Prestar aos outros directores de secção da mesma Directoria Geral as informações necessarias aos trabalhos respectivos ;

6.º Apresentar ao director geral até o dia 20 de fevereiro as notas e elementos para o relatório annual da Directoria, com os documentos em que se basearem, bem assim para o orçamento das despesas do Ministerio, na parte que lhes competir ;

7.º Apresentar ao director geral no primeiro dia util de cada semana a nota dos papeis que estiverem pendendo de exame, preparo ou expediente ; assim como de qualquer trabalho que não tiver sido feito em tempo, com declaração do motivo da demora ;

8.º Propor ao director geral as medidas que julgar convenientes, assim sobre a ordem e methodo dos trabalhos, como sobre a insufficiencia do pessoal da secção ;

9.º Advertir os empregados das respectivas secções que faltarem ao cumprimento dos seus deveres ou não executarem as ordens superiores e representar ao director geral, quando o caso exigir a applicação de pena mais severa ;

10. Legalisar e authenticar as cópias e documentos que hajam de ser expedidos pela secção depois de conferidos ;

11. Encerrar o ponto dos respectivos empregados á hora regulamentar ;

12. Propor ao director geral a remessa de papeis findos ao Archivo ;

13. Organisar a synopse e indice das leis, regulamentos, instrucções e decisões peculiares aos assumptos tratados na secção.

Art. 33. Aos officiaes e amanuenses compete :

1.º Executar os trabalhos que lhes forem distribuidos pelos directores de secção ;

2.º Coadjuvarem-se prestando informações reciprocas e communicando uns aos outros o que for adequado á perfeita execução dos differentes serviços.

Art. 34. O archivo e a bibliotheca da Secretaria estão a cargo da 2ª secção da Directoria Geral de Contabilidade, competindo ao respectivo director providenciar para que sejam conservados em perfeita ordem, de accordo com as instrucções expedidas pelo director geral.

MODELO N. 3

**Mappa demonstrativo das casas que, na circumscripção a cargo do abaixo assignado,
não foram registradas para o commercio de fumo no anno de 189...**

LOCAL		NOMES	NATUREZA DA INDUSTRIA	OBSERVAÇÕES

MODELO N. 4

Mappa do consumo do fumo e seus preparados nas fabricas sob a fiscalisação do abaixo assignado

Mez de de 189.....

[illegible]

DECRETO N. 2778 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1897

Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de bebidas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida ao Poder Executivo, no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, resolve que, na arrecadação do imposto de consumo de bebidas, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de bebidas, a que se refere o decreto n. 2778, desta data

CAPITULO I

DO IMPOSTO DE CONSUMO DE BEBIDAS

Art. 1.º O imposto de consumo de bebidas recahe sobre a venda de todas as que forem fabricadas no paiz, ou seja a mesma venda feita em logar determinado, ou por mercador ambulante.

Exceptuam-se :

- 1.º O alcool e a aguardente ;
- 2.º Os preparados medicinaes.

(Circ. n. 21 de 5 de abril de 1897.)

Art. 2.º O imposto é exigivel ao sahir o producto das fabricas para o consumo ou quando for exposto á venda.

Art. 3.º Para os effeitos deste regulamento, serão consideradas fabricas os estabelecimentos em que forem preparadas bebidas por meio de machinismos,apparelhos, instrumentos ou vasilhame de qualquer especie.

Art. 4.º As taxas do imposto serão as constantes da tabella annexa.

CAPITULO II

DO REGISTRO

Art. 5.º Registro é o arrolamento de todos os que negociam em bebidas, para fins estatísticos, de modo que os poderes publicos possam avaliar o desenvolvimento e a riqueza desse ramo da actividade nacional.

Art. 6.º Todos os fabricantes, administradores e mercadores de bebidas nacionaes poderão registrar annualmente, até 31 de janeiro, cada casa que tiverem empregada nesse trafego.

Art. 7.º Pelo registro para o commercio de bebidas pagarão emolumentos, a saber :

Na Capital Federal, Nitheroy e nas capitaes dos Estados :

Fabricas.....	200\$000
Depositos das fabricas.....	50\$000
Mercadores.....	20\$000

Para os demais logares se cobrará metade destas taxas.

Esta disposição não comprehende os senhores de engenhos ruraes.

Art. 8.º Para o registro de que trata o artigo antecedente, os impetrantes apresentarão a respectiva estação fiscal guias em duplicata, firmadas por elles, com declaração da rua e numero e qualidade do negocio (modelos B e C).

No exemplar, que se entregar á parte, serão notados o recebimento do emolumento devido e o numero de ordem lançado na 1ª via. Estas ficarão na repartição para os effeitos dos arts. 9º e 33.

Art. 9.º Com as guias de registro a repartição arrecadadora do imposto formará um cadastro (modelo A), que indique todas as casas empregadas nesse commercio.

Art. 10. Os registros serão cobrados integralmente, qualquer que seja a época em que forem tirados.

Art. 11. O que transferir o seu negocio a outro, dentro do exercicio, poderá transferir igualmente o registro, contanto :

1.º Que o requeira á repartição arrecadadora no prazo de 30 dias, a contar da data da transferencia;

2.º Que esteja quite com a Fazenda Nacional e não se acho sob a pressão de autos de infracção ;

Paragrapho unico. A transferencia nas condições deste artigo é isenta de qualquer onus.

Art. 12. Nenhuma transferencia de registro se permittirá sem que o vendedor se mostre quite das multas de que porventura seja devedor.

Art. 13. A mudança de industria dentro do exercicio para outra mais tributada, importa no pagamento da differença de registro.

Art. 14. A' venda ambulante caberão tantos registros quantas pessoas empregar no commercio de bebidas.

Art. 15. O exercicio simultaneo de varias industrias no mesmo estabelecimento não impede o registro, si nelle se venderem bebidas."

CAPITULO III

DA ARRECADAÇÃO

Art. 16. O imposto será cobrado por meio de estampilhas especiaes vendidas pela Recebedoria, na Capital Federal, e pelas Alfandegas ou Delegacias, onde não houver essas repartições, Mesas de rendas e Agencias fiscaes — nos Estados.

Art. 17. Haverá varios typos de estampilhas, cujo valor, formato e signaes característicos serão determinados pelo Ministro da Fazenda.

Art. 18. O deposito central das estampilhas na Capital Federal será na Casa da Moeda ou na Imprensa Nacional, ou numa e noutra, como o determinar o Ministro da Fazenda, e nos Estados, nas Delegacias, e na falta dellas, nas Alfandegas.

Art. 19. Os pedidos de fornecimento de estampilhas serão feitos : os da Recebedoria directamente a Imprensa Nacional, e os das demais repartições por intermedio das Delegacias á Directoria de Rendas do Thesouro Federal, para distribuil-os de accordo com as conveniencias do serviço.

Art. 20. A remessa sera feita pela Imprensa Nacional ou Casa da Moeda ás repartições que houverem feito os pedidos, acompanhada de duas guias, das quaes uma com o competente recibo será encaminhada pela repartição arrecadadora á Directoria de Rendas.

Art. 21. Quer a Imprensa Nacional quer a Casa da Moeda terão livros de registro das estampilhas que expedirem, e a Directoria de Rendas um livro-mappa, donde conste todo o movimento do imposto.

Art. 22. Sómente ás pessoas habilitadas a negociar em bebidas, nos termos do art. 7º, é permittido o fornecimento de estampilhas, mediante pedidos formulados de accordo com o modelo D.

Art. 23. Esse fornecimento tera logar por compra nas repartições competentes, em importancia nunca inferior a

200\$, na Capital Federal.

100\$, nas capitães dos Estados e em Nietheroy.

80\$, nas cidades de 1ª ordem dos Estados.

60\$, nas outras cidades e no municipio de S. Gonçalo.

Estado do Rio de Janeiro.

40\$, nas villas de 1ª ordem.

20\$, nos outros logares.

Art. 24. As estampilhas serão colladas pela seguinte fórma:

§ 1.º Nas garrafas, botijas, frascos, etc., sobre a rolha, de modo que as extremidades fiquem também colladas, ao gargalo o se inutilisem ao abrir.

§ 2.º Nas fabricas e depositos de bebidas alcoolicas, que tenham barris, pipas, quartolas ou reservatorios com bebidas destinadas a consumo nas mesmas fabricas ou depositos e suas dependencias, os ditos barris, pipas, quartolas ou reservatorios terão as estampilhas colladas em logar visivel.

§ 3.º Nos barris ou pipotes com cerveja destinada a *chopps*, a estampilha deverá ser collada sobre o batoque do orificio por onde se introduz a cerveja.

Nos barris automaticos a estampilha será applicada á volta do siphão ou torneira e á alavanca de movimento, de modo que, ao extrahir-se o primeiro *chopp*, seja a mesma estampilha inutilisada.

As fabricas de cerveja que produzirem este artigo serão obrigadas ao cumprimento das disposições do art. 30.

§ 4.º Nos productos, que sahirem das fabricas em barris, e que nesse vasilhame sejam conservados nos armazens, casas de generos alimenticios, etc., como a laranjinha e outros, para a venda a varejo, — nos batoques dos mesmos barris.

Art. 25. Consideram-se inutilisadas as estampilhas e sem effeito legal quando fragmentadas ou colladas de modo a poderem ser novamente usadas, e devem ser colladas antes da exposição á venda.

Art. 26. As bebidas nacionaes em operações de compra e venda dentro da Republica deverão se achar selladas.

Art. 27. Para completar a taxa legal poderão ser colladas estampilhas de valores diversos, comtanto que se o faça seguidamente e nunca sobrepondo, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que em ultimo logar estiver collada.

Paragrapho unico. Os barris com cerveja destinada a *chopps*, os de vinho, laranjinha e outras bebidas, que não saiam das fabricas engarrafadas, deverão ser sellados com uma só estampilha, quando houver do valor, permittindo-se o emprego de duas no caso contrario.

Art. 28. As estampilhas empregadas nos casos dos §§ 2º a 4º do Art. 24 serão inutilisadas: — as dos §§ 2º e 4º, pelos fiscaes, que sobre ellas escreverão a data em que tiver tido começo a venda do producto; as usadas no caso do § 3º, 1ª parte, com a menção do dia em que fizerem a fiscalisação.

Art. 29. As bebidas nacionaes não podem ser expostas á venda:

1º, com rotulos em lingua estrangeira;

2º, com rotulos que se prestem a fazel-as passar por productos estrangeiros.

(Art. 1º do Decr. Leg. n. 452, de 3 de novembro de 1897.)

Art. 30. As estampilhas para *chopps* só serão fornecidas em quantidade nunca inferior a um semestre, calculado pela produção do anno anterior.

§ 1.º O calculo para o fornecimento às casas novas será feito por estimativa da parte, informação do fiscal e despacho do chefe da repartição.

§ 2.º Os fabricantes de bebidas acondicionadas pelo modo declarado no art. 24 § 3º deverão remetter à repartição arrecadadora do imposto, de tres em tres mezes, e no prazo de 30 dias, um boletim do consumo, para servir de base ao calculo de que trata este artigo.

§ 3.º Esgotado pelo fabricante o fornecimento de estampilhas para os dous semestres de que trata este artigo, poderão ser-lhe vendidas outras à medida da necessidade, observado o disposto no art. 23.

CAPITULO IV

DA CONTABILIDADE E FISCALISAÇÃO

Art. 31. Nas estações fiscaes haverá especialmente dous livros, um destinado à inscripção dos esclarecimentos constantes das guias de registro dos estabelecimentos — modelo A —, e o caixa geral — modelo E —; a escripturação da renda subordinar-se-ha às regras existentes nas repartições incumbidas de sua arrecadação, e a despeza, que tenha de correr por conta do producto do imposto, em quaderno à parte, de modo a ser conhecida em qualquer época.

Art. 32. As multas arrecadadas, de que se tiver de deduzir a quota de 50 %, que pertence aos fiscaes, serão escripturadas da seguinte fórma: como — Receita Eventual — a parte pertencente à Fazenda Nacional, e a outra como — Depósito — para ser entregue a quem de direito. (Circular n. 17, de 12 de março de 1897.)

Art. 33. As repartições arrecadadoras do imposto farão acompanhar a prestação das contas annuaes, das declarações originaes de que trata o art. 8º, e de uma demonstração das estampilhas vendidas, de accordo com o modelo F.

Esta remessa será feita até o dia 15 de março.

Art. 34. A fiscalisação do imposto compete: na Capital Federal à Recebedoria e à Alfandega, na parte relativa à exportação e importação, sendo que a da primeira se estenderá ainda aos municipios de Nitheroy e S. Gonçalo; nos Estados às Alfandegas, Delegacias, Mesas de rendas e Agencias fiscaes.

Art. 35. A fiscalisação exercer-se-ha não só pelos chefes das repartições mencionadas no artigo antecedente e respectivos empregados, como especialmente por intermedio dos fiscaes.

Art. 36. Os fiscaes do imposto de consumo de bebidas serão os mesmos do do fumo, e perceberão pelo accrescimo de trabalho vantaens iguaes às que teem pela fiscalisação daquelle.

Paragrapho unico. Os fiscaes geraes da Capital Federal e municipios de Nitheroy e S. Gonçalo perceberão mais por conta deste imposto 50 % das gratificações que lhes são abonadas pelo regulamento do imposto do fumo.

Art. 37. Seus deveres e incumbencias são os mesmos que se acham especificados nos arts. 41 e 42 do regulamento n. 2777 desta data.

Art. 38. Os chefes das repartições poderão designar um empregado de sua confiança para proceder a exame minucioso nas fabricas, podendo abonar uma gratificação não excedente á dos fiscaes.

Parapho unico. Si dessa fiscalisação resultar culpabilidade para o fiscal, deverá ser exonerado ou proposta sua demissão á autoridade competente.

Art. 39. Os fiscaes não impoem multas: constataam a infração ; lavram os autos ou termos, precisando bem os casos, e encaminham-n'os á repartição, a que servem, a qual, depois de os encapar e numerar por ordem da numeração successiva, os fará apresentar ao chefe, para os fins convenientes.

Art. 40. Os donos ou administradores das fabricas organizarão em livro especial (modelo G) escripta, por onde se possa examinar e fiscalisar mensal ou diariamente as sahidas dos productos para consumo e o movimento de estampilhas.

§ 1.º Esses livros serão sellados e rubricados ou authenticados nas respectivas repartições locais.

§ 2.º A escripturação fiscal da fabrica poderá comprehender a do deposito ou depositos pertencentes á mesma firma ou razão social.

§ 3.º Taes livros serão examinados pelos fiscaes ou por empregados que o chefe da repartição designar e, quando esses tiverem duvida sobre a exactidão da escripta especial, pedirão exame da escripturação geral do estabelecimento.

§ 4.º Na escripturação deve figurar discriminadamente a parte relativa á venda de bebidas, de maneira a facilitar o exame de que trata este artigo.

Art. 41. Os que desacatarem ou injuriarem por qualquer maneira os empregados encarregados da fiscalisação, no exercicio de suas funcções, e os que impedirem por qualquer meio a effectividade do serviço fiscal, serão punidos na forma do Código Criminal, para o que o empregado offendido lavrará um auto, acompanhado do rol de testemunhas, o qual será pelo chefe da repartição remettido ao procurador da Republica.

O empregado, no caso da disposição precedente, poderá prender o offensor ou infractor, e solicitar, para esse fim, o auxilio da força publica ou das autoridades policiaes.

CAPITULO V

DAS MULTAS

Art. 42. A recusa ao exame da escripta especial ou a falta da mesma sujeitará o infractor á multa de 1:000\$000 a 5:000\$000.

Art. 43. Os que deixarem de observar o art. 30 § 2º incorrerão na multa de 500\$ a 2:000\$000.

Art. 44. Ficam sujeitos a multa de 300\$ a 600\$ todos os estabelecimentos em que for encontrada pelo fiscal ou empregado designado pelo chefe a escripta em atraso, devendo o fiscal certificar o facto na propria folha em que tiver parado a escripturação.

Art. 45. Incorrerão na multa de 100\$ a 500\$ os que expuzerem à venda bebidas da tabella annexa sem a competente estampilha e do modo determinado pelo art. 24.

Art. 46. O que applicar aos barris com cerveja e outros, a que se refere o art. 27, paragrapho unico, mais de uma ou de duas estampilhas, será punido com a multa de 200\$ a 400\$000.

Art. 47. Ficarão sujeitos à multa de 2:000\$, além das penas doCodigo Criminal, os que usarem ou fabricarem estampilhas falsas ou se servirem das que já foram usadas.

Art. 48. Os infractores do art. 29 n. 1 serão punidos com a apprehensão das bebidas rotuladas e mais a multa de 20\$ a 500\$; os do mesmo artigo n. 2, além das penas doCodigo Criminal, com a multa de 1:000\$ a 5:000\$000 (art. 1º § 1º do decreto legislativo n. 452).

Art. 49. Ficam sujeitos os reincidentes ao dobro das multas em que incorrerem.

Art. 50. Estas multas serão em todos os casos impostas no maximo quando os fabricantes, mercadores e negociantes fizerem esse commercio sem o competente registro, ou quando fizerem operações de compra e venda de bebidas nacionaes sujeitas ao imposto, para fóra das sédes, sem estarem devidamente selladas, salvo as destinadas a engarrafamento.

Paragrapho unico. As Alfandegas velarão pela execução da ultima parte deste artigo.

Art. 51. O consumidor que tolerar ou occultar qualquer das infracções dos artigos antecedentes é considerado e punido como si fosse autor dellas.

Art. 52. As multas serão impostas pelo chefe da estação encarregado da venda das estampilhas e fiscalisação do imposto, mediante processo administrativo, que terá por base o auto do infracção.

§ 1.º Este auto será lavrado:

- I. Pelos fiscoes ;
- II. Por qualquer pessoa.

§ 2.º Quando o auto for lavrado por pessoa que não seja fiscal ou empregado do Ministerio da Fazenda, será assignado pela pessoa que o lavar, pelo infractor e por duas ou mais, testemunhas, e, no caso contrario, pelo fiscal ou pelo empregado de Fazenda, e pelo infractor.

§ 3.º Recusando-se o infractor a assignal-o, será isso declarado no auto.

CAPITULO VI

DOS RECURSOS

Art. 53. Das decisões das repartições arrecadoras haverá recurso :

1.º Na Capital Federal para o Ministro da Fazenda ;

2.º Nos Estados para a instancia superior.

§ 1.º Os recursos serão interpostos no prazo de 30 dias contados da publicação dos despachos, por meio de petição endereçada á repartição para que se recorrer e apresentada com outra petição á repartição originaria, para juntar o competente processo e informar convenientemente.

§ 2.º Quando o recurso versar sobre multa, não será recebido sem o deposito prévio da importancia ou prestação de fiança idonea.

§ 3.º Recurso perempto não será encaminhado á instancia superior e, si o for, não será tomado em consideração.

Art. 54. Haverá recurso *ex-officio* das decisões proferidas pelos agentes fiscaes e administradores das Mesas de rendas para as Delegacias, sempre que forem favoraveis ás partes.

Paragrapho unico. Estes recursos serão intentados no prazo de quinze dias e terão effeito suspensivo.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 55. Na classificação das cidades e villas, para execução do art. 23, servirá a que foi feita em virtude dos arts. 44 e 45 do regulamento mandado observar pelo decreto n. 9870 de 22 de fevereiro de 1888 e decreto n. 86 de 24 de dezembro de 1889, enquanto o Ministro da Fazenda não determinar o contrario.

Art. 56. A importancia do sello e das multas, que não for paga amigavelmente, será cobrada por meio executivo.

Art. 57. Todos os prazos, de que trata este regulamento, serão contados da publicação dos despachos no *Diario Official*, ou nas gazetas, que publicarem o expediente, nos Estados, ou da data das intimações, quando não haja aquella publicação.

Art. 58. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1897.— *Bernardino de Campos*.

TABELLA

Impostos a que estão sujeitas as bebidas fabricadas no paiz

BEBIDAS	QUANTIDADE	TAXA A PAGAR
	Litro	50 réis
Agua mineraes artificiaes, gazosas ou não.	¼ »	25 »
	¼ »	12,5 »
	1/8 »	10 »
Bebidas constantes do n. 130 da classe 9ª da Tarifa, a saber:		
Licores communs ou doces de qnalquer qualidade, para uso de mesa ou não, como os de bananas, baunilha, laranjas e semelhantes; a americana, o aniz, a herba doce, a hesperidina, o kúmel e outros que se lhes assemelhem, exceptuando apenas os licores medicinaes, classificados no n. 227 da tarifa das Alfandegas. (Circular n. 26 de 19 de abril de 1897.)	Litro	300 »
	¼ »	225 »
	1/2 »	150 »
	¼ »	75 »
Idem, idem do n. 131 da classe 9ª da tarifa, a saber:		
Absyntho, aguardente de França, da Jamaica, do Rheno, do Reino, brandy, cognac, eucalypsinthio, genebra, laranja, kirsch, rhum, whisky e outros, excepto a aguardente e o alcool fabricados no paiz. (Circular n. 26 de 19 de abril de 1897.)	Litro	100 »
	Garrafa	65 »
Cerveja	Litro	60 »
	Garrafa	40 »
	1/2 »	20 »
Vinhos artificiaes e demais bebidas fermentadas, que possam ser assemelhadas e vendidas como vinho de uva, vinhos espumosos, etc., champagne, cujo fabrico for autorizado pelo Governo. (Circular n. 21 de 5 de abril de 1897.)	Garrafa	1.000 »

MODELO A

N. 1 José Antonio da Silva com negocio á rua.....
n. nesta

Registrado pela declaração n. 1 de hoje.

Pagou de registro §

Comprou em estampilhas de diversos valores. §

Pela guia n. 1 de hoje. Em.....de.....de.....

O Escripturario,

Comprou em estampilhas de diversos valores.

Pela guia n. 15 de hoje. Em.....de.....de.....

O Escripturario,

Renovou o registro para o corrente anno. Declaração n. de
hoje. Pagou de emolumentos \$

Em de de

O Escripturario,

Solicitou e obteve registro para.....mercadores ambulantes.

En de de

O Escripturario,

Transferir o estabelecimento e venda ambulante a.....
Em de de

O Escripturario,

MODELO B

F..... negociante á rua.....n.....
com casa de....., desejando negociar em bebidas nacionaes,
vem de accordo com o art. 6º do decreto n. 2778 de 30 de dezembro
de 1897 solicitar o respectivo registro.

..... em..... de..... de 189...

(Assignatura do negociante ou razão social)

Registrado sob o n..... às fls..... do livro.....

N. B.— O emolumento será cobrado na 1ª via e averbado na 2ª,
que será entregue á parte.

MODELO C

F..... negociante á rua..... n.....
desejando continuar a negociar em bebidas nacionaes, vem de accordo
com o art. 6º do decreto n. 2778 de 30 de dezembro de 1897, solicitar
a renovação de seu registro sob n.....

..... em..... de..... de 189...

(Assignatura do negociante ou razão social)

Averbado no registro n..... de..... de..... de 189...
fls..... do livro.....

(Assignatura do empregado.)

N.

F.

MODELO E

DEVE

CAIXA

HAVER

4	Jan.	1898	Importancia de estampilhas de bebidas recebidas : de 40 réis..... 100 de 100 » 500 de 300 » 1.000	4\$000 50\$000 300\$000	354\$000	6	Jan.	1898	Importancia vendida a F. sendo : de 40 réis 30 13200 de 100 » 200 20\$000 de 300 » 150 15\$000	66\$200	
						6	Jan.	1898	Importancia vendida a S. sendo : de 40 réis 50 2\$000 de 100 » 100 10\$000 de 300 » 500 150\$000	162\$700	228\$900
						10	Jan.	1898	Importancia vendida a B. etc.		

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1027

MODELO F

**Demonstração das estampilhas especiaes do imposto de bebidas
nacionais, vendidas pela (a estação) no anno de.....
ultimo, na importancia de (por extenso)**

.... folhas com.... estampilhas de	10 réis	na importancia de	\$
.... idem.....	12,5 »	idem.....	\$
.... idem.....	25 »	idem.....	\$
.... idem.....	50 »	idem.....	\$
.... idem.....	65 »	idem.....	\$
.... idem.....	75 »	idem.....	\$
.... idem.....	100 »	idem.....	\$
.... idem.....	150 »	idem.....	\$
.... idem.....	225 »	idem.....	\$
.... idem.....	300 »	idem.....	\$
.... idem.....	1\$ »	idem.....	\$

N. B.— Para cerveja em garrafas ou *chopps*, existem estas estampilhas: \$020, \$040, \$060, \$120, \$180, \$240, \$300, \$360, \$420, \$480, \$540, \$600, 1\$200, 1\$800, 2\$400, 3\$, 3\$600, 4\$200, 4\$800, 5\$400 e 6\$000.

Acompanham as guias ns.....

(Logar e data)

(Assignatura do responsavel e do Escrivão)

MODELO G

Mapa demonstrativo da casa commercial de propriedade de..... rua..... no mez de..... de 189...

MOVIMENTO DO CONSUMO		OBSERVAÇÕES
Data		
	Garrafa de cerveja	
	Garrafa de cerveja vendida em <i>chopps</i> ou em barris nas fabricas.	
	Litro de bebidas do n. 130 da classe 9ª da tarifa.	
	Litro de bebidas do n. 131 da classe 9ª da tarifa.	
	Garrafa de vinho artificial assemelhado ao de uva.	
	Litro de aguas mine- raes, artificiaes, gazosas ou não.	
MOVIMENTO DE ESTAMPILHAS		
Data		
	Importancia co m- prada na repar- tição fiscal.	
	Importancia das em- pregadas nos pre- parados.	
	Saldo existente	

N. B.— No fim do mez os saldos existentes nas estampilhas passar-se-hão para o mez seguinte.

MODELO H

Mappa do movimento do consumo de bebidas fabricadas nos estabelecimentos sob a fiscalização do abaixo assignado.

Mez de de 189.....

LOCAL	NOME DO FABRICANTE	GARRAFAS DE CERVEJA	LITROS DE LICOR COMMUM OU DOCE DE QUALQUER QUALIDADE	LITROS DE ABSINTHO, KIRSCH, ETC. CLASSE 9ª, N. 131 DA TARIFA	GARRAFAS DAS DEMAIS BEBIDAS FERMENTADAS E ASSEMBLHADAS A VINHO DE UVA	LITROS DE AGUAS MINERAES ARTIFICIAES GAZOSAS OU NAO	MOVIMENTO DE ESTAMPILHAS			NUMERO DE OPERARIOS	CAPITAL SOCIAL	CAPACIDADE DOS APPARELHOS OU MACHINISMOS	OBSERVAÇÕES
							Importancia comprada na repartição fiscal	Importancia das empregadas nos preparados	Saldo existente				

Nota — Os chopps, comprehendidos na quantidade geral da cerveja, deverão ser destacados em observação especial.

DECRETO N. 2779 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1897

Augmenta as contribuições dos pensionistas do Hospício Nacional de Alienados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização constante do art. 13 da lei n. 489, de 15 de dezembro corrente, resolve que no Hospício Nacional de Alienados se observem as seguintes disposições :

Art. 1.º As contribuições diarias dos pensionistas são elevadas de 50 %, a saber: da 1ª classe, de 10\$ a 15\$; da 2ª, de 5\$ a 7\$500; da 3ª, de 3\$ a 4\$500; e da 4ª, de 2\$ a 3\$000.

Art. 2.º Quanto à lavagem da roupa dos mesmos pensionistas, fica estabelecido o pagamento mensal de 15\$ para os de 1ª classe, de 9\$ para os de 2ª, de 6\$ para os de 3ª e de 4\$500 para os de 4ª.

Art. 3.º E' elevada de 1\$200 a 2\$ diários, salvo o caso de contracto, a contribuição dos Estados pelo tratamento de cada um dos enfermos que enviarem à Assistencia Medico-Legal a Alienados, bem assim a da Prefeitura do Districto Federal relativa aos indigentes que residam ahi e cuja internação for requisitada por ella ou pela policia da Capital Federal.

Art. 4.º São alterados nesta conformidade os arts. 96, 98 e 103 do regulamento annexo ao decreto n. 2467, de 19 de fevereiro de 1897.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1897, 9º da Republica'.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS,

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2780 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1897

Fixa o pessoal da Contadoria Geral da Guerra, de accordo com a lei n. 490, de 16 do corrente mez.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de accordo com o disposto no art. 8º n. 3 da lei n. 490, de 16 de dezembro corrente mez, resolve que o pessoal da Contadoria Geral da Guerra fique assim constituido:

Um director, tres chefes de secção, 10 primeiros officiaes, 10 segundos, 10 terceiros, 10 praticantes, um pagador, dous

DOSS DEPUTADOS

fiéis, um porteiro, tres continuos e tres serventes; alterado por esta fórma o art. 1.º do regulamento que baixou com o decreto n. 348, de 19 de abril de 1890.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1897, 9.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 2781 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1897

Supprime a Alfandega de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida no art. 43 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, resolve:

Art. 1.º Fica supprimida a Alfandega de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, sendo considerados extinctos os empregados que a isso tiverem direito, nos termos da lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1897, 9.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2782 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Affuá, no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Affuá, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria com a denominação de 2.ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 76.º, 77.º e 78.º e um do da

reserva, sob o n. 26, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2783 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1897

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Alemquer, no Estado do Pará.

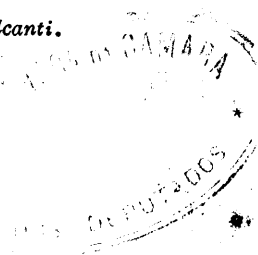
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Alemquer, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria com a designação de 27ª, composta dos batalhões 79º, 80º e 81º do serviço activo e 27º do da reserva, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



ADDITAMENTO



ADDITAMENTO

DECRETO N. 2581 — DE 16 DE AGOSTO DE 1897 (*)

Approva os estudos da variante entre o kilometro 333+380 e 366+420 da linha de Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia União Sorocabana e Ituana, decreta :

Artigo unico. Ficam approva los os estudos, que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, da variante entre os kilometros 333+380 e 366+420 da linha de Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana.

Capital Federal, 16 de agosto de 1897, 9º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Joaquim D. Murtinho.



(*) Publicado no *Diario Officiel* de 20 de abril de 1898.